SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 13 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4379

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS A ARISMIG INICIARÁ SEGUNDA-FEIRA (19/10) A CONSULTA PÚBLICA SOBRE A NOTA TÉCNICA DE INSTITUIÇÃO DA COBRANÇA Nº 015/2026: DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GUAPÉ/MG

A *Consulta Pública nº 015/2026 – "Nota Técnica de Instituição da Cobrança Nº 015/2026: dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Guapé/MG"* tem a **finalidade de receber contribuições dos usuários dos serviços prestados** no município e de quem mais interessar. As contribuições poderão ser realizadas por meio do formulário *on-line* que será disponibilizado no site da ARISMIG, no link: https://arismig.mg.gov.br/controle-social/01

A presente consulta pública trata da "*Nota Técnica de Instituição da Cobrança Nº 015/2026: dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Guapé/MG".*

Por favor, para o preenchimento do formulário *on-line* observe as instruções abaixo: A leitura da nota técnica deve ser realizada previamente, podendo ser analisada também a documentação utilizada para elaboração da referida nota.Preencha todos os campos do formulário *on-line* durante o período em que a consulta pública estiver aberta ao recebimento de contribuições. **Período: 19 de outubro a 29 de outubro de 2026**, em atendimento ao disposto no art. 34, do Decreto Federal nº 7217, de 2010. As contribuições recebidas fora do prazo, ou que não forem pelo formulário on-line, não serão consideradas.A sua participação é muito importante para a transparência do processo.

Roteiro de instruções para consulta pública: A participação no procedimento de consulta pública far-se-á mediante identificação dos interessados e utilização de formulário próprio.Todas as contribuições recebidas serão examinadas pela ARISMIG, responsável pela *Consulta Pública nº 015/2026 – "Nota Técnica de Instituição da Cobrança Nº 015/2026: dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Guapé/MG"* a qual publicará relatório de consulta pública posteriormente.

Agradecemos sua participação!

Publicado por:
Claudio Augusto Dias Filho
Código Identificador:5037C834

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza, Higienização, Conservação, Copa, Cozinha e Alimentícios, destinados a atender às

necessidades da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG, conforme descrição abaixo:

Lote 01 - Materiais de limpeza, higienização e conservação.

Produto	Quantidade
Álcool líquido 70º INPM (ou superior) para limpeza de superfícies	8 (oito) litros
Álcool em Gel 70º INPM (ou superior) para Mãos Antisséptico Bactericida	1 (um) litro
Aromatizador de ambiente aerossol, embalagem de 360 ml ou superior	8 (oito) unidades
Escovinha para vaso sanitário	4 (quatro) unidades
Limpador multiuso, fragrância neutra, embalagem de 500 ml ou superior	5 (cinco) litros
Lixeira de plástico para papel, capacidade de 15 litros ou superior	2 (dois) unidades
Flanela de limpeza	10 (dez) unidades
Pano de chão	6 (seis) unidades
Saco de lixo, capacidade de 50 litros	100 (cem) unidades
Saco de lixo, capacidade de 15 litros	40 (quarenta) unidades

Lote 02 - Materiais de copa e cozinha.

Produto	Quantidade
Papel toalha	12 (doze) rolos
Pano de prato (pano de copa)	6 (seis) unidades
Toalha de rosto, preferencialmente em cores escuras	8 (oito) unidades

Lote 03 - Gêneros alimentícios.

Produto	Quantidade
Café em pó, 100% arábica, embalagem de 500 g ou superior	20 kg, correspondentes a 40 unidades de 500 g

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da contratação será efetuado pela CONTRATANTE, em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos produtos e o ateste de sua conformidade com as especificações e condições estabelecidas no objeto contratado.
O critério para seleção da proposta será o de menor valor global para o fornecimento dos itens objeto da contratação. O valor apresentado na proposta deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos produtos, incluindo frete, transporte, tributos, encargos e demais despesas direta ou indiretamente relacionadas à execução do objeto, não cabendo à ARISMIG qualquer pagamento adicional além do valor total apresentado na proposta.
As propostas deverão ser apresentadas contendo, no mínimo: data de emissão, razão social, número do CNPJ, endereço, cidade, telefone para contato, prazo de validade da proposta, prazo para entrega e assinatura do responsável.
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: A empresa deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, os documentos comprobatórios de sua regularidade, incluindo:
Inscrição CNPJ;
Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certificado de Regularidade do FGTS;
Consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), conforme art. 91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 13/10/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 06 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE CHAGAS MAIA VILELA
Técnico Administrativo

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:8997052A

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – ARISMIG, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet para fornecimento e serviço de jantar aos participantes de evento corporativo da ARISMIG, destinado aos seus conveniados e consorciados, com participação da equipe da Agência, a ser realizado no dia 11 de novembro de 2026, por volta das 19h, para aproximadamente 60 (sessenta) pessoas, incluindo alimentação, bebidas não alcoólicas (água, sucos e refrigerantes), equipe de atendimento, utensílios e demais materiais necessários à execução dos serviços.

Local da prestação dos serviços: Oficina da Arte, situada na Avenida Delduque Barbosa, nº 600, Centro, Boa Esperança/MG, CEP 37170-000.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da contratação será efetuado pela CONTRATANTE, em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos produtos e/ou conclusão dos serviços e o ateste de sua conformidade com as especificações e condições estabelecidas no objeto contratado.

O critério para seleção da proposta será o de menor valor global para a locação do espaço objeto da contratação. O valor apresentado na proposta deverá contemplar todos os custos necessários à disponibilização do espaço e da estrutura prevista, incluindo mesas, cadeiras, palco, tributos, encargos e demais despesas direta ou indiretamente relacionadas à execução do objeto, não cabendo à ARISMIG qualquer pagamento adicional além do valor total apresentado na proposta.

As propostas deverão ser apresentadas contendo, no mínimo: data de emissão, razão social, número do CNPJ, endereço, cidade, telefone para contato, prazo de validade da proposta, prazo para entrega e assinatura do responsável.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: A empresa deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, os documentos comprobatórios de sua regularidade, incluindo:
Inscrição CNPJ;
Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certificado de Regularidade do FGTS;
Consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), conforme art. 91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 15/10/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 09 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE CHAGAS MAIA VILELA
Técnico Administrativo

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:04544EC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 633/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 633/2026. Contratada: Patrus Hospital Oftalmológico Ltda, CNPJ 86.452.695/0001-68. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 4.023,04 (quatro mil, vinte e três reais e quatro centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 8 (oito) Cirurgias de pterígeo, ao valor de R$ 502,88 (quinhentos e dois reais e oitenta e oito centavos) cada cirurgia, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 20.115,20 (vinte mil, cento e quinze reais e vinte centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 01/10/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 01 de outubro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:864298D3

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 690/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 690/2026. Contratada: Centro Especializado em Oftalmologia Ltda, CNPJ nº 47.239.820/0001-02. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 13.000,00 (treze mil reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 8 (oito) Procedimentos de aplicação de injeção intra-vítrea (eylia), ao valor de R$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte e cinco reais) cada procedimento, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 66.625,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 29/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 29 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:47B211EE

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE - PORTARIA N° 09, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N° 09, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CONVOCA CANDIDATA CLASSIFICADA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE MOTORISTA – UBERLÂNDIA, NO ÂMBITO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 002/2026.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando o Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Público Simplificado – Edital nº 002/2026,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR a candidata **MARISLENE CANDELORI TEIXEIRA**, inscrição **PSS002-00014**, classificada em 1º lugar para o emprego público de **Motorista – Uberlândia**, no Processo Seletivo Público Simplificado – Edital nº 002/2026, para comparecer ao Departamento Pessoal do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, situado à Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG, para apresentação da documentação necessária à contratação e demais procedimentos admissionais.

Art. 2º A candidata convocada deverá se apresentar e estar disponível para o início de suas atividades no prazo máximo de **04 (quatro) dias úteis, contados a partir da publicação desta Portaria, em 13 de outubro de 2026**, observadas as disposições do Edital nº 002/2026.

Art. 3º O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido, ou o não atendimento às exigências previstas no Edital para a contratação, será considerado desistência da vaga, facultando-se ao Consórcio AMVAP SAÚDE a convocação do próximo candidato, observada rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 4º A candidata convocada poderá, dentro do prazo previsto no artigo anterior, solicitar seu reposicionamento para o final da lista de convocação, mediante encaminhamento de pedido formal ao Consórcio AMVAP SAÚDE, por meio do e-mail administrativo@amvapsaude.com.br, nos termos do item 12.4.2 do Edital nº 002/2026. Edital - PSS 02-2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia/MG, 09 de outubro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do Consórcio AMVAP Saúde

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:1673B764

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAUDE - PORTARIA N° 10, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N° 10, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CONVOCA CANDIDATA CLASSIFICADA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO, NO ÂMBITO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 002/2026.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando o Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Público Simplificado – Edital nº 002/2026,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR a candidata **GABRIEL GONÇALVES VILELA**, inscrição **PSS002-00022**, classificada em 1º lugar para o emprego público de **Analista Administrativo**, no Processo Seletivo Público Simplificado – Edital nº 002/2026, para comparecer ao Departamento Pessoal do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, situado à Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG, para apresentação da documentação necessária à contratação e demais procedimentos admissionais.

Art. 2º A candidata convocada deverá se apresentar e estar disponível para o início de suas atividades no prazo máximo de **04 (quatro) dias úteis, contados a partir da publicação desta Portaria, em 13 de outubro de 2026**, observadas as disposições do Edital nº 002/2026.

Art. 3º O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido, ou o não atendimento às exigências previstas no Edital para a contratação, será considerado desistência da vaga, facultando-se ao Consórcio AMVAP SAÚDE a convocação do próximo candidato, observada rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 4º A candidata convocada poderá, dentro do prazo previsto no artigo anterior, solicitar seu reposicionamento para o final da lista de convocação, mediante encaminhamento de pedido formal ao Consórcio AMVAP SAÚDE, por meio do e-mail **administrativo@amvapsaude.com.br**, nos termos do item 12.4.2 do Edital nº 002/2026. Edital - PSS 02-2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia/MG, 09 de outubro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do Consórcio AMVAP Saúde

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:0B4A5DF3

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 46/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026 -PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 14

O Departamento de Licitação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

HOSPITAL NOSSA SENHORA D'ABADIA LTDA
CNPJ: 21.324.116/0001-56
Endereço: Rua Dezesseis 1648, Centro, Ituiutaba/MG.
Procedimentos credenciados:
Consulta de Cardiologia;
Consulta de Hematologia.
Data do credenciamento: 09/10/2026

Uberlândia-MG, 09 de outubro de 2026

THIAGO ROSALINO DE SOUZA
Agente de Contratação
Presidente da Comissão da Contratação

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:C0639B70

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna pública a RETIFICAÇÃO do Aviso de Licitação referente ao Processo nº 94/2026, Pregão Eletrônico nº 15/2026, tendo em vista a necessidade de correção da data prevista para a realização da disputa.

ONDE SE LÊ:
"torna público que fará realizar no dia 22/10/2026, às 09h00, o Pregão Eletrônico nº 15/2026 via plataforma licitanet.com.br..."

LEIA-SE:
"torna público que fará realizar no dia 23/10/2026, às 09h00, o Pregão Eletrônico nº 15/2026 via plataforma licitanet.com.br..."

As demais informações constantes do Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Uberlândia-MG, 09 de outubro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Francisco Bruno Rodrigues da Silva
Código Identificador:32E83D9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO nº 004/2026 – PROCESSO Nº. 013/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2026 - A Associação Pública da Microrregião AMEG/MG, torna publico que realizou aditivo de prazo coma empresa INTELIGÊNCIA EM GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS, CNPJ Nº 35.819.801/0001-68, Vigência de 06/10/2026 à 06/04/2027.

Passos/MG, 09 de outubro de 2026.

SILENE CAIRES ENES.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:73E5307A

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE/AMEG. torna público que firmou contrato, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 032/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, cujo objeto é a serviço de monitoramento 24 horas, com a empresa: **CENTEC ELETRONICA LTDA** – CNPJ nº 03.343.495/0001-40 no valor total de: R$2.619,96 (dois mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) – Contrato nº 029/2026. Vigência será de 05/10/2026 à 05/10/2027.

Passos/MG, 09/10/2026.

SILENE CAIRES ENES –
Chefe do Departamento de Licitação da AMEG.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:A40F4AA5

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE/AMEG. torna público que firmou contrato, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 013/2026, Processo Administrativo nº 051/2026, cujo objeto é a Aquisição de motor de portão eletrônico deslizante, modelo Jet Flex, com tempo de abertura e fechamento de aproximadamente 6 (seis) segundos, acompanhado de cremalheira com 4,5 (quatro vírgula cinco) metros, já incluída a retirada do motor e da cremalheira existentes, a programação e ativação da central eletrônica e dos controles remotos, bem como a execução do serviço de serralheria (retirada das cremalheiras antigas, instalação e adequação do motor no

suporte), destinados ao portão da garagem da sede da Ameg , com a empresa: **Inova Sat Antenas Parabolicas 11448324629** – CNPJ nº 18.446.608/0001-00 no valor total de: R$1.596,00 (mil, quinhentos e noventa e seis reais) – Contrato nº 028/2026. Vigência será de 60 dias.

Passos/MG, 09/10/2026.

SILENE CAIRES ENES –
Chefe do Departamento de Licitação da AMEG.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:C524C8A3

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE/AMEG. torna público que firmou contrato, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 029/2026, Processo Administrativo nº 045/2026, cujo objeto é a serviço de seguro de vida dos funcionarios da Ameg, com a empresa: **GENTE SEGURADORA S/A** – CNPJ nº 90.180.605/0001-02 no valor total de: R$5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais) – Contrato nº 027/2026. Vigência será de 01/10/2026 à 01/10/2027.

Passos/MG, 09/10/2026.

SILENE CAIRES ENES –
Chefe do Departamento de Licitação da AMEG.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:E477D2E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 45/2026
Inexigibilidade nº 25/2026
Contratante: Câmara Municipal de Arcos
Contratada: Ceap Brasil
Objeto: Contratação da empresa Ceap Brasil, para capacitação do servidor dessa Casa Legislativa, Lucas Eduardo Dias Silva no curso "Planejamento Orçamentário Municipal de 2027" na cidade de Belo Horizonte, nos dias 13 a 16 de outubro de 2026.
Fundamentação legal: Artigo 74, inciso III, aliena f, Lei 14.133/21.
Autorização: Hernane Honorio Dias
Data: 09/10/2026

Publicado por:
Nathália Glauce Almeida C. Teixeira
Código Identificador:053BE89C

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 46/2026
Inexigibilidade nº 27/2026
Contratante: Câmara Municipal de Arcos
Contratada: Instituto Global de Administração Pública Ltda
Objeto: contratação da empresa Instituto Global de Administração Pública Ltda, para capacitação da servidora dessa Casa Legislativa, Sandra Araújo Ferreira, no "Fiscalização Municipal" na cidade de Belo Horizonte/MG, nos dias 13 a 16 de outubro de 2026.
Fundamentação legal: Artigo 74, inciso III, aliena f, Lei 14.133/21.
Autorização: Hernane Honorio Dias
Data: 09/10/2026

Publicado por:
Nathália Glauce Almeida C. Teixeira
Código Identificador:0BECD840

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A Câmara Municipal de Astolfo Dutra, por meio do Setor de Licitações, Compras e Contratos, torna público o Aviso de Contratação Direta referente à **Dispensa de Licitação nº 010/2026**, oriunda do **Processo Licitatório nº 043/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa para "fornecimento de refeições *self-service*, incluindo suco de 300 ml, a serem servidas aos alunos e colaboradores do Parlamento Jovem, em 29 de outubro de 2026, em Santos Dumont/MG, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas em Edital e em seus anexos".
O Aviso de Contratação Direta com todas as regras, prazos e especificações dos itens pode ser consultado através do link: https://astolfodutra.cam.mg.gov.br/site/licitacoes/detalhe/2575

Astolfo Dutra, 08 de outubro de 2026.

WAGNER TEIXEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Alysson Guimarães da Costa
Código Identificador:E80FAEA6

CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

OBJETO: Aquisição de inscrições para a participação de 2 (dois) vereadores da Câmara Municipal de Astolfo Dutra no curso "LOA 2027 na Câmara Municipal: Análise Técnica, Emendas Impositivas e Votação do Orçamento com Segurança Jurídica", a ser realizado no período de 13 a 16 de outubro de 2026, em Belo Horizonte/MG, promovido pelo Instituto Plenum Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

O Agente de Contratação, por meio do Setor de Licitações, Compras e Contratos, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, torna público que a Câmara Municipal de Astolfo Dutra, por seu Presidente Clemilson Alves Neiva, **RECONHECEU, ADJUDICOU E HOMOLOGOU** o processo licitatório supracitado.

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA
CNPJ: 21.650.715/0001-60
Vigência: Conforme prazo do objeto.
Valor TOTAL: R$ 3.180,00 (três mil, cento e oitenta reais).

Astolfo Dutra, 09 de outubro de 2026.

WAGNER TEIXEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Alysson Guimarães da Costa
Código Identificador:930B711A

CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

OBJETO: Aquisição de inscrições para a participação de 5 (cinco) vereadores da Câmara Municipal de Astolfo Dutra no curso "Fiscalização Municipal 4.0: Estratégias, Tecnologia e Controle pelo Poder Legislativo", a ser realizado de 13 a 16 de outubro de 2026, em Belo Horizonte/MG, promovido pelo Instituto Global de Administração Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

O Agente de Contratação, por meio do Setor de Licitações, Compras e Contratos, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, torna público que a Câmara Municipal de Astolfo Dutra, por seu Presidente Clemilson Alves Neiva, **RECONHECEU, ADJUDICOU E HOMOLOGOU** o processo licitatório supracitado.

CONTRATADA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CNPJ: 52.835.850/0001-03
Vigência: Conforme prazo do objeto.
Valor TOTAL: R$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais).

Astolfo Dutra, 09 de outubro de 2026.

WAGNER TEIXEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Alysson Guimarães da Costa
Código Identificador:56DFCE20

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA (EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
(EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

A**Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG**, inscrita no CNPJ 23.946.262/0001-49, representada pelo seu Presidente, o Sr. Tiago Antônio dos Santos, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **Contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos para impressão de convites com envelopes, para a Solenidade de entrega de Honrarias da Câmara Municipal de Barão de Cocais.**
Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências referentes a este Termo de Referência, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site *www.licitardigital.com.br*, no local específico dentro do processo licitatório em análise**.**

Conforme dados abaixo:

Nº do Processo: 40/2026
Nº da Dispensa: 23/2026
Início do envio de Propostas: 13/10/2026 - 08hs
Fim do envio das Propostas / Início da Disputa: 16/10/2026 - 13hs
Duração da Disputa: 01h
Critério de Julgamento: Menor preço global
Local: Plataforma de Licitações Online - www.licitardigital.com.br

Barão de Cocais, 09 de Outubro de 2026.

ANDREIA PATRÍCIA GONÇALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Stefani Grace da Silva Moraes Fonseca
Código Identificador:4D853D7F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 019/2026
ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 001/2026
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Brasilândia de Minas – MG
CONTRATADO: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA – CNPJ nº: 05.340.639/0001-30
OBJETO: O objeto deste Contrato é a adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2026, oriunda do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene (CIMAMS), que consiste no "Serviço de gestão de frota com o fornecimento de combustível (gasolina, etanol, diesel comum, diesel s10 e arla) através de rede credenciada através de cartão magnético.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis na forma da lei.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Material de Consumo	01.031.0101.2006 3.3.90.39.00	Ficha Nº 23

VALOR ESTIMADO: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro de 2026.

Brasilândia de Minas – MG, 09 de outubro de 2026.

HELTON PERES FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Bruna Lopes Pereira
Código Identificador:7F797CE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

OBJETO: Contratação da empresa Gênesis Capacitação em Gestão Pública Ltda - ME, para participação do vereador Alencar Alison Apolinário Antunes e o servidor Marcos Davi Gonçalves da Silva no 695° Curso de Capacitação com o tema Controle Formal à Fiscalização Inteligente a ser realizado no período de 13/10/2026 a 16/10/2026.
CONTRATADA: Gênesis Capacitação em Gestão Pública Ltda – ME CNPJ n° 24.450.024/0001-00
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Buritis/MG CNPJ nº: 20.637.732/0001-02
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS CONTRATATOS: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 – Outros serviços de pessoa jurídica – Ficha 00013.

Publicado por:
Andressa Alves Brandão
Código Identificador:95873938

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO
ATA DISPENSA DE LICITAÇÃO - 018/2026

Capitólio, 07 de outubro de 2026.

Procedimento de Compras: PRC_022_2026
Dispensa Física de Licitação: 018/2026
Objeto: Aquisição de kit para coleta de impressão digital destinado a atender às demandas da Unidade de Atendimento Integrado - UAI.

Ilmo. Sr.
Dalmir Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Capitólio

De acordo como disposto no artigo 75 e seguintes da Lei 14.133/21, apresente Dispensa de Licitação ficou aberta pelo período de 3 dias úteis no site da Câmara Municipal de Capitólio, aguardando interessados no fornecimento dos itens. Dessa forma, cabe informar que o fornecedor ADMAQ LTDA, inscrito no CPNJ nº 71.359.939/0001-95 foi o único que apresentou proposta no valor de R$499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais). A proposta foi analisada pela Equipe de Contratação e por estar abaixo do preço referencial, foi considerada vantajosa. Assim, a Comissão analisou as documentações de habilitação do fornecedor, concluindo que o mesmo está habilitado para a presente contratação.

DIOGO HENRIQUE COSTA
Agente de Contratação

PROTOCOLO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Data: 07/10/2026
[X] Autorizo prosseguimento
[ ] Indefiro prosseguimento

DALMIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Capitólio

Publicado por:
Aline Marcelly Ramos
Código Identificador:5808D0DE

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 018/2026

Capitólio, 07 de outubro de 2026.
Procedimento de Compras: PRC_022_2026
Dispensa Física de Licitação: 018/2026

Vencedor do Certame: ADMAQ LTDA
CNPJ: 71.359.939/0001-95

Objeto: Aquisição de kit para coleta de impressão digital destinado a atender às demandas da Unidade de Atendimento Integrado - UAI.

Ilmo. Sr.
Diogo Henrique Costa
Agente de Contratação

Com base nas informações constantes no referido processo de compras e Dispensa de Licitação, em cumprimento aos termos do Artigo 72, art.VIII es eguintes da Lei n° 14.133/21, HOMOLOGO o referido processo, ADJUDICO o vencedor identificado e AUTORIZO o Processo acima especificado, tendo em vista que o valor está condizente com o praticado no mercado.

Para os fins e efeitos de direito, registre-se o presente, autuando-o e adotando-se as demais providências necessárias.

DALMIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Capitólio

PROTOCOLO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO
Data: 07/10/2026
[X] Prosseguimento autorizado
[ ]Prosseguimento não autorizado

DIOGO HENRIQUE COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aline Marcelly Ramos
Código Identificador:939DE715

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CÂMARA
TERMO DE REFERENCIA Nº 14-2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 14/2026
Dispensa de Licitação nº 14/2026
Critério de julgamento: menor preço global
A Câmara Municipal de Carneirinho/MG, por intermédio de sua Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em razão da ausência de apresentação de propostas na sessão realizada em 09/10/2026, fica reaberto o prazo para recebimento de propostas referente à contratação direta, por dispensa de licitação, destinada à aquisição de mobiliário em geral para estruturação, organização e adequação dos ambientes de trabalho da Câmara Municipal, incluindo os setores de Contabilidade, Secretaria, Controle Interno, CPD e Plenário.
Os interessados poderão apresentar propostas, acompanhadas dos documentos de habilitação exigidos no Termo de Referência, contendo a descrição dos produtos, valores unitários e global, validade da proposta e demais informações pertinentes.
As propostas e os documentos deverão ser entregues presencialmente na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Antônio das Graças de Oliveira, nº 1.600, Jardim Planalto, Carneirinho/MG, ou encaminhados para o e-mail secretaria@carneirinho.mg.leg.br, até as 9h20min do dia 16/10/2026.
A nova sessão pública será realizada às 9h30min do dia 16/10/2026, na sede da Câmara Municipal.
Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no aviso original e no Termo de Referência, disponíveis no site oficial da Câmara Municipal.
A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Carneirinho/MG, 09 de outubro de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA QUEIROZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Adjane Luiza de Queiroz
Código Identificador:F3889256

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE EXONERAÇÃO Nº 016/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, item V da Resolução nº 05/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o artigo 30, item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 11, caput, em seu parágrafo único da Resolução 217 de 28/07/2014, resolve **EXONERAR, LEANDRO REIS CARNEIRO**, brasileiro, portador do CPF nº nº XXX.316.676-XX, do cargo de provimento em comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSOR PARLAMENTAR,** a partir do dia 07 de outubro de 2026, ficando assegurados todos os direitos decorrentes da exoneração.

Gabinete da Presidência, 07 de outubro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Janaína de Assis Rocha
Código Identificador:F0DB57BC

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em estrito cumprimento ao princípio da transparência na gestão fiscal, conforme determina o **art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, **CONVOCA** a população curvelana, as autoridades constituídas, representantes de classes, associações e demais entidades da sociedade civil para participarem da **Audiência Pública** obrigatória destinada a debater o **Projeto de Lei nº 98/2026**, que "*estima a receita e fixa a despesa do Município de Curvelo/MG para o exercício financeiro de 2027*" (LOA).
Data: 27 de outubro de 2026 (terça-feira)
Horário: às 10h horas
Local: Plenário da Câmara Municipal de Curvelo.

A participação de todos é de fundamental importância para o efetivo exercício da cidadania e para a construção de um orçamento participativo.

Curvelo/MG, 08 de outubro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente da Câmara Municipal de Curvelo

Publicado por:
Gabriela Dos Reis e Ramos
Código Identificador:C1A2A2A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVERIO

LEGISLATIVO
ATO DE PROMULGAÇÃO

Ato de promulgação 007/2026

"PROMULGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.936, que Dispõe sobre a criação de cargo público de provimento efetivo de Enfermeiro Plantonista no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Dom Silvério e dá outras providências, EM VIRTUDE DA SANÇÃO TÁCITA DECORRENTE DO SILÊNCIO DO PREFEITO MUNICIPAL NO PRAZO LEGAL."

O Presidente da Câmara de Vereadores de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais, **Excelentíssimo Senhor Alex Evangelista Coelho**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,
Considerando a aprovação, pela Câmara Municipal, do Projeto de Lei Complementar nº 558, de 18 de junho de 2026, de autoria do Poder Executivo;
Considerando que, após a aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal, o Projeto de Lei Complementar nº 558/2026 foi encaminhado ao Poder Executivo para sanção ou veto;
considerando que o Poder Executivo recebeu o referido projeto e deixou transcorrer o prazo legal sem sancioná-lo ou vetá-lo, configurando-se a sanção tácita;
Considerando o disposto nos §§ 3º, 5º e 7º do art. 53 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a necessidade de promulgação da lei para proclamar sua existência e viabilizar a produção de seus efeitos jurídicos;
Resolve:

Art. 1º - Promulgar a Lei nº 1.936, oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 558/2026, de autoria do Poder Executivo.
Art. 2º Publique-se e registre-se.
Câmara Municipal de Dom Silvério, 06 de outubro de 2026.

ALEX EVANGELISTA COELHO
Presidente do Legislativo 2025/2026

LEI COMPLEMENTAR N° 1.936 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre a criação de cargo público de provimento efetivo de Enfermeiro Plantonista no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Dom Silvério e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Dom Silvério aprovou e eu, Presidente da Câmara, no âmbito de minhas atribuições legais, promulgo a seguinte lei Complementar:

Art. 1º Fica criado, no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Dom Silvério, o cargo público de provimento efetivo de Enfermeiro Plantonista.
Parágrafo único. O cargo instituído por esta Lei possui natureza técnica e assistencial, destinado ao atendimento das demandas de saúde pública em regime de plantão em unidades de saúde municipais e, de forma complementar, o atendimento de remoções inter-hospitalares.

Art. 2º Ficam criadas 05 (cinco) vagas para o cargo de Enfermeiro Plantonista.
§ 1º O provimento das vagas criadas por esta Lei dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º (Suprimido)

§ 3º O concurso público de que trata o § 1º deste artigo deverá ser realizado no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º A carga horária semanal para o cargo de Enfermeiro Plantonista é fixada em 40 (quarenta) horas.

§ 1º A jornada de trabalho semanal será cumprida sob o regime de escala de plantão.

§ 2º O regime de plantão consistirá em 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga (12x36).
§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Saúde a organização das escalas mensais, a designação dos turnos e o controle da frequência, assegurando a cobertura ininterrupta dos serviços de saúde em unidades de saúde do Município e, de forma complementar, a realização de remoções inter-hospitalares de pacientes.
§ 4º A carga horária que eventualmente exceda o estabelecido no caput será remunerada na forma de hora extra, calculada à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, apurada de forma cumulativa em período mensal.

§ 5º A apuração das horas extras, na forma prevista no § 4º, a critério exclusivo da administração, poderá ser compensada no mês seguinte em que ela ocorrer, desde que não ocorra acumulação por período superior a 06 (seis) meses, hipóteses em que obrigatoriamente deverá ser remunerada em pecúnia.

Art. 4º O vencimento mensal do cargo de Enfermeiro Plantonista é fixado no valor de R$ 3.671,58 (três mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 5º O servidor ocupante do cargo de Enfermeiro Plantonista que desempenhar suas atividades em período noturno fará jus ao adicional noturno, calculado sobre o valor da hora normal.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se trabalho noturno aquele realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 05 (cinco) horas da manhã do dia seguinte.

Art. 6º São requisitos específicos para a investidura e posse no cargo de Enfermeiro Plantonista:
I - formação de nível superior em Enfermagem, comprovada mediante diploma devidamente registrado e expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - registro profissional definitivo e regular junto ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN);

III - preenchimento dos requisitos gerais de investidura previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Dom Silvério.

Art. 7º As atribuições detalhadas do cargo de Enfermeiro Plantonista são as constantes do Anexo I desta Lei, que dela faz parte integrante.

Art. 8º Aplicam-se aos ocupantes do cargo criado por esta Lei as normas disciplinares, deveres e proibições e direitos estabelecidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dom Silvério.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Integra a presente lei a estimativa de impacto financeiro-orçamentário e a declaração de adequação orçamentária constantes do Anexo II desta lei complementar.

Art. 10. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Dom Silvério, 06(seis) de Outubro de 2026.

ALEX EVANGELISTA COELHO
Presidente do Legislativo 2025/2026

ANEXO I — DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES
As atribuições do cargo de Enfermeiro Plantonista compreendem o exercício de atividades de assistência de enfermagem em todos os níveis de atenção à saúde no âmbito do Município, abrangendo:
I - Prestar assistência direta de enfermagem em unidade de saúde municipal e/ou unidade hospitalar no município, conforme as normas técnicas da profissão e os protocolos municipais de saúde;
II - Realizar a consulta de enfermagem, o diagnóstico de enfermagem e a respectiva prescrição da assistência aos pacientes sob seus cuidados;
III - Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida, executando procedimentos de maior complexidade técnica que exijam conhecimentos científicos e capacidade de tomada de decisão imediata;
IV - Exercer a coordenação, supervisão e orientação técnica das atividades desenvolvidas pelas equipes de técnicos e auxiliares de enfermagem durante o turno de plantão;
V - Realizar o monitoramento ininterrupto e prestar assistência técnica de enfermagem em remoções inter-hospitalares, acompanhando pacientes oriundos de unidade hospitalar de Dom Silvério para outros hospitais contratualizados ou unidades de referência regional;
VI - Garantir a estabilidade clínica e a segurança do paciente durante o transporte sanitário, utilizando os equipamentos e materiais de suporte necessários;
VII - Participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde, contribuindo para a educação sanitária e o controle de infecções hospitalares;
VIII - Exercer as demais atribuições privativas do enfermeiro previstas na Lei Federal nº 7.498/1986 e resoluções do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

Câmara Municipal de Dom Silvério, 06(seis) de outubro de 2026.

ALEX EVANGELISTA COELHO
Presidente do Legislativo 2025/2026

Publicado por:
João Pedro Tossige Quaresma Soares
Código Identificador:A6C64730

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA Nº 38/2026

que dispõe sobre

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO E DECLARA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA ANA CAROLINA NEGRÃO LEITE RIBEIRO NO CARGO EFETIVO DE ANALISTA DE COMUNICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, WILSON RUIZ DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no art. 41, caput e § 4º, da Constituição Federal,
CONSIDERANDO a nomeação da servidora Ana Carolina Negrão Leite Ribeiro para o cargo efetivo de Analista de Comunicação, mediante aprovação em concurso público regido pelo Edital nº 001/2018, conforme Portaria nº 65/2023, com efeitos a partir de 03 de julho de 2023;
CONSIDERANDO o parecer favorável da Comissão Permanente de Desenvolvimento Funcional, constante do Memorando nº 127/2026, que considerou a servidora apta, com média final de 92,95 pontos nas avaliações de desempenho;
CONSIDERANDO as informações prestadas pela Coordenadoria Administrativa quanto à conclusão do estágio probatório em 03 de outubro de 2026 e ao cumprimento dos requisitos necessários à aquisição da estabilidade;
RESOLVE:
Art. 1º Fica homologado o resultado final da avaliação especial de desempenho da servidora Ana Carolina Negrão Leite Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Analista de Comunicação, considerada APTA, com média final de 92,95 pontos, conforme manifestação da Comissão Permanente de Desenvolvimento Funcional constante do Memorando nº 127/2026.
Art. 2º Fica declarada a estabilidade da servidora no serviço público, no cargo efetivo de Analista de Comunicação, a partir de 03 de outubro de 2026, em razão da conclusão do estágio probatório e da aprovação na avaliação especial de desempenho, conforme documentação constante dos autos.
Art. 3º A Coordenadoria Administrativa deverá proceder aos registros e às anotações pertinentes nos assentamentos funcionais da servidora.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2026.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Guaxupé, 06 de outubro de 2026.

WILSON RUIZ DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Guaxupé

Publicado por:
Jorge Alves Ribeiro Neto
Código Identificador:22906A1A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE INHAÚMA

LEGISLATIVO MUNICIPAL DE INHAÚMA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLAGAÇÃO DISPENSA 15 2026

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2026

Reconheço a Dispensa de licitação, fundamentada na regra do Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/21 para a Aquisição de materiais de Limpeza e descartáveis, para as demandas da Câmara Municipal de Inhaúma/MG, RATIFICO E HOMOLOGO a Dispensa, em cumprimento às determinações contidas na Lei acima mencionada.
Processo nº.: 32/2026
CONTRATADO: AÇOUGUE E MERCEARIA FORTUNA DE MINAS LTDA
CNPJ: 01.190.069/0001-98
Valor: R**$ 6.326,05 (Seis mil Trezentos e vinte e seis reais e cinco centavos).**
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza e descartáveis, para as demandas da Câmara Municipal de Inhaúma/MG.
Dotação Orçamentária:
01.01.01.01.031.0001.2002.3.3.90.30.00 – Ficha: 12 Fonte: 1.500.000.0000

Inhaúma/MG, 09 de Outubro de 2026.

PATRICIA RIBEIRO DE ARAUJO
Presidente da Câmara Municipal de Inhaúma

Publicado por:
Giselia C. Fernandes
Código Identificador:D6D47EEB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG
Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG, sediada na Rua Antônio Pacheco, nº 400, Bairro São Vicente, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global anual, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e demais normas aplicáveis.
A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
O procedimento está divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
OBJETO: Contratação, por dispensa eletrônica de licitação, de pessoa jurídica especializada em tecnologia da informação para disponibilização, mediante cessão temporária de direito de uso pelo período de 12 (doze) meses, de solução informatizada destinada à realização de pesquisas de preços e à formação de cestas de preços para estimativa de valores das contratações públicas da Câmara Municipal de Itaguara, incluindo implantação, configuração, atualização contínua das bases de dados, manutenção, suporte técnico e treinamento, com disponibilização de acesso para até 3 (três) usuários, admitidos até 2 (dois) acessos simultâneos.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.668,14
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 26/10/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08 h até 14h
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global anual
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

Publicado por:
Elisângela de Morais Malta
Código Identificador:B53E67D3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2026

Extrato de Contrato nº 010/2026 entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ** e a empresa **51.205.407 CASSIO FERNANDO FELIZARDO** sob o CNPJ n.º **51.205.407/0001-96.** Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de comunicação visual, incluído fachada, adesivos, identificação e sinalização para a UAI – Unidade de Atendimento Integrado, contemplando o desenvolvimento de layout, conforme as exigências da SEPLAG-MG para a implantação do UAI na Câmara Municipal de Jacuí/MG, conforme especificações, quantitativos estabelecidas no Termo de Referência, e relação de itens abaixo. Vigência de 12 (doze) meses; prorrogável na forma da Lei 14.133/2021. **Valor da contratação: R$11.936,10** (onze mim novecentos e trinta e seis reais e dez centavos). **Dotação:** 01020102.0103101014.004 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DA CAMARA – 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA – FICHA 26; e 01020102.0103101014.004 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DA CAMARA – 44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FICHA 28;

Câmara Municipal Jacuí/MG, 07 de outubro de 2026,

FLAVIO BERNARDES –
Presidente.

Publicado por:
Maisa da Silva Vieira
Código Identificador:7083D5CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PRC 67/26

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº: 67/2026 Inexigilidade nº: 19/2026

Com fundamento no Art. 72 inciso VIII da Lei Nacional nº 14.133/21, o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os Itens a seu respectivo Fornecedor e AUTORIZA esta Inexigibilidade de Licitação para a contratação segundo as informações descritas abaixo:

Fundamento Legal

* Art. 74, caput e inciso I, da Lei nº 14.133/2021:
É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais (...) que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

Itens e Fornecedores

•
Razão Social: SENADO FEDERAL - Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF) / Coordenação de

•
CNPJ: 00530279000549

•
Nome Comercial (fantasia): Não Informado

•
Endereço: , - -

•
Situação: Fornecedor devidamente habilitado (cf. documentação anexa aos autos do Processo)

ITENS ADJUDICADOS A ESTE FORNECEDOR:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Estimado	Homol.
1	Constituição em Miúdos I	190	Unidade	5,00	5,00
2	Constituição em Miúdos II	190	Unidade	7,00	7,00
3	Constituição em Miúdos - Cartilha de atividades	65	unidade	5,00	5,00
4	Agenda 2030 em Miúdos	28	Unidade	4,00	4,00
5	Lei Maria da Penha em Miúdos	60	Unidade	3,00	3,00
6	Código de Defesa do Consumidor em Miúdos	5	Unidade	3,00	3,00
7	Estatuto da Criança e do Adolescente em Miúdos	5	Unidade	5,00	5,00
8	Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos	40	Unidade	4,00	4,00
9	Estatuto da Igualdade Racial em Miúdos	5	unidade	4,00	4,00

Razão da Escolha e Justificativa de Preço

•

Razão da Escolha: O(s) fornecedor(es) SENADO FEDERAL - Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF) / Coordenação de Edições Técnicas (COEDIT) A escolha do Senado Federal, por meio da Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF), responsável pela Coordenação de Edições Técnicas (COEDIT), justifica-se pelo fato de ser o órgão responsável pelas publicações oficiais da coleção "Em Miúdos", objeto da presente contratação.

A aquisição visa atender às necessidades da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, mediante o fornecimento de materiais impressos específicos, destinados às atividades pedagógicas dos programas Parlamento Jovem, Câmara Mirim, cursos de educação cidadã e à composição do acervo institucional.

Considerando a especificidade dos títulos e a necessidade de aquisição das respectivas edições oficiais, a escolha fundamenta-se na inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a exclusividade do fornecimento por documentação idônea juntada aos autos.

Dessa forma, a escolha do contratado mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa, observadas a comprovação da exclusividade, a compatibilidade dos preços e as demais exigências legais aplicáveis à contratação direta.

•

Justificativa de Preço: O Valor Estimado desta Contratação é o valor constante da Proposta do futuro contratado (cf. Relatório e Proposta anexos aos autos), considerando ser este o valor a ser efetivamente pago pela Câmara. A natureza de inviabilidade de competição, característica das Inexigibilidades, implica, consequentemente, em inviabilidade de comparação de preços entre diferentes fornecedores (cf. Art. 23, § 4º da Lei Nacional nº 14.133/2021; Acórdão nº 2.280/2019 do TCU - Tribunal de Contas da União; e Representação nº 1041460 da Segunda Câmara do TCEMG). A razoabilidade deve guiar a Administração Pública na justificativa do preço a ser pago nas Contratações por Inexigibilidade. Para atingir tal fim, faz-se necessário aferir a compatibilidade entre o valor da Proposta e os valores cobrados pelo próprio futuro contratado junto a outros compradores, públicos ou privados. Assim se fez, conforme o Relatório supracitado, por meio da exigência de cópias de Notas Fiscais já emitidas para outros compradores referentes a objeto igual ou minimamente similar ao objeto a ser contratado neste Processo, comprovando-se a referida compatibilidade e, portanto, a razoabilidade do valor.

Considerando os fatos acima relatados, entende-se que o valor a ser pago nesta Contratação é vantajoso para a Administração Pública, qual seja, o valor global de R$ 3.117,00 (TRÊS MIL CENTO E DEZESSETE REAIS).

Previsão Orçamentária

•

Dotação Orçamentária: Não informada. (cf. Declaração Contábil anexa aos autos do Processo).

Lagoa da Prata, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Eline Salgado de Souza
Código Identificador:15C8EDF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº. 044/2026 – Dispensa Eletrônica nº. 006/2026 – Contrato nº. 010/2026, celebrado entre a Câmara Municipal de Lagoa Santa e Commando Segurança Eletrônica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.369.367/0001-01, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em implantação de sistema de segurança institucional, incluindo controle de acesso com biometria facial, monitoramento por câmeras (CFTV), infraestrutura, softwares, além de serviços de monitoramento e manutenção. Valor: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. O contrato poderá ser obtido no site: www.cmlagoasanta.mg.gov.br

Publicado por:
Rosiane Maria Fideles Boncompagni
Código Identificador:13089A61

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

SECRETARIA GERAL
PAUTA - 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 4º PERÍODO - 2ª LEGISLATURA

ORDEM DOS TRABALHOS:

[ABERTURA]

[ORAÇÃO DO PAI NOSSO]

[CHAMADA NOMINAL]

[LEITURA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR]

[LEITURA DO EXPEDIENTE]

OFÍCIO Nº 20165/2026 – TCE

PROCESSO Nº 1167722

OFÍCIOS Nº 599, 601 E 606/2026 – MPMG

REQUISITA DOCUMENTOS

[DELIBERAÇÃO DA ORDEM DO DIA:]

01 – PROJETO DE LEI Nº 014/2026 – SOLICITA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

[PALAVRA FRANCA]

[ENCERRAMENTO]

PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DIA **22 DE OUTUBRO DE 2026, EM HORÁRIO REGIMENTAL**.

Publicado por:
Janaina Faria Moreira
Código Identificador:0108500B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 046/2026

"Transfere a data de realização da 30ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da Legislatura 2025-2028, do Poder Legislativo Municipal de Martinho Campos e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Martinho Campos, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e o Regimento Interno deste Poder Legislativo, e

CONSIDERANDO que o Art. 127 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Martinho Campos estabelece que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal são realizadas às segundas-feiras úteis de cada semana, às 18h00 (dezoito horas);

CONSIDERANDO que a data prevista para a realização da 30ª Reunião Ordinária de 2026, da 2ª Sessão Legislativa, da Legislatura 2025-2028, recai no dia 12 de outubro, segunda-feira, data em que se comemora o feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o calendário das reuniões ordinárias do Poder Legislativo Municipal em razão do referido feriado;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica transferida a realização da 30ª Sessão Ordinária, de 2026, da 2ª Sessão Legislativa, da Legislatura 2025-2028 prevista para ocorrer no dia 12 de outubro de 2026 (segunda-feira), para o dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira), com início às 18h00 (dezoito horas).

Art. 2º - A pauta prevista para a 30ª Reunião Ordinária de 2026 será apreciada na data estabelecida no art. 1º desta Portaria, ressalvadas as alterações que forem regularmente promovidas pela Presidência.
Art. 3º - As reuniões ordinárias das Comissões Permanentes eventualmente previstas para o dia 12 de outubro de 2026 deverão ser readequadas pelos respectivos Presidentes, em razão do feriado nacional, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Martinho Campos, MG, 09 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Vereador
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:9BA5D27A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
PORTARIA Nº 34, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 34, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a realização de expediente interno na Câmara Municipal de Morro da Garça/MG, nas datas que especifica, em razão da realização de curso de capacitação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO a realização de curso de capacitação destinado aos servidores e vereadores do Poder Legislativo Municipal, abrangendo serviços técnicos de treinamento, capacitação e orientação administrativa, com enfoque na aplicação prática da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na regulamentação das contratações públicas no âmbito do Poder Legislativo Municipal e na estruturação e no aperfeiçoamento das atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Morro da Garça;
CONSIDERANDO os termos do Contrato Administrativo nº 16, de 23 de setembro de 2026, celebrado para a prestação dos referidos serviços de capacitação;
RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecido o expediente interno de trabalho na Câmara Municipal de Morro da Garça/MG, nos dias **22 de outubro, 12 de novembro, 26 de novembro e 10 de dezembro de 2026**, em razão da realização de curso de capacitação destinado aos servidores e vereadores do Poder Legislativo Municipal.
§ 1º Nas datas especificadas no caput deste artigo, o expediente será destinado às atividades internas e à participação dos servidores e vereadores no curso de capacitação.
§ 2º A Presidência adotará as providências necessárias para assegurar a continuidade dos serviços essenciais do Poder Legislativo, de modo a evitar prejuízos ao funcionamento administrativo da Câmara Municipal.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Morro da Garça/MG, 09 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Vereador Presidente

Publicado por:
Erica Cristina Gomes da Silva
Código Identificador:0B624281

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
RESOLUÇÃO Nº 082, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 082, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 071, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE HONRARIAS E HOMENAGENS CONCEDIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Morro da Garça, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:
Art. 1º. Fica acrescido ao Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 071, de 19 de novembro de 2025, o inciso V, com a seguinte redação:
"Art. 1º. (...)
Parágrafo único (...)
V – Medalha do Morrão.

Art. 2º. Ficam acrescentado o Capítulo VI e o art. 10-A, à Resolução nº 071, de 2025, com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI

DA MEDALHA MORRÃO

Art. 10-A. A Medalha Morrão é a honraria concedida ao cidadão, nascido ou não em Morro da Garça, que tenha efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade, do Poder Legislativo ou de seu povo.

Parágrafo único. A Medalha Morrão terá as seguintes características:

I - O brasão municipal ao centro, em alto-relevo;
II – A inscrição em semicírculo na borda superior contendo os dizeres: "MEDALHA MORRÃO";
III - Será confeccionada em metal nobre com tonalidade dourada, com formato circular com 48 mm (quarenta e oito milímetros) de diâmetro e espessura de 3 mm(três milímetros);
IV - A Medalha será suspensa por uma fita de bolso de 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 43,5 mm (quarenta e três virgula cinco milímetros) de altura, nas cores do Município.

§ 1º. Cada Vereador poderá indicar, por ano, até dois agraciados para receber a Medalha Morrão, devendo efetivar suas indicações preferencialmente até o dia 1º de setembro.
§ 2º. A data prevista no parágrafo anterior poderá ser prorrogada, por decisão da Mesa Diretora da Câmara Municipal, em observância ao calendário de eventos do Legislativo Municipal.
§ 3º. A concessão da Medalha Morrão deve ser aprovada em reunião ordinária, após a data final de sua indicação, por discussão e votação única, sempre por via de Decreto Legislativo.
§ 4º. A indicação do Vereador deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara e, caso rejeitada, não será passível sua substituição.
§ 5º. Na indicação o Vereador deverá juntar a biografia do homenageado e a justificativa contendo os motivos pelo merecimento da honraria.

Art. 3º. Fica renumerado o Capítulo VI como Capítulo VII, da Resolução nº. 071, de 2025.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Vereador Presidente

TIAGO MARQUES DA SILVEIRA
Secretário

Publicado por:
Erica Cristina Gomes da Silva
Código Identificador:35E20F96

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
RESOLUÇÃO Nº 083, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 083, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 077, DE 06 DE MAIO DE 2026, QUE "CRIA A OUVIDORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Morro da Garça, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:
Art. 1º - O § 2, do art. 2º da Resolução nº 77, de 06 de maio de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
(...)
§ 2º As manifestações formalmente identificadas serão recebidas, registradas e processadas pela Ouvidoria, assegurada a proteção dos dados pessoais e a restrição de acesso à identidade do manifestante, na forma da legislação aplicável.
Art. 2º - Acrescenta-se os §§ 2º-A, 2º-B, 2º-C, 2º-D e § 5º, ao art. 2º, da Resolução nº 77, de 6 de maio de 2026, com a seguinte redação:
(...)
§ 2º A - As comunicações de irregularidades apresentadas de forma anônima serão recebidas e registradas pela Ouvidoria, não sendo descartadas exclusivamente em razão da ausência de identificação do comunicante.
§ 2º B - As comunicações anônimas que contenham elementos mínimos que permitam a compreensão e a verificação dos fatos poderão ser submetidas a análise preliminar pelo Ouvidor e, quando presentes indícios suficientes de possível irregularidade, encaminhadas à Presidência da Câmara ou ao órgão competente para a adoção das providências cabíveis.
§ 2º C - As comunicações anônimas não ensejarão resposta ou comunicação ao autor, em razão da impossibilidade de identificação e contato com o comunicante, sem prejuízo da adoção das providências administrativas eventualmente cabíveis em relação aos fatos relatados.
§ 2º D - Não serão objeto de encaminhamento ou apuração exclusivamente em razão de comunicação anônima as informações manifestamente genéricas, imprecisas, desprovidas de elementos mínimos de verificabilidade ou que não apresentem conteúdo suficiente para a realização de análise preliminar, sem prejuízo de seu registro para fins estatísticos e de controle.
(...)
§ 5º - O acesso às manifestações e comunicações recebidas pela Ouvidoria, bem como aos dados pessoais eventualmente nelas contidos, será restrito ao Ouvidor da Câmara Municipal e, quando necessário ao tratamento ou encaminhamento da demanda, às autoridades ou agentes públicos cuja atuação seja indispensável à adoção das providências cabíveis, observados os limites legais de acesso à informação.
Parágrafo único**.** A identidade do manifestante constitui informação de acesso restrito, devendo ser preservada sempre que a legislação assim determinar, sendo vedada sua divulgação ou utilização para finalidade estranha ao tratamento da manifestação.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Vereador Presidente

TIAGO MARQUES DA SILVEIRA
Vereador Secretário

Publicado por:
Erica Cristina Gomes da Silva
Código Identificador:8EDDF71A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
PAUTA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13/10/2026

PAUTA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13/10/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino-MG, Vereador Clóvis Coldibeli, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 27 da Resolução n.º 014/2016 (Regimento Interno da Câmara Municipal), **CONVOCA E DÁ PUBLICIDADE DE QUE SE ENCONTRAM EM PAUTA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2026, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA ROGÉRIO GISSONI, N.º 450 – CENTRO DESTA CIDADE, ÀS 20 HORAS, AS PROPOSITURAS ABAIXO RELACIONADAS:**

APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO PARA TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, COM PEDIDO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO REGIMENTAL

PROJETO DE LEI N.º 3.729/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Cria a Escola Municipal de Educação Integral "Professor Guilherme Bernardes" na Rede Municipal de Ensino de Ouro Fino.

PROJETO DE LEI N.º 3.730/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Prorroga o período de vigência da Lei 3.401/2026 que institui o "Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Ouro Fino - 2026" e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 3.731/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Autoriza a abertura de crédito especial em favor da Diretoria de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Trânsito, no valor de R$ 250.000,00, para os fins que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 3.732/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Autoriza o acréscimo de contribuições e a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 90.000,00, para a entidade e fins que especifica.
VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 3.724/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Altera a Lei Delegada n.º 005/2025 que dispõe sobre a Organização Geral da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Ouro Fino e dá outras providências.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 043/2026
Autoria: Ver. Fábio Tomazoli da Fonseca
Resumo: Denomina Cláucio Benedito Bernardes a rua n.º 03, localizada no Loteamento Asa Branca.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 044/2026
Autoria: Ver. Antônio Lino Filho
Resumo: Dispõe sobre a concessão do Diploma de Honra ao Mérito ao Ilmo. Sr. Roberto Azevedo.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES N.º 119/2026
Autoria: Ver.ª Vânia Aparecida Vieira Couto.
Resumo: Manifesta aplausos e congratulações ao Excelentíssimo Senhor Dr. Maurício Lemes de Carvalho, pela sua reeleição ao cargo de Deputado Estadual por Minas Gerais, reconhecendo sua trajetória pública e desejando êxito na continuidade de seu mandato.
MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES N.º 120/2026
Autoria: Ver.ª Vânia Aparecida Vieira Couto.
Resumo: Manifesta aplausos e congratulações ao Excelentíssimo Senhor Cleiton Gontijo de Azevedo, pela sua eleição ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, desejando sabedoria e êxito na condução do Governo Estadual.
MOÇÃO DE REPÚDIO N.º 121/2026
Autoria: Ver. Paulo Henrique Chiste da Silva.
Resumo: Manifesta repúdio à situação do fornecimento de energia elétrica no Município de Ouro Fino/MG, diante das recorrentes interrupções e da precariedade do serviço, especialmente dos episódios que atingiram o Bairro dos Palomos e outras localidades, solicitando providências urgentes à CEMIG e encaminhamento de cópia ao Deputado Estadual Dr. Maurício Lemes de Carvalho.

MOÇÃO DE APELO N.º 122/2026
Autoria: Ver. Paulo Henrique Chiste da Silva.
Resumo: Apela ao Deputado Federal Dimas Fabiano Toledo Junior para que atue junto ao governador eleito de Minas Gerais, Cleiton Gontijo de Azevedo, visando à instalação e ao efetivo funcionamento de um Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar em Ouro Fino/MG, com encaminhamento de cópia ao Deputado Estadual Dr. Maurício Lemes de Carvalho.
MOÇÃO DE APELO N.º 123/2026
Autoria: Ver. Nelson Lopes da Silva.
Resumo: Apela ao Governo do Estado de Minas Gerais e ao Deputado Estadual Dr. Maurício Lemes de Carvalho para que atuem pela manutenção da suspensão do reajuste das tarifas de pedágio da EPR Sul de Minas e pela revisão dos critérios que fundamentaram o aumento, considerando seus impactos econômicos sobre os usuários e a população regional.
MOÇÃO DE REPÚDIO N.º 124/2026
Autoria: Ver. Nelson Lopes da Silva.
Resumo: Manifesta repúdio ao reajuste anunciado para as tarifas de pedágio da EPR Sul de Minas, diante dos impactos econômicos sobre os usuários e a população regional, defendendo transparência, fiscalização dos critérios tarifários e modicidade das tarifas.
MOÇÃO DE APELO N.º 125/2026
Autoria: Ver. Fábio Tomazoli da Fonseca.
Resumo: Apela ao Poder Executivo Municipal para que sejam adotadas as providências necessárias à realização de procedimento licitatório destinado à aquisição e instalação de placas de identificação dos logradouros públicos de Ouro Fino/MG.
MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 126/2026
Autoria: Ver. Carlos Augusto Honório.
Resumo: Manifesta aplausos ao Excelentíssimo Senhor Cleiton Gontijo de Azevedo pela atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao questionar o reajuste das tarifas de pedágio da EPR Sul de Minas.
MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 127/2026
Autoria: Ver. Cícero de Lima Braga.
Resumo: Manifesta aplausos à Divisão de Cadastros, Arrecadação e Tributação da Prefeitura Municipal de Ouro Fino/MG, em nome da Chefe da Divisão, Senhora Maísa Gonçalves de Almeida, estendendo a homenagem a todos os servidores do setor, pelo excelente trabalho, dedicação, comprometimento e qualidade do atendimento prestado à população.
DENÚNCIA N.º 001/2026 - LEITURA E DELIBERAÇÃO SOBRE O RECEBIMENTO
Denúncia apresentada pelo Senhor Kaique dos Santos Moreira em face da Vereadora Vânia Aparecida Vieira Couto, para apuração de eventual infração ética, disciplinar ou incompatível com o exercício do mandato parlamentar.
Objeto: deliberação do Plenário quanto ao recebimento da denúncia, nos termos do art. 5º, incisos I e II, do Decreto-Lei n.º 201/1967.

APRESENTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 3.726/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2027.

PROJETO DE LEI N.º 3.727/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Autoriza a concessão de subvenções, auxílios e contribuições às entidades que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 3.728/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027.

PROJETO DE LEI N.º 3.733/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Dispõe sobre a política municipal de assistência social, institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS do Município de Ouro Fino/MG e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 3.734/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Institui o prêmio "Professor Inovador de Boas Práticas" no Município de Ouro Fino - MG.

PROJETO DE LEI N.º 3.735/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Autoriza o acréscimo de contribuições e a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 315.000,00, para as entidades e fins que especifica.
PROJETO DE LEI N.º 3.736/2026
Autoria: Pref. Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Resumo: Autoriza o acréscimo de subvenções sociais e a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 20.000,00, para a entidade e fins que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 3.737/2026
Autoria: Ver. Paulo Henrique Chiste da Silva
Resumo: Dispõe sobre a prioridade de vagas em creches e unidades de educação infantil da rede municipal de ensino para crianças filhas de mães solo no Município de Ouro Fino/MG e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 3.738/2026
Autoria: Ver. Carlos Augusto Honório
Resumo: Dispõe sobre medidas de proteção, acolhimento e humanização do atendimento às mulheres em situação de perda gestacional, óbito fetal ou óbito neonatal no Município de Ouro Fino/MG.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 045/2026
Autoria: Ver. Antônio Lino Filho
Resumo: Denomina Dario Nunes de Assis a Rua Dezessete, localizada no Jardim Belo Horizonte III.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 046/2026
Autoria: Vers. Nelson Lopes da Silva e Cícero de Lima Braga
Resumo: Denomina Professor César Luís Bonamichi do Couto a Rua Quinze, localizada no Jardim Belo Horizonte III.
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 047/2026
Autoria: Ver. Cícero de Lima Braga
Resumo: Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário Ourofinense ao Ilmo. Sr. Túlio Ladeia Aragaki.
INDICAÇÃO APRESENTADA PELO VER. CARLOS AUGUSTO HONÓRIO
N.º 414 – Sugerindo a limpeza e a manutenção do sistema de abastecimento de água do Distrito de São José do Mato Dentro.

INDICAÇÕES APRESENTADAS PELO VER. FÁBIO TOMAZOLI DA FONSECA
N.º 398 – Sugerindo a realização de pulverização para o combate à infestação de carrapatos nas casas e áreas próximas ao Lago dos Palomos, diante dos relatos de moradores que vêm encontrando carrapatos diariamente em suas residências, em pessoas e em animais.
N.º 399 – Sugerindo a instalação de redutor de velocidade nas proximidades do Segundo Lago, próximo ao comércio Casaloti Motors, com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos e aumentar a segurança de motoristas e pedestres que transitam pelo local.
N.º 409 – Sugerindo a realização de operação tapa-buracos na Rua Humaitá, após a ponte, no sentido do bairro Santa Rita.
INDICAÇÕES APRESENTADAS PELA VERª. LÍVIA ROBERTA FRANCELI
N.º 400 – Sugerindo a realização de calçamento das ruas de terra com acesso pela estrada Santa Rita de Caldas, em frente ao campo de futebol do Gargatá, onde residem diversas famílias, a fim de garantir melhores condições de acesso e segurança aos moradores.
N.º 402 – Sugerindo a disponibilização de uma recepcionista em período integral no Distrito de Crisólia, para realizar o atendimento ao público e o protocolo de exames dos pacientes, especialmente da população residente na zona rural.
N.º 410 – Sugerindo o estudo da viabilidade de pavimentação asfáltica da estrada que liga o Cervinho ao Cervão, atendendo a pedido dos moradores.
INDICAÇÕES APRESENTADAS PELA VER. NELSON LOPES DA SILVA
N.º 403 – Sugerindo a instalação de câmeras de segurança na entrada dos banheiros do Lago dos Palomos.
N.º 404 – Sugerindo a realização de manutenção e melhorias no parquinho da Praça do Berrante.
N.º 405 – Sugerindo que, junto ao departamento competente, seja verificada a possibilidade de regulamentação do trânsito de caminhões na Rua Rogério Gissoni, nas proximidades do cruzamento com a Rua Pedro José de Melo.
N.º 406 – Sugerindo a realização de cascalhamento na estrada do bairro do Tanque.
N.º 407 – Sugerindo a realização de calçamento na estrada do bairro Santa Isabel, em frente à Igreja de Santa Isabel de Portugal.
N.º 408 – Sugerindo a restauração da calçada e o reparo dos buracos na Rua Rogério Gissoni, no trecho compreendido entre a CEME Professora Silvia Emília Rossi Wolf e o final da via.
INDICAÇÕES APRESENTADAS PELO VER. PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA
N.º 397 – Sugerindo que, por meio do órgão municipal competente, seja analisada a possibilidade de reconhecimento da canção "O Menino da Porteira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ouro Fino, caso preenchidos os requisitos previstos na legislação municipal.
N.º 411 – Sugerindo o pagamento das emendas impositivas ainda pendentes, destinadas ao Departamento de Fisioterapia e à APRIMOF, para a aquisição de veículo e botas pneumáticas pelo Departamento de Fisioterapia e de pluviômetro pela APRIMOF.
N.º 412 – Sugerindo a aquisição de dois aquecedores para o Departamento de Fisioterapia, com a finalidade de possibilitar o retorno do funcionamento dos turbilhões e aprimorar o atendimento aos pacientes, especialmente nos casos de fraturas.
N.º 413 – Sugerindo que o Poder Executivo avalie a viabilidade e manifeste interesse em apresentar o Município de Ouro Fino como candidato a sediar o Campeonato Nacional de Acrobacia Aérea, previsto para 2027.
INDICAÇÃO APRESENTADA PELA VERª. VÂNIA APARECIDA VIEIRA COUTO
N.º 401 – Sugerindo que o Departamento de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Trânsito estude e, sendo tecnicamente viável, realize a identificação das vias públicas diretamente nos postes já existentes no Município de Ouro Fino.

Gabinete da Presidência, em 09 de outubro de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente (Biênio 2025-2026)
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:45C88DB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
DESPACHO DO PRESIDENTE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

DESPACHO DO PRESIDENTE

Processo Administrativo nº 66/2026 – Dispensa de Licitação nº 36/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO CONSUMO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, INCLUINDO ITENS DE DESPENSA, BEBIDAS, FRUTAS E DERIVADOS

1. Relatório
Cuidam os autos de procedimento de contratação direta por dispensa de valor, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Ao início da fase de julgamento, a Agente de Contratação submeteu a esta Presidência Comunicação Interna relatando a ocorrência de erro material no Aviso de Contratação Direta publicado no PNCP e no site oficial: no item 1.2 do aviso constavam descritos apenas 28 itens, enquanto a tabela estimativa do item 3.1 projetava 29 itens – sendo o item 29, correspondente a "SUCO. UVA Apresentação, Líquido. Sabor, Uva. Tipo, Natural. Características Adicionais, Pronto Para Consumo. Embalagem Tipo Longa Vida de 1l. CATMAT, 298881", em harmonia com o Termo de Referência e Documento de Formalização da Demanda.
Verificou-se que foram recebidas 2 (duas) propostas comerciais para o certame. Contudo, a falha de preenchimento no Aviso de Contratação Direta induziu uma das proponentes a erro, fazendo com que a sua proposta não contemplasse o item 29, enquanto a outra participante cotou a integralidade dos 29 itens previstos no Termo de Referência.

2. Fundamentação Jurídica: Do Juízo de Conveniência, Oportunidade e da Jurisprudência do TCU
Instado a se manifestar sobre a necessidade de reabertura do prazo ou de prosseguimento com adequação do objeto, este Julgador invoca a **Supremacia do Interesse Público** e o **Poder Discricionário da Administração** para delimitar o escopo contratual.
Conforme o entendimento consolidado no âmbito do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, notadamente refletido em sua jurisprudência e em julgamentos que balizam a aplicação do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a revogação parcial ou modificação do objeto licitado por razões de interesse público insere-se no mérito administrativo do Gestor, desde que baseada em motivação clara, coerente e em elementos fáticos que evidenciem a desnecessidade ou inoportunidade da contratação pretendida.
O TCU adverte que o interesse público que legitima a alteração ou supressão de itens não pode ser genérico, devendo vir acompanhado de justificativa materializável:

Da Desnecessidade Fática Superveniente: No caso em tela, verifica-se que a necessidade de consumo de sucos líquidos, tipo longa vida de 1l, da Câmara Municipal encontra-se integralmente guarnecida e protegida pelos itens 23, 27 e 28 do Termo de Referência, que garantem o fornecimento de sabores variados (Caju, Goiaba e Pêssego).
Da Temporalidade e Economicidade: A vigência do futuro ajuste findará estritamente em **31/12/2026**. A anulação dos atos atuais e consequente reabertura de prazo legal de 3 (três) dias úteis traria severo atraso processual à Casa Legislativa, violando o princípio da eficiência, para a aquisição de um item (suco de uva líquido - tipo longa vida de 1L) de baixa essencialidade administrativa.
Desta forma, em estrita observância à diretriz do TCU de que a discricionariedade deve caminhar com a proporcionalidade, a exclusão do item evita o retrabalho administrativo e protege o erário.

3. Da Preservação da Isonomia
Para que o corte do item não confira vantagem ou prejuízo a nenhum dos participantes, determinou-se o expurgo homogênea do item 29 do mapa de julgamento. O confronto de preços dar-se-á unicamente sobre os **itens 1 a 28**, comuns a ambas as propostas recebidas.
Como o critério adotado neste processo é o de **"menor preço por item"** (item 3.3 do Aviso de Contratação Direta), a exclusão do suco de uva líquido, tipo longa vida de 1L, mantém a concorrência intacta e perfeitamente isonômica sobre os demais produtos alimentícios remanescentes.

4. Decisão
Diante do exposto, no uso de minhas atribuições legais e regimentais:
DETERMINO A EXCLUSÃO DEFINITIVA DO ITEM 29 (Suco de Uva – tipo longa vida 1L) do objeto do Processo nº 66/2026 por razões de conveniência, oportunidade e
interesse público.
DETERMINO à Agente de Contratação que proceda à imediata desconsideração do item 29 em ambas as propostas apresentadas e realize a condução do julgamento e classificação do certame limitando-se aos **itens 1 a 28**.

Publique-se e junte-se aos autos para os fins de direito.

Patrocínio/MG, 09 de outubro de 2026.

NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio/MG

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:FEB555FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14/2026 –
CREDENCIAMENTO N° 03/2026

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO N° 03/2026
CREDENCIANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
CREDENCIADO: JORNAL PANORAMA LTDA, CNPJ: 08.560.398/0001-22
OBJETO: Credenciamento para contratação de empresa especializada para a publicação de atos administrativos, avisos e comunicados oficiais, visando atender às exigências legais e normativas aplicáveis à Câmara Municipal de Pitangui/MG
TERMO DE CREDENCIAMENTO: Nº 09/2026
VALOR: 1. (Serviços de Publicação de uma página de jornal colorida): R$ 24.725,67 (vinte e quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos);
2. (Publicação em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais): R$ 3.482,75 (três mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 23 Dotação 01.02.01.01.122.0013.2010.3.3.90.3.9.00 Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Karen Teixeira Silva
Código Identificador:4E9F7D8C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal do Prata, no uso de suas atribuições legais e regimentais, convoca todos os munícipes a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre o Projeto de Lei n. 048/2026 que "Estima a receita e fixa a despesa do Município do Prata/MG, para o exercício financeiro de 2027", de autoria do Prefeito Municipal, a ser realizada no dia 26 de outubro de 2026, com início às 15h00min, no Plenário da Câmara Municipal do Prata-MG, situada na Praça XV de Novembro, nº 35, Centro, Prata-MG.
A participação da população é de suma importância, ficando, portanto, todos os cidadãos convocados a participar desta Audiência Pública.

Câmara Municipal do Prata, 08 de outubro de 2026.

PAULO MARQUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal do Prata

Publicado por:
Rodolfo Marques Silva
Código Identificador:15333F1B

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
PORTARIA Nº 089/2026

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORES

O Presidente da Câmara Municipal do Prata, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido aos servidores Charles Mendes Lima, titular do cargo de Assistente Administrativo, Geovanna Ferreira Silva, titular do cargo de Assistente de Comunicação, Lara Vilela Ribeiro, titular do cargo de Analista de Recursos Humanos, Pedro Paulo de Carvalho Braga, titular do cargo de Oficial Administrativo, Thalissa Silva Vilela, titular do cargo de Recepcionista, Thiago da Silva Mourão, titular do cargo de Técnico Audiovisual, Thiago José de Moraes Saraiva, titular do cargo de Controlador Interno, do quadro de servidores da Câmara Municipal do Prata, a Progressão Horizontal para o Padrão de Vencimento "E", nos termos da Seção II, da Lei Complementar nº011/2018 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A Progressão Horizontal dos servidores para o Padrão de Vencimento "E" se dará a partir de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Prata, 09 de outubro de 2026.

PAULO MARQUES DE SOUZA JUNIOR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Bruna Silva Vieira
Código Identificador:23E2C508

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE EDITAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

A CAMARA MUNICIPAL DE SABINOPOLIS torna público Extrato de EDITAL, Processo Administrativo 047/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2026. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais destinados à complementação e modernização da infraestrutura audiovisual da Câmara Municipal de Sabinópolis/MG. Entrega das propostas no site https://licitardigital.com.br. Início da Sessão Eletrônica dia 27 de outubro de 2026 as 10hs00min. Informações pelo Email: sabilegislativo@yahoo.com.br, O edital e demais anexos encontra disponível no site do https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 ou portal https://licitardigital.com.br. Informações e esclarecimentos protocolados ou via e-mail sabilegislativo@yahoo.com.br. Em caso de discordância de informações entre o portal https://licitardigital.com.br e o site oficial do Câmara Municipal www.sabinopolis.mg.gov.br, prevalecera as informações do site oficial www.sabinopolis.mg.gov.br. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO - Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis–MG.

Sabinópolis, 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:625D30B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA

GABINETE/PRESIDÊNCIA
PORTARIA DE Nº 49/2026

"Institui Comissão de Contratação no âmbito do procedimento auxiliar de credenciamento de nº 03/2026".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO o disposto nas Portarias 49/2025; 25/2026 e 27/2026, que tratam do procedimento de credenciamento no âmbito da Câmara Municipal de Santa Bárbara;
CONSIDERANDO a instauração do procedimento de credenciamento nº 03/2026, tendo por objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível do tipo diesel, destinado ao abastecimento do veículo oficial utilizado a serviço do Poder Legislativo do Município de Santa Bárbara/MG;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Especial de Contratação no âmbito do procedimento de credenciamento nº 01/2026 os seguintes servidores:
I – Thalles Araújo Carneiro - Presidente;
II – Lucas Augusto de Paula Viegas – Membro;
III – Elizete Arantes Cota – Membro.
Art. 2º Caberá aos membros da comissão receber, examinar e julgar os documentos relativos ao credenciamento nº 03/2026.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara, MG, 09 de outubro de 2026.

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG

Publicado por:
Edimilson de Jesus Felisberto
Código Identificador:D9BC1F29

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 017/2026

Inexigibilidade nº: 007/2026

Favorecido: Force Treinamentos e Consultoria LTDA – CNPJ: 40.223.681/0001-71

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação, mediante o fornecimento de 4 (quatro) inscrições no curso "Comunicação Parlamentar para Gestão Pública", nos dias 13/10/2026 a 16/10/2026, na cidade de Belo Horizonte – MG.

Fundamento Legal: art. 74, inciso III, F, da Lei nº 14.133/2021.

Valor: R$ 6.199,96 (seis mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Após a finalização do procedimento de dispensa de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato do contrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

São Bento Abade - MG, 09 de outubro de 2026.

RENON REZENDE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de São Bento Abade - MG

Publicado por:
Michele Shigihara de Souza
Código Identificador:AE6A9D26

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11 DE 2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São João das Missões/MG.
CONTRATADA: Pratikartes Eventos e Treinamentos -CNPJ 23.342.711/0001-40

OBJETO: Contratação de empresa para prestaçãode serviços de capacitação e aperfeiçoamento profissional, visando à participação de 06 (seis) vereadores e assessores legislativos da Câmara Municipal de São João das Missões/MG no curso "Capacitação para Vereadores e Assessores Legislativos – Apoio Eficiente à Atividade Parlamentar e à Administração da Câmara Municipal", com palestrante Cláudia Prates, previsto para o período de 13 a 16 de outubro de 2026, no Hotel Alvorada, em Taguatinga, Brasília/DF.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, condicionado à comprovação dos requisitos legais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação.

VALOR UNITÁRIO: R$ 1.490,00 (mil quatrocentos e noventa reais) por participante.

QUANTIDADE: 06 (seis) participantes.
VALOR TOTAL: R$ 8.940,00 (oito mil novecentos e quarenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.11.01.031.0001.2003.3339039000000.15000000.1040

DATA DA AUTORIZAÇÃO: 09 de outubro de 2026.

São João das Missões/MG, 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO DE ARAÚJO SANTANA
Presidente da Câmara Municipal
São João das Missões/MG

Publicado por:
Maria Glória Júnior
Código Identificador:CCBE97CB

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025
CONTRATANTE: Câmara Municipal de São João das Missões/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 01.625.625/0001-01.
CONTRATADO: José Matias das Neves – ME inscrita no CNPJ sob o nº 07.346.817/0001-65
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material de limpeza e produtos de higienização para atender às atividades da Câmara Municipal de São João das Missões/MG.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual, permanecendo inalterados o objeto, os itens, as quantidades, os valores e as demais condições estabelecidas no contrato original.
VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 10.698,40 (dez mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA PRORROGADA: 07 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de São João das Missões/MG para o exercício vigente, na seguinte classificação: **1.12.1.122.2.2005.3.3.39.0.30.00.00.00.1500 – Material de Consumo – Ficha 1053.**
FUNDAMENTO LEGAL: Conforme previsão contratual e dispositivo legal aplicável.
DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 07/10/2026.

São João das Missões/MG, 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO DE ARAÚJO SANTANA
Presidente da Câmara Municipal de São João das Missões/MG

Publicado por:
Maria Glória Júnior
Código Identificador:D9F1DC77

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São João das Missões/MG, inscrita no CNPJ nº 01.625.625/0001-01.
CONTRATADO: José Matias das Neves, inscrito no CNPJ nº 07.346.817/0001-65.
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de aquisição de gêneros alimentícios destinados ao consumo interno e aos eventos institucionais da Câmara Municipal de São João das Missões/MG.
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 07 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR CONTRATUAL: R$ 6.394,00 (seis mil, trezentos e noventa e quatro reais), sem acréscimo de valor decorrente deste Termo Aditivo.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, observados os requisitos legais aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

São João das Missões/MG, 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO DE ARAÚJO SANTANA
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

Publicado por:
Maria Glória Júnior
Código Identificador:E523C933

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
PREGÃO ELETRÔNICO 05

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 05/2026
Nº PROC. ADM. 54/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão CAMARA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES e tendo como autoridade WALDINEI ALVES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: 08/10/2026 17:26
INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/10/2026 00:00
FIM REC. PROPOSTA: 27/10/2026 12:30
INÍCIO DISPUTA: 27/10/2026 14:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 19.747,5200

OBJETO DO PROCESSO
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A CÂMARA MUNICIPAL

Para demais informações contato via e-mail: camarasaolourenco@gmail.com, telefone: 35 33415-0211 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DxzgHJ7_Y4R7B6wJ36VvjN8txIQaiZgMMP2%2FnKEZpQ6i0iBExC%2FozfwgT4ftFwo7mI9%2F0R6WyoCI1OR%2FcCCRCFiJKxhasMdUZjZo6oK_9Ar4%3D

_____
ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES

SÃO LOURENÇO-MG – 08/10/2026

Publicado por:
Bruna Maria Rodrigues Sanches
Código Identificador:28D513FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES

CÂMARA MUNICIPAL MUNICIPAL DE SENADOR
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026.

A Câmara Municipal de Senador Cortes – MG, está publicando a Concorrência Presencial n. 001/2026, com julgamento pelo menor preço global objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES.** *O Credenciamento dos interessados, abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação, ocorrerão no dia*

28/10/2026, às 15:00hs. Informações: Tel.: (32) 3521-0888. Íntegra do Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Câmara Municipal, localizada na Av. Antônio de Souza Rabelo, nº 147 – Centro, CEP 36.650-000, ou pelo endereço eletrônico www.senadorcortes.mg.leg.br, ou pelo e-mail: camara@senadorcortes.mg.leg.br

Senador Cortes – MG, Em **09/10/2026.**

JOELMA FERREIRA LAFAYETE SOUZA.
Agente de Contratação da Câmara Municipal de Senador Cortes – MG. Portaria n. 11/2026 de 01/10/2026.

Publicado por:
Joelma Ferreira Lafayete Souza
Código Identificador:FD18BD2D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CAMARA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
SESSÃO ORDINÁRIA 13/10/2026

ATO DA MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, Nº30/2026, de 09 de outubro de 2026.

Dar publicidade a ORDEM DO DIA da DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG.

A MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE***:

Artigo 01º: Designa-se a **DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** para o dia 13/**10/2026, às 18h30min**, na sede do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG na Rua Antônio Ribeiro dos Reis Filho, 64, Centro, Volta Grande-MG.
Artigo 02º: A ORDEM DO DIA é a seguinte:

I – LEITURA e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.

II- LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO:
OFÍCIO Nº166/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 028/2026 QUE "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
OFÍCIO Nº167/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº029/2026 QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027".
OFÍCIO Nº172/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DAS LEIS Nº1.769, 1.770 E 1.771 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.
OFÍCIO Nº173/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº030/2026 QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº1.567/2020"
OFÍCIO Nº174/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº003/2026 QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, INSTITUI NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, EXTINGUE E CRIA CARGOS EM COMISSÃO, ESTABELECE PERÍODO DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
OFÍCIO Nº175/2026 – ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO BALANCETE REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 2026.
III – REQUERIMENTOS:
Requerimento vertido pela vereadora LUCIANE BASSANI quanto a situação da quadra localizada nas proximidades do Colégio Tiburcinho, Volta Grande-MG;

IV – INDICAÇÕES DOS SENHORES VEREADORES E SENHORA VEREADORA:
1.Indicação vertida pelo vereador AFONSO OLIVEIRA MARQUES solicitando REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO GERALDO, VOLTA GRANDE-MG.
2. Indicação vertida pelo vereador RICARDO MACHADO DA SILVEIRA JÚNIOR solicitando COLOCAÇÃO DE QUEBRA MOLA NA ESTRADA DE TRIMONTE, PRÓXIMO À ESCOLA MUNICIPAL DE TRIMONTE, VOLTA GRANDE-MG.

Artigo 03º: Publique-se no Diário Oficial do Poder Legislativo no prazo regimental, registra-se e cumpra-se.
Dado e passado no Gabinete do Presidente do Poder Legislativo de Volta Grande-MG.

Volta de Grande, 09 de Outubro de 2026.

THIAGO PULLIG TAVARES
Presidente do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:ABD3B82C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIACA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2026

Ata de Registro de Preços n° 028/2026 – Pregão Eletrônico n° 007/2026 – Processo n° 013/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha a fim de atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente – CIACA. Fornecedora: 63.668.036 FERNANDA RAMOS DE ALMEIDA, CNPJ: 63.668.036/0001-68. Valor Total: R$ 892,00 (oitocentos e noventa e dois reais). Vigência: 02/10/2026 à 01/10/2027. Fundamentação legal: Lei Federal 14.133/2021.

Viçosa, 02 de outubro de 2026.

ÂNGELO CHEQUER -
Presidente do CIACA.

Publicado por:
Ana Louricelia Chagas Monteiro
Código Identificador:910F1017

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2026

Ata de Registro de Preços n° 029/2026 – Pregão Eletrônico n° 007/2026 – Processo n° 013/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha a fim de atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente – CIACA. Fornecedora: SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA, CNPJ: 07.665.456/0001-10. Valor Total: R$ 809,54 (oitocentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência: 02/10/2026 à 01/10/2027. Fundamentação legal: Lei Federal 14.133/2021.

Viçosa, 02 de outubro de 2026.

ÂNGELO CHEQUER -
Presidente do CIACA.

Publicado por:
Ana Louricelia Chagas Monteiro
Código Identificador:3A043B7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - ATO ADMINISTRATIVO CIDES Nº 83/2026

ATO ADMINISTRATIVO CIDES Nº 83/2026

NOMEIA PARA O CARGO DE FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO CONSÓRCIO CIDES A PESSOA QUE MENCIONA.

O Presidente do CIDES, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 43, IV, do Estatuto, e em conformidade com a legislação vigente, e o que foi aprovado pela 26ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio,
CONSIDERANDO a reforma administrativa aprovada na referida Assembleia Geral, que culminou com a publicação da Sétima Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio; e
CONSIDERANDO o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado 004/2026, publicado em 06 de outubro de 2026, e a necessidade de nomeação do primeiro colocado.

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear o Sr. Marcelo Henrique Batista de Sá, para o cargo de fiscal de defesa do consumidor em consonância com a Sétima Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio.
Parágrafo único. O nomeado deverá estar disponível para exercício no prazo fixado no item 12.4.1 do Edital.
Art. 2º As despesas decorrentes do art. 1º deste Ato Administrativo correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.
Art. 3º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia/MG, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:1269383D

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 51/2026, DISPENSA 47/2026 – IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA.

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 51/2026, DISPENSA 47/2026 – IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de materiais gráficos, para atender às necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
Contratado: IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70) Valor Global: R$ 7.260,00 (SETE MIL E DUZENTOS E SESSENTA REAIS) - AUTORIZO o prosseguimento do Processo e posterior contratação.

Uberlândia/MG, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO –
Presidente do CIDES.

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:3E35BFA1

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES torna pública a abertura do procedimento de Chamamento Público para credenciamento, na forma eletrônica, com fundamento nos arts. 78 e 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Resolução CIDES nº 05/2026, para o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de agenciamento de viagens, sob demanda e sem garantia de consumo mínimo, compreendendo cotação, reserva, contratação, emissão, alteração, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais; reserva e contratação de hospedagem nacional e internacional; contratação de transfer/traslado; seguro-viagem internacional; e suporte emergencial 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos. Os requerimentos para credenciamento e as documentações serão aceitas a partir do dia 13/10/2026 ás 08:00h, (Horário de Brasília) no email assistente@cides.com.br . O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de vigência previsto no Edital, obervadas as condições nele estabelecidas.
Informações adicionais sobre o edital poderão ser obtidas pelo e-mail: assistente@cides.com.br .

Uberlândia/MG, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:FC819F25

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO Nº 51/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2026

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO Nº 51/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2026

Em atenção aos artigos 72 e 75 da Lei Federal 14.133/2021, bem como o princípio da publicidade, e após reunião da Comissão de Contratação e da Agente de Contratação, o Presidente do CIDES resolve tornar público o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 51/2026, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de materiais gráficos, para atender às necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
Foi homologado o resultado e adjudicados os seguintes itens da dispensa, nos termos abaixo:
Item 01 - (BLOCOS DE ANOTAÇÕES TAMANHO 7,5X11CM - 4X0 PAPEL AP 75GRS 100 FOLHAS – 50 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 6,00 (seis reais) – Valor Total do Item: R$ 300,00 (trezentos reais);

Item 02 - (BLOCOS MEMORANDO TAMANHO 14X21CM - 4X0 PAPEL AP 75GRS 100 FOLHAS – 50 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ:**

02.264.795/0001-70) – Valor Unitário do Item: R$ 12,00 (doze reais) – Valor Total do Item: R$ 600,00 (seiscentos reais);

Item 03 - (ENVELOPES TIMBRADOS GG - 31X41 4X0 AP 90 GRS BRANCO – 200 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) – Valor Total do Item: R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais);

Item 04 - (ENVELOPES TIMBRADOS MÉDIO - 18X24 4X0– 1000 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 0,90 (noventa centavos) – Valor Total do Item: R$ 900,00 (novecentos reais);

Item 05 - (CONFECÇÃO DE ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL PARA PERSONALIZAÇÃO DE AMBIENTES E COM INSTALAÇÕES – 20 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 120,00 (cento e vinte reais) – Valor Total do Item: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

Item 06 - (BANNER 1X1,50 METROS, IMPRESSÃO DIGITAL – 5 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 180,00 (cento e oitenta reais) – Valor Total do Item: R$ 900,00 (novecentos reais);

Item 07 - (IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA 450 GRAMAS BASE DE SOLVENTE COM ACABAMENTO – 15 UNIDADES): Adjudicado à **IMPRIMI COMUNICACAO VISUAL LTDA (CNPJ: 02.264.795/0001-70)** – Valor Unitário do Item: R$ 120,00 (cento e vinte reais) – Valor Total do Item: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 7.260,00 (SETE MIL E DUZENTOS E SESSENTA REAIS).

Uberlândia/MG, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:CE540540

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 009/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

Nº	Empresa (Nome Empresarial)	CNPJ
1	ECCOR - CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	23.349.339/0001-01
2	62.388.941 THAMIRES LUANNE GONCALVES SILVA	62.388.941/0001-00
3	BWL COMERCIO CONSULTORIA E GESTAO LTDA	45.280.865/0001-97
4	DANIELLE DURAES DE CARVALHO ROCHA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	68.245.929/0001-14
5	39.370.679 LETICIA DOS SANTOS DE ARAUJO E SILVA	39.370.679/0001-46

Cujo Objeto é o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, CONVÊNIOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRIBUTÁRIA E FISCAL, TURISMO, LGPD, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO, CONTABILIDADE PARA APURAÇÃO DO VAF/ICMS E INTERLOCUÇÃO GOVERNAMENTAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CIMAMS E DESTE.**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:8A5C6C71

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

Nº	Empresa (Nome Empresarial)	CNPJ
1	VILAG ENGENHARIA LTDA	64.630.989/0001-08

Cujo Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E ARQUITETURA, PARA INTEGRAR O CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS QUANDO HOUVER DEMANDA, para atendimento das necessidades paralelas e não excludentes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS e deste**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:7D2D84CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão 039/2026, torna público ERRATA ao pregão. Errata disponível na integra em ciminas.mg.gov.br/licitacoes e https://licitanet.com.br/sessao-publica.

LUIZ CLAUDIO FERREIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:11138D26

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - pregão eletrônico nº 061/2026, processo nº 111/2026, aquisição de equipamentos e implementos para pavimentação e sinalização viaria em atendimento aos orgaos demandantes. Abertura dia 26/10/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA **–**
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:0BF2BD35

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI
PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026

PREGÃO 020/2026
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, torna pública a abertura do Edital do Processo Licitatório n° 07.0237.2026.14 – Pregão Eletrônico 20/2026. Objeto: Registro de preços visando a eventual e futura contratação de aquisição
e/ou locação de itens de decoração e iluminação natalina, compreendendo
materiais, elementos, estruturas, figuras e equipamentos decorativos, elétricos
e/ou eletrônicos, destinados à ornamentação e ambientação de espaços públicos municipais, de modo a atender demanda dos municípios
consorciados de Acaiaca/MG, Amparo do Serra/MG, Oratórios/MG e Rio
Doce/MG; e demandas das Unidades de Acolhimento Institucional
vinculadas ao CIMVALPI, sediados nos municípios de Oratórios, Piranga e Rio
Casca. A realização da sessão pública será: 27/10/2026 às 09:00h, horário de Brasília – DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento das propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. O Edital poderá ser obtido no site www.licitardigital.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas através da plataforma www.licitardigital.com.br.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026

RICHELE SILVA DE JESUS
Agente de Contratação

Publicado por:
Richele Aparecida Silva de Jesus
Código Identificador:45199123

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, inscrito no CNPJ sob o nº 63.496.573/0001-78, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de Dispensa de Licitação nº 05/2026, nos termos do art. 75, inciso II, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de assessoria e consultoria em saúde pública, com ênfase no gerenciamento dos contratos firmados com prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo 02 (duas) visitas técnicas mensais, disponibilidade para atendimento remoto de segunda a sexta-feira por 08 (oito) horas diárias, treinamentos e acompanhamento em todos os programas da atenção básica, média e alta complexidade, conforme especificações constantes no Aviso, Termo de Referência e anexos.
Valor global estimado: R$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos reais).
Recebimento das propostas e documentos: exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail institucional **licitacao@ciscem.mg.gov.br**, no dia **16 de Outubro de 2026**, até as **10h00min** (horário de Brasília).
Abertura, análise e julgamento das propostas: dia **16 de Outubro de 2026**, às **11h00min**, na sede do CISCEM, situada à Rua Doutor José Olímpio Borges, nº 35, 3º andar, Centro, Patos de Minas/MG. O Aviso e seus anexos poderão ser solicitados pelo e-mail institucional **licitacao@ciscem.mg.gov.br**.

Patos de Minas/MG, 09 de outubro de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Secretária Executiva – CISCEM

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:C1F1E1EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0207/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000009/26 - Credenciamento n° 0001/26
Objeto: O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS RELATIVOS A TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE CONSULTAS E EXAMES DE APOIO E DIAGNÓSTICO CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE SERÃO DESTINADOS À PACIENTES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS - CISLAGOS.
Contratado: FUNDACAO HOSPITALAR SAO SEBASTIAO, CNPJ n° 18.632.315/0001-17. Valor global estimado de R$ 11.494.420,00, podendo ser posteriormente ser alterado a depender da existência de novos credenciados. Data da assinatura: 09/10/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 09 de outubro de 2026 até 02 de março de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
01020010.302.0002.2004.00003.3.90.39.361.501.000

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:30DFCF51

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA DATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 46/2026

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA DATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 46/2026. Fica alterado o termo de referência, edital e a data do Pregão eletrônico nº 26/2026, por motivo de pedidos de impugnação. Alterando a data de abertura das propostas para o dia 27/10/2026 as 09:00h, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br . Os demais itens permanecem inalterados. Maiores informações pelo Telefone (38) 3321-6231 ou pelo e-mail licitacaocismev@gmail.com
Assinatura: 06/08/2026.

JÚNIA MELISSA FIGUEIREDO MARTINS –
Agente De Contratação/ Pregoeiro.

Publicado por:
Junia Melissa Figueiredo Martins
Código Identificador:8D2D772A

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 43/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

Extrato do contrato nº 165/2026 – Processo Licitatório n° 43/2026 – Pregão Eletrônico n° 23/2026, contratação da prestação de serviços médicos, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa SANTA BARBARA ORTOPEDIA E PERÍCIA LTDA. Vigência: 12 meses, a partir de 01/11/2026 até 31/10/2027. Valor Total estimado R$ 302.710,32 (trezentos e dois mil, setecentos e dez reais, e trinta e dois centavos).
Assinatura: 09/10/2026.

Publicado por:
Junia Melissa Figueiredo Martins
Código Identificador:DCA7C9BA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 38/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026

Extrato do contrato nº 166/2026 – Processo Licitatório n° 38/2026 – Pregão Eletrônico n° 19/2026, contratação da prestação de serviços de telecomunicação, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa A.N.M. PROVEDOR DE INTERNET LTDA. Vigência: 12 meses, a partir de 01/11/2026 até 31/10/2027. Valor Total estimado R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Assinatura: 07/10/2026.

Publicado por:
Junia Melissa Figueiredo Martins
Código Identificador:BCDC4D81

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 40/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

HOMOLOGAÇÃO – Processo Licitatório 40/2026 - Pregão Eletrônico nº 21/2026.
Empresa Vencedora:
PRAG MINAS SOLUCOES AMBIENTAIS E TECNOLOGIA LTDA - 21.578.205/0001-29

Curvelo/MG, 08/10/2026 –

MAGNA FONSECA BARBOSA –
Autoridade Competente CISMEV.

Publicado por:
Junia Melissa Figueiredo Martins
Código Identificador:C0A1D25A

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 44/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

HOMOLOGAÇÃO – Processo Licitatório 44/2026 - Pregão Eletrônico nº 24/2026.
Empresas Vencedoras:
* A T C INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS TECNICOS LTDA - 18.016.106/0001-49
* IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA - 00.377.455/0001-20
* NEWLABOR PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA - 50.699.194/0001-33
* PHL DISTRIBUIDORA LABORATORIAL LTDA - 35.865.938/0001-59
* VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI - 08.380.296/0001-25

Curvelo/MG, 07/10/2026 –

MAGNA FONSECA BARBOSA –
Autoridade Competente CISMEV.

Publicado por:
Junia Melissa Figueiredo Martins
Código Identificador:0D64CCF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMIV - CONSORICIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO

PROCESSO Nº. 27/2026
PREGÃO Nº. 11/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA - CISMIV, por intermédio da Secretária Executiva, torna pública a homologação do processo em epígrafe, declarando a empresa RG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA , inscrita no CNPJ nº 23.819.962/0001-72 , como vencedora do certame. O objeto deste processo é a aquisição de gasolina aditivada para atender as necessidades do CISMIV . Para maiores informações, acesse o site do CISMIV na aba de Licitações em Andamento.

Viçosa, 10 de outubro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
André Luiz da Silva Quirino
Código Identificador:A454DEBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISTRISUL - CONSORCIO PUB. INT. DE SAUDE DA REDE DE URG. E MERG. DO TRIANGULO SUL

CONSORCIO
1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2025

Processo nº 014/2025
Pregão Eletrônico nº 014/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência e Emergência na Macrorregião do Triângulo do Sul - CISTRISUL
Contratado: ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ 71.208.516/0001-74
Objeto: serviço de telefonia fixa

Vigência: 16/10/2026 a 15/10/2026
Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 17.280,00
Data de Assinatura: 29/09/2026

Publicado por:
Fernanda Oliveira Cesar de Paiva
Código Identificador:6C5DEDE0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 188/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 188/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 188/2026 com a empresa VIGUINI E LIBERATO SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, referente ao processo licitatório n° 022/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a realização de exames médicos, com o valor global de R$ 283.918,34 (duzentos e oitenta e três mil, novecentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos) com vigência até 06 de outubro de 2027.

Coronel Fabriciano, dia 09 de outubro de 2026

THAIZ ROSA -
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:4EC5D6C9

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 189/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 189/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 189/2026 com a empresa CENTRO AVANÇADO DE REABILITAÇÃO E ESTIMULAÇÃO ESPECIAL LTDA, referente ao processo licitatório n° 040/2023, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas não médicas, métodos terapêuticos com técnicas específicas, aplicadas por diversos profissionais não médicos da área da saúde, com o valor global de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) com vigência até 06 de outubro de 2027.

Coronel Fabriciano/MG, 09 de outubro de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:7B5F3E70

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
DECISÃO ADM ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

DECISÃO FINAL DE ANULAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2026

Pregão Eletrônico nº 006/2026

Vistos.
O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais deferiu medida cautelar no Processo nº 1.217.961 e determinou a suspensão do Pregão Eletrônico nº 006/2026.
Em razão dos apontamentos formulados no controle externo, determinei a reavaliação técnica e jurídica da formação da demanda e dos quantitativos. A área técnica concluiu que os documentos originários não permitem identificar, com rastreabilidade suficiente, como as necessidades regionais foram convertidas nas quantidades máximas de cada item e que os estudos posteriores, embora úteis para testar a proporcionalidade, não demonstram a origem dos números que orientaram o edital e a disputa.
Após parecer jurídico preliminar, foi assegurada manifestação prévia aos interessados, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. A Construtora Remo Ltda. apresentou resposta tempestiva, que foi integralmente examinada no parecer jurídico conclusivo.
A manifestação não trouxe memória de cálculo originária, documento técnico contemporâneo ou outro elemento capaz de demonstrar que os quantitativos publicados decorreram, antes do edital, de dados objetivos submetidos a metodologia definida. Os argumentos jurídicos apresentados não afastam a conclusão de que a elaboração atual de nova memória de cálculo significaria reconstrução retroativa da fase preparatória, e não simples saneamento documental.
A ausência de obrigação de contratar todos os quantitativos registrados não dispensa a demonstração de sua formação. As quantidades influenciam a pesquisa de preços, a economia de escala, a formulação das propostas, o risco dos licitantes e a estrutura competitiva do certame. A concordância da licitante provisoriamente vencedora não substitui o dever legal de planejamento.
Considero, ainda, as consequências práticas da decisão. O procedimento já se encontra suspenso por medida cautelar, não houve formalização de ata ou contrato nem início de execução, e a preservação do certame exigiria a manutenção de quantitativos cuja origem não foi tecnicamente demonstrada. O refazimento do planejamento, embora demande tempo e novos atos, apresenta-se como medida mais segura e compatível com o interesse público.
A presente decisão não constitui execução automática da cautelar nem atribui ao TCEMG julgamento definitivo de mérito. A anulação decorre do exercício autônomo da autotutela administrativa, após reavaliação técnica e jurídica e observância do contraditório.
Acolho integralmente o parecer jurídico conclusivo, que adoto como razão de decidir.
DECIDO
I – Conhecer da manifestação apresentada pela Construtora Remo Ltda. e, no mérito, não acolhê-la;
II – Reconhecer que o pedido de efeito suspensivo não produz consequência autônoma, pois a decisão anterior possuía natureza preliminar e o certame permanece suspenso pela medida cautelar deferida pelo TCEMG;
III – Declarar a existência de vício insanável na formação originária da demanda e dos quantitativos do Pregão Eletrônico nº 006/2026;
IV – ANULAR os atos do procedimento a partir da definição dos quantitativos na fase preparatória, tornando sem efeito os atos subsequentes que deles dependam, inclusive a disputa, o julgamento e a aceitação da proposta, preservados apenas os elementos autônomos que possam ser legitimamente aproveitados após nova avaliação administrativa;
V – Determinar a notificação da Construtora Remo Ltda. e a divulgação desta decisão nos mesmos meios oficiais utilizados para o certame;
VI – Determinar a imediata comunicação desta decisão ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos do Processo nº 1.217.961, com encaminhamento de sua íntegra, do parecer jurídico conclusivo e dos demais documentos pertinentes, para ciência e providências que aquela Corte entender cabíveis;
VII – Determinar a instauração de apuração preliminar, em procedimento próprio, das causas da deficiência identificada, sem prejulgamento e sem imputação antecipada de responsabilidade;
VIII – Autorizar, caso permaneça a necessidade pública, a instauração de nova fase preparatória e de novo procedimento licitatório para o mesmo objeto, condicionados ao saneamento integral das inconsistências apontadas, especialmente mediante estudo de demanda contemporâneo, indicação das fontes e dos dados utilizados,

metodologia expressa e memórias de cálculo verificáveis que demonstrem a formação dos quantitativos;
IX – Admitir, no novo procedimento, o aproveitamento apenas de documentos autônomos do processo anterior cuja validade seja expressamente reavaliada e que não dependam da base quantitativa anulada, vedada a reprodução automática das quantidades ou dos atos afetados; e
X – Encaminhar os autos à área técnica e à equipe de planejamento para as providências decorrentes desta decisão.
Publique-se. Notifique-se. Comunique-se ao Tribunal de Contas. Cumpra-se.

Candeias/MG, 9 de outubro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Presidente do CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:AA40A9E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

PRESIDENTE
ATO CONVOCATÓRIO - PROCESSO SELETIVO 001/2026

ATO CONVOCATÓRIO

CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO DO CISLESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Microrregional Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o ato administrativo, que homologou o resultado do processo seletivo 001/2026.

RESOLVE:

Art. 1.º - Convocar o candidato RODRIGO MONGARDI DE OLIVEIRA BERNARDES, aprovado no PROCESSO SELETIVO 001/2026 para que se apresente no dia 13 de outubro de 2026, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, localizada na Rua Sinval Florêncio da Silva, nº 250, Chácara Dr Brum, Muriaé, MG, no horário de 08:00 horas, com a finalidade de ser contratado, no regime de contratação temporária, no cargo de MOTORISTA.

Parágrafo único – O candidato acima convocado deverá se apresentar no dia 13/10/2026 as 8:00h no local acima indicado munido dos documentos, original e fotocópia, para fins de inserção de seus dados no E-SOCIAL e Admissão pelo regime da CLT, os documentos a seguir relacionados:

Carteira de Identidade;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Título eleitoral e comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
Comprovante de regularidade com as obrigações militares, se do sexo masculino;
CPF;
Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida para o cargo, se assim o prever;
Número do PIS/PASEP ou declaração de que não é inscrito;
Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, realizado por médico do CISLESTE ou por ele indicado;
Diploma ou Certificado de Escolaridade, coforme exigência do cargo, com registro no órgão competente;
Habilitação legal para o exercício da profissão regulamentada, conforme o cargo pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho;
Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública;
Duas fotos 3x4 recentes;
CTPS;
Declaração de bens com firma reconhecida;
Certidão de antecedentes criminais;
Comprovante de residência;
Conta Bancária;
Exame de sangue (hemograma completo + plaquetas).

Art. 2.º - O não comparecimento da candidata ora convocado no prazo estipulado no caput do art. 1º e a entrega da referida documentação do Parágrafo Único, implicará na desistência tácita da referida vaga.

Art. 3.º - O candidato deverá firmar expressamente a sua concordância com o local, atribuições e carga horária relativa as funções que exercerá.

Art. 4.º - Este Ato entra em vigor na data em que a candidata dele tome conhecimento apondo sua assinatura de recebimento.

Art. 5.º - Expeça-se cópia do presente a candidata convocada.

Muriaé, MG, 09 de outubro de 2026.

RENÊ LEITE MAGALHÃES
Secretário Executivo do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:741D80F1

PRESIDENTE
ATO CONVOCATÓRIO - PROCESSO SELETIVO 001/2026

ATO CONVOCATÓRIO

CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO DO CISLESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Microrregional Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o ato administrativo, que homologou o resultado do processo seletivo 001/2026.

RESOLVE:

Art. 1.º - Convocar o candidato ELISSON AREDES DOS SANTOS, aprovado no PROCESSO SELETIVO 001/2026 para que se apresente no dia 13 de outubro de 2026, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, localizada na Rua Sinval Florêncio da Silva, nº 250, Chácara Dr Brum, Muriaé, MG, no horário de 08:00 horas, com a finalidade de ser contratado, no regime de contratação temporária, no cargo de MOTORISTA.

Parágrafo único – O candidato acima convocado deverá se apresentar no dia 13/10/2026 as 8:00h no local acima indicado munido dos documentos, original e fotocópia, para fins de inserção de seus dados no E-SOCIAL e Admissão pelo regime da CLT, os documentos a seguir relacionados:

Carteira de Identidade;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Título eleitoral e comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
Comprovante de regularidade com as obrigações militares, se do sexo masculino;
CPF;

Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida para o cargo, se assim o prever;
Número do PIS/PASEP ou declaração de que não é inscrito;
Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, realizado por médico do CISLESTE ou por ele indicado;
Diploma ou Certificado de Escolaridade, coforme exigência do cargo, com registro no órgão competente;
Habilitação legal para o exercício da profissão regulamentada, conforme o cargo pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho;
Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública;
Duas fotos 3x4 recentes;
CTPS;
Declaração de bens com firma reconhecida;
Certidão de antecedentes criminais;
Comprovante de residência;
Conta Bancária;
Exame de sangue (hemograma completo + plaquetas).

Art. 2.º - O não comparecimento da candidata ora convocado no prazo estipulado no caput do art. 1º e a entrega da referida documentação do Parágrafo Único, implicará na desistência tácita da referida vaga.

Art. 3.º - O candidato deverá firmar expressamente a sua concordância com o local, atribuições e carga horária relativa as funções que exercerá.

Art. 4.º - Este Ato entra em vigor na data em que a candidata dele tome conhecimento apondo sua assinatura de recebimento.

Art. 5.º - Expeça-se cópia do presente a candidata convocada.

Muriaé, MG, 09 de outubro de 2026.

RENÊ LEITE MAGALHÃES
Secretário Executivo do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:70869BD4

PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária

O Secretário Microrregional Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE, Sr. Renê Leite Magalhães, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso XVI, do Estatuto da Entidade, convoca os membros do Conselho Técnico do CISLESTE para Reunião Extraordinária, estendendo a convocação aos Secretários Municipais de Saúde interessados nos assuntos em pauta.
A reunião, previamente discutida e agendada durante reunião do COSEMS, será realizada no dia **14 de outubro de 2026, quarta-feira às 13h**, no auditório na sede do CISLESTE, situado na Rua Sinval Florêncio da Silva, nº 250, Chácara Doutor Brum, em Muriaé/MG, na ocasião, serão tratados os seguintes assuntos:
ORDEM DO DIA

I - Estudo preliminar para a possível criação da Câmara Técnica que apoiara os Municípios integrantes ao Cisleste nas demandas de judicialização de procedimentos em saúde;
II - Análise e estudo das ações a serem tomadas pelo Cisleste, na criação do serviço de atendimento aos neurodivergentes;
III - Outros assuntos de interesse técnico.

Muriaé-MG, 09 de outubro de 2026.

RENÊ LEITE MAGALHÃES
Secretário Microrregional Executivo do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:2320A0AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
EXTRATO 2º CONTRATO DE PROGRAMA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – SERICITA

2º Contrato de Programa Serviços Assistenciais, nº 0079/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE SERICITA**, vinculado ao processo administrativo n° 0060/2026, dispensa n° 0016/2026. Objeto: Gestão associada, pelo CONSÓRCIO, da complementação dos serviços públicos próprios de saúde do MUNICÍPIO, mediante delegação, compreendendo: o planejamento (fase preparatória) dos processos licitatórios, preferencialmente por meio de procedimentos auxiliares de licitação, de credenciamento e/ou registro de preços, visando à contratação de serviços destinados à complementação da rede assistencial do MUNICÍPIO, nas áreas de consultas em diversas clínicas e especialidades, exames laboratoriais, exames de diagnóstico por imagem e cirurgias hospitalares, vinculados à atenção de média e/ou alta complexidade, excluído o nível primário/atenção básica; a gestão da execução dos serviços contratados, incluindo a fiscalização quanto à adequação sanitária e ao cumprimento das normas e regulamentos do SUS no âmbito da complementação dos serviços próprios de saúde do MUNICÍPIO; bem como a gestão associada dos serviços públicos de atendimento de urgência e emergência hospitalar de média e alta complexidade, prestados no âmbito da microrregião de saúde de Ponte Nova, pelos Hospitais Arnaldo Gavazza Filho e Nossa Senhora das Dores, mediante o pagamento de complementação dos serviços de emergência e urgência. Valor total estimado: R$ 1.130.025,00 (um milhão cento e trinta mil e vinte e cinco reais). Vigência: 01/10/2026 a 31/12/2029. Data de Assinatura: 01/10/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:829EF535

CISAMAPI
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo **nº 59/2026**, celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI e **VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA, inscrito no CNPJ n° 49.287.699/0001-01.** PROCESSO 29/2026. Objeto: aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, relógio de ponto eletrônico, materiais de consumo, bem como contratação de serviços de instalação e desinstalação de cortina de ar e aparelhos de ar-condicionado. Valor: **R$ 17.541,02 (Dezessete mil quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos)**

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:6E733325

CISAMAPI
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo **nº 62/2026**, celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI e **HM INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ n° 34.240.500/0001-12.** PROCESSO 29/2026. Objeto: aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, relógio de ponto eletrônico, materiais de consumo, bem como contratação de serviços de instalação e desinstalação de cortina de ar e aparelhos de ar-condicionado. Valor: **R$ 1.423,35 (Mil quatrocentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos)**

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:6FFDE243

CISAMAPI
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo **nº 52/2026**, celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI e **Comercial Barbosa da Avenida, inscrito no CNPJ n° 40.775.893/0001-61.** PROCESSO 29/2026. Objeto: aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, relógio de ponto eletrônico, materiais de consumo, bem como contratação de serviços de instalação e desinstalação de cortina de ar e aparelhos de ar-condicionado. Valor: **R$ 28.089,74 (Vinte e oito mil oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).**

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:9140C2DF

CISAMAPI
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo **nº 59/2026**, celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI e **VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA, inscrito no CNPJ n° 49.287.699/0001-01.** PROCESSO 29/2026. Objeto: aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, relógio de ponto eletrônico, materiais de consumo, bem como contratação de serviços de instalação e desinstalação de cortina de ar e aparelhos de ar-condicionado. Valor: **R$ 17.541,02 (Dezessete mil quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos).**

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:0BD99642

CISAMAPI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, através da Central de Compras, torna público o resultado do PAL nº 35/2026 – Pregão n° 21/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios de panificação, lanches, salgados, bolos, bebidas e demais itens correlatos. Termo de Homologação disponibilizado no endereço: www.licitardigital.com.br. Inf. das 07:00 às 17:00 horas, pelo tel: (31) 3819-8817, e-mail: licitacao@cisamapi.mg.gov.br, e pelo Site: https://www.cisamapi.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editaislicitacao/pregao.
GANHADORES:
Fornecedor: Popular Center Ltda - 03.015.471/0001-61 - VALOR R$ 42.158,02.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gabriel Gustavo Ferraz
Código Identificador:8CC8E724

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-164-2026 - CONCEDE FÉRIAS À EMPREGADA PÚBLICA GEANNE CARLA RIPANI RODRIGUES E DESIGNA SUBSTITUTO

Concede férias à empregada pública Geanne Carla Ripani Rodrigues e designa substituto interino para o exercício das funções de Coordenador de Gestão de Contratos durante o período de afastamento

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam concedidas à empregada pública **Geanne Carla Ripani Rodrigues**, ocupante do cargo de Coordenadora de Gestão de Contratos, férias a serem gozadas no período de 13/10/2026 a 27/10/2026, relativas ao período aquisitivo compreendido entre 19/07/2025 e 18/07/2026.

Art. 2º Fica designado o senhor **Israel Marinho Aparecido** para responder interinamente pelas funções de Coordenador de Gestão de Contratos durante o período compreendido entre 13/10/2026 e 27/10/2026, assegurando a continuidade dos serviços e atividades inerentes ao setor.

Art. 3º A designação de que trata o artigo anterior terá caráter temporário e cessará automaticamente com o retorno da titular às suas atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 07 de outubro de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:C2F513A8

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-165-2026 - CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA EMPREGADA PÚBLICA MICHARQUELEM GOMES DA COSTA

Dispõe sobre Concessão de Férias a empregada pública de Micharquelem Gomes da Costa

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam concedidas a funcionária pública **Micharquelem Gomes da Costa**, ocupante do cargo de **Auxiliar Administrativo**, férias a serem gozadas no período de 13/10/2026 a 27/10/2026 relativas ao período aquisitivo compreendido entre 19/07/2025 a 18/07/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:E8EE9C23

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-166-2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A EMPREGADA PÚBLICA DE FERNANDA RODRIGUES HERMENEGILDO

Dispõe sobre Concessão de Férias a empregada pública de Fernanda Rodrigues Hermenegildo

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam concedidas a funcionária pública **Fernanda Rodrigues Hermenegildo**, ocupante do cargo de **Diretoria de Licitações, Contratações e Compras Públicas**, férias a serem gozadas no

período de 13/10/2026 a 27/10/2026 relativas ao período aquisitivo compreendido entre 15/02/2025 a 14/02/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:231EE207

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 054/2026

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO

À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº	054/2026
Dispensa nº	024/2026
Objeto:	Contratação de serviços especializados para realização de exames de mamografia bilateral digital, para rastreamento e/ou diagnóstico, conforme demanda, exceto exames com Doppler, a serem realizados em unidade móvel, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário – CISREC.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a LUZ PARA A VIDA, inscrita no CNPJ de nº 27.162.134/0001-65, AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

Matozinhos, 07 de outubro de 2026.

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:C7FE39AE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 055/2026

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO
À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº	055/2026
Inexigibilidade nº	019/2026
Objeto:	Participação no 6º Simpósio em Gestão Pública – IBS e Comitê Gestor: A Nova Era das Finanças Municipais a partir de 2027, promovido pelo Instituto Conceito em Gestão Pública – ICGP, a ser realizado de 21 a 23 de outubro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a ICGP - TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ de nº 31.644.353/0001-58, AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

Matozinhos, 09 de outubro de 2026

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:4410E126

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO 10/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **010/2026**, Processo Administrativo nº **048/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SETOR GASTRONÔMICO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
JP CULTURAL PROMOCOES E EVENTOS - 21.375.117/0001-20 JPCULTURAL@HOTMAIL.COM - (31) 99603-2131	192.822.454,76	192.699.999,22	122.455,54 Proveito (0,06%)
Totais	**192.822.454,76**	**192.699.999,22**	**122.455,54 Proveito (0,06%)**

Matozinhos, 07 de Outubro de 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:0809F8AF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **010/2026**, Processo Administrativo nº **048/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SETOR GASTRONÔMICO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
JP CULTURAL PROMOCOES E EVENTOS - 21.375.117/0001-20 JPCULTURAL@HOTMAIL.COM - (31) 99603-2131	192.822.454,76	192.699.999,22	122.455,54 Proveito (0,06%)
Totais	**192.822.454,76**	**192.699.999,22**	**122.455,54 Proveito (0,06%)**

Matozinhos, 07 de Outubro de 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:DA4DE359

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
TERMO DE SUSPENSÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, resolve **SUSPENDER o, Processo Licitatório n.º 058/2026, por conveniência e oportunidade.**
Após as alterações necessárias, o Edital será republicado, garantindo o devido recebimento das propostas, respeitando os prazos legais e procedimentais estabelecidos pela legislação vigente.
Esta decisão está em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a Administração Pública poderá revogar ou alterar atos administrativos quando houver conveniência para o interesse público, conforme disposto no artigo 53 e 54, ambos da Lei nº 14.133/2021, que determinam a necessidade de dar publicidade e ampla divulgação dos atos de suspensão.
Assim sendo, fica suspenso o **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026**, até que as alterações sejam devidamente implementadas, momento em que um novo edital será publicado conforme os trâmites legais, com todas as modificações necessárias para garantir a transparência e a legalidade do procedimento licitatório.
Atenciosamente,

GILBERTO DAMAS DE SOUSA
Presidente
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:4E2F4FDC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA / CIMBAJE

CIMBAJE
PORTARIA Nº 013/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 013/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA – CIMBAJE, PARA OS CONTRATOS CUJOS OBJETOS SEJAM DESTINADOS AO ALMOXARIFADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA – CIMBAJE, Sr. MÁRCIO FERREIRA SOUTO**, Prefeito do Município de Pedra Azul/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto e Protocolo de Intenções vigentes,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, que atribui à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, a competência para promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 009/2026, de 03 de agosto de 2026, que dispõe sobre a nomeação de gestores de contratos no âmbito do CIMBAJE e estabelece, em seus arts. 2º, inciso V, e 3º, a competência dos Gestores de Contratos para designar, mediante ato formal, servidor responsável pela fiscalização dos contratos, conforme a natureza e especificidade do objeto;

CONSIDERANDO que a designação ora estabelecida decorre diretamente da competência da Presidência do CIMBAJE, na qualidade de autoridade máxima da entidade, e tem por finalidade conferir uniformidade e continuidade à fiscalização dos contratos cujos objetos sejam destinados ao Almoxarifado, independentemente do Gestor de Contratos responsável pelo acompanhamento administrativo de cada contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de que os contratos cujos objetos sejam destinados ao armazenamento, recebimento, conferência e controle pelo Almoxarifado do CIMBAJE sejam acompanhados por servidora que possua atuação diretamente relacionada às atividades do setor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada **ELZA MARIA FELIX FIGUEIREDO**, inscrita no CPF nº **119.XXX.XXX-30**, ocupante do cargo de **Assistente Administrativo – Setor Almoxarifado**, para exercer a função de **Fiscal de Contrato** nos contratos administrativos celebrados pelo CIMBAJE cujos objetos envolvam bens, materiais ou produtos destinados ao armazenamento, recebimento, conferência e controle pelo Almoxarifado do Consórcio.
§ 1º A designação prevista no caput possui caráter geral quanto aos contratos que se enquadrem na hipótese nele estabelecida, abrangendo os contratos vigentes e aqueles que vierem a ser celebrados pelo CIMBAJE, enquanto permanecer vigente esta Portaria, independentemente do Gestor de Contratos responsável pelo acompanhamento administrativo de cada contratação.
§ 2º Nos contratos abrangidos por esta Portaria, a servidora designada no caput exercerá a função de Fiscal de Contrato sem necessidade de nova designação individual para cada contratação, ressalvada a hipótese de substituição, alteração ou revogação da presente designação por ato posterior da autoridade competente.

Art. 2º Compete à Fiscal de Contrato designada no art. 1º, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação aplicável:
I – acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos abrangidos por esta Portaria, especialmente quanto ao recebimento, conferência, quantidade, qualidade e conformidade dos bens, materiais ou produtos entregues;
II – verificar o cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento dos objetos destinados ao Almoxarifado;
III – registrar em documento próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando ao respectivo Gestor de Contratos as irregularidades eventualmente verificadas;
IV – informar ao respectivo Gestor de Contratos, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
V – acompanhar o recebimento dos bens, materiais ou produtos, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e nos documentos que integram a contratação;
VI – prestar as informações necessárias ao respectivo Gestor de Contratos para o adequado acompanhamento da execução contratual.

Art. 3º A fiscalização exercida pela servidora designada nesta Portaria não afasta as atribuições dos respectivos Gestores de Contratos, aos quais compete o acompanhamento, a coordenação e a supervisão da execução contratual, nos termos da Portaria nº 009/2026, de 03 de agosto de 2026.
Parágrafo único. Os Gestores de Contratos deverão observar a designação estabelecida no art. 1º desta Portaria sempre que estiverem

responsáveis pela gestão de contratos cujos objetos se enquadrem na hipótese prevista no referido dispositivo, sem necessidade de nova designação da Fiscal para cada contrato.

Art. 4º A presente designação é realizada diretamente pela Presidência do CIMBAJE, na qualidade de autoridade máxima da entidade, sem prejuízo da competência atribuída aos Gestores de Contratos pelos arts. 2º, inciso V, e 3º da Portaria nº 009/2026, de 03 de agosto de 2026, permanecendo estes responsáveis pela gestão e pelo acompanhamento administrativo dos contratos sob sua competência.

Art. 5º A Fiscal de Contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, nos termos do art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único. O apoio previsto no caput não afasta a responsabilidade da Fiscal de Contrato pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, dentro dos limites de sua competência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos sobre os contratos vigentes e sobre aqueles que vierem a ser celebrados posteriormente, desde que seus objetos se enquadrem na hipótese prevista no art. 1º.

Jacinto/MG 09 de outubro de 2026.

MÁRCIO FERREIRA SOUTO
Presidente - CIMBAJE

Publicado por:
Elaine Pereira Rocha
Código Identificador:8120704F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 22/07/2026

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – Credenciamento Nº 01/2023 - Objeto: Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE - O CIMBAJE torna público o CONTRATO: 081/2026 - Fornecedor (res): KFS SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 54.602.934/0001 - 22. A íntegra do contrato encontra - se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - MARCIO FERREIRA SOUTO - Presidente do CIMBAJE -

Jacinto, MG – 09 de outubro de 2026.

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – Credenciamento Nº 01/2023 - Objeto: Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE - O CIMBAJE torna público o CONTRATO: 082/2026 - Fornecedor (res): ASSOCIACAO PARA PROMOCAO A SAUDE VISUAL – PROVER - CNPJ: 06.068.583/0003 -30. A íntegra do contrato encontra se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - MARCIO FERREIRA SOUTO - Presidente do CIMBAJE -

Jacinto, MG – 09 de outubro de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao contrato de empresa especializada para a prestação de serviços de sistema de gestão eletrônica de documentos, incluindo elaboração, tramitação, certificação eletrônica e controle do atendimento de demandas internas e externas do CIMBAJE – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha. Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa 1DOC TECNOLOGIA S.A - Processo Administrativo nº 4.469/2025 – Dispensa nº 052/2025 – Contrato n° 144/2025. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre 01 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027. – ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –

Jacinto, MG – 09 de outubro de 2027.

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:80882AB2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
AVISO DE CREDENCIADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

Cujo Objeto é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMMESF. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail: licitacao@cimmesf.mg.gov.br.

O Consórcio Intermunicipal Multifinálitário do Médio São Francisco-CIMMESF, torna público o credenciamento das seguintes pessoas jurídicas:

A & G Serviços Médicos Ltda
CNPJ: 12.532.358/0001-44

Acolher Soluções em Saúde Ltda
CNPJ: 64.111.455/0001-67

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves Azevedo
Código Identificador:87C1FF74

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 026/2026 INEXIG. 006/2026 CREDENC. 002/2026

PC 026/26 Inexig. 006/26 Cred. 002/26 Credenciamento de pessoas jurídicas para integrar o cadastro de prestadoras de serviços técnicos especializados para serviços de assessoria e consultoria em saúde, convênios, educação, assistência social, engenharia de alimentos, desenvolvimento econômico, tributária e fiscal, técnica em licitações, administrativa para câmaras municipais e prefeituras, e na área de controle interno, que atendam os correspondentes requisitos mínimos estabelecidos, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CODANORTE. Sr. Presidente, Miguel Felipe Ferreira de Oliveira, Ratifica, Homol e formaliza o termo de cred a favor de MSS Consultoria e Assessoria Ltda, CNPJ n° 19.337.209/0001-73, Termo Cred 074/2026- Assina: Miguel Sergio Seixas Ferro, Vr. Total est:R$26.967.600,00. Vig. do edital.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:D5541BF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 068/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

O Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 068/2026 - Pregão Eletrônico n.º 024/2026 – Registro de Preços n.º 020/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: https://dmaaeof.com/licitacoes/, na aba Licitações. OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva de veículos da frota do DMAAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: 13/10/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 27/10/2026 às 09h00min. Abertura das Propostas e análises: 27/10/2026 às 09h05min. Fase de Disputa de Lances: 27/10/2026 às 09h15min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico: www.dmaaeof.com.br.

ANTÔNIO ALEXANDRE DE CARVALHO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:21D79A2D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 081/2026

PORTARIA Nº 081/2026 -

Dispõe sobre a cessação do pagamento de função gratificada concedida a servidor público municipal.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO (MG), no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica cessado o pagamento da gratificação correspondente a 20% (vinte por cento), anteriormente concedida ao servidor Dirceu Cássio da Silva, em razão do exercício de função gratificada no âmbito deste Departamento.
Art. 2º. A cessação da gratificação decorre da cessão temporária do servidor à Prefeitura Municipal de Ouro Fino, deixando de subsistir, durante o período de cessão, as condições que fundamentavam a percepção da referida vantagem, conforme as disposições legais aplicáveis.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 2026.

Ouro Fino (MG), 09 de outubro de 2026 -

WALTER LUIZ PEREIRA -
Diretor – DMAAE/OF

Publicado por:
Fernando Siqueira Lemos
Código Identificador:C8E4E061

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2025

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao **Contrato nº. 052/2025** – **C5G SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA,** inscrita sob o **CNPJ nº 54.455.137/0001-60.**

O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o reajuste dos valores do **Contrato nº 052/2025**, bem como proceder à prorrogação de sua vigência, garantindo a continuidade do serviço de locação de equipamentos destinados às atividades rotineiras do DAE nos termos originalmente pactuados.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário atual	Valor Unitário Reajustado (IGP-M)	Valor total reajustado (IGP-M)
5	LOCAÇÃO SERRA MARMORE 1550 W, 220 V., DISCO 5	12 PS	R$ 78,95	R$ 81,44	R$ 977,28

Fica prorrogada a vigência do **Contrato nº 052/2025** pelo período de 12 (doze) meses, **compreendendo o intervalo de 29/07/2026 a 29/07/2027.**

João Monlevade, 15 de julho de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Pedro Henrique Moreira Dos Santos
Código Identificador:2D8EE123

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ATO DE CONVOCAÇÃO 18/2026 - EDITAL 001/2026

ATO DE CONVOCAÇÃO 18/2026
CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2026 - DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE - FHAP. A **Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie**, por meio da Diretora Executiva **Mirian Ribeiro da Cruz** , no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA os candidatos classificados dentro do número de vagas, para a Função de AUXILIAR DE LIMPEZA ,** por meio do Processo Seletivo Simplificado - Edital 001/2026 para comparecer no setor de Recursos Humanos localizado no endereço: Rua Sinhá Bié, nº 652,bairro fazendinha, Itamarandiba – MG, horário de funcionamento de segunda a sexta de 07:00 ás 12:00 e 13:00 ás 17:00, no prazo de 03 (três) dias a partir da presente data, para que seja dado andamento as demais etapas do certame, conforme Anexo Único a este ato. Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelo telefone (38) 3521 1257 ou pelo e-mail: rh@fhap.mg.gov.br

Itamarandiba, 09 de outubro de 2026

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 001/2026	
AUXILIAR DE LIMPEZA	
DARCILENE REIS GOMES TEIXEIRA	10º CLASSIFICADO

Publicado por:
Crisley Jordânia Fernandes Andrade
Código Identificador:C2C825B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ABADIA DOS DOURADOS

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 156/2026

O MUNICÍPIO DE ABADIA DOS DOURADOS– MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 18.593.111/0001-14, torna público o extrato do contrato nº 156/2026, do Termo de Fomento nº 13/2026, para firmar termo de parceria com a Lar dos Idosos SSVP de Abadia dos Dourados-MG, conforme Lei autorizativa n.º 2020 de 28 de Julho de 2.026. Contratada: Lar dos Idosos da SSVP de Abadia dos Dourados-MG CNPJ n.º 19.925.643/0001-74. Valor R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Abadia dos Dourados-MG, 14 de Setembro de 2026.

CIRO LUIZ DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Cenisio Teixeira de Queiroz
Código Identificador:3D19E904

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2022 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA 07

PROCESSO Nº 037/2022 **PREGÃO: 023/2022**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados - MG

CONTRATADO: **NORIVAN PEREIRA RAMOS - ME – CNPJ: 07.193.649/0001-15**

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem REDUZIR o valor do contrato em 15 km/dia (quinze quilômetros dia).

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 097/2022 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA 10

PROCESSO Nº 037/2022 **PREGÃO: 023/2022**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados - MG

CONTRATADO: **L & E TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 07.311.968/0001-88**

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem REDUZIR o valor do contrato em 30 km/dia (trinta quilômetros dia).

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernando Pereira Borges
Código Identificador:3CF6AD13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE AÇUCENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO 34/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual gêneros alimentícios, guloseimas, água mineral, materiais descartáveis e artigos para festas e eventos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais. ARP N° 123/2026, firmada com a empresa ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA no valor global de R$ 6.962,50. ARP N° 124/2026, firmada com a empresa D'MAGNOS AGRO PECUÁRIA LTDAno valor global de R$ 10.621,00. ARP N° 125/2026 firmada com a empresa IGOR HENRIQUE PEREIRA LTDA no valor global de R$ 7.500,00. ARP N° 124/2026 firmada com a empresa OLIVEIRA FOODS ATACAREJO EIRELI no valor global de R$ 95.114,20. ARP N° 127/2026 firmada com a empresa W A RIBEIRO no valo global de R$ 28.764, 50. Vigência: 12 meses.

Açucena/MG, 07 de outubro de 2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:9AEAD08F

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 40/2025, INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 05/2025

Firmado com CLEVISNEY LUIZ LOPES cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses.

Açucena/MG, 09/09/2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeitura Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:230CD4F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 42/2025, INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 05/2025

Firmado com 57.100.377 RYAN JOSE RIBEIRO ROCHA cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses.

Açucena/MG, 22/09/2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeitura Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:7C3A6733

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 43/2025, INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 05/2025

Firmado com 59.814.550 BENEDITO WILSON DA SILVA cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses.

Açucena/MG, 24/09/2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeitura Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:C96D315E

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 45/2025, INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 05/2025

Firmado com 56.385.893 IDERLANE MARQUES LOPES cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses.

Açucena/MG, 02/10/2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeitura Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:D92D5699

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 74/2026,

Firmado com DIOLENO RIBEIRO SOARES, credenciamento de artistas locais e regionais, visando à composição da programação artística e musical do calendário cultural e turístico do município de Açucena – MG, credenciado para os lotes 01, 02 e 03.

Açucena – MG, 06 de outubro de 2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:F02F177C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 95/2026- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

DECRETO MUNICIPAL Nº 95/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre a delegação de Competência no âmbito da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG e dá outras providências".

Danilio Clessio Ferreira, Prefeito do Município de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO *os princípios constitucionais aplicáveis à administração pública (art. 37 da Constituição Federal);*
CONSIDERANDO *que a responsabilidade fiscal pressupõe ação planejada e transparente (art. 1º LC Federal 101/2000);*
CONSIDERANDO *a organização e estrutura orgânica do município de Alvorada de Minas (MG), com relevo aos princípios da continuidade administrativa, da efetividade e da modernização;*
CONSIDERANDO *que o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, auxiliares diretos e corresponsáveis pela administração exercerão competências e atribuições constitucionais, legais e regulamentares, por meio dos órgãos que compõe a Administração Municipal;*
CONSIDERANDO *a necessidade de definir e formalizar as competências das autoridades responsáveis pela prática dos atos administrativos e pela execução da despesa pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, especialmente seus arts. 58 e 64, bem como a legislação municipal aplicável;*
CONSIDERANDO *que a delegação de competência é instrumento de descentralização administrativa que tem como objetivo assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender, na forma que disciplina o art. 11 Decreto-Lei 200/1967, aqui citado por referência normativa;*
CONSIDERANDO *a necessidade, pelo princípio de registro, da formalização do ato de delegação que evidencie a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto de delegação, na forma do art. 12, parágrafo único, Decreto-Lei 200/1967, mais uma vez citado como referência normativa;*
CONSIDERANDO *o controle que deve estar presente nos atos da Administração Pública nos termos do art. 74 da Constituição Federal;*
DECRETA:

FINALIDADE DO DECRETO
Art. 1°. Este Decreto disciplina delegação de competência sobre:
I. delegação de competência para a prática dos atos relativos ao empenho, à liquidação e à ordenação de despesas, bem como à autorização da ordem de pagamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da legislação aplicável.
II. atos administrativos contratuais, incluindo acordos, convênios e processos licitatórios;
III. representação junto a instituições bancárias;
IV. prestação de contas em convênios e similares.
Parágrafo único: A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

DAS EXPRESSÕES
Art. 2º. Entende-se para fins deste Decreto:
I. autoridade delegante - Prefeito Municipal, Chefe do Executivo, a quem a lei atribui competência primária;
II. autoridade delegada - o servidor, detentor de cargo público nominado, enquanto durar o vínculo funcional com a Administração Pública;
III. objeto da delegação - a ação ou o ato especificamente mencionado neste Decreto.
IV. autorização para abertura processo administrativo licitatório e gestão contratual afim na forma do art. 7º da Lei nº. 14.133/2021.

Parágrafo único. A subscrição do ato promovido por delegação deverá consignar a referência a este Decreto ou, nos autos do processo administrativo correspondente, constará exemplar deste ato normativo.

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS CONTRATUAIS
Art. 3º. Todo procedimento de licitação deverá conter inicialmente processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, com a autorização respectiva promovida pela autoridade delegada.
Art. 4º. Ao Secretário Municipal responsável pela demanda de contratação de produto ou serviço, signatário Termo de Referência, Matriz de Risco, Estudo Técnico Preliminar ou instrumento de formalização correspondente, é delegada competência para:
I. subscrever autorização de abertura de procedimento de compra ou processo administrativo licitatório, sustentado nos instrumentos legais correspondentes exigidos na forma da Lei nº. 14.133/2021, bem como, a instrumentalização de procedimento para formalização de parcerias, acordos, convênios ou congêneres;
II. promover a análises e deliberações quanto a recursos, impugnações esclarecimentos, atos de homologação, adjudicação, anulação ou revogação incidentes nos processos de compra e/ou licitatórios, bem como, por similaridade, em procedimentos afetos a realização de parcerias, acordos, convênios ou congêneres;
III. aferir e subscrever declarações de adequação orçamentária, financeira e respectivo impacto da despesa que se pretende realizar,

sua compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias conforme dispõe o artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), inclusive para convênios;
IV. subscrever contratos e aditivos e instrumentos congêneres advindos de processos administrativos licitatórios ordinários ou procedimento afetos a realização de parcerias, acordos, convênios ou congêneres, ressalvada a hipótese de procedimentos de contratação afeta a objetos, obras ou serviços requisitados e promovidos, conjuntamente, mediante composição com órgão ou Secretaria Municipal diversa;
§ 1º. Os procedimentos promovidos por órgão ou Secretaria de forma conjunta ou de interesse geral da Administração Municipal, ainda que mediante formalizações de demandas individualizadas, serão operacionalizados sob a gestão da Secretaria Municipal de Administração, competindo ao respectivo Secretário a prática dos atos estabelecidos neste artigo e as subscrições afins.
§ 2º. Para este Decreto, e nos termos da Lei de Responsabilidade considera-se:
I. adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
II. compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

DA ORDENAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS
Art. 5º. A competência de ordenação de despesas / empenhos, prevista no artigo 58 da Lei 4.320/1964, como regra, permanece imanente ao Prefeito Municipal, Chefe do Poder Executivo, ressalvada a hipótese de delegação específica.
§ 1º. A competência de ordenação e de liquidação das despesas (art. 58 e 62 e 63 da Lei 4.320/19640, inclusive de Fundos Municipais, é delegado ao Secretário Municipal responsável pela respectiva Secretaria, e, bem assim ao (à) Procurador (a) Geral quanto à Procuradoria Geral.
§ 2º. Na hipótese de férias, ausências, impedimentos ou vacância a substituição das autoridades delegadas dar-se-á por substituto designado por ato administrativo competente, que, no exercício da função substituta utilizará a expressão "em substituição".
§ 3º. Compete aos Secretários Municipais responsáveis pelas respectivas áreas de atuação exercer a função de ordenadores de despesas dos fundos municipais vinculados às suas Secretarias, já existentes ou que venham a ser instituídos, bem como ordenar as despesas custeadas com recursos provenientes dos respectivos fundos municipais, de transferências voluntárias, nos termos do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de transferências legais vinculadas a programas e ações governamentais, convênios, ajustes, empréstimos, operações de crédito e instrumentos congêneres, observadas a legislação específica de cada fundo, as competências legalmente atribuídas aos respectivos gestores e conselhos, quando houver, bem como as normas de execução orçamentária, financeira e de controle interno.

DOS FUNDOS
Art. 6º. A competência de ordenação de empenhos, liquidação e autorização de pagamento de despesas ligadas a fundos observará a legislação respectiva.
§ 1º. No tocante à autorização para pagamento de despesas com a utilização dos recursos dos fundos municipais e à representação bancária, observado o disposto no *caput* deste artigo, o gestor do respectivo fundo municipal atuará em conjunto com o Secretário Municipal de Fazenda, Economia e Governo.
§ 2º. Observada a legislação específica, compete aos gestores dos fundos municipais:
I. ordenar empenhos, liquidar e autorizar pagamento de despesa nos termos dos artigos 58, 62, e 64 da Lei Federal 4.320/64;
II. desempenhar as atribuições legais para o exato cumprimento dos princípios da Administração Pública no tocante ao Fundo.

DA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO
Art. 7º. A competência para autorização de pagamento de despesa, nos termos do art. 64 da Lei 4.320/64, como regra, permanece imanente ao Prefeito Municipal, Chefe do Poder Executivo.
§ 1º. A competência para autorização de pagamento de despesas, (art. 64 da Lei 4.320/1964) é delegada ao Secretário Municipal responsável pela respectiva Secretaria.
§ 2º. A competência para autorização de pagamento de despesas, (art. 64 da Lei 4.320/1964), cuja fonte de custeio decorra dos Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Educação, é delegada ao(à) Secretário(a) Municipal competente, nos termos da legislação específica.
§ 3º. Na hipótese de férias, ausências, impedimentos ou vacância a substituição das autoridades delegadas dar-se-á por substituto designado por ato administrativo competente, que, no exercício da função substituta utilizará a expressão "em substituição".

DAS REPRESENTAÇÕES BANCÁRIAS
Art. 8º. A representação perante as instituições financeiras, bancárias, como regra, dar-se-á conjuntamente entre o Ordenador de Despesa e o Secretário Municipal de Planejamento e da Fazenda, Economia e Governo.
§ 1º. A representação bancária no tocante a Fundos Municipais observará a legislação respectiva e será exercida, conjuntamente, entre a autoridade competente e o Secretário Municipal da Fazenda, Economia e Governo.
§ 2º. No tocante aos Fundos Municipais, quando da ausência ou impedimento do(s) Secretário(s) / Gestor(es), dar-se-á por substituto designado por ato administrativo competente.
§ 3º. O Secretário Municipal de Fazenda, Economia e Governo se responsabilizará conjuntamente com a autoridade competente, nos termos da legislação específica, pelas contas bancárias pertencentes à Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG ou relativas aos respectivos fundos municipais, mediante assinatura de cheques e movimentação eletrônica conjunta.
§ 4º. O Secretário Municipal de Fazenda, Economia e Governo e a autoridade competente na forma da legislação, possuirão poderes para *emitir cheques; abrir contas de depósito; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar / contraordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates / aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas / aplicar programas de repasse de recursos federais e estaduais; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldos / extratos e investimentos; solicitar saldos / extratos de operação de créditos; efetuar transferência para mesma titularidade; encerrar contas de depósitos*, dentre outros.

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS
Art. 9º. Fica delegada competência para atos de prestação de contas de convênios, programas e similares à:
I. Secretaria Municipal de Educação, no tocante a convênios ou repasses oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Ministério da Educação e Cultura – MEC, da Secretaria de Estado da Educação, Programa Dinheiro Direto na Escola, Merenda Escolar, bem como, convênios que tenham como finalidade esporte e cultura, e, em todos que expressamente mencionar a Secretaria de Educação como gestora do convênio;
II. Secretária Municipal de Desenvolvimento Social quanto aos convênios ou repasses oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativos ao Fundo respectivo a assistência social, e, em todos que expressamente mencionar a Secretaria de Desenvolvimento Social;
III. Secretaria Municipal de Saúde quanto a convênios e repasses relacionados ao Fundo Municipal de Saúde, oriundos de consórcios de saúde, Ministério, Secretarias de Estado relativos à saúde, vigilância sanitária, e temas correlatos;
IV. Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, quanto a convênios e repasses tocantes a infraestrutura urbana, assentamentos, oriundos do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Aceleração ao Crescimento, COPASA, CEMIG, ou seja, que tenham como finalidade infraestrutura urbana; Comércio e Desenvolvimento Econômico convênios relativos ao

PRONASCI, articulação industrial, apoio a indústria, a emprego, enfim os concernente a desenvolvimento econômico e segurança;
V. Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Econômico, quanto a convênios e repasses relacionados à pasta, e temas correlatos;
VI. Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, quanto a convênios e repasses relacionados à pasta, e temas correlatos;
VII- Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Fazenda Economia e Governo, quanto a convênios e repasses relacionados à pasta, e temas correlatos;
VIII- Secretaria Municipal de Fazenda, Economia e Governo, quanto a convênios e repasses relacionados à pasta, e temas correlatos;
IX. Secretaria Municipal de Administração quanto aos demais convênios e repasses que não os citados nos incisos I à VII.
Parágrafo único. O controle de convênios e similares é atribuição da Secretaria Municipal de Administração que adotará as medidas para controle e registro dos instrumentos e acompanhamento da execução, devendo as demais Secretarias propiciar informação necessária.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 10. A delegação de competência cessará:
I. Por revogação da autoridade delegante;
II. Pela exoneração ou demissão da autoridade delegada em exercício;
III. Mediante a prática do ato administrativo diretamente pela autoridade delegante, que mantém sua competência originária.
Parágrafo único. A autoridade delegada elaborará para a autoridade delegante relatório sobre eventuais atos pendentes.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alvorada de Minas/MG, 09 de outubro de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:E8B593ED

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1201/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO NO VALOR DE R$ 889.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

LEI ORDINÁRIA Nº 1201/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO NO VALOR DE R$ 889.000,00 (OITOCENTOS E OITENTA E NOVE MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANILIO CLESSIO FERREIRA, Prefeito Municipal de Alvorada de Minas/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 889.000,00 (oitocentos e oitenta e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
09.01.02.12.361.0016.3066 - Aquisição de Equipamentos Para Transporte Escolar			
44905200 - Equipamentos e Mat.Permanentes	753	1571000000	889.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, no valor de R$ 889.000,00 (oitocentos e oitenta e nove mil reais).
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alvorada de Minas/MG, 07 de outubro de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:08C5C648

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2026, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026 "DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE ALVORADA DE MINAS/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
___CNPJ N°._18.303.164/0001-53____

PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2026, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

"Designa os membros do Comitê Municipal de Alfabetização de Alvorada de Minas/MG e dá outras providências."

DANILIO CLESSIO FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, no exercício de suas funções e fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 68/2026, que Institui a Política Municipal de Alfabetização de Alvorada de Minas/MG, estabelece sua composição, competências e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir o Comitê com representantes dos segmentos envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros abaixo relacionados para compor o Comitê Municipal de Alfabetização de Alvorada de Minas/MG, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução:

Segmento	Representante
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Mônica Betânia dos Santos
	Suplente: Emilly Esther Aparecida Pimenta
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Kátia Nunes de Ávila
	Suplente: Delvane Aparecida Simões Lima
Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Titular: Anilda dos Reis Santos
	Suplente:Vanessa Aparecida Brandão Rocha
Diretoras Escolares	Titular: Luana Istefany Figueiredo de Castro
	Suplente: Dyanne Castro de Paula
Supervisoras Escolares	Titular: Érica Thais Meira
	Suplente: Ronilda Reis Brandão Rodrigues
Professoras da Educação Infantil	Titular: Darlene Aparecida Lemos de Oliveira Simões
	Suplente: Elenilza Magna das Mercês
Professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Titular: Angelina dos Passos Moreira
	Suplente: Patrícia Maria Marques da Cruz
Atendimento Educacional Especializado – AEE	Titular: Viviane Cristina Gonçalves de Pinho Guerra
	Suplente: Eva de Castro Silva
Conselho Municipal de Educação	Titular: Keily Aparecida dos Santos Morais
	Suplente: Girlene Guimarães Azevedo
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Titular: Jaqueline Fátima Simões
	Suplente: Mara Cilene de Miranda Silva
Representante das Famílias	Titular: Poliane Ines da Silva
	Suplente: Ana Paula do Menino Jesus

Art. 2º A coordenação do Comitê será exercida por:
I - Coordenadora: Jaqueline Fátima Simões
II - Vice-Coordenadora: Viviane Cristina Gonçalves de Pinho Guerra

III - Secretária: Delvane Aparecida Simões Lima

Art. 3º Compete à Coordenadora:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – definir a pauta das reuniões;
III – representar o Comitê perante a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos;
IV – acompanhar o cumprimento das deliberações do Comitê.

Art. 4º Compete à Secretária do Comitê:
I – elaborar as atas das reuniões;
II – organizar a documentação e os registros do Comitê;
III – encaminhar convocações e documentos aos membros;
IV – manter atualizado o arquivo das deliberações e dos relatórios produzidos.

Art. 5º Os membros exercerão suas funções sem percepção de remuneração adicional, sendo sua participação considerada de relevante interesse público.

Art. 6º Na ausência do membro titular, participará das reuniões o respectivo suplente, com os mesmos direitos e deveres.

Art. 7º As substituições de membros ocorrerão mediante indicação formal do respectivo segmento representado e designação por nova Portaria.

Art. 8º O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenadora ou pela maioria de seus membros.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta portaria**.**

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alvorada de Minas/MG, 08 de outubro de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659
Assinado de forma digital por DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659
Dados: 2026.10.0814:17:54 -03'00'

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:C3CA18B5

LICITAÇÃO
ATA DO CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

ATA DO CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026

Aos nove dias do mês de outubro do ano em curso, às 08:45 horas, foi recebido no setor de licitação os documentos da pessoa jurídica 61.796.303 PAULO HENRIQUE COSTA FONSECA. Documentos necessários para o credenciamento cujo o objeto é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HORA/MÁQUINA COM TRATOR AGRÍCOLAS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS DE ALVORADA DE MINAS. Depois de analisada a documentação da referida, pela comissão nomeada pelas portarias nº 084/2025 e 102/2025, e tendo em vista tudo regular a referida pessoa jurídica foi credenciada, conforme solicitado. Fica o prazo de 3 dias para interposição de recurso.

Alvorada de Minas, 09 de outubro de 2026.

ELIETE KENIA REIS
Membro

ALBANETE CAU DE OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:C25FEB7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 073/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
OBJETO: Aquisição de curativos especiais e produtos para cuidado de feridas, de uso contínuo, destinados ao tratamento de paciente com Epidermólise Bolhosa Distrófica, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí/MG, conforme prescrição médica, ETP e TR, para cobertura estimada de 12 meses, com fornecimento parcelado, por Dispensa de licitação fundamentada no art. 74, inciso I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, a prescrição médica e a projeção das quantidades mensais prescritas multiplicadas por 12, conforme memória de cálculo, ETP e TR;
Considerando que a contratação direta exige a instrução prevista no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, inclusive comprovação de exclusividade por item e território, justificativa clínica das especificações, compatibilidade dos preços, habilitação, disponibilidade orçamentária e pareceres cabíveis;

RATIFICO o enquadramento da aquisição por Dispensa de licitação, nos termos do art. 74, inciso I e § 1º, e AUTORIZO as contratações individualizadas dos fornecedores abaixo, para cobertura estimada de 12 meses, no valor global estimado de R$ 713.940,00 (setecentos e treze mil novecentos e quarenta reais). A formalização fica condicionada à confirmação documental dos requisitos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e ao saneamento das propostas e unidades de fornecimento, conforme a ata de análise, o ETP e o TR.

BIOMIG MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 22.355.622/0001-75: itens 01 a 07, no valor estimado de R$ 648.141,60 (seiscentos e quarenta e oito mil cento e quarenta e um reais e sessenta centavos). A escolha decorre da exclusividade da linha Mölnlycke para demandas de Epidermólise Bolhosa no território aplicável, a ser comprovada por documento idôneo e vigente, com vinculação dos itens à declaração.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	FORN	V.UNIT	V.TOTAL
01	Mepitac 4 cm × 1,5 m – ref. 298400-00 (CX)	24	BIOMIG	R$ 135,74	R$ 3.257,76
02	Mepilex Lite 15 × 15 cm – ref. 284300-03 (UNID.)	48	BIOMIG	R$ 744,15	R$ 35.719,20
03	Tubifast Roxo 20 cm × 10 m – ref. 2444-03 (UNID.)	12	BIOMIG	R$ 768,00	R$ 9.216,00
04	Tubifast Verde 5 cm × 10 m – ref. 2436-03 (UNID.)	24	BIOMIG	R$ 292,00	R$ 7.008,00
05	Tubifast Amarelo 10,75 cm × 10 m – ref. 2440-03 (UNID.)	24	BIOMIG	R$ 453,86	R$ 10.892,64
06	Granudacyn Solução 250 ml – ref. 360100-01 (UNID.)	24	BIOMIG	R$ 252,00	R$ 6.048,00
07	Mepilex Transfer 20 × 50 cm – ref. 294502-03 (UNID.)	192	BIOMIG	R$ 3.000,00	R$ 576.000,00
TOTAL					R$ 648.141,60

URGO MEDICAL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 43.346.214/0001-27: item 08, no valor estimado de R$ 65.798,40 (sessenta e cinco mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos). A escolha decorre da exclusividade do URGOTUL em Araçuaí/MG, a ser comprovada nos autos. Deverá ser obtida proposta atualizada para 120 unidades, pois a proposta anteriormente

considerada abrangia 60, com confirmação do preço unitário de R$ 548,32 e das condições comerciais.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	FORN	V.UNIT	V.TOTAL
08	URGOTUL 20 × 30 cm (UNID.)	120	URGO	R$ 548,32	R$ 65.798,40
TOTAL					R$ 65.798,40

A compatibilidade dos preços deverá ser demonstrada conforme os arts. 23 e 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. As quantidades e apresentações comerciais deverão ser conciliadas com as propostas, especialmente nos itens 02 e 07, apresentados em caixas com 05 e 04 unidades, sem novo multiplicador automático. A execução observará o TR, com entregas parceladas, fiscalização, recebimento e disponibilidade orçamentária por exercício, conforme os arts. 105, 106, 117 e 140.
Publique-se o ato autorizativo, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, e divulguem-se os contratos no PNCP no prazo do art. 94, inciso II, preservados os dados pessoais e clínicos do paciente.

Araçuaí/MG, 06 de outubro de 2026

ISAREL FRANCISCO ORNELAS DA SILVA
Secretario Municipal de Saúde

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:D1DD2426

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 022/2026 PAL 004/2026 PE 02/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, através do seu Pregoeiro, torna público o para o conhecimento de quantos possam interessar, que firmou, na data de 01/09/2026 o Primeiro Termo Aditivo Ata de registro de Preços Nº 022/2026, com a Empresa **AREIAS DO VALE UNIPESSOAL LTDA** em decorrência do PAL nº 004/2026 , PE Nº 02/2026. Altera Fica alterada a Cláusula Terceira, Subcláusula 3.1 da Ata de Registro de Preços Nº 022/2026 em decorrência do PAL 004/2026 PE 02/2026, **Item 04** passando o preço unitário de R$ 130,00 (cento e trinta reais) para o valor R$ 141,47 (cento e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), e do **Item 05** de R$ 100,00 (cem reais) para o valor R$ 108,49 (cento e oito reais e quarenta e nove centavos), **Item 06** de R$ 233,00 (duzentos e trinta e três reais) para o valor R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e o **Item 07** de R$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais) para o valor R$ 249,50 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) e **Lote 013** de R$ 143,00 (cento e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) para o valor R$ 157,61 (cento e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos). Demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:A03243DC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 41/2026 PAL 054/2024 PE 018/2024

A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG, através do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que firmou na data de 30/09/2026, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 041/2026, (acréscimo) com a Empresa SMARTSE – SISTEMAS INTELIGENTES LTDA em decorrência do PAl 054/2024 PE 018/2024, cujo objeto é a contratação de empresa de gestora de cartão, especializada na prestação de serviços de gestão total de frotas, com a intermediação e gerenciamento no fornecimento de combustível e serviços de manutenção, em atendimento à Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG.

Altera a cláusula Segunda, subcláusula 2.1 que se constitui o objeto deste termo o acréscimo quantitativo de até R$ 289.295,48 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos) passando o valor global do contrato de RS 1.157.181,93 (hum milhão e cento e cinquenta e sete mil e cento e oitenta e um reais e noventa e três centavos) para o valor global de R$ 1.446.477,41 (hum milhão quatrocentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos) para cobertura de demandas de peças e serviços de manutenção da frota, observados os itens, percentuais, condições operacionais e preços efetivamente previstos no contrato originário e em sua documentação integrante. Demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:72D8E70F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL N° 042/2026 IL N° 014/2026

A prefeitura Municipal de Araçuaí-MG torna público que firmou na data de 05/10/2026 o Termo de Credenciamento nº 003/2026 com a Empresa CASUAL INOX LTDA, cujo objeto é o Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços de pedreiro, pintor, serralheiro, carpinteiro, bombeiro hidráulico, eletricista, gesseiro e calceteiro, destinados à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas e pequenas construções em atendimento das demandas das Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Araçuaí/MG, em regime de contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021,conforme anexo do Processo Licitatório. Credenciamento do **Item 05**- Serralheiro com ajudante de obras no valor unitário de 460,00 por 100 DIÁRIAS e do **Item 06** - Serralheiro com ajudante de obras no valor unitário de 243,33 por 100M², totalizando 70.333,00 (setenta mil, trezentos e trinta e três reais) em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Araçuaí/MG. Data da assinatura 05/10/2026 terá vigência até 17/06/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:880FBF91

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE CONTRATO PAL N° 68/2026 DL N° 015/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, torna público através do seu Agente de Contratação resultado do Processo Licitatório **Nº 68/2026**, Dispensa Licitação **Nº 015/2026**, o Contrato **Nº 169/2026**, com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piracema – APAE, Constitui objeto deste contrato a continuidade da prestação de serviços de acolhimento em Residência Inclusiva, com oferta de cuidados integrais, acompanhamento multidisciplinar, hospedagem, alimentação, higiene, saúde e atividades de convivência, destinados à Sra. R. S. E., pessoa com deficiência intelectual e outros problemas de saúde, em cumprimento de decisão judicial proferida nos autos do processo nº 5003650-59.2022.8.13.003. Valor deste contrato é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). **Assinatura 29/09/2026 a 28/09/2027.**

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:62B91F11

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO AO CONTRATO PAL 063/2025, IL 018/2025

A Prefeitura Municipal De Araçuaí (MG) torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que firmou na data de 10/09/2026, o Primeiro Termo Aditivo aos Contratos N° 141/2025, 154/2025, 155/2025, 156/2025, 157/2025, 158/2025, 035/2026, 037/2026 e 038/2026, cujo o objeto é a contratação por meio de credenciamento de bandas com musical variado, como pop, rock, rap, reggae, brega, sertanejo, samba, pagode e outros gêneros. Fica alterada a cláusula sexta, subcláusula 6.1, do contrato original passando os valores globais a serem aqueles estabelecidos nos respectivos Termos Aditivos. A banda ou grupo musical deverá ter no mínimo de 06 integrantes, com capacidade de interação com o público e adaptação de diferentes ambientes para apresentação com duração de 02 horas, para realização de apresentações artísticas conforme proposta de credenciamento em anexo, na sede, distritos ou comunidades rurais do Município de Araçuaí/MG. Sendo os **CONTRATADOS:**

58559038 ELIEZER MARTINS SILVA

O contrato **de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) passa para o valor global de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), sendo o valor aditivado de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).**

55195684 ALAN SANTOS GUEDES

O contrato **de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) passa para o valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor aditivado de R$ R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).**

48546179 ANA MARIA ALVES RODRIGUES

O contrato de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) passa para o valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor aditivado de R$ R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

BECO DA SOLA SHOWS E EVENTOS LTDA

O contrato de R$ 10.000,00 (dez mil reais) passa para o valor global de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo o valor aditivado de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

LUCIANO MATOS TANURE DO AMARAL

contrato **de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) passa para o valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor aditivado de R$ R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).**

DENER PETER PINHEIRO DE SOUZA 06544565695

O contrato de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) passa para o valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor aditivado de R$ R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

GRACE PEREIRA DE MATO

O contrato de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) passa para o valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor aditivado de R$ R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

ADEMIR FERREIRA DE SOUZA 03684921688

O contrato de R$**10.000,00 (dez mil reais) passa para o valor global de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo o valor aditivado é de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS 10/09/2026 A 09/09/2027. Demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:66708A3A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **CREDENCIAMENTO** nº **000005/2026**, Processo Administrativo nº **000061/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PADARIA E LANCHONETE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAÇUAÍ/MG,

RESUMO

PADARIA FINO SABOR ALIMENTOS LTDA nos **itens 1** , **2** , **3** , **8** , **9** , **10** , **11** , **12** , **13** e **14** no valor total de **R$ 176.420,50** (cento e setenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos)

DETALHES

BARBARA NERY CASTRO na condição de **Autoridade Competente** Ratificou o(s) lote(s) em favor de:

PADARIA FINO SABOR ALIMENTOS LTDA nos **itens 1** , **2** , **3** , **8** , **9** , **10** , **11** , **12** , **13** e **14** *(Item 1: BISCOITO DE POLVILHO COM SAL. KGR BISCOITO DE POLVILHO COM SAL. na quantidade de 125,0000 com o valor unitário de R$ 39,7200 totalizando R$ 4.965,00, Item 2: BOLO COM APROXIMADAMENTE 300G, SABORES VARIADOS KGR BOLO COM APROXIMADAMENTE 300G, SABORES VARIADOS na quantidade de 125,0000 com o valor unitário de R$ 33,0000 totalizando R$ 4.125,00, Item 3: COXINHA DE FRANGO, (TAMANHO FESTA) KGR COXINHA DE FRANGO, (TAMANHO FESTA) na quantidade de 100,0000 com o valor unitário de R$ 51,8100 totalizando R$ 5.181,00, Item 8: PASTEL PORTUGUÊS COM RECHEIO DE CARNE, FRANGO E QUEIJO COM PRESUNTO. (TAMANHO FESTA). KGR PASTEL PORTUGUÊS COM RECHEIO DE CARNE, FRANGO E QUEIJO COM PRESUNTO. (TAMANHO FESTA). na quantidade de 100,0000 com o valor unitário de R$ 51,9000 totalizando R$ 5.190,00, Item 9: QUIBE (TAMANHO FESTA). KGR QUIBE (TAMANHO FESTA). na quantidade de 100,0000 com o valor unitário de R$ 52,7800 totalizando R$ 5.278,00, Item 10: ROCAMBOLE DOCE (TAMANHO FESTA). KGR ROCAMBOLE DOCE (TAMANHO FESTA). na quantidade de 75,0000 com o valor unitário de R$ 56,7800 totalizando R$ 4.258,50, Item 11: SANDUÍCHE (PÃO FRANCÊS COM MANTEIGA, UMA FATIA DE MUSSARELA E UMA FATIA DE MORTADELA). KGR SANDUÍCHE (PÃO FRANCÊS COM MANTEIGA, UMA FATIA DE MUSSARELA E UMA FATIA DE MORTADELA). na quantidade de 300,0000 com o valor unitário de R$ 34,3100 totalizando R$ 10.293,00, Item 12: PÃO DE LEITE, UNIDADE 50G. CONTENDO, FARINHA DE TRIGO KGR PÃO DE LEITE, UNIDADE 50G. CONTENDO, FARINHA DE TRIGO na quantidade de 3.000,0000 com o valor unitário de R$ 18,5900 totalizando R$ 55.770,00, Item 13: PÃO FRANCÊS, UNIDADES DE 50G. CORTE HORIZONTAL NA SUPERFÍCIE DA CASCA, CASCA PARTIDA E CROCANTE, MIO KGR PÃO FRANCÊS, UNIDADES DE 50G. CORTE HORIZONTAL NA SUPERFÍCIE DA CASCA, CASCA PARTIDA E CROCANTE, MIO na quantidade de 4.000,0000 com o valor unitário de R$ 17,8200 totalizando R$ 71.280,00 e Item 14: PÃO DE QUEIJO, TIPO MINAS (TAMANHO FESTA). KGR PÃO DE QUEIJO, TIPO MINAS (TAMANHO FESTA). na quantidade de 250,0000 com o valor unitário de R$ 40,3200 totalizando R$ 10.080,00)* no valor total de **R$ 176.420,50** (cento e setenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos)

Araçuaí-MG, 09 de outubro de 2026

BARBARA NERY CASTRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:4DD17102

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO N° 12/2026

N.º Processo: 139//2026 – Pregão Eletrônico nº 16/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **POP LEKO ORGANIZAÇÕES DE FESTA LTDA - OFICINA DA ALEGRIA,** CNPJ nº 04.016.360/0001-32. OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 808/2025 do Processo Licitatório nº 135/2025, Pregão Eletrônico nº 90/2025, firmada entre o CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Ambientação e Decoração Natalina. Vigência: 12 Meses. Data de assinatura 09 de outubro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:EE45FF1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DE ADESÃO

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICO a adesão da ata de registro de preço do **CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP**, CNPJ/MF sob o nº 05.802.877/0001-10, em favor da empresa **POP LEKO ORGANIZAÇÕES DE FESTA LTDA - OFICINA DA ALEGRIA,** CNPJ nº 04.016.360/0001-32, ao valor de: R$ 70.100,00(setenta mil e cem reais), cujo o objeto e o Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Ambientação e Decoração Natalina**,** constante na **Ata de Registro de Preços nº 808/2025** do do Processo Licitatório nº 135/2025, Pregão Eletrônico nº 90/2025.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 09 de outubro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:FD50EDED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 269/2026

RATIFICAÇÃO
PL 269/2026
Dispensa 073/2026
RATIFICO, com fulcro na legislação que rege a matéria, o processo em epígrafe cujo objeto se refere a contratação de despachante credenciado para regularização da substituição do motor de ambulância da Saúde Municipal, fundamentado na lei 14.133/2021 de acordo com quantidades e especificações constantes no termo de referência.
Empresa: VINICINHO SERVICOS LTDA
CNPJ: 20.995.334/0001-50
VALOR: R$585,00

Arcos/MG, 09 de outubro de 2026.

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:E9AE3636

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 1159/2024 - ANULAÇÃO DOP PROCESSO

ANULAÇÃO DO PROCESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1159/2026
EDITAL PREGÃO Nº 63/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

Objeto: Aquisição de cilindros, peças e recarga de gás GLP, para atender os Órgãos, Departamentos, Secretarias, Unidades de Saúde, Unidades Educacionais, Unidades de Atendimento Social, Centros Esportivos, entre outros, do Município de Arcos.

FICA ANULADO O PROCESSO LICITATÓRIO SUPRA CITADO. CONSIDERANDO O com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da impossibilidade de saneamento, no certame já realizado, das inconsistências identificadas na definição de requisitos de habilitação sem potencial comprometimento da isonomia e da competitividade.

SERA ELABORADO UM NOVO PROCESSO LIVRE DE VÍCIOS.

Arcos, 08 de outubro de 2026

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:EE89E77D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO 112-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11254/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 054/2026
DATA: 09/10/2026
OBJETO: Contratação da banda Beatles Forever para realização de apresentação artística musical no evento "Gastro Beer 2026", promovido pelo Município de Argirita/MG, a ser realizado no dia 20 de novembro de 2026, visando compor a programação cultural e musical do evento.
CONTRATADO: ***REALCE PRODUCOES E EVENTOS LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, com sede na R FULVIO DELANDA, nº 200 Bairro JARDIM L ERMITAGE, na cidade de JUIZ DE FORA, CEP: 36.085-660, inscrita no CNPJ 13.805.545/0001-17.

CONTRATANTE: *MUNICÍPIO DE ARGIRITA*, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joaquim Barbosa de Castro, nº 22, Bairro Centro, na cidade de Argirita, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.730.011/0001-20.
DO VALOR: R$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais).
DO PRAZO DO CONTRATO: Da data de assinatura do contrato até 30 dias após a realização da apresentação artística.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 3.3.90.39.00.2.06.02.13.392.0005.2.0046 1.500.000 277
Publique-se.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:B4B310BF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICACAO 112-2026

Processo n° 112/2026 Inexigibilidade n° 048/2026 Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA BEATLES FOREVER PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NO EVENTO "GASTRO BEER 2026", PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG, A SER REALIZADO NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2026, VISANDO COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL E MUSICAL DO EVENTO. Ratificação O Prefeito Municipal de Argirita, no uso de suas atribuições legais RATIFICA a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no Art. 74, II da Lei 14.133/2021. REALCE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - CNPJ: 13.805.545/0001-17 Valor Total de R$ 4.620,00 (quatro mil e seiscentos e vinte reais)

ARGIRITA, 09 de Outubro de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:B6B2470E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZACAO DO PROCESSO 112-2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 054/2026
O Prefeito Municipal de Argirita/MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, inciso VIII, c/c art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa REALCE PRODUCOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.805.545/0001-17, representante da Banda BEATLES FOREVER, para realização de apresentação artística musical integrante da programação do GASTRO BEER, que será realizado no Município de Argirita/MG, no dia 20 de novembro de 2026.

Do objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Apresentação artística musical da Banda Beatles Forever durante o evento "Gastro Beer 2026", no dia 20 de novembro de 2026, no Parque de Exposições de Argirita/MG.	Serviço	01	R$ 4.620,00	R$ 4.620,00

Da empresa contratada
REALCE PRODUCOES E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na R FULVIO DELANDA, nº 200 Bairro JARDIM L ERMITAGE, na cidade de JUIZ DE FORA, CEP: 36.085-660, inscrita no CNPJ 13.805.545/0001-17.
Da Inexigibilidade de licitação
A presente contratação se enquadra no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.
Publicação
Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133,de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais deste Município.

Argirita/MG, 09 de outubro de 2026

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:046BFECE

GABINETE
PORTARIA 80-2026

MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG
PORTARIA Nº 080/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇAO EM CARGO DE COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARGIRITA/MG, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pelos incisos VI e IX, do artigo 13 e inciso II, do artigo 26 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar o senhor Lucas Camargo Evangelista do cargo em comissao de chefe de departamento do Município de Argirita/MG, a partir de 08 DE OUTUBRO DE 2026.
.**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Argirita/MG, 08 DE OUTUBRO DE 2026

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal de Argirita/MG

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:3BE11CAD

GABINETE
PORTARIA 81-2026

PORTARIA Nº081/2026 DE 01 DE JUNHO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇAO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, PLANEJAMENTO E GESTAO

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE ARGIRTA/MG, usando de suas atribuições e na forma da Lei, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada ao cargo de secretaria municipal de administração, planejamento e gestão a senhora Michele Mirande de Oliveira.
Art. 2º - O Setor de Pessoal procederá às anotações necessárias ao cumprimento desta Portaria, bem como adotará as demais providências necessárias.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Argirita - MG, 07 de outubro de 2026

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal de Argirita/MG

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:0C82A508

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
DISPENSA ELETRONICA

A Prefeitura Municipal de Arinos/MG, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que realizará Dispensa de Licitação Eletrônica nº 013/2026, Objeto: Aquisição de soprador costal a combustão, de uso

profissional, destinado às atividades de limpeza de áreas, abertura e manutenção de aceiros, remoção de folhas, resíduos e material combustível fino, bem como ao apoio às ações da Brigada Florestal Municipal, podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços a contar da data da publicação até o dia 19/10/2026 às 06h59min. Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 19/10/2026, às 07h00min.. Termino da disputa: 19/10/2026, às 13h00min. O edital está disponível no sítio eletrônico da Plataforma, bnc.org.br e na pagina oficial do Municipio. www.arinos.mg.gov.br.

Arinos, 09 de outubro de 2026,

DIEGO ALEXANDRE DRESSLER-
Secretário Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:4B7692B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato nº 268/2026. Inexigibilidade nº 028/2026. Objeto: fornecimento de insumos para diabéticos tipo 1, ajudando no controle eficaz da glicose no sangue, refente a proposta de preços BID Nº 16986042. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Auto Suture do Brasil Ltda, CNPJ sob o nº 01.645.409/0003-90, valor global R$ 20.575,00, vigência: 07 meses.

Arinos, 09 de outubro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:7284D5C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
RATIIFICAÇÃO DE DISPENSA

Considerando, que o processo nº 076/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VII e art. 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, RATIFICO, a Dispensa de Licitação nº. 012/2026, em favor da empresa, Concretize Engenharia e Projetos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 21.629.620/0001-64. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos de sondagem a percussão (SPT), com elaboração de laudo técnico conclusivo, visando ao reconhecimento do subsolo do terreno onde será construído 100 unidades habitacionais denominado como Morada do sol I e II, no Valor Global, R$ 12.900,00.

Arinos, 09 de outubro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:06490FE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BANDEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** 38.297.232 GABRIEL HENRIQUE DOS SANTOS RIBEIRO, CNPJ nº 38.297.232/0001-26. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 19. **Valor total registrado:** R$ 6.345,00 (seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** AUGUSTO SOSTA MARTINS 25510225840, CNPJ nº 28.677.530/0001-98. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 18. **Valor total registrado:** R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 40.223.106/0001-79. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 1. **Valor total registrado:** R$ 1.443,00 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 10/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 41.010.343/0001-14. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 6. **Valor total registrado:** R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** K. LUMERTZ CARDOSO, CNPJ nº 38.311.637/0001-71. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lotes nº** 10, 11, 21, 25 e 41. **Valor total registrado:** R$ 20.952,00 (vinte mil, novecentos e cinquenta e dois reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº

14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA, CNPJ nº 51.053.659/0001-47. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lotes nº** 7, 8, 15 e 28. **Valor total registrado:** R$ 2.059,60 (dois mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** SILVIO OLIVEIRA SANTOS LTDA, CNPJ nº 45.731.576/0001-67. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lotes nº** 5, 12, 13, 16, 20, 22, 24, 29, 30 e 31. **Valor total registrado:** R$ 40.364,90 (quarenta mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** VB COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 25.536.137/0001-96. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lotes nº** 2, 3, 9, 14, 26, 27, 35, 37, 39 e 40. **Valor total registrado:** R$ 15.409,00 (quinze mil, quatrocentos e nove reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** AL OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 47.094.894/0001-90. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 23. **Valor total registrado:** R$ 2.114,85 (dois mil, cento e quatorze reais e oitenta e cinco centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** STAR RUM INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 34.806.377/0001-54. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 34. **Valor total registrado:** R$ 3.597,90 (três mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 14/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 030/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 04/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** SMART SOFT SOLUTIONS LTDA, CNPJ nº 41.893.827/0001-59. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. **Lote nº** 36. **Valor total registrado:** R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:**14/09/2026

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:F8E2FAC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PE 07/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** COMERCIAL DAVI GODOY LIMITADA, CNPJ nº 20.548.392/0001-35. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 55, 56, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 83, 91, 97, 104, 107, 109, 114, 115, 121, 122, 125, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 160, 162, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195, 196, 197, 199, 200, 204, 205 e 206. **Valor total registrado:** R$ 272.333,21 (duzentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e um centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** MOABE PEREIRA GOBIRA, CNPJ nº 19.194.140/0001-76. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 8, 14, 20, 21, 26, 30, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 77, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 190, 193, 194 e 202. **Valor total**

registrado: R$ 144.646,17 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** REAPA MINAS COMERCIO LTDA, CNPJ nº 36.485.410/0001-17. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 17 e 18. **Valor total registrado:** R$ 5.226,10 (cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e dez centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** STELLA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 55.514.837/0001-40. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 11, 12, 37, 38, 39, 43, 44, 46, 71, 73, 75, 80, 81, 108, 128, 130, 156, 157, 184 e 203. **Valor total registrado:** R$ 64.539,00 (sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** VB COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 25.536.137/0001-96. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 9, 106, 129, 134, 136, 172, 176 e 198. **Valor total registrado:** R$ 7.754,30 (sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** INB COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 43.029.546/0001-88. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lote nº** 24. **Valor total registrado:** R$ 9.424,50 (nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** 45.091.645 LUIZ FELIPE CAMILO ARRUDA, CNPJ nº 45.091.645/0001-15. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lotes nº** 76, 101, 102, 105 e 123. **Valor total registrado:** R$ 4.028,50 (quatro mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 029/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Sistema de Registro de Preços – critério de julgamento: menor valor por lote. Homologação: 01/09/2026. **Órgão gerenciador:** Prefeitura Municipal de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01. **Fornecedor registrado:** COMERCIAL MARELLY EIRELI, CNPJ nº 13.986.656/0001-77. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios de copa e cozinha em geral para atender às diversas Secretarias Municipais do Município de Bandeira. **Lote nº** 142. **Valor total registrado:** R$ 485,85 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). **Validade:** 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. **Fundamento legal:** Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. **Data de assinatura:** 02/09/2026

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:86DE6A2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 36/2026 – Adesão (Carona) nº 10/2026 – Adesão à Ata de Registro de Preços nº 067/2024 (Pregão Eletrônico nº 034/2024 – Processo Licitatório nº 070/2024), gerenciada pelo CIMINAS – Consórcio Interfederativo Minas Gerais, CNPJ nº 19.493.732/0001-99. **Fundamento legal:** art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023. **Objeto:** aquisição de itens de decoração natalina em LED (cordões, cascatas, conjuntos de tubos luminosos e estrelas luminosas), destinados à ornamentação de vias, logradouros, praças e prédios públicos do Município de Bandeira/MG. **Adjudicatária:** BELLA LUZ LTDA, CNPJ nº 46.674.080/0001-61. **Valor global:** R$ 26.285,00 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais). **Data da homologação:** 24/09/2026. **Autoridade homologadora:** Sidnei Alves dos Santos, Prefeito Municipal.

SIDNEI ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG. Processo Administrativo nº 033/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Sistema de Registro de Preços. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes, graxas, aditivos e produtos correlatos destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Bandeira/MG, de forma parcelada, para atendimento das diversas Secretarias Municipais.
Fornecedores homologados:

AUTO LUB DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 64.635.613/0001-88 – lotes 16 e 18 – R$ 9.997,50;
J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EP, CNPJ nº 20.649.395/0001-65 – lotes 1, 2, 4, 10, 12, 21 e 22 – R$ 117.452,00;
JOSÉ ROBERTO BARBOSA EIRELI ME, CNPJ nº 01.905.253/0001-77 – lote 11 – R$ 91.575,00;

MADIMBA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 47.759.958/0001-24 – lotes 7, 8, 9, 17 e 20 – R$ 83.820,00;
MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA EPP, CNPJ nº 04.335.223/0001-60 – lotes 3, 6, 13, 15 e 19 – R$ 8.494,70;
SMARTTECH MANUTENCAO LTDA, CNPJ nº 52.206.155/0001-82 – lote 14 – R$ 1.290,00.
Valor total homologado: R$ 312.629,20 (trezentos e doze mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos). **Data da homologação:** 01/10/2026. **Autoridade homologadora:** Sidnei Alves dos Santos, Prefeito Municipal.

SIDNEI ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:A9F0F30D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

MUNICÍPIO DE BANDEIRA/MG – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Termo de Credenciamento nº 005/2026. Processo Licitatório nº 31/2026 – Credenciamento nº 05/2026 – Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, IV, c/c os arts. 78, I, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 66/2023. Edital de Chamamento Público nº 05/2026. **Contratante:** Município de Bandeira/MG, CNPJ nº 18.349.902/0001-01, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde. **Credenciada:** ALVES BRITO SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 49.774.002/0001-27. **Objeto:** prestação de serviços de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, em nível ambulatorial, aos usuários do SUS encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, com remuneração pelos valores da Tabela SUS (SIGTAP): procedimento 03.09.07.002-3 (bilateral), R$ 392,62; e procedimento 03.09.07.001-5 (unilateral), R$ 300,78. **Valor estimado:** R$ 355.884,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais). **Dotação orçamentária:** 07.001.000 – 0010.0302.1003 – 2102 – 3.3.90.39.00, fichas nº 339 (fonte 15000001002), 340 (fonte 16000000000) e 755 (fonte 26000000000). **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 17/09/2026. **Data de assinatura:** 17/09/2026. **Signatários:** Sidnei Alves dos Santos, Prefeito Municipal, pelo Contratante; Fernando Alves Pereira Junior e Itamar Rodrigues Brito Oliveira, pela Credenciada.

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:1F730CB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto, Homologa e Adjudica o Processo de Licitação 054/2026, modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/2026, correspondente ao especificado na Ata de Julgamento de 01 de outubro de 2026, sendo vencedor o licitante: CONSTRUTORA CARDOSO E TRANSPORTES LTDA, sede na R. Ilma Coelho Campos Gomes, nº 10, Fazendinha, nesta cidade de Barão do Monte Alto Estado de MG, CNPJ: 27.326.445/0002-01, no valor de R$ 157.965,27 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de material para Calçamento em Bloquete Sextavado – Estrada de acesso à Barão do Monte Alto/MG.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:B0D9443B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público Ratificação da Dispensa de Licitação nº 016/2026 - Objeto: Contratação de empresa para aquisição de grama esmeralda. – Contratada: **20.234.317 ROGERIO MAIA**, CNPJ: **20.234.317/0001-08** – valor: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) – Dotação/Secretaria Municipal de Obras: 02008.1545200602.054.44905200000 - Ficha 292. Justificativa: de acordo com o art. 75, inc. II da Lei Federal 14.133/2021 –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal – 09/10/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:63B617C7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026

Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto-MG torna público Edital de Pregão Eletrônico 010/2026 – Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto/MG. Abertura dia 28/10/2026, às 09:00 horas na plataforma de compras públicas BNC - Bolsa Nacional de Compras. Edital disponível na sede da instituição e no site do município a partir do dia 13/10/2026. Informações 08001321308, e-mail: licitabarao@yahoo.com.br - e site www.baraodomontealto.mg.gov.br –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:BDDDABC6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
ERRATA - PROCESSO 56/2026

Errata:

Onde se lê:

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: nº 54/2026
Pregão Eletrônico: nº 29/2026
SRP: 18/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM E DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITORES TREINADOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA/MG.

Leia-se:

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: nº 56/2026
Pregão Eletrônico: nº 30/2026
SRP: 19/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS

INFLAVEIS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM E DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITORES TREINADOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA/MG.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:38FC05F4

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 112/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 62/2026, Processo Administrativo nº 112/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO – GLP, COM CAPACIDADE DE 13 KG, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE VASILHAMES DE RECARGA/ABASTECIMENTO DE BOTIJÕES DE 13 KG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE E LAZER, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO RURAL E OBRAS DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA/MG.

JPA COMERCIO E LOGISTICA LTDA – CNPJ 40.555.800/0001-93.

VALOR TOTAL R$ 46.163,20

Barra Longa, 09 de outubro de 2026

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:713ACF46

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 85/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 45/2026, Processo Administrativo nº 85/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS COMPOSTOS POR MESAS E CADEIRAS PLASTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E UTILIZAÇÃO EM EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURISTICOS, SOCIAIS, E COMUNITÁRIOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA/MG.

VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICOS LTDA – CNPJ 66.712.923/0001-84.

VALOR R$ 13.140,00.

Barra Longa, 10 de outubro de 2026

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:A233CEB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 218/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 011/2026

O Município de Barroso torna público o Edital do Processo nº 218/2026 Inexigibilidade nº 032/2026 - Credenciamento nº 011/2026. Constitui objeto deste Edital o Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica - laboratórios de análises clínicas, visando atender às demandas da rede municipal de saúde do Município de Barroso/MG e rede privada, sendo este somente após esgotamento do atendimento da rede municipal, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde

Abertura: 14 de outubro de 2026
Período para recebimento da documentação: 14/10/2026 à 28/10/2027.
Retirado do Edital: www.barroso.mg.gov.br
Maiores Informações: licitacao@barroso.mg.gov.br

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:34B5B3F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N° 56/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA e a empresa LAP SPORTES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.162.359/0001-23. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS PARA ATENDER OS EVENTOS PROMOVIDOS POR ESTA MUNICIPALIDADE. Valor: R$ 234.995,00 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e noventa e cinco reais). DATA DA ASSINATURA DA ATA: 09/10/2026. VIGÊNCIA: 12 meses. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 56/2026.

Publicado por:
Mario Luis Coelho
Código Identificador:8A330838

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº LICI-78/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Extrato do Aditivo nº 02 ao contrato de prestação de serviços e fornecimento de materiais nº LICI-78/2026. **PARTES**: Município de Boa Esperança e COSTA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 17.422.221/0001-50. **OBJETO**: Tendo em vista a modificação do projeto de execução referente ao contrato de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM EXECUÇÃO DE SUB-BASE E BASE ESTABILIZADA NA ESTRADA VICINAL QUE LIGA O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA/MG AO MUNICÍPIO DE COQUEIRAL/MG, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, as partes de comum acordo celebram o presente aditivo de acréscimo de valor, conforme Ofício 174/2026 e planilhas do Departamento de Engenharia e Projetos, em anexo, os quais passam a integrar o presente aditivo. **VALOR**: O valor total acrescido conforme Planilha apresentada e conforme cálculo é de R$ 173.376,44 (cento e setenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21 e alterações. Processo Licitatório Modalidade - Concorrência Eletrônica nº 01/2026.

EDUARDO LIMA REZENDE –
Secretário Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:B7B1D0AE

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº LICI-150/2022 REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO DO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº LICI-150/2022 REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2022. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA e ANTONIO JOSÉ DE LIMA, CNPJ 07.751.922/0001-80. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o realinhamento de preços referente ao contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL DESTE MUNICÍPIO, PARA COMPLEMENTAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, de acordo com o despacho jurídico da Procuradoria Geral do Município, conforme segue:

Item	Descritivo	Und	Valor atual	Valor realinhado
09	LINHA B. ESP/CAXAMBU/ CANDONGA/ ARREDORES/ CORTUME REGIÃO PERÍODO MATUTINO. TEMPO INTEGRAL; VEÍCULO VAN/KOMBI CAPACIDADE 15 LUGARES; RODAGEM DIÁRIA 159 KM, PERCURSO IDA E VOLTA (39547)	Km	R$ 3,11	R$ 4,25

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e alterações. Pregão Presencial 59/2022.

AROLDO ROSA DE MEDEIROS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:E9892138

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO Nº LICI-103/2025 REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Extrato do Aditivo nº 06 ao Contrato nº LICI-103/2025 ref. Inexigibilidade de Licitação 37/2025. **PARTES:** Município de Boa Esperança e SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BOA ESPERANÇA, CNPJ 18.781.039/0001-59. **OBJETO:** De comum acordo, as partes resolvem acrescer qualitativamente no contrato originário o percentual de 1,922329% sobre o valor mensal de R$ 1.040.404,28750, perfazendo o acréscimo de valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais, totalizando o acréscimo de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) ao total anual, relativos ao "Quadro 3 – Especificações de custeio dos serviços médicos e hospitalares de Média Complexidade – Recursos do Tesouro Municipal", especificamente nos serviços relacionados ao setor de ginecologia, conforme Ofício 137/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, parte integrante deste. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 37/2025, Lei Federal nº 14.133/2021.

JOSÉ VALTER NETTO –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:87F3E27F

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 130/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 46/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 130/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 46/2025. PARTES: MUNICIPIO DE BOA ESPERANÇA e GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ 90.180.605/0001-02. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, renovação e reajuste de valor do contrato originário por mais 12 (doze) meses, contados de 29/08/2026 a 29/08/2027, objetivando a continuação pela contratada da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS PARA PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, nos mesmos termos e condições do contrato originário. VIGÊNCIA: 12 MESES. VALOR: R$ 3.343,30. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações. Processo de Pregão Eletrônico 46/2025.

JOSÉ VALTER NETTO,
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:E3700DCA

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 149/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 62/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 149/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 62/2025. PARTES: MUNICIPIO DE BOA ESPERANÇA e GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ 90.180.605/0001-02. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, renovação e reajuste de valor do contrato originário por mais 12 (doze) meses, contados de 06/10/2026 a 06/10/2027, objetivando a continuação pela contratada da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS PARA PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL. VIGÊNCIA: 12 MESES. VALOR: R$ 15.353,47. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações. Processo de Pregão Eletrônico 62/2025.

ALISSON SOUZA MOURA,
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Pesca.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:8ED612E5

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 150/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 62/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI – 150/2025 – REF. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 62/2025. PARTES: MUNICIPIO DE BOA ESPERANÇA e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61.198.164/0001-60. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, renovação e reajuste de valor do contrato originário

por mais 12 (doze) meses, contados de 06/10/2026 a 06/10/2027, objetivando a continuação pela contratada da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS PARA PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL. VIGÊNCIA: 12 MESES. VALOR: R$ 3.600,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações. Processo de Pregão Eletrônico 62/2025.

ALISSON SOUZA MOURA,
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Pesca.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:305DD718

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 204/2024.
REF. PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 204/2024. REF. PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2024. **PARTES:** MUNICIPIO DE BOA ESPERANÇA e VÂNIA NAVES LAMAITA AGUIAR, VANINA LAMAITA AGUIAR e ESTHER LAMAITA AGUIAR. **OBJETO:** O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e renovação de valor do contrato originário, por mais 12 (doze) meses, contados de 24/09/2026 a 24/09/2027, cujo objeto é a LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO À RUA GILBERTO DE OLIVEIRA NAVES, Nº 250, BAIRRO NOVA ERA, NESTA CIDADE, REGISTRADO NO CRI LOCAL SOB N° 039255.2.0001148-93 LIVRO 2, OBJETIVANDO O FUNCIONAMENTO DA USF MARIA TEREZA DA SILVA, bem como o reajuste de valor pelo índice acumulado do IPCA no período, de 4,223450%, perfazendo o acréscimo do valor mensal de R$ 1.839,78 para R$ 1.917,48 (um mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos), totalizando R$ 23.009,76 (vinte e três mil, nove reais e setenta e seis centavos). **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 31/2024. Lei Federal 14.133 e alterações.

JOSÉ VALTER NETTO,
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:E7490C5F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO

EXTRATO DO EDITAL RETIFICADO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração e atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e elaboração dos Laudos de Insalubridade e Periculosidade. ***Retificação*: INICIO DO ENVIO DE PROPOSTAS: 09/10/2026 ÀS 17:00 HORAS, FIM DO ENVIO PROPOSTAS/INÍCIO DA DISPUTA: 27/10/2026 ÀS 09:29 HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA ENDEREÇO ELETRÔNICO**: www.licitardigital.com.br. Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmo horário. **CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**: Site: www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br Telefone: (31) 3833-1222. **REFERÊNCIA DO TEMPO:** Horário de Brasília.

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:09D4BB61

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contratonº **398/2026.**Objeto: – **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTAÇÃO ARTISTICA (DJ) PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Empresa credenciada:**63.316.273 LUCIANA COSTA GOMES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **63.316.273/0001-60**. Valor Total estimado:R$15.000,00(Quinze mil reais). Início: 09.10.2026. Vigência:12 meses.

Bonfinópolis de Minas - MG, 09.10.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:0C241182

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
PROCESSO 079/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026

O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG. Torna público a realização de Processo Licitatório Nº 079/2026 - Concorrência Nº 004/2026 – Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra visando à construção de uma Quadra Society, conforme proposta no SIGCON da Transferência Especial nº 1481004184/2026.
Fim do Recebimento de propostas: 23h59min do dia 27/10/2026
Início da Sessão: às 09h00 do dia 28/10/2026. Informações Prefeitura ou pelo e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com, telefone/whatsapp (38) 9 9836-7053.

Bonfinópolis de Minas - MG, 09/10/2026.

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:828C5485

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DENILSON ROCHA DE MATOS ME.

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DENILSON ROCHA DE MATOS ME.

CREDENCIAMENTO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2026 - CREDENCIAMENTO N° 017/2026 –CREDENCIAMENTO **Pedreiro**. OBJETO DO CREDENCIAMENTO: Credenciamento de empresa para prestação de serviços de mão de obra tais como: Pedreiro, recebeu documentos e credenciou: DENILSON ROCHA DE MATOS ME, inscrita no CNPJ nº 49.407.895/0001-72. Valor: **R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).** O credenciamento

continua em aberto para garantir a ampla abrangência dos prestadores de serviços, no atendimento do interesse Municipal.

Brasilândia de Minas MG, 09 de outubro de 2026.

ANA PAULA MARCIANA GOMES
Agente de Contratações

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:1D78D3FE

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE VALOR DE ITEM DO CREDENCIAMENTO 017/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE VALOR DE ITEM DO CREDENCIAMENTO 017/2026.

O MUNICÍPIO DE BRASILANDIA DE MINAS -MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.602.009/0001-35, com endereço a Praça Cívica 141- Bela Vista 38, neste ato representado por seu Prefeito o Senhor, **Oséias Cardoso Queiróz,** inscrito no CPF:451.520.xxx-xx, residente e domiciliado nesta cidade de Brasilândia de Minas), no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, torna público o presente Aditivo ao Edital de Credenciamento nº 017/2026, nos seguintes termos:
CONSIDERANDO, a manifestação e justificativa do Secretário Municipal de Obras, solicitando a redução do valor do item nº 01 02, do credenciamento 17/2026, visando necessidade de adequação do valor do item aos preços atualmente praticados, visando à economicidade, razoabilidade e manutenção da vantajosidade para a Administração;
CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
1.1-O presente instrumento tem por objeto a alteração do valor do item nº 01 e item 02 da tabela de preços do Credenciamento nº 017/2026, item 01 passando o preço anteriormente estabelecido de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) para R$ 170,00 (cento e setenta reais). item 02 passando o preço anteriormente estabelecido de R$ 100,00 (cem reais) para R$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação
2.1-A presente alteração observa as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aquelas aplicáveis ao procedimento de credenciamento e à manutenção das condições e preços estabelecidos pela Administração, bem como as disposições específicas previstas no Edital de Credenciamento nº 017/2026.
CLÁUSULA TERCEIRA- Da Aplicação do Novo Valor
3.1-O novo valor estabelecido para o item nº 01 e 02, será aplicado às novas contratações, de serviço ou instrumentos equivalentes emitidos a partir da vigência deste Termo, observadas as regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 017/2026.
CLÁUSULA QUARTA– Da Manutenção das Demais Condições
4.1-Permanecem inalteradas todas as demais condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 017/2026, seus anexos e demais instrumentos dele decorrentes, que não conflitarem com a presente alteração.
CLÁUSULA QUINA– Da Vigência da Alteração
5.1-A alteração do valor do item nº 01 e 02 produzirá efeitos a partir da data da publicação deste termo, passando o novo valor a integrar a tabela de preços do Credenciamento nº 017/2026 a partir da publicação.
E, para que produza seus efeitos legais, o presente instrumento será devidamente formalizado e divulgado.

Publique-se na forma da Lei.

Brasilândia de Minas/MG, 01 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Brasilândia-MG.
OSÉIAS CARDOSO QUEIRÓZ -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:528AAE7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025. O Primeiro Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 051/2025, firmada com a empresa MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA. – ME, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e produtos de higiene para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Braúnas/MG, pelo período de 12 (doze) meses, passando sua vigência de 29 de setembro de 2026 a 28 de setembro de 2027. Contratada: MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA. – ME, CNPJ nº 25.287.318/0001-06, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:D130076D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024. O Terceiro Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 014/2024, firmado com a empresa ENERGIZAR EMPRESA DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, incluindo fiação, relés, conectores e mão de obra, relativos ao sistema de iluminação pública com tecnologia LED, abrangendo 360 pontos de iluminação do Município de Braúnas/MG, pelo período de 10 (dez) meses, passando sua vigência de 11 de outubro de 2026 a 10 de agosto de 2027, com impacto financeiro estimado de R$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), mantido o valor mensal de R$ 3.550,00. Contratada: ENERGIZAR EMPRESA DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, CNPJ nº 21.639.683/0001-00, Representante; Paulo Fagundes Campos, CPF ***.418.***-**, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:3CAFE55C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Braúnas comunica aos interessados do Pregão Eletrônico n° 025/2026 – Processo Licitatório 057/2026, cujo objeto é o Registro de Preços visando à contratação de empresa, devidamente cadastrada e licenciada junto aos órgãos ambientais competentes, para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, não inertes e não perigosos, Classe II-A, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo do Município de Braúnas/MG, a ser custeada com recursos próprios e/ou vinculados; que a empresa vencedora do certame foi a empresa: ORBIS AMBIENTAL S.A.– CNPJ N° 06.984.726/0001-92 ao valor global de R$ 97.272,00 (Noventa e sete mil, duzentos e setenta e dois reais).

Braúnas, 09 de outubro de 2026.

ADELIANE CARVALHO DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:1FA0DD29

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: MJ TRANSPORTE E TURISMO LTDA. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 18. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 3.206,16 (três mil, duzentos e seis reais e dezesseis centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 584 km no período remanescente de 73 dias, a partir de 03 de setembro de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:64B0E1FF

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: LINDOMAR FONSECA PIRES. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 61. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 1.088,43 (mil e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 219 km no período remanescente de 73 dias, a partir de 01 de setembro de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:394A40AD

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: WILLIAN PEREIRA DA SILVA. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 16. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 1.055,76 (mil e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 212 km no período remanescente de 106 dias, a partir de 01 de julho de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:3147A66B

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: WILLIAN PEREIRA DA SILVA. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 16. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 2.569,68 (dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 516 km no período remanescente de 86 dias, a partir de 14 de agosto de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:ECB4DCAE

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: EDIMO ESTRELA RAMOS. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 40. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 6.499,92 (seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 1.022 km no período remanescente de 73 dias, a partir de 01 de setembro de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:AB8CF240

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2022.

Processo Licitatório Nº 334/2021. Pregão Presencial Nº 083/2021. Contratada: JOÃO P. FREITAS NETO. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 34. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 4.469,40 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 1.170 km no período remanescente de 90 dias, a partir de 10 de agosto de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:A9EA17E4

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 301/2023.

Processo Licitatório Nº 212/2023. Pregão Presencial Nº 062/2023. Contratada: JOSÉ IRON RODRIGUES DA COSTA. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 11. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 1.860,30 (mil, oitocentos e sessenta reais e trinta centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 318 km no período remanescente de 106 dias, a partir de 01 de julho de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:6753A3A5

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 382/2025.

Processo Licitatório Nº 129/2025. Pregão Eletrônico Nº 025/2025. Contratada: GUSTAVO ARAÚJO DA SILVA LTDA. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 41. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 3.337,20 (três mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos) referente ao acréscimo

quantitativo de 1.080 km no período remanescente de 90 dias, a partir de 10 de agosto de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:950F265F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 465/2025.

Processo Licitatório Nº 172/2025. Pregão Eletrônico Nº 042/2025. Contratada: MIGUEL DA APARECIDA ALVES RODRIGUES. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 54. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 5.905,20 (cinco mil, novecentos e cinco reais e vinte centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 1.330 km no período remanescente de 95 dias, a partir de 03 de agosto de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:C8D13A93

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 465/2025.

Processo Licitatório Nº 172/2025. Pregão Eletrônico Nº 042/2025. Contratada: MIGUEL DA APARECIDA ALVES RODRIGUES. Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar, LINHA 54. Fica acrescido ao Contrato Original o valor de R$ 1.420,80 (mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos) referente ao acréscimo quantitativo de 320 km no período remanescente de 64 dias, a partir de 14 de setembro de 2026. Buritis/MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:C6FB5BD3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 065/2026 – Credenciamento n° 006/2026. Objeto: **credenciamento contratação de prestação de serviços diversos relacionados à área de infraestrutura, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, das Secretarias Municipais, dos órgãos vinculados, bem como do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Cabeceira Grande – SANECAB.** Empresas: **69.106.720 VICTOR LUIZ FELISBINO DO CARMO – CNPJ: 69.106.720/0001-32 – ITEM 07 - SERVENTE DE PEDREIRO.** Empresas: **69.107.493 TAUÃ DE OLIVEIRA FILHO – CNPJ: 69.107.493/0001-60 – ITEM 07 - SERVENTE DE PEDREIRO. (**Credenciadas no dia 09/10/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

Cabeceira Grande – MG; 30 de Setembro de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:903C85BA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 170/2026 - DISPENSA N.º 052/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: Nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como da documentação apresentada, AUTORIZO o ***Processo Administrativo n.º 170/2026*** como ***Dispensa n.º 052/2026***, cujo objeto refere-se *à contratação de gráfica para confecção de placas de ACM e de aço escovado*, com a pessoa jurídica ***56.285.798 ADRIANA GARCIA GUEDES***, inscrita no CNPJ n.º 56.285.798/0001-10, no valor total de R$ 1.742,50 (um mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Cachoeira de Minas, 09 de outubro de 2026.

THAIS MACHADO LEÃO –
Secretária Municipal de Políticas Sociais.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:7DF24E99

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 034/2026

A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas torna público a SUSPENSÃO do ***Pregão Eletrônico SRP n.º 034/2026*** para reavaliação do edital e posterior republicação, cujo objeto refere-se *à aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do Poder Executivo Municipal.*

Cachoeira de Minas, 09 de outubro de 2026.

ÉRICA JUSSARA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:2AA4FDE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATOS

O Município de Cachoeira de Minas torna público os ***Contratos*** *discriminados:*
Contrato n.º 220/2026: SUJISMUNDO SUPERMERCADO DA LIMPEZA LTDA. Valor total: R$ 12.639,00 (doze mil, seiscentos e trinta e nove reais);
Contrato n.º 221/2026: RENAN SILVA CASTRO. Valor total: R$ 56.190,00 (cinquenta e seis mil, cento e noventa reais);
Objeto: Contratação de empresa especializada para transporte, locação, montagem, instalação, disponibilização de monitores para acompanhamento e orientação dos usuários e desmontagem de brinquedos recreativos, destinados às atividades promovidas pelo Município de Cachoeira de Minas nas festividades em comemoração ao Dia das Crianças, no Campeonato Municipal de Futebol, no evento Brincando nas Férias e no Cachoeira Adventure Festival.
Processo Licitatório n.º 167/2026 – Pregão Eletrônico n.º 032/2026.
Vigência: 07/10/26 a 06/10/2027.

Cachoeira de Minas, 07 de outubro de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:815BC3FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 175/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 175/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *aquisição de Medicamentos básicos através de Pregão Eletrônico N°380/2025 - Ata de Registro de Preços Estadual - ARPE Nº 093/2026 - Planejamento Nº 055855/2026, realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG, destinados ao abastecimento da Farmácia Municpal de Cachoeira de Minas/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no respectivo instrumento.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogitam as pessoas jurídicas: ***BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES SA***, inscrita no CNPJ n.º 18.269.125/0001-87, no valor total de R$ 7.636,55 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos); ***ALFALAGOS LTDA.***, inscrita no CNPJ n.º 05.194.502/0001-14, no valor total de R$ 7.689,00 (sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais); ***SAMEH SOLUCOES HOSPITALARES LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 25.031.668/0001-27, no valor total de R$ 54.513,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e treze reais); ***INOVAMED HOSPITALAR LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 12.889.035/0002-93, no valor total de R$ 3.293,50 (três mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos); ***ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 03.945.035/0001-91, no valor total de R$ 3.706,00 (três mil, setecentos e seis reais); perfazendo o valor total em processo de R$ 76.838,05 (setenta e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinco centavos).

Cachoeira de Minas, 09 de outubro de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:28D3DC26

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 08 horas, reuniu-se, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Avenida 05, nº 98, no Município de Cachoeira Dourada/MG, o Conselho Municipal de Saúde, em sua Trecentésima Décima Terceira Reunião Ordinária, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, instituído nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS. Estiveram presentes os conselheiros: Sheila Aparecida de Lima Moura, Lizandra Vitória Medeiros, Luciano Souza Silva, Pamela Lucas Fernandes, Janice Lopes de Farias Lima Pereira, Valdenice Matias Soares, Alexsandra Alves Rocha e Márcia Rodrigues da Silva Morais, sendo constatado quórum regimental para deliberação. Aberta a reunião, a Presidente deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos.
Na sequência, foi apresentado o Programa Miguilim – Módulo Saúde Ocular, informado como já implantado no município, com início dos atendimentos. Foi registrado que os primeiros atendimentos já foram iniciados, devendo as datas das consultas e dos próximos atendimentos ser acompanhadas e informadas aos participantes.
Foi explicado que o fluxo do programa compreende o registro dos beneficiários no sistema utilizado, o comparecimento da criança ou do adolescente à consulta acompanhado de sua mãe ou responsável e, quando houver indicação clínica, o encaminhamento para confecção dos óculos em ótica participante do programa.
Durante a discussão, foi ressaltado que a procura pelo atendimento é elevada e que a quantidade de óculos disponível pode não ser suficiente para atender imediatamente a todos os usuários com indicação. Foi mencionado que os critérios de priorização e atendimento devem ser observados de acordo com as orientações do programa, considerando a disponibilidade dos recursos e a necessidade dos beneficiários.
Os participantes destacaram a importância de divulgar as informações corretas sobre o funcionamento do Programa Miguilim, seus critérios de atendimento e a disponibilidade dos óculos, evitando interpretações equivocadas por parte da população. Também foi ressaltada a necessidade de participação das profissionais responsáveis pelo acompanhamento e execução do programa nas reuniões, para prestar esclarecimentos e apresentar as ações desenvolvidas.
Foi reforçada a importância de manter o Conselho Municipal de Saúde informado sobre a execução do programa e sobre a participação do município nas ações, inclusive quanto às responsabilidades e contrapartidas municipais, quando aplicáveis. Como encaminhamento, ficou indicada a continuidade do acompanhamento dos atendimentos, a confirmação do cronograma de consultas e a apresentação de informações atualizadas aos conselheiros.
As informações específicas sobre a denominação oficial do sistema utilizado, os critérios formais de priorização e o quantitativo de beneficiários e óculos disponibilizados deverão ser confirmadas pela coordenação responsável, caso sejam incluídas em versão definitiva da ata.
Nada mais havendo a tratar, eu, Márcia Rodrigues da Silva Morais, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:0CE96D97

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAJURI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAJURI-MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Pça Capitão Arnaldo Dias de Andrade Filho, 12, centro, Cajuri/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, através da Pregoeira e equipe de apoio, designada pela **Portaria nº 106/2026,** torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM, NÚMERO DE PROCESSO 075/2026**, **OBJETO: Contratação para prestação de serviços de fisioterapia domiciliar, nas zonas urbana e rural do Município de Cajuri-MG, destinados ao atendimento de pacientes com impossibilidade permanente ou temporária de locomoção (acamados), mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cajuri, que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, com os termos e condições do presente EDITAL,** com as seguintes características: **As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: As 09h00min do dia: 26/10/2026.**

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:C2066FC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00379/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00379/2026 – Processo nº 002/2026 – Pregão nº 001/2026 - Contratada empresa **BR Vale Distribuidora de Produtos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço situado na Rua Doutor Flavio Bellegarde Nunes, 75 - Jardim Paulista - Taubate - SP - 12091-590, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 35.638.331/0001-36, com valor total **R$ 9.360,00** (Nove mil, trezentos e sessenta reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DIVERSOS.**
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:416D05A8

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 03/2026 – Processo nº 0004/2025 – Pregão nº 0001/2025. Contratada empresa **ANDORINHA ALIMENTOS LTDA** CNPJ n° 68.513.084/0001-09 - Rodovia MG 050, KM 197 - Área Rural de Formig - Formiga - MG - 35578-000. **Objeto: FORNECIMENTO DE CARNES.**

Alteração da quantidade que representa 25,00%.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:68E956DF

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 152/2026 – Processo nº 0065/2025 – Inexigibilidade nº 0021/2025. Contratada empresa **THAIS MORENO RODRIGUES EIRELI** - CNPJ N° **37.803.116/0001-79,** com endereço à Rua Alvarina Frota, 70 - APT 401 - Santa Luiza - Varginha/MG. **Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM PEDIATRIA.**
Alteração da quantidade.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:37A4330F

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 292/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 292/2026 – Processo nº 0093/2026 – Pregão nº 00035/2026. Contratada empresa **SISTEMAS INTELIGENTES LTDA**, inscrita no CNPJ - 00.455.458/0001-35 pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto nº 325 sala 202 – Bairro Centro – Boa Esperança – MG CEP nº 37.170-000.
Objeto: GESTÃO DE PONTO.
Alteração da quantidade que representa 14,28%.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:772E8B3B

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 09/2026 – Processo nº 00167/2025 – Pregão nº 00058/2025. Contratada empresa **COMERCIAL LIZ OLIVEIRA LTDA** - CNPJ N° 45.784.536/0001-83 - Av Virgilio de Melo Franco, 430 - Centro - Cambuquira - MG - 37420-000. **Objeto: FORNECIMENTO DE HORTIFRUTI.**
Alteração da quantidade que representa 8,79%.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:8A1D5FC5

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 08/2026 – Processo nº 00167/2025 – Pregão nº 00058/2025. Contratada empresa **CAMPOS & CAMPOS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA** - CNPJ N° 51.149.498/0001-90 - Avenida Doutor Renato Azeredo - Jardim Chamonix - Machado - MG - 37750-000. **Objeto: FORNECIMENTO DE HORTIFRUTI.**
Alteração da quantidade que representa 0,40%.

Campanha/MG, 09 de Outubro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:619920AA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 21/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 21/2026
Referência: Processo n° 00084/2026 – Inexigibilidade n° 00030/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DA CAMPANHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, nº. 59, Centro, Campanha/MG, CEP – 37.400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob o nº. 681.***.***-**;
CREDENCIADO: RANGEL PROCK BORGES, inscrito no CPF sob o nº 157.937.676-22, residente no Sítio Nossa Senhora Aparecida,

s/n, Bairro Rural Serrinha, Campanha/MG, CEP 37400-000, neste ato representado por si próprio.
As partes têm, entre si, justo e acordado o presente Termo de Credenciamento, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Edital de Credenciamento e seus anexos e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. Constitui objeto do presente Termo o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM PÓ E CAFÉ TORRADO EM GRÃO, PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR**, conforme especificações técnicas, condições e exigências constantes do Termo de Referência e demais documentos do procedimento.
1.2. O presente Termo formaliza o credenciamento do CREDENCIADO, não implicando, por si só, na obrigação do CREDENCIANTE de realizar qualquer aquisição ou de garantir quantidade mínima de fornecimento.
1.3. Os fornecimentos decorrentes do presente credenciamento serão realizados de acordo com a necessidade e a demanda do CREDENCIANTE, mediante a emissão dos respectivos empenhos, observados os preços, quantitativos e demais condições estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, observadas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento.
2.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o período estabelecido no Edital, possibilitando o credenciamento de novos interessados que atendam integralmente às condições de habilitação e demais requisitos estabelecidos no procedimento.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. As obrigações do Credenciado estão integralmente descritas no Termo de Referência, que deverá ser observado em sua totalidade para fins de execução do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

4.1. As obrigações do Município Credenciante estão integralmente descritas no Termo de Referência, devendo ser observadas para assegurar a correta execução do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

5.1. Os preços, as condições de fornecimento, os critérios de pagamento e demais disposições relativas à execução do objeto encontram-se estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, que integram o presente Termo para todos os fins.

CLÁUSULA SEXTA
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. As hipóteses de descredenciamento encontram-se integralmente previstas no Edital e no Termo de Referência, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS BENS

7.1. Os fornecimentos decorrentes do presente credenciamento serão realizados conforme a necessidade do CREDENCIANTE, mediante a emissão dos respectivos empenhos e observadas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
7.2. O CREDENCIADO deverá fornecer os produtos nos locais, prazos e condições estabelecidos no respectivo empenho e nos demais documentos do procedimento.
7.3. O recebimento dos produtos será realizado pelo responsável designado pelo CREDENCIANTE, observadas as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.
7.4. Os produtos fornecidos serão submetidos à verificação quanto à quantidade, qualidade, especificações e demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no respectivo empenho.
7.5. Caso sejam constatadas irregularidades, produtos em desacordo com as especificações ou quantidade divergente da solicitada, o CREDENCIANTE poderá rejeitá-los e determinar sua substituição ou complementação, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo das sanções cabíveis.
7.6. O recebimento dos produtos pelo CREDENCIANTE não exclui a responsabilidade do CREDENCIADO por vícios de quantidade ou qualidade ou por divergências em relação às especificações estabelecidas no procedimento, verificadas posteriormente.
7.7. O CREDENCIANTE designa **Lucas Carvalho Brandão**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidor responsável pela gestão do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.8. As atribuições do gestor do Termo de Credenciamento são aquelas constantes do art. 18 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.
7.9. O CREDENCIANTE designa **Ester Carneiro Caciano**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidora responsável pela fiscalização técnica do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.10. As atribuições do fiscal técnico são aquelas constantes do art. 19 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.
7.11. O CREDENCIANTE designa **Ester Carneiro Caciano**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidora responsável pela fiscalização administrativa do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.12. As atribuições do fiscal administrativo são aquelas constantes do art. 20 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o CREDENCIADO às penalidades previstas no art. 156, incisos I a IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Edital e do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA
DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto decorrente do presente credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram este Termo, como se nele transcritos estivessem:
a) O Edital e seus anexos;
b) O Termo de Referência;
10.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca da Campanha/MG para dirimir eventuais controvérsias, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Credenciamento de forma eletrônica, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº. 7.661/2023.

Campanha – MG, 09 de Outubro de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha.
Credenciante

RANGEL PROCK BORGES
CPF n° 157.937.676-22
Credenciada

Testemunhas:

1.
2.

Visto Jurídico:

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:1A69B03C

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 22/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 22/2026
Referência: Processo n° 00084/2026 – Inexigibilidade n° 00030/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DA CAMPANHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, nº. 59, Centro, Campanha/MG, CEP – 37.400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob o nº. 681.***.***-**;
CREDENCIADO: **JADER DE JESUS CAMARGO**, inscrito no CPF sob o nº 072.801.126-33, residente no Sítio Recanto Feliz, s/n, Bairro Rural Serrinha, Campanha/MG, CEP 37400-000, neste ato representado por si próprio;
As partes têm, entre si, justo e acordado o presente Termo de Credenciamento, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Edital de Credenciamento e seus anexos e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. Constitui objeto do presente Termo o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM PÓ E CAFÉ TORRADO EM GRÃO, PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR**, conforme especificações técnicas, condições e exigências constantes do Termo de Referência e demais documentos do procedimento.
1.2. O presente Termo formaliza o credenciamento do CREDENCIADO, não implicando, por si só, na obrigação do CREDENCIANTE de realizar qualquer aquisição ou de garantir quantidade mínima de fornecimento.
1.3. Os fornecimentos decorrentes do presente credenciamento serão realizados de acordo com a necessidade e a demanda do CREDENCIANTE, mediante a emissão dos respectivos empenhos, observados os preços, quantitativos e demais condições estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA
2.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, observadas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento.
2.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o período estabelecido no Edital, possibilitando o credenciamento de novos interessados que atendam integralmente às condições de habilitação e demais requisitos estabelecidos no procedimento.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. As obrigações do Credenciado estão integralmente descritas no Termo de Referência, que deverá ser observado em sua totalidade para fins de execução do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

4.1. As obrigações do Município Credenciante estão integralmente descritas no Termo de Referência, devendo ser observadas para assegurar a correta execução do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

5.1. Os preços, as condições de fornecimento, os critérios de pagamento e demais disposições relativas à execução do objeto encontram-se estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, que integram o presente Termo para todos os fins.

CLÁUSULA SEXTA
DO DESCREDENCIAMENTO
6.1. As hipóteses de descredenciamento encontram-se integralmente previstas no Edital e no Termo de Referência, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS BENS

7.1. Os fornecimentos decorrentes do presente credenciamento serão realizados conforme a necessidade do CREDENCIANTE, mediante a emissão dos respectivos empenhos e observadas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
7.2. O CREDENCIADO deverá fornecer os produtos nos locais, prazos e condições estabelecidos no respectivo empenho e nos demais documentos do procedimento.
7.3. O recebimento dos produtos será realizado pelo responsável designado pelo CREDENCIANTE, observadas as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.
7.4. Os produtos fornecidos serão submetidos à verificação quanto à quantidade, qualidade, especificações e demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no respectivo empenho.
7.5. Caso sejam constatadas irregularidades, produtos em desacordo com as especificações ou quantidade divergente da solicitada, o CREDENCIANTE poderá rejeitá-los e determinar sua substituição ou complementação, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo das sanções cabíveis.
7.6. O recebimento dos produtos pelo CREDENCIANTE não exclui a responsabilidade do CREDENCIADO por vícios de quantidade ou qualidade ou por divergências em relação às especificações estabelecidas no procedimento, verificadas posteriormente.
7.7. O CREDENCIANTE designa **Lucas Carvalho Brandão**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidor responsável pela gestão do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.8. As atribuições do gestor do Termo de Credenciamento são aquelas constantes do art. 18 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.
7.9. O CREDENCIANTE designa **Ester Carneiro Caciano**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidora responsável pela fiscalização técnica do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.10. As atribuições do fiscal técnico são aquelas constantes do art. 19 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.
7.11. O CREDENCIANTE designa **Ester Carneiro Caciano**, conforme Portaria nº 5.224/2026, como servidora responsável pela fiscalização administrativa do Termo de Credenciamento, cujo termo de ciência e aceite se encontra anexo ao presente instrumento.
7.12. As atribuições do fiscal administrativo são aquelas constantes do art. 20 do Decreto Municipal nº 7.658, de 1º de novembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o CREDENCIADO às penalidades previstas no art. 156, incisos I a IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Edital e do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA
DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto decorrente do presente credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram este Termo, como se nele transcritos estivessem:
a) O Edital e seus anexos;
b) O Termo de Referência;
10.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Fica eleito o foro da Comarca da Campanha/MG para dirimir eventuais controvérsias, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Credenciamento de forma eletrônica, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº. 7.661/2023.

Campanha – MG, 09 de Outubro de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha.
Credenciante

JADER DE JESUS CAMARGO
CPF nº 072.801.126-33
Credenciada

Testemunhas:

1.
2.

Visto Jurídico:

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:CA06AE26

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 060/2025 – INEXIGIBILIDADE 020/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Distrato de Contrato – Processo Licitatório 060/2025 – Inexigibilidade 020/2025. Objeto: O contrato ora distratado tem por objeto a: "Credenciamento de oficineiros (música/ violão, artesanato/ pintura, dança/ ginástica/ alongamento e artes marciais/ jui-jitsu), para atuação no desenvolvimento de oficinas promovidas pelos CRAS, por meio dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme as descrições do Anexo I – Termo de Referência." O presente distrato decorre de pedido formulado pela Contratada, por interesse particular, em razão de seu desinteresse na continuidade da prestação dos serviços objeto do Termo de Credenciamento Administrativo nº 027/2025." Termo de Credenciamento_027/2025/DL – CAMILA DOS SANTOS SARTINI, CNPJ 56.158.296/0001-28.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:557CC8AA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO– PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Termo Aditivo– Processo Administrativo 062/2026 – Dispensa Eletrônica 027/2026. Objeto: "O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 053/2026, firmado com a empresa META Consultoria em Gestão de Recursos e Projetos Ltda., pelo período de 02 (dois) meses, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais". Terceiro Termo Aditivo do Contrato 053/2026/DL_– **META CONSULTORIA EM GESTAO DE RECURSOS E PROJETOS LTDA**, CNPJ n° 59 081 516/0001-50. O presente instrumento terá vigência até a data 31/12/2026, contados da assinatura até o dia podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:CB162BF0

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 098/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020. OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato do Termo Aditivo – Processo Administrativo 098/2020 – Pregão Eletrônico Nº 034/2020. Objeto: "O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo ao Contrato Administrativo nº SL073/2020, celebrado entre o Município de Campestre/MG e a empresa CLARO S.A., correspondente ao valor de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).". Quinto Termo Aditivo de Contrato 073/2026/DL_– **CLARO S.A.**, CNPJ n° 40.432.544/0001-47, O valor do presente aditivo fica dividido da seguinte forma: R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais), referente ao Item 01 – Assinatura Básica, cujo valor unitário é de R$ 9,81; e R$ 6.150,00 (seis mil, cento e cinquenta reais), referente ao Item 09 – Gestor Online, cujo valor unitário é de R$ 6,21. A vigência do contrato se mantem inalterada.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:DA420E6E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.114/2026

DECRETO Nº 1.114/2026

Determina a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos mediante publicação de novo edital e estabelece providências e prazos.

O Prefeito de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, Sr. Frederico Nery Andrade Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição do quadro efetivo e da continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do concurso à legislação municipal vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada, em caráter prioritário, a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do Poder Executivo Municipal, mediante publicação de novo edital, adequado à legislação municipal vigente, com base nas atualizações legislativas ocorridas entre 2024 e 2026.

Art. 2º Todas as Secretarias Municipais deverão, até o dia 30 de outubro de 2026, apresentar ao setor responsável pela Administração e Recursos Humanos manifestação técnica conclusiva, no âmbito de suas competências, sobre a conformidade dos cargos de sua área com a legislação vigente para a realização do concurso, indicando eventuais pendências ou ajustes necessários.

Art. 3º O setor responsável pela Administração e Recursos Humanos, com apoio das áreas de Fazenda e Jurídica, deverá consolidar as manifestações, verificar a regularidade jurídica e a viabilidade

orçamentária e fiscal e apresentar ao Prefeito até o dia 30 de novembro de 2026, cronograma para elaboração e publicação do novo edital e execução do concurso.

Art. 4º A publicação do novo edital dependerá da conclusão das análises previstas neste Decreto e do saneamento de eventuais pendências, observando-se a legislação municipal em vigor e as exigências legais, orçamentárias e fiscais aplicáveis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Campos Altos/MG, 09 de outubro de 2026.

FREDERICO NERY ANDRADE RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Paulina de Oliveira
Código Identificador:4232F767

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.268/2026

Lei Nº 1.268/2026

Dispõe sobre a identificação cronológica das gestões municipais responsáveis pelo início e pela conclusão de obras públicas no Município de Campos Altos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.
Art. 1º As placas de identificação das obras públicas realizadas pelo Município de Campos Altos deverão, quando a obra for iniciada em uma gestão municipal e concluída em outra, informar expressamente os anos civis correspondentes aos períodos de governo responsáveis pelo início e pelo término da respectiva obra.
§ 1º A identificação de que trata o caput deste artigo deverá observar, preferencialmente, a seguinte forma descritiva:
I - Obra iniciada no período de gestão, seguida dos anos correspondentes ao início e ao término do mandato;
II - Obra concluída no período de gestão, seguida dos anos correspondentes ao início e ao término do mandato.
§ 2º A indicação do período de gestão responsável pelo início da obra pública exige a comprovação do efetivo início de sua execução física, mediante ordem de serviço ou outro documento oficial emitido pela Administração Pública Municipal.
§ 3º A indicação do período de gestão responsável pela conclusão exige a comprovação do encerramento das etapas físicas planejadas para aquela obra, atestada por termo de recebimento ou documento oficial correlato.
Art. 2º A identificação de que trata esta Lei terá caráter exclusivamente informativo, técnico e cronológico, destinando-se a assegurar o direito à informação e à transparência sobre a continuidade administrativa na execução de obras públicas locais.
Art. 3º É terminantemente vedada, nas placas de identificação visual de obras públicas municipais a inclusão de nomes, sobrenomes, apelidos políticos, fotografias, slogans, marcas de governos específicos, símbolos partidários ou quaisquer elementos que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
Art. 4º As disposições desta Lei aplicam-se às placas de obras públicas instaladas ou substituídas após a data de sua entrada em vigor.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG, 08 de outubro de 2026.

FREDERICO NERY ANDRADE RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Paulina de Oliveira
Código Identificador:494DAC59

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO Nº 17/2026

PORTARIA DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO Nº 17/2026

Dispõe sobre a anulação e a devida republicação da Lei Municipal nº 1.268/2026, publicada erroneamente sem a assinatura do Chefe do Poder Executivo em razão de impedimento de saúde seguido de falecimento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a incorreção material ocorrida na publicação realizada no Diário Oficial do Município, Edição nº 4371 do dia 30/09/2026, que veiculou o texto da Lei Municipal nº 1.268/2026;

CONSIDERANDO que a referida publicação ocorreu de forma automatizada no trâmite administrativo, constando como sancionada pelo Exmo. Prefeito Vicente de Paulo Mateus que faleceu, quando este se encontrava sob regime de internação hospitalar e impossibilitado de assinar o respectivo autógrafo de lei;

CONSIDERANDO o superveniente e trágico falecimento do titular e a subsequente assunção e posse definitiva do cargo por este mandatário, restando indispensável a convalidação e a regularização formal dos atos normativos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito, para todos os efeitos legais, a publicação da Lei Municipal nº 1.268/2026 efetuada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 30/09/2026.

Art. 2º Determinar a **REPUBLICAÇÃO** do referido texto legal, devidamente chancelado e sancionado nesta data pelo Prefeito Municipal em exercício.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Altos-MG, 08 de outubro de 2026.

FREDERICO NERY ANDRADE RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Paulina de Oliveira
Código Identificador:00A7E424

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 021/2026

Face à Ata de Abertura e Julgamento das Propostas e ao Mapa de Apuração das Propostas junto aos presentes autos, ***ADJUDICO*** *como vencedora da presente licitação a seguinte licitante:* ***AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA,*** *inscrita no CNPJ sob o nº* ***41.748.138/0001-50,*** *vencedora com o menor preço por lote para os* ***itens nº 01 a 15****, perfazendo um valor final total de* ***R$ 198.000,00*** *(cento e noventa e oito mil reais), visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa visando a aquisição de*

adornos e enfeites natalinos para serem utilizados na Praça Sebastião André Rodrigues no Distrito de Bom Jesus da Vista Alegre e na Praça João de Laia na sede do Município de Capitão Andrade/MG.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 09 de outubro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:8AD206DE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 021/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ***HOMOLOGO*** *como vencedora da presente licitação a seguinte licitante:* ***AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA,*** *inscrita no CNPJ sob o nº* ***41.748.138/0001-50,*** *vencedor com o menor preço por lote para os* ***itens nº 01 a 15****, perfazendo um valor final total de* ***R$ 198.000,00*** *(cento e noventa e oito mil reais), visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa visando a aquisição de adornos e enfeites natalinos para serem utilizados na Praça Sebastião André Rodrigues no Distrito de Bom Jesus da Vista Alegre e na Praça João de Laia na sede do Município de Capitão Andrade/MG.*

Ciência aos interessados observados as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 09 de outubro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:13391461

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE DISPENSA 088/2026

Aviso de dispensa eletrônica para fornecimento de peças

Processo nº .1315./2026 | Dispensa nº 088/2026

O Município de Carangola/MG, CNPJ 19.279.827/0001-04, **receberá propostas adicionais** para a compra abaixo, com fundamento no art. 75, I e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Objeto. Fornecimento de peças para o veículo VW/GOL MPI, placa RUG8I90.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário Estimado – R$	Valor Total Estimado – R$
01	HOMOCINETICA	PC	02	R$225,00	R$450,00

Condições:

Fornecimento das peças no prazo de 10 dias a contar da emissão da autorização de fornecimento, no seguinte endereço: Praça Cel. Maximiano, 88, Centro CEP: 36800-078 Carangola, MG;

As peças deverão ter garantia de 03 (três) meses ou maior, de conformidade com a periodicidade determinada pelo fabricante.

O pagamento deverá ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da entrega e liquidação da despesa;

Critério de julgamento: Global [motivação: não comprometer e trazer prejuízo para o conjunto ou complexo da contratação]; por decorrência, sob pena de desclassificação, faz-se necessário cotar todos os itens integrantes da presente dispensa.

As peças devem ser novas, sem uso e compatíveis com o veículo.

Habilitação. O fornecedor cuja proposta for classificada em primeiro lugar deverá comprovar: a) regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS; e b) regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeitos de negativa.

Caso esses documentos não tenham sido inseridos na plataforma, o agente responsável poderá obtê-los de ofício nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores. Confirmada a regularidade, as certidões serão juntadas aos autos e o fornecedor será habilitado, desde que atendidos os demais requisitos deste aviso.

Participação e seleção da proposta. Os interessados deverão cadastrar suas propostas na plataforma até a data e o horário indicados neste aviso. O procedimento ocorrerá **sem etapa de lances**. Encerrado o prazo, a Administração examinará as propostas em ordem crescente de preço, verificando sua conformidade com o objeto e a habilitação do fornecedor.

Caso não haja propostas, ou nenhuma das propostas apresentadas atenda às condições deste aviso e ofereça preço inferior à menor cotação válida obtida na fase preparatória (quando for o caso), a Administração poderá valer-se dessa cotação para a contratação. Nessa hipótese, deverá confirmar com o fornecedor a manutenção do preço e das demais condições ofertadas, verificar sua habilitação e justificar a escolha nos autos.

Propostas: De 09/10/2026, 15h 48 até 16/10/2026, 9h30, respeitado o mínimo de três dias úteis após a divulgação.

Não haverá fase recurso em face ao procedimento célere desse modelo de contratação.

Carangola/MG, 09 de Outubro de 2026.

AMANDA LIMA DE OLIVEIRA
Responsável Pelo Setor de Frotas

Publicado por:
Amanda Lima de Oliveira
Código Identificador:A1D99FE1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 40/2026 - Extrato de Atas de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Processo N°.** 99/2026 – referente ao Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, configuração, hospedagem, suporte técnico e manutenção de solução de Servidor de Arquivos em Nuvem (File Server) em ambiente dedicado, destinada ao armazenamento, gerenciamento, compartilhamento e proteção dos arquivos digitais da Prefeitura Municipal de Carlos Chagas/MG – Ata De Registro De Preços **Nº. 209/2026** – AI. Brazil Technologies & Datacenter Ltda. Data da Assinatura: 09/10/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar do

dia subsequente a data da publicação – Data da Homologação: 05 de outubro de 2026.

WILLIAM VITOR WAN DER MAAS SILVA -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:E55CBF04

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1452026 - Extrato de Atas de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Processo N°.** 111/2026 – referente ao Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material de expediente destinado a manutenção das atividades das diversas Secretarias do Município. Contratante: Município de Carlos Chagas – Ata De Registro De Preços **Nº. 199/2026** – Leite & Brito Ltda, Ata De Registro De Preços **Nº. 200/2026** – N&C Comércio e Distribuição de Descartáveis Ltda; Ata De Registro De Preços **Nº. 201/2026** – Ferraz e Coimbra Comércio de Papelaria Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **202/2026** - Comercial Artigos de Escritório e Papelaria Barcelona Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **203/2026** - Alag Comércio e Atacado Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **204/2026** - Quik Distribuidora de Armarinhos Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **205/2026** - Inter Master Serviços e Comércio Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **206/2026** - Techsam Comércio e Distribuição Ltda; e Ata de Registro de Preços Nº. **207/2026** - Primeira Classe Distribuidora Ltda. Data da Assinatura: 09/10/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar do dia subsequente a data da publicação – Data da Homologação: 06 de outubro de 2026.

WILLIAM VITOR WAN DER MAAS SILVA -
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:0648408E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 11/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2025. Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2025. Contratante: Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Contratada: R1 ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o nº 25.157.005/0001-53. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a DILAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO do contrato em epígrafe, firmado entre as partes em 04 de fevereiro de 2026, nos termos previstos em sua CLÁUSULA IV do respectivo contrato. Da Prorrogação: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de execução do contrato originário, em epígrafe até o dia 02 de maio de 2027, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Contratada na solicitação de prorrogação de prazo. Data da Assinatura: 02/10/2026. Carneirinho/MG.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:BEC14933

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2026

P.E SRP nº 037/2026, PRC Nº 100/2026, aquisição de insumos da saúde. Sessão pública: 26/10/2026 às 08h01min. Sítio: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/,

Catas Altas, 09/10/2026 –

JALIZY RODRIGUES LIMA SILVA –
Gestora

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:E7EDCA37

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026 – PROCESSO N° 086/2026

Objeto: aquisição de equipamentos e acessórios de uso operacional destinados à Guarda Municipal de Catas Altas/MG, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, edital, termo de referência, demais anexos, proposta comercial e relatório de vencedores que integram este instrumento, independentemente de transcrição.
CONTRATO Nº 095/2026
Empresa: GENERAL MTM MERCADO TÁTICO MAYNARD LTDA
O valor: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
CONTRATO Nº 096/2026
Empresa: WHITE LAKE EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA
O valor: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Data da assinatura: 08/10/2026
Vigerá até: 08/10/2027

Catas Altas/MG, 09 de outubro de 2026

ADRIANO FERNANDES JARDIM
Gestor

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:F60D2A4B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 1º ADITIVO – RENOVAÇÃO CONTRATUAL

Pregão Eletrônico nº 052/2025 - Processo autuado nº 120/2025
Contrato nº 168/2025 – ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
O Município de Catas Altas/MG torna pública a retificação do Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 168/2025, publicado anteriormente, referente à renovação contratual firmada com a empresa ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na cessão de direito de uso (locação) de sistemas para acesso a portal WEB, na modalidade SaaS (Software as a Service), voltado à gestão da fiscalização municipal e à auditoria do movimento econômico-fiscal, do Valor Adicionado Fiscal de ICMS (VAF-ICMS) e da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), conforme condições estabelecidas no contrato original e seus anexos.
Onde se lê:
Valor: R$ 975.391,52 (novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos).
Prazo: Fica prorrogado o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com vigência de 1º de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027, para todos os fins e efeitos legais.
Leia-se:

Valor: R$ 430.210,02 (quatrocentos e trinta mil, duzentos e dez reais e dois centavos).
Prazo: Fica prorrogado o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, com vigência de 1º de outubro de 2026 a 31 de março de 2027, para todos os fins e efeitos legais.
Ficam ratificadas as demais informações constantes da publicação original que não foram expressamente alteradas por esta retificação.

Catas Altas/MG, 09 *de novembro de 2026.*

ADRIANO FERNANDES JARDIM
Gestor

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:9D14DCE4

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANOS
ERRATA Nº 01 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 16/2026 – EDUCAÇÃO

ERRATA Nº 01
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 16/2026 – EDUCAÇÃO
CADASTRO DE RESERVA

A **Comissão de Processo Seletivo**, no uso de suas atribuições, torna pública a presente **ERRATA** ao Edital de Processo Seletivo Público nº 16/2026 – Educação, que dispõe sobre a seleção para o cargo de **Cozinheiro**, o alterando o Anexo V, conforme discriminado abaixo:

Onde se lê:

DAS ATRIBUIÇÕES SINTÉTICAS DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

COZINHEIRO:

* preparar a alimentação dos servidores e pacientes da policlínica; observar a orientação do Nutricionista ou do Médico, quanto ao cardápio;
* manter absoluto higiene nas instalações da cozinha;
* varrer e lavar azulejos e vasilhame;
* zelar pela conservação e limpeza do material da cozinha;
* desempenhar tarefas afins.

Leia-se:

DAS ATRIBUIÇÕES SINTÉTICAS DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

COZINHEIRO:
I - Preparar e servir a merenda escolar, observando os cardápios, quantidades e normas de higiene estabelecidas;
II - Zelar pela limpeza, organização e conservação da cozinha, refeitório, utensílios e equipamentos;
III - Receber, conferir, armazenar e controlar os gêneros alimentícios;
IV - Executar demais atividades correlatas ao cargo, conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação e da Direção da unidade escolar.

Permanecem **inalteradas todas as demais disposições** do Edital de Processo Seletivo Público nº 16/2026 – Educação e seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas pela presente Errata.

A presente Errata tem por finalidade assegurar a adequada publicidade e transparência aos candidatos quanto às alterações promovidas.

Catas Altas/MG, 09 de outubro de 2026.

Comissão de Processo Seletivo

Publicado por:
Jaqueline Cecilia Dias
Código Identificador:F55D8B24

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
LISTA PRELIMINAR DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS - EDITAL 01-26 CMAS

Processo de composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Catas Altas – MG, no âmbito do processo de recomposição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), torna pública a lista preliminar de inscrições deferidas, após análise da documentação apresentada, conforme os critérios estabelecidos no edital vigente.

1. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DO SUAS

•Amanda Dias Viegas – Orientadora Social do CRAS Vista Alegre;

•Kelhy Aparecida de Souza – Técnica de Referência/Assistente Social do CRAS Vista Alegre;

•Vera Lucia da Silva – Entrevistadora Social do CRAS Vista Alegre.

2. REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

•Francisca de Assis Martins;

•Geralda da Conceição Souza Dias;

•Isabel Aparecida de Assis;

•Neuza Leonidia Moura da Cruz;

•Vania Lucia Amorim Gonçalves.

3. PRAZO E LOCAL PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS
Os interessados poderão apresentar recursos referentes à lista preliminar nos dias **13 e 14 de outubro de 2026**, presencialmente, no CRAS Vista Alegre, situado à Rua Bougainville, nº 271, Catas Altas – MG, observados os procedimentos estabelecidos no edital.

4. RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS
O resultado da análise dos recursos e a lista definitiva de inscrições deferidas serão divulgados no dia **16 de outubro de 2026**, conforme o cronograma estabelecido no edital.

Catas Altas – MG, 9 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Prefeitura Municipal de Catas Altas – MG

Comissão Responsável Pelo Processo de Recomposição do CMAS
MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS – MG

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:BE36345F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026 INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021

O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para: CHAMAMENTO MANIFESTA O INTERESSE EM RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA O CAMINHÃO COLETOR, PLACA FLV1F81, FROTA Nº 4016; CAMINHÃO IVECO, PLACA RNG7D56, FROTA Nº 4017; RETROESCAVADEIRA VOLVO, FROTA Nº 4026; RETROESCAVADEIRA JCB, FROTA Nº 4028; E TRATOR VALTRA, FROTA Nº 4032 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 16/10/2026 às 16:00 horas.

A proposta de Preços deverá ser enviada no E-mail juntamente com os documentos de habilitação: licitacao.centralina@gmail.com. (não será aceito documento de forma presencial)

O Edital de Intenção completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html .

Centralina, 09 de outubro de 2026

Maiores informações pelos telefones (34) 3267-0102/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:8C1A2C05

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026 INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E SMART TV LED EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 15/10/2026 às 23:59 horas.

A proposta de Preços deverá ser enviada no E-mail juntamente com os documentos de habilitação: licitacao.centralina@gmail.com. (não será aceito documento de forma presencial)

O Edital de Intenção completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html .

Centralina, 09 de outubro de 2026

Maiores informações pelos telefones (34) 3267-0102/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:849C00CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLARAVAL

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO- PROCESSO Nº 184/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS, CONFORME TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, VINCULADA AO PLANO DE TRABALHO REGISTRADO NO SIGCON SOB O Nº 004540/2026, PARA ATEN

O MUNICÍPO DE CLARAVAL/MG TORNA PÚBLICO o **EDITAL** de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** como critério de julgamento o menor lance Por Item, para a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS, CONFORME TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, VINCULADA AO PLANO DE TRABALHO REGISTRADO NO SIGCON SOB O Nº 004540/2026, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CLARAVAL/MG**. Data de abertura: **23/10/2.026 –** Horário: **09h00min**, quando a pregoeira designada e sua equipe de apoio darão início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 006/2023, Decreto nº 71/2024 e demais legislações aplicáveis à espécie e às respectivas cláusulas do edital do processo acima especificado. **CÓPIA DO EDITAL** encontra-se a disposição de quaisquer interessados no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO** da Prefeitura desta Municipalidade e poderá ser retirado por todos os interessados por meio do sítio **www.claraval.mg.gov.br ou www.ammlicita.org.br** . E, para conhecimento de todos, será este publicado/afixado no saguão da Prefeitura Municipal desta cidade. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2.026 (dois mil e vinte e seis), eu, Ana Luisa Freitas Ferreira, Pregoeira, o digitei e subscrevi.

ANA LUISA FREITAS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Peixoto Cintra
Código Identificador:71A73A08

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 199 2026 - PRC 219 2025 - PE 049 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 219/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2025. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do **CONTRATO Nº 199/2026**. Objeto: aquisição de materiais médico-hospitalares, equipamentos médico-hospitalares, materiais para fins fisioterapêuticos e materiais para atividades de promoção à saúde, através das empresas **LOBA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 56.960.751/0001-04, no valor total de **R$ 932.806,00 (novecentos e trinta e dois mil e oitocentos e seis reais)**. Vigência 05/10/2026 a 21/01/2027. Fundamentação Legal: Art. 28, I da Lei 14.133/21.

Cláudio, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:19AD6B65

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
EXTRATO DE DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00131/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00052/2026 - SRP

DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 9º, 40 e 42 da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDIMOS PELO ACOLHIMENTO PARCIAL DA IMPUGNAÇÃO**, para determinar a revisão da especificação técnica dos itens 01 e 02, a fim de excluir a exigência exclusiva do processo de fabricação por injeção.

Fica preservada a exigência de atendimento às demais características técnicas essenciais do objeto, inclusive capacidade mínima de 1.000 litros, material PEAD, proteção contra raios ultravioleta, segurança, funcionalidade e compatibilidade com o sistema de coleta municipal.

Considerando que a alteração da especificação poderá influenciar a formulação das propostas, deverá ser observada a regra do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com a reabertura do prazo legal e a designação de nova data para a sessão pública.

Publique-se. Dê-se ciência à impugnante. Cumpra-se.

Conceição do Rio Verde/MG, 09 de outubro de 2026.

VIVIANA DE ALMEIDA PEREIRA
Agente de Contratação/Pregoeira

CRISTIANE LUIZ DELMINDO
Membro da Equipe de Apoio

GRAUCILENE APARECIDA DE CARVALHO SILVA
Membro da Equipe de Apoio

IGOR LIMA REZECK
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:7C868E50

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
EXTRATOS DE PUBLICAÇÕES PROCESSOS LICITATÓRIOS - MODALIDADE PREGÕES ELETRÔNICOS - SRP

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00147/2026 – Pregão Eletrônico nº 00056/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando o fornecimento de Eletrodomésticos e Móveis para cumprimento integral das emendas impositivas n° 01, 02, 08, 09, 15, 20 e 26, das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e Saúde, **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 27 de outubro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br.

2) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00148/2026 – Pregão Eletrônico nº 00057/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-se o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando o fornecimento de Eletroeletrônicos para cumprimento integral das emendas impositivas n° 01, 02, 15 e 20, das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social e Saúde, **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 28 de outubro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:8EC4B8EF

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00149/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 00038/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 00010/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Administrativo nº 00149/2026 – Inexigibilidade nº 00038/2026 – Credenciamento nº 00010/2026. O Município de Conceição do Rio Verde, torna público que está abrindo a realização de credenciamento para a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus, rodas, câmaras, válvulas e demais componentes correlatos dos veículos, máquinas e equipamentos integrantes da frota do Município de Conceição do Rio Verde/MG. Os interessados deverão apresentar a documentação solicitada no Edital até o dia **13 de novembro de 2026** às 17h (dezessete) horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Conceição do Rio Verde. Informações complementares e edital pelo telefone **(35) 92001-7713, (35) 92001-1679 ou (35) 92001-7109** ou pelo e-mail licitacoes@conceicaodorioverde.mg.gov.br. O texto integral do Edital está disponível a partir desta data na sede da prefeitura Municipal e no Site Oficial da Prefeitura Municipal: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br dele fazendo parte os Anexos e Minuta do Contrato. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br.

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:21161D7B

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO LICTATÓRIO Nº 00131/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00052/2026 - SRP

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00131/2026 – Pregão Eletrônico nº 00052/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando o fornecimentode Container para Lixo capacidade de 1000L, para Utilização nas Vias do Municípi**o**, **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 29 de outubro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:7F863DB1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO – MG

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº05/2026

AUTORIZAÇÃO
Considerando a necessidade da **Câmara Municipal de Cônego Marinho/MG** de promover a **aquisição de materiais de expediente, compreendendo 35 (trinta e cinco) itens**, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, legislativas e de apoio desta Casa Legislativa;
Considerando a documentação constante dos autos do **Processo Administrativo nº 05/2026**, especialmente o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Termo de Referência, a pesquisa de preços, as propostas comerciais, os documentos de habilitação e os demais elementos que integram a instrução processual;
Considerando que a contratação foi planejada para ser realizada em **lote único**, tendo sido estabelecido como critério de julgamento o **menor valor global do lote**, conforme previsto no Termo de Referência;
Considerando que a contratação se enquadra na hipótese de **Dispensa de Licitação em razão do valor**, prevista no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**;
Considerando a realização da pesquisa de preços e a estimativa da contratação no valor de **R$ 17.976,72 (dezessete mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos)**;
Considerando a análise das propostas apresentadas pelos fornecedores e a conferência dos respectivos **valores unitários, quantitativos e valores totais**, inclusive a correção dos erros materiais de cálculo identificados;
Considerando que, após a conferência dos valores, a proposta da empresa **LPC LIVRARIA E PAPELARIA CALAÇA LTDA. – PAPELARIA SÃO FRANCISCO**, inscrita no CNPJ sob nº **22.498.455/0001-11**, apresentou o menor valor global corretamente apurado, no montante de **R$ 17.507,40 (dezessete mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos)**;
Considerando que a proposta apresentada encontra-se abaixo do valor estimado pela Administração e que os preços unitários deverão ser observados em conjunto com os respectivos quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência;
Considerando a existência de **disponibilidade orçamentária e financeira** para suportar a despesa decorrente da contratação;
Considerando, ainda, a manifestação jurídica constante dos autos, quando exigível, quanto à regularidade da contratação direta;
AUTORIZO
com fundamento no **art. 72, inciso VIII, e art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o prosseguimento do **Processo Administrativo nº 05/2026**, destinado à contratação para **aquisição de materiais de expediente, compreendendo 35 (trinta e cinco) itens**, mediante **Dispensa de Licitação em razão do valor**, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram os autos.
A presente autorização contempla o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação, inclusive **adjudicação, homologação e celebração do respectivo contrato administrativo**, desde que cumpridos todos os requisitos legais, regulamentares e documentais aplicáveis.
Fica consignado que o valor a ser contratado deverá observar os **valores unitários, quantitativos, marcas, especificações e demais condições constantes da proposta vencedora**, cujo valor global corretamente apurado é de: **R$ 17.507,40(dezessete mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos).**
A contratação deverá observar integralmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, as normas regulamentares aplicáveis e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade e interesse público.
Determino, ainda, que sejam adotadas as providências necessárias à **publicidade dos atos da contratação direta**, inclusive aquelas exigidas para divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, na forma da legislação vigente.

Cônego Marinho/MG, 09 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO TUPINÁ MARINHO
Presidente da Câmara Municipal de Cônego Marinho/MG

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:77420CD0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0147/2026 - PREGÃO ELETRONICO – REGISTRO DE PREÇOS N.º 0047/2026.

O Município de Congonhal/MG, torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 0147/2026 - Pregão Eletrônico n.º 0047/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.congonhal.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCIAL DE HORTIFRUTI, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, DE EDUCAÇÃO E DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos**. Início de Cadastramento das Propostas: **13/10/2026 – 08h00min**. Fim de Cadastramento das Propostas: **26/10/2026 – 08h15min**. Abertura das Propostas e análises: **26/10/2026 – 08h30min**. Fase de Disputa de Lances: **26/10/2026 – 09h00min**. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:73E0A3A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 054/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

*A Secretaria Municipal de Cultura do Município de Conquista, Estado de Minas Gerais, no*uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve**ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026**Processo de Licitação Nº**138/2026, cujo objeto:REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EXECUÇÃO DE MELHORIAS PARA PROTEÇÃO NA QUADRA DE ESPORTES E RECREAÇÃO ANEXO A ESCOLA MUNICIPAL DR. PRADO LOPES E DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVARENGA, de acordo com o artigo 75, inciso II Lei 14.133/21, Dotação: 02.09.01.12.361.0014.2026 - 449030 - Ficha 322, Fonte 1500/1001.**

EMPRESA:

F H B RAMOS DELICATTA COMERCIO E SERVIÇO - CNPJ: 50.381.842/0001-09
VALOR TOTAL R$ 2.820,00 (dois mil e oitocentos e vinte reais)

WG CONSTRUTORS E COMERCIO LTDA - CNPJ: 68.956.441/0001-03
VALOR TOTAL R$ 325,00 (trezentos e vinte cinco reais)

TOTALIZANDO O VALOR TOTAL DE R$ 3.145,00 (três mil cento e quarenta e cinco reais)

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2026.

SUELI APARECIDA SPIRANDELI DE SANTI
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Keula Alves Soares
Código Identificador:91BB2059

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N°044/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº036/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MATA BURROS, PONTES E DRENAGEM DAS ESTRADAS MUNICIPAIS DESTINADOS AO ATENDIMENTO EM NECESSIDADE DA SECRETARIA DE AGROPECUARIA.
Retifico- INVERSÃO VALORES ITENS 52 E 54
Retifico que o valor do item 52 e 54 ficaram invertidos.
Item 52 valor estimado; R$ 105,00
Item 54 valor estimado R$ 230,00.

Endereço Eletrônico: **LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br**

Edital: www.conquista.mg.gov.br,
Informações poderão ser obtidas pelos telefones (0xx34) 99706-9502.

Conquista/MG, 09/10/2026

KEULA ALVES SOARES TURRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:87023211

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 4927/2026, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, Sr. **BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 23, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica a **Srª LOHAINE RODRIGUES PEREIRA,** exonerada do cargo em comissão de **ASSESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, símbolo de vencimento: **SC-06,** a partir do dia 08/10/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:4BA0D3B4

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 4928/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, Sr. **BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 23, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica revogada, a seguinte gratificação por função, a servidora efetiva abaixo relacionada:

NOME	FUNCAO GRATIFICADA	DESCRIÇÃO
SILENE DAS GRAÇAS DA SILVA ANDRADE	FUNÇÃO GRATIF 50%	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:F63FE0BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 — PROCESSO Nº 95/2026

AVISO DE LICITAÇÃO — CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 — PROCESSO Nº 95/2026. O Município de Coqueiral/MG torna pública a realização de concorrência eletrônica, critério **técnica e preço**, modo fechado, empreitada por preço global, para contratação de empresa especializada na execução integral do EnCanta Coqueiral 2026, incluindo projetos cenográficos e luminotécnicos, decoração, iluminação, montagem, manutenção, programação cultural e desmontagem. Valor estimado: R$ 251.295,35. Recebimento das propostas: de 06/10/2026. Sessão: 26/11/2026 às 08hs. no Portal de Compras Públicas — www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital e anexos: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.
www.coqueiral.mg.gov.br e portal da disputa. Informações: licitacoes@coqueiral.mg.gov.br, telefone (35) 99894-6446.

Coqueiral/MG, 05 de outubro de 2026.

MÔNICA LÚCIA ANASTÁCIO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:782D59B9

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026

Processo Licitatório nº 014/2026 – Pregão Eletrônico – SRP. Contratante: Município de Coqueiral/MG. Detentora: JUNIOR ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 55.065.824/0001-31. Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado para o item

carne de frango (peito de frango), passando o valor unitário de R$ 19,58 para R$ 23,80, conforme justificativa e documentação constantes do processo administrativo. Valor do reequilíbrio: R$ 6.173,86 (seis mil, cento e setenta e três reais e oitenta e seis centavos). Vigência: 08/10/2026 a 01/04/2027. Data de celebração: 08/10/2026. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Permanecem inalteradas as demais condições da Ata originária.

RENATO OLIVEIRA MARQUES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:382CE855

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2026
Processo Licitatório nº 088/2026 – Pregão Eletrônico nº 037/2026 – Sistema de Registro de Preços.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, montagem, desmontagem, assistência técnica e monitoramento de brinquedos recreativos infláveis e equipamentos, bem como serviços de distribuição de pipoca, algodão-doce e cabine fotográfica, destinados ao atendimento das festividades promovidas pelo Município de Coqueiral/MG.
Detentora: RADC SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.492.145/0001-69.
Valor total registrado: R$ 150.017,70 (cento e cinquenta mil, dezessete reais e setenta centavos).
Vigência: 08/10/2026 a 08/10/2027.
Data da assinatura: 08 de outubro de 2026.
Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.005/2023.

Coqueiral/MG, 08 de outubro de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

LUCAS ALVES LIMA BARBOSA

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:5B40E8ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2026

O MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público o Processo Licitatório Nº 91/2026, Pregão Eletrônico Nº 35/2026, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, DESTE MUNICIPIO.** A participação na presente licitação se dará pela PLATAFORMA LICITARDIGITAL, disponível no endereço eletrônico https://app.licitardigital.com.br/login.

PERÍODO PARA REGISTRO DE PROPOSTAS: de 13/10/2026 até as 07h59min de 23/10/2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08:00 (Oito horas) do dia 23/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Item.

O Edital e seus respectivos anexos estão disponíveis na integra para download no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no site do Município (www.coracaodejesus.mg.gov.br) e na Plataforma Licitar Digital (https://app.licitardigital.com.br/login). Maiores informações através do e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br ou pelo telefone: (38)3228-2282.

Coração de Jesus/MG, 09 de outubro de 2026.

MARIA HELENA PIRES PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Ronaldo Vilela Prado Junior
Código Identificador:D5CFA53D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORINTO

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato: Processo n°: 035/2026,Inexigibilidade nº. **018/2026**, Contrato nº 117/2026; firmado em 08/10/2026, entre Município de Corinto/MG e a empresa **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.542.612/0001-90**. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de advocacia e consultoria jurídica, de natureza predominantemente intelectual, destinados à recuperação de créditos e valores devidos ao Município de Corinto/MG, nas áreas de educação, saúde e tributária, mediante adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, incluindo o acompanhamento dos respectivos procedimentos até o efetivo ingresso dos recursos nos cofres Municipais. Valor: **R$ 6.152.864,83 (seis milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**
Dotação Orçamentaria:
02.07.12.122.0001.2040.33903900 Ficha:**388**
02.08.10.122.0576.2063.33903900 Ficha:**582**

EVALDO PAULO DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Felipe Pacheco Cavalcante
Código Identificador:97DE6384

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DE CREDENCIADOS.

MUNICÍPIO DE CORINTO

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 038/2026.
INEXIGIBILIDADE Nª 020/2026
CREDENCIAMENTO nº 003/2026.

O MUNICÍPIO DE CORINTO – torna pública – o CRENDENCIAMENTO dos(as) seguintes leiloeiros(as):

Marcus Vinicius da Silva, CPF nº 146.*.***-15;**
Guilherme Eduardo Stutz Toporoski, CPF nº 042.*.***-71;**

cujo objeto é o credenciamento de Leiloeiro Público Oficial, pessoa natural, inclusive quando registrado como empresário individual na forma do art. 58 da IN DREI nº 52/2022, devidamente matriculadas e em situação regular perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, para prestação, sob demanda, de serviços de organização, preparação, divulgação e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio ou sob a responsabilidade do Município de Corinto/MG.

Informações pelos telefones: (38) 3463-0661/34630662, e-mail: licitacao@corinto.mg.gov.br.

Corinto/MG,09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO SILVA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Marlon Felipe Pacheco Cavalcante
Código Identificador:131ACCCA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO (PL 102/2026)

EXTRATO DE COMUNICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

O Município de Coronel Xavier Chaves/MG torna público que a empresa **PONTO OFFICE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 62.234.516/0001-58, foi desclassificada dos Lotes 01 e 03 do Pregão Eletrônico nº 55/2026, em razão da não apresentação das amostras no prazo e nas condições estabelecidos no edital. Em decorrência, ficam convocadas as empresas **ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PAPELARIA LTDA**, CNPJ nº 31.486.195/0001-55, para o Lote 01, e **CALUX COMERCIAL LTDA**, CNPJ nº 03.578.434/0001-61, para o Lote 03, observada a ordem de classificação e as disposições do instrumento convocatório. A sessão pública será retomada em **14 de outubro de 2026, às 13h30min**, por meio da plataforma eletrônica LICITAPP, para continuidade dos atos do certame.

Coronel Xavier Chaves/MG, 09 de outubro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS -
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:70E48C14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
ATA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

Aos 08 dias do mês de outubro do ano de 2026, às 13h10min, na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, abaixo identificados, para analisar a instrução do processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base de 31/12/2026, destinados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Córrego Danta – PREVDANTA, conforme o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

I – DO OBJETO
A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço técnico especializado de avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base de 31/12/2026, contemplando as atualizações cadastrais, financeiras, previdenciárias e legais referentes ao exercício de 2026, para atendimento das necessidades do PREVDANTA.
O objeto compreende a análise e validação da base de dados, a elaboração dos cálculos, projeções, demonstrativos, memórias de cálculo e relatório de avaliação atuarial, os documentos regulatórios aplicáveis, a preparação e o envio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA e dos documentos vinculados pelo CADPREV, bem como os esclarecimentos, correções e suporte técnico relacionados aos resultados, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.
O prazo de execução e o prazo de vigência serão de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, observadas a eficácia contratual e a emissão da ordem de serviço. A entrega da avaliação anual e o encaminhamento dos documentos regulatórios deverão observar os marcos do cronograma e os prazos normativos aplicáveis, independentemente da data final da vigência.

II – DA CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
O enquadramento jurídico pretendido é o art. 74, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, relativo à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, compreendendo pareceres, perícias e avaliações em geral, com profissionais ou empresas de notória especialização, quando inviável a competição.
A avaliação atuarial demanda análise da população segurada, tratamento das informações cadastrais e financeiras, definição fundamentada das hipóteses e premissas, projeção das obrigações previdenciárias e apuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Sua execução requer responsabilidade técnica de atuário legalmente habilitado e experiência compatível com as características do regime previdenciário.
A natureza intelectual do serviço e a qualificação técnica do prestador, isoladamente, não demonstram a inviabilidade de competição. A adoção da inexigibilidade exige motivação específica que relacione os elementos de notória especialização às necessidades concretas do PREVDANTA e demonstre a essencialidade e a reconhecida adequação do trabalho do prestador à plena satisfação do objeto.
No presente processo, deverão ser considerados conjuntamente os documentos de experiência da empresa e do responsável técnico, os trabalhos realizados em RPPS, a atuação anterior documentada no PREVDANTA e as exigências de integração entre avaliação anual, documentos regulatórios e suporte técnico.
Esses elementos subsidiam a análise da contratação direta, mas não dispensam a conclusão motivada sobre a inviabilidade de competição, a justificativa da escolha, a justificativa de preço, a análise jurídica e a autorização da autoridade competente.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A análise da contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:
a) no art. 74, caput e inciso III, alínea "b", quanto à hipótese de inexigibilidade para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, relativos a pareceres, perícias e avaliações em geral;
b) no art. 74, § 3º, quanto à demonstração da notória especialização a partir de elementos que permitam reconhecer a essencialidade e a adequação do trabalho do prestador à plena satisfação do objeto;
c) no art. 74, § 4º, quanto à vedação de subcontratação de empresas ou de atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade;
d) no art. 72, quanto à instrução do processo de contratação direta, incluindo estimativa da despesa, comprovação de habilitação, disponibilidade orçamentária, razão da escolha do contratado, justificativa de preço, pareceres cabíveis e autorização competente; e
e) no art. 23, quanto aos critérios aplicáveis à estimativa e à comprovação da compatibilidade do preço.
A execução observará também a legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social, a legislação municipal pertinente e a Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente seu Capítulo IV e Anexo VI, com as alterações vigentes.

IV – DOS DADOS DO FORNECEDOR E DA RAZÃO PELA SUA ESCOLHA
A indicação da empresa CONTABILPREV ASSESSORIA MUNICIPAL LTDA-EPP, CNPJ**:** 05.824.462/0001-47, com sede à avenida Ary Marques Pereira, nº 200, Centro, Bom Despacho/MG, considera a documentação de experiência apresentada, incluindo contratos de serviços atuariais para RPPS, atestados e documentos de qualificação do profissional indicado para a responsabilidade técnica.
Entre os documentos examinados, constam contratações para avaliações atuariais de Quartel Geral/MG, Paineiras/MG e Onça de Pitangui/MG, que constituem elementos de atuação da empresa em serviços semelhantes.

A documentação técnica identifica o atuário **Vitor Hugo Benevenuto Faria**, com currículo, diploma e certificado de registro profissional. Antes da formalização, deverão ser confirmados sua indicação para esta contratação, seu vínculo com a empresa e sua disponibilidade para executar o objeto.
Também consta atestado emitido pelo PREVDANTA em 19/12/2003, relativo à execução satisfatória, pelo atuário indicado, de Nota Técnica Atuarial com plano de amortização. Esse documento constitui elemento de experiência anterior no próprio regime, a ser avaliado em conjunto com os demais trabalhos apresentados, sem presumir conhecimento atualizado da base cadastral ou dispensar sua validação.
A razão da escolha deverá demonstrar a relação entre essa experiência documentada e as necessidades atuais de análise da base, fundamentação das hipóteses, elaboração dos documentos regulatórios e suporte aos resultados da avaliação.
A formação e a experiência na área contábil poderão constituir elementos complementares da estrutura da empresa, mas não substituem a habilitação legal do atuário responsável pela avaliação. Da mesma forma, a inscrição em entidade profissional não substitui o registro legalmente exigido perante o Ministério do Trabalho e Emprego.
A identificação da empresa e de seu responsável técnico não representa, por si só, conclusão definitiva sobre a notória especialização ou a inviabilidade de competição, que deverão ser demonstradas na instrução e apreciadas na análise jurídica.

V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor proposto é de **R$ 8.030,00 (oito mil e trinta reais)**, correspondente a **01 (um) serviço integrado**, abrangendo os produtos e o suporte previstos no Termo de Referência, com execução e vigência de **12 (doze) meses**.
O preço é global para o objeto contratado e não corresponde a remuneração mensal nem à realização de 12 avaliações mensais.
A proposta da CONTABILPREV ASSESSORIA MUNICIPAL LTDA-EPP, datada de 06/10/2026, apresenta validade de 60 dias.
Para comparação, foram examinados os seguintes contratos relativos à avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base de 31/12/2026:

Contratante	Contrato	Valor
Quartel Geral/MG	nº 002/2026	R$ 8.280,00
Paineiras/MG	nº 002/2026	R$ 8.470,00
Onça de Pitangui/MG	nº 03/2026	R$ 8.440,00

O valor proposto para o PREVDANTA é inferior aos valores dos três contratos utilizados como referência e está R$ 366,67 abaixo da média apurada, representando uma diferença aproximada de 4,37%.
Os contratos apresentados documentam os preços ajustados pela empresa em contratações com outros entes públicos. Sua utilização como referência deve considerar a equivalência entre os objetos, especialmente quanto ao exercício da avaliação, à data-base, aos produtos exigidos, à dimensão da população abrangida, à complexidade do regime previdenciário, à eventual segregação de massas e às condições de execução e pagamento.
A média aritmética constitui elemento auxiliar da análise, devendo ser apreciada em conjunto com a comparabilidade dos serviços contratados. Os valores registrados nos contratos não constituem, por si só, comprovação de pagamento ou de execução dos serviços.
Assim, os contratos apresentados oferecem elementos para demonstrar a compatibilidade do valor proposto com preços contratados pela própria empresa para serviços semelhantes, devendo a instrução processual registrar a análise de sua pertinência e comparabilidade, em atendimento ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

VI – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA E APRESENTADA

Foram considerados na análise a proposta comercial, os documentos de identificação e constituição da empresa, a documentação de habilitação, os documentos de qualificação técnica e os contratos apresentados como referência para a justificativa do preço.
A identificação dos documentos apresentados não substitui a verificação de sua autenticidade, validade e adequação às exigências da contratação. Para a conclusão da instrução processual, deverão ser verificadas:
a) a correspondência entre a razão social, o CNPJ e os demais dados da empresa constantes da proposta, dos documentos de habilitação e da futura contratação;
b) a autenticidade e a validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, observada a possibilidade de aceitação de certidões positivas com efeitos de negativas, quando legalmente cabível;
c) a documentação de habilitação jurídica e econômico-financeira exigível para a contratação;
d) a existência de impedimentos ou sanções que possam obstar a contratação, mediante consulta aos cadastros pertinentes;
e) a habilitação do profissional indicado para os serviços atuariais, bem como seu vínculo ou compromisso de atuação com a empresa e sua disponibilidade para executar o objeto;
f) a pertinência dos elementos de experiência e qualificação apresentados para fundamentar a escolha da empresa e a caracterização da notória especialização;
g) a pertinência temporal e a comparabilidade dos contratos utilizados na justificativa do preço, considerando seus objetos, valores, produtos e condições de execução;
h) a compatibilidade entre a proposta comercial, o Termo de Referência e o instrumento contratual, especialmente quanto ao objeto, ao valor global, ao prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, às entregas e às condições de pagamento.
A proposta comercial deverá estar corretamente direcionada ao PREVDANTA e alinhada às condições de pagamento estabelecidas no Termo de Referência, inclusive ao prazo de 30 (trinta) dias previsto na versão revisada.
A conclusão sobre a regularidade da documentação deverá decorrer das verificações efetivamente realizadas e registradas nos autos.

VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação serão custeadas por recursos orçamentários do PREVDANTA, encontrando-se indicada a seguinte dotação:
03.12.01.04.122.0151.2069.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
A unidade competente deverá confirmar a adequação da classificação e a disponibilidade orçamentária para suportar o valor de R$ 8.030,00, observadas as exigências de empenho e as dotações dos exercícios em que ocorrerem despesas.
A indicação da dotação nesta ata não substitui a comprovação da disponibilidade orçamentária exigida para a formalização.

VIII – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia a necessidade de realização da avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base de 31/12/2026, para subsidiar a gestão previdenciária, a apuração do equilíbrio financeiro e atuarial e o atendimento das obrigações do PREVDANTA.
O ETP e o Termo de Referência estabelecem objeto integrado, valor global estimado de R$ 8.030,00 e prazos de execução e vigência de 12 meses, compreendendo os produtos anuais e o suporte relacionado aos resultados. A avaliação e os documentos regulatórios deverão ser entregues nos marcos próprios, sem aguardar o encerramento da vigência.
A documentação examinada apresenta elementos de experiência da empresa e do atuário indicado, bem como referências de preços de serviços semelhantes. O prosseguimento pela inexigibilidade dependerá da conclusão motivada sobre os requisitos do art. 74, inciso III, alínea “b”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
Diante do exposto, a Comissão recomenda o prosseguimento da instrução, com conclusão da análise de habilitação, confirmação do responsável técnico e de seu vínculo, consolidação da proposta, confirmação do cronograma, justificativas de escolha e de preço e comprovação da disponibilidade orçamentária.
Concluídas essas providências, o processo deverá ser encaminhado à análise jurídica e, posteriormente, à autoridade competente para decisão e eventual autorização da contratação direta, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.
A formalização ficará condicionada à demonstração dos requisitos legais e ao atendimento das providências indicadas. Caso a instrução não demonstre a inviabilidade de competição, deverá ser adotado procedimento de contratação legalmente adequado.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que, após lida e conferida, será assinada pelos membros abaixo identificados.

Córrego Danta/MG, 08 de outubro de 2026.

GABRIELLA BERNARDES DA SILVA
Membro da CPL

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Membro da CPL

CASSIANO PEREIRA DA SILVA
Membro da CPL

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:C6834D2C

SETOR DE LICITAÇAO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

OBJETO: Contratação de serviço técnico especializado de avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base de 31/12/2026, contemplando todas as atualizações cadastrais, financeiras e legais ocorridas no exercício de 2026, para atendimento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Córrego Danta/MG – PREV DANTA, conforme especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.
CONTRATANTE: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Córrego Danta/MG – PREV DANTA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.345.213/0001-79.
CONTRATADA:CONTABILPREV ASSESSORIA MUNICIPAL LTDA-EPP
CNPJ: 05.824.462/0001-47.
VALOR TOTAL:R$ 8.030,00 (oito mil e trinta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:03.12.01.04.122.0151.2069.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA:12 (DOZE) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA:09 de outubro de 2026.

Córrego Danta/MG, 09 de outubro de 2026.

JORGE RICARDO CRESCÊNCIO PEREIRA
Presidente do PREVDANTA

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:FC805BD8

SETOR DE LICITAÇAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 002/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

BASE LEGAL: Art. 74, caput, inciso III, alínea "b", e § 3º, combinado com o art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Presidente do PREVDANTA, no uso de suas atribuições legais, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 002/2026, especialmente as justificativas da escolha do contratado e do preço, esta fundamentada exclusivamente nos contratos apresentados, **RATIFICA a contratação direta por inexigibilidade de licitação e AUTORIZA a contratação**, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Determina a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e à divulgação deste ato ou do extrato decorrente do contrato em sítio eletrônico oficial, nos termos do parágrafo único do art. 72 da referida Lei, bem como à publicação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observado o regime legal aplicável. O início da execução deverá observar a eficácia do instrumento contratual e a emissão da respectiva ordem de serviço.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de avaliação atuarial do exercício de 2027, com data-base em 31 de dezembro de 2026, contemplando as informações cadastrais, financeiras e legais pertinentes ao exercício de 2026, para atendimento das necessidades do PREVDANTA, incluindo os produtos e o suporte técnico previstos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

FORNECEDOR: CONTABILPREV ASSESSORIA MUNICIPAL LTDA-EPP.
CNPJ: 05.824.462/0001-47.
ENDEREÇO: Avenida Ary Marques Pereira, nº 200, Centro, Bom Despacho/MG.
VALOR TOTAL: R$ 8.030,00 (oito mil e trinta reais), correspondente ao valor global da contratação.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.12.01.04.122.0151.2069.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, conforme os marcos de contagem e as condições estabelecidos no instrumento contratual e no Termo de Referência, devendo a avaliação atuarial e os demais produtos ser entregues nos prazos específicos previstos nesses documentos, em atendimento aos prazos regulamentares aplicáveis.

Córrego Danta/MG, 08 de outubro de 2026.

JORGE RICARDO CRESCÊNCIO PEREIRA
Presidente do PREVDANTA

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:DC65C3FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 2026

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo 072/2024
Inexigibilidade 026/2024
Credenciamento 012/2024
Objeto: **Chamamento público para cadastramento de Microempreendedores Individuais (MEI´s) para prestação de serviços de Pedreiro, Motorista Profissional, assistente administrativo (digitador), pintor (de parede), eletricista e carpinteiro para execução de serviços sob demanda das diversas Secretarias do Município de Couto de Magalhães de Minas.**

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 065/2026
CONTRATANTE: Município de Couto de Magalhães de Minas – MG
CONTRATADO: 29.898.717 LILIENE CRISTINA PEREIRA ANDRADE
CNPJ: 29.898.717/0001-84
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026
VIGÊNCIA: 08/10/2026 a 31/12/2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:5C68B71C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2026 – ART. 74, INCISO V, DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: contrato de l locação de imóvel urbano com área de 989,78 m², localizado na Rua Juca Véo, nº 35, Bairro Bela Vista, no município de Curvelo/MG, registrado sob a Matrícula nº 51.855 do Registro de Imóveis da Comarca de Curvelo/MG e inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 01.06.070.0097.001, para funcionamento da Instituição de Ensino Municipal Centro Comunitário Infantil Dona Joaninha,. - Dotação Orçamentária: 02.10.02.12.365.1202.2143.3.3.90.39.00.530.1.500.000.1001 – Valor Mensal: R$6.179,00. Valor total: R$74.148,00. Prazo Contratual: O prazo de vigência do presente instrumento é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, em conformidade com a Orientação Normativa 2, vigente no âmbito do Município de Curvelo. Data: 02/10/2026. **PARTE: MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA – CNPJ: 20.078.531/0001-04. -**

***GUSTAVO JOSEPH RIBEIRO SOARES* –**
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:B793A48F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO Nº 065/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº. 039/2026

Objeto: Locação do imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento temporário do Arquivo Central do Município de Curvelo situado na Avenida Othon Bezerra de Mello, nº 574, Bairro Maria Amália, Curvelo/MG, Matrícula nº 6.417 do Livro nº 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Curvelo, cadastro imobiliário municipal nº 01.01.006.0156.001, constituído por galpão comercial, com área construída de 178,02 m² e terreno de 192,00 m², conforme documentação e laudo de vistoria integrantes do processo SEI nº 2.02.002377/2026-6. Prazo contratual: 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – Valor: R$42.000,00 – Dotação Orçamentária: 02.06.01.04.122.0430.2037.3.3.90.36.00.1.500.000.0000 - 199. Data: 18/08/2026 **– Parte: RAQUEL DA SILVA LIMA – CPF: 547.xxx.xxx-53.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:2A035E45

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.914, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA O DECRETO Nº 6.686, DE 19 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 33/2026/DALIG/GAL/SEGOV, da Secretaria Municipal de Governo,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso VII do art. 3º do Decreto nº 6.686, de 19 de maio de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

(...)

VII – Secretaria Municipal de Governo (SEGOV): 230 pontos;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:1BA66F77

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI 4.055, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA A LEI Nº 3.965, DE 19 DE JANEIRO DE 2026, QUE AUTORIZA CONCEDER E PAGAR SUBVENÇÕES SOCIAIS, AUXÍLIOS E/OU CONTRIBUIÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o valor total para as Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social, disposto no inciso VII do Anexo Único da Lei nº 3.965, de 19 de janeiro de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"ANEXO ÚNICO
(...)
VII - (...)
(...)
Total para as Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social: R$2.128.684,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:25CAB52B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI 4.056, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES PARA O EXERCÍCIO DE 2026, DESTINADOS À READEQUAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento vigente, no valor total de R$ 2.200.098,20 (dois milhões, duzentos mil, noventa e oito reais e vinte centavos), destinados à readequação das programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais.

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares de que trata o art. 1º serão destinados a atender as dotações das estruturas administrativas abaixo discriminadas:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 13 Cultura
13.392 Difusão Cultural
13.392.2719 Ampliação do Acesso à Cultura
13.392.2719.2054 Apoio a Projetos e Eventos Culturais

3.3.50.41.00 239 Contribuições R$105.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$105.000,00
4.4.50.41.00 241 Contribuições R$113.506,94
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$113.506,94
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada
4.4.90.52.00 359 Equipamento e Material Permanente R$1.048.832,55
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.048.832,55
10.302.1005.2196 Manutenção Serviços Prestadores de Saúde
3.3.93.39.00 395 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$277.027,76
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$277.027,76
4.4.50.42.00 396 Auxílios R$257.656,95
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$257.656,95
10.302.1005.2314 Manutenção do Centro Odontológico (CEO)
3.3.90.30.00 419 Material de Consumo R$26.506,94
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$26.506,94
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2185 Manutenção das Atividades de Creches/Parcerias
3.3.50.41.00 533 Contribuições R$101.950,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$101.950,00
4.4.50.42.00 535 Auxílios R$140.556,94
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$140.556,94
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.2060 Apoio e Promoção Esporte Amador
4.4.90.51.00 936 Obras e Instalações R$37.014,88
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$37.014,88
27.812.2701.2061 Apoio a Projetos e Eventos Esportivos
4.4.50.41.00 937 Contribuições R$92.045,24
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$92.045,24
TOTAL: R$2.200.098,20

Art. 3º Para atender ao disposto nos arts. 1º e 2º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO 27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.2061 Apoio a Projetos e Eventos Esportivos
3.3.50.41.00 249 Contribuições R$20.441,25
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.441,25
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2196 Manutenção Serviços Prestadores de Saúde
3.3.50.41.00 392 Contribuições R$162.538,30
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$162.538,30
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção das Atividades dos Serviços de Vigilância Epidemiológica 3.3.90.30.00 453 Material de Consumo R$16.493,06
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$16.493,06
02.16 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.16.02 Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0803 Fortalecimento de Entidades
08.244.0803.2334 Execução Emendas para Assistência Social
3.3.50.41.00 803 Contribuições R$460.755,91
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$460.755,91
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.541 Preservação e Conservação Ambiental
18.541.1803 Meio Ambiente e Educação Sustentável
18.541.1803.2398 Parceria para Saúde e Bem Estar Animal
3.3.50.41.00 907 Contribuições R$99.686,38
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$99.686,38
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO 02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
18 Gestão Ambiental
18.541 Preservação e Conservação Ambiental
18.541.0411 Desenvolvimento Econômico Sustentável
18.541.0411.2340 Curvelo Sustentável e Verde
4.4.50.41.00 938 Contribuições R$35.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$35.000,00
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada do SUS
4.4.90.51.00 939 Obras e Instalações R$653.956,08
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$653.956,08
02.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO
02.15.01 Secretaria Municipal de Agronegócio
20 Agricultura
20.608 Promoção da Produção Agropecuária
20.608.2001 Produção e Segurança Alimentar
20.608.2001.2072 Fomento à Agropecuária e Segurança Alimentar
3.3.50.41.00 942 Contribuições R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
02.16 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.16.02 Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0803 Fortalecimento de Entidades
08.244.0803.2334 Execução Emendas para Assistência Social
4.4.50.42.00 944 Auxílios R$621.227,22
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$621.227,22
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.541 Preservação e Conservação Ambiental
18.541.1803 Meio Ambiente e Educação Sustentável
18.541.1803.2398 Parceria para Saúde e Bem Estar Animal
4.4.50.41.00 945 Contribuições R$100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$100.000,00
TOTAL: R$2.200.098,20

Art. 4º A abertura dos créditos adicionais suplementares autorizados por esta Lei se dará através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º Na abertura dos créditos suplementares, autorizados por esta Lei, poderá o Poder Executivo incluir elementos de despesa e fontes de recursos nas ações constantes na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Para fins de transparência e rastreabilidade da execução das emendas parlamentares individuais, as readequações promovidas nos termos desta Lei serão registradas no sistema contábil do Poder Executivo, observada a ordem sequencial de numeração adotada para sua identificação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:36311F89

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.054, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

REFERENDA O DECRETO MUNICIPAL Nº 6.866, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RAÍZES DA ESPERANÇA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Referenda o Decreto Municipal nº 6.866, de 11 de setembro de 2026, que declara de utilidade pública a Associação Raízes da Esperança, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Padre Paulo Ruthen, nº 305, bairro Bela Vista, com inscrição no CNPJ sob o nº 67.673.429/0001-10, registrada no Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curvelo/MG, sob o nº 12.923, no Livro A-190, Folha 154, em 23 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:A2550E6D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.907, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação das candidatas nos incisos I e II do art. 1º da Portaria nº 14.829, de 11 de setembro de 2026;

Considerando o Memorando nº 633/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 14 de outubro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse das candidatas abaixo relacionadas, classificadas para provimento no cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, nomeadas respectivamente nos incisos I e II do art. 1º da Portaria nº 14.829, de 11 de setembro de 2026:

I – Michelle Lopes de Araújo Guimarães, com inscrição no CPF sob o nº 070.xxx.xxx-05, classificada em 380º lugar;

II – Danielle Mendes Veiga, com inscrição no CPF sob o nº 065.xxx.xxx-99, classificada em 381º lugar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:AD62F0FB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.908, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação da candidata pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 14.831, de 11 de setembro de 2026;

Considerando o Memorando nº 633/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 14 de outubro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Anna Lyss Santos Bravo, com inscrição no CPF sob o nº 018.xxx.xxx-21, classificada em 142º lugar para provimento no cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo I, nomeada pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 14.831, de 11 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:9BA84041

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.909, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação do candidato pela Portaria nº 14.832, de 11 de setembro de 2026;

Considerando o Memorando nº 633/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 14 de outubro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse do candidato Italo Augusto Oliveira Souza, com inscrição no CPF sob o nº 097.xxx.xxx-56, classificado em 4º lugar para provimento no cargo público efetivo de Fiscal de Posturas, nomeado pela Portaria nº 14.832, de 11 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:DADD8F96

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.910, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação da candidata pela Portaria nº 14.834, de 11 de setembro de 2026;

Considerando o Memorando nº 633/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 14 de outubro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Nathalia Magalhães Elias, com inscrição no CPF sob o nº 116.xxx.xxx-82, classificada em 136º lugar para provimento no cargo público efetivo de Professor de Educação Básica (PEB), Nível Superior, nomeada pela Portaria nº 14.834, de 11 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:52C73903

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.911, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA ALAIR JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR COMO ASSESSOR DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990,

Considerando o Memorando nº 634/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alair José de Oliveira Júnior, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 126.xxx.xxx-05, para exercer o cargo de Assessor de Assuntos Estratégicos, da Assessoria de Assuntos Estratégicos, pertencente ao Grupo de Direção Superior Municipal (DSM), conforme Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de outubro de 2026.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:ED3263D2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.912, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA A DENOMINAÇÃO COMPLEMENTAR DO SERVIDOR EDUARDO GONÇALVES PIO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 637/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a denominação complementar do servidor Eduardo Gonçalves Pio, nomeado pela alínea "a" do inciso X da Portaria nº 14.474, de 19 de maio de 2026, ocupante do cargo de provimento em comissão DAM 22, com base no art. 41 da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, que passará a exercer a função de Assessor, junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de outubro de 2026.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:6E475636

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.913, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO MUNICIPAL (DAM), DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 637/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar as seguintes servidoras ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13

de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Curvelo, do Gabinete do Prefeito:

I – Viviane Martins Pereira, CPF nº 012.xxx.xxx-21, DAM 13, denominação complementar de Assessor;

II – Juliana de Jesus Almeida Silva, CPF nº 018.xxx.xxx-33, DAM 13, denominação complementar de Assessor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de outubro de 2026.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:D5CBD8FF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.914, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO MUNICIPAL (DAM), DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 637/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as seguintes servidoras ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Curvelo, no Gabinete do Prefeito:

I – Viviane Martins Pereira, CPF nº 012.xxx.xxx-21, DAM 22, denominação complementar de Chefe;

II – Juliana de Jesus Almeida Silva, CPF nº 018.xxx.xxx-33, DAM 18, denominação complementar de Assessor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de outubro de 2026.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:1EADE29C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.915, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA TALITA SILVA MOREIRA NO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 3, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 636/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Talita Silva Moreira, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 012.xxx.xxx-09, para ocupar o cargo de provimento em comissão DAM 3, denominação complementar de Assessor, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Curvelo, no Departamento de Acompanhamento da Gestão, vinculado à Secretaria Municipal de Agronegócio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2026.

Curvelo, 9 de outubro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:3999B833

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 511, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia interinamente substituto para servidor ocupante de cargo comissionado no Poder Executivo Municipal de Diamantina, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Governo, durante período de férias regulamentares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando Interno no 444/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e o Memorando Interno nº 77/2026 da Secretaria Municipal de Governo,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeado o servidor **EDMAR PEREIRA** para ocupar, interinamente, o cargo de **Comandante da Guarda Civil Municipal**, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Governo, em substituição ao servidor **Walisson Reis Santos**, titular do cargo, a partir do dia 06 de outubro de 2026 a 13 de outubro de 2026, período em que o servidor substituído permanecerá afastado em decorrência de férias regulamentares.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 06 de outubro de 2026.

Diamantina/MG, 09 de outubro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:3D8BF169

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 512, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia interinamente substituta para servidora ocupante de cargo comissionado no Poder Executivo Municipal de Diamantina, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda, durante período de férias regulamentares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando Interno no 446/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e o Memorando Interno nº 207/2026 da Secretaria Municipal de Fazenda,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora **GRACE KELLY MARIA** para ocupar, interinamente, o cargo de **Diretora de Fiscalização e Tributação**, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda, em substituição à servidora **Bárbara Moreira Batista Maciel**, titular do cargo, do dia 13 de outubro a 19 de outubro de 2026, período em que a servidora substituída permanecerá afastada em decorrência de férias regulamentares.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina/MG, 09 de outubro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:66F45C11

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 514, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia interinamente substituta para servidora ocupante de cargo comissionado no Poder Executivo Municipal de Diamantina, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, durante período de férias regulamentares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
Considerando o Memorando Interno no 447/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e o Memorando no 358/2026 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica nomeada a servidora **CIRLAINE PATRÍCIA LOPES** para ocupar, interinamente, o cargo de **Supervisora de Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social**, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em substituição à servidora **Adelma Aparecida Pereira Santos**, titular do cargo, a partir do dia 06 de outubro de 2026 a 19 de outubro de 2026, período em que a servidora substituída permanecerá afastada em decorrência de férias regulamentares.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de outubro de 2026.

Diamantina/MG, 09 de outubro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:AEC6A257

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O CONVÊNIO Nº 020/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

CONVÊNIO Nº 020/2026

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros à Irmandade Nossa Senhora da Saúde, para compra de equipamentos para os Serviços de Referência em Triagem Auditiva Neonatal, alusivos ao Projeto de caráter transitório do Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal no SUS-MG, decorrentes da Resolução SES/MG nº 9.065, de 18 de outubro de 2023, conforme plano de trabalho aprovado (SEI nº 0265851).

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
IRMANDADE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

VALOR: R$ 71.910,40 (setenta e um mil novecentos e dez reais e quarenta centavos)
DOTAÇÃO: 01.1622.10.0302.0005.1038.4.4.50.41.00.00 - Fonte: 1.621.000.0000.000 - Ficha: 668.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

VIGÊNCIA: 31/12/2026

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:7BCAD4CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 043/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS

TERMO DE FOMENTO Nº 043/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a efetivação de parceira para viabilizar a realização da festa de nossa senhora aparecida proporcionando a infraestrutura adequada, comunicação, organização e a segurança durante o dia da padroeira do brasil exercício 2026, conforme plano de trabalho aprovado (SEI nº 0279289).

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA

VALOR: R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO: 001.2000.13.0392.0046.2005.3.3.50.41.00.00 - Fonte:1.500.000.0000.000 - Ficha:1666.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

VIGÊNCIA: 31/01/2027

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:014A0613

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 259/2026, Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 042/2026. SEI nº 26.1.000025903-5. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de painel de LED por metro quadrado (m²). O Município de Diamantina/MG, torna pública a SUSPENSÃO do presente processo licitatório para a realização de retificações e adequações nas peças que integram o processo, incluindo o edital e demais documentos pertinentes, conforme a necessidade identificada pela Secretaria Requerente, após pedido de esclarecimento de licitante. Após a conclusão dos ajustes, serão divulgadas as informações relativas ao prosseguimento do certame, observadas as disposições legais aplicáveis.

Diamantina, 08 de outubro de 2026.

JULIANA DIAS PEREIRA DA SILVA –
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Juliana Dias Pereira da Silva
Código Identificador:FA3DBB5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 313/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 083/2026, Processo SEI nº 26.1.000029731-0. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da ESF do Distrito de Inhaí, no Município de Diamantina - MG. Fundamentação legal: art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de: MARIA DAS GRAÇAS SANTOS FERREIRA.Valor global R$ 6.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais).

Diamantina, 08 de outubro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mariana Nominato da Silva
Código Identificador:21853603

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CISVI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – AVISO DE LICITAÇÃO - O CISVI, TORNA PÚBLICA O AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – PAL Nº 22/2026

– Objeto: Contratação de empresa autorizada para revenda varejista de combustíveis automotivos, localizado no Município de Divinópolis/MG, apto à execução do abastecimento de Diesel S10, gasolina comum e ARLA 32 – Agente Redutor Líquido Automotivo para a frota de veículos do CISVI | Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica. Data de Recebimento de Propostas: 10 (dez) de outubro de 2026 - Abertura das Propostas dia 21 (Vinte e um) de outubro de 2026 às 09:00 horas – Referência de Tempo: Horário de Brasília. Local da Sessão Pública: Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - https://licitar.digital/ - Telefone: (31) 3191-0707 - E-Mail: contato@licitardigital.com.br - O edital está à disposição dos interessados no site do CISVI – www.cisvi.com.br - Informações complementares poderão ser obtidas através do Telefone. (037) 3214-1770.

Divinópolis/MG, 09 de outubro de 2.026 –

Gerência Administrativa.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2ECA4F7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CISVI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – AVISO DE LICITAÇÃO - O CISVI, TORNA PÚBLICA O AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026 – PAL Nº 23/2026

– Objeto: Contratação de empresa autorizada para revenda varejista de combustíveis automotivos, localizado no Município de Lagoa da Prata/MG, apto à execução do abastecimento de Diesel S10 e ARLA 32 – Agente Redutor Líquido Automotivo para a frota de veículos do CISVI | Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica. Data de Recebimento de Propostas: 10 (dez) de outubro de 2026 - Abertura das Propostas dia 22 (Vinte e dois) de outubro de 2026 às 09:00 horas – Referência de Tempo: Horário de Brasília. Local da Sessão Pública: Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - https://licitar.digital/ - Telefone: (31) 3191-0707 - E-Mail: contato@licitardigital.com.br - O edital está à disposição dos interessados no site do CISVI – www.cisvi.com.br - Informações complementares poderão ser obtidas através do Telefone. (037) 3214-1770.

Divinópolis/MG, 09 de outubro de 2.026

– Gerência Administrativa.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:991C85E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 05

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 08/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 08/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04 HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	Nome	Motivo
6º	MARCELA AZEVEDO FREITAS	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:000EB660

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 194

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	Nome	Motivo
291º	JACIARA APARECIDA FARIA BARBOSA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B7D6867B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 07

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 08/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 08/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04 HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 19/10/2026 – Término: 17/04/2027
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade

Candidatos convocados:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04 HS – 20 HS/SEMANAIS	
Classificação	Nome
7º	MOISÉS FIÚSA MENEZES

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 08/2026.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:15CB97F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.560/26

Altera o art. 80 do Decreto nº 4.748, de 02 de outubro de 2002, que regulamenta a Lei 5.451, de 17 de setembro de 2002.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, com base nos art. 11, parágrafo único, e no art. 29 da Lei 5.451/02, e considerando:

- o dever do Poder Público de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (Constituição da República, art. 225) e a competência comum e suplementar do Município na matéria (arts. 23, VI e VII, e 30, I e II);
- as atribuições municipais previstas no art. 9º, XIV, alínea "a", e XV, alínea "b", da Lei Complementar Federal nº 140/2011;
- as hipóteses de não sujeição ao licenciamento ambiental e os procedimentos simplificados previstos na Lei Federal nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental), em especial nos arts. 8º e 10;
- que a intervenção em Área de Preservação Permanente em zona urbana somente é admitida nas hipóteses de utilidade pública, interesse social e baixo impacto (Lei Federal nº 12.651/2012, arts. 3º, VIII, IX e X, e 8º) e mediante autorização do órgão ambiental competente (Resolução CONAMA nº 369/2006);
- a competência atribuída ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal pelo art. 12, § 1º, da Lei nº 5.451/2002, para a outorga simplificada das autorizações ambientais de que trata este Decreto;
- a necessidade de conferir celeridade e segurança jurídica às obras públicas essenciais, com controle técnico prévio pelo órgão ambiental municipal;

DECRETA:

Art. 1º O art. 80 do Decreto nº 4.748, de 2 de outubro de 2002, passa a vigorar com nova redação em seus §§ 1º e 2º e acrescido dos §§ 3º; 4º; 5º; 6º; 7º; 8º e 9º, com a seguinte redação:

"Art. 80. (...)
§ 1º Não estão sujeitas a licenciamento ambiental municipal, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 15.190/2025, as obras e intervenções emergenciais ou urgentes de resposta a colapso de infraestrutura, acidentes ou desastres, ou destinadas a prevenir dano ambiental iminente ou risco à vida, inclusive as obras de defesa civil de que trata o art. 8º, § 3º, da Lei Federal nº 12.651/12, devendo o executor comunicar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal (SEMAC) em até 5 (cinco) dias contados do início dos serviços.
§ 2º Aplica-se o procedimento estabelecido no § 1º também às obras públicas de utilidade pública ou de interesse social, promovidas pela administração direta ou indireta em perímetro urbano, limitadas ao seguinte rol taxativo:
I - infraestrutura viária urbana: abertura, pavimentação, travessias e obras de arte correntes;
II - drenagem pluvial e controle de cheias;
III - saneamento básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/07;
IV - contenção de encostas e estabilização geotécnica.
§ 3º A SEMAC, por ato do Secretário Municipal, com fundamento no art. 12, § 1º, da Lei nº 5.451/02, emitirá:
I - Certidão Declaratória de Não Sujeição ao Licenciamento Ambiental, quando a atividade não constar da listagem de atividades sujeitas a licenciamento ou for de baixo impacto, conforme a norma estadual de tipologia vigente e a Lei Federal nº 15.190/25;
II - Autorização de Intervenção em APP, quando a obra exigir intervenção em Área de Preservação Permanente, e Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA), quando houver supressão de vegetação.
§ 4º O requerimento será instruído com:
I - justificativa técnica do órgão executor com enquadramento no art. 3º, VIII ou IX, da Lei Federal nº 12.651/12;
II - memorial descritivo, projeto básico, mapa georreferenciado do traçado e cronograma, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;
III - demonstração da inexistência de alternativa técnica e locacional à intervenção em APP;
IV - plano técnico simplificado de controle de drenagem, erosão e sedimentos, com medidas mitigadoras e recuperação das margens e encostas;
V - quando não houver supressão de vegetação, declaração nesse sentido; quando houver, indicação da área e do volume a suprimir e proposta de compensação ambiental ou reposição vegetal com espécies nativas, em proporção equivalente à área suprimida, preferencialmente na mesma bacia ou microbacia;
VI - declaração de que não há intervenção em nascente, olho d'água, vereda ou unidade de conservação de proteção integral, nem atividade sujeita a estudo de impacto ambiental.
§ 5º O ato do Secretário será precedido de parecer técnico, e conterá as condicionantes de execução, compensação e monitoramento.
§ 6º A SEMAC decidirá o requerimento em até 30 (trinta) dias contados da instrução completa, sendo vedado o início da intervenção em APP ou da supressão de vegetação antes da emissão do respectivo ato.
§ 7º O decurso do prazo fixado no § 6º não implica autorização tácita.
§ 8º O disposto neste artigo não afasta a exigência de outorga de uso de recursos hídricos, de autorização de outros órgãos competentes, nem de licenciamento urbanístico de edificações, na forma de regulamento próprio.
§ 9º A SEMAC fiscalizará a execução e o cumprimento das condicionantes, podendo suspender ou revogar o ato em caso de descumprimento, sem prejuízo das sanções cabíveis."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DC45D200

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.560/26

Altera o art. 80 do Decreto nº 4.748, de 02 de outubro de 2002, que regulamenta a Lei 5.451, de 17 de setembro de 2002.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, com base nos art. 11, parágrafo único, e no art. 29 da Lei 5.451/02, e considerando:

- o dever do Poder Público de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (Constituição da República, art. 225) e a competência comum e suplementar do Município na matéria (arts. 23, VI e VII, e 30, I e II);
- as atribuições municipais previstas no art. 9º, XIV, alínea "a", e XV, alínea "b", da Lei Complementar Federal nº 140/2011;
- as hipóteses de não sujeição ao licenciamento ambiental e os procedimentos simplificados previstos na Lei Federal nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental), em especial nos arts. 8º e 10;
- que a intervenção em Área de Preservação Permanente em zona urbana somente é admitida nas hipóteses de utilidade pública, interesse social e baixo impacto (Lei Federal nº 12.651/2012, arts. 3º, VIII, IX e X, e 8º) e mediante autorização do órgão ambiental competente (Resolução CONAMA nº 369/2006);
- a competência atribuída ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal pelo art. 12, § 1º, da Lei nº 5.451/2002, para a outorga simplificada das autorizações ambientais de que trata este Decreto;
- a necessidade de conferir celeridade e segurança jurídica às obras públicas essenciais, com controle técnico prévio pelo órgão ambiental municipal;

DECRETA:

Art. 1º O art. 80 do Decreto nº 4.748, de 2 de outubro de 2002, passa a vigorar com nova redação em seus §§ 1º e 2º e acrescido dos §§ 3º; 4º; 5º; 6º; 7º; 8º e 9º, com a seguinte redação:

"Art. 80. (...)
§ 1º Não estão sujeitas a licenciamento ambiental municipal, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 15.190/2025, as obras e intervenções emergenciais ou urgentes de resposta a colapso de infraestrutura, acidentes ou desastres, ou destinadas a prevenir dano ambiental iminente ou risco à vida, inclusive as obras de defesa civil de que trata o art. 8º, § 3º, da Lei Federal nº 12.651/12, devendo o executor comunicar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal (SEMAC) em até 5 (cinco) dias contados do início dos serviços.
§ 2º Aplica-se o procedimento estabelecido no § 1º também às obras públicas de utilidade pública ou de interesse social, promovidas pela administração direta ou indireta em perímetro urbano, limitadas ao seguinte rol taxativo:
I - infraestrutura viária urbana: abertura, pavimentação, travessias e obras de arte correntes;
II - drenagem pluvial e controle de cheias;
III - saneamento básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/07;
IV - contenção de encostas e estabilização geotécnica.
§ 3º A SEMAC, por ato do Secretário Municipal, com fundamento no art. 12, § 1º, da Lei nº 5.451/02, emitirá:
I - Certidão Declaratória de Não Sujeição ao Licenciamento Ambiental, quando a atividade não constar da listagem de atividades sujeitas a licenciamento ou for de baixo impacto, conforme a norma estadual de tipologia vigente e a Lei Federal nº 15.190/25;
II - Autorização de Intervenção em APP, quando a obra exigir intervenção em Área de Preservação Permanente, e Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA), quando houver supressão de vegetação.
§ 4º O requerimento será instruído com:
I - justificativa técnica do órgão executor com enquadramento no art. 3º, VIII ou IX, da Lei Federal nº 12.651/12;
II - memorial descritivo, projeto básico, mapa georreferenciado do traçado e cronograma, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;
III - demonstração da inexistência de alternativa técnica e locacional à intervenção em APP;
IV - plano técnico simplificado de controle de drenagem, erosão e sedimentos, com medidas mitigadoras e recuperação das margens e encostas;
V - quando não houver supressão de vegetação, declaração nesse sentido; quando houver, indicação da área e do volume a suprimir e proposta de compensação ambiental ou reposição vegetal com espécies nativas, em proporção equivalente à área suprimida, preferencialmente na mesma bacia ou microbacia;
VI - declaração de que não há intervenção em nascente, olho d'água, vereda ou unidade de conservação de proteção integral, nem atividade sujeita a estudo de impacto ambiental.
§ 5º O ato do Secretário será precedido de parecer técnico, e conterá as condicionantes de execução, compensação e monitoramento.
§ 6º A SEMAC decidirá o requerimento em até 30 (trinta) dias contados da instrução completa, sendo vedado o início da intervenção em APP ou da supressão de vegetação antes da emissão do respectivo ato.
§ 7º O decurso do prazo fixado no § 6º não implica autorização tácita.
§ 8º O disposto neste artigo não afasta a exigência de outorga de uso de recursos hídricos, de autorização de outros órgãos competentes, nem de licenciamento urbanístico de edificações, na forma de regulamento próprio.
§ 9º A SEMAC fiscalizará a execução e o cumprimento das condicionantes, podendo suspender ou revogar o ato em caso de descumprimento, sem prejuízo das sanções cabíveis."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:436C5043

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.623/26

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Divinópolis para o mandato de transição e dá outras providências

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Complementar nº 25/95, bem como a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009; a Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026, especialmente seu art. 43; e ainda a necessidade de assegurar a continuidade do controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Divinópolis, para mandato excepcional de transição, compreendido entre 14 de outubro de 2026 e 31 de outubro de 2027, os seguintes representantes:
I - Poder Executivo Titular:
a) titular: Lúcia Aparecida Manoel de Faria;
b) suplente: Maria Teresa da Silva Alves Rosa.
II - Entidades de Trabalhadores da Educação e Discentes:
a) titular: Walquíria Maria dos Reis Dutra;
b) suplente: Elziana Ribeiro Machado de Oliveira;
c) titular: Amanda Damas Dias;
d) suplente: Rozilene Elzira Tavares.
III - Pais de Estudantes:
a) titular: Alexsandro Inocêncio dos Santos;
b) Suplente: Brenda Cristina Evangelista;
c) titular: Vanessa Daldegan Santos;
d) suplente: Elizângela Domingues Teixeira.
IV - Entidades Civis Organizadas:
a) titular: Paloma Alves Soares;
b) suplente: Otávio Vinícius Arantes;
c) titular: Hélcia Nunes Godói;
d) suplente: Mariza Ferreira Ribeiro.
Art. 2º O mandato dos membros nomeados por este Decreto terá caráter excepcional e transitório, e encerrar-se-á em 31 de outubro de 2027, em observância à regra de unificação dos mandatos dos Conselhos de Alimentação Escolar estabelecida pelo art. 43, §4º, da Resolução CD/FNDE nº 04/2026.
Art. 3º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente será realizada pelo próprio Conselho, entre os membros titulares dos segmentos previstos nos incisos II, III e IV do art. 1º, por maioria absoluta dos conselheiros, em sessão plenária especialmente convocada para essa finalidade.
Art. 4º O CAE observará a Lei Federal nº 11.947/2009, a Resolução CD/FNDE nº 04/2026, a legislação municipal aplicável e seu Regimento Interno, observadas as adequações necessárias.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação providenciará as medidas necessárias ao cadastramento/atualização do CAE no sistema FNDE.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Divinópolis, 06 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretário Municipal de Educação

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25B14741

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.624/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que o servidor designado conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) para o exercício de atribuições especiais de a**ssessoramento especializado, supervisão, coordenação, monitoramento, articulação e acompanhamento das ações da Política Municipal sobre Drogas e, ainda, coordenação e fiscalização das vagas destinadas ao acolhimento em regime de Residência Transitória Voluntária.**

DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Graziela Oliveira Chagas Severo (matrícula 99022760), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de assessoramento especializado, supervisão, coordenação, monitoramento, articulação interinstitucional e intersetorial, análise de informações, acompanhamento da execução de serviços e ações vinculados à Política Municipal sobre Drogas e Regular, além decoordenar e fiscalizar a ocupação das vagas financiadas pelo Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – SEMDS, destinadas ao acolhimento em regime de Residência Transitória Voluntária, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o caput não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31/12/2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a publicação.

Divinópolis, 06 de outubro de 2026.

JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8AB3D1D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.625/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o a*rt. 7º, XXII, da Constituição Federal*, que estabelece como direito dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- a necessidade de designação de servidor(a) para o exercício de atribuições especiais na **coordenadoria de saúde mental do servidor da saúde, mediante gestão estratégica de todas as ações voltadas ao bem-estar psicossocial do quadro funcional, visando ao desenvolvimento e à implementação de programas de prevenção ao suicídio e ao esgotamento profissional, além da realização de triagens técnicas para encaminhamento de casos graves à rede de atenção psicossocial; além do assessoramento voltado para**

elaboração e manutenção de sistema de vigilância epidemiológica em saúde mental do trabalhador, com as atividades afins;
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, ao servidor Wanderson Teixeira de Freitas (matrícula 98014589), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais na **coordenadoria de saúde mental do servidor da saúde, mediante gestão estratégica de todas as ações voltadas ao bem-estar psicossocial do quadro funcional, visando ao desenvolvimento e à implementação de programas de prevenção ao suicídio e ao esgotamento profissional, além da realização de triagens técnicas para encaminhamento de casos graves à rede de atenção psicossocial; além do assessoramento voltado para elaboração e manutenção de** sistema de vigilância epidemiológica em saúde mental do trabalhador, com as atividades afins, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o caput não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31/12/2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a publicação.

Divinópolis, 07 de outubro de 2026.

JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1B15955F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.627/26

Exonera titulares dos cargos de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados dos seguintes cargos públicos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos - SEMSUR:
I – Ricardo da Silva Brittis, interino do cargo correspondente à Gerência de Administração de Cemitérios e Serviços Funerários, a partir de 13.10.2026;
II – Renato de Oliveira Gonçalves, titular do cargo correspondente à Coordenadoria do Serviço Funerário e Cemitérios, a partir de 13.10.2026.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 13.10.2026.

Divinópolis, 07 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:712E6452

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.628/26

Nomeia os titulares dos cargos de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei 9.500/24;

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os titulares para os seguintes cargos públicos de provimento em comissão na Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos - SEMSUR:
I – Renato de Oliveira Gonçalves, no cargo correspondente à Gerência de Administração de Cemitérios e Serviços Funerários;
II – Nycolas Máximo Ribeiro, no cargo correspondente à Coordenadoria do Serviço Funerário e Cemitérios.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 13.10.2026.

Divinópolis, 07 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:562CEE83

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS E A EMPRESA TOP GESTÃO LTDA.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis e a Empresa Top Gestão Ltda. firmam o contrato 04/2026, tendo por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza e conservação, com execução nas dependências do Instituto de Previdência. Valor mensal correspondente a R$ 6.357,94, Processo Licitatório n. 10/2026, Pregão Eletrônico 90008/2026, período de 12 meses a partir de 07 de outubro de 2026. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.61.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev.
.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:695E6A62

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições institucionais, torna pública a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, com esteio no art. 29 da mesma norma legal, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante os fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
Considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.
Considerando o Decreto nº 15.365, de 08 de novembro de 2022, que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município de Divinópolis e as organizações da sociedade civil (OSC), de que trata a Lei Federal nº 13.019/2014.
Considerando a Lei nº 9.565, de 14 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2026, e dá outras providências.
Considerando a aprovação da Emenda Parlamentar Impositiva nº 84.11, de autoria do Exmo. Sr. Vereador Rodyson do Zé Milton, constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026.
Considerando a Lei nº 9.650, de 23 de dezembro de 2025, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2026.
Considerando a Lei nº 9.651, de 23 de dezembro de 2025, que autoriza a concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contêm outras providências.
Considerando a manifestação favorável constante no Parecer Técnico nº 05/2026-SEGOV, que concluiu pela possibilidade de celebração da parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
O Secretário Municipal de Governo informa que pretende celebrar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria com o Conselho Comunitário Lago das Roseiras, inscrito no CNPJ nº 64.487.051/0001-7, cujo objeto é aquisição de equipamentos e mobiliários permanentes destinados à estruturação e fortalecimento das atividades administrativas, comunitárias e sociais desenvolvidas pelo Conselho Comunitário Lago das Roseiras. Os equipamentos contribuirão para a melhoria do atendimento à população, realização de reuniões, eventos comunitários, armazenamento de alimentos e materiais, segurança patrimonial e desenvolvimento das atividades da entidade.
A celebração do Termo de Fomento sem a realização de chamamento público decorre da origem dos recursos, provenientes de Emenda Parlamentar constante da Lei Orçamentária do exercício de 2026. Destaca-se a emenda parlamentar:

Emenda	Vereador	Beneficiado	Valor
84.11	Rodyson do Zé Milton	Conselho Comunitário Lago das Roseiras	R$ 15.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo na Lei Federal nº 13.019/2014, conforme transcrição a seguir:
"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei." (Grifo nosso)

A entidade apresentou a documentação necessária à celebração da parceria e a proposta de Plano de Trabalho, tendo sido realizada a análise técnica e documental nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme consignado no Parecer Técnico nº 05/2026-SEGOV, que concluiu pela possibilidade de celebração da parceria.
O mérito da proposta fundamenta-se no fortalecimento da infraestrutura comunitária. O Conselho Comunitário atua como um espaço de integração comunitária e de articulação local. A ausência ou precariedade de materiais e bens permanentes adequados limita a capacidade de utilização do espaço, o conforto e a participação da população nas atividades promovidas.
A aquisição dos materiais proporcionará melhoria no atendimento à população, otimização do uso do espaço comunitário, ampliação da capacidade de realização de reuniões e de ações sociais, bem como o estímulo à convivência comunitária.
A iniciativa encontra-se alinhada ao Plano Plurianual de Governo do Município de Divinópolis para o período de 2026 a 2029, instituído pela Lei Municipal nº 9.649/2025, especialmente no que se refere às ações relacionadas ao fortalecimento da participação social, do diálogo com a sociedade civil e do desenvolvimento local, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV).
Por todo o exposto, resta configurado o enquadramento da celebração pretendida no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Ressalta-se que a celebração da parceria sem chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, não afasta a aplicação dos demais dispositivos da referida Lei, permanecendo a parceria sujeita às regras de formalização, execução, fiscalização, monitoramento, avaliação e prestação de contas, conforme dispõe o § 4º do art. 32.
A presente Justificativa é publicada no Diário Oficial do Município para fins de garantia do princípio da transparência e ampla publicidade dos atos da Administração Pública.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0A613D70

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 042, DE OUTUBRO DE 2026

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE EVENTUAIS INFRAÇÕES PELA EMPRESA CONSTRUIR ENGENHARIA LTDA, INSCRITO (A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 33.385.398/0001-80, DO CONTRATO Nº 46/2026, DERIVADA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026, INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DE MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO QUE ATUARÁ NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Tarefa nº CI-67696-2026, expedido pela Sra. Lara Caroline Borges de Melo Diretora de Edificações, comunicando possíveis infrações, solicitando criação de comissão e instauração de Processo Administrativo.

Considerando a necessidade de verificação do cumprimento do Contrato nº 046/2026 executado pela empresa CONSTRUIR ENGENHARIA LTDA.

Considerando a Instrução Normativa nº 001/2025, da Controladoria Geral do Município, que estabelece normas regulamentares sobre processo administrativo de apuração de responsabilidade de eventuais infrações praticadas por fornecedores/licitantes no âmbito da Administração Pública Municipal.

Considerando o Título III "DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS" e Título IV "DAS IRREGULARIDADES" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e artigos subsequentes.

O SUPERINTENDENTE DE OBRAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO, usando das competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 9.500, de 26 de dezembro de 2024, art. 46, RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura de Processo Administrativo, PAR 003/2026, a partir da data de publicação desta Portaria, para a apuração de responsabilidade de eventuais infrações praticadas pela empresa CONSTRUIR ENGENHARIA LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 33.385.398/0001-80, no âmbito do contrato nº 046/2026, derivada do processo licitatório nº 001/2026, nos termos do Art. 28 e incisos da Instrução Normativa CGM nº 001/2025.

Art 2º - Na mesma data, fica constituída a Comissão Processante que atuará no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAR que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Sob a presidência do primeiro, a Comissão que trata o art. 2º será composta pelos seguintes integrantes:

I - Jenifer Sabino Reis Silva – Matrícula nº 99043284/3

II - Tony Angelo Soares – Matrícula nº 2015466
III - Sara Amaral Oliveira Greco – Matrícula nº 99014569

Art. 4º Compete à Comissão nomeada realizar a instrução formal do processo administrativo de apuração de responsabilidade - PAR, compreendendo, sem prejuízo de outras atribuições:

I – A realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;
II – Controle dos prazos;
III – O recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;
IV – A apreciação do pedido de produção de provas;
V – A produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Art. 5º - O procedimento a ser seguido pela Comissão é o que está previsto na Instrução Normativa nº 001/2025, da Controladoria Geral do Município.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis – MG, outubro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendência de Obras Públicas e Planejamento

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0824400C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG Nº 231/2026, OUTUBRO DE 2026.

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos, e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 162 e 163, da Lei Complementar nº. 009, de 03 de Dezembro de 1992 e:

CONSIDERANDO a solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, emitida pelo servidor MARIO EDUARDO FONSECA GUEDES;

CONSIDERANDO que o servidor está inscrito no 74º Congresso Brasileiro de Coloproctologia 2026, a realizar-se em Balneário Camboriú/SC, no período de 24 a 26 de setembro de 2026, e que, conforme informado no requerimento, participará, no dia 23 de setembro de 2026, do Curso Avançado Pré-Congresso;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 15.305/2022, que dispõe sobre delegação de competência ao Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia - SEPLAG, para autorizar o afastamento do servidor público de seu cargo ou função nas hipóteses previstas nos artigos 161 e 162 da Lei Complementar nº 09/1992.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento remunerado, ao servidor MARIO EDUARDO FONSECA GUEDES, detentor do cargo efetivo de Médico Proctologista, matriculado sob o nº 99043948/2, lotado na Policlínica na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 2º. Fica concedido o afastamento no dia 23 de setembro de 2026.

Art. 3º. O auxílio-transporte deverá ser pago de acordo com a nova carga horária e a necessidade do deslocamento ao trabalho.

Art. 4º. O servidor deverá apresentar, ao final do congresso, o certificado que comprove sua participação, devendo este ser anexado ao protocolo de solicitação.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23/09/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:53A457D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 329

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, CONVOCAMOS os candidatos abaixo relacionados, para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, v.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 19/10/2026 – Término: 16/04/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária de servidores destinada a suprir o aumento momentâneo e comprovado da demanda da ESF São Judas, aguardando adaptação das funções da técnica de enfermagem efetiva, sem a garantia de disponibilidade financeira e orçamentária para além do prazo de vigência do contrato.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	Nome
297º	DIONEY DOS PASSOS

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a renúncia tácita para assumir o contrato temporário nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9A9D52D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO N.º 50/2026 – CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho da entidade Obras Sociais Missão Maria de Nazaré.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal n° 052 de 28 de dezembro de 1998, em reunião ordinária realizada no dia 18/08/2026, por unanimidade dos membros votantes presentes,

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar o Plano de Trabalho da instituição Obras Sociais Missão Maria de Nazaré, cujo objeto consiste na criação da "Orquestra Social de Divinópolis" a partir das crianças e adolescentes participantes de 04 (quatro) Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou provenientes de outros projetos da rede de assistência municipal, visando ao desenvolvimento integral desse público por meio da formação musical e da prática orquestral coletiva, com atividades descentralizadas nas sedes dos serviços nos bairros Candelária, Belvedere II, Fazenda das Chácaras e Sidil. Os serviços participantes deste projeto encontram-se distribuídos em diferentes regiões do município, alcançando os territórios central, sudeste, sudoeste e noroeste, o que demonstra ampla abrangência territorial da proposta. A Vila de Nazaré localiza-se na região sudeste, a Samaritana Sociedade de Assistência a Pobres na região central, a Associação Imaculada do Espírito Santo na região sudoeste e o Serviço de Convivência Estevão Bechelane na região noroeste.

Artigo 2º- O prazo de execução do projeto "Orquestra Social de Divinópolis" será de 24 (vinte e quatro) meses.

Artigo 3º- Fica autorizado a OSC a utilizar o montante de R$ 392.472,00 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais) para a execução das atividades, a ser repassado a OSC em parcela única durante a vigência da parceria. O projeto da "Orquestra Social de Divinópolis" será implementado com recursos provenientes do fundo comum do FIA (Fundo Municipal para a Infância e Adolescência) do município de Divinópolis.
Artigo 4º- A iniciativa beneficiará a oferta de ação socioassistencial regulamentada a público vulnerável, viabilizando o desenvolvimento de atividades que beneficiarão o cotidiano dos usuários atendidos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Divinópolis. O objeto proposto caracteriza reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei nº 13.019/2014.
Artigo 5º- Observa-se no Plano de Trabalho compatibilidade no que se refere ao previsto no artigo 22, caput da Lei nº 13.019/2014, a saber: 1. Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas; 2. Descrição de metas a serem atingidas e de atividades a serem executadas; 3. A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria; 4. Forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas; 5. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
Artigo 6º- A modalidade de parceria adotada será o Termo de Fomento, pois a iniciativa partiu da OSC e envolve a transferência de recursos financeiros.
Artigo 7º- Após a celebração do Termo de Fomento, a entidade deverá apresentar mensalmente o relatório de execução do objeto e, trimestralmente, o relatório de execução financeira, ambos destinados à SEMDS.
Artigo 8º- Em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, a fiscalização da execução da parceria será realizada pela gestora da parceria e homologado pela Comissão de Monitoramento, Avaliação e Homologação do CMDCA (designada por meio da Resolução nº. 02/2026).
Artigo 9º- Em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº 13.019/2014 e em atendimento a Portaria SEMAS nº 24 de 21 de julho de 2026, fica designada Gisele Regina de Oliveira, matrícula nº 99021060, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Artigo 10º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11º- Publique-se e dê ciência aos interessados.

Divinópolis, 09 de outubro de 2026.

MICHELE TEIXEIRA LOPES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CD61AA6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Para a aplicação constitucional de publicidade e controle social da administração pública em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 9452/97 e o inciso XXI do art.41 do Decreto Estadual nº. 48.745/2023 faço notificar através do presente edital, a quem possa interessar, especialmente aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, instituições estas sediadas no município, que a prefeitura municipal Divinópolis recebeu recurso financeiro
federais e estaduais na forma abaixo descrita.

DATA	NOME	AGÊNCIA	CONTA	VALOR
29/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 1.333.090,53
29/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 152.611,46
30/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 628.629,58
30/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 180.517,30
30/09/2026	Fundo de Participação dos Municípios	0372-7	173090-8	R$ 4.368.535,22
30/09/2026	Imposto Territorial Rural	0372-7	205978-9	R$ 9.501,47
30/09/2026	Ipi Exportação – Cota Município	0372-7	115318-8	R$ 34.324,42
30/09/2026	Icms Desoneração – Lc 176/2020	0372-7	183141-0	R$ 74.382,40
01/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 8.348,63
01/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 145.793,07
01/10/2026	Recursos Hídricos	0372-7	150270-0	R$ 5.559,06
02/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 7.047,72
02/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 126.223,62
05/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 6.149,44
05/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 79.487,34
05/10/2026	Piso Mineiro	0372-7	19978-8	R$ 74.535,00
06/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 549.453,18
06/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 129.792,10
06/10/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 814.849,47
07/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 5.820,85
07/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 114.203,88
07/10/2026	Conv. 95005/23 Reforma,const. E aquis. de Equipamentos Teatro Usina Gravatá	113	574212398-8	R$ 602.459,23
08/10/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 5.940,02
08/10/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 113.195,40
09/10/2026	Fundo de Participação dos Municípios	0372-7	173090-8	R$ 5.196.411,90
09/10/2026	Imposto Territorial Rural	0372-7	205978-9	R$ 147.491,52
09/10/2026	Ipi Exportação – Cota Município	0372-7	115318-8	R$ 69.777,13
09/10/2026	Cide – Contribuição Intervenção Domínio Econômico	0372-7	130180-2	R$ 261.847,60

Divinópolis, 09 de Outubro de 2026

DÊIVITE ALVES
Contador

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:38296422

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1309/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Mirta Helena Rodrigues Praia. Cargo: Fonoaudiólogo. Objeto: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Fonoaudiólogo, nos termos do Edital nº 008/2026, classificado na 01º colocação. Lotação: Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / Centro de Reabilitação Municipal. Período: 13/10/2026 a 10/04/2027. Total: R$ 3.694,76 (Três mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos). Dotação Orçamentária: 02.015.002.2150.2820 – Implementação das Políticas da Atenção Especializadas. Ass.: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9CF1B08B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TA 02/2026 – TERMO DE COLABORAÇÃO 006/2023 – ASSOCIAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO.

Objeto: Prorrogação até 09/10/2027, adequação do Plano de Trabalho e acréscimo de R$ 1.800.510,68. Ass: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E642C6D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMED – EXTRATO DO CONTRATO 210/2026 – PL 190/2026 – CONCORRÊNCIA 21/2026.

Contratado: Black Rock Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 17.266.006/0001-08. Objeto: Reforma e ampliação da Escola Municipal Sidney José de Oliveira. Valor: R$ 1.674.676,67. Prazo: 14 meses. Dot. Orçamentária: 02.006.001.12.361.2060.1300.4.4.90.51.00 Ficha 383. Ass: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A6AFAF3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO – ATA 452/2025 – PL 193/2025.

Contratada: Empresa Macovan Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. Objeto: Reajuste de 4,327080%, conforme INPC/IBGE para o período de julho/2025 a junho/2026, passando o item 1 e 7 de R$ 108,00 para R$ 112,67; item 2 de R$ 189,00 para R$ 197,18; item 8 de R$ 349,00 para R$ 364,10. Ass: 09/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:17EF2F32

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DO CONTRATO 209/2026 – PL 174/2026 – CONCORRÊNCIA 15/2026.

Contratado: Herotech Construtora Ltda, CNPJ/MF 53.669.302/0001-13. Objeto: Contratação de empresa especializada em obras civis para construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER IV – Intelectual, Física, Visual e Auditiva, no município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 8.550.000,00. Prazo: 20 meses. Dot. Orçamentária: 02.015.002.10.302.2150.1811.4.4.90.51.00 Ficha 966.

Divinópolis, 08 de outubro de 2026.

SHEILA SALVINO
(Secretaria Municipal de Saúde).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A29B044D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DO CONTRATO 214/2026 – PL 221/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 98/2026.

Contratado: Marka Veículos e Peças S/A, CNPJ 18.707.422/0001-67. Objeto: Aquisição de veículo automotor tipo passeio, zero-quilômetro, bicombustível, com capacidade para 5 (cinco) ocupantes, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, no âmbito da Política de Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas. Valor: R$ 88.000,00. Prazo: 06 meses. Dot. Orçamentária: 02.015.002.10.122.2150.2810.4.4.90.52.00 Ficha 923. Ass: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5004F124

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA - EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO – CT 182/2025 – PL 182/2025.

Contratada: FGF Comércio e Serviços de Esterilização em Óxido de Etileno Ltda. Objeto: Reajuste de 3,983300%, conforme INPC no período de SET/2025 a AGO/2026. Ass: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CA626B98

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026 – CONTRATADA: SÍRIO PHARMA LTDA, CNPJ SOB O Nº 31.495.759/0001-16

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Licitatório (Planejamento SEPLAG/MG) nº 336/2025 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2026). fica instaurado o presente Processo Administrativo, sob responsabilidade da comissão, instituída através da portaria nº 351/2026, a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, outubro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C364DDD5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP – EXTRATO DO 1º TA – CT 104/2026 – PL 72/2026.

Contratada: Dreams Construtora e Incorporadora Ltda. Objeto: Readequação da planilha orçamentária, fica acrescido ao valor do contrato o montante de R$ 14.553,28, correspondente a aproximadamente 2,91%. Ass: 08/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:02BC6B2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO TA 002/2026 - CT 003/2022 - PL 103/2022.

Contratado: BRASCONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Prorrogação até 13/04/2027. Ass: 07/10/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:928999CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **SIDIVANIA MARQUES DE OLIVEIRA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 114.289.856-38 E CI : 4.163.728 EXPEDIDO PELA SSP/DF, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA JOÃO FRANCISCO PEREIRA, Nº 304, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Administração.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.03.01.04.122.0402.2013 - 3.1.90.04.00 - Ficha 91 - Fonte 1.500 e 1.501 - Secretaria Administração Manutenção; do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 063/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

SIDIVANIA MARQUES DE OLIVEIRA
CPF 114.289.856-38
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:C13E4C86

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **KEILLA PEREIRA AGUIAR**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 075.898.016-74 E CI 13.649.107 EXPEDIDO PELA SSP/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA JOSÉ FRANCISCO DE BARCELOS, Nº 301, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.07.01.08.122.0801.2063 - 3.1.90.04.00 - Ficha 505 - Fonte 1.500; Sec. Desenvolvimento Social Cidadania Manutenção; do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 064/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

KEILLA PEREIRA AGUIAR
CPF 075.898.016-74
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:27F3D125

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **EVA MARIA DE SOUZA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 780.251.766-49 E CI 3.499.990 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA ALEIXO CORREIA DA SILVA, Nº 845, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Saúde.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.06.01.10.122.1001.2042 - 3.1.90.04.00 - Ficha 305 - Manut. Serviço Adm. Secretaria Saúde - Fonte 1.500, do Orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 065/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

EVA MARIA DE SOUZA
CPF 780.251.766-49
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:5368E496

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **EIDES SOARES ALVES NUNES**, BRASILEIRA, CASADA, INSCRITA NO CPF 063.833.266-43 E CI 13.648.949 EXPEDIDO PELA SSP/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA GREGÓRIO CÂNDIDO DA FONSECA, Nº 665, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO - DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Administração.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.03.01.04.122.0402.2013 - 3.1.90.04.00 - Ficha 91 - Fonte 1.500 e 1.501 - Secretaria Administração Manutenção; do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 066/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

EIDES SOARES ALVES NUNES
CPF 063.833.266-43
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:0739FA76

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **ADRIANA PATRÍCIA SILVA LACERDA FONSECA**, BRASILEIRA, CASADA, INSCRITA NO CPF 018.085.656-14 E CI 18.039.811 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A ESTRADA MUNICIPAL, Nº 201, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO; DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Educação.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 23/12/2026.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.05.01.12.361.1220.20.23 - 3.1.90.04.00 - Ficha 164 - Administração Escolas Municipais, fonte 1.500 e 02.05.02.12.361.1220.2027 - 3.1.90.04.00 - Ficha 230 - Ensino Fundamental - fundeb; fonte 1.540, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 067/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

ADRIANA PATRÍCIA SILVA LACERDA FONSECA
CPF 018.085.656-14
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:61B73FDC

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, o senhor **JESSÉ PEREIRA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF 070.700.966-90 E CI 13.712.225 EXPEDIDO PELA SSP/MG, RESIDENTE E DOMICILIADO A FAZENDA GADO BRAVO, ZONA RURAL DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATADO, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pelo contratado, na função de **Auxiliar de Serviços**

Gerais, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Serviços Urbanos e Transportes.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$ 1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.12.01.15.452.1502.2015 - 3.1.90.04.00 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Ficha 762 - fonte 1500 do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 068/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

JESSÉ PEREIRA
CPF 070.700.966-90
Contratado

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:EAE8DB77

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **JANAINA MARIA DO NASCIMENTO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 115.185.656-89 E CI 18.004.891 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA MANOEL BARBOSA NASCIMENTO, Nº 291, ALTO DA BOA VISTA; DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Administração.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.03.01.04.122.0402.2013 - 3.1.90.04.00 - Ficha 91 - Fonte 1.500 e 1.501 - Secretaria Administração Manutenção; do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 069/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

JANAINA MARIA DO NASCIMENTO
CPF 115.185.656-89
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:4DF55CE4

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **JÉSSICA NAYARA DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 128.512.176-74 E CI 19.273.829 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA MARIA ALVES, Nº 767,

CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Educação.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 23/12/2026.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.05.01.12.365.1230.20.24 - 3.1.90.04.00 - Ficha 184 - Ensino Infantil/Pré - Escola - fonte 1.500, 02.05.01.12.365.1230.21.04 - 3.1.90.04.00 - Ficha 196 - Ensino Infantil/Creche - fonte 1.500, 02.05.02.12.365.1230.21.53 - 3.1.90.04.00 - Ficha 262 -Ensino Infantil - Fundeb/Creche - fonte 1.540 e 02.05.02.12.365.1230.21.54 - 3.1.90.04.00 - Ficha 271 - Ensino Infantil - Fundeb/Pré - Escola - fonte 1.540 do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 070/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

JÉSSICA NAYARA DA SILVA
CPF 128.512.176-74
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:C8900DCD

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **CLEUDE MÁRCIA MARIA FONSECA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 934.695.356-04 E CI 5.906.491 EXPEDIDO PELA SSP/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA GENTIL ROSA DE OLIVEIRA, Nº 817, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Educação.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 23/12/2026.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.05.01.12.361.1220.20.23 - 3.1.90.04.00 - Ficha 164 - Administração Escolas Municipais, fonte 1.500 e 02.05.02.12.361.1220.2027 - 3.1.90.04.00 - Ficha 230 - Ensino Fundamental - fundeb; fonte 1.540, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 071/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

CLEUDE MÁRCIA MARIA FONSECA
CPF 934.695.356-04
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:D7ABC20A

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **CAMILA RODRIGUES CARVALHO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 104.677.956-73 E CI 16.992.758 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA F, CASA 12, BAIRRO ALTO DA BOA VISTA - DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Serviços Urbanos e Transportes.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.12.01.15.452.1502.2015 - 3.1.90.04.00 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Ficha 762 - fonte 1500, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 072/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

CAMILA RODRIGUES CARVALHO
CPF 104.677.956-73
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:41E83C37

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **ANA LÚCIA FERNANDES DE JESUS**, BRASILEIRA, CASADA, INSCRITA NO CPF 105.575.066-54 E CI 16.633.421 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A AV. CÂNDIDO PEREIRA CAMPOS, Nº 021, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Serviços Urbanos e Transportes.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.12.01.15.452.1502.2015 - 3.1.90.04.00 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Ficha 762 - fonte 1500, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 073/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

ANA LÚCIA FERNANDES DE JESUS
CPF 105.575.066-54
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:A7020889

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **TALYTA FERREIRA ANDRADE**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 097.413.376-04 E CI 16.396.160 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A AV. CÂNDIDO PEREIRA CAMPOS, Nº 1.183, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Serviços Urbanos e Transportes.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.12.01.15.452.1502.2015 - 3.1.90.04.00 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Ficha 762 - fonte 1500, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 074/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

TALYTA FERREIRA ANDRADE
CPF 097.413.376-04
Contratada

TESTEMUNHA: _____
CPF_____--_____

TESTEMUNHA: _____
CPF_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:14257F47

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **SILKELLE FONSECA DOS SANTOS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 048.338.011-32 E CI 3.115.290 EXPEDIDO PELA SSP/DF, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA JOÃO FRANCISCO PEREIRA, Nº 170, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Serviços Urbanos e Transportes.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.12.01.15.452.1502.2015 - 3.1.90.04.00 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Ficha 762 - fonte 1500, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 075/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

SILKELLE FONSECA DOS SANTOS
CPF 048.338.011-32
Contratada

TESTEMUNHA: _____
CPF_____--_____

TESTEMUNHA: _____
CPF_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:3D069881

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **MARIA JÚLIA RODRIGUES DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 092.403.506-40 E CI 16.633.468 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA ZULMIRA RODRIGUES BARBOSA, Nº 754, BAIRRO NOVO HORIZONTE; DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.07.01.08.122.0801.2063 - 3.1.90.04.00 - Ficha 505 - Fonte 1.500; Sec. Desenvolvimento Social Cidadania Manutenção; do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 076/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA JÚLIA RODRIGUES DA SILVA
CPF 092.403.506-40
Contratada

TESTEMUNHA:
_____
CPF_____--_____

TESTEMUNHA: _____
CPF_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:8DDC0640

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **TATIANA SOARES DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 779.430.151-34 E CI 14.106.907 EXPEDIDO PELA SSP/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA JOSÉ BISPO DE PAULA, Nº 492, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Saúde.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.06.01.10.122.1001.2042 - 3.1.90.04.00 - Ficha 305 - Manut. Serviço Adm. Secretaria Saúde - Fonte 1.500, do Orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 077/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

TATIANA SOARES DA SILVA
CPF 779.430.151-34
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:EE9F36F6

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2026,FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **CONCEIÇÃO DE FÁTIMA MACIEL**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 083.148.906-50 E CI 15.455.571 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA ALEIXO CORREIA DA SILVA, Nº 965, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Saúde.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS
2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 09/04/2027.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.06.01.10.122.1001.2042 - 3.1.90.04.00 - Ficha 305 - Manut. Serviço Adm. Secretaria Saúde - Fonte 1.500, do Orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 078/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

CONCEIÇÃO DE FÁTIMA MACIEL
CPF 083.148.906-50
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:7B482516

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2026, FIRMADO EM 10 DE ABRIL DE 2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000., DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, a senhora **SABRINA LEITE VIEIRA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NO CPF 011.580.991-00 E CI 4.229.031 EXPEDIDO PELA SSP/GO, RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA JOSÉ MENDES, Nº 522, NOVO HORIZONTE; DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE CONTRATADA, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1.- **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1- Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prestação de serviços em caráter temporário pela contratada, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, devido a necessidade de manutenção essencial do quadro de pessoal na secretaria de Educação.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1- O Presente Termo Aditivo entrará em vigor a partir de 10/10/2026, encerrando 23/12/2026.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES
3.1 - O valor mensal será de R$1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.
4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 - As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 02.05.01.12.361.1220.20.23 - 3.1.90.04.00 - Ficha 164 - Administração Escolas Municipais, fonte 1.500 e 02.05.02.12.361.1220.2027 - 3.1.90.04.00 - Ficha 230 - Ensino Fundamental - fundeb; fonte 1.540, do orçamento vigente.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E FINAIS
5.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 079/2026 permanecem inalteradas.

Por, estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo, em, 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 09 de outubro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

SABRINA LEITE VIEIRA
CPF 011.580.991-00
Contratada

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

TESTEMUNHA: _____
*CPF*_____--_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:8C564CFA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 99/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 99/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato do CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS ESPECIALISTAS E PLANTONISTAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG, decorrente do Processo de Inexigibilidade Nº 52/2026, contrato Nº 99/2026. Empresa Contratada: BORBA SERVICOS MEDCOS LTDA. A vigência do Contrato será de 07/10/2026 a 07/10/2027

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:D634E77B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 101/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 06/2026

O MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório 101/2026 – Concorrência Eletrônica 06/2026, em 06/10/2026. Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de recapeamento asfáltico na Rua Renato Azeredo, bairro Gameleira, município de Felixlândia/MG, em consonância com o Convênio nº 953524/2023, firmado entre o município e o Ministério das Cidades, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Orçamento Discriminativo não Desonerado.** Fundamento Legal: Lei Federal n.º 14.133/2021.

SÉRBIO HENRIQUE DE ARAÚJO.
Chefe do Departamento Municipal de Obras Públicas

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:5A489C6E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 94/2026, CREDENCIAMENTO 13/2026

EXTRATO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo Licitatório 94/2026 – Credenciamento 13/2026. Objeto: a **contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados, para atender às necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme especificações, quantidades e prazos, de acordo com o termo de referência constante do anexo I do edital, que dele é parte integrante,** as pessoas jurídicas **Guilherme Aurelio Serviços Médicos LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **54.083.976/0001-02**, residente/situada à Rua João Machado, nº 65, Bairro Centro, Pompéu/MG, CEP: 35.690-000, no valor global de **R$ 77.658,00 (setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais)** e **ODM Center Ltda**, inscrita no **CNPJ: 32.854.180/0001-65**, situada na rua Padre Paulo Rutten, nº 187, Bairro Bela Vista, Curvelo/MG, CEP 35.796-105, no valor global de R$ **91.587,60 (noventa e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)**, contratos assinados em 06/10/2026, com vigência de 12(doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/2021.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA
Chefe do Departamento Municipal de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:2BC64140

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 101/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 06/2026

EXTRATO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, referente ao Processo Licitatório nº 101/2026 – modalidade Concorrência Eletrônica nº 06/2026 do tipo Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de recapeamento asfáltico na Rua Renato Azeredo, bairro Gameleira, município de Felixlândia/MG, em consonância com o Convênio nº 953524/2023, firmado entre o município e o Ministério das Cidades, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Orçamento Discriminativo não Desonerado.** (...). Firmado com a empresa: L.M. EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA CNPJ - 32.109.890/0001-60, situada na Rua Senhor dos Passos, N° 278 Letra A, Bairro Centro, cidade de Sete Lagoas/MG, CEP 35700-016, no valor global de **R$ 255.798,06 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e seis centavos).** Contrato assinado em 06/10/2026 com vigência de 06 (seis) meses.

SÉRBIO HENRIQUE DE ARAÚJO.
Chefe do Departamento Municipal de Obras Públicas

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:FBA5C61A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMIGA/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA – MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMIGA/MG
"Saúde, Democracia, Soberania e SUS – cuidar do povo é cuidar do Brasil"
REGIMENTO GERAL CAPÍTULO I DA CONVOCAÇÃO E DO OBJETIVO
Art. 1º A **8ª Conferência Municipal de Saúde de Formiga/MG** foi inicialmente convocada pelo **Decreto Municipal nº 11.285, de 25 de setembro de 2026**, que estabeleceu sua realização nas dependências da **La Griffe**. Posteriormente, por meio do **Decreto Municipal nº 11.306, de 07 de outubro de 2026**, foram alterados dispositivos do Decreto Municipal nº 11.285/2026, especialmente quanto ao **local de realização da 8ª Conferência Municipal de Saúde**, que passou a ser o **CEMAP – Centro Municipal de Apoio Pedagógico**, localizado na **Rua Alderico Nogueira, nº 470, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Formiga/MG**, **mantendo-se inalterados os demais termos, condições e disposições anteriormente previstos e publicados,** tendo por finalidade **avaliar a situação de saúde do Município, discutir as políticas públicas de saúde e propor diretrizes para a atualização do Plano Municipal de Saúde, fortalecendo os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS**.
CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO
Art. 2º A 8ª Conferência Municipal de Saúde de Formiga/MG será realizada no dia 07 de novembro de 2026.
Parágrafo único.
A Conferência ocorrerá no horário das 8h às 17h, no CEMAP Centro Municipal de Apoio Pedagogico, localizada Rua Alderico Nogueira, nº470, Bairro Sagrado Coração de Jesus no Município de Formiga/MG.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO
Art. 3º Nos termos do **Decreto Municipal nº 11.285, de 25 de setembro de 2026**, com as alterações promovidas pelo **Decreto Municipal nº 11.306, de 07 de outubro de 2026**, a **8ª Conferência Municipal de Saúde de Formiga/MG** terá como tema central:
"Saúde, Democracia, Soberania e SUS – Cuidar do povo é cuidar do Brasil."
Art. 4º Além do tema central, a Conferência terá os seguintes eixos temáticos:
I – Democracia, saúde como direito e soberania nacional: com foco nos direitos humanos, no combate ao capacitismo e à LGBTfobia institucional, bem como na ampliação da representatividade e da participação social das pessoas com deficiência e da população LGBTQIA+ na formulação das políticas públicas de saúde;;
II – Financiamento adequado e suficiente para o SUS com justiça tributária;
III – Os desafios para o SUS diante das emergências climáticas e da justiça socioambiental;
IV – Modelo de atenção e gestão com territórios integrados e cuidado integral.
Art. 5º A abordagem de cada eixo temático será realizada por meio de exposição de conferencistas, seguida de debates em grupos de trabalho e posterior discussão em plenária.
Parágrafo único.
Cada grupo de trabalho terá um coordenador eleito pela plenária para conduzir os trabalhos e um relator indicado pela Comissão Organizadora.
Art. 6º Será facultado a qualquer membro da Conferência Municipal de Saúde de Formiga/MG manifestar-se verbalmente ou por escrito durante os debates, mediante prévia inscrição junto à mesa diretora dos trabalhos, por meio de perguntas ou observações pertinentes ao tema em discussão.
CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO Seção I
Da Estrutura da Comissão Organizadora
Art. 7º A 8ª Conferência Municipal de Saúde de Formiga/MG será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde e ou, pelo Secretário Municipal de Saúde e na ausência dos dois o Coordenador da Atenção Básica.
Parágrafo único.
A Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Saúde terá a seguinte composição:
Coordenador Geral; Sílvia Cândida da Silva
Coordenador Adjunto; Maria Inês Macedo Couto
Secretário Geral; Wender Antonio de Oliveira
Secretário Adjunto; Vitória Márcia Garcia
Representante da Comissão de Formulação e Programação; Regiane Rezende
Representante da Relatoria; Marco Antonio Santos Melo, José Gonçalves da Rocha Neto, Lorena Pedrosa Gomes
Representante da Comissão de Comunicação, Informação e Divulgação; Myrian Araújo Coelho, Edna Alves de Oliveira Sousa e Jane Maria da Silva Cravo
Representante da Comissão de Infraestrutura, Orçamento e Finanças; Saulo Henrique Vieira, Daniel Santos Ramos, Maria Beatriz de Paula Fiuza
Representante da Comissão de Mobilização e Articulação; Maria de Fátima Lopes Ferreira
Representante da Secretaria Municipal de Saúde; Vitória Márcia Garcia
Representante da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde; Amanda Pires Moura
Representante da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde; Silmara Silva Olivério Teixeira
Conselheiros aprovados pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, sendo:
02 (dois) representante dos usuários; Eliana Maria Alves e José Antonio Antônio Firme
01 (um) representante dos trabalhadores da saúde. Fernanda Silva Pereira Souto

Seção II Das Atribuições da Comissão Organizadora
Art. 8º Compete à Comissão Organizadora:
I – Coordenar, acompanhar e promover a Conferência, observando os aspectos políticos, administrativos e financeiros definidos pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde;
II – Aprovar a programação e os expositores da Conferência;
III – Propor documento orientador, documentos técnicos e textos de apoio, submetendo-os à aprovação do Conselho Municipal de Saúde;
IV – Apresentar o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros relativos à Conferência, bem como a respectiva prestação de contas;
V – Elaborar e providenciar a publicação do Relatório Final;
VI – Publicar o resumo das deliberações da 8ª Conferência Municipal de Saúde antes da realização da Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais;
VII – Julgar os recursos relativos ao credenciamento de delegados;
VIII – Promover a divulgação da Conferência;
IX – Providenciar a distribuição de documentos relacionados ao tema da Conferência;
X – Deliberar sobre os casos omissos referentes à organização da 8ª Conferência Municipal de Saúde.
Paragrafo Único: Comissão Organizadora terá os seguintes representantes:
Art. 9º Compete à Coordenação Geral:
I – Convocar e coordenar as reuniões da Comissão Organizadora;
II – Presidir a Conferência na ausência do Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
III – Supervisionar a organização geral da Conferência.
Parágrafo único.
A Coordenação Geral da Conferência será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.
Art. 10 Compete à Secretaria Geral:

I – Organizar o credenciamento dos delegados e os controles necessários;
II – Organizar os serviços de secretaria da Conferência;
III – Participar das reuniões da Comissão Organizadora;
IV – Organizar e arquivar os documentos da Conferência;
V – Receber e expedir correspondências e documentos relacionados ao evento.
Art. 11 Compete à Comissão de Comunicação, Mobilização e Divulgação:
I – Articular-se com os veículos de comunicação, entidades e instituições e integrantes do Conselho Municipal de Saúde;
II – Articular-se com a Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Saúde para elaboração do Plano de Comunicação da Conferência;
III – Coordenar as atividades de comunicação social e cerimonial;
IV – Elaborar materiais de divulgação;
V – Divulgar textos de apoio, eixos temáticos e o edital da Conferência.
Parágrafo único.
A Comissão de Comunicação, Mobilização e Divulgação terá os seguintes representantes:
Silvia Cândida da Silva;
Amanda Pires Moura;
Silmara Olivério;
Edna Alves de Oliveira Sousa;
Mauricio Canto Júnior;
Myrian Araújo Coelho;
Raimundo de Paula Andrade;
Wender Antonio de Oliveira;
Marco Antonio Santos Melo;
Maria Beatriz de Paula Fiuza;
Jane Maria da Silva Cravo.
Art. 12 Compete à Comissão de Formulação e Relatoria:
I – Elaborar o Documento Orientador Municipal, se necessário;
II – Elaborar ementas e roteiros de orientação para os expositores;
III – Obter os textos das apresentações para fins de divulgação e arquivo;
IV – Sugerir nomes de expositores à Comissão Organizadora;
V – Responsabilizar-se tecnicamente pelo conteúdo produzido durante a Conferência;
VI – Consolidar as propostas oriundas das pré-conferências e grupos de trabalho;
VII – Elaborar o Relatório Final contendo as diretrizes aprovadas;
VIII – Validar as moções apresentadas;
IX – Relatar as propostas para votação na plenária deliberativa.
Parágrafo único.
A Comissão de Formulação e Relatoria terá os seguintes representantes:
Maria Inês Macedo Couto
Maiara Gomes de Freitas
Eliana Maria Alves
Marco Antonio Melo
Regiane Rezende
Fernanda Silva Pereira Souto
Daniel Santos Ramos
Vitória Márcia Garcia
José Gonçalves da Rocha Neto
Lutério Freitas Costa
Lorena Pedrosa Gomes

Relatoria Final:
Marco Antonio Santos Melo
José Gonçalves da Rocha Neto
Lorena Pedrosa Gomes
Plenária Final:
Maiara Gomes de Freitas
Art. 13 Compete à Comissão de Infraestrutura e Acessibilidade:
I – Propor condições de infraestrutura referentes ao local, equipamentos, instalações, recursos audiovisuais, comunicação, hospedagem, transporte e alimentação;
II – Garantir acessibilidade aos espaços da Conferência para todas as pessoas participantes, especialmente às pessoas com deficiência.
Parágrafo único.
A Comissão de Infraestrutura e Acessibilidade terá os seguintes representantes:
Saulo Henrique;
José Antonio Firme;
Silvia Cândida da Silva;
Vitória Márcia Garcia;
Maria Inês Macedo;
Amanda Pires Moura;
Maria Beatriz de Paula Fiuza;
André Carvalho Costa;
Silmara Olivério;
Daniel Santos Ramos;
Maria de Fátima Lopes Ferreira.
CAPÍTULO V DOS MEMBROS
Art. 14 Poderão inscrever-se como membros da Conferência todas as pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento da política de saúde, nas seguintes categorias:
I – Delegados;
II – Participantes;
III – Convidados.
§1º Os delegados terão direito a voz e voto.
§2º Os participantes e convidados terão direito apenas a voz.
§3º Poderão inscrever-se como participantes representantes de associações, instituições públicas, entidades de classe e organizações da sociedade civil.
§4º Serão convidados representantes de instituições municipais, estaduais e nacionais, bem como conferencistas e autoridades.
SEÇÃOI DOS DELEGADOS
Art. 15 Participarão da Conferência na condição de delegados:
I – Representantes de instituições governamentais municipais, estaduais e federais;
II – Representantes de instituições prestadoras de serviços de saúde públicas e privadas;
III – Representantes de entidades dos trabalhadores da saúde;
IV – Representantes de usuários e de entidades da sociedade civil organizada;
V – Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde, bem como membros da Comissão Organizadora.
Parágrafo único.
A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.142/1990.
Art. 16A Secretaria do evento funcionará na Sala do Conselho Municipal de Saúde, localizada à Rua Bernardes de Faria, nº 32, CEMAS, no dia 16 de junho de 2026, das 9h às 11h e das 13h às 16h, bem como no local do evento no dia 20 de junho de 2026.
Art. 17 As inscrições dos delegados ocorrerão no dia 28 de outubro de 2026, das 9h às 11h e das 13h às 16h, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, localizada à Rua Floriano Peixoto, nº 121, (Predio Complexo de Saúde), e também no local do evento no dia 07 de novembro de 2026.
Art. 18 Os grupos de trabalho terão por finalidade aprofundar os debates dos eixos temáticos e elaborar propostas para apreciação na plenária final.
Art. 19A plenária final terá como objetivos:
I – Apreciar e submeter à votação a síntese das discussões dos grupos de trabalho;
II – Aprovar as diretrizes da Política Municipal de Saúde para subsidiar o próximo Plano Municipal de Saúde.
Art. 20 Participarão da plenária final os delegados e participantes credenciados.
§1º Os delegados terão direito a voz e voto.
§2º Os participantes terão direito apenas a voz.
§3º Somente os delegados poderão solicitar destaque de propostas.
Art. 21A mesa diretora da plenária final será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, juntamente com dois membros do Conselho Municipal de Saúde e/ou da Comissão Organizadora.
Art. 22A apreciação e votação das propostas consolidadas nos relatórios obedecerão ao seguinte procedimento:
I – A Comissão de Relatoria procederá à leitura do Relatório Geral, identificando os pontos destacados para apreciação;
II – As propostas serão aprovadas por maioria simples dos delegados presentes.

Art. 23A plenária é soberana em suas deliberações, sendo facultado aos participantes apresentar questões de ordem à mesa diretora sempre que entenderem necessário o cumprimento deste Regimento.

Parágrafo único.

As questões de ordem poderão ser apresentadas a qualquer momento, exceto durante o processo de votação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 Os casos omissos e as situações não previstas neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Saúde e/ou pela Comissão Organizadora.

Art. 25 Serão fornecidos certificados a todos os participantes, de acordo com sua categoria de participação.

Parágrafo único.

No caso de servidor público municipal, a ausência ao trabalho será considerada justificada mediante apresentação do certificado de participação.

Aprovado no CMS Formiga/MG, 06 de outubro de 2026.

SILVIA CANDIDA DA SILVA
Presidente CMS
Formiga/MG

WENDER ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Saúde
Formiga/MG

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:FE84C808

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 007 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FIM NÃO RESIDENCIAL Nº: 076/2023. **Processo Licitatório nº: 091/2023 – Inexigibilidade nº: 033/2023**. **Locatário:** Município de Formiga-MG. **Locadora:** Rede Administração de Bens Ltda., representada por Era Empreendimentos Imobiliários Ltda. **Da Retificação Da Cláusula Terceira Do Aditivo 006:** A cláusula terceira do Termo Aditivo 006, fica retificada quanto à produção dos efeitos do reajuste concedido, conforme documento de fl. 1142, passando a vigorar com a seguinte redação:

Do Reajuste: O valor mensal atualizado do contrato fica reajustado pelo índice do IGP-M em 2,756530%, correspondente ao acumulado dos últimos 12 (doze) meses, de julho de 2026, passando de *R$17.298,38 (dezessete mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)* para ***R$17.775,22 (dezessete mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos)***, conforme previsto na Cláusula Quarta, item 4.3, do contrato original, **sendo**:

I- Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão: *R$14.683,89 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos)*

II- Procuradoria Municipal: *R$3.091,33 (três mil, noventa e um reais e trinta e três centavos)*

O valor estimado do presente contrato passa a ser ***R$213.302,64 (duzentos e treze mil, trezentos e dois reais e sessenta e quatro centavos)***.

Este reajuste produz seus efeitos à partir de **01/09/2026.**

As demais cláusulas permanecem inalteradas. **Data:** 07/10/2026. **Data da Assinatura**: 09/10/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:1DE59AEE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 083/2026. Processo Licitatório nº: 140/2026 – Dispensa nº: 058/2026. Contratante: Município de Formiga-MG. **Contratada:** Franco Engenharia e Empreendimentos Ltda. – C.N.P.J.: 68.493.097/0001-55. **Da Vigência:** A vigência do contrato original, com vencimento em 15/10/2026, fica prorrogada por mais 03 (três) meses, sendo até 15/01/2027, conforme documentos de fls. 270/294, constantes no processo licitatório, com fundamento legal no art. 6º, inciso XVII e artigo 111 da Lei Federal nº: 14.133/2021. As demais cláusulas permanecem inalteradas. **Data:** 07/10/2026. **Data da Assinatura**: 08/10/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:1F73BB71

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
NOVA ABERTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 180/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de licitações e demais atos oficiais do Município de Formiga em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais, em atendimento às exigências legais e à necessidade de garantir ampla publicidade aos atos da Administração Pública. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 28/10/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:835F7F4A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RETIFICAÇÃO 01

RETIFICAÇÃO 01
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

O Município de Formiga, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, torna pública, a Retificação 01 do Edital de Chamamento Público Nº 03/2026 publicado em 1º de setembro de 2026.

Devido instabilidades no sistema do gov.br, fica prorrogado o item 2.4 Prazo de inscrição.

onde se lê:

2.4 Prazo de inscrição

De 09 horas do dia 22/09/2026 até às 23:59 horas do dia 06/10/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital

Leia-se:

2.4 Prazo de inscrição

De 09 horas do dia 22/09/2026 até às 23:59 horas do dia 08/10/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital

Formiga, 07 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO ALVARENGA AROUCA
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D7A0CDD2

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO 50/2026- do Processo Licitatório nº. 320/2025, inexigibilidade 052/2025, referente ao credenciamento 06/2025, em favor de: **PEDRO HENRIQUE RESENDE DE SOUZA,** especializada na prestação de serviços técnicos de avaliação de imóveis e emissão de laudos de avaliação mercadológica dos imóveis urbanos e rurais, inclusive os de não propriedade do Município, junto à Prefeitura Municipal de Formiga-MG, conforme solicitação feita por diversas Secretarias.

Formiga (MG), 09 de outubro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:971E5185

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2618/2026

Concede Licença-Prêmio a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a e em conformidade com o artigo 139 da Lei Complementar nº. 41, de 24 de fevereiro de 2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, Estado de Minas Gerais, e suas alterações.

Resolve:
Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a), ELIZABETE GUIMARÃES MACHADO, OFICIAL ADMINISTRATIVO II VI B, 1 (um) mês(es) de Licença-Prêmio, no período de 18/02/2026 a 19/03/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 18/02/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 01/10/2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO -
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9F87DBEB

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4505 DE 08/10/2026

Concede Progressão na Carreira Funcional de servidor(a) efetivo(a).

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 194, de 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER** a(o) servidor(a) efetivo(a) **DÉRLI CARMELITA COSTA,** matrícula nº **1298,** a Progressão Horizontal no cargo de **MENSAGEIRO,** passando do **Nível III - Padrão D** para o **Nível III - Padrão E**, a partir do dia **01 de Outubro de 2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Outubro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:5929C6C1

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4506 DE 08/10/2026

Concede Progressão na Carreira Funcional de servidor(a) efetivo(a).

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 194, de 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER** a(o) servidor(a) efetivo(a) **PAULO LUCIANO DE SOUSA,** matrícula nº **1299,** a Progressão Horizontal no cargo de **MENSAGEIRO,** passando do **Nível III - Padrão D** para o **Nível III - Padrão E**, a partir do dia **01 de Outubro de 2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Outubro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:92D2192A

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4507 DE 08/10/2026

Concede Progressão na Carreira Funcional de servidor(a) efetivo(a).

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 194, de 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER** a(o) servidor(a) efetivo(a) **LUCAS VINÍCIUS VELOSO,** matrícula nº **1375,** a Progressão Horizontal no cargo de **OPERÁRIO DE SERVIÇOS GERAIS,** passando do **Nível I - Padrão B** para o **Nível I - Padrão C**, a partir do dia **01 de Outubro de 2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Outubro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:1B997008

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4508 DE 08/10/2026

Concede Progressão na Carreira Funcional de servidor(a) efetivo(a).

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 194, de 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER** a(o) servidor(a) efetivo(a) **LUIS EDUARDO SOUSA REIS,** matrícula nº **1377,** a Progressão Horizontal no cargo de **OPERÁRIO DE SERVIÇOS GERAIS,** passando do **Nível I - Padrão B** para o **Nível I - Padrão C**, a partir do dia **01 de Outubro de 2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Outubro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:701A9E9D

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4509 DE 08/10/2026

Concede Progressão na Carreira Funcional de servidor(a) efetivo(a).

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 194, de 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER** a(o) servidor(a) efetivo(a) **RODRIGO JOSÉ BARBOSA DE LUCENA,** matrícula nº **1383,** a Progressão Horizontal no cargo de **OPERÁRIO DE SERVIÇOS GERAIS,** passando do **Nível I - Padrão B** para o **Nível I - Padrão C**, a partir do dia **01 de Outubro de 2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Outubro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:24679004

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRANCISCO SA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2026 (ENTE CONSORCIADO)

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ**, CNPJ nº 22.681.423/0001-57.

Contratada: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE**, CNPJ nº21.505.692/0001-08.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TRIBUTÁRIA E FISCAL, LICITAÇÃO E CONTRATOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TURISMO, CONVÊNIOS E LGPD, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS QUANDO HOUVER DEMANDA**.

Licitação: PAL: **009/2026** Inexigibilidade: **002/2026**

Valor Global: **R$ 76.998,00**

Vigência: **08/10/2026** Até: **08/10/2027**

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:096B9F38

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2026

LICITACAO: PAL Nº 092/2026
ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG, CNPJ sob o nº 22.681.423/0001-57

Contratada: **MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 00.207.500/0001-07**

Objeto: **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 141/2025, DO CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – (CIMINAS), PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES DE "A À Z", TENDO COMO BASE A TABELA RENEM/SUS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ-MG.**

Valor Global Estimado: **R$ 2.727.541,00**

Vigência: **08/10/2026** Até: **08/10/2027**

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:F563BE4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA DE N° 196, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE N° 196, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PTA- PLANO DE TRABALHO ANUAL DO MUNICIPIO GRÃO MOGOL-MG.

O Prefeito Municipal de Grão Mogol/MG., Sr. Diêgo Antonio Braga Fagundes, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear comissão para elaboração do PTA - PLANO DE TRABALHO ANUAL DO MUNICIPIO GRÃO MOGOL MG:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Márcia Beatriz Batista Andrade – Secretária de Educação;
Edileuza Teixeira Costa Figueiredo Bemquerer – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada-CNCA / Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização-RENALFA.
II – Representantes da Rede Municipal de Ensino:
Ana Maria De Oliveira – Diretora;
Edilene Cardoso De Souza – Supervisora.
III – Representantes da Rede Estadual de Ensino de Grão Mogol-MG:
Renderson Welington Gonçalves - Diretor;
Suely De Oliveira Dias – EEB.
III – Representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal Vereadores:
Aparecida Santa Rosa Campos – Vereadora
IV – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Luana Alves Braga Fagundes – Secretária de Saúde.
V – Representantes do Conselho Tutelar de Grão Mogol-MG
Pricila Gomes Santos – Conselheira;
Valdirene Aparecida Costa – Conselheira.
VI – Representantes do Transporte Escolar de Grão Mogol-MG:
Carlos Faustino Cardoso De Jesus – Secretário de Planejamento.

Art. 2º. Esta Comissão tem a função de discutir, elaborar e aprovar o **PTA - PLANO DE TRABALHO ANUAL DO MUNICIPIO GRÃO MOGOL - MG** com validade de 1 (um) ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Grão Mogol/MG, 15 de setembro de 2026.

DIÊGO ANTONIO BRAGA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Eugênio Nascimento Paulino
Código Identificador:0A15431A

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA DE N° 197, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE N° 197, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ACATA O RELATÓRIO DA COMISSÃO PROCESSANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Grão Mogol/MG., Sr. Diêgo Antonio Braga Fagundes, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 002/2026 foi instaurado em face do servidor JOSÉ RIBEIRO DE JESUS, matrícula nº 3854, ocupante do cargo de motorista, em virtude de fatos relacionados à utilização da ambulância RFW7A40, em 07 de agosto de 2026, durante deslocamento para Montes Claros/MG;

CONSIDERANDO que a apuração teve por objeto a parada da ambulância nas proximidades de carga tombada na BR-251 e o eventual ingresso ou transporte de caixas no veículo oficial;

CONSIDERANDO que o servidor foi cientificado dos fatos apurados, participou dos atos processuais e exerceu o contraditório e a ampla defesa no curso do Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO que a instrução processual não comprovou o transporte efetivo ou prolongado de carga, a obtenção de vantagem pessoal, a apropriação de bens ou a ocorrência de prejuízo aos pacientes ou ao serviço público;

CONSIDERANDO, contudo, que a prova produzida revelou o ingresso momentâneo de, ao menos, uma caixa na ambulância, cabendo ao motorista, responsável pela condução e pela adequada utilização do veículo oficial, impedir o ingresso de material estranho à finalidade do serviço;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante, em seu Relatório Final, apresentado em Grão Mogol/MG, em 25 de setembro de 2026, recomendou o acolhimento parcial da imputação e a aplicação da penalidade de advertência escrita ao servidor, além da orientação formal dos profissionais que utilizam ambulâncias municipais, da ciência do servidor, do registro da penalidade e do posterior arquivamento dos autos;

CONSIDERANDO que a advertência escrita é a penalidade indicada para conduta funcional de menor gravidade, quando configurada violação de dever ou inobservância de proibição funcional e não estiver caracterizada hipótese de sanção mais grave, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que a conduta reconhecida deve ser sancionada dentro dos limites da prova produzida, observados a individualização, a proporcionalidade e o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente quanto à penalidade de advertência por escrito;

RESOLVE:

Art. 1º. Acatar o Relatório Final da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2026 e, em conformidade com as suas conclusões, reconhecer parcialmente a imputação atribuída ao servidor público **JOSÉ RIBEIRO DE JESUS**, matrícula nº 3854, aplicando-lhe a penalidade de **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**, nos termos do art. 151 da Lei Municipal nº 248/1994, quanto à inobservância do dever funcional relacionado à adequada utilização do veículo oficial e à vedação de ingresso de material estranho à finalidade do serviço.
Parágrafo único: A penalidade ora aplicada fica limitada ao ingresso momentâneo de caixa na ambulância RFW7A40, não abrangendo as imputações não comprovadas de transporte efetivo ou prolongado de carga, obtenção de vantagem pessoal, apropriação de bens ou prejuízo aos pacientes e ao serviço público.

Art. 2º. Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos para que proceda às anotações necessárias no prontuário funcional do servidor, observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

Art. 3º. Recomende-se à Secretaria Municipal de Transportes que promova orientação formal aos motoristas e demais profissionais que utilizam ambulâncias municipais quanto à finalidade dos veículos oficiais e à proibição de transporte de materiais estranhos ao serviço.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Grão Mogol/MG, 30 de setembro de 2025.

DIÊGO ANTONIO BRAGA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Eugênio Nascimento Paulino
Código Identificador:06FE2D5A

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 041 INEX 016 CRED 004/2025-INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Proc. 041/2025-INEX 016/2025 CRED 004/2025-Credenciamento fornecimento parcelado de refeição e hospedagem-Defere o prazo 03 dias uteis p/interposição de recurso pelos interessados-art. 165, Inc. I, L. 14.133/21. licitagraomogol.mg@gmail.com-www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:E9030112

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 041 INEX 016 CRED 004/2025-RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Prorrogação de vigência do EDITAL 018/2025-Proc. 41/25-INEXIGIBILIDADE 16/25-CREDENCIAMENTO 4/25-Credenciamento de pessoas física ou jurídica para fornecimento de refeições self service e refeições tipo Marmitex e serviços de hospedagem, para servidores e prestadores de serviços em Grão Mogol/MG e Montes Claros/MG-Retificação Diário Oficial dos Municípios Mineiros-AMM, 25/8/26, p. 129 - Onde se lê: - *"Prorroga-se a vigência dos termos de credenciamento já formalizados"*, Leia-se: Prorroga a Vigência do Edital 018/2025-Período 01/07/26 a 01/07/27-Procedimento aberto para recebimento de novas propostas.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:CF3614D5

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 079 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 079/2026 - Pregão 021/2026-Aquisição de materiais esportivos-Credenciamento: 29/10/2026-9hs-licitagraomogol.mg@gmail.com - www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:F407059F

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 080 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026

Proc. 080/26 - Conc. Eletr. 007/2026-Encascalhamento da estrada da Ventania - Plano de Ação nº 09032024-073484, Emenda Parlamentar nº 202440570003 - Pinheirinho - Julgamento das propostas: 10/11/2026-09hs-licitagraomogol.mg@gmail.com - www.graomogol.mg.gov.br - www.portaldecompraspublicas.com.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:FE1ED8FD

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 081 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2026

Proc. 081/2026 - Concorrência Eletr. 008/2026-Construção de Pórtico na entrada do Município-Julgamento das propostas: 11/11/2026-09hs-licitagraomogol.mg@gmail.com - www.graomogol.mg.gov.br - www.portaldecompraspublicas.com.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:65395E16

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 400/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026 CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 – 2ª SESSÃO

O Município de Guaraciaba/MG torna pública a autorização de contratação direta da empresa ASSUNCAO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 45.014.340/0001-00, para prestação de serviços médicos em Ginecologia/Obstetrícia, conforme condições do edital. Fundamento legal: arts. 72, VIII, 74, IV, e 79, II, da Lei nº 14.133/2021. O credenciamento permanece aberto a novos interessados.

Guaraciaba/MG, 09 de outubro de 2026.

CINTIA GOMES FERREIRA –
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Jorge Luiz Barbosa
Código Identificador:6E59CB41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 431/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
O Município de Guaraciaba/MG, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a adjudicação e homologação do procedimento para contratação de serviços de reforma e substituição de capas e revestimentos hospitalares dos equipamentos do setor de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de materiais e mão de obra, em favor da empresa 45.185.588 TIAGO GOMES ROSA, CNPJ nº 45.185.588/0001-33, pelo valor global de R$ 9.956,84 (nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Guaraciaba/MG, 09 de outubro de 2026.

CINTIA GOMES FERREIRA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Jorge Luiz Barbosa
Código Identificador:46862CE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

O Município de Guaraciaba/MG, por meio de sua Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 038/2026**, para registro de preços visando à futura e eventual aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, eletroportáteis, equipamentos de climatização e refrigeração, equipamentos audiovisuais, utensílios e dispositivos de retenção veicular infantil, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e demais unidades do Município de Guaraciaba/MG.
Valor total estimado: R$ 1.249.484,57 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).
Data da sessão pública: 03 de novembro de 2026, às 08h, horário de Brasília.
Critério de julgamento: Menor preço por item. **Modo de disputa:** Aberto. **Tratamento favorecido:** ME/EPP e equiparadas, conforme previsto no edital.
A sessão será realizada por meio da plataforma AMM Licita, operada pela Licitar Digital, disponível em: www.licitardigital.com.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na referida plataforma e nos demais meios oficiais de divulgação.

Guaraciaba/MG, 09 de outubro de 2026.

LUCIANA MARIA MOREIRA REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Maria Moreira Reis
Código Identificador:FA54BFF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

JURÍDICO
PORTARIA Nº 84 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE DO MUNICÍPIO DE GUARANI/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANI, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Município prestar serviços de atendimento à saúde da população, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO que compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, bem como gerir e executar os serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), instituído pela Portaria GM/MS nº 529, de 1º de abril de 2013, cujas disposições foram consolidadas na Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações de segurança do paciente no âmbito municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os seguintes profissionais para compor o Núcleo de Segurança do Paciente – NSP do Município de Guarani/MG:
I – Rosilaine Aparecida de Almeida como Coordenadora;
II – Larissa Pinheiro Abati como Vice-Coordenadora;
III – Luma Nunes Camilo como Secretária;
IV – Vânia do Carmo Moreira como membro titular;
V – Luciana Borges Ferreira como membro titular;
VI – Rafael Luiz Jorge de Lima como membro titular;
VII – Marcela Martins Pinto da Silva como membro titular; e
VIII – Marlos Bastos como membro titular.
Parágrafo único. Poderão ser convidados outros profissionais, representantes de órgãos públicos, prestadores de serviços e especialistas para participar das reuniões, sem direito a voto, sempre que a matéria em discussão exigir conhecimento técnico específico.

Art. 2º. Compete ao Núcleo de Segurança do Paciente:
I – elaborar, implantar, divulgar, executar e atualizar o Plano de Segurança do Paciente no âmbito dos serviços municipais de saúde;
II – promover ações para identificação, análise, avaliação, monitoramento e prevenção de riscos relacionados à assistência à saúde;
III – estabelecer e implementar protocolos, procedimentos e barreiras destinados à prevenção de incidentes e eventos adversos;
IV – acompanhar o cumprimento dos protocolos e das ações de segurança do paciente nos serviços municipais de saúde;
V – estimular a cultura de segurança, a comunicação efetiva e a participação dos profissionais, pacientes e familiares;
VI – promover atividades de capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde;
VII – analisar os incidentes e eventos adversos, propondo medidas corretivas e preventivas;
VIII – acompanhar e realizar, quando aplicável, as notificações aos sistemas oficiais de vigilância e monitoramento;
IX – elaborar relatórios periódicos sobre as ações desenvolvidas e os resultados alcançados; e
X – exercer outras atribuições relacionadas à segurança do paciente previstas na legislação vigente.

Art. 3º. O Núcleo reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou pelo Secretário Municipal de Saúde.
§1º. As reuniões serão registradas em ata, contendo os assuntos discutidos, as deliberações, os responsáveis e os prazos estabelecidos.
§2º. O Núcleo poderá elaborar regimento interno para disciplinar sua organização e seu funcionamento.

Art. 4º. Os membros exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções próprias dos respectivos cargos.

Art. 5º. A participação no Núcleo será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Saúde e os serviços municipais de saúde deverão fornecer o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Núcleo.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Guarani, 07 de outubro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:C3B6CECA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Modalidade:**DispensaEletrônica nº 028/2026 – EXCLUSIVO ME-EPP/MEI – Processo nº 252/2026.**Tipo: **Menor preço por item.** Objeto: **Aquisição de máquina aparadora de cerca viva, betoneira e kit de formas manuais para produção de bloquetes, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Guaxupé/MG. As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia 20 de OUTUBRO de 2026 às 08:30hs** (Horário de Brasília), **quando iniciará a fase de lances**, conforme especificações e normas contidas no Termo de Dispensa e seus Anexos, disponíveis no endereço eletrônico acima e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Termo de Dispensa Eletrônica de Licitação **poderá ser baixado a partir do dia 13 de outubro de 2026**. Maiores informações relativas a presente Dispensa Eletrônica: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 09 de OUTUBRO de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO–
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Suzan Gonçalves Tomaz
Código Identificador:B85981EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 16/2026

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO – O Município de Guaxupé, por meio da Secretaria de Segurança e Defesa Social, justifica a inexigibilidade do chamamento público com fundamento legal no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei n 13.204/2015 e artigo 22 do Decreto Municipal nº 2581/2022 para formalização do Termo de Fomento com o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Guaxupé, inscrito no CNPJ sob o nº 04.346.543/0001-16. O Termo de Fomento terá por objeto "Apoiar a realização de 02 (duas) formaturas anuais dos estudantes participantes do PROERD, conforme o calendário estabelecido pela Polícia Militar", **mediante recursos provenientes de emendas impositivas dos Vereadores da Câmara Municipal de Guaxupé.** Vigência de 19/10/2026 a 19/09/2027. Valor total: R$6.000,00 (seis mil reais). Dotações orçamentárias: 02.11.01.06.181.1001.2578.3.3.50.39, Fonte 1.500.000, ficha 1.117, valor de R$3.000,00 (três mil reais) do vereador Danilo Martins de Oliveira;02.11.01.06.181.1001.2585.3.3.50.39, Fonte 1.500.000 e ficha 1.118, valor de R$3.000,00 (três mil reais) do vereador Leonardo Donizetti de Moraes.

Guaxupé, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO AMIDANI CALIL
Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Publicado por:
Roberto Deodato Junior
Código Identificador:EE841A6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – **Extrato do 01º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 063/2025**, originado da realização do Pregão Eletrônico nº 091/2025, firmado com a empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Objeto**: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o Reajuste de Valores de acordo com o INPC acumulado entre 01 de setembro de 2025 e 01 de setembro de 2026, no percentual de 3,98%, da Ata que tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, LOCAÇÃO DE APARELHOS CONCENTRADORES, BIPAP, CPAP, VÁLVULA REGULADORA E CILINDROS PARA USO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS EM TRATAMENTO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PARA FRAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GUAXUPÉ, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Valor:** R$ 4.326.204,91. **Fundamento legal:** Artigo 84 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 09/10/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:3D69B025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – **Extrato do 02º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 051/2024**, originado da realização do Pregão Eletrônico nº 108/2024, firmado com a empresa **FERNANDO LOPES GARCIA/TAPIRATIBA. Objeto**: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens **1** - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO BOTIJÃO DE 13 KG e **2** - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO BOTIJÃO DE 45 KG, da Ata que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO DE 13 KG E 45 KG; AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO/VASILHAME NOVO/CHEIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO DE 13 KG E 45 KG EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ/MG E CONVÊNIOS FIRMADOS. **Fundamento legal:** Artigo 124, II, "d" da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 07/10/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:D78FE705

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 03º Termo Aditivo ao Contrato nº 202/2023, originado da Inexigibilidade nº 079/2023, firmado com a empresa **GUAXUPÉ IMÓVEIS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores de acordo com o Índice INPC acumulado entre setembro de 2025 e agosto de 2026, no percentual de 3,983300%, do contrato cujo objeto é a Locação de imóvel, situado à Rua Dr. Joaquim Libanio, nº. 338 – Centro, Guaxupé/MG, para fins de aluguel social destinado a família em vulnerabilidade social, em consonância com a Lei Municipal 2659/2019, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Valor:** R$ 12.983,64. **Fundamento Legal:** Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 09/10/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:80BDD750

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 084/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 084/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 251/2026**. Objeto**: Pagamento das taxas de inscrição para participação das equipes de Futsal Feminino do Município de Guaxupé/MG, nas categorias sub-14 e sub-16, no Campeonato Regional 2026, promovido pela Liga Sanjoanense, a ser realizado no Município de São João da Boa Vista/SP. Contratada: LIGA SANJOANENSE DE FUTSAL. Valor: R$ 1.600,00.** Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 09 de outubro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Odair Jose Alves Junior
Código Identificador:61A6857D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº147/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as

diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x MUNDO OFFICE LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 23.317.916/000175.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:AA37BF2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº148/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x LOJA DA ESCOLA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 06.052.615/0001-48.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:12235CBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº149/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x M&R EQUIPAMENTO E MOVEIS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 11.708.655/0001-35.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:2B20BB35

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº150/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x COMERCIAL TERRA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 08.659.585/0001-68.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:927D1F6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº151/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x B9 BEBEDOUROS COMECIO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 05.490.249/0001-46.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:A8E7D645

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº152/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x ORISVALDO SILVA JUNIOR LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ:11.169.061/0001-01.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:24EA6CB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº153/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x CDC VENDAS BRASIL LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ:38.259.349/0001-15.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:70CC8889

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº155/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x LICITAINFOLTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 52.277.278/0001-04.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:8F71448C

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº156/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x FAZ VENDAS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ:46.983.819/0001-17.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:BAED65B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº157/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x ALCANCE VIBE LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 20.819.329/0001-96.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:BDB0C23B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº158/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x RTMA – INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 60.624.992/0001-50.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:3899E90F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº159/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x NEXLOG LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 61.478.670/0001-02.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:50CE35FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº160/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x DLS COMERCIO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 43.431.371/0001-30.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:4D5EC7FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº161/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x BRAVANTE COMERCIO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 52.876.712/000172.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:E2115975

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº162/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x INFANTARIA COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 20.795.155/0001-79.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:2AC107E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº163/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x PIRES & SANTOS COMERCIO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 52.087.237/0001-55.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:D4AEE8CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº164/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x ANM COMERCIO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 58.570.634/0001-60.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:88D5AFE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº165/2026 – PROCESSO N° 091/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 047/2026.

Objeto: registro de preço para aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário e bebê conforto, para atendimento as diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x LICITAINFOLTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 52.277.278/0001-04.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:9E0BC60B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo: 081/2026, Concorrência Eletrônica Nº 04/2026., objetivando acontratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de quadra coberta tipo 2 no Centro

Municipal de Educação Infantil vereador Robert Thiago de Souza Oliveira – Cemei, para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Iguatama/MG. Prefeitura Municipal de Iguatama, CNPJ 18.306.688/0001-06 X FCB Engenharia Ltda, CNPJ 19.518.765/0001-46, no valor de R$742.048,37 (Setecentos e quarenta e dois mil quarenta e oito reais e trinta e sete centavos).

Iguatama, 09 de outubro de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:6A4704DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2026 – PROCESSO N° 113/2026 DISPENSA 037/2026.

Objeto: contratação de empresa para aquisição de materiais de cama, mesa, banho, itens específicos de natalidade para bebê e fraldas descartáveis para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Iguatama/mg. CNPJ 18.306.688/0001-06 X ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 14.323.297/0001-30

Iguatama de 10 outubro de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:78DF93A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 47/2026

Objeto: Inscrição(s) de **2 (dois)** vereador(s) para participar do curso com o tema com o tema "**36º Seminário de Gestão Pública**", a ser realizado nos dias 13 a 16 de outubro de 2026 na Cidade de Brasília-DF.
Valor da contratação: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
Contratado: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 40.033.708/0001-63.
Fundamentação legal: art. 74, inciso III, alínea "f"', combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f'' da Lei n.º 14.133/21.

Indianópolis/MG, 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:EEA77091

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 43/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 013/2026 - CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, TÉCNICOS, DE MANUTENÇÃO E APOIO

O Município de Inhaúma/MG, através do Setor de Licitações e Compras, torna público aos interessados a realização da licitação pública, Processo Licitatório n° 43/2026, instaurado na forma de Inexigibilidade n° 13/2026, Credenciamento nº 06/2026, cujo objeto consiste no**credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços operacionais, técnicos, de manutenção e apoio, destinados ao atendimento das demandas das secretarias e órgãos do município de Inhaúma/MG, conforme a necessidade da Administração**. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Compras, localizado na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, nº 25, Centro, Inhaúma/MG, no horário de 08h:00min às 11h:00min e de 13h:00min às 17h:00min, de 2ª a 6ª feira, podendo ser obtido através de solicitação encaminhada para o correio eletrônico licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br, bem como retirado no site www.inhauma.mg.gov.br. A documentação deverá ser protocolada no período de **22 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2027**. Mais informações poderão ser obtidas através do correio eletrônico licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br.

Inhaúma/MG, 09 de outubro de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Agente de Contratação

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:73FEC2F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026, com a empresa DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA, CNPJ Nº 60.122.813/0001-86– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 30/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA SUPRIMENTO E REPOSIÇÃO NA FROTA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 73.745,00 (setenta e três mil e setecentos e quarenta e cinco reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:1201D179

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026, com a empresa INDÚSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP, CNPJ Nº 58.619.644/0001-42– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 30/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA SUPRIMENTO E REPOSIÇÃO NA FROTA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:F4956872

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026, com a empresa J P BELEZE, CNPJ Nº 54.054.937/0001-79 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 30/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA SUPRIMENTO E REPOSIÇÃO NA FROTA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 84.960,00 (oitenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:5055181D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026, com a empresa RECAPAGEM FELIPE FONTES EIRELI, CNPJ Nº 18.210.168/0001-97– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 30/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA SUPRIMENTO E REPOSIÇÃO NA FROTA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 79.890,00 (setenta e nove mil e oitocentos e noventa reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:9679AC97

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026, com a empresa FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTI, CNPJ Nº 22.579.314/0001-23– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 22.502,50 (vinte e dois mil e quinhentos e dois reais e cinquenta centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:CFC15A41

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026, com a empresa NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº 10.820.186/0001-89 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 849,00 (oitocentos e quarenta e nove reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:3CE89C69

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026, com a empresa NEW PRINT TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS E IMPORTACAO LTDA, CNPJ Nº 25.017.520/0001-38 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 41.152,80 (quarenta e um mil e cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:D01C4710

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026, com a empresa PPL ELETRO DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 48.464.097/0001-10– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 3.190,00 (três mil e cento e noventa reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:FFB9914E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026, com a empresa V C DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME, CNPJ Nº 05.808.979/0001-42 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:8FA33EE9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026, com a empresa VITOR ALFREDO THOMAS LTDA, CNPJ Nº 53.278.020/0001-95– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 31/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE TONERS E CILINDROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 3.706,00 (três mil e setecentos e seis reais).

Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:FD212AC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal De Ipuiuna/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 038/2026 – Objeto: "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AMBULATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPUIÚNA/MG."** A data da sessão pública será realizada no dia **de 26 outubro 2026 às 09h00min pelo portal** www.licitardigital.com.br. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, pelos sites www.ipuiuna.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br. Informações: tel. (35) 98432-5256 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com

MAINARA FRANCO MELO **-**
Pregoeira.

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:2BD30545

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
AVISO DE SUSPENSÃO DE DISPENSA

AVISO DE SUSPENSÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2026 - PROCESSO Nº 185/2026

O MUNICIPIO DE ITACARAMBI torna público, para conhecimento dos interessados, que a Dispensa de Licitação nº 93/2026 - Proc. 185/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em saúde e segurança do trabalho, compreendendo a elaboração, implementação e execução do programa de gerenciamento de riscos – PGR, bem como a elaboração, atualização e execução dos demais programas, laudos e serviços técnicos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária, em atendimento às demandas do município de Itacarambi/MG, encontra-se **SUSPENSA** em razão da necessidade de adequação do Termo de Referência.
Após a conclusão das adequações necessárias, será divulgada nova data para a realização do certame.

Itacarambi-MG, 09 de outubro de 2026

PAULO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:B846A417

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 135/2026; PE 57/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - extrato das Atas de Registro de Preços do **Processo Licitatório n°** 135/2026; **Pregão n°** 57/2026. **Ata de Registro de Preços nº** 373/2026, **Contratada**: 27.734.330 SAMUEL MODOLON CORREA, **Valor**: R$ 11.720,00; **Ata de Registro de Preços nº** 374/2026, **Contratada**: ALTEK ACESSORIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, **Valor**: R$ 1.536,00; **Ata de Registro de Preços nº** 375/2026, **Contratada**: FMG SOLUCOES E FORNECIMENTOS LTDA, **Valor**: R$ 16.282,00; **Ata de Registro de Preços nº** 376/2026, **Contratada**: MANOEL GOMES DE OLIVEIRA NETO, **Valor**: R$ 13.020,00; **Ata de Registro de Preços nº** 377/2026, **Contratada**: MS SPORTS E ARBITRAGEM LTDA, **Valor**: R$ 25.692,00; **Ata de Registro de Preços nº** 378/2026, **Contratada**: ONELINE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, **Valor**: R$ 3.640,00; **Ata de Registro de Preços nº** 379/2026, **Contratada**: PRIME COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, **Valor**: R$ 22.000,00; **Ata de Registro de Preços nº** 380/2026, **Contratada**: SMART ACRILICOS E INSUMOS LTDA, **Valor**: R$ 17.888,12. **Objeto**: Registro de preços para aquisição de troféus e medalhas para premiações nos projetos e eventos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e em eventos tradicionais vinculados a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Vigência**: 09/10/2026 a 08/10/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS - Prefeito Municipal. **Data de assinatura**: 09/10/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:E3FD0388

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 334/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 334/2025. **Contratada:** MG CONTROLE DE ACESSO LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação e suporte de relógio de ponto eletrônico com módulo facial e de software de gestão de ponto eletrônico na versão nuvem, bem como fornecimento de um equipamento (novo) de ponto eletrônico biométrico, para controle de registros de frequência dos servidores das secretarias do município de Itaguara/MG. **Aditivo de Prazo e Valor**. **Vigência:** 22/10/2026 a 21/10/2027. **Valor:** R$ 16.492,32**. Processo nº** 198/2025; **Dispensa nº** 67/2026. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 09/10/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:EF3ADAAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 112/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 42/2026 - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 112/2026 Pregão Eletrônico 42/2026, realizado por meio da plataforma COMPRASGOV sob o Nº Sequencial Automático do Pregão nº 06/2026 (UASG: 984643) - Aviso de Homologação – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, poda, roçagem, transporte e locação de trator com implementos e condutor para manutenção das estradas rurais do Município de Itaguara/MG. Empresas vencedoras: VINIELLI CLAUDIA DE OLIVEIRA, valor: R$479.000,00; ARX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, valor: R$206.420,00. Valor total Homologado: R$685.420,00. Mais informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara, 09 de outubro de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS **-**
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:563E5625

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 113/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 43/2026 - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 113/2026 Pregão Eletrônico 43/2026, realizado por meio

da plataforma COMPRASGOV sob o Nº Sequencial Automático do Pregão nº 8/2026 (UASG: 984643) - Aviso de Homologação – Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na locação de caminhões (Munck, Prancha, Basculante e Pipa) e de maquinário pesado (escavadeira hidráulica e motoniveladora), incluindo o fornecimento de motoristas e operadores habilitados, para atender às necessidades do Município de Itaguara/MG, conforme especificações do Termo de Referência. Empresas vencedoras: PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA, valor: R$379.568,00; CONSTRUTORA SILVA TOMAZ EMPREENDIMENTOS, LTDA, valor: R$35.664,00; A&F TRANSLOC TRANSPORTES E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA, valor: R$299.940,00. Valor total Homologado: R$715.172,00. Mais informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara, 09 de outubro de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:AB4CA81E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 135/2026 - PREGÃO 57/2026 - AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE TROFÉUS E MEDALHAS. HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 135/2026 Pregão Eletrônico SRP 57/2026 – Extrato de adjudicação e homologação a favor das empresas: Samuel Modolon Correa, valor total R$11.720,00; Altek Acessórios Indústria e Comércio Ltda, valor total R$1.536,00; FMG Soluções e Fornecimentos Ltda, valor total R$16.282,00; Manoel Gomes de O. Neto, valor total R$13.020,00; MS Sports e Arbitragem Ltda, valor total R$25.692,00; Oneline Distribuidora E Comercio Ltda, valor total R$3.640,00; Prime Comercio de Artigos. Esportivos Ltda, valor total R$22.000,00; Smart Acrílicos e Insumos Ltda, valor total R$17.888,12. Valor total geral R$111.778,12. Objeto: Aquisição eventual e parcelada de troféus e medalhas. Maiores informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito.

Publicado por:
Orlando Antônio de Oliveira Vilela
Código Identificador:99125512

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.310, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 8.310, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto nº 8.184, de 17 de junho de 2026, que dispõe sobre a utilização da Prova Nacional Docente - PND em processo de seleção para contratação temporária de Professores no âmbito do Município de Itanhandu - MG.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 20 da Portaria Inep nº 399, de 12 de junho de 2025, que assegura a validade dos resultados da Prova Nacional Docente - PND pelo período de três anos, e no art. 11, parágrafo único, da Portaria MEC nº 300, de 2 de abril de 2026,

DECRETA:

Art. 1º - O art. 3º do Decreto nº 8.184, de 17 de junho de 2026, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
"Art. 3º - .....
Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto no art. 1º, serão igualmente considerados, para os fins nele previstos, os resultados obtidos pelos candidatos na edição de 2025 da PND, observado o prazo de validade de três anos previsto no art. 20 da Portaria Inep nº 399, de 12 de junho de 2025, cabendo ao edital municipal indicar expressamente as edições consideradas, nos termos do art. 11, parágrafo único, da Portaria MEC nº 300, de 2 de abril de 2026, bem como o critério a ser adotado quando o candidato apresentar resultado em mais de uma edição." (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 06 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:53A44136

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 425/2026

PORTARIA Nº 425/2026

NOMEIA A 1ª COMISSÃO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO INDIVIDUAL DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 019/2019 e na Lei Complementar nº 005/2016, e considerando o Memorando nº 050/2026 da Procuradoria-Geral do Município, de 29 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a 1ª Comissão de Análise da Situação Individual de Progressão Funcional, composta pelos seguintes servidores:
I – Joseane Rita Marcolino Ribeiro, Agente Administrativo, matrícula nº 09521;
II – Jonas Alvarenga Jacob, Agente Administrativo, matrícula nº 10050;
III – Sirlene Fernandes, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 10024.

Art. 2º - Compete à Comissão:
I – conferir a documentação e a situação funcional de cada servidor que lhe for atribuído, para fins de análise da progressão funcional;
II – registrar, em relatório ou ficha individual, o resultado da análise de cada servidor;
III – atestar nominalmente, por meio da assinatura de seus membros, a responsabilidade pela avaliação de cada servidor analisado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Dr. Delfim Pinho Filho", em Itanhandu, 01 de outubro de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:CFA3CA6D

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 426/2026

PORTARIA Nº 426/2026

NOMEIA A 2ª COMISSÃO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO INDIVIDUAL DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 019/2019 e na Lei Complementar nº 005/2016, e considerando o Memorando nº 050/2026 da Procuradoria-Geral do Município, de 29 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a 2ª Comissão de Análise da Situação Individual de Progressão Funcional, composta pelos seguintes servidores:
I – Rodrigo Guimaraes Rosa, Agente Administrativo, matrícula nº 09932;
II – Aline Oliveira da Costa, Agente Administrativo, matrícula nº 09614;
III – Fernando Mendes Valverde Filho, Fiscal de Tributos, matrícula nº 10146.

Art. 2º - Compete à Comissão:
I – conferir a documentação e a situação funcional de cada servidor que lhe for atribuído, para fins de análise da progressão funcional;
II – registrar, em relatório ou ficha individual, o resultado da análise de cada servidor;
III – atestar nominalmente, por meio da assinatura de seus membros, a responsabilidade pela avaliação de cada servidor analisado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:14A195B4

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 427/2026

PORTARIA Nº 427/2026

NOMEIA A 3ª COMISSÃO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO INDIVIDUAL DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 019/2019 e na Lei Complementar nº 005/2016, e considerando o Memorando nº 050/2026 da Procuradoria-Geral do Município, de 29 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a 3ª Comissão de Análise da Situação Individual de Progressão Funcional, composta pelos seguintes servidores:
I – Débora Cristina Nogueira Leite, Diretor do Departamento de Pessoal, matrícula nº 07183;
II – Patrícia Prudêncio dos Santos, Agente Administrativo, matrícula nº 09687;
III – Juliana Aparecida Rogaciano Rodrigues, Agente Administrativo, matrícula nº 10052.

Art. 2º - Compete à Comissão:
I – conferir a documentação e a situação funcional de cada servidor que lhe for atribuído, para fins de análise da progressão funcional;
II – registrar, em relatório ou ficha individual, o resultado da análise de cada servidor;
III – atestar nominalmente, por meio da assinatura de seus membros, a responsabilidade pela avaliação de cada servidor analisado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:C85F21FA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 428/2026

PORTARIA Nº 428/2026

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, DESIGNA SEUS MEMBROS E ESTABELECE O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE INCLUSÃO DE AÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Comissão Municipal de Orçamento, composta pelos seguintes servidores:
I – Presidente: Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal, matrícula nº 09315;
II – Membro: José Guilherme Ordine Pinto, Secretário Municipal de Administração e Finanças, matrícula nº 07181;
III – Membro e responsável pela análise: Alexandre Heitor Carlini Mendes, Diretor de Departamento de Patrimônio e Planejamento, matrícula nº 08553.

Art. 2º - Compete à Comissão, analisar as solicitações de:
I – alterações orçamentárias, inclusive abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências de dotações;
II – inclusão de ações governamentais;
III – inclusão de programas.

Paragrafo Único - O procedimento da análise será realizado por Alexandre e despachado em caso de aprovação, se reprovado será submetido a votação e se recusado novamente será arquivado, se aprovado pela votação seguirá o trâmite normal com assinatura do presidente desta comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:9587249A

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 429/2026

PORTARIA Nº 429/2026

DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT)

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 22 da Lei Complementar n°019, de 04 de setembro de 2019 e nos termos do art. 42 à art. 48 da Lei Complementar n° 018, de 04 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 3013, em 18/09/2026, por meio do qual o(a) servidor(a) requereu a análise de titulação para fins de concessão da Progressão por Titulação;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Gratificação de Retribuição por Titulação (RT), ao servidor, ocupante do cargo efetivo, conforme a seguir:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CURSO
09496	THIAGO COURBASSIER DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	PÓS GRADUAÇÃO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:A5D4C9C5

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 430/2026

PORTARIA Nº 430/2026

DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT)

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 22 da Lei Complementar n°019, de 04 de setembro de 2019 e nos termos do art. 42 à art. 48 da Lei Complementar n° 018, de 04 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 2804, em 01/09/2026, por meio do qual o(a) servidor(a) requereu a análise de titulação para fins de concessão da Progressão por Titulação;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de Retribuição por Titulação (RT), ao servidor, ocupante do cargo efetivo, conforme a seguir:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CURSO
03647	MARIA APARECIDA PINTO	AUXILIAR DE CRECHE II SUPLEMENTAR	PÓS GRADUAÇÃO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:087CD002

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 431/2026

PORTARIA Nº 431/2026

DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT)

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 22 da Lei Complementar n°019, de 04 de setembro de 2019 e nos termos do art. 42 à art. 48 da Lei Complementar n° 018, de 04 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº2972, em 15/09/2026, por meio do qual o(a) servidor(a) requereu a análise de titulação para fins de concessão da Progressão por Titulação;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de Retribuição por Titulação (RT), ao servidor, ocupante do cargo efetivo, conforme a seguir:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CURSO
09550	MARCOS CARDOSO DO AMARAL	MOTORISTA	PÓS GRADUAÇÃO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 01 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:0A28F3C0

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 432/2026

PORTARIA Nº 432/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do que dispõe os artigos 139, 140 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de Janeiro de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhandu),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por motivo de doença de 9 (nove) dias, a LILIANE CRISTINA TAVARES COSTA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Escolares I Suplementar, a contar de 02 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 02 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:4B9EE415

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 434/2026

PORTARIA Nº 434/2026

DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT)

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 22 da Lei Complementar n°019, de 04 de setembro de 2019 e nos termos do art. 42 à art. 48 da Lei Complementar n° 018, de 04 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 0873, em 03/04/2025, por meio do qual o(a) servidor(a) requereu a análise de titulação para fins de concessão da Progressão por Titulação;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de Retribuição por Titulação (RT), ao servidor, ocupante do cargo efetivo, conforme a seguir:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CURSO
09850	JUCIARA GASPAR GRACA	ADVOGADA	PÓS GRADUAÇÃO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 02 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:08487B99

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 435/2026

PORTARIA Nº 435/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Itanhandu, estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal e nos termos do que dispõe o art. 148 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de Janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 01 (Um) mês de férias prêmio a SONIA GRAÇA GUIDA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 02/10/2026, referente ao 3º quinquênio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu,02 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:E2537C17

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 436/2026

PORTARIA Nº 436/2026

NOMEIA FUNCIONÁRIO

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei Complementar nº 017/2019 de 04/09/2019, a Sra. MARILIA COSTA DE OLIVEIRA, para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Administração da Educação.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 05 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:098E2173

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 437/2026

PORTARIA Nº 437/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do que dispõe os artigos 139, 140 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de Janeiro de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhandu),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por motivo de doença de 5 (cinco) dias, a LILIANE VANILDA MARIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Escolares II Suplementar, a contar de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Dr. Delfim Pinho Filho”, em Itanhandu, 05 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:6E07B0B2

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 438/2026

PORTARIA Nº 438/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do que dispõe os artigos 139, 140 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de Janeiro de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhandu),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por motivo de doença de 15 (quinze) dias, a CLEIDE MARIA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a contar de 08 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Dr. Delfim Pinho Filho", em Itanhandu, 08 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:7E4AB990

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 439/2026

PORTARIA Nº 439/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do que dispõe os artigos 139, 140 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de Janeiro de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhandu),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por motivo de doença de 14 (catorze) dias, a ELIANA DE CASSIA RIBEIRO E SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Escolares II, a contar de 08 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Dr. Delfim Pinho Filho", em Itanhandu, 08 de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:B782253C

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

Aviso de Suspensão – O Município de Itanhandu/MG torna público que a Concorrência Eletrônica nº 004/2026, cuja sessão pública estava prevista para o dia 13/10/2026, encontra-se SUSPENSO, em razão de pendências de respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnação apresentadas pelos licitantes. A nova data para realização da sessão será oportunamente divulgada, juntamente com os esclarecimentos pertinentes, por meio dos canais oficiais de publicação.

EDUARDO FRANCISCO IVO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Eduardo Francisco Ivo
Código Identificador:5E3E5780

LICITAÇÃO SECRETARIA M. DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU - Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n° 62/2026 – Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de consultórios e equipamentos do setor odontológico no município de Itanhandu. Início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 28/10/2026. Consulta ao Edital no sítio www.itanhandu.mg.gov.br.

LUCIMARA DE FÁTIMA ALVARENGA –
Pregoeira.

Publicado por:
Lucimara de Fátima Alvarenga
Código Identificador:61FF1797

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG – Concorrência Pública Eletrônica 07/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de reforma e ampliação do prédio do Pré Escolar Manoel Rodrigues Pereira, localizado na sede do Município de Itapecerica/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução do objeto. Recebimento de propostas e documentação até às 12h59 do dia 28/10/2026. Início da Sessão de lances: às 13h00 do mesmo dia. Local: Plataforma: https://comprasbr.com.br/. O edital encontra-se publicado nos sites www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

CLÉLIA BATISTA RACHID ARAÚJO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:3E41A4B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

PREFEITURTA MUNICIPAL
LEI Nº 2.139, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1027, de 26 de março de 1991, e dá outras providências.

A Prefeita de Jacuí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela, em seu nome, sanciona a seguinte lei:
Art. 1º O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1027, de 26 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º** A continuação da Rua Minas Gerais, a partir da ponte próxima ao Estádio Municipal "José Borges da Silva", em direção a São Sebastião do Paraíso, até o trevo de acesso, passa a denominar-se Rua Antônio de Paula Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacuí-MG, 9 de outubro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:7E274ED6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2026

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 25% sobre o valor inicial do contrato, nos termos previstos do art. 125 da Lei nº 14.133/21, tendo como objeto do contrato a "Contratação de profissional/empresa especializada em serviços de serralheria para execução de manutenção preventiva e corretiva, reparos estruturais, ajustes, soldagens e pintura, bem como manutenção, reforço estrutural, recuperação e pintura das barracas metálicas da Feira Livre do Produtor Familiar, conforme condições, especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à adequada execução dos serviços".

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG

CONTRATADA: LEONARDO LUCIANO FAUSTINO 12362857603

CNPJ: 44.978.573/0001-60

VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total do aditivo é de R$ 2.902,50 (dois mil, novecentos e dois reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Permanece inalterado.

Japaraíba, 08 de outubro de 2026.

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES
Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Maria Cecilia Alves Pereira
Código Identificador:F64AC1F2

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2026

A Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, torna público para o conhecimento a contratação na modalidade Dispensa nº 053/2026, Processo Administrativo nº 168/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a "Contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de revisão programada de 1.500 (mil e quinhentas) horas, com fornecimento de peças, componentes, lubrificantes e acessórios de reposição necessários à execução dos serviços, durante o período de garantia de fábrica da Retroescavadeira marca MULLER, modelo MR406ADV 4x4, ano 2024, cor amarela, série MIM00400JR0601630, série do motor NL84957B618903K, versão CAT 500159, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência". No qual a empresa detentora da melhor proposta foi a **ULTRANOVA TRATORES E MAQUINAS GERAIS LTDA** – CNPJ:18.089.310/0001-90.

Japaraíba/MG, 09 de outubro 2026.

ALAN TEIXEIRA BORGES
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:3D749E74

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026 DISPENSA N° 053/2026

O Prefeito Municipal de Japaraíba – MG, no uso de suas atribuições legais, adjudica e homologa a licitação referente a Dispensa nº 053/2026, que tem como objeto a "Contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de revisão programada de 1.500 (mil e quinhentas) horas, com fornecimento de peças, componentes, lubrificantes e acessórios de reposição necessários à execução dos serviços, durante o período de garantia de fábrica da Retroescavadeira marca MULLER, modelo MR406ADV 4x4, ano 2024, cor amarela, série MIM00400JR0601630, série do motor NL84957B618903K, versão CAT 500159, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência", onde foi vencedora a empresa: **ULTRANOVA TRATORES E MAQUINAS GERAIS LTDA – CNPJ: 18.089.310/0001-90** com o valor de **R$ 9.466,32** (nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o referido Processo Administrativo, com fundamento no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Japaraíba/MG, 09 de outubro de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:248DC55C

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº143/2026 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº004/2026

O Prefeito Municipal de Japaraíba – MG, no uso de suas atribuições legais, Adjudica e Homologa a licitação referente a Concorrência presencial nº004/2026, que tem como objeto "Contratação de empresas especializadas para a execução das obras e dos serviços de Reforma e Revitalização da Praça André e Chiquinha, localizada no Município de Japaraíba/MG, com o objeto dividido em dois lotes: Lote 01 – Obra civil e infraestrutura; e Lote 02 – Implantação paisagística.", onde a vencedora do LOTE 01, foi a empresa **THOR EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 20.781.417/0001-46**, o valor total da contratação será de R$1.340.551,55 (Um milhão, trezentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), **HOMOLOGO e ADJUDICO** o referido processo licitatório, no inciso 4º do art. 27 da Lei nº 13.019/2014.

Japaraíba, 06 de outubro de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:E225F177

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 112/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026 - NOVA DATA DE ABERTURA

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que está alterando para o dia 26/10/2026 (segunda-feira) as 09:00 horas, a sessão pública de licitação do processo licitatório nº 112/2026 – Pregão Eletrônico nº 27/2026**"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, ITENS QUE NÃO FORAM CONTEMPLADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026".** A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, permanece a disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro – Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021.Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:02180C68

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 114/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que no dia 27/10/2026 (terça-feira) as 09:00 horas, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 114/2026 – Pregão Eletrônico nº 28/2026**"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO".** A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro – Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021.Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:C1CB15AC

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 90/2025 INEXIGIBILIDADE 26/2025 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 47/2025

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao 1º termo aditivo ao contrato administrativo nº 47/2025, referente ao processo licitatório nº 090/2025 – Inexigibilidade nº 026/2025.Objeto: **´´LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ``.** Ficam em função do aumento da demanda autorizado os serviços adicionais a serem executados a partir de 17/09/2026 , inclusive, prorrogados por mais 12 (doze) meses o prazo para prestação de serviços, findando-se, pois, em 17/09/2027 . A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Jequitibá 26 de março de 2024. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:0BF799E9

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 99/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO 72/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº 72/2026, referente ao processo licitatório nº 99/2026 – Concorrência Eletrônica nº 07/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM ALVENARIA POLIÉDRICA NAS RUAS PAULO SERGIO DA SILVA E FELIPE BENÍCIO DE CARVALHO E PAVIMENTAÇÃO DE PISO INTERTRAVADO NA RUA EURICO PEREIRA DA SILVA NO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ".** Valor: R$ 351.994,31(TREZENTOS E CINQUENTA E UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS). Vigência de 3 (três) meses. Data Assinatura: 24/09/2026. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:8D0B41E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
23 LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

23 LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

Com base no termo de Credenciamento informamos que as empresas abaixo cumpriram todos os requisitos de Pré-Qualificação do Credenciamento, estando aptas a participarem dos Critérios de Distribuição de Serviços e a assinatura do futuro Contrato/Termo de Adesão ao Credenciamento.

Esta Comissão, analisando os autos, constatou que as empresas que apresentaram documentação exigida no Edital de Credenciamento Chamada Publica nº 002/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026, assim sendo está de acordo com o edital.
Esta Comissão fará a ordem de credenciamento de acordo com a cronologia das empresas que apresentaram a totalidade da documentação de habilitação.

Após análise dos documentos apresentados pelas empresas participantes deste certame, passamos a deliberar o quanto segue:
Resultado do credenciamento visando o credenciamento para CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, ATENDIMENTOS MÉDICOS, CONSULTAS ESPECIALIZADAS COMPLEMENTARES PARA A SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, A SER EXECUTADO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANTÔNIO CARNEIRO VALADARES, UPA, CLINICA DE HEMODIÁLISE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO MG. O resultado da pré-qualificação será publicado no sítio www.joaopinheiro.mg.gov.br, www.diariomunicipal.com.br; www.bnc.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais

Item Empresa Documentação:
120 – LUCIANO MACIEL GARCIA FILHO MEDICINA LTDA - Documentação: Completa.

João Pinheiro, 09 de outubro de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Agente de Contratação

BRUNA BATISTA DO AMARAL FARIA

NILSON DE SOUZA ABADIA

EULAIA APARECIDA VIDAL RODRIGUES

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:3CF8E714

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 763/2026

DECRETO N. 763/2026

RECONHECE OBRIGAÇÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO E AUTORIZA A ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS À SRA. NILMA MARIA DA COSTA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e da faculdade que lhe confere o artigo 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

CONSIDERANDO a apuração realizada no Processo Administrativo nº 006/2026, instaurado para averiguar as circunstâncias do acidente de trânsito envolvendo veículo particular e pá carregadeira pertencente ao Município de João Pinheiro;

CONSIDERANDO que, conforme apurado no referido processo administrativo, o acidente decorreu de falha mecânica no sistema de freios da pá carregadeira municipal, circunstância que ocasionou os danos materiais no veículo de propriedade da Sra. Nilma Maria da Costa;

CONSIDERANDO que restaram comprovados, no âmbito do processo administrativo, a ocorrência do dano material e o nexo causal entre o acidente envolvendo o equipamento municipal e os danos suportados pela particular;

CONSIDERANDO que a responsabilidade civil do Município, na hipótese, possui natureza objetiva, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa do agente público para o reconhecimento do dever de indenizar, desde que demonstrados o dano e o nexo de causalidade;

CONSIDERANDO que a apuração administrativa não identificou dolo ou culpa na conduta do servidor Hélio Trajano da Silva, não se configurando, portanto, fundamento para responsabilização regressiva do agente, sem prejuízo da responsabilidade civil objetiva do Município perante a terceira prejudicada;

CONSIDERANDO que o valor de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) correspondente aos danos materiais suportados pela Sra. Nilma Maria da Costa encontra-se devidamente comprovado e reconhecido no processo administrativo;

CONSIDERANDO que o reconhecimento da obrigação indenizatória deve observar as normas de direito financeiro e de execução da despesa pública, especialmente os arts. 58 a 65 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como as disposições pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida, para fins administrativos e de execução orçamentária, a obrigação indenizatória do Município de João Pinheiro/MG no valor de **R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**, em favor da Sra. **Nilma Maria da Costa**, decorrente dos danos materiais causados ao seu veículo (Ford Fiesta, Placa JIH7906) em acidente de trânsito envolvendo pá carregadeira pertencente ao Município, conforme apurado no Processo Administrativo nº 006/2026.

Parágrafo único. O reconhecimento da obrigação de que trata o caput fundamenta-se na responsabilidade civil objetiva do Município, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, diante da comprovação do dano e do nexo causal, independentemente da existência de dolo ou culpa do servidor envolvido.

Art. 2º A obrigação indenizatória do Município deverá ser efetuada mediante depósito no Banco Santander - 033, Agência 3115, Conta Corrente nº 02010393-2 em nome da Sra. Nilma Maria da Costa.

Art. 3º O reconhecimento da obrigação indenizatória previsto neste Decreto não dispensa a observância das formalidades legais relativas à execução da despesa pública, devendo ser promovidos, previamente ao pagamento, os atos de **empenho e liquidação da despesa**, bem como a respectiva **ordem de pagamento**, nos termos da legislação financeira aplicável.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Fazenda, por meio dos setores competentes, adotará as providências necessárias à execução da despesa, observada a existência de dotação orçamentária adequada e suficiente, a disponibilidade financeira e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 23 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:506DA995

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 299/2026

PORTARIA N. 299/2026

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o Fica designado a senhora **PAULA CAROLINE RODRIGUES DA SILVA**, ocupante do cargo de Secretária Municipal Adjunta da Administração, nomeada pela Portaria nº 044/2026, para responder, em caráter interino e temporário, pela Secretaria Municipal de Administração, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, até ulterior deliberação do Prefeito Municipal em razão do afastamento do servidor **CLENILSON BATISTA CAETANO.**

Art. 2º A presente designação não implica vacância do cargo de Secretária Municipal Adjunta da Administração, permanecendo o designado no exercício de suas atribuições originárias durante o período da substituição interina.

Art. 3º O exercício interino das atribuições da Secretaria Municipal de Administração não importará percepção de remuneração adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem remuneratória, permanecendo o designado percebendo exclusivamente os subsídios correspondentes ao cargo de Secretária Municipal Adjunta da Administração.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 07 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 08 de outubro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:964D185F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 001/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **SERVENTE ESCOLAR:**

Shirley Pimenta Lopes
Maria Milene M. de Oliveira

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **09/10/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:E6142CF1

PROCURADORIA MUNICIPAL CONVÊNIO Nº 030/2026

CONVÊNIO Nº 030/2026, termo de Convênio que entre si celebram o Município de LAGOA DA PRATA e a Fundação São Carlos. Constitui objeto deste Convênio o aporte financeiro para custear as despesas relativas aos procedimentos cirúrgicos de média complexidade, tanto de urgência quanto eletivos nas especialidades de cirurgia geral, vascular, bucomaxilofacial, ginecológica, oftalmológica e urológica no Hospital São Carlos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme Resolução nº 039/2026 do Conselho Municipal de Saúde e nos termos da Lei nº 4.473/2026, de 06 de outubro de 2026. VIGÊNCIA: 12 MESES DATA: 09/10/2026.

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:01F97232

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026, PROCESSO Nº 263/2026

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ AGRIPINO RODRIGUES - PROGRAMA FORTALECIMENTO ESCOLAS MUNICIPAIS. TERMO DE CONVÊNIO Nº 1261004585/2026/SEE. CONFORME MEMORIAL DESCRITO, CRONOGRAMA FÍSICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Considerando que o servidor efetivo Mateus Sivelly Borges, designado para exercer a função de Agente de Contratação/pregoeiro, conduziu o procedimento licitatório,
O Prefeito Municipal , procedeu à adjudicação do objeto deste processo à empresas:

RJ SOLUCAO EM CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 46.567.451/0001-06

R$984.827,39 (Novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos)

E vem por meio deste, HOMOLOGAR esse procedimento licitatório à empresas vencedoras.

Lagoa da Prata, 09 de Outubro de 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Claudio
Código Identificador:543C908A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2026, PROCESSO Nº 154/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 154/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de escória britada e produtos diversos para manutenção de estradas vicinais e pontes municipais, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública.
Considerando que o servidor efetivo Mateus Sivelly Borges, designado para exercer a função de Agente de Contratação/Pregoeiro, conduziu o procedimento licitatório,
O Prefeito Municipal , procedeu à adjudicação do objeto deste processo às empresas:

ELETROLARA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - 45.261.569/0001-49
FMF LOCACOES E SERVICOS LTDA - 59.133.689/0001-75

HORIZONTE AZUL LICITA LTDA - 63.236.363/0001-40

CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - 86.573.904/0001-21

E vem por meio deste, HOMOLOGAR esse procedimento licitatório às empresas vencedoras.

Lagoa da Prata, 09 de outubro de 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:35FD1680

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRONICA Nº 81/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICAa DISPENSA ELETRONICA Nº 81/2026, nos termos do Artigo 75 II, da Lei 14.133/2021, junto a empresa MIND CERTIFICADORA LTDA - 39.910.833/0001-25 no valor de R$ 84,50 (oitenta e quatro reais e cinquenta centavos),visando a aquisição de 01 (um) TOKEN A1 CNPJ., conforme PROCESSO n°: 368/2026.

Lagoa da Prata, 09 de Outubro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:2DA53525

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA Nº 016/2026

O Município de Lagoa dos Patos/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público o Processo Licitatório Nº 074/2026 Dispensa Eletrônica com disputa nº 016/2026, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA DOS PATOS/MG.**
A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante da Plataforma Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico https://licitardigital.com.br.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: de 13/10/2026 às 08:00h até as 07h59min de 19/10/2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min (oito horas) do dia 19/10/2026.
ENCERRAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA: Às 14h00min (quatorze horas) do dia 19/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

O Aviso de Contratação Direta na integra está disponível no Site do Município (www.lagoadospatos.mg.gov.br) e Plataforma Licitar Digital (https://licitardigital.com.br). Maiores informações através do e-mail: licitaldp@yahoo.com.br ou pelo telefone: (38)3426-0398.

Lagoa dos Patos/MG, 08 de outubro de 2026.

JAKELANE MAGALHÃES RABELO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:7DD9E2B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10, através da Comissão de Licitações, torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 065/2026 Pregão Eletrônico por sistema Registro de Preço nº. 013/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO SELF-SERVICE, EM ESTABELECIMENTO LOCALIZADO NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG, PARA ATENDER SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS/MG**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações ADJUDICADO e HOMOLOGADO em favor dos licitantes que abaixo se descreve:

LAUDITHE SOARES DE MELO sediada à Avenida Dep Plinio Ribeiro, 353 - Esplanada, Montes Claros/ MG - analista_licitacoes@hotmail.com - (38)99143-8707, inscrita no CNPJ sob o N.º 00.682.664/0001-88, neste ato representada legalmente por LAUDITHE SOARES DE MELO, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***343066**, Valor total estimado R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), conforme proposta e documentos anexos.

Conforme extrato acima, publicado no quadro de avisos oficial da Prefeitura Municipal, site oficial (https://www.lagoadospatos.mg.gov.br/) no dia 09 de outubro de 2026.

VALÉRIA TAMIRES SOARES
Agente De Contratação

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO

PROCESSSO LICITATÓRIO Nº 065/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO SELF-SERVICE, EM ESTABELECIMENTO LOCALIZADO NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG, PARA ATENDER SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS/MG.

O **MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG** com endereço na Praça 31 de Março, 111, Centro, Lagoa dos Patos/MG, CEP 39.360-000, inscrito no CNPJ nº 16.901.381/0001-10, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representado pelo Sr. Secretário, Sebastião Claudio Reis, portador do CPF Nº ***.330.066-**.

DAS DETENTORAS:
ATA REGISTRO DE PREÇO 030/2026: LAUDITHE SOARES DE MELO sediada à Avenida Dep Plinio Ribeiro, 353 - Esplanada, Montes Claros/ MG - analista_licitacoes@hotmail.com - (38)99143-8707, inscrita no CNPJ sob o N.º 00.682.664/0001-88, neste ato representada legalmente por LAUDITHE SOARES DE MELO, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***343066**, Valor total estimado R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), conforme proposta e documentos anexos.

Data de Assinatura: 09 de outubro de 2026.
Vigência: 12 meses.

Lagoa dos Patos-MG, 09 de outubro de 2026.

VALERIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:644EC561

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO 012/2026

Homologação do procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 122/2024, decorrente do Pregão Eletrônico SRP Nº 90105/2024, gerida pelo Ministério da Saúde.

Objeto: aquisição de Unidade Odontológica Móvel (UOM).

Empresa: IVG BRASIL LTDA. - CNPJ: 36.519.422/0001-15.

Valor total: R$ 399.380,26 (trezentos e noventa e nove mil trezentos e oitenta reais e vinte e seis centavos).

A homologação do procedimento de adesão na integra encontra-se disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Em 09 de outubro de 2026.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:ED9850A9

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE INTENÇÃO A ADESÃO 012/2026

O município de Lagoa Santatorna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 122/2024, decorrente do Pregão Eletrônico SRP Nº 90105/2024, gerida pelo Ministério da Saúde, cujo objeto é a aquisição de Unidade Odontológica Móvel (UOM).

Empresa: IVG BRASIL LTDA. - CNPJ: 36.519.422/0001-15.

Valor total: R$ 399.380,26 (trezentos e noventa e nove mil trezentos e oitenta reais e vinte e seis centavos).

A intenção na integra encontra-se disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Em 08 de outubro de 2026.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:DE19F04A

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 167/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 046/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ASSOCIAÇÃO COLO DE DEUS E SANTÍSSIMA VIRGEM (A.C.D.S.V)** – CNPJ: 23.352.122/0001-42

Objeto: Contratação do show da banda "Colo de Deus" por meio de inexigibilidade conforme art. 74, inciso ii, lei 14.133/21, para apresentação durante o evento semana cristã 2026 em Lagoa Santa/MG.

Valor: R$ 150.000,00

Vigência: 09/10/2026 a 24/10/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
925	02.009.003.13.392.0030.2291.3.3.90.39.00

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:D32D8688

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM - ATA RP 066/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 050/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e a **SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** - CNPJ: 55.814.591/0001-22.

Finalidade: Em atendimento ao requerimento da CONTRATANTE, conforme Processo Interno nº 21761/2026 e embasado nos termos do art. 137, I e 138, I, da Lei nº 14.133/21 c/c a Cláusula Décima da Ata de Registro de Preço 066/2026, fica cancelado, por meio deste instrumento particular, o Registro de Preço da empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, para todos os itens, a saber: 04, 09, 10, 12, 20, 21, 31, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 67, 72, 74, 75, 81, 83, 84, 109 e 112 da Ata de Registro de Preços nº. 066/2026, Pregão Eletrônico nº 050/2025, Processo Administrativo nº 174/2025, na data de sua assinatura eletrônica.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

MARA REGINA DE SOUZA BARBOSA
Secretária Municipal de Educação

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:074547C2

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO 019/2026

Processo Administrativo nº 184/2026. Ata Aderida: ata de registro de preços n.º 09/2025 - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Objeto: Aquisição de equipamentos para cozinhas escolares em atendimento as demandas da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa / MG, na condição de participante à Ata de Registro de Preços nº 09/2025, oriunda do pregão eletrônico nº 90011/2024, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Empresa: Frilux Industria e Comercio de Refrigeração Ltda . CNPJ: 05.730.111/0001-77

Valor total: R$ 50.299,62 (cinquenta mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos).

A homologação do procedimento de adesão na integra encontra-se disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Em 09 de Outubro de 2026.

MARA REGINA DE SOUZA BARBOSA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Chirlen Francisco Dos Santos
Código Identificador:12D444A3

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
03ª CONVOCAÇÃO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 001/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 14/10/2026
Horário: 9h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor, último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Documento referente ao PIS ou PASEP;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou de casamento, contendo os dados atualizados;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento ou Carteira de Identidade e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil) ou impressão da Carteira de Trabalho Digital;
- Candidatos do sexo masculino entre 18 e 45 anos devem apresentar documentos que comprovem quitação com o serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
3	ROSEMARY MAGNA DE JESUS JORDÃO	Terapeuta Ocupacional	09/10/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:3314B4EB

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
07ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS,CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 14/10/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor, último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Documento referente ao PIS ou PASEP;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou de casamento, contendo os dados atualizados;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento ou Carteira de Identidade e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil) ou impressão da Carteira de Trabalho Digital;
- Candidatos do sexo masculino entre 18 e 45 anos devem apresentar documentos que comprovem quitação com o serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
7	GLEMIA FERREIRA DA SILVA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	09/10/2026	
8	KELLY SOARES FOUREAUX	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	09/10/2026	
5	MARIA SAELBA DA ROCHA PROTECTOR	Psicólogo	09/10/2026	
5	CRISTIANE SORAYA DE MATOS	Terapeuta Ocupacional	09/10/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:396FA663

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
21ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2025 - COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 003/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 14/10/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
- Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
42	SOFIA ANGELICA SOUSA ARAUJO	Médico de Família e Comunidade 40 horas	09/10/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:396BF2AA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
22ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2025 – COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

ICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 004/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 14/10/2026
Horário: 9h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
- Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
2	MELINA EFRAIM VIEIRA PINTO	Médico Psiquiatra	09/10/2026	
36	THIAGO RODRIGUES NASCIMENTO ROCHA	Farmacêutico	09/10/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:7A1C3004

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
COMUNICADO 001 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 004/2026

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital nº 004/2026, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, TORNA SEM EFEITO a publicação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, veiculada em 07/10/2026, Edição nº 4376 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros.
A presente decisão decorre da verificação de inconsistências na análise dos recursos apresentados, constatadas no âmbito da revisão procedida por esta Comissão. Com fundamento no princípio da autotutela administrativa, a Comissão realizará a reavaliação integral dos recursos interpostos no certame e publicará nova divulgação do resultado nos meios oficiais do Município, na forma e nos prazos previstos no edital.

Lagoa Santa 09 de Outubro de 2026

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem- Estar Social

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelly Cristiane Suely Guimarães
Código Identificador:CADAE9DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ERRATA CE 017/2026

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

Errata da Concorrência Eletrônica nº 017/2026 para o dia 15/10/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização das obras de recapeamento, pavimentação e obras complementares de urbanização em diversas ruas da cidade, com recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra.

A Errata na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/.

DÉA JÚNIA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Monique Duarte Coelho de Oliveira
Código Identificador:F97B194F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2026

Município de Leme do Prado-MG. Processo Administrativo n.º 068/2026. Adesão à ata de registro de preços n.º 007/2026. Órgão Gerenciador: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - Cimams. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo caminhonete "pick-up" cabine dupla zero km, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Leme do Prado/MG. Contratada: Rio Doce Comércio De Veículos Ltda, CNPJ: 13.426.763/0001-40. Valor Global: R$ 120.500,00 (cento e vinte mil e quinhentos reais). Assinatura: 25/09/2026. Vigência: 25/09/2026 a 25/03/2027.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:095332B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECRETO N° 5.702, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é tradicionalmente destinado às comemorações do Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de alterar, excepcionalmente, a data do ponto facultativo, visando à organização e ao melhor funcionamento dos serviços públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, excepcionalmente no ano de 2026, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, previsto para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º Fica mantido o funcionamento apenas dos serviços considerados essenciais e de funcionamento ininterrupto.
Art. 3º O expediente nas repartições públicas municipais será normal no dia 28 de outubro de 2026, ressalvadas as situações previstas em legislação específica.

Art. 4º Não ficam suspensos os prazos de Pregão e Licitação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 07 de outubro de 2026,
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Rachel Soares Faria Pereira
Código Identificador:85F7689F

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 198/2026
Contratante: Município de Leopoldina
Contratada: CONCRETA INCORPORAÇÕES LTDA-CNPJ nº.03.893.285/0001-25
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para execução da reforma da Escola Municipal Judith Lintz Guedes Machado, localizada na Av. dos Expedicionários, 1501 - Bela Vista, Leopoldina/MG, sob regime de execução por empreitada por preço unitário, de caráter não continuado, com fornecimento de material, ferramentas, equipamentos, administração de obra, mão de obra e todas demais operações necessárias e suficientes para entrega final do objeto, em conformidade com as especificações e demais anexos do Projeto Executivo, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas no Projeto Básico, anexo I deste Edital.
Recurso FUNDEB
Valor total: R$353.642,47(trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos)
Vigência: 12(doze) meses contado a partir da data de publicação.
Execução: 04(quatro)meses a contar da ordem de inicio.
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado observando-se as regras de medição e pagamento previstas no Projeto Básico.
Data da assinatura do Contrato:09/10/2026
Concorrência Eletrônica nº.12/2026 – Processo Licitatório – n°.164/26
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina
Emílio Sérgio Leal Ribeiro

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:133F6176

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE EMPENHOS

Extrato de Nota de Empenho
Empenho: OR 12284
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: 42.951.361 SAMARA CAVANI SALVIANO BESSA – CNPJ 42.951.361/0001-63
Objeto: aquisição de artigos de consumo infantil, por meio DE PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinados ao atendimento das escolas e creches da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, utilizando RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES do Programa EI Manutenção/FNDE, conforme condições,
quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Valor Total: 3.119,40
Recursos: FNDE
Condições de pagamento: Após a execução do objeto, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 02/10/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 125/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
42.951.361 SAMARA CAVANI SALVIANO BESSA

Extrato de Nota de Empenho
Empenho: OR 12285
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: PAPELARIA E BAZAR XUA LTDA – CNPJ 02.909.595/0001-28
Objeto: aquisição de artigos de consumo infantil, por meio DE PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinados ao atendimento das escolas e creches da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, utilizando RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES do Programa EI Manutenção/FNDE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Valor Total: 15.510,00
Recursos: FNDE
Condições de pagamento: Após a execução do objeto, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 02/10/206
Processo Licitatório – n°. PRC 125/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
PAPELARIA E BAZAR XUA LTDA
Hospitalidade Ltda

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:D8312553

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 033, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 033, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA DEFENSOR DATIVO

O presidente da Comissão Permanente de Sindicância, designada pelo Decreto Municipal nº 3.979 de 20 de fevereiro de 2026, editado pelo Exmo. Sr. Prefeito de Luz, no uso de suas atribuições legais e:
1. Considerando o Processo de Sindicância nº 015/2026, instaurado para apurar a conduta da Servidora Taís Rodrigues de Carvalho, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Estratégia de Saúde da Família, matrícula nº 5917.
2. Considerando a solicitação pelo servidor de Defensor Dativo, formalizada no Termo de Audiência;
3. Considerando a imperiosa necessidade de garantir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, princípios constitucionais aplicáveis aos processos de sindicâncias;
4. Considerando o que dispõe o Art. 26, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 3.162/2021, que determina a designação de um defensor dativo;
5. Considerando que a servidora Chádia Silva Abreu, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde 2 – Recepcionista, matrícula nº 5956 preenche os requisitos para o exercício da função.

RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR a servidora Chádia Silva Abreu como Defensora Dativa para atuar na defesa da sindicada Taís Rodrigues de Carvalho, nos autos do Processo de Sindicância nº 015/2026.
Art. 2º. INTIMAR a defensora ora nomeada para ciência desta designação e conceder-lhe vista dos autos pelo prazo legal.
Art. 3º. DEVOLVER no prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais em favor da sindicada, a contar da data de intimação da defensora dativa, nos termos do Art. 26, § 2º, do Decreto Municipal nº 3.162/2021.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 09 de outubro de 2026.

JULIANO DE JESUS FERREIRA
Técnico Superior de Saúde 2 – Enfermeiro – Matrícula nº 3073
Presidente

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:CDF06AC8

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1978/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 057/2026

Processo nº: 1978/2026
Dispensa de Licitação nº: 057/2026
Data: 09/10/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Como Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, com respaldo no **Parecer de N.º 802/2026**, de 08 de setembro de 2026, da lavra Procuradoria Jurídica do Município de Luz, **RATIFICO** contratação para: **"Prestação de Serviço de Transporte Escolar para alunos da Zona Rural do Município – Linha 13 – Esteios/Sumaré/Limoeiro"** e autorizo o empenho das despesas em favor da empresa licitante**:**
ALS TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 60.305.058/0001-75

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Global do Processo: R$ 48.750,00 (Quarenta e oito mil e setecentos e cinqüenta reais)

Publique-se.

Luz/MG, 09 de outubro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:7BF84458

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2026

Processo Licitatório N.º 003/2026
Pregão Eletrônico N.º: 001/2026
Registro de Preços Nº 001/2026

Ao sexto dia do mês de outubro de 2026, autorizado pelo **Processo Licitatório N.º 003/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico N.º 001/2026**, foi expedida a **Ata de Registro de Preços N.º 07/2026** – de materiais de construção, visando atender as necessidades da Autarquia, destinados à execução de obras e serviços de pequeno porte em vias públicas, ETA, ETE e demais instalações da autarquia, incluindo construção, manutenção e reparos de estruturas, passeios, muros, bases para caixa d'água e outras intervenções necessárias à prestação dos serviços de responsabilidade do SAAE de Luz/MG, de acordo com o disposto no artigo 40 da Lei Federal N.º 14.133/2021 e suas alterações e Decreto Municipal N.º 1.912/2015 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem relacionamento obrigacional entre o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LUZ-MG/CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia municipal integrante da Administração Pública Indireta do Município de Luz, com sede administrativa à Avenida Laerton Paulinelli, nº 153, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 12.989.105/0001-02, neste ato representado pelo Diretor-Presidente Luis Augusto Mendes Carvalho e a **LICITANTE DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob N.º 86.573.904/0001-21 devidamente representada nesta sessão pelo Sr. Afrânio Geraldo de Oliveira, inscrito no CPF sob o N.º 720.775.906-10, pelos termos da proposta aceita e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Eventual e futura aquisição de materiais de construção, visando atender as necessidades da Autarquia, destinados à execução de obras e serviços de pequeno porte em vias públicas, ETA, ETE e demais instalações da autarquia, incluindo construção, manutenção e reparos de estruturas, passeios, muros, bases para caixa d'água e outras intervenções necessárias à prestação dos serviços, conforme especificações detalhadas do objeto no Anexo I – Termo de Referência

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS BENS

2.1 - O prazo de fornecimento dos bens será da data da sua assinatura até 06 de outubro de 2027.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO

3.1 - Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor desta Ata:

Item	Descrição	Quant	V. Unit. Médio - R$	V. Total Médio - R$
01	Areia média Lavada.	180	130,000	23.400,00
02	Brita 01- pedra brita nº 01: granulometria variando entre 9,5mm A 19mm	160	152,00	24.320,00
03	Cimento CPII- E32	500	36,00	18.000,00
04	Pedrisco- pedra britada N.º 0 tipo pedrisco com granulometria variando entre 4,8 mm a 9,5 mm	40	167,48	6.699,20
05	Pedra de calçamento P07	300	189,19	56.757,00
07	Tijolo cerâmico 15 cm x 20cm x 30 cm	15	2.060,00	30.900,00
09	Cal hidratada para construção 20 kg	100	20,60	2.060,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços registrados **serão mantidos inalterados por todo o período de vigência do registro**, admitida a sua revisão em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas, e considerados os preços de mercado.
§ 1º - A revisão de preço poderá ser efetivada por iniciativa do SAAE ou do detentor do registro, uma vez comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro.
§ 2º - A solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e instruída com documentos hábeis, para análise pelo SAAE LUZ.
§ 3º - O SAAE LUZ, de posse da documentação e da justificativa apresentada, analisará o pedido, podendo deferi-lo ou negá-lo, ou ainda deferir em percentuais diferentes dos solicitados.
§ 4º - Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.
§ 5º - Em nenhuma hipótese haverá pagamento a maior que o preço dos combustíveis vendidos em bomba ao consumidor particular.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado no **PRAZO de 05 (cinco) dias** após a entrega programada dos bens e respectiva Nota Fiscal Eletrônica na sede do SAAE Luz.
5.2 - Na composição do preço acima referido estão incluídas todas as despesas tributárias e fiscais, outros encargos do fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - **DA CONTRATANTE**:
a) Efetuar o pagamento do objeto licitado conforme previsto na Cláusula Segunda;
b) Solicitar a Detentora da Ata a entrega do objeto licitado.
c) Emitir o relatório discriminando a quantidade de abastecimento por veículo/máquina em conformidade com a Nota Fiscal Eletrônica.
6.2 - **DA DETENTORA DA ATA**:
a) Entregar os produtos, objeto do presente edital, nos quantitativos e nas especificações e marcas constantes na proposta, no montante solicitado pelo SAAE Luz e no prazo estabelecido;
b) Garantir a boa qualidade dos produtos ofertados, efetuando as substituições dos produtos que forem considerados de má qualidade pela Administração.
c) Entregar no SAAE, os cupons fiscais nos dias 01 de cada mês, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica para emissão do relatório de abastecimento.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO

7.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue imediatamente, de acordo com a emissão da Requisição emitida pelo SAAE Luz.
7.2 - Os quantitativos e especificações dos produtos serão discriminados através da Ordem de Fornecimento/Parcial.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E ADITAMENTOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços tem vigência da sua assinatura até 06/10/2027, devendo sua Detentora manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório N.º 003/2026, Pregão Eletrônico N.º 001/2026, Registro de Preços N.º 01/2026.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2026, suas respectivas fichas e possíveis apostilamentos:

30.002.17.512.2023.2221.26.3.3.90.30.00.00.00.00	**Ficha 26**

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME LEGAL

10.1 - A presente ata rege-se basicamente pelo edital do Processo Licitatório N.º 003/2026, Pregão Eletrônico N.º 001/2026, Registro de Preços N.º 01/2026 e pelas normas consubstanciadas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS E PENALIDADES

11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contrato/ata, sujeitando-a as sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021, e, em especial:
a) Advertência escrita;
b) Multa compensatória no percentual de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado desta ata de registro, pela recusa em assiná-la, sem prejuízo da aplicação de ou as sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021;
c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado desta ata de registro, por dia de inadimplência, até o limite de 04 (quatro) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
d) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021;
e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o SAAE Luz/MG enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
11.2 - Caso venha desistir da ata, além de outras cominações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata.
11.3 - As multas serão automaticamente descontadas dos créditos que a empresa tiver juntado ao SAAE, devendo ser aplicadas por ato do Diretor Presidente, facultada a defesa da Detentora da Ata/Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.
11.4 - Das decisões relacionadas com esta Cláusula caberão recursos conforme disposto no artigo 165 da Lei 14.133/2021.
11.5 - Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido.
11.6 - A aplicação das sanções previstas no edital/ata não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 14.133/2021, inclusive a responsabilização da Detentora da Ata/Contratada por eventuais perdas e danos causados ao SAAE.
11.7 - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do SAAE Luz, via Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Autarquia Municipal.
11.8 - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no SAAE Luz, em favor da Detentora da Ata/Contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
11.9 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
11.10 - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à Detentora da Ata/Contratada o contraditório e a ampla defesa.
11.11 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 137 da Lei Federal N.º 14.133/2021, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO
12.1 - O SAAE Luz poderá promover a rescisão da ata, se a Detentora da Ata/Contratada:
a) inobservar os prazos estabelecidos na ata em "ordem de serviço/requisição de abastecimento";
b) não observar o nível de qualidade proposto para o fornecimento dos bens;
c) desviar-se do escopo de trabalho;
d) cumprir a ata/o contrato com lentidão, prejudicando o Contratante no atraso da entrega dos bens adquiridos;
e) subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da ata, sem prévia e expressa autorização do Contratante;
f) dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa de forma que venha a prejudicar a execução da ata/contrato;
g) tiver declarada sua falência, ou recebido seu pedido de concordata;
h) a paralisação do fornecimento dos bens, sem justa causa e prévia comunicação ao SAAE.
12.2 - Rescindida a ata, a Detentora da Ata terá retido todo o crédito decorrente da ata, até o limite dos prejuízos causados ao SAAE ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESOLUÇÃO
13.1 - Constituem condições resolutivas da ata de registro:
a) o integral cumprimento do seu objeto caracterizado pelo recebimento definitivo dos bens contratados;
b) o acordo formal entre as partes, nos termos em que dispõe o artigo 1093 do Código Civil Brasileiro e Lei N.º 14.133/2021 artigos 137, 138, e 139.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL
14.1 - A Detentora da Ata, ao firmar este instrumento de registro, assumirá automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao Contratante ou a terceiros, em consequência de falhas na

execução da ata, decorrentes de sua culpa ou dolo ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
15.1 - O extrato da presente ata de registro será publicada no órgão de divulgação oficial do Município, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.771/09, por conta do SAAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1 - Este instrumento de registro de preços não obriga o SAAE a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do artigo 83, da Lei Federal nº 14.133/21.
16.2 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse do SAAE e nas hipóteses dos artigos 13, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
16.3 - O Edital do **Processo de Licitação N.º 003/2026, Pregão Eletrônico N.º 001/2026, Registro de Preços N.º 001/2026** e seus anexos ficam vinculados a esta ata, razão pela qual a Detentora da Ata está sujeita a todo o seu teor assim bem como ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, especialmente, no que diz respeito aos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Luz/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente contrato.

E por assim acharem justos e contratados, assinam as partes o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Serviço Autônomo De Água E Esgoto - SAAE LUZ
LUIS AUGUSTO MENDES CARVALHO
Diretor-Presidente

CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ sob N.º 86.573.904/0001-21
Detentora Da Ata

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Nome
CPF

2 - _____
Nome
CPF

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:3306E905

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº043/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG,torna público 2º (segundo) termo aditivo do Contrato nº043/2026 - **Processo Administrativo 018/2026 – Concorrência nº. 02/2026**. Contratado:**PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0001-06 com sede na Av. Vereador Dr. Antero Veríssimo da Costa, n.º 420 Bairro Jardim Altamira, cidade de Muzambinho, CEP 37.890-000. O presente Termo Aditivo tem por objeto as alterações da Cláusula Quinta - item 5.1. – do Valor**:**Fica acrescido o valor de R$51.128,98 (cinquenta e um mil cento e vinte e oito reais e noventa e oito centavos) o que corresponde a um acréscimo aproximado de 10,95% sobre o valor inicial do contrato.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:8DAAA714

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº087/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato Nº087/2026 Processo Administrativo 047/2026 – Pregão Eletrônico 017/2026. Objeto:fornecimento de material esportivo para atender a Secretaria de Ação Social através do Departamento de Esportes desta Prefeitura Municipal de Matutina/MG. Contratado:**EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO LTDA**, inscrição no CNPJ 32.005.178/0001-11, com sede na rua Laurindo de Brito, nº592 Bairro Lapa na cidade de São Paulo/SP CEP 05078-100. Valor: **R$9.854,50 (nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).** Prazo: 07.10.2026 a 07.10.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:BC7386FC

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº088/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato Nº088/2026 Processo Administrativo 047/2026 – Pregão Eletrônico 017/2026. Objeto:fornecimento de material esportivo para atender a Secretaria de Ação Social através do Departamento de Esportes desta Prefeitura Municipal de Matutina/MG. Contratado:**ONELINE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA**, inscrição no CNPJ 47.252.266/0001-95, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG CEP 31.035-430. Valor: **R$11.959,20 (onze mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).** Prazo: 07.10.2026 a 07.10.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:11904294

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº091/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato Nº091/2026 Processo Administrativo 047/2026 – Pregão Eletrônico 017/2026. Objeto: fornecimento de material esportivo para atender a Secretaria de Ação Social através do Departamento de Esportes desta Prefeitura Municipal de Matutina/MG. Contratado **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrição no CNPJ 63.129.821/0001-42 , com sede na rua Buenos Aires, nº71 Bairro Batel, na cidade de Curitiba/SC. Valor: **R$1.745,40 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).**Prazo: 07.10.2026 a 07.10.2027

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:CBF3668C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PAL 70/2024

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 259/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 070/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024. OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO COM VEÍCULO APROPRIADO PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS. CONTRATADA(O): MINAS NOVAS COMERCIO E

TRANSPORTE LTDA - CNPJ: 26.396.017/0001-01. VALOR: R$ 145.380,00. DATA DE ASSINATURA: 09/10/2026. VIGÊNCIA: 10/10/2026 À 09/10/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 260/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 070/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024. OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO COM VEÍCULO APROPRIADO PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS. CONTRATADA(O): TRAUTOCAM MECANICA E AUTO PECAS LTDA - CNPJ: 23.256.589/0001-99. VALOR: R$ 77.400,00. DATA DE ASSINATURA: 09/10/2026. VIGÊNCIA: 10/10/2026 À 09/10/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 261/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 070/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024. OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO COM VEÍCULO APROPRIADO PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS. CONTRATADA(O): THAIS SOARES RAMOS - CNPJ: 37.755.165/0001-83. VALOR: R$ 62.650,00. DATA DE ASSINATURA: 09/10/2026. VIGÊNCIA: 10/10/2026 À 09/10/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:C6D5048A

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 112/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02. CONTRATO Nº 298/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 112/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2024. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A SUPLEMENTAÇÃO DE QUANTITATIVOS DO REFERIDO CONTRATO INICIAL (8.000 LITROS DIESEL S-10). CONTRATADO(S): POSTO RIO PINHEIRO LTDA. CNPJ: N° 19.990.159/0001-29. VALOR R$80.412,50. ADITIVO ASSINADO 09/10/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:12513BBA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2026, PRC nº 331/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de mobiliários, equipamentos, eletrodomésticos e demais bens permanentes, destinados à estruturação, aparelhamento e funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Dona Geralda, no Município de Moema/MG, com recursos provenientes do Convênio n° 1261002582/2026, celebrado entre o Município e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Moema/MG, nos exatos termos do Edital e seus anexos. Data de abertura: 28/10/2026, 09:00 horas. Valor estimado de R$203.163,80 (duzentos e três mil, cento e sessenta e três reais e oitenta centavos). Data de assinatura: 09/10/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG 09/10/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Não haverá expediente na prefeitura dia 13/10/2026.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:F9507909

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 67, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Decreta Ponto Facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Muriaé e dá outras providências.

A **Excelentíssima Senhora Vereadora IVONETE LACERDA ASSIS**, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da Lei,

CONSIDERANDO os termos do Decreto Executivo nº 13.977, de 05 de janeiro de 2026, e a conveniência de harmonizar, sempre que possível, o calendário administrativo dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal;
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é consagrado à comemoração do **Dia do Servidor Público,** em reconhecimento à dedicação, ao compromisso e aos relevantes serviços prestados pelos servidores públicos à sociedade;
CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 50, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé, que estabelece o Presidente da Câmara como autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, no âmbito da Câmara Municipal de Muriaé, no dia **30 de outubro de 2026(sexta-feira)**, em razão das comemorações alusivas ao **Dia do Servidor Público**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, Minas Gerais, em 08 de outubro de 2026.

IVONETE LACERDA ASSIS
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Publicado por:
Alan Dala Paula Torres
Código Identificador:9CEB3381

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.492, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, Prefeito de Muriaé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto Art. 43 da Lei Federal no. 4320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, conforme 42 da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$100.000,00** (cem mil reais), conforme discriminado abaixo:

05.01.00 – MURIAÉ-PREV
05.01. 09.272.0048.2.247 Manutenção do Setor de Benefícios
3190.91.00 Sentenças Judiciais
2.800.00 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) **R$100.000,00**

_____
TOTAL R$100.000,00
_____

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso I, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes deste Decreto poderão ser anulados ou suplementados, caso necessário, no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 07 de outubro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:DF1ADF36

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.493, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre nomeação dos Conselheiros Titulares e Suplentes para compor o Conselho de Alimentação Escolar – CAE de 2026/2030."

O Prefeito Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições e em conformidade com a lei e a Resolução n°06/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho de Alimentação Escolar – CAE de Muriaé-MG, os membros abaixo relacionados, indicados por suas categorias:

I– Representante indicada pelo Poder Executivo:
Titular: Letícia Carvalho Lima Leite CPF: 071.075.136-21
Suplente: Nilza Aparecida Carlos CPF: 641.787.736-15

II– Representante indicada pelo segmento de Pais de Alunos:
Titular: Bethânia Oliveira Roberto Oliveira CPF: 074.851.366-31
Suplente: Kênia Limongi Santiago Mota CPF: 103.762.036-41
Titular: Laís Eunice Silva Ventura Lanes CPF: 019.439.456-59
Suplente: Marizete Almeida Goulart CPF: 070.119.536-39

III– Representante indicada pelo segmento da Sociedade Civil Local:
Titular: Fabrícia Lopes Cavalier Montesano de Carvalho CPF: 865.449.006-30
Suplente: Zelitéia Lúcia Montezano Pacheco de Oliveira CPF: 382.753.926-91
Titular: Gláucia Chaves de Oliveira Souza CPF: 032.262.696-07
Suplente: Liliane Velasco de Morais CPF: 061.682.086-07

IV–Representantes dos docentes, discentes e trabalhadores da educação:
Titular: Viviane Campos de Faria Rodrigues CPF: 033.112.556-07
Titular: Valéria Alves Caldeira CPF: 707.565.546-91
Titular: Sônia Regina Charles da Silva Braga CPF: 028.853.976-16
Suplente: Alice de Lourdes Paulino Ferreira CPF: 059.830.916-03

Art. 2º O prazo de validade do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), conforme a legislação vigente permanece por 04 anos.

Art. 3º Os membros do CAE deverão cumprir o que estabelece no Regimento Interno do CAE, bem como o que determina a Legislação Federal e Municipal vigentes.

Art. 4º Este Decreto revoga o Decreto nº 14.490, de 06 de outubro de 2026, que nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 08 de outubro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:0199C5CE

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.777 /2026

"Institui o Programa Muriaé Multa Transparente e o dever de publicidade ativa, no Portal da Transparência do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, das informações relativas à arrecadação e à destinação dos recursos oriundos de multas de trânsito, em cumprimento aos princípios da publicidade e da transparência da gestão fiscal, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o dever de publicidade ativa, pelo Poder Executivo Municipal, das informações relativas à arrecadação e à destinação dos recursos oriundos da aplicação de multas de trânsito no âmbito do Município de Muriaé, em cumprimento ao art. 320, § 2º, da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), incluído pela Lei federal nº 13.281, de 4 de maio de 2016, ao princípio da publicidade (art. 37, caput e § 3º, II, da Constituição Federal), à Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e à Lei Complementar federal nº 131, de 27 de maio de 2009.

Parágrafo único. Esta Lei detalha, no âmbito municipal, o conteúdo e a periodicidade da publicidade ativa prevista na legislação federal, mediante utilização do Portal da Transparência existente, sem criação de órgão, cargo ou função e sem alteração da estrutura administrativa.

Art. 2º- Fica denominado "Programa Muriaé Multa Transparente" o conjunto de medidas de publicidade instituídas por esta Lei, destinado a identificar, para fins de divulgação social, o esforço do Município em conferir transparência à arrecadação e à destinação dos recursos oriundos de multas de trânsito.

§ 1º A denominação de que trata o caput tem caráter exclusivamente identificador e de comunicação social, não implicando a criação de órgão, cargo, função, gratificação ou unidade administrativa, tampouco a abertura de dotação orçamentária específica.

§ 2º Poderá o Poder Executivo, mediante ato próprio e no exercício de sua discricionariedade administrativa, instituir selo ou reconhecimento simbólico associado ao Programa de que trata este artigo, vedada, em qualquer hipótese, a criação de cargo, função, órgão ou despesa obrigatória para tal finalidade.

Art. 3º- As informações de que trata o art. 1º deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência do sítio eletrônico oficial do Município, em seção de fácil acesso, com atualização trimestral e identificação do período de referência, sem prejuízo dos prazos mais curtos previstos na legislação fiscal e da divulgação anual exigida pelo código de Transito Brasileiro, contendo, no mínimo:
I – o número de autuações e de penalidades de multa, apresentados separadamente, relativos à atuação municipal, discriminados pelo meio de constatação, inclusive agente de trânsito e equipamento eletrônico fixo ou móvel, com identificação de outras modalidades existentes;

II – o valor total lançado e o valor total arrecadado com multas de trânsito no período;

III – o valor total repassado ao Município, quando a arrecadação envolver órgão ou entidade diversa, na forma da legislação de trânsito aplicável;

IV – a destinação dos recursos, com discriminação dos valores por finalidade admitida no art. 320 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, observada sua redação vigente, e identificação dos recolhimentos ao fundo previsto no § 1º do mesmo artigo, quando devidos.

§ 1º Os dados de que trata este artigo correspondem a informações já produzidas e processadas rotineiramente pela Administração Municipal no exercício de suas atividades ordinárias de arrecadação e prestação de contas, limitando-se esta Lei a determinar sua publicidade em formato de fácil acesso ao cidadão.

§ 2º Não é objeto desta Lei a criação, extinção, reorganização ou atribuição de competências a órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, nem a definição de procedimentos internos de fiscalização, apuração ou processamento das infrações de trânsito, matérias que permanecem sob a exclusiva competência regulamentar do Poder Executivo.

§ 3º A divulgação abrangerá os dados produzidos ou recebidos pelo |Município no exercício de suas competências, inclusive em decorrência de convênios, sem impor obrigações a órgãos de outros entes federativos. Os dados serão apresentados de forma agregada, resguardada as informações pessoais protegidas por lei.

§4º A ausência de movimentação será indicada expressamente. Quando houver informação temporariamente indisponível, essa condição será identificada e justificada, sem que a indicação substitua o dever de publicação dos dados devidos.

Art. 4º- A forma de apresentação, o layout e os meios tecnológicos de disponibilização das informações previstas nesta Lei serão definidos pelo Poder Executivo, em ato próprio, resguardada a discricionariedade administrativa quanto aos aspectos operacionais de sua implementação.

Art. 5º- A execução desta Lei utilizará a estrutura administrativa e os meios tecnológicos existentes, observadas a legislação orçamentária e fiscal e as exigências aplicáveis às despesas eventualmente necessárias à sua implementação.

Art. 6º- Compete ao Poder Executivo regulamentar, no que couber, os aspectos operacionais desta Lei, sem prejuízo da exigibilidade dos deveres de publicidade nela estabelecidos.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé/MG, 09 de outubro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:A0BE4173

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.782 /2026

Institui a Semana Municipal de Transparência, Valorização e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Muriaé/MG, com especial atenção à atuação do Conselho Tutelar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituída, no âmbito do Município de Muriaé/MG, a Semana Municipal de Transparência, Valorização e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada anualmente na semana em que ocorrer o dia 18 de maio. Parágrafo único. A Semana instituída por esta Lei integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º- A Semana Municipal de Transparência, Valorização e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por finalidades:

I – promover a divulgação dos direitos da criança e do adolescente previstos na legislação vigente;

II – ampliar o conhecimento da população acerca das atribuições e da importância do Conselho Tutelar e dos demais integrantes da Rede de Proteção;

III – fomentar a participação da sociedade na promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

IV – estimular a conscientização da população sobre as diferentes formas de violência e violação de direitos que atingem crianças e adolescentes;

V – incentivar o conhecimento e a utilização dos canais oficiais de orientação, atendimento e denúncia;

VI – contribuir para o fortalecimento da Rede de Proteção e para a articulação entre os diferentes atores envolvidos na promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VII – estimular a cultura de transparência e o acesso a informações institucionais e estatísticas de interesse público, observados o sigilo legal e a proteção de dados pessoais.

Art. 3º- Durante a Semana instituída por esta Lei, poderão ser realizadas ações educativas, informativas, culturais e de conscientização relacionadas aos seus objetivos, por iniciativa dos órgãos e entidades interessados, observadas as respectivas competências legais.

§ 1º As ações poderão compreender, entre outras:

I – palestras, seminários, fóruns, debates, mesas-redondas e conferências;

II – campanhas educativas e de conscientização;

III – divulgação das atribuições legais do Conselho Tutelar e dos demais integrantes da Rede de Proteção;

IV – distribuição de materiais informativos, educativos e orientativos;

V – atividades educativas em escolas, universidades, associações comunitárias, entidades da sociedade civil e demais instituições interessadas;

VI – ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, à violência doméstica, ao trabalho infantil, à evasão escolar e a outras formas de violação de direitos;

VII – atividades culturais, esportivas, recreativas e socioeducativas relacionadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII – outras atividades compatíveis com os objetivos desta Lei.

§ 2º As ações previstas neste artigo poderão ser realizadas de forma integrada entre órgãos públicos, conselhos de direitos, Conselho Tutelar, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais instituições interessadas, mediante participação voluntária e observadas as competências legais de cada participante.

Art. 4º- Poderão ser divulgadas, no âmbito das atividades da Semana, informações institucionais, dados estatísticos e indicadores de interesse público relacionados às políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º As informações eventualmente divulgadas deverão, quando aplicável, ser apresentadas de forma agregada ou anonimizada, de modo a impedir a identificação de crianças, adolescentes, familiares ou quaisquer pessoas envolvidas em atendimentos ou situações de proteção.

§ 2º A divulgação de informações observará o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, na Lei de Acesso à Informação e nas demais normas de sigilo e proteção aplicáveis.

Art. 5º- As informações de caráter institucional e estatístico relacionadas à promoção e à proteção dos direitos da criança e do adolescente poderão ser divulgadas durante a Semana, sempre que disponíveis e observados o sigilo legal, a proteção de dados pessoais e as demais disposições da legislação aplicável.

§ 1º A divulgação prevista no caput poderá ocorrer por meio dos canais oficiais de transparência e comunicação do Município.

§ 2º As informações divulgadas deverão, sempre que possível, apresentar-se de forma agregada, estatística e anonimizada, vedada a identificação de crianças, adolescentes, familiares ou quaisquer pessoas envolvidas em situações submetidas ao sigilo legal.

§ 3º O disposto neste artigo não implica a criação de obrigação de elaboração, consolidação ou divulgação de relatório específico por qualquer órgão ou entidade, nem altera as atribuições legalmente estabelecidas para o Conselho Tutelar ou para os demais integrantes da Administração Pública.

Art. 6º- A Câmara Municipal de Muriaé poderá, no âmbito de suas competências e observadas suas normas regimentais, promover durante a Semana atividades, sessões especiais, debates ou audiências públicas relacionadas à promoção e à proteção dos direitos da criança e do adolescente, podendo convidar representantes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério Público, do Poder Judiciário, de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil.

Art. 7º- A realização das atividades previstas nesta Lei poderá ocorrer mediante cooperação entre o Poder Público, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e demais entidades interessadas, observadas as competências legais de cada participante e a disponibilidade orçamentária e financeira. Parágrafo único. A presente Lei não implica criação de cargos, funções, órgãos ou estruturas administrativas, alteração das atribuições legais dos órgãos ou entidades da Administração Pública, nem instituição de despesas obrigatórias.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé/MG, 08 de outubro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:DDA38409

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 92, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a remoção administrativa de Servidor Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, o artigo 216 da Lei Municipal n° 3.824/20019, de 01 de Dezembro de 2009, que dispõe quanto à remoção e a permuta de servidor público municipal.

CONSIDERANDO, que o Município reveste-se de poderes para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do serviço público,o bem-estar dos cidadãos e prover as ações administrativas.

CONSIDERANDO, que, os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei,quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.

RESOLVE

Art.1º - Em razão da remoção ex ofício, da servidora ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviço Escolar, nos termos do artigo 216, inciso II da Lei Municipal n° 3.824/2009 - Estatuto do Servidor Público do Município de Muriaé, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o cumprimento de sua jornada de trabalho regular altera a lotação, a saber:

EM CLÉRIA TICON CARNEIRO
Maria José de Oliveira Pedrosa - MASP 84264

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Muriaé, 08 de outubro de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária de Educação Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:60A91A40

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 04, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL

O Município de Muriaé, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos do Edital n.º 04 de 27 de agosto de 2026, destinado ao preenchimento de de vagas e formação cadastro de reserva de estagiários de graduação, técnicos e tecnólogos para atuação junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social, aprovados e classificados, abaixo

relacionados, para comparecimento e procedimentos de contratação, nos termos a seguir:

1. DO LOCAL E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO:

1.1. Os candidatos convocados deverão comparecer ao Núcleo de Inovação e Tecnologia Setor da Prefeitura Municipal de Muriaé-MG, situado na Avenida Maestro Sansão, 236, Centro, Muriaé - MG, CEP 36880-000 (Centro Administrativo Municipal Tancredo Neves), na terça-feira, dia 13 de outubro, no horário de 12:00 às 18:00 horas.

1.2. O comparecimento destina-se à manifestação formal de interesse na vaga de estágio e ao recebimento da orientação e relação completa dos documentos necessários para a celebração do Termo de Compromisso de Estágio.

1.3. A inobservância do prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação solicitada no prazo a ser fixado pelo setor competente implicará a renúncia sumária ao direito de contratação e a consequente convocação do candidato subsequente na ordem de classificação.

2. CANDIDATOS CONVOCADOS:

Nº	Nome Completo
1	João Alfeu Moreira de Oliveira
2	Eduardo Miranda Vidon

Muriaé, 08 de outubro de 2026

CEZAR AUGUSTO BIANCHI BOTARO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social

LEANDRO LATINI VEIGA
Secretaria Adjunto de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:CEADB95B

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
EXTRATO 1º ADITIVO - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025 - OBJETO: AJUSTA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2025 DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAREM PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS (TARIFAS E TAXAS), POR MEIO DE DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 15/10/2026 E ENCERRANDO-SE EM 15/10/2027, NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 E REAJUSTA O VALOR DA TARIFA EM 4,10% (INPC ACUMULADO DE 12 MESES), CONFORME CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO - CREDENCIADA: **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO BOTUCARAÍ – SICREDI BOTUCRAÍ RS/MG, inscrita no CNPJ n° 87.900.601/0001-39** - DATA: 29/09/2026 -

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA **-**
Diretora Geral Do DEMSUR.

ESPECIFICAÇÃO	Valor unitário Tarifa Reajustada (INPC 4,10%)
Por documento recebido das guias de arrecadação municipal pelo canal de atendimento: Autoatendimento/Caixa Eletrônico/Terminais Multibanco.	R$ 1,56
Por documento recebido das guias de arrecadação municipal pelo canal de atendimento Internet Banking/Leitura de código de barras	R$ 1,15
Por documento recebido das guias de arrecadação municipal pelo canal de atendimento: correspondente Bancário/Rede lotérica.	R$ 1,93
Por documento recebido das guias de arrecadação municipal pelo canal de atendimento: por débito automático	R$ 1,87

Publicado por:
Sueli Ribas Paulino Costa
Código Identificador:1601C4DC

LICITAÇÃO
DISPENSA N° 051/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO - DISPENSA N° 051/2026 - PROCESSO N° 222/2026 - Objeto: Contratação de serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva de cargos de provimento efetivo, de nível médio e superior, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Muriaé – MG. Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA - IBGP, CNPJ sob o nº 13.XXX.XXX/0001-30 -

Muriaé, 08 de outubro de 2026 -

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA **-**
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Cassimiro Chaves
Código Identificador:56834654

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2026

Aviso de licitação – Pregão Eletrônico nº 093/2026 – Objeto: aquisição de equipamentos e materiais de tecnologia da informação e comunicação — TIC, compreendendo computadores, notebooks, tablets, dispositivos móveis, monitores, impressoras, insumos de impressão, dispositivos de armazenamento, periféricos, acessórios, equipamentos de conectividade e rede, suportes, mobiliário para TIC e demais itens da mesma natureza, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e unidades administrativas do Município de Muriaé/MG, mediante Sistema de Registro de Preços — SRP, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.. Fica marcada a sessão de licitação para o dia 27/10/2026 às 13:00 h, por meio da PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL. O edital poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br e https://muriae.atende.net Informações complementares: Setor de Licitação - situado no Centro Administrativo “Pres. Tancredo Neves”, Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG. Telefone (32) 3696.3317

Publicado por:
Lucas Paulo Sabino
Código Identificador:1493F43C

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO P.E 64

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026
Processo Adm: Nº 159/2026

Objeto: Aquisição e instalação de playground destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, para utilização nas escolas e/ou creches da rede pública, visando proporcionar espaço adequado para atividades recreativas, contribuindo para o desenvolvimento físico, motor e social das crianças, bem como para a promoção de ambiente escolar apropriado ao lazer infantil.
Empresa(s) vencedora(s) valor total: R$ 868.710,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e setecentos e dez reais): **EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS** (22.025.872/0001-47) com o(s) item(ns): 2, 3, 4, 7, 8, 9 no valor total de R$ 287.910,00 (duzentos e oitenta e sete mil e novecentos e dez reais) **PULE BRINK DIVERSÃO LTDA** (57.592.921/0001-08) com o(s) item(ns): 1, 5, 6, 10 no valor total de R$ 580.800,00 (quinhentos e oitenta mil e oitocentos reais).
A sra. Maria Cristina Navarro de Aquino Ribeiro, secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e de acordo

com o/a(s) IN SEGES Nº73/2022, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

MURIAÉ (MG), terça-feira, 08 de outubro de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gabriela Lomeu Soares de Oliveira
Código Identificador:6CB464B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
Nº 036/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
Credenciamento de empresas ou entidades para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas
IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME

Edital nº	036/2026
Processo Licitatório nº	074/2026
Inexigibilidade nº	017/2026
Chamamento Público Eletrônico nº	004/2026
Modalidade / Fundamento	Credenciamento — Inexigibilidade de Licitação (art. 74, IV c/c art. 79, II, Lei 14.133/2021)
Critério de Seleção	Seleção a critério de terceiros (art. 79, II, Lei 14.133/2021)
Base Legal	Lei Federal nº 14.133/2021; Decretos Municipais nº 15, 17 e 70/2023; LC nº 123/2006 (alterada pela LC nº 147/2014)
Portaria da Equipe de Contratação	Portaria nº 09, de 13 de janeiro de 2026
Portal Eletrônico	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Objeto	Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS, para os pacientes do Município de Naque/MG, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, a ser custeado com recursos próprios e vinculados.

INFORMAÇÕES DE DATA E HORA DO CREDENCIAMENTO

Início do recebimento no portal	A partir de 15/10/2026 – 00h01min – Horário de Brasília
Início da análise de habilitação	A partir de 29/10/2026 – 09h00min
Prazo final para credenciamento	14/10/2027 – 23h59min – Horário de Brasília
Vigência do Edital	365 dias a partir da publicação, prorrogável a critério da Administração

ACESSO E OBTENÇÃO DO EDITAL

Endereço do credenciamento	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Acesso ao edital	Portal de Compras https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/ e PNCP (https://pncp.gov.br/), ou no Setor de Licitação — Av. José Martins Morais Júnior, nº 75, Centro, Naque/MG
Consultas/esclarecimentos	licitacao@naque.mg.gov.br ou (33) 99134-0853 / (33) 3403-0798 / (33) 3403-0790

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:54EDC35F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO ADESÃO N° 024/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATALÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando os elementos constantes dos autos do Processo Licitatório nº 114/2026, bem como a justificativa apresentada, o parecer da Assessoria Jurídica e a observância das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021,

RESOLVE:

I – RATIFICAR E HOMOLOGAR, em todos os seus termos, o procedimento decorrente do Processo Licitatório nº 114/2026, tendo por objeto a Aquisição de kits de livros paradidáticos, com ênfase em conteúdos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à educação inclusiva, destinados às unidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

II – AUTORIZAR a contratação da empresa **UP SOLUÇÕES E NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.909.646/0001-15**, para fornecimento dos materiais objeto desta contratação, com fundamento na Ata de Registro de Preços nº ARP25CIN000004/2025, oriunda do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 002/2025, gerenciada pela **Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP**, observadas as condições e os quantitativos estabelecidos nos respectivos instrumentos.

III – AUTORIZAR, consequentemente, a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O valor global estimado da contratação é de R$ 60.214,00 (sessenta mil e duzentos e quatorze reais).
Determino, por fim, a publicação do presente Termo, na forma da legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Publique-se. Cumpra-se.

Natalândia/MG, 09 de setembro de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:98A94D92

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
NOTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS PARA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA

Processo Administrativo Licitatório nº 081/2026
Pregão Eletrônico nº 025/2026
Item 2 — Lote 2 — 02 carretas agrícolas basculantes
Destinatários: todos os interessados no item 2/lote 2, inclusive a empresa M A M VIDAL LTDA e os demais licitantes participantes do referido item/lote.

O Município de Natalândia/MG, **NOTIFICA** todos os interessados no item 2/lote 2 do Pregão Eletrônico nº 025/2026, inclusive a empresa M A M VIDAL LTDA e os demais licitantes participantes, para, querendo, apresentarem manifestação prévia sobre a intenção de revogação exclusivamente do referido item/lote, referente à aquisição de 02 (duas) carretas agrícolas basculantes, assegurando-se a oportunidade de manifestação prevista no art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
A intenção de revogação decorre da constatação, pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no curso do certame, de que a descrição "CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE 6T 2 EIXOS, COM PNEUS" não define suficientemente os requisitos de utilização dos equipamentos. A ausência de especificações sobre dimensões, estrutura, basculamento, engate e compatibilidade operacional impede assegurar que o equipamento adquirido atenda à necessidade municipal e à finalidade

do Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 004389/2026, instrumento nº 1231001932/2026. Propõe-se, assim, reformular as especificações e realizar novo procedimento de contratação.
Fica concedido a todos os interessados o prazo de 02 (dois) dias úteis para manifestação prévia, contado da regular ciência desta notificação, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, considerando-se os dias de expediente administrativo no Município, conforme o art. 183 da Lei nº 14.133/2021. A notificação deverá ser divulgada na plataforma BNC e nos meios oficiais aplicáveis, com comunicação aos participantes do item/lote e registro da ciência nos autos. A decisão somente será proferida após o encerramento do prazo assegurado aos interessados regularmente notificados. Esse prazo não substitui o prazo recursal legal aplicável à decisão final.
As manifestações deverão ser apresentadas na plataforma BNC, no campo próprio do processo, ou encaminhadas ao e-mail licitacao@natalandia.mg.gov.br, com identificação do processo, do interessado e, quando aplicável, de seu representante. Poderão ser apresentados argumentos e documentos pertinentes à medida proposta. O ofício da Secretaria requisitante e os documentos de fundamentação deverão ser disponibilizados na aba Arquivos da plataforma, assegurado o acesso aos autos em igualdade de condições.
Encerrado o prazo, a autoridade competente apreciará as manifestações eventualmente apresentadas e decidirá motivadamente sobre a revogação parcial. A ausência de manifestação não será considerada concordância expressa, nem impedirá o prosseguimento do procedimento, desde que assegurada a oportunidade de manifestação prévia a todos os interessados.
A medida abrange somente o item/lote 2. O item 1, referente à roçadeira agrícola hidráulica, prosseguirá para homologação, observadas as demais exigências do procedimento.

Natalândia/MG, 9 de outubro de 2026.

BRUNA ADALEIA MOREIRA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:DAC65A9E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 00004/26 / Prazo / Valor / Reequilíbrio
CONTRATO Nº..: 0211/25
PROCESSO.....: 000113/25
CONTRATANTE..: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG
CONTRATADA...: AUTO POSTO NATERCIA LTDA
VALOR.....: R$22.247,04
ASSINATURA...: 05/10/2026
VIGENCIA.....: 04/12/2026
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATÉRCIA(MG).

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:CA6BC7A4

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0178/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0178/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - JOELCIO FERNANDES DE SIQUEIRA, 098.597.986-05
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 4.800,00

NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:67C04A65

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0180/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0180/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - EMILIO RAIMUNDO DE FARIA, 039.489.206-21
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 20.211,00

NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:6581F5F1

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0181/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0181/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - EMIDIO LUIZ RAIMUNDO DE FARIA, 144.073.546-82
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 26.973,00
NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:75A9925C

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0182/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0182/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - JONATAS MARCELINO DE SOUZA, 084.402.486-44
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 22.656,30
NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:1F3153A7

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0183/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0183/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - JOSIAS MARCOS DE SOUZA., 079.304.436-71
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 28.208,60
NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:A55DB5AE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0184/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0184/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - ALISSON FABIO DOS REIS, 041.190.526-05
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 4.800,00
NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:DE218525

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0185/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0185/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - CARLOS DOUGLAS DA CRUZ, 079.867.336-24
OBJETO - CHAMAMENTO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0024/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000097/26
VIGÊNCIA:30/09/2026 À 31/12/2026
VALOR: 8.156,90
NATERCIA - MG - DATA 30/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:D84DDDDA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0193/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0193/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - MICHELLE ARCURI BICHO MANIA LTDA, 29.853.144/0001-72
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS, MEDIANTE O USO DE UNIDADE MÓVEL DE CASTRAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
DISPENSA - 0022/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000110/26
VIGÊNCIA:09/10/2026 À 08/01/2027
VALOR: 18.000,00

NATERCIA - MG - DATA 09/10/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:B22B102E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG.
LICITAÇÃO N º 095/2026 - Pregão Presencial 047/2026.
AVISO.
O Município de Nova Ponte, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 047/2026, do tipo Menor Preço por ITEM, para contratação de empresa especializada, contratação de empresa especializada, para fornecimento parcelado de materiais para construção e materiais hidrossanitários, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 23/10/2026 às 09h00, no Departamento de Licitações. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte – MG, 09 de outubro de 2026.

GILMAR ABADIO DE REZENDE.
Pregoeiro.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:97617F0B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
EXTRATO

	CONTRATO Nº 011/2026 **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTODMAE**
CONTRATADA	**RAQUEL APARECIDA SANTANA**
FUNDAMENTO:	A celebração deste contrato se dá em conformidade com a proposta apresentada no Processo nº 009/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa nº 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas
Objeto:	Constitui objeto da presente, a Contratação de empresa especializada em limpeza, desinfecção em poços artesianos para atendimento ao Departamento Municipal de Água e Esgoto de Nova Ponte- DMAE
VALOR:	Valor Global desta contratação é de R$63.000,00 (sessenta e três mil reais)
DATA DA ASSINATURA:	Nova Ponte/MG, 14 de setembro de 2026.

	CONTRATO Nº 012/2026 **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTODMAE**
CONTRATADA	**PRIMO CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA**
FUNDAMENTO:	A celebração deste contrato se dá conformidade com a proposta apresentada no Processo Licitatório nº. 010/2026, decorrente da dispensa por Nº. 007/2026, e de acordo com o item II do art. 75 da lei 14.133/2021.
Objeto:	Constitui objeto da presente a Constitui objeto do presente contrato, a Contratação prestação de serviços de assessoria e consultoria para envio dos eventos de Tabela, Eventos Periódicos e Eventos não Periódicos ao eSocial,
VALOR:	O valor global estimado deste contrato é R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
DATA DA ASSINATURA:	Nova Ponte/MG, 17 de setembro de 2026.

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:1CF50DE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
378

PORTARIA PMOB/378, de 22 de setembro de 2026

ALTERA NOMES CONSTANTES NA PORTARIA PMOB/ , DE DE JULHO DE 202.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º substitui a composição da Comissão Permanente de Processo Disciplinar, substituindo a membra Aldria pela servidora Silvana Freitas de Almeida Luna.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na referida Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à de setembro do corrente ano.

Ouro Branco, 22 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:71494704

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DECRETO Nº 11.971, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E O TERMO DE RESSARCIMENTO VOLUNTÁRIO AO ERÁRIO NO ÂMBITO DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.530, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2.800, DE 9 DE MAIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de fortalecer a cadeia de comando, a autoridade das chefias e a observância das normas institucionais;

Considerando a necessidade de conferir caráter educativo, preventivo e pedagógico às medidas administrativas de orientação, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle e da instauração dos procedimentos disciplinares legalmente cabíveis;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimento uniforme para o registro de ocorrências funcionais, apresentação de esclarecimentos, atuação das chefias e encaminhamento de fatos aos órgãos de controle;

Considerando a necessidade de disciplinar o juízo de admissibilidade como instrumento de análise preliminar das notícias de possível irregularidade, permitindo decisão fundamentada quanto ao arquivamento, à realização de diligências ou ao encaminhamento para o procedimento disciplinar cabível;

Considerando o disposto no art. 26 do Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, que admite, observada a legislação aplicável, a celebração de compromisso com os interessados para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público;
Considerando que a adoção de instrumentos de solução consensual no âmbito da Administração Pública deve observar os limites e as hipóteses estabelecidos pela legislação aplicável, especialmente quanto ao regime jurídico-disciplinar dos servidores públicos municipais;

DECRETA:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DAS FINALIDADES
Art. 1º Este Decreto disciplina, no âmbito da Lei Municipal nº 1.530, de 23 de dezembro de 2005, e da Lei Municipal nº 2.800, de 2024, e demais normas aplicáveis:
I – a Notificação Administrativa;
II – a apresentação e análise de esclarecimentos e justificativas;
III – o encaminhamento de fatos aos órgãos de controle;
IV – o juízo de admissibilidade;
V – o registro, acompanhamento e arquivamento dos respectivos procedimentos.

Art. 2º Os procedimentos previstos neste Decreto possuem natureza administrativa e observarão, especialmente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, segurança jurídica, interesse público e devido processo legal.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – Notificação Administrativa: instrumento administrativo de caráter preventivo e orientativo destinado à formalização de fatos relacionados ao serviço, ciência do servidor e obtenção de esclarecimentos ou justificativas;
II – Orientação funcional: medida administrativa de caráter educativo, preventivo e não punitivo, destinada a orientar o servidor quanto ao adequado cumprimento de seus deveres, atribuições, normas, procedimentos e determinações de serviço, visando ao aperfeiçoamento da conduta funcional e à melhoria da prestação do

serviço público, não constituindo penalidade disciplinar nem podendo produzir efeitos próprios de sanção;
III – Juízo de admissibilidade: análise preliminar, fundamentada e não sancionatória destinada a verificar a existência de elementos mínimos de autoria e materialidade, a necessidade de diligências complementares, a existência de justa causa para instauração ou prosseguimento de procedimento correcional e a existência de fundamento para arquivamento;
IV – Unidade correcional: unidade administrativa responsável pelas atividades de correição, incluindo o recebimento e análise preliminar de notícias de irregularidades, realização do juízo de admissibilidade e proposição das providências correcionais cabíveis, observadas as competências estabelecidas na legislação municipal.
V – Chefias: servidores investidos em cargo ou função de comando, direção, coordenação, supervisão no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como aqueles formalmente designados para o exercício dessas atribuições, desde que detenham precedência hierárquica em relação aos demais servidores, observados os limites de suas competências legais e regulamentares.
VI – Ressarcimento voluntário ao erário: manifestação livre, expressa e formal do servidor pela qual, reconhecida a existência de dano material ao patrimônio público e definido o respectivo valor, declara sua concordância em promover o ressarcimento ao erário, na forma admitida pela legislação aplicável, sem natureza de penalidade disciplinar e sem prejuízo da análise de eventual responsabilidade administrativa quando cabível.

TÍTULO II
DA NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 4º A Notificação Administrativa constitui instrumento de natureza administrativa, preventiva e orientativa, destinado a:
I – dar ciência ao servidor acerca de fatos relacionados ao exercício de suas funções;
II – possibilitar a apresentação de esclarecimentos ou justificativas;
III – orientar quanto ao cumprimento dos deveres funcionais;
IV – promover o acompanhamento e a melhoria da prestação do serviço público;
V – assegurar maior transparência e formalidade às orientações realizadas pela chefia;
VI – registrar administrativamente fatos relacionados ao serviço.

Art. 5º A Notificação Administrativa constitui instrumento de natureza preventiva, orientativa e administrativa, destinado a registrar fatos, orientar a conduta funcional, solicitar esclarecimentos e prevenir a ocorrência ou reiteração de condutas em desconformidade com a legislação, sem prejuízo do dever de apuração das infrações administrativas na forma da legislação aplicável**.**
Parágrafo único. A aplicação de penalidade disciplinar observará exclusivamente as disposições legais pertinentes e as competências das autoridades responsáveis pela apuração e aplicação das respectivas sanções.

CAPÍTULO II
DA ATUAÇÃO DAS CHEFIAS

Art. 6º Compete à chefia imediata ou ao superior que presenciar o fato, dentro dos limites de suas atribuições:
I – orientar os subordinados;
II – fiscalizar a execução das atividades sob sua responsabilidade;
III – transmitir e fiscalizar o cumprimento das ordens legais e determinações de serviço;
IV – acompanhar as atividades funcionais sob sua supervisão;
V – registrar ocorrências relacionadas ao serviço;
VI – emitir Notificação Administrativa;
VII – encaminhar à autoridade competente ou aos órgãos de controle os fatos que possam caracterizar infração disciplinar ou ultrapassem os limites de sua competência.

Art. 7º A Notificação Administrativa observará os limites estabelecidos na legislação municipal aplicável, não podendo:
I – criar, modificar ou agravar deveres, proibições ou responsabilidades não previstos em lei;
II – estabelecer ou aplicar penalidade disciplinar não prevista na legislação municipal;
III – substituir sindicância, processo administrativo disciplinar ou outro procedimento cuja instauração ou realização seja determinada pela legislação;
IV – afastar ou restringir direitos, garantias ou prerrogativas assegurados ao servidor pela legislação aplicável;
V – produzir, por si só, efeitos próprios de penalidade disciplinar;
VI – ser utilizada para finalidade diversa da orientação, prevenção, correção de condutas e registro administrativo previstas neste Decreto.
Parágrafo único. A emissão de Notificação Administrativa não prejudica o dever da autoridade competente de promover a apuração de eventual infração administrativa, quando presentes os pressupostos e as hipóteses previstos na legislação municipal.

CAPÍTULO III
DA EMISSÃO DA NOTIFICAÇÃO

Art. 8º A Notificação Administrativa poderá ser emitida quando houver necessidade de:
I – formalizar fato relacionado ao serviço;
II – solicitar esclarecimentos ou justificativas;
III – realizar orientação funcional;
IV – registrar eventual descumprimento de procedimento institucional, determinação de serviço ou dever funcional.
§ 1º A Notificação deverá ser fundamentada em fatos objetivos e relacionados ao exercício funcional, descritos de maneira clara e concisa.
§ 2º É vedada a utilização de juízos antecipados acerca da responsabilidade disciplinar do servidor.
§ 3º A emissão da Notificação não implica reconhecimento de infração disciplinar nem presunção de responsabilidade.

Art. 9. A Notificação Administrativa conterá, no mínimo:
I – identificação do servidor;
II – matrícula;
III – cargo ou classe;
IV – setor ou lotação;
V – descrição objetiva dos fatos;
VI – data, horário e local, quando conhecidos;
VII – indicação da norma, procedimento, ordem ou determinação relacionada ao fato, quando aplicável;
VIII – prazo para manifestação;
IX – identificação da autoridade responsável pela emissão.

TÍTULO III
DA MANIFESTAÇÃO E DA ANÁLISE DA NOTIFICAÇÃO

Art. 10. O servidor poderá apresentar, por escrito, os esclarecimentos ou justificativas que entender pertinentes no prazo de 3 (três) dias úteis, contado de sua ciência.
§ 1º O prazo poderá ser prorrogado, a critério da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do interessado, apresentada antes do seu término, desde que demonstrado motivo justificável.
§ 2º A ausência de manifestação não implicará confissão, reconhecimento dos fatos ou presunção de responsabilidade.

Art. 11. A manifestação deverá ser apresentada no formulário próprio previsto neste decreto em meio físico ou digital.

Art. 12. O servidor poderá instruir sua manifestação com documentos adicionais, fotografias, registros, relatórios, mensagens, arquivos digitais ou outros elementos que considere pertinentes.

Art. 13. Recebida a manifestação, a chefia responsável poderá:
I – considerar os esclarecimentos suficientes e determinar o encerramento da Notificação;
II – realizar orientação funcional;
III – adotar providências administrativas inseridas em sua competência;
IV – encaminhar os fatos à autoridade competente ou à unidade correcional, quando houver elementos indicativos de possível infração disciplinar ou a matéria ultrapassar sua competência.

CAPÍTULO II

DA RECUSA

Art. 14. A recusa do servidor em receber ou assinar a Notificação Administrativa não impedirá o registro do fato nem o prosseguimento das providências cabíveis.

§ 1º A recusa será certificada pela chefia responsável, com indicação das circunstâncias em que ocorreu.

§ 2º A certificação será, preferencialmente, subscrita por 2 (duas) testemunhas.

§ 3º A recusa não será considerada, por si só, confissão ou reconhecimento de responsabilidade.

TÍTULO IV
DO ENCAMINHAMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

CAPÍTULO I
DO ENCAMINHAMENTO

Art. 15. Serão encaminhados aos órgãos de controle os fatos que apresentem elementos indicativos de possível infração disciplinar ou cuja análise ultrapasse a competência administrativa da chefia.

Art. 16. O encaminhamento será realizado mediante relatório ou expediente próprio, acompanhado dos documentos e demais elementos disponíveis relacionados ao fato.

Parágrafo único. O encaminhamento não implica antecipação de juízo acerca da responsabilidade do servidor.

CAPÍTULO II
DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Art. 17. Recebida notícia de possível irregularidade, a unidade correcional competente realizará juízo de admissibilidade antes da adoção da providência correcional cabível, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determine procedimento específico.

Parágrafo único. As diligências realizadas no âmbito do juízo de admissibilidade terão caráter exclusivamente preliminar e administrativo, destinando-se à obtenção dos elementos mínimos necessários à formação do juízo quanto à existência de justa causa para a adoção das providências cabíveis, não podendo assumir caráter investigativo ou instrutório próprio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 18. No juízo de admissibilidade serão analisados, conforme o caso:

I – a descrição e as circunstâncias do fato;
II – a existência de elementos mínimos de materialidade;
III – a existência de elementos mínimos de autoria;
IV – o enquadramento jurídico em tese;
V – a necessidade de diligências complementares;
VI – a existência de justa causa para instauração ou prosseguimento de procedimento correcional;
VII – a existência de fundamento para arquivamento.

Art. 19. Quando os elementos disponíveis forem insuficientes para a formação do juízo de admissibilidade, poderão ser realizadas diligências preliminares estritamente necessárias ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. erificada a necessidade de apuração formal de fatos que possam configurar infração administrativa, deverá ser adotadas as providências previstas na legislação municipal, observado o procedimento legalmente cabível.

Art. 20. Concluído o juízo de admissibilidade, a unidade correcional competente elaborará manifestação fundamentada e submeterá os autos ao Secretário Municipal da Pasta à qual estiver vinculado o servidor ou o órgão interessado, o qual opinará, conforme o caso:

I – pelo arquivamento;
II – pela adoção das diligências ou providências administrativas, quando cabíveis
III – pelo encaminhamento os autos à autoridade competente para instauração do procedimento disciplinar previsto na legislação;
IV – pelo encaminhamento do expediente a outro órgão ou autoridade, quando a matéria não estiver inserida em sua competência.
V – pela propositura, quando cabível, o ressarcimento voluntário de dano ao erário, mediante formalização do Termo previsto no Anexo IV, a ser firmado pelo servidor, pelo Secretário Municipal da Pasta e mais uma testemunha, observados os procedimentos administrativos e financeiros aplicáveis, sendo facultativa a adesão do servidor, cuja recusa ou não manifestação não acarretará prejuízo à defesa nem implicará reconhecimento de responsabilidade, devendo o procedimento prosseguir pelo rito ordinariamente aplicável ao caso.

§ 1º Compete ao Secretário Municipal da Pasta apreciar a manifestação da unidade correcional e emitir decisão ou despacho conclusivo acerca da providência proposta, observadas suas atribuições legais e regulamentares.

§ 2º A decisão do Secretário poderá acolher, total ou parcialmente, ou rejeitar a proposta apresentada pela unidade correcional, mediante fundamentação, bem como determinar o encaminhamento dos autos à autoridade ou ao órgão competente quando a providência exceder sua competência.

§ 3º O juízo de admissibilidade possui natureza preliminar, opinativa e não sancionatória, não implicando antecipação de responsabilidade disciplinar.

TÍTULO V
DO REGISTRO, CONTROLE E ARQUIVAMENTO

Art. 21. As Notificações Administrativas serão formalizadas e arquivadas no setor administrativo responsável por sua emissão.

Art. 22. Os procedimentos submetidos ao juízo de admissibilidade serão registrados e mantidos nos órgãos de controle, observadas as normas relativas à proteção de dados pessoais, acesso à informação e sigilo legal.

Art. 23. O arquivamento de procedimento submetido a juízo de admissibilidade será formalmente comunicado ao servidor a quem os fatos se relacionam, quando identificado, fazendo-se constar nos autos o respectivo comprovante de ciência.

Parágrafo único. A mesma providência será adotada quando a autoridade competente rejeitar proposta de instauração de sindicância, Processo Administrativo Disciplinar ou outro procedimento correcional, ou determinar providência diversa daquela proposta pela unidade correcional.

Art. 24. O registro de Notificação Administrativa não constitui, por si só, registro de penalidade disciplinar.

Art. 25. Os documentos produzidos nos procedimentos previstos neste Decreto somente poderão ser utilizados para as finalidades legalmente admitidas, sendo vedada sua utilização como forma indireta de imposição ou agravamento de penalidade sem observância do procedimento legal correspondente.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. A Notificação Administrativa não constitui condição obrigatória para o encaminhamento de fato aos órgãos de controle ou para a adoção das providências disciplinares legalmente cabíveis, quando a legislação assim determinar ou quando presentes elementos que recomendem o encaminhamento.

Parágrafo único. A existência de Notificação Administrativa anterior também não implicará, por si só, reincidência disciplinar, instauração automática de sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar ou reconhecimento de responsabilidade.

Art. 27. Os procedimentos previstos neste Decreto não afastarão a instauração de sindicância, Processo Administrativo Disciplinar ou outro procedimento quando exigido pela legislação ou quando a gravidade e as circunstâncias do fato assim recomendarem.

Art. 28. A aplicação de penalidade disciplinar continuará submetida exclusivamente às hipóteses, procedimentos e autoridades competentes previstos na legislação municipal.

Art. 29. Aplicam-se aos procedimentos previstos neste Decreto, no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 1.530, de 23 de dezembro de 2005, da Lei Municipal nº 2.800, de 2024, e demais normas municipais pertinentes.

§ 1º A aplicação deste Decreto aos procedimentos referidos no caput não implicará nulidade, renovação ou repetição dos atos regularmente praticados anteriormente à sua vigência.
§ 2º Os procedimentos de que trata o caput poderão ser submetidos ao juízo de admissibilidade, quando ainda não houver decisão conclusiva ou quando houver necessidade de definição quanto ao seu prosseguimento, arquivamento ou adoção de outra providência administrativa cabível.

Art. 30. Ficam aprovados os seguintes modelos:
I – Anexo I – Notificação Administrativa;
II – Anexo II – Manifestação do Servidor em Resposta à Notificação Administrativa;
III – Anexo III – Orientação Funcional;
IV – Anexo IV – Termo de Ressarcimento Voluntário ao Erário.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, observadas a legislação municipal e as atribuições dos respectivos órgãos.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 2 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

ANEXO I

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA
Memorando n°: _____
Servidor(a):_____
Matrícula: _____
Cargo/Classe: _____
Setor/Lotação: _____
Chefia responsável: _____

Pela presente, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** acerca dos fatos abaixo descritos:

1. DESCRIÇÃO DOS FATOS

Data:___ **/**_____/_____ **Horário:** _____
Local: _____

2. NORMA, PROCEDIMENTO OU DETERMINAÇÃO RELACIONADA AO FATO
( ) Estatuto do Servidor – Lei 1.530/2005
( ) Estatuto da GCM – Lei 2.800/2024
( ) Outro (Especificar):

3. FINALIDADE DA NOTIFICAÇÃO
A presente Notificação Administrativa tem por finalidade dar ciência ao servidor acerca dos fatos acima descritos e oportunizar a apresentação de esclarecimentos ou justificativa por escrito, bem como, quando cabível, promover orientação funcional visando ao adequado cumprimento dos deveres e atribuições inerentes ao serviço.
A presente notificação possui caráter administrativo, preventivo e orientativo, não constituindo penalidade disciplinar e não implicando, por si só, reconhecimento de infração ou responsabilidade funcional.
4. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO
Fica assegurado ao servidor o prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência da Notificação, para apresentar, por escrito, os esclarecimentos ou a justificativa que entender pertinentes, devendo a manifestação ser apresentada à chefia responsável por sua emissão.

Ouro Branco, ____ de _____ de _____ .

_____.
Assinatura da Chefia/MASP/MATRÍCULA

_____.
Assinatura do Notificado(a)/MASP/MATRÍCULA

DA RECUSA DE ASSINATURA
Certifico que o servidor(a) acima identificado foi cientificado do conteúdo da presente Notificação Administrativa, porém recusou-se a assinar o documento.
Data:_____ /_____/_____.

_____.
Assinatura da Chefia/MATRÍCULA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
_____
Matrícula ou CPF

2. _____
Nome_____
Matrícula ou CPF

ANEXO II

MANIFESTAÇÃO DO SERVIDOR(A) EM RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Referência: Memorando nº _____
Servidor(a): _____
Matrícula: _____
Cargo/Classe: _____
Setor/Lotação: _____
Data da Notificação:_____ /_____/_____
Chefia responsável pela notificação: _____

Eu,_____, servidor(a) integrante da _____, Matrícula nº _____, em atenção à Notificação Administrativa acima identificada, venho, respeitosamente, apresentar os seguintes **ESCLARECIMENTOS** acerca dos fatos nela descritos:

1. DOS ESCLARECIMENTOS

2. DECLARAÇÃO
Declaro, para os devidos fins, que as informações apresentadas nesta manifestação correspondem à minha versão dos fatos, prestadas com a finalidade de esclarecer os acontecimentos relacionados à presente Notificação Administrativa.

Ouro Branco, ____ de _____ de _____.

3. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR(A)
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo/Classe: _____
Assinatura:_____

4. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO DA CHEFIA RESPONSÁVEL
Após análise da manifestação apresentada pelo servidor(a):
( ) **Esclarecimentos acolhidos**, determinando-se o encerramento e arquivamento da Notificação Administrativa.
( ) **Esclarecimentos parcialmente acolhidos**, conforme fundamentação abaixo.
( ) **Esclarecimentos não acolhidos**, conforme fundamentação abaixo.
( ) **Necessidade de encaminhamento aos órgãos de controle**, para análise e adoção das providências cabíveis.

5. FUNDAMENTAÇÃO/OBSERVAÇÕES:

Ouro Branco, ____ de _____ de _____.

IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA RESPONSÁVEL
Nome: _____
Cargo/Função: _____
Matrícula: _____
Assinatura da Chefia _____

ANEXO III

ORIENTAÇÃO FUNCIONAL

Referência: Notificação nº _____
Servidor(a):_____
Matrícula:_____
Cargo/Classe:_____
Setor/Lotação:_____
Chefia responsável: _____

1. FATO OU SITUAÇÃO QUE MOTIVOU A ORIENTAÇÃO

2. NORMA, PROCEDIMENTO OU DETERMINAÇÃO RELACIONADA
( ) Lei Municipal nº 1.530/2005
( ) Lei Municipal nº 2.800/2024
( ) Regulamento, Decreto, Portaria ou Instrução Normativa
( ) Ordem ou determinação de serviço
( ) Outro (Especificar):_____

3. ORIENTAÇÃO FUNCIONAL
Considerando os fatos ou circunstâncias acima registradas, o(a) servidor(a) fica **ORIENTADO(A)** quanto à necessidade de observar:

A presente Orientação Funcional possui caráter administrativo, educativo, preventivo e não punitivo, destinando-se ao aperfeiçoamento da conduta funcional, à adequada observância dos deveres, normas, procedimentos e determinações de serviço e à melhoria da prestação do serviço público.
Sua emissão não constitui penalidade disciplinar, não implica, por si só, reconhecimento da prática de infração administrativa e não substitui sindicância, Processo Administrativo Disciplinar ou outro procedimento legalmente cabível quando presentes os respectivos pressupostos.

CIÊNCIA
Declaro ter recebido ciência do conteúdo da presente Orientação Funcional.

Ouro Branco, ____ de _____ de _____.

Chefia responsável
Cargo/Função: _____
Matrícula: _____

Servidor(a) orientado(a)
Nome: _____
Matrícula: _____

DA RECUSA DE ASSINATURA
Certifico que o servidor(a) acima identificado foi cientificado do conteúdo da presente Notificação Administrativa, porém recusou-se a assinar o documento.

Data:_____ /_____/_____.

_____.
Assinatura da Chefia/MATRÍCULA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
_____
Matrícula ou CPF

2. _____
Nome
_____
Matrícula ou CPF

ANEXO IV

TERMO DE RESSARCIMENTO VOLUNTÁRIO AO ERÁRIO

Referência do procedimento: _____
Servidor(a): _____
Matrícula: _____
Cargo/Classe: _____
Setor/Lotação: _____

IDENTIFICAÇÃO DO DANO
Bem/material atingido: _____
Data do fato: ___ /_____/_____
Local: _____
Descrição resumida:

Valor apurado para ressarcimento: R$ _____
Documento utilizado para apuração do valor:

MANIFESTAÇÃO DO SERVIDOR
Eu, _____, Matrícula nº _____, declaro que fui informado(a) acerca dos fatos, do dano material identificado e do valor acima indicado e, de forma livre, expressa e voluntária, manifesto minha concordância em promover o ressarcimento ao erário no valor de R$ _____ , observada a forma de pagamento admitida pela legislação e pelos procedimentos administrativos municipais.
Declaro, ainda, que a presente manifestação é realizada sem coação ou imposição e após ciência das informações constantes deste Termo.

FORMA DE RESSARCIMENTO
( ) Pagamento integral.
( ) Desconto em folha de pagamento, desde que autorizado e admitido pela legislação aplicável.
Quantidade de parcelas, quando cabível: _____
Valor de cada parcela: R$ _____

COMPROMISSO
A assinatura deste Termo formaliza exclusivamente a manifestação voluntária de ressarcimento do dano patrimonial nele identificado.
O ressarcimento não constitui penalidade disciplinar e sua celebração não afasta, por si só, eventual apuração administrativa quando os fatos também apresentarem elementos indicativos de infração funcional, ressalvadas as hipóteses em que a legislação expressamente autorize solução diversa.
Da mesma forma, a assinatura deste Termo não importará, por si só, confissão quanto à prática de infração disciplinar, restringindo-se seus efeitos ao ressarcimento patrimonial expressamente assumido.

Ouro Branco, ____ de _____ de _____.

SERVIDOR(A)
Nome:_____
Matrícula:_____

SECRETÁRIO MUNICIPAL
Nome:_____
Matrícula:_____

TESTEMUNHA
Nome:_____
Matrícula:_____

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:3BFD61A9

PREFEITURA DE OURO BRANCO
ORTARIA PMOB 377, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA ASSESSOR DE SERVIÇOS II

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. Nomear, Maria Jose da Conceição Martinho Gonçalves para exercer o cargo em comissão de Assessor de Serviços II, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV05, constante da Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. É parte integrante e indissociável desta portaria o Anexo I;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 22 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:C1429E47

PREFEITURA DE OURO BRANCO
ORTARIA PMOB/378, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

P

SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE 0 MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES PORTARIA PMOB/143, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77, incisos III, VII, e XI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE,

Art. 1° Designar a servidora Silvana Freitas de Almeida Luna para exercer temporariamente a função de membro de comissão de Processos Administrativos Disciplinares, durante o período de férias da servidora Aldria Virgínia da Silva, de 21/09/2026 a 21/10/2026.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria PMOB/143, de 19 de fevereiro de 2025, e restando ratificado todos os atos de alterações anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/09/26.

Ouro Branco, 22 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:008520D3

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/375, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RETIFICA ART.1º DA PORTARIA PMOB/26 de 04 de maio de 2026**.**

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025,
RESOLVE,
Art. 1º. Retificar o Art.1º da Portaria PMOB/206 de 04 de maio de 2026 : onde se lê " **Exonerar** ", leia-se: "**Exonerar a pedido**".

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na referida Portaria.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 22 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:00C7BDED

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/379, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

ALTERA A PORTARIA PMOB/232, DE 01 DE JULHO DE 2026, QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**.**

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77, incisos III, VII, e XI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam alterados os membros da Comissão de Reconhecimento de Dívida, nomeada pela Portaria PMOB/232, de 01 de junho de 2026, que passará a ter a seguinte composição:

•
Mariana Paula Estevam – Presidente;

•
Aline Raquel Gaio – Membro.

•
Letícia Vitória Amorim Moreira – Membro;

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria PMOB/232, de 01 de junho de 2026, restando ratificado os atos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 28 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:192B891F

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/381, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM RAZÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA PMOB/381, de 29 de setembro de 2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM RAZÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº 1.530/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Branco, especificamente o seu artigo 65, inciso IV, o qual contempla, expressamente, que a vacância de cargo público no Município, decorre, dentre outras hipóteses legais, da aposentadoria;

Considerando que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que, em decorrência da Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o art. 37, § 14, da Constituição Federal, a partir de 13 de dezembro de 2019, o servidor aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, quando vinculado a Órgão público que não disponha de regime próprio de previdência social, deve ser exonerado do cargo, em virtude do rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância, a partir do dia 30 de setembro de 2026, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (em extinção), por motivo de APOSENTADORIA, da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO CAMPOS DE REZENDE, nos termos do artigo 65, inciso IV da Lei Municipal nº 1.530/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 2º. Determinar as providências cabíveis para o afastamento do cargo de provimento efetivo e para que a servidora não seja acometida, a partir desta data, de nenhuma atribuição no Poder Executivo, neste cargo, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 29 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:55D7D3D5

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/382, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA PMOB/382, de 29 de setembro de 2026

NOMEIA ASSESSOR I

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear, a partir de 14 de setembro 2026, Maria Thereza Cardoso Suzano para exercer o cargo em comissão de Assessor I, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV008, constante da Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 29 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:78AED512

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/382, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA ASSESSOR I

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear, a partir de 14 de setembro 2026, Maria Thereza Cardoso Suzano para exercer o cargo em comissão de Assessor I, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV008, constante da Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 29 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:DD01B62A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/384, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM RAZÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº 1.530/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Branco, especificamente o seu artigo 65, inciso IV, o qual contempla, expressamente, que a vacância de cargo público no Município, decorre, dentre outras hipóteses legais, da aposentadoria;

Considerando que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que, em decorrência da Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o art. 37, § 14, da Constituição Federal, a partir de 13 de dezembro de 2019, o servidor aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, quando vinculado a Órgão público que não disponha de regime próprio de previdência social, deve ser exonerado do cargo, em virtude do rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância, a partir do dia 01 de outubro de 2026, do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, por motivo de APOSENTADORIA, da servidora CAMILA DA SILVA DINIZ ARCANJO, nos termos do artigo 65, inciso IV da Lei Municipal nº 1.530/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 2º. Determinar as providências cabíveis para o afastamento do cargo de provimento efetivo e para que a servidora não seja acometida, a partir desta data, de nenhuma atribuição no Poder Executivo, neste cargo, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 30 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:CA4D1423

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/385, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM RAZÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº 1.530/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Branco, especificamente o seu artigo 65, inciso IV, o qual contempla, expressamente, que a vacância de cargo público no Município, decorre, dentre outras hipóteses legais, da aposentadoria;

Considerando que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que, em decorrência da Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o art. 37, § 14, da Constituição Federal, a partir de 13 de dezembro de 2019, o servidor aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, quando vinculado a Órgão público que não disponha de regime próprio de previdência social, deve ser exonerado do cargo, em virtude do rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância, a partir do dia 01 de outubro de 2026, do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, por motivo de APOSENTADORIA, da servidora MARIA DAS GRACAS WERNER, nos termos do artigo 65, inciso IV da Lei Municipal nº 1.530/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 2º. Determinar as providências cabíveis para o afastamento do cargo de provimento efetivo e para que a servidora não seja acometida, a partir desta data, de nenhuma atribuição no Poder Executivo, neste cargo, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 30 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:1236E8A9

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/389, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA O TRATO DE ASSUNTO DE INTERESSE PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 1.867, de 12 de setembro de 2011 e alterações,

Considerando o disposto na Lei nº 2.236, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Lei Municipal nº 1.530/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que o servidor estável poderá obter licença sem remuneração pelo prazo de dois anos, prorrogável por igual período, desde que haja interesse do Município;

Considerando que a servidora Marília Sueli da Silva Azevedo Almeida, Enfermeira, requereu concessão da licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois anos, compreendido entre 16/09/2026 a 15/09/2028;

Considerando que a concessão da licença não acarretará necessidade de nova contratação e não prejudicará a Administração Pública;

Considerando, ainda, que a licença poderá ser cassada no interesse do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida à servidora **Marília Sueli da Silva Azevedo Almeida** a Licença para o Trato de Assunto de Interesse Particular, pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 16/09/2026 a 15/09/2028.

A**rt. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 7 de outubro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:9AEBB33A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/389, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA PMOB/389, de 7 de outubro de 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA O TRATO DE ASSUNTO DE INTERESSE PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 1.867, de 12 de setembro de 2011 e alterações,

Considerando o disposto na Lei nº 2.236, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Lei Municipal nº 1.530/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que o servidor estável poderá obter licença sem remuneração pelo prazo de dois anos, prorrogável por igual período, desde que haja interesse do Município;

Considerando que a servidora Marília Sueli da Silva Azevedo Almeida, Enfermeira, requereu concessão da licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois anos, compreendido entre 16/09/2026 a 15/09/2028;

Considerando que a concessão da licença não acarretará necessidade de nova contratação e não prejudicará a Administração Pública;

Considerando, ainda, que a licença poderá ser cassada no interesse do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida à servidora **Marília Sueli da Silva Azevedo Almeida** a Licença para o Trato de Assunto de Interesse Particular, pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 16/09/2026 a 15/09/2028.

A**rt. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 7 de outubro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:0C7DD434

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/390, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Resolução 19/2026, que "Autoriza a devolução e subsequente baixa no inventário geral da câmara de Ouro Branco/MG dos bens móveis que especifica e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam recebidos, para todos os fins de direito, os bens elencados na Resolução 19/2026 da Câmara Municipal (ANEXO I).

A**rt. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 7 de outubro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:F44E50B4

PREFEITURA DE OURO BRANCO
RETIFICA ART.1º DA PORTARIA PMOB/139, DE 6 DE ABRIL DE 2026

PORTARIA PMOB/376, de 22 de setembro de 2026.

RETIFICA ART.1º DA PORTARIA PMOB/139, DE 6 DE ABRIL DE 2026

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025,
RESOLVE,
Art. 1º. Retificar o Art.1º da PORTARIA PMOB/139, de 6 de abril de 2026: onde se lê " Exonerar ", leia-se: "Exonerar a pedido".

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na referida Portaria.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 22 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:0F7D7F47

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026 – PRC Nº 110/2026

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026 – PRC Nº 110/2026**, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE VOZ E DE OUTROS SINAIS, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) CONTEMPLANDO AS LIGAÇÕES DO TIPO FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL, LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (REGIÕES I, II E III) E DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL POR MEIO DE TELEFONES FIXOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, NOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDOS.** Fica adjudicado o item e homologado o processo tendo como vencedor a empresa: **VERO S.A**, no valor total de **R$ 16.999,99** (Dezesseis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos); Data: **21/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:40988969

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026 – PRC Nº 120/2026

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026 – PRC Nº 120/2026**, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DA LAVANDERIA DOS HOSPITAL RAYMUNDO CAMPOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS COMPONENTES MATERIAS MAO DE OBRA ESPECIALIZADA DESMONTAGEM MONTAGEM TRANSPORTE REGULAGEM TESTES OPERACIONAIS ADEQUAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS.** Fica ratificado o processo com valor de **R$ 65.000,00** (Sessenta e cinco mil reais). Data da ratificação: **08/10/2026**.

HIDERALDO BELINI SOARES DE MELLO,
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:5B5041AB

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026 – PRC Nº 122/2026

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026 – PRC Nº 122/2026**, que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO INTEGRANTES DO SISTEMA VALEBLOCOS DESTINADOS A EXECUÇÃO DE ESTRUTUTA DE CONCENTRAÇÃO LOCALIZADA NA DIVISA ENTRE A RUA PAINEIRA E OS FUNDOS DO IMOVEL SITUADO NA RUA EUCALIPTO Nº 535, BAIRRO BELVEDERE NO MUNICIPIO DE OURO BANCO / MG COMPREENDENDO 85 (OITENTA E CINCO) UNIDADES DE VALEBLOCOS COM DIMENSOES DE 1,60 X 0,80 X 0,60 M E 6 (SEIS) UNIDADES COM DIMENSOES DE 0,80 X 0,80 X 0,60 M TOTALIZANDO 91 (NOVENTA E UMA) UNIDADES.** Fica ratificado o processo com valor de **R$ 57.200,00** (Cinquenta e sete mil e duzentos reais). Data da ratificação: **07/10/2026**.

ADRIANO FERREIRA PEREIRA,
Secretário Municipal de Infraestrutura.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:BF9D447D

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 096/2026, FIRMADO COM A EMPRESA VERO S.A

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 096/2026,** Firmado Com A Empresa **VERO S.A,** Oriundo Da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026 – PRC Nº 110/2026**, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE VOZ E DE OUTROS SINAIS, VISANDO A**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) CONTEMPLANDO AS LIGAÇÕES DO TIPO FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL, LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (REGIÕES I, II E III) E DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL POR MEIO DE TELEFONES FIXOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, NOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDOS; Valor da contração: **R$ 17.000,00** (Dezessete mil reais); Vigência: **3 meses** de sua publicação; Data de assinatura: **21/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:4A49C489

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 101/2026, FIRMADO COM A EMPRESA STAR TECH SOLUÇÕES LTDA

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 101/2026,** Firmado Com A Empresa **STAR TECH SOLUÇÕES LTDA,** Oriundo Da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026 – PRC Nº 120/20266**, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DA LAVANDERIA DOS HOSPITAL RAYMUNDO CAMPOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS COMPONENTES MATERIAS MAO DE OBRA ESPECIALIZADA DESMONTAGEM MONTAGEM TRANSPORTE REGULAGEM TESTES OPERACIONAIS ADEQUAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS**; Valor da contração: **R$ 65.000,00** (Sessenta e cinco mil reais); Vigência: **30 trinta dias**; Data de assinatura: **09/10/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:1C6D9F58

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 102/2026, FIRMADO COM A EMPRESA VALEMIX CONCRETOS E SERVIÇOS LTDA

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 102/2026,** Firmado Com A Empresa **VALEMIX CONCRETOS E SERVIÇOS LTDA,** Oriundo Da **INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026 – PRC Nº 122/2026**, que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO INTEGRANTES DO SISTEMA VALEBLOCOS DESTINADOS A EXECUÇÃO DE ESTRUTUTA DE CONCENTRAÇÃO LOCALIZADA NA DIVISA ENTRE A RUA PAINEIRA E OS FUNDOS DO IMOVEL SITUADO NA RUA EUCALIPTO Nº 535, BAIRRO BELVEDERE NO MUNICIPIO DE OURO BANCO / MG COMPREENDENDO 85 (OITENTA E CINCO) UNIDADES DE VALEBLOCOS COM DIMENSOES DE 1,60 X 0,80 X 0,60 M E 6 (SEIS) UNIDADES COM DIMENSOES DE 0,80 X 0,80 X 0,60 M TOTALIZANDO 91 (NOVENTA E UMA) UNIDADES**; Valor da contração: **R$ 57.200,00** (Cinquenta e sete mil e duzentos reais); Vigência: **60 sessenta dias**; Data de assinatura: **09/10/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:FC3E504A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O DESPACHO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: PRC Nº 101/2026

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O DESPACHO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: PRC Nº 101/2026** MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026** OBJETO: **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE PRODUTOS QUÍMICOS E SISTEMA DE DOSAGEM PARA A LAVANDERIA DO HOSPITAL RAYMUNDO CAMPOS**. ASSUNTO: Despacho de Encerramento e Determinação de Arquivamento dos Autos por Fracasso do Certame.

No uso das atribuições legais a mim conferidas, e em estrito cumprimento às normas que regem as contratações públicas sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, profiro a presente decisão terminativa nos autos do processo em epígrafe.

Diante da juntada do Ofício nº 80/2026-HRC, emitido pela Diretoria Administrativa do Hospital Raymundo Campos, restou exarada a rejeição técnica definitiva da proposta da empresa Hitop, face ao descumprimento de requisitos obrigatórios de eficácia microbiológica fixados no Termo de Referência.

Em estrita vinculação ao instrumento convocatório, esta Pregoeira efetuou a desclassificação da licitante na plataforma eletrônica de compras. Não havendo outros proponentes na disputa de lances e restando inviável a obtenção de proposta que atenda às especificações de biossegurança do hospital, o respectivo item foi declarado FRACASSADO na sessão pública.

Considerando que a fase de lances e julgamento foi esgotada sem a obtenção de uma proposta válida e exequível, restou frustrado o escopo competitivo do presente certame licitatório.

Diante da perda do objeto por ausência de licitantes aptos e em conformidade com o rito processual administrativo, DECLARO ENCERRADOS os procedimentos do Pregão Eletrônico nº 022/2026 e DETERMINO O IMEDIATO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, dando-se a baixa definitiva nos registros cadastrais e nos sistemas de controle deste município.

Publique-se o extrato da ata com o termo de encerramento da sessão para ciência dos interessados e proceda-se ao arquivamento eletrônico do feito.

Ouro Branco/MG, 9 de outubro de 2026.

MONALISA MORAES BARBOSA.
Pregoeira.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:EAA4D486

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024**, firmado com a empresa **QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** O objeto do termo aditivo é apresentar o valor retroativo dos preços praticados nas medições pagas a partir da data base 27/11/2024, para a diferença nas medições será pago o valor de **R$ 33.414,90** (Trinta e três mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa centavos). Data de assinatura: **26/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:96ED1339

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024**, firmado com a empresa **QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** O objeto do termo aditivo é o reajuste retroativos dos preços praticados pelo índice INCC de 6,41% resultando no valor de **R$ 46.015,17** (Quarenta e seis mil, quinze reais e dezessete centavos). Data de assinatura: **26/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:B5C3978F

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 103/2024**, firmado com a empresa **QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** O objeto do termo aditivo é a renovação do contrato por mais 1 mês compreendendo o período de 27/08/2026 até 26/09/2026. Data de assinatura: **26/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:F2F96485

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 166/2024

A Prefeitura Municipal De Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB 166/2024**, firmado com **DANIEL LUIS DA SILVEIRA.** O objeto do termo aditivo é a renovação de 1 mês pelo período de 27/09/2026 até 26/10/2026. Valor da renovação **R$ 4.443,67** (Quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos). Data de assinatura: **24/09/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:62E5D805

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
ADESÃO

PREFEITURA DE OURO FINO/MG – Processo nº 227/2026 – Adesão a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 070/2026 - Pregão Eletrônico nº 036/2026 do Município de Itapeva. Objeto: Execução de tapa buraco e pavimentação asfáltica. Contratada: Ouropav Construtora e Loteadora Ltda- CNPJ: 14.341.694/0001-35; Valor R$ 1.045.116,00 (um milhão quarenta e cinco mil cento e dezesseis reais).

Ouro Fino 07 de outubro de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:07E6B085

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE OURO FINO - MG. Prorrogação Contratual. Processo Licitatório nº 222/2022. Inexigibilidade nº 019/2022. Contrato nº 180/2022. Objeto: prorrogação da prestação de serviços bancários de recebimento de tributos municipais e demais receitas públicas, por meio de Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, em padrão da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN. Contratada: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi UniEstados, CNPJ nº 87.780.268/0001-71. Prazo da prorrogação: 12 (doze) meses. Vigência: 10/10/2026 a 10/10/2027. Data da assinatura do Termo de Prorrogação: 18/09/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:5EFEBBBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. EXTRATO TERMO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025.REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. Extrato Termo Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Processo Licitatório nº 007/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025.Registro de Preços nº 006/2025 - Ata de Registro de Preços nº 024/2025 - Signatário: PEDRO BENEDITO DE AZEVEDO - Objeto: A aplicação de reequilibrio economico financeiro ao valor do Item 02 – Valor R$ 100,37 - Fundamento Legal: Art. 140 da Lei nº 14.133/21- Data: 03/09/2026 -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:EF7D4254

CONVÊNIOS
LISTA DE SELECIONADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA PNAB Nº 01/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS
EDITAL DE PREMIAÇÃO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de **Ouro Fino**, por meio da Divisão de Turismo, Cultura e Lazer, torna pública a Seleção de Projetos no Edital de Chamamento Público da PNAB 01/2026, oriundos da Lei 14.399 de 08 de Julho de 2022 (Lei Aldir Blanc).
Os proponentes foram avaliados pelos pareceristas, conforme determina o edital, que seguiram os critérios estabelecidos no **Anexo IV**. Contra a decisão, caberá recurso de acordo com as condições previstas no edital. Não havendo interposição de recurso manterá válida a classificação atual.

Faixa: R$2.500,00

Proponente	CPF ou CNPJ	Pontuação	Status
Jacqueline Aparecida de Souza	124.318.316-04	46	Classificado
Paulo Henrique Raimundo	036.307.166-01	42	Classificado
Rodrigo Aparecido Jacinto	078.528.456-73	34	Classificado
Rodrigo Monteiro Lima Alvarenga	100.957.976-29	30	Classificado

GABRIEL BATISTA VILELA
Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Lazer

Publicado por:
Isabela Marinello Gomes
Código Identificador:07D0AFF1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.523/2026

DECRETO Nº 4.523/2026

Abre Crédito Suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 2.333.885,94, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas
atribuições legais, com base no inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.335 de 19 de dezembro de 2025 - LOA 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 2.123.885,94 (dois milhões cento e vinte e três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.01.01.04.122.0001.2.001 - Manut Atividades do Gabinete do Prefeito			
3190 13 - Obrigações Patronais	44	1.500.000.0.000.000	R$ 25.000,00
3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	45	1.500.000.0.000.000	R$ 4.000,00
02.01.02.04.092.0001.2.005 - Manut Atividades Procuradoria Geral			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54	1.500.000.0.000.000	R$ 80.000,00
02.01.03.04.1124.0001.2.004 - Manut Atividades do Controle Interno			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	951	1.500.000.0.000.000	R$ 25.000,00
02.02.01.04.122.0001.0.005 - Convenio com a Polícia Militar de MG			
3390 30 - Material de Consumo	68	1.500.000.0.000.000	R$ 500,00
02.02.01.04.122.0001.2.006 - Manut Ativ de Planejamento e Gestão			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	70	1.500.000.0.000.000	R$ 80.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	79	1.500.000.0.000.000	R$ 27.900,00
3390 40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	81	1.500.000.0.000.000	R$ 100.688,00
02.02.03.04.122.0001.2.013 - Manut Ativi Dep Compras, Licitações e Contratos			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	105	1.500.000.0.000.000	R$ 30.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	107	1.500.000.0.000.000	R$ 12.000,00
02.02.05.129.0001.2.017 - Manut Ativ Tributação, Cadastro e Fiscalização			
3190 13 - Obrigações Patronais	132	1.500.000.0.000.000	R$ 15.000,00
02.02.06.13.392.0018.2.078 - Manut Ativ da Divisão de Cultura			
3190 13 - Obrigações Patronais	144	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00
02.02.07.27.812.0019.2.079 - Manut Ativ de Esporte e de Lazer			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	162	1.500.000.0.000.000	R$ 15.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	163	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00
3390 30 - Material de Consumo	166	1.500.000.0.000.000	R$ 3.000,00
02.03.03.12.365.0005.2.021 - Manut Ativ da Educação Infantil			
3190 13 - Obrigações Patronais	196	1.500.000.1001.001.005	R$ 7.000,00
3390 30 - Material de Consumo	199	1.500.000.1001.001.005	R$ 7.500,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	202	1.500.000.1001.001.005	R$ 1.400,00
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	716	1.500.000.1001.001.005	R$ 28.000,00
02.03.03.12.365.0007.2.024 - Manut Transporte Escolar Educação Infantil			
3390 30 - Material de Consumo	207	1.553.000.0.045.001	R$ 200,00
02.0304.12.361.0006.2.025 - Manut Ativ do Ensino Fundamental			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	210	1.500.000.1001.001.005	R$ 5.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	211	1.500.000.1001.001.005	R$ 25.000,00
3390 30 - Material de Consumo	214	1.500.000.1001.001.005	R$ 5.800,00
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	717	1.500.000.1001.001.005	R$ 120.000,00
02.03.04.12.361.0007.2.027 - Manut Transp Escolar Ensino Fundamental			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1068	1.553.000.0.045.001	R$ 4.000,00
02.03.05.12.365.0004.2.032 - Manut Ativ Creche Municipal - Fundeb			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	906	1.540.000.1072.018.003	R$ 35.000,00
02.03.05.12.365.0005.2.033 - Manut Ativ Educ Infantil - Fundeb			
3190 13 - Obrigações Patronais	255	1.540.000.1070.018.001	R$ 25.000,00
02.03.05.12.361.0006.2.030 - Manut Ativ Ens Fundamental - Fundeb			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	236	1.540.000.1070.018.001	R$ 40.000,00
02.03.06.12.306.0008.2.039 - Fornecimento Merenda Ecolar - Creches			
3390 30 - Material de Consumo	268	1.550.000.0.047.001	R$ 5.000,00
02.03.06.12.306.0008.2.040 - Fornecimento Merenda Escolar - Infantil			
3390 30 - Material de Consumo	271	1.550.000.0.047.001	R$ 5.000,00
02.03.06.12.306.0008.2.041 - Fornecimento Merenda Ecolar - Fundamental			
3390 30 - Material de Consumo	274	1.550.000.047.001	R$ 5.000,00
02.04.01.10.122.0001.2.048 - Manut Ativ Administrativas da Saúde			
3190 13 - Obrigações Patronais	292	1.500.000.1002.002.008	R$ 15.000,00
02.04.02.10.301.0009.2.049 - Manut Ativ Unidades Básicas de Saúde			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	305	1.500.000.1002.002.008	R$ 125.000,00
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	307	1.500.000.1002.002.008	R$ 500.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	310	1.500.000.1002.002.008	R$ 130.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	319	1.500.000.1002.002.008	R$ 9.000,00
02.04.02.10.302.0010.2.051 - Manut Ativ Saúde Especializada			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	340	1.500.000.1002.002.008	R$ 600,00
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1091	1.500.000.1002.002.008	R$ 1.360,00
02.04.02.10.306.0010.2.055 - Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde			
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1092	1.600.000.0.059.047	R$ 12.758,94
02.04.02.10.303.0028.2.053 - Manut Ativ Assistência Farmacêutica			
3190 13 - Obrigações Patronais	360	1.500.000.1002.002.008	R$ 5.000,00
02.04.02.10.302.0029.2.050 - Manut Ativ do Pronto Atendimento			
3190 13 - Obrigações Patronais	350	1.500.000.1002.002.008	R$ 45.000,00
02.04.03.10.301.0009.2.057 - Manut Ativ do Programa Mais Médicos			
3390 48 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Físicas	377	1.500.000.1002.002.008	R$ 800,00
02.04.03.10.301.0009.2.058 - Manut Ativ Agentes Comunitários Saúde			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	378	1.500.000.1002.002.008	R$ 25.000,00
02.04.04.10.305.0011.2.060 - Manut Ativ de Vigilância em Saúde			
3190 13 - Obrigações Patronais	396	1.500.000.1002.002.008	R$ 8.000,00
02.05.01.04.122.0001.2.061 - Manut Ativ Adm da Ação Social			
3190 13 - Obrigações Patronais	403	1.500.000.0.000.002	R$ 5.000,00
02.05.02.08.245.0012.2.064 - Serviços Proteção Social Básica do SUAS			
3390 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	918	1.500.000.0.000.002	R$ 2.000,00
02.05.02.08.244.0013.2.070 - Gestão do Programa Bolsa Familia e Cad. Único			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	416	1.500.000.0.000.002	R$ 7.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	423	1.500.000.0.000.002	R$ 300,00
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	1022	1.500.000.0.000.002	R$ 5.000,00
02.05.06.14.243.0001.2.073 - Apoio e Manut Ativ Conselho Tutelar			
3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	475	1.500.000.0.000.002	R$ 500,00
02.06.01.04.122.0001.2.080 - Manut Ativ Administrativas Obras e Engenharia			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	479	1.500.000.0.000.000	R$ 15.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	481	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00
02.06.02.15.451.0020.2.082 - Manut Ativ de Viação e Urbanismo			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	496	1.500.000.0.000.000	R$ 40.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	498	1.500.000.0.000.000	R$ 28.000,00
02.06.02.15.451.0020.2.082 - Manut Ativ de Viação e Urbanismo			
3390 30 - Material de Consumo	500	1.500.000.0.000.000	R$ 25.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	501	1.500.000.0.000.000	R$ 2.600,00
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	861	2.500.000.0.000.000	R$ 2.889,00
02.06.02.26.782.0020.2.083 - Ativ Controle e Segurança do Trânsito			
3190 13 - Obrigações Patronais	531	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
02.06.02.15.452.0021.2.084 - Manut Ativ de Iluminação Pública			
3390 30 - Material de Consumo	507	1.751.000.017.002	R$ 8.200,00
02.06.02.15.452.0021.2.085 - Manut Serviços de Limpeza Pública			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	509	1.500.000.0.000.000	R$ 1.000,00
3390 30 - Material de Consumo	513	1.500.000.0.000.000	R$ 1.000,00
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1043	1.501.000.0.070.000	R$ 240.000,00
02.06.03.20.122.0022.2.087 - Manut Ativ Administração Rural			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	545	1.500.000.0.000.000	R$ 30.000,00
02.06.03.26.782.0023.2.089 - Manut Ativ de Estradas Vicinais			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	557	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	559	1.500.000.0.000.000	R$ 20.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	567	1.500.000.0.070.000	R$ 27.000,00
02.06.03.18.541.0024.2.090 - Manut Ativ Proteção do Meio Ambiente			
3390 30 - Material de Consumo	934	2.500.000.0.000.000	R$ 1.390,00
02.06.04.04.122.0001.2.094 - Manut Ativ Administração Distrital			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	571	1.500.000.0.000.000	R$ 4.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	573	1.500.000.0.000.000	R$ 3.500,00
TOTAL			**R$ 2.123.885,94**

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura dos créditos de que trata o artigo anterior, decorrem de anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme o disposto no inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.01.02.28.846.0000.0.001 - Cumprimento e Gestão de Setenças Judiciais			
3390 91 - Sentenças Judiciais	59	1.500.000.0.000.000	R$ 1.664.588,00
02.03.02.12.365.0004.2.020 - Fornecimento de Uniformes p/Creche Municipal			
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	192	1.550.000.0.047.001	R$ 15.000,00
02.03.04.12.361.0007.2.027 - Manut Transp Escolar Ensino Fundamental			
3390 30 - Material de Consumo	227	1.553.000.0.045.001	R$ 4.200,00
02.03.05.12.367.0005.2.036 - Manut Educação Especial Infantil - Fundeb			
3390 46 - Auxílio Alimentação	259	1.540.000.0.019.001	R$ 40.000,00
02.03.05.12.367.0006.2.037 - Manut Educação Especial Fundamental - Fundeb			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	261	1.540.000.1070.018.001	R$ 60.000,00
02.04.02.10.303.00028.2.054 - Estratégia Regionalização Assist. Farmacêutica			
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	363	1.600.000.0.059.013	R$ 12.758,94
02.06.02.15.451.0020.1.034 - Obras de Infraestrutura Urbana			
4490 51 - Obras e Instalações	489	1.500.000.0.000.000	R$ 47.860,00
4490 51 - Obras e Instalações	941	2.500.000.0.000.000	R$ 4.279,00
02.06.02.15.452.0021.1.036 - Obras de Iluminação Pública			
4493 51 - Obras e Instalações	503	1.751.000.0.017.002	R$ 8.200,00
02.06.03.26.782.0023.1.041 - Obras de Infraestrutura Rural			
4490 51 - Obras e Instalações	554	1.501.000.0.070.000	R$ 267.000,00
TOTAL			**R$ 2.123.885,94**

Art. 3º. Fica aberto Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), em favor de Unidade Orçamentária do Executivo Municipal na dotação a seguir discriminada:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.03.05.12.365.0005.2.033 - Manut Ativ Educ Infantil - Fundeb			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	254	1.540.000.1070.018.001	R$ 80.000,00
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	858	1.540.000.1070.018.001	R$ 30.000,00
02.03.05.12.367.0006.2.037 - Manut Educação Especial Fundamental - Fundeb			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	260	1.540.000.1070.018.001	R$ 100.000,00
TOTAL			R$ 210.000,00

Art. 4º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação, considerando a tendência do exercício financeiro de 2026, apurado na fonte de recurso a seguir especificada, conforme o disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1.540.000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	R$ 210.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Ouro Fino, 01 de outubro de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:6E5B3F2F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 15905/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN-ASSOCEST. JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN-ASSOCEST, inscrito no CNPJ nº 00.385.379/0001-03,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:77BBFD24

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 15906/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN-ASSOCEST. JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN-ASSOCEST, inscrito no CNPJ nº 00.385.379/0001-03,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:C4D2A6BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 15599/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu**. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com a Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu, inscrito no CNPJ nº 16.894.950/0001-47,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:E8999ABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 15600/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu**. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com a Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu, inscrito no CNPJ nº 16.894.950/0001-47,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:49D89280

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 15602/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu**. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com a Associação Dos Voluntários em Defesa das Pessoas em Tratamento ao Câncer de Paracatu, inscrito no CNPJ nº 16.894.950/0001-47,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:4369CE5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU –MG E O ROTARY CLUBE PARACATU UNIVERSITARIO

O Município de Paracatu – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, com sede a Rua da Contagem, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Turismo, o Sr. Igor Araújo Diniz, e o Rotary Clube Paracatu Universitário, inscrita no CNPJ nº nº 08.817.238/0001-16 com sede na Travessa Frei Anselmo n°488, bairro Prado doravante denominada a Organização da Sociedade Civil, representado pelo Sr Stanley Wellington Andrade Porto, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707 de 02 de maio de 2023. Realocação de valores/recurso dos itens previstos no plano de trabalho referente ao Termo de Colaboração/Fomento nº 282/2026, sem alteração da natureza do objeto e do valor do global da parceria. Situação em apreço possui legalidade amparada na Lei nº 13.019, de 2014 e não apresenta quaisquer impedimentos, de cunha legal, que obste o deferimento do pleito formulado, conforme previsto no art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e no art. 82 II, do Decreto Municipal nº 6.707 de 02 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 2014. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, todas as Cláusulas que integram o Termo de Colaboração/Fomento nº 282/2026, inclusive em relação ao prazo de vigência originalmente estabelecido. Data: 09/10/2026. Assinatura: Stanley Wellington Andrade Porto, representante OSC, e, Igor Araújo Diniz, representante Município, Secretário Municipal.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:3977FD94

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 220/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e o **Lar São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo**, **CNPJ nº: 20.582.680/0001-06. DATA:** 02/10/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 5358/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro através de Emenda Parlamentar, do Parlamentar Claudirene Rodrigues de Souza, indicação nº 212/2026 para a aquisição de equipamentos para equipagem da sala médica para atendimento dos residentes do Lar São Vicente. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.01.10.122.0067.2233.4.4.50.42, Ficha: 568. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA:** 05 meses**,** contados a partir da data de sua assinatura e subsequente publicação oficial**. VALOR: R$80.000,00. ASSINATURAS:** Umarques da Silva Couto, Secretário Municipal de Saúde, convenente, e, Geraldo Magela Teixeira da Mota, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:4687C246

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 223/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 13192/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 223/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **ELITE COMÉRCIO DE MÁQUINA E VEÍCULOS LTDA.** Artigos 19 e 181Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 13.192/2026.** OBJETO: **LICITAÇÃO COMPARTILHADA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS – CINF-AMNOR, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 003/2026 – NA FORMA ELETRÔNICA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP.** DATA**: 05/10/2026.** VENCIMENTO**: 13/10/2027.** VALOR: **R$ 205.000,00.** ASSINATURA**: ANTÔNIO HENRIQUE GODINHO** pela contratante e **ELITE COMÉRCIO DE MÁQUINA E VEÍCULOS LTDA pela** contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:AC10D6C1

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE 13-2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8061/2026.
PROCESSO DE COMPRAS N.º 98/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 122/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2026.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Gestão Pública.

REQUERIDO: Secretário Municipal de Gestão Pública.

O Secretário Municipal de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Paracatu – Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe

são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o Decreto Municipal n.º 5984/2021, e também, o disposto no Art. 71, inciso IV, Lei Federal n.º 14.133/2021, acolhem em todos os seus termos o julgamento proferido pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação e equipe de apoio nos autos do processo administrativo em epígrafe, relativo ao processo licitatório de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026**, tendo por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA 03 (TRÊS) ELEVADORES DA MARCA OTIS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE PARACATU-MG**, para o fim de **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** o procedimento licitatório ao licitante, abaixo relacionado. Importante dizer que não teve participante interessado em compor o cadastro reserva.

Vencedores (Valores expressos em R$)

Código: 1157455					
Nome: 48.991.712/0001-46 - TFI ELEVADORES LTDA					
Valor: R$ 57.960,00					
Itens Vencidos:					
Item	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNECIMENTO DE PEÇAS DIVERSAS	UN	1	R$ 57.960,00	R$ 57.960,00

Paracatu-MG, 08 de Outubro de 2026.

LUIZ GUSTAVO NETTO JORDÃO
Secretário Municipal de Gestão Pública

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:0AF198F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 035/2026 – PROCESSO Nº. 043/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – **CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **POSTO JS LTDA, - CNPJ n°. 18.364.026/0001-84.**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis automotivos, compreendendo gasolina comum, etanol, óleo diesel S10 e óleo S500, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Pedra do Indaiá/MG.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 1.295.295,00 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil e duzentos e noventa e cinco reais).

Pedra do Indaiá, 08 de outubro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:4A5EFBF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2025, PROCESSO Nº: 049/2025, PREGÃO PRESENCIAL Nº: 017/2025.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE DIVINOPOLIS., -** CNPJ: 18.384.016/0001-00.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de arbitragem especializada e com conhecimento técnico para atuar em eventos esportivos do Município;

Termo Aditivo referente prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com vencimento em 13/10/2027, a título de reajuste, o índice INPC de 3,98% (Três vírgula noventa e oito pontos percentuais), passando o valor unitário do item 01 para R$ 659,23 (seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos) e o valor unitário do item 02 para R$ 374,32 (trezentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Pedra do Indaiá, 08 de outubro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:DE1F4C0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 105/2026 – PROCESSO Nº. 043/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – **CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **POSTO JS LTDA, - CNPJ n°. 18.364.026/0001-84.**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis automotivos, compreendendo gasolina comum, etanol, óleo diesel S10 e óleo S500, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Pedra do Indaiá/MG.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 1.295.295,00 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil e duzentos e noventa e cinco reais).

Pedra do Indaiá, 08 de outubro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:DDB7170D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
DECRETO N.º 4276/2026

DECRETO N.º 4276, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito por Remanejamento

O gestor de PERDIZES usando das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei n° 2453, de 12/11/2025, decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito REMANEJAMENTO de R$ 3.809.887,32 (Três milhões oitocentos e nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), às dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 3.809.887,32

01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 767.132,91
01 SECRETARIA MUNICIPAL 767.132,91
04122000920010 MANUT. ATIV. AUX. SEC. MUN. GOVERNO 470.224,85
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.684,79
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 257,18
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 415.783,95
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC - PESSOAL 51.498,93

04122002920030 RECURSOS HUMANOS 231.981,19
31909400 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS 34.873,88
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 1.238,73
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 141,84
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 4.749,15
33904600 AUXILIO-ALIMENTACAO 190.977,59

04126001220012 MANUT. SERV. INFORMATICA 14.993,47
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 13.202,55
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 1.790,92

04131001620017 MANUT. E ENCARGOS SETOR DE COMUNICAÇÃO, CERIMONIAS E 42.158,90
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 42.158,90

04181001320013 MANUT. CONVENIO POLICIA MILITAR 5.083,93
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.083,93

04181001320014 MANUT. CONVENIO POLICIA CIVIL 2.690,57
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.423,63
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 266,94

02 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 130.336,34
01 PROCURADORIA GERAL 130.336,34
04062001420015 MANUT. ENCARGOS DOS SERV. JURIDICOS 130.336,34
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 20.332,20
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 109.113,68
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 890,46

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA 182.997,59
01 SECRETARIA MUNICIPAL 113.878,85
04122001820019 MANUT. E ENC. SETOR ALMOX. E PATRIMONIO 495,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 495,00

04122002020021 MANUT. E ENCARGOS DO SETOR DE LICITAÇÃO 32.256,82
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 172,00
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 56,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 27.873,28
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 4.155,54

04122002120022 MANUT. ENCARGOS DA SETOR DE COMPRAS 10.730,07
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.200,00
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 6.530,07

04124002820029 ADM.FINANCEIRA, CONTABILID. E AUDITORIA 70.396,96
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 5.128,00
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 600,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 64.668,96

02 SETOR DE TESOURARIA 69.118,74
04123002320024 CONTR. P/FORMAÇÃO PATR.SERVIDOR PÚBLICO 69.118,74
33904700 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS 69.118,74

04 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 21.209,98
01 CONTROLE INTERNO 21.209,98
04124001520016 MANUT. E ENCARGOS CONTROLE INTERNO 21.209,98
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 8.245,00
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 633,50
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 12.331,48

05 SECRETARIA MUNIC. CONVÊNIOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS 890,46
01 SETOR DE PRESTAÇÕES DE CONTAS E CONVÊNIOS 890,46
04122000820146 MANUT. SECRETARIA CONVENIOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO DE 890,46
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 890,46

]06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 31.957,97
01 SECRETARIA MUNICIPAL 31.957,97
08122006520098 MANUT.SEC.MUN. DE ASSIST. SOCIAL 27.653,10
33717000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 601,50
33900800 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILIT 8.092,34
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 11.835,52
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 7.123,74

08243006820182 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 622,87
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 622,87

08244003720111 MANUTENÇÃO DO VELÓRIO MUNICIPAL 238,89
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 238,89

08367006720102 ATEND. À PESSOA PORT. DEFICIÊNCIA – APAE 3.443,11
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.680,77
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 762,34

07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 66.540,00
01 FUNDO MUNICIPAL 66.540,00
08244007020107 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 66.540,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 66.540,00

09 SECRETARA MUNIC. AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E LIMPEZA PUBL 106.508,82
01 SECRETARIA MUNICIPAL 90.285,35

20122007620115 MANUT.DESENV. DAS ATIVID. AGROPECUÁRIAS 90.285,35
33717000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 26.840,55
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 10.141,00
33903200 MATERIAL BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 17.250,80
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 1.382,03
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 150,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 34.520,97

02 SETOR DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS AMBIENTAIS 6.584,62
20181007720138 MANUT. CONVENIO POLICIA AMBIENTAL 6.584,62
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 5.741,66
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 842,96

03 SETOR DE AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS PÚBLICOS 9.638,85
17512008320045 MANUT. DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA 9.638,85
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 9.638,85

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, MÁQUINAS E SERV. RURAIS 67.563,08
01 SECRETARIA MUNICIPAL 39.098,91
15122003220035 MANUT.ENC.SEC. MUN. MAQUINAS TRANSPORTES 6.127,82
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 6.127,82

26782004120044 MANUT. E ENCARGOS DAS ESTRADAS VICINAIS 32.971,09
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 32.971,09

02 SETOR DE TRANSPORTES 28.464,17
26122004520049 MANUT. DA SETOR DE TRANSPORTE 28.464,17
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 25.505,84
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.958,33

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 501.600,67
01 SECRETARIA MUNICIPAL 501.600,67
12122004620050 MANUTENÇÃO SECRETARIA EDUCAÇÃO 5.601,50
33717000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 601,50
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

12122006020072 MANUT. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 276.946,87
31909400 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS 276.946,87

12306006120079 MANUT. MERENDA ESCOLAR - RECURSOS MUNIC. 11.578,28
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 11.578,28

12361004620051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 85.093,68
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 1.413,56
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 83.680,12

12361005320064 MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR 13.213,51
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.472,71
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.740,80

12363011020242 COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O IFTM 893,60
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 893,60

12365005110018 CONSTR.AMPL.ADAPT.REF. PRÉDIOS P/ CRECHE 105.273,51
44905100 OBRAS E INSTALACOES 105.273,51

12365005120058 MANUTENÇÃO CRECHE 2.999,72
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.999,72

14 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 65.378,68
01 SECRETARIA MUNICIPAL 65.378,68
10122002020086 MANUT. ATIV. ADMINISTRATIVAS SECRETARIA 65.378,68
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 63.018,02
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.360,66

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 1.479.463,43
01 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 1.416.006,96
10301006420091 MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUB.SAÚDE 668.969,45
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 61.862,38
31901300 OBRIGACOES PATRONAIS 152.880,86
33717000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 601,50
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 136.205,21
33903200 MATERIAL BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 265.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 45.093,34
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 7.326,16

10301006420093 MANUT. PAB – FIXO 581.756,42
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 525.399,12
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 56.357,30

10301006420169 MANUTENÇÃO DO PMAQ 133.566,22
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 133.566,22

10301006420171 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL 31.714,87
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 31.714,87

02 BLOCO MEDIA ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR 54.122,87
10302006420172 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA 6.824,46
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 6.824,46

10302008620094 MANUT. ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL 47.298,41
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 47.298,41

03 BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE 1.671,34
10305008820097 MANUTENÇÃO SERVIÇOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA 1.671,34
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 1.671,34

04 BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 7.662,26
10303006420095 MANUTENÇÃO SERVIÇOS - ASSISTENCIA FARMACEUTICA 7.662,26

31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.662,26

16 SECRETARIA MUNIC. SEG. PUBL., TRÂNS. MOB. URB. E DEFESA CIVIL 63.634,33
01 SECRETARIA MUNICIPAL 63.634,33
06183009620177 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO MONI 238,89
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 238,89

15451003310003 CONST.PASS.MEIO-FIOS,SARJ.MURO PONT.BUEI 63.395,44
44905100 OBRAS E INSTALACOES 63.395,44
17 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS 13.533,59
01 SECRETARIA MUNICIPAL 13.533,59
15122003120032 MANUT. SECRET.MUN. DE OBRAS 13.383,59
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 1.271,20
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.244,75
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 742,05
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.125,59

15451003420037 MANUT.CONS.PRAÇ.PARQ.JARD.LOG. PÚBLICOS 150,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 150,00

19 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA 4.056,30
01 FUNDO MUNICIPAL 4.056,30
08241006620100 MANUT. ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS IDOSOS 4.056,30
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 4.056,30

20 SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTOS 93.052,09
01 SECRETARIA MUNICIPAL 93.052,09
04129002520026 SETOR DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTOS 93.052,09
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 413,00
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 115,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 82.184,61
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 10.339,48

21 SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO 214.031,08
01 ESPORTE 206.195,06
27811005720068 MANUT.CONSERV.GIN.POLIESP.C.FUT.SOC. OUT 7.177,78
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 7.177,78

27811005720069 MANUT. ATIVIDADES DESPORTIVAS 199.017,28
33504100 CONTRIBUICOES 25.000,00
33717000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 601,50
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 99.712,67
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 12.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 56.703,11

02 CULTURA 7.836,02

13392005520066 MAN.ATIV.CULT.ART.CIENT.FOLCL. PERDIZES 7.836,02
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.278,43
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5.557,59

Artigo 2º - Para ocorrer ao disposto no artigo anterior será anulado parcialmente o valor de R$ 3.809.887,32 (Três milhões oitocentos e nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos):

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 3.809.887,32
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 722.128,78
01 SECRETARIA MUNICIPAL 722.128,78
04122000920010 MANUT. ATIV. AUX. SEC. MUN. GOVERNO 131.423,63
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 129.000,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.423,63

04122002920030 RECURSOS HUMANOS 527.466,42
33904600 AUXILIO-ALIMENTACAO 527.466,42
04181001320013 MANUT. CONVENIO POLICIA MILITAR 1.238,73
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 1.238,73
04782009520175 MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA OPERACIONAL AOS COMERCIANTE 62.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 62.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA 696.333,02
01 SECRETARIA MUNICIPAL 38.142,78
04122002020021 MANUT. E ENCARGOS DO SETOR DE LICITAÇÃO 12.000,00
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 12.000,00

04122002120022 MANUT. ENCARGOS DA SETOR DE COMPRAS 19.000,00
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 19.000,00

04124002820029 ADM.FINANCEIRA, CONTABILID. E AUDITORIA 7.142,78
33903500 SERVICOS DE CONSULTORIA 7.142,78

02 SETOR DE TESOURARIA 658.190,24
28843002420025 PGTO. DA DIVIDA FUNDADA INTERNA 658.190,24
32902100 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO 97.590,14
32902200 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO 253.550,41
46907100 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO 307.049,69

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 20.000,00
01 SECRETARIA MUNICIPAL 20.000,00
08122006520098 MANUT.SEC.MUN. DE ASSIST. SOCIAL 20.000,00
33904000 A SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC – PESSOAL 20.000,00

07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 68.000,00
01 FUNDO MUNICIPAL 68.000,00
08244010620238 MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE ASSISTENCIA AO DEPENDENT 68.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 68.000,00

09 SECRETARA MUNIC. AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E LIMPEZA PUBL 94.865,00

02 SETOR DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS AMBIENTAIS 94.865,00
18541003820137 MANUT. E CONSERV. USINA DE RECICL. LIXO 94.865,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 86.246,34
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.618,66

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 427.671,14
01 SECRETARIA MUNICIPAL 427.671,14
12122004620050 MANUTENÇÃO SECRETARIA EDUCAÇÃO 421.012,83
31901300 OBRIGACOES PATRONAIS 142.729,06
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 278.283,77

12361004620051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 5.244,75
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.244,75

12361004720074 MANUT. PDDE - PROG. DINH. DIRETO ESCOLA 1.413,56
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 413,56
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00

13 FUNDEB 66.702,40
01 FUNDEB 66.702,40
12361004610088 CONST.AMPL.ADAPT.REF. PREDIOS PUBL ESCOL 2.000,00
44905100 OBRAS E INSTALACOES 2.000,00

12361004620148 MANUT. FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 2.000,00
33919700 APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS 2.000,00

12365005010089 CONSTR. AMPL. ADAPT. REF. PRÉDIOS ESCOL. 2.000,00
44905100 OBRAS E INSTALACOES 2.000,00

12365005120152 MANUT. FUNDEB – CRECHE 60.702,40
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 60.702,40

14 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 20.064,46
01 SECRETARIA MUNICIPAL 20.064,46
10122002020086 MANUT. ATIV. ADMINISTRATIVAS SECRETARIA 2.064,46
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.064,46

10126004920087 MANUT. SERVIÇO DE INFORMÁTICA 8.000,00
33903500 SERVICOS DE CONSULTORIA 2.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 2.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

10128004820153 SELEÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL – SAUDE 6.000,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 2.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00

10306006320089 MANUT. COMBATE A DESNUTRIÇÃO 4.000,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
33903200 MATERIAL BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 2.000,00

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 1.546.927,65
01 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 1.001.963,83
10301006410024 CONST.AMPL.ADAPT.REF. UNID. SAUDE MUNIC. 265.000,00
44905100 OBRAS E INSTALACOES 265.000,00

10301006420091 MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUB. SAÚDE 38.150,00
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 22.150,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 7.000,00
33909300 INDENIZACOES E RESTITUICOES 2.000,00

10301006420166 MANUTENÇÃO DAS ESTRATÉGIAS SAUDE DA FAMILIA 695.813,83
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 695.813,83

10301010520239 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PSF DA COMUNIDADE DA 1.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 1.000,00

10301010520241 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PSF DA COMUNIDADE DO 2.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 2.000,00

02 BLOCO MEDIA ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR 538.963,82
10302006420172 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA 2.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00

10302008620094 MANUT. ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL 397.963,82
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 397.963,82

10302010520231 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU 139.000,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 139.000,00

03 BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE 2.000,00
10305008820097 MANUTENÇÃO SERVIÇOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA 2.000,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

04 BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 4.000,00
10303006420174 MANUTENÇÃO FARMACIA DE MINAS 4.000,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

16 SECRETARIA MUNIC. SEG. PUBL., TRÂNS. MOB. URB. E DEFESA CIVIL 55.537,46
01 SECRETARIA MUNICIPAL 55.537,46
15451003310001 CONSTR. PAV. E DRENAGEM VIAS URBANAS 55.537,46
44905100 OBRAS E INSTALACOES 55.537,46

21 SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO 91.657,41
01 ESPORTE 91.657,41
27811005720068 MANUT.CONSERV.GIN.POLIESP.C.FUT.SOC. OUT 1.146,32

33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.146,32

27811005720069 MANUT. ATIVIDADES DESPORTIVAS 90.511,09
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 90.511,09

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este, em vigor nesta data.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:FB395B08

PROCURADORIA GERAL
DECRETO N.º 4277/2026

DECRETO N.º 4277, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito por Transposição

O gestor de PERDIZES usando das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei n° 2453, de 12/11/2025, decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito TRANSPOSIÇÃO de R$ 336.667,51 (Trezentos e trinta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e um centavos), às dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 336.667,51
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 16.120,00
01 SECRETARIA MUNICIPAL 16.120,00
04122002920030 RECURSOS HUMANOS 16.120,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 16.120,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 227.279,52
01 SECRETARIA MUNICIPAL 227.279,52
12122004620050 MANUTENÇÃO SECRETARIA EDUCAÇÃO 30.233,29
33901400 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 9.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 7.500,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 13.733,29

12361004720073 MANUT. PNATE – FNDE 2.000,00
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 2.000,00

12361004720075 MANUT. QUOTA PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO 195.046,23
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 195.046,23

13 FUNDEB 90.967,99
01 FUNDEB 90.967,99
12365005120152 MANUT. FUNDEB – CRECHE 90.967,99
31901300 OBRIGACOES PATRONAIS 90.967,99

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.300,00
02 BLOCO MEDIA ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR 2.300,00
10302008620094 MANUT. ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL 2.300,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.300,00

Artigo 2º - Para ocorrer ao disposto no artigo anterior será anulado parcialmente o valor de R$ 336.667,51 (Trezentos e trinta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e um centavos):

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 336.667,51
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 16.120,00
01 SECRETARIA MUNICIPAL 16.120,00
04122002920030 RECURSOS HUMANOS 16.120,00
33904600 AUXILIO-ALIMENTACAO 16.120,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 227.279,52
01 SECRETARIA MUNICIPAL 227.279,52
12122004620050 MANUTENÇÃO SECRETARIA EDUCAÇÃO 30.233,29
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30.233,29

12361004720073 MANUT. PNATE – FNDE 2.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00

12361004720075 MANUT. QUOTA PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO 195.046,23
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 195.046,23

13 FUNDEB 90.967,99
01 FUNDEB 90.967,99
12365005120152 MANUT. FUNDEB – CRECHE 90.967,99
31911300 OBRIGACOES PATRONAIS 90.967,99

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.300,00
02 BLOCO MEDIA ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR 2.300,00
10302008620094 MANUT. ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL 2.300,00
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.300,00

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este, em vigor nesta data.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:05D02A61

PROCURADORIA GERAL
DECRETO N.º 4278/2026

DECRETO N.º 4278, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito Suplementar por Superávit Financeiro

O Prefeito Municipal de Perdizes no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Abertura de Crédito Adicional Suplementar nº 2452, de 12/11/2025, decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito Suplementar de R$ 784.356,31 (Setecentos e oitenta e quatro mil trezentos e cinqüenta e seis reais e trinta e um centavos), para as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 784.356,31
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 18.000,00
01 SECRETARIA MUNICIPAL 18.000,00
08122006520098 MANUT.SEC.MUN. DE ASSIST. SOCIAL 18.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 18.000,00

07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 4.032,06

01 FUNDO MUNICIPAL 4.032,06
08244007020107 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 4.032,06
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 3.132,06
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 900,00

08 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 129.535,58
01 FUNDO MUNICIPAL 129.535,58
08243006810030 CONST.CENTRO ATEND. À CRIANÇA E AO ADOL 84.539,47
44905100 OBRAS E INSTALACOES 84.539,47

08243006820103 MANUT. FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOL 10.022,13
33504300 SUBVENCOES SOCIAIS 8.554,21
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.467,92

08243006820194 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA 34.973,98
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 34.973,98

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 27.446,14
01 SECRETARIA MUNICIPAL 27.446,14
12361004620051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 27.446,14
44905100 OBRAS E INSTALACOES 27.446,14

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 586.226,72
01 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 552.778,39
10301006410024 CONST.AMPL.ADAPT.REF. UNID. SAUDE MUNIC. 98.352,96
44905100 OBRAS E INSTALACOES 98.352,96

10301006420093 MANUT. PAB – FIXO 454.425,43
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 750,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 200,00
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 453.475,43

02 BLOCO MEDIA ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR 22.768,33
10302006420172 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA 22.768,33
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 22.768,33
04 BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 10.680,00
10303006420095 MANUTENÇÃO SERVIÇOS - ASSISTENCIA FARMACEUTICA 10.680,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO 10.680,00

16 SECRETARIA MUNIC. SEG. PUBL., TRÂNS. MOB. URB. E DEFESA CIVIL 19.115,81
01 SECRETARIA MUNICIPAL 19.115,81
15451003310001 CONSTR. PAV. E DRENAGEM VIAS URBANAS 19.115,81
44905100 OBRAS E INSTALACOES 19.115,81

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este, em vigor nesta data.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:90ED5A75

PROCURADORIA GERAL
DECRETO N.º 4279/2026

DECRETO N.º 4279, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação

O Prefeito Municipal de Perdizes no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Abertura de Crédito Adicional Suplementar nº 2452, de 12/11/2025, decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito Suplementar de R$ 225.712,98 (Duzentos e vinte e cinco mil setecentos e doze reais e noventa e oito centavos), para as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 225.712,98
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA 102,13
01 SECRETARIA MUNICIPAL 102,13
04123001920020 MANUT. E ENCARGOS DA SEC. MUN. DA FAZENDA 102,13
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 102,13

12 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO 189.158,44
01 SECRETARIA MUNICIPAL 189.158,44
12361004620051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 186.580,63
44905100 OBRAS E INSTALACOES 186.580,63

12361004720073 MANUT. PNATE – FNDE 2.577,81
33903600 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 2.577,81

15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 36.452,41
01 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 36.452,41
10301006420093 MANUT. PAB – FIXO 36.452,41
44905200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 36.452,41

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este, em vigor nesta data.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:D0E07765

PROCURADORIA GERAL
DECRETO N.º 4280/2026

DECRETO N.º 4280, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito por Alteração de Fonte de Recurso

O gestor de PERDIZES usando das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei n° 2453, de 12/11/2025, decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO de R$ 1.483.683,83 (Hum milhão quatrocentos e oitenta e três mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), às dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 1.483.683,83
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 301.122,41
01 SECRETARIA MUNICIPAL 301.122,41
04122002920030 RECURSOS HUMANOS 301.122,41
33904600 AUXILIO-ALIMENTACAO 301.122,41

13 FUNDEB 1.182.561,42
01 FUNDEB 1.182.561,42
12361004620148 MANUT. FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 705.749,05
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 540.044,56
31901300 OBRIGACOES PATRONAIS 165.704,49

12365005120152 MANUT. FUNDEB – CRECHE 476.812,37
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 476.812,37

Artigo 2º - Para ocorrer ao disposto no artigo anterior será anulado parcialmente o valor de R$ 3.809.887,32 (Três milhões oitocentos e nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos):

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES 1.483.683,83
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENV. ECON. E REL. INSTIT 301.122,41
01 SECRETARIA MUNICIPAL 301.122,41
04122002920030 RECURSOS HUMANOS 301.122,41
33904600 AUXILIO-ALIMENTACAO 301.122,41

13 FUNDEB 1.182.561,42
01 FUNDEB 1.182.561,42
12361004620148 MANUT. FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 705.749,05
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 540.044,56
31901300 OBRIGACOES PATRONAIS 165.704,49

12365005120152 MANUT. FUNDEB – CRECHE 476.812,37
31900400 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 476.812,37

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este, em vigor nesta data.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:F06642B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 122/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010/2026 Prefeitura Municipal de Perdizes MG, torna público a quem possa interessar, que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 035/2026 e Ata de Registro de Preço 010/2026, Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de mochilas para uso geral em atendimento as secretarias requisitantes conforme especificações que constam no Anexo I(Termo de Referência) deste Edital. Data e horário do recebimento das propostas: 14/10/2026. Data e horário das disputas: 28/10/2026 às 09:00 hs. Disponibilização do edital e informações nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br e www.perdizes.mg.gov.br, www.gov.br/pncp. Contato (34)92000-6473 – Setor de Licitação.

Perdizes MG, 09 de outubro de 2026.

FLAMARION ALVES CARVALHO
Chefe do Setor de Licitação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:C56E0DA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 120/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 Prefeitura Municipal de Perdizes MG, torna público a quem possa interessar, que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 033/2026. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados, embutidos, materiais de cantina, gás e descartáveis, conforme especificações e características constantes no termo de referência Termo de Referência, anexo I deste Edital. Recebimento das propostas: 14/10/2026. Data e horário das disputas: 27/10/2026 às 09:00h. Disponibilização do edital e informações nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br e www.perdizes.mg.gov.br, www.gov.br/pncp. Contato (34)92000-6473 – Setor de Licitação.

Perdizes MG, 09 de outubro de 2026.

FLAMARION ALVES CARVALHO
Chefe do Setor de Licitação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:EA4B791F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
ATA COMPLEMENTAR DE HABILITAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO 15/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2026 - RECARGA DE EXTINTORES

O Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 45/2025, juntamente com a equipe de apoio, dá continuidade ao Processo de Contratação Direta nº 15/2026 – Dispensa de Licitação nº 15/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inspeção, manutenção, recarga e testes em extintores de incêndio, de natureza continuada, com vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência nº 15/2026. Consoante a Ata de Análise das Propostas de 1º/10/2026, foi classificada em primeiro lugar a proposta da empresa **MINAS SUL EXTINTORES LTDA. – EPP** (**CNPJ: 02.XXX.XXX/0001-30**), no valor total de **R$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais)**, condicionada a sua aceitação definitiva ao atendimento de diligências e à apresentação da documentação de habilitação exigida no item 15 do Termo de Referência.
Em atendimento, a empresa encaminhou a proposta comercial revisada e os documentos de habilitação, recebidos em **08/10/2026**, e, em complementação, os documentos relativos à qualificação técnica, recebidos em **08/10/2026 .**
DA PROPOSTA. A proposta revisada foi apresentada no modelo de proposta de preço da Câmara Municipal, emitida em nome da Câmara Municipal de Perdões/MG, datada de 08/10/2026, assinada e com validade de 30 (trinta) dias, discriminando: item 1 – teste hidrostático em extintor, 4 (quatro) serviços, ao preço unitário de R$ 20,00, total de R$ 80,00; item 2 – serviço de manutenção e recarga de extintor base água, 2 (dois) serviços, ao preço unitário de R$ 40,00, total de R$ 80,00; e item 3 – serviço de manutenção e recarga de extintor base CO_2, 12 (doze) serviços, ao preço unitário de R$ 110,00, total de R$ 1.320,00, perfazendo o valor global de **R$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais)**, idêntico ao ofertado na fase de propostas, sem majoração. A proposta contém, ainda, declaração expressa de ciência e concordância com as condições de execução previstas no Termo de Referência, em especial os subitens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 6.1 e o item 12. Dessa forma, consideram-se atendidas as diligências determinadas na Ata de 1º/10/2026, restando a proposta **ACEITA**.
DA HABILITAÇÃO. Foram apresentados e analisados os seguintes documentos, nos termos do item 15 do Termo de Referência: (i) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ, emitido em 27/07/2026, com situação cadastral ATIVA, porte EPP, e atividades econômicas secundárias 33.14-7-10 (manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente) e 43.22-3-03 (instalações de sistema de prevenção contra incêndio); (ii) Alteração e Consolidação do Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 9495346, em 28/07/2022, cujo objeto social compreende a prestação de serviços relacionados à inspeção técnica e à manutenção de extintores de incêndio, compatível com o objeto da contratação;

(iii) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em 12/08/2026, válida até 08/02/2027; (iv) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), com validade de 24/09/2026 a 23/10/2026; (v) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 80494053/2026, expedida em 01/10/2026, válida até 30/03/2027; (vi) Certidão de Débitos Tributários Negativa da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitida em 31/07/2026, válida até 29/10/2026; (vii) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais e à Dívida Ativa Tributária do Município de Lavras/MG, sede da empresa, emitida em 28/07/2026, válida até 26/10/2026; e (viii) Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Comarca de Lavras, em 31/07/2026.

Quanto à qualificação técnica (Nível V do item 15 do Termo de Referência), a empresa apresentou o Relatório de Inspeção, Manutenção e Recarga de Extintores de Incêndio nº 23.465, composto de 10 (dez) folhas, emitido sob o registro INMETRO nº 005389/2013, referente a serviços executados para a empresa MARELLI COFAP DO BRASIL LTDA, situada em Lavras/MG, com data de entrada em 25/09/2026 e data de saída em 28/09/2026, contemplando inspeção, manutenção, recarga e ensaio hidrostático de extintores de incêndio de diversos tipos, inclusive à base de CO_2, assinado pelo responsável técnico, Engenheiro Mecânico Henrique de Melo Felisardo, cuja Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA-MG (nº 3411372/2026, válida até 31/03/2027) também foi apresentada. Apresentou, ainda, o Certificado de Cadastro de Pessoa Jurídica junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), emitido em 05/03/2026, com vigência de 05/03/2026 a 31/03/2027, para as atividades de manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, conservação, instalação e comercialização de aparelhos de prevenção contra incêndio e pânico.

Registra-se que o relatório apresentado foi emitido pela própria licitante, e não pelo cliente atendido, não se tratando, portanto, de atestado de capacidade técnica em sentido estrito. Não obstante, o documento comprova a execução recente de serviços da mesma natureza do objeto (manutenção, recarga e ensaio hidrostático de extintores), por empresa registrada no INMETRO e cadastrada no CBMMG, sob responsabilidade técnica de engenheiro regularmente registrado, com identificação do cliente atendido, o que permite sua verificação. Considerando, ainda, o baixo valor da contratação (R$ 1.480,00), inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, hipótese em que a própria Lei admite a dispensa, total ou parcial, da documentação de habilitação (art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021), bem como os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado, o Agente de Contratação considera atendida a exigência de qualificação técnica.

O Agente de Contratação procedeu, em 08/10/2026, às consultas previstas no item 15.3 do Termo de Referência, por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, obtendo o resultado **NADA CONSTA** nos cadastros de Licitantes Inidôneos (TCU), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Quanto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA/CNJ), a consulta consolidada retornou a informação "Sistema do CNJ está indisponível", razão pela qual a consulta foi realizada diretamente no portal do Conselho Nacional de Justiça, em **09/10/2026** com o resultado **NADA CONSTA**.

Registra-se que o Certificado de Regularidade do FGTS (validade até 23/10/2026), a Certidão Negativa de Débitos Municipais (validade até 26/10/2026) e a Certidão de Débitos Tributários Estadual (validade até 29/10/2026) possuem vencimento próximo, devendo sua validade ser verificada, e, se necessário, atualizada, por ocasião da assinatura do contrato e de cada pagamento, nos termos dos subitens 9.3 e 12.2 do Termo de Referência. Registra-se, ainda, que a proposta foi assinada pelo sócio José Eustáquio Costa, ao passo que a administração da sociedade, conforme a cláusula sétima do contrato social, é exercida pela sócia Suely Aparecida Torres Costa; dessa forma, a assinatura do instrumento contratual deverá ser realizada pela sócia administradora ou por procurador com poderes específicos, mediante apresentação do respectivo instrumento de procuração.

Diante do exposto, o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio declaram **HABILITADA** a empresa **MINAS SUL EXTINTORES LTDA. – EPP** (**CNPJ: 02.XXX.XXX/0001-30**), cuja proposta foi aceita no valor global de **R$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais)**, para os 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, 13,45% (treze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) inferior ao valor estimado da contratação, e submetem o processo à apreciação do Presidente da Câmara Municipal de Perdões/MG, para adjudicação do objeto, homologação do resultado e autorização da contratação, nos termos do art. 71, inciso IV, e do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, com posterior emissão da nota de empenho à conta da dotação orçamentária indicada no item 17 do Termo de Referência (01.02.01.01.031.0003.2006.3.3.90.39.00 – Ficha 015), formalização do instrumento contratual, designação do gestor e do fiscal do contrato e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

Perdões, 09 de outubro de 2026.

JONAS RIBEIRO CAMPOS
Agente de Contratação

DESPACHO DO PRESIDENTE

Acolho a manifestação do Agente de Contratação e, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o resultado do Processo de Contratação Direta nº 15/2026 – Dispensa de Licitação nº 15/2026, em favor da empresa **MINAS SUL EXTINTORES LTDA. – EPP** (**CNPJ: 02.XXX.XXX/0001-30**), pelo valor global de **R$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais)**, para a vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, e **AUTORIZO** a contratação, determinando: a) a emissão da nota de empenho à conta da dotação orçamentária 01.02.01.01.031.0003.2006.3.3.90.39.00 – Ficha 015; b) a formalização do instrumento contratual; c) a designação do gestor e do fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021; e d) a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

Perdões, **09** de outubro de 2026.

FLORISVALDO DINIZ
Presidente da Câmara Municipal de Perdões/MG

Publicado por:
Jonas Ribeiro Campos
Código Identificador:212100B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11.253/26 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, EDNA AMADO DE SOUZA FERREIRA.

PORTARIA nº 11.253/26 de 05 de outubro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, EDNA AMADO DE SOUZA FERREIRA.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal **EDNA AMADO DE SOUZA FERREIRA** 90 (noventa) dias de férias-prêmio referentes ao período aquisitivo de **07/03/2013 a 06/03/2018**, a serem gozados no período de **05/10/2026 a 02/01/2027**, e 90 (noventa) dias de férias-prêmio referentes ao período aquisitivo de **07/03/2018 a 06/03/2023**, a serem gozados no período de **03/01/2027 a 02/04/2027**.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 05 de outubro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:A3AD4B8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 11.250/26 DE 04 DE OUTUBRO DE 2026. PRORROGA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PAULO HENRIQUE BRASIL.

PORTARIA Nº 11.250/26 de 04 de outubro de 2026.

PRORROGA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PAULO HENRIQUE BRASIL.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.697/94 e Lei Complementar n.º 108/2022 de 11/04/2022 ;
RESOLVE:
Art. 1º - Prorrogar licença sem remuneração iniciada em 04/10/2024 do servidor público municipal**, PAULO HENRIQUE BRASIL,** ocupante do cargo efetivo de **Ajudante Geral,** por mais 02 (dois) anos, para tratar de assuntos particulares no período de 04/10/2026 a 03/10/2028.
Art. 2º - Esta Portaria poderá ser revogada a qualquer momento, por interesse público, com aviso prévio de 30 (trinta) dias de antecedência.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 04 de outubro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

OBS: ESTA PUBLICAÇÃO SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO ANTERIOR DESTE MESMO ATO POR CONTER ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:FEB00EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO Nº 02/2025 AO CONTRATO Nº 11.266/2025 - FIRMADO EM 05.08.2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES E SARAH PEREIRA SOUSA.

TERMO ADITIVO Nº 02/2025 AO CONTRATO Nº 11.266/2025 - FIRMADO EM 05.08.2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES E SARAH PEREIRA SOUSA.

Termo aditivo nº **02/2025** que entre si celebram de um lado o **Município de Perdões**, empresa pública de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.244.343/0001-67, com sede nesta cidade de Perdões MG, à Pça 1º de Junho, 103, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, brasileiro, servidor público municipal, doravante denominado **MUNICÍPIO** e de outro lado;

- SARAH PEREIRA SOUSA, brasileira, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil, portadora do CPF nº 111.XXX.XXX-08, residente e domiciliada nesta cidade de Perdões/MG, na Rua: José Carvalho, Serra dos Montes, celebram o presente Termo Aditivo nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – da prorrogação
Com permissão da Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010, e autorização legal quanto ao orçamento, rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04 ficha 217, fica prorrogado o vencimento do contrato ora aditado cujo item 8 (oito) passa a ter a seguinte redação:

8 – do prazo
O presente contrato é por prazo determinado, vigorando até 09.06.2026 podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a portaria nº 9.346/2023, art.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – da fundamentação legal e justificativa
A prorrogação do contrato necessária e se justifica diante do bom e regular atendimento na área da Educação, e devido estar gestante.

CLÁUSULA TERCEIRA – das demais cláusulas contratuais
Ficam inalteradas todas as cláusulas contratuais até então firmadas.
E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que assinam.

Prefeitura Municipal de Perdões, 30 de maio de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

SARAH PEREIRA SOUSA
Contratada

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:036350C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO Nº 03/2025 AO CONTRATO Nº 11.266/2025 - FIRMADO EM 05.08.2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES E SARAH PEREIRA SOUSA

TERMO ADITIVO Nº 03/2025 AO CONTRATO Nº 11.266/2025 - FIRMADO EM 05.08.2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES E SARAH PEREIRA SOUSA

Termo aditivo nº **03/2025** que entre si celebram de um lado o **Município de Perdões**, empresa pública de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.244.343/0001-67, com sede nesta cidade de Perdões MG, à Pça 1º de Junho, 103, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, brasileiro, servidor público municipal, doravante denominado **MUNICÍPIO** e de outro lado;

- SARAH PEREIRA SOUSA, brasileira, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil, portadora do CPF nº 111.XXX.XXX-08, residente e domiciliada nesta cidade de Perdões/MG, na Rua: José Carvalho, Serra dos Montes, celebram o presente Termo Aditivo nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – da prorrogação
Com permissão da Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010, e autorização legal quanto ao orçamento, rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04 ficha 217, fica prorrogado o vencimento do contrato ora aditado cujo item 8 (oito) passa a ter a seguinte redação:

8 – do prazo
O presente contrato é por prazo determinado, vigorando até 06.11.2026 podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a portaria nº 9.346/2023, art.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – da fundamentação legal e justificativa
A prorrogação do contrato necessária e se justifica diante do bom e regular atendimento na área da Educação, e devido estar de licença maternidade e possuir estabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – das demais cláusulas contratuais
Ficam inalteradas todas as cláusulas contratuais até então firmadas.
E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que assinam.

Prefeitura Municipal de Perdões, 09 de junho de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

SARAH PEREIRA SOUSA
Contratada

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:1AB7515E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Proc. Licitatório nº. 159/2026, Pregão Eletrônico nº. 90055/2026, Registro de Preços nº. 032/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ESCOVA DENTAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: IGOR HENRIQUE PEREIRA LTDA - CNPJ: 37.727.928/0001-82 Valor Total de R$39.975,00 (trinta e nove mil novecentos e setenta e cinco reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 18/09/2026

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:BFB9F875

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 147/2026, Adesão - Orgão não Participante nº. 006/2026. Objeto: ADESÃO – ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2024, GERENCIADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL – UOM, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: IVG BRASIL LTDA, CNPJ: 36.519.422/0001-15 no valor total de R$ 399.380,26 (trezentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta reais e vinte e seis centavos). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 06/10/2026.

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:83B38B10

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Proc. Licitatório nº. 180/2022, Dispensa nº. 051/2022. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE. Fica o prazo de vigência contratual prorrogado até por mais 2 (dois) meses, ou seja, até 13/12/2026. Em virtude da prorrogação do prazo de vigência fica aditado o contrato da PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PIRANGA - CNPJ: 06.177.150/0001-51 no valor total de R$ 6.193,98 (seis mil cento e noventa e três reais e noventa e oito centavos);

Piranga-MG, 09/10//2026.

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:F85AAE74

SETOR DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. RETIFICAÇÃO DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 179/2026, Inexigibilidade nº. 055/2026. Retifica-se a publicação ocorrida na data de 02/10/2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, pág. 173, código de identificação 9CD72CD4, tendo em vista erro material de digitação. Onde se lê: Valor Total de R$96.440,04 (noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos). Leia - se: Valor Total de R$92.280,00 (noventa e dois mil duzentos e oitenta reais) .

Piranga/MG, 09/10/2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:5083725C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 - PROCESSO Nº 059/2026

Objeto: Credenciamento de postos revendedores autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Pirapora. Considerando que o presente processo encontra-se em conformidade com a Lei, ratifico o objeto e homologo o presente credenciamento, em favor da empresa RIO MAR POSTO E RESTAURANTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.179.148/0001-00, tudo conforme registrado em ata.

Pirapora/MG, 09/10/2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR –
Prefeito.

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:6A361854

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 070/2026

Homologo o Processo Licitatório cujo objeto é a aquisição de equipamentos de ginástica ao ar livre e placas de orientação e advertência, em lote único, para instalação em espaços públicos do

município, para prática de atividades física, através da empresa: CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 41.521.882/0001-18, no valor global de R$ 261.100,00; tudo conforme termo de homolgação.

Pirapora/MG, 08/10/2026.

ALEXANDRO COSTA CÉSAR.
Prefeito

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:269B582B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA PREGÃO ELETRONICO 107-26

A Prefeitura Municipal de Poço Fundo, publica a errata referente ao TERMO DE APOSTILAMENTO 01/2026 AO CONTRATO Nº 110/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2025,INEXIGIBILIDADE N° 11/2025. Na cláusula segunda – DA ATUALIZAÇÃO, onde lê-se "Regina Maria de Oliveira Alves, inscrita no CPF nº 000.219.396-59, leia-se "VANDERLEI CALIARI ALVES, inscrito no CPF nº 804.409.166-15".

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:5514F3D3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.463, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Revoga o Decreto nº 6.430, de 20 de julho de 2026, restabelece a eficácia das Resoluções nº 07/2025 e nº 08/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, determina a instauração de processo administrativo para apuração das supostas irregularidades apontadas na Análise SES/CES nº 01/2026, disciplina o controle de legalidade das alterações no quadro de conselheiros e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.430, de 20 de julho de 2026, convocou eleições para a composição do Conselho Municipal de Saúde, a serem realizadas em 21 de agosto de 2026, no âmbito da 15ª Conferência Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a 15ª Conferência Municipal de Saúde foi efetivamente realizada em 21 de agosto de 2026, com aprovação das propostas por eixo temático e eleição da delegação do Município para a 11ª Conferência Estadual de Saúde, não se tendo realizado apenas a eleição dos conselheiros municipais, em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1008630-60.2026.8.13.0525;

CONSIDERANDO que, realizada a Conferência e exaurido o termo nela previsto, a convocação constante do art. 1º do Decreto nº 6.430/2026 perdeu o objeto;

CONSIDERANDO que as supostas irregularidades de composição, representatividade e paridade apontadas na Análise SES/CES nº 01/2026, Processo SEI nº 1320.01.0065730/2026-82, permanecem pendentes de apuração conclusiva;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde, em reunião ordinária de 31 de agosto de 2026, deliberou substituir, no segmento dos usuários, entidades mantidas pela mesma pessoa jurídica pelas entidades seguintes na ordem de votação da 14ª Conferência Municipal de Saúde, deliberação ainda pendente de encaminhamento ao Poder Executivo para os fins dos arts. 50, 58 e 68 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.994, de 18 de junho de 2019, com as alterações do Decreto nº 6.121, de 5 de maio de 2025;

CONSIDERANDO que a apuração dessas irregularidades deve observar processo administrativo próprio, com notificação individualizada das entidades e dos conselheiros envolvidos, contraditório e ampla defesa, na forma do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República, e da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 138 da repercussão geral;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no parecer ofertado nos autos do Mandado de Segurança nº 1008630-60.2026.8.13.0525, e a própria Notícia de Fato nº 02.16.0525.0417320.2026-30, instaurada por representação do Conselho Municipal de Saúde, apontam a exigência de procedimento próprio, com contraditório e ampla defesa, para a apuração de irregularidades na composição do colegiado;

CONSIDERANDO que o mandato no Conselho Municipal de Saúde pertence à instituição ou associação eleita na Conferência Municipal de Saúde, nos termos do art. 60 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.994, de 18 de junho de 2019, com as alterações do Decreto nº 6.121, de 5 de maio de 2025, e que a designação dos representantes indicados compete ao Chefe do Poder Executivo, conforme os arts. 58 e 68 do mesmo Regimento e o art. 4º da Lei Municipal nº 2.608, de 6 de julho de 1992;

CONSIDERANDO que a designação de conselheiros constitui ato administrativo sujeito a controle de legalidade, não podendo o Poder Executivo formalizar indicação que contrarie o art. 1º, § 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, ou os arts. 60 a 68 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a prerrogativa de autotutela da Administração Pública, consagrada na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e no art. 53 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aplicável subsidiariamente no âmbito municipal;

CONSIDERANDO o dever de estrita observância da decisão judicial vigente,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.430, de 20 de julho de 2026.

Art. 2º Fica expressamente restabelecida a eficácia da Resolução nº 07/2025 e da Resolução nº 08/2025, ambas da Secretaria Municipal de Saúde, revogadas pelo art. 4º do Decreto ora revogado, permanecendo no exercício de seus mandatos os conselheiros titulares e suplentes e os membros da Mesa Diretora nelas indicados.

Art. 3º Ficam a Secretaria Municipal de Saúde e a Controladoria-Geral do Município incumbidas de instaurarem, no prazo de 5 (cinco) dias, processo administrativo destinado a apurar as irregularidades de composição, representatividade e paridade do Conselho Municipal de Saúde de Pouso Alegre indicadas na Análise SES/CES nº 01/2026, assegurados às entidades e aos conselheiros notificação pessoal, contraditório e ampla defesa.

§ 1º O processo terá por referência a composição constituída na 14ª Conferência Municipal de Saúde e formalizada pelas Resoluções mencionadas no art. 2º, sem prejuízo do exame das alterações supervenientes promovidas no quadro de conselheiros, as quais não convalidam eventuais vícios de origem.

§ 2º O processo observará, no que couber, a Lei Federal nº 9.784, de 1999, a Lei Federal nº 8.142, de 1990, a Resolução CNS nº 453, de 2012, o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.994, de 18 de junho de 2019, com as alterações do Decreto nº 6.121, de 5 de maio de 2025 e o Regimento da 14ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto nº 6.120, de 30 de abril de 2025, aprovado em sua plenária de abertura.

§ 3º Será solicitado ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais o acompanhamento técnico do processo, e serão convidados a acompanhá-lo o Conselho Municipal de Saúde e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 4º Enquanto vigente a medida liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1008630-60.2026.8.13.0525, os atos do processo de que trata o art. 3º limitar-se-ão à instrução, não podendo resultar em suspensão, encerramento ou substituição dos mandatos em curso, nem em convocação de novo processo eleitoral.

Art. 5º Toda alteração no quadro de conselheiros comunicada ao Poder Executivo na forma do art. 68 do Regimento Interno será submetida a prévio exame de legalidade pela Procuradoria-Geral do Município, que verificará:

I – tratando-se de substituição de representante pela própria instituição ou associação eleita, a observância do art. 61, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, hipótese em que a designação será formalizada com a ressalva expressa de que não convalida vício de composição do colegiado;
II – tratando-se de perda de mandato ou retirada de instituição ou associação, a comprovação documental dos requisitos do art. 66 do Regimento Interno ou a manifestação do representante legal da entidade retirada, a regularidade da declaração prevista no art. 67 e a condição de instituição classificada, no mesmo segmento, no processo eleitoral da 14ª Conferência Municipal de Saúde, observadas a ordem de votação e os critérios de desempate do art. 15, § 3º, do Regimento da 14ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto nº 6.120, de 30 de abril de 2025, aprovado em sua plenária de abertura, da entidade indicada para assumir a titularidade;
III – em qualquer hipótese, a compatibilidade da indicação com a paridade prevista no art. 1º, § 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 1990, e com os arts. 62, 64 e 65 do Regimento Interno.
§ 1º Não será formalizada a designação de representante de instituição ou associação que não tenha sido eleita ou classificada, no respectivo segmento, na 14ª Conferência Municipal de Saúde, salvo mediante novo processo eleitoral realizado na forma da lei.
§ 2º A recusa de formalização será sempre motivada, comunicada por escrito ao Conselho Municipal de Saúde e à entidade interessada e informada ao Juízo do Mandado de Segurança nº 1008630-60.2026.8.13.0525.
§ 3º A formalização de alterações deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde dependerá do encaminhamento da respectiva deliberação ao Poder Executivo, na forma dos arts. 50, 58 e 68 do Regimento Interno, acompanhada da ata correspondente e, em caso de retirada de entidade, da manifestação de seu representante legal.
§ 4º A designação de representantes de entidades convocadas em substituição exigirá a apresentação dos documentos previstos no art. 15, § 1º, do Regimento da 14ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto nº 6.120, de 30 de abril de 2025, aprovado em sua plenária de abertura.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, MG, 29 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:F0CCEC15

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.409, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 7.147, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE INSTITUI O PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE PARA O PERÍODO DE 2026 A 2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual – PPA do Município de Pouso Alegre, instituído pela Lei Municipal nº 7.147, de 13 de novembro de 2025, para inclusão das ações orçamentárias constantes do Anexo I desta Lei.
Art. 2º As ações incluídas no Plano Plurianual – PPA passam a integrar os respectivos programas de governo.
Art. 3º As alterações promovidas por esta Lei têm por finalidade criar as respectivas ações no plano de metas do Plano Plurianual – PPA, para que sejam devidamente compatibilizadas com a programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução das novas ações instituídas por esta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, suplementadas se necessário, observando-se rigorosamente as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis.
Art. 5º A inclusão das ações de que trata esta Lei não prejudica a execução das demais ações, programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.
Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias nos anexos do Plano Plurianual – PPA decorrentes das alterações previstas nesta Lei.
Art. 7º As metas financeiras serão definidas na apresentação do Projeto de Lei Orçamentária para cada ano consecutivo, garantindo o equilíbrio fiscal.
Art. 8º As metas fiscais estabelecidas pela LDO não serão alteradas com a inclusão das novas ações, mas apenas compatibilizadas conforme os valores consignados no projeto de Lei Orçamentária, cujos demonstrativos em anexo comprovarão a manutenção do equilíbrio estrutural entre receitas e despesas.
Art. 9º Integra esta Lei, para todos os efeitos, o Anexo Único.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 9 de outubro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretaria de Finanças Interina

Anexo Único - Inclusão de Ações no Plano Plurianual – PPA

Descrição da Ação: FOMENTO EM TEMPO INTEGRAL 4% - ENSINO FUNDAMENTAL			
Código da Ação: 1054 Unidade Orçamentária: 007 - Secretaria de Educação Programa: 0026 - Formação e Valorização dos Profissionais de Educação			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: FOMENTO EM TEMPO INTEGRAL 4% - ENSINO INFANTIL			
Código da Ação: 1055 Unidade Orçamentária: 007 - Secretaria de Educação Programa: 0026 - Formação e Valorização dos Profissionais de Educação			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: OBRAS DE CONSTRUCAO E REFORMAS - EDUCACAO FUNDAMENTAL			
Código da Ação: 1057 Unidade Orçamentária: 007 - Secretaria de Educação Programa: 0027 - Infraestrutura Eficiente e Eficaz para Melhoria na Qualidade do Ensino			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: OBRAS DE CONSTRUCAO E REFORMAS - EDUCACAO INFANTIL			
Código da Ação: 1058 Unidade Orçamentária: 007 - Secretaria de Educação Programa: 0027 - Infraestrutura Eficiente e Eficaz para Melhoria na Qualidade do Ensino			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: OBRAS DE CONSTRUCAO E REFORMAS - IGD PBF			
Código da Ação: 1073 Unidade Orçamentária: 016 - Fundo Municipal de Assistência Social Programa: 0021 - Infraestrutura de Políticas Sociais			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: OBRAS DE CONSTRUCAO DE COBERTURA DE QUADRAS
Código da Ação: 1074 Unidade Orçamentária: 012 - Secretaria de Esportes

Programa: 0032 - Mais Quadras Mais Esporte			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: AQUISICAO DE IMOVEIS			
Código da Ação: 1278 Unidade Orçamentária: 006 – Secretaria de Políticas Sociais Programa: 0021 - Infraestrutura de Políticas Sociais			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: EXECUCAO DE EMENDAS FEDERAIS NO SUAS - INVESTIMENTO			
Código da Ação: 1279 Unidade Orçamentária: 016 - Fundo Municipal de Assistência Social Programa: 0022 - Assistência Social com Efetividade			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: EXECUCAO DE EMENDAS ESTADUAIS NO SUAS - INVESTIMENTO			
Código da Ação: 1280 Unidade Orçamentária: 016 - Fundo Municipal de Assistência Social Programa: 0022 - Assistência Social com Efetividade			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: AQUISIÇÃO DE ÁREAS E IMÓVEIS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Código da Ação: XXXX – a ser atribuído pela unidade técnica competente Unidade Orçamentária: 006 – Secretaria de Políticas Sociais Programa: 0024 – Habitação Regular e com Dignidade			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Descrição da Ação: IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – OBRAS E INFRAESTRUTURA			
Código da Ação: XXXX – a ser atribuído pela unidade técnica competente Unidade Orçamentária: 006 – Secretaria de Políticas Sociais Programa: 0024 – Habitação Regular e com Dignidade			
[x] Projeto [ ] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x] Contínua [ ] Temporária	Início previsto: 01/01/2027

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:DCA42C04

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.410, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

INSTITUI O CONECTA – POLO MUNICIPAL DE ESTUDOS INTEGRADOS "ALEX SOARES", NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POUSO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Pouso Alegre, o CONECTA – Polo Municipal de Estudos Integrados "Alex Soares", vinculado à Secretaria Municipal de Educação, destinado à oferta de atividades educacionais complementares, oficinas, projetos e ações de enriquecimento curricular, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O CONECTA tem por finalidade ampliar e aprofundar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, mediante práticas pedagógicas diversificadas, metodologias ativas, investigação, resolução de problemas, experimentação, inovação e interdisciplinaridade.

Parágrafo único. O CONECTA integra, no âmbito de suas finalidades e ações pedagógicas, o PREMA – Plano Municipal de Recomposição, Monitoramento e Aceleração da Aprendizagem de Pouso Alegre, constituindo uma das estratégias do eixo de Aceleração da Aprendizagem, mediante a ampliação e diversificação das oportunidades de aprendizagem, o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades, de modo a contribuir para a superação das defasagens de aprendizagem e para o avanço dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º São objetivos do CONECTA:

I - ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

II - promover o aprofundamento de conhecimentos para além das experiências desenvolvidas no ensino regular;

III - estimular o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da autonomia, da comunicação, da investigação e da resolução de problemas;

IV - incentivar o interesse dos estudantes pelas diferentes áreas de conhecimento contempladas pelo CONECTA, especialmente Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens e Educação Digital;

V - estimular a participação e o desenvolvimento dos estudantes em olimpíadas, competições acadêmicas, processos seletivos e outras oportunidades educacionais;

VI - promover o aprofundamento dos conhecimentos matemáticos, estimulando a investigação, a formulação de estratégias, a resolução de problemas e a aplicação da Matemática em diferentes contextos, de forma a ampliar o desempenho e o interesse dos estudantes pela área;

VII - ampliar o repertório linguístico e cultural dos estudantes por meio da oferta complementar de Língua Inglesa;

VIII - fortalecer as competências de leitura, interpretação e produção textual;

IX - promover o desenvolvimento da alfabetização científica e do pensamento investigativo;

X - desenvolver o pensamento computacional, a cultura digital, a cultura maker e outras competências relacionadas às tecnologias digitais;

XI - contribuir para a implementação e consolidação das competências previstas na Computação na Educação Básica - Complemento à Base Nacional Comum Curricular e nas demais normas e diretrizes educacionais aplicáveis;

XII - favorecer uma educação voltada à formação integral do educando, promovendo sua autonomia, criatividade, capacidade de expressão, compreensão do mundo, interação social e desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Art. 4º O CONECTA poderá contemplar, entre outras, as seguintes áreas de conhecimento e atividades:

I - linguagens;

II - matemática;

III - ciências da natureza;

IV - educação digital;

V - cultura maker;

VI - outras áreas, oficinas, projetos e atividades de enriquecimento curricular que venham a ser definidas pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as necessidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º As atividades do CONECTA serão desenvolvidas, preferencialmente, no contraturno das aulas regulares, destinadas aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino, observada a organização pedagógica e administrativa estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As atividades poderão ser organizadas por meio de oficinas, projetos, cursos, laboratórios, grupos de estudos, atividades práticas, experiências investigativas, competições, olimpíadas e outras estratégias pedagógicas compatíveis com os objetivos do CONECTA.

Art. 6º Poderão participar do CONECTA os estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, observados os critérios pedagógicos, a disponibilidade de vagas e a capacidade operacional do Município.

§ 1º A participação dos estudantes poderá considerar:

I - interesse e disponibilidade para participação nas atividades;

II - assiduidade e participação no ensino regular;

III - desempenho e potencial de desenvolvimento;

IV - participação ou interesse em olimpíadas, competições e atividades acadêmicas;

V - indicação pedagógica; VI - avaliação diagnóstica ou processo seletivo, quando necessário.

§ 2º Os critérios específicos de ingresso, permanência, organização das turmas e distribuição das vagas serão definidos em regulamento próprio da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Os critérios de matrícula poderão ser diferenciados conforme a modalidade, projeto, curso, oficina ou programa desenvolvido pelo

CONECTA, desde que previamente estabelecidos e divulgados em edital específico.
§ 4º Os critérios de ingresso e permanência deverão observar os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência e igualdade de oportunidades, vedada qualquer forma de discriminação.
§ 5º Quando o número de interessados for superior ao número de vagas disponíveis, a seleção observará critérios objetivos, previamente divulgados em edital ou regulamento próprio.
§ 6º Na seleção e na participação dos estudantes, serão assegurados tratamento igualitário, reserva de vagas e adaptações razoáveis às pessoas com deficiência, bem como prioridade de acesso aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos de regulamento da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 7º O CONECTA poderá desenvolver ações específicas de formação e aperfeiçoamento profissional destinadas aos professores e demais profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. As ações de que trata o **caput** poderão contemplar, especialmente, temáticas relacionadas à educação digital, ao pensamento computacional, às metodologias ativas, à cultura maker, à robótica educacional e à integração pedagógica das tecnologias, considerando as necessidades formativas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 8º O CONECTA será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, a quem compete:
I – planejar, implementar, acompanhar e avaliar as ações do Projeto;
II – definir as áreas, oficinas, projetos e atividades a serem ofertados;
III – estabelecer os critérios de seleção e participação dos estudantes;
IV – organizar a equipe necessária ao desenvolvimento das atividades;
V – promover a formação dos profissionais envolvidos;
VI – acompanhar os resultados pedagógicos do CONECTA;
VII – estabelecer parcerias e ações de cooperação, observada a legislação vigente;
VIII – elaborar e atualizar o Proposta Pedagógica do CONECTA.
§ 1º A coordenação do CONECTA será exercida por servidor ou profissional da educação regularmente designado pela autoridade competente, observado o quadro de pessoal, a legislação municipal aplicável e a compatibilidade das atribuições.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a coordenação do CONECTA, definirá e regulamentará o calendário anual, a carga horária, as áreas, os eixos formativos e as atividades a serem desenvolvidas.
Art. 9º A atuação dos profissionais da educação no CONECTA observará a legislação municipal aplicável, a compatibilidade com as respectivas atribuições funcionais e os requisitos de habilitação e formação exigidos para as atividades a serem desenvolvidas.
§ 1º A seleção ou designação dos profissionais observará critérios objetivos, impessoais e previamente divulgados, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º Quando houver processo de seleção, a comissão responsável será designada pela Secretaria Municipal de Educação, observados os critérios estabelecidos em edital.
§ 3º A participação dos profissionais no CONECTA observará a disponibilidade de pessoal e orçamentária do Município.
Art. 10. O CONECTA deverá observar as diretrizes e normas educacionais vigentes, especialmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável à educação, as normas do Sistema Municipal de Ensino e os documentos curriculares adotados pelo Município.
Art. 11. O CONECTA poderá utilizar espaços próprios ou disponibilizados pelo Município, bem como outros espaços públicos ou privados, mediante instrumentos jurídicos adequados e observada a legislação aplicável.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer parcerias com instituições públicas, instituições privadas, universidades, institutos, organizações da sociedade civil e demais entidades, com o objetivo de ampliar e qualificar as ações desenvolvidas pelo CONECTA, observada a legislação aplicável.
Parágrafo único. A celebração de parcerias, contratos, acordos, convênios ou outros instrumentos observará, conforme o caso, a legislação de contratações públicas, as normas aplicáveis às parcerias com organizações da sociedade civil, as regras orçamentárias e financeiras e demais disposições legais pertinentes.
Art. 13. O CONECTA receberá o nome de CONECTA - Polo Municipal de Estudos Integrados “Alex Soares”.
Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.
Parágrafo único. A execução das ações previstas nesta Lei observará as disposições da legislação de responsabilidade fiscal e dos instrumentos de planejamento do Município.
Art. 15. A implementação e a expansão do CONECTA observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como as disposições do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
Parágrafo único. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do CONECTA que impliquem aumento de despesa observará, previamente, os requisitos previstos na legislação de responsabilidade fiscal e demais normas aplicáveis.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 9 de outubro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

SUELENE MARCONDES DE SOUZA FARIA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:64473C34

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.411, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO E O COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Dionísio

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, objetivos e diretrizes voltados à prevenção, conscientização e combate ao assédio moral nas relações de trabalho no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pouso Alegre.
Parágrafo único. As disposições desta Lei aplicam-se a servidores públicos efetivos, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos, contratados por tempo determinado, estagiários, aprendizes, terceirizados e demais colaboradores que exerçam atividades junto à Administração Pública Municipal.

Art. 2º Considera-se assédio moral toda conduta abusiva, reiterada ou sistemática, praticada por ação ou omissão, por palavras, gestos, comportamentos, atos escritos, meios eletrônicos ou quaisquer outras formas de manifestação, que tenha por finalidade ou consequência degradar o ambiente de trabalho, constranger, humilhar, intimidar, comprometer a dignidade, a saúde física ou mental ou dificultar o exercício das funções.

Art. 3º Esta Lei aplica-se às relações funcionais estabelecidas entre agentes políticos, servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos, contratados temporariamente, terceirizados, estagiários e demais colaboradores da Administração Pública Municipal, compreendendo as seguintes modalidades de assédio moral:
I – vertical descendente, praticado pela chefia em relação ao subordinado;

II – vertical ascendente, praticado pelo subordinado em relação à chefia;
III – horizontal, praticado entre pessoas sem relação de subordinação;
IV – misto, quando praticado simultaneamente por agentes de diferentes níveis hierárquicos.
Parágrafo único. A aplicação deste artigo não altera as competências legais para apuração e responsabilização disciplinar.

Art. 4º São princípios desta Lei a dignidade da pessoa humana, a valorização do servidor público, o respeito mútuo nas relações de trabalho, a ética, a proteção à saúde física e mental, a prevenção e o combate à violência psicológica, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 5º Constituem objetivos desta Lei promover ambiente de trabalho saudável, estimular relações respeitosas, prevenir práticas de assédio moral, incentivar a solução institucional de conflitos e fortalecer a cultura da integridade.

Art. 6º Constituem diretrizes desta Lei:
I – a promoção e divulgação de informações acerca do assédio moral;
II – a implementação de ações educativas e preventivas;
III – o estímulo à adoção de boas práticas de gestão e convivência no ambiente de trabalho;
IV – a valorização do diálogo e da mediação de conflitos;
V – a observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Art. 7º É assegurado a todo agente público o direito ao tratamento digno, respeitoso e compatível com os princípios da Administração Pública.

Art. 8º Nenhum agente público poderá sofrer represália em razão de denúncia formulada de boa-fé perante os órgãos competentes, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 9º A apuração das condutas observará exclusivamente a Lei Ordinária nº 1.042/1971 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), bem como a legislação disciplinar aplicável.

Art. 10. A prática de assédio moral sujeitará o responsável às responsabilidades administrativa, civil e penal previstas na legislação vigente.

Art. 11. As ações eventualmente adotadas pelo Poder Executivo para cumprimento desta Lei observarão a disponibilidade orçamentária e financeira, não implicando criação de órgãos, cargos, funções, estruturas administrativas ou despesas obrigatórias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 09 de Outubro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:489B210B

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.992, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia liquidante para as movimentações dos empenhos para pagamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação no Município de Pouso Alegre/MG e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas no artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear João Batista Machado, matrícula 12449-1, na condição de liquidante no período de 13 de outubro de 2026 a 27 de outubro de 2026, durante as movimentações dos empenhos para pagamentos do Município de Pouso Alegre, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com as seguintes atribuições:
I - Acompanhar os processos licitatórios de sua Secretaria em sua totalidade;
II - Receber e verificar a legalidade e legitimidade dos contratos e respectivos aditivos de sua Secretaria;
III - Responsabilizar-se pelos processos de pagamento que devem ter a estrutura de montagem exigida pelo Controle Interno;
IV - Acompanhar todos os serviços de sua Secretaria, inclusive de obras executadas, quando houver;
V - Manter atualizada a listagem do Patrimônio da Secretaria e informar a Secretaria de Administração e Finanças quando houver alteração Patrimonial ou nova aquisição;
VI - Assinar Notas de Liquidação conforme art. 63 da Lei 4.320/64.
Art. 2º O liquidante fica obrigado a obedecer, cumprir e fazer cumprir todas as normas constitucionais e legais e princípios que norteiam os atos administrativos, contratos e operações de sua área, em especial da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade, probidade, lisura, preservação do patrimônio, bens e haveres da municipalidade, sob pena de responsabilidade.
Parágrafo único. O liquidante, assim como os Secretários, os Superintendentes e a Gerente do Departamento de Gestão Contábil e Orçamentária, responde junto ao Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM).
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com ressalva ao disposto no Art. 1º.

Pouso Alegre/MG, 9 de outubro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:FD709909

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.994, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia liquidante para as movimentações dos empenhos para pagamentos do Município de Pouso Alegre e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas no artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:
Art. 1º Nomear Síssi Kallás Ribeiro, matrícula nº 24081-1, na condição de liquidante durante as movimentações dos empenhos para pagamentos do Município de Pouso Alegre, no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte no período de 13 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, com as seguintes atribuições:
I - Acompanhar os processos licitatórios de sua Secretaria em sua totalidade;
II - Receber e verificar a legalidade e legitimidade dos contratos e respectivos aditivos de sua Secretaria;
III - Responsabilizar-se pelos processos de pagamento que devem ter a estrutura de montagem exigida pelo Controle Interno;
IV - Acompanhar todos os serviços de sua Secretaria, inclusive de obras executadas, quando houver;
V - Manter atualizada a listagem do Patrimônio da Secretaria e informar a Secretaria de Administração quando houver alteração Patrimonial ou nova aquisição;
VI - Assinar Notas de Autorização de Pagamento, conforme art. 63 da Lei 4.320/64, liberadas pelo Sistema IPM.
Art. 2º A liquidante fica obrigada a obedecer, cumprir e fazer cumprir todas as normas constitucionais e legais e princípios que norteiam os atos administrativos, contratos e operações de sua área, em especial da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade, probidade,

lisura, preservação do patrimônio, bens e haveres da municipalidade, sob pena de responsabilidade.
Parágrafo único. A liquidante, assim como os Secretários, os Superintendentes e o Gerente do Departamento de Gestão Contábil e Orçamentária, responde junto ao Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM).
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com ressalva ao disposto em seu Art. 1º.

Pouso Alegre/MG, 9 de outubro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:5503E497

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 24/2026/CMDCA DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético da Execução Financeira da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA dos meses de julho a setembro/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pouso Alegre/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.564, de 10 de abril de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 6.789, de 11 de abril de 2023, e conforme deliberação em plenária realizada em 07 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a apresentação, pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais, do Demonstrativo Sintético da Execução Financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, referente ao período de julho a setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético da Execução Financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, referente ao terceiro trimestre de 2026, correspondente aos meses de julho, agosto e setembro, apresentado pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais do Município de Pouso Alegre/MG.

Art. 2º Registrar que o saldo bancário do FMDCA em 30 de setembro de 2026 corresponde ao valor de R$ 2.630.250,26 (dois milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos) conforme demonstrativo financeiro e documentação bancária apresentados ao Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 07 de outubro de 2026.

DANILA CRISTINE MIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:A1558546

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 25/2026/CMDCA DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a atualização da Comissão de Registro e Fiscalização das Organizações da Sociedade Civil registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA de Pouso Alegre/ MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.564 de 10 de abril de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 6.789 de 11 de abril de 2023;
Considerando o disposto no artigo Nº 32 e no inciso II da lei supracitada; e
Considerando a decisão em plenária na Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Pouso Alegre/ MG, ocorrida no dia 07 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar a Comissão de Registro e Fiscalização das Organizações da Sociedade Civil registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA de Pouso Alegre/ MG, sendo:

Representantes da Sociedade Civil:
Vitória Camargo – representante da Shine;
Randolfo Guerra Rebello – representante do Educandário Nossa Senhora de Lourdes.

Representantes do Executivo:
Flávia de Souza Rosa – Representante da Sec. Municipal de Políticas Sociais;
Luzia de Fátima Gusmão de Godoi – representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário a presente Resolução entra em vigor a partir desta data.

Pouso Alegre/MG, 07 de outubro de 2026.

DANILA CRISTINE MIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:300C87E5

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL RECURSO JARI 94

Edital Recurso JARI
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 94/2026
RESULTADO DE RECURSO - 1A INSTÂNCIA - JARI
A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO
FMK0A62	29/09/2026	08/03/2026	RJ-368/2026	AG08782838	DEFERIDO
GZE6109	29/09/2026	07/10/2025	RJ-374/2026	AG08770305	INDEFERIDO
HGY3381	29/09/2026	28/08/2025	RJ-390/2026	AG08765615	INDEFERIDO

POUSO ALEGRE, 30 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
Presidente JARI

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:503944D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 354/2024 - PREGÃO ELETRONICO Nº 131/2023

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG - Termo aditivo de valor ao contrato Nº 354/2024 - Decorrência: PREGÃO ELETRONICO nº 131/2023 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EVENTOS. CONTRATADA : CARGA FORTE

OPERAÇÕES INTEGRADAS LTDA. Valor:R$ 23.302,10 (vinte e tres mil trezentos e dois reais e dez centavos), representando um acrescimo de 25% ao valor do contrato. Dotação orçamentária :02.004.0013.0392.0013.2094.3.3.90.39.00– ficha 381. Data assinatura: 24/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:19B2EF7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO N° 391/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2026 – CONTRATO Nº 391/2026 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT DE LABORATÓRIO DIDATICO DE CIÊNCIAS PORTÁTIL. Vigência: A vigência será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 05/10/2026. Contratada: ALLERBEST COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 81.203.838/0001-84. O valor do contrato é de R$ 102.400,00 (cento e dois mil e quatrocentos reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1436	02.007.000.0012.0361.0027.1 171.3449052000000000000.2 5500000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	AQUISICAO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - QESE

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:2824B122

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO N° 416/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026 – CONTRATO Nº 416/2026 – OBJETO: LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, LAZER E TURISMO DURANTE AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE. Vigência: A vigência será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 05/10/2026. Contratada: ILUMISOM – PRODUÇÃO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 41.877.119/0001-24. O valor do contrato é de R$ 63.000 (sessenta e três mil reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
381	15000000000	PRÓPRIO	02.004.2094.0013.0392.0040.3339039000	SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:A90A50D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 71/2025

=PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 351/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 71/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO VETERINÁRIO (ITENS FRUSTRADOS).** Data da assinatura: 09/10/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 09/10/2026 até 09/10/2027. Detentora: **FAROVET PRODUTOS VETERINÁRIOS EIRELI**. Valor: R$ **11.070,49(onze mil setenta reais e quarenta e nove centavos) . Dotação orçamentária nº 02.018.2121.0004.0122.0011.3.3.90.30.00 – ficha 1229.**

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:6AE59E48

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 64/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 64/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.** Data da assinatura: 08/10/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 09/10/2026 até 09/10/2027. Detentora: **CANNABR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.148.696/0001-45. Valor: R$ **21.937,30 (vinte e um mil novecentos e trinta e sete reais trinta centavos).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 64/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.** Data da assinatura: 08/10/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 08/10/2026 até 08/10/2027. Detentora: **CRISTÁLIA PRODUTOS QUMICOS E FARMACEUTICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 44.734.671/0022-86. Valor: R$ **201.248,20 (duzentos e um mil duzentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).**

Dotação orçamentária nº

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO
916	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	PROPRIO	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339030000000000000.15000001002
917	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	FEDERAL	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339030000000000000.16000000000
918	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339030000000000000.16210000000
919	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	PROPRIO	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339032000000000000.15000001002
920	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	FEDERAL	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339032000000000000.16000000000
921	GARANTIR ASSISTENCIA FARMACEUTICA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0303.0002.2022.3339032000000000000.16210000000

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:0465159F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
RESCISÃO CONTRATO Nº 171/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – **RESCISÃO CONTRATO Nº 171/2016 – DISPENSA Nº 16/2016** – – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CRAS SUDESTE. Art. 79, II da Lei Federal n° 8666/93.

Pouso Alegre. 04/10/2026.

MARCELA REIS SEVERINO DO NASCIMENTO –
Secretária Municipal de Politicas Sociais.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:01DA6CB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025 - C

Processo Licitatório nº 087/2025 – Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 038/2025.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE DIVERSAS MUDAS DE PLANTAS E GRAMAS ENTREGUES PLANTADAS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE INSUMOS TAIS COMO DEFENSIVOS E FERTILIZANTES AGRÍCOLAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA/MG"**.
Partes: Município de Prata-MG e **JOÃO BATISTA ROSA – 81090625634 - ME.**
Fundamento Legal: art. 84 da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$156.997,50 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência: de 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da assinatura: 10/09/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:2EB3EDD1

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025 - D

Processo Licitatório nº 087/2025 – Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 038/2025.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE DIVERSAS MUDAS DE PLANTAS E GRAMAS ENTREGUES PLANTADAS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE INSUMOS TAIS COMO DEFENSIVOS E FERTILIZANTES AGRÍCOLAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA/MG"**.
Partes: Município de Prata-MG e **KARAIBA PAISAGISMO LTDA.**
Fundamento Legal: art. 84 da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$156.236,39 (cento e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos).
Prazo de vigência: de 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da assinatura: 10/09/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:5BC745A6

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 051/2026 – TERMO DE FOMENTO -INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 035-2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRATA-MG, CNPJ nº 18.260.505/0001-50 e ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES DO PRATA CNPJ nº25.136.868/0001-44

Objeto: Repasse de recursos financeiros oriundos de Emenda Impositiva, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados à Associação de Esportes do Prata, para aquisição de materiais e equipamentos esportivos a serem utilizados na realização e no apoio a eventos esportivos em diversas modalidades, especialmente nas atividades alusivas ao aniversário do Município, visando fomentar a prática esportiva, ampliar o acesso às atividades esportivas e proporcionar melhores condições para a realização dos eventos.

Fundamento Legal: Art. 31 da Lei Federal n° 13.109/2014 e demais alterações c/c Lei Orçamentária anual.

Valor do repasse: R$12.000,00 (doze mil reais)
Prazo de vigência do termo: de 09/10/2026 a 09/10/2027
Data da Assinatura: 09/10/2026]
.
MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:3F49FC76

ASSESSORIA JURÍDICA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 291/2024

No **EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 291/2024**, Publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros de 07 de outubro de 2026, ANO XVIII | Nº 4376, página 181, faz-se a seguinte retificação:

ONDE SE LÊ:
"Valor do Contrato: R$1.517.184,00 (um milhão quinhentos e dezessete mil cento e oitenta e quatro reais)".

LEIA-SE:
"Valor do Contrato: R$2.050.444,80 (dois milhões cinquenta mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)".

Prata-MG, 09 de outubro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:3024525B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL - REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal do Prata-MG, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, avisa a quem possa interessar que fará realizar, PREGÃO ELETRONICO-REGISTRO DE PREÇOS nº 044/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITANET", constante da página eletrônica do LICITANET – Licitações *On Line*, no endereço https://licitanet.com.br, no dia 26/10/2026, às 08 horas, do tipo Menor Preço por Item, para o devido objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de arranjos, e coroas de flores fúnebres para atender às necessidades da Prefeitura Municipal do Prata/MG, bem como fornecimento de vasos ornamentais comemorativos para a decoração dos Cemitérios Municipais da Saudade e Morada do Sol, em celebração ao Dia de Finados, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal do Prata/MG. Para participar da presente Licitação Pública, formalizar consultas e edital acessar https://licitanet.com.br ou pelo site www.prata.mg.gov.br. Demais informações a respeito do processo, favor comparecer à Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal do Prata, situada à Praça XV de Novembro, nº 35, Bairro Centro, Prata-MG, ou através do e-mail licitacao@prata.mg.gov.br ou pelo tel. (34) 3431-8705.

Prata-MG, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO DOS SANTOS FARIA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gustavo Dos Santos Faria
Código Identificador:CF871BAD

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório nº 121/2026, modalidade Pregão Eletrônico-Registro de Preços nº 044/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual fornecimento de arranjos, coroas de flores e vasos ornamentais comemorativos para a decoração dos Cemitérios Municipais da Saudade e Morada do Sol, em celebração ao dia de finados e demais necessidades pontuais de homenagens e solenidades, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal do Prata. Constatou-se que não foi(ram) apresentada(s) proposta(s) referente ao Processo Licitatório acima citado. Diante disso, o Pregoeiro designado, Sr. Gustavo dos Santos Faria, declarou o certame **DESERTO**.

Prata-MG, em 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO DOS SANTOS FARIA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gustavo Dos Santos Faria
Código Identificador:FD47F8E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2026
Processo licitatório nº 0006/2026

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pratinha/MG. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2026. Processo licitatório nº 0006/2026, torna público a abertura de processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ESTUDO E ELABORAR PROJETO DE LEI PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO RPPS DO MUNICÍPIO DE PRATINHA, EM ATENDIMENTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PRATINHA/MG, que será realizado no dia 19/10/2026 às 09:05 (nove horas) pelo email: pratinhaprevidencia@terra.com.br. As maiores informações no Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à rua Pedro Paulo Santos, nº 45, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00. Telefone (034) 2120-0601 e https://www.pratprev.mg.gov.br/.

Pratinha, 09 de outubro de 2026

ELIZANIA DOS REIS SILVÉRIO
Diretora Administrativa e Financeira - PRATPREV

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:EC539194

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA – MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026. AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026

Prefeitura Municipal de Pratinha – MG. Pregão Eletrônico Nº 029/2026. Aviso de alteração do edital Processo licitatório nº 067/2026, melhor taxa de administração, objetivando a contratação de empresa especializada para implantação, intermediação, administração e gerenciamento de sistema informatizado e integrado, via web, online e em tempo real, com utilização de rede credenciada de autopeças, destinado exclusivamente à aquisição de peças, componentes, acessórios e materiais automotivos necessários à manutenção preventiva e corretiva dos veículos, máquinas e equipamentos da frota do município de pratinha/mg, sem inclusão de mão de obra ou serviços de manutenção. Em razão das alterações, o certame que seria realizado no dia: 16/10/2026 às 09:00 (nove horas) pelo site w.w.w.licitanet.com. br. Tem sua data alterada para dia 28/10/2026 as 09:00h pelo site w.w.w.licitanet.com. br: O edital encontra-se disponível nos sites www.licitanet.com.br e www.prefeitura.pratinha.mg.gov.br e Maiores informações no Setor de licitações da prefeitura municipal de Pratinha localizada à rua Pedro Paulo Santos, nº 45, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00. Telefone (034) 2120-0601.

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:C41F0EAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial o pedido do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio e Cultura, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Art 75 §7;

RESOLVE: Ratificar a contratação de serviços de lavanderia incluindo passadoria e embalagem de peças que compõem os uniformes da fanfarra municipal.

CONTRATADA –66.350.848 DENISE DE SOUZA NUNES (CNPJ 66.350.848/0001-59), no valor global de R$ 589,00 (quinhentos e oitenta e nove reais).

Pratinha/MG, 08 de outubro 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:109F0BD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E EXTRAJUDICIAIS A SEREM EXECUTADOS POR CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, PAZ E NOTAS, COMPREENDENDO RECONHECIMENTO DE FIRMA, AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTO, CERTIDÕES DE LIVROS DE REGISTRO CIVIL, CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE REGISTRO CIVIL, ANOTAÇÕES À MARGEM DO TERMO DE REGISTRO CIVIL, CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE NOTAS, CONFECÇÃO E GUARDA DE CARTÃO DE ASSINATURAS, ARQUIVAMENTO POR FOLHA, PROCURAÇÃO PÚBLICA RELATIVA A CONTEÚDO FINANCEIRO E PROCURAÇÃO PÚBLICA GENÉRICA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PRATINHA/MG.
Considerando o disposto na solicitação apresentada pelo Departamento de Administração, na análise do pedido de contratação através de Inexigibilidade de licitação com base no art. 74, inciso I da Lei nº 14.133/21;
Considerando que foram cumpridas as exigências legais orçamentárias e financeiras;

Considerando ainda, a condução de todo o procedimento pela Comissão de Contratação e a decisão por ela proferida e o parecer da Procuradoria do Município quanto ao enquadramento legal da contratação, entendendo possível a inclusão da mesma nos termos dos dispositivos legais previstos na Lei nº 14.133/21, no que tange à Inexigibilidade de Licitação;

RATIFICO a condição de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da empresa **OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS COM ATRIBUIÇÃO NOTORIAL DE PRATINHA MG, CNPJ nº57.340.021/0001-73,** no valor unitário de **R$ 7.519,35 (sete mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos)**, nos termos do Processo nº 069/2026.

Determino à Procuradoria do Município a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Pratinha, 09 de outubro de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:8452CEA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

LICITAÇÃO 2026
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°: 088/2026.
MODALIDADE PREGÃO N.°: 045/2026.

A Prefeitura Municipal de Recreio comunica aos interessados que no Processo Administrativo nº 088/2026, Modalidade Pregão nº 045/2026, publicado no Diário Oficial dos Munícipios Mineiros, no dia 09 de outubro de 2026, edição nº 4378, onde se lê: A Prefeitura Municipal de Recreio/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 082/2026, Pregão nº 039/2026, em sua forma eletrônica, cujo objeto é a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais descartáveis e correlatos, conforme especificações constantes No Termo de Referência, em atendimento as secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Recreio-MG. A sessão pública será dia 26/10/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo site oficial www.recreio.mg.gov.br passa a ler-se: A Prefeitura Municipal de Recreio/MG torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 088/2026, Pregão nº 045/2026, em sua forma eletrônica, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento de paciente adulto, do sexo feminino, entre 18 e 59 anos, com diagnóstico CID F70, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Recreio-MG. A sessão pública será dia 29/10/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo site oficial www.recreio.mg.gov.br.

Recreio/MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
João Guilherme Costa Ferreira
Código Identificador:8CF71F70

SETOR JURÍDICO
DECRETO Nº 233, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Homologa o resultado do Chamamento Público nº 006/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado final do Chamamento Público nº 006/2026.
D E C R ET A:
Art. 1º Fica homologado o resultado final do Chamamento Público nº 006/2026, objetivando a contratação de Psicólogo, em caráter temporário, de excepcional interesse público, conforme resultado em anexo deste decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Recreio, MG, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

Anexo
(a que se refere o art. 1º)
RESULTADO OFICIAL CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2026

	Psicólogo (Saúde)				
Classificação	Nome	Tempo de Serviço Público no cargo	Data de Nascimento	CPF	Resultado
1º	Beatris Lima Carpinetti Santos	05 anos, 10 meses e 1 dia	20/04/1958	331.669.356-49	Aprovado
2º	Gustavo Ferreira Perry	07 meses e 28 dias	17/01/2002	162.989.156-80	Aprovado

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:27E7F386

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 256, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Exonera ocupante de cargo em comissão do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Recreio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **MG**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar **MARCO ANTÔNIO TURETE INHAN**, do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Coordenador do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Recreio, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Recreio, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:119892BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA N°456.333.037502/2026-44

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – CORREGEDORIA MUNICIPAL

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - Autos: 456.333.037502/2026-44

PORTARIA/COR/INSTAURAÇÃO Nº 042/2026

Comissão Processante: Suelen Mesquita de Jesus, Mardem Santos Barbosa e Fernanda R. de A. Rodrigues.

DATA DA INSTAURAÇÃO: 09/10/2026.

Publicado por:
Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues
Código Identificador:63957AFE

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
SOBRESTAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA N° 1213/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA MUNICIPAL

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA – AUTOS: 1213/2025
Comissão Processante: Suelen Mesquita de Jesus, Mardem Santos Barbosa, Fernanda R. de A. Rodrigues.

Decidido: Sobrestar o feito, até a conclusão do Inquérito Policial, resguardando o interesse público.

Data: 09/10/2026.

Publicado por:
Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues
Código Identificador:B5C48139

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 151/2026.

DECRETO Nº 151/2026.

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base na Lei 4.673, de 25 de agosto de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o Crédito Adicional Especial para reforço da seguinte dotação orçamentária, no valor de R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.002.8.245.104.2855-4.4.50.41	1.660.800.0000	R$ 470.000,00
TOTAL		R$ 470.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.002.8.122.104.2636-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.122.104.2636-3.3.90.35	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.122.104.2636-3.3.90.39	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.122.104.2636-4.4.90.52	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.122.104.2854-3.3.90.36	1.660.000.0000	R$ 5.000,00
07.002.8.122.104.2854-3.3.90.39	1.660.000.0000	R$ 5.000,00
07.002.8.244.104.2856-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.244.104.2856-3.3.90.33	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.244.104.2856-3.3.90.36	1.660.000.0000	R$ 3.000,00
07.002.8.244.104.2856-3.3.90.39	1.660.000.0000	R$ 2.000,00
07.002.8.244.104.2856-3.3.90.40	1.660.000.0000	R$ 1.000,00
07.002.8.244.104.2856-4.4.90.52	1.660.000.0000	R$ 1.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 50.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.33	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 100.000,00
07.002.8.245.104.2855-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 50.000,00
07.002.8.245.104.2855-4.4.90.52	1.660.000.0000	R$ 183.000,00
TOTAL		R$ 470.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 03 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 03 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:561854CC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 152/2026.

DECRETO Nº 152/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro para reforço da seguinte dotação orçamentária, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
16.003.13.392.114.2829-3.3.50.41	2.710.000.3210	R$ 210.000,00
TOTAL		R$ 210.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

RECURSOS		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.710.000.3210	R$ 210.000,00
TOTAL		R$ 210.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 03 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 03 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:B17232D5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 154/2026.

DECRETO Nº 154/2026.

Dispõe sobre alteração orçamentária, por Transferência, no orçamento do município de Ribeirão das Neves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4586, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:
Art.1º Por este decreto fica alterado, por Transferência, o orçamento do Poder Executivo Municipal no valor de R$ 640.189,64 (seiscentos e quarenta mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
08.002.12.122.101.2218-4.4.90.52	1.542.000.1071	R$ 640.189,64
TOTAL		R$ 640.189,64

Art. 2º A alteração orçamentária, por Transferência, de que trata o artigo 1º deste Decreto será coberta com recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
08.002.12.122.101.2218-3.3.90.39	1.542.000.1071	R$ 640.189,64
TOTAL		R$ 640.189,64

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 08 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 08 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:E42CFBA2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 155/2026.

DECRETO Nº 155/2026.

Dispõe sobre a criação do elemento de despesas das atividades, projetos e operações especiais da Lei Orçamentária, para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.586, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica criado no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o Elemento da Despesa na seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 190.000,00 (cento e Noventa mil reais)

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
15.001.4.122.118.2614-4.4.90.40	1.754.000.0000	R$ 190.000,00
TOTAL		R$ 190.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face a criação do Elemento da Despesa de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
15.001.4.122.118.2614-4.4.90.52	1.754.000.0000	R$ 190.000,00
TOTAL		R$ 190.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 09 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 09 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:EC8FD2C9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 157/2026.

DECRETO Nº 157/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 8.261.043,94 (oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, quarenta e três reais e noventa e quatro centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.39	1.500.507.0000	R$ 5.000,00
07.002.8.122.104.2239-3.3.90.33	1.660.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.36	1.660.000.0000	R$ 30.000,00
07.006.8.422.104.2813-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 40.000,00
08.002.12.122.101.2218-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 2.300.000,00
09.002.15.451.102.2193-4.4.90.52	1.500.000.0000	R$ 6.700,00
09.002.15.452.109.2191-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 3.000.000,00
09.002.15.452.109.2191-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 2.052.514,64
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 346.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 1.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2402-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 73.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 157.605,00
10.004.10.301.105.2402-3.3.90.36	1.600.000.0000	R$ 2.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 7.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 950,00
10.009.10.122.105.2847-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 2.850,00
10.009.10.122.105.2847-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 9.750,00
16.003.4.122.114.2774-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 16.674,30
TOTAL		R$ 8.261.043,94

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.30	1.500.503.0000	R$ 5.000,00

07.002.8.122.101.2852-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 40.000,00
07.002.8.122.104.2854-3.3.90.40	1.660.000.0000	R$ 1.000,00
07.002.8.122.104.2854-4.4.90.52	1.660.000.0000	R$ 2.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.92	1.660.000.0000	R$ 5.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.48	1.660.000.0000	R$ 1.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.92	1.660.000.0000	R$ 1.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.33	1.660.000.0000	R$ 30.000,00
08.002.12.122.101.2759-3.1.90.11	1.500.000.1001	R$ 2.000.000,00
08.002.12.122.101.2759-3.1.90.04	1.500.000.1001	R$ 300.000,00
09.002.15.451.102.2193-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 203.113,01
09.002.15.451.102.2193-4.4.90.51	1.500.000.0000	R$ 465.452,86
09.002.15.451.109.1862-4.4.90.51	1.500.000.0000	R$ 567.505,06
09.002.15.451.109.2822-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 120.006,20
09.002.15.451.109.2822-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 406.862,46
09.002.15.451.109.2879-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 289.575,05
09.002.15.452.109.2882-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 3.000.000,00
10.001.10.122.101.2762-3.3.90.32	1.500.000.1002	R$ 1.000,00
10.001.10.122.101.2762-3.3.90.32	1.500.000.1002	R$ 950,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 2.850,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 73.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 157.605,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 9.750,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 2.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 346.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 7.000,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 6.700,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 16.674,30
TOTAL		R$ 8.261.043,94

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 14 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:BD9C2809

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 158/2026.

DECRETO Nº 158/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.725.328,53 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
08.003.12.122.106.2843-3.3.90.39	1.546.000.0000	R$ 899.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.3.90.30	1.552.000.0000	R$ 826.328,53
TOTAL		R$ 1.725.328,53

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

Recursos	Fonte	Valor
Excesso de Arrecadação	1.546.000.0000	R$ 899.000,00
	1.552.000.0000	R$ 826.328,53
TOTAL		R$ 1.725.328,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 15 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 15 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:D9FDF51D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 160/2026.

DECRETO Nº 160/2026.

Dispõe sobre a criação do elemento de despesas das atividades, projetos e operações especiais da Lei Orçamentária para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.586, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica criado no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o elemento da despesa nas seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 50.020,11 (cinquenta mil e vinte reais e onze centavos)

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.40	1.500.500.1002	R$ 50.000,00
11.002.15.452.108.2780-4.4.90.39	1.759.000.0000	R$ 20,11
TOTAL		R$ 50.020,11

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face a criação do elemento da despesa de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.99	1.500.500.1002	R$ 50.000,00
11.002.15.452.108.2780-4.4.90.51	1.759.000.0000	R$ 20,11
TOTAL		R$ 50.020,11

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 17 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 17 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:1941E095

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 161/2026.

DECRETO Nº 161/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 597.697,96 (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.39	1.500.509.0000	R$ 27.520,30
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.39	1.500.508.0000	R$ 20.000,00
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.39	1.500.507.0000	R$ 18.610,00
11.002.15.452.108.2780-4.4.90.39	1.759.000.0000	R$ 244.000,00
11.002.15.452.108.2780-4.4.90.51	1.759.000.0000	R$ 287.567,66
TOTAL		R$ 597.697,96

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.30	1.500.502.0000	R$ 27.520,30
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.30	1.500.500.0000	R$ 20.000,00
07.001.8.244.104.2833-3.3.90.30	1.500.503.0000	R$ 18.610,00
07.003.8.243.101.2255-3.3.50.41	1.759.000.0000	R$ 244.000,00
07.003.8.243.101.2255-3.3.50.41	1.759.000.0000	R$ 287.567,66
TOTAL		R$ 597.697,96

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 18 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 18 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:72519FBF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 168/2026.

DECRETO Nº 168/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o Crédito Adicional Suplementar por Superávit financeiro para reforço da seguinte dotação orçamentária, no valor de R$ 157.480,15 (cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
08.003.12.365.106.2790-3.3.90.30	2.552.000.0000	R$ 157.480,15
TOTAL		R$ 157.480,15

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

RECURSOS		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.552.000.0000	R$ 157.480,15
TOTAL		R$ 157.480,15

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 30 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 30 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:F7486C04

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 169/2026.

DECRETO Nº 169/2026.

Dispõe sobre a criação do elemento de despesas das atividades, projetos e operações especiais da Lei Orçamentária para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.586, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica criado no orçamento do Município, para o exercício de 2026, o Elemento da Despesa na seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 635.362,12 (seiscentos e trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.002.8.245.104.2253-4.4.90.51	1.700.000.0000	R$ 635.362,12
TOTAL		R$ 635.362,12

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face a criação do elemento da despesa de que trata o artigo anterior, de acordo com o §

1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.002.8.245.104.2253-4.4.90.52	1.700.000.0000	R$ 635.362,12
TOTAL		R$ 635.362,12

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 30 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 30 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:8E2C4D0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA - SEMPLUR/SEMPLUR-SPCCR

PORTARIA CONJUNTA - SEMPLUR/SEMPLUR-SPCCR

Designa fiscal responsável pelo acompanhamento da aquisição de veículos no âmbito do Programa REFROTA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES e o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021,
RESOLVEM:
Art. 1º Designar EDNILSON SANTOS, Engenheiro de Produção-Civil, CREA-MG nº MG0000196394D, como fiscal responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos veículos adquiridos no âmbito do Programa REFROTA, vinculados à Ata de Registro de Preços nº 035/2026, à Solicitação de Fornecimento nº 2117/2026 e ao Contrato de Financiamento nº 0633.956-69.
Art. 2º Compete ao fiscal acompanhar a entrega dos veículos, verificar sua conformidade, realizar ou acompanhar as vistorias, atestar notas fiscais e emitir os documentos técnicos necessários ao recebimento e ao pagamento.
Art. 3º A fiscalização técnica está vinculada à ART nº MG20265122515.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves/MG, 09 de outubro de 2026.

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES /
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA /
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:0FCE5B72

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –235/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –235/2026

RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
HLS0C20	09/10/2026	27/11/2025	RJ-1059/2026	AG10226853	INDEFERIDO
HNH8I83	09/10/2026	21/11/2025	RJ-1060/2026	R100241548	INDEFERIDO
SHL3I09	09/10/2026	01/12/2025	RJ-1061/2026	AG10229024	INDEFERIDO
RFT9B34	09/10/2026	04/12/2025	RJ-1062/2026	R100245067	INDEFERIDO
SIZ2C81	09/10/2026	08/01/2026	RJ-1064/2026	AG10237734	DEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	03/01/2026	RJ-1065/2026	R100254254	INDEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	10/01/2026	RJ-1066/2026	R100256379	INDEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	08/01/2026	RJ-1067/2026	R100255525	INDEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	06/01/2026	RJ-1068/2026	R100255045	INDEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	14/01/2026	RJ-1069/2026	R100257436	INDEFERIDO
TXT9J62	09/10/2026	26/01/2026	RJ-1070/2026	R100260276	INDEFERIDO

Total de Registros: 11

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Cristiane Vieira Silva de Farias
Código Identificador:F1DD86BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

Termo de Retificação
REFERÊNCIA**: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº64/2026 E 81/2026**
EMPRESAS: **COMERCIAL MARELLY LTDA**
K.C.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO SEI Nº: **456.333.006238/2025-81**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.**
FICA RETIFICADO O SEGUINTE ESCRITO:

ONDE SE LÊ:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064 / 2026
ADJUDICATÁRIA: Comercial Marelly Eireli, com sede na Rua João Samaha , nº 813 – Bairro São João Batista (Venda Nova) , na cidade de Belo Horizonte (...)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/ 2026
ADJUDICATÁRIA: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI , com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes , nº 88 – Bairro Parque Industrial , na cidade de Araçatuba (...)

LEIA-SE:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064 / 2026
ADJUDICATÁRIA: Comercial Marelly Ltda., com sede na Rua João Samaha , nº 813 – Bairro São João Batista (Venda Nova) , na cidade de Belo Horizonte (...)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/ 2026
ADJUDICATÁRIA: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes , nº 88 – Bairro Parque Industrial , na cidade de Araçatuba (...)

Ribeirão das Neves, 09 de Setembro de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:C79C873E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

Termo de Retificação
REFERÊNCIA**: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº64/2026 E 81/2026**
EMPRESAS: **COMERCIAL MARELLY LTDA**
K.C.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO SEI Nº: **456.333.006238/2025-81**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**

FICA RETIFICADO O SEGUINTE ESCRITO:
ONDE SE LÊ:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064 / 2026
ADJUDICATÁRIA: Comercial Marelly Eireli, com sede na Rua João Samaha , nº 813 – Bairro São João Batista (Venda Nova) , na cidade de Belo Horizonte (...)
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/ 2026
ADJUDICATÁRIA: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI , com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes , nº 88 – Bairro Parque Industrial , na cidade de Araçatuba (...)
LEIA-SE:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064 / 2026
ADJUDICATÁRIA: Comercial Marelly Ltda., com sede na Rua João Samaha , nº 813 – Bairro São João Batista (Venda Nova) , na cidade de Belo Horizonte (...)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/ 2026
ADJUDICATÁRIA: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes , nº 88 – Bairro Parque Industrial , na cidade de Araçatuba (...)

Ribeirão das Neves, 09 de Setembro de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:D72D8048

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN.

PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Data: 10 de Setembro de 2026, horário: início às 09h05min e término às 11h18min. Local: Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SMDSC (Rua Ari Teixeira da Costa, 1.100, Savassi, Ribeirão das Neves / MG). Conselheiros participantes: Cleonice Gomes Vieira, Maurício Florentino da Silva, Natália Lino Silva, Regina Márcia Costa Campos e Viviane Silva dos Reis (conselheiros governamentais titulares); Helisama Mara de Almeida Costa Lima, Priscila Rosa de Oliveira e Rosemary dos Santos Rodrigues Fernandes (conselheiras governamentais suplentes); Thamara Dalila Souza de Oliveira e Andrezza dos Reis Pimenta, (conselheiras titulares representantes de entidades); Geraldo Piedade Gonçalves (conselheiro suplente representante de entidades); Ednilza Angélica Gomes (representante titular de trabalhadores do SUAS). Não houve representantes de usuários do SUAS nesta plenária. Demais participantes: Jackeline Alves (ASSPROM), Jacqueline Martins Silva (Associação Borboleta Azul), Angelita Dias Costa (Assessoria de Gestão do SUAS), Danilo Augusto Lopes de Oliveira (Lar de Idosos São João Batista), Eliane Barbosa Pinto e Daiane Valadares Castro de Souza (Referências Técnicas do Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para gestantes e crianças), além da Secretária-executiva do CMAS, Aliziane Leite Silveira. ATA DA 336ª (trecentésima trigésima sexta) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Ao décimo dia do mês de Setembro do ano de 2026, às nove horas e cinco minutos, o Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, reuniu-se em plenária ordinária. A plenária foi conduzida pela presidente Natália Lino Silva, que após cumprimentar os presentes, deu início a ordem do dia. **Pauta 01:** Leitura e aprovação da ata da plenária nº 335 de 27/08/2026, sendo aprovada por 08 votos a favor e nenhuma abstenção. **Pauta 02:** Foram justificadas as faltas de Efigênia (motivos de trabalho) e Magda Piló (demandas de saúde). **Pauta 03:** Apresentação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos – SPSBD-GC, a Sra. Priscila Rosa de Oliveira, (Superintendente de Proteção Social Básica), apresentou o novo serviço que substituirá o Programa Criança Feliz, destacando que o termo de aceite já foi aderido pelo município, atendendo as propostas da Resolução CNAS/MDS nº 218 e 219 de 25/11/2025, com a ampliação do público atendido, incluído ao Programa de atenção Integral a Família – PAIF, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Priscila falou da mudança de nomenclatura de visitador para educador social, com meta estipulada: 700 indivíduos atendidos, com duas visitas mensais aos atendidos. A equipe de educadores sociais será toda via concurso público, visando menor rotatividade de profissionais; quase toda a equipe já é concursada, restando como contrato de trabalho apenas alguns educadores que ainda estão em finalização de contrato. Angelita pontuou que é necessário a Resolução do Conselho sobre a ciência do Termo de Aceite, para que toda a documentação do novo serviço esteja adequada. Natália colocou em votação, sendo aprovada por 08 votos o Termo de Aceite pactuado entre o município de Ribeirão das Neves e o Governo Federal referente ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Aliziane colocou como pauta adicional a situação da inscrição dos trabalhadores no SUAS no processo eleitoral do CMAS, após tentativa de alguns trabalhadores solicitarem a declaração ao Conselho da profissão, especificamente ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, e encontrarem impedimentos para conseguir o documento, já que o município não possui núcleo de assistentes sociais – NAS implantado. Angelita informou que o núcleo de trabalhadores para a discussão da politica do município, já foi tentado, mas não foi possível sua implantação. Aliziane trouxe como proposta, que para que os trabalhadores do SUAS possam garantir sua representatividade, especialmente aqueles vinculados às entidades inscritas no Conselho, que seja aberta a possibilidade da entidade emitir declaração constando que o profissional atua em ações da Política de Assistência Social. Angelita acrescentou que alguns profissionais estão inscritos no CADSUAS, preenchido anualmente pelas entidades, sendo possível a comprovação. Foi aprovada pela plenária, por unanimidade que a inscrição no processo eleitoral para os trabalhadores do SUAS, não vinculados ao Sindicato dos Servidores Públicos de Ribeirão das Neves – SINDINEVES, ocorra com a comprovação de vínculo ao SUAS. Devido ao baixo número de inscrições no processo eleitoral, cujas inscrições se encerram no dia de hoje, Aliziane propõe a prorrogação do período de inscrição até o meio dia de 15/09/2026, sendo aceito por unanimidade pelos conselheiros presentes na plenária. **Pauta 04:** Retorno do ofício encaminhado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SMDSC sobre o crescimento das residências inclusivas no município: Aliziane fez a leitura do ofício da Gerência da Alta Complexidade sobre visita realizada na Residência Inclusiva Viver, com a vigilância Sanitária, onde foram encontradas diversas irregularidades, sendo que ao final do documento consta a informação que a situação estaria sendo encaminhada ao Ministério Público. **Pauta 05:** Retorno de visita à Associação Promotora de Assistência Social – APAS: Aliziane apresentou o formulário para visita realizada no dia 12/06/2026 para a

ciência do Conselho, não sendo encontradas irregularidades na entidade. **Pauta 06:** Retorno de visita ao CRAS Sevilha: Aliziane apresentou o formulário para visita realizada no dia 12/08/2026 com a sugestão dos conselheiros de adequações na recepção do local, para o aumento da segurança dos servidores, devido ao grande número de pessoas atendidas, ficando decidido sobre o encaminhamento de ofício para a SMDSC com a sugestão de melhorias. **Pauta 07:** Retorno sobre regularização do Instituto Saber Viver: Aliziane informou que o CNPJ do Instituto Saber Viver foi regularizado, sendo feita a revogação da suspensão da inscrição, voltando o Instituto a sua regularidade junto ao CMAS. **Pauta 8** – Retorno de reunião com Instituto Saber e Conhecer e Associação dos Construtores Artesãos e Companhia de Ribeirão das Neves – ACÁCIA. AS duas reuniões foram realizadas no dia 02/09/2026, sendo que referente ao Instituto Educacional Saber e Conhecer foi explicado ao Presidente, mais uma vez, que o indeferimento foi decorrente de diversas inconsistências nos documentos entregues, que as atividades realizadas e a equipe continuam se misturando ao que é ofertado pela parte educacional do Instituto. Sobre a ACÁCIA, o indeferimento está relacionado ao fato das atividades descritas no plano de trabalho e atualmente realizadas serem da Política de Saúde. Foi orientado para ambas as entidades, que façam uma discussão de suas propostas com o profissional de nível superior por eles contratados para realização das atividades socioassistenciais, para que o profissional auxilie no direcionamento de ações efetivamente da Política de Assistência Social. As entidades com indeferimento podem solicitar novo pedido de inscrição a qualquer momento, desde que estejam executando ações da Politica de Assistência Social. Encerradas as pautas, Aliziane passou os informes, reforçando a prorrogação do prazo de inscrição dos candidatos a conselheiros até o dia 15/09/2026 às doze horas, sendo mantido os demais prazos do edital do processo eleitoral. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi finalizada às 11h18minutos, sendo que esta ata, após a sua aprovação, será assinada por mim, Primeira Secretária do CMAS, pela Presidente e pelos conselheiros presentes.

NATÁLIA LINO SILVA/
Presidente do CMAS

HELISAMA MARA DE ALMEIDA COSTA LIMA/
Primeira Secretária do CMAS

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:D9772B5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN.

PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Data: 08 de outubro de 2026, horário: início às 09h10min e término às 10h20min. Local: Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SMDSC (Rua Ari Teixeira da Costa, 1.100, Savassi, Ribeirão das Neves / MG). Conselheiros participantes: Cleonice Gomes Vieira, Maurício Florentino da Silva, Natália Lino Silva, Regina Márcia Costa Campos e Viviane Silva dos Reis (conselheiros governamentais titulares); Helisama Mara de Almeida Costa Lima, Viviane Silvia Batista de Oliveira e Rosemary dos Santos Rodrigues Fernandes (conselheiras governamentais suplentes); Thamara Dalila Souza de Oliveira e Andrezza dos Reis Pimenta, (conselheiras titulares representantes de entidades); Geraldo Piedade Gonçalves (conselheiro suplente representante de entidades). Não houve representantes de usuários do SUAS e trabalhadores do SUAS nesta plenária. Demais participantes: Mirian Cavalcante (Secretária executiva do Conselho da Pessoa Idosa), Eni Galinari e Deide Souza (Casa dos Conselhos), Jacqueline Souza (Associação Borboleta Azul), Renata Alvarenga (Lar de Idosos José Justino Rocha) e Viviane Silva (CREAS Centro), Maria Rosa (ASCOBARONE) e Lucineia Aparecida de Melo Paula (Instituto Vale das Acácias) além da Secretária-executiva do CMAS, Aliziane Leite Silveira. ATA DA 337ª (trecentésima trigésima sétima) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Ao oitavo dia do mês de outubro do ano de 2026, às nove horas e dez minutos, o Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, reuniu-se em plenária ordinária. A plenária foi conduzida pela presidente Natália Lino Silva, que após cumprimentar os presentes, deu início a ordem do dia. **Pauta 01:** Leitura e aprovação da ata da plenária nº 336, de 10 de setembro de 2026, sendo aprovada por unanimidade. **Pauta 02:** Foram justificadas as faltas de Efigênia (motivos de trabalho), Magda Piló (demandas de saúde) e Ednilza Angélica Gomes (demandas do setor de trabalho). **Pauta 03: Apresentação do relatório da Gestão 2024-2026 do CMAS**. Aliziane lembrou aos presentes que embora a atual gestão se encerre em 25 de outubro de 2026, esta é a última plenária desta composição. A parte governamental provavelmente não sofrerá alterações, já que é permitida a recondução destes representantes, mas a sociedade civil passará por mudanças em seu segmento. Visando valorizar as conquistas da atual gestão, foi apresentado o relatório, que será anexado a esta ata, para registro do que foi desenvolvido. Após a leitura do documento, foi aberta a discussão de todos, onde puderam discorrer sobre este tempo no CMAS e a importância para o município. Encerradas as pautas, Aliziane passou os informes: 1) Eleição do CMAS para a sociedade civil, no dia 15 de outubro de 2026, de 09h às 15h, online; 2) Posse da nova gestão dia 23 de outubro de 2026; 3) Retorno do CMAS para a Casa dos Conselhos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi finalizada às 10h20min, sendo que esta ata, após a sua aprovação, será assinada por mim, Secretária-executiva do CMAS, pela Presidente e pelos conselheiros presentes. Considerando que haverá troca da gestão a partir da próxima plenária, esta ata já está sendo aprovada ao término desta plenária, por unanimidade.

NATÁLIA LINO SILVA /
Presidente do CMAS

ALIZIANE APARECIDA GONÇALVES LEITE DA SILVEIRA/
Primeira Secretária do CMAS

RELATÓRIO DA GESTÃO 2024-2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN
Este relatório apresenta os avanços e desafios da Gestão 2024-2026 do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN. A consolidação da Política de Assistência Social depende diretamente da atuação efetiva deste conselho. Nesse cenário, os conselheiros desempenham um papel fundamental, sendo os principais responsáveis por fiscalizar e garantir a qualidade dos serviços ofertados à população.

I. DA DURAÇÃO DO MANDATO
Conforme previsto no Regimento Interno do CMAS, o mandato terá duração de dois anos, tendo início em 25 de outubro de 2024 e encerramento em 25 de outubro de 2026.

II. DA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA
A Mesa Diretora alterna sua presidência anualmente entre a Sociedade Civil e o Governo, conforme a seguinte estrutura:
Período: Outubro de 2024 a Outubro de 2025

•Presidente (Sociedade Civil): Thamara Dalila Souza de Oliveira

•Vice-Presidente (Governamental): Lina Santana Fernandes

•Primeiro Secretário (Sociedade Civil): Danilo Augusto Lopes de Oliveira

•Segundo Secretário (Governamental): Patrícia de Souza Rodrigues

Período: Outubro de 2025 a Outubro de 2026

•Presidente (Governamental): Lina Santana Fernandes (desligada) / Natália Lino Silva (atual)

•Vice-Presidente (Sociedade Civil): Danilo Augusto Lopes de Oliveira (desligado) / Andrezza dos Reis Pimenta Figueiredo (atual)

•Primeiro Secretário (Governamental): Helisama Mara de Almeida Costa Lima

•Segundo Secretário (Sociedade Civil): Tânia Maria Felismino

III. COMPOSIÇÃO DA GESTÃO

•Gestão Inicial

•Representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSCs):

1º Titular: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão das Neves (APAE Neves), representada pela Sra. Thamara Dalila Souza de Oliveira.
2º Titular: Lar de Idosos José Justino Rocha, representado pelo Sr. Danilo Augusto Lopes de Oliveira.
3º Titular: Associação Comunitária dos Bairros Havaí, Sônia e São José (TRICOMB), representada pela Sra. Tânia Maria Felismino.
1º Suplente: Associação Beneficente Menino Jesus, representada pela Sra. Cláudia Maria Venância de Paula.
2º Suplente: Comunidade Kolping Nossa Senhora do Carmo, representada pela Sra. Marlúcia Souza de Oliveira.
3º Suplente: Instituto Saber Viver, representado pela Sra. Andreia Araújo dos Santos Nascimento.

•**Representantes dos Trabalhadores do SUAS** (através do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ribeirão das Neves – SINDINEVES):

1º Titular: Michelle Tatiane de Souza França.
2º Titular: Ednilza Angélica Gomes.
1º Suplente: Ellen Maia Boncompagni.
2º Suplente: VACÂNCIA.

•Representantes dos Usuários da Política de Assistência Social:

1º Titular: Sinfloroza Pereira da Silva (usuária do CRAS Veneza).
2º Titular: Efigênia Maria da Silva (usuária do CRAS Sevilha).
1º Suplente: Michelle Cristina Borges Pimenta (usuária do CRAS Veneza).
2º Suplente: VACÂNCIA.

•Conselheiros Governamentais (Indicados pelo Executivo Municipal):

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania: Viviane Silva dos Reis e Lina Santana Fernandes (titulares); Helisama Mara de Almeida de Costa Lima e Natália Lino Silva (suplentes).
Secretaria Municipal de Educação: Regina Márcia Costa Campos (titular) e Fabiana Marques de Araújo Souza (suplente).
Secretaria Municipal de Esporte e Cultura: Sthefany Cristine Leal Araújo (titular) e Ely Fernandes (suplente).
Secretaria Municipal de Fazenda: Patrícia de Souza Rodrigues (titular) e Otávio Batista de Sousa (suplente).
Secretaria Municipal de Planejamento: Maurício Florentino da Silva (titular) e Anna Carolina Falcão (suplente).
Secretaria Municipal de Saúde: Marylucia Aparecida da Silva Ferreira (titular) e Rosemary dos Santos Rodrigues Fernandes (suplente).

•Composição Atual do CMAS

•Representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSCs):

1º Titular: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão das Neves (APAE Neves), representada pela Sra. Thamara Dalila Souza de Oliveira.
2º Titular: Lar de Idosos José Justino Rocha, representado pela Sra. Andrezza dos Reis Pimenta Figueiredo.
3º Titular: Associação Comunitária dos Bairros Havaí, Sonia e São José (TRICOMB), representada pela Sra. Tânia Maria Felismino.
1º Suplente: VACÂNCIA.
2º Suplente: Comunidade Kolping Nossa Senhora do Carmo, representada pelo Sr. Geraldo Piedade Gonçalves.
3º Suplente: Instituto Saber Viver, representado pela Sra. Andreia Araújo dos Santos Nascimento.

•Representantes dos Trabalhadores do SUAS (SINDINEVES):

1º Titular: Ednilza Angélica Gomes.
2º Titular / 1º Suplente / 2º Suplente: VACÂNCIA.

•Representantes dos Usuários da Política de Assistência Social:

1º Titular: Efigênia Maria da Silva (usuária do CRAS Sevilha).
2º Titular: Magda Piló (usuária do CRAS San Genaro).
1º Suplente / 2º Suplente: VACÂNCIA.

•Conselheiros Governamentais (Indicados pelo Executivo Municipal):

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania: Viviane Silva dos Reis e Natália Lino Silva (titulares); Helisama Mara de Almeida de Costa Lima e Priscila Rosa de Oliveira (suplentes).
Secretaria Municipal de Educação: Regina Márcia Costa Campos (titular) e Thalita Bianca de Araújo Serpa (suplente).
Secretaria Municipal de Esporte e Cultura: Marcos André de Oliveira (titular) e Eber Emanoel Margarida (suplente).
Secretaria Municipal de Fazenda: Cleonice Gomes Vieira (titular) e Viviane Silvia Batista de Oliveira (suplente).
Secretaria Municipal de Planejamento: Maurício Florentino da Silva (titular) e Anna Carolina Falcão (suplente).
Secretaria Municipal de Saúde: Marylucia Aparecida da Silva Ferreira (titular) e Rosemary dos Santos Rodrigues Fernandes (suplente).

IV. DAS PLENÁRIAS (A FORÇA DO CONSELHO)

•Reuniões Realizadas: Foram computadas 24 Reuniões Ordinárias e 10 Reuniões Extraordinárias.

•Assiduidade: Regular. As plenárias contaram, em sua maioria, com o quórum mínimo exigido de representantes.

•Produção Normativa: Publicação de 97 Resoluções e Deliberações no Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Todas as atas das plenárias também foram devidamente publicadas.

•Comissões Ativas: O CMAS possui 6 (seis) Comissões Temáticas com a finalidade de subsidiar o Colegiado no cumprimento de suas competências:

•Comissão de Orçamento, Financiamento e Acompanhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

•Comissão de Discussão e Elaboração de Ações Junto à Secretaria de Saúde.

•Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Entidades.

•Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações, Serviços, Programas e Projetos do SUAS.

•Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.

•Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferência de Assistência Social.

V. A 16ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (02 DE JULHO DE 2025)

•Tema: "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência".

•Lema: “Construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação”.

•Participantes: Total de 328 participantes. Destes: 88 usuários, 132 trabalhadores, 34 representantes de entidades, 13 autoridades, 60 trabalhadores comissionados e 01 palestrante convidado.

•Marcadores Sociais: Presença de 84 pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, 42 pessoas com deficiência, 15 pessoas LGBTQIA+, 66 pessoas idosas, 02 adolescentes e 10 jovens.

•Voz Comunitária: Aprovação de 10 propostas para o município, 05 propostas para o Estado e 05 para a União.

•Representação Externa: Eleição de 16 delegados enviados para a Conferência Estadual. Adicionalmente, 01 delegado do município foi eleito na etapa estadual para participar da Conferência Nacional.

•Status das Deliberações: O CMAS tem acompanhado de perto o andamento do cumprimento das deliberações junto à Gestão Municipal.

VI. FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE

•Visitas Técnicas: Realização de 3 visitas de monitoramento a serviços públicos (CRAS).

•Acompanhamento de Entidades: Execução de 20 visitas a entidades socioassistenciais inscritas no Conselho.

•Inscrições e Regularizações:

04 novas entidades inscritas.
18 pedidos de inscrição indeferidos (a maioria devido a atividades não condizentes com a Política de Assistência Social ou documentação incompleta).
09 entidades com inscrição cancelada.

VII. CONTROLE FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO (FMAS)
Todas as prestações de contas de recursos do Governo Federal e do Governo do Estado (Piso Mineiro) foram analisadas pela Comissão de Finanças e aprovadas pela plenária. O Conselho também debateu e aprovou as propostas da Lei Orçamentária Anual (LOA) para os anos de 2026 e 2027.

VIII. PRINCIPAIS CONQUISTAS DESTE BIÊNIO

•Sancionada a atualização da Lei de Criação do CMAS (janeiro de 2025).

•Atualização do Regimento Interno do CMAS (julho de 2025).

•Conquista de uma cadeira de conselheiro titular representante da sociedade civil junto ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) em agosto de 2025.

•Atualização dos critérios para inscrição e manutenção cadastral no CMAS (outubro de 2025), tornando os processos mais técnicos e respaldados.

•Realização de mais de 50 reuniões da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Entidades para análise documental, atendimento a demandas das entidades e processos de cancelamento.

•Organização de rodas de conversa anuais com as entidades parceiras para orientações sobre mudanças na legislação.

•Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2026-2029.

IX. DESAFIOS ENCONTRADOS

•Vacâncias crescentes: A gestão iniciou com 02 vacâncias na Sociedade Civil e encerrou com 05 postos vagos. Esse fator fragiliza diretamente a participação social na tomada de decisões.

•Rotatividade de membros: Ocorreram desligamentos por mudança de município, óbito, solicitação da própria entidade e motivos de saúde. Embora os substitutos tenham demonstrado dedicação, as trocas constantes quebram o ritmo das ações.

•Baixa participação (Omissões): Diversos conselheiros registraram baixa assiduidade em plenárias e comissões. Isso gerou uma sobrecarga de trabalho nos membros ativos para evitar que o colegiado fosse responsabilizado por omissão em seu papel fiscalizador.

•Mudança de local das reuniões: A transferência temporária das plenárias da Casa dos Conselhos para o Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (motivada pelo empréstimo do espaço ao Conselho Tutelar) pode ter influenciado a baixa participação da sociedade civil nos últimos quatro meses.

X. TRANSIÇÃO E DIRETRIZES PARA A NOVA GESTÃO

•Aprimoramento: Necessidade de criar mecanismos que ampliem a participação popular nas reuniões mensais.

•Continuidade: Retomar com urgência o cronograma integral de visitas fiscalizatórias nas entidades e nos equipamentos do SUAS, sanando as pendências acumuladas pela sobrecarga de trabalho dos membros da gestão 2024-2026.

XI. AVALIAÇÃO GERAL E ENCERRAMENTO
Mesmo diante dos dificultadores operacionais e das pendências de fiscalização física na rede SUAS, a avaliação é que a Gestão 2024-2026 entrega um conselho organizado e com diretrizes técnicas claras. Os avanços alcançados e os desafios superados são o reflexo direto do trabalho voluntário, técnico e incansável dos conselheiros. A trajetória desta gestão até o momento reafirma que o fortalecimento do controle social em Ribeirão das Neves só é possível graças à dedicação diária de seus membros. Que este relatório sirva não apenas como um registro histórico de ações, mas como um combustível para que o CMAS continue sendo o pilar de uma Política de Assistência Social participativa e de excelência para toda a população.
Nosso profundo reconhecimento a todos que dedicam seu tempo e conhecimento para construir um Conselho Municipal de Assistência Social cada vez mais forte, democrático e atuante.

Ribeirão das Neves / MG, 08 de outubro de 2026.

NATÁLIA LINO SILVA/
Presidente

ANDREZZA DOS REIS PIMENTA FIGUEIREDO/
Vice- Presidente

ALIZIANE LEITE SILVEIRA/
Secretária Executiva

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:332D1391

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento
REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO PROCESSO 456.333.006238/2025-81 E SUAS RESPECTIVAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS .
Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do

contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.122.0101.2852 – GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 187 – FONTE 1.500.000.0000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.245.0104.2253 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 247 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.245.0104.2637-BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 260 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.122.0113.2886 – MANUT. SUP. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 290 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.306.0104.2245 – GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 299 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.422.0104.2812 – MANUT. CASA DA MULHER NEVENSE 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 304 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 07 de outubro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:3E984AA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento
REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO PROCESSO 456.333.006238/2025-81 E SUAS RESPECTIVAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS .
Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.122.0101.2852 – GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 187 – FONTE 1.500.000.0000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.245.0104.2253 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 247 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.245.0104.2637-BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 260 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.122.0113.2886 – MANUT. SUP. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 290 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.306.0104.2245 – GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 299 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.422.0104.2812 – MANUT. CASA DA MULHER NEVENSE 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 304 – FONTE 1.500.000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 07 de outubro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:60409388

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento
REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO PROCESSO n°048/2025- CONTRATO N°050/2025 .
OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA E CONTROLE DE PRAGAS .
Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:
As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:
•07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 08.244.0104.2435 – GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – FICHA 302 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 08 de outubro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:DB7818A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026 EDITAL Nº 077/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026
EDITAL Nº 077/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET E FORNECIMENTO DE SALGADOS, SOB DEMANDA, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 27/10/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO

AMPLA CONCORRÊNCIA, EXCETO NOS ITENS 2, 6 e 7.

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 3435-0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:D0993D94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Após cumpridas as formalidades, balizado pelo parecer da assessoria jurídica municipal, considerando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, a justificativa para escolha do contratado e do preço ofertado pela empresa, AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 030/2026, através do Processo Administrativo nº 106/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recreação, entretenimento e estrutura para realização de evento alusivo ao Dia das Crianças, incluindo atividades recreativas, personagens, pintura facial, brinquedos e equipamentos de diversão, distribuição de pipoca e algodão-doce, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rosário da Limeira/MG, no valor global correspondente a R$ 8.670,00 (oito mil e seiscentos e setenta reais) em favor da empresa CIA ANIMA LTDA , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 29.297.213/0001-09.

Publique-se.

Rosário da Limeira-MG, 06 de outubro de 2026.

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:77081766

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 050/2026

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 105/2026 – PREGÃO: 050/2026
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a Prorrogação da data de abertura do Processo Administrativo nº 105/2026, Pregão Eletrônico nº 050/2026 Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira-MG.

A sessão pública será realizada dia 04/11/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263

Rosário da Limeira/MG, 09 de outubro ,

ALESSANDRA APARECIDA PEDROSA DE OLIVEIRA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:86660EA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº: 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA, através da Comissão Organizadora nomeada pela Portaria nº: 120 de 28 de Setembro de 2026, no uso de suas atribuições, torna pública após a análise da documentação na primeira etapa, a lista de classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Rubelita/MG, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Edital nº: 001/2026, para atuar no Projeto Esportivo vinculado ao Programa Geração Esporte, conforme a seguir:

Professor de Educação Física:

Uilton Martins de Oliveira nota: 82,50 (classificado);
Daniel Oliveira Alves; nota: 81 (classificado);
Maria Cristina Lima de Jesus; nota: 80 (classificado);
Cássio Oliveira Alves, nota 79 (não classificado)
Gilberto Corsino Souza, nota 78 (não classificado)
João Kleyton de Almeida nota- (inscrição indeferida por não apresentar documentos previstos no Edital)
Diuly Steffany Ramires Santana nota – (inscrição indeferida por não apresentar documentos previstos no Edital).

Monitor Esportivo:

1) Graciele Alemida Silva nota: 81 (classificado);
2) Feliciano Caldeira Junior, Nota 81 (classificado)
3) Marcos Gabriel Fonseca, Nota 81 (classificado)
4) Arthur Delbao Ferreira Santos, nota: 80 (não classificado)
5) Nicoly Magalhaes Porto, Nota 79, (não classificado)
6) Kamily Vitoria Oliveira Nascimento, nota 79 (não classificado)

Rubelita, 08 de Outubro de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

INGRID MOREIRA SILVA;

PALOMA PEREIRA DE JESUS;

MANOEL UERLITON ALVES LOIOLA.

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:B3282EE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

CONTABILIDADE
DECRETO 6718/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA

DECRETO No:06718 /2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192 / 2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei Orçamentária Anual 2192.2025. Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0059 MANUTENCAO DA MEDIA COMPLEXIDADE
10.302.0059.2180 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAUSB
3.1.90.16.00 753 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 499,39
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 499,39
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 499,39

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0057 GESTAO GERAL DA SAUDE
10.122.0057.2169 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.3.90.39.00 696 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 499,39
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 499,39
TOTAL: R$ 499,39
Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SANTA BARBARA, 9 DE OUTUBRO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Anexo I
EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:

Secretaria Municipal de Saúde

A suplementação visa atender folha de pagamento complementar.

ANEXO II

SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por anulação abertos anteriormente	R$ 19.147.625,75
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 499,39
Valor dos créditos suplementares por anulação abertos no exercício	R$ 19.148.125,14
Saldo de créditos suplementares por anulação	R$ 1.803.757,48
Percentual utilizado	7,31%
Atualizado em 09/10/2026	

Publicado por:
Daniela Aparecida Borges
Código Identificador:48A6658E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE N.º 6719/2026

Institui a Política de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Bárbara, atualiza suas diretrizes operacionais em conformidade com as normas nacionais vigentes e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA, Estado de Minas Gerais, nouso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que nos termos do art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o inciso XV do art. 212-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB serão destinados pelos Municípios à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme diretrizes pactuadas entre a União e demais entes da Federação, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação;

Considerando a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, cujo Objetivo 6 estabelece o compromisso de ampliação da oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades;

Considerando a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e as diretrizes de financiamento para a criação de matrículas em tempo integral expressas na Portaria MEC nº 605, de 29 de agosto de 2025;

Considerando as disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente o art. 34 e o art. 87, § 5º, que preconizam a ampliação progressiva do período de permanência na escola, bem como o atendimento na Educação Infantil em jornada integral de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias;

Considerando a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral;

Considerando as diretrizes para a ampliação da jornada escolar estabelecidas na Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, e as metas pactuadas no âmbito da Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023;

Considerando que a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025 (alterada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026), instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, estabelecendo caráter normativo e obrigatório para os sistemas de ensino;

Considerando a necessidade do Município de planejar suas frentes de atuação de forma sistêmica e intersetorial, conforme as orientações técnicas da Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola em Tempo Integral - RENAPETI;

Considerando os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular -BNCC e os princípios da justiça curricular, com o compromisso de promover uma formação humana plena e o desenvolvimento em todas as suas dimensões;

Considerando a adesão do Município de Santa Bárbara/MG ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, formalizada por meio de Termo de Adesão junto ao Ministério da Educação (MEC), em 24 de outubro de 2024, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica, mediante assistência técnica e financeira da União;

DECRETA:

Capítulo I

Do Objeto e do Âmbito de Aplicação

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Bárbara, a Política de Educação Integral em Tempo Integral, com vistas a orientar o planejamento, a organização curricular, a gestão democrática, o financiamento, o monitoramento e a avaliação das unidades escolares que ofertam ou venham a ofertar jornada ampliada.

Parágrafo único. A Política de que trata o *caput* será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, com a colaboração do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos de controle social, assegurando a autonomia pedagógica e administrativa da rede, em regime de colaboração federativa.

Capítulo II

Das Diretrizes e Princípios Específicos

Art. 2º A Política de Educação Integral em Tempo Integral observará, além dos princípios gerais da educação nacional, os seguintes princípios específicos:

I - Educação integral na perspectiva do desenvolvimento pleno: compromisso com processos formativos intencionais que incidam sobre as dimensões cognitiva, física, social, emocional, psicossocial, ética, política, econômica, cultural e ambiental dos estudantes;

II - Justiça curricular: organização do currículo orientada para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, justiça climática, ética do cuidado e do bem-viver, superando as múltiplas formas de exclusão, preconceito e discriminação;

III - Equidade educacional: priorização na distribuição de matrículas e recursos para as escolas e territórios com histórico de vulnerabilidade socioeconômica e exclusão escolar, buscando atuar na reparação de desigualdades estruturais;

IV - Currículo integrado e integrador de experiências: superação da fragmentação curricular e da lógica de turno e contraturno, priorizando a concepção de turno único com intencionalidade pedagógica em todos os tempos e espaços escolares;

V - Gestão democrática e participativa: envolvimento ativo dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidades locais nas instâncias de tomada de decisão e na construção coletiva do projeto pedagógico;

VI - Articulação intersetorial: integração permanente com as políticas locais de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, direitos da criança e do adolescente e segurança alimentar;

VII - Atendimento às modalidades da Educação Básica: garantia de compatibilidade e qualidade na expansão da jornada escolar para o público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Educação Escolar no Campo, Educação de Jovens e Adultos - EJA e demais modalidades, respeitando-se as suas diretrizes específicas.

Capítulo III

Da Jornada Escolar e das Formas de Oferta

Art. 3º A jornada escolar na Educação Integral em Tempo Integral terá carga horária diária mínima de 7 (sete) horas ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, ofertada de forma regular e permanente ao longo de todo o ano letivo.

§ 1º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos dedicados à alimentação, à higiene, ao descanso, ao acolhimento, às transições entre atividades, à socialização e à convivência, respeitando as especificidades etárias, em especial dos bebês e das crianças pequenas.

§ 2º A rede municipal de ensino, no exercício de sua autonomia, poderá estruturar o atendimento articulando as seguintes formas de oferta:

I - escolas exclusivas de tempo integral: caracterizadas pela oferta de todas as matrículas e turmas em jornada ampliada;

II - escolas mistas: caracterizadas pela coexistência de turmas em jornada ampliada e turmas em jornada parcial na mesma unidade de ensino.

Capítulo IV

Das Dimensões Estratégicas de Implementação

Seção I

Do Acesso e da Permanência com Equidade

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares, desenvolver estratégias de acesso e permanência, restando vedado qualquer mecanismo de seleção de estudantes que configure violação ao direito de igualdade de condições para o acesso à escola.

Art. 5º Para a alocação e distribuição das matrículas em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação realizará análise contínua da equidade educacional com base em indicadores sociais e demográficos, priorizando:

I - estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica;

II - critérios objetivos que considerem raça, cor, gênero, nível socioeconômico, deficiência e localização geográfica, garantindo o acesso proporcional de estudantes pretos e pardos conforme o perfil demográfico da Educação Básica no território;

III - o planejamento de estratégias de transição escolar contínua entre as etapas da Educação Infantil e os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental;

IV - ações permanentes de busca ativa escolar, prevenção e enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão.

Art. 6º As unidades escolares deverão revisar continuamente seus Projetos Político-Pedagógicos - PPP para incorporar a concepção de Educação Integral, monitorar internamente os indicadores de frequência e criar canais permanentes de diálogo com as famílias.

Seção II

Do Desenvolvimento da Infraestrutura e Organização

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação garantirá uma instância regulamentada e ponto focal técnico responsável pelo acompanhamento contínuo da implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 8º Para viabilizar a qualificação dos tempos e espaços na nova jornada ampliada, serão adotadas as seguintes estratégias de infraestrutura e organização da rede:

Frente de Atuação	Estratégias de Organização e Infraestrutura da Rede
Infraestrutura Física e Sustentabilidade	Melhoria contínua, criação, ampliação ou modernização de espaços pedagógicos, culturais, esportivos, de descanso e de convivência, assegurando acessibilidade universal; adoção de práticas de gestão sustentável, incluindo coleta seletiva, consumo consciente de recursos naturais e uso de insumos ecologicamente adequados nas escolas.
Logística de Suporte	Adequação das rotas, itinerários e horários do serviço de transporte escolar; reorganização dos serviços de recebimento, armazenamento e oferta da alimentação escolar, garantindo a segurança alimentar adequada à jornada ampliada.
Organização de Turmas	Definição de parâmetros de atendimento que evitem a superlotação das salas de aula, assegurando condições adequadas ao trabalho didático.
Inclusão e AEE	Garantia e monitoramento do Atendimento Educacional Especializado - AEE na jornada integral, em consonância com as necessidades e singularidades dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 9º As unidades escolares ficam autorizadas a planejar e realizar atividades em finais de semana, visando ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à ampliação da participação familiar.

Art. 10 Fica assegurado o protagonismo estudantil por meio do incentivo à criação e manutenção de grêmios escolares, conselhos mirins e outras instâncias representativas, envolvendo os estudantes na gestão dos tempos e espaços escolares mediante mediação pedagógica.

Seção III

Da Articulação Intersetorial e Integração Territorial

Art. 11 A implementação das ações pedagógicas e protetivas da jornada ampliada contará com a articulação formal e estabelecimento de protocolos com secretarias de outras áreas e órgãos do território municipal.

Art. 12 Para fins de expansão de oportunidades e enriquecimento pedagógico, o Município poderá formalizar parcerias com os seguintes segmentos e equipamentos, respeitado o interesse público e priorizando organizações sem fins lucrativos:

I - Órgãos da administração municipal nas áreas de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;

II - Instâncias integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA, incluindo Conselhos Tutelares, Ministério Público e Defensoria Pública;

III - Associações de bairro, clubes recreativos, organizações da sociedade civil e coletivos comunitários locais, viabilizando a integração e a utilização de quadras, praças, parques e áreas verdes para atividades intencionais planejadas no PPP;

IV - Colegiados, arranjos produtivos locais e o mundo do trabalho, sob o princípio do trabalho como elemento educativo, respeitadas as juventudes e os arranjos territoriais.

Art. 13 As unidades escolares adotarão estratégias de flexibilização da jornada regular da Educação Integral em Tempo Integral, para compatibilizar o horário regular de estudantes que possuam compromissos comprovados em treinos, competições esportivas, ensaios artísticos oficiais ou consultas e atendimentos contínuos nos serviços de saúde e assistência social.

Seção IV

Do Currículo, das Práticas Pedagógicas e da Avaliação

Art. 14 O desenho curricular e as orientações pedagógicas para a educação em tempo integral observarão a interdisciplinaridade, a diversificação metodológica e a integração de macroáreas associadas aos Temas Transversais Contemporâneos, competências e habilidades da BNCC.

Art. 15 A organização das práticas didáticas deverá superar a fragmentação disciplinar por meio da implementação de:

I - sequências didáticas inovadoras;

II - projetos didáticos integrados;

III - atividades permanentes e formas diferenciadas de agrupamentos heterogêneos que estimulem a educação entre pares e a convivência democrática;

IV - ações específicas voltadas à recomposição das aprendizagens, com base nas dificuldades diagnosticadas nos estudantes.

Art. 16 Fica instituído o letramento digital como parte do currículo em tempo integral, promovendo os direitos digitais, o uso responsável, ético e crítico das tecnologias de informação e comunicação, capacitando os estudantes tanto para o acesso quanto para a programação e produção midiática.

Art. 17 A avaliação da aprendizagem assumirá caráter predominantemente diagnóstico e formativo, integrando os diferentes componentes e orientando-se pelo princípio da justiça curricular.
Art. 18 Fica autorizada a inclusão de mestres de saberes tradicionais e da cultura popular locais nas ações pedagógicas das escolas, com o intuito de valorizar a pluralidade linguística e sociocultural do território.

Seção V

Da Valorização e Formação Permanente de Educadores

Art. 19 Compete ao Município assegurar o dimensionamento e a alocação de número suficiente de profissionais da educação para suprir as demandas da jornada ampliada, definindo em regulamento próprio a composição das equipes gestoras, docentes e de suporte.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação coordenará programas de formação continuada em serviço aplicada à concepção de Educação Integral, abrangendo obrigatoriamente os profissionais docentes e os profissionais não-docentes de apoio escolar.

§ 2º Deve ser estimulada a celebração de parcerias com Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas para a recepção de estágios supervisionados e fomento a programas de iniciação à docência voltados ao tempo integral.

Seção VI

Do Monitoramento e da Avaliação da Política

Art. 20 A Política de Educação Integral em Tempo Integral será objeto de monitoramento contínuo e avaliação permanente, cujos dados e resultados consolidados serão apresentados anualmente ao Conselho Municipal de Educação, garantindo-se a publicidade e a transparência ativa junto à sociedade civil.

§ 1º O procedimento de monitoramento integrará avaliações diagnósticas, formativas e somativas, contemplando obrigatoriamente indicadores de:
I - equidade socioeconômica e demográfica na distribuição das matrículas;

II - taxas educacionais de permanência, aprovação, reprovação, infrequência, abandono e evasão escolar;

III - adequação e acessibilidade da infraestrutura física, dos espaços pedagógicos e das frentes de transporte e alimentação;

IV - efetivação dos mecanismos de gestão democrática, participação familiar e escuta estudantil;

V - qualidade e alcance da articulação intersetorial e das parcerias no território.

§ 2º A regulamentação técnica do sistema de monitoramento será expedida em ato próprio da Secretaria Municipal de Educação, com homologação do respectivo Conselho Municipal de Educação.

Capítulo V

Do Financiamento

Art. 21 A execução e manutenção das ações inerentes à presente Política contarão com recursos das seguintes fontes de financiamento:

I - fomento financeiro do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, quando for o caso, observados os critérios de despesa e as vedações expressas no Manual de Execução Financeira do Programa, vedada a utilização para o pagamento de pessoal ativo da folha ordinária fora das hipóteses legalmente permitidas ou em desconformidade com o art. 70 da LDB;

II - recursos próprios do Município vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;

III – destinação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do inciso XV do artigo 212-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

IV - repasses do Salário-Educação;

V - repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e suas respectivas ações integradas;

VI - verbas decorrentes de convênios, acordos de cooperação, termos de compromisso ou instrumentos congêneres celebrados com entes públicos ou entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo único. É obrigação da Secretaria Municipal de Educação a alimentação tempestiva do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, registrando adequadamente as turmas e matrículas em tempo integral para fins de consolidação dos coeficientes de participação no FUNDEB e demais repasses federais e estaduais vinculados à merenda e transporte escolar.

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22 A Secretaria Municipal de Educação elaborará, em conformidade com as diretrizes vigentes, seu respectivo Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, no qual constarão as estimativas anuais de criação de matrículas e as respectivas ações planejadas.

§ 1º As metas de expansão e as unidades escolares municipais designadas para o atendimento em tempo integral constarão em anexo editável específico, atualizado periodicamente por ato do Secretário Municipal de Educação, com base em diagnósticos permanentes de infraestrutura e alocação de profissionais.

§ 2º O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser registrado conforme as orientações do Ministério da Educação.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 09 de outubro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:0ECEAD9D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL DE N° 2226/2026

Institui o Concurso Municipal de decoração natalina de fachadas “Luzes de Santa Bárbara” e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA - MG**, no uso das atribuições legais que Ihe confere a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído no Município de Santa Bárbara-MG o Concurso "Luzes de Santa Bárbara", concurso de decoração natalina de fachadas com o objetivo primordial de incentivar a população e os estabelecimentos locais a adornarem suas fachadas durante o período natalino, promovendo, assim, o embelezamento de nossa cidade, a valorização de nossa cultura local, o fomento do turismo e o impulsionamento do comércio em geral.

Art. 2° São objetivos precípuos do Concurso:

I - Estimular e fortalecer o espírito natalino de fraternidade, união e convivência comunitária entre os cidadãos;

II - Incentivar e dinamizar o comércio e os serviços locais, fomentando a economia municipal de forma significativa durante todo o período das festividades natalinas;

III - Valorizar, reconhecer e premiar a criatividade, a originalidade, a inovação e a harmonia estética das decorações natalinas apresentadas;

IV - Promover a imagem de Santa Bárbara como um destino turístico atrativo e encantador, especialmente durante os festejos de Natal e Ano Novo, atraindo visitantes e movimentando a economia;

V - Envolver ativamente a população em geral, as instituições diversas, as entidades associativas e os comerciantes em um clima natalino vibrante e participativo.

Art. 3° O Concurso será realizado anualmente, em período a ser definido pelo Poder Executivo Municipal, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira e observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal regulamentará o Concurso, cabendo ao edital de cada edição estabelecer o calendário, os procedimentos de inscrição, as condições de participação, os mecanismos de votação, os procedimentos para apresentação e análise de recursos e demais regras necessárias à sua execução.

Art. 4° Poderão participar do Concurso, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento:

I - Categoria Residencial: pessoas físicas residentes e domiciliadas no Município de Santa Bárbara/MG, responsáveis pela decoração de imóveis residenciais situados no território municipal;

II - Categoria Comercial: pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços regularmente instalados e em atividade no Município de Santa Bárbara/MG.

Parágrafo único. Os participantes concorrerão exclusivamente na categoria correspondente à natureza do imóvel ou estabelecimento inscrito, vedada a participação simultânea do mesmo imóvel em mais de uma categoria.

Art 5° A inscrição no Concurso será inteiramente gratuita, devendo o participante indicar o imóvel a ser decorado, com autorização expressa do proprietário do bem, garantindo a sua concordância com a participação e a exibição da decoração.

Art. 6° O julgamento das decorações inscritas e habilitadas será realizado exclusivamente por meio de votação popular eletrônica, observados os critérios de elegibilidade e as regras estabelecidas no regulamento e no edital do Concurso.

§ 1° A votação será realizada exclusivamente por meio de plataformas eletrônicas, mediante mecanismos de validação da identidade dos votantes, tais como autenticação pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou outro método seguro e confiável definido no regulamento.

§ 2° O sistema de votação deverá assegurar a unicidade dos votos, a transparência do processo, a proteção dos dados pessoais dos participantes e votantes e a adoção de medidas destinadas a prevenir fraudes e irregularidades.

§ 3° O regulamento estabelecerá os procedimentos para apuração dos votos, divulgação dos resultados, tratamento de eventuais empates e apresentação de recursos.

Art. 7° A título de reconhecimento e incentivo será concedida premiação em dinheiro aos participantes classificados nas três primeiras colocações de cada categoria, nos seguintes valores:

I - 1º lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - 2° lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais);

III - 3º lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1° A premiação será concedida individualmente aos vencedores de cada categoria, observada a classificação final homologada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2° O pagamento será efetuado após a homologação do resultado definitivo, mediante apresentação da documentação exigida no regulamento, observadas as normas orçamentárias, financeiras e tributárias aplicáveis.

§ 3º Os valores previstos neste artigo poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, para as edições subsequentes do Concurso, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado período de apuração e os critérios definidos no ato regulamentador.

Art. 8° Para fins de habilitação das decorações à votação popular serão considerados os seguintes critérios:

I - Criatividade e originalidade: apresentação de elementos criativos e originais na composição da decoração;

II - Harmonia estética e iluminação: equilíbrio dos elementos decorativos, harmonia das cores e qualidade da iluminação utilizada;

III - Representatividade natalina: utilização de elementos que remetam à temática e ao espírito natalino;

IV - Integração urbana: adequação da decoração ao imóvel e sua integração harmoniosa com o entorno;

V - Atratividade visual: capacidade da decoração de despertar o interesse do público e contribuir para a valorização estética do ambiente.

Parágrafo único. O regulamento poderá estabelecer requisitos técnicos e de segurança para habilitação das decorações, vedada a imposição de exigências que impliquem favorecimento indevido de participantes em razão de sua capacidade econômica.

Art. 9° O Poder Executivo Municipal publicará edital próprio para cada edição do Concurso, contendo as regras operacionais, o cronograma, os procedimentos de inscrição, os mecanismos de votação, as hipóteses de desclassificação, os procedimentos para apresentação e análise de recursos e demais disposições necessárias à sua execução, asseguradas a publicidade, a isonomia e a transparência.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, observadas disponibilidade orçamentária e financeira e as normas legais aplicáveis.

Parágrafo único. A realização de cada edição do Concurso e a concessão das respectivas premiações ficam condicionadas à existência de recursos suficientes para suportar as despesas correspondentes.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 09 de outubro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:0B9A8364

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL DE Nº 2225/2026

Altera a Lei 1744/2014 e estabelece novas disposições.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Artigo 3º passa a conter os seguintes parágrafos:

§ 1° O Poder Executivo concederá as cestas aos servidores no limite de até 60% (sessenta por cento) do menor vencimento pago no Município.

§2° A definição do conteúdo de cada cesta de natal será de atribuição do Poder Executivo, o qual fará a compra através de processo licitatório.

§ 3° Será concedida uma única cesta por colaborador, independentemente do número de vínculos legais em acumulação.

§ 4° O benefício criado por esta lei não será incorporado aos vencimentos dos funcionários ou integrado de forma permanente e, nem servirá de base de cálculo para a incidência de quaisquer descontos ou vantagens, não gerando direito adquirido.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara/MG, 09 de outubro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:1C04D568

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL DE Nº 2227/2026

Declara de utilidade pública municipal o Curato Nossa Senhora das Graças e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Santa Bárbara/MG**, por seus representantes aprova, e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. Fica declarado de utilidade pública municipal o **CURATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, organização religiosa sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Santa Bárbara sob o n° 1.432, no Livro A-13, com sede na Rua da Paciência, n° 1.516, Distrito de Brumal, Santa Bárbara/MG.

Art. 2°. O reconhecimento de que trata esta Lei fica condicionado à manutenção, pela entidade, dos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.899/2019, com as alterações promovidas pela Lei Municipal n° 2.148/2025, e nas demais normas aplicáveis.

Art. 3°. O Curato Nossa Senhora das Graças deverá observar, de forma permanente, a vedação de remunerar ou distribuir valores entre quaisquer membros de sua Diretoria, bem como de distribuir a seus dirigentes ou a terceiros recursos recebidos de ente público, a qualquer título, os quais deverão ser integralmente aplicados nos programas e ações de utilidade pública a que se destinarem.

Art. 4°. A declaração de utilidade pública poderá ser revogada caso a entidade deixe de cumprir os requisitos legais ou desvie-se de suas finalidades estatutárias, assegurado o procedimento previsto na legislação municipal.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara/MG, 09 de outubro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:E3744261

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL DE Nº 2228/2026

Dispõe sobre a exigência de apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais para o exercício de

atividades que envolvam contato direto, habitual e permanente com crianças e adolescentes no Município de Santa Bárbara/MG e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Santa Bárbara/MG**, por seus representantes aprova, e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1° Esta Lei estabelece medidas destinadas à proteção integral de crianças e adolescentes, mediante a exigência de apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais por pessoas que exerçam atividades com contato direto, habitual e permanente com esse público no âmbito do Município de Santa Bárbara.

Parágrafo único. A exigência prevista nesta Lei tem por finalidade assegurar ambiente seguro e adequado ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e social de crianças e adolescentes.

Art. 2° Estão sujeitas ao disposto nesta Lei as pessoas físicas que exerçam atividades junto a crianças e adolescentes em:

I - órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - instituições de ensino públicas e privadas;

III - entidades esportivas, recreativas, culturais e assistenciais;

IV - organizações da sociedade civil, fundações e associações;

V - instituições religiosas que promovam atividades regulares destinadas a crianças e adolescentes;

VI - estabelecimentos de saúde, clínicas, consultórios e demais serviços que realizem atendimento especializado a crianças e adolescentes;

VII - quaisquer outras entidades públicas ou privadas que desenvolvam atividades permanentes voltadas a crianças e adolescentes.

Art. 3° A apresentação da Certidão de Antecedentes Criminais será exigida:

I - previamente ao início das atividades;

II - por ocasião da renovação de vínculo contratual, funcional ou equivalente;

III - periodicamente, a cada 06 (seis) meses.

§1° A certidão deverá ser emitida pelos órgãos competentes da Justiça Estadual e Federal.

§2º A ausência de apresentação da certidão impedirá o exercício das atividades previstas nesta Lei até a regularização da situação.

Art. 4° Não poderão exercer atividades abrangidas por esta Lei as pessoas que possuam condenação criminal transitada em julgado por crimes incompatíveis com a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente:

I - crimes contra a dignidade sexual;

II - crimes praticados contra crianças e adolescentes;

III - crimes previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - crimes relacionados à violência doméstica e familiar quando evidenciada incompatibilidade com as atividades exercidas;

V - outros crimes dolosos que, pela sua natureza, demonstrem risco à integridade física, psicológica ou moral de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A análise da compatibilidade da condenação com a atividade exercida observará os princípios da proteção integral, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 5° O tratamento, armazenamento e compartilhamento dos dados pessoais obtidos em razão desta Lei observarão o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo-se a confidencialidade e a utilização exclusiva para os fins previstos nesta norma.

Art. 6° Os estabelecimentos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter controle atualizado da documentação exigida, facultada sua apresentação aos órgãos competentes sempre que solicitada.

Art. 7° O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Santa Bárbara/MG, 09 de outubro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:8E44A3F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA N.º 09/2026

PORTARIA Nº 09/2026

Nomeia Comissão Especial para fins de procedimento seletivo público para a exploração de serviços de mototáxi, nos termos da Lei Municipal nº 1754/2015 e Decreto nº 2960/2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 1754/2015 e art. 6º do Decreto nº 2960/2015, **RESOLVE:**
Art. 1º. Ficam designados para comporem a Comissão Especial que irá conduzir os trabalhos do procedimento seletivo público para exploração de serviços de mototáxi, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Lei Municipal 1754/2015 e Decreto Municipal 2960/2015, os seguintes servidores:
Marcelo Erasmo Pontes - Matrícula nº 12814 - Presidente;
II. Débora Aparecida Muniz - Matrícula nº 101310-6 - Vice-Presidente;
III. Davi Franco de Oliveira- Matrícula nº 3135 - Secretário;
IV. Irlei Alves da Cunha - Matrícula nº 307922-8 - Suplente;
V. Érica Augusta Silva de Paula - Matrícula nº 12485 - Suplente;
VI. Gislaine A. Muniz Machado - Matrícula nº 101261-4 - Suplente.
Art. 2º. São atribuições da Comissão Especial:
I. Receber, examinar e julgar todos os pedidos de cadastramento prévio dos interessados na exploração do serviço de mototáxi;
II. Apreciar as impugnações e pedidos de esclarecimentos acerca do edital;
III. Adotar as medidas necessárias para a conclusão do procedimento seletivo público conforme norma da Lei Municipal n. 1754/2015 e Decreto Municipal n. 2960/2015;
IV. Demais atribuições previstas em lei ou regulamento.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 09 de outubro de 2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Amanda Luíza Araújo Casita
Código Identificador:E1788934

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL 005/2026 - CMPC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SANTA BÁRBARA - BIÊNIO 2027-2028

A Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo de Santa Bárbara, por meio de seu Secretário, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de promover o adequado esclarecimento e a plena publicidade das regras estabelecidas no Edital de Convocação nº 005/2026 - CMPC, torna pública a presente RETIFICAÇÃO Nº 01, nos seguintes termos:

Onde lê-se:

DO PROCESSO DE APURAÇÃO

(...)

4.7 A primeira reunião ordinária (Reunião de Posse dos Conselheiros e Eleição da composição da Mesa Diretora) do novo conselho ocorrerá no dia 30 de novembro de 2026, às 9h, na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo, à Avenida Conselheiro Afonso Pena, nº 116- Centro, Santa Bárbara MG.

Leia-se:

4- DO PROCESSO DE APURAÇÃO

(...)

4.7 A primeira reunião ordinária (Reunião de Posse dos Conselheiros e Eleição da composição da Mesa Diretora) do novo conselho ocorrerá no dia 25 de novembro de 2026, às 9h, na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo, à Avenida Conselheiro Afonso Pena, nº 116- Centro, Santa Bárbara MG.

Onde lê-se:

7-DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Período de Inscrição dos candidatos	06 a 16 de outubro de 2026 (dias úteis)
Divulgação da lista das candidaturas deferidas e indeferidas	21 de outubro de 2026
Prazo para recurso das candidaturas indeferidas	22 e 23 de outubro de 2026
Análise de recurso pela Comissão	26 e 27 de outubro de 2026
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos	28 de outubro de 2026
Dia da eleição	05 de novembro de 2026
Publicação do Resultado Final no Diário dos Municípios Muneiros	09 de novembro de 2026
Reunião Ordinária de Posse	19 de novembro de 2026

Leia-se:

7-DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Período de Inscrição dos candidatos	06 a 16 de outubro de 2026 (dias úteis)
Divulgação da lista das candidaturas deferidas e indeferidas	21 de outubro de 2026
Prazo para recurso das candidaturas indeferidas	22 e 23 de outubro de 2026
Análise de recurso pela Comissão	26 e 27 de outubro de 2026
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos	28 de outubro de 2026
Dia da eleição	10 de novembro de 2026
Publicação do Resultado Final no Diário dos Municípios Mineiros	16 de novembro de 2026
Reunião Ordinária de Posse	25 de novembro de 2026

Santa Bárbara, 09 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE GERALDO MOTA
Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo.

Publicado por:
Larissa Garcia Pardini
Código Identificador:037925CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA OFICINA DE INSTALAÇÃO DO NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2027-2037

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA Nº 01/2026

Convoca a Comunidade Escolar, Profissionais da Educação, Entidades da Sociedade Civil Organizada, Representantes Institucionais e Munícipes para as Oficinas Locais de Diagnóstico e Consulta Pública de Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME 2027–2037).

A SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas prerrogativas institucionais e regulamentares, e com suporte na Lei Federal nº 15.388/2026 (Plano Nacional de Educação), na Lei Estadual nº 23.197/2018 (Plano Estadual de Educação de Minas Gerais) e no Manual de Metodologia Orientativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG);

FAZ SABER a todos os cidadãos, gestores escolares, professores, trabalhadores da educação básica, conselheiros municipais de educação, conselheiros escolares, do FUNDEB, CAE, estudantes, pais, mães ou responsáveis, entidades civis e à comunidade escolar em geral e demais cidadãos interessados, que se encontram abertos os procedimentos de ampla mobilização democrática e deliberação participativa para a construção técnica e coletiva do Plano Municipal de Educação - Decênio 2027–2037, mediante o cumprimento da seguinte programação:

1. OFICINA DE INSTALAÇÃO DO PME 2027-2037:

Oficina/Etapa	Data Prevista	Horário	Local de Realização	Público-Alvo Prioritário
Oficina 1: Oficina de Instalação do PME 2027-2037	23/10/2026	08h	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação (coordenação executiva do processo); Conselho Municipal de Educação (CME); Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/FUNDEB); Conselho de Alimentação Escolar (CAE); Representantes da rede de ensino: Diretores Escolares, Professores, Servidores, Estudantes, representantes da rede estadual e privada e Comunidade Escolar; Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo; Secretaria Municipal de Governo, Esportes e Ordem Pública; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação; Procuradoria Jurídica Municipal; Comissão de Educação da Câmara Municipal; Órgão de planejamento e controle interno do município; Sociedades civis.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santa Bárbara/MG, 09 de outubro de 2026.

LUCINEIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marqueane Carvalho Souza
Código Identificador:B459CFF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ATO DE PUBLICIDADE VALOR DE DECRETO DE ANULAÇÃO

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES PORANULAÇÃO,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por anulação abertos anteriormente	R$ 19.139.375,76
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 8.249,99
Valor dos créditos suplementares por anulação abertos no exercício	R$ 19.147.625,75
Saldo de créditos suplementares por anulação	R$ 1.804.256,87
Percentual utilizado	7,31%
Atualizado em 09/10/2026	

Foi identificado um erro no somatório dos valores referentes aos decretos de anulação de dotações orçamentárias anteriormente publicados. Após a constatação, o equívoco foi devidamente corrigido.

Esclarece-se que o erro identificado não resultou em aumento do percentual de anulações realizadas, tampouco ocasionou a ultrapassagem do limite legal estabelecido para essa finalidade, permanecendo, portanto, respeitado o limite autorizado pela legislação vigente.

Publicado por:
Mirelle Rezende de Souza
Código Identificador:4F8D5593

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 027/2026 SMS - COMISSÃO TÉCNICA ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO PARA REPASSE DE VALORES PARA A SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

Designa servidores para composição de Comissão Técnica análise e aprovação de Planos de Trabalho para repasse de valores para a SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, a título de emendas parlamentares para incremento temporário das ações desenvolvidas pela entidade.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos dos artigos 196, 197, 198 e 199 da Constituição da República;
CONSIDERANDO que, nos termos do §1º do artigo 199 da Constituição Federal, as instituições privadas sem fins lucrativos e filantrópicas possuem preferência para participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, especialmente os artigos 4º, 7º, 24, 25 e 26, que disciplinam a organização do Sistema Único de Saúde e a participação complementar da iniciativa privada na assistência à saúde;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017 (Anexo XXIV), que estabelece a contratualização como instrumento de qualificação da assistência hospitalar no âmbito do SUS;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir que os recursos públicos destinados à assistência hospitalar sejam aplicados com eficiência, economicidade, transparência e foco em resultados assistenciais;
CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho constitui instrumento técnico de planejamento, pactuação, acompanhamento e avaliação das ações e serviços de saúde a serem executados pela instituição hospitalar;
CONSIDERANDO a importância da Santa Casa Nossa Senhora das Mercês para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Santa Bárbara/MG, sendo referência na prestação de serviços hospitalares e de urgência e emergência à população;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Resolução SES/MG nº 10.182 de 29 de maio de 2025, que trata do incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde;
Considerando a Portaria GM /MS nº 10.496, de 30 de março de 2026, que trata do incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde;
Considerando outros recursos que poderão ser destinados a instituição e a necessidade de avaliação de forma a direcionar o melhor uso do recurso público destinado exclusivamente pacientes do Sistema Único;

RESOLVE:
Art. 1º. Instituir a Comissão para análise dos Planos de Trabalho apresentados pela Instituição, sendo composta pelos membros abaixo:
Marcelo Luiz Ribeiro da Silva - Secretaria Municipal de Saúde / CIS
Rosangela Felisberta dos Santos Ferreira - Secretaria Municipal de Saúde /CAPS
Sayonara Cristina Jacinto - Secretaria Municipal de Saúde / Fiscal de Contrato
Consuelo dos Santos Gertrudes - Secretaria Municipal de Saúde / Escriturária
Madson José da Silva - Conselho Municipal de Saúde
Ricardo Nolasco Hosken - Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º. A Comissão, sempre que entender necessário; poderá solicitar e convidar outros profissionais para participar de sua análise técnica.

Art. 3º Compete à Comissão:
I – analisar a conformidade do Plano de Trabalho com a Constituição Federal, a Lei nº 8.080/1990, as normas do Sistema Único de Saúde e demais atos normativos aplicáveis;
II – avaliar as metas quantitativas e qualitativas propostas;
III – analisar os indicadores assistenciais e de desempenho;
IV – verificar a capacidade instalada da instituição, incluindo recursos humanos, estrutura física, equipamentos, habilitações e serviços ofertados;
V – avaliar a compatibilidade entre os recursos financeiros previstos e as metas pactuadas;
VI – analisar os mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas dos serviços contratualizados;
VII – solicitar informações ou documentos complementares sempre que necessários;
VIII – emitir Parecer Técnico Conclusivo recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação do Plano de Trabalho.

Art. 4°- Os membros da Comissão não farão jus a qualquer remuneração ou vantagem pecuniária em razão da presente designação;

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a primeiro de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 05 de outubro de 2026.

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Carla Joelma A. M. Nascimento
Código Identificador:ADBA633A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Argemiro Rodrigues Galvão, Prefeito de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em cumprimento ao que determina a lei 14.133/2021 e suas alterações, e, conforme recomendação de parecer jurídico e vistas às justificativas contidas no Processo Licitatório nº 127/2026, AUTORIZO a Dispensa Eletrônica n° 23/2026.

Contratados:

•
GABRIEL ZANATELI NEVES, inscrito no CNPJ sob o n.º 64.257.442/0001-09

Valor total da contratação: R$4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais)
Objeto: "**Dispensa Eletrônica destinada à aquisição de 2.000 (dois mil) picolés, destinados à distribuição gratuita durante as comemorações do Dia das Crianças, a serem realizadas no dia 12 de outubro de 2026, na Praça Padre João Maciel Neiva, no município de Santana da Vargem/MG, incluindo a logística de transporte, conservação e entrega dos produtos no local do evento.**"
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

FICHA 372 - 02.100.13.695.1504.2197.3.3.90.30.00 / 2.501.000.0000.000 – Manutenção Ativ. Setor Lazer/Turismo – Outros Recursos não vinculados – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Determino a publicação da presente ratificação, no Diário Oficial seguindo as normas vigentes de publicações oficiais.

Santana da Vargem/MG, 09 de outubro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:55EA37BF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 55/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados, o edital de Inexigibilidade nº 55/2026 – Processo Licitatório nº 113/2026. **Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando o CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços especializados de construção civil, manutenção predial e serviços correlatos, compreendendo ajudante de pedreiro, calheiro, estofador/capoteiro, gesseiro, pedreiro, pintor, serralheiro e vidraceiro, para atendimento das demandas de construção, reforma, ampliação, manutenção preventiva e corretiva dos prédios, bens e espaços públicos do Município de Santana da Vargem/MG**. A apresentação dos documentos será a partir do dia **28 de Outubro de 2026** pelas seguintes maneiras:

FORMA PRESENCIAL: O recebimento e protocolo dos envelopes será a partir do dia **28 de Outubro de 2026** das 07h00min às 16h00min, na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro, Santana da Vargem/MG.

FORMA ELETRÔNICA: Os documentos poderão ser enviados através de e-mail no endereço eletrônico compras1@santanadavargem.mg.gov.br, a partir do dia **28 de Outubro de 2026.**

O edital está disponível no site www.santanadavargem.mg.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br ou no Departamento de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP: 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou e-mail compras1@santanadavargem.mg.gov.br.

Santana da Vargem/MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:495BAF3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2026

PROCESSO Nº 129/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 62/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de assessoria e consultoria ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem/MG, abrangendo o suporte e a atualização em obrigações trabalhistas e previdenciárias eletrônicas (e-Social, DCTFWeb, EFD-Reinf, regularização de CNIS)**.**
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **MAPS CONSULTING LTDA, inscrita no CNPJ n.º 44.463.005/0001-26**
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: **R$51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais)**
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:DDF83A8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO Nº 127/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N° 23/2026

EXTRATO DO CONTRATO
PROCESSO Nº 127/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N° 23/2026

CONTRATO N.º 209/2026
Objeto: C**ontratação de empresas especializadas para locação de brinquedos recreativos infláveis, com a prestação de serviços de assistência de monitores, instalação, montagem e desmontagem, para comemoração ao dia das crianças no dia 12 de outubro de 2026 no Município de Santana da Vargem/MG**
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: Gabriel Zanateli Neves
Valor da contratação: R$4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais)

Vigência: 09/10/2026 a 08/11/2026

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:A65014DE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DOS CONTRATOS

PROCESSO Nº 100/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2026
Objeto: Pregão eletrônico para a**quisição de utensílios e materiais de apoio destinados ao uso nas cozinhas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG.**

CONTRATO N.º 203/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **63.668.036 FERNANDA RAMOS DE ALMEIDA**, CNPJ n.º 63.668.036/0001-68
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: R$ 1.360,00 (mil, trezentos e sessenta reais).
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 204/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **66.693.364 LAUDELINA SECHEL MENDONÇA DE SOUZA**, CNPJ n.º 66.693.364/0001-02
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: R$ 2.392,57 (dois mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos).
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 205/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS**, CNPJ n.º 30.083.358/0001-96
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: R$ 5.810,80 (cinco mil, oitocentos e dez reais e oitenta centavos).
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 206/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **OLIVEIRA & ANDRADE DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ n.º 46.161.570/0001-64
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: R$ 24.299,06 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e seis centavos).
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 207/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **SANTANA COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA ME**, CNPJ n.º 07.665.456/0001-10
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027
Valor: R$ 8.628,90 (oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa centavos).
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:9332A89B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DOS CONTRATOS - PROCESSO N.º 098/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 18/2026

EXTRATO DOS CONTRATOS

Processo n.º 098/2026
Dispensa Eletrônica n.º 18/2026
Objeto: Dispensa eletrônica para aquisição de materiais de rouparia destinados à manutenção das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATO N.º 165/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: RUBENS BASÍLIO DE FARIA, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.250.680/0001-10
Valor da contratação: R$ 7.319,80 (sete mil, trezentos e dezenove reais e oitenta centavos)
Vigência: 24/09/2026 até 31/12/2026.

CONTRATO N.º 170/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: GABRIEL MURTA PIMENTA 11742025641, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.218.607/0001-52
Valor da contratação: R$ 1.044,00 (um mil e quarenta e quatro reais)

Vigência: 09/10/2026 até 31/12/2026.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:3C170720

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DOS CONTRATOS PROCESSO Nº 126/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N° 22/2026

PROCESSO Nº 126/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N° 22/2026
EXTRATO DOS CONTRATOS

CONTRATO N.º 201/2026
Objeto: Contratação de empresas especializadas para locação de brinquedos recreativos infláveis, com a prestação de serviços de assistência de monitores, instalação, montagem e desmontagem, para comemoração ao dia das crianças no dia 12 de outubro de 2026 no Município de Santana da Vargem/MG
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: MARCELA AMARAL CORREA, inscrita no CNPJ sob o n.°69.114.019/0001.65
Valor da contratação: R$8.900,00 (oito mil e novecentos reais)
Vigência: 05/10/2026 a 04/11/2026

CONTRATO N.º 202/2026
Objeto: Contratação de empresas especializadas para locação de brinquedos recreativos infláveis, com a prestação de serviços de assistência de monitores, instalação, montagem e desmontagem, para comemoração ao dia das crianças no dia 12 de outubro de 2026 no Município de Santana da Vargem/MG
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: GIANN MARCOS REIS AZARA, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.778.167/0001-35
Valor da contratação: R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
Vigência: 05/10/2026 a 04/11/2026

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:E6931F67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

RETIFICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Argemiro Rodrigues Galvão, Prefeito de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em cumprimento ao que determina a lei 14.133/2021 e suas alterações, e, conforme recomendação de parecer jurídico e vistas às justificativas contidas no Processo Licitatório nº 126/2026, AUTORIZO a Dispensa Eletrônica n° 22/2026.

Contratados:

•
62.778.167 GIANN MARCOS REIS AZARA, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.778.167/0001-35, localizada no município de Cristais/MG.

•
69.114.019 MARCELA AMARAL CORRÊA. Inscrita no CNPJ sob o n.º 69.114.019/0001-65, localizada no município de Varginha/MG.

ONDE LIA-SE:
~~Valor total da contratação: R$8.900,00 (oito mil e novecentos reais)~~

LEIA-SE:
Valor total da contratação: R$11.700,00 (onze mil e setecentos reais)
Objeto: "Contratação de empresas especializadas para locação de brinquedos recreativos infláveis, com a prestação de serviços de assistência de monitores, instalação, montagem e desmontagem, para a comemoração ao dia das crianças no dia 12 de outubro de 2026 no Município de Santana da Vargem/MG."
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

•
Ficha: 373 - 02.100.13.695.1504.2197.3.3.90.39.00 / 2.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

•

Determino a publicação da presente ratificação, no Diário Oficial seguindo as normas vigentes de publicações oficiais.

Santana da Vargem/MG, 09 de outubro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:DE431821

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: CREJOSELI LTDA ME
PROCESSO LICITATÓRIO: 89/2026
PREGÃO ELETRONICO: 38/2026
OBJETO: GENEROS ALIMENTICIOS
CONTRATO Nº 118/2026
VALOR: R$ 344.557,00
HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2026 A 02/10/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 02 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:EE430CEC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES - MG
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAZ RAPIDA SANTANENSE LTDA.
PROCESSO LICITATÓRIO: 095/2026.
DISPENSA: 028/2026.
OBJETO: Aquisição, pelo menor preço por item, de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) acondicionado em botijões de 13kg (recarga) e de vasilhames (recipientes transportáveis de aço) de 13kg, destinados ao atendimento das necessidades operacionais das Secretarias Municipais do município.
CONTRATO Nº: 123/2026.
VALOR TOTAL: R$ 25.900,00 (Vinte e cinco mil e novecentos reais).
RATIFICAÇÃO: 08/10/2026 a 08/10/2027.

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:40DDA602

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a pregoeira cumprido todas as exigências do procedimento de licitação Processo de Licitação nº 80/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 35/2026, contratação de empresa especializada para execução de projeto elétrico de extensão de rede de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, instalação de postes, transformador e demais equipamentos necessários, visando o atendimento da iluminação pública da Rua Dr. Antônio Cavalcante Sobral, no Município de Santana de Cataguases/MG, vem **HOMOLOGAR** o presente processo administrativo de licitação, para que produza os efeitos legais e jurídicos, **TEIFER ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 53.107.946/0001-18, com sede estabelecida à Avenida Astolfo Dutra, nº 946, Centro, Cataguases-MG, CEP 36.770-0001, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DIEGO FERREIRA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 062.773.986-52, portador da cédula de Identidade nº MG 12.905.935, R$ 194.999,00 (cento e noventa e quatro mil novecentos e noventa e nove reais).

Santana de Cataguases, MG, 08 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:0F1DC6D1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Senhora presidente cumprido todas as exigências do procedimento de licitação, Processo de Licitação nº 89/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 38/2026, Registro de Preços: 34/2026, aquisições de gêneros alimentícios, vem **HOMOLOGAR** o presente processo administrativo de licitação, para que produza os efeitos legais e jurídicos das empresas, **CREJOSELI LTDA ME**, inscrita no CNPJ 71.447.833/0001-43,com endereço na Rua Pereira Amarante, 112, Centro, Santana de Cataguases- MG, CEP: 36.795-000, representada neste ato pelo SR. Wagner dos Santos Oliveira, CPF 040.307.178-02, vencedora com o valor de R$ 344.557,00 (trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

Santana de Cataguases, MG, 29 de setembro de 2026.

FILOMENA DAS GRAÇAS VIEIRA SILVA
Prefeita Municipal em Exercicio

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:E4DCDE04

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 102/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES E A EMPRESA ROSANA DE CASTRO.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.702.515/0001-36, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Marcos Antônio Ferreira, brasileiro, casado, CPF: 380.293.756-20, Identidade M 2.396.684 SSP/MG e a empresa **ROSANA DE CASTRO**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.417.262/0001-95, localizada na Rua Maria da Conceição Reis Melo, 28, bairro Nossa Senhora Aparecida, Santana de Cataguases-MG, CEP 36.795-000, neste ato representado pela mesma, resolvem entre si, o **SEXTO TERMO ADITIVO**, ao contrato número 102/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2022, PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022, com observância, da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:
As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 102/2022, firmado em 08 de agosto de 2022, e considerando a necessidade de prorrogação da vigência contratual e reajuste da inflação, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, solicitação encaminhada através do memorando SME 436/2026, assinado pela senhora Juliana Milani Araújo, Secretaria de Educação, se justifica tendo em vista a continuidade dos serviços prestados á sociedade Santanense, com intuito de contribuir para o desenvolvimento e educação das crianças que fazem parte da oficina, durante o exercício de 2026. A solicitação é amparada pela Lei Federal 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação dos serviços, mediante **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA,** contratação de profissional contador de histórias para execução do serviço de contração de histórias para crianças da educação infantil (pré-escola) e ensino fundamental I e II (1º ao 9º ano) da Escola Municipal Dr. João Batista de Resende**,** fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a contar de 09/10/2026 a 09/01/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR DO TERMO ADITIVO
2.1 - O valor do aditivo ao contrato nº 102/2025 dos serviços a serem prestados, segue o mesmo valor do último termo aditivoR$ 1.265,88 (mil duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) mensais.

CLAUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.**

E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases, 09 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES
Contratante

ROSANA DE CASTRO
CNPJ: 42.417.262/0001-95
Contratada

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA_____

ASSINATURA_____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:625F1BC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 96, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo comissionado, e dá outras providências.

O Povo do Município de Santana de Cataguases/MG, através de seu Prefeito Marcos Antônio Ferreira, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, dentre outros dispositivos aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Marta Albuini de Almeida, CPF nº xxx.541.886-xx, para exercer o cargo de Coordenador de Tempo Integral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogando-se as disposições em contrário.

Santana de Cataguases/MG, 08 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:8194A2D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025, ESTABELECENDO PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCESSOS CLASSIFICATÓRIOS DESTINADOS AO PROVIMENTO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE DIRETOR ESCOLAR, VICE-DIRETOR ESCOLAR E DIRETOR DE C

DECRETO Nº 333, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Regulamenta a Lei Complementar nº 105, de 17 de dezembro de 2025, estabelecendo procedimentos gerais para a realização dos processos classificatórios destinados ao provimento dos cargos comissionados de Diretor Escolar, Vice-Diretor Escolar e Diretor de Creche, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 105, de 17 de dezembro de 2025,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos gerais para a realização dos processos classificatórios destinados ao provimento dos cargos comissionados de Diretor Escolar, Vice-Diretor Escolar e Diretor de Creche das unidades da rede municipal de ensino de Santana de Cataguases/MG, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 17 de dezembro de 2025.
Art. 2º O processo classificatório será realizado previamente à formação da lista tríplice e compreenderá as etapas de habilitação, prova de conhecimentos gerais e específicos, avaliação de títulos e avaliação da proposta de gestão, observadas as disposições da Lei Complementar nº 105/2025.

§1º Os procedimentos gerais de condução do processo serão regidos por este Decreto.
§2º Os procedimentos específicos, o cronograma, os instrumentos de avaliação, a distribuição da pontuação e os demais elementos operacionais de cada processo serão definidos no respectivo edital de chamamento, respeitados os limites legais e regulamentares.
§3º O edital não poderá criar requisitos de habilitação, etapas autônomas, hipóteses de eliminação ou restrições à participação que não encontrem fundamento na Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 3º O processo classificatório observará os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência, objetividade e igualdade de condições entre os candidatos.
Art. 4º O processo de escolha será realizado nas unidades escolares que possuírem, no exercício imediatamente anterior ao ano do processo de escolha, o mínimo de 50 (cinquenta) alunos matriculados na Educação Infantil e/ou no Ensino Fundamental.
Parágrafo único. Nas unidades escolares que não atenderem ao quantitativo previsto no caput, será observado o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 105/2025.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 5º A condução do processo classificatório caberá à Comissão de Acompanhamento do Processo Classificatório de Candidatos aos cargos de Diretores Escolares Municipais, designada por Portaria do Chefe do Poder Executivo até o mês de novembro do ano em que se encerrar o mandato do diretor, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.
§1º A Comissão será composta pelos representantes previstos no art. 7º da Lei Complementar nº 105/2025, observada a seguinte composição:
I – um representante de pais ou responsáveis de alunos;
II – um professor em efetivo exercício do magistério;
III – um representante dos profissionais de apoio escolar;
IV – um representante do Conselho Municipal de Educação;
V – um representante da Secretaria Municipal de Educação.
§2º A Portaria de designação identificará os membros da Comissão e suas respectivas representações.
Art. 6º Compete à Comissão de Acompanhamento:
I – planejar e organizar a execução das etapas do processo classificatório;
II – elaborar o edital de chamamento, com a definição dos procedimentos específicos e do cronograma;
III – receber e examinar a documentação apresentada pelos candidatos para fins de habilitação;
IV – organizar a aplicação da prova de conhecimentos gerais e específicos;
V – coordenar a avaliação dos títulos e das propostas de gestão, conforme os critérios previamente estabelecidos no edital;
VI – providenciar os instrumentos necessários ao registro individual das avaliações e à apuração dos resultados;
VII – divulgar os atos e resultados do processo, conforme as formas e os prazos definidos no edital;
VIII – registrar as ocorrências relevantes verificadas durante a execução das etapas;
IX – elaborar atas de suas reuniões e dos atos praticados no curso do processo;
X – consolidar a classificação final e encaminhar os candidatos classificados para a formação da lista tríplice ao Prefeito Municipal;
XI – manter organizados os documentos e registros produzidos durante o processo classificatório;
XII – guardar sigilo sobre as informações e os documentos não públicos a que tiverem acesso em razão de suas atribuições, mantendo postura de imparcialidade e impessoalidade em relação aos candidatos, abstendo-se de estabelecer contatos ou tratativas particulares sobre o processo de seleção, bem como de adotar qualquer conduta que possa comprometer a isonomia entre os concorrentes ou suscitar dúvidas quanto à lisura e à imparcialidade dos trabalhos da Comissão.
Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo serão exercidas sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º A Comissão organizará seus trabalhos de forma a permitir a identificação dos atos praticados, dos responsáveis por sua realização, dos critérios utilizados e dos resultados obtidos em cada etapa.
§1º As decisões e deliberações da Comissão serão registradas em ata, com indicação do assunto examinado, das providências adotadas e dos respectivos resultados.
§2º As atas deverão ser assinadas por todos os membros nomeados, conforme determina o § 3º do art. 7º da Lei Complementar nº 105/2025.
§3º Os instrumentos de avaliação, as planilhas de apuração, as relações de candidatos e os demais documentos produzidos integrarão os registros do processo classificatório.
Art. 8º Os membros da Comissão não receberão remuneração ou gratificação pelo exercício de suas funções, sendo o serviço considerado de relevante interesse público.
Parágrafo único. Os membros das comissões instituídas na forma da Lei Complementar nº 105/2025 farão jus às folgas previstas no art. 13 da referida Lei, observadas a conveniência da Administração Pública e a concordância com a secretaria competente.

CAPÍTULO III
DA ABERTURA E DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 9º A Comissão dará início aos trabalhos mediante planejamento das etapas do processo classificatório e elaboração do respectivo edital de chamamento.
§1º O edital identificará o processo classificatório, seu objeto, as etapas previstas, o cronograma e as orientações necessárias à participação dos interessados.
§2º O cronograma deverá contemplar os períodos destinados à habilitação, à realização da prova, à avaliação dos títulos, à análise das propostas de gestão, à divulgação dos resultados e à conclusão dos trabalhos.
§3º O edital deverá indicar as formas de divulgação dos atos do processo e os procedimentos para apresentação dos documentos pelos candidatos.
§4º Os prazos e procedimentos serão estabelecidos de modo a permitir a execução ordenada das etapas, sem alteração dos requisitos ou critérios previstos na legislação.
Art. 10. O processo classificatório será formalizado em expediente administrativo próprio, no qual serão reunidos, conforme sua produção e pertinência:
I – a Portaria de designação da Comissão;
II – o edital de chamamento e os respectivos atos de divulgação;
III – as inscrições e a documentação apresentada pelos candidatos;
IV – os registros da análise da habilitação;
V – os instrumentos utilizados na aplicação e correção da prova;
VI – as fichas ou planilhas de avaliação dos títulos;
VII – as propostas de gestão apresentadas pelos candidatos;
VIII – as fichas ou planilhas de avaliação das propostas de gestão;
IX – as atas, os registros de ocorrências e as deliberações da Comissão;
X – os resultados parciais e finais;
XI – a relação classificatória e o encaminhamento destinado à formação da lista tríplice;
XII – os demais documentos produzidos no decorrer do procedimento.
§1º Os documentos serão organizados de maneira a permitir a verificação da regularidade do procedimento e a correspondência entre as avaliações realizadas e os resultados divulgados.
§2º Todas as páginas e os documentos que integrarem o processo classificatório deverão ser devidamente numerados, em ordem sequencial, cabendo a um dos membros da Comissão a responsabilidade pela autuação, organização e conferência da documentação, de modo a assegurar a integridade, a rastreabilidade e a regularidade formal dos autos.

CAPÍTULO IV
DA INSCRIÇÃO E DA HABILITAÇÃO

Art. 11. As inscrições serão realizadas na forma e nos prazos estabelecidos no edital de chamamento.
§1º O edital indicará os meios de apresentação da inscrição e da documentação necessária à verificação dos requisitos previstos no §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 105/2025.

§2º A Comissão registrará as inscrições recebidas e procederá à conferência da documentação apresentada.
§3º A análise da habilitação ficará restrita à verificação dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 12. A habilitação dependerá do atendimento aos seguintes requisitos legais:
I – ser servidor efetivo, contratado ou comissionado;
II – possuir habilitação em Pedagogia, licenciatura plena ou Normal Superior;
III – possuir, pelo menos, 3 (três) anos de experiência na área da educação em escolas públicas, comprovados por certidão ou declaração expedida pelo órgão contratante e por ato de nomeação ou contrato de trabalho;
IV – estar vinculado à Secretaria Municipal de Educação, conforme a Lei Complementar nº 94/2025 e suas alterações posteriores.
§1º A Comissão registrará o resultado da análise documental de cada candidato.
§2º A relação dos candidatos habilitados será divulgada na forma prevista no edital.
§3º A documentação exigida deverá guardar correspondência com os requisitos legais, vedada a exigência de documentos destinados à comprovação de condições não previstas na Lei Complementar nº 105/2025.

CAPÍTULO V
DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Art. 13. A Comissão organizará a aplicação da prova de conhecimentos gerais e específicos, observadas as disposições do edital de chamamento.
§1º O edital indicará o conteúdo programático, o formato da prova, os procedimentos de aplicação, o local, a forma de correção e a pontuação correspondente.
§2º A elaboração, a aplicação e a correção da prova deverão observar os critérios previamente divulgados, assegurando tratamento uniforme aos candidatos.
§3º Os procedimentos de aplicação e correção serão registrados de forma a permitir a conferência dos resultados atribuídos.
Art. 14. A prova terá caráter eliminatório, sendo eliminado o candidato que obtiver menos de 50% (cinquenta por cento) de acertos, conforme o § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2025.
Parágrafo único. A Comissão registrará os resultados individuais da prova e identificará os candidatos que atenderem ao percentual mínimo previsto no caput.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Art. 15. A avaliação de títulos será realizada pela Comissão conforme os critérios, a pontuação e os procedimentos definidos previamente no edital de chamamento.
§1º O edital especificará os títulos considerados para avaliação, a forma de comprovação e a respectiva pontuação, observados o objeto do processo classificatório e os limites da Lei Complementar nº 105/2025.
§2º A avaliação deverá guardar correspondência com os documentos apresentados pelos candidatos e com os critérios divulgados.
§3º A pontuação atribuída a cada candidato será registrada em instrumento próprio, com identificação dos critérios aplicados e do resultado obtido.

CAPÍTULO VII
DA PROPOSTA DE GESTÃO E DO PLANO DE AÇÃO

Art. 16. A proposta de gestão constitui instrumento de planejamento e compromisso com a melhoria da realidade escolar, devendo apresentar objetivos, metas e ações compatíveis com as necessidades da unidade de ensino, com as diretrizes da política educacional do Município e com os princípios da administração pública.
§ 1º A proposta de gestão será utilizada para fins de avaliação e classificação no processo de escolha, não substituindo os instrumentos de planejamento, as normas, os regulamentos e as deliberações institucionais aplicáveis à unidade escolar.
§ 2º A aprovação ou a classificação da proposta de gestão não confere ao candidato ou ao profissional designado para a direção escolar autonomia para afastar, descumprir ou excepcionar disposições legais, regulamentares ou administrativas vigentes, tampouco assegura a manutenção de medidas que venham a se tornar incompatíveis com normas supervenientes ou com as diretrizes educacionais legitimamente estabelecidas pelo Poder Público.
§ 3º A execução da proposta de gestão ficará condicionada à sua compatibilidade com a legislação vigente, às orientações da Secretaria Municipal de Educação e às determinações dos órgãos competentes.
Art. 17. A avaliação da proposta de gestão prevista no art. 5º, inciso IV, da Lei Complementar nº 105/2025 será realizada mediante apresentação, pelo candidato, de documento escrito destinado a expor suas diretrizes e ações propostas para a gestão da unidade escolar.
§1º Para fins de organização e apresentação, a proposta de gestão será considerada como instrumento de exposição das intenções e estratégias de gestão do candidato, a partir de um diagnóstico administrativo e pedagógico da unidade escolar.
§2º A proposta deverá permitir a compreensão das ações que o candidato pretende desenvolver na unidade escolar, observadas as orientações e os critérios divulgados no edital.
§3º O edital poderá estabelecer orientações para a organização do documento, inclusive quanto à identificação da unidade escolar a que se refere, ao diagnóstico da realidade escolar, aos objetivos pretendidos, às ações propostas e às formas de acompanhamento dos resultados.
§4º A definição dos elementos a serem abordados, da extensão do documento, do formato de apresentação e da metodologia de avaliação caberá ao edital, respeitados os limites da Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 18. A proposta de gestão será avaliada segundo os critérios previamente estabelecidos no edital, que deverão guardar relação com o conteúdo apresentado e permitir a atribuição objetiva da pontuação.
§1º Os critérios de avaliação poderão considerar a coerência entre o diagnóstico apresentado, os objetivos propostos, as ações planejadas e os resultados pretendidos, conforme especificado no edital.
§2º A pontuação atribuída à proposta será registrada em instrumento próprio, com indicação dos critérios avaliados e dos resultados correspondentes.
§3º A avaliação deverá considerar o conteúdo da proposta apresentada, vedada a utilização de critérios subjetivos não previstos no edital.
Art. 19. A forma de apresentação da proposta de gestão será definida no edital de chamamento.

CAPÍTULO VIII
DA APURAÇÃO DOS RESULTADOS E DA LISTA TRÍPLICE

Art. 20. Concluídas as avaliações previstas no art. 6º da Lei Complementar nº 105/2025, a Comissão consolidará os resultados individuais em instrumento de apuração final, observando a distribuição de pontos, os critérios de avaliação e a metodologia de cálculo previamente estabelecidos no edital.
§1º O valor global das avaliações corresponderá a 100 (cem) pontos, distribuídos entre a prova de conhecimentos gerais e específicos, a avaliação de títulos e a análise da proposta de gestão, conforme os respectivos pesos e limites de pontuação definidos no edital.
§2º Nos termos da redação do Art. 6º caput e §1º da Lei Complementar nº 105/2025, a prova de conhecimentos gerais e específicos terá, concomitantemente, caráter eliminatório e classificatório, devendo o candidato obter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos para permanecer no processo, sem prejuízo da consideração da pontuação obtida nessa prova para o cálculo do resultado global.
§3º A pontuação global será calculada pela soma dos pontos obtidos nas três avaliações previstas no §1º, respeitados os limites de pontuação, os critérios previamente estabelecidos no edital e o caráter eliminatório da prova de conhecimentos.
§4º Para fins de classificação final e composição da lista tríplice, o candidato deverá obter, cumulativamente, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova de conhecimentos gerais e específicos e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação global atribuída às avaliações, observado o disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 105/2025.

§5º Havendo mais de três candidatos que atendam aos requisitos de classificação previstos no §4º, integrarão a lista tríplice os três candidatos com maior pontuação global, observados os critérios de desempate previamente estabelecidos no edital.
§6º O instrumento de apuração final deverá discriminar, individualmente, a situação de habilitação, a pontuação obtida em cada avaliação, o percentual de acertos na prova de conhecimentos, a pontuação global e a classificação final de cada candidato, com indicação dos fundamentos de eventual eliminação.
Art. 21. A Comissão encaminhará ao Prefeito Municipal a lista tríplice formada de acordo com os resultados do processo classificatório, acompanhada do instrumento de apuração previsto no §6º do Art. 20 deste Decreto.
Art. 22. A nomeação e a posse do Diretor Escolar, do Vice-Diretor Escolar e do Diretor de Creche ocorrerão no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente ao processo classificatório, por Portaria do Chefe do Poder Executivo, respeitada a lista tríplice, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 105/2025.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 23. Não havendo candidatos inscritos ou habilitados no processo classificatório, será observado o disposto no § 3º do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2025, podendo o Chefe do Poder Executivo nomear, para o exercício seguinte, servidor que preencha os requisitos previstos no art. 2º da referida Lei, até que ocorra novo processo de habilitação.
Art. 24. Para a indicação de profissional para ocupar o cargo de Vice-Diretor Escolar, será observado o disposto no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 25. Nos casos de afastamento temporário ou exoneração do diretor, bem como na falta do Diretor de Creche, serão observadas as regras de substituição e de remuneração previstas no art. 10 da Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 26. As atribuições dos cargos, os vencimentos e o número de vagas permanecerão regidos pela Lei Complementar nº 73/2022 e suas alterações posteriores, conforme o art. 11 da Lei Complementar nº 105/2025.
Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Cataguases/MG, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:A162AA7D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PRC Nº 075/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 075/2026 - Edital nº 034/2026 - Pregão Eletrônico nº 025/2026. Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de infraestrutura e realização de shows para eventos, de natureza comum, de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela do Anexo I, parte integrante deste TR, incluindo transporte, fornecimento, instalação e operação, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas - MG, com prazo de vigência, conforme determina o art. 106 da Lei nº 14.133/2021 de até 60 meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 951/2024, admitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, conforme os termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Data prevista para a realização do certame licitatório: **26.10.2026**, às 09:00 horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 09.10.2026.

OTÁVIO COUTO –
Secretário Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:FF674C30

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PRC Nº 076/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 076/2026 - Edital nº 035/2026 - Pregão Eletrônico nº 026/2026. Objeto: constitui objeto do presente a aquisição de produtos odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rita de Caldas/MG, visando garantir a continuidade dos serviços de saúde bucal prestados à população, mediante o fornecimento de materiais necessários para realização dos procedimentos odontológicos preventivos, restauradores e demais atividades desenvolvidas pelas unidades odontológicas da rede municipal de saúde, conforme especificações técnicas, quantitativos, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Data prevista para a realização do certame licitatório: **03.11.2026,** às **09:00** horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 09.10.2026.

MARIA INÊS DE LIMA E SILVA –
Secretária Municipald e Saúde –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:3C57EBE9

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PRC Nº 077/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 077/2026 - Edital nº 036/2026 - Pregão Eletrônico nº 027/2026 – Registro de Preços nº 016/2026. Torna público o edital e anexos. Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa, através do sistema de registro de preços, destinado a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, tipo buffet e marmitex, destinadas ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas do Município, conforme demanda da Administração, incluindo o preparo, acondicionamento e disponibilização das refeições, visando atender atividades institucionais, ações, eventos, reuniões e equipes em serviço, com execução parcelada e fornecimento sob demanda, pelo período de vigência contratual de 12 (doze) meses, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos**.** Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Data prevista para a realização do certame licitatório: **04.11.2026**, às **09:00** horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail:

licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 09.10.2026.

MARIA INÊS DE LIMA E SILVA-
Secretária Municipal de Saúde –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:823F37FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO - PERP Nº 005/2026 | PL Nº 016/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG | CNPJ/MF nº 18.457.226/0001-81 torna pública a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 016/2026, modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005/2026, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Santa Vitória - MG, em 09 de outubro de 2026.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:C4660237

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2026

Extrato do Contrato nº 187/2026, Processo Licitatório nº 082/2026, Inexigibilidade nº 032/2026 (procedente do Credenciamento nº 001/2025, Processo Licitatório 006/2025). Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG | CNPJ/MF nº 18.457.226/0001-81. Contratado: Climed Medicina Diagnóstica por Imagem Ltda. | CNPJ/MF nº 05.042.099/0001-08. Objeto do contrato: Contratação de PESSOAS JURÍDICAS para contratação, sem caráter de exclusividade, com onerosidade, de caráter eventual, para REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGENS DE MAMOGRAFIA BILATERAL E UNILATERAL COM EMISSÃO DE LAUDOS em seu próprio estabelecimento, objetivando o adequado tratamento aos pacientes da rede municipal de saúde do Município de Santa Vitória - MG. Valor: R$ 83.700,00. Vigência: 08/10/2026 a 08/10/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 396 | FR 1.600 – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em cumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:314ADBD7

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185/2026, PROCESSO Nº 057/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026.

Extrato dos Contratos nº 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185/2026, Processo nº 057/2026 – Chamada Pública nº 005/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG | CNPJ/MF nº 18.457.226/0001-81. Contratados: Adãoneli Rodrigues de Aquino | CPF nº *.***.***-**; Ademar Aparecido de Lima | CPF nº ***.***.***-**; Associação Comunitária de Desenvolvimento Agro-Industrial Chico Mendes | CNPJ/MF nº 03.754.776/0001-95; Bruno Gouveia de Oliveira Guimarães | CPF nº ***.***.***-**; Cleone Maria Pereira | CPF nº ***.***.***-**; Daniel Alves Batista | CPF nº ***.***.***-**; Elismar Luiz Pereira de Oliveira | CPF nº ***.***.***-**; Emerenciano Pereira Franco | CPF nº ***.***.***-**; Euclides Luiz da Silva Neto | CPF nº ***.***.***-**; Gilson Alves Barbosa | CPF nº ***.***.***-**; Jeovane Gonçalves Santos | CPF nº ***.***.***-**; Luiz Cremonini | CPF nº ***.***.***-**; Marinei Anselmo dos Santos | CPF nº ***.***.***-**; Matheus Machado Silva | CPF nº ***.***.***-**; Rodrigo Silveira | CPF nº ***.***.***-**. Objeto do contrato: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, com entrega parcelada e cronograma fornecido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Vitória - MG. Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027. Valor: R$ 8.000,00; R$ 29.266,40; R$ 399.893,90; R$ 21.292,80; R$ 39.550,00; R$ 39.983,24; R$ 39.993,60; R$ 39.974,88; R$ 21.292,80; R$ 39.981,90; R$ 16.472,50; R$ 31.840,00; R$ 39.981,84; R$ 21.292,80; R$ 8.572,50. Dotação Orçamentária: Fichas: 172, 235, 236, 268, 282 | FR 1.552 – Secretaria Municipal de Educação. Publicação em cumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021.**

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:6C406551

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026

Celebrado entre o Município de Santo Antônio do Itambé/MG e o CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA, conforme Processo nº 0051/2026, Dispensa de Licitação nº 0012/2026. **Objeto:** O presente instrumento tem por objeto o acréscimo quantitativo de metas e serviços para a perfuração e instalação de 01 (um) poço artesiano adicional em ponto diverso do Município, perfazendo o total de 06 (seis) poços artesianos. Realiza-se através do presente termo o acréscimo de **R$ 45.028,00 (quarenta e cinco mil e vinte e oito reais)** ao valor total do Contrato Administrativo, passando o novo valor global para **R$ 351.959,63 (trezentos e cinquenta e um mil e novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos)**. **Fundamento Legal:** Art. 124, inciso I, alínea "b", c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e § 1º do artigo 25 da Lei Orgânica Municipal.

Santo Antônio do Itambé/MG, terça-feira, 1º de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:69E7451C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026

Processo Licitatório nº 0051/2026
Dispensa nº 0012/2026

Processo Licitatório nº 0051/2026 — Dispensa nº 0012/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO

JEQUITINHONHA (CIM JEQUITINHONHA). **Objeto:** Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 0051/2026 por mais 03 (três) meses e 06 (seis) dias, a partir de 25/09/2026 até 31/12/2026, para a conclusão da execução física dos serviços de perfuração e revestimento dos poços artesianos no município. **Valor Global Mantido:** R$ 351.959,63 (trezentos e cinquenta e um mil e novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos). **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Assinatura:** Terça-feira, 1 de setembro de 2026. **Vigência Prorrogada:** Até Quinta-feira, 31 de dezembro de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira, 1 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:534BD340

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/2025 PROCESSO 101/2025 – CONCORRÊNCIA 008/2025

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Enéias Machado de Souza torna publico que formalizou o quarto termo aditivo ao contrato 100/2025, referente ao processo Licitatorio 101/2025, Concorrência 008/2025, que tem como objeto a CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA ,conforme informaçoes que seguem: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE-MG e CONTRATADA: M.A.P TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA, com sede na Rua Maurício de Andrade, nº 130, Centro, Pimenta - MG, CEP 35.585-000,. Sendo o contrato prorrogado pelo período de mais 02 (Dois) Meses. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento originário.

ENÉIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

São Bento Abade, 07 de Outubro de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 07/10/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:2AB645E3

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118/2025 PROCESSO 141/2025 – CONCORRÊNCIA 09/2025

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Enéias Machado de Souza torna publico que formalizou o quarto termo aditivo ao contrato 118/2025, referente ao processo Licitatorio 141/2025, Concorrência 09/2025, que tem como objeto a REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL CORREGO SANTA CRUZ, conforme informaçoes que seguem: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE-MG e CONTRATADA: **CONSTRUTORA MINEIRA BRASIL EIRELI, CNPJ nº 35.226.116/0001-28**, com sede na Rua Ovídia Maia Dias, nº 770-A, Morada do Sol, Campo Belo - MG, CEP 37270-000,. Sendo o contrato prorrogado por mais 45 (Quarenta e cinco) dias. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento originário.

ENÉIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

São Bento Abade, 09 de Outubro de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 09/10/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:B87BD3CB

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 94/2025 PROCESSO 099/2025 – CONCORRÊNCIA 006/2025

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Enéias Machado de Souza torna publico que formalizou o quarto termo aditivo ao contrato 094/2025, referente ao processo Licitatorio 099/2025, Concorrência 006/2025, que tem como objeto a CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA FIGUEIRA, conforme informaçoes que seguem: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE-MG e CONTRATADA: **CONSTRUTORA MINEIRA BRASIL EIRELI, CNPJ nº 35.226.116/0001-28**, com sede na Rua Ovídia Maia Dias, nº 770-A, Morada do Sol, Campo Belo - MG, CEP 37270-000,. Sendo o contrato prorrogado por mais 60 (Sessenta) dias. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento originário.

ENÉIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

São Bento Abade, 09 de Outubro de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 09/10/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:4EE8B0FA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2025 PROCESSO 100/2025 – CONCORRÊNCIA 007/2025

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Enéias Machado de Souza torna publico que formalizou o quarto termo aditivo ao contrato 095/2025, referente ao processo Licitatorio 100/2025, Concorrência 07/2025, que tem como objeto a CONTRUÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO SERRINHA,conforme informaçoes que seguem: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE-MG e CONTRATADA: **CONSTRUTORA MINEIRA BRASIL EIRELI, CNPJ nº 35.226.116/0001-28**, com sede na Rua Ovídia Maia Dias, nº 770-A, Morada do Sol, Campo Belo - MG, CEP 37270-000,. Sendo o contrato prorrogado por mais 30 (trinta) dias. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento originário.

ENÉIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

São Bento Abade, 09 de Outubro de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 09/10/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:83211950

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROPOSTA ADICIONAIS(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E EMISSÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA) AVISO DE OBTENÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ART. 75, § 3 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, com sede administrativa na Avenida Montes Claros, nº 243, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na aquisição do seguinte objeto:

1- **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de saúde e segurança do trabalho, compreendendo a elaboração, atualização e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Laudo de Insalubridade e Periculosidade, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e Análise Ergonômica do Trabalho – AET, destinados aos servidores públicos municipais de São Francisco/MG.**

2- A manifestação de interesse para orçamento deverá ser enviada para o e-mail: compras@saofrancisco.mg.gov.br, até o dia 15 de outubro de 2026.

3- Não havendo Proposta Comercial Adicionais no prazo acima mencionado, o procedimento dará sequência com os orçamentos já coletado pelo município, julgado pela proposta mais vantajosa.

4- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA – A empresa interessada deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos: proposta timbrada, com valor unitário, valor total, validade da proposta mínima de 30 dias, proposta carimbada, datada e assinada.

5- O termo de referência será disponibilizado no site www.saofrancisco.mg.gov.br.

PLANILHA DE ORÇAMENTO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
FONE:
ENDEREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR, ELABORAÇÃO DO LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT E ELABORAÇÃO DA ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO – AET, DESTINADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO FRANCISCO/MG	SERV. ANUAL	01	R$	R$
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E EMISSÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP	UND	50	R$	R$
TOTAL: (Valor total correspondente a 12 (doze) meses).					**R$**

Data do orçamento: ___/___/____

Validade da proposta: _____Dias

_____
Ass. do Responsável pelo Orçamento/Carimbo da empresa

São Francisco/MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Clesia Aparecida Alves Ferreira
Código Identificador:8945B9D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
LEI N.º 1.464 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. "RATIFICA A ALTERAÇÃO, PELO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA – CISAB ZONA DA MATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI N.º 1.464 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"*Ratifica a alteração, pelo Município de São Francisco do Glória, do contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata – CISAB ZONA DA MATA e dá outras providências*"

O Povo do Município de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificada, pelo Município de São Francisco do Glória, a alteração no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata – CISAB ZONA DA MATA aprovada em Assembleia Geral, anexo único e parte integrante da presente lei, ficando desde já autorizada, a Chefia do Poder Executivo, a manifestar expressa anuência em relação ao texto alterado.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ficando revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Glória, 09 de outubro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:6C689807

CONTROLE INTERNO
LEI N.º 1.465 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. "CONCEDE REAJUSTE AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE, DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI N.º 1.465 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"*Concede reajuste aos vencimentos dos servidores públicos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de São Francisco do Glória/MG e dá outras providências*"

O Povo do Município de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste aos vencimentos dos servidores e funcionários públicos vinculados ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de São Francisco do Glória/MG, independente de cargo, padrão ou regime de trabalho, na proporção de 13,71% (treze vírgula setenta e um por cento) a título de revisão geral anual.

Art. 2º. O reajuste de que trata o art. 1º desta Lei refere-se à recomposição das perdas inflacionárias dos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Glória/MG, 09 de outubro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

ANEXO I				
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO				
			2024	2026
Cargo	Nº de cargos	Forma de recrutamento	Vencimento	Vencimento
Diretor Presidente	1	Amplo	R$ 4.152,33	R$ 4.721,61
Diretor Técnico-Administrativo	1	Amplo	R$ 1.972,70	R$ 2.243,16

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:1C5C73E1

CONTROLE INTERNO
LEI N.º 1.466 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. "DISPÕE SOBRE VIAGEM A SERVIÇO E CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N.º 1.466 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária a servidor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de São Francisco do Glória/MG, e dá outras providências".

O Povo do Município de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O servidor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de São Francisco do Glória/MG, bem como seus diretores, que se deslocarem de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional, ou em missão de representação da Autarquia, tem direito à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com alimentação e hospedagem.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, sede é a localidade onde o servidor tem exercício.

§ 2º - A percepção de diárias de viagem não veda o fornecimento de passagens ou ressarcimento de despesas com transporte, deslocamento, estacionamento, pedágios e outras despesas extras do beneficiário, mediante autorização do Diretor Presidente do SAAE.

§ 3º - Caso seja necessário o abastecimento de veículo oficial durante a viagem, o beneficiário da diária terá o direito ao reembolso da quantia dispensada para custear tal despesa, desde que apresente o documento fiscal comprobatório da despesa.

Art. 2º - As solicitações de diárias devem ser encaminhadas à Diretoria Técnico-Administrativa, mediante o preenchimento do requerimento constante do Anexo II.

Parágrafo único - Excetuam-se do "caput" deste artigo os casos de emergência, observado o disposto no artigo 11, § 2º.

Art. 3º - A concessão de diária fica condicionada à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para execução.

Art. 4º - Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo I desta Lei.

§ 1º - Fica autorizado ao Diretor Presidente da Autarquia, a atualizar, periodicamente, por Portaria, os valores das diárias de viagens constantes da Tabela do Anexo I desta Lei, mediante a aplicação do coeficiente representativo da variação da inflação, nos termos do índice oficial do Governo Federal.

§ 2º - No caso de servidor ocupante ou detentor de mais de um cargo ou de função pública, o cálculo da diária terá como base o cargo ou a função cujo desempenho das atividades motivou a viagem.

§ 3º - O servidor ocupante de cargo efetivo ou detentor de cargo político, ou ainda no exercício de cargo em comissão, poderá optar por aquele sobre o qual será calculada sua diária de viagem.

Art. 5º - A competência para autorizar a concessão de diária e o meio de transporte a ser utilizado na viagem, é do Diretor Presidente do SAAE.

Art. 6º - A diária completa é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada na sede.

Art. 7º - Quando o beneficiário se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas e inferior a 24 (vinte e quatro) horas e havendo comprovação de despesas com hospedagem, por meio de documento legal, será devida diária integral.

Parágrafo único - Ocorrendo afastamento por período igual ou superior a 6 (seis) horas e não havendo pernoite fora da sede, serão devidos apenas os valores previstos para despesas com alimentação, conforme Tabela do Anexo I.

Art. 8º - Ao beneficiário que dispuser de alimentação ou de pousada oficial gratuita, será devida a parcela correspondente a um ou outro benefício, conforme previsto na Tabela do Anexo I.

Art. 9º - A diária não é devida:

I - no período de trânsito, ao beneficiário que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;

II - quando o deslocamento do beneficiário durar menos de 6 (seis) horas;

III - quando o deslocamento se der para localidade onde o beneficiário seja domiciliado;

IV - quando o beneficiário dispuser de alimentação e pousada oficiais gratuitas ou incluídas em evento para o qual esteja inscrito;

V - no caso de utilização do contrato a que se refere o artigo 15 desta Lei, quando esse contemplar pousada e alimentação.

Art. 10 - Nos casos de emergência, as diárias poderão ser pagas após o início da viagem do servidor, mediante justificativa fundamentada do dirigente máximo da Autarquia Municipal.

Parágrafo único: A viagem que ocorrer no sábado, domingo ou feriado deverá ser expressamente justificada e autorizada pelo dirigente máximo da Autarquia Municipal.

Art. 11 – Aos beneficiários de diárias de viagem poderá ser concedido adiantamento de numerário para aquisição de passagens, inclusive aéreas, caso não seja utilizado veículo oficial para viagem, ou quando não forem fornecidas por força do contrato a que se refere o artigo 15 desta Lei.

Parágrafo único - O beneficiário que viajar por via aérea deverá fazer uso, preferencialmente, da classe econômica.

Art. 12 - Não serão autorizadas viagens em veículo particular, excetuando-se aquelas realizadas em veículos locados ou cedidos à Autarquia.

§ 1º - Excepcionalmente, mediante autorização expressa do Diretor Presidente, e demonstrada a impossibilidade de utilização de veículo

oficial, poderá ser permitir o uso do veículo do próprio servidor para sua locomoção de uma para outra localidade, no interesse do serviço.

§ 2º - Caso seja autorizada a utilização de veículos particulares, conforme parágrafo anterior, o beneficiário fará jus ao reembolso da quantia dispensada
para abastecimento e eventuais pedágios, desde que apresentado o respectivo documento fiscal comprobatório da despesa.

Art. 13 - É vedado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de São Francisco do Glória/MG celebrar convênios para custeio de despesas de diárias de seu pessoal, em desacordo com os valores e normas desta Lei.

Art. 14 - Poderão ser celebrados contratos para a prestação de serviços de agenciamento de viagens.

§ 1º - o contrato contemplará, em conjunto ou separadamente:

I - hospedagem, incluindo alimentação;

II - aquisição de passagens, com ou sem traslado.

§ 2º - A contratação do estabelecimento agenciador obedecerá à legislação sobre licitações da Administração Pública.

§ 3º - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de São Francisco do Glória/MG deverá fazer a opção pela solução mais econômica e viável, seja o pagamento de diária, seja a utilização de contrato com agenciador, limitados os gastos com alimentação e pousada, em qualquer caso, aos valores previstos no Anexo I desta Lei.

§ 4º - Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares, despesas estranhas ao interesse público e outras equivalentes.

Art. 15 - Em todos os casos de deslocamento para viagem previstos nesta Lei, o beneficiário é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 3 (três) dias úteis subseqüentes ao retorno à sede, devendo para isso utilizar o formulário do Anexo III desta Lei, apresentando os comprovantes/certificados que atestem o comparecimento nos eventos, tais como ficha de inscrição, cópia de certificado, atestado de visita ou qualquer outro documento que venha comprovar o interesse público da viagem;

§ 1º - Caso a viagem ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do Diretor Presidente da Autarquia.
§ 2º - Nos casos em que o servidor viajar sem prejuízo de sua remuneração, sem fazer jus à diária de viagem, apresentará somente relatório técnico.

§ 3º - A autoridade concedente exigirá os comprovantes fiscais de hospedagens e alimentação, quando for autorizada a viagem em veículo particular, ou documento que comprove que o servidor esteve presente no local de destino.

§ 4º - A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é, respectivamente, das autoridades solicitantes e concedente.

§ 5º - Cabe ao Diretor Presidente examinar a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas nesta Lei.

Art. 16 - Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

Art. 17 - É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 18 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Glória/MG, 09 de outubro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

DEMAIS SERVIDORES		
DESTINO	***ALIMENTAÇÃO***	***HOSPEDAGEM***
Até 100 Km	**R$ 50,00**	**R$ 130,00**
de 101 a 200 km	**R$ 70,00**	**R$ 150,00**
de 201 a 300 km	**R$ 80,00**	**R$ 200,00**
de 301 a 400 Km	**R$ 100,00**	**R$ 250,00**
de 401 a 500 Km	**R$ 125,00**	**R$ 300,00**
Capitais Estaduais	**R$ 200,00**	**R$ 400,00**
Capital Federal	**R$ 300,00**	**R$ 600,00**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS:

Nome do Beneficiário:	**CPF:**
Unidade Administrativa:	**Data de solicitação:**
Período de afastamento:	**Horário de saída:**
Cidade de destino:	**Horário de chegada:**
Motivo da viagem:	
Autorização:	**Assinatura do Servidor:**

R$ _____

ANEXO III.
RELATÓRIO DE VIAGEM:

Nome do Beneficiário:

_____ .

Local ou destino da viagem: _____.

Horário de Saída de São Francisco do Glória: _____/_____/_____.

Data da chegada a São Francisco do Glória: _____/_____/_____.

Horário da chegada a São Francisco do Glória: _____/_____/_____.

OBS: _____

Anexo os seguintes documentos comprobatórios da viagem, como: Certificados, Declarações, Notas de Passagens, Alimentação, Cupom Fiscal e etc.

_____

São Francisco do Glória-MG, _____/_____/_____.

_____
Assinatura do Beneficiário:

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:C7B982E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº075/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo

de Licitação nº.109/2026/ Pregão Eletrônico nº.075/2026/ Registro de Preço nº.63/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: MAURICIO FERREIRA DE ANDRADE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.25.201.039/0001-06, com sede na Rua Primeiro De Fevereiro, nº.381, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo panificados (produtos de padaria), incluindo pães, bolos, biscoitos e demais produtos correlatos, devidamente acondicionados e embalados, em conformidade com as normas sanitárias e de qualidade vigentes, com fornecimento parcelado e entregas conforme a demanda, destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias, setores, unidades administrativas e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de São Francisco Do Glória/MG. VALOR: R$ 2.097,00 (Dois mil e noventa e sete reais). DOTAÇÃO: 02.001.04.122.0003.2.004-339030-013 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Material Consumo - 15000000000; 02.002.04.122.0003.1.052-339030-023 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Governo - Material Consumo - 15000000000; 02.003.04.122.0003.2.008-339030-043 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Material Consumo - 15000000000; 02.004.12.122.0007.2.015-339030-134 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Educação - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-142 – Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-143 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030- 144 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-146 – Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-147 - Manutenção da Merenda Escolar (PréEscolar) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-149 - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030- 150 – Manutenção da Merenda Escolar (Creche) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-151 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-152 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-153 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15520000000; 02.006.10.122.0008.2.038-339030- 312 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.122.0008.2.062-339030-325 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.030-339030- 365 - Manutenção das Atividades da Equipe Multidisciplinar - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 392 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041- 339030- 393 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 394 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16210000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 395 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16310000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 396 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16590000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 466 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 467 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 468 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16210000000; 02.008.04.122.0003.2.023-339030- 572 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 753 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 754 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.021-339030- 774 - Manutenção das Atividades do Programa Criança Feliz - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.056-339030- 785 - Manutenção do Conselho Tutelar - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0017.2.026-339030- 789 – Manutenção das Atividades do Programa Adolecesnte Aprendiz - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0015.2.050-339030-779 - Manutenção do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030- 805 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030-806 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 166000000000; 02.010.08.244.0015.2.082- 339030- 824 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.082-339030- 825 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.083-339030- 834 - Manutenção Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 843 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 844 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 845 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16610000000; 02.010.08.244.0015.2.101-339030- 859 - Manutenção Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS - Material de Consumo - 16610000000; 02.010.10.244.0015.2.042-339030- 869 - Manutenção do Programa de Atendimento Sócio Educativo - Material de Consumo - 1500000000; 02.012.04.122.0012.2.071-339030- 895 - Manutenção Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.122.0003.2.005-339030-919 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030-922 - Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuária - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030- 923 – Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuaria – Material de Consumo - 1501000000000; 02.012.20.606.0012.2.075-339030- 941- Manutenção das Atividades da Pecuária - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.606.0012.2.076-339030- 948- Manutenção das Atividades da Agricultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.608.0012.2.090-339030- 953- Manutenção das Atividades de Psicultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.04.122.0010.2.061-339030- 966- Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.27.812.0016.2.069-339030- 990- Manutenção das Atividades Esportivas- Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.391.0010.2.057-339030- 1018- Manutenção do Fundo Municipal do Patrimonio Cultural – Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.059-339030- 1023- Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.065-339030-1026- Promoção de Eventos, Festas Cívicas e Folclóricas - Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.066-339030-1030 - Manutenção da da Banda de Música Municipal - Material de Consumo – 15000000000, e, 02.016.08.241.0015.2.058-339030-1036 - Manutenção da Atividade do Centro de Convivência para Idosos - Material de Consumo - 15000000000.

São Francisco do Glória, 09 de outubro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:BFA71BF8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº075/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.109/2026/ Pregão Eletrônico nº.075/2026/ Registro de Preço nº.63/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: PASCHOAL EUGENIO UGATTI GOMES TURETTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.36.824.899/0001-04, com sede na Tv. Santo Antônio, nº.126, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo panificados (produtos de padaria), incluindo pães, bolos, biscoitos e demais produtos correlatos, devidamente acondicionados e embalados, em conformidade com as normas sanitárias e de qualidade vigentes, com fornecimento parcelado e entregas conforme a demanda, destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias, setores, unidades administrativas e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de São Francisco Do Glória/MG. VALOR: R$ 82.320,00 (Oitenta e dois mil, trezentos e vinte reais). DOTAÇÃO: 02.001.04.122.0003.2.004-339030-013 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Material Consumo - 15000000000; 02.002.04.122.0003.1.052-339030-023 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Governo - Material Consumo - 15000000000; 02.003.04.122.0003.2.008-339030-043 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Material Consumo - 15000000000; 02.004.12.122.0007.2.015-339030-134 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Educação - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-142 – Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-143 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030- 144 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-146 – Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-147 - Manutenção da Merenda Escolar (PréEscolar) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-149 - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030- 150 – Manutenção da Merenda Escolar (Creche) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-151 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-152 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-153 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15520000000; 02.006.10.122.0008.2.038-339030- 312 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.122.0008.2.062-339030-325 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.030-339030- 365 - Manutenção das Atividades da Equipe Multidisciplinar - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 392 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041- 339030- 393 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 394 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16210000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 395 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16310000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 396 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16590000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 466 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 467 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 468 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16210000000; 02.008.04.122.0003.2.023-339030- 572 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 753 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 754 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.021-339030- 774 - Manutenção das Atividades do Programa Criança Feliz - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.056-339030- 785 - Manutenção do Conselho Tutelar - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0017.2.026-339030- 789 – Manutenção das Atividades do Programa Adolecesnte Aprendiz - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0015.2.050-339030-779 - Manutenção do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030- 805 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030-806 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 166000000000; 02.010.08.244.0015.2.082- 339030- 824 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.082-339030- 825 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.083-339030- 834 - Manutenção Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 843 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 844 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 845 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16610000000; 02.010.08.244.0015.2.101-339030- 859 - Manutenção Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS - Material de Consumo - 16610000000; 02.010.10.244.0015.2.042-339030- 869 - Manutenção do Programa de Atendimento Sócio Educativo - Material de Consumo - 1500000000; 02.012.04.122.0012.2.071-339030- 895 - Manutenção Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.122.0003.2.005-339030-919 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030-922 - Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuária - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030- 923 – Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuaria – Material de Consumo - 1501000000000; 02.012.20.606.0012.2.075-339030- 941- Manutenção das Atividades da Pecuária - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.606.0012.2.076-339030- 948- Manutenção das Atividades da Agricultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.608.0012.2.090-339030- 953- Manutenção das Atividades de Psicultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.04.122.0010.2.061-339030- 966- Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.27.812.0016.2.069-339030- 990- Manutenção das Atividades Esportivas- Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.391.0010.2.057-339030- 1018- Manutenção do Fundo Municipal do Patrimonio Cultural – Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.05PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.109/2026/ Pregão Eletrônico nº.075/2026/ Registro de Preço nº.63/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro

Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: PASCHOAL EUGENIO UGATTI GOMES TURETTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.36.824.899/0001-04, com sede na Tv. Santo Antônio, nº.126, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo panificados (produtos de padaria), incluindo pães, bolos, biscoitos e demais produtos correlatos, devidamente acondicionados e embalados, em conformidade com as normas sanitárias e de qualidade vigentes, com fornecimento parcelado e entregas conforme a demanda, destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias, setores, unidades administrativas e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de São Francisco Do Glória/MG. VALOR: R$ 82.320,00 (Oitenta e dois mil, trezentos e vinte reais). DOTAÇÃO: 02.001.04.122.0003.2.004-339030-013 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Material Consumo - 15000000000; 02.002.04.122.0003.1.052-339030-023 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Governo - Material Consumo - 15000000000; 02.003.04.122.0003.2.008-339030-043 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Material Consumo - 15000000000; 02.004.12.122.0007.2.015-339030-134 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Educação - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-142 – Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-143 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030- 144 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-146 – Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-147 - Manutenção da Merenda Escolar (PréEscolar) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-149 - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030- 150 – Manutenção da Merenda Escolar (Creche) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-151 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-152 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-153 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15520000000; 02.006.10.122.0008.2.038-339030- 312 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.122.0008.2.062-339030-325 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.030-339030- 365 - Manutenção das Atividades da Equipe Multidisciplinar - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 392 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041- 339030- 393 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 394 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16210000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 395 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16310000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 396 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16590000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 466 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 467 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 468 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16210000000; 02.008.04.122.0003.2.023-339030- 572 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 753 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 754 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.021-339030- 774 - Manutenção das Atividades do Programa Criança Feliz - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.056-339030- 785 - Manutenção do Conselho Tutelar - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0017.2.026-339030- 789 – Manutenção das Atividades do Programa Adolecesnte Aprendiz - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0015.2.050-339030-779 - Manutenção do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030- 805 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030-806 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 166000000000; 02.010.08.244.0015.2.082- 339030- 824 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.082-339030- 825 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.083-339030- 834 - Manutenção Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 843 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 844 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 845 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16610000000; 02.010.08.244.0015.2.101-339030- 859 - Manutenção Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS - Material de Consumo - 16610000000; 02.010.10.244.0015.2.042-339030- 869 - Manutenção do Programa de Atendimento Sócio Educativo - Material de Consumo - 1500000000; 02.012.04.122.0012.2.071-339030- 895 - Manutenção Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.122.0003.2.005-339030-919 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030-922 - Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuária - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030- 923 – Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuaria – Material de Consumo - 1501000000000; 02.012.20.606.0012.2.075-339030- 941- Manutenção das Atividades da Pecuária - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.606.0012.2.076-339030- 948- Manutenção das Atividades da Agricultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.608.0012.2.090-339030- 953- Manutenção das Atividades de Psicultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.04.122.0010.2.061-339030- 966- Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e TPUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.109/2026/ Pregão Eletrônico nº.075/2026/ Registro de Preço nº.63/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: PASCHOAL EUGENIO UGATTI GOMES TURETTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.36.824.899/0001-04, com sede na Tv. Santo Antônio, nº.126, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo panificados (produtos de padaria), incluindo pães, bolos, biscoitos e demais produtos correlatos, devidamente acondicionados e embalados, em conformidade com as normas sanitárias e de qualidade vigentes, com fornecimento parcelado e entregas conforme a demanda, destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias, setores, unidades administrativas e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de São Francisco Do Glória/MG. VALOR: R$ 82.320,00 (Oitenta e dois mil, trezentos e vinte reais). DOTAÇÃO: 02.001.04.122.0003.2.004-339030-013 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Material Consumo - 15000000000; 02.002.04.122.0003.1.052-339030-023 - Manutenção dos Serviços da

Secretaria Municipal de Governo - Material Consumo - 15000000000; 02.003.04.122.0003.2.008-339030-043 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Material Consumo - 15000000000; 02.004.12.122.0007.2.015-339030-134 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Educação - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-142 – Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-143 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030- 144 - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-146 – Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-147 - Manutenção da Merenda Escolar (PréEscolar) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-149 - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030- 150 – Manutenção da Merenda Escolar (Creche) – Material de Consumo - 15000000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-151 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-152 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.094-339030-153 - Manutenção da Merenda Escolar (Creche) - Material de Consumo - 15520000000; 02.006.10.122.0008.2.038-339030- 312 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.122.0008.2.062-339030-325 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.030-339030- 365 - Manutenção das Atividades da Equipe Multidisciplinar - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 392 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.041- 339030- 393 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 394 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16210000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 395 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16310000000; 02.007.10.301.0008.2.041-339030- 396 - Manutenção das Atividades de Saúde - Material Consumo - 16590000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 466 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 15000001002; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 467 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16000000000; 02.007.10.301.0008.2.132-339030- 468 - Manutenção do Caps - Centro de Atenção Psicossocial - Material Consumo - 16210000000; 02.008.04.122.0003.2.023-339030- 572 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 753 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.009.08.244.0015.2.052-339030- 754 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.021-339030- 774 - Manutenção das Atividades do Programa Criança Feliz - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.243.0015.2.056-339030- 785 - Manutenção do Conselho Tutelar - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0017.2.026-339030- 789 – Manutenção das Atividades do Programa Adolecesnte Aprendiz - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.243.0015.2.050-339030-779 - Manutenção do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030- 805 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.040-339030-806 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Material Consumo - 166000000000; 02.010.08.244.0015.2.082- 339030- 824 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.082-339030- 825 - Manutenção do Programa Bolsa Família - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.083-339030- 834 - Manutenção Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 843 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 15000000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 844 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16600000000; 02.010.08.244.0015.2.086-339030- 845 - Manutenção Atividades e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material Consumo - 16610000000; 02.010.08.244.0015.2.101-339030- 859 - Manutenção Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS - Material de Consumo - 16610000000; 02.010.10.244.0015.2.042-339030- 869 - Manutenção do Programa de Atendimento Sócio Educativo - Material de Consumo - 1500000000; 02.012.04.122.0012.2.071-339030- 895 - Manutenção Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.122.0003.2.005-339030-919 - Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030-922 - Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuária - Material de Consumo - 1500000000000; 02.012.20.122.0012.2.074-339030- 923 – Manutenção e Comemoração da Exposição Agropecuaria – Material de Consumo - 1501000000000; 02.012.20.606.0012.2.075-339030- 941- Manutenção das Atividades da Pecuária - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.606.0012.2.076-339030- 948- Manutenção das Atividades da Agricultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.012.20.608.0012.2.090-339030- 953- Manutenção das Atividades de Psicultura - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.04.122.0010.2.061-339030- 966- Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - Material de Consumo - 15000000000; 02.013.27.812.0016.2.069-339030- 990- Manutenção das Atividades Esportivas- Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.391.0010.2.057-339030- 1018- Manutenção do Fundo Municipal do Patrimonio Cultural – Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.059-339030- 1023- Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações - Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.065-339030-1026- Promoção de Eventos, Festas Cívicas e Folclóricas - Material de Consumo - 15000000000; 02.015.13.392.0010.2.066-339030-1030 - Manutenção da da Banda de Música Municipal - Material de Consumo – 15000000000, e, 02.016.08.241.0015.2.058-339030-1036 - Manutenção da Atividade do Centro de Convivência para Idosos - Material de Consumo - 15000000000.

São Francisco do Glória, 09 de outubro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:F232A75B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2026

Protocolo nº 2026.10.07.103132.120158
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde
Assunto: Autorização prévia de diárias acima do limite do art. 2º-A da Lei Municipal nº 2.830/2025 – Transporte Sanitário/TFD – competência outubro/2026.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, com fundamento no art. 2º-A, § 3º, da Lei Municipal nº 2.830/2025 e no art. 3º do Decreto Municipal nº 308/2026, à vista do Memorando nº 617/2026 – SMS;

CONSIDERANDO que, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o Transporte Sanitário/TFD realizou 371 (trezentas e setenta e uma) viagens entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2026, destinadas a consultas especializadas, exames, procedimentos e tratamentos continuados em municípios de referência, hipóteses previstas no art. 2º do Decreto nº 308/2026;

CONSIDERANDO a escala de trabalho dos motoristas para outubro de 2026, elaborada pela Coordenação de Transporte, e a impossibilidade de suspender viagens inadiáveis em razão do atingimento do limite individual de diárias, sob pena de interrupção da assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Municipal nº 2.830/2025 prevê a concessão antecipada de diárias, mediante arbitramento do número estimado de dias, e que a Secretaria Municipal de Saúde estimou, por motorista, valor excedente ao limite de até R$ 2.000,00 (dois mil reais) na competência;

CONSIDERANDO que os valores antecipados ficam sujeitos à prestação de contas e à restituição do que não for utilizado ou comprovado;

DECIDE:

1. AUTORIZAR, exclusivamente para a competência outubro/2026, a concessão de diárias em montante superior ao limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração aos servidores relacionados no Anexo Único, até o valor máximo indicado para cada um, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 308/2026.

2. AUTORIZAR o empenho e o pagamento antecipado das diárias, nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.830/2025, mediante as respectivas solicitações de diária, observado o valor máximo fixado no Anexo Único.

3. DETERMINAR que cada servidor preste contas após o retorno de cada viagem, no prazo previsto na legislação vigente, instruindo-a com os documentos exigidos pelo art. 4º do Decreto nº 308/2026.

4. DETERMINAR a restituição dos valores correspondentes a diárias não utilizadas, a viagens não realizadas ou não comprovadas, ou a prestação de contas não aceita, nos termos dos arts. 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.830/2025, aplicando-se, em caso de omissão, o desconto na forma da legislação vigente.

5. ESTABELECER que:
a) a verificação documental das prestações de contas caberá à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e à Contabilidade Municipal (art. 6º do Decreto nº 308/2026), sem prejuízo da responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde pela exatidão dos valores informados e pela efetiva realização das viagens;

b) as despesas com pedágio, combustível e demais despesas operacionais da frota não integram as diárias e serão processadas em via e dotação próprias (art. 5º do Decreto nº 308/2026).

6. A concessão de valor superior ao máximo fixado no Anexo Único, ou a servidor nele não relacionado, dependerá de novo ato do Chefe do Poder Executivo.

7. Esta Decisão não alcança competências anteriores a outubro/2026.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde, para ciência e cientificação dos servidores relacionados e demais tratativas junto à Contabilidade Municipal.

São Gotardo/MG, 09 de outubro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Competência outubro/2026 – art. 3º, § 2º, do Decreto nº 308/2026

Servidor (nome completo)	Cargo	Remuneração base de referência	Limite de 50%	Excedente máximo autorizado	Total máximo de diárias no mês
Eduardo Silva Ferreira	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Junio Alexandre Rodrigues	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Marcos Antônio Ferreira	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Maurício Ribeiro de Souza	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Michael da Silva Matos	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Noé Dias Maciel Junior	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Paulo Henryk de Oliveira	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Renato de Jesus Rosa	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Rodrigo Teodoro de Oliveira	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52
Ueslei Aparecido da Silva	Motorista	R$ 4.139,04	R$ 2.069,52	R$ 2.000,00	R$ 4.069,52

Motivação (art. 3º, § 2º, IV, do Decreto nº 308/2026): deslocamentos intermunicipais do Transporte Sanitário/TFD para consultas especializadas, exames, procedimentos e tratamentos continuados em municípios de referência, conforme escala de outubro/2026 e Memorando nº 617/2026 – SMS.

Publicado por:
Raphaella Geralda Pereira Barbosa
Código Identificador:A247589F

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 245 DE 31 DE MARÇO DE 2025.

LEI COMPLEMENTAR N.º 245 DE 31 DE MARÇO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

O povo do Município de São Gotardo, por seus representantes, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Executivo Municipal de São Gotardo é órgão com autonomia política, administrativa, financeira e jurídica próprias, asseguradas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de dirigir, controlar e executar as atividades de seu interesse, visando atender o bem-estar geral da população.

Art. 2º. A Estrutura Organizacional da Administração Direta do Executivo Municipal de São Gotardo passa a ser a constante desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A nomenclatura, quantidade de cargos e descrição passa a ser a constante desta Lei Complementar.

Seção I
Das Diretrizes

Art. 3º. A aplicação da presente Lei Complementar, deverá objetivar, prioritariamente, a execução ordenada da ação governamental, segundo os princípios constitucionais e as demandas sociais, tendo como diretriz a promoção da participação popular e o exercício da cidadania no desenvolvimento da comunidade, administrando com ética, transparência e respeito aos princípios constitucionais.

Seção II
Da Delegação e do Exercício de Autoridade
1

Art. 4º. O Prefeito poderá delegar, além das atribuições do órgão correspondente, competência ao Vice-Prefeito e a seus titulares para proferir despachos decisórios podendo, a qualquer momento, avocar, segundo seu critério, a competência delegada.

Art. 5º. A ação administrativa do Executivo Municipal de São Gotardo é exercida pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, Assessores, Secretários Municipais, demais ocupantes de cargos comissionados e pelos servidores municipais.

Art. 6º. Os titulares dos órgãos da Estrutura Administrativa, não poderão escusar-se de decidir, devendo ainda, acelerar a tramitação de seus atos administrativos, dentro do princípio da eficiência, observando ainda os de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 7º. Ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos da Administração são obrigados a responder às consultas feitas por qualquer cidadão.
Art. 8º. Nenhum convênio, contrato, acordo e ajuste será celebrado com terceiros, sem o prévio e expresso assentimento do Prefeito, ressalvados aqueles que expressamente forem delegados aos seus auxiliares.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 9º. A Administração Pública Municipal compreende:
I - A administração Direta, que abrange os serviços integrados na estrutura administrativa, as Assessorias e Secretarias, não tem personalidade jurídica e está sujeito à subordinação hierárquica, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo, submetidos à direção superior do Prefeito Municipal;
II - A Administração Indireta, constituída de entidades criadas por lei, dotadas de autonomia e personalidade jurídica, encarregada de prestar serviços específicos, integrando-se mediante critérios de vinculação ou de cooperação ao Prefeito;
III - Órgãos Consultivos, entidades de natureza consultiva, cuja finalidade é de auxiliar a Administração Municipal, em assuntos específicos.
§ 1º. A Administração Indireta compõe-se das seguintes unidades:
I - Autarquia, instituída com personalidade jurídica de direito público e dotada de patrimônio e receitas próprias, para executar atividades típicas de Administração Pública Municipal, que requeiram, para melhor rendimento, gestão administrativa e financeira descentralizada;
2

II - Empresa pública, instituída com personalidade jurídica de direito privado e organizada, sob qualquer das formas em direitos permitidos, para exploração de atividades econômica imposta por força de contingência ou conveniência administrativa, dispondo de patrimônio próprio e maioria de capital votante pertencente ao Município, admitida a participação de outras pessoas físicas e jurídicas de direito público e de entidades da Administração Indireta;
III - Sociedade de economia mista, instituída sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica, figurando como acionista majoritário, relativamente às ações com direito a voto, o Município ou entidade de Administração Indireta;
IV – Fundação, criada em virtude de lei municipal, com personalidade jurídica de direito público, dotação específica de patrimônio para realização de objetivos não lucrativos que, por sua natureza, não possam ser satisfatoriamente executados pela Administração Pública Municipal.
§ 2º. Enquadram-se junto ao Prefeito, mediante cooperação com a Administração Pública Municipal as seguintes entidades não integradas na Administração Indireta: **I -** Empresa privada, sob o controle direto ou indireto do Município, mediante participação ou por via de contrato ou concessão;
II - Sociedade civil que, por delegação ou convênio, exerça atividade de interesse da Administração Pública Municipal.
§ 3º. Os órgãos da Administração Indireta têm a sua estrutura organizacional estabelecida em lei municipal específica.

CAPÍTULO III
DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 10. A organização em sistemas de trabalho, tem por finalidade assegurar a concentração e articulação do esforço técnico para padronização, aumento da rentabilidade, uniformização, celeridade e economia processuais, combate ao desperdício, contenção e progressiva redução dos custos operacionais.
Art. 11. Serão organizados em sistemas: **I –** planejamento, informática e orçamento;
II – finanças e auditoria;
III – administração geral.
Parágrafo único – A critério do Poder Executivo, poderão ser organizadas em sistemas atividades desdobradas das previstas neste artigo, ou outras cuja coordenação central se demonstre conveniente.
3

Art. 12. A Ação Administrativa Municipal pautar-se-á pelos preceitos contidos nesta Lei e pelos seguintes procedimentos:
I – planejamento;
II – coordenação;
III – controle;
IV – continuidade administrativa;
V – efetividade e eficiência;
VI – modernização.

Seção I
Do Planejamento

Art. 13. Planejamento é, para os efeitos desta Lei, o estabelecimento de políticas, diretrizes, objetivos, metas e normas gerais que orientem e conduzam a ação governamental às suas finalidades constitucionais.
Art. 14. A ação governamental obedecerá a uma sistemática, visando promover o desenvolvimento socioeconômico do Município, norteando-se segundo Planos, Programas e Projetos, compreendendo os seguintes instrumentos:
I – Plano Diretor;
II – Plano Geral de Governo;
III – Programas Gerais e Setoriais;
IV – Plano Plurianual;
V – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
VI – Orçamento Público Anual;
VII – Programa Financeiro e de Desembolso;
VIII- Plano de Contratações Anuais.
Art. 15. Todas as ações governamentais desenvolvidas pela Administração deverão ajustar-se ao Plano Geral, ao orçamento e às disponibilidades financeiras.

Seção II
Da Programação

Art. 16. As programações devem estabelecer previsões de materiais, equipamentos e servidores para execução dos serviços públicos e implementação das ações planejadas.
Art. 17. Cabe às Secretarias elaborarem suas programações setoriais correspondentes às suas áreas e à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão a
4

elaboração dos demais instrumentos de planejamento, com o auxílio de cada secretaria nas suas áreas de interesse.
Art. 18. A elaboração do plano operativo que dará origem ao orçamento, em cada exercício, que pormenorizará a etapa de programação global a ser realizada no exercício seguinte também ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.
Art. 19. Para ajustar a execução do Orçamento Público, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão elaborará a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, assegurando uma liberação automática de recursos, observando o disposto na legislação que dispõe sobre finanças públicas.
Art. 20. Os planos e programas ao serem submetidos ao Prefeito deverão estar pré-elaborados, discutidos em todos os setores nele integrados, inclusive sob todos os aspectos e os recursos correspondentes.

Seção III
Da Organização

Art. 21. A organização deve combinar os recursos materiais e disponibilidade de servidores de maneira eficiente e eficaz, cabendo ao administrador público determinar quais são as pessoas e materiais necessários para que o planejamento seja seguido e os objetivos, metas e projetos alcançados.

Seção IV
Da Coordenação

Art. 22. As atividades das ações governamentais especialmente a programação de governo e orçamento, serão objeto de permanente coordenação, cabendo ao administrador público articular a relação de servidores e a utilização dos recursos materiais, integrando os diversos setores que contribuem na prestação de serviços e na implementação das ações planejadas.
Parágrafo único. Quando submetidos ao Prefeito os assuntos deverão ter sido previamente coordenados entre todas as Secretarias Municipais, órgãos e entidades neles interessados, inclusive no que diz respeito a aspectos administrativos pertinentes, através de consultas e entendimentos, de modo a sempre compreenderem soluções integradas e que se harmonizem com a política geral e setorial da ação municipal.
5

Art. 23. A coordenação será exercida em todos os níveis da Administração, mediante realização sistemática de reuniões com os responsáveis pelas áreas afins aos programas de trabalho.
Art. 24. Os Secretários Municipais são responsáveis, perante o Prefeito pela coordenação e supervisão dos órgãos da Administração Municipal, enquadrados em suas áreas.
Art. 25. A coordenação geral de competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão tem como objetivos:
I – promover a execução da ação e programas de governo;
II – acompanhar as atividades das Secretarias harmonizando o relacionamento entre as mesmas;
III – acompanhar os custos dos programas de governo com o fim de alcançar uma prestação eficiente de serviços;
IV – evidenciar os resultados positivos e negativos, indicando suas causas, justificando as medidas postas em práticas ou adoção do que impuser.

Seção V
Da Direção

Art. 26. O Prefeito e os Secretários Municipais exercerão as competências e atribuições definidas nesta Lei Complementar, visando transformar os planos em atividades concretas, designando tarefas e responsabilidades para os servidores e órgãos.
Art. 27. O Dirigente Municipal deve canalizar as forças e a sinergia dos grupos para a consecução do planejamento, motivando-os, visando a satisfação dos usuários dos serviços públicos, buscando a otimização dos custos e a maximização da capacidade de investimento do Município.

Seção VI
Do Controle

Art. 28. O controle da ação governamental da administração deverá ser exercido em todos os órgãos, cabendo à Controladoria Interna a centralização das informações e a sistematização de relatórios gerenciais e de controle.
Art. 29. As Secretarias Municipais e Assessorias exercerão o controle de suas atribuições, com o auxílio da Controladoria Interna e da Corregedoria, com o objetivo de: **I –** reorientar suas atividades quando em desvio;
II – assegurar a observância da legislação aplicável às suas atividades;

III – avaliar o comportamento administrativo dos órgãos subordinados;
IV – harmonizar o programa de governo com as atividades do órgão;
V – prestar contas de sua gestão, em sua forma e prazo estipulado;
VI – prestar a qualquer momento, por intermédio do Secretário Municipal e Assessores, as informações solicitadas pelo Poder Legislativo e cidadãos.
Art. 30. Os relatórios gerenciais e de controle deverão estar disponíveis à consulta popular e divulgados em órgãos de comunicação, garantindo a total transparência dos atos da Administração Pública Municipal, especialmente os seguintes instrumentos da gestão fiscal:
I – Plano Geral de Governo;
II – Programas Gerais e Setoriais;
III – Plano Plurianual de Investimentos;
IV – Plano Diretor;
V – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
VI – Orçamento Público Anual;
VII – Prestação de Contas e o respectivo parecer prévio;
VIII – Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
IX – Relatório de Gestão Fiscal, conforme disposto na legislação federal;
X- Plano de Contratações Anual.

Seção VII
Da Continuidade Administrativa

Art. 31. Continuidade administrativa é, para os efeitos desta lei, a manutenção de programas, projetos e dos quadros de dirigentes capacitados, para garantir a produtividade, a qualidade e a efetividade da ação administrativa.

Seção VIII
Da Efetividade

Art. 32. Efetividade é, para os fins desta Lei, a realização plena dos objetivos governamentais que assegurem a eficiência e a eficácia administrativa operacional.

Seção IX
Da Eficiência

Art. 33. Eficiência é, para os fins desta Lei, o princípio que impõe à Administração Pública desempenhar suas atividades com presteza e perfeição, exigindo resultados positivos para serviço público e satisfatório para os munícipes.

Seção X
Da Modernização

Art. 34. A Administração Municipal promoverá a modernização administrativa, entendendo esta como processo de constante aperfeiçoamento, mediante reforma, desburocratização e desenvolvimento de recursos humanos, em atendimento às transformações sociais e econômicas e ao progresso tecnológico.
Art. 35. Para efeito desta Lei, entende-se por:
I – reforma administrativa: as medidas destinadas à constante racionalização de estruturas, de procedimentos e meios de racionalização;
II – desburocratização: simplificação de procedimentos administrativos e a redução de controle e de exigências burocráticas;
III – desenvolvimento de recursos humanos: o aperfeiçoamento contínuo e sistemático do servidor, por meio de projetos e programas educacionais, qualificação profissional e gerencial.

CAPÍTULO IV
DA ASSESSORIA SUPERIOR

Art. 36. O assessoramento superior ao Prefeito Municipal compreenderá funções de alta especialização, complexidade e responsabilidade, que serão atribuídas a pessoas de comprovada idoneidade, qualificação e experiência específica.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO DE BENS

Art. 37. A administração de bens pelo Município tem por finalidade: **I** – garantir a utilização do bem em consonância com sua destinação;
II – dotar a gestão dos bens públicos de padrões de racionalidade administrativa.

CAPÍTULO VI

DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 38. Além do órgão diretamente interessado, a Controladoria Geral do Município emitirá relatórios com informações pertinentes aos contratos, convênios, acordos e ajustes firmados, nos termos da legislação específica, pela Administração Municipal.

CAPÍTULO VII
DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS À LICITAÇÃO PARA COMPRAS, SERVIÇOS, OBRAS E ALIENAÇÕES

Art. 39 – A contratação de materiais, obras e serviços, bem como a aquisição e alienação de bens, efetuar-se-ão com estrita observância das normas sobre compras, licitações e contratos administrativos, além dos princípios da supremacia do interesse público, da isonomia e da probidade.

CAPÍTULO VIII
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 40. Os órgãos da Administração Direta obedecerão aos seguintes escalonamentos de subordinação:
I – Primeiro nível: Secretaria;
II – Segundo nível: Assessorias especiais;
III – Terceiro nível: Departamento;
IV – Quarto nível: Coordenadoria;
V – Quinto nível: Divisão
Art. 41. Os titulares de cargos de direção superior serão denominados:
I – Secretário Municipal;
II – Procurador-Geral;
III – Controlador-Geral;
Art. 42. Os titulares de cargos de assessoramento superior serão denominados de Assessoria Especial.
Art. 43. As unidades para execução de planos, programas, projetos e atividades serão denominadas:
I – Departamentos, sendo seus titulares denominados Diretor de Departamento;
II – Coordenação, sendo seus titulares Denominados Coordenadores;

III – Divisão, sendo seus titulares Denominados Chefe de Divisão.
Art. 44. Para execução de programa, projeto ou serviço, poderá ser designado servidor efetivo da classe principal de seu objeto, executivo responsável pela sua implantação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação.
Parágrafo único – O servidor responsável por programa, projeto ou serviço será designado, em caráter temporário, enquanto perdurar a atividade e terá denominação de encarregado de serviço.
Seção I
Dos Agentes Políticos, dos cargos em comissão e das funções gratificadas Art. 45. Integra o Quadro de Servidores como agente políticos, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal de São Gotardo, os seguintes cargos:
I – Secretário Municipal (8 vagas);
Art. 46. Integra o Quadro de Servidores em provimento em Comissão da Prefeitura de São Gotardo, os seguintes cargos comissionados que se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento:
§1º São cargos comissionados de recrutamento amplo:
I – Procurador-Geral;
II – Assessor Especial;
III- Assessor Jurídico da Procuradoria;
IV- Chefe de Gabinete;
V- Corregedor;
VI – Ouvidor;
VII – Diretor de Departamento;
VIII – Coordenador;
IX – Chefe de Divisão;
X- Assistente Jurídico do CREAS;
XI- Supervisor do CIARTE.
§2º Cargos Comissionados de recrutamento restrito: **I –** Controlador Geral;
II- Diretor Escolar I;
III- Diretor Escolar II;
IV- Diretor Escolar III;
V- Vice Diretor Escolar;
VI- Agente de Contratação.
10

§3º Ficam reservadas 20% (vinte por cento) das vagas dos cargos comissionados para serem exercidas por servidores efetivos da Prefeitura Municipal de São Gotardo.
§4º Os cargos de provimento em comissão desta Lei Complementar, tem caráter provisório, podendo ser convocados para trabalhos extras sempre que houver interesse da Administração da Prefeitura Municipal.
Art. 47. São funções gratificadas, exercidas, preferencialmente, por servidor efetivo da Prefeitura Municipal de São Gotardo:
I – Agente de Contratações;
II – Pregoeiro, quando designado por portaria específica;
III – Equipe de Apoio, Membro de Comissão de Contratação, Inventário Patrimonial, Avaliação de Desempenho, Sindicância e outras do interesse da Prefeitura Municipal;
IV – Atribuições complexas e de maior responsabilidade, que excedem o exercício do cargo de origem.
Parágrafo único – O servidor que exercer função gratificada, quando possível, deverá desenvolver, também, atribuições do cargo de origem.
Seção II
Da remuneração dos Agentes Políticos, dos cargos em comissão e das funções gratificadas
Art. 48. A remuneração dos ocupantes de cargos e funções públicas da Prefeitura Municipal de São Gotardo e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do chefe do Poder Executivo, nos termos do inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.
Parágrafo único – Os vencimentos dos ocupantes dos cargos públicos são irredutíveis.
Art. 49. O titular de cargo nomeado para exercer cargo comissionado ou função de confiança, poderá optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pela continuidade do vencimento do cargo efetivo com acréscimo de 20% (vinte por cento), devendo ser publicada portaria autorizativa pelo Chefe do Executivo do percentual da comissão.

§1º Os diretores escolares respeitando o quadro do magistério poderão quando nomeados, optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pela continuidade do vencimento do cargo efetivo com acréscimo de 20% (vinte por certo);
§2º Os servidores efetivos que receberem alguma gratificação prevista nos parágrafos anteriores, não farão jus ao direito de horas extras.
11

§3º O valor do presente acréscimo não se incorporará ao vencimento e se extinguirá com o retorno do servidor à sua função de origem.
§4º O valor das gratificações não poderá ser cumulativa, sendo que o servidor que participar de mais de uma comissão não terá direito a cumular o valor das gratificações.
§5º Não haverá direito adquirido ao vencimento do cargo comissionado a servidor efetivo, como forma de apostilamento.
Art. 50. Anualmente, os vencimentos dos servidores do Poder Executivo fixados nesta Lei Complementar serão revistos, na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição da República de 1988, sem distinção de índices, tendo como data base o mês de janeiro de cada ano.
CAPÍTULO IX
DA ESTRUTURA ORGÂNICA
Art. 51. A estrutura orgânica dos órgãos administrativos do Município de São Gotardo divide-se em órgãos de assessoramento direto e imediato, órgãos de atividade meio e órgãos de atividade fim.
CAPÍTULO X
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS
Art. 52. A competência dos órgãos administrativos do Município de São Gotardo refere-se ao conjunto de atribuições essenciais para a execução de políticas públicas e organização da Administração Pública local.
Art. 53. Os órgãos de assessoramento direto e imediato têm como função principal fornecer informações, análises e orientações diretamente ao Chefe do Executivo.
Art. 54. São considerados órgãos de assessoramento direto e imediato:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Procuradoria-Geral;
II – Controladoria Geral;
Parágrafo único – A Procuradoria Geral e a Controladoria Geral do Município estão no mesmo nível hierárquico das Secretarias Municipais.
Art. 55. Os órgãos de atividade meio tem a função de assessoramento do Chefe do Poder Executivo, prestando apoio e suporte operacional para o bom funcionamento das operações e serviços públicos.
Art. 56. São considerados órgãos de assessoramento de atividade meio: **I** – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
12

Art. 57. Os órgãos de atividade fim têm função de assessoramento do Chefe do Poder Executivo, desempenhando atividades essenciais e finalísticas da Administração Pública Municipal.
Art. 58. São considerados órgãos de atividade fim:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; **IV** – Secretaria Municipal de Obras Públicas;
V – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; **VI** – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
VII- Secretaria Municipal de Esporte.
Art. 59. Ficam mantidos os Conselhos Municipais existentes, sendo estas entidades de natureza consultiva e deliberativa conforme estabelecido em regulamento próprio, com finalidade de definir as diretrizes, políticas e objetivos para as respectivas áreas de atuação.
Art. 60. A Estrutura Orgânica básica e complementar e a organização interna própria da Administração Direta é a constante do Anexo I desta Lei Complementar.
Parágrafo único. As competências da estrutura básica e complementar são as constantes do Anexo VI e VII.
Seção I
Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato
Subseção I
Do Gabinete do Prefeito
Art. 61 – Ao Gabinete do Prefeito compete:

I - assistir ao Chefe do Poder Executivo em suas relações político-administrativas com os outros Poderes, munícipes, órgãos e entidades públicas ou privadas e associações de classe; **II** - atender ou fazer atender as pessoas que procuram a administração municipal;
III - recepcionar os visitantes;
IV - programar solenidades, expedir convites e anotar todas as providências que se tornarem necessárias ao fiel cumprimento dos programas;
V - organizar conferências e debates;
VI - colaborar nas atividades de relações públicas do município;
VII - coordenar as atividades de defesa civil do município;
VIII - coordenar os compromissos oficiais do Prefeito;
13

IX - orientar as associações e entidades representativas da sociedade;
X - executar outras atribuições afins.
Parágrafo único – O gabinete é composto pelas seguintes unidades administrativas: **I** – A Chefia Gabinete, ocupada pelo Chefe de Gabinete, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
II – A Assessoria Especial de Gabinete, ocupada pelo Assessor Especial de Gabinete, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
Subseção II
Da Procuradoria-Geral
Art. 62. A Procuradoria-Geral, é órgão de representação judicial do Município e de assessoramento jurídico ao Poder Executivo e seus órgãos administrativos, que tem as seguintes competências:
I – prestar assessoria jurídica ao Chefe do Poder Executivo e aos demais órgãos deste poder; **II** – representar o Município judicialmente, por meio do Procurador-Geral e, quando designado, por Assessores Jurídicos ou advogados do Município;
III – redigir anteprojetos de lei, decretos e outros atos normativos;
IV – executar a cobrança judicial dos créditos municipais;
V – orientar a condução de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos, disciplinares e tributários;
VI – elaborar minutas de contratos, convênios e outros documentos administrativos; **VII** – elaborar parecer sobre vetos ou sanções relativos às proposições de lei;
VIII – coletar e organizar informações sobre jurisprudência, doutrina e a legislação federal, estadual e municipal;
IX – assegurar o registro e o arquivamento adequado dos atos normativos do governo municipal;
X – garantir o cumprimento das leis e atos normativos pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta.
XI - executar outras atribuições afins.
Parágrafo único – A Procuradoria Geral é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Procuradoria Geral, ocupada pelo Procurador-Geral, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VII.
14

II – A Assessoria Jurídica, hierarquicamente vinculada ao Procurador Geral, ocupada pelo Assessor Jurídico da Procuradoria, de recrutamento amplo, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
Subseção III
Da Controladoria Geral
Art. 63. A Controladoria Geral é órgão administrativo que tem a responsabilidade de supervisionar o controle interno da administração direta e indireta através do Controle Interno e do controle externo através da Ouvidoria.
Parágrafo único – A Controladoria Geral é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Controladoria Geral é ocupada pelo Controlador Interno, de recrutamento restrito, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VII.
II – A Ouvidoria, ocupada pelo Ouvidor, hierarquicamente subordinada ao Controlador Interno, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III- A Corregedoria, ocupada pelo Corregedor Municipal de recrutamento amplo, hierarquicamente subordinada ao Controlador Interno, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VII.
Art. 64. O Controle interno órgão integrante da Controladoria Geral do Município, tem como principais funções: fiscalizar os atos da gestão administrativa e financeira; avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de governo; verificar a conformidade dos processos licitatórios e contratos; promover a transparência na administração pública; auxiliar na prevenção e combate à corrupção. São competências principais do Controlador Interno: **I** – supervisionar os atos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais do Município; **II** – assegurar o controle interno da administração direta e indireta;
III – monitorar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual, no que se refere à eficiência da gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades municipais;
IV – fornecer apoio aos responsáveis pela elaboração de planos, orçamentos e programas financeiros, por meio de informações e avaliações;
V – revisar as prestações de contas e orientar os agentes da administração direta e indireta sobre a legalidade dos atos;
VI – verificar a conformidade de contratos, convênios, acordos ou ajustes e monitorar seu cumprimento;
15

VII – apresentar ao Chefe do Poder Executivo estudos e propostas de diretrizes, programas e ações voltadas para a racionalização da execução das despesas, aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a melhoria da arrecadação de receitas; **VIII** – auditar os processos licitatórios realizados pela administração municipal;
IX – acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como a aplicação dos recursos públicos, de qualquer forma;
X – criar as condições necessárias para garantir a eficácia do controle externo e a regularidade da receita e despesa pública;
XI – apurar irregularidades e reclamações relacionadas à administração, indicadas pela comunidade;
XII – realizar o controle das operações de crédito, garantias, avais e direitos do Município; **XIII** – revisar as fases de execução das despesas, verificando a regularidade das licitações e contratos em relação à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
XIV – examinar a execução da receita, operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
XV – verificar os créditos adicionais e as contas de "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
XVI – acompanhar e orientar, para posterior registro no Tribunal de Contas, os processos relacionados à admissão de pessoal em qualquer forma, na administração direta e indireta, incluindo as fundações mantidas ou criadas pelo Município, exceto nomeações para cargos comissionados e funções gratificadas;
XVII – emitir relatórios, pareceres, inspeções e outros pronunciamentos para identificar e corrigir possíveis irregularidades na administração municipal;
XVIII – comunicar ao Chefe do Poder Executivo, por escrito, sobre a ocorrência de desfalques, desvios de dinheiro, danos ao patrimônio público ou outras irregularidades que resultem em prejuízo ao erário, para a instauração imediata de processo administrativo com o objetivo de apurar os fatos e penalizar os responsáveis, sem prejuízo de outras sanções legais; **XIX** – organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, a programação bimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas sob sua supervisão, enviando os respectivos relatórios conforme a legislação do TCE;
XX – realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob sua supervisão, emitindo relatórios, certificados de auditoria e pareceres;
XXI – certificar, por meio do Relatório de Controle Interno do Executivo Municipal, sobre a regularidade das contas públicas e da gestão fiscal, conforme as normas do Tribunal de
16

Contas, como parte integrante da prestação de contas anual, apresentada ao TCE para a emissão do Parecer Prévio;

XXII – comunicar ao Chefe do Poder Executivo sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade observada, para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária;
XXIII – encaminhar ao Prefeito Municipal, a cada dois meses, um relatório geral de atividades realizadas;
XXIV – verificar a legalidade e a adequação orçamentária das despesas a serem ordenadas pelos Secretários Municipais;
XXV – desempenhar outras atividades correlatas.
Art. 65. A Ouvidoria do Município, parte da Controladoria Geral, integra o grupo de assessoramento, tem por finalidade assessorar, supervisionar e executar as atividades de atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelo cidadão.
São competências principais do Ouvidor:
I- receber e encaminhar questões formuladas pelo cidadão, relacionados à atuação do órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;
II- estabelecer meios de interação permanente do cidadão com o Poder Público;
III- cientificar às autoridades competentes das questões que lhe forem apresentadas ou que, de qualquer modo, chegarem ao seu conhecimento, requisitando informações e documentos; **IV-** examinar, propor e promover, em articulação com os órgãos competentes do Município, mecanismos de coleta de sugestões, reclamações, denúncias e outras formas de manifestação da sociedade;
V- identificar e interpretar o grau de satisfação dos cidadãos, mediante indicadores permanentes de avaliação;
VI- elaborar periodicamente relatórios das informações recebidas e dar providências tomadas; **VII-** propor adoção de medidas para as questões apresentadas e oferecer recomendações às autoridades competentes para a melhoria da atuação da Administração Pública;
VIII- articular ações que favoreçam a comunicação dos serviços de Ouvidoria com os diversos órgãos da Administração Pública;
IX- sugerir a adoção de medidas necessárias à prevenção e detecção de irregularidades na Administração Pública;
X- realizar inspeções e diligências, por provocação e detecção de irregularidades na Administração Pública;
17

XI- requisitar e responder, em prazo razoável a ser fixado por regulamento específico, documentos informações e manifestações de autoridades, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
XII- encaminhar ao Chefe do Executivo, o resultado de suas apurações, sugerindo medidas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais;
XIII- encaminhar ao Controlador Interno os casos afetos à sua respectiva competência. **Parágrafo único.** A Ouvidoria Municipal de São Gotardo atuará em conformidade com as regras previstas na Lei nº 2637 de 11 de Janeiro de 2023.
Art. 66. A Corregedoria, parte da Controladoria Geral, integra o grupo de assessoramento, atuará como órgão de fiscalização e disciplina, com o objetivo de assegurar a observância das normas legais e regulamentares, bem como o adequado cumprimento das atribuições institucionais pelos órgãos e servidores públicos municipais. Nesse sentido, terá as seguintes atribuições:
I - apurar denúncias, reclamações e representações relacionadas a irregularidades administrativas, ilícitos funcionais ou desvios de conduta praticados por agentes públicos; **II -** instaurar, conduzir ou acompanhar sindicâncias e processos administrativos disciplinares, garantindo a ampla defesa e o contraditório;
III - fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais e a observância dos princípios éticos e
legais pelos servidores e órgãos da administração pública municipal;
IV - recomendar a aplicação de penalidades administrativas, nos termos da legislação vigente, Quando constatadas infrações;

V - realizar inspeções e auditorias disciplinares nos órgãos e entidades da administração
pública, visando à prevenção e correção de irregularidades;
VI - orientar e capacitar os servidores públicos em temas relacionados à ética, disciplina e integridade na administração pública;
VII - acompanhar e avaliar a eficácia das medidas corretivas adotadas para sanar irregularidades identificadas; **VIII -** articular-se com órgãos de controle interno e externo, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, sempre que necessário para a apuração de fatos e responsabilização de agentes públicos; **IX -** zelar pela manutenção de elevados padrões de moralidade e eficiência no serviço público municipal, promovendo ações de melhoria contínua da gestão disciplinar;
X - emitir relatórios e pareceres sobre atividades correicionais, apresentando diagnósticos e recomendações para aprimorar a conduta e a governança administrativa.
18

Seção II
Órgãos de Atividade Meio
Subseção I
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Art. 67. A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo sobre a gestão administrativa, financeira e de planejamento sendo responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de administração interna e de apoio técnico-operacional da Prefeitura Municipal, com as seguintes competências principais:
I – gerenciar e executar a política de Recursos Humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, capacitação e desenvolvimento de servidores municipais;
II – administrar o plano de cargos, carreiras e salários, bem como organizar e coordenar concursos públicos e processos seletivos;
III – supervisionar o sistema de pagamento de pessoal da administração direta e indireta; **IV** – implementar políticas de segurança e saúde no trabalho voltadas aos servidores municipais;
V – manter atualizado o Cadastro de Servidores Públicos do Município;
VI – gerir os serviços gerais, incluindo comunicação interna, arquivo, protocolo, limpeza e manutenção dos prédios públicos municipais;
VII – expedir licenças, alvarás, atestados, habite-se e outros documentos administrativos similares;
VIII – realizar o processamento e controle dos dados econômicos e administrativos, fornecendo suporte técnico aos demais órgãos municipais;
IX – coordenar, supervisionar e acompanhar a celebração de convênios, acordos de cooperação, contratos de repasse e termos de fomento celebrados pelo Município;
X – monitorar a execução financeira e a prestação de contas de convênios e termos de fomento, garantindo a conformidade com a legislação aplicável;
XI – organizar e manter atualizado o cadastro de convênios firmados pelo Município, incluindo prazos, contrapartidas e responsáveis;
XII – elaborar relatórios técnicos sobre a execução de convênios e acordos de cooperação, subsidiando a tomada de decisões pelo Chefe do Poder Executivo;
XIII – prestar assessoria técnica aos órgãos municipais na elaboração de projetos e propostas para a captação de recursos externos;
19

XIV – promover a capacitação de servidores municipais envolvidos na gestão de convênios e termos de fomento;
XV – assessorar tecnicamente o Chefe do Poder Executivo e os demais órgãos da Administração em assuntos administrativos;
XVI – promover a constante modernização administrativa, visando à eficiência e eficácia dos serviços públicos municipais;
XVII – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins. **XVIII** – prestar assessoria técnica ao Chefe do Poder Executivo em questões tributárias, contábeis, financeiras e de gestão pública, promovendo a boa governança e transparência. **XIX** – administrar e atualizar o Cadastro de Contribuintes, fiscalizando tributos e aprimorando a arrecadação municipal.
XX – coordenar a execução financeira do Município, incluindo a gestão das dívidas públicas, garantindo a sustentabilidade fiscal.
XXI – supervisionar a administração e o uso eficiente dos bens patrimoniais municipais, incluindo imóveis e equipamentos públicos.
XXII – coordenar as atividades da Secretaria, assegurando o cumprimento das metas e a eficiência dos serviços.
XXIII – assessorar o Chefe do Executivo na definição e implementação de planos de governo para o desenvolvimento sustentável.

XXIV – supervisionar a elaboração e revisão do Plano Diretor, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida.
XXV – coordenar a elaboração do PPA, LDO e LOA, em parceria com outros órgãos municipais, atendendo às necessidades da população.
XXVI – administrar e avaliar a execução orçamentária, garantindo a utilização eficiente e transparente dos recursos públicos.
XXVII – manter um banco de dados econômicos e financeiros atualizado, para subsidiar o planejamento setorial e a tomada de decisões.
XXVIII – supervisionar o Sistema Contábil da Administração Municipal, garantindo a conformidade com as normas legais e contábeis.
XXIX– acompanhar a execução físico-financeira dos planos, projetos e orçamentos, promovendo ajustes quando necessário.
XXX – administrar o almoxarifado de materiais de consumo, garantindo a distribuição eficiente dos recursos materiais.
XXXI – fomentar a instalação de empresas, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.
20

XXXII – coordenar a execução de planos, programas e projetos para melhorar a infraestrutura e os serviços públicos municipais.
XXXIII – propor ações para otimizar a arrecadação municipal, revisando e atualizando os tributos a serem cobrados.
XXXIV – elaborar e atualizar a programação financeira, garantindo o equilíbrio entre receitas e despesas.
XXXV – processar e controlar a execução das despesas municipais, conforme a legislação vigente.
XXXVI – emitir pareceres e elaborar minutas de projetos de lei nas áreas tributária, contábil, financeira e administrativa.
XXXVII – organizar audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias, garantindo a participação popular e a transparência.
XXXVIII preparar a documentação necessária para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos ao Município.
XXXIX– cumprir e fazer cumprir o Código de Postura do Município, garantindo o bom convívio social.
XL – organizar e controlar o Cadastro Geral de Fornecedores e Prestadores de Serviços, garantindo transparência nas contratações públicas.
XLI– processar solicitações de processos licitatórios, assegurando a legalidade, publicidade e competitividade.
XLI – controlar e organizar o Setor de Patrimônio Público, garantindo a conservação e o uso adequado dos bens municipais.
XLIII – monitorar a execução orçamentária, ajustando as despesas conforme necessário e garantindo o cumprimento das metas fiscais.
XLIV – gerenciar fundos municipais, garantindo a aplicação correta e transparente dos recursos.
XLV- desenvolver e implementar a legislação tributária, fiscal e financeira, visando a arrecadação eficiente e legal.
XLVI – realizar a fiscalização, lançamento e arrecadação dos tributos municipais, melhorando a eficiência do sistema tributário.
XLVII – gerenciar a guarda e movimentação de valores financeiros, conforme a legislação vigente.
XLVIII – processar os desembolsos financeiros do Município, respeitando a legislação e os princípios orçamentários.
21

XLIX – elaborar balancetes, apuração de resultados e balanços anuais, prestando contas de forma transparente.
L – realizar os registros e controles contábeis conforme as normas legais.
LI – organizar e realizar compras de bens e serviços, garantindo eficiência e conformidade com os processos licitatórios.
LII – acompanhar o equilíbrio entre receitas e despesas, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.
LIII – planejar, gerenciar e acompanhar as dotações orçamentárias atribuídas à Secretaria. **LIV** – controlar o endividamento municipal, buscando alternativas para reduzir as dívidas e equilibrar as finanças.
LV – coordenar outras atividades necessárias para o bom funcionamento da administração pública e o cumprimento das políticas públicas municipais.
LVI - ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins.
Parágrafo único – A Secretaria de Planejamento e Gestão é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ocupada pelo Secretário Municipal de Gestão e Planejamento, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.
II- A Assessoria Especial de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ocupada pelo Assessor Especial de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III – A Coordenação do Setor Tributário, hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação, ocupado pelo Coordenador de do Setor Tributário cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- A Divisão de Cadastro e Fiscalização, hierarquicamente subordinado ao Coordenador de Arrecadação e Tributos, ocupado pelo Chefe de Divisão de Cadastro e Fiscalização cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
V- O Departamento de Habitação, hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação, ocupado pelo Diretor de Habitação cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
22

VI- A Divisão de Cadastro Habitacional, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Habitação, ocupado pelo Chefe de Divisão de Cadastro Habitacional cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VII- A Divisão de Patrimônio Municipal, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação ocupado pelo Chefe de Divisão de Patrimônio cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VIII- A Coordenação de Tecnologia da Informação, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação, ocupado pelo Coordenador de Tecnologia da Informação cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IX- A Divisão de Equipamentos e Suporte, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Tecnologia da Informação, ocupada pelo Chefe de Divisão de Equipamentos e Suporte cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
X- A Coordenação de Fiscalização de Posturas, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Tributos, Fiscalização, Habitação e Tecnologia da Informação ocupado pelo Coordenador de Fiscalização Posturas cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XI- A Assessoria Especial de Administração, hierarquicamente subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ocupada pelo Assessor Especial de Administração cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XII- A Coordenação de Recursos Humanos, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Recursos Humanos cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIII- A Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Recursos Humanos, ocupada pelo Chefe de Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIV- A Divisão de Gestão de Pessoas, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Recursos Humanos, ocupada pelo Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XV- A Coordenação de Frotas hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Frotas cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
23

XVI- A Divisão de Gestão de Veículos, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Frotas, ocupada pelo Chefe de Divisão de Gestão de Veículos cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XVII- A Coordenação de Convênios hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Convênios cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XVIII- A Coordenação de Desenvolvimento Econômico hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Desenvolvimento Econômico cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIX- A Divisão de Desenvolvimento hierarquicamente subordinada à Coordenação de Desenvolvimento Econômico, ocupada pelo Chefe de Divisão de Desenvolvimento cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XX- A Coordenação de Compras hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Compras cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXI- A Coordenação de Licitações hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial de Administração, ocupada pelo Coordenador de Licitações cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXII- A Divisão de Processos Licitatórios hierarquicamente subordinada à Coordenação de Licitações, ocupada pelo Chefe de Divisão de Processos Licitatórios cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXIII- O Agente de Contratações, hierarquicamente, subordinado Assessoria Especial de Administração, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VI, nos regulamentos e leis de Regulamentação da Lei Federal 14.133 no Município de São Gotardo.
XXIV- A Assessoria Especial Contábil, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ocupada pelo Assessor Especial Contábil cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXV- A Coordenação de Tesouraria, hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial Contábil, ocupada pelo Coordenador de Tesouraria cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXVI- A Divisão de Pagamentos, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Tesouraria, ocupada pelo Chefe de Divisão de Pagamentos cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
24

XXVII- A Coordenação de Contabilidade, hierarquicamente subordinado à Assessoria Especial Contábil, ocupada pelo Coordenador de Contabilidade cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXVIII- A Divisão de Empenhos, hierarquicamente subordinada à Coordenação de Contabilidade, ocupada pelo Chefe de Divisão de Empenhos cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Seção III
Órgãos de Atividade Fim
Subseção I
Secretaria Municipal De Saúde

Art. 68 – A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento, execução, controle e avaliação das atividades de saúde pública no Município, com as seguintes competências principais: **I** – elaborar e propor ao Chefe do Poder Executivo, em colaboração com as demais Secretarias, a política municipal de saúde pública, sendo responsável por sua execução; **II** – formular, implementar e avaliar as políticas públicas de saúde no Município;
III – organizar e gerenciar o Fundo Municipal de Saúde;
IV – coordenar, orientar e implementar a estrutura do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo sua integração com instituições públicas e conveniadas;
V – supervisionar e executar os serviços de saúde no Município;
VI – estabelecer o Plano Municipal de Saúde;
VII – promover a fiscalização sanitária;
VIII – elaborar, implementar e coordenar projetos de divulgação relacionados à área de saúde; **IX** – estabelecer articulação com órgãos e entidades de saúde, públicas e privadas, que atuam no Município, visando à integração do sistema de saúde;
X – capacitar os profissionais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
XI – emitir parecer sobre a concessão de subvenção a entidades de saúde, fiscalizando a aplicação dos recursos e controlando as respectivas prestações de contas;
XII – orientar e controlar a execução das atividades administrativas e logísticas da Secretaria; **XIII** – firmar convênios com órgãos estaduais e federais para cooperação técnica, financeira e administrativa;
XIV – organizar a Conferência Municipal de Saúde;
XV – prestar assistência ambulatorial médico-hospitalar;
XVI – prestar serviço médico da família, em parceria com outras esferas de governo; **25**

XVII – promover condições para assistência odontológica de necessidades básicas; **XVIII-**promover condições para o controle epidemiológico e de doenças infectocontagiosas; **XIXX** – Promover e aderir às campanhas de vacinação conforme calendário do Ministério da Saúde;
XX – manter controle da população com vacinação em suas campanhas;
XXI – zelar pelo bom funcionamento e conservação dos veículos necessários para a execução dos seus serviços de sua responsabilidade;
XXII – capacitar os profissionais da saúde, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e estimular entre as equipes ações de educação permanente;
XXIII – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins, em conformidade com a LOA, LDO, PMS, PAS e Plano de Governo. Além de, promover condições para prestação de contas em conformidade com os sistemas operacionais do governo.
Parágrafo único – A Secretaria de Municipal de Saúde é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria de Municipal de Saúde, ocupada pelo Secretário Municipal de Saúde, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.
II – A Assessoria Especial Urgência e Emergência, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupado pelo Assessor Especial em Saúde, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III- A Assessoria Especial Hospitalar, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupado pelo Assessor Especial Hospitalar, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- A Direção do Serviço de Saúde e Responsabilidade Técnica em Enfermagem, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial Hospitalar, ocupada pelo Diretor de Serviço de Saúde e Responsabilidade Técnica em Enfermagem cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
V- A Coordenação do Serviço de Nutrição e Responsabilidade Técnica, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial Hospitalar, ocupada pelo Coordenador do Serviço de Nutrição e Responsabilidade Técnica, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VI- A Direção do Laboratório de Análises, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial Hospitalar, ocupada pelo Diretor do Laboratório de Análises, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
26

VII- A Assessoria Especial de Atenção à Saúde, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupado pelo Assessor Especial de Atenção à Saúde, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VIII- A Coordenação do Serviço de E-Multi, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial de Atenção à Saúde, ocupada pelo Coordenador de Serviço de E-Multi cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IX- A Coordenação de Saúde Bucal, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial de Atenção à Saúde, ocupada pelo Coordenador de

Saúde Bucal cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
X- A Coordenação do Ambulatório de Fisioterapia, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial de Atenção à Saúde, ocupada pelo Coordenador do Ambulatório de Fisioterapia cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XI- A Divisão de Suporte Operacional, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial de Atenção à Saúde, ocupada pelo Chefe de Divisão de Suporte Operacional cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XII- A Direção Administrativa, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor Administrativo cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIII- A Direção do Ambulatório de Especialidades Médicas, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor do Ambulatório de Especialidades Médicas cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIV- A Direção do CAPS, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor do CAPS cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XV- A Direção da Vigilância em Saúde, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor de Vigilância em Saúde cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XVI- A Coordenação da Vigilância Sanitária, hierarquicamente subordinada ao Diretor de Vigilância em Saúde, ocupada pelo Coordenador de Vigilância Sanitária cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XVII- A Direção da Farmácia Verde, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor da Farmácia Verde cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
27

XVIII- A Direção de Assistência Farmacêutica, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor de Assistência Farmacêutica cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIX- A Divisão de Almoxarifado da Saúde, hierarquicamente subordinada ao Diretor de Assistência Farmacêutica, ocupada pelo Chefe de Divisão de Almoxarifado da Saúde cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XX- A Direção de Regulação em Saúde, hierarquicamente subordinada ao Secretário Municipal de Saúde, ocupada pelo Diretor de Regulação em Saúde cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXI- A Coordenação Tratamento Fora do Domicílio, hierarquicamente subordinada ao Diretor de Regulação em Saúde, ocupada pelo Coordenador de Tratamento Fora do Domicílio cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXII- A Coordenação de Transporte, hierarquicamente subordinada ao Diretor de Regulação em Saúde, ocupada pelo Coordenador de Transporte cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XXIII- A Divisão de Ajuda de Custo e Faturamento em Saúde, hierarquicamente subordinada ao Coordenador de Transporte, ocupada pelo Chefe de Divisão Ajuda de Custo e Faturamento em Saúde cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Subseção II
Secretaria Municipal de Educação

Art. 69 – A Secretaria Municipal de Educação é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à educação no Município, com as seguintes competências:
I – assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relacionados à Educação;
II – formular, implementar e avaliar as políticas públicas voltadas para a Educação no Município;
III – elaborar e propor, em parceria com outras Secretarias Municipais, planos, programas e projetos relacionados à educação, além de ser responsável pela execução, controle e avaliação desses projetos;
IV – estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e campanhas educacionais;
V – ministrar e desenvolver a educação infantil e o ensino fundamental no Município; **VI** – administrar os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município;
28

VII – orientar e apoiar os Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação;
VIII – estruturar e atualizar o Estatuto do Magistério;
IX – promover eventos de caráter didático-pedagógico;
X – incentivar a pesquisa de novos métodos e técnicas de ensino;
XI – firmar convênios e parcerias com o Estado, União, instituições de ensino, e entidades públicas e privadas para cooperação científica, técnica, financeira e administrativa;
XII – manter atualizado o cadastro funcional dos servidores da Secretaria e dos alunos da rede municipal de ensino, para fins estatísticos, levantamento de vagas e demandas; **XIII** – promover cursos, reuniões, treinamentos, debates, encontros, seminários e congressos sobre educação;
XIV – promover experiências pedagógicas que diminuam o índice de evasão escolar e incentivem a retenção de alunos;
XV – promover e executar a gestão democrática no ensino fundamental e na educação infantil do Município;
XVI – garantir, conforme necessidade e possibilidade, o transporte coletivo de alunos da zona rural;
XVII – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins. **Parágrafo único** – A Secretaria de Municipal de Educação é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria Municipal de Educação, ocupada pelo Secretário Municipal de Municipal de Educação, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VII.
II- A Diretoria Escolar Nível I, ocupado exclusivamente por Pedagogo do quadro de servidores efetivos, que assumirá a função de Diretor Escolar I, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas na Lei Complementar nº 92/2009.
III- A Diretoria Escolar Nível II, ocupado exclusivamente por Pedagogo do quadro de servidores efetivos, que assumirá a função de Diretor Escolar II, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas na Lei Complementar nº 92/2009.
IV- A Diretoria Escolar Nível III, ocupado exclusivamente por Pedagogo do quadro de servidores efetivos, que assumirá a função de Diretor Escolar III, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas na Lei Complementar nº 92/2009.
29

V- A Vice-diretoria Escolar, ocupado exclusivamente por Pedagogo do quadro de servidores efetivos, que assumirá a função de Vice Diretor Escolar, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas na Lei Complementar nº 92/2009.
VI – A Diretoria Pedagógica de 1º ao 3º anos, ocupado exclusivamente por Pedagogo que assumirá a função de Diretor Pedagógico do 1º ao 3º anos, com experiência em turmas desse ciclo, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VII- A Diretoria Pedagógica de 4º e 5º anos, ocupado exclusivamente por Pedagogo que assumirá a função de Diretor Pedagógico do 4º ao 5º anos, com experiência em turmas desse ciclo, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VIII- A Diretoria Pedagógica de Educação Infantil e Creche, ocupado exclusivamente por Pedagogo que assumirá a função de Diretor Pedagógico de Educação Infantil e Creche, com experiência em turmas desse ciclo, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IX- A Coordenação dos CMEIs, ocupado exclusivamente por Pedagogo que assumirá a função de Coordenador dos CMEIs, hierarquicamente subordinado a Diretoria Pedagógica de Educação

Infantil e Creche, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
X- A Diretoria de Inclusão, ocupada pelo Diretor de Inclusão, hierarquicamente subordinado ao Departamento Pedagógico, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XI – O Departamento Administrativo da Educação, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Municipal de Educação, ocupado pelo Assessor Especial Administrativo da Educação, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XII- A Coordenação de Transporte Escolar, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial Administrativo da Educação, ocupada pelo Coordenador de Transporte Escolar cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXOVII.
XIII- A Coordenação de Nutrição Escolar, hierarquicamente subordinada ao Assessor Especial Administrativo da Educação, ocupada pelo Coordenador de Nutrição Escolar cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XIV- A Diretoria de Projetos, Programas, Conselhos e Convênios da Educação, ocupada pelo Diretor de Projetos, Programas, Conselhos e Convênios da Educação, hierarquicamente
30

subordinado ao Assessoria Especial Administrativa da Educação, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Subseção III

Secretaria Municipal de Esporte

Art. 70. A Secretaria Municipal de Esporte é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução das atividades relacionadas ao esporte e ao lazer no Município, com as seguintes competências:
I – assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relacionados ao esporte e lazer; **II** – formular, executar e avaliar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município;
III – elaborar e propor, em conjunto com os órgãos competentes, planos, programas e projetos relacionados ao esporte e ao lazer, garantindo sua execução, controle e avaliação;
IV – articular-se com entidades públicas e privadas para obter cooperação técnica, financeira e administrativa, visando ao desenvolvimento de ações e programas esportivos e de lazer; **V** – promover a prática esportiva, tanto amadora quanto profissional, e incentivar hábitos saudáveis de lazer para todas as faixas etárias;
VI – administrar e manter as áreas de lazer e os espaços esportivos de propriedade do Município;
VII – organizar, apoiar e realizar eventos esportivos e recreativos, promovendo a integração social e o bem-estar da população;
VIII – assegurar a manutenção e a adequação dos espaços físicos destinados às atividades esportivas e de lazer;
IX – incentivar a prática de esportes em escolas e comunidades, em articulação com outros órgãos municipais;
X – estimular a formação e o desenvolvimento de talentos esportivos no Município;
XI – celebrar parcerias e convênios com órgãos públicos e privados para o fomento de projetos e iniciativas esportivas e de lazer;
XII – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins.
Parágrafo único – A Secretaria de Municipal de Esporte é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria de Municipal de Esporte, ocupada pelo Secretário Municipal de Esporte, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.
31

II – O Departamento Administrativo de Esporte, hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Esporte, ocupado pelo Coordenador Administrativo de Esporte, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III- O Departamento Operacional de Esporte, hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Esporte, ocupado pelo Coordenador Operacional de Esporte, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- O Departamento de Projetos e Eventos Esportivos, hierarquicamente subordinado a Secretaria Municipal de Esporte, ocupado pelo Coordenador de Projetos e Eventos Esportivos cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Subseção IV

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Art. 71. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à cultura e ao turismo no Município, com as seguintes competências:
I – assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos pertinentes à cultura e ao turismo; **II** – formular, executar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção e ao desenvolvimento cultural e turístico do Município;
III – elaborar e propor, em articulação com outros órgãos municipais, planos, programas e projetos relacionados à cultura e ao turismo, responsabilizando-se por sua execução, controle e avaliação;
IV – promover e difundir manifestações culturais, artísticas e populares, estimulando sua preservação e valorização;
V – administrar e ampliar o acervo da Biblioteca Municipal, mantendo-o atualizado e acessível à comunidade;
VI – preservar, conservar e promover o patrimônio histórico e cultural do Município;
VII – estimular a realização de eventos culturais e turísticos que valorizem as raízes e tradições locais;
VIII – fomentar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de ações culturais e turísticas;
IX – assegurar a gestão de espaços culturais e turísticos do Município, promovendo seu uso pela comunidade;
X – organizar e apoiar eventos que fortaleçam o turismo local, destacando o potencial histórico, cultural e ambiental da região;
XI – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins.
32

Parágrafo único – A Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo, ocupada pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.
II – O Departamento de Cultura e Turismo, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ocupado pelo Coordenador de Cultura e Turismo, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III- A Divisão de Eventos Culturais, hierarquicamente subordinado à Coordenação Municipal de Cultura e Turismo, ocupada pelo Chefe de Divisão de Eventos Culturais, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- A Divisão de Patrimônio Cultural, hierarquicamente subordinado à Coordenação Municipal de Cultura e Turismo, ocupada pelo Chefe de Divisão de Patrimônio Cultural, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- A Divisão de Turismo, hierarquicamente subordinado à Coordenação Municipal de Cultura e Turismo, ocupada pelo Chefe de Divisão de Turismo, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
V- A Supervisão do CIARTE, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ocupada pelo Supervisor do CIARTE, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Subseção V

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 72. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à agricultura, à pecuária e ao meio no Município, com as seguintes competências:
I – desenvolver e implementar planos e projetos que visem à ampliação das atividades agropecuárias no Município;
II – oferecer suporte às pequenas unidades de produção agropecuária, facilitando o acesso a recursos financeiros;
III – estabelecer parcerias com órgãos e entidades em nível federal, estadual e outras instituições para captar recursos destinados a projetos que promovam o desenvolvimento agrícola e pecuário;
IV – supervisionar e coordenar as atividades da Feira dos Produtores Rurais do Município;
33

V – planejar, promover e executar ações voltadas ao setor agropecuário e ambiental, respeitando as características locais;
VI – incentivar a diversificação da produção agropecuária com práticas de manejo sustentável e conservação do solo;
VII – implementar iniciativas para a recuperação de matas ciliares, rios e nascentes degradados;
VIII – divulgar as potencialidades agrícolas e pecuárias do Município, promovendo seu desenvolvimento;
IX – apoiar a modernização tecnológica no setor agropecuário;
X – criar e consolidar sistemas de ciência e tecnologia voltados ao agronegócio local; **XI** – desenvolver programas que promovam a fixação de trabalhadores no campo;
XII – organizar cursos e capacitações para famílias rurais, visando o aprimoramento de suas atividades;
XIII – estimular a organização de cooperativas no Município;
XIV – garantir o cumprimento da legislação ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais;
XV – firmar parcerias com entidades públicas e privadas para viabilizar ações de preservação ambiental;
XVI – desenvolver programas que incentivem o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais;
XVII – elaborar laudos de impacto ambiental para avaliar projetos de obras públicas e privadas no Município;
XVIII – manter um registro atualizado das bacias hídricas do Município, incluindo seu estado de preservação;
XIX – executar as atribuições delegadas pelo Estado relativas ao licenciamento e à fiscalização ambiental;
XX – ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins. **Parágrafo único** – A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupada pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.
II – O Departamento Administrativo de Agricultura e Meio Ambiente, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupado pelo Diretor
34

Administrativo de Agricultura e Meio Ambiente, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III – A Coordenação de Agricultura, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, ocupada pelo Coordenador de Agricultura, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV – A Coordenação de Meio Ambiente, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, ocupada pelo Coordenador de Meio Ambiente, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

Subseção VI
Secretaria Municipal de Obras Públicas

Art. 73. A Secretaria Municipal de Obras Públicas é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução das atividades relacionadas às obras, à serviços urbanos e ao transporte, com as seguintes competências: **I** – planejar, executar e supervisionar obras públicas e a manutenção de prédios municipais, assegurando sua adequação às diretrizes do planejamento urbano;
II – desenvolver, aprovar e fiscalizar projetos de obras públicas e privadas, bem como acompanhar sua execução;
III – coordenar e garantir a manutenção de vias públicas, estradas rurais e rodovias municipais em articulação com outros órgãos;
IV – administrar e fiscalizar serviços de limpeza urbana, coleta e destinação final de resíduos sólidos, além da manutenção de praças, jardins e áreas verdes;
V – supervisionar a administração e manutenção dos cemitérios municipais e serviços funerários;
VI – organizar e fiscalizar feiras, mercados públicos e o Terminal Rodoviário;
VII – gerenciar a frota de veículos, máquinas e equipamentos municipais, incluindo o controle de abastecimento, manutenção e utilização;
VIII – elaborar, implementar e fiscalizar políticas de trânsito, tráfego urbano e transporte público, incluindo sinalização, áreas de estacionamento e melhorias para a mobilidade urbana;
IX – regularizar e fiscalizar a ocupação do solo urbano, incluindo a análise e aprovação de projetos de edificações e a aplicação da legislação urbanística;
X – administrar e manter atualizado o sistema cartográfico e o cadastro imobiliário do Município;
35

XI – fiscalizar e zelar pela conservação de placas de sinalização, iluminação pública e infraestrutura urbana;
XII – promover a arborização e execução de serviços de jardinagem em espaços públicos; **XIII** – monitorar e controlar o Fundo Municipal de Habitação e outras dotações orçamentárias atribuídas à Secretaria;
XIV – colaborar com outras Secretarias no transporte escolar e de usuários de serviços de saúde;
XV – supervisionar e gerenciar o Departamento de Água e Esgoto do Município, assegurando a prestação adequada dos serviços de saneamento;
XVI – controlar a publicidade e propaganda em espaços públicos e a numeração de logradouros e edificações;
XVII – planejar e executar programas para aprimoramento do trânsito e organização de estacionamentos rotativos;
XVIII – garantir a fiscalização e conservação de estradas vicinais e rodovias municipais; **XIX** – executar e monitorar o orçamento e os recursos financeiros destinados à Secretaria; **XX** – Ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins. **Parágrafo único** – A Secretaria de Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – A Secretaria de Municipal de Obras Públicas, ocupada pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VII.
II – A Assessoria Especial em Obras, hierarquicamente subordinada Secretaria Municipal de Obras Públicas, ocupado pelo Assessor Especial de Obras, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
III– A Direção Administrativa de Obras, hierarquicamente subordinada ao Assessor de Obras Públicas, ocupada pelo Diretor Administrativo de Obras, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IV- A Coordenação de Contratos e Convênios, hierarquicamente subordinada ao Diretor Administrativo de Obras, ocupada pelo Coordenador de Contratos e Convênios, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
V- A Coordenação de Fiscalização de Obras, hierarquicamente subordinada ao Diretor Administrativo de Obras, ocupada pelo Coordenador de Fiscalização de Obras, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII
36

VI- A Coordenação de Obras, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Obras, ocupado pelo Coordenador de Obras, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VII- A Coordenação de Projetos, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Obras, ocupado pelo Coordenador de Projetos, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
VIII- A Coordenação de Limpeza Urbana, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Obras, ocupado pelo Coordenador de Limpeza Urbana, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
IX- A Coordenação de Vias Urbanas, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Obras, ocupado pelo Coordenador de Vias Urbanas, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
X- A Divisão de Gestão do Cemitério Municipal, hierarquicamente subordinada à Assessoria Especial de Obras, ocupado pelo Chefe de Divisão de Gestão do Cemitério, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
XI – A Direção de Maquinário e Manutenção, hierarquicamente subordinada ao Assessor de Obras Públicas, ocupada pelo Diretor de Maquinário e Manutenção, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.
.**Subseção VII**

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 74. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é o órgão responsável pelo assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e pelo planejamento e execução e gestão de políticas públicas voltadas à assistência social, desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, com as seguintes competências:

I – planejar, executar e avaliar a política pública de assistência social, promovendo a inclusão, igualdade de direitos e a proteção social no âmbito municipal;

II – implementar, supervisionar e monitorar os programas e serviços de assistência social em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

III – organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social, garantindo triagem, cadastramento e acompanhamento atualizado da população em situação de vulnerabilidade ou risco social;

IV – articular-se com órgãos públicos e entidades privadas para promover ações de inclusão social e fortalecimento da cidadania;

37

V – desenvolver políticas de qualificação continuada para profissionais da rede de assistência social;

VI – gerir e apoiar os Conselhos Municipais vinculados à área social;

VII – formular e implementar programas de habitação de interesse social em parceria com entidades públicas e privadas;

VIII – elaborar e implementar políticas para o desenvolvimento econômico, estimulando investimentos e a geração de oportunidades de trabalho e renda no Município;

IX – fomentar e apoiar as pequenas e médias empresas, promovendo iniciativas que impulsionem o comércio, a indústria e os serviços locais;

X – promover ações de qualificação profissional, em parceria com instituições especializadas, para a melhoria contínua da mão-de-obra local;

XI – articular e facilitar parcerias público-privadas voltadas ao desenvolvimento econômico e à melhoria da infraestrutura do Município;

XII – promover, coordenar e administrar política pública de cadastramento de trabalhadores e empresas, e facilitando a intermediação de mão-de-obra;

XIII – apoiar eventos e ações que fomentem a economia local e atraiam investimentos; **XIV** – realizar estudos e diagnósticos econômicos para subsidiar a definição de diretrizes de desenvolvimento econômico;

XV – promover iniciativas que minimizem o desemprego e aumentem a circulação de renda no Município;

XVI – planejar, gerenciar e organizar as dotações orçamentárias atribuídas à Secretaria, em todas as suas fases, garantindo eficiência na aplicação dos recursos públicos;

XVII – manter sistemas de gestão organizados e informatizados para o controle de ações e programas executados pela Secretaria;

XVIII – promover a integração entre as ações de desenvolvimento social e econômico, articulando políticas que garantam o bem-estar da população e o crescimento sustentável do Município;

XIX – exercer outras atividades correlatas conforme demanda do Chefe do Poder Executivo e necessidade da comunidade.

XX- ordenar despesas de sua respectiva pasta e executar outras atribuições afins.

Parágrafo único – A Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social é composta pelas seguintes unidades administrativas:

I – A Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social, ocupada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, de recrutamento amplo, cuja função política e atribuições são descritas no ANEXO VI.

38

II – O Departamento de Administrativo de Desenvolvimento Social e Gestão de Conselhos, hierarquicamente subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ocupado pelo Diretor de Desenvolvimento Social e Gestão de Conselhos, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

III – A Coordenação do CREAS, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Desenvolvimento Social, ocupada pelo Coordenador do CREAS, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

IV- Assistente Jurídico do CREAS, hierarquicamente subordinado a Coordenação do CREAS, ocupada pelo Assistente Jurídico do CREAS, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

V- A Coordenação do CRAS, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Desenvolvimento Social, ocupada pelo Coordenador do CRAS, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

VI- A Divisão de Castro Único e Bolsa Família, hierarquicamente subordinado a Coordenação do CRAS, ocupada pelo Chefe de Divisão de Castro Único e Bolsa Família, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

VII- A Coordenação do Residência Inclusiva, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Desenvolvimento Social, ocupada pelo Coordenador do Residência Inclusiva, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

VIII- A Coordenação de Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar, hierarquicamente subordinada ao Departamento de Desenvolvimento Social, ocupada pelo Coordenador do Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar, cuja função comissionada e atribuições são descritas no ANEXO VII.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 75 – Ficam criados os cargos de agente político e cargos comissionados, bem como ficam criadas as funções gratificadas, para atender à nova estruturação, conforme abaixo especificado:

I – Anexo I – Organograma da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de São Gotardo;

II – Anexo II – Dos cargos e vagas dos agentes políticos de recrutamento amplo;

III – Anexo III – Dos cargos e vagas de provimento em comissão de recrutamento amplo; **IV** – Anexo IV – Dos cargos e vagas de provimento em comissão de recrutamento restrito; **V** – Anexo V – Das funções gratificadas;

39

VI – ANEXO VI – Descrição e atribuições dos Cargos de Agentes Políticos.

VII – ANEXO VII - Descrição e atribuições dos Cargos em comissão.

VIII- Impacto Orçamentário

§1º. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos referidos neste artigo é de dedicação integral, devendo cumprir a jornada máxima e podendo ser convocado sempre que o serviço exigir sem caracterizar jornada extraordinária.

§2º. As atividades dos servidores poderão ser executadas de forma remota, sob a denominação de teletrabalho, em casos de necessidade, adaptação de carga horária, crise sanitária e demais casos, sendo a prestação das atividades de forma remota será autorizada por Portaria do Chefe do Executivo e as regras de jornada, produtividade, relatório de atividades e controle de sistemas serão estabelecidos complementarmente por portaria regulamentadora.

§3º. Caberá a cada Secretaria Municipal a fiscalização e convocação para o cumprimento da jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos referidos neste artigo.

§4º. Os subsídios dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa do Legislativo Municipal, conforme disposto no inciso V do artigo 29 da Constituição Federal de 1988.

Art. 76. Fica mantida a atual sistemática de cargos de carreira, com seus respectivos códigos, níveis de vencimentos, lotação e especificação de classe.

Art. 77. No âmbito da Administração Pública do Município de São Gotardo fica delegada a competência de ordenador de despesas aos Secretários Municipais e ao Procurador Geral do Município.

Art. 78. As despesas criadas por esta Lei não afetarão as metas de resultados fiscais previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo a estimativa de impacto financeiro orçamentário e financeiro integrante desta Lei, conforme anexo VIII.

Art. 79. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos para 01 de fevereiro de 2025.

Art. 80. Revogam-se todas as disposições em contrário e legislações anteriores, especificamente a Lei Complementar nº 214 de 24 de Julho de 2021.

São Gotardo, 31 de março de 2025.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Os Anexos referentes ao quadro de cargos e ao fluxograma da estrutura administrativa do Município encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Município de São Gotardo/MG.

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:5C3FA54D

SETOR DE CONVÊNIOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
PREMIAÇÃO CULTURAL V FESTIVAL DE MÚSICA DE SÃO GOTARDO

O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção e premiação de artistas e grupos musicais participantes do V FESTIVAL DE MÚSICA DE SÃO GOTARDO, com fundamento na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, e na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB), nas condições e nos prazos adiante estabelecidos.
O Festival tem por finalidade fortalecer a cadeia produtiva da música no Município, valorizar o trabalho de artistas locais e regionais, estimular a criação musical e ampliar o acesso da população a apresentações artísticas ao vivo.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de artistas e grupos musicais para apresentação pública no V Festival de Música de São Gotardo e a consequente premiação dos classificados em primeiro lugar de cada categoria competitiva, mediante pagamento em dinheiro, por meio de termo de premiação cultural.
1.2. O Festival será realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2026, no Parque dos Ipês, no Município de São Gotardo/MG.
1.3. A premiação consiste exclusivamente em recurso financeiro, pago diretamente ao premiado, sem qualquer contrapartida, encargo ou obrigação futura.
1.4. Não integram a premiação a gravação de fonogramas, a produção de material audiovisual, o transporte, a hospedagem, a alimentação ou quaisquer bens e serviços.

2. DAS NORMAS DE REGÊNCIA

2.1. Este Edital rege-se pelos arts. 215, 216 e 216-A da Constituição Federal; pela Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (marco regulatório do fomento à cultura); pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e pelo Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 (PNAB); pelos atos normativos do Ministério da Cultura aplicáveis à PNAB; e, no que couber, pela Lei Orgânica do Município de São Gotardo.
2.2. A contratação de estrutura, sonorização, iluminação, banda de acompanhamento, jurados, troféus, medalhas e demais bens e serviços necessários à realização do evento, bem como o

recolhimento de direitos autorais de execução pública, quando devido, são providências da organização, observam regime jurídico próprio e não integram o objeto deste Edital.
2.3. Nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 14.903/2024, não se aplica a este Edital a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes deste Edital correm à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha nº 286 – Premiações – Fonte 1.719.000 (Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura) – Elemento de despesa: 3.3.90.31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
3.2. O valor global destinado à premiação é de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

4. DAS CATEGORIAS E DA PREMIAÇÃO

4.1. O V Festival de Música de São Gotardo contará com as seguintes categorias competitivas:

I – Solo: 1 (um) intérprete vocal, que poderá utilizar a banda de acompanhamento fornecida pela organização ou tocar o próprio instrumento;
II – Dupla: 2 (dois) intérpretes vocais, que poderão utilizar a banda de acompanhamento fornecida pela organização ou tocar os próprios instrumentos;
III – Instrumental: de 1 (um) a 6 (seis) músicos, sem interpretação vocal;

IV – Banda: grupo com interpretação vocal, de 3 (três) a 6 (seis) integrantes, que execute os próprios instrumentos.
4.2. O Festival contará, ainda, com a Mostra Infantil, de caráter não competitivo, destinada a crianças com idade inferior a 12 (doze) anos na data de realização do Festival, que receberão medalha de participação.
4.3. Será premiado o primeiro colocado de cada categoria competitiva, nos seguintes valores:

a) Solo: R$ 1.000,00;

b) Dupla: R$ 2.000,00;

c) Instrumental: R$ 4.000,00;

d) Banda: R$ 4.000,00.

4.4. Cada prêmio será pago em parcela única.

4.5. Nas categorias Dupla, Instrumental e Banda, o prêmio será pago integralmente ao representante indicado na declaração de representação assinada por todos os integrantes

(Anexo III), a quem caberá a divisão do valor entre eles, sem qualquer responsabilidade do Município quanto ao rateio.

5. DE QUEM PODE PARTICIPAR

5.1. Poderão se inscrever pessoas físicas e grupos musicais, com ou sem constituição jurídica, residentes ou atuantes em São Gotardo.
5.2. Grupos sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica participarão por meio de representante maior de 18 (dezoito) anos, indicado em declaração assinada por todos os integrantes (Anexo III).
5.3. As categorias competitivas são destinadas a participantes com 12 (doze) anos ou mais na data de realização do Festival. O participante menor de 18 (dezoito) anos, inclusive na Mostra Infantil, será inscrito e representado por seu responsável legal, que assinará a ficha de inscrição, as declarações e, se for o caso, o termo de premiação.
5.4. Não é exigida inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, comprovação de experiência anterior, apresentação de projeto ou cópia de documentos pessoais no ato da inscrição. Os documentos de habilitação serão solicitados somente aos premiados, na forma do item 15.

6. DE QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

6.1. É vedada a participação:

I – de servidores e agentes públicos lotados na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como de seus cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau;
II – de pessoas que tenham atuado na elaboração da minuta deste Edital, na Comissão de Seleção, na Comissão Julgadora ou no julgamento de recursos, bem como de seus cônjuges, companheiros e

parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, nos termos do art. 10, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.903/2024.
6.2. Cada pessoa poderá integrar, no máximo, 2 (duas) inscrições, em categorias distintas.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições são gratuitas e estarão abertas das 8h do dia 13 de outubro de 2026 às 17h do dia 19 de outubro de 2026.
7.2. A inscrição será realizada por meio do formulário eletrônico disponível em https://forms.gle/QPkVuUM7mQjrE2ew9 ou, alternativamente, de forma presencial, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, situada na Praça São Sebastião, nº 62, Centro (Prédio Amarelo), em dias úteis, das 8h às 17h. Na inscrição presencial, a equipe da Secretaria

prestará apoio ao preenchimento, inclusive registrando por escrito as informações prestadas oralmente pelo interessado.
7.3. Cada inscrição corresponde à apresentação de 1 (uma) única música.

7.4. A música apresentada poderá ser autoral, de domínio público ou de autoria de terceiros.

7.5. Nas categorias Solo e Dupla, o participante que optar pela banda de acompanhamento informará, no ato da inscrição, o tom em que a música será executada.
7.6. Não será admitida a apresentação da mesma música por participantes distintos, hipótese em que prevalecerá a inscrição realizada em primeiro lugar, facultada ao segundo inscrito a substituição do repertório no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da comunicação.
7.7. Serão selecionadas para o Festival até 4 apresentações na categoria Solo, 4 na Dupla, 4 na Instrumental, 4 na Banda e 4 na Mostra Infantil, observado o limite de 20 (vinte) apresentações por dia.
7.7.1. Se o número de inscrições admitidas em uma categoria for igual ou inferior ao número de vagas, todas serão selecionadas. Se for superior, a Comissão Julgadora fará a pré-seleção com base no material enviado, na forma do item 11.4.
7.7.2. As vagas não preenchidas em uma categoria poderão ser remanejadas para outra, por ordem de classificação, respeitado o limite diário de apresentações.
7.8. Nos termos do art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 14.903/2024, a inscrição poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por terceiro que o indique, hipótese em que o indicado deverá manifestar concordância expressa até o encerramento do prazo de inscrição.
7.9. Em atendimento ao art. 8º, § 4º, da Lei Federal nº 14.399/2022 e ao art. 11, parágrafo único, IV, do Decreto Federal nº 11.740/2023, havendo pré-seleção, serão reservadas, em cada categoria competitiva, 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de apresentação a pessoas negras (pretas e pardas) e 10% (dez por cento) a pessoas indígenas, com arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.
7.9.1. O participante concorre à reserva mediante autodeclaração (Anexo II). No caso de grupo, considera-se cotista aquele cuja maioria dos integrantes se autodeclare negra ou indígena.
7.9.2. O cotista classificado dentro das vagas de ampla concorrência não ocupa vaga reservada. As vagas reservadas não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.

8. DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. São documentos obrigatórios da inscrição:

I – Ficha de inscrição preenchida e assinada (Anexo I);

II – Autodeclarações (Anexo II);

III – Declaração de representação, no caso de grupo sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Anexo III);
IV – Autorização de uso de imagem (Anexo IV), assinada por cada integrante ou, se menor de 18 (dezoito) anos, por seu responsável legal;
V – Link, arquivo de áudio ou de vídeo que permita conhecer o trabalho do candidato, com a música inscrita ou outra de seu repertório;
VI – Breve histórico do artista ou do grupo, com até 10 (dez) linhas.

8.2. A documentação poderá ser complementada ou corrigida no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da comunicação da Comissão de Seleção, vedada a inclusão de documento que altere a proposta artística.

9. DAS COMISSÕES

9.1. A Comissão de Seleção, responsável pela análise de admissibilidade das inscrições, será composta por 3 (três) servidores designados por portaria da Secretária Municipal de Cultura e Turismo.
9.2. A Comissão Julgadora, responsável pela pré-seleção, quando houver, e pela avaliação artística, será composta por 3 (três) jurados de reconhecida experiência na área musical, convidados ou contratados na forma do art. 9º, § 3º, da Lei Federal nº 14.903/2024.
9.3. Os membros de ambas as comissões firmarão declaração de ausência de impedimento e de suspeição, devendo declarar-se impedidos quando tiverem relação de parentesco, vínculo profissional, societário ou de amizade íntima com qualquer participante.
9.4. As notas atribuídas pela Comissão Julgadora expressam juízo técnico-artístico e somente serão revistas em recurso nos casos de erro material, erro de soma ou de cálculo, ou descumprimento das regras deste Edital.

10. DA SELEÇÃO

10.1. O processo seletivo compreende as seguintes etapas:

I – Etapa 1 – Análise de admissibilidade, de caráter eliminatório, na qual a Comissão de Seleção verificará o preenchimento da ficha e das declarações, o enquadramento na categoria e o atendimento aos itens 5, 6, 7 e 8 deste Edital;
II – Etapa 2 – Pré-seleção, de caráter classificatório, realizada pela Comissão Julgadora com base no material enviado, somente nas categorias em que as inscrições admitidas superarem o número de vagas;
III – Etapa 3 – Avaliação artística, de caráter classificatório, realizada ao vivo, durante as apresentações do Festival, pela Comissão Julgadora.

10.2. Será indeferida a inscrição cujo material contenha conteúdo ofensivo ou discriminatório, incite a prática de atos ilegais, o ódio ou o preconceito, ou viole direitos de propriedade intelectual de terceiros, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
10.3. O resultado das Etapas 1 e 2, com a relação dos selecionados para o Festival e do cadastro reserva, será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, e comunicado aos inscritos por mensagem eletrônica.

11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

11.1. Na Etapa 3, cada apresentação poderá receber, no máximo, 100 (cem) pontos, distribuídos conforme os critérios a seguir:

11.1.1. Categoria Solo:
a) Afinação: até 30 pontos;

b) Interpretação: até 25 pontos;

c) Presença de palco: até 15 pontos;

d) Interação com o público: até 15 pontos;

e) Observância das regras de apresentação: até 15 pontos.

11.1.2. Categoria Dupla:
a) Interpretação: até 25 pontos;

b) Afinação: até 25 pontos;

c) Harmonia vocal: até 20 pontos;

d) Presença de palco: até 10 pontos;

e) Interação com o público: até 10 pontos;

f) Observância das regras de apresentação: até 10 pontos.

11.1.3. Categoria Instrumental:
a) Domínio técnico do instrumento: até 30 pontos;

b) Interpretação e musicalidade: até 25 pontos;

c) Entrosamento do conjunto: até 20 pontos;

d) Presença de palco: até 15 pontos;

e) Observância das regras de apresentação: até 10 pontos.

11.1.4. Categoria Banda:

a) Interpretação: até 25 pontos;

b) Afinação: até 25 pontos;

c) Entrosamento do conjunto: até 15 pontos;

d) Presença de palco: até 15 pontos;

e) Interação com o público: até 10 pontos;

f) Observância das regras de apresentação: até 10 pontos.

11.2. A nota final de cada participante corresponde à média aritmética das notas atribuídas pelos três jurados.
11.3. Não haverá atribuição de notas à Mostra Infantil, cabendo aos jurados apenas comentários de caráter formativo.
11.4. Na Etapa 2, cada inscrição poderá receber, no máximo, 100 (cem) pontos, assim distribuídos: qualidade técnica (afinação ou domínio do instrumento), até 50 (cinquenta) pontos; e interpretação e musicalidade, até 50 (cinquenta) pontos. A nota corresponde à média aritmética das notas dos três jurados, e os não selecionados comporão cadastro reserva, por ordem de classificação.
11.5. Em todas as etapas, os jurados aplicarão a cada critério a seguinte escala de referência: insuficiente, até 40% da pontuação máxima do critério; regular, de 41% a 70%; bom, de 71% a 90%; excelente, de 91% a 100%.
11.6. O critério de observância das regras de apresentação considera o respeito ao tempo de execução da música e ao tempo de organização no palco (itens 14.3 e 14.9) e as demais orientações da organização.

12. DO DESEMPATE

12.1. Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I – maior pontuação no critério de afinação ou, na categoria Instrumental, no critério de domínio técnico do instrumento;
II – maior pontuação no critério de interpretação;

III – maior pontuação no critério de presença de palco;

IV – data e hora de inscrição mais antiga.

12.2. Na Etapa 2, o desempate observará, sucessivamente, a maior pontuação em qualidade técnica e a data e hora de inscrição mais antiga.

13. DO RESULTADO E DOS RECURSOS

13.1. O resultado preliminar da Etapa 3 será proclamado ao final do Festival e publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
13.2. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da respectiva publicação, contra: I – o resultado das Etapas 1 e 2; II – o resultado preliminar da Etapa 3; III – a decisão de inabilitação de premiado (item 15.4). O recurso será dirigido à Secretária Municipal de Cultura e Turismo, mediante o formulário do Anexo VI, encaminhado para o endereço eletrônico seculturasaogotardo@gmail.com ou protocolado presencialmente.
13.2.1. Interposto recurso, será publicado aviso no sítio eletrônico oficial, com comunicação por mensagem eletrônica aos participantes da mesma categoria, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da publicação do aviso, nos termos do art. 9º, III, da Lei Federal nº 14.903/2024.
13.3. Os recursos serão julgados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do fim do prazo de contrarrazões, com decisão fundamentada e publicada.
13.4. O resultado final será homologado pela Secretária Municipal de Cultura e Turismo e publicado no Diário Oficial do Município.

14. DAS APRESENTAÇÕES

14.1. Os selecionados submeter-se-ão ao plano de apresentações definido pela organização, nos locais e horários divulgados.
14.2. Será admitida a apresentação de 1 (uma) única música por participante, sob pena de desclassificação.
14.3. O tempo de organização no palco é de até 5 (cinco) minutos para as categorias Solo, Dupla e Instrumental e de até 10 (dez) minutos para a categoria Banda.
14.4. Toda apresentação será ao vivo, vedado o uso de playback ou de qualquer recurso que altere a voz natural do intérprete.
14.5. A organização fornecerá banda de acompanhamento às categorias Solo e Dupla, cujo uso é facultativo. Os participantes das demais categorias, e os que optarem por não utilizar a banda, trarão seus próprios instrumentos, cabos e acessórios. Data, horário e local do ensaio com a banda serão informados aos selecionados.
14.6. A organização não se responsabiliza por objetos e equipamentos trazidos pelos participantes.
14.7. Não serão admitidas apresentações com nudez, fogo, animais, plantas ou objetos que possam sujar ou danificar o palco, tampouco a permanência em cena de participante em estado de embriaguez ou portando bebida alcoólica.

14.8. A substituição ou o acréscimo de integrante deverá ser comunicado à organização com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, respeitado o número máximo de integrantes da categoria.
14.9. A execução da música não poderá exceder 5 (cinco) minutos, sob pena de desconto no critério de observância das regras de apresentação.

15. DO PAGAMENTO DO PRÊMIO

15.1. O prêmio será pago diretamente ao premiado mediante assinatura do termo de premiação cultural constante do Anexo V, que, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.903/2024, produz efeito de recibo do pagamento.
15.2. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta bancária de titularidade do premiado; no caso de grupo sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do representante indicado no Anexo III; e, no caso de premiado menor de 18 (dezoito) anos, do próprio menor ou de seu responsável legal.
15.3. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contado da assinatura do termo de premiação cultural.
15.4. Publicado o resultado final, os premiados serão convocados para habilitação e deverão apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis: I – cópia de documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoas Físicas do premiado ou do representante e, se menor de 18 (dezoito) anos, também do responsável legal; II – comprovante dos dados bancários; III – no caso de grupo com constituição jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e documento que comprove os poderes do representante.
15.5. O não comparecimento para assinatura do termo no prazo de 30 (trinta) dias, contado da convocação, implica renúncia ao prêmio.
15.6. Em caso de inabilitação, desistência ou renúncia, será convocado o participante seguinte na classificação da mesma categoria.

16. DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
16.1. Nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 14.903/2024, o termo de premiação cultural tem natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras.
16.2. Sobre o valor do prêmio poderá incidir Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme a legislação federal vigente na data do pagamento. Havendo retenção, ela será efetuada pelo Município, como fonte pagadora, que fornecerá ao premiado o comprovante de rendimentos e do imposto retido.
16.3. No caso de grupo sem inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o prêmio será pago e informado, para fins tributários, em nome do representante indicado no Anexo III.

17. DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

17.1. Em razão da natureza jurídica do termo de premiação cultural, não há exigência de plano de trabalho, de relatório de execução ou de prestação de contas, conforme o parágrafo único do art. 23 da Lei Federal nº 14.903/2024.
17.2. O premiado não está obrigado a aplicar o valor recebido em finalidade específica, nem a prestar qualquer contrapartida ao Município.

18. DO USO DE IMAGEM

18.1. A inscrição implica autorização para captação, reprodução e divulgação de imagens, fotografias e registros audiovisuais do evento, na forma do Anexo IV, para fins exclusivamente institucionais e não comerciais, pelo prazo de 2 (dois) anos.
18.2. A autorização de que trata o item 18.1 não abrange a cessão de direitos patrimoniais sobre as obras musicais interpretadas, que permanecem integralmente com seus titulares.
18.3. A captação e a divulgação de imagem de criança ou adolescente dependem de autorização do responsável legal (Anexo IV).

19. DA ACESSIBILIDADE

19.1. O local do evento contará com acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assentos reservados e atendimento prioritário.
19.2. O participante que necessitar de apoio ou de recurso de acessibilidade para se inscrever ou se apresentar deverá informar a necessidade na ficha de inscrição, para as providências cabíveis.
19.3. Dúvidas sobre o Edital poderão ser esclarecidas por telefone ou presencialmente, com apoio da equipe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. Os dados pessoais fornecidos serão tratados exclusivamente para a execução deste Edital, observada a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Os dados bancários serão solicitados apenas aos premiados.

21. DO CRONOGRAMA

21.1. O processo seletivo observará o seguinte cronograma, sujeito a alteração mediante publicação:
a) Publicação do Edital: 09/10/2026;

b) Período de inscrições (5 dias úteis): 13/10 a 19/10/2026, até 17h;

c) Resultado das Etapas 1 e 2 (admissibilidade e pré-seleção): 23/10/2026;

d) Prazo de recurso (3 dias úteis): 26/10 a 29/10/2026;

e) Prazo de contrarrazões (2 dias úteis), se houver recurso: 30/10 e 03/11/2026;

f) Divulgação final dos selecionados: até 04/11/2026;

g) Realização do Festival: 06 e 07/11/2026;

h) Resultado preliminar: 09/11/2026;

i) Prazo de recurso (3 dias úteis): 10/11 a 12/11/2026;

j) Prazo de contrarrazões (2 dias úteis), se houver recurso: 13/11 e 16/11/2026;

k) Resultado final e homologação: até 24/11/2026;

l) Habilitação dos premiados (5 dias úteis): 25/11 a 01/12/2026;

m) Assinatura dos termos e pagamento: a partir de 02/12/2026.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A inscrição implica aceitação integral das condições deste Edital.

22.2. Implicam desclassificação: o enquadramento em vedação do item 6; a falsidade de informação ou de autodeclaração; a apresentação de mais de uma música (item 14.2); o uso de playback ou de recurso que altere a voz (item 14.4); e as condutas vedadas no item 14.7. Os demais descumprimentos das regras de apresentação serão considerados no respectivo critério de avaliação.
22.3. O participante responde pela veracidade das informações prestadas, sujeitando-se ao cancelamento da inscrição e às medidas civis e penais cabíveis em caso de falsidade.
22.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Cultura e Turismo, ouvida a Procuradoria-Geral do Município quando necessário.
22.5. Dúvidas serão esclarecidas pelo endereço eletrônico seculturasaogotardo@gmail.com ou pelo telefone (34) 3676-0994.
22.6. Fica eleito o foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir controvérsias decorrentes deste Edital.
22.7. A divulgação do Festival observará a aplicação das marcas do Governo Federal e da PNAB, conforme o Decreto Federal nº 11.740/2023 e o manual de marcas do Ministério da Cultura, bem como as restrições da legislação eleitoral.
22.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Gotardo/MG, 09 de outubro de 2026.

Joyce Fabiula Rodrigues Secretária Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO
Categoria: ( ) Solo ( ) Dupla ( ) Instrumental ( ) Banda ( ) Mostra Infantil

Nome artístico:

Nome do responsável pela inscrição:

Documento de identidade nº: CPF nº:

Data de nascimento: / /

Responsável legal (se menor de 18 anos): CPF nº:

Endereço:

Município: Telefone:

Endereço eletrônico:

Título da música:

Autoria: ( ) autoral ( ) domínio público ( ) de terceiros – autor:

Tom de execução (Solo e Dupla):

Link ou arquivo do trabalho:

Reserva de vagas (item 7.9): ( ) concorro como pessoa negra ( ) concorro como pessoa indígena ( ) não concorro às vagas reservadas

Integrantes (Dupla, Instrumental e Banda):

1. Nome completo:

CPF nº:

2. Nome completo:

CPF nº:

3. Nome completo:

CPF nº:

4. Nome completo:

CPF nº:

5. Nome completo:

CPF nº:

6. Nome completo:

CPF nº:

Necessita de algum recurso de acessibilidade? ( ) Não ( ) Sim. Qual:

Breve histórico do artista ou do grupo (até 10 linhas):

Os dados bancários serão solicitados somente aos premiados, na fase de habilitação (item 15.4).

São Gotardo/MG, de de 2026.

Assinatura do responsável pela inscrição

ANEXO II AUTODECLARAÇÕES
Eu, , portador(a) do documento de identidade nº e inscrito(a) no CPF sob o nº
, na qualidade de responsável pela inscrição acima identificada, declaro, sob as penas da lei, que:
a) são verdadeiras todas as informações prestadas na ficha de inscrição;

b) resido ou atuo artisticamente no Município de ;

c) a música indicada é de minha autoria, de domínio público ou de autoria de terceiros, conforme informado na ficha de inscrição, e o material enviado não viola direitos de terceiros;
d) não me enquadro em nenhuma das vedações previstas no item 6 deste Edital;

e) li e concordo integralmente com os termos do Edital de Chamamento Público nº 05/2026;
f) estou ciente de que o prêmio tem natureza de doação sem encargo, não gera obrigação de prestação de contas e pode estar sujeito à retenção de Imposto de Renda na fonte (item 16);
g) (preencher somente se concorrer à reserva de vagas) autodeclaro-me pessoa ( ) negra (preta ou parda) ( ) indígena, ciente de que a falsidade implica desclassificação, sem prejuízo das medidas cabíveis.

São Gotardo/MG, de de 2026.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO

Nós, integrantes do grupo , inscrito no V Festival de Música de São Gotardo, na categoria , indicamos como representante o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , maior de 18 (dezoito) anos, para, em nome do grupo, realizar a inscrição, receber comunicações, apresentar recursos, assinar o termo de premiação cultural e receber o prêmio em conta bancária de sua titularidade.
Declaramos estar cientes de que caberá ao representante a divisão do valor do prêmio entre os integrantes, sem qualquer responsabilidade do Município quanto ao rateio, e de que o prêmio será informado, para fins tributários, em nome do representante.
1. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

2. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

3. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

4. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

5. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

6. Nome completo:

CPF nº:

Assinatura:

São Gotardo/MG, de de 2026.

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DO EVENTO

Eu, , portador(a) do documento de identidade nº e inscrito(a) no CPF sob o nº
, autorizo, a título gratuito, a captação, a reprodução e a divulgação da minha imagem, voz e apresentação registradas durante o V Festival de Música de São Gotardo, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e pela Prefeitura Municipal de São Gotardo, para fins exclusivamente institucionais e não comerciais, pelo prazo de 2 (dois) anos.
Declaro estar ciente de que esta autorização não abrange a cessão de direitos patrimoniais sobre as obras musicais por mim interpretadas ou compostas, que permanecem integralmente sob minha titularidade.
Se o(a) participante for menor de 18 (dezoito) anos, esta autorização é dada por seu responsável legal: Nome: CPF nº:

São Gotardo/MG, de de 2026.

Assinatura do(a) participante ou do responsável legal

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL Nº /2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, doravante denominado CONCEDENTE, e

, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº
, residente e domiciliado(a) ou com sede em
, neste ato representado(a), quando for o caso (grupo, pessoa jurídica ou menor de idade), por
, CPF nº , doravante denominado(a) PREMIADO(A).
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o pagamento de prêmio cultural ao(à) PREMIADO(A), classificado(a) em primeiro lugar na categoria do V Festival de Música de São Gotardo, conforme resultado final homologado e publicado em / /2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA JURÍDICA

O presente termo tem natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

O CONCEDENTE pagará ao(à) PREMIADO(A) o valor de R$ ( ), em parcela única, mediante crédito na conta bancária indicada na fase de habilitação, nos termos do item 15 do Edital de Chamamento Público nº 05/2026.
CLÁUSULA QUARTA – DO EFEITO DE RECIBO

A assinatura do presente termo produz efeito de recibo do pagamento direto realizado pela administração pública, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.903/2024.
CLÁUSULA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em razão da natureza jurídica do instrumento, não se aplicam os ritos previstos nos artigos 13 a 21 da Lei Federal nº 14.903/2024, ficando o(a) PREMIADO(A) dispensado(a) de apresentar plano de trabalho, relatório de execução ou prestação de contas.
CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta da Ficha nº 286 – Premiações – Fonte 1.719.000 (Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura) – Elemento de despesa 3.3.90.31.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Sobre o valor do prêmio poderá incidir Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme a legislação federal vigente e o item 16 do Edital.
CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste instrumento.

São Gotardo/MG, de de 2026.

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Premiado(a) ou representante

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE RECURSO E DE CONTRARRAZÕES

Nome do recorrente ou do responsável:

CPF nº: Categoria:

Tipo: ( ) recurso ( ) contrarrazões Objeto: ( ) Etapas 1 e 2 (admissibilidade e pré-seleção) ( ) resultado preliminar do Festival ( ) inabilitação
Razões:

São Gotardo/MG, de de 2026.

Assinatura do recorrente

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:11F796E7

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 348/2026 – INEXIGIBILIDADE 41/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA , TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 348/2026. OBJETO: **“**CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 74, INCISO II, C/C ART. 74, § 2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DA ASSOCIAÇÃO DE ARTE E CULTURA DOS ARTISTAS POR AKAZU (CNPJ Nº 60.391.025/0001-95), DETENTORA DA REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA DO GRUPO AKAZU TEATRO, VISANDO À REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO TEATRAL VOLTADA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO, INTEGRANTE DA PROGRAMAÇÃO DA SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO (SIPAT).”, A SER REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026**”**, PARA UM PERÍODO DE 60 DIAS. DATA DA RATIFICAÇÃO: 08 DE OUTUBRO DE 2026 .

Publicado por:
Rafaella Martins Soares
Código Identificador:35F5275E

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 174/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº. 174/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 348/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 41/2026. OBJETO:“CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 74, INCISO II, C/C ART. 74, § 2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DA ASSOCIAÇÃO DE ARTE E CULTURA DOS ARTISTAS POR AKAZU (CNPJ Nº 60.391.025/0001-95), DETENTORA DA REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA DO GRUPO AKAZU TEATRO, VISANDO À REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO TEATRAL VOLTADA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO, INTEGRANTE DA PROGRAMAÇÃO DA SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO (SIPAT).”, VALOR GLOBAL DE R$13.500,00(TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) PARA UM PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS. DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026. VIGÊNCIA: 08/10/2026 A 08/12/2026.

***MAKOTO EDISON SEKITA*–**
Prefeito Municipal.

***MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA*-**
Secretária Municipal de Educação,

***RODRIGO CAIXETA DA SILVA*–**
Representante da Contratada.

Publicado por:
Rafaella Martins Soares
Código Identificador:C5C17B94

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 142/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº. 142/2026 - PROCESSO Nº 10/2026, ADESÃO Nº 10/2026- ‘‘CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO MINIVAN (MINIMO 7 LUGARES) , POR MEIO DA ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024 CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO MINIVAN (MINIMO 7 LUGARES).DATA DE ASSINATURA: 08/09/2026 VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/09/2027. CONTRATADA: MARKA VEICULOS E

PEÇAS S/A, VENCEDOR NO VALOR DE R$457.813,63(QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS). ASSINANTES:MAKOTO EDISON SEKITA– PREFEITO MUNICIPAL. DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.HELCIO COUTINHO DE ANDRADE- REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:14B2EFB0

SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO Nº. 10/2026

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 18/2025ADESÃO NPOR MEIO DA ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024 CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO MINIVAN (MINIMO 7 LUGARES), EM DECORRÊNCIA DO EXPOSTO NO PROCESSO DE ADESÃO A MIM APRESENTADO, HOMOLOGO E ADJUDICO O SEU OBJETO À EMPRESA TMARKA VEICULOS E PEÇAS S/A, VENCEDOR NO VALOR DE R$457.813,63(QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS). DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2026.

DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO-
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:7069964D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE RESCISÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0118/2026 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202604029

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO – Poder Executivo, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.188.219/0001-21, com Sede Administrativa nesta cidade, à Praça Duque de Caxias, nº 61, CEP 37.470-000, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. WALTER JOSÉ LESSA, portador do RG nº 3.829.131 SSP/MG e CPF nº 005.254.798-13, considerando a decisão proferida no Recurso Administrativo apresentado pela empresa **SÃO BENTO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA., RESOLVE RETIFICAR a Rescisão** Contratual formalizada em 21 de julho de 2026, referente ao Termo de Compromisso – Ata de Registro de Preços nº 202604029, fica retificada a CLÁUSULA TERCEIRA da Rescisão Contratual, relativa à aplicação da penalidade de multa.
Onde se lê: "Fica determinada a aplicação da penalidade de multa, por descumprimento contratual, nos exatos termos previstos no edital do certame, com a expedição de guia de pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda."
Leia-se: "A aplicação da penalidade de multa prevista no Termo de Compromisso observará o procedimento estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e no próprio instrumento, assegurando-se previamente à empresa o contraditório e a ampla defesa, mediante concessão do prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021."

São Lourenço/MG, 09 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Keila Cristina Palma Coelho
Código Identificador:9B792387

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.502 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.552.839,65 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.502

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 1.552.839,65 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 1.552.839,65 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.40.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - - - - - - - - -- R$ 783,30

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 783,30

Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.365.0002.2.0042-1.500.000 - 3.3.90.40.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE - - - - - - - - - R$ 5.358,20

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - R$ 5.358,20

Total da Unidade 05 - - - - - - - - - R$ 6.141,50

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.600.000 - 3.3.93.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - - - - - - - - R$ 1.531.314,27

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - R$ 1.531.314,27

Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 1.531.314,27

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0083-1.660.000 - 3.3.90.39.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - - - - - - - - R$ 5.630,64
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.3.90.39.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - - -R$ 9.753,24

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - -- R$ 15.383,88

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.502
Folha 02

Total da Unidade 08 - - - - - - -- - - - - - - - R$ 15.383,88

Total da Instituição 02 - - - - -- - - - - - - R$ 1.552.839,65

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - R$ 1.552.839,65

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.367.0002.2.0044-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 6.141,50
Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - R$ 6.141,50

Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - R$ 6.141,50

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.600.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - - R$ 1.531.314,27

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - R$ 1.531.314,27

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - R$ 1.531.314,27

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0083-1.660.000 - 3.3.90.36.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - - - - - - - - - - R$ 5.630,64
2.08.00.08.122.0013.2.0082-1.500.000 - 4.4.90.52.00 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES ASSIST.SOCIAL - - - - - - - - - R$ 9.753,24

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - R$ 15.383,88

Total da Unidade 08 - R$ 15.383,88

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - R$ 1.552.839,65

Total Geral Anulado - - - - - - - - - - - - - R$ 1.552.839,65

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Continua folha 03
DECRETO Nº 10.502
Folha 03

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 02 de fevereiro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:C75C3BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.513 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 193.528,70 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.513

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 193.528,70 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 193.528,70 (cento e noventa e três mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 03 - DIRETORIA DE CONTABILIDADE
2.03.03.28.843.0000.9.0003-1.500.000 - 4.6.90.71.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA GERAL - - - - R$ 21.884,70

Total da Sub-Unidade 03 - - - - R$ 21.884,70

Total da Unidade 03 - - - - - - - - R$ 21.884,70

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - - - - R$ 40.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - R$ 40.000,00

Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.365.0002.2.0041-1.500.000 - 3.3.90.30.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - R$ 12.380,00
2.05.01.12.365.0002.2.0042-1.500.000 - 4.4.90.51.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE - - - - - - - - - R$ 20.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - R$ 32.380,00

Sub-Unidade 02 - FUNDEB
2.05.02.12.365.0002.2.0048-1.540.000 - 3.3.90.30.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUC.INFANTIL PRÉ-ESCOLA FUNDEB - R$ 98.264,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - R$ 98.264,00

Total da Unidade 05 - - - - - - - R$ 170.644,00

Continua folha 02

DECRETO Nº 10.513
Folha 02

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.600.000 - 3.3.93.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - R$ 1.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - R$ 1.000,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - R$ 1.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - R$ 193.528,70

Total Geral Acrescido - - - - - - R$ 193.528,70

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

2.03.00.04.122.0001.2.0015-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - - - - - - - R$ 21.884,70

Total da Sub-Unidade 00 - - - - R$ 21.884,70

Total da Unidade 03 - - - - - - - - R$ 21.884,70

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 02 - FUNDEB
2.05.02.12.366.0002.2.0051-1.540.000 - 4.4.90.52.00 DESENVOLV.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/FUNDEB - - -- - - - - - R$ 98.264,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - R$ 98.264,00

Sub-Unidade 03 - AÇÕES SOCIO EDUCATIVAS
2.05.03.12.362.0002.1.0014-1.500.000 - 4.4.90.51.00 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROF. TULIO BENTO - R$ 72.380,00

Total da Sub-Unidade 03 - - - - R$ 72.380,00

Total da Unidade 05 - - - - - - - R$ 170.644,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.513
Folha 03

2.06.00.10.303.0003.2.0070-1.600.000 - 3.3.90.30.00 ATENÇÃO FARMACÉUTICA / UAF - R$ 1.000,00

2.06.00.10.303.0003.2.0070-1.600.000 - 3.3.90.30.00 ATENÇÃO FARMACÊUTICA / UAF - - - - -- - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 1.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - - R$ 1.000,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 1.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - - R$ 193.528,70

Total Geral Anulado - - - - - - - R$ 193.528,70

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 09 de fevereiro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:FEE6D6E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.550 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.140.763,47 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.550

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 1.140.763,47 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 1.140.763,47 (um milhão, cento e quarenta mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 04 - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA
2.03.04.15.122.0001.2.0027-1.500.000 - 3.1.90.11.00 GESTÃO DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO EREGULAÇÃO URBANA - - - - - - - -- - - R$ 160.000,00

Total da Sub-Unidade 04 - - - - -- - --- - R$ 160.000,00

Total da Unidade 03 - - -- - -- - R$ 160.000,00

Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
2.04.01.15.452.0005.2.0035-1.500.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS - - - - - - - -- - -- R$ 100.000,00
2.04.01.15.451.0005.1.0007-1.500.000 - 3.3.90.30.00 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA / MANUTENÇÃO - - - -- - -- - - - - - - - - - - R$ 23.200,00

Total da Sub-Unidade 01 - - -- - -- - - - - - - - - R$ 123.200,00

Total da Unidade 04 - - - - -- - --- - - - - - R$ 123.200,00

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0038-1.576.001 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - - - - -- - - - - -- - --- - R$ 58.898,94
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - -- - - - -- - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 75.314,53

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - - --- - - - R$ 134.213,47

Total da Unidade 05 - - -- - - --- - - - - - - R$ 134.213,47

Continua folha 02

DECRETO Nº 10.550
Folha 02

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.304.0003.2.0071-1.500.000 - 3.1.90.04.00 VIGILÂNCIA SANITÁRIA - - - - -- - - --- - - - - R$ 10.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0057-1.500.000 - 3.1.90.11.00 SAÚDE DA FAMÍLIA PSF/NASF/SAÚDE BUCAL/PACS - - - - -- - - - - - - - - - - - R$ 200.000,00
2.06.00.10.302.0003.2.0063-1.500.000 - 3.1.90.11.00 CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - - -- - - -- - R$ 200.000,00
2.06.00.10.303.0003.2.0070-1.500.000 - 3.1.90.11.00 ATENÇÃO FARMACÉUTICA / UAF - - -- - -- - - - - - - - - R$ 50.000,00
2.06.00.10.305.0003.2.0072-1.500.000 - 3.1.90.11.00 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - - - - - - - -- - -- - - - - - - - - R$ 100.000,00
2.06.00.10.122.0003.2.0054-1.621.000 - 3.3.90.14.00 VIGILÂNCIA EM SAÚDE - - - - - -- - --- - - - - R$ 10.000,00

2.06.00.10.303.0003.2.0070-1.621.000 - 3.3.90.14.00 ATENÇÃO FARMACÊUTICA / UAF - - - - - - - -- - -- - - - - - - - - R$ 20.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 3.3.90.39.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - - - R$ 350,00
2.06.00.10.302.0003.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA POLICLÍNICA - - -- - --- - - - - R$ 8.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - -- - -- - - R$ 598.350,00

Total da Unidade 06 - - - - - -- - -- - - - - - - - - R$ 598.350,00

Unidade 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub-Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2.07.05.08.122.0014.2.0075-1.500.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - - - - - - - -- - --- - - - - R$ 60.000,00

Total da Sub-Unidade 05 - - - - -- - - - - -R$ 60.000,00

Total da Unidade 07 - - -- - -- - - R$ 60.000,00

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.1.90.11.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - -- - - - - - - - - - - - - R$ 30.000,00
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.3.90.30.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - - -- - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - -R$ 40.000,00

Total da Unidade 08 - - -- - -- - - R$ 40.000,00

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.550
Folha 03

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - - - -- -- - - - - - - - - - - - - - - R$ 15.000,00
2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - - - -- - -- - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - -- - -- - - R$ 25.000,00

Total da Unidade 13 - - -- - -- - R$ 25.000,00

Total da Instituição 02 - - -- - -R$ 1.140.763,47

Total Geral Acrescido - - - - -- - --- - - R$ 1.140.763,47

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.46.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - - -- - - - -R$ 60.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - -- - -R$ 60.000,00

Sub-Unidade 04 - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA
2.03.04.04.122.0001.2.0025-1.500.000 - 3.1.90.11.00 GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES - - - - -- - - - - -- - - R$ 160.000,00

Total da Sub-Unidade 04 - - - - - -- - - - R$ 160.000,00

Total da Unidade 03 - - -- - --- - - - - - - R$ 220.000,00

Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
2.04.00.15.122.0005.2.0032-1.500.000 - 3.1.90.04.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUN INFRAESTRUTURA URBANA - - - - -- - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 100.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - -- - -- - - R$ 100.000,00

Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Continua folha 04

DECRETO Nº 10.550
Folha 04

2.04.01.15.451.0005.1.0007-1.500.000 - 4.4.90.51.00 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA / MANUTENÇÃO - - - - -- --- - - - - - - - - - - - - R$ 23.200,00

Total da Sub-Unidade 01 - - -- - -R$ 23.200,00

Total da Unidade 04 - - -- - -- - R$ 123.200,00

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0038-1.576.001 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - - - - - - - -- -- - - - R$ 58.898,94
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.49.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - -- - -R$ 60.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - -- - -- R$ 118.898,94

Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.365.0002.2.0042-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE -- - - - - -- - R$ 5.314,53
2.05.01.12.366.0002.2.0043-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - - -- - - - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - -- - -R$ 15.314,53

Total da Unidade 05 - - -- - -- - R$ 134.213,47

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.1.90.04.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 400.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 3.1.90.11.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - R$ 160.000,00
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.621.000 - 3.3.90.14.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - - - - -- - --- - -- - R$ 30.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0057-1.500.000 - 3.3.90.46.00 SAÚDE DA FAMÍLIA PSF/NASF/SAÚDE BUCAL/PACS - - - - -- - - - - - - - - - - R$ 8.350,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - --- - - - R$ 598.350,00

Total da Unidade 06 - - -- - -- - R$ 598.350,00

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.1.90.04.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - -- - - - - - - - - - - - R$ 30.000,00

Continua folha 05
DECRETO Nº 10.550
Folha 05

2.08.00.08.122.0013.2.0082-1.500.000 - 3.3.90.39.00 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES ASSIST.SOCIAL - - - - - -R$ 5.000,00
2.08.00.08.122.0013.2.0082-1.500.000 - 4.4.90.52.00 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES ASSIST.SOCIAL - - - -- - - - - - - - - - - - - R$ 5.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - -R$ 40.000,00

Total da Unidade 08 - - -- - -- - - R$ 40.000,00

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0007.2.0110-1.500.000 - 3.3.90.39.00 FORMAÇÃO CULTURAL - - - - -- - --- - - - - R$ 10.000,00
2.13.00.13.392.0007.2.0111-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO A PROMOÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL - - - - -- - - - - -- R$ 15.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - -R$ 25.000,00

Total da Unidade 13 - - -- - -- - - R$ 25.000,00

Total da Instituição 02 - - -- - -R$ 1.140.763,47

Total Geral Anulado - - -- - -- R$ 1.140.763,47

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 16 de março de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:1C742F52

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.551 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº. 10.551

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de São Lourenço, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** os termos da Lei Municipal nº. 1.673, de 22/11/1990, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, modificada pela Lei Municipal nº. 1.856, de 29/10/1993; **considerando** Oficio nº 0160/2026 da Secretaria Municipal de Educação solicitado nomeação dos respectivos membros; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, inclusive a constituição de membros dos Conselhos Municipais;

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação fica constituído pelos seguintes membros, para o biênio de 2026/2028:

- Representantes da Rede Municipal de Ensino:

E.M. Manoel Monteiro
Titular: Marco Antônio Pereira Carneiro
Suplente: Aline da Silva Fernandes de Paula

E.M. Frei Osmar Dirks
Titular: Tatiana Fernandes Martins
Suplente: Liliane Mendes Medeiros

E. M. D. Ida Mascarenhas Lage
Titular: Ana Lúcia Serrano Ceballos
Suplente: Letícia de Souza Fonseca

E.M. Eurípedes Prazeres
Titular: Patrícia Bastos Oliveira Vieira
Suplente: Gislene Nogueira de Souza

CEMEI Professora Noêmia Goulart Ferreira
Titular: Matheus Alves de Aguiar
Suplente: Denise Taveira Lobo

CEMEI Profª. Cida Costa
Titular: Maria Lúcia das Neves
Suplente: Thaynara Martins dos Santos

CEMEI Santa Marcelina
Titular: Claudilene Rezende Matias
Suplente: Marielle Fátima de Castro Silva

Continua folha 02
DECRETO Nº. 10.551
Folha 02

- Representantes da Rede Estadual de Ensino:

E.E. Prof. Antônio Magalhães Alves
Titular: Maria Salete da Silva
Suplente: Adriane Cristina de Paula Silva Leopoldino

E.E. Prof. Mário Junqueira Ferraz.
Titular: Tatiane Gomes de Andrade
Suplente: Andreia Aparecida Chagas Junqueira

- Representantes da Rede Particular de Ensino:

Colégio Imaculado Coração de Maria
Titular: Isabel Cristina Luiz
Suplente: Maria dos Milagres Saraiva do Nascimento

COC – Instituto Gênesis de Educação e Cultura
Titular: Leni Rodrigues Cordeiro Ribeiro
Suplente: Cláudia Cortes Passos

- REPRESENTANTES DA REDE PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR:

Faculdade UNIS de São Lourenço
Titular: Roger Antônio Rodrigues
Suplente: Robson Kerner Coelho dos Santos

- Representantes das Entidades Assistenciais:

APAE
Titular: Luiz Eduardo Corrêa

Suplente: Raquel Pereira Rocha

Educandário Santa Cecília
Titular: Madre Ana Cristina de Araújo
Suplente: Vanessa Aparecida Balbino

- Representantes da Superintendência Regional de Ensino:

Titular: Sionára Vilela de Carvalho Castro
Suplente: Priscila Carvalho Silva

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Continua folha 03
DECRETO Nº. 10.551
Folha 03

Titular: Natália de Carvalho Moraes Alves
Suplente: Josilene Araújo da Silva

- Representantes DE ALUNOS DOS COLEGIADOS DAS ESCOLAS:

Titular: Nicéia da Silva
Suplente: Francisca Valéria de Oliveira

- Representantes DE Pais:

Titular: Stefany Castro da Silva
Suplente: Mariana Siciliano Chaib

- Representantes dA CÂMARA MUNICIPAL:

Titular: Mayara Oliveira Silva Gouveia
Suplente: João Bosco de Leles

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº. 10.176, de 28/05/2025.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 16 de março de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:230FF34D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.552 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.552

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.831, 19 de março de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s), autorizando-se, para este fim, a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 1.937.000,00 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil reais), às seguintes dotações do Município de São Lourenço:

Órgão 06 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE
Unidade 01 - GESTÃO DO SAAE
Sub-Unidade 00 - GESTÃO DO SAAE
6.01.00.04.122.0018.2.0125-2.501.000 - 3.1.90.13.00 MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SAAE - - - - - - - R$ 10.000,00
6.01.00.04.122.0018.2.0125-2.501.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SAAE - - - - - - - - - R$ 57.000,00
6.01.00.04.122.0018.2.0125-2.501.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SAAE - - - - - - - - R$ 150.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - -- - - R$ 217.000,00

Total da Unidade 01 - - - - - - - - - - - - -- - - -R$ 217.000,00

Unidade 02 - SERVIÇOS URBANOS
Sub-Unidade 00 - SERVIÇOS URBANOS
6.02.00.17.512.0019.2.0128-2.501.000 - 3.3.90.46.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA - - - - -- - - - R$ 8.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - -R$ 8.000,00

Total da Unidade 02 - - - - - - - -- - - - - R$ 8.000,00

Unidade 03 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
Sub-Unidade 01 - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
6.03.01.17.512.0019.2.0130-2.501.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - - -- - - - - R$ 107.000,00
6.03.01.17.512.0019.2.0130-2.501.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - - - - -- - - - - - R$ 345.000,00
6.03.01.17.512.0019.2.0130-2.501.000 - 3.1.90.13.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - -- - - - - - R$ 461.000,00

Continua folha 02

DECRETO Nº 10.552
Folha 02

6.03.01.17.512.0019.2.0130-2.501.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - R$ 308.000,00
6.03.01.17.512.0019.2.0130-2.501.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - - - - - - - - - R$ 300.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - -R$ 1.521.000,00

Sub-Unidade 02 - SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
6.03.02.17.512.0019.2.0131-2.501.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - - - - -R$ 10.000,00

Sub-Unidade 03 - SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA
6.03.03.17.512.0019.2.0132-2.501.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA - - - - - - - - - - - - - R$ 73.000,00
6.03.03.17.512.0019.2.0132-2.501.000 - 3.1.90.13.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA - - - - - - - - - - - - - - - R$ 61.000,00
6.03.03.17.512.0019.2.0132-2.501.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA - - - - - -- - - - - - - - - R$ 47.000,00

Total da Sub-Unidade 03 - - - - - - - - R$ 181.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - -- - - R$ 1.712.000,00

Total da Instituição 06 - - - - - - - - -- - - R$ 1.937.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - - - - -R$ 1.937.000,00

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recursos SUPERÁVIT FINANCEIRO, na forma do art. 43, §1º, II, e §2º da Lei Federal nº. 4.320/1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 19 de março de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.552
Folha 03

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:34BFB4BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.554 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 497.945,56 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.554

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 497.945,56 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 497.945,56 (quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0019-1.500.000 - 3.3.90.36.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - - - - - - - - R$ 15.905,31

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - -- - - R$ 15.905,31

Total da Unidade 03 - - - - - - - - -- - - R$ 15.905,31

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - - - - - - - -- R$ 100.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - -- - - R$ 100.000,00

Total da Unidade 05 - - - - - - - - R$ 100.000,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.301.0003.2.0057-1.500.000 - 3.1.90.11.00 SAÚDE DA FAMÍLIA PSF/NASF/SAÚDE BUCAL/PACS - - - - - -- - - - - - - R$ 100.000,00
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.34.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 87.186,74
2.06.00.10.302.0003.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA POLICLÍNICA - - - - - - - - - - -- - - - R$ 51.663,62

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - - - R$ 238.850,36

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - R$ 238.850,36

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.554
Folha 02

Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.811.0006.2.0096-1.500.000 - 3.3.90.39.00 EVENTOS ESPORTIVOS - - - - - - - - - - - - - - - R$ 131.531,94

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - R$ 131.531,94

Total da Unidade 10 - - - - - - - - - - - - R$ 131.531,94

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 4.4.90.52.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - - -- - - - R$ 11.657,95

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - -- - - R$ 11.657,95

Total da Unidade 13 - - - - - - - - - - - R$ 11.657,95

Total da Instituição 02 - - - - - - - R$ 497.945,56

Total Geral Acrescido - - - - - - - - R$ 497.945,56

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.46.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - - - - - - - - R$ 15.905,31

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - R$ 15.905,31

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - - R$ 15.905,31

Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
2.04.00.15.482.0012.1.0006-1.500.000 - 4.4.90.51.00 CONV CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - - - - - - - - - - - R$ 100.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - - R$ 100.000,00

Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.554
Folha 03
2.04.01.15.452.0005.1.0008-1.500.000 - 4.4.90.51.00 AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - - -- - - - - - - - R$ 88.850,36

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - R$ 88.850,36

Sub-Unidade 02 - DIRETORIA DE ENGENHARIA
2.04.02.15.451.0005.1.0011-1.500.000 - 4.4.90.51.00 PPP PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLOS EVENTOS - - - - - - R$ 50.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - - - - - - - R$ 50.000,00

Total da Unidade 04 -- - - - - - - - - - R$ 238.850,36

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.1.90.04.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 100.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - -- - - R$ 100.000,00

Total da Unidade 06 - -- - - - - - - R$ 100.000,00

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - - - - R$ 35.523,67
2.10.00.27.812.0006.1.0015-1.500.000 - 4.4.90.51.00 CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPORTIVO - - - - - - - - - - - - - R$ 96.008,27

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 131.531,94

Total da Unidade 10 - - - - - - -- - R$ 131.531,94

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0007.2.0112-1.500.000 - 4.4.90.51.00 REFORMA E TOMBAMENTO DA CASA DE CULTURA - - - - - - - - - - R$ 11.657,95

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - R$ 11.657,95

Total da Unidade 13 - - - - - - -- - - R$ 11.657,95

Total da Instituição 02 - - - - - - - R$ 497.945,56

Continua folha 04

DECRETO Nº 10.554
Folha 04

Total Geral Anulado - - - -- - - - R$ 497.945,56

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 20 de março de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:F553D8A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.577 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 254.960,00 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.577

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 254.960,00 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 254.960,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0018-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 30.000,00
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.600.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - -- R$ 204.960,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - R$ 234.960,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - R$ 234.960,00

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - -- R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Unidade 10 - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - R$ 254.960,00

Total Geral Acrescido - - - - -- - - - - - R$ 254.960,00

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.577
Folha 02

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.500.000 - 3.1.90.94.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - - - - - R$ 20.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - R$ 20.000,00
Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - - - R$ 20.000,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO -- - - - - - - - - - - R$ 30.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.600.000 - 4.4.90.51.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - R$ 204.960,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - R$ 234.960,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 234.960,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - R$ 254.960,00

Total Geral Anulado - - - - - - - - - R$ 254.960,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 09 de abril de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:1236552D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.579 DESIGNA COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA SAÚDE.

DECRETO Nº. 10.579

Designa Coordenadora Administrativa da Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de férias do titular do cargo; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a **Srª. Alessandra Pereira Pasqua** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Coordenadora Administrativa da Saúde"** enquanto durar o período de férias da titular do cargo, pelo período de **13/04/2026 à 17/04/2026.**

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 13 de abril de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/vlbs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:DE4EF6C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.580 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.580

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 06 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE
Unidade 01 - GESTÃO DO SAAE
Sub-Unidade 00 - GESTÃO DO SAAE
6.01.00.04.122.0018.2.0125-2.500.000 - 3.3.90.93.00 MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SAAE - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Unidade 01 - - - - - - - - - - - -- - - R$ 10.000,00

Total da Instituição 06 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 13 de abril de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:3249B902

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.798 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.798

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s): autorizando-se para este fim, a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 650.878,95 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), as seguintes dotações do Município de São Lourenço:
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 02 - DIRETORIA DE FAZENDA
2.03.02.04.123.0001.2.0021-1.500.000 - 3.3.90.40.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE FAZENDA - - - - -- - - - - - - - R$ 71.947,05

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - R$ 71.947,05

Sub-Unidade 03 - DIRETORIA DE CONTABILIDADE
2.03.03.28.846.0000.9.0004-2.753.000 - 3.3.90.47.00 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP - R$ 376.661,74

Total da Sub-Unidade 03 - - - -- - R$ 376.661,74

Total da Unidade 03 - - - - - - - - R$ 448.608,79

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 02 - FUNDEB
2.05.02.12.361.0002.2.0046-1.540.000 - 3.3.90.40.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FUNDEB - R$ 147.920,16

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - R$ 147.920,16

Total da Unidade 05 - - - - - - - - R$ 147.920,16

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0007.2.0111-1.719.000 - 3.3.90.36.00 APOIO A PROMOÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL - - R$ 20.000,00
2.13.00.13.392.0007.2.0111-1.719.000 - 3.3.90.39.00 APOIO A PROMOÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL - - R$ 34.350,00

Continua folha 02

DECRETO Nº 10.798
Folha 02

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - R$ 54.350,00

Total da Unidade 13 - - - - - - - - - R$ 54.350,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - R$ 650.878,95

Total Geral Acrescido - - - - - - - R$ 650.878,95

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO, EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 02 - FUNDEB
2.05.02.12.361.0002.2.0046-1.540.000 - 4.4.90.51.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FUNDEB - - - - - - - - R$ 147.920,16

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - R$ 147.920,16

Total da Unidade 05 - - - -- - - - - R$ 147.920,16

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.500.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - - - - - - - R$ 71.947,05

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 71.947,05

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - R$ 71.947,05

Total da Instituição 02 - - - - - - - R$ 219.867,21

Total Geral Anulado - - - - - - - R$ 219.867,21

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 30 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.798
Folha 03

NATHANE DOS SANTOS SILVA RAPOSO
Secretária Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:DB24B0F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.799 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 6.900.000,00 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.799

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 6.900.000,00 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.861, 27 de agosto de 2026.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 6.900.000,00 (seis milhões, novecentos mil reais)as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.600.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - - - - R$ 6.900.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - R$ 6.900.000,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 6.900.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 6.900.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - R$ 6.900.000,00

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 06 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:3607E2EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.800 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 972.310,84 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.800

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 972.310,84 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.860, 27 de agosto de 2026.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 972.310,84 (novecentos e setenta e dois mil, trezentos e dez reais e oitenta e quatro centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.621.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - - - R$ 972.310,84

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - R$ 972.310,84

Total da Unidade 06 - - - - - - R$ 972.310,84

Total da Instituição 02 - - - - - - - - R$ 972.310,84

Total Geral Acrescido - - - - - - - - R$ 972.310,84

Art. 2º Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recursos EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, na forma do art. 43, §1º, II, e §3º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 06 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:F6C87134

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.132 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO E CONTÉM OUTRAS PRO

PORTARIA Nº. 4.132

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e gratuito e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 95.732 de 25/05/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço que obteve a autorização da Secretaria Municipal de Turismo; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário e gratuito, à pessoa física **Sra. Jaqueline Faverzani Corsini,** inscrito no CPF sob o nº. 010.743.070-38, residente à Rua Francisco de Andrade, 160 – São Leopoldo/RS, a autorização de uso de bem público do Parque Municipal Ilha Antônio Dutra, a ser delimitada pela Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º A pessoa física autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para "Encontro de Campistas Raiz", no dia 08 a 12 de outubro de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa física.

Art. 4º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§ 1º Trata-se de evento que fomenta o turismo e economia local, o que, consequentemente, o enquadra no disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº. 10.287 de 03/09/2025, tornando isenta a presente autorização de uso de espaço público da cobrança de Preço Público por parte desta Administração Municipal.

§ 2º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

§ 3º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.132
Folha 02

§ 4º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A pessoa física autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 08 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:FD6302CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.133 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO E CONTÉM OUTRAS PROV

PORTARIA Nº. 4.133

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e gratuito e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 98.048 de 02/10/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço que obteve a autorização da Secretaria Municipal de Governo; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário e gratuito, à pessoa física **Sra. Luzia Helena Nanes,** inscrito no CPF sob o nº 901.156.196-15, residente à Rua Dr. Olavo Gomes Pinto, 986 – Vila Nova, São Lourenço/MG, a autorização de uso de bem público de parte da área pertencente à Rua Dr. Olavo Gomes Pinto, em frente ao número 986, a ser delimitada pela Gerência de Fiscalização de Posturas.

Art. 2º A pessoa física autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para "Dia das Crianças", no dia 12 de outubro de 2026, das 14h00min às 19h00min.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa física.

Art. 4º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§1º Trata-se de evento de caráter social e recreativo, destinado à promoção do lazer, da convivência familiar e da valorização da infância, de forma gratuita e aberta à comunidade, o que, consequentemente, o enquadra no disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº. 10.287, de 03/09/2025, tornando isenta a presente autorização de uso de espaço público da cobrança de Preço Público por parte desta Administração Municipal.

§ 2º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.133
Folha 02

§ 3º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

§ 4º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A pessoa física autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 08 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:6F1A31A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.134 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.134

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 98.026 de 01/10/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário, à pessoa física **Gilson dos Santos Carvalho** portador do RG nº. MG 13284220 SSP/MG e CPF

nº. 094.862.076-58, residente à Rua das Quaresmeiras, 108 – São Lourenço/MG, a autorização de uso de parte da calçada da Rua Dr. Olavo Gomes Pinto, 274, a ser delimitada pela Gerência de Fiscalização de Posturas.
Art. 2º A pessoa física autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para ação promocional, nos dias 08 a 10 de outubro de 2026, das 08h00min às 19h00min.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, segurança, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa jurídica.

Art. 4º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§1º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014

§2º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

§3º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.134
Folha 02
Art. 5º A pessoa física autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 08 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:6C566519

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – ITEM 7.3 DO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2026

FUNÇÃO: CUIDADOR RESIDENTE

Ordem	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nascimento	Class.
1	6/2026	RAFAELA CORREA FONSECA	27/12/1985	Apto

São Lourenço, 08 de outubro de 2026.

RALPH EBOLI LAGE
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:B636D4B7

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 2.º ADITAMENTO AO CONTRATO SAAE/SLO N.º 070/2024

2º. Aditamento ao Contrato SAAE/SLO nº 070/2024.
Contratante: SAAE de São Lourenço-MG.
Contratada: Planejar Consultores Associados Ltda.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 055/2024
Objeto do contrato: cessão de uso dos softwares de gestão pública nas áreas de contabilidade aplicadas ao setor público, tesouraria, patrimônio, compras, almoxarifado, frotas, folha de pagamento.
Objeto do aditamento: acréscimo referente à disponibilização no Siplanweb do banco de dados do RH solicitado pela Fundação João Pinheiro para estudos de reestruturação administrativa do SAAE.
Valor: R$ 800,00 (oitocentos Reais).
Data da assinatura: 09/10/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA,
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:8636ED4E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 090/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 14962/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 090/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços objetivando aquisição de pão francês, pão macio e biscoito de polvilho, destinados a atender diversas Secretarias Municipais, com entrega parcelada por um período de doze meses, itens de livre participação, itens de cota reservada para ME , EPP e MEI e itens exclusivos para ME , EPP E MEI. As propostas serão recebidas até o dia 28/10/2026 e o horário para início da sessão será às 09:30hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 08 de outubro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:C8D6EF30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
AVISO PE 22

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO Nº253/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº022/2026

A Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim - MG comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2026 visando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTAVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SAPUCAÍ-MIRIM/MG, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESSE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS**. A Sessão de DISPUTA será realizada no dia 05 de novembro de 2026 às 9h30min na plataforma https://bll.org.br/. O Edital completo poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim/MG, em horário comercial 08h às 16h ou no site https://www.sapucaimirim.mg.gov.br/. Maiores informações pelo telefone (35) 999449428 ou ainda pelos e-mails licitacao@sapucaimirim.mg.gov.br ou administracao@sapucaimirim.mg.gov.br.

Sapucaí-Mirim, 09 de outubro de 2026

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal de Sapucaí Mirim

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:1CEE3279

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
PORTARIA Nº 013/2026

Altera a composição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, para o período remanescente do biênio 2025-2026, e dá outras providencias.

O Senhor José da Purificação Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno desta Câmara,

RESOLVE

Art. 1º Nomeia os membros das Comissões Permanentes instituídas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sem Peixe, para o período remanescente do biênio 2025-2026.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO:
Presidente: João Dehon Alves Couto
Relator: Geraldo Eustáquio Nardy
Membro: Max Vinicius Ribeiro Carneiro
Suplente: Romar Chaves Canazart
Suplente: Reinaldo Pereira Viana
Suplente: Renato Miranda Marques

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Presidente: Geraldo Eustaquio Nardy
Relator: Reinaldo Pereira Viana
Membro: Arlindo Martins Florentino
Suplente: Pedro Vagno Pereira
Suplente: João Dehon Alves Couto
Suplente: Romar Chaves Canazart

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, HABITAÇÃO, TRANSPORTE, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO.
Presidente: Reinaldo Pereira Viana
Relator: Arlindo Martins Florentino
Membro: Romar Chaves Canazart
Suplente: Pedro Vagno Pereira
suplente: João Dehon Alves Couto
Suplente: Geraldo Eustaquio Nardy

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, CIENCIA, CULTURA E LAZER.
Presidente: Arlindo Martins Florentino
Relator: João Dehon Alves Couto
Membro: Renato Miranda Marques
Suplente: Reinaldo Pereira Viana
Suplente: Max Vinicius Ribeiro Carneiro
Suplente: Geraldo Eustáquio Nardy

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Presidente: Max Vinicius Ribeiro Carneiro
Relator: Pedro Vagno Pereira
Membro: Arlindo Martins Florentino
Suplente: Geraldo Eustaquio Nardy
Suplente: Reinaldo Pereira Viana
Suplente: Renato Miranda Marques

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Presidente: Pedro Vagno Pereira
Relator: Romar Chaves Canazart
Membro: Geraldo Eustaquio Nardy
Suplente: Max Vinicius Ribeiro Carneiro
Suplente: Renato Miranda Marques
Suplente: Reinaldo Pereira Viana

Art. 2º As atribuições e procedimentos de cada Comissão estão expressamente discriminadas no Regimento Interno, especialmente nos artigos 81 e seguintes.
Art. 3º Esta portaria passa a vigorar do dia 09 de outubro de 2026, revogando as disposições ao contrário.

Registre-se e publique-se.

Sem Peixe, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ DA PURIFICAÇÃO VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:3DB0EC65

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO PRC 099/2026

EXTRATO DA ATA/ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 043/2026

A Prefeitura Municipal de Sem Peixe torna público o resumo da Ata do processo de Dispensa nº 043/2026. Objeto: Aquisição de dispositivo móvel DPM e instalação em van de passageiros, conforme solicitação do Departamento Municipal de Obras e Transportes. Contratado: **FOCA MOBILIDADE DO BRASIL LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.451.712/0001-52, com sede na Rua Avelino Antunes, n° 385, Santa Catarina, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, CEP: 95.032-060, apresentou proposta no valor total de R$ 18.184,95 (dezoito mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Sem Peixe, 08 de outubro de 2026.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEM PEIXE resolve adjudicar o objeto e homologar o processo conduzido pela Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Sem Peixe e respectiva Equipe de Apoio onde foi declarada as propostas vencedoras do Processo n° 099/2026, Dispensa 043/2026. Aquisição de dispositivo móvel DPM e instalação em van de passageiros, conforme solicitação do Departamento Municipal de Obras e Transportes, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação e autoriza a formalização da contratação

direta nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021, da empresa: **FOCA MOBILIDADE DO BRASIL LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.451.712/0001-52, com sede na Rua Avelino Antunes, n° 385, Santa Catarina, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, CEP: 95.032-060, apresentou proposta no valor total de R$ 18.184,95 (dezoito mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Sem Peixe, 08 de outubro de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA 043/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Processo Licitatório 099/2026, Dispensa Nº 043/2026, Contrato: 123/2026. Prestação de serviço de preparação de documentos e serviços especializados de apoio técnico típicos da área pública educacional, conforme solicitação do Departamento Municipal de Educação, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação, parte integrante deste instrumento como se nele estivesse transcrito, nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021. Contratado: **FOCA MOBILIDADE DO BRASIL LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.451.712/0001-52, com sede na Rua Avelino Antunes, n° 385, Santa Catarina, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, CEP: 95.032-060, apresentou proposta no valor total de R$ 18.184,95 (dezoito mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Sem Peixe, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:AEEA51DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA AZUL DE MINAS/MG
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE IMPUGNAÇÃO E RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de concentradores de oxigênio, recargas de cilindros de oxigênio medicinal e serviços correlatos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O Município de Serra Azul de Minas/MG torna público que, após análise da impugnação apresentada pela empresa **TERRITÓRIO HV VENDA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.**, decidiu pelo seu **ACOLHIMENTO PARCIAL**, conforme Decisão Administrativa de 08 de outubro de 2026.
Em decorrência da decisão, foi expedida a **Retificação nº 01 do Edital**, contemplando esclarecimentos relativos aos quantitativos dos equipamentos, responsabilidades pelo fornecimento e recarga dos cilindros de reserva, reavaliação técnica dos prazos de execução, justificativa do agrupamento do item 1, possibilidade de subcontratação e exigências profissionais e sanitárias aplicáveis.
DATA DA SESSÃO: 14/10/2026, às 14h, na Plataforma Licitar Digital, condicionada à conclusão tempestiva das providências técnicas e administrativas determinadas. Caso não sejam concluídas, a sessão será suspensa mediante aviso público específico. Havendo alterações que comprometam a formulação das propostas, o edital será republicado com reabertura do prazo legal, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A íntegra da decisão administrativa e da retificação encontra-se disponível na Plataforma Licitar Digital.

Serra Azul de Minas/MG, 09 de outubro de 2026.

CARLA ARAÚJO GONÇALVES
Pregoeira Oficial – Portaria nº 036/2026
Município de Serra Azul de Minas/MG

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:9E0AAE8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DA ARP Nº 22/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construções em geral incluindo materiais para carpintaria, pintura, pavimentação, ferramentas e de uso da Defesa Civil Municipal, sob demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Transportes de Serro/MG. **Compromissária:** BMC CONSTRUCAO LTDA – CNPJ: 41.422.115/0001-51; **Vigência:** 07/10/2026 até 07/10/2027;

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:CDD7A31B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DA ARP Nº 23/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construções em geral incluindo materiais para carpintaria, pintura, pavimentação, ferramentas e de uso da Defesa Civil Municipal, sob demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Transportes de Serro/MG. **Compromissária:** BX COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA – CNPJ: 56.418.864/0001-82; **Vigência:** 23/09/2026 até 23/09/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:7F55A003

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DA ARP Nº 24/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construções em geral incluindo materiais para carpintaria, pintura, pavimentação, ferramentas e de uso da Defesa Civil Municipal, sob demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Transportes de Serro/MG. **Compromissária:** EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA – CNPJ: 37.278.673/0001-18; Vigência: 23/09/2026 até 23/09/2027

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:AC480133

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 97/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 007/2026

Objeto: Alteração da Cláusula Primeira, inciso I, e Cláusula Quinta, item 5.1, do Contrato cujo objeto é contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para pavimentação em blocos de concreto sextavado e para drenagem da Rua Nossa Senhora Aparecida, localizada no Bairro Morro de Areia, em Serro/MG, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos. **Contratada:** RAMIREZ SOUZA DE CARVALHO– CNPJ: 50.656.564/0001-55; **Valor total:** Passará de R$ 472.900,00 (*quatrocentos e setenta e dois mil e novecentos reais*) para R$ 500.947,05 (*quinhentos mil e novecentos e quarenta e sete reais e cinco centavos).*

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:0ED4EFE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 2ºADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2025, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2025

Objeto: Alteração da Cláusula Primeira (I), e Cláusula Quinta (item 5.1) do Contrato cujo objeto é contratação de empresa especializada para executar Obra de Requalificação Urbanística do adro e escadaria da Igreja de Santa Rita e Praça João Pinheiro, localizada no centro da cidade de Serro/MG, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos. (Proposta Transferegov.br: n.º 16901/2024, do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 963714 - PAC PATRIMÔNIO CULTURAL – RESOLUÇÃO CGPAC Nº 1 - proveniente do TERMO DE COMPROMISSO firmado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN). **Contratada:** Construtora Ramos Santiago Ltda– CNPJ: 30.261.488/0001-71; **Valor Contratual:** Passará de R$ 779.000,00 para 821.610,57.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:11D36E16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 113/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de fraldas, dietas e fórmulas enterais de forma sustentável, sob demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Serro/MG. **Contratada:** NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA – CNPJ: 07.220.279/0001-68. **Vigência:** 09/10/2026 até 09/10/2030. **Valor total:** R$ 1.416.400,00 (*Um Milhão e Quatrocentos e Dezesseis Mil e Quatrocentos Reais*);

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:9F768912

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 129/2026 CUJO O OBJETO E A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMBULANCIA, REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR, RESOLUÇÃO SES N° 11.032, DE 17 DE ABRIL DE 2026

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Fornecimento
Número do Contrato	129/2026
Contratante	Município de Simão Pereira/MG
Contratado	DEVA VEICULOS LTDA
Objeto	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMBULANCIA, REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR, RESOLUÇÃO SES N° 11.032, DE 17 DE ABRIL DE 2026
Fundamento	14.133/2021e suas alterações.
Dotação Orçamentária	4.4.90.52.00.2.09.02.10.301.0009.2.0087 - ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE
Prazo	De 08 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027
Valor	R$ 292.346,32 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos).
Data de assinatura	08 (oito) de outubro de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Abner Saldanha de Rezende, Representante Legal

Simão Pereira/MG, 08 de outubro de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:69BDE4F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EDITAL Nº 027/2026

EDITAL Nº 027/2026
Em atenção ao devido processo legal, diante a necessidade de dar legalidade e publicidade aos atos administrativos da Junta Recursal do Procon, especialmente os poderes delegados aos seus componentes, conforme Ata de Instalação da Junta de Recursos, datada de 03 de fevereiro de 2025, em observância ao Decreto de Nomeação - DECRETO Nº 8.578, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025, bem como em atenção a alteração do DECRETO Nº 8.653/2025.

Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **15 de outubro de 2026**, às **12:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk**, dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo nº: **26.03.0683.001.00022-3**– Reclamado/Recorrente: **MARISA LOJAS S.A;** Recorrido: **APARECIDA FERREIRA LIMA DA SILVA**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **26.02.0683.001.00004-3** - Reclamado/Recorrente: **CRED-SYSTEM ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA;** - Recorrido: **ANALIA MARTINS BARBOSA GONÇALVES**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **26.01.0683.001.00044-3** – Reclamado/Recorrente: **INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC LTDA –**Recorrido: **FLÁVIO ALVES COSTA**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;

Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **15 de outubro de 2026**, às **18:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk**, dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo nº: **25.12.0683.001.00061-3**– Reclamado/Recorrente: **FACTA FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO;** Recorrido: **CLEUZA DOS SANTOS**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **26.04.0683.001.00068-3** - Reclamado/Recorrente: **MAGAZINE LUIZA S.A.; - LUIZA CRED S.A S.C. CERD. FIN. INV;** Recorrido: **MARLY DOS SANTOS**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **26.07.0683.001.00006-3** – Reclamado/Recorrente: **AXA SEGUROS S.A. –**Recorrido: **NAILSON DE SOUZA SANTOS**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;

Teófilo Otoni, 09 de Outubro de 2026.

Junta Recursal –PROCON
JULIAN SILVA BOHLER
Presidente

Publicado por:
Julian Silva Bolher
Código Identificador:E610161E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 067/2026 – PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Constitui objeto deste Termo de Compromisso a execução de recurso financeiro destinado ao **incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde,** autorizado por meio da **Portaria GM/MS nº 10.437, de 25 de março de 2026**, que

autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, no âmbito da **Proposta nº 36000767523202600**, tendo como finalidade a **realização de procedimentos de Alta Complexidade com Finalidade Diagnóstica**. Os recursos serão destinados à execução dos procedimentos e serviços de saúde previstos no respectivo Plano de Trabalho. Emenda Parlamentar Federal, Deputado Stefano Aguiar, Emenda Individual (RP6) indicação n° 29240008. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 067/2026; plano de trabalho fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n **36000767523202600**; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do Termo de Compromisso: 28/09/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:5118D1D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
PORTARIA 080, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - CORREGEDORIA

PORTARIA 080, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre sobrestamento do prazo do Processo Administrativo Disciplinar 07/2025."

A Corregedora do Município de Teófilo Otoni – MG, no uso de suas atribuições legais delegada pelo Art. 1º da Resolução Interna CGM Nº 01/2026 de 28 de janeiro de 2026 e tendo em vista o disposto nos I e IV do artigo 4º lei municipal 6.209 de 16 de junho de 2011, e;
CONSIDERANDO que a defesa da acusada formulou quesitos para serem respondidos pelo Médico Psiquiatra;
CONSIDERANDO que o presidente da comissão acatou o pedido da defesa e solicitou que a acusada fosse submetida a uma perícia, para que os quesitos fossem respondidos pelo profissional médico;
CONSIDERANDO que foi nomeado o Perito Dr. Thiago Cabral Bessa, médico Psiquiatra para realizar a Perícia, todavia o mesmo alegou impossibilitado de realizar o procedimento, alegando foro íntimo;
RESOLVE:
Art. 1º – Manter o sobrestamento dos prazos do Processo Administrativo Disciplinar n° 007/2025 até que o médico Perito responda os quesitos da parte acusada**;**
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Art. 3º – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teófilo Otoni, 09 Outubro de 2026.

EDIÉLEM LOURENÇO DOS SANTOS
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Manoel José Costa Ramos
Código Identificador:50E83AF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
PORTARIA Nº 081 DE 09 OUTUBRO DE 2026 - CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 081 DE 09 OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre substituição de membro que compõe Comissão de Processo Administrativo Disciplinar PAD 05/2026".

A Corregedora do Município de Teófilo Otoni-MG, no uso de suas atribuições legais delegadas pela Resolução Interna da CGM Nº 01/2026, de 28 de janeiro de 2026 e tendo em vista o disposto nos artigos 49 e 55 da Lei Municipal 6.209 de 16 de junho de 2011, e;

CONSIDERANDO que o servidor**:** RICHARD EWEIS CHAGAS ADINE CURY, Matricula 10787-8, entrou em gozo de férias regulamentar;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir com o andamento do PAD instaurado pela portaria Nº 18 de 04 de Março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o servidor **RICHARD EWEIS CHAGAS ADINE CURY**, Matricula 10787-8, pelo servidor **RODRIGO WOLFF DA PENHA**, matrícula n° 104814;

Art. 2º A Comissão do PAD nº 05/2026 passa a ter a seguinte composição:

Presidente: GILSON BATISTA JÚNIOR, Matricula 104906;
Membro: EDSON PESSOA NERES, Matrícula 10275-2
Membro: RODRIGO WOLFF DA PENHA, Matrícula n° 104814;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Teófilo Otoni, 09 Outubro de 2026.

EDIÉLEM LOURENÇO DOS SANTOS
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Manoel José Costa Ramos
Código Identificador:319CD2BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2024 – CREDENCIAMENTO – Nº. 001/2024

ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2024 – CREDENCIAMENTO – Nº. 001/2024

Ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis às 11h:00 min. (onze horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2024 – CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024**, que tem como objeto o **"CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO PRIMARIA PSF'S E PROGRAMA SAÚDE NA HORA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONIMG".** Aberta a sessão, verificou que foi protocolado via e-mail à documentação, da seguinte empresa no respectivo dia e horário: YRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-CNPJ Nº 67.847.518/0001-36, 09/10/2026 às 10h:49 min. Após detida análise foi julgada**HABILITADA**a empresa: YRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-CNPJ Nº 67.847.518/0001-36, por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 11:30 min. (onze horas e trinta minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ISABELA FERRAZ DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Servidor Público

Credenciamentos

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:5D78DEBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 198/2024 – CREDENCIAMENTO – Nº. 006/2024

Ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis às 11h:00 min. (onze horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 198/2024 – CREDENCIAMENTO Nº. 006/2024 o** "**CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H, NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG".** Aberta à sessão, verificou-se que foi PROTOCOLADA a documentação da seguinte empresa no dia e horário: YRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-CNPJ Nº 67.847.518/0001-36, 09/10/2026 às 10h:49 min. Após detida análise foi julgada**HABILITADA**a empresa: YRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-CNPJ Nº 67.847.518/0001-36 por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 11:30 min. (onze horas e trinta minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ISABELA FERRAZ DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Agente Público

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:38971982

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 002/2024 PL 056/2024 RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA O ATO DE CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder o credenciamento da empresa: Ana Karla Santos Neiva -CNPJ 36.515.639/0001-57 para prestação de serviços de **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA - POLICLÍNICA - SAÚDE MENTAL E PROGRAMA MELHOR EM CASA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG.**

Teófilo Otoni/MG, 09 de outubro de 2026.

BRENNER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:95143A7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 062/2026 no dia 26/10/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de cadeira de banho D70 em alumínio que suporta até 200 kg, assento 51 cm, visando proporcionar segurança, conforto e melhores condições de higiene, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.** A íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br.

Teófilo Otoni/MG, 09/10/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:0F8F75A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 063/2026 no dia 29/10/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de traslado de corpos fora do Município de Teófilo Otoni-MG.** A íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br.

Teófilo Otoni/MG, 09/10/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:AD793991

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2026 - Data da Sessão: 28/09/2026, 8h30min. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação de caçambas estacionárias incluindo a prestação de serviços de recolhimento, transporte e descarte de entulho, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Teófilo Otoni/MG. **Empresa Vencedora**: **TERRA & ENTULHO LOCACOES LTDA,** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$25.980,00.

Teófilo Otoni/MG, 09/10/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:2650DC50

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 1º/2026 TERMOS ADITIVOS. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/202

Prefeitura Municipal de Três Corações 1º/2026 termos aditivos. Pregão eletrônico nº 43/2025 objeto: contratação de empresa especializada para aquisição de peças para atender às secretarias municipais, através de maior desconto da tabela traz valor. ata de registro de preços/termo nº 0188/2025 Detentora: Simone Aparecida da Silveira. Termo nº 75/2026 Detentora: José Maria Pereira Peças e Serviços Ltda. Termo nº 76/2026 Detentora: Ativa Empreendimentos Ltda. Tipo: O prazo das atas de registro de preços fica prorrogado por 12 (doze) meses. autorização: cláusula 2.1 das atas de registro de preços, oriundas do pregão eletrônico nº 43/2025 início vigência: 11/07/2026 até 10/07/2027. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 11/07/2026. Três Corações, 11 de Julho de 2026 Carlos Henrique Xavier Vilani secretaria municipal de obras e serviços públicos Daniel Santos Ribeiro secretaria municipal de educação Rachid Gadbem Filho secretaria municipal de saúde Jorge Vitor da Costa secretaria municipal de governo Claudinei Ferreira secretaria municipal de lazer, turismo e cultura André Luis Ribeiro secretaria municipal de planejamento e desenvolvimento urbano secretaria municipal de segurança pública e mobilidade urbana Lisa Paula Andrade Vilela secretaria municipal de desenvolvimento social Rogerio Ferraz Rivello secretaria municipal de agricultura e pecuária secretaria municipal de meio ambiente e defesa animal

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:FE7BC675

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação – Extrato da ata de registro de preços do pregão eletrônico nº 85/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilante armado, para atender às necessidades das secretarias municipais.termo: nº 266/2026. Partes: prefeitura municipal de Três Corações x Vigilarm Segurança Privada Ltda. valor r$ 1.057.640,64 (um milhão, cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos). o prazo deste termo será de 12(doze) meses. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 04/09/2026.

três corações, 04 de Setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE XAVIER VILANI
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:7583E1BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação – extrato das atas de registros de preços do pregão eletrônico nº 74/2026. objeto: Aquisição de materiais esportivos para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer para pessoas com deficiência nas aulas de futebol de campo e futsal.termo nº: 300/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Daru Indústria Têxtil ltdavalor:r$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).termo nº: 301/2026. partes: prefeitura municipal de Três Corações x Grafica GP Pontual Ltda valor: r$ 4.349,25 (quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e cincocentavos).termo nº: 302/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Lazaro Antonio Gontijo da Silva 50260197653. Valor: r$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). termo nº: 303/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Mfx Confeccoes Ltda.valor:r$ 6.915,24 (seis mil, novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos). Termo nº: 304/2026. Partes: Prefeitura Municipal de Três Corações x Oneline Distribuidora e Comercio Ltda.valor: r$ 7.752,98 (sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos). Termo nº: 305/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Orthovida Industria e Negocios Digitais Ltda.valor: r$ 3.306,80 (três mil, trezentos e seis reais e oitenta centavos). termo nº: 306/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Rhino Comercio Ltda.valor: r$ 2.411,50 (dois mil quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos). termo nº: 307/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Souza e Amaral Esportes Ltda.valor: r$ 33.109,00 (trinta e três mil cento e nove reais).o prazo destes termos será de 12(doze) meses. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 28/09/2026.

Três Corações, 28 de Setembro de 2026.

ANDRÉ LUÍS SOUZA RIBEIRO
Secretaria Municipal de Esportes.

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:54BB9F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO DA INEXIBILIDADE Nº 31/202

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação extrato do contrato da inexibilidade nº 31/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para ministrar palestra liderança servidora, destinada aos gestores da rede municipal de ensino de Três Corações.Contrato: nº 230/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Luiz Augusto R. Almeida valor: r$ 3.000,00 (três mil reais)o prazo deste contrato será de 5(cinco) meses. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 03/08/2026.

Três Corações,03 de Agosto de 2026

DANIEL SANTOS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:299D79E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MANIFESTAÇÃO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2026 – DISPENSA Nº 059/2026

O**PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando os elementos constantes dos autos,

CONSIDERANDOo Processo Licitatório nº 183/2026, instaurado no procedimento de Dispensa nº 059/2026;

CONSIDERANDOque antes da conclusão do julgamento das propostas e do prosseguimento para a fase de habilitação, sobreveio manifestação formal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão requisitante da contratação;

CONSIDERANDOque por meio do Ofício nº 204/2026, de 07 de outubro de 2026, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicitou a revisão e adequação das especificações do objeto e do escopo da contratação;

CONSIDERANDOque a inclusão de serviços poderá repercutir diretamente nas especificações técnicas, nas obrigações da futura contratada, na composição dos custos e, consequentemente, na estimativa de preços da contratação;

CONSIDERANDO que a necessidade de revisão do objeto foi identificada antes da conclusão do julgamento, da habilitação e da formalização da contratação, sendo, portanto, o momento oportuno para que a Administração proceda à correção dos documentos de planejamento;

CONSIDERANDOo Parecer Jurídico, exarado pela Procuradoria Jurídica do Município, que, após análise dos elementos constantes do processo, concluiu pela existência de vício insanável e opinou pela anulação do procedimento licitatório;

CONSIDERANDOo poder-dever de autotutela da Administração Pública, consagrado pelas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDOa necessidade de preservação da legalidade e de regularidade do procedimento licitatório;

CONSIDERANDOo disposto no § 3º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a prévia manifestação dos interessados nos casos de anulação e revogação;

DECIDE:

I – ACOLHER, neste momento, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico, quanto à existência de vício insanável no Processo Licitatório nº 183/2026 – Dispensa nº 059/2026, e MANIFESTAR A INTENÇÃO DE ANULAR o referido procedimento.

II – DETERMINAR que seja dada ciência aos interessados acerca da intenção de anulação, assegurando-lhes oportunidade para manifestação, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

III – DETERMINAR que, após o decurso do prazo concedido para manifestação, com ou sem manifestação dos interessados, os autos retornem à autoridade competente para apreciação e decisão definitiva.

IV – DETERMINAR que, após a decisão definitiva, sejam observadas as disposições legais relativas à eventual interposição de recurso, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.Acolher neste momento, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico, quanto à existência de vício insanável no Processo Licitatório nº 183/2026 – Dispensa nº 059/2026, e**ANULAR** o referido procedimento.

Registre-se. Publique-se. Dê-se ciência aos interessados. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE MESQUITA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:BE171DF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026

O Município de Três Marias, Minas Gerais, através da Pregoeira, torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** em caráter (sine die) a licitação referente ao Pregão Eletrônico em epigrafe, publicado no Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP, em 22/09/2026 e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em 21/09/2026 e, nos sites: www.tresmarias.mg.gov.br e https://licitar.digital/, visando o Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de playgrounds na Escola Municipal Geralda Márcia Pereira Gonçalves e nas Creches da rede municipal de ensino de Três Marias/MG, visando ampliar as opções de lazer, incentivar a atividade física, promover a socialização e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos alunos, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para readequação do edital. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame em momento oportuno, através dos meios de divulgação anteriormente utilizados. Informações pelos telefones: (38) 3754–8832 / (38) 3754–8929.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 09 de outubro de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Kely Aparecida da Silva
Código Identificador:47585A6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
RENOVAÇÃO DE LIÇENCA AMBIENTAL MUNICIPAL Nº 004/2025

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Três Marias/MG torna público que foi concedida, em 30 de maio de 2025, a Renovação de Licença Ambiental na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:
1) Posto e Restaurante Mar Doce Ltda, inscrito no CNPJ 20.813.275/0001-51. Atividade: Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Classe 2. Município: Três Marias/MG. PA/Nº 311/2020. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 30/05/2029.

JULIANA SEVERINO
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:8C258065

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

A Pregoeira do Município de Três Marias/MG comunica aos interessados que será reaberta a sessão pública do Processo Licitatório nº 171/2026, Pregão Eletrônico nº 086/2026, no dia 14/10/2026, às 13h30min, por meio da plataforma eletrônica utilizada no certame.

A sessão, suspensa em 30/09/2026 para aguardar a apresentação de amostra pela empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, será retomada para registro do resultado da verificação do atendimento à exigência editalícia e adoção dos procedimentos subsequentes.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 09 de outubro de 2026.

JANAINA CARDOSO FIGUEIREDO VIANA
Pregoeira

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:562D631B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO

Adesão nº 015/2026
Processo nº 178/2026

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, **AUTORIZA** a formalização do contrato oriundo da adesão a Ata de Registro de Preços de n.º 038/2026, nas condições de órgão não participante, sendo detentora da ata a empresa **ITALBUS CARROCERIAS DE ÔNIBUS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 16.557.958/0001-18, que tem como objeto a aquisição de e 03 (três) ônibus escolares novos, com 45 lugares para a manutenção do transporte escolar,no valor de **R$ 1.781.100,00 (um milhão setecentos e oitenta e um mil e cem reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e demais documentos pertinentes anexo aos autos.

Três Pontas/MG., 09 de outubro de 2026.

MARIANE PIMENTA SILVA ÁVILA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:BE1D3EB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 050, 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Declara luto oficial no âmbito do Legislativo".

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, usando das suas atribuições legais,

R E S O L V E

Declarar luto oficial por três dias, no âmbito Legislativo, como homenagem póstuma ao Ex-Vereador Agripino Martins de Moura, falecido no dia 09 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Tupaciguara, 09 de outubro de 2026.

MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:ED9A9DC2

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 029/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 029/2026

No uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Despesa Administrativa, com fundamento no ***PROCESSSO DE COMPRA 059/2026*** – ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO 029/2026***, com base no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 e no parecer jurídico desta Casa de Leis pelo Dr. RENATO JOSE DO NASCIMENTO, Procurador Jurídico desta Casa de Leis, para contratação da empresa, INSTITUTO CONECTA BRASIL CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ 58.457.287/0001-63, visando a inscrição do vereador TALITA ALVES PEREIRA, para participar do curso com Tema: O PODER DA LIDERANÇA, DECISÕES E RESULTADOS NO SETOR PUBLICO, que acontecerá nos dias 13/10/2026 a16/10/2026 na cidade de Brasília.

DOTAÇÃO: 01.01.01.01.031.0001.2902.3.3.90.39.00

VALOR: **R$1.450,00 (um mil e quatrocentos reais).**

TUPACIGUARA-MG, 09 DE OUTUBRO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:1330CBCA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO COMPRA 058/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, no uso de suas atribuições legais, pelo presente, vem RATIFICAR a **Processo de Compra 058/2026,** com fundamento no art. 75 da Lei n° 14.133/2021, para a contratação da empresa:

Empresa: STORT FLORICULTURA, DECORAÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 28.789.921/0001-02
Valor: 380,00 (Trezentos e oitenta reais).

Objeto: Aquisição de Coroa de Flores para o velório do Senhor Agripino Martins de Moura que será realizado na cidade de Tupaciguara no salão de Velório da Pirâmide.

Tupaciguara, 09 de Outubro de 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:6BBABF4C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 5997, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG.

DECRETO Nº 5997, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado nº 04/2026 foi devidamente homologado pelo Decreto nº 5996/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de convocação imediata para o início das atividades;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONVOCADO, para o preenchimento da vaga existente no momento, o candidato aprovado, constante no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º. O candidato convocado por este Decreto terá o prazo de 02 (dois) dias úteis (item 7.4-Edital do certame), a contar da data de sua publicação, para se apresentar na sede da Prefeitura Municipal de União de Minas -MG, no horário das 7 às 13h , munido dos documentos constantes do item 7.4, do Edital do certame, bem como outros julgados necessários pelo Departamento de Recursos Humanos.
§ 1º. Na hipótese da não apresentação da cópia da documentação prevista, para fins de atendimento à convocação, contratação temporária e designação do posto de trabalho, o candidato será

DESCLASSIFICADO do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 7.8 do edital.
§ 2º. Os documentos apresentados em cópia e original serão autenticados por servidor da prefeitura, podendo ser substituídos os originais caso sejam apresentadas cópias autenticadas por cartório, conforme edital.

Art. 3º. Somente será devida a remuneração ao servidor após completar 30(trinta) dias de efetivo exercício no cargo público.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor no dia de sua publicação.

União de Minas/MG, 09 de outubro de 2026.

Publique-se. Cumpra-se.

GEOVÁ TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTA DE CONVOCADOS

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS	CLASSIFICAÇÃO
EDILSON ANDRADE DA SILVA	1º

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:54F4A5D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 5998, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG.

DECRETO Nº 5998, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado nº 04/2026 foi devidamente homologado pelo Decreto nº 5996/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de convocação imediata para o início das atividades;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONVOCADO, para o preenchimento da vaga existente no momento, o candidato aprovado, constante no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º. O candidato convocado por este Decreto terá o prazo de 02 (dois) dias úteis (item 7.4-Edital do certame), a contar da data de sua publicação, para se apresentar na sede da Prefeitura Municipal de União de Minas -MG, no horário das 7 às 13h , munido dos documentos constantes do item 7.4, do Edital do certame, bem como outros julgados necessários pelo Departamento de Recursos Humanos.
§ 1º. Na hipótese da não apresentação da cópia da documentação prevista, para fins de atendimento à convocação, contratação temporária e designação do posto de trabalho, o candidato será DESCLASSIFICADO do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 7.8 do edital.
§ 2º. Os documentos apresentados em cópia e original serão autenticados por servidor da prefeitura, podendo ser substituídos os originais caso sejam apresentadas cópias autenticadas por cartório, conforme edital.

Art. 3º. Somente será devida a remuneração ao servidor após completar 30(trinta) dias de efetivo exercício no cargo público.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor no dia de sua publicação.

União de Minas/MG, 09 de outubro de 2026.

Publique-se. Cumpra-se.

GEOVÁ TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTA DE CONVOCADOS

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS	CLASSIFICAÇÃO
ADENALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR	2º

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:44012362

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 040/2026

O Município de Urucuia/MG torna pública a presente ERRATA referente à publicação do Termo de Credenciamento da empresa **CLINICA DE OLHOS ROMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.021.843/0001-99, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no dia **28 de setembro de 2026**, Ano XVIII, nº 4369, página 180, para correção da numeração do Termo de Credenciamento.**ONDE SE LÊ:** Termo de Credenciamento nº 039/2026.**LEIA-SE:** Termo de Credenciamento nº 040/2026. Ficam mantidas e ratificadas as demais informações constantes da publicação original.

Urucuia/MG, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:914B709D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2026

Processo Administrativo nº 058/2026 – Inexigibilidade nº 021/2026 – Credenciamento nº 011/2026 – Chamada Pública nº 001/2026. Contrato nº 072/2026, firmado entre o Município de Urucuia/MG e os fornecedores **PEDRO FERREIRA DE MELO**, inscrito no CPF nº 039.xxx.xxx-69, e **NEIDE CARDOSO DE SOUZA**, inscrita no CPF nº 052.xxx.xxx-67. **Objeto:** Aquisição parcelada de gêneros alimentícios da agricultura familiar para utilização na merenda escolar das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches Municipais, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Valor total:** R$ 36.909,70 (trinta e seis mil novecentos e nove reais e setenta centavos). **Vigência:** 12 (doze) meses, conforme condições contratuais. **Dotação Orçamentária:** 050112.306.0041.2022 – 339030000000 – Ficha 111 – Fonte 15000000; 050112.306.0041.2022 – 339030000000 – Ficha 113 – Fonte 15520000. **Data da assinatura:** 05 de outubro de 2026.

JOSÉ AÍLSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:EF59F3A9

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 257/2025

Processo Administrativo nº 141/2025 – Inexigibilidade nº 074/2025 – Credenciamento nº 014/2025. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 257/2025, firmado entre o Município de Urucuia/MG e a empresa **KAUANE DURAES DO ROSARIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 53.588.656/0001-33. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento de 09/10/2026 para 09/10/2027, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. **Dotação Orçamentária:**
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 260 – Fonte 15000002;
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 261 – Fonte 16000000;
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 263 – Fonte 16210000;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 300 – Fonte 15000002;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 301 – Fonte 16000000;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 302 – Fonte 16210000. **Data da assinatura:** 07 de outubro de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:34AD908D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 154/2026

EXTRATO CONTRATO 154/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 54/2026 – DISPENSA 18/2026 – OBJETO: Aquisição emergencial de óleos lubrificantes, graxa e fluidos automotivos (fluidos de freio e fluido para radiadores) destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Pública Municipal – CONTRATADO – AUTOLUB FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA. Valor do contrato: R$ 37.226,00 (Trinta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 30 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:72F95BE6

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 155/2026

EXTRATO CONTRATO 155/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 54/2026 – DISPENSA 18/2026 – OBJETO: Aquisição emergencial de óleos lubrificantes, graxa e fluidos automotivos (fluidos de freio e fluido para radiadores) destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Pública Municipal – CONTRATADO – DISTRIBUIDORA GERAL LTDA. Valor do contrato: R$ 19.590,00 (Dezenove mil, quinhentos e noventa reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 30 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:95008877

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 156/2026

EXTRATO CONTRATO 156/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 54/2026 – DISPENSA 18/2026 – OBJETO: Aquisição emergencial de óleos lubrificantes, graxa e fluidos automotivos (fluidos de freio e fluido para radiadores) destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Pública Municipal – CONTRATADO – SOTRIL LTDA. Valor do contrato: R$ 63.694,24 (Sessenta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 30 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:3CE33A52

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 158/2026

EXTRATO CONTRATO 158/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 50/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 25/2026 – OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte intermunicipal de servidores públicos, em veículo tipo ônibus, capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) passageiros, equipado com ar-condicionado, cintos de segurança individuais, conduzido por motorista devidamente habilitado (categoria D), de Veríssimo à Uberaba e vice-versa, pelo período de 01 (um) ano. – CONTRATADO – CRISVAN TOUR UBERABA TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME. Valor do contrato: R$156.375,00 (Cento e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: pelo período de 01 (um) ano, contados da data da assinatura do contrato.

Veríssimo/MG, 09 de outubro de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:6C538F00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PL 084/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 015/2026

AVISO DE LICITAÇÃO. OBJETO: CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO, TIPO A, LOCALIZADO NA RUA LUIZ EDUARDO MAGALHÃES, BAIRRO JARDIM DA GLÓRIA, NO MUNICÍPIO DE VESPASIANO/MG COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO N° 064609/2025, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE E O MUNICÍPIO DE VESPASIANO E RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO. **Abertura da sessão eletrônica:** dia 29/10/2026 as 09:30. Edital disponível na plataforma www.licitardigital.com.br.

CAROLINA VALADARES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Carolina Charine Valadares
Código Identificador:B9F7603B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO.** Processo Licitatório nº 130/2025. Concorrência Nº 001/2025. 2º Termo Aditivo ao Contrato 093/2025. Contratada: M & P PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: **Prorrogação do prazo de vigência e de execução** do Contrato nº 093/2025**, cujo objeto são as** OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO EM TRECHO DA RUA MÁRIO AMÉRICO BITTENCOURT NO BAIRRO BONSUCESSO, LOCALIZADO NA SEDE MUNICIPAL. Vigência do Termo Aditivo: 09/10/2026 a 31/01/2027. Justificativa: art. 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Volta Grande. 09/10/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:9F945C5F

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 47 AO CONTRATO Nº 001/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Município de Volta Grande. **QUADRAGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO.** Processo nº 001/2024, Inexigibilidade nº 001/2024- Fornecedor Contratado: Posto Alteza Comércio e Indústria LTDA, CNPJ nº 00.502.875/0008-68. Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços dos itens do Contrato nº 001/2024, com base no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor atual	Vlr reequilibrado
005	Óleo diesel S500	R$ 6,89	R$ 7,09

Volta Grande, 30/09/2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:536FE5DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA – Ata de Registro de Preço n. 68/2026, Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 15/2026. objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para locação de máquinas pesadas, equipamentos e caminhões, com disponibilização de operador ou motorista, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva e demais despesas necessárias à operação, destinados ao atendimento das demandas de manutenção e recuperação de estradas vicinais, terraplenagem, cascalhamento, drenagem, abertura e limpeza de valas, movimentação de solo, transporte de materiais e demais serviços de infraestrutura do Município, A favor de **SV TERRAPLANAGEM, CNPJ 44.043.705/0001-61**, vencedor do certame, totalizando um valor global de **R$ 9.856.860 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais)**. Ata Assinada em 09/10/2026. Validade de 12 meses.

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:B3E3A31D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 11/2026
O prefeito reconhece a situação da Ratificação da Dispensa e Autoriza a Contratação nos termos do Art. 75 Inciso II, Lei 14.133/21, referente a **AQUISIÇÃO 01 (UM) TRATOR CORTADOR DE GRAMA DIRIGÍVEL PARA O MUNICÍPIO DE ALPERCATA**, a favor: PIANNA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 39.621.867/0016-86. Valor Total da Contratação: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Data 09/10/2026. Dotação orçamentaria – fichas 182
EXTRATO DE CONTRATO N. 69/2026 – Dispensa 11/2026, referente a **AQUISIÇÃO 01 (UM) TRATOR CORTADOR DE GRAMA DIRIGÍVEL PARA O MUNICÍPIO DE ALPERCATA**, a favor: PIANNA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 39.621.867/0016-86. Valor Total da Contratação: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Data 09/10/2026. Vigência de 12 meses.

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:77E325E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
ADITIVOS

Aditivo: 1 - Contrato: 942025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : RDF COMERCIO DE PAPEIS E ELETRONICOS LTDA.
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 952025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : D. F. ASTOLPHO
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE

MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 962025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : W&M COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 972025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : PONTO OFFICE BRASIL LTDA
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 982025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : ALIANÇA COMERCIO E DISTRIBUIÇAO DE PAPELARIA LTDA
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 992025/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : OLIVEIRA & ANDRADE DISTRIBUIDORA LTDA
Valor: R$ 0,00
Vigência:: 02/10/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Pregão presencial Nº.: 49/2025
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAISESCOLARES / EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO ESCOLASMUNICIPAIS E CEMEI's.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:70D7616B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 21/2026

MUNICIPIO DE ALTEROSA-MG

Processo Licitatório 243/2026, Inexigibilidade 109/2026, Credenciamento 21/2026.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS E/OU EMPRESAS ESPECIALIZADAS HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESTOMATERAPIA, DESBRIDAMENTO E TRATAMENTO DE FERIDAS, DESTINADOS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTEROSA/MG.

O CREDENCIAMENTO SERÁ REALIZADO NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 13H00MIN (TREZE HORAS).

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações, situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, telefone (35) 92002-1895, de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs, pelo site: https://www.alterosa.mg.gov.br/licitacao ou pelo Email: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:EA3A99F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CONTRATOS

Contrato: 186/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Valor: R$100.000,00
Vigência:: 06/10/2026
Término: 06/10/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 108/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PACOTE DE SERVIÇOS DE POSTAGEM E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, NOTIFICAÇÕES, COMUNICADOS OFICIAIS, SERVIÇOS DE LOGÍSTICA POSTAL E DEMAIS SOLUÇÕES POSTAIS DISPONIBILIZADAS INSTITUCIONALMENTE, BEM COMO SERVIÇOS DE RECARGA DE CELULAR

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Contrato: 187/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : REZENDE & TEIXEIRA AUTO PEÇAS LTDA
Valor: R$8.727.979,34
Vigência:: 08/10/2026
Término: 08/10/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 18/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES AUTOMOTIVOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM TODA A FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – MINAS GERAIS.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Contrato: 188/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : HCMAQ PEÇAS LTDA
Valor: R$3.939.655,61
Vigência:: 08/10/2026
Término: 08/10/2027

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 18/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES AUTOMOTIVOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM TODA A FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – MINAS GERAIS.

Alterosa, 09 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:57E7F157

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS

INEXIGIBILIDADE Nº 107/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 241/2026
HOMOLOGAÇÃO: 05/10/2026 14:03
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO PREVENTIVA PERIÓDICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O VEICULO ÔNIBUS MERCEDESBENZ LO 916/48 EURO 6, PLACA TXU-8J55, INTEGRANTE DA FROTA UTILIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PRODOESTE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 3.265,01 (três mil e duzentos e sessenta e cinco reais, com um centavo)

09/10/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 108/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 242/2026
HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2026 13:36
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PACOTE DE SERVIÇOS DE POSTAGEM E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, NOTIFICAÇÕES, COMUNICADOS OFICIAIS, SERVIÇOS DE LOGÍSTICA POSTAL E DEMAIS SOLUÇÕES POSTAIS DISPONIBILIZADAS INSTITUCIONALMENTE, BEM COMO SERVIÇOS DE RECARGA DE CELULAR.

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
VALOR DA DESPESA: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

09/10/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:E8C184F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO 210/2026

RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório n.º 210/2026
Pregão presencial n° 2/2026
Objeto: SRP - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS DIVERSOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES VINCULADAS À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.
Recorrente:
HG COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ nº 34.425.883/0001-01.

O Município de Alterosa/MG, por intermédio da pregoeira e da respectiva equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 26/2026, **torna público** para conhecimento dos interessados que a empresa HG COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no **CNPJ N°** 34.425.883/0001-01**,** apresentou **RECURSO ADMINISTRATIVO, TEMPESTIVAMENTE,** contra decisão que desclassificou a proposta da Recorrente e habilitou/classificou a proposta da empresa concorrente para o Item 02, nos seguintes termos:

(.....)
O ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG
Referência: Pregão Presencial nº 44/2026 – Registro de Preços
Processo Licitatório nº: 210/2026

Recorrente: HG Com. de Mov. e Equips. Para Escritório LTDA (HG Móveis)
Item Recorrido: Item 02 (Cadeira tipo concha)

HG COM. DE MOV. E EQUIPS. PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.425.883/0001-01, com sede na R. Walter Ramos Jardim, 71, Jd. Nova Iguaçu, Piracicaba/SP, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, participante do certame em epígrafe, vem, tempestiva e respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na legislação vigente que rege as licitações públicas, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que desclassificou a proposta da Recorrente e habilitou/classificou a proposta da empresa concorrente para o Item 02, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS

A Recorrente participou do Pregão Presencial nº 44/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para
a aquisição de mobiliários para as unidades de saúde do município. Sagrou-se vencedora temporária do
Item 02, cuja descrição exigia:
"Cadeira tipo concha, confeccionada em plástico injetado de alta resistência (polipropileno ou material equivalente), com design ergonômico em peça única, possuindo encosto envolvente com aberturas vazadas para ventilação e assento anatômico... estrutura com quatro pés fixos em material metálico ou plástico reforçado, garantindo estabilidade e durabilidade; capacidade mínima de carga de aproximadamente 100 a 120 kg".
Após a solicitação de catálogo, a Recorrente encaminhou a documentação do modelo Tramontina Bistrô Laguna Branca. Contudo, foi surpreendida com a decisão de desclassificação sob a vaga justificativa de que o modelo possuiria "menor robustez construtiva" e não atenderia integralmente às características de resistência.
Ato contínuo, o pregoeiro convocou a segunda colocada (AC Distribuidora), cujo produto apresentado (Cadeira Domine Moveis) foi aprovado, ensejando a presente medida corretiva.

II. DO DIREITO E DAS RAZÕES RECURSAIS

1. Da Ilegalidade e Descumprimento do Edital pela 2ª Colocada

A aceitação da proposta da empresa AC Distribuidora constitui afronta direta ao edital e à Lei de Licitações.
O Termo de Referência foi expresso ao estipular que a estrutura da cadeira deve possuir "quatro pés fixos em material metálico ou plástico reforçado".
Todavia, o catálogo técnico oficial apresentado pela própria segunda colocada demonstra categoricamente que o produto ofertado (Cadeira Domine Moveis) possui como material dos pés a "Madeira natural de carvalho".
A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) é cristalina em seu artigo 59:
Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
(...)
II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

O Tribunal de Contas da União (TCU) e os Tribunais de Contas Estaduais possuem jurisprudência pacífica
no sentido de que a Administração Pública é vinculada estritamente ao edital (Princípio da Vinculação ao
Instrumento Convocatório). Permitir que um licitante vença apresentando um produto construído em
material totalmente diverso do exigido (madeira em vez de metal/plástico) fere a isonomia e a legalidade,
tornando a proposta inaceitável.

2. Da Arbitrariedade e Ausência de Motivação Técnica na Desclassificação da Recorrente
Por outro lado, a desclassificação da Recorrente sob o argumento genérico de "menor robustez" carece de respaldo técnico e viola o Princípio do Julgamento Objetivo (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021).
O edital fixou como requisito de capacidade de carga o patamar de "100 a 120 kg". O catálogo oficial do produto apresentado pela Recorrente comprova, sem margem para dúvidas, que a cadeira suporta um Peso Máximo Recomendável de 154 kg — superando com folga a exigência do edital —, sendo integralmente fabricada em Polipropileno Injetado, cumprindo rigorosamente a exigência de material.
Desclassificar uma proposta que atende e supera os requisitos objetivos de resistência e material com base em impressões estéticas ou meras suposições sobre "conformação estrutural" configura ato imotivado e arbitrário. O TCU reiteradamente reforça que decisões de desclassificação devem se basear em critérios estritamente objetivos previstos no edital, sendo vedado o subjetivismo do julgador.
III. DOS PEDIDOS
Diante de todo o exposto, por estarem violados os princípios da Legalidade, da Isonomia, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo, a Recorrente requer:
1. - O recebimento e provimento do presente Recurso Administrativo;
2. - A imediata desclassificação da empresa AC Distribuidora para o Item 02, tendo em vista que o produto ofertado possui pés fabricados em madeira natural de carvalho, descumprindo frontalmente o edital (Art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021);
3. - A reversão da decisão que desclassificou a Recorrente (HG Móveis), reconhecendo-se que o produto ofertado cumpre o material exigido (polipropileno injetado) e supera a exigência de resistência de carga (154 kg);
4. - Subsidiariamente, caso a Administração entenda que o modelo não atende ao padrão estético desejado, que seja o Item 02 declarado FRACASSADO, visto a inabilitabilidade técnica insanável da proposta subsequente, salvaguardando-se a lisura do certame.
Termos em que,
Pede deferimento.
Piracicaba, 09 de outubro de 2026.
HG COM. DE MÓV. E EQUIPS. P/ ESCRIT. LTDA, CNPJ 34.425.883/0001-01.

Diante do exposto, ficam os demais licitantes desde já intimados para, querendo, apresentarem **CONTRARRAZÕES NO PRAZO LEGAL DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, nos termos do § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Sem mais para o momento,

Alterosa/MG, 09 de Outubro de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Pregoeira.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:0E74517F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EXTRATO DE ADITIVO

PROCESSO 069/2025 – INEXIGIBILIDADE 015/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE UM CONJUNTO DE SERVIÇOS DE NATUREZA SINGULAR NO DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇO ESPECÍFICO E INDIVISÍVEL DE ESTUDO TÉCNICO-JURÍDICO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL, VISANDO SUBSIDIAR DEFESA DO TEXTO LEGISLATIVO IMPUGNADO NOS AUTOS DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, TENDO POR OBJETO O SUPERIOR INTERESSE DO MUNICÍPIO DE ALVARENGA (MG) PARA FINS DE PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALVARENGA NA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DA COMARCA DE TARUMIRIM-MG, COMPREENDENDO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS SINGULARES DE ESTUDOS DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, ELABORAÇÃO DE MEMORIAIS E SUSTENTAÇÃO ORAL NA SESSÃO DE JULGAMENTO, SERVIÇOS ESSES QUE EXIGEM TÉCNICA E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO NO CAMPO DO DIREITO CONSTITUCIONAL. **2º ADITIVO: CONTRATAD**O: MAURO BOMFIM – SOCIEDADE DE ADVOGADOS - 05.908.905/0001-88. **VIGÊNCIA**: 14/10/2026 À 14/04/2027.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:53F10A54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
PREGÃO 33/2026 - INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Informações do Processo

Processo:	0085/2026
Data de Abertura:	24/08/2026
Subunidade Responsável:	06001 - Secretaria de Saúde
Responsável pela Autuação:	108.258.666-85 - BARBARA RAIMUNDO NICOLATO
Objeto da Licitação:	PREPARAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE GRUPOS DE GERADORES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.
Natureza do Procedimento:	SC - Solicitação Comum
Tipo de Procedimento:	3 - Licitação
Modalidade:	7 - Pregão Eletrônico
Artigo Modalidade:	art. 28, I, Lei Federal n° 14.133/2021
Número Modalidade:	33
Natureza do Objeto:	2 - Compras e Outros Serviços
Reg. Exec. Obra/Serviço:	N/D
Justificativa da escolha de modalidade:	MODALIDADE CONFORME NATUREZA DA DEMANDA DO OBJETO MEDIANTE AS NORMAS EXPRESSAS NO ARTIGO 28,LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
Critério de julgamento:	Menor Preço por Lote
Situação do Processo:	CANCELADO
Justificativa do Cancelamento:	Sessão deserta.
Data do Cancelamento:	25/09/2026

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:33B17770

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 050/2024. Processo Licitatório nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 06/2024. Empresa: **TOP GESTÃO LTDA**. CNPJ nº 08.913.064/0001-95. Objeto: formalização da repactuação referente a revisão dos custos com base na **CCT 2026**, correspondente ao valor de **R$ 43.798,92.**

Bela Vista de Minas, 09 de outubro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES - Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:6ADBD814

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – Torna público o **CONTRATO Nº 158/2026 - PROCESSO Nº 85/2026 – ADESÃO 09/2026.** Empresa: **FIND SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA** – CNPJ Nº 19.810.139/0001-29**.** Objeto: para contratação de solução integrada de Tecnologia da Informação destinada à gestão da Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo treinamento e implantação, gerenciamento de processos governamentais, indicadores de saúde e organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento, conforme as condições estabelecidas na **Ata de Registro de Preços nº 011/2025** e nos instrumentos que lhe deram origem Valor: R$ 130.030,00. Vigência: 12 (doze) meses.

Bela Vista de Minas, 09 de outubro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES – Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:2A6E3539

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO**, **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO**da Dispensa Emergencial nº 08/2026, Processo nº 86/2026. Objeto: contratação a prestação de serviços técnicos especializados de geologia/geologia-geotecnia, compreendendo vistoria técnica presencial, avaliação das condições geológicas e geotécnicas da área afetada por desprendimento ou possibilidade de desprendimento de blocos rochosos, identificação e avaliação dos riscos, indicação de medidas preventivas e emergenciais e elaboração de Laudo/Relatório Técnico, com emissão da respectiva ART ou documento de responsabilidade técnica cabível. Empresa: CONSTRUTORA BRETAS LTDA- CNPJ: 16.523.516/0001-50**.**Valor Total: R$ 34.200,00. Vigência 90 dias.

Bela Vista de Minas, 09 de outubro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA ÁVILA COSTA MAGALHÃES– Prefeita Municipal.

Publicado por:
Edilaine Pereira de Vasconcelos
Código Identificador:9897850F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 133/2026. **Modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2026**. Objeto: aquisição de materiais e equipamentos para os PSF's, em atendimento a demanda da Secretaria de Saúde. A sessão será realizada no **dia 23/10/2026, às 14h00min.** Os interessados poderão obter cópia do edital na Praça Raul Soares, nº 20, na cidade de Bicas ou acessar os endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e http://www.bicas.mg.gov.br. Departamento de Licitações.

Publicado por:
Gustavo Pena Mazzoco
Código Identificador:0197E6B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

NÚMERO : 000104 / 2026 Processo Licitatório nº 00107 / 2026, Dispensa 000064 / 2026 que objetiva a aquisição de armário específico e sob medidas, incluso materiais e instalação para suprir necessidades da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Biquinhas . Contratada: Maria Vitória Bernardes Alves Vieira, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, n° 729, APi CENTRO, Luz de MG, CEP: 35.595-000, inscrita no CNPJ sob o n° 63.800.647/0001-18. Valor global de R$ 8.400,0000 (Oito Mil e Quatrocentos Reais). Dotação Orçamentária: 02.02.01.04.122.0003.2006.33903900Vigência: 08 de Outubro de 2026 até 07 de Outubro de 2027.

Publicado por:
Lorena Souza Oliveira Menezes
Código Identificador:C29CCCA2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.050/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 9.050/2026

DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO E NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL DE Nº 4.339, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNICAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA** (MG), Sr. **Roberto Jairo Torres**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
Considerando o disposto na Lei Municipal de nº 4.339, de 28 de dezembro de 2023;
Considerando o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) Ana Cleusa Faria, matrícula 1807, em 09/09/2026, conforme protocolo de nº 7038, acompanhado dos documentos exigidos pelo parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal de nº 4.339, de 28 de dezembro de 2023,
DECRETA:
Art. 1º Fica a servidora Ana Cleusa Faria, matrícula 1807, inscrita no CPF sob o nº XXX.910.438-XX, enquadrada e nomeada para o cargo de técnico de enfermagem, exercendo as atribuições previstas na Lei Municipal de nº 3.798, de 30 de junho de 2016.
Art. 2º Para efetivar o disposto no art. 1º neste Decreto, fica extinto 1 (um) cargo de auxiliar de enfermagem e criado 1 (um) cargo de técnico de enfermagem no plano de cargos e vencimentos da administração geral do Município de Bocaiuva, Lei Municipal de nº 3.798, de 30 de junho de 2016.
Art. 3º Deverá ser arquivado na pasta funcional do(a) servidor(a) o original do requerimento formulado, com os respectivos documentos, e cópia deste Decreto, devendo ainda, o Setor de Recursos Humanos, realizar as devidas adequações nos sistemas e cadastros do Município.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2026.

Bocaiuva (MG), 09 de outubro de 2026.

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva (MG)

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:F97D576F

ASSESSORIA JURIDICA
EDITAL Nº 02/2026 - BANCO DE INTERESSADOS PARA COMISSÕES MUNICIPAIS E DEFENSORIA DATIVA

EDITAL DE CADASTRAMENTO DE SERVIDORES APTOS

Município de Bocaiuva - MG
EDITAL Nº 02/2026 - BANCO DE INTERESSADOS PARA COMISSÕES MUNICIPAIS E DEFENSORIA DATIVA
O MUNICÍPIO DE BOCAIUVA torna público o cadastramento permanente de servidores efetivos e comissionados interessados em integrar comissões municipais ou atuar como defensores dativos. O cadastro não gera direito à nomeação, precedência absoluta ou folga remunerada.
1. OBJETO
Formar banco de servidores aptos, promover transparência, qualificação técnica e rodízio, sem afastar a competência discricionária motivada da autoridade nomeante.
2. REQUISITOS
Poderão se cadastrar servidores efetivos e comissionados que não incidam nas vedações dos arts. 2º e 6º da Lei nº 4.584/2026. Para defensor dativo, terão preferência servidores com conhecimento jurídico ou experiência em processos administrativos.
3. INSCRIÇÃO
Inscrições de 13/10/2026 a 23/10/2026, presencialmente, na sede da Assessoria Jurídica, das 8h00m às 17h00m, mediante formulário, currículo funcional simplificado, certificados pertinentes e declaração de veracidade, disponibilidade e ausência de impedimentos.
4. CLASSIFICAÇÃO
A seleção considerará aderência da formação ao objeto, capacitações, experiência, desempenho funcional, assiduidade, histórico funcional, carga atual, limites legais e rodízio. A autoridade registrará motivação objetiva para cada designação.
5. VALIDADE
O cadastro vigorará por 12 (doze) meses e poderá ser atualizado. Alterações de situação funcional deverão ser comunicadas em 5 dias úteis.
6. PROTEÇÃO DE DADOS
Os dados serão tratados para seleção, designação, controle e prestação de contas, com acesso restrito aos setores competentes e publicação apenas do necessário.
7. DISPOSIÇÕES FINAIS
A inscrição implica ciência da legislação e não afasta verificação posterior de requisitos. Dúvidas serão dirigidas ao email: juridico@bocaiuva.mg.gov.br

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Nome completo / matrícula / cargo / lotação:

Vínculo: ( ) efetivo ( ) comissionado

Escolaridade e área de formação:

Comissões/áreas de interesse:

( ) Interesse em defensor dativo. Experiência jurídica/processual:

Comissões e processos atuais (função e período):

Cursos/capacitações pertinentes:

Telefone/e-mail funcional:

Declaro verdadeiras as informações, autorizo seu uso administrativo para as finalidades do edital e comprometo-me a informar qualquer impedimento, afastamento, penalidade ou alteração relevante.

_____
[NOME]
Servidor interessado

HENRIQUE TONDINELI NETO
Assessor Jurídico
Portaria Municipal Nº 001/2025

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:377026D5

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 188/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 188/ 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA CARGOS QUE COMPÕEM A SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA, ESTADO DE MINAS GERAIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA (MG)**, Sr. **Roberto Jairo Torres**, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 86 da Lei Orgânica Municipal, e embasado na Lei Municipal n° 3.566, de 05 de março de 2013, e demais disposições correlatas,
RESOLVE:
Art. 1º **NOMEAR**, a partir de 05 de outubro de 2026, **ROSIANE DAS GRAÇAS DE SOUZA**, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o n° XXX.949.146-XX, para provimento e exercício do cargo de **COORDENADORIA DE APOIO** à **SEÇÃO DE APOIO AOS CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES**, junto à **SECRETARIA DE GOVERNO**, com obrigações, atribuições e vencimentos de acordo com o previsto na Lei Municipal de n° 3.566/2013, e demais disposições vigentes.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data da publicação, no lugar de costume, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Bocaiuva (MG), 09 de outubro de 2026.

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva - MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:66D3F5F2

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 189/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 189/ 2026

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE, DETERMINA AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA (MG), Sr. **Roberto Jairo Torres**, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 164, 168, 170 e 207 da Lei Municipal nº 3.266, de 3 de setembro de 2007, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bocaiúva, e
Considerando o dever da autoridade administrativa de promover a apuração das irregularidades de que tiver ciência no serviço público, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
Considerando o Memorando nº 1.053/2026/SME, de 7 de outubro de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, Maria Luzia Leal Ferreira Leite, que solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e o afastamento preventivo da servidora Eliene de Fátima Ferreira, Monitora Escolar, matrícula nº 21578, em exercício no CEMEI Bonfim;
Considerando os registros escritos da unidade escolar, datados de 6 de outubro de 2026, e o boletim de ocorrência registrado em 7 de outubro de 2026, encaminhados com o referido memorando, que noticiam possível utilização de barbante para contenção física de criança atendida na unidade, em episódio indicado como ocorrido em

5 de outubro de 2026, bem como a existência de marcas nas mãos da criança;

Considerando que os registros apresentam relatos sobre a conduta atribuída à servidora e sobre a utilização do procedimento em outras ocasiões, circunstâncias que deverão ser esclarecidas mediante regular instrução, sem antecipação de conclusão sobre sua veracidade ou sobre a responsabilidade;

Considerando que a apuração demandará a oitiva de profissionais que atuam na mesma unidade escolar e que relataram ou tiveram conhecimento dos fatos, além da obtenção e preservação dos registros pertinentes;

Considerando que a permanência da servidora no exercício de suas funções a manteria em contato funcional cotidiano com pessoas cujos depoimentos são relevantes para a instrução, circunstância que, diante da imputação de conduta ocorrida no próprio ambiente de trabalho e da necessidade de confrontar os relatos, evidencia risco de influência sobre a produção da prova oral, justificando seu afastamento temporário para resguardar a liberdade dos depoimentos e a regularidade da apuração;

Considerando que o afastamento do exercício das funções impede a continuidade desse contato funcional durante as diligências iniciais, as oitivas e a confrontação dos elementos colhidos, sendo fixado pelo prazo de 30 (trinta) dias, com reavaliação de sua necessidade no curso da instrução;

Considerando que a gravidade dos relatos e a necessidade de preservar a segurança do ambiente escolar reforçam a urgência das providências administrativas, sem substituir a finalidade específica do afastamento preventivo prevista no art. 168 do Estatuto;

Considerando que, conforme informado para a instauração deste procedimento, a servidora possui vínculo temporário por excepcional interesse público, ao qual o art. 168 atribui disciplina específica quanto à manutenção da remuneração e ao término contratual;

Considerando que a instauração do PAD e o afastamento preventivo possuem, respectivamente, finalidade de apuração e natureza cautelar, não constituindo reconhecimento de culpa nem aplicação antecipada de penalidade;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar - PAD em face de Eliene de Fátima Ferreira, Monitora Escolar, matrícula nº 21578, CPF nº 094.***.***-**, contratada temporariamente por excepcional interesse público, em exercício no CEMEI Bonfim, destinado à apuração dos fatos noticiados no Memorando nº 1.053/2026/SME, de 7 de outubro de 2026, e em seus anexos.

§ 1º Constitui objeto da apuração a possível utilização de barbante para contenção física de criança atendida na unidade escolar, no episódio indicado como ocorrido em 5 de outubro de 2026, as circunstâncias das marcas relatadas, a eventual repetição de condutas da mesma natureza e os fatos diretamente conexos descritos na documentação que instrui a instauração.

§ 2º A Comissão deverá esclarecer as divergências entre os relatos, individualizar as condutas e suas circunstâncias e realizar o enquadramento jurídico conforme as provas produzidas, assegurada à servidora oportunidade de defesa sobre os fatos que lhe forem imputados.

Art. 2º Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Sindicância e/ou de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria Municipal nº 112/2026, alterada pela Portaria Municipal nº 129/2026, com a seguinte composição:

NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	MATRÍCULA
ANA ROMERA DE SOUZA	Presidente	2843
SOLIENE CRUZ DE SOUZA	Suplente	6937
REGINA APARECIDA DA CRUZ	Secretária	6821
ELICKSA SAMARA DA COSTA SOARES	Suplente	22060
ANE FRÓIS DINIZ SILVA	Membro	20418
LEANDRA PIMENTA OLIVEIRA	Suplente	22257

Parágrafo único. Os suplentes atuarão nas hipóteses previstas nos atos de composição da Comissão, devendo ser observados os requisitos legais de seus integrantes e os eventuais impedimentos e suspeições.

Art. 3º Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão poderá requisitar documentos e informações, colher declarações e depoimentos, promover diligências e produzir as demais provas admitidas, observadas as competências previstas no Estatuto e na Portaria Municipal nº 112/2026.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação e a direção da unidade deverão preservar e disponibilizar os registros escolares relativos aos fatos, eventuais imagens existentes, fotografias mencionadas nos relatos, registros de atendimento e identificação das pessoas que possam contribuir para a apuração, vedada a alteração ou eliminação dos elementos de prova.

§ 2º A Comissão requisitará ao setor de Recursos Humanos o instrumento de contratação da servidora, seus eventuais aditivos, o prazo de vigência, a descrição das atribuições e os assentamentos funcionais pertinentes.

§ 3º As requisições deverão indicar objeto e prazo razoável para atendimento, devendo eventual impossibilidade ser justificada por escrito, sem prejuízo da apuração de recusa injustificada nos termos da legislação aplicável.

§ 4º A documentação relativa à criança, inclusive sua identificação, imagens e informações de saúde, será tratada com acesso restrito na forma da legislação aplicável, assegurado à servidora e a seu defensor o acesso necessário ao exercício da defesa.

Art. 4º Com fundamento no art. 168 da Lei Municipal nº 3.266/2007 e nas razões expostas nesta Portaria, **fica determinado o afastamento preventivo de Eliene de Fátima Ferreira do exercício de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da ciência pessoal da decisão, a ser providenciada imediatamente após a publicação**, observadas as regras de contagem do art. 212 do Estatuto.

§ 1º Durante o afastamento, a servidora não exercerá atividades funcionais no CEMEI Bonfim nem em outra unidade municipal, permanecendo obrigada a atender às notificações regularmente expedidas no PAD.

§ 2º Em observância à disciplina específica dos contratos temporários por excepcional interesse público constante do art. 168, a remuneração será mantida nos primeiros 30 (trinta) dias do afastamento, limitada à vigência do contrato, cessando seu pagamento a partir do 31º dia enquanto perdurar a medida.

§ 3º A medida poderá ser revogada antes do término, mediante decisão fundamentada da autoridade instauradora, se cessarem as razões que a justificam, cabendo à Comissão comunicar prontamente a conclusão das diligências pertinentes ou outras circunstâncias que recomendem sua reavaliação.

§ 4º A Comissão apresentará à autoridade instauradora, até o 25º dia do afastamento, informação sobre as diligências realizadas, as provas pendentes e a persistência ou cessação dos motivos da cautelar, para reavaliação fundamentada antes de encerrado o período de manutenção da remuneração.

§ 5º Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias, cessarão os efeitos do afastamento, ainda que não concluído o PAD, devendo o setor de Recursos Humanos adotar as providências de retorno ao exercício, caso o vínculo permaneça vigente e inexista outro impedimento legal.

Art. 5º O afastamento preventivo não prorroga o prazo de vigência do contrato temporário. Se ocorrer seu termo final durante o afastamento ou a tramitação do PAD, o ato de encerramento contratual deverá ressalvar a existência deste procedimento, que prosseguirá para as medidas posteriormente cabíveis, nos termos do parágrafo único do art. 168 do Estatuto.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de 30 (sessenta) dias corridos, contado da publicação desta Portaria, para concluir a apuração e encaminhar relatório final à autoridade competente, admitida prorrogação por igual prazo mediante decisão fundamentada, quando as circunstâncias o exigirem, nos termos dos arts. 173 e 212 da Lei Municipal nº 3.266/2007, assegurados o contraditório e a ampla defesa conforme o art. 174 do mesmo diploma.

Parágrafo único. Deverão ser priorizadas a preservação dos elementos de prova e as oitivas dos profissionais envolvidos, de modo a limitar a duração do afastamento ao período efetivamente necessário à proteção da apuração.

Art. 7º Determina-se a autuação do Memorando nº 1.053/2026/SME e de seus anexos, a notificação pessoal da servidora, com entrega de cópia desta Portaria, e a comunicação à Comissão Processante, à Secretaria Municipal de Educação, à direção do CEMEI Bonfim e ao setor de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de outubro de 2026.

Bocaiuva (MG), 9 de outubro de 2026.

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva (MG)

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:5A758A6D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0190/2025. Processo Licitatório 0153/25. Concorrência 005/25. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CENTRO CULTURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. Fornecedor: NOVAIS INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA.Os valores unitários dos itens ficam reajustados para os valores conforme a seguir:

53495 DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CERÂMICO OU LADRILHO HIDRÁULICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE DEMOLIÇÃO DE CONTRAPISO, TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO: R$ 20,77
53496 REMOÇÃO MANUAL DE FOLHA DE PORTA OU JANELA DE MADEIRA OU METÁLICA, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL: R$ 11,37
53498 DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONSTRUÇÃO EM ALVENARIAS DE VEDAÇÃO, COM ESPESSURA MÁXIMA DE 15CM, INCLUSIVE REMOÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DE ESQUADRIAS, AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO/REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL: R$ 20,90
53499 REMOÇÃO DE LOUÇAS (LAVATÓRIO, BANHEIRA, PIA, VASO SANITÁRIO, TANQUE), COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL: R$ 53,96
53502 REMOÇÃO MANUAL DE LUMINÁRIA COMPACTA (PLAFON, PAINEL LED, ETC.) EMBUTIDA OU SOBREPOR, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL: R$ 7,73
53504 BACIA SANITÁRIA (VASO) DE LOUÇA CONVENCIONAL ACESSÍVEL (PCR/PMR), COR BRANCA, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO/ VEDAÇÃO, VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA COM ACIONAMENTO DUPLO, TUBO DE LIGAÇÃO DE LATÃO COM CANOPLA E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE ASSENTO: R$ 1.548,19
53505 BACIA SANITÁRIA (VASO) DE LOUÇA CONVENCIONAL, COR BRANCA, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO/VEDAÇÃO, VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA COM ACIONAMENTO DUPLO, TUBO DE LIGAÇÃO DE LATÃO COM CANOPLA E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE ASSENTO: R$ 1.256,64
53506 MICTÓRIO SIFONADO DE LOUÇA BRANCA, INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL, EXCLUSIVE VÁLVULA DE DESCARGA: R$ 840,79
53507 VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA PARA MICTÓRIO COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO, EXCLUSIVE MICTÓRIO: R$ 339,15
53508 TORNEIRA METÁLICA PARA LAVATÓRIO, ABERTURA 1/4 DE VOLTA, ACABAMENTO CROMADO, COM AREJADOR, APLICAÇÃO DE MESA, INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL METÁLICO: R$ 129,97
53509 BANCADA EM GRANITO, COR CINZA ANDORINHA, ESP. 2CM, ACABAMENTO POLIDO, APOIADA EM CONSOLE DE METALON (50X30)MM, EXCLUSIVE RODABANCA/FRONTÃO, TESTEIRA/FAIXA, FURO EM BANCADA, CUBA METÁLICA, VÁLVULA, SIFÃO, TORNEIRA E ENGATE FLEXÍVEL: R$ 523,18
53510 RODABANCA/FRONTÃO PARA BANCADA EM GRANITO, COR CINZA ANDORINHA, ESP. 2CM, ALTURA DE 7CM, INCLUSIVE REJUNTAMENTO EM MASSA PLÁSTICA NA COR DA PEDRA: R$ 56,20
53511 TESTEIRA PARA BANCADA EM GRANITO, COR CINZA ANDORINHA, ESP. 2CM, ALTURA DE 5CM, INCLUSIVE POLIMENTO, CORTE/COLAGEM EM MEIA ESQUADARIA E MASSA PLÁSTICA NA COR DA PEDRA: R$ 237,12
53512 CUBA DE LOUÇA BRANCA DE EMBUTIR, FORMATO OVAL, INCLUSIVE VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE METAL COM ACABAMENTO CROMADO, SIFÃO DE METAL TIPO COPO COM ACABAMENTO CROMADO: R$ 536,84
53513 DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, ESP. 3CM, INCLUSIVE INSTALAÇÃO, FERRAGENS EM LATÃO CROMADO E ACESSÓRIOS: R$ 816,78
53517 PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019: R$ 821,18
53518 TARJETA TIPO LIVRE/OCUPADO PARA PORTA DE BANHEIRO. AF_12/2019: R$ 108,29
53519 FECHADURA TIPO INTERNA (GORGE), GRAU DE SEGURANÇA MÉDIO, DISTÂNCIA DE BROCA 40MM, ACABAMENTO COM ESPELHO CROMADO E MAÇANETA MODELO ALAVANCA EM ZAMAC, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E DUAS (2) CHAVES: R$ 134,80
53520 REVESTIMENTO COM PORCELANATO APLICADO EM PISO, ACABAMENTO POLÍDO, AMBIENTE INTERNO, PADRÃO EXTRA, BORDA RETIFICADA, DIMENSÃO DA PEÇA (60X60)CM, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO: R$ 133,84
53521 REVESTIMENTO COM CERÂMICA APLICADO EM PAREDE, ACABAMENTO ESMALTADO, AMBIENTE INTERNO/EXTERNO, PADRÃO EXTRA, DIMENSÃO DA PEÇA ATÉ 2025 CM2, PEI III, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO: R$ 87,91
53523 CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO: R$ 11,58
53524 EMBOÇO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO: R$ 41,94
53525 REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) , ESP. 30MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO: R$ 57,17
53526 FORRO EM CHAPA DE GESSO ACARTONADA, ESP. 12,5MM, COM FIXAÇÃO DO TIPO ESTRUTURADA EM PERFIL METÁLICO, EXCLUSIVE PERFIL TABICA, SANCA E MOLDURA, INCLUSIVE ACESSÓRIOS E FIXAÇÃO: R$ 79,87
53527 PISO EM CONCRETO PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA COM FCK DE 10MPA, SEM ARMAÇÃO, ACABAMENTO RÚSTICO, ESP. 5CM, INCLUSIVE FORNECIMENTO, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO, SARRAFEAMENTO, EXCLUSIVE JUNTA DE DILATAÇÃO: R$ 68,94
53532 ASSOALHO/TÁBUA CORRIDA EM MADEIRA DE LEI, LARGURA DE 10CM, INCLUSIVE ASSENTAMENTO COM COLA, EXCLUSIVE APLICAÇÃO DE VERNIZ EM PISO DE MADEIRA: R$ 349,92
53533 APLICAÇÃO DE VERNIZ, COM ACABAMENTO BRILHANTE, EM PISO DE MADEIRA, TIPO ASSOALHO/TÁBUA CORRIDA, DUAS (2) DEMÃOS, INCLUSIVE RASPAGEM E CALAFETAÇÃO: R$ 53,87
53534 SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES: R$ 34,24
53537 LIXAMENTO MANUAL EM PAREDE PARA REMOÇÃO DE TINTA: R$ 3,82
53538 PREPARAÇÃO PARA EMASSAMENTO OU PINTURA (LÁTEX/ ACRÍLICA) EM PAREDE, INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO: R$ 8,93

53539 EMASSAMENTO EM FORRO DE GESSO COM MASSA CORRIDA (PVA), UMA (1) DEMÃO, INCLUSIVE LIXAMENTO PARA PINTURA: R$ 20,72
53540 EMASSAMENTO EM PAREDE COM MASSA CORRIDA (PVA), DUAS (2) DEMÃOS, INCLUSIVE LIXAMENTO PARA PINTURA: R$ 23,44
53541 PINTURA ACRÍLICA EM PAREDE, DUAS (2) DEMÃOS, COM APLICAÇÃO MANUAL, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA): R$ 18,72
53542 PINTURA COM VERNIZ SINTÉTICO MARÍTIMO EM ESQUADRIAS DE MADEIRA, DUAS (2) DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO BRILHANTE, COM APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO: R$ 28,33
53545 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO, COM TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS INCLUSOS.: R$ 165.015,98
53546 Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm: R$ 141,88
53547 FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (1.1/2"), INCLUSIVE CONEXÕES: R$ 42,78
53548 REGISTRO DE GAVETA, TIPO BASE, ROSCÁVEL 1.1/2" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM), INCLUSIVE ACABAMENTO (PADRÃO MÉDIO) E CANOPLA CROMADOS: R$ 233,78
53550 PONTO DE EMBUTIR PARA ESGOTO EM TUBO PVC RÍGIDO, PB - SÉRIE NORMAL, DN 40MM (1.1/2"), EMBUTIDO NA ALVENARIA/PISO,COM ALTURA (SAÍDA) DE 50CM DO PISO, COM DISTÂNCIA DE ATÉ CINCO (5) METROS DO RAMAL DE ESGOTO, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, INCLUSIVE CONEXÕES E FIXAÇÃO DO TUBO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA: R$ 200,83
53552 Espelho plano 4mm: R$ 535,60
53553 DISTRIBUIDOR/DISPENSER PARA ÁLCOOL EM GEL OU SABONETE LÍQUIDO, EM PLÁSTICO, CAPACIDADE RESERVATÓRIO 800ML, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO: R$ 74,34
53554 DISTRIBUIDOR/DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO EM PLÁSTICO, TIPO SOBREPOR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO: R$ 72,48
53555 DISTRIBUIDOR/DISPENSER PARA PORTA PAPEL TOALHA PARA INTERFOLHAS DE DUAS (2) OU TRÊS (3) DOBRAS, EM AÇO INOX, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO: R$ 175,79
53556 PLACA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, DIMENSÃO (85X50)CM, PARA INAUGURAÇÃO, INCLUSIVE FIXAÇÃO: R$ 2.996,05
53557 LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA: R$ 9,39

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:CA01A511

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 133/2024. Processo Licitatório 0113/2024, Pregão Eletrônico 0042/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor: SERQUIP TRATAMENTOS DE RESIDUOS MG LTDA. Renovação da vigência para 10/10/2027.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:F67464FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 044/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

ADJUDICO o objeto desta licitação a(s) empresa(s):
Méthodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda, inscrita no CNPJ 19.035.971/0001-03, CREDENCIADA para os seguintes Item: item 1 – realização de exames laboratoriais eletivos, voltados a atender pacientes do sistema único de saúde – sus de acordo com valores estabelecidos na tabela sigtap-sus, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de borda da mata (mg).

Borda da Mata/MG, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o que consta nos autos do Processo Licitatório 266/2025 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para todos os efeitos previstos em Lei.

Borda da Mata/MG, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:8040C29C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 044/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para realização de exames laboratoriais eletivos, voltados a atender pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS de acordo com valores estabelecidos na Tabela SIGTAP-SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Borda da Mata (MG), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Aos nove dias do mês de outubro de 2026, às 09h30min, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Borda da Mata (MG), o Agente de Contratação, Marco Antônio Rocha Villibor, designado pela Portaria nº 01/2025, no uso de suas atribuições legais, procedeu à análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados para o certame em epígrafe.
1. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
No dia 08 de outubro de 2026, a empresa abaixo relacionada encaminhou sua proposta comercial e a documentação de habilitação de forma eletrônica, via e-mail, manifestando interesse no certame e apresentando as certidões exigidas:
Razão Social: Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia
CNPJ: 19.035.971/0001-03
2. DA ANÁLISE E DECISÃO
O Agente de Contratação realizou a conferência minuciosa de toda a documentação de habilitação exigida no Edital de Credenciamento nº 006/2025 e em seus anexos (regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica). Após a verificação, constatou-se que a empresa cumpriu integralmente todos os requisitos e exigências editalícias.

Diante disso, o Agente de Contratação declara a empresa **METHODOS LABORATÓRIO, ANÁLISES CLÍNICAS E HEMATOLOGIA** como **HABILITADA** no respectivo processo de credenciamento.

3. DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente Ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelo Agente de Contratação para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Publique-se nos termos da legislação vigente.

Borda da Mata (MG), 09 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Agente de Contratação
Portaria 001/2025

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:A4696ACE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 077/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES DE NATAL, DESTINADAS A ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 077/2026
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES DE NATAL, DESTINADAS A ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA.

O Município de Borda da Mata, torna público aos interessados, que nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 14/10/2026 ao dia 16/10/2026, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES DE NATAL, DESTINADAS A ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**", a documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas concomitantemente à apresentação da proposta, a empresa deverá encaminhar/protocolar a documentação prevista no item 13 do Termo de Referência e em seus respectivos subitens, sob pena de inabilitação. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: http://www.bordadamata.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é **graciela-licitacao@bordadamata.mg.gov.br** e/ou **licitacao@bordadamata.mg.gov.br** . A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Borda da Mata, 09 de Outubro de 2026

MARIA GRACIELA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Graciela da Costa
Código Identificador:4ACD9AFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 232/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 044/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

OBJETO: Credenciamento empresas especializadas para realização de exames laboratoriais eletivos, voltados a atender pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS de acordo com valores estabelecidos na tabela SIGTAP-SUS, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de borda da mata (mg), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. CONTRATADA: Méthodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda, inscrita no CNPJ 19.035.971/0001-03, CREDENCIADA para os seguintes Item: item 1 – realização de exames laboratoriais eletivos, voltados a atender pacientes do sistema único de saúde – sus de acordo com valores estabelecidos na tabela sigtap-sus, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de borda da mata (mg). ASSINATURA: 09 de outubro de 2026. VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 01/102027.

Borda da Mata – MG, 09 de outubro de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:9D0481FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 126/2022
REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS - Torna público o extrato do 4º termo aditivo ao contrato nº 126/2022, referente ao Processo Licitatório nº 173/22, entre o Município de Brazópolis e a GRIFON DIGITAL SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.579.777/0003-08, localizada à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.748, Sala 1.903, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04.571-000; neste ato representado pela Sra. Alessandra Patrícia de Sousa, portadora do Registro Geral 25.167.154-9 SSP/SP e CPF sob o nº 150.114.998-98. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência e atualizar o valor do contrato pelo índice INPC (3,98% referência agosto 2026) do contrato nº 126/2022, proveniente do Processo Licitatório nº 173/2022, na Modalidade Dispensa nº 061/2022, em função do memorando nº 002/2024 apresentado pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na qual passa a ter a seguinte redação: CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA: 4.1- O presente Termo Aditivo terá o início em 16/10/2026 a 16/10/2027, a contar do encerramento do prazo atual do Termo, podendo ser renovado mediante manifestação das partes ou rescindido, a qualquer tempo, por convenção entre as partes, ou, ainda unilateralmente, sob aviso, com prazo mínimo de 30(trinta) dias pela parte desistente à outra. CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR: 7.1. O valor total do presente Contrato passará a ser de R$2.360,52 (dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), sendo o valor mensal de R$ 196,71 (cento e noventa e seis reais e setenta e um centavo). Assinado em 15/10/2025.

Brazópolis 15/10/2025.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:CEE1E886

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
LEI Nº 13.019/14 - MROSC - PROCESSO MROSC/SECULT Nº 10/2026 - TERMO DE FOMENTO Nº 024/2026

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2026 - OBJETO: Parceria entre o Município de Cambuí e a Associação Vila Glória para repasse de verba de emendas parlamentares impositivas nº 01, 04 e 10/2025 para realização de Festa do Dia das Crianças. VALOR: R$5.500,00.

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:64B73783

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 235/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 2.081/2009;

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR os servidores, abaixo relacionados, para constituir a Comissão do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Cambuí.

- Elza Benedita Correia (Presidente)
- Ana Paula Alvarenga Morais Del'Agnolo
- Renan Tavares de Lima

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em sua totalidade a Portaria n.º 161/2026.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:D36E480C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 236/2026

> "Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação Para Celebração de Parcerias Entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil Conforme Lei Federal n.º 13.019/2014 Alterada Pela Lei Federal n.º 13.204/2015 e o Decreto Municipal n.º 184/2017"

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar as parcerias com Organizações da Sociedade Civil celebradas com a Administração Pública mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento.

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

- Julielen Lambert Pereira

- Franciele Natali Lopes

Art. 2º - Compete à Comissão de Avaliação e Monitoramento apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebradas por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§ 1º - Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita *in loco*, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§ 2º - O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em sua totalidade a Portaria n.º 163/2026.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:A61D3860

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 238/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhes são atribuídas por Lei;

CONSIDERANDO o instituto da readaptação previsto no art. 6º, III da Lei Municipal n.º 1.438/1998;

CONSIDERANDO a regulamentação de tal instituto através do Decreto n.º 008/2022;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Processo de Readaptação n.º 007/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - READAPTAR a servidora *Juliana de Paula Tamayo Ribeiro* no cargo de Auxiliar Administrativo I, para que exerça as funções inerentes ao referido cargo, conforme pretendido pela servidora, devido à sua situação frágil de saúde.

Art. 2º - DETERMINAR a reavaliação médica da servidora a cada período de 120 (cento e vinte) dias conforme dispõe o art. 9º do Decreto n.º 008/2022, nos termos do Anexo I do referido Decreto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:9248D6D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 239/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o artigo 105 da Lei 2.109/09;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão Organizadora da Eleição do FAPEM Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal:

- Presidente : Franciele Natali Lopes

- Secretária : Mirian Alcantara de Souza

- Suplente : Maria José Marques Silva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:481FC475

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ARP

O Município de Cambuquira torna pública a prorrogação das Atas de Registro de Preços – ARPs nº 424/2025, 426/2025, 428/2025, 518/2025, decorrentes do Processo Licitatório nº 176/2025 – Pregão Eletrônico nº 080/2025, cujo objeto consiste na **à futura aquisição de materiais de expediente, a fim de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme relação abaixo:

ARP nº 424/2025 – ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 04.013.164/0001-04 – valor total: R$ 5.405,45 (cinco mil e quatrocentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

ARP nº 426/2025 – DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ nº 07.245.458/0001-50 – R$ 3.920,00 (três mil e novecentos e vinte reais);

ARP nº 428/2025 – A H DA S MORAES, CNPJ nº 02.437.839/0001-17 – valor total: R$ 4.019,40 (quatro mil e dezenove reais e quarenta centavos).

ARP nº 518/2025 – RDF COMERCIO DE PAPEIS E ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 01.704.747/0001-93 – valor total: R$ 2.990,00 (dois mil e novecentos e noventa reais).

As prorrogações terão vigência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 14 de outubro de 2026 e vigendo até 13 de outubro de 2027. Secretário Responsável – Danyllo Costa Lucas.

CAMBUQUIRA - MG, 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Fernand Liz Ponzo
Código Identificador:4EA5632C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 168/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2026- Objeto: Aquisição de materiais de escritório, materiais esportivos e itens de decoração, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, visando garantir a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais, esportivas, recreativas, educacionais, culturais e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.. Contratado: JOAO BATISTA OLIVEIRA - MINIMERCADO - ME, inscrito no CNPJ: sob o nº 25.111.814/0001-24, contrato nº 195 / 2026. Valor total R$ 483.494,00. Data da assinatura: 05/10/2026. Vigência: 05/10/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 168/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2026- Objeto: Aquisição de materiais de escritório, materiais esportivos e itens de decoração, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, visando garantir a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais, esportivas, recreativas, educacionais, culturais e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.. Contratado: LUCIANA MIRANDA ARAUJO - ME, inscrito no CNPJ: sob o nº 01.693.810/0001-33, contrato nº 196 / 2026. Valor total R$ 479.898,50. Data da assinatura: 05/10/2026. Vigência: 05/10/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 168/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2026- Objeto: Aquisição de materiais de escritório, materiais esportivos e itens de decoração, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, visando garantir a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais, esportivas, recreativas, educacionais, culturais e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.. Contratado: MEYRE DARC BATISTA ROCHA, inscrito no CNPJ: sob o nº 42.967.976/0001-88, contrato nº 197 / 2026. Valor total R$751.044,40. Data da assinatura: 05/10/2026. Vigência: 05/10/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 168/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2026- Objeto: Aquisição de materiais de escritório, materiais esportivos e itens de decoração, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, visando garantir a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais, esportivas, recreativas, educacionais, culturais e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência. Contratado: PAPELARIA E COPIADORA COPYSUL LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 68.533.967/0001-72, contrato nº 198 / 2026. Valor total R$ 357.208,00. Data da assinatura: 05/10/2026. Vigência: 05/10/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:641E366E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 170/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 12/2026- Objeto: Aquisição de ar medicinal e oxigênio medicinal, incluindo a locação mensal de cilindros para armazenamento e fornecimento dos gases, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo do Meio/MG, visando garantir o abastecimento contínuo das unidades de saúde e a assistência adequada aos pacientes que necessitam de oxigenoterapia e demais procedimentos médico-hospitalares. Contratado: AIRGAS GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 29.874.397/0001-22, contrato nº 205 / 2026. Valor R$ 801.657,00. Data da assinatura: 07/10/2026. Vigência: 07/10/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:24B66FAC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO – MG. CONTRATANTE: Município de Campo do Meio/MG. CONTRATADA: DENTAL SAO CRISTOVAO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.059.560/0001-47. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos destinados ao atendimento clínico em consultórios odontológicos da rede municipal, visando à realização de procedimentos de prevenção, diagnóstico, tratamento e manutenção da saúde bucal da população atendida. VALOR GLOBAL: R$ 77.499,40 (setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). DATA DE CELEBRAÇÃO: 08 de junho de 2026. VIGÊNCIA: De 08 de junho de 2026 a 08 de junho de 2027. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

CAMPO DO MEIO/MG, 08 DE JUNHO DE 2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:E9499978

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
DESPACHO DE INTENÇÃO DE ANULAÇÃO PARCIAL

DESPACHO DE INTENÇÃO DE ANULAÇÃO PARCIAL

Considerando o Termo de Acordo Extrajudicial nº 04/2026, celebrado no âmbito da controvérsia envolvendo o item correspondente ao veículo **ônibus AGRALE, placa HMM-6977**, alienado no âmbito do **Leilão nº 001/2024**;

Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Municipal, constante às fls. 66/77 dos autos, cujos fundamentos jurídicos são acolhidos e incorporados ao presente ato como razões de decidir, especialmente quanto à necessidade de anulação do item em referência;

Considerando o teor do Despacho nº 57 e da posterior manifestação da Procuradoria Municipal, que reiterou a necessidade de adoção das providências administrativas destinadas à formalização da anulação do respectivo item;

Considerando que o art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza a Administração a proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que constatada ilegalidade insanável, devendo a autoridade, ao pronunciar a nulidade, indicar os atos atingidos e os atos subsequentes deles dependentes;

Considerando, ainda, que o § 3º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que, nos casos de anulação ou revogação, seja assegurada a **prévia manifestação dos interessados**;

DECIDO:
1. MANIFESTAR A INTENÇÃO DE ANULAÇÃO PARCIAL do **Leilão nº 001/2024**, exclusivamente quanto ao item correspondente ao veículo **ônibus AGRALE, placa HMM-6977**, pelos fundamentos constantes do **Termo de Acordo Extrajudicial nº 04/2026** e do **Parecer Jurídico de fls. 66/77**, que passam a integrar a motivação deste despacho independentemente de transcrição integral.
2. DETERMINAR a intimação do arrematante e dos demais interessados diretamente atingidos para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da ciência desta decisão ou de sua publicação, apresentem, querendo, **manifestação prévia acerca da intenção de anulação**, com os fundamentos de fato e de direito que entenderem pertinentes, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e ao disposto no art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
3. ESCLARECER que o presente despacho possui natureza preparatória, destinando-se a assegurar a prévia manifestação dos interessados, **não constituindo, neste momento, ato definitivo de anulação** do item.
4. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para apreciação e decisão definitiva pela autoridade competente.
5. Dê-se ciência ao interessado, à Procuradoria Municipal, à Controladoria-Geral do Município e aos setores administrativos envolvidos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Caparaó/MG, 09 de outubro de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPARAÓ/MG

Publicado por:
Lia Debora Cardoso
Código Identificador:90420E8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato do 1º Termo Aditivo de Prorrogação e Reajuste ao Contrato nº 095/2025 – Processo Licitatório nº 079/2025 – Dispensa nº 025/2025. Contratante: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **CINTHIA CRISTINA MIRANDA CHAVES CALDAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 41.484.203/0001-88. Objeto: Prorrogação da vigência e reajuste do contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica aos assistidos pelo Departamento da Assistência Social e ao próprio setor, incluindo visitas semanais e atendimento por telefone e e-mail, conforme demanda da Prefeitura. Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027. Valor mensal reajustado: R$ 5.000,00.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:E800D9E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 074003/2026 – Processo Licitatório nº 074/2026 – Pregão Eletrônico nº 022/2026. Órgão Gerenciador: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **50.168.751 REGINALDA APARECIDA VIEIRA DORNELAS**, inscrita no CNPJ nº 50.168.751/0001-90. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios tipo lanche e pó de café torrado e moído, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caputira e suas Secretarias e Departamentos. Valor Global: R$ 65.935,00 (sessenta e cinco mil novecentos e trinta e cinco reais). Data de assinatura: 03 de setembro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:9FAE131D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 074002/2026 – Processo Licitatório nº 074/2026 – Pregão Eletrônico nº 022/2026. Órgão Gerenciador: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **INVICTA DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 21.765.205/0001-38. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios tipo lanche e pó de café torrado e moído, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caputira e suas Secretarias e Departamentos. Valor Global: R$ 48.050,00 (quarenta e oito mil e cinquenta reais). Data de assinatura: 03 de setembro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:1B2CCD60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 074001/2026 – Processo Licitatório nº 074/2026 – Pregão Eletrônico nº 022/2026. Órgão Gerenciador: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **DEBORA ELER GARCIA LOPES**, inscrita no CNPJ nº 47.607.491/0001-05. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios tipo lanche e pó de café torrado e moído, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caputira e suas Secretarias e Departamentos. Valor Global: R$ 291.197,50. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Data de assinatura: 03 de setembro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:639E5D6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 077001/2026 – Processo Licitatório nº 077/2026 – Pregão Eletrônico nº 023/2026. Órgão Gerenciador: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **GERALDO L. PESSOA**, inscrita no CNPJ nº 71.172.589/0001-53. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e materiais descartáveis, conforme solicitado pelas Secretarias e Departamentos Municipais. Valor Global: R$ 77.550,00. Data de assinatura: 25 de setembro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:B9C862F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato Administrativo nº 91/2026 – Processo Licitatório nº 069/2026 – Concorrência Pública Eletrônica nº 005/2026. Contratante: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **MS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.302.662/0001-99. Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de calçamento em bloquete sextavado/intertravado no povoado de Pirapetinga, Caputira/MG, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais itens necessários à execução da obra, conforme Plano de Trabalho de Transferência Especial nº 002328/2026. Valor Global: R$ 253.082,24. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Data de assinatura: 16 de setembro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:60421DB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato Administrativo nº 095/2026 – Processo Licitatório nº 008/2026 – Credenciamento por Inexigibilidade nº 003/2026. Contratante: Município de Caputira/MG, CNPJ nº 18.385.138/0001-11. Contratada: **CAMILA SILVA BERNARDES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 29.701.055/0001-00. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços médicos, incluindo ginecologista, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caputira/MG. Valor Global: R$ 120.000,00. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Data de assinatura: 01 de outubro de 2026.

Caputira/MG, 09 de outubro de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:061A38DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 054/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo PREGÃO ELETRONICO cujo objeto e a **seleção de propostas mais vantajosas visando o registro de preços para eventual aquisição de alimentação animal, suplementos nutricionais, recipientes, utensílios e materiais diversos para higienização, transporte, manejo e contenção de animais, visando atender às necessidades de implantação e funcionamento do Centro de Acolhimento Transitório e de Adoção – CATA do Município de Carmo do Paranaíba/MG, em conformidade com as especificações,**

quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos. Fornecedores:
SANTOS E VELOSO COMERCIAL UNIAO LTDA , inscrito no CNPJ sob o n.º **42.801.266/0001-83**, pelo valor total de **R$ 115.472,43 (cento e quinze mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos). DISTRIBUIDORA MEDCLLEAN LTDA ,** inscrito no CNPJ sob o n.º **46.132.191/0001-46,** pelo valor total de **R$ 18.272,30 (dezoito mil duzentos e setenta e dois reais e trinta centavos). MIA VITTA NUTRICAO ANIMAL LTDA ,** inscrito no CNPJ sob o n.º **61.972.818/0001-60,** pelo valor total de **R$ 90.317,02 (noventa mil, trezentos e dezessete reais e dois centavos).** DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: **08 de Outubro de 2026**.

Carmo do Paranaíba, 08 de Outubro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:C487493E

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é a **Seleção de propostas visando a aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Lazer e Esporte; de Obras, Infraestrutura e Trânsito; e de Governo, Comunicação e Desenvolvimento Econômico, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.** Fornecedores: **VIARAPIDA AUTO LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **58.428.170/0001-51**, pelo valor total de **R$ 317.800,00 (Trezentos e dezessete mil e oitocentos reais); COPAVE COMERCIAL PATENSE DE VEICULOS S A,** inscrito no CNPJ sob o n.º **19.050.715/0001-87**, pelo valor total de **R$ 139.800,00 (Cento e trinta e nove mil e oitocentos reais).**
DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: **08 de Outubro de 2026**.

Carmo do Paranaíba, 08 de Outubro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:225C3451

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – TORNA PÚBLICO O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – Torna público o extrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2026,** Processo Licitatório N° 054/2026, Pregão Eletrônico RP N° 024/2026. **Objeto: seleção de propostas mais vantajosas visando o registro de preços para eventual aquisição de alimentação animal, suplementos nutricionais, recipientes, utensílios e materiais diversos para higienização, transporte, manejo e contenção de animais, visando atender às necessidades de implantação e funcionamento do Centro de Acolhimento Transitório e de Adoção – CATA do Município de Carmo do Paranaíba/MG, em conformidade com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.** Fornecedores: **SANTOS E VELOSO COMERCIAL UNIAO LTDA ,** inscrito no CNPJ sob o n.º **42.801.266/0001-83**, pelo valor total de **R$ 115.472,43 (cento e quinze mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos). DISTRIBUIDORA MEDCLLEAN LTDA ,** inscrito no CNPJ sob o n.º **46.132.191/0001-46,** pelo valor total de **R$ 18.272,30 (dezoito mil duzentos e setenta e dois reais e trinta centavos). MIA VITTA NUTRICAO ANIMAL LTDA ,** inscrito no CNPJ sob o n.º **61.972.818/0001-60,** pelo valor total de **R$ 90.317,02 (noventa mil, trezentos e dezessete reais e dois centavos). Data da assinatura:** 08 de outubro de 2026. Com vigência de 12 (doze) meses.

Carmo do Paranaíba, 08 de outubro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:ED008E35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 039/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 039/2026

A Prefeitura Municipal de Chiador – MG, está publicando a Dispensa Presencial acima informada, tipo menor preço por item, nos termos do **Art. 75, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/21**, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ELETROCARDIÓGRAFO COM CABO PACIENTE 10 VIAS.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 19/10/2026 às 08:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 08:01 hs do dia 19/10/2026.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. **Em 09/10/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:47A3A8FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo licitatório acima referenciado, tipo menor preço global, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO(CFTV), EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA CONTINUADA E IMEDIATA, EM TODO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO COMPOSTO POR 204 (DUZENTAS E QUATRO) CÂMERAS INSTALADAS EM DIVERSOS PRÉDIOS E ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E O DESEMPENHO ADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS, E, ACOMPANHAMENTO DAS GRAVAÇÕES DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA FORMA PRESENCIAL.** O Credenciamento e análise das Propostas e Documentos de Habilitação ocorrerão no dia: **28/10/2026, às 07:00 hs**, no seguinte endereço: Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. Em 09/10/2026.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:32A3E1C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO Nº 109/2026 – INEXIGIBILIDADE (CREDENCIAMENTO) POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 109/2026 – INEXIGIBILIDADE (CREDENCIAMENTO) POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2026.

A Prefeitura Municipal de Chiador - MG. Torna-se público a realização do processo acima descrito, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CIRURGIÃO DENTISTA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** *o recebimento da documentação será realizado até às 15:00 hs do dia 27/10/2026. Início da Sessão Pública para julgamento e análise da documentação será realizada 2º (segundo) dia útil subsequente ao do prazo final da protocolização da documentação dos interessados à partir das 15:00 hs (quinze horas), na Sala de Licitações do prédio da Prefeitura.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. **Em 09/10/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:40DEFBDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ATA E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
REF:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 045/2026
OBJETO: O objeto da presente licitação é a constituição do Quadro Geral de Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, referente ao benefício eventual constante na Lei municipal nº 1.348/2023, visando atender as famílias em situação de vulnerabilidade
A Diretora municipal de assistência social no uso de suas atribuições legais, e com fundamento do artigo 7, HOMOLOGO ao PREGÃO ELETRÔNICO com base no artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao Processo Administrativo nº 121/2026 e Pregão Eletrônico nº 045/2026, e, não havendo óbice de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, resolve **HOMOLOGAR** o resultado da presente licitação no dia 09/10/2026.
CONTRATADA:
MERCADO DO NÉLIO – CNPJ 01.270.258/0001-70
Valor:R$ 77.399,00 (setenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais)

COIMBRA-MG, 09 de outubro de 2026

ANA PAULA LANA DE ARAÚJO TEIXEIRA
Diretora Municipal de Assisntência Social

EXTRATO DE ATA
REF:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 045/2026
OBJETO: O objeto da presente licitação é a constituição do Quadro Geral de Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, referente ao benefício eventual constante na Lei municipal nº 1.348/2023, visando atender as famílias em situação de vulnerabilidade
ATA Nº 090/2026
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
Contratada: MERCADO DO NÉLIO LTDA – CNPJ 01.270.258/0001-70
Data de Assinatura: 08/10/2026
Vigência:08/10/2026 – 08/10/2027
Dotações Orçamentárias: 3.3.90.32.00.2.10.02.08.244.0010.2.0072
ANA PAULA LANA DE ARAÚJO TEIXEIRA
DIRETORA MUNICIPAL DE ASSISNTÊNCIA SOCIAL

Coimbra, 09 de outubro de 2026

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:B39E0A2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO PROCESSO 083/2026 E ATAS DE 070/2026, 071/2026, 072/2026 E 073/2026.

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO PROCESSO 083/2026 E ATAS DE 070/2026, 071/2026, 072/2026 E 073/2026.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2026, 071/2026, 072/2026 E 073/2026

Processo Licitatório nº:083/2026

Forma de Contratação:PREGÃO ELETRÔNICO nº 028/2026

Órgão/Entidade:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção para atender as necessidades do Departamento Municipal de Obras.

ALTERAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO à **Inclusão de novas dotações**

4.4.90.51.00.206.02.10.302.0006.2.0045 – 1.706 – PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO.
4.4.90.51.00.206.02.10.302.0006.2.0045 – 1.710 – PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO.
Obs.: Fica inalterado as demais cláusulas e informações contidas nas atas de registro de preços supramencionada.
Data de Assinatura: 09/10/2026

Coimbra/MG, 09 de outubro de 2026.

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.coimbra.mg.gov.br.

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:B3EE7FAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO NOVO CONTRATO APÓS RECISÃO COM O PRIMEIRO COLOCADO, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO NOVO CONTRATO APÓS RECISÃO COM O PRIMEIRO COLOCADO, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2026
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO NOVO CONTRATO APÓS RESCISÃO DO PRIMEIRO COLOCADO, referente ao Processo Administrativo nº 065/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026, cujo objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem recarregados em cartões magnéticos e/ou cartões eletrônicos.
A convocação da 2ª colocada ocorreu no dia 29 de setembro de 2026 e o contrato valerá a partir do dia **09/10/2026**.
EXTRATO DE CONTRATO: Nº 132/2026 – CONTRATADA: BIQ BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.878.237/0001-19, Valor Total de R$ R$ 411.230,24 (Quatrocentos e onze mil, duzentos e trinta reais, vinte e quatro centavos).

Data de assinatura: 09/10/2026, Vigência:09/10/2026 a 19/06/2027.

Coimbra-MG, 09 de outubro de 2026

RAFAELA PEREIRA LESSA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:81824BA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026 (REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - DIESEL S10)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026.
Ref.: ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2026
Nº do Termo Aditivo: 6º (Sexto)
Tipo de Termo Aditivo: Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Processo Licitatório nº: 022/2026
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico nº 005/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
Detentora: POSTO TEIXEIRA DE COIMBRA LTDA – CNPJ 60.174.280/0001-86
Objeto: O objeto do presente instrumento é o REEQUILIBRIO ECONOMICO – FINANCEIRO do item 003, mencionado na ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2026 como “Diesel S10”.

Data de Assinatura: 02 de outubro de 2026

Coimbra/MG, 09 de outubro de 2026.

DOUGLAS CÁSSIO DE FREITAS
Chefe de Transporte

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:A8A6028C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG - Processo Licitatório nº106/2026, na modalidade de Pregão Presencial nº43/2026 - OBJETIVO: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e contratação de serviços necessários à implantação, instalação e automação de sistema de sonorização e sinalização sonora escolar, destinado ao Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI e à Escola Municipal Mathilde Fabris Bianchi, do Município de Conceição das Pedras/MG.Credenciamento ás 08:00 h do dia 28/10/2026,e sua abertura marcada para às 8:30 h do dia 28/10/2026.Informações:(35) 997483629 das 8h às 16 h ou por e-mail:licitacao@conceicaodaspedras.mg.gov.br e Portal de Compras Públicas-PNCP.Edital estará disponível no site www.conceicaodaspedras.mg.gov.br-

Conceição das Pedras,09 de outubro de 2026 –

BENEDITO CARLOS PEREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:434B24B6

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG - Extrato do Contrato nº69/2026, Processo nº105/2026, Dispensa 26/2026. Contratante- Município Conceição das Pedras e a empresa VERTICE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ 65.085.952/0001-09. Objetivo: Prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil para o Município, compreendendo: elaboração e atualização de projetos (arquitetônicos e complementares); ornamentação e suporte a licitações (planilhas, memórias e BDI); fiscalização, vistoria e medição de obras; e emissão de laudos, relatório fotográfico, pareceres e análises técnicas de conformidade. Valor de Contrato R$ 18.600,00 (Dezoito Mil e Seiscentos Reais). Vigência do contrato de 08/10/2026 a 31/12/2026.

BENEDITO CARLOS PEREIRA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:4716AD91

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, decide **REVOGAR** o Processo Licitatório nº 149/2026 – Pregão Presencial nº 072/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE,

Córrego do Bom Jesus, 09 de outubro de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:CA21DF9F

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: Processo Licitatório Nº 153/2026 – Modalidade Inexigibilidade nº 029/2026. Objeto: Contratação de apresentação artística **Show Musical de Nanda Andrade, pela empresa Maria Fernanda Andrade Pereira, CNPJ nº 51.172.650/0001-55** para a realização do show no dia 17.10.2026 (sábado), durante o Festival Gastronômico**,** para a atender solicitação da secretaria de Turismo e Cultura. Contratada: Empresa **Maria Fernanda Andrade Pereira**, inscrito no **CNPJ: 51.172.650/0001-55**. Valor: **R$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais)**. Contratante: Município de Córrego do Bom Jesus. Fundamentado artigo 74, II, da Lei nº 14.133/21 –

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO –
Prefeito Municipal em 09 de Outubro de 2026.

CONTRATO Nº 082/2026. Processo Licitatório Nº 153/2026 – Inexigibilidade Nº 029/2026. Objeto: Contratação de apresentação empresa artística **Show Musical de Nanda Andrade, pela empresa Maria Fernanda Andrade Pereira, CNPJ nº 51.172.650/0001-55** para a realização do show no dia 17.10.2026 (sábado), durante o Festival Gastronômico**,** para a atender solicitação da secretaria de Turismo e Cultura. Valor: R$ **2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais**). Vigência 09/10/2026 à 31/12/2026. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e a empresa **Maria Fernanda Andrade Pereira.**

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:75CFF0BD

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: Processo Licitatório Nº 155/2026 – Modalidade Inexigibilidade nº 031/2026. Objeto: Contratação de apresentação artística **Show Musical Tom Woody Acústico**, pela empresa **Manduré Produções, CNPJ nº 63.861.398/0001-70**, para a realização do show no dia 17.10.2026 (sábado), durante o Festival Gastronômico**,** para a atender solicitação da secretaria de Turismo e Cultura. Contratada: Empresa **Manduré Produções**, inscrito no **CNPJ: 63.861.398/0001-70**. Valor: **R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)**. Contratante: Município de Córrego do Bom Jesus. Fundamentado artigo 74, II, da Lei nº 14.133/21 –

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO –
Prefeito Municipal em 09 de Outubro de 2026.

CONTRATO Nº 083/2026. Processo Licitatório Nº 154/2026 – Inexigibilidade Nº 030/2026. Objeto: Contratação de apresentação empresa artística **Show Musical com o Grupo Sangue de Mulato, pela empresa DONATTO M.P. BUENO CNPJ: 33.589.222/0001-40** para a realização do show no dia 17.10.2026 (sábado), durante o Festival Gastronômico**,** para a atender solicitação da secretaria de Turismo e Cultura. Valor: R$ **3.800,00 (Três mil e oitocentos reais**). Vigência 09/10/2026 à 31/12/2026. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e a empresa **DONATTO M.P. BUENO.**

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:CEB264F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (ALÍNEA "A", INCISO IV, ART. 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21)

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
(ALÍNEA "A", INCISO IV, ART. 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21)
Trata-se de análise de contratação solicitado por intermédio do Documento de Formalização – DFD, elaborado pelo Sr. RODRIGO RAFAEL MAIA, cujo objeto da presente demanda refere-se à contratação global para prestação de serviço e fornecimento de materiais necessários para revisão obrigatória de 10.000 MIL KM, para manter a garantia de fábrica do veículo: CITROEN C3 AIRCROSS 1.0 TURBO 200 FLEX SHINE – PLACA: UVK-9H23 – 2025/2026, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde. Com fundamentação no artigo. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021, além de Decreto Municipal aplicável.
Verifico que o Setor de Contabilidade informou haver dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas decorrentes da contratação.
Conforme documentos acostados aos autos, o valor final da contratação é de R$ 1.223,97 (hum mil duzentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos), incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços.
Verifico, ainda, a juntada de parecer jurídico favorável à contratação em apreço.
Após a análise da instrução processual, constato que a contratação observou as normas legais aplicáveis, razão pela qual autorizo a contratação direta.
Assim sendo, nos termos do art. 72, inciso VIII, e do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, declaro ciência dos atos praticados no processo e AUTORIZO a contratação da empresa PUISSANCE AUTOMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 41.484.059/0002-60, no valor total de R$ 1.223,97 (hum mil duzentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos).
Por fim, nos termos do parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, determino a divulgação deste ato no sítio eletrônico http://www.ervalia.mg.gov.br/, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM e nos demais meios oficiais cabíveis.
Cumpra-se.

ERVÁLIA/MG, 09 de outubro de 2026.

_____
JOSÉ MAURO GODINHO

Publicado por:
Leandro Jacob Silva Lima
Código Identificador:583FD30F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº109/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 PROCESSO ADM: Nº 106/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº109/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026
Processo Adm: Nº 106/2026
Objeto: aquisição de 02 (duas) retroescavadeiras, destinadas a atender a demanda da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. As especificações técnicas e demais detalhamentos estão descritos no Anexo I do Termo de Referência. Os equipamentos serão custeados através da transferência especial estadual via Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/MG - Plano de Trabalho SIGCON nº 001891/2026 e com o recurso do Convênio de Saída nº 1231000007/2026.
Empresas vencedora **contrato nº 109/2026 BAMAQ SA BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS** portadora do CNPJ:18.209.965/0001-54 valor total: R$ 802.600,00 (oitocentos e dois mil e seiscentos reais): com os lotes: 1custeando com Fonte de Pagamento: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/MG - Plano de Trabalho SIGCON nº 001891/2026, No valor de R$401.300,00(quatrocentos e um mil e trezentos reais) e 2. Fonte de Pagamento: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/MG - Plano de Trabalho SIGCON nº 001891/2026. No valor de R$401.300,00(quatrocentos e um mil e trezentos reais) valor total do lote 1 e 2 R$ 802.600,00 (oitocentos e dois mil e seiscentos reais).

ERVÁLIA - MG, 09 de outubro de 2026

JULIO CASAR DA SILVA SOUZA
Condutor de Processos

Publicado por:
Leandro Jacob Silva Lima
Código Identificador:F225F435

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS - MG TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO N° 014/2023 – OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 014/2023 PARA 12 (DOZE) MESES, COM BASE NOS TERMOS DO ART. 57, II, DA LEI Nº. 8.666/93, POSTO QUE O OBJETO CONTRATUAL SE TRATA DE SERVIÇO DE CARÁTER CONTINUADO, ESSENCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA O REGULAR FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2023 - PREGÃO Nº 007/2023 - EDITAL Nº 008/2023 – CONTRATADA: **3WLINK PROVEDOR DE INTERNET EIRELI**, CNPJ SOB O Nº 11.110.278/0001-38 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 25/09/2026 A 24/09/2027 – DATA DA ASSINATURA: 24/09/2026 – VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 28.100,00 -

EUGENÓPOLIS – MG, 24 DE SETEMBRO DE 2026 -

GILVANE AMAIA ALVES -
Secretária Municipal de Administração de Eugenópolis/MG

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:FE3C73C6

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS – MG TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2025 – OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, COM REAJUSTE DE PREÇOS, COM BASE NO ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2021 E SÉTIMA CLAÚSULA DO CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025 – CONTRATADA: 40.590.857 JOVA GOTARDO CAMPBELL, CNPJ Nº 40.590.857/0001-23 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 30/09/2026 A 29/09/2027 – REAJUSTE PELO ÍNDICE IGP-M DE 2,160880% – DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026 – VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 14.301,00 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:4F56B9D9

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS – MG TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2025 – OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, COM REAJUSTE DE PREÇOS, COM BASE NO ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2021 E SÉTIMA CLAÚSULA DO CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 – CONTRATADA: MULTIMÁQUINAS DIGITAL LTDA, CNPJ Nº 21.139.399/0001-66 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 03/10/2026 A 02/10/2027 – REAJUSTE PELO ÍNDICE IGP-M DE 1,739750 % – DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026 – VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 15.529,44 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:2A66116C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 031/2026 – OBJETO DO ADITIVO: AUMENTO DE 8 KM DIÁRIOS, QUE CORRESPONDE O AUMENTO DE 1.592 KM SOBRE A QUANTIDADE TOTAL ATUAL CONTRATADA PARA A **ROTA 005/2026**, EM ATENDIMENTO AO PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 124, INCISO I, B, C/C ART. 125 DA LEI 14.133/21 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – CONTRATADA: 12.005.916 MAGNO LOPES DE PAULA, CNPJ Nº 12.005.916/0001-13 – DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026 – VALOR TOTAL DO 1º ADITIVO: R$11.144,00 —

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:83BBA81A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 034/2026 – OBJETO DO ADITIVO: AUMENTO DE 4 KM DIÁRIOS, QUE CORRESPONDE O AUMENTO DE 800 KM SOBRE A QUANTIDADE TOTAL ATUAL CONTRATADA PARA A **ROTA 007/2026**, EM ATENDIMENTO AO PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 124, INCISO I, B, C/C ART. 125 DA LEI 14.133/21 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – CONTRATADA: CARLOS ROBERTO SILVA CARNEIROS, CNPJ Nº 04.836.506/0001-96– DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026 – VALOR TOTAL DO 1º ADITIVO: R$ 5.680,00 —

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:F9C8C0DC

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO N° 034/2026 – OBJETO DO ADITIVO: AUMENTO DE 15,6 KM DIÁRIOS, QUE CORRESPONDE O AUMENTO DE 3.026,4 KM SOBRE A QUANTIDADE TOTAL ATUAL CONTRATADA PARA A **ROTA 007/2026**, EM ATENDIMENTO AO PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 124, INCISO I, B, C/C ART. 125 DA LEI 14.133/21 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – CONTRATADA: CARLOS ROBERTO SILVA CARNEIROS, CNPJ Nº 04.836.506/0001-96– DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026 – VALOR TOTAL DO 2º ADITIVO: R$ 21.487,44 —

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:A7C71BD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE ATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

EXTRATO DE ANULAÇÃO DE ATOS

A Prefeitura Municipal de Guaranésia torna pública a **anulação de atos** do Processo nº. 140/2026, Pregão Eletrônico nº. 86/2026. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à implantação, estruturação e ao adequado funcionamento do Restaurante Popular do Município de Guaranésia/MG. **Motivo:** Anulação dos atos praticados a partir da reabertura irregular da sessão pública do pregão eletrônico nº 86/2026, ocorrida em 06 de outubro de 2026, às 09h00, em razão da inobservância do prazo de vinte e quatro horas estabelecido no item 5.19 do edital.

13/10/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:D86D81D3

PREFEITURA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA/MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.
Processo nº.145/2026, Pregão Eletrônico nº. 89/2026. Aquisição de veículo zero km tipo minibus 16 lugares sendo 15 para passageiros e 1 para motorista em atendimento à demanda da Secretaria De Educação do Município de Guaranésia.
Empresa Vencedora:
GTL COMERCIO DE VEICULOS
09/10/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Johnathan Bastos Estarofoli
Código Identificador:C10BD919

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 - CONCURSO PUBLICO

O Município de Inimutaba, através do seu Prefeito, Emersomm Danezzi, no exercício de suas atribuições legais;
Considerando a realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal do Município de Inimutaba/MG, regido pelo Edital nº 01/2025;
Considerando a publicação do Resultado Final e da Classificação dos candidatos aprovados no certame;
Considerando o Termo de Homologação do Resultado Final e da Classificação, publicado em 24 de setembro de 2026, nos termos do item 12.1 do Edital nº 01/2025;
Considerando a necessidade de provimento dos cargos públicos integrantes do quadro de pessoal do Município de Inimutaba/MG;
Considerando a existência de vagas e a necessidade administrativa de provimento dos cargos relacionados no Anexo Único deste Edital;
Torna pública a convocação dos candidatos aprovados e classificados no Concurso Público nº 01/2025, relacionados no Anexo Único deste Edital, mediante as condições estabelecidas a seguir.

1. DA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público Edital nº 01/2025, relacionados no Anexo Único deste Edital, para apresentação da documentação necessária ao prosseguimento do procedimento de nomeação e investidura nos respectivos cargos públicos.
A presente convocação observará a ordem de classificação dos candidatos, as vagas disponíveis, as regras de reserva de vagas e as demais disposições estabelecidas no Edital nº 01/2025 e na legislação municipal aplicável.
A convocação não importa, por si só, em posse ou exercício, os quais dependerão do cumprimento integral das etapas e requisitos previstos no Edital nº 01/2025 e na legislação municipal aplicável.

2. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Os candidatos relacionados no Anexo Único se apresentar do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, situado na Praça Coronel Francisco Mascarenhas, nº 76, Centro, Inimutaba/mg, no horário das 12h00min às 18h00min, para apresentação da documentação exigida para o cargo.
2.2 O prazo para apresentação da documentação será de 10 (dez) dias úteis, contados no primeiro dia útil subsequente à publicação deste Edital.
2.3 A documentação deverá ser apresentada na forma estabelecida no item 14.1.3 do Edital nº 01/2025.

2.4 Os documentos apresentados deverão ser acompanhados dos respectivos originais para conferência e autenticação pelo Departamento Responsável.
2.5 A Administração Municipal procederá à conferência da documentação apresentada, verificando o atendimento dos requisitos exigidos para o cargo.
2.6 O candidato que deixar de apresentar, no prazo estabelecido, os documentos exigidos ou não comprovar os requisitos necessários à investidura estará sujeito às consequências previstas no Edital nº 01/2025 e na legislação aplicável.

3. DA INSPEÇÃO DE JUNTA MÉDICA OFICIAL

3.1 Após a apresentação, conferência e autenticação da documentação, o candidato será encaminhado para submissão à inspeção de junta médica oficial, nos termos do item 14.1.4 do Edital nº 01/2025.
3.2 Para se submeter à inspeção de junta médica oficial, o candidato deverá observar integralmente as exigências estabelecidas nos itens 14.1.14 e 14.1.15 do Edital nº 01/2025.
3.3 Nos termos do item 14.1.5 do Edital nº 01/2025, para a realização da inspeção de junta médica oficial, o candidato deverá apresentar documento oficial de identificação com foto e CPF, ou documento oficial em que conste o CPF, juntamente com o resultado dos seguintes exames:
a) Hemograma completo;
b) Contagem de plaquetas;
c) TGO, TGP e Gama GT;
d) Glicemia de jejum;
e) Urina rotina; e
f) Creatinina.
3.4 O candidato deverá comparecer à inspeção médica na data, horário e local definidos no encaminhamento fornecido pelo Município.
3.5 A inspeção médica observará as disposições do Edital nº 01/2025 e da legislação aplicável.
3.6 O candidato considerado inapto poderá exercer o direito de recurso nas condições e prazos estabelecidos no Edital nº 01/2025.

4. DA NOMEAÇÃO

4.1 Após o cumprimento das exigências previstas no Edital nº 01/2025, inclusive quanto à apresentação da documentação e à inspeção de junta médica oficial, o candidato considerado apto estará sujeito à nomeação, mediante ato próprio da autoridade competente.
4.2 A nomeação será formalizada por ato próprio e publicada na forma estabelecida pela legislação municipal e pelo Edital nº 01/2025.
4.3 A publicação do ato de nomeação dará início aos prazos legais para posse e exercício.

5. DA POSSE

5.1 O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias, contado da data publicação do ato de provimento, admitida prorrogação por igual período, mediante requerimento fundamento, nos termos da legislação municipal e do Edital nº 01/2025.
5.2 A posse ficará condicionada ao cumprimento de todos os requisitos legais e editalícios.
5.3 O candidato que não tomar posse no prazo estabelecido estará sujeito às consequências previstas no Edital nº 01/2025 e na legislação municipal aplicável.

6. DO EXERCÍCIO

6.1 Após a posse, o servidor deverá entrar em exercício no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da posse, nos termos da legislação municipal e do Edital nº 01/2025.
6.2 O servidor deverá apresentar-se para o exercício no local, data e horário determinados pela Administração Municipal.
6.3 O servidor empossado deverá cumprir a jornada de trabalho e as atribuições inerentes ao cargo, observadas as normas aplicáveis ao serviço público municipal.

7. DA RESERVA DE VAGAS

7.1 Os candidatos convocados para as vagas reservadas às Pessoas Com Deficiência – PcD deverão observar, além das disposições gerais deste Edital, as regras estabelecidas no Edital nº 01/2025.

8. DO NÃO COMPARECIMENTO

8.1 O candidato que não comparecer para apresentação da documentação dentro do prazo estabelecido neste Edital ficará sujeito às consequências previstas no Edital nº 01/2025.
8.2 O não comparecimento deverá ser formalmente registrado pelo Município.
8.3 Eventual situação excepcional apresentada pelo candidato será analisada pela Administração Municipal, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

9. DA PUBLICIDADE

9.1 Este Edital será publicação no Diário Oficial do Município e disponibilizado na página oficial do Município de Inimutaba: www.inimutaba.mg.gov.br.
9.2 É de responsabilidade do candidato acompanhar os atos, prazos e procedimentos relativos ao certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A convocação observará integralmente as disposições do Edital nº 01/2025 e suas alterações, que permanecem aplicáveis em tudo aquilo que não for incompatível com este Edital.
10.2 A aprovação e classificação no concurso não afastam a necessidade de comprovação dos requisitos legais e editalícios para investidura no cargo.
10.3 Os candidatos convocados deverão observar os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, no Edital nº 01/2025 e na legislação municipal aplicável.
10.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal.

Inimutaba/MG, 8 de outubro de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

ANEXO ÚNICO

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Agente de Apoio Operacional	1º	Felipe Gomes Lisboa	Ampla
02	Agente de Apoio Operacional	2º	Josiele Alves da Silva	Ampla
03	Agente de Apoio Operacional	3º	Ana Laura Costa Xavier	Ampla
04	Agente de Apoio Operacional	4º	Kamila Cristina de Oliveira Silva	Ampla
05	Agente de Apoio Operacional	1º	Cristina dos Santos Lages	PcD
06	Agente de Apoio Operacional	5º	Fábio da Silva Mendes Ribeiro	Ampla
07	Agente de Apoio Operacional	6º	Pedro Henrique Souza Falcão de Moura	Ampla
08	Agente de Apoio Operacional	7º	Devanildo Moreira da Costa	Ampla
09	Agente de Apoio Operacional	8º	Vanilda Aparecida Pereira	Ampla
10	Agente de Apoio Operacional	9º	Rosilene Santos Ferreira	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Agente Administrativo	1º	Samuel Silva Teixeira	Ampla
02	Agente Administrativo	2º	Heitor Oliveira e Silva	Ampla
03	Agente Administrativo	3º	Gabriel Teotonio Pereira	Ampla
04	Agente Administrativo	4º	Cielene dos Santos Rosa	Ampla
05	Agente Administrativo	5º	Hellen Cristine Desidério Chaves	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Almoxarife	1º	Vinicius Santana Santos	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Educador em Saúde	1º	Thaiane Cristine Correa	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Entrevistador do Cadastro Único	1º	Anna Lyss Santos Bravo	Ampla
02	Entrevistador do Cadastro Único	2º	Vânia Alves Siqueira Barboza	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Técnico em Enfermagem	1º	Marinete da Silva	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Assistente Social	1º	Alessandra Paula Pizani	Ampla
02	Assistente Social	2º	Maria Dirce da Silva Rodrigues	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Cirurgião Dentista 20h	1º	Amanda Karolina Monteiro de Souza	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Cirurgião Dentista 40h	1º	Rodrigo Alves Juventino	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Enfermeiro ESF	1º	Jordana Dias de Carvalho	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Farmacêutico	1º	Izabela Cristina Fernandes Costa	Ampla

Nº	CARGO	CLASSIF.	CANDIDATO	MODALIDADE
01	Psicólogo	1º	João Victor Mendes Figueiredo	Ampla
02	Psicólogo	2º	Amanda Ferre de Matos	Ampla

Publicado por:
Ana Carolina Pereira Teixeira
Código Identificador:E34BCF48

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS-MG. DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS-MG. DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2026. O Município de Iraí de Minas-MG, por meio de sua Administração Pública, TORNA PÚBLICA A REPUBLICAÇÃO do Edital do Pregão Presencial nº 015/2026, Processo Licitatório nº 102/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARA, BICOS DE VÁLVULA E ACESSÓRIOS CORRELATOS, E PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM A FRIO E A QUENTE DE PNEUS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS, ÔNIBUS, UTILITÁRIOS, MOTOCICLETAS, TRATORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS-MG, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus anexos. A republicação decorre de decisão administrativa proferida em resposta à impugnação apresentada pela empresa PIETRO E-COMMERCE LTDA., com a finalidade de reforçar a publicidade, assegurar amplo acesso ao instrumento convocatório e preservar a isonomia e a competitividade do certame, sem anulação do processo licitatório. Fica TORNADA SEM EFEITO A DATA DE ABERTURA ANTERIORMENTE DESIGNADA PARA 13/10/2026, sendo estabelecida nova data para a sessão pública em 29/10/2026 às 09:00 hs, na sede da Prefeitura Municipal de Iraí de Minas-MG, observada a reabertura integral do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021. O Edital republicado e seus anexos estarão disponíveis para consulta e obtenção pelos interessados nos meios oficiais de divulgação do Município, e solicitação nos e-mails: licitacao@iraideminas.mg.gov.br e licitacaoiraideminas@yahoo.com. Informações: Setor de Licitações, telefone (34) 3845-1210.

Iraí de Minas-MG, 08 de outubro de 2026.

CLEITON GOMES DA CRUZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:12D20108

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES CONTRATOS DE SETEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE – **Contratos de SETEMBRO 2026 – ARP 247/2026** Fornecedor: SISPONTO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ: 00.455.458/0001-35 de 02/09/2026 à 01/09/2027 – R$ 64.896,00 - **Processo 093/2026 – Pregão 58**, Adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), visando à contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão de ponto eletrônico, em sua versão executável, incluindo o serviço de apuração on-line dos registros, por prazo determinado, bem como os serviços de instalação, implantação, migração de dados, integração on-line com os sistemas de gestão já utilizados pelo Município e suporte técnico, com o objetivo de atender às necessidades das unidades e dos serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde; **Contrato 248/2026** Fornecedor: ADUAR PRODUCOES LTDA, CNPJ: 48.327.256/0001-34, de 03/09/2026 à 25/09/2026 – R$ 12.000,00 - **Processo 096/2026 – Inexigibilidade 24**, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apresentação artística musical da banda DUO ANDUAR, para realização do Show "Origem Caipira", no dia 20 de setembro de 2026, como parte integrante da programação do evento "14º Festival Gastronômico Cultural Minas Fogão e Viola", a ser realizado no Município de Itamonte/MG, incluindo todos os custos, despesas e encargos necessários à plena realização da apresentação.; **Contrato 249/2026** Fornecedor: ADRIANA MORELLI FARIAS, CNPJ: 18.209.991/0001-82, de 03/09/2026 à 25/09/2026 – R$ 28.000,00 - **Processo 097/2026 – Inexigibilidade 25**, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apresentação artística musical da cantora Adriana Farias, a ser realizada no dia 18 de setembro de 2026, como parte integrante da programação do 14º Festival Gastronômico Cultural MINAS FOGÃO E VIOLA, incluindo todos os custos necessários à realização da apresentação.; **Contrato 250/2026** Fornecedor: THACIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ: 62.604.718/0001-44, de 03/09/2026 à 25/09/2026 – R$ 70.000,00 - **Processo 098/2026 – Inexigibilidade 26**, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apresentação artística musical do cantor Thácio, a ser realizada no dia 17 de setembro de 2026, como parte integrante da programação do 14º Festival Gastronômico Cultural MINAS FOGÃO E VIOLA, incluindo todos os custos necessários à realização da apresentação; **ARP 251/2026** Fornecedor: FELIPE DAVID DE CARVALHO, CNPJ: 13.201.302/0001-70, de 04/09/2026 à 03/09/2027 – R$ 268.514,17; **ARP 252/2026** Fornecedor: JOÃO BATISTA NETO-PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 49.218.379/0001-08, de 04/09/2026 à 03/09/2027 – R$ 88.333,10; **ARP 253/2026** Fornecedor: JOSE DONIZETE DA SILVA ME, CNPJ: 08.223.036/0001-46, de 04/09/2026 à 03/09/2027 – R$ 156.329,50; **ARP 254/2026** Fornecedor: FOGAO DA ROCA E EVENTOS LTDA, CNPJ: 34.522.027/0001-66, de 04/09/2026 à 03/09/2027 – R$ 219.988,87 - **Processo 089/2026 – Pregão 54**, Contratação de empresa especializada para a locação de estruturas e equipamentos destinados à realização de Eventos em 2026, por meio da Licitação Compartilhada conduzida pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG, Processo nº 008/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025; **ARP 255/2026** Fornecedor: FELIPE DAVID DE CARVALHO, CNPJ: 13.201.302/0001-70, de 04/09/2026 à 03/09/2027 – R$ 234.180,00 - **Processo 101/2026 – Pregão 62**, Contratação de empresas especializadas para a locação de estruturas e equipamentos destinados à realização de Eventos, por meio da Licitação Compartilhada conduzida pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG, Processo nº 019/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026; **ARP 256/2026** Fornecedor: K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 19.444.651/0001-07, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 43.255,00; **ARP 257/2026** Fornecedor: RINAMED - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.583.301/0001-83, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 1.090,00; **ARP 258/2026** Fornecedor: FJF COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ: 57.032.406/0001-73, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 14.399,60; **ARP 259/2026** Fornecedor: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA, CNPJ: 08.973.569/0001-45, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 79.800,00; **ARP 260/2026** Fornecedor: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 47.484.691/0001-00, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 82.864,00; **ARP 261/2026** Fornecedor: B9 BEBEDOUROS

COMERCIO LTDA, CNPJ: 05.490.249/0001-46, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 14.150,00; **ARP 262/2026** Fornecedor: LJS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ: 48.348.052/0001-80, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 33.670,50; **ARP 263/2026** Fornecedor: 66.172.379 SIMONE MARIA LEANDRO DA SILVA, CNPJ: 66.172.379/0001-25, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 17.540,00; **ARP 264/2026** Fornecedor: RICO ESPORTES LTDA, CNPJ: 47.806.094/0001-54, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 113.365,00; **ARP 265/2026** Fornecedor: DTRM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA, CNPJ: 60.363.177/0001-84, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 8.999,00; **ARP 266/2026** Fornecedor: TRIVIUM EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 61.055.076/0001-09, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 78.800,00; **ARP 267/2026** Fornecedor: 66.663.833 LEONARDO BARBOSA MENDES, CNPJ: 66.663.833/0001-40, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 23.500,00; **ARP 268/2026** Fornecedor: ARKAD COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 51.561.232/0001-50, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 11.900,00; **ARP 269/2026** Fornecedor: SOUZA E AMARAL ESPORTES LTDA, CNPJ: 26.176.661/0001-66, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 159.261,90; **ARP 270/2026** Fornecedor: GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 63.129.821/0001-42, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 80.260,30; **ARP 271/2026** Fornecedor: RHINO COMERCIO LTDA, CNPJ: 67.130.762/0001-83, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 5.550,00 - **Processo 072/2026 – Pregão 44**, Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de materiais esportivos e equipamentos de acordo com as especificações constantes em memorial descritivo, visando suprir as necessidades da Diretoria Municipal de Esportes/MG.; **ARP 272/2026** Fornecedor: ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA, CNPJ: 52.429.342/0001-25, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 11.850,00; **ARP 273/2026** Fornecedor: DISTRIBUIDORA BRAZLIMP LTDA, CNPJ: 26.844.478/0001-91, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 836,25; **ARP 274/2026** Fornecedor: CELINA MOREIRA FREITAS ME, CNPJ: 00.592.198/0001-40, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 180,00 - **Processo 080/2026 – Pregão 50**, Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de armadilhas fotográficas, cartão de memória, pilhas carregáveis e carregador de pilha para atender às necessidades da Diretoria de Meio Ambiente para continuidade da Ação-Piloto de Controle Populacional de Javalis (Sus scrofa).; **ARP 275/2026** Fornecedor: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, CNPJ: 73.856.593/0001-66, de 09/09/2026 à 08/09/2027 – R$ 70.980,00 - **Processo 092/2026 – Pregão 57**, Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de Canabidiol 200 mg/mL, frasco de 30 mL, da marca Prati-Donaduzzi, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o cumprimento de ordens judiciais vigentes e de eventuais novas demandas judiciais que venham a ser apresentadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.; **ARP 276/2026** Fornecedor: CSM COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ: 66.333.119/0001-94, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 140.350,00; **ARP 277/2026** Fornecedor: ERA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 49.569.592/0001-56, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 25.300,00; **ARP 278/2026** Fornecedor: C&G COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO LTDA, CNPJ: 51.020.466/0001-90, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 148.890,00; **ARP 279/2026** Fornecedor: LEONE & COLDIBELLI COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ: 40.021.146/0001-38, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 777.385,00; **ARP 280/2026** Fornecedor: MAT MED HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 02.305.767/0001-54, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 5.280,00; **ARP 281/2026** Fornecedor: MG2 NUTRICAO LTDA, CNPJ: 39.935.073/0001-00, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 275.930,00; **ARP 282/2026** Fornecedor: MEDTREM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 57.370.564/0001-33, de 10/09/2026 à 09/09/2027 – R$ 81.190,00 - **Processo 070/2026 – Pregão 42**, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fórmulas nutricionais infantis, suplementos alimentares especializados, dietas enterais e equipos para administração de nutrição enteral, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Itamonte/MG, conforme prescrições médicas e nutricionais, visando assegurar a continuidade dos tratamentos e a assistência integral aos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.; **Termo de Cessão 283/2026** Cessionário: BARBARA LIVIA MORAES DA CRUZ, CNPJ: 62.564.277/0001-02, de 11/09/2026 à 11/10/2026 – R$ 5.701,00; **Termo de Cessão 284/2026** Cessionário: FELIPE DAVID DE CARVALHO, CNPJ: 13.201.302/0001-70, de 11/09/2026 à 11/10/2026 – R$ 2.750,00; **Termo de Cessão 285/2026** Cessionário: GUSTAVO AQUINO DE LIMA, CNPJ: 19.580.298/0001-84, de 11/09/2026 à 11/10/2026 – R$ 2.400,00; **Termo de Cessão 286/2026** Cessionário: HEITOR RODRIGUES RIBEIRO PINTO, CPF: 126.270.606-86, de 11/09/2026 à 11/10/2026 – R$ 2.301,00 - **Processo 099/2026 – Pregão 61**, Cessão onerosa de espaço público à pessoa física ou jurídica, de uso de áreas para instalação de barracas comerciais durante a comemoração do Festival Cultural e Gastronômico "Minas Fogão e Viola 2026" de Itamonte/MG, conforme Termo de Referência.; **Contrato 287/2026** Fornecedor: RICARDO REIS BUENO 10694679879, CNPJ: 47.462.472/0001-20, de 14/09/2026 à 25/09/2026 – R$ 23.000,00 - **Processo 102/2026 – Inexigibilidade 27**, Contratação de profissional do setor artístico para realização de apresentação musical da dupla Marcelo Viola e Ricardo, a ser realizada no dia 19 de setembro de 2026, como parte integrante da programação do 14º Festival Gastronômico Cultural MINAS FOGÃO E VIOLA, incluindo todos os custos necessários à realização da apresentação.; **Contrato 288/2026** Fornecedor: ERITON LUIZ FERNANDES, CNPJ: 47.932.377/0001-42, de 03/09/2026 à 25/09/2026 – R$ 31.300,00 - **Processo 100/2026 – Dispensa Eletrônica 10**, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de montagem, instalação, manutenção e desmontagem da decoração cenográfica, bem como para a curadoria gastronômica, compreendendo a realização de oficinas culinárias, palestras temáticas e o fornecimento de todos os materiais necessários à execução do Festival Cultural e Gastronômico "Minas Fogão e Viola 2026", no município de Itamonte/MG.; **ARP 289/2026** Fornecedor: A.M. FERNANDES, CNPJ: 23.065.260/0001-40, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 376,00; **ARP 290/2026** Fornecedor: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 03.945.035/0001-91, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 3.164,00; **ARP 291/2026** Fornecedor: ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 06.105.362/0001-23, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 5.045,00; **ARP 292/2026** Fornecedor: AGLMED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 47.853.686/0001-27, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 75.924,70; **ARP 293/2026** Fornecedor: ALFALAGOS LTDA, CNPJ: 05.194.502/0001-14, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 35.526,60; **ARP 294/2026** Fornecedor: ALL SOLUTIONS MEDICAL - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 08.651.657/0001-20, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 8.500,00; **ARP 295/2026** Fornecedor: ALMED LTDA, CNPJ: 03.574.839/0001-21, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 20.901,00; **ARP 296/2026** Fornecedor: BIOANALYSIS IMPORTADORA E DISTRIBJUIDORA LTDA, CNPJ: 31.378.353/0001-53, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 8.900,00; **ARP 297/2026** Fornecedor: BRIDGE COMERCIO INTERNACIONAL E LOGISTICA LTDA, CNPJ: 29.280.934/0001-06, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 52.450,00; **ARP 298/2026** Fornecedor: CIRURGICA UNIAO LTDA, CNPJ: 04.063.331/0001-21, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 2.542.253,00; **ARP 299/2026** Fornecedor: CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 35.310.607/0001-52, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 3.589,30; **ARP 300/2026** Fornecedor: COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ: 02.537.890/0001-09, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 45.340,20; **ARP 301/2026** Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 02.520.829/0001-40, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 274,30; **ARP 302/2026** Fornecedor: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 56.081.482/0001-06, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 20.771,00; **ARP 303/2026** Fornecedor: DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 04.889.013/0001-14, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 26.000,00; **ARP 304/2026** Fornecedor: DML DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 02.858.842/0001-04, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 58.200,00; **ARP 305/2026** Fornecedor: FARMA 2 PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ: 24.826.631/0005-56, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 23.331,00; **ARP 306/2026** Fornecedor: GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 28.215.470/0001-91, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 12.486,00; **ARP 307/2026**

Fornecedor: IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 43.269.791/0001-62, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 194.310,00; **ARP 308/2026** Fornecedor: MED CENTER COMERCIAL LTDA, CNPJ: 00.874.929/0001-40, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 6.000,00; **ARP 309/2026** Fornecedor: MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 50.737.688/0001-65, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 2.149,80; **ARP 310/2026** Fornecedor: MEDSET SOLUCOES PARA SAUDE LTDA, CNPJ: 52.165.681/0001-41, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 27.557,60; **ARP 311/2026** Fornecedor: 57.156.070 MAIRLAN OLIVEIRA DO NASCIMENTO, CNPJ: 57.156.070/0001-50, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 590,00; **ARP 312/2026** Fornecedor: NATURIA IND E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ: 27.083.214/0001-25, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 7.040,00; **ARP 313/2026** Fornecedor: NEWARIS LIFESCIENCES LTDA, CNPJ: 37.407.347/0001-63, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 1.400,00; **ARP 314/2026** Fornecedor: PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ: 30.888.187/0001-72, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 26.8000,00; **ARP 315/2026** Fornecedor: PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 23.957.055/0001-90, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 5.884,50; **ARP 316/2026** Fornecedor: PURAH MEDICAL & CO LTDA, CNPJ: 28.345.933/0001-30, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 49.500,00; **ARP 317/2026** Fornecedor: SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67, de 17/09/2026 à 16/09/2027 – R$ 39.578,00 - **Processo 103/2026 – Pregão 63**, Contratação de empresas especializadas para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares, destinados a atender às necessidades das unidades e serviços de saúde do Município, por meio de Licitação Compartilhada conduzida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS Circuito das Águas – CIS, Processo nº 028/2026, Pregão Eletrônico nº 026/2026.; **ARP 318/2026** Fornecedor: MD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA, CNPJ: 62.635.964/0001-63, de 22/09/2026 à 21/07/2027 – R$ 927.000,00; **ARP 3192026** Fornecedor: MPM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ: 39.473.291/0001-70, de 22/09/2026 à 21/07/2027 – R$ 122.000,00; **ARP 320/2026** Fornecedor: VAPT VUPT VAREJO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 54.226.259/0001-84, de 22/09/2026 à 21/07/2027 – R$ 171.250,00 - **Processo 091/2026 – Pregão 56**, Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de areia, brita e outros, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Serviços Públicos e demais Secretarias Municipais; **ARP 321/2026** Fornecedor: CAPARAO MEDICAL LTDA, CNPJ: 57.218.958/0001-70, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 25.410,00; **ARP 322/2026** Fornecedor: CIRURGICA OESTE PAULISTA LTDA, CNPJ: 09.222.496/0001-12, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 12.805,00; **ARP 323/2026** Fornecedor: COMERCIAL CAETANO VIEIRA LTDA, CNPJ: 45.806.440/0001-79, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 21.871,80; **ARP 324/2026** Fornecedor: DELTA SHOP DIST PROD HOSP LTDA, CNPJ: 19.316.524/0001-14, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 9.145,00; **ARP 325/2026** Fornecedor: F V P COELHO, CNPJ: 26.294.192/0001-80, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 67.599,50; **ARP 326/2026** Fornecedor: MEDSET SOLUCOES PARA SAUDE LTDA, CNPJ: 52.165.681/0001-41, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 11.874,70; **ARP 327/2026** Fornecedor: VLS MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 45.082.493/0001-94, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 792,50; **ARP 328/2026** Fornecedor: MAT MED HOSPITALAR LTDA EPP, CNPJ: 02.305.767/0001-54, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 12.300,00; **ARP 329/2026** Fornecedor: MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 50.737.688/0001-65, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 1.690,00; **ARP 330/2026** Fornecedor: CIRURGICA UNIAO LTDA, CNPJ: 04.063.331/0001-21, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 15.600,00; **ARP 331/2026** Fornecedor: DML DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 02.858.842/0001-04, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 9.880,00; **ARP 332/2026** Fornecedor: SZ HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 57.977.634/0001-16, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 11.680,00; **ARP 333/2026** Fornecedor: MACMED SOLUCOES EM SAUDE LTDA, CNPJ: 31.085.156/0001-46, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 1.270,00; **ARP 334/2026** Fornecedor: POUSO FARMA LTDA, CNPJ: 18.519.219/0001-67, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 5.266,50; **ARP 335/2026** Fornecedor: PROVIDE HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 43.573.889/0001-09, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 35.500,00; **ARP 336/2026** Fornecedor: BIV - BRASIL IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA, CNPJ: 63.487.285/0001-57, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 39.200,00; **ARP 337/2026** Fornecedor: MEDYLOG LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 11.958.200/0001-78, de 22/09/2026 à 21/09/2027 – R$ 925,00 - **Processo 075/2026 – Pregão 47**, Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de insumos médicos-hospitalares, visando suprir as necessidades das Secretaria Municipal de Saúde; **Contrato 338/2026** Fornecedor: VAGALUME ILUMINAÇÃO PUBLICA LTDA, CNPJ: 45.258.577/0001-36, de 28/09/2026 à 31/12/2026 – R$ 42.633,75 - **Processo 018/2025 – Pregão 06**, Prestação de serviços de manutenção no sistema de iluminação pública, da Licitação compartilhada do Consórcio Público da Cimag, Ata de Registro de Preço nº 011/2025, Pregão Eletrônico nº 043/2024 e Processo Licitatório nº 055/2024. **ARP 339/2026** Fornecedor: DEVA VEICULOS LTDA, CNPJ: 23.762.552/0003-02, de 29/09/2026 à 28/09/2027 – R$ 540.000,00 - **Processo 109/2026 – Pregão 67**, Adesão à Ata de Registro de Preços para aquisição de Ônibus Escolar Rural – ORE II, decorrente do Processo Eletrônico nº 019/2025, Pregão Eletrônico nº 012/2025, promovido pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, observadas as condições, especificações, quantitativos e demais exigências estabelecidas no respectivo Edital, Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços. **ARP 340/2026** Fornecedor: CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFILITÁRIO DA MICRORREGIÃO - CIMAG CIMAG, CNPJ: 21.406.451/0001-01, de 29/09/2026 à 28/09/2027 – R$ 175.000,00 e **ARP 341/2026** Fornecedor: CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFILITÁRIO DA MICRORREGIÃO - CIMAG CIMAG, CNPJ: 21.406.451/0001-01, de 29/09/2026 à 28/09/2027 – R$ 175.000,00 - **Processo 110/2026 – Credenciamento 28**, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capina, por meio de Licitação Compartilhada conduzida pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG, Processo nº 011/2026, Inexigibilidade nº 006/2026, Credenciamento nº 005/2026. - Informações complementares na sede da Prefeitura e no site: www.itamonte.mg.gov.br –

Itamonte, 06 de outubro de 2026.

CÁTIA DE SOUZA FERREIRA –
Pregoeira,

JOÃO PEDRO FONSECA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cátia de Souza Ferreira
Código Identificador:D7DDEAEB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA, Contrato n. 61/2026
Dispensa de Licitação nº 17/2026, referente a Contratação de serviços de assessoria na análise, orientação, organização e acompanhamento de ações, nos critérios ICMS patrimonial cultural e turismo ao Município de Jampruca, a favor: FRANCIS WELLINGTON DE BARROS ANDRADE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.606.269/0001-03. Valor Total da Contratação: R$ 24.000,00. Data 09/10/2026. Vigência 12 meses -

WELISTON FERREIRA DE ASSIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
John Lennon da Silva Souza
Código Identificador:C6FFBF5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA, Dispensa de Licitação nº 17/2026
O prefeito reconhece a situação da Ratificação da Dispensa e Autoriza a Contratação nos termos do Art. 75 Inciso II, Lei 14.133/21, referente a Contratação de serviços de assessoria na análise, orientação, organização e acompanhamento de ações, nos critérios ICMS patrimonial cultural e turismo ao Município de Jampruca, a favor: FRANCIS WELLINGTON DE BARROS ANDRADE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.606.269/0001-03. Valor Total da Contratação: R$ 24.000,00. Data 09/10/2026. Dotação orçamentaria – ficha 228 -

WELISTON FERREIRA DE ASSIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
John Lennon da Silva Souza
Código Identificador:FFC070DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ATA PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE ATA PARA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG, através da Comissão de Licitação de Pregão, vem publicar o extrato da ata de habilitação e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº. 051/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 019/2026, Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 02 (dois) ônibus destinados ao transporte escolar de alunos da Secretaria Municipal de Educação de Jequitinhonha/MG, tendo a seguinte Apuração final abaixo:

LOTE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA – CNPJ: 05.440.065/0001-71	R$ 522.000,00	R$ 1.044.000,00

Vista aos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para, querendo, manifestarem-se.

Jequitinhonha/MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:E5A026F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 201/2025

Extrato de Termo aditivos de contratos: 1º Aditivo;
Contrato nº 201/2025
PROCESSO: 094/2025
Dispensa: 024/2025
Contratado: **GEOCAMPOS- ENGENHARIA E SUSTENTABILIDADE LTDA**
CNPJ nº 29.903.048/0001-91,
Esse contrato passará a ter vigência até 10 de outubro de 2027.

Lagoa Formosa-MG, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:403A35AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO 140/2022

Extrato de Termo aditivo de contrato: 4º Aditivo;
Contrato nº 140/2022.
Processo nº 178/2022.
Dispensa: 022/2022
Contratado (a): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA – CISALP CNPJ 02.319.394/0001-70
Acréscimo de Item.

Lagoa Formosa 01 de outubro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:547EB863

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO 182/2025

Extrato de Termo aditivo de contrato: 4º Aditivo;
Contrato nº 182/2025.
Processo nº 068/2025.
Concorrência: 005/2025
Contratado (a): RR Junior Engenharia LTDA,
CNPJ nº 58.765.859/0001-71
Decréscimo de valor

Lagoa Formosa 09 de outubro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:F6FF7B3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
DECRETO Nº 564/2026

DECRETO Nº 564/2026

INSTITUI A COMISSÃO GESTORA/COORDENADORA E A EQUIPE TÉCNICA DE APOIO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, especialmente o art. 69, inciso VI;

CONSIDERANDO o disposto no art. 214 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o novo Plano Municipal de Educação de Leandro Ferreira, instrumento de planejamento decenal das políticas públicas educacionais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação dos profissionais da educação, dos órgãos e instituições educacionais, dos conselhos, dos representantes do Poder Público e da sociedade civil;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar diagnóstico da realidade educacional do Município;

DECRETA:
CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Leandro Ferreira/MG, a Comissão Gestora/Coordenadora para a Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, responsável por coordenar, acompanhar, mobilizar, articular e sistematizar o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação.

Art. 2º Fica instituída a Equipe Técnica de Apoio à Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, destinada a prestar assessoramento técnico à Comissão Gestora/Coordenadora.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º A Comissão Gestora/Coordenadora será composta pelos seguintes representantes:

I – Secretaria Municipal de Educação – Coordenação Executiva do Processo de Elaboração do PME: Daniela Cristina Alves Rodrigues;

II – Conselho Municipal de Educação – CME: Libério Rodrigues Lacerda Soares;

III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB: Isadora Lacerda Silva;

IV – Conselho de Alimentação Escolar – CAE: Rosângela Maria da Silva Soares;

V – Diretor(a) de escola da rede municipal: Mara Conceição Gomes de Freitas Santos;

VI – Professor(a) da rede municipal: Alessandra Moreira dos Santos;

VII – Servidor(a) da rede municipal de ensino: Jhennyfer Oliveira Faria;

VIII – Estudante da rede de ensino: Fabrício Rodrigues dos Santos;

IX – Pais ou responsáveis por estudantes da rede municipal: Priscila Diniz dos Santos;

X – Representante da Rede Estadual de Ensino: Lucas Libério Alves dos Santos;

XI – Secretaria Municipal de Saúde: Stefhanie Antônia Alves Silva;

XII – Secretaria Municipal de Assistência Social: Ana Carolina de Lacerda;

XIII – Área de Cultura: Carlos Corrêa de Lacerda Júnior;

XIV – Área de Esporte: Carlos Corrêa de Lacerda Júnior;

XV – Comissão de Educação da Câmara Municipal de Leandro Ferreira: Thiago Rodrigues da Silva;

XVI – Órgão Municipal de Planejamento/Orçamentário: Romário de Sousa Ricardo;

XVII – Representante da Equipe Técnica: Suzana dos Santos Batista.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Comissão Gestora/Coordenadora:

I – coordenar o processo de elaboração do PME;

II – promover a articulação entre o Poder Público, os profissionais da educação, os conselhos, as instituições de ensino e a sociedade;

III – garantir a participação social;

IV – acompanhar e validar o diagnóstico educacional;

V – promover reuniões, audiências, consultas, seminários e conferências;

VI – analisar e validar propostas da Equipe Técnica;

VII – acompanhar objetivos, metas, estratégias e indicadores;

VIII – assegurar compatibilidade com o PNE e demais instrumentos de planejamento;

IX – sistematizar contribuições;

X – aprovar a versão final e encaminhá-la ao Poder Executivo.

CAPÍTULO IV – DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 5º Compete à Equipe Técnica:

I – realizar levantamento e sistematização dos dados educacionais;

II – elaborar diagnóstico da realidade educacional de Leandro Ferreira;

III – identificar problemas, desafios, necessidades, potencialidades e desigualdades;

IV – analisar dados oficiais;

V – elaborar estudos, relatórios e notas técnicas;

VI – propor objetivos, metas, estratégias e indicadores;

VII – articular tecnicamente as propostas com o PNE;

VIII – subsidiar a Comissão Gestora/Coordenadora;

IX – sistematizar contribuições;

X – consolidar a minuta técnica do PME.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação fornecerá apoio técnico, administrativo e operacional à Comissão e à Equipe Técnica.

Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão fornecer dados e informações necessários à elaboração do PME.

Art. 8º A elaboração observará a gestão democrática, a participação social, a transparência, a equidade, a qualidade da educação, a redução das desigualdades e o regime de colaboração.

Art. 9º A participação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 10. A Comissão e a Equipe Técnica observarão os prazos estabelecidos pela legislação federal.

Art. 11. A Comissão poderá propor ajustes em sua composição quando houver alteração na representação dos órgãos e segmentos.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leandro Ferreira/MG, 09 de outubro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Leandro Ferreira

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:04E32865

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
DECRETO Nº 565/2026

DECRETO Nº 565/2026

DISPÕE SOBRE O USO DO MEIO ELETRÔNICO PARA A PRÁTICA DE ATOS E A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

O Prefeito do Município de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, art. 69, inciso VI, c/c art. 92, inciso I, da Lei Orgânica Municipal; ***CONSIDERANDO-SE*** *a necessidade de modernizar, simplificar e conferir maior eficiência, transparência, segurança e economicidade à atuação administrativa;* ***CONSIDERANDO-SE*** *o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;* ***CONSIDERANDO-SE*** *a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;* ***CONSIDERANDO-SE*** *a Lei Federal nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e o Decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, que disciplinam a digitalização e o armazenamento de documentos;* ***CONSIDERANDO-SE*** *a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;* ***CONSIDERANDO-SE*** *a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que disciplina o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos; e* ***CONSIDERANDO-SE*** *a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública,* **DECRETA:**

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o uso do meio eletrônico para a prática de atos e a formação, instrução, tramitação, decisão, comunicação e arquivamento de processos administrativos no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Leandro Ferreira.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se aos processos administrativos municipais, ressalvadas as hipóteses submetidas a procedimento próprio por determinação legal ou regulamentar.

Art. 2º - São objetivos deste Decreto:

I - Assegurar eficiência, eficácia e efetividade à atuação administrativa.

II - Promover o uso de meios eletrônicos com segurança, transparência, rastreabilidade e economicidade.

III - Simplificar procedimentos e ampliar o acesso do cidadão aos serviços e às instâncias administrativas.
IV - Reduzir o uso de papel e ampliar a sustentabilidade ambiental.

V - Assegurar a preservação, a autenticidade, a integridade, a disponibilidade e o acesso aos documentos públicos.

VI - Fortalecer a proteção de dados pessoais e a segurança da informação.

Art. 3º - A utilização do meio eletrônico observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência, presunção de boa-fé, acessibilidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e gestão arquivística de documentos.

Art. 4º - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Documento: unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza.

II - Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários e acessível por meio de sistema computacional.

III - Documento nato-digital: documento produzido originalmente em meio eletrônico.

IV - Documento digitalizado: representante digital resultante da conversão de documento físico, acompanhado dos metadados necessários à sua identificação e gestão.
V - Processo administrativo eletrônico: conjunto de documentos e atos processuais produzidos, recebidos, registrados, tramitados e armazenados em meio eletrônico.

VI - Processo administrativo híbrido: processo constituído, excepcionalmente, por documentos ou atos mantidos simultaneamente em meios eletrônico e físico.

VII - Assinatura eletrônica: conjunto de dados em formato eletrônico utilizado para comprovar autoria e integridade, nas modalidades simples, avançada ou qualificada previstas na legislação.

VIII - Metadados: dados estruturados que permitem identificar, classificar, descrever, gerenciar, localizar e preservar documentos e processos.

IX - Sistema de processo eletrônico: solução informatizada destinada à produção, ao recebimento, à assinatura, ao registro, à tramitação, ao controle, ao acesso e ao arquivamento de documentos e processos.

X - Indisponibilidade do sistema: interrupção ou comprometimento técnico, reconhecido pela unidade responsável, que impeça a prática ou o recebimento de atos processuais.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Art. 5º - Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal utilizarão sistema de processo eletrônico para a gestão e a tramitação de processos administrativos.

§ 1º - O sistema deverá assegurar, de forma compatível com a natureza e o risco de cada processo:

I - A identificação do usuário e o controle de acesso.

II - A autenticidade, a integridade, a disponibilidade e, quando cabível, a confidencialidade dos documentos.

III - O registro cronológico das operações e a rastreabilidade dos atos.

IV - A classificação das informações quanto ao grau de acesso.

V - A emissão de recibos, protocolos e relatórios.

VI - A realização de cópias de segurança e a recuperação de dados.

VII - A exportação, a interoperabilidade e a preservação dos documentos e processos.
§ 2º - Os registros de auditoria do sistema deverão ser preservados pelo prazo aplicável aos documentos e processos a que se vincularem, observado o plano de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Art. 6º - Os atos processuais serão praticados preferencialmente em meio eletrônico.

§ 1º - Admite-se a prática de ato em meio físico quando:

I - O interessado solicitar atendimento por meio diverso e a legislação assegurar essa possibilidade.

II - O uso do meio eletrônico for técnico ou materialmente inviável.

III - Houver indisponibilidade do sistema.

IV - O uso exclusivo do meio eletrônico puder causar dano relevante à celeridade do processo ou risco de perecimento de direito.

§ 2º - Os documentos produzidos ou recebidos em meio físico nas hipóteses do § 1º serão posteriormente digitalizados e juntados ao processo eletrônico, preservado o original quando exigido por lei ou pela gestão arquivística.
§ 3º - Será mantida alternativa de atendimento presencial às pessoas que não disponham de acesso aos meios digitais ou que necessitem de apoio para utilizá-los, observadas as condições definidas pela Administração.

Art. 7º - Os processos eletrônicos serão autuados, numerados e classificados no sistema, com a identificação da unidade responsável, do interessado, do assunto, da data de abertura e dos níveis de acesso aplicáveis.

Parágrafo único. Os documentos e atos serão juntados em ordem cronológica, com registro de autoria, data, hora e unidade responsável, vedada a exclusão ou alteração sem preservação do respectivo histórico.

Art. 8º - A autoria e a integridade dos documentos e atos eletrônicos serão comprovadas mediante assinatura eletrônica simples, avançada ou qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e de regulamentação complementar.

§ 1º - O nível mínimo de assinatura será definido conforme a natureza do ato, o grau de risco, a criticidade da informação e os efeitos jurídicos produzidos.

§ 2º - A assinatura eletrônica qualificada será exigida nas hipóteses previstas em lei ou em ato normativo específico.
§ 3º - A identificação por nome de usuário e senha, associada aos registros de auditoria do sistema, poderá ser utilizada nos atos para os quais seja admitida assinatura eletrônica simples ou outro mecanismo equivalente.

Art. 9º - Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente e os documentos digitalizados em conformidade com a legislação aplicável serão considerados originais para todos os efeitos legais, observado o nível de assinatura exigido para o ato.

Art. 10 - Os atos processuais eletrônicos consideram-se realizados no dia e na hora de seu recebimento pelo sistema, que deverá fornecer recibo ou protocolo eletrônico que permita identificá-los.

§ 1º - Salvo disposição específica, será considerado tempestivo o ato praticado até as 23h59 (Vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, observado o horário oficial de Brasília.

§ 2º - Se o sistema se tornar indisponível por motivo técnico no último dia do prazo, este será prorrogado até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do primeiro dia útil seguinte ao restabelecimento do serviço.

§ 3º - A unidade responsável pela tecnologia da informação divulgará e certificará os períodos de indisponibilidade, na forma estabelecida em ato complementar.
Art. 11 - O acesso à íntegra do processo para vista do interessado ocorrerá por meio do sistema ou pelo fornecimento de cópia, preferencialmente eletrônica, ressalvadas as restrições legalmente previstas.

Parágrafo único. O interessado que não dispuser de meios tecnológicos poderá solicitar acesso assistido ou cópia em formato acessível, observadas as regras de identificação, proteção de dados pessoais e eventual cobrança legal pelo custo de reprodução física.

Art. 12 - A classificação da informação, a definição do nível de acesso e o tratamento de dados pessoais observarão a Lei Federal nº 12.527/2011, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a legislação municipal e as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. O acesso será limitado aos usuários autorizados quando necessário à proteção de informações sigilosas, dados pessoais ou interesses juridicamente tutelados, sem prejuízo do direito de acesso do interessado e de seu representante.

CAPÍTULO III
DOS DOCUMENTOS DIGITAIS E DA DIGITALIZAÇÃO

Art. 13 - O interessado poderá encaminhar documentos digitais para juntada aos autos, salvo impedimento legal ou necessidade devidamente motivada de apresentação por outro meio.
§ 1º - O interessado é responsável pela autenticidade, pela integridade e pela veracidade dos documentos apresentados, respondendo civil, penal e administrativamente por fraude ou falsidade.

§ 2º - O documento digitalizado apresentado sem assinatura eletrônica apta a comprovar sua autoria terá valor de cópia simples.

§ 3º - A apresentação do original poderá ser exigida quando houver previsão legal, dúvida fundamentada quanto à autenticidade ou necessidade de verificação de integridade.

Art. 14 - A digitalização de documentos recebidos ou produzidos pelos órgãos e entidades municipais será acompanhada de conferência de integridade e do registro, no sistema, da natureza do documento apresentado.

§ 1º - A conferência indicará se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.

§ 2º - O documento resultante da digitalização de original, quando conferido por agente público, será considerado cópia autenticada administrativamente.

§ 3º - O documento resultante da digitalização de cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples terá valor de cópia simples, sem prejuízo da fé pública ou da certificação que acompanhar o documento apresentado.

§ 4º - A digitalização destinada a produzir os mesmos efeitos legais do documento original observará os requisitos técnicos, os metadados e a assinatura exigidos pela Lei Federal nº 12.682/2012, pelo Decreto Federal nº 10.278/2020, e pelas normas arquivísticas aplicáveis.

Art. 15 - No recebimento de documento físico, a Administração poderá:

I - Digitalizá-lo imediatamente e devolvê-lo ao interessado.

II - Conferir cópia simples com o original, devolver o original ao interessado e digitalizar a cópia; ou

III - Recebê-lo para digitalização posterior, hipótese em que deverá fornecer recibo e observar as regras de guarda, devolução e destinação documental.

§ 1º - Os originais e as cópias autenticadas em cartório serão preferencialmente devolvidos ao interessado ou mantidos sob guarda pelo prazo definido na tabela de temporalidade e destinação de documentos.
§ 2º - As cópias simples ou autenticadas administrativamente poderão ser eliminadas após a digitalização e a conferência, ressalvadas as

hipóteses de guarda obrigatória, valor histórico ou interesse probatório.

§ 3º - Quando a digitalização for impossível ou inviável, o documento permanecerá sob guarda da Administração, admitida a tramitação híbrida enquanto persistir a necessidade.

Art. 16 - Impugnada, de forma motivada, a autenticidade ou a integridade de documento digital ou digitalizado, a autoridade competente determinará diligência para apuração.

§ 1º - Quando a impugnação for formulada pela Administração, o interessado será intimado para apresentar o original ou outros elementos de comprovação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Quando a alegação for apresentada por particular, caberá a impugnante indicar os fundamentos e apresentar os elementos disponíveis, sem prejuízo do dever de apuração da Administração.

Art. 17 - A Administração poderá exigir a exibição do documento original enquanto subsistir o dever de guarda ou a possibilidade de revisão administrativa, mediante decisão motivada.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO ARQUIVÍSTICA E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 18 - Os documentos digitais serão associados a metadados suficientes para assegurar sua identificação, classificação, indexação, autenticidade, integridade, rastreabilidade, preservação, localização e interoperabilidade.

Art. 19 - Os documentos e processos eletrônicos serão classificados e avaliados de acordo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos adotados pelo Município, observadas a Lei Federal nº 8.159/1991 e as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

Art. 20 - A eliminação de documentos digitais ou físicos somente ocorrerá após o cumprimento dos prazos de guarda e dos procedimentos previstos na legislação e na tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Parágrafo único. É vedada a eliminação de documento de valor permanente, histórico, probatório ou informativo reconhecido, bem como daquele relacionado a processo pendente de decisão, fiscalização, auditoria, tomada de contas ou controvérsia administrativa ou judicial.

Art. 21 - Os documentos e processos eletrônicos encerrados poderão ser transferidos para ambiente específico de preservação, mantidos os requisitos de segurança, autenticidade, integridade, disponibilidade, legibilidade e acesso pelo prazo necessário.

Parágrafo único. A guarda permanente observará as normas da instituição arquivística responsável e deverá assegurar a compatibilidade de suporte e formato, a documentação técnica e os instrumentos de identificação e controle.

Art. 22 - Os formatos de arquivo e os padrões de digitalização deverão ser abertos ou interoperáveis sempre que possível, adequados à preservação de longo prazo e compatíveis com as diretrizes do Governo Digital, do Conarq e da unidade municipal responsável pela tecnologia da informação.

Art. 23 - Os órgãos e as entidades municipais adotarão medidas técnicas e administrativas para prevenir perda, destruição, alteração, acesso, tratamento ou divulgação não autorizados de documentos e dados.

Parágrafo único. As medidas deverão incluir, no mínimo, gestão de perfis de acesso, registros de auditoria, cópias de segurança, plano de continuidade, recuperação de desastres, atualização tecnológica e procedimentos de resposta a incidentes.

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA, DA IMPLEMENTAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão coordenar a implementação deste Decreto, em articulação com o Gabinete do Prefeito, a unidade de tecnologia da informação, o arquivo municipal, o controle interno e os demais órgãos e entidades envolvidos.

Parágrafo único. A coordenação compreenderá a padronização de procedimentos, a definição de perfis e responsabilidades, o acompanhamento da implantação, a capacitação de servidores e a avaliação periódica dos controles de segurança e gestão documental.

Art. 25 - Cada órgão e entidade será responsável pela correta instrução, classificação, tramitação, proteção, guarda e destinação dos processos sob sua responsabilidade, bem como pela orientação de seus agentes e usuários.

Art. 26 - A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão poderá editar normas complementares, manuais, planos de implantação e padrões técnicos necessários à execução deste Decreto.

Parágrafo único. As normas complementares poderão disciplinar, entre outros temas, os tipos e assuntos processuais, os níveis de acesso, os perfis de usuário, os níveis mínimos de assinatura eletrônica, a comunicação dos atos, a certificação de indisponibilidade, a digitalização, a migração de processos e a gestão arquivística.

Art. 27 - A implementação integral do sistema de processo administrativo eletrônico nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverá ser concluída até 31 de dezembro de 2029, conforme cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

§ 1º - A implantação será gradual, por unidades, tipos de processo ou matérias, consideradas a capacidade técnica, a disponibilidade orçamentária, a continuidade dos serviços e os riscos envolvidos.

§ 2º - Os órgãos e entidades que já utilizem sistema eletrônico deverão adaptar seus procedimentos às disposições deste Decreto dentro do prazo previsto no caput.

§ 3º - A adoção gradual não impede a imediata utilização do meio eletrônico pelas unidades que disponham de condições técnicas e operacionais.

Art. 28 - Os processos iniciados em meio físico antes da implantação do sistema poderão continuar nesse formato até sua conclusão ou ser migrados gradualmente, mediante decisão da autoridade competente fundada em critérios de viabilidade, segurança, economicidade e conveniência administrativa.

Parágrafo único. A migração deverá preservar a numeração, a ordem cronológica, a integridade, a autoria, os níveis de acesso, os prazos e o histórico do processo.

Art. 29 - Ficam convalidados, exclusivamente quanto ao uso do meio eletrônico, à formalização digital e à tramitação em sistema informatizado, os atos e processos administrativos eletrônicos realizados no âmbito do Poder Executivo Municipal até a data de publicação deste Decreto.

§ 1º - A convalidação abrange a autuação, a produção, a assinatura, a juntada, a tramitação, a comunicação, a decisão e o arquivamento praticados eletronicamente, desde que:

I - Tenham sido praticados por agente competente e orientados à finalidade pública.

II - Seja possível identificar a autoria e verificar a integridade dos atos, inclusive por registros do sistema; e

III - Não tenham causado lesão ao interesse público nem prejuízo comprovado a terceiros.
§ 2º - A convalidação prevista neste artigo não alcança vícios insanáveis, fraude, simulação, desvio de finalidade, incompetência exclusiva, violação ao contraditório ou à ampla defesa, nem impede o exercício dos controles administrativo, interno, externo ou judicial.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leandro Ferreira, 08 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:54C8B751

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 298/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA/MG*

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 298/2026

O Município de Leandro Ferreira/MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2026, do tipo menor preço por lote, com modo de disputa **aberto e fechado, objetivando a **aquisição de 06 (seis) veículos automotores novos, zero quilômetro, distribuídos em 03 (três) lotes*, compreendendo veículos de passeio tipo hatch, veículos com capacidade mínima de 07 (sete) lugares e ônibus escolares urbanos acessíveis de piso baixo, destinados às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, conforme condições e especificações do Edital e seus anexos.

Valor global estimado:R$ 2.088.576,78.

Data da sessão pública:26/10/2026, às 09h00 (horário de Brasília).

Plataforma eletrônica:LICITAR DIGITAL – https://licitar.digital/.

Edital e anexos: disponíveis na plataforma eletrônica, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município.

Informações: Setor de Licitações e Compras, e-mail: licitacao@leandroferreira.mg.gov.br.

Leandro Ferreira/MG, 09 de outubro de 2026.

ROMÁRIO DE SOUSA RICARDO
Diretor de Departamento
Setor de Licitações e Compras

Publicado por:
Romario de Sousa Ricardo
Código Identificador:071CBECD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

A Prefeitura Municipal de Lima Duarte torna público o PL n° 156/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços operacional e assistencial ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I, integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo o fornecimento de equipe técnica multiprofissional, insumos, materiais, alimentação e serviços de manutenção necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data final da entrega das propostas: às 09:000h do dia 29/10/2026. Data de abertura das propostas e sessão de disputa: às 09:01h do dia 29/10/2026. Local de realização da sessão: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações sobre o edital estão à disposição dos interessados no site http://www.limaduarte.mg.gov.br/, com a CPL, na Rua Tancredo Alves, 57, Centro – em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br.

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:D6F558BC

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026

A Prefeitura Municipal de Lima Duarte torna público o PL n° 166/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando futuras e eventuais aquisições de salgados diversos em tamanho para festas, fritos e assados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data final da entrega das propostas: às 13:30h do dia 23/10/2026. Data de abertura das propostas e sessão de disputa: às 13:31h do dia 23/10/2026. Local de realização da sessão: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações sobre o edital estão à disposição dos interessados no site http://www.limaduarte.mg.gov.br/, com a CPL, na Rua Tancredo Alves, 57, Centro – em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br.

Lima Duarte, 09/10/2026.

FERNANDA CARELLI DA SILVA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:E2E16749

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DO EDITAL

Extrato do Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 — CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

O Município de Luisburgo/MG torna público que realizará licitação, sob a forma eletrônica, pelo critério de julgamento menor preço por lote, para contratação de empresa especializada em engenharia para reforma, ampliação e adequação da Escola Municipal Lucindo Antônio Faria Filho — Meta 01 — e da Escola Municipal José Petronilho — Meta 02 —, incluindo materiais e mão de obra.

Valor estimado: R$ 1.044.131,61. Sessão pública: 27/10/2026, às 9h, na plataforma https://ammlicita.org.br/. O edital e seus anexos estão disponíveis na plataforma AMM LICITA. Informações: licitacao@luisburgo.mg.gov.br.

Luisburgo/MG, 9 de outubro de 2026.

FRANCISCO LACERDA -
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:B941B1C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA TIAGO DE SOUZA SILVA 10642884641, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2025.

PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA TIAGO DE SOUZA SILVA 10642884641, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresa**TIAGO DE SOUZA SILVA 10642884641,** com sede na Praça Nossa Senhora do Carmo, nº188, Bairro: Centro, em Luminárias/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.114.870/0001-50, neste ato representado pelo Sr. Tiago de Souza Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nºMG-17173200 SSP/Mg e incrito no CPF sob o nº106.428.846-41, RESOLVEM firmar, de comum acordo o Termo Aditivo, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 124, inciso II, "d" da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam a prorrogação da vigência da Ata de Registro de preços 105/2025, a partir do dia 15 de setembro de 2026 e término previsto para 14 de setembro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A renovação da ata de registro de preços destinada ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para o fornecimento de produtos de lanchonete, em atendimento à diversas Secretarias Municipais, revela-se medida imprescindível à garantia da continuidade do abastecimento com produto de qualidade, bem como à preservação da vantajosidade da contratação, tendo em vista que o valor registrado permanece inferior aos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato originalnão alteradas pelo presente instrumento.
E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 11de setembro de 2026.

Município de Luminárias/MG
ECIO CARVALHO REZENDE
Prefeito Municipal

TIAGO DE SOUZA SILVA
Tiago de Souza Silva 10642884641
Empresa Contratada

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:EDE678CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOCONTRATO Nº 085/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESADIVINA PROVIDENCIA CENTRO TERAPEUTICO LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2025 – INEXIGIBILIDADENº 044/2025- CREDENCIAMENTO 011/2025.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOCONTRATO Nº 085/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESADIVINA PROVIDENCIA CENTRO TERAPEUTICO LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2025 – INEXIGIBILIDADENº 044/2025- CREDENCIAMENTO 011/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresa**DIVINA PROVIDENCIA CENTRO TERAPEUTICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.576.905/0001-09, situada no Sitio Nossa Senhora Aparecida, nºS/N, Bairro: Zona Rural, na cidade de Ijaci/MG, neste ato representada pela Sra. Juliana Carvalho Signoretti, brasileira, casada, psicologa, portadora da carteira de identidade nº MG-7.128.684 e inscrita no CPF nº 942.101.446-49, **RESOLVEM** firmar, de comum acordo o Termo Aditivo no contrato 085/2025, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 107da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam a prorrogação da vigência do Contrato 085/2025, a partir do dia 30 de setembro de 2026e término previsto para 29 de setembrode 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A renovação do presente contrato de que tem por objeto ocredenciamento de pessoas jurídicas para execução de prestação de serviços de acolhimento em Clínica para tratamento de dependência química e alcoolismo para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde Luminárias, sendo uma medida essencial para que não haja interrupções e garantir a continuidade da prestação do serviçosupracitado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato originalnão alteradas pelo presente instrumento.
E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 28de setembro de 2026.

ECIO CARVALHO REZENDE
Município de Luminárias/MG
Prefeito Municipal

JULIANA CARVALHO SIGNORETTI
Divina Providencia Centro Terapeutico LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:B90C17D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
AVISO LICITAÇÃO AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO ESCOLAR

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 028/26, MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO - Nº 007/26, TIPO: MENOR PREÇO UNITARIO, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIOS ESCOLARES , PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO DE MALACACHETA – MG E DE ACORDO COM CONVENIO 1261004082/2026/S.E.E. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. Pela Plataforma Licitar digital. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@malacacheta.mg.gov.br ou PORTAL DA LICITAR DIGITAL www.licitardigital.com.br também no Site Portal da Transparência .

MALAC. 09/10/2026.

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:285E2A3F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

Processo n° 164/2026
Dispensa n° 060/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ETAPA FINAL DO CIRCUITO REGIONAL DE ENDURO A PÉ DE REGULARIDADE, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2026, CONFORME DFD, ETP E TERMO DE REFERENCIA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº164/2026 - DISPENSA Nº059/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
310.062 MARCELO GONCALVES PINTO - CNPJ: 51.310.062/0001-30
Valor Total de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

MARIA DA FÉ, 08 de Outubro de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:08A0E539

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
DECRETO Nº 4.907, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Homologa o resultado definitivo do Processo Seletivo Interno - Edital nº 01/2026

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS**,** no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação aplicável e a conclusão de todas as etapas editalícias,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado definitivo do Processo Seletivo Interno para as funções de Diretor Escolar e Vice-Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino, promovido pelo Município de Maria da Fé e organizado pela EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, nos termos do Edital nº 01/2026, conforme a relação de candidatos aprovados que integra este Decreto.

Art. 2º - O procedimento destina-se ao credenciamento de candidatos para onze vagas de Diretor Escolar e três vagas de Vice-Diretor Escolar, com jornada semanal de quarenta horas, observada a classificação das unidades escolares nos níveis previstos na legislação municipal.

Art. 3º - A homologação e a classificação não asseguram direito à nomeação, à designação, à preferência na escolha da unidade escolar ou ao exercício da função.

Art. 4º - A escolha para o exercício das funções é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, entre os candidatos aprovados, observados os requisitos do edital e a legislação municipal aplicável.

Art. 5º - A divulgação deste ato observará os meios previstos no Edital nº 01/2026 e na legislação municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:18C56833

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
DECRETO Nº 4.908, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Homologa o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 02/2026.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a conclusão de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor Municipal, regido pelo Edital nº 02/2026;

Considerando, o resultado definitivo divulgado em 21 de setembro de 2026, conforme o cronograma do Anexo VI, do edital;

Considerando o encaminhamento e a manifestação favorável da Comissão Especial designada por ato do Prefeito Municipal;

Considerando o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a Lei Complementar Municipal nº 06, de 27 de outubro de 2022 e as disposições do edital;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor Municipal, promovido pelo Município de Maria da Fé e organizado pela EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, nos termos do Edital nº 02/2026, conforme a relação de candidatos aprovados, classificados e excedentes que integra este Decreto.

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, contado da homologação do resultado definitivo, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante ato devidamente motivado do Prefeito Municipal.

Art. 3º - A aprovação gera apenas expectativa de direito à contratação temporária, condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária, à ordem de classificação e ao atendimento dos requisitos previstos no edital.

Art. 4º - A publicidade deste ato observará os meios previstos no Edital nº 02/2026.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:4B3A2399

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DO DECRETO Nº 4.907, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Homologação do resultado definitivo - Processo Seletivo Interno - Edital nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG torna pública a homologação do resultado definitivo do Processo Seletivo Interno para as funções de Diretor Escolar e Vice-Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino, promovido pela Prefeitura Municipal de Maria da Fé e organizado pela EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, nos termos do Edital nº 01/2026.
O procedimento destina-se ao credenciamento de candidatos para 11 (onze) vagas de Diretor Escolar e 3 (três) vagas de Vice-Diretor Escolar.
A aprovação e a ordem de classificação não asseguram direito à nomeação ou designação, preferência na escolha da unidade escolar ou garantia de exercício da função. A escolha compete exclusivamente ao Prefeito Municipal, entre os candidatos aprovados.
A íntegra do Decreto e do resultado definitivo será divulgada pelos meios previstos no edital e na legislação municipal.

Maria da Fé, 08 de outubro de 2026

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:8606C13B

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DO DECRETO Nº 4.908, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Homologação do resultado definitivo - Edital nº 02/2026

O MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG torna pública a homologação do resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor Municipal, promovido pela Prefeitura Municipal de Maria da Fé e organizado pela EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, nos termos do Edital nº 02/2026, conforme a relação de candidatos aprovados, classificados e excedentes.

Prazo de validade: 1 (um) ano, contado da homologação do resultado definitivo, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante ato devidamente motivado do Prefeito Municipal.
A aprovação gera somente expectativa de direito à contratação temporária, condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária, à ordem de classificação e ao cumprimento dos requisitos editalícios.
A íntegra do Decreto e do resultado definitivo será divulgada no Diário Oficial, no site da Prefeitura Municipal, nas unidades escolares, no quadro de avisos da Prefeitura e no site da empresa organizadora, conforme o edital.

Maria da Fé/MG, 08 de outubro de 2026

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:E49082FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 127/2024, PROCESSO Nº 152/2024 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2024**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S/A – CNPJ: 17.154.899/0001-08

Objeto Contratual: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTR. DAS ESCOLAS, CRECHES E QUADRAS: NO CENTRO, NO IMÓVEL LOCAL. ENTRE AS RUAS MARTA FARES E ANTÔNIO F. ARAÚJO E NO BAIRRO BOM JESUS, LOC. ENTRE AS R. ZÉ VILAÇA, R. 44 E R. 41; ESCOLA E QUADRA BAIRRO VILA SUZANA, NO IMÓVEL LOCALIZADO- RUAS MARTA FARES E ANTÔNIO F. ARAÚJO, PARA ATEND. AO PROGR. DO GOV. DO ESTADO, REF. AO "PROJ. MÃOS DADAS" E A PARA ATEND. DA DEMANDA DO MUNICIPIO E DA REGIÃO NO TOCANTE AO Nº DE VAGAS DO SIST. EDUCAC. DO MUNICIPIO DE MATEUS LEME/MG.

Objeto do termo aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2024, celebrado entre as partes, em razão da superveniência de fatos que ocasionaram alteração extraordinária dos custos inicialmente pactuados, mediante acordo entre as partes, em razão dos fatos e circunstâncias devidamente apurados no processo administrativo, conforme requerimento apresentado pela contratada.

Fundamentação Legal: O presente termo aditivo fundamenta-se no art. 24, inciso II, alínea ‘’d’’, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 09 de outubro de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Giancarlo Francisco de Carvalho
Código Identificador:A511430C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 74, Lei 14133/21, Processo n° 69/2026, Inexigibilidade n° 18/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, DESTINADO A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VISAN-DO PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E OFERECER AMBIENTE DE TRABALHO MAIS ADEQUADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Fornecedor: JULIANA APARECIDA MAXIMO DIAS – **CPF 855.160.316-72**

Valor homologado: R68.040,00 (sessenta e oito mil e quarenta reais)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos

Mateus Leme, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Giancarlo Francisco de Carvalho
Código Identificador:3795E287

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 74, Lei 14133/21, Processo n° 69/2026, Inexigibilidade n° 18/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, DESTINADO A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VISAN-DO PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E OFERECER AMBIENTE DE TRABALHO MAIS ADEQUADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Fornecedor: JULIANA APARECIDA MAXIMO DIAS – **CPF 855.160.316-72**

Valor homologado: R68.040,00 (sessenta e oito mil e quarenta reais)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos

Mateus Leme, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Giancarlo Francisco de Carvalho
Código Identificador:BCD8BFFC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 071/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação Serviço de Consultoria em Gestão Riscos e Desastres.

Endereço para consulta ou obtenção do edital:
Av. Cardoso Saraiva, 305 – Centro / Matias Barbosa
Setor de Licitações: 13:00 às 17:00 horas
site: www.matiasbarbosa.mg.gov.br
tel: (32) 3771-0143/ 3771-0144
ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Dia 16/10/2026 até às 15:00 horas

EVANILTON DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:C7B701FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP - Nº 054/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de argamassa.
Endereço para consulta ou obtenção do edital: Av. Cardoso Saraiva, 305 – Centro / Matias Barbosa
Setor de Licitações: 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas
site: www.matiasbarbosa.mg.gov.br
tel: (32) 3771-0143/3771-0144
ABERTURA DAS PROPOSTAS
Dia 26/10/2026 às 09:00 horas

ALEXEI VASSILI PAÇO ROSA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:1BFC6BF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
DECRETO Nº 6.356, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 6.356, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

ATUALIZA A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MATIAS BARBOSA/MG, ESTABELECE PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 208, 211 e 214 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como os princípios que orientam a organização da educação nacional;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, especialmente os arts. 2º, 3º, 4º, 23, 26, 29, 31, 32 e 34;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, especialmente quanto à garantia do direito à educação, à proteção integral e à prioridade absoluta;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE, com vigência de 10 (dez) anos, estabelecendo objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira, inclusive para a ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e estabelece diretrizes para a expansão das matrículas em tempo integral;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb, e suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.945, de 31 de julho de 2024, e demais normas nacionais aplicáveis à organização da Educação Básica;
CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 12, de 11 de junho de 2025, que fundamenta as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, estabelecendo jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais e orientações para sua implementação;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que altera a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e determina que os entes federativos elaborem ou revisem ato normativo específico que institua sua política de Educação Integral em Tempo Integral, com apreciação do respectivo Conselho de Educação, até 31 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral como referência para o planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e autoavaliação da política;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais — CRMG e as demais Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis às etapas e modalidades da Educação Básica;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação de MATIAS BARBOSA e suas metas e estratégias relacionadas à ampliação da jornada escolar e à Educação Integral;
CONSIDERANDO a existência de oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino e a necessidade de atualizar sua regulamentação, adequando-a às normas nacionais vigentes, sem prejuízo da continuidade das ações, matrículas e atendimentos já existentes;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar uma política municipal de Educação Integral em Tempo Integral baseada na qualidade social da educação, na equidade, na inclusão, na proteção integral, na participação social e no desenvolvimento pleno dos estudantes;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar a política municipal em consonância com os princípios de intersetorialidade, integração curricular, articulação com os territórios e comunidades, valorização dos profissionais da educação e monitoramento permanente;
DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica atualizada e regulamentada, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Matias Barbosa/MG, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, destinada a orientar a organização, implementação, expansão, gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem como finalidade promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando suas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural, ambiental e cidadã, ampliando de forma qualificada os tempos, espaços, experiências e oportunidades educativas.
Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral constitui política educacional permanente da Rede Municipal de Ensino e deverá integrar o planejamento educacional, o currículo, o Projeto Político-Pedagógico — PPP, a gestão escolar, a formação dos profissionais da educação, as ações intersetoriais e os processos de monitoramento e avaliação.
Art. 4º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará os seguintes princípios:
I — educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
II — formação e desenvolvimento integral dos estudantes;
III — equidade no acesso, permanência, participação e aprendizagem;
IV — inclusão, acessibilidade e respeito à diversidade;
V — proteção integral e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
VI — gestão democrática e participação da comunidade escolar;
VII — valorização dos profissionais da educação;
VIII — integração curricular e articulação entre os diferentes componentes curriculares e experiências educativas;
IX — articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança alimentar, ciência, tecnologia e demais políticas públicas;
X — integração entre escola, território, comunidade e famílias;
XI — reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento;
XII — promoção da convivência democrática, da cultura de paz e da prevenção de todas as formas de violência, discriminação e preconceito;
XIII — sustentabilidade socioambiental e responsabilidade cidadã;

XIV — promoção de práticas pedagógicas inovadoras, interdisciplinares e contextualizadas;
XV — monitoramento e avaliação contínuos da política, com foco na qualidade e na equidade;
XVI — respeito às especificidades das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E DA JORNADA ESCOLAR

Art. 5º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I — Educação Integral: concepção de educação que compreende o estudante em sua integralidade e busca o desenvolvimento pleno de suas múltiplas dimensões;
II — Educação Integral em Tempo Integral: organização da oferta educacional que assegura jornada escolar de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma regular e permanente durante todo o período letivo;
III — Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral: conjunto articulado de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações, responsabilidades, indicadores e mecanismos de acompanhamento destinados à implementação e consolidação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal;
IV — Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral: instrumento de planejamento que estabelece diagnóstico, metas, prioridades, etapas, cronograma, estratégias e recursos necessários para a ampliação qualificada das matrículas em tempo integral;
V — Território educativo: conjunto de espaços, equipamentos, instituições, relações sociais, culturais e ambientais que podem contribuir para o desenvolvimento das experiências educativas dos estudantes;
VI — atividades pedagógicas complementares: ações educativas planejadas, articuladas ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico, desenvolvidas além da jornada regular, inclusive no contraturno

escolar, destinadas à ampliação qualificada das experiências de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
Art. 6º A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar, no mínimo:
I — 7 (sete) horas diárias; ou
II — 35 (trinta e cinco) horas semanais.

§ 1º A oferta deverá ocorrer de forma regular e permanente durante todo o período letivo, assegurando ao estudante jornada escolar igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.
§ 2º A jornada poderá ser organizada em turno único ou mediante a articulação entre o turno regular de escolarização e atividades pedagógicas complementares desenvolvidas no contraturno escolar, desde que o conjunto das experiências educativas assegure a jornada mínima estabelecida neste Decreto.
§ 3º Na organização em turno regular e contraturno, a jornada de tempo integral será constituída pela integração entre a formação escolar regular e as atividades pedagógicas complementares, devendo ambas estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico, à organização curricular e ao planejamento da unidade escolar.
§ 4º As atividades pedagógicas complementares desenvolvidas no contraturno escolar poderão contemplar, entre outras:
I — acompanhamento pedagógico;
II — recomposição das aprendizagens;
III — práticas de leitura, escrita e matemática;
IV — cultura e artes;
V — esporte, recreação e práticas corporais;
VI — iniciação científica;
VII — cultura digital, tecnologia e inovação;
VIII — educação ambiental e sustentabilidade;
IX — direitos humanos e cidadania;
X — atividades culturais e de valorização da identidade e da cultura local;
XI — desenvolvimento socioemocional e convivência democrática;
XII — demais experiências educativas previstas no Projeto Político-Pedagógico.
§ 5º As atividades desenvolvidas no contraturno deverão possuir intencionalidade pedagógica, planejamento, acompanhamento e registro pela unidade escolar, não podendo constituir mera ocupação do tempo ou repetição das atividades realizadas no turno regular.
§ 6º A organização da jornada em turno regular e contraturno deverá assegurar continuidade pedagógica, integração curricular e articulação entre os profissionais responsáveis pelas diferentes atividades desenvolvidas ao longo da jornada.
§ 7º Para fins de caracterização da matrícula em tempo integral, poderão ser consideradas as atividades educativas desenvolvidas no turno regular e no contraturno, desde que integradas à proposta pedagógica da escola, previstas no Projeto Político-Pedagógico e realizadas sob responsabilidade da unidade escolar ou em espaços educativos devidamente articulados com a Rede Municipal de Ensino.
§ 8º Quando a jornada for organizada em 7 (sete) horas diárias durante 200 (duzentos) dias letivos, corresponderá a, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, observada a organização do calendário escolar e a legislação educacional vigente.
§ 9º A organização da jornada deverá observar as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino, as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais — CRMG e as normas do Sistema Municipal de Ensino.
Art. 7º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos destinados à alimentação, higiene, acolhimento, socialização, convivência, descanso, deslocamento interno e transição entre atividades, observada a adequação à faixa etária, a intencionalidade pedagógica, a infraestrutura necessária e o acompanhamento por profissionais qualificados.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA
Art. 8º A Educação Integral em Tempo Integral poderá ser organizada:
I — em unidades escolares exclusivamente de tempo integral;
II — em unidades escolares que possuam, simultaneamente, turmas em jornada parcial e turmas em jornada integral;
III — em turno único;
IV — mediante articulação entre turno regular e atividades pedagógicas complementares no contraturno;
V — em outros formatos pedagogicamente organizados e compatíveis com as normas educacionais vigentes.
Art. 9º A expansão das matrículas em tempo integral será realizada de forma progressiva, planejada, sustentável e articulada ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, considerando:
I — diagnóstico da demanda educacional;
II — disponibilidade e adequação da infraestrutura;
III — disponibilidade de profissionais da educação;
IV — condições de alimentação escolar;
V — transporte escolar, quando necessário;

VI — recursos financeiros disponíveis;
VII — características e necessidades do território;
VIII — indicadores de vulnerabilidade social e educacional;
IX — resultados educacionais e necessidades de aprendizagem;
X — condições de acessibilidade e inclusão;
XI — participação da comunidade escolar;
XII — metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação e no Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 10. Na expansão da oferta, poderão ser priorizadas escolas e territórios com maior vulnerabilidade social e educacional, observados critérios públicos, objetivos, transparentes e compatíveis com a legislação vigente.
Parágrafo único. A expansão da oferta deverá assegurar igualdade de condições de acesso e permanência, vedada qualquer forma de seleção que implique discriminação ou restrição indevida ao direito à educação.

CAPÍTULO IV

DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 11. A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar integração entre os componentes curriculares, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e as experiências educativas ampliadas.
Art. 12. O currículo deverá estar articulado à BNCC, ao Currículo Referência de Minas Gerais, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às normas do Sistema Municipal de Ensino e às especificidades socioculturais do território.
Art. 13. A organização curricular poderá contemplar, de forma integrada e articulada:
I — componentes curriculares obrigatórios;
II — acompanhamento pedagógico, reforço e recomposição das aprendizagens;
III — práticas de leitura, escrita e desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático;
IV — cultura, artes, patrimônio cultural e manifestações culturais locais;
V — esporte, lazer, práticas corporais e educação física;
VI — iniciação científica, investigação e educação científica;
VII — cultura digital, tecnologia e inovação;
VIII — educação ambiental, sustentabilidade e proteção do meio ambiente;
IX — educação em direitos humanos, cidadania e diversidade;

X — promoção da saúde, alimentação adequada, higiene, bem-estar e qualidade de vida;
XI — educação para as relações étnico-raciais e valorização das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas;
XII — desenvolvimento socioemocional e convivência democrática;
XIII — educação financeira e preparação para a vida cidadã;
XIV — ações relacionadas ao território, à comunidade e à realidade sociocultural dos estudantes;
XV — demais experiências educativas previstas no Projeto Político-Pedagógico.
§ 1º As atividades desenvolvidas na jornada ampliada deverão estar articuladas ao currículo e não deverão constituir mera extensão ou repetição das atividades realizadas na jornada regular.
§ 2º As experiências educativas deverão possuir intencionalidade pedagógica, planejamento, acompanhamento e registro.

§ 3º A organização curricular deverá evitar a fragmentação entre o turno regular e o contraturno, assegurando unidade pedagógica durante todo o tempo de permanência do estudante.
Art. 14. A recomposição das aprendizagens deverá ser integrada ao currículo e ao planejamento pedagógico, considerando os resultados das avaliações, os diferentes ritmos de aprendizagem e as necessidades específicas dos estudantes.

CAPÍTULO V

DA ESCOLA, DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DA PARTICIPAÇÃO
Art. 15. As unidades escolares que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão adequar, com participação da comunidade escolar:
I — Projeto Político-Pedagógico — PPP;
II — Regimento Escolar;
III — organização curricular e matriz curricular;
IV — calendário escolar;
V — organização dos tempos e espaços educativos;
VI — instrumentos de avaliação e acompanhamento;
VII — plano de formação continuada dos profissionais;
VIII — estratégias de participação das famílias e da comunidade.

Art. 16. O Projeto Político-Pedagógico das unidades que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverá expressar:
I — a concepção de Educação Integral adotada pela escola;
II — os objetivos e metas da oferta;
III — a organização da jornada escolar;
IV — a organização curricular;
V — as estratégias de acompanhamento das aprendizagens;
VI — as ações de inclusão e acessibilidade;
VII — as ações de articulação com as famílias;
VIII — as estratégias de articulação intersetorial e territorial;
IX — os mecanismos de acompanhamento, avaliação e autoavaliação;
X — as estratégias de prevenção e enfrentamento das violências e discriminações;
XI — a organização das atividades pedagógicas complementares desenvolvidas no contraturno, quando houver.
Art. 17. A implementação da Política Municipal deverá assegurar a participação dos estudantes, famílias, profissionais da educação, conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação e demais instâncias de participação social, respeitada a legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS
Art. 18. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida de forma articulada com as demais políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de:
I — saúde;
II — assistência social;
III — cultura;
IV — esporte e lazer;
V — meio ambiente;
VI — segurança alimentar e nutricional;
VII — ciência, tecnologia e inovação;
VIII — direitos humanos e cidadania;
IX — proteção da criança e do adolescente.
Art. 19. As atividades educativas poderão ser desenvolvidas:
I — nas dependências da unidade escolar;

II — em espaços públicos municipais;
III — em equipamentos culturais, esportivos, ambientais e tecnológicos;
IV — em espaços comunitários;
V — em instituições parceiras, mediante instrumentos jurídicos adequados;
VI — em outros espaços educativos compatíveis com os objetivos pedagógicos da Política.
Parágrafo único. A utilização de espaços externos deverá observar planejamento pedagógico, autorização competente, condições de segurança, acessibilidade, transporte, acompanhamento dos estudantes e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO VII

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes de formação continuada para os profissionais envolvidos na Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, considerando as necessidades decorrentes da organização da jornada ampliada e das práticas pedagógicas desenvolvidas.
Art. 21. A atuação dos profissionais da educação deverá observar a legislação municipal, os respectivos planos de carreira, as atribuições dos cargos, a formação exigida e as normas educacionais vigentes.
Parágrafo único. Poderão ser utilizados colaboradores, profissionais, parceiros e demais agentes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas complementares, desde que sua atuação seja compatível com a legislação vigente, observadas as atribuições e responsabilidades dos profissionais da educação e a coordenação pedagógica da unidade escolar.

CAPÍTULO VIII

DA GESTÃO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADES

Art. 22. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I — coordenar a implementação e consolidação da Política Municipal;
II — elaborar ou atualizar o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral;
III — realizar diagnóstico periódico da oferta e das condições de qualidade e equidade;
IV — definir critérios para expansão das matrículas;
V — prestar assistência técnica às unidades escolares;

VI — promover formação continuada;
VII — acompanhar os indicadores de acesso, permanência, aprendizagem, participação e desenvolvimento integral;
VIII — articular ações intersetoriais;
IX — acompanhar a execução física, pedagógica e financeira da política;
X — promover processos periódicos de monitoramento, avaliação e autoavaliação;
XI — assegurar a integração da política ao planejamento educacional do Município;
XII — orientar as unidades escolares quanto à organização das atividades de contraturno, quando adotadas como parte da jornada de tempo integral.
Art. 23. Poderá ser instituída, por ato próprio do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal mde Educação, instância de governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Parágrafo único. A composição, competências e funcionamento da instância prevista no caput serão definidos em ato específico.
Art. 24. Compete às unidades escolares:
I — implementar a política de acordo com as normas municipais e nacionais;
II — adequar o PPP e o Regimento Escolar;
III — organizar os tempos, espaços e atividades educativas;
IV — garantir o acompanhamento pedagógico dos estudantes durante toda a jornada;
V — promover a participação das famílias e da comunidade;
VI — realizar registros e avaliações das ações desenvolvidas;
VII — participar dos processos de monitoramento e avaliação da política;
VIII — assegurar condições de inclusão, acessibilidade, segurança e proteção dos estudantes;
IX — promover a articulação pedagógica entre as atividades do turno regular e as atividades
complementares desenvolvidas no contraturno;
X — assegurar o acompanhamento da frequência dos estudantes durante toda a jornada escolar.

CAPÍTULO IX

DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA QUALIDADE

Art. 25. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será acompanhada e avaliada de forma contínua, considerando, entre outros, os seguintes indicadores:
I — número e percentual de matrículas em tempo integral;

II — número e percentual de escolas com oferta em tempo integral;
III — frequência e permanência dos estudantes;
IV — abandono e evasão escolar;
V — resultados de aprendizagem;
VI — evolução das aprendizagens e processos de recomposição;
VII — condições de infraestrutura;
VIII — adequação da alimentação escolar;
IX — acessibilidade e inclusão;
X — participação das famílias e da comunidade;
XI — formação e valorização dos profissionais;
XII — qualidade das práticas pedagógicas;
XIII — percepção de estudantes, famílias e profissionais;
XIV — redução das desigualdades educacionais;
XV — qualidade e integração das atividades desenvolvidas no turno regular e no contraturno.
Art. 26. O Município observará, como referência para o planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e autoavaliação da Política Municipal, os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral, instituídos pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026.
Parágrafo único. O monitoramento deverá considerar, especialmente, as seguintes dimensões:
I — acesso e permanência com equidade;
II — gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral;
III — articulação intersetorial e integração com os territórios e comunidades;
IV — currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento;
V — valorização e desenvolvimento profissional dos educadores;
VI — monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral em Tempo Integral.

CAPÍTULO X

DA INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE OFERTA
Art. 27. A expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser acompanhada da garantia progressiva de condições adequadas de:
I — infraestrutura física;
II — acessibilidade;

III — mobiliário e equipamentos;
IV — recursos pedagógicos e tecnológicos;
V — alimentação escolar;
VI — água potável e condições de higiene;
VII — espaços de convivência, esporte, cultura e lazer;
VIII — transporte escolar, quando necessário;
IX — segurança e proteção dos estudantes;
X — recursos humanos necessários ao atendimento.
Art. 28. A alimentação escolar deverá ser planejada de acordo com a duração da jornada, faixa etária, necessidades nutricionais dos estudantes e normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE e demais regulamentações aplicáveis.

CAPÍTULO XI
DO FINANCIAMENTO

Art. 29. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será financiada por recursos próprios do Município e por recursos provenientes de transferências constitucionais, legais e voluntárias, observada a legislação aplicável.
Parágrafo único. Poderão ser utilizados, conforme a natureza da despesa, a finalidade do recurso e as regras específicas de cada fonte, recursos do Fundeb, Programa Escola em Tempo Integral, Salário-Educação, PNAE, PDDE e demais programas e transferências destinados à manutenção e desenvolvimento da educação, observadas as respectivas normas de execução financeira.

Art. 30. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, podendo ser suplementadas, remanejadas ou reforçadas na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO XII
DA MATRÍCULA E DA FREQUÊNCIA

Art. 31. A matrícula em turma de Educação Integral em Tempo Integral, uma vez efetivada, implicará a participação do estudante em toda a jornada escolar estabelecida pela unidade educacional, inclusive nas atividades pedagógicas complementares desenvolvidas no contraturno, quando estas integrarem a jornada de tempo integral.

Art. 32. A frequência dos estudantes será acompanhada durante toda a jornada escolar, devendo a unidade educacional adotar estratégias de prevenção e enfrentamento da infrequência, busca ativa e acompanhamento dos estudantes com frequência irregular, em articulação com as famílias e, quando necessário, com a rede de proteção.

CAPÍTULO XIII

DO PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação elaborará ou atualizará o Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, articulado ao planejamento educacional do Município, ao Plano Municipal de Educação e às metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação.
§ 1º O Plano de Expansão deverá contemplar, no mínimo:
I — diagnóstico da oferta existente;
II — diagnóstico de infraestrutura e recursos humanos;
III — identificação das escolas e territórios prioritários;
IV — metas de expansão das matrículas;
V — estratégias de atendimento das populações em situação de maior vulnerabilidade;
VI — cronograma de implementação;
VII — estimativa de recursos financeiros;
VIII — estratégias de formação dos profissionais;
IX — indicadores de monitoramento;
X — mecanismos de avaliação e revisão;
XI — estratégias para garantir a qualidade e a equidade da expansão.
§ 2º O Plano de Expansão será atualizado periodicamente, de acordo com as necessidades da Rede Municipal e as orientações dos órgãos competentes.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá ser compatibilizada com:

I — o Plano Municipal de Educação;
II — o Plano Municipal de Educação Integral, quando existente;
III — o Plano Plurianual — PPA;
IV — a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO;
V — a Lei Orçamentária Anual — LOA;
VI — os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
VII — o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral;
VIII — os demais instrumentos de planejamento educacional do Município.
Art. 35. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à implementação, regulamentação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 36. Os casos omissos na aplicação deste Decreto serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação, a legislação educacional vigente e as demais normas aplicáveis.
Art. 37. O presente Decreto será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da legislação que rege o Sistema

Municipal de Ensino e em conformidade com as normas nacionais vigentes relativas à Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 38. As unidades escolares da Rede Municipal que ofertam ou vierem a ofertar Educação Integral em Tempo Integral deverão promover as adequações necessárias em seus Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares, currículos, matrizes curriculares, calendários escolares, planos de trabalho e demais instrumentos institucionais, observados os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 39. As unidades escolares que já ofertam Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino permanecerão autorizadas a desenvolver suas atividades e a atender os estudantes regularmente matriculados, devendo promover, progressivamente, as adequações necessárias às disposições deste Decreto e às normas nacionais vigentes.
Art. 40. Os atos administrativos, pedagógicos e normativos anteriormente expedidos pelo Município para regulamentação, organização ou implementação da Educação Integral em Tempo Integral permanecerão válidos naquilo que não contrariar as disposições deste Decreto, até que sejam adequados ou substituídos pelos atos complementares previstos neste instrumento.

Art. 41. Fica revogado o Decreto Municipal 5039/2024, que instituiu anteriormente a Implantação da Educação em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Matias Barbosa, passando a presente regulamentação a disciplinar a organização, implementação, expansão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 42. A revogação prevista no artigo anterior não prejudicará a validade dos atos, procedimentos, matrículas, planejamentos, instrumentos pedagógicos, adequações de unidades escolares e demais medidas regularmente praticados durante a vigência do Decreto Municipal nº 5039/2024, os quais poderão ser aproveitados e adequados às disposições do presente Decreto, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, quando couber.
Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa/MG, 28 de agosto de 2026.

MAURICIO DOS REIS DO,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:442B2F94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO 066.2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Contrato nº 0066/2026; Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026 DO FNDE, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026, AUTORIZADO PELO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.002317/2025-55, FIRMADA COM A EMPRESA VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 06.020.318/0001-10, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOEDA/MG, POR MEIO DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002634/2025/SEE; Licitação: Adesão a Registro de Preços 0004/2026 Valor Global: R$554.600,00, Vigência: 22/09/2026 Até: 22/09/2026.

Moeda/MG, Terça-feira , 22 de Setembro de 2026.

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natalia Morais do Carmo
Código Identificador:4D292DE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 210/2026 - PROCESSO COMPARTILHADO N.º 042/2026

Reconheço e RATIFICO o Processo Administrativo N.º 210/2026 – Processo Compartilhado N.º 042/2026, com fundamento na Lei 14.133/21 tendo em vista o constante do presente processo.
Contratante: MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS/MG
Contratada: RIBEIRO E VIOLA ADM. CONST. E INCORP. UNIPESSOAL LTDA
CNPJ: 20.910.401/0001-96
Valor: R$ 63.991,51 (sessenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos)
Dotação orçamentária: 02.09.06.12.361.0020.2.021 44.90.51 Ficha 472
Objeto: Compartilhamento da ata de registro de preços n.º 003/2026, oriunda do pregão eletrônico n.º 007/2025, processo licitatório n.º 012/2025, realizada pelo consórcio intermunicipal multifinalitários dos municípios do extremo sul de minas – CIMESMI – Registo de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para a execução de trabalhos, necessários à realização dos serviços de manutenção e conservação de próprios institucionais, especificado(s) no(s) item(ns) 02 do termo de referência, anexo I do edital do pregão eletrônico n.º 007/2025, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, para contratação da empresa Ribeiro e Viola Adm. Const. E Incorp. Unipessoal LTDA, conforme estabelecido na cláusula n.º 9.4.6 do termo de referência anexo ao edital para para instalação de carregadores para carros elétricos.
Fonte de Recurso: Própria

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:3065F10D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 389/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Saúde, torna público o extrato do contrato oriundo do Processo Licitatório n.º 200/2026 – Pregão Eletrônico n.º 047/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de 02 (dois) veículos de transporte sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, destinados ao atendimento das demandas do Transporte Fora do Domicílio (TFD) do Departamento Municipal de Saúde, consoante as condições estabelecidas neste Edital e no Anexo I – Termo de Referência. Contratado: ALLMA MOTOR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - Contrato n.º 389/2026; CNPJ n.º25.240.778/0001-07. VALOR GLOBAL: R$590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais). Data de assinatura: 09/10/2026, vigência de 09/10/2026 até 09/10/2027.

ALEX FERREIRA –
Diretor de Saúde.

Publicado por:
Aline Barbosa e Castro
Código Identificador:0238509E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATOS N. º 381; 382; 383 E 384/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Administração, torna público os extratos dos Contratos oriundos da Dispensa n.º 066/2026 - Proc. Administrativo n.º 208/2026, referente a aquisição de materiais de consumo e permanentes destinados à realização de oficinas, grupos e atividades coletivas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no âmbito das ações socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em articulação intersetorial com o setor municipal de Saúde Mental, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Contratadas: RODRIGO TONELOTTO; CNPJ: 02.514.617/0001-50; Valor: R$ 3.876,74 (três mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) – Contrato n.º 381/2026; ROSIANE MARIA MAGALHÃES VIZOTTO; CNPJ: 27.257.980/0001-69; Valor: R$ 1.927,20 (um mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos) – Contrato n.º 382/2026; WILLIAN CESAR DA MOTA; CNPJ: 21.890.531/0001-77; Valor: R$ 3.366,00 (três mil, trezentos e sessenta e seis reais) - Contrato n.º 383/2026; ANDRE RICARDO BATISTA SOLUCOES EM PRODUTOS E SEVICOS; CNPJ: 53.779.973/0001-37; Valor: R$ 2.797,10 (dois mil, setecentos e noventa e sete reais e dez centavos) – Contrato n.º 384/2026; Data de assinatura: 09/10/2026, vigência de 09/10/2026 até 09/12/2026.

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:C0A7A763

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 454, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede o pagamento de complementação de aposentadoria, nos termos de determinação judicial.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***

Art. 1º Conceder, a MARIA CRISTINA DE ALMEIDA E SOUZA, brasileira, portadora do CPF XXX.904.XXX-68, ex-servidora pública municipal, aposentada pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social em 01/07/2008, o pagamento de benefício previdenciário de complementação de aposentadoria, nos termos da decisão judicial anexa, a partir outubro/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 09 de outubro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:771AF825

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 455, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede férias-prêmio.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 136 da Lei nº 27, de 25 de fevereiro de 1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, ***RESOLVE,***
Art. 1º Conceder, à servidora pública municipal **FABIANA CRISTINA DA SILVA FLORIANO,** reg. 3117, ocupante do cargo de Enfermeira, 10 (dez) dias de férias-prêmio do saldo de 6 (seis) meses a que tem direito, referente aos períodos de 26/01/2015 a 14/09/2015 e de 01/10/2015 a 03/02/2025, com início em 19 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,aos 09 de outubro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:09E480EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

CORREGEDORIA MUNICIPAL
EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº13/2026 PORTARIA Nº 14.537/2026

EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº13/2026
PORTARIA Nº 14.537/2026

A Corregedoria Geral do Município, em exercício de suas atribuições legais e, especialmente, em cumprimento ao disposto no art. 223 da Lei Complementar Municipal nº60/2009;

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, em especial ao servidor público municipal LUIZ GUSTAVO MEDEIROS GOMES, Resp.: 07441, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, em estágio probatório, que, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, fica **CITADO**, por meio deste edital, para tomar ciência da DECISÃO proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 13/2026, instaurado por meio da Portaria nº 14.537/2026, bem como para, querendo, apresentar RECURSO, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, nos termos do art. 223, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 60/2009.
A íntegra dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº13/2026 poderá ser obtida diretamente na Corregedoria Geral do Município, situada na Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 170, Prédio Administrativo, Bairro Cidade Jardim, Patrocínio/MG, no horário de 09h00 às 11h00 e de 14h00 às 17h00, em dias úteis.
E, para que chegue ao conhecimento do interessado e de terceiros, expede-se o presente Edital de Citação, que será publicado no órgão oficial do Município, conforme legislação vigente.

Patrocínio/MG, 09 de outubro de 2026.

WANDA APARECIDA RIBEIRO BRANDÃO
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:10122CE7

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE PATROCÍNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 21/2026
MODALIDADE: COMPRA DIRETA EDITAL Nº: 22/2026

Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 21/2026
Modalidade: Compra Direta
Edital nº: 22/2026
Tipo: Menor Preço Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS ZEBRA COM O FORNECIMENTO DAS PEÇAS, PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DO SETOR DE CONTAS E LEITURAS DO DAEPA.

Ratifico o procedimento da Dispensa Licitação nº 21/2026 a favor da empresa: **INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.153/0001-98, no valor global de R$7.600,00 (**Sete mil seiscentos reais)**, nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Contratação desta autarquia, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio, 09 de Outubro de 2026.

MÁRCIO MANOEL DE OLIVEIRA
Superintendente do DAEPA

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:5B116C52

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 088/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG – AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Nº 088/2026 - Pregão Eletrônico n° 054/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de salgados destinados aos eventos, reuniões, capacitações, encontros, campanhas, ações institucionais e demais atividades promovidas pela Prefeitura Municipal de Pedra do Anta/MG. A data de início e abertura será 23/10/2026 às 08:00h no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.pedradoanta.mg.gov.br -

Pedra do Anta, 09/10/2026.

MICHELLY CRISTINA DA SILVA –
Pregoeira.

Publicado por:
Michelly Cristina
Código Identificador:1D7876C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 089/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG – AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Nº 089/2026 - Pregão Eletrônico n° 055/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Pedra do Anta/MG. A data de início e abertura será 23/10/2026 às 08:00h no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.pedradoanta.mg.gov.br -

Pedra do Anta, 09/10/2026.

MICHELLY CRISTINA DA SILVA –
Pregoeira.

Publicado por:
Michelly Cristina
Código Identificador:AD1CBFA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0052/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2026
A Prefeita Municipal de Piedade do Rio Grande/MG, Danielle Martins, no uso de suas atribuições legais, torna pública a Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 0052/2026, cujo objeto é a contratação de laboratório de prótese dentária, conforme especificações constantes do edital e seus anexos.
ADJUDICADO E HOMOLOGADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA SORRIDENT LTDA.
Valor total adjudicado e homologado: R$ 142.489,00.
Data da adjudicação e homologação: 08 de outubro de 2026.

DANIELLE MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cláudio Rodolfo Oliveira
Código Identificador:71EE2901

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE
EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 031/2025
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 087/2025, referente à locação de imóvel destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, para funcionamento do Conselho Tutelar.
Contratante: Município de Piedade do Rio Grande/MG.
Contratado: José Francisco da Silva.
Valor mensal: R$ 754,35.
Valor global: R$ 9.052,20.
Vigência: 12 (doze) meses.
Dotação Orçamentária: 02.007.001 – Secretaria Municipal de Assistência Social; 08.243.0028.2.082 – Gestão e Manutenção do Conselho Tutelar; 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte 1500000 – Recursos não Vinculados de Impostos; Ficha 214.
Data da assinatura: 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Cláudio Rodolfo Oliveira
Código Identificador:F6596530

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 020/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 020/2026

O Município de Pintópolis torna público a inexigibilidade 020/2026, com amparo no Artigo 74, Inciso III, da Lei 14.1333/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA AO MUNICÍPIO DE PINTÓPOLIS/MG, DESTINADOS À REVISÃO, REESTRUTURAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – CTM, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DECORRENTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA. Valor global de R$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais). Favorecido QUIRON CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 02.673.583/0001-47.

ELTON CARLOS JOSÉ DE SOUZA –
Prefeito de Pintópolis – MG. 09 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:6F7EE1EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE NOVOS FEIRANTES PARA A FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE PONTE NOVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SEDRU), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as diretrizes da Lei Municipal nº 3.027/2007, da Portaria SEDRU nº 001/2026 (Regulamento da Feira Livre Municipal), do Código Tributário Municipal (Lei nº 2.058/1995 alterada pela LC nº 3.829/2013) e demais normas de direito público aplicáveis, torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO destinado à inscrição, seleção, classificação e credenciamento de novos feirantes para ocupação de bancas/barracas na Feira Livre Municipal de Ponte Nova.

1.DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

1.1.Constitui objeto deste Chamamento Público a seleção e concessão de autorização/permissão de uso de espaços públicos (bancas/barracas) para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, agroindustriais, de origem animal e vegetal, panificados, artesanais e praça de alimentação na Feira Livre Municipal de Ponte Nova - MG.

1.2.A Feira Livre Municipal tem por finalidade viabilizar o varejo e o escoamento direto da produção do agricultor familiar, do empreendedor rural e do artesão ao consumidor final, valorizando a produção local e a soberania alimentar.

2.DOS LOCAIS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

2.1.Locais de Realização:

2.1.1.às quartas-feiras e aos domingos, no Galpão da COPLACAN, situado à Rua Santo Antônio, nº 101, Bairro Santo Antônio I, Ponte Nova/MG;

2.1.2.aos sábados, no espaço destinado à Feira Livre Municipal na região central do Município, junto à Rua João Pinheiro.

2.2.Horários Oficiais de Funcionamento:

2.2.1.Quartas-feiras: das 13h00min às 19h30min;

2.2.2.Sábados e Domingos: das 06h00min às 12h30min.

2.3.Carga e Descarga: O transporte, descarregamento e arrumação dos produtos são de responsabilidade exclusiva do feirante, devendo ser concluídos impreterivelmente antes do horário de abertura oficial da feira. É proibido o trânsito e o estacionamento de veículos no recinto da feira durante seu horário de funcionamento.

3.DA DISTRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS E CATEGORIAS

3.1.O presente Chamamento Público destina-se ao preenchimento das vagas disponíveis na Feira Livre Municipal, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, bem como à formação de Cadastro de Reserva para futuras vagas que venham a surgir durante a vigência do processo.

Local/Dia	Vagas disponíveis no momento	Cadastro de reserva
Quarta-feira – COPLACAN	**25**	Sim
Sábado – Centro	**6**	Sim
Domingo – COPLACAN	**0**	Sim

3.2.A ocupação das bancas e barracas observará estritamente os percentuais e categorias estabelecidos no Art. 13 da Portaria SEDRU nº 001/2026, conforme quadro abaixo:

Código	Segmento / Categoria de Atividade	Percentual	Principais Produtos Autorizados
CAT-01	**Hortifrutigranjeiros, Conservas e Compotas**	**65%**	Verduras, legumes, frutas in natura, flores, grãos, conservas artesanais e compotas de doces.
CAT-02	**Produtos de Origem Animal**	**15%**	Lácteos (queijos, manteiga, doces de leite), carnes (bovina, suína, peixe, frango), ovos e mel (com selo de inspeção).
CAT-03	**Praça de Alimentação**	**10%**	Gêneros prontos para consumo no local, pasteis, salgados, lanches tradicionais e bebidas artesanais.
CAT-04	**Panificados e Confeitaria Artesanal**	**05%**	Pães caseiros, cucas, biscoitos, bolos, bolachas e salgadinhos artesanais.
CAT-05	**Artesanato Regional**	**05%**	Artesanato em fibras naturais, madeira, tecidos e matérias-primas típicas do meio rural.

3.3.É vedada a revenda de mercadorias industrializadas ou oriundas de outros municípios, salvo quando comprovada a ausência de produção local no meio rural de Ponte Nova, mediante parecer prévio da Comissão da Feira Livre.

4.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REQUISITOS

4.1.Poderão se inscrever cidadãos que se enquadrem nas seguintes condições (Art. 15 e 16 da Portaria SEDRU nº 001/2026):

4.1.1.Residir, preferencialmente, dentro dos limites do Município de Ponte Nova - MG;

4.1.2.Ser agricultor familiar, mediante apresentação do CAF ativo, quando aplicável, ou possuir Cadastro de Produtor Rural ativo, conforme a categoria e o produto comercializado.

4.1.3.Ser Microempreendedor Individual (MEI) do espaço rural;

4.1.4.Ser Agricultor Empresário, Empreendedor Rural, proprietário de Agroindústria de pequeno/médio porte;

4.1.5.Ser Artesão(ã) com produção artesanal própria comprovada.

4.2.Critério da Unidade Familiar: A cada unidade familiar é permitida a concessão de apenas 01 (uma) banca/barraca. Entende-se por unidade familiar o conjunto de parentes (pais, filhos, cônjuges, irmãos, sogros, genros/noras) que atuem no mesmo segmento produtivo.

4.2.1.Excepcionalmente, poderá ser autorizada a utilização de mais de 1 (uma) banca/barraca pela mesma unidade familiar, desde que não haja outros interessados habilitados e Cadastro de Reserva vigente para a respectiva categoria, observadas as proporções previstas no Regulamento da Feira Livre Municipal.

4.3.Preferência Territorial: Terão preferência na classificação os produtores rurais residentes no Município de Ponte Nova/MG, em observância à Política Rural prevista no art. 282 da Lei Orgânica Municipal. A preferência pelo feirante local será adotada como mecanismo de promoção da produção e da economia local, bem como como critério de desempate. Na ausência de postulantes residentes no Município de Ponte Nova/MG, será permitida a convocação de feirantes provenientes de outros municípios.

5.DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO

5.1.No ato da inscrição, o proponente deverá apresentar cópia simples acompanhada dos originais dos seguintes documentos (Art. 18 da Portaria SEDRU nº 001/2026):

5.1.1.Ficha de Inscrição e Cadastro devidamente preenchida e assinada (conforme Anexo I deste Edital);

5.1.2.Cópia do Documento de Identidade oficial com foto (RG ou CNH) e CPF;

5.1.3.Comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos 2 meses: conta de luz, água, internet);

5.1.4.Cartão de Produtor Rural ativo (obrigatório para produtores de hortaliças, frutas e produtos in natura);

5.1.5.Extrato do CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) ativo, quando possuir;

5.1.6.Comprovante de Inscrição CNPJ / CCMEI (para microempreendedores de panificados, agroindústrias e empreendedores rurais);

5.1.7.Alvará Sanitário Vigente emitido pela Vigilância Sanitária Municipal (para processamento de gêneros alimentícios e panificados);

5.1.8.Registro Oficial no Serviço de Inspeção (SIM, SIE, SIF ou SISBI) obrigatório para todos os produtos de origem animal;

5.1.9.Certificado de Produtor Orgânico emitido por certificadora oficial credenciada (obrigatório caso pretenda divulgar e vender produtos como orgânicos);

5.1.10.Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND) emitida perante a Fazenda Pública do Município de Ponte Nova/MG.

6.DO LOCAL, PERÍODO E FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1.Período de Inscrições: As inscrições estarão abertas pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação oficial deste Edital.

6.2.Locais de Inscrições:

6.2.1.Presencial: Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU em dias úteis, Rua Domingos Pesce, 1090 – Triângulo/CDI, das 07h30min às 10h30min e das 13h30min às 16h00min;

6.2.2.Eletrônico: Protocolo digital no portal oficial da Prefeitura de Ponte Nova (www.pontenova.mg.gov.br), anexando a documentação digitalizada em formato PDF único.

7.DA ANÁLISE, SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1.Julgamento das Propostas: O processo de análise documental e credenciamento será conduzido pela Comissão da Feira Livre Municipal, composta por:

7.1.1.O Coordenador de Feiras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (Presidente);

7.1.2.03 (três) feirantes eleitos entre seus pares;

7.1.3.O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS);

7.1.4.01 (um) representante do escritório local da EMATER-MG.

Parágrafo único. Os membros da Comissão deverão declarar-se impedidos de participar da análise, classificação ou deliberação relativa a candidato com quem possuam interesse direto ou indireto, vínculo familiar ou outra situação capaz de comprometer a imparcialidade. A comissão é de caráter consultivo, ficando a decisão final a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

7.2.Dos Critérios de Seleção, Classificação e Ordem de Preferência:

7.2.1.Havendo número de inscritos habilitados superior à quantidade de bancas disponíveis na categoria, a classificação seguirá a seguinte ordem de preferência:

7.2.1.1.Agricultor familiar residente na zona rural do Município de Ponte Nova/MG, detentor de CAF ativo;

7.2.1.2.Produtor rural/ agroindústria familiar sediada no Município de Ponte Nova/MG com Cartão de Produtor Rural ativo;

7.2.1.3.Artesão/ microempreendedor individual domiciliado no Município de Ponte Nova/MG;

7.2.1.4.Produtores ou empreendedores de municípios vizinhos que comercializem produtos não ofertados localmente.

7.3.Critério de Desempate: Em caso de empate na mesma categoria, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, aquele com maior tempo de atividade rural/artesanal comprovada.

7.4.Cadastro de Reserva: Os candidatos habilitados que não forem contemplados de imediato em decorrência do limite físico de bancas comporão lista de espera (Cadastro de Reserva), sendo convocados à medida que surgirem vagas (Art. 20 da Portaria SEDRU nº 001/2026).

8.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1.Divulgado o Resultado Preliminar da habilitação e classificação, caberá recurso administrativo fundamentado à Comissão da Feira Livre no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação oficial no Diário Oficial do Município.

8.2.Os recursos (AnexoIV) deverão ser protocolados formalmente na SEDRU ou pelo sistema digital, sendo a decisão final homologada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural.

9.DA OUTORGA, VIGÊNCIA E TAXA DE OCUPAÇÃO

9.1.Vigência da Permissão: A autorização de uso da banca terá validade de 02 (dois) anos, contados da assinatura do Termo de Autorização de Uso (Anexo III). Encerrado o prazo de vigência, o interessado poderá participar de novo processo de seleção, não havendo renovação automática.

9.2.Taxa de Ocupação do Solo: Em conformidade com o Art. 13, § 1º da Portaria SEDRU nº 001/2026 e Lei nº 2.058/1995, cada feirante deverá recolher anualmente a taxa municipal correspondente a 30 (trinta) UFPNs, com vencimento até o dia 31 de janeiro de cada exercício.

9.3.Sanção por Inadimplência: O inadimplemento do pagamento da taxa pelo período de 06 (seis) meses acarretará a cassação da autorização, observados o devido processo administrativo e as disposições da Portaria SEDRU nº 001/2026.

10.DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

10.1.Obrigações Gerais do Feirante: Manter a banca rigorosamente limpa e asseada; expor tabela visível de preços; cumprir os horários estabelecidos; comercializar apenas produtos de fabricação/produção própria autorizada; manter alvarás e registros sanitários afixados em local visível; trajar uniforme se disponibilizado pelo Município; tratar com urbanidade o público e a fiscalização.

10.2.É Expressamente Proibido ao Feirante: Vender ou ceder a banca a terceiros; ausentar-se sem justificativa por 03 (três) dias consecutivos ou não; comercializar roupas, produtos industriais de higiene, cosméticos ou itens fora do regulamento; exercer a atividade sob efeito de bebidas alcoólicas; ocupar espaço superior ao demarcado.

10.2.1.O feirante poderá indicar previamente à Administração Municipal um preposto para substituição temporária, nos termos do art. 23 do Regulamento da Feira Livre Municipal 001/2026, desde que previamente cadastrado e observadas as condições estabelecidas pela SEDRU.

10.3.Penalidades: A inobservância do regulamento sujeitará o infrator a: Advertência Verbal, Advertência Escrita, Suspensão Temporária (15 dias) e Cassação da Autorização com impedimento de participar de novas seleções pelo período de 01 (um) ano. A aplicação das penalidades observará a gradação, a reincidência, o contraditório, a ampla defesa e o procedimento estabelecido no art. 28 da Portaria SEDRU nº 001/2026.

11.AUSÊNCIA OU DESISTÊNCIA ANTES DA OCUPAÇÃO

11.1.O candidato selecionado que não comparecer para assinatura do Termo de Autorização/Permissão de Uso no prazo estabelecido na convocação, sem justificativa aceita pela Administração, será considerado desistente, sendo convocado o próximo candidato classificado ou integrante do Cadastro de Reserva.

12.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1.A inscrição do candidato implica a aceitação plena e irretratável de todos os termos deste Edital e da Portaria SEDRU nº 001/2026.

12.2.Os casos omissos serão analisados pela Comissão da Feira Livre e deliberados pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural.

12.3.Este Edital entra em vigor na data de sua afixação e publicação no órgão de imprensa oficial do Município.

12.4.Todos os resultados, convocações e comunicados oficiais relativos a este Chamamento Público serão divulgados no órgão oficial de imprensa do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, sem prejuízo de outros meios de divulgação adotados pela SEDRU.

12.5.A divulgação em grupos de WhatsApp ou redes sociais terá caráter exclusivamente informativo, não substituindo a publicação oficial.

12.6.Os dados pessoais fornecidos pelos candidatos serão utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao presente Chamamento Público, ao cadastro, à seleção, ao credenciamento e à fiscalização dos feirantes, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

12.7.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.7.1.Anexo I: Ficha de cadastro de feirante;

12.7.2.Anexo II: Declaração de ciência e aceitação do regulamento da Feira Livre Municipal de Ponte Nova – MG;

12.7.3.Anexo III: Minuta do termo de autorização de uso de espaço público para participação na Feira Livre Municipal de Ponte Nova – MG;

12.7.4.Anexo IV: Modelo de Recurso Administrativo.

ANEXO I – FICHA DE CADASTRO DE FEIRANTE

Feira Livre Municipal de Ponte Nova – MG

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU

IDENTIFICAÇÃO DO FEIRANTE

Nome completo: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / _____

Telefone: _____

E-mail: _____

ENDEREÇO

Endereço: _____

Bairro/Comunidade: _____

Município: _____

CEP: _____

INFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO/ATIVIDADE

Categoria:

( ) Agricultor Familiar ( ) Artesão

( ) Agroindústria ( ) Microempresa

( ) Microempreendedor Individual – MEI

Local de produção: _____

Produtos que serão comercializados na feira: _____ ( ) I – Produtos hortifrutigranjeiros: verduras, frutas, flores, grãos, entre outros;

( ) II – Leite e derivados;

( ) III – Conservas: hortaliças processadas de forma artesanal;
( ) IV - Doces e compotas: frutas processadas de forma artesanal;
( ) V - Embutidos: todos os produtos elaborados com carne ou órgãos comestíveis curados ou não, condimentados, cozidos ou não, defumados e dessecados ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou membrana animal;
( ) VI - Defumados: todos os produtos parcialmente desidratados por meio de calor e selados por resinas provenientes da queima de ervas e/ou madeiras aromáticas;
( ) VII – Panificados: pães caseiros, cucas, bolos, bolachas, salgadinhos fritos ou assados, etc;
( ) VIII – Carnes e derivados;
( ) IX – Outros produtos de origem animal;
( ) X- Artesanatos;

DADOS CADASTRAIS COMPLEMENTARES
Cartão de Produtor Rural nº: _____
CAF nº: _____
CNPJ: _____

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA (Conforme Art. 18 do Regulamento da Feira Livre Municipal)

Documento	Apresentado
Ficha de Cadastro de Feirante	
Cópia do CPF e RG	
Comprovante de residência atualizado	
Cartão de Produtor Rural ativo	
CAF ativo	
Cartão CNPJ (quando aplicável)	
Alvará Sanitário (gêneros alimentícios)	
Registro no Serviço de Inspeção (origem animal)	
Certificado de Produção Orgânica	
Certidão Negativa de Débitos Municipais	

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaro que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que estou ciente e de acordo com as normas estabelecidas no **Regulamento da Feira Livre Municipal de Ponte Nova**, comprometendo-me a cumpri-las integralmente.
Ponte Nova – MG, ____ / ____ / _____.
Assinatura do Feirante: _____

USO DA ADMINISTRAÇÃO
Data do cadastro: ____ / ____ / _____
Situação:
( ) Aprovado ( ) Em análise ( ) Indeferido
Responsável pelo cadastro:
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE PONTE NOVA – MG
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, Bairro/Comunidade_____, Município de _____, na qualidade de candidato(a) à participação na **Feira Livre Municipal de Ponte Nova – MG**, DECLARO, para os devidos fins, que:
I – tenho pleno conhecimento do conteúdo do **Edital de Chamamento Público nº 001/2026** e da **Portaria SEDRU nº 001/2026**, que dispõe sobre o Regulamento da Feira Livre Municipal de Ponte Nova;
II – li e compreendi as normas, condições, requisitos, direitos, obrigações, proibições, critérios de participação e demais disposições estabelecidas no Edital e no Regulamento da Feira Livre Municipal;
III – comprometo-me a cumprir integralmente as normas sanitárias, fiscais, de higiene, organização, funcionamento, fiscalização e demais exigências legais aplicáveis à minha atividade;
IV – estou ciente de que a participação na Feira Livre Municipal não autoriza a comercialização de produtos em desacordo com o Regulamento, sendo vedada a comercialização de produtos não autorizados ou incompatíveis com a atividade para a qual fui selecionado(a);
V – estou ciente de que a banca ou barraca eventualmente disponibilizada constitui espaço público de uso autorizado pelo Município, não podendo ser vendida, cedida, transferida, emprestada ou utilizada por terceiros, ressalvadas as hipóteses de substituição por preposto previamente autorizado, nos termos do Regulamento;
VI – comprometo-me a respeitar os dias, horários e locais de funcionamento da Feira Livre Municipal, bem como os limites do espaço que vier a ser autorizado para minha utilização;
VII – estou ciente de que deverei manter atualizada e regular toda a documentação exigida para o exercício da atividade, apresentando-a sempre que solicitada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU ou pelos órgãos competentes;
VIII– estou ciente de que o descumprimento das normas previstas no Edital e no Regulamento poderá resultar na aplicação das penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme o procedimento estabelecido na Portaria SEDRU nº 001/2026;
IX – declaro que todas as informações e documentos apresentados no processo de inscrição são verdadeiros, autênticos e correspondem à realidade da atividade por mim exercida, responsabilizando-me administrativa, civil e penalmente pela veracidade das informações prestadas;
X – declaro estar ciente de que a inscrição no Chamamento Público não garante, por si só, a concessão de vaga, estando a eventual seleção condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital, à disponibilidade de espaço e à classificação no processo seletivo;
XI – aceito integralmente as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e na Portaria SEDRU nº 001/2026, comprometendo-me a cumpri-las durante todo o período de participação na Feira Livre Municipal.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Ponte Nova – MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do declarante

ANEXO III- MINUTA DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PARTICIPAÇÃO NA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE PONTE NOVA – MG
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SEDRU**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, doravante denominado **AUTORIZANTE**, e, de outro lado, _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, residente/sediado(a) à _____, doravante denominado(a) **AUTORIZADO(A)**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PARTICIPAÇÃO NA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE PONTE NOVA – MG**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO
O presente Termo é celebrado em conformidade com a **Portaria SEDRU nº 001/2026**, que dispõe sobre o Regulamento da Feira Livre Municipal de Ponte Nova, com o **Edital de Chamamento Público nº 001/2026**, com a legislação municipal aplicável e demais normas pertinentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo a autorização de uso de espaço público destinado à participação do(a) AUTORIZADO(A) na **Feira Livre Municipal de Ponte Nova – MG**, para fins exclusivos de comercialização dos produtos aprovados no processo de seleção e cadastro.
§ 1º A autorização refere-se ao seguinte espaço:

• **Local:** _____;
• **Dia(s) de funcionamento autorizado(s):** _____;
• **Categoria:** _____;

§ 2º O(A) AUTORIZADO(A) poderá comercializar exclusivamente os produtos informados, aprovados e vinculados à sua categoria no

processo de inscrição, sendo vedada a comercialização de produtos não autorizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE DO USO

O espaço público objeto desta autorização será utilizado exclusivamente para participação na Feira Livre Municipal de Ponte Nova, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa daquela estabelecida neste Termo.

A autorização possui caráter pessoal e intransferível, não gerando ao(à) AUTORIZADO(A) qualquer direito de propriedade, posse definitiva ou expectativa de permanência além do prazo e das condições estabelecidas neste instrumento e na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente autorização terá vigência de **02 (dois) anos**, contados da data de sua assinatura.

Parágrafo único. Encerrado o prazo de vigência, o(a) AUTORIZADO(A) poderá participar de novo processo de seleção ou chamamento público, conforme as regras e procedimentos definidos pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA TAXA DE OCUPAÇÃO

O(A) AUTORIZADO(A) deverá efetuar o pagamento da taxa anual de ocupação ou licença para utilização do espaço, no valor correspondente a **30 (trinta) UFPNs**, observados os prazos e condições estabelecidos na legislação municipal e no Regulamento da Feira Livre Municipal.

Parágrafo único. O inadimplemento da taxa pelo período estabelecido no Regulamento poderá acarretar a cassação da autorização, observados os procedimentos administrativos aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) AUTORIZADO(A)

São obrigações do(a) AUTORIZADO(A), além de outras previstas no Edital e no Regulamento da Feira Livre Municipal:

I – cumprir integralmente as disposições da Portaria SEDRU nº 001/2026, do Edital de Chamamento Público e deste Termo;

II – comercializar somente produtos compatíveis com a atividade e categoria para as quais foi selecionado(a);

III – manter atualizada e regular toda a documentação exigida para o exercício da atividade;

IV – observar rigorosamente as normas sanitárias, fiscais e de segurança aplicáveis;

V – manter a banca, barraca, equipamentos, utensílios e área de trabalho em condições adequadas de higiene, limpeza e organização;

VI – manter os produtos devidamente acondicionados, armazenados, embalados e protegidos, conforme as exigências da legislação aplicável;

VII – expor, em local visível, os preços dos produtos comercializados e, quando aplicável, os documentos sanitários e registros exigidos;

VIII – respeitar rigorosamente os horários de funcionamento da Feira Livre Municipal;

IX – realizar o transporte, descarregamento, montagem, organização e retirada de seus produtos e materiais sob sua exclusiva responsabilidade;

X – respeitar os limites físicos do espaço autorizado, não ocupando área superior àquela definida pela Administração Municipal;

XI – colaborar com a fiscalização e prestar as informações e apresentar os documentos solicitados pelos órgãos competentes;

XII – comunicar à Coordenação da Feira eventual impossibilidade de comparecimento, apresentando justificativa nos termos estabelecidos no Regulamento;

XIII – participar de reuniões e capacitações convocadas pela Administração ou pela Comissão da Feira Livre Municipal;

XIV – tratar com respeito e urbanidade os demais feirantes, consumidores, servidores públicos e demais pessoas presentes no recinto da Feira;

XV – manter atualizados os dados cadastrais junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

É expressamente proibido ao(à) AUTORIZADO(A):

I – vender, ceder, emprestar, transferir ou negociar, total ou parcialmente, o espaço objeto desta autorização;

II – permitir a utilização da banca ou barraca por terceiros, ressalvadas as hipóteses de substituição temporária por preposto previamente autorizado;

III – comercializar produtos não autorizados ou incompatíveis com a Feira Livre Municipal;

IV – comercializar produtos em desacordo com as normas sanitárias, fiscais ou com os registros obrigatórios;

V – ocupar área superior àquela autorizada;

VI – utilizar espaços, mobiliários, fachadas, arborização ou demais bens públicos para exposição, depósito ou armazenamento de produtos ou embalagens, quando não autorizado;

VII – lançar resíduos, águas servidas ou qualquer tipo de lixo na área da Feira, devendo zelar pela limpeza do espaço utilizado;

VIII – praticar atos que comprometam a segurança, a organização, o funcionamento ou a imagem da Feira Livre Municipal;

IX – descumprir as demais proibições estabelecidas no Edital e na Portaria SEDRU nº 001/2026.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRODUÇÃO E DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

O(A) AUTORIZADO(A) declara que os produtos comercializados na Feira possuem origem compatível com as informações apresentadas no processo de inscrição e que serão observadas as exigências relativas à produção própria, fabricação própria, processamento artesanal e demais requisitos aplicáveis à categoria.

Parágrafo único. A inclusão de novos produtos ou a alteração relevante da atividade inicialmente cadastrada dependerá de comunicação e análise prévia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme as regras do Regulamento e do Edital.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O(A) AUTORIZADO(A) submete-se à fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, da Coordenação da Feira Livre Municipal e dos demais órgãos competentes.

A fiscalização poderá ocorrer durante o funcionamento da Feira ou em outros momentos necessários à verificação do cumprimento das condições estabelecidas para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE

O(A) AUTORIZADO(A) deverá realizar a atualização e comprovação de regularidade de sua documentação na forma e periodicidade estabelecidas no Regulamento da Feira Livre Municipal, mediante apresentação dos documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, no Edital ou no Regulamento da Feira Livre Municipal sujeitará o(a) AUTORIZADO(A) às penalidades previstas na Portaria SEDRU nº 001/2026, observada a natureza da infração, a gradação, a reincidência e o devido processo administrativo.

§ 1º Poderão ser aplicadas, conforme o caso:

I – advertência verbal;

II – advertência por escrito;

III – suspensão temporária da autorização;

IV – cassação da autorização de uso.

§ 2º Será assegurado ao(à) AUTORIZADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos previstos no Regulamento.

§ 3º A cassação da autorização poderá implicar impedimento de participação em novo processo de seleção pelo prazo estabelecido no Regulamento da Feira Livre Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização poderá ser encerrada:

I – pelo término de sua vigência;

II – por desistência formal do(a) AUTORIZADO(A);

III – por cassação, em decorrência de infração e após observância do procedimento administrativo aplicável;

IV – nas demais hipóteses previstas no Edital, no Regulamento e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CIÊNCIA E ACEITAÇÃO

O(A) AUTORIZADO(A) declara ter pleno conhecimento do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e da Portaria SEDRU nº 001/2026, comprometendo-se a observar e cumprir integralmente suas disposições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo serão analisados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, observadas as disposições do Edital, da Portaria SEDRU nº 001/2026 e da legislação aplicável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo.

Ponte Nova – MG, _____ de _____ de 2026.

DANILO BRUM GOMES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural
Município de Ponte Nova – MG

AUTORIZADO(A)
Nome:
CPF/CNPJ:
TESTEMUNHAS
1. _____
Nome: _____
CPF: _____
2. _____
Nome: _____
CPF: _____

ANEXO IV - MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
À COMISSÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL / SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SEDRU
RECORRENTE: _____
CPF: _____
RG: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____
CATEGORIA PRETENDIDA: _____
NÚMERO DE INSCRIÇÃO/PROTOCOLO: _____
1. DO OBJETO DO RECURSO
Venho, respeitosamente, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do resultado:
( ) de habilitação documental;
( ) de classificação;
( ) de indeferimento da inscrição;
( ) outro: _____.
Data da divulgação do resultado ou ato recorrido: _____ / _____ / _____.
2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS DO RECURSO
Descrever de forma clara e objetiva os fatos que motivaram a apresentação do recurso, indicando, sempre que possível, o item do Edital ou a disposição do Regulamento da Feira Livre Municipal que fundamenta o pedido:
3. DO PEDIDO
Diante do exposto, requer:
Declaro, sob minha responsabilidade, que as informações apresentadas neste recurso são verdadeiras e que estou ciente de que a apresentação de informações falsas poderá acarretar as consequências administrativas e legais cabíveis.
4. DOCUMENTOS ANEXADOS AO RECURSO
( ) Não há documentos anexados.
( ) Há documentos anexados, conforme relação abaixo:
Nestes termos,
Pede deferimento.

Ponte Nova – MG, _____ de _____de 2026.

Assinatura do(a) Recorrente

USO DA ADMINISTRAÇÃO
Data do protocolo: _____ / _____ / _____
Número do protocolo: _____
Recebido por: _____
Assinatura: _____
DECISÃO
( ) Deferido.
( ) Indeferido.
Fundamentação da decisão:

Ponte Nova – MG, xx de xxxxxxxxxxxxx de 2026.

Assinatura do(a) responsável pela análise
Nome do Responsável
Cargo/Função

Publicado por:
Marcela do Carmo Cheloni Nascimento
Código Identificador:30EAA10F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15002

DECRETO Nº 15.002/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido Liliane de Castro Santos, do cargo de Coordenador II de Parques e Jardins, conforme requerimento protocolado sob o nº5.732/2026.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,08 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:2E5F9B3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15003

DECRETO Nº 15.003/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito, do cargo de Diretor do Departamento Municipal de Água , Esgoto e Saneamento-DMAES.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D8BC4551

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15004

DECRETO Nº 15.004/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Governo.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:48DDE063

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15005

DECRETO Nº 15.005/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Marcelo Alves de Magalhães, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento-DMAES.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:CBBF61C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15006

DECRETO Nº 15.006/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Eliliane Cacilda Esperidião, do cargo de Secretária Municipal de Educação.
Art.2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:AEA269DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15007

DECRETO Nº 15.007/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Rafael Pacheco Silva, do cargo de Secretário Municipal de Esporte , Lazer e Juventude.
Art.2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:276724A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15008

DECRETO Nº 15.008/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Rafael Pacheco Silva, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação.
Art.2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:CCA3556B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15009

DECRETO Nº 15.009/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, Rafael Pacheco Silva, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, interinamente.
Art.2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:0FAD029D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15010

DECRETO Nº 15.010/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Felipe Dimas de Godoi, do cargo de Chefe de Departamento de Transporte Urbano.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:2FB4B446

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15011

DECRETO No 15.011/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1o Nomear, Felipe Dimas de Godoi, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Mobilidade Urbana.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3o Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:7F59D8C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15012

DECRETO Nº15.012/ 2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os seguintes servidores:

I – Alcione Aparecida Ribeiro- Chefe de Departamento de Cadastro Imobiliário
II – Marise Cardoso- Função Administrativa Gratificada de Responsável pelo Controle de Processos Tributários;
III- Ricardo Souza Moura- Assessor I de Procedimentos Contábeis;

Art. 2º Revogam-se disposições contrárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:12D8174A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15013

DECRETO Nº15.013/ 2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores:

I – Alcione Aparecida Ribeiro– Função Administrativa Gratificada de Responsável pela Fiscalização Externa;

II- Marise Cardoso- Função Administrativa de Responsável pela Atendimento Externo e a Analista de Processos Digitais;

III- Ricardo Souza Moura – Chefe de Departamento de Cadastro Imobiliário;

Art. 2º Revogam-se disposições contrárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:2E74CBD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO15014

DECRETO No 15.014/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar, Rodrigo Bento Coelho, do cargo de Chefe de Departamento de Fiscalização e Posturas.
Art.2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2026.
Art. 3o Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:457CB298

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA324

PORTARIA Nº324/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 272/2026, cujo objeto é a Aquisição de Ônibus básico - Procanve - P8 (Euro VI), através de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 001/2025, pertencente ao Secretaria Municipal de Mobilidade - Município de Salvador/BA, os seguintes servidores:
a) Fiscal do Contrato:

• Tarcísio Fontes Fernandes Filho, semut@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817 5949, (31)3817 6858.
b) Gestor do Contrato:
• Felipe Dimas de Godoi, semut@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817 5949, (31) 3817 6858.

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 08 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:1A245E46

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA325

PORTARIA Nº325/2026
O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscais e gestores do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 248/2026, cujo objeto é o Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de Dutos PEAD corrugados para drenagem pluvial, os seguintes servidores:
a) Fiscal da ata:
Felipe de Aragão Gonçalves, semob@pontenova.mg.gov.br , (31) 3817-4239
Gleicevânia Aparecida Ramos, sedru@pontenova.mg.gov.br , (31)99624-7410

b) Gestora da ata:
Titular: Matheus Andrade de Rezende Amora, semob@pontenova.mg.gov.br , (31) 3817- 4239
Suplente: Marcela do Carmo Cheloni Nascimento, sedru@pontenova.mg.gov.br , (31) 98238-3189
Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;
Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.
Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.
Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.
Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 09 de outubro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:30823945

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
CONTRATO 142/2026

Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público Extrato do contrato 142/2026 do Processo Licitatório nº 50/2026, tendo por objeto a aquisição de veículos destinados à secretaria municipal de saúde de Porto Firme. Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Firme. Contratado: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S/A. Valor: R$ 943.200,00 (novecentos e quarenta e três mil e duzentos reais).
Vigência: 09/10/2026 à 09/10/2027.

Porto Firme/MG, 09/10/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:50276C59

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 50/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 050/2026, Pregão eletrônico nº 010/2026, tendo por objeto a aquisição de veículos destinados à secretaria municipal de saúde de Porto Firme. Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Firme. Contratado: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S/A. Valor: R$ 943.200,00 (novecentos e quarenta e três mil e duzentos reais).
Data de Ratificação 07/10/2026.

Porto Firme/MG, 09/10/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:F87299C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 56/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 056/2026, Inexigibilidade nº 020/2026, tendo por objeto a locação de imóvel urbano destinado à instalação e ao funcionamento contínuo e ininterrupto da sede do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Município de Porto Firme/MG. Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Firme. Contratado: SONIA MARIA BARBOSA SANTANA. Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Data de Ratificação 08/10/2026.

Porto Firme/MG, 09/10/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:1362314E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
IMOVEL CAPS

Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público Extrato do contrato 144/2026 do Processo Licitatório nº 56/2026, tendo por objeto a locação de imóvel urbano destinado à instalação e ao funcionamento contínuo e ininterrupto da sede do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Contratado: SONIA MARIA BARBOSA SANTANA. Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Vigência: 09/10/2026 à 09/10/2027.

DAT Porto Firme/MG, 09/10/2026.

ASS Renato Santana Saraiva.
CAR Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:CB1190F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO
PROCESSO 0227/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO. Processo 0227/2026, Pregão eletrônico 0212/2026. A Prefeitura Municipal de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais, através do (a) Pregoeiro (a) torna público que fará realizar Licitação, na modalidade PREGÃO - na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR VALOR conforme dispuser o Anexo II do Edital, com regência pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3/2024, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para fornecimento de gás de cozinha GLP – botijão de 13 kg, para atender aos diversos departamentos da Administração Municipal, incluindo a preparação da merenda escolar nas Escolas Municipais, para eventual e futura contratação, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Inicio do recebimento das propostas e credenciamento: 09/10/2026 às 09:09 horas. Sessão de abertura das Propostas e lances: 23/10/2026 às 14h. Edital e informações complementares na sede da Prefeitura e nos sites www.pousoalto.mg.gov.br e www.bll.org.br –

SHEILA DE SOUZA RANGEL -
Secretária Municipal de Governo.

Publicado por:
Janaina Soares Fonseca
Código Identificador:992234D5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2026, DISPENSA EMERGENCIAL N.º 025/2026

Contrato nº 074/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratado: 34.025.772 PEDRO AIRES DE JESUS FERREIRA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 04 (quatro) banheiros químicos e 01 (um) caminhão de som (trio elétrico), destinados à realização do evento Copa Turinhos de Motocross, que será realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2026, no Município de Prados/MG.
Valor Global: R$ 7.000,00 (sete mil reais).
Prazo de Vigência: 02 meses**.**
Data: 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:14E7A8D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Processo Licitatório n.º 086/2026
Dispensa Emergencial de Licitação n.º 025/2026
O MUNICÍPIO DE PRADOS, por intermédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua José Silva Filho, n° 11, inscrita no CNPJ 18.5.57.538/0001-67, torna público a Dispensa Emergencial n° 025/2026, que tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 04 (quatro) banheiros químicos e 01 (um) caminhão de som (trio elétrico), destinados à realização do evento Copa Turinhos de Motocross, que será realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2026, no Município de Prados-MG.** Nos termos do inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, foi **AUTORIZADA** a contratação da empresa **CENA E SOM**, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.025.772/0001-08. O valor total será de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Fundamento: Art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

Prados, 9 de outubro de 2026.

Publicado por:
Lívia Carvalho de Sousa
Código Identificador:7FB5EA95

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2026 "ALTERA A JORNADA DE TRABALHO E DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO-BASE DO CARGO DE PEDAGOGO, MODIFICANDO ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 150/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público, nos termos da Lei 2.000/2020, a publicação da LEI COMPLEMENTAR 162/2026, que **"**ALTERA A JORNADA DE TRABALHO E DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO-BASE DO CARGO DE PEDAGOGO, MODIFICANDO ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 150/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"** junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 08 de outubro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:85C43C53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI Nº 2.457/2026 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM SOCIEDADE DE ENSINO, PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NOS TERMOS DA LEI 11.788/2008."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.457/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.457/2026, que "*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM SOCIEDADE DE ENSINO, PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NOS TERMOS DA LEI 11.788/2008."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 06 de outubro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:7F1C8FF5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 3.089/2026 "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 3.089/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 3.089/2026, que "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 05 de outubro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:C29CE8C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 3.090/2026 "INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 3.090/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 3.090/2026, que "INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 08 de outubro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:CF7FEC1E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2026
Objeto: Fornecimento de materiais elétricos para atendimento das demandas e necessidades do município de Rio Novo, **Recebimento de propostas e documentos:** até 26/10/2026 às 08h. **Início da sessão:** 26/10/2026 às 08h30, no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/. Edital disponível na sede, em www.rionovo.mg.gov.br e pelo e-mail licitacao@rionovo.mg.gov.br.

Rio Novo-MG, 09/10/2026.

GISLENE AP. FERREIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:94C0DB1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 040/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 040/2026
PROCESSO Nº 218/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 073/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: Município de Rio Pomba/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 17.744.434/0001-07, com sede na Avenida Raul Soares, nº 15, Centro, Rio Pomba/MG.
CONTRATADA: Associação Calor Humano – ACH, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.074.501/0001-61, com sede na Rua dos Sagrados Corações, nº 100, Apto 01, Vila do Sossego, Bairro do Rosário, Rio Pomba/MG.
OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Colaboração, para o desenvolvimento de atividades assistenciais de natureza continuada voltadas à promoção da qualidade de vida de pessoas idosas, conforme Plano de Trabalho aprovado.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 23/09/2026 a 31/12/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/09/2026 a 31/12/2026.
ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e MARIA DA PENHA DURANGE OLIVEIRA.
DATA DE ASSINATURA: 23/09/2026.

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:81A82815

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA
AVISO DE LICITAÇÃO
RETIFICADO 01
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 217/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para às **Aquisições de gêneros alimentícios**. Data da sessão pública: 27/10/2026 às 10h00min. Informações gerais e edital: no site https://www.riopomba.mg.gov.br. e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rio Pomba-MG, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:0B3E4CD9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	210/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	KAYRAN TURISMO LTDA
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Prestações de serviços de transportes universitários, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 182/2026, e Pregão Eletrônico 048/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 182/2026 – Pregão Eletrônico nº 048/2026
Prazo	08/10/2026 - 07/10/2027
Valor	R$ 126.497,50
Signatário - Contratante	Neiva Kirry Leal - Secretária Municipal de Educação
Signatário - Contratado	José Inácio de Oliveira - Sócio/administrador

Rio Pomba, 08 de outubro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:F925E932

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	211/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	SGK TURISMO RP LTDA
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Prestações de serviços de transportes universitários, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 182/2026, e Pregão Eletrônico 048/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 182/2026 – Pregão Eletrônico nº 048/2026
Prazo	08/10/2026 - 07/10/2027
Valor	R$ 213.747,75
Signatário - Contratante	Neiva Kirry Leal - Secretária Municipal de Educação
Signatário - Contratado	Valmirene Oliveira Reis - Sócia/administradora

Rio Pomba, 08 de outubro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:3EAF7B35

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	212/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	SILVIO TRANSPORTES RIO POMBA LTDA
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Prestações de serviços de transportes universitários, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 182/2026, e Pregão Eletrônico 048/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 182/2026 – Pregão Eletrônico nº 048/2026
Prazo	08/10/2026 - 07/10/2027
Valor	R$ 37.998,00
Signatário - Contratante	Neiva Kirry Leal - Secretária Municipal de Educação
Signatário - Contratado	Silvio Antônio da Silveira - Sócia/administradora

Rio Pomba, 08 de outubro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:2E62FB55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rubim/MG torna público a realização do Pregão Eletrônico nº 025/2026 - Tipo Menor Preço Por Item, para**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EM GERAL EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (ITENS FRUSTRADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 22/2026)**. A abertura será às 09h00min do dia 26/10/2026 no endereço eletrônico: https://bnc.org.br. O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos: www.rubim.mg.gov.br, https://bnc.org.br/editais/ e https://pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações pelo telefone: (33) 999159373.

DÉBORA PINHEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Debora Pinheiro da Silva
Código Identificador:AD434116

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
094 - 2026 - P.E. 025 - 2026 - R.P. 021 - 2026 - UNIFORME ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - AVISO DE LICITAÇÃO P. Nº 094/2026, P.(E). Nº 025/2026, R.P. Nº 021/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares e bandeiras, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara do Tugúrio/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência. Por meio do endereço eletrônico de acesso https://santabarbaradotugurio.licitapp.com.br//, da plataforma de pregão eletrônico da SH3 informática na data: **28 de outubro de 2026 as 09h30min**. O Edital completo poderá ser obtido junto à equipe/Comissão de contratação, na sede da Prefeitura, na Rua Camilo Silvério Mendes, nº 84, Centro, Santa Bárbara do Tugúrio - MG, nos dias úteis, das 12:00 às 16:00 horas e no portal nacional de contratações públicas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br, e telefone (32) 3365-1133/3365-131,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 09 de outubro de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:E0FDB8B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2024
Processo: 153/2023
Modalidade: Tomada de Preços nº 012/2023
Contratada: Bahrein Engenharia Ltda
Objeto: Alteração do escopo do contrato original visando o acréscimo de quantitativos nos itens de sinalização viária (horizontal e vertical).
Valor do Acréscimo: R$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), correspondente a 24,99% do valor inicial atualizado do contrato.
Novo Valor Global: R$ 2.375.000,03 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais e três centavos).
Fundamentação Legal: artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993
Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Martins de Oliveira
Código Identificador:B31FB074

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
DECRETO Nº 4246 DE 01 DE JULHO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização, estabelece diretrizes para sua implementação no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino e dispõe sobre a governança, o monitoramento e o regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO DESERTO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso), Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no Decreto nº 48.939/2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e demais legislações aplicáveis, DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do município de Santana do Deserto, destinada a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Parágrafo único. A Política será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, do PROLEEI, da BNCC, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
– assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano;
– fortalecer a leitura e escrita na Educação Infantil;
– promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;
– reduzir desigualdades;
– melhorar indicadores;
– fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
– incentivar a participação das famílias;
– promover o monitoramento permanente.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º Princípios: garantia do direito à aprendizagem na idade certa; equidade e inclusão; valorização dos profissionais; gestão baseada em evidências; regime de colaboração; monitoramento; respeito às especificidades locais; integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

CAPÍTULO IV – DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º Eixos: Gestão e Governança; Formação Continuada; Práticas Pedagógicas; Avaliação; Recomposição das Aprendizagens; Infraestrutura e Materiais; Articulação com as Famílias; Compartilhamento de Boas Práticas.

CAPÍTULO V – DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 5º O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, participando das ações do MEC e SEE/MG, implementando as diretrizes do CNCA, Pacto Mineiro e PROLEEI, realizando avaliações e compartilhando indicadores.

CAPÍTULO VI – DA GOVERNANÇA

Art. 6º Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização.

Art. 7º Compete ao Comitê acompanhar a implementação, monitorar indicadores, propor melhorias e acompanhar o Plano Municipal.

CAPÍTULO VII – DO PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º O Plano Municipal de Alfabetização constitui o instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política.

CAPÍTULO VIII – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º. O monitoramento utilizará avaliações diagnósticas, Fluência Leitora, SIMAVE, SAEB, indicadores do CNCA e demais avaliações.

Art. 10. Os resultados subsidiarão o planejamento, os planos escolares, as formações e a recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO IX – DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA

Art. 11. Compete à Secretaria coordenar a Política, editar normas complementares, promover formações, acompanhar indicadores e apoiar as escolas.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Política integrará o planejamento da Secretaria.

Art. 13. As despesas correrão por dotações próprias.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Deserto, 01 de julho de 2026.

RICARDO VIANA DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Henrique de Azevedo Souza
Código Identificador:7F38D7BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
EXTRATO TERMO ADITIVO DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG, torna público o **EXTRATO DO 2º TERMO DE CONTRATO Nº 202505/2025**, Processo Licitatório Nº 087/2025 na modalidade Dispensa nº 007/2025 Compra direta n° 057/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21e alterações posteriores da legislação referida. OBJETO: O presente termo aditivo de contrato tem como objeto acréscimo de 25% no item 01 do contrato 202505/2025, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra e **O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS-CIMINAS** inscrita sob o nº CNPJ: 19.493.732/0001-99. A partir de 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:296D553B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA/MG, torna público o **EXTRATO DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 065/2026**, Processo Licitatório nº 100/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023. **OBJETO:** Cancelamento do registro de preços da Ata nº 065/2026, celebrada entre o Município de Santa Rosa da Serra/MG e a empresa **MINIMERCADO E SACOLÃO R&J LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 57.333.752/0001-91. A partir de 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:E977D296

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
CREDENCIAMENTO

PROCESSO 030/2026
INEXIGIBILIDADE 005/2026
CREDENCIAMENTO 001/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT/MG – Credenciamento 001/2026. Torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO para prestação de serviço não exclusivo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, regularmente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para beneficiários elegíveis vinculados a Câmara Municipal de Santos Dumont.
Data para recebimento da documentação: a partir de 13/10/2026.
Vigência: 12 meses, podendo o interessado requerer o credenciamento a qualquer tempo durante esse prazo.
Maiores informações serão prestadas pela Comissão de Contratação na sede da mesma, situada na Rua 13 de Maio, 365 / 5º Andar, Centro, Santos Dumont/MG, ou pelo telefone (32) 2190-0009, de 13h às 17h, de segunda a sexta feira.
Cópia do Edital de Credenciamento 001/2026 disponível no site http://www.camarasd.mg.gov.br.

LUCIANO GOMES,
Presidente da CMSD.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:F74BCA6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO 54 E 55 E ADITIVOS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº54/2026
ENTIDADE: **A COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE DE SANTOS DUMONT- COOPERADUMONT**
OBJETO: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros à **A COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE DE SANTOS DUMONT- COOPERADUMONT**, visando apoiar o projeto " Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Estrutura Produtiva da COOPERADUMONT, através do manejo, transporte, beneficiamento e a nutrição vegetal dos produtos da cooperativa, mediante aquisição de equipamentos, ferramentas, pneus, fertilizantes, plásticos agrícolas e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades rurais
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: R$20.000,00 (vinte mil reais)

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº55/2026
ENTIDADE: **EDUCANDÁRIO SANTA TEREZINHA**
OBJETO: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao **EDUCANDÁRIO SANTA TEREZINHA**, destinados à realização de melhorias na sala de dança da instituição, visando proporcionar um ambiente mais adequado, seguro, confortável e acolhedor para o desenvolvimento das atividades de dança, em conformidade com as metas, etapas e demais especificações previstas no Plano de Trabalho, que integra o presente instrumento.
VIGÊNCIA 12 meses
VALOR: R$10.000,00 (dez mil reais)

1º TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2026
ENTIDADE: **HOSPITAL DE MISERICÓRDIA DE SANTOS DUMONT**
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de recursos financeiros ao Termo de Colaboração nº 005/2026, destinados ao apoio financeiro para a contratação, pela **ENTIDADE**, de mais 01 (um) profissional médico da especialidade de **Anestesiologia**, com a finalidade de ampliar a capacidade de realização de cirurgias eletivas e contribuir para a redução do tempo de espera dos pacientes que aguardam procedimentos cirúrgicos pelo Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Santos Dumont, conforme Plano de Trabalho complementar, que integra este instrumento independentemente de transcrição.
VIGÊNCIA 12 meses
VALOR: R**$160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**,

1º ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 051/2025
ENTIDADE:
ENTIDADE: FUNDAÇÃO FUTURO BRASIL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 051/2025 tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do referido Termo.
VIGÊNCIA: 31/10/2027

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:DB0B56DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CANCELAMENTO FAZ

P O R T A R I A Nº 58 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"Cancelamento Faz"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item I do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.440 e item IX do artigo 90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990,

CONSIDERANDO: que a inventariante CELINA AUGUSTA PEREIRA FIGUEIREDO, CPF 957.913.106-68, representante de ESPÓLIO JOSÉ LUIZ PEREIRA, CPF 114.063.566-20, falecido em 27/12/2009, solicitou em requerimento o cancelamento da inscrição imobiliária 01.1.000020.000563.0001, na alegação de imóvel não pertencente ao espólio, situado a Rua Antonio da Silva Braga, 0, Bairro Glória, conforme Protocolos 3254/2025 de 06/08/2025, 1498/2026 de 27/04/2026 e parecer jurídico de 20/07/2026 em anexo.

R E S O L V E:

Art. 1º - Que seja cancelada a importância no valor original de R$ 678,11 (Seiscentos e setenta e oito reais e onze centavos), acrescido de correção, multa e juros, referente a IPTU de 2021 a 2026 do imóvel a Rua Antonio da Silva Braga, 0, Bairro Glória, com inscrição imobiliária 01.1.000020.000563.0001, a ESPÓLIO JOSÉ LUIZ PEREIRA, CPF 114.063.566-20, sendo comprovada a inexistência de vínculo ao referido imóvel.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 25 de setembro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Finanças

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

MFA

Publicado por:
Ivone Aparecida de Souza
Código Identificador:8F9E94CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CANCELAMENTO FAZ

P O R T A R I A Nº 59 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"Cancelamento Faz"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item I do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.440 e item IX do artigo 90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990,

CONSIDERANDO: que o contribuinte REGISTRO DE IMOVEIS, TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS DE SANTOS DUMONT, CNPJ 20.458.923/0001-07, titular ANNA MARIA BRANDÃO COELHO, CPF 432.329.226-00, emitiu guia de pagamento de ISSQN Variável de Janeiro de 2026 em duplicidade, conforme protocolo 3429/2026 de 16/09/2026 e comprovantes anexados.

R E S O L V E:
Art. 1º - Que seja cancelada a importância no valor original de R$ 5.667,64 (cinco mil seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) acrescida de correção, multa e juros, a REGISTRO DE IMOVEIS, TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS DE SANTOS DUMONT, CNPJ 20.458.923/0001-07, referente a ISSQN Variável de Janeiro de 2026, gerado em duplicidade.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 25 de setembro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Finanças

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

MFA

Publicado por:
Ivone Aparecida de Souza
Código Identificador:DB892BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CANCELAMENTO FAZ

P O R T A R I A Nº 63 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

"Cancelamento Faz"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item I do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.440 e item IX do artigo 90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990,

CONSIDERANDO: que o contribuinte JOÃO FERREIRA DO NASCIMENTO, CPF 382.245.346-34, não efetuou o pagamento da taxa de ITBI referente ao protocolo 4134/2022 de 24/10/2022, não finalizando o processo de ITBI em tempo hábil, nem cancelando o processo em vida, falecido em 30/04/2024, sendo solicitado o cancelamento do ITBI e valores correspondentes, por seu filho EDER ANTONIO DO NASCIMENTO, CPF 035.698.086-37, conforme documentação e comprovantes anexados ao Protocolo nº 1263/2026 de 06/04/2026 e Parecer Jurídico de 21/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Que seja cancelada a dívida ativa no valor original de R$ 3.022,46 (Três mil e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos), correção, multa e juros, a JOÃO FERREIRA DO NASCIMENTO, CPF 382.245.346-34, falecido, referente a taxa de ITBI.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 02 de outubro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Finanças

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

MFA

Publicado por:
Ivone Aparecida de Souza
Código Identificador:8AC41689

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESTITUIÇÃO FAZ

P O R T A R I A Nº 61 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

"Restituição Faz"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item I do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.440 e item IX do artigo 90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990,

CONSIDERANDO: que a contribuinte ISABEL CRISTINA DE CARVALHO LOURENÇO, CPF 028.185.416-54, efetuou o pagamento de taxa de Habite-se em duplicidade, conforme documentação e comprovantes anexados aos Protocolos 2638/2026 de 23/07/2026 e 3211/2026 de 31/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Que seja restituída a importância de R$ 95,76 (Noventa e cinco reais e setenta e seis centavos) a ISABEL CRISTINA DE CARVALHO LOURENÇO, CPF 028.185.416-54, referente ao pagamento em duplicidade da taxa de Habite-se.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 02 de outubro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Finanças

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

MFA

Publicado por:
Ivone Aparecida de Souza
Código Identificador:6A575F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESTITUIÇÃO FAZ

P O R T A R I A Nº 62 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

"Restituição Faz"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item I do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.440 e item IX do artigo 90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990,

CONSIDERANDO: que a Contribuinte DENIA ROTATORI, CPF 848.334.676-15, efetuou o pagamento da 1ª cota única e 2ª cota única do IPTU 2026, gerando duplicidade de pagamento, conforme documentação e comprovantes anexados ao Protocolo nº 2544/2026 de 16/07/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Que seja restituída a importância de R$ 209,37 (Duzentos e nove reais e trinta e sete centavos) a DENIA ROTATORI, CPF 848.334.676-15, referente ao pagamento da 2ª cota única do IPTU 2026 com inscrição cadastral 01.1.000020.000230.0001.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 02 de outubro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Finanças

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

MFA

Publicado por:
Ivone Aparecida de Souza
Código Identificador:1CD4E5AE

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2026 PROCESSO N° 108/2026

Pregão Eletrônico n° 24/2026
Processo n° 108/2026
Objeto: Aquisição de insumos odontológicos para uso na Atenção Primária, para atender aos usuários do SUS, conforme condições, quantitativos e especificações contidas no termo de referência, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Os contratos são:
Contrato Nº 195/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: A2XR COMERCIAL LTDA - CNPJ 50.591.089/0001-86
Valor total: R$ 4.751,02 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e dois centavos)
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 30/09/2026
Contrato Nº 196/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTSA - CNPJ 30.082.076/0001-74
Valor total: R$ 26.398,33 (Vinte e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos)
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 30/09/2026
Contrato Nº 197/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DENTAL SÃO CRISTÓVÃO LTDA - CNPJ 02.059.560/0001-47
Valor total: R$ 21.757,25 (Vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 198/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DENTAL UNIVERSO LTDA - CNPJ 26.395.502/0001-52
Valor total: R$ 673,54 (Seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 30/09/2026
Contrato Nº 199/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DIABÉTICOS EIRELI - CNPJ 28.675.331/0001-40
Valor total: R$ 34.140,54 (Trinta e quatro mil e cento e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 200/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA - CNPJ 44.223.526/0001-06
Valor total: R$ 6.784,00 (Seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 30/09/2026
Contrato Nº 201/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - CNPJ 05.199.015/0001-44
Valor total: R$ 10.639,25 (Dez mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 202/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DISTRIBUIDORA DE REGIONAL DE ALÉM PARAÍBA EIRELI- ME - CNPJ 04.032.547/0001-20
Valor total: R$ 10.428,66 (Dez mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 203/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DISTRIMAR LTDA - CNPJ 04.229.515/0001-19
Valor total: R$ 1.000,00 (Hum mil reais)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 24/09/2026
Contrato Nº 204/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: DOMINUS COMÉRCIO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA - CNPJ 27.417.234/0001-95

Valor total: R$ 5.135,08 (Cinco mil, cento e trinta e cinco reais e oito centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 205/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: E.C.S. TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 35.706.397/0001-16
Valor total: R$ 5.993,12 (Cinco mil, novecentos e noventa e três reais e doze centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 02/10/2026
Contrato Nº 206/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ 49.087.735/0001-93
Valor total: R$ 134.800,00 (Centro e trinta e quatro mil, e oitocentos reais)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 23/09/2026
Contrato Nº 207/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratado: ODONTOSUL LTDA- CNPJ 04.971.211/0001-22
Valor total: R$ 1.377,37 (Hum mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos)
Vigência: O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato: 30/09/2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:77B87CBE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO.

TERMO DE CONTRATO N° 099/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026.
Objeto: **CONTRATAÇÃO DA BANDA (ZIRIGUIDUM LTDA) PARA O EVENTO *"2º CORRIDA DE RUA DE SÃO MIGUEL DO ANTA 2026"*, no dia 10 de outubro de 2026 às 20h 30min**.
Solicitante: Secretaria Municipal de Governo.

Empresa Contratada:
Contrato nº 99/2026
EMPRESA: BANDA ZIRIGUIDUM LTDA
(BANDA ZIRIGUIDUM)
CNPJ: 22.087.421/0001-34
Valor Do Contrato R$ 9.000,00 (Nove mil reais).
Vigência dos contratos: 09/10/2026 à 09/10/2027. Fundamentação Legal: Nos termos do art. 74, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

JULIANA PINTO PACHECO –
Agente de Contratação.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal Em, 18 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:9B482BC2

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2024

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta torna público a quantos possam interessar, o extrato do 1º termo aditivo ao contrato nº 113/2024, decorrente do **processo administrativo nº 112/2024**, firmado com a empresa ADILERSON BITENCOURT RESENDE 04596410690 (CNPJ/MF nº 16.858.930/0001-10). O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses e a concessão de reajustamento de preços pelo índice IPCA/IBGE na ordem de 4,22%. Nova vigência: 19/10/2026 a 18/10/2027.
Data de assinatura: 09 de outubro de 2026

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JUNIOR -
Prefeito.

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:9CD81BCA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
PORTARIA Nº 20/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face de servidora de Matrícula nº 00755 sob o Rito Ordinário do PAD, descreve o resumo dos fatos e os enquadramentos legais aplicáveis, e dá outras providências

O Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições determinadas no inciso VI, art. 66, da Lei Orgânica Municipal (LOM), e com fundamento nos artigos 162, 171, 172, 191, 192 e 193, I da Lei Complementar Municipal nº 687, de 28 de dezembro de 1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);,

CONSIDERANDO a representação formal formulada pela Coordenadora do Setor de Imunização e Vigilância em Saúde, autuada sob o **Protocolo nº 650/2026** e integrando o **Processo Administrativo nº 006/2026**;

CONSIDERANDO o relatório de instrução inicial e a prova documental pré-constituída acostada aos autos, que atesta as seguintes condutas atribuídas à servidora pública de Matrícula nº **00755**:

1. Constatação documental, por meio de relatórios de espelho de ponto referentes aos meses de fevereiro a setembro de 2026, do cômputo faltas integrais injustificadas ao trabalho, além de atrasos reiterados, saídas antecipadas não autorizadas, extensão indevida do intervalo de almoço e elevado saldo negativo de horas de trabalho;
2. Ocorrência de erros e falhas em procedimentos de aplicação de vacinas, desinteresse quanto às atualizações do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e baixa participação nas rotinas operacionais do setor, conduta corroborada em supervisão presencial realizada pela Superintendência Regional de Saúde de Passos (SRS Passos) em 09/07/2026;
3. Reclamações registradas de munícipes e pacientes recusando atendimento pela servidora, bem como postura desrespeitosa perante colegas de trabalho e membros da equipe de saúde;

CONSIDERANDO que tais condutas tipificam, em tese, a violação dos deveres funcionais do **Art. 133, incisos I** (zelo e dedicação), **III** (observância de leis e regulamentos), **V, "a"** (presteza e zelo no atendimento ao público), **X** (assiduidade e pontualidade) e **XI** (urbanidade), bem como a transgressão das proibições estipuladas no **Art. 134, incisos I** (ausentar-se do serviço sem autorização) e **XV**

(proceder de forma desidiosa) da Lei Complementar Municipal nº 687/1999;

CONSIDERANDO, por fim, que o Art. 172 da LC nº 687/1999 autoriza a dispensa da fase de sindicância e a imediata adoção do Rito do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) quando houver elemento de convicção e justa causa suficientes constituídos nos autos;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a adoção e abertura do rito de processo administrativo disciplinar (PAD) em face da servidora de matrícula nº 00755, para a apuração cabal dos fatos resumidos nesta Portaria, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa nos termos dos artigos 191 da Lei Complementar Municipal nº 687/1999.

Art. 2º Confirmar a condução dos trabalhos processuais pela **Comissão Especial Processante**, anteriormente designada pela Portaria nº 19/2026.

Art. 3º A Comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, mantendo o caráter reservado dos atos, devendo concluir a instrução e apresentar relatório final dentro dos prazos regulamentares do Estatuto dos Servidores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro da União (MG), 09 de outubro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:D2F68E8C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO EXTRATO DO ACORDO DE COMPROMISSO E COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 07/2026

OBJETO: O Município de São Sebastião do Rio Preto torna público o extrato do Acordo de Compromisso e Cooperação Mútua que tem por objeto a implantação de projetos hidroambientais e/ou de saneamento rural - Iniciativa RIO VIVO, utilizando-se dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. **PARTES:** Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP (Filial Governador Valadares) e o Município de São Sebastião do Rio Preto, com a anuência do CBH Doce e do CBH Santo Antônio. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: até 31 de dezembro de 2030, contado a partir da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Alan Pereira Malpartida
Código Identificador:6C52D295

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO AVISO DE LICITAÇÃO

- Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino - MG. Processo de Licitação, modalidade Credenciamento/inexigibilidade n.º 000004/2026, tipo CREDENCIAMENTO. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICO NA ESPECIALIDADE DE EXAME DE ECOCARDIOGRAMA CONFORME DECRETO MUNICIPAL 011/2023 DO ANEXO BII NOS VALORES ESTABELECIDOS, À PREFEITURA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO.** A abertura final, será dia 13 de novembro de 2026, às 16:00 horas na sala de Licitações.

- O edital/aviso encontram-se à disposição no site www.staquino.mg.gov.br e na Pref. Munic., na Rua Alves de Figueiredo, n.º 393, Centro, nesta cidade, fone (35)3535–1228-1229-1500, das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Tomás de Aquino – MG, 09/10/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:712B9AB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO TERMO ADITIVO

- Processo Licitatório: nº. **076/2026**, **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº. **010/2026**. **Ata/Contrato:** 100/2026. **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratado: DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA, CNPJ 34.771.531/0001-08. Objeto:** "**Registro de preços para futuras Aquisições de Medicamentos REMUME para a Secretaria de Saúde do Município de São Tomás de Aquino."** O termo aditivo tem por objeto o realinhamento econômico financeiro do contrato firmado entre as partes. **Embasamento Legal:** conforme fundamento no inciso II alínea "d" do art. 124 da Lei 14.133/2021. Itens: **DIVALPROATO SODIO ER 500 MG**, passa através do aditivo ao valor de **R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos)** e a **PREGABALINA 75 MG**, passa através do aditivo ao valor de **R$ 0,197 (dezenove centavos e sete dizimas de centavos) por unidade.** Totalizando um acréscimo de R$ 309,00 (trezentos e nove reais). **Representante:** ARLEY ELDAS VIEIRA FONSECA. **Data de Assinatura:** 08/10/2026. **Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:24F8527D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

COMISSÃO DE SELEÇÃO (LEI 13.019/2014) INEXIGIBILIDADE DE CHAMENTO PÚBLICO Nº 0015/2026 ASSOCIAÇÃO DOS BLOCOS

INEXIGIBILIDADE DE CHAMENTO PÚBLICO Nº 0015/2026

Justificativa para inexigibilidade de chamamento público para parceria com a Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes.

Processo nº: 0021/2026
Referência: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2026
Base legal: Art. 31, da Lei Federal nº. 13019/14
OSC interessada: Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes
CNPJ: 26.397476/001-90
Objeto da parceria: objeto a concessão de apoio financeiro no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)** para a realização do evento **"O Mundo da Fantasia"**, previsto para o dia **12 de outubro de 2026, das 14h às 18h, no Município de Tiradentes/MG**, destinado principalmente às crianças e suas famílias, contemplando atividades culturais, recreativas e de entretenimento.
Valor total do repasse: R$ 5.000,00(cinco mil reais)
Período de Execução: 01(um) meses
Tipo da Parceria: ( ) Colaboração (x) Fomento ( ) Cooperação

JUSTIFICATIVAS PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CONSIDERANDO a necessidade de e o interesse público da formalização da parceria;
CONSIDERANDO que, em pesquisa junto às entidades municipais, apenas uma demonstrou interesse em formalizar a pretendida partida;
CONSIDERANDO a existência de parecer técnico favorável a respeito da satisfação das exigências da Lei Federal nº13.019/2014 pela entidade Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes.
CONSIDERANDO o art. 31 da Lei Federal 13.019/2014 que determina que será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição;
CONSIDERANDO outrossim, a emissão de parecer jurídico referencial.
CONSIDERANDO por fim, a necessidade do cumprimento do art. 32 da Lei 13.019/2014;
INDICAMOS a existência de elementos suficientes para a formalização de parceria por meio de Termo de Fomento entre o Município e a Organização da Sociedade Civil Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes, para execução de objeto a concessão de apoio financeiro no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)** para a realização do evento **"O Mundo da Fantasia"**, previsto para o dia **12 de outubro de 2026, das 14h às 18h, no Município de Tiradentes/MG**, destinado principalmente às
crianças e suas famílias, contemplando atividades culturais, recreativas e de entretenimento. e,
JUSTIFICAMOS a inexigibilidade de chamamento público para celebração de Termo de Fomento entre o Município e a Organização da Sociedade Civil Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes, pelos seguintes motivos:
I – Apenas uma entidade pesquisada manifestou interesse na parceria.
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
JUSTIFICAMOS a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de **Termo de Fomento entre o Município de Tiradentes/MG e a Organização da Sociedade Civil Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes – ABT**, tendo por objeto o apoio à realização do projeto **"O Mundo da Fantasia – Dia das Crianças"**, a ser realizado no Município de Tiradentes/MG, pelos fundamentos e razões a seguir expostos:
I – DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO
A parceria pretendida possui características específicas relacionadas à execução de atividade de natureza cultural, recreativa e comunitária, voltada especialmente ao público infantil, com programação destinada à comemoração do Dia das Crianças.
A **Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes – ABT** apresenta finalidade estatutária e atuação compatíveis com o objeto da parceria, possuindo experiência e inserção no contexto cultural e comunitário do Município, circunstâncias que demonstram sua aptidão para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.
II – DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO
O objeto da parceria está vinculado à realização de programação específica e previamente definida para a comemoração do Dia das Crianças, contemplando atividades recreativas, culturais e de entretenimento, incluindo apresentações, personagens, teatro, recreação, dança, alimentação e hidratação, destinadas às crianças e seus familiares.
Trata-se, portanto, de ação de interesse público que busca proporcionar à população infantil do Município acesso gratuito a atividades de lazer, cultura, convivência familiar e integração comunitária.
III – DA COMPATIBILIDADE DA OSC COM O OBJETO DA PARCERIA
A Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes – ABT possui atuação relacionada ao desenvolvimento de atividades culturais e comunitárias no Município, apresentando compatibilidade entre suas finalidades institucionais e o objeto proposto.
A escolha da organização fundamenta-se, assim, na compatibilidade entre suas finalidades, sua atuação e experiência no âmbito cultural e comunitário e as características específicas da atividade que se pretende executar.
IV – DA PESQUISA DE INTERESSE
No levantamento realizado pela Administração Pública, constatou-se que **apenas a Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes – ABT manifestou interesse em executar o projeto nos moldes e condições estabelecidos no Plano de Trabalho**, não tendo sido identificada, no âmbito da consulta realizada, outra Organização da Sociedade Civil com proposta equivalente e condições compatíveis para a execução integral do objeto no período previsto.
Ressalta-se, contudo, que a manifestação de interesse de apenas uma entidade **não constitui, isoladamente, fundamento para a inexigibilidade**, servindo como elemento complementar à demonstração da inviabilidade de competição decorrente das características específicas do objeto e da compatibilidade da organização escolhida com a finalidade da parceria.
V – DO INTERESSE PÚBLICO
A parceria apresenta relevante interesse público, uma vez que contribuirá para a promoção do acesso da população infantil a atividades culturais, recreativas e de lazer, bem como para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária.
A execução do projeto também contribuirá para a valorização das manifestações culturais e das iniciativas comunitárias desenvolvidas no Município de Tiradentes, proporcionando programação gratuita e acessível às crianças e suas famílias.
VI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Diante das características específicas do objeto e da demonstração da inviabilidade de competição, a Administração entende configurada a hipótese de **inexigibilidade de chamamento público**, nos termos do **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, observadas as demais exigências legais, especialmente a elaboração do Plano de Trabalho, a análise da capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, a regularidade documental, a manifestação dos setores competentes e a publicação da respectiva justificativa.
Dessa forma, **justifica-se a celebração do Termo de Fomento com a Associação dos Blocos Carnavalescos de Tiradentes – ABT**, desde que atendidos todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à formalização da parceria.
PERÍODO PARA EXECUÇÃO DATIVIDADE:
12 de outubro de 2026.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DA PARCERIA:
a) **Proporcionar atividades recreativas, culturais, artísticas e de entretenimento** destinadas prioritariamente ao público infantil, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade, da socialização e da participação comunitária;
b) **Promover a integração e a convivência entre crianças, familiares e comunidade**, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários por meio de atividades coletivas e de caráter sociocultural;
c) **Ampliar o acesso das crianças e de suas famílias a atividades culturais, artísticas, recreativas e de lazer,** promovendo experiências de caráter educativo, cultural e social;
d) **Proporcionar espaço adequado de convivência familiar e comunitária**, assegurando ambiente acolhedor, inclusivo e propício à participação e à interação social;
e) **Valorizar e fortalecer iniciativas culturais, artísticas e recreativas desenvolvidas no Município de Tiradentes**, incentivando a participação de artistas, grupos, profissionais e demais agentes envolvidos na programação;
f) **Promover programação especial em comemoração ao Dia das Crianças,** mediante a realização de atividades de recreação, apresentações culturais, teatro, dança, participação de personagens, brincadeiras e demais ações de entretenimento destinadas às crianças e suas famílias;
g) **Estimular a participação social e o acesso democrático às atividades culturais e de lazer,** contribuindo para a promoção do bem-estar, da inclusão e da convivência comunitária;
h) **Contribuir para a democratização do acesso à cultura, ao lazer e à recreação,** especialmente para o público infantil, mediante a oferta de programação gratuita e de interesse público.
VALOR ESTIMADO PARA A PARCERIA
R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 02.008.001 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Função: 13 – Cultura
Subfunção: 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa: 0073 – Gestão Municipal Cultural
Ação: 2.238 – Parceria com OSC para Fomento Cultural
Elemento: 3.3.50.41.00 – Contribuições
Fonte: 1500000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 5.000,00.
Tiradentes 06 outubro de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Tiradentes

Publicado por:
Luzia Batista da Silva
Código Identificador:DF7DF8B4

LICITAÇÃO TIRADENTES
ERRATA AO CONTRATO Nº 149/2026

ERRATA AO CONTRATO Nº 149/2026

PROCESSO Nº 029/2026

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

O Município de Tiradentes/MG torna pública a presente ERRATA ao Contrato nº 149/2026, firmado com LUIS FERNANDO CAMPOS RAMAZZI, referente à contratação de artista para a realização de eventos no Município de Tiradentes/MG, para retificar o valor constante na Cláusula Quarta – Do Valor e Condições de Pagamento.

Onde se lê:

"4.1 – O contrato perfaz o valor global de R$ 2.000,00 (dois mil reais)."

Leia-se:

"4.1 – O contrato perfaz o valor global de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)."

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não foram expressamente modificadas pela presente errata.

Tiradentes/MG, 09 de outubro de 2026.

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratações

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:E6CC2E3C

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2026

EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2026

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o extrato de Termo aditivo.

PROCESSO Nº 005/2026
Concorrencia - Nº 001/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de retomada da obra de construção de uma quadra escolar coberta, vinculada ao Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cuja execução foi repactuada recentemente
Contrato: Nº 097/2026
Contratada: CONSTRUFORT ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA
CNPJ -50.732.276/0001-32
Endereço: Rua Antônio Joaquim de Miranda, nº 119, Bairro Planalto, Patos de Minas/MG, CEP 38.706-302

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo ao contrato **Nº 097/2026**

Objeto do Termo Aditivo: **Prorrogação dos prazos de execução e de vigência do Contrato nº 097/2026**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução da retomada da obra de construção de uma quadra escolar coberta, vinculada ao Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Novo fim de vigência: 08 de março de 2027

Dou fé, Tiradentes, 09 de outubro de 2026.

(Assinado no Original Anexo Aos Autos)
DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:28262549

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026.

Objeto: Referente a Aquisição de tubos e calhas de concreto para manutenção de vias públicas e estradas vicinais do Município de Tocos do Moji, pelo Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji – MG, conforme especificado no anexo I do Edital. A sessão e abertura será no dia 23 de outubro de 2026, até as 09h 00min. CREDENCIAMENTO; às 09h e 00 min. INÍCIO DO CERTAME. Cadastramento no Sistema de Compras do Município https://portal.sgpcloud.net:9104/comprasedital/. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br –

VITOR ALVES DE MIRA
(Diretor do Departamento de Obras).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:05ECB2F8

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de marcenaria para fabricação, montagem e instalação de mobiliário planejado, sob medida, em atendimento às demandas do Departamento de Administração e do Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Tocos do Moji-MG, conforme especificado no anexo I do Edital. O recebimento de propostas se dará do dia 14 de outubro de 2026 até o dia 16 de outubro de 2026, presencialmente ou por meio do e-mail: licitacao@tocosdomoji.mg.gov.br. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br, –

VERA LUCIA ALVES
(Diretora do Departamento de Administração).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:2EADA1BA

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026.

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de kits escolares para o fornecimento para a alunos de tempo integral da Prefeitura de Tocos do Moji-MG, conforme especificado no anexo I do Edital. O recebimento de propostas se dará do dia 14 de outubro de 2026 até o dia 16 de outubro de 2026, presencialmente ou por meio do e-mail: licitacao@tocosdomoji.mg.gov.br. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br, –

CARLOS EDUARDO DA SILVA
(Diretor do Departamento de Educação).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:5F5511E0

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **PROCESSO LICITATÓRIO N° 168/2026** E **DISPENSA N° 042/2026**, **adjudico e homologo** a contratação de empresa para prestação de serviço da 5° (quinta) a revisão veicular periódica para o veículo **FIAT/MOBI TREKKING 1.0MT PLACA:TCY-4D90** para suprir a necessidade imediata devido o veículo ser utilizado nas demandas do Departamento de Saúde da Prefeitura de Tocos do Moji-MG, junto com a empresa **VIA MONDO AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA** inscrito no **CNPJ n° 00.836.942/0005-38**, valor total é de **R$ 940,21 (novecentos e quarenta reais e vinte e um centavos),** nos termos do Artigo 75, Inciso IV, Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do Artigo 75, Inciso IV, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
A contratada fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência que foi celebrado, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 24 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:3A8CEF44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
APOSTILAMENTO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato do 1º Termo de Apostilamento aos contratos decorrentes de credenciamento cujo objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO MG. Nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. Objeto do apostilamento: redistribuição do saldo estimado do item de MARCENARIA, em razão do credenciamento da empresa MOVELARIA INTELIGENTE MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA – CNPJ: 47.312.308/0001-36 (Contrato nº 089/2026) no mesmo item. Contratos apostilados: Contrato nº 077/2026 – 42.169.867 LINDOMAR ADRIANO DE SOUZA – CNPJ: 42.169.867/0001-15, e Contrato nº 080/2026 – CLAUDIO BATISTA SALLA 51827379634 – CNPJ: 46.661.410/0001-84. Data: 09/10/2026. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Processo 064/2026, modalidade credenciamento 034/2026. Maiores informações licitacaotoledomg@gmail.com.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Toledo MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:896603F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato da contratação porcredenciamentocujo objeto:CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DESTINADOS AS SECRETRIAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO MG. Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. Credenciado: Contrato n° 89/2026 **MOVELARIA INTELIGENTE MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - CNPJ: 47.312.308/0001-36**Valor Total de R$ 116.050,23 (cento e dezesseis mil, cinquenta reais e vinte e três centavos). Data: 22/09/2026.Prazo da contratação: 12 meses. Processo 064/2026, modalidadecredenciamento034/2026. Maiores informações*licitacaotoledomg@gmail.com.*

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Toledo MG, 09 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:125076B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
EXTRATO DE CONTRATO DO PAL N.º 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

O MUNICÍPIO DE TOMBOS, torna público o extrato de Contrato do **PAL N.º 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026**. Objeto: aquisição de 01 (um) veículos tipo VAN, capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros mais o motorista, 0 km, ano/modelo 2026/2026 ou superior. Empresa: GTL COMERCIO DE VEICULOS, CNPJ n.° 60.720.082/0001-70, valor: R$ 299.000,00 **(duzentos e noventa e nove mil reais)**.

Tombos/MG, 05 de outubro de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvânia Maria Rosa da Cruz
Código Identificador:D037A9EE

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 096/2026, DO PAL N.º 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

O MUNICÍPIO DE TOMBOS, torna público o extrato do **1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO** ao Contrato n.º 096/2026, do **PAL N.º 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026** com a **e**mpresa: GTL COMERCIO DE VEICULOS, CNPJ n.° 60.720.082/0001-70. Objeto: alteração qualitativa das especificações de 01 (um) veículo tipo VAN, incluindo sistema de TV com kit multimídia e de dispositivos e adaptações de acessibilidade destinados ao acesso e transporte de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, especialmente cadeirante, valor total: R$ 11.000,00 **(onze mil reais)**.

Tombos/MG, 05 de outubro de 2026.

***TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO* –**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvânia Maria Rosa da Cruz
Código Identificador:E402E6FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024.

O MUNICÍPIO DE URUANA DE MINAS - MG torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 085/2024, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 012/2024, Processo Licitatório nº 053/2024, realizado pelo **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-CODANORTE.** Objeto: Registro de Preços para aquisição de veículos, inclusive adaptados, zero km, primeiro emplacamento, para atender as necessidades dos municípios**,** Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE. **Fornecedor: MABELÊ VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ Nº 35.457.127/0001-19, Valor Global R$ 327.593,88 (trezentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).**

Uruana de Minas/MG, 09 de outubro de 2026.

BRUNO RAPHAEL MOTA FERREIRA
Prefeito do Município de Uruana de Minas

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:0C2CD50D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
LEI MUNICIPAL Nº 392, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 392, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóveis de propriedade do Município às famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, por intermédio da entidade organizadora, na forma e nas condições que especifica, e dá outras providências."

***O POVO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA**, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:*
***Art. 1º** Fica o Município de Urucânia/MG autorizado a doar às famílias de baixa renda, selecionadas e classificadas para aquisição de moradia no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (MCMV-E), por intermédio da entidade organizadora Instituto Habitacional Médio Piracicaba, inscrita no CNPJ sob o nº 10.231.290/0001-38, o seguinte imóvel:*
***I** – área com 13.896,00 m² (treze mil, oitocentos e noventa e seis metros quadrados), com perímetro de 1.048,47 m (mil e quarenta e oito metros e quarenta e sete centímetros), objeto da matrícula nº 5.764, Livro nº 02-RG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jequeri/MG, correspondente a 50 (cinquenta) lotes.*
***Art. 2º** Considerando que a doação dos imóveis está vinculada ao Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades "Instituto Habitacional Médio Piracicaba", constitui obrigação da entidade organizadora promover a individualização dos lotes e sua transferência, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, às famílias beneficiárias, observadas as normas aplicáveis ao programa.*
***Art. 3º** O imóvel mencionado nesta Lei é de propriedade do Município de Urucânia/MG e encontra-se devidamente registrado sob a matrícula nº 5.764, Livro nº 02-RG, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jequeri/MG.*
***Art. 4º** No imóvel descrito no art. 1º desta Lei deverá ser implantado, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, empreendimento habitacional de interesse social destinado ao atendimento de famílias de baixa renda do Município de Urucânia/MG.*
***Parágrafo único.** As unidades habitacionais construídas no imóvel objeto da presente Lei deverão ser alienadas em favor das famílias selecionadas, observadas as normas da Caixa Econômica Federal e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).*
***Art. 5º** A finalidade prevista nesta Lei deverá ser cumprida no prazo de 2 (dois) anos, contado da data do registro da escritura pública de doação.*
***Art. 6º** A escritura pública de doação deverá conter cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio do Município caso não seja cumprida a finalidade prevista no art. 5º desta Lei ou ocorra desvio de finalidade.*
***Art. 7º** Fica o empreendimento habitacional reconhecido como de interesse social, dispensando-se o procedimento licitatório para a doação ora autorizada, nos termos da alínea "f" do inciso I do art. 76 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*
***Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Município de Urucânia, 05 de Outubro de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:5272C052

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 89/2026
PREGÃO PRESENCIAL N°: 15/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VAZANTE, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

AUTORIZA:

A contração através de PROCEDIMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO conforme disposto no artigo 86 § 2º da 14.133/2021 para o objeto e demais dados a seguir especificados:
OBJETO: **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025 – PREGÃO Nº 06/2025, REALIZADO PELO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL, PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, COMPREENDENDO CONJUNTOS ESCOLARES PARA ALUNOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

EMPRESA: MFSUL INDUSTRIA DE MÓVEIS LTFA, CNPJ: 35.173.456/0001-38, Rua Dr Dilvo Antonio Nazzari, 180, Industrial Davide Zorzi-Erechim/RS, CEP: 99.702-520.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação

DOTAÕES ORÇAMENTARIAS:
-02.70.01.12.361.1202.207.44905200 FICHA 486
-02.70.01.12.365.120.2088.44905200 FICHA 497
Fonte 1.500.000.000
-02.71.00.12.365.1203.2088.44905200 FICHA 646
Fonte 1.500.000 e 2.546.000.000

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de outubro de 2026.

GABRIEL AFRANIO ROSA DE FARIA BARRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Kelly Cristina da Silva Xavier
Código Identificador:14083FF8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

- 2º Termo aditivo ao Contrato nº 80/2025
Processo Administrativo nº. 16/2025
Pregão Eletrônico nº 07/2025

Contratada: R**ESTAURANTE E CHURRASCARIA CORTES LTDA**
CNPJ: 09.428.181/0001-26
Objeto: O acréscimo quantitativo de 25% no item 02 - REFEIÇÃO TIPO- SELF. SERVICE.

Prefeitura Municipal de Vazante, 09 de Outubro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:F8F0E099

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA

CANCELAMENTO TOTAL DA ATA Nº 08/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE**, com endereço na Rua Osório Soares, n.º 600, Bairro: Independência, CEP: 38780-000, Cidade de Vazante-MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.278.069/0001-47, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Gabriel Afrânio Rosa de Faria Barra, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº. 057.482.966-08, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições, resolve CANCELAR totalmente a Ata de Registro de Preços nº 08/2026, oriunda do Processo Licitatório nº 91/2025 – Pregão Eletrônico n.º 45/2025, cujo objeto é " Registro de preço visando a Aquisição de mobiliários, equipamentos, materiais permanentes e utilidades domésticas, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Vazante",firmada com o fornecedor **H2O COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE BEBEDOUROS LTDA**, com sede na Avenida Costa e Silva, nº 2950 – Sala 01, Bairro: Centro, CEP: 76.868-000, Cidade de Machadinho D'Oeste-RO, inscrito no CNPJ sob o nº 61.852.834/0001-10, neste ato representada pelo senhor Rubens Toledo Silva, brasileiro, casado, empresário, portadora do CPF nº 224.969.408-74, residente e domiciliado na Cidade de Machadinho D'Oeste-RO, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 05, de 2024.

Prefeitura Municipal de Vazante, 09 de Outubro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:32234EEC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - TERMO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO

TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO Nº 85/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE**, com endereço na Rua Osório Soares, n.º 600, Bairro: Independência, CEP: 38780-000, Cidade de Vazante-MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.278.069/0001-47, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Gabriel Afrânio Rosa de Faria Barra, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº. 057.482.966-08, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições, resolve EXTINGUIR o Contrato nº 85/2026, oriundo do Processo Licitatório nº 31/2026 – Pregão Eletrônico n.º 11/2025, cujo o objeto é " Aquisição de materiais de construção civil, insumos correlatos e itens de manutenção urbana, incluindo o fornecimento e a respectiva instalação (onde couber), de forma parcelada e sob demanda", firmada com o contratado **COMART COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, com sede na Avenida Odilon Luiz, n.º 980, Bairro: Cidade Nova I, CEP: 38.780-000, Cidade de Vazante-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 03.364.215/0001-80,neste ato representado pelo Sr. Jose Henrique Alves Martins, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 085.555.606-40, residente e domiciliado na Cidade de Vazante-MG, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 05, de 2024

Prefeitura Municipal de Vazante, 09 de Outubro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:782A8147

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - TERMO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO

TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO Nº 156/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE**, com endereço na Rua Osório Soares, n.º 600, Bairro: Independência, CEP: 38780-000, Cidade de Vazante-MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.278.069/0001-47, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Gabriel Afrânio Rosa de Faria Barra, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº. 057.482.966-08, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições, resolve EXTINGUIR o Contrato nº 156/2025, oriundo do Processo Licitatório nº 77/2025 – Pregão Eletrônico n.º 37/2025, cujo o objeto é "Aquisição de insumos de construção civil (blocos, materiais hidráulicos, hidrossanitários, elétricos, metálicos, de fixação e estruturação, madeiras e tintas) de forma parcelada e sob demanda, com base no maior percentual de desconto sobre a tabela SINAPI-MG, para realização de manutenção, reformas e ampliação dos imóveis públicos", firmada com o contratado **COMART COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**., com sede na Avenida Odilon Luiz, n.º 980, Bairro: Cidade Nova I, CEP: 38.780-000, Cidade de VazanteMG, inscrito no CNPJ sob o nº 03.364.215/0001-80, neste ato representado pelo Sr. Jose Henrique Alves Martins, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 085.555.606-40, residente e domiciliado na Cidade de Vazante-MG, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 05, de 2024.

Prefeitura Municipal de Vazante, 09 de Outubro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:0BA15E64

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 102/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE DE BOCAIÚVA através de seu Pregoeiro torna público o P.L. 102/2026 – P.E. 035/2026. Obj.: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS EM PEAD CORRUGADO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA DEMANDA DO SAAE DE BOCAIUVA/MG. Sessão dia 27/10/2026 as 09h00min**. Edital nos Portais: saaebocaiuva.com.br/licitacoes, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

MARLON ALEXSANDER SIQUEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Marlon Alexsander Silva Siqueira
Código Identificador:2A465841

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE ITAGUARA/MG

SAAE DE ITAGUARA/MG
EDITAL DE LICITAÇÃO – Nº 34/2026

SAAE de Itaguara torna publico Pregão Presencial Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção/limpeza das fossas sépticas. Sessão 28/10 as 9hs
Edital completo no site: www.saaeitaguara.com.br ou saaeitaguaralicitacao@gmail.com

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA -
Diretor

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:7AAB8869

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
PORTARIA SAAE/PIR-51/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor Geral do SAAE de Pirapora/MG, Sr. Patrick Cláudio Nascimento Valim, nomeado pela Portaria da Secretaria de Governo do Município de Pirapora nº 03/2025, de 01/01/2025, no uso legal de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO:
O SAAE/Pirapora-MG em setembro/2024 firmou o Contrato nº 33/2024 com a empresa Fibertop Soluções em Fibra de Vidro Ltda, cujo objeto é a reparação das coifas de separação trifásica dos gases dos reatores UASB da ETE do município.
Após assinatura do Contrato, o SAAE/Pirapora-MG deveria entregar os reatores limpos, para que a Contratada executasse os serviços.
O SAAE/Pirapora-MG precisou de um tempo superior ao que havia previsto para realizar a limpeza das câmaras dos reatores UASB da ETE, o que comprometeu a execução dos trabalhos de reforma das fibras por parte da Contratada.
Foram assinados 4 Apostilamentos ao Contrato e 2 Aditamentos alterando o prazo para execução dos serviços.
A limpeza das coifas e reatores só foi finalizada em dezembro/2025, 15 meses após assinatura do Contrato.
Em fevereiro/2026 foi encaminhado o 2º Aditamento para a assinatura, alterando o prazo de vigência Contratual para 31/05/2026, no entanto, este aditamento não foi assinado pela Contratada.
Em 01/04/2026, a Contratada informou, via whatsapp, que não conseguiria executar mais os trabalhos e que devolveria o valor pago referente à primeira parcelo do pagamento, conforme cláusula contratual.
Em 25/05/2026 foi encaminhado, via e-mail, Ofício SAAE/Pir-75/2026 solicitando a devolução do valor pago, no prazo de 10 dias úteis.
Em 10 de junho foi enviado novamente e-mail, informando que estávamos aguardando retorno do ofício enviado.
Até o presente momento, a empresa não fez contato com o SAAE/Pirapora-MG para sanar a contenda.
A necessidade de apurar o descumprimento por parte da empresa contratada, quanto à devolução do valor pago.
Que deverá ser assegurado à empresa, a ampla defesa e o contraditório, para o devido processo legal, com o fim de apurar e aplicar eventuais penalidades administrativas adequadas à suposta infração, nos termos da Lei Federal 14.133/21.
A portaria SAAE-Pir- 042/2016 de 09 de agosto de 2016 que regulamenta o Processo administrativo para Apuração de Infrações praticas por Fornecedores (PAAIF), no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora/MG-SAAE;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores: ANDRÉ LUIS MORAES DE ALMEIDA – Leiturista III - matrícula nº 200480; EMERSON BRUNO OLIVEIRA SIVA – Agente Administrativo I – matrícula nº 200603; MATHEUS CARLOS CHAMONE LIMA –Operador de ETA II – matrícula nº 200564; para comporem a Comissão Administrativa de Apuração das Infrações de Fornecedores – CAAIF, incumbida de apurar possível infração por parte da emporesa Fibertop Soluções em Fibra de Vidro Ltda – CNPJ 50.336.842/0001-97, nos termos da Lei 14.133/21, da Portaria SAAE/PIR-042/2016 de 09/08/2016 e, ainda a Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 (Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública a Federal).
Art. 2º- A Comissão Administrativa de Apuração das Infrações de Fornecedores – CAAIF, terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para as devidas apurações e finalização do Processo Administrativo. Podendo ser prorrogado ou reduzido, conforme disposto no art. 11, § único da Portaria SAAE/Pira-042/2016 de 09/08/2016.
Art. 3º - Os servidores designados obedecerão ao rito constante na Portaria SAAE/PIR-042/2016 de 09/08/2016, aplicando naquilo que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).
Art. 4º - Os casos omissos ou dúvidas suscitadas na aplicação do Disposto no Regulamento do SAAE, bem como nesta Portaria, serão resolvidos pelo Diretor Geral do SAAE.
Art. 5º - O servidor designado que incorrer em qualquer hipótese de impedimento deverá, imediatamente, comunicar formalmente o fato à Seção de Licitações e Contratos ou à Autoridade Superior (Diretor Geral do SAAE Pirapora/MG). Configurando-se omissão do dever de comunicar o impedimento, o servidor incorrerá em falta grave com efeitos disciplinares.
Art. 6º- Salvo disposição contrária esta portaria entra em vigor na de sua publicação.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/Pirapora-MG

Publicado por:
Gizelma Maria de Alencar Coelho
Código Identificador:6AFE62E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

SAAE CAMBUÍ-MG – Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 033/2026 - PRC Nº 030/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fabricação e fornecimento de 02 (dois) reservatórios metálicos cilíndricos com capacidade nominal de 300m³ (300.000 litros) cada, incluindo projeto executivo das bases, e a execução de duas bases em concreto armado para os reservatórios metálicos, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência do edital. A abertura será dia 28 de outubro de 2026 às 8h30min. Edital na íntegra à disposição no site: https://www.saaecambui.mg.gov.br/transparencia/licitacoes ou pelo e-mail: licitacoes@saaecambui.mg.gov.br.

VICTOR MARQUES MARTINS **–**
Diretor.

Publicado por:
Thais Caroline de Araujo
Código Identificador:22664AA4

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO DO CONTRATO 091/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e ALFA MARE EQUIPAMENTOS E SERVICOS PARA LABORATORIOS LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$33.199,98 (trinta e três mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS **–**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:3FC12B18

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO DO CONTRATO 092/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e ASSERTIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$11.200,00 (onze mil e duzentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS **–**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:D7DEF419

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO DO CONTRATO 093/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e ELO SCIENTIFIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS **–**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:7606C14C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO DO CONTRATO 094/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e HEXIS CIENTÍFICA LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$34.791,38 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS **–**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:C743EC79

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO DO CONTRATO 095/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e LIMATEC INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA. **Objeto:** Aquisição de

equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$3.300,00 (três mil e trezentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

***ESMERALDO PEREIRA SANTOS* –**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:3605371D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 096/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

***ESMERALDO PEREIRA SANTOS* –**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:72DBFF26

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 097/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e MINAS SAUDE E CONFORTO DISTRIBUIDORA LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

***ESMERALDO PEREIRA SANTOS* –**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:95CB90D0

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 098/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

***ESMERALDO PEREIRA SANTOS* –**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:92E2B458

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 099/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e SISCONTROL CONTROLE E INSTRUMENTACAO LTDA. **Objeto:** Aquisição de equipamentos laboratoriais destinados à estruturação e operacionalização do novo laboratório de controle de qualidade da água do SAAE de Passos/MG, incluindo equipamentos para análises físico-químicas e microbiológicas, bem como sistemas auxiliares de preparo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor**: O valor total da contratação é de R$33.700,00 (trinta e três mil e setecentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 - "44905200000 - Equipamentos e Material Permanente" da atividade/projeto "1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água". Processo Licitatório nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026.

Passos/MG, 06 de outubro de 2026.

***ESMERALDO PEREIRA SANTOS* –**
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:7F4A8715

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato do 1º Termo aditivo ao contrato 28/2025- Decorrente do pregão eletrônico 19/2025, Data da assinatura: 06/10/2026, nos termos da Lei n°.14.133/2021, com suas posteriores alterações; Contratante SAAE, Contratada: MGF INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 22.719.918/0001-28; Objeto: prorrogação da vigência e reajuste. Valor R$ 5.276,20 (Cinco mil e duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos) por mês, para os módulos ativos (reajuste de 3,34%); Vigência: 06/10/2026 a 06/10/2027. Dotação orçamentária 17.122.0121.6001 3.3.90.40.02.

Raul Soares-MG, 09 de outubro de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:C788C459

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG – SAAE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 057/2026 – Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, conforme exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital.

Data de abertura: 26 de outubro de 2026, às 8h.

Edital encontra-se disponível nos sites www.saaelp.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A sessão ocorrerá na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

Lagoa da Prata, 09 de outubro de 2026.

Autoridade Competente:

HERMANO DRUMMOND
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:98289480

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.269/2026

LEI Nº 1.269/2026.

Dispõe sobre a regularização de cargos públicos de provimento efetivo, alteração de atribuições, ampliação do quantitativo de vagas de cargos existentes e readequação de vagas ociosas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal, estruturados pela Lei Municipal nº 1.121, de 10 de abril de 2024, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação de novos cargos públicos de provimento efetivo, a alteração de atribuições, a ampliação do quantitativo de vagas de cargos existentes e a correspondente readequação de vagas ociosas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, estruturados pela Lei Municipal nº 1.121, de 10 de abril de 2024, em conformidade com as diretrizes de técnica legislativa estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.
Art. 2º Ficam readequadas as vagas para cargos públicos de provimento efetivo do Quadro Permanente do Executivo, compreendendo a ampliação de trezentas e duas vagas para cargos com déficit operacional e a correspondente extinção e redução de oitenta e quatro vagas ociosas de outros cargos, resultando em uma criação líquida de duzentas e dezoito novas vagas de provimento efetivo, em perfeita conformidade com as metas orçamentárias e operacionais apuradas em julho de dois mil e vinte e seis.
Art. 3º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, os seguintes cargos públicos de provimento efetivo:
I - Oficial de Serviços Especializados – Lavador: 02 (duas) vagas de provimento efetivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimento correspondente à referência inicial da tabela de Oficiais Especializados da Lei Municipal nº 1.121, de 2024, e os requisitos e atribuições detalhados no Anexo I desta Lei, o qual altera e integra o Anexo IV da referida norma;

II - Professor da Educação Básica – Fundamental Anos Finais – Língua Inglesa: 02 (duas) vagas de provimento efetivo, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, mantidas as demais especificações, requisitos, classes, referências e regras de evolução funcional previstas na Lei Municipal nº 1.121, de 2024, passando a integrar as tabelas de vencimento do Anexo I-B da referida Lei.
§1º. O ingresso nos cargos criados por este artigo dar-se-á exclusivamente mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do Capítulo XI da Lei Municipal nº 1.121, de 2024.
§2º. Os cargos criados têm objetivo de regularizar o quadro de servidores, sendo certo que as atribuições deles são exercidas atualmente por servidores com atribuições semelhantes.
Art. 4º O Anexo IV (Atribuições dos Cargos) da Lei Municipal nº 1.121, de 10 de abril de 2024, passa a vigorar com as alterações e acréscimos contidos no Anexo I desta Lei, incluindo-se a especificação completa do cargo de Oficial de Serviços Especializados – Lavador e do cargo de Professor da Educação Básica – Fundamental Anos Finais – Língua Inglesa. (NR)
Art. 5º O Anexo V (Quadro Resumo do Quantitativo de Vagas) da Lei Municipal nº 1.121, de 10 de abril de 2024, passa a vigorar com a redação e os quantitativos consolidados e corrigidos constantes do Anexo II desta Lei, computando as trezentas e duas vagas regularizadas e as oitenta e quatro

vagas ociosas reduzidas/extintas, totalizando o quantitativo geral e corrigido de 824 (oitocentas e vinte e quatro) vagas de provimento efetivo para o Poder Executivo. (NR)
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Campos Altos, respeitados os limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG, 09 de outubro de 2026.

FREDERICO NERY ANDRADE RIBEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
ALTERAÇÕES DO ANEXO IV DA LEI MUNICIPAL Nº 1.121/2024
(ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS)

CARGO: OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – LAVADOR
Carga horária: 40 horas semanais
Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto
Número de vagas: 02 (duas)
Atribuições:
executar a limpeza interna e externa de veículos pertencentes ou vinculados ao Município, utilizando produtos, utensílios e equipamentos apropriados;
realizar lavagem manual ou com equipamentos de alta pressão, com aplicação de xampu, enxágue e remoção de sujeira de lataria, pneus e rodas;
proceder à limpeza interna de estofados, carpetes, porta-malas, painéis, vidros, superfícies plásticas e forrações;
executar serviços de acabamento, inclusive secagem, enceramento, polimento manual e aplicação de produtos específicos;
manusear, com segurança, produtos químicos, aspiradores, compressores de ar e demais equipamentos necessários à atividade;
manter organizado e limpo o local de trabalho, utensílios e equipamentos utilizados;
inspecionar os veículos para identificação de avarias aparentes e comunicar a ocorrência à chefia imediata;
executar outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.
CARGO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – LÍNGUA INGLESA
Carga horária: 25 horas semanais
Requisitos: Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em área específica de conhecimento (Letras com habilitação em Língua Inglesa)
Número de vagas: 02 (duas)
Disposições específicas: O cargo de Professor da Educação Básica – Fundamental Anos Finais – Língua Inglesa passa a contar com 02 (duas) vagas, mantidas as demais especificações, requisitos, classes, referências e regras de evolução funcional previstas na Lei Municipal nº 1.121/2024.

ANEXO II
ANEXO V DA LEI MUNICIPAL Nº 1.121/2024
(NR) QUADRO RESUMO CONSOLIDADO DO QUANTITATIVO DE VAGAS
Demonstração consolidada de todo o quadro de vagas do Poder Executivo de Campos Altos. As linhas destacadas em negrito e as células com quantitativos de vagas representam os cargos modificados por ampliação de vagas, redução ou criação decorrente desta Lei, retificando-se de forma definitiva os subtotais e os totais gerais.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DO ANEXO IV DA LEI MUNICIPAL Nº 1.121/2024
(ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS)

CARGO: OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – LAVADOR
Carga horária: 40 horas semanais
Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto
Número de vagas: 02 (duas)
Atribuições:
executar a limpeza interna e externa de veículos pertencentes ou vinculados ao Município, utilizando produtos, utensílios e equipamentos apropriados;
realizar lavagem manual ou com equipamentos de alta pressão, com aplicação de xampu, enxágue e remoção de sujeira de lataria, pneus e rodas;
proceder à limpeza interna de estofados, carpetes, porta-malas, painéis, vidros, superfícies plásticas e forrações;
executar serviços de acabamento, inclusive secagem, enceramento, polimento manual e aplicação de produtos específicos;
manusear, com segurança, produtos químicos, aspiradores, compressores de ar e demais equipamentos necessários à atividade;
manter organizado e limpo o local de trabalho, utensílios e equipamentos utilizados;
inspecionar os veículos para identificação de avarias aparentes e comunicar a ocorrência à chefia imediata;
executar outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.
CARGO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – LÍNGUA INGLESA
Carga horária: 25 horas semanais
Requisitos: Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em área específica de conhecimento (Letras com habilitação em Língua Inglesa)
Número de vagas: 02 (duas)
Disposições específicas: O cargo de Professor da Educação Básica – Fundamental Anos Finais – Língua Inglesa passa a contar com 02 (duas) vagas, mantidas as demais especificações, requisitos, classes, referências e regras de evolução funcional previstas na Lei Municipal nº 1.121/2024.

ANEXO II
ANEXO V DA LEI MUNICIPAL Nº 1.121/2024
(NR) QUADRO RESUMO CONSOLIDADO DO QUANTITATIVO DE VAGAS
Demonstraçãoconsolidada de todo o quadro de vagas do Poder Executivo de Campos Altos. As linhas destacadas em negrito e as células com quantitativos de vagas representam os cargos modificados por ampliação de vagas, redução ou criação decorrente desta Lei, retificando-se de forma definitiva os subtotais e os totais gerais.

CARGO / FUNÇÃO	VAGAS LEI 1121	ALTERAÇÃO	VAGAS TOTAIS
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – COVEIRO	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA PÚBLICA	**8**	**16**	**24**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVIÇOS BRAÇAIS	**4**	**1**	**5**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVIÇOS GERAIS	**41**	**33**	**74**
AGENTE CONDUTOR – MOTORISTA	**42**	**-37**	**05**
AGENTE CONDUTOR - OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	7	0	7
AGENTE CONDUTOR - OPERADOR DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS e MÁQUINAS PESADAS	**3**	**54**	**57**
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – ELETRICISTA	2	0	2
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – JARDINEIRO	2	0	2
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQ. LEVES E PESADAS	1	0	1
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – PINTOR	2	0	2
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – PEDREIRO	3	0	3
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – SOLDADOR	1	0	1
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – TOPÓGRAFO	1	0	1
OFICIAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – LAVADOR (novo)	**0**	**2**	**2**
AGENTE FISCAL - MEIO AMBIENTE	1	0	1
AGENTE FISCAL – OBRAS	1	0	1
AGENTE FISCAL - RENDAS E TRIBUTOS	2	0	2
AGENTE FISCAL - VIAS URBANAS, LIMPEZA PÚBLICA E POSTURAS	2	0	2
AGENTE FISCAL - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO	**20**	**13**	**33**
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	9	0	9
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRADOR	5	0	5
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO – ARQUITETO	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - ASSISTENTE SOCIAL	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - BIBLIOTECÁRIO	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO – CONTADOR	2	0	2
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - CONTROLE INTERNO	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - ENGENHEIRO CIVIL	2	0	2
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - ENGENHEIRO AMBIENTAL	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO – PEDAGOGO	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO – PSICÓLOGO	1	0	1
ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	0	1
SUBTOTAL - ADMINISTRAÇÃO GERAL	**172**	**82**	**254**
EDUCAÇÃO			
AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA – CANTINEIRO	**7**	**30**	**37**
AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA - SERVIÇOS DE LIMPEZA	**20**	**24**	**44**
TÉCNICO DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA – TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	**40**	**-22**	**18**
TÉCNICO DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA - MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	**65**	**-17**	**48**
TÉCNICO DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA - SECRETARIA ESCOLAR	**7**	**4**	**11**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - BERÇÁRIO E CRECHE	**20**	**20**	**40**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – INFANTIL	**24**	**5**	**29**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	**59**	**56**	**115**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - ARTES	2	0	2
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - CIÊNCIAS	**4**	**-1**	**3**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	**3**	**3**	**6**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - GEOGRAFIA	**3**	**-1**	**2**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - HISTÓRIA	**3**	**-1**	**2**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - MATEMÁTICA	**6**	**-2**	**4**
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - PORTUGUÊS	6	0	6
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - RELIGIÃO	**2**	**-1**	**1**
PROFESSOR DA ED. BÁSICA - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - LÍNGUA INGLESA (novo)	**0**	**2**	**2**
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - ORIENTADOR PEDAGÓGICO	**2**	**-1**	**1**
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – PEDAGOGO	1	0	1
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - SUPERVISOR PEDAGÓGICO	**10**	**4**	**14**
ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR - ASSISTENTE SOCIAL	1	0	1
ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – FONOAUDIÓLOGO	1	0	1
ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR -NUTRICIONISTA	2	0	2
ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – PSICOPEDAGOGO (psicóloga)	**2**	**-1**	**1**
SUBTOTAL - EDUCAÇÃO	**290**	**101**	**391**
SAÚDE			
AUXILIAR EM SAÚDE	**9**	**17**	**26**
AUXILIAR EM SAÚDE - AUXILIAR DE ENFERMAGEM (EXTINTO)	5	0	5
AUXILIAR EM SAÚDE - SAÚDE BUCAL	5	0	5
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE I/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	9	0	9
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	**23**	**5**	**28**
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE – FARMACÊUTICO	1	0	1
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - HIGIENISTA DENTAL	1	0	1
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE – PATOLOGISTA	1	0	1
ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - RAIO X	**2**	**2**	**4**
ESPECIALISTA EM SAÚDE - ASSISTENTE SOCIAL	2	0	2
ESPECIALISTA EM SAÚDE – BIÓLOGO	1	0	1
ESPECIALISTA EM SAÚDE – BIOMÉDICO	**1**	**1**	**2**
ESPECIALISTA EM SAÚDE – BIOQUÍMICO	4	0	4
ESPECIALISTA EM SAÚDE – DENTISTA	10	0	10
ESPECIALISTA EM SAÚDE - EDUCADOR FÍSICO	1	0	1
ESPECIALISTA EM SAÚDE – ENFERMEIRO	**18**	**2**	**20**
ESPECIALISTA EM SAÚDE – FARMACÊUTICO	4	0	4
ESPECIALISTA EM SAÚDE – FISIOTERAPÊUTA	**4**	**5**	**9**
ESPECIALISTA EM SAÚDE – FONOAUDIÓLOGO	2	0	2
ESPECIALISTA EM SAÚDE – MÉDICO VETERINÁRIO	2	0	2
ESPECIALISTA EM SAÚDE – NUTRICIONISTA	4	0	4
ESPECIALISTA EM SAÚDE – PSICÓLOGO	**4**	**1**	**5**
ESPECIALISTA EM SAÚDE – TERAPÊUTA OCUPACIONAL	1	0	1
MÉDICO – CLÍNICO GERAL	4	0	4

MÉDICO – ESF	4	0	4
MÉDICO – GINECOLOGISTA E OBSTÉTRA	2	0	2
MÉDICO – PEDIATRA	2	0	2
SUBTOTAL - SAÚDE	**126**	**33**	**159**
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
AGENTE POLÍTICAS SOCIAIS	**3**	**2**	**5**
ASSISTENTE TÉCNICO EM POLÍTICAS SOCIAIS	3	0	3
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS – ADVOGADO ASSISTENCIALISTA	4	0	4
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS – ASSISTENTE SOCIAL	3	0	3
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PEDAGOGO	2	0	2
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PSICÓLOGO	2	0	2
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS – TERAPÊUTA OCUPACIONAL	1	0	1
SUBTOTAL - ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**18**	**2**	**20**
TOTAL GERAL DO MUNICÍPIO	**606**	**218**	**824**

Publicado por:
Jheniffer Paulina de Oliveira
Código Identificador:E0B219DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 911/2026

MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS
DECRETO Nº 911, de 31/03/2026

DECRETO Nº 911/2026

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação

O Prefeito Municipal de Catas Altas/MG, no uso de suas atribuições e com base no Art. 5º da Lei Orçamentária Anual nº 922/2025 e em conformidade com o Art. 176 da Consituição Federal e Lei Federal 4320/64,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Poder Executivo Municipal, conforme discriminações abaixo, no montante de R$ 803.120,00 (Oitocentos e Três Mil Cento e Vinte Reais)

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO					
					R$ 1,00
CÓDIGO	***ESPECIFICAÇÃO***	***NATUREZA***	***NR***	***DR***	***VALOR SUPL***
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.02	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**				
06.0181.1103.2.157.000	**MANUT. DAS ATIV. COM A GUARDA MUNICIPAL**				
	Material de Consumo	3.3.90.30.00	98	1500	5.000,00
04.0122.2003.2.062.000	**GESTAO DA SECRETARIA DE ADM. E FAZENDA**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1611	1749	1.000,00
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**				
12.0365.3008.2.147.000	**MANUT. DAS ATIV. COM A CRECHE MUNICIPAL**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.3.90.36.00	164	1500	24.750,00
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
17.0512.4005.2.129.000	**MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DA AGUA**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	246	1500	99.170,00
26.0782.4002.2.104.000	**CONSERVACAO DE ESTRADAS VICINAIS**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	332	1500	85.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1671	1720	150.000,00
20.0605.4004.3.068.000	**AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS**				
	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	1625	1700	213.000,00
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - FMS**				
10.0122.5001.2.007.000	**GESTAO DA SAUDE MUNICIPAL**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	342	1500	50.000,00
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**				
08.0243.9007.2.153.000	**APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE**				
	Diárias - Pessoal Civil	3.3.90.14.00	1693	1501	2.000,00
08.0244.9002.2.124.000	**APOIO AS FAMILIAS DO CAD UNICO**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	687	1660	11.000,00
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.10	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**				
04.0122.2003.2.009.000	**APOIO A ECONOMIA LOCAL**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	793	1500	4.200,00
23.0333.2022.1.123.000	**CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1655	1708	8.000,00
	Aquisição de Imóveis	4.4.90.61.00	806	1708	150.000,00
		Total Órgão PREFEITURA MUNICIPAL			**803.120,00**
		Total dos Créditos.....			**803.120,00**

Art. 2º - Os recursos utilizados serão os constantes do quadro abaixo:

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO II - REDUÇÃO					
					R$ 1,00
CÓDIGO	***ESPECIFICAÇÃO***	***NATUREZA***	***NR***	***DR***	***VALOR RED***
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.10	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**				
04.0122.2003.2.199.000	**GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE DESENV. ECONOMICO**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	784	1500	4.200,00
23.0333.2022.1.123.000	**CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL**				
	Aquisição de Imóveis	4.4.90.61.00	806	1708	8.000,00
		Total Unidade 10			**12.200,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.02	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**				
06.0181.1103.2.157.000	**MANUT. DAS ATIV. COM A GUARDA MUNICIPAL**				
	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	102	1500	5.000,00
		Total Unidade 02			**5.000,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
20.0608.4002.2.006.000	**REALIZACOES DE EVENTOS AGROPECUARIOS**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	316	1500	85.000,00
26.0782.4002.2.104.000	**CONSERVACAO DE ESTRADAS VICINAIS**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	332	1500	99.170,00
		Total Unidade 04			**184.170,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**				
08.0482.9001.1.105.000	**CONSTRUCAO REFORMA E/OU AMPLIAÇAO DE MORADIAS POPULARES**				
	Obras e Instalações	4.4.90.51.00	745	1708	150.000,00
08.0244.9002.2.124.000	**APOIO AS FAMILIAS DO CAD UNICO**				
	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	688	1660	11.000,00
08.0243.9007.2.153.000	**APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE**				
	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	720	1501	2.000,00
		Total Unidade 09			**163.000,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**				
12.0361.3001.2.069.000	**GESTAO DO ENSINO BASICO**				
	Material de Consumo	3.3.90.30.00	127	1500	24.750,00
12.0361.3001.2.177.000	**PARTIC. EST. EVEN. NAC. INTERNACIONAL**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	137	1749	1.000,00
		Total Unidade 03			**25.750,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - FMS**				
10.0301.5002.2.018.000	**GESTAO DO ATENDIMENTO APS**				
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	369	1500	50.000,00
		Total Unidade 05			**50.000,00**
2	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
2.06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERV. URB., OBRAS E VIAÇÃO**				
15.0451.6003.3.045.000	**CONSTRUÇAO/ REFORMA DE PAVIMENTO E CALÇAMENTO DE VIAS PUBLICAS**				
	Material de Consumo	3.3.90.30.00	482	1720	150.000,00
	Obras e Instalações	4.4.90.51.00	485	1700	213.000,00
		Total Unidade 06			**363.000,00**
		Total das Reduções.....			**803.120,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31/03/2026, revogadas as disposições em contrário.

Catas Altas, 31/03/2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:3DFD3893

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

PREGÃO Nº. **031/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **082/2026**

Às **08:00** do dia **25/09/2026**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO DE 05 LUGARES DESTINADO CONFORME ESTABELECIDO NO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº. 1491000190/2026/SEGOV.).

Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **04/09/2026**
Limite de impugnação: **22/09/2026 08:00**
Final da Proposta/Início da Sessão: **25/09/2026 às 08:00**

Fornecedor: AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 11.458.618/0001-16
Data/hora de envio 25/09/2026 07:45:59	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
1 - VEICULO AUTOMOVEL - CARROCERIA: HATCH, NUMERO DE LUGARES: 5, NUMERO DE PORTAS: 4, PORTA -MALAS COM CAPACIDADE VOLUMETRICA MINIMA DE 300 LITROS, POTENCIA MINIMA::DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, CILINDRADA MINIMA: 997 CC E MAXIMA DE 1297 CC, DIRECAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, TRACAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, SUSPENSAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, COMBUSTIVEL: FLEX (GASOLINA E/OU ETANOL), ACESSORIOS INCLUSOS: AR CONDICIONADO, PROTETOR DE MOTOR.	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
VEICULO AUTOMOVEL - CARROCERIA: HATCH, NUMERO DE LUGARES: 5, NUMERO DE PORTAS: 4, PORTA -MALAS COM CAPACIDADE VOLUMETRICA MINIMA DE 300 LITROS, POTENCIA MINIMA::DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, CILINDRADA MINIMA: 997 CC E MAXIMA DE 1297 CC, DIRECAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, TRACAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, SUSPENSAO: DE ACORDO COM A LINHA DE PRODUCAO, COMBUSTIVEL: FLEX (GASOLINA E/OU ETANOL), ACESSORIOS INCLUSOS: AR CONDICIONADO, PROTETOR DE MOTOR.	1,00	unidade	105.000,00

Marca: CITROEN	**Fabricante:** CITROEN	**Modelo:** C3 LIVE GO 1.0 FLEX 26/27 MANUAL

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	VIA MONDO AUTOMOVEIS E PEÇAS LTDA 00.836.942/0001-04	89.900,00	25/09/2026 08:11:22
Lote 1	Aberta	VIALTO CAR LTDA 64.933.038/0001-08	95.000,00	25/09/2026 08:11:32
Lote 1	Aberta	SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA 26.991.097/0001-35	92.000,00	25/09/2026 08:11:55
Lote 1	Aberta	SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA 50.238.039/0001-10	103.000,00	25/09/2026 08:13:04
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	89.800,00	25/09/2026 08:15:10
Lote 1	Aberta	MARKA VEICULOS E PEÇAS S/A 18.707.422/0001-67	94.000,00	25/09/2026 08:15:50
Lote 1	Aberta	PINHEIROS VEÍCULOS LTDA 01.692.763/0001-03	93.900,00	25/09/2026 08:15:59
Lote 1	Aberta	VIA MONDO AUTOMOVEIS E PEÇAS LTDA 00.836.942/0001-04	89.500,00	25/09/2026 08:16:06
Lote 1	Aberta	MARKA VEICULOS E PEÇAS S/A 18.707.422/0001-67	93.500,00	25/09/2026 08:16:09
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	89.400,00	25/09/2026 08:16:16
Lote 1	Aberta	FIORI VEICOLO S.A 35.715.234/0004-42	104.880,00	25/09/2026 08:17:57
Lote 1	Aberta	ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA 45.762.579/0001-68	89.880,00	25/09/2026 08:18:01
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	89.000,00	25/09/2026 08:19:29
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	88.900,00	25/09/2026 08:19:53
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	88.000,00	25/09/2026 08:20:11
Lote 1	Aberta	ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA 60.184.899/0001-71	89.600,00	25/09/2026 08:20:26
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	87.500,00	25/09/2026 08:21:03
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	87.000,00	25/09/2026 08:21:46
Lote 1	Aberta	ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA 45.762.579/0001-68	89.300,00	25/09/2026 08:22:31
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	86.900,00	25/09/2026 08:22:37
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	86.500,00	25/09/2026 08:23:38
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	86.400,00	25/09/2026 08:23:48
Lote 1	Aberta	AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA 00.369.925/0001-04	94.990,00	25/09/2026 08:25:36
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	86.000,00	25/09/2026 08:25:44
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	85.900,00	25/09/2026 08:25:58
Lote 1	Aberta	ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA 60.184.899/0001-71	87.800,00	25/09/2026 08:25:59
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	85.800,00	25/09/2026 08:27:27
Lote 1	Aberta	BERGANHOLI MOTORS LTDA - EPP 48.238.386/0001-09	104.000,00	25/09/2026 08:27:27
Lote 1	Aberta	BERGANHOLI MOTORS LTDA - EPP 48.238.386/0001-09	99.000,00	25/09/2026 08:27:43
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	85.700,00	25/09/2026 08:27:52
Lote 1	Aberta	BERGANHOLI MOTORS LTDA - EPP 48.238.386/0001-09	98.000,00	25/09/2026 08:28:00
Lote 1	Aberta	MAX VEICULOS LTDA 35.700.355/0001-78	85.500,00	25/09/2026 08:28:21
Lote 1	Aberta	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16	85.400,00	25/09/2026 08:30:04
Lote 1	Aberta	PINHEIROS VEÍCULOS LTDA 01.692.763/0001-03	93.400,00	25/09/2026 08:30:53
Lote 1	*Negociação*	*ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA 60.184.899/0001-71*	*85.300,00*	*25/09/2026 08:34:28*
Lote 1	*Negociação*	*ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA 45.762.579/0001-68*	*89.300,00*	*28/09/2026 14:06:33*
Lote 1	*Negociação*	*AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA 11.458.618/0001-16*	*85.400,00*	*28/09/2026 14:11:58*

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	25/09/2026 08:01:13
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	25/09/2026 08:03:14
Pregoeiro(a)	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	25/09/2026 08:03:14
	O chat está aberto para todos os fornecedores.	25/09/2026 08:03:26
	Bom dia a todos!	25/09/2026 08:03:33
	Vamos iniciar a fase de lances.	25/09/2026 08:05:49
Fornecedor 13	Bom dia	25/09/2026 08:05:51

Sistema	A fase de lances do **lote 01** foi iniciada.	25/09/2026 08:10:03
Sistema	O fornecedor 04 que é ME/EPP/COOP foi **convocado** nos termos do art. 44, da LC nº 123/06. Este poderá efetuar um novo lance no lote **01** nos próximos 05 minutos	25/09/2026 08:33:21
Fornecedor 4	Fornecedor **04** ofertou o valor de **R$ 85.300,00** na fase de convocação no lote **01**	25/09/2026 08:34:28
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	25/09/2026 08:34:36
	Fornecedor 04, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	25/09/2026 08:34:56
	Fornecedor 04 estamos aguardando sua manifestação quanto a redução do preço.	25/09/2026 08:37:03
	Apesar de ser convocado para negociação do valor ofertado, e dessa forma permanecendo inerte o fornecedor 04, fica decidido pela aceitação do valor ofertado com o desconto de 20,20% sobre o valor orçado pelo Administração.	25/09/2026 08:41:27
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	25/09/2026 08:41:34
	Senhores(as) vamos conferir a documentação (Habilitação), esse processo pode levar de 30 minutos a 1 hora.	25/09/2026 08:41:45
Fornecedor 11	sr, pregoeiro bom dia confere por favor se o renault kwid te 30 lt no porta mala	25/09/2026 08:47:41
Fornecedor 11	300 litros o porta mala	25/09/2026 08:48:29
Fornecedor 11	estou olhando aqui porta mala do kwind tem 290 litros edital pedi 300 litros	25/09/2026 08:52:19
	Senhores Fornecedores, será aberta diligência para análise das especificações técnicas do objeto. A sessão será suspensa e retornaremos na segunda-feira 28/09/2026 as 14 horas.	25/09/2026 08:54:50
	Senhores(as), encerramos por aqui, tenha todos um ótimo dia.	25/09/2026 08:54:56
	Boa tarde a todos!	28/09/2026 14:00:14
	Sessão reiniciada.	28/09/2026 14:00:22

	Aberta diligência para verificar se o veículo Renault Kwid 1.0 Flex atende às especificações mínimas previstas no Pregão Eletrônico nº 031/2026, cujo objeto consiste na aquisição de veículo de passeio zero quilômetro para a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, conforme estabelecido no Convênio de Saída nº 1491000190/2026/SEGOV. O Edital estabelece expressamente que o objeto deve observar as especificações constantes do Termo de Referência, elaborado com base no Plano de Trabalho aprovado pelo órgão concedente do convênio. Dessa forma, a Administração encontra-se vinculada às especificações aprovadas no Plano de Trabalho do Convênio, não podendo aceitar veículo que apresente características inferiores às exigidas, sob pena de descumprimento do instrumento convenial e possível comprometimento da prestação de contas.	28/09/2026 14:01:25
	O objeto da licitação decorre de recursos do Convênio de Saída nº 1491000190/2026/SEGOV. O próprio edital determina que: • a aquisição deve ocorrer conforme estabelecido no Convênio de Saída; • o Termo de Referência foi elaborado considerando o convênio e seus documentos técnicos. Dessa forma, as especificações constantes do Plano de Trabalho não representam mera referência de mercado; elas integram a definição do objeto pactuado com o Estado de Minas Gerais.	28/09/2026 14:02:21
	A aceitação de veículo com especificação diversa pode caracterizar entrega de objeto em desacordo com o instrumento convocatório e com o convênio, podendo gerar apontamentos em prestação de contas.	28/09/2026 14:03:05
	À luz da documentação do processo licitatório e das especificações constantes do Plano de Trabalho do Convênio de Saída nº 1491000190/2026/SEGOV, conclui-se que: 1. O Renault Kwid 1.0 Flex, embora atenda à maioria das características técnicas (motor, combustível, número de portas, lugares, direção, ar-condicionado e demais itens), não atende ao requisito objetivo da capacidade mínima do porta-malas, estabelecido em 300 litros, oferecendo apenas 290 litros. 2. Considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), bem como a obrigatoriedade de observância das especificações constantes do Plano de Trabalho do Convênio, o veículo Renault Kwid 1.0 não se enquadra nas especificações do objeto licitado.	28/09/2026 14:03:55
	Dessa forma o veículo Renault Kwid 1.0 Flex, NÃO ATENDE às especificações do Edital e do Plano de Trabalho, por possuir porta-malas de 290 litros, inferior ao mínimo exigido de 300 litros.	28/09/2026 14:04:48
	Diante de todos exposto, fica a empresa ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA desclassificada do presente certame.	28/09/2026 14:06:06
	O fornecedor **04** foi desclassificado no lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente. **Justificativa:** proposta não obedece às especificações técnicas do instrumento convocatório.	28/09/2026 14:06:18
Sistema	O fornecedor 02 que é ME/EPP/COOP foi **convocado** nos termos do art. 44, da LC nº 123/06. Este poderá efetuar um novo lance no lote **01** nos próximos 05 minutos	28/09/2026 14:06:33
	Fornecedor 13, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	28/09/2026 14:12:41
Fornecedor 13	Boa tarde. Este e o nosso melhor preço.	28/09/2026 14:12:52
Sistema	O fornecedor **13** teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/09/2026 14:12:59
	Senhores(as) vamos conferir a documentação (Habilitação), esse processo pode levar de 30 minutos a 1 hora.	28/09/2026 14:13:21
Sistema	O fornecedor **AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1.	28/09/2026 14:33:26
Sistema	O fornecedor **AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	28/09/2026 14:33:35

Sistema	O(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **15** minuto(s) - *(Prazo inicial: 28/09/2026 14:34:00, Prazo final: 28/09/2026 14:49:00)*.	28/09/2026 14:33:44
	Sendo assim, o processo será submetido à apreciação da Autoridade Superior para Adjudicação e Homologação e após a emissão do Contrato.	28/09/2026 14:49:39
	Senhores(as), encerramos por aqui, tenha todos uma ótima tarde.	28/09/2026 14:50:56
Fornecedor 13	Boa tarde	28/09/2026 14:52:33

Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	11.458.618/0001-16	85.400,00
2	MAX VEICULOS LTDA	35.700.355/0001-78	85.500,00
3	ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA	45.762.579/0001-68	89.300,00
4	VIA MONDO AUTOMOVEIS E PEÇAS LTDA	00.836.942/0001-04	89.500,00
5	SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA	26.991.097/0001-35	92.000,00
6	PINHEIROS VEÍCULOS LTDA	01.692.763/0001-03	93.400,00
7	MARKA VEICULOS E PEÇAS S/A	18.707.422/0001-67	93.500,00
8	AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA	00.369.925/0001-04	94.990,00
9	VIALTO CAR LTDA	64.933.038/0001-08	95.000,00
10	BERGANHOLI MOTORS LTDA - EPP	48.238.386/0001-09	98.000,00
11	SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	50.238.039/0001-10	103.000,00
12	FIORI VEICOLO S.A	35.715.234/0004-42	104.880,00
13	PEDRAGON AUTOS LTDA	03.935.826/0001-30	106.800,00
14	D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA MG	54.977.710/0002-86	106.800,00

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição
	Atualização nos dados do processo
	Objeto do edital: ~~AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO DE 05 LUGARES DESTINADO A~~
	~~SECRETARIA MUICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE,~~
04/09/2026	~~VISANDO O TRANSPORTE E DESLOCAMENTO DE SERVIDORES, EQUIPE TÉCNICA E~~
09:35:42	~~MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA SÃO GERALDO, CONFORME ESTABELECIDO NO~~
	~~CONVÊNIO DE SAÍDA Nº. 1491000190/2026/SEGOV, ALINHADO AOS OBJETIVOS DO~~
	~~PROGRAMA PADEM. →~~AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO DE 05 LUGARES DESTINADO
	CONFORME ESTABELECIDO NO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº. 1491000190/2026/SEGOV.

	Atualização nos dados do processo
28/09/2026	**Equipe de Apoio:** ~~MARIANA SAMPAIO BATISTA, NOE PEREIRA SOARES, RONALDO VILELA~~
14:51:12	~~PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates →~~MARIANA SAMPAIO BATISTA, RONALDO VILELA
	PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes		
Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 28 de Setembro de 2026.

TARTALIS TALIGIERISSON RIBEIRO SANTOS –
Pregoeiro(a)

MARIANA SAMPAIO BATISTA –
Equipe de Apoio

RONALDO VILELA PRADO JUNIOR –
Equipe de Apoio

RAFAEL RAMOS PRATES –
Equipe de Apoio

Publicado por:
Rafael Ramos Prates
Código Identificador:35A30D55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
INSCRITOS EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

INSCRITOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
O Município de Formiga, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, torna pública, a lista de inscritos no Edital de Chamamento Público Nº 03/2026 publicado em 1º de setembro de 2026.

Nº	PROPONENTE	TIPO DE PROPONENTE	PROJETO	COTA
1	Agnus Campos	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	AXÉ GRÁFICO: design, identidade e cultura preta em Formiga	
2	Alice Vitoria Menezes Rosa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	"Da Voz à Câmera"	
3	Ana Carla Pacheco	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Mãos que Modelam Memória: oficinas de biscuit e cultura afro-brasileira em Formiga	
4	Ana Clara Campos	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Cores da Nossa Memória – Pintura, Patrimônio e Identidade Cultural de Formiga	
5	Ana Laura Gomes Valadão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Vivência Cultural Capoeira e Movimento	
6	Ana Luiza Gondim Cruz	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Histórias de Axé	
7	Andreia Trindade Gonçalves	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	APOIO DO ESPETÁCULO "BRASILIDADES"	Pessoa negra
8	Antônio de Pádua Elias de Sousa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	"LER E ESCREVER"	
9	Bernadete Maria de Carvalho	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Oficina Prática de Decoupagem Sustentável em Vidro e Madeira	
10	Brás da Costa Guimarães Júnior	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Cultura Hip-Hop de Formiga: Poesia, Memória e Cidadania	
11	Bruna Henriques Nogueira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Encantos do Circo — Magia e Tradição entre Gerações	
12	Bruno de Paula Nascimento	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Primeiros Pontos no Feltro | Curso de Iniciação ao Artesanato em Feltro	
13	Diego Vinícius de Castro Rios Ferreira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Conexão Sonora: Tecnologia Instrumental e Resgate Cultural	
14	Edésio Natal da Silva	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Acústico Relíquias	
15	Elias Geraldo Barbosa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Traços da Arte: Introdução às Artes Visuais	
16	Felipe Estevam Fernandes	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Grito de Carnaval nas Escolas	
17	Francisco Orlando Espinosa Flores	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Pepinito na Escola - A Tradição Circense em Gestos e Risos	
18	Guilherme Bernardes dos Santos Ferreira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Música em Família: Instrumentos, Ritmos e Movimento	
19	Idelmar da Silva Valadão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	NATAL DAS GERAIS: RITMO, RODA E PAPAI NOEL	
20	Josues Foto	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	ANTES QUE DESAPAREÇA: MEMÓORIAS DE FORMIGA ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA	
21	Juliana Costa Khouri	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Livro: Cantiga por Juliana	
22	Kamyla Hellen Muniz Parreira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Olhares de Formiga	
23	Laryssa Dhyowanna Andrade Feitosa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Bambolês e Memórias — Saberes de uma Vida no Circo	
24	Leonardo Bernardes Leão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	OFICINA DE CAPOEIRA	
25	Lorena Michelle Silva Bueno	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	"Arte que Acolhe: Oficina de Pintura Terapêutica em Louças e Vidros"	
26	Maicon Douglas Valadão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	AGITA AO VIVO	Pessoa negra
27	Marcia da Conceição Muniz	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Tela Preta: cine-debate sobre cultura afro-brasileira, cidadania e direitos	
28	Maria Eduarda Rodrigues	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	CULTURA, CAPOEIRA E CONVIVÊNCIA – CAPOEIRA E GINÁSTICA PARA TODAS AS IDADES	
29	Maria Geralda Mendes Carvalho	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	BLACK CHARME	
30	Maria Teresinha de Faria	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	OLHAR PROVISÓRIO, DEBATE PERMANENTE	Pessoa negra
31	Marta da Silva	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	SABORES DE ANCESTRALIDADE	
32	Matheus Henrique Valadão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	ENTRE SONS – INICIAÇÃO MUSICAL E CONVIVÊNCIA	
33	Melissa Angelica da Costa Leão	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Pocket Show de Pop Rock Nacional e Internacional	
34	Michele Reis	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	FUTUROS EMPREENDEDORES	
35	Mychel Henriques Silva	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Vivências do Picadeiro — Histórias e Saberes do Circo	
36	Nirlei Maria Oliveira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Formiga Lê: literatura para infâncias	

37	Raul Charles Rodrigues Rosa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Grito de Carnaval nas Escolas	
38	Rebecca Lohanny Andrade Feitosa	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Circo de Geração em Geração	
39	Renan Campos Martins	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Acolhimento Sonoro – Circuito de Música, Escola e Família	
40	Rodinei Ferreira dos Santos	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	MEMÓRIAS CANTADAS	Pessoa negra
41	Sofia D'Alessandro Teixeira	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	Itans e Arte: fios de contas, paramentas e histórias ancestrais	
42	Tarcísio Francisco Xavier	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	7o Recital do Instituto Musical TX — A Arte do Violão em Formiga	Pessoa negra
43	Weliton Faria	Pessoa física, MEI ou grupo e coletivo sem personalidade jurídica	MELODIAS NATALINAS	
44	Associação Cultural Capoeira Gerais Formiga	Pessoa jurídica	A PRAÇA É UMA RODA	
45	Banda Expresso Brasil Produções Musicais	Pessoa jurídica	O TÚNEL DO TEMPO DA MÚSICA	
46	Criarte Filmes Ltda	Pessoa jurídica	Vozes de Formiga - Série Audiovisual Musical	
47	Josué´S Cine & Foto Ltda	Pessoa jurídica	III OFICINA DE CINEMA DE FORMIGA	
48	Orlando Henri Produções Ltda	Pessoa jurídica	Circo Orlando — Um Encontro de Magia e Alegria	

Formiga, 9 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO ALVARENGA AROUCA
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:605FF7B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
RETIFICAÇÃO Nº 03 DO EDITAL Nº 15/2026/SMCET/FMC RESULTADO PRELIMINAR

RETIFICAÇÃO Nº 03 DO EDITAL Nº 15/2026/SMCET/FMC
RESULTADO PRELIMINAR
A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do resultado preliminar do Edital de Chamamento Público nº 15/2026/SMCET/FMC - Seleção para financiamento de projetos culturais – Natal de Luz 2026 **- Fundo Municipal de Cultura, especificamente no que se refere a nome de projeto conforme segue**:

1. DO OBJETIVO DA RETIFICAÇÃO

A presente retificação tem por finalidade corrigir a nota do Critério 2 (C2) dos proponentes **Natália Gallate Jorge** e **Jeferson José Martins Nunes**. Esclarece-se que a correção é exclusivamente de caráter nominal, não implicando qualquer alteração nas pontuações finais atribuídas aos projetos.

2. DA ALTERAÇÃO

Onde se lê:

Class.	Inscr.	Proponente e projeto	C1	C2	C3	Bônus	Total p/ class.	Modalidade	Situação
7º (critério 4)	56	**Natália Gallate Jorge** NOSSA FREQUÊNCIA — NOVOS TONS SOB A MESMA LUZ	30	30	25	0	70	Ampla concorrência	Classificado
9º	66	**Jeferson José Martins Nunes** PAGODE DO MIZA NO NATAL DE LUZ 2026	30	30	25	0	70	Ampla concorrência	Suplente

Leia-se:

Class.	Inscr.	Proponente e projeto	C1	C2	C3	Bônus	Total p/ class.	Modalidade	Situação
7º (critério 4)	56	**Natália Gallate Jorge** NOSSA FREQUÊNCIA — NOVOS TONS SOB A MESMA LUZ	30	15	25	0	70	Ampla concorrência	Classificado
9º	66	**Jeferson José Martins Nunes** PAGODE DO MIZA NO NATAL DE LUZ 2026	30	15	25	0	70	Ampla concorrência	Suplente

Guaxupé, 09 de outubro de 2026.

CASSIANO DA SILVA
Secretário de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:66751487

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 433/2026

PORTARIA Nº 433/2026

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AUTOMATICA E PROGRESSÃO BASEADA EM NOVO GRAU DE INSTRUÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Itanhandu, estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 266 da Lei Complementar n°005/2016 , Art. 17 à Art. 21 da Lei Complementar n° 019/2019 e Art. 36 à Art. 41 da Lei Complementar n° 018/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão horizontal automática e progressão baseada em novo grau de instrução ou aperfeiçoamento aos profissionais da Prefeitura Municipal de Itanhandu, ocupantes dos cargos efetivos, conforme tabela a seguir:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA	NÍVEL	PADRÃO	NOVO PADRÃO
09850	JUCIARA GASPAR GRACA	ADVOGADO	02/10/2026	II	A	B

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Dr. Delfim Pinho Filho", em Itanhandu, 02 de outubro de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:907D2088

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 153/2026 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES (ENTREGAR KITS MONTADOS),

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 153/2026 Às **09:01:42 horas do dia 29 de Setembro de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Contratação de empresa para aquisição de kits escolares (ENTREGAR KITS MONTADOS), a fim de atender as necessidades dos alunos da rede Municipal de Educação em 2027.**. O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo. Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32.876.614/0001-28	**Microempresa**
HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	**Microempresa**
ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA	11.593.690/0001-56	**Microempresa**
JLP COMERCIO ATACADISTA LTDA	06.950.771/0001-26	**Microempresa**
N N L ACESSORIOS LTDA	00.498.393/0001-05	**Microempresa**
PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62.234.516/0001-58	**Microempresa**
FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06.137.748/0001-17	**Microempresa**
COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	**Microempresa**
PAPELARIA FERNANDES LTDA	52.690.941/0001-06	**Microempresa**
ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	**Grande Porte**
VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	**Microempresa**
BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	**Microempresa**
LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	**Microempresa**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: "**DECLARO QUE TENHO**

PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL".

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
68021	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 3.756,00	**Classificada**	--
78720	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 7.200,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
59086	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31486195000155	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 10.928,00	**Classificada**	--
70493	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 7.120,00	**Classificada**	--
89078	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 7.123,20	**Classificada**	--
35787	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40685373000168	SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 7.120,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 7.100,00
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 7.120,00
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 7.120,00
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 7.123,20
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 8.742,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
36916	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 22.050,00	**Classificada**	--
2298	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 22.077,00	**Classificada**	--
9108	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 32.580,00	**Classificada**	--
77211	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 22.500,00	**Classificada**	--
29111	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 12.180,00	**Classificada**	--
40075	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 22.072,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 21.999,00
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 22.050,00
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 22.072,50
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 22.077,00
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 26.064,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
6576	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 23.480,00	**Classificada**	--
40464	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 13.366,00	**Classificada**	--
97776	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 24.000,00	**Classificada**	--
16268	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 36.280,00	**Classificada**	--
66564	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 23.400,00	**Classificada**	--
5370	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 23.490,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 23.300,00
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 23.400,00
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 23.480,00
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 23.490,00
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 29.024,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
41660	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 38.970,00	**Classificada**	--
65376	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 26.859,60	**Classificada**	--
87794	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 26.820,00	**Classificada**	--
98855	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 27.000,00	**Classificada**	--
90434	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 13.512,60	**Classificada**	--
71583	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 26.856,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 4

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 26.798,40

Classificação Final do Lote 4

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 26.820,00
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 26.856,00
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 26.859,60
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 31.176,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 5

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
94571	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 32.208,00	**Classificada**	--
12587	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 20.236,80	**Classificada**	--
13733	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 33.600,00	**Classificada**	--
70376	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 52.656,00	**Classificada**	--
50616	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 32.160,00	**Classificada**	--
52046	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 32.210,40	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 5

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 32.100,00
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 32.160,00
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 32.208,00
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 32.210,40
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 42.124,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 6

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
6021	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 10.115,60	**Classificada**	--
8793	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 21.729,40	**Classificada**	--

24195	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 21.560,00	**Classificada**	--
31865	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 28.138,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Lote 6

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
16869	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 22.000,00	**Classificada**	--
3746	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 21.725,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 6

Posição	Licitante	CNPJ		Melhor Oferta R$	
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68		R$ 21.498,40	
2º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51		R$ 21.560,00	
3º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68		R$ 21.725,00	
4º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05		R$ 21.729,40	
5º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55		R$ 22.510,40	

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 7

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
32293	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS SERVIÇOS LTDA 40685373000168			SERVIÇOS	R$ 82.258,50	**Classificada**	--
45297	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105 ESCOLAR		KIT	R$ 82.282,90	**Classificada**	--
76301	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151 kit escolar		kit escolar	R$ 81.740,00	**Classificada**	--
28083	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100 conforme edital		conforme edital	R$ 82.276,80	**Classificada**	--
75739	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155 VIDE PROPOSTA		COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 107.360,00	**Classificada**	--
2471	PAPELARIA FERNANDES LTDA	52690941000106	CHL	KIT	R$ 85.400,00	**Classificada**	--
91914	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158 VIDE PROPOSTA	COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 38.277,50	**Classificada**	--
36456	JLP COMERCIO ATACADISTA LTDA	06950771000126 Frontelmo		Mochila Escolar	R$ 82.282,90	**Classificada**	--
43805	ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA	11593690000156 Própria		Mochila / Estojo	R$ 82.282,90	**Classificada**	--
43198	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32876614000128 PRÓPRIA		kIT	R$ 82.282,90	**Classificada**	--
30853	FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06137748000117 PRÓPRIA/FABRICAÇÃ	O PRÓPRIA	PADRÃO	R$ 82.282,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 7

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	PAPELARIA FERNANDES LTDA	52.690.941/0001-06	R$ 66.898,70

Classificação Final do Lote 7

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
2º	JLP COMERCIO ATACADISTA LTDA	06.950.771/0001-26	R$ 66.899,00
3º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 66.900,00
4º	ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA	11.593.690/0001-56	R$ 67.000,00
5º	FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06.137.748/0001-17	R$ 80.000,00
6º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 81.740,00
7º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 82.258,50
8º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 82.282,90
9º	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32.876.614/0001-28	R$ 82.282,90
10º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 85.888,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 8

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
47316	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 43.992,60	**Classificada**	--
38485	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 43.700,00	**Classificada**	--
2951	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 43.988,80	**Classificada**	--
99377	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 66.880,00	**Classificada**	--
48013	PAPELARIA FERNANDES LTDA	52690941000106	CHL	KIT	R$ 45.600,00	**Classificada**	--
49565	FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06137748000117	PRÓPRIA/FABRICAÇÃ O PRÓPRIA	PADRÃO	R$ 43.992,60	**Classificada**	--
83055	N N L ACESSORIOS LTDA	00498393000105	propria	conforme edital	R$ 45.600,00	**Classificada**	--
49668	JLP COMERCIO ATACADISTA LTDA	06950771000126	Frontelmo	Mochila Escolar	R$ 43.992,60	**Classificada**	--
6339	ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA	11593690000156	Própria	Mochila / Estojo	R$ 43.992,60	**Classificada**	--
65954	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 43.605,00	**Classificada**	--
90089	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32876614000128	PRÓPRIA	KIT	R$ 43.992,60	**Classificada**	--
51728	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 23.845,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 8

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	PAPELARIA FERNANDES LTDA	52.690.941/0001-06	R$ 36.795,40
2º	JLP COMERCIO ATACADISTA LTDA	06.950.771/0001-26	R$ 36.799,00

Classificação Final do Lote 8

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
3º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 36.800,00
4º	ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA	11.593.690/0001-56	R$ 36.900,00
5º	N N L ACESSORIOS LTDA	00.498.393/0001-05	R$ 42.000,00
6º	FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06.137.748/0001-17	R$ 42.500,00
7º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 43.605,00
8º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 43.700,00
9º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 43.992,60
10º	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32.876.614/0001-28	R$ 43.992,60
11º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 53.504,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 9

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
87461	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	POLIBRAS	KIT	R$ 12.000,00	**Classificada**	--
56206	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 11.010,00	**Classificada**	--
26448	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 11.000,00	**Classificada**	--
22527	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 11.008,00	**Classificada**	--
18780	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 15.200,00	**Classificada**	--

68646	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 4.276,00	**Classificada**	--
25080	N N L ACESSORIOS LTDA	00498393000105	propria	conforme edital	R$ 12.000,00	**Classificada**	--
14325	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 11.000,00	**Classificada**	--
68384	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32876614000128	PRÓPRIA	KIT	R$ 11.010,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 9

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 8.894,00
2º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 8.900,00
3º	N N L ACESSORIOS LTDA	00.498.393/0001-05	R$ 10.800,00
4º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 11.000,00
5º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 11.000,00
6º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 11.010,00
7º	ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32.876.614/0001-28	R$ 11.010,00

Classificação Final do Lote 9

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
8º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 12.160,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 10

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
88186	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA 40685373000168		SERVIÇOS	SERVIÇOS	R$ 8.445,00	**Classificada**	--
30375	PONTO OFFICE BRASIL LTDA	62234516000158	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 4.626,00	**Classificada**	--
86120	COMERCIAL TERRA LTDA	08659585000168	VARIAS	KIT	R$ 9.000,00	**Classificada**	--
66809	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA 31486195000155		VIDE PROPOSTA COMERCIAL	VIDE PROPOSTA COMERCIAL	R$ 7.785,00	**Classificada**	--
23610	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38252868000151	kit escolar	kit escolar	R$ 8.400,00	**Classificada**	--
93092	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62730009000105	ESCOLAR	KIT	R$ 8.449,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Lote 10

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL TERRA LTDA	08.659.585/0001-68	R$ 4.624,50
2º	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 6.228,00
3º	BELLA EDITORA E GRAFICA LTDA	38.252.868/0001-51	R$ 8.400,00
4º	HIG-BRAS SERVICOS GLOBALIZADOS LTDA	40.685.373/0001-68	R$ 8.445,00
5º	LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA	62.730.009/0001-05	R$ 8.449,50

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **09:34:22 horas do dia 08 de Outubro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES

Pregoeiro(a) Oficial

JULIANA MODESTO DE MORAIS

Equipe de Apoio

MARIANE BEATRIZ FERNANDES

Equipe de Apoio

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA

Equipe de Apoio

Autenticação: 503EDC2AB45850F23D9470330073BB38

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:F3A698FE

LICITAÇÃO

ATA DISPENSA ELETRONICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 162/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 050/2026 – SERVIÇOS CONTABEIS DE CAIXAS ESCOLARES

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 162/2026

Reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Agente Público e respectivos comissão de contratação, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos à referida dispensa que tem como objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis para a manutenção da regularidade fiscal, preparação de documentos, transmissão de arquivos e declarações mensais voltados para atendimento à todas as caixas escolares (caixa escolar José Eustáquio Borges – CNPJ:01.958.647/0001-93, caixa escolar Paulo Jacinto de Mendonça CNPJ:37.582.339/0001-53 e caixa escolar São Simão CNPJ:02.600.426/0001-01), sendo 1 serviço mensal para cada caixa escolar, em cumprimento ao disposto no inciso k, art. 6º, resolução 15, de 16 de setembro de 2021 - FNDE, por um período de 12 (doze) meses.**.

O(a) Agente Público conduziu a sessão de dispensa, conforme disposições contidas: Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021
e na Lei Complementar nº123/06, realizar os procedimentos relativos à aludida dispensa.

Fornecedor(es) participante(s)
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA	58.000.182/0001-80	**Microempresa**
HAGIL AUDITORIA & CONSULTORIA CONTABIL LTDA	46.968.583/0001-40	**Microempresa**
SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA	05.604.230/0001-83	**Microempresa**
JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10.608.293/0001-48	**Microempresa**

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
46220	B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA	58000182000180	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 180,00	**Classificada**	--
12815	HAGIL AUDITORIA & CONSULTORIA CONTABIL LTDA	46968583000140	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 256,72	**Classificada**	--
9691	SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA	05604230000183	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 256,72	**Classificada**	--

76465	JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10608293000148	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 256,72	**Classificada**	--

Lances do Item 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
HAGIL AUDITORIA & CONSULTORIA CONTABIL LTDA	46.968.583/0001-40	R$ 256,72	30/09/2026 17:50:45	Classificado
SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA	05.604.230/0001-83	R$ 256,72	01/10/2026 07:53:27	Classificado
JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10.608.293/0001-48	R$ 256,72	01/10/2026 14:56:48	Classificado
JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10.608.293/0001-48	R$ 240,00	02/10/2026 08:23:35	Intermediario
SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA	05.604.230/0001-83	R$ 228,00	02/10/2026 13:59:39	Intermediario

Lances do Item 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10.608.293/0001-48	R$ 210,00	02/10/2026 13:59:49	Intermediario
B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA	58.000.182/0001-80	R$ 180,00	30/09/2026 09:42:40	Classificado
B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA	58.000.182/0001-80	R$ 118,00	02/10/2026 13:59:57	Manual

Classificação Final do Item 1			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA	58.000.182/0001-80	R$ 118,00
2º	JR ORGANIZACAO CONTABIL LTDA	10.608.293/0001-48	R$ 210,00
3º	SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA	05.604.230/0001-83	R$ 228,00
4º	HAGIL AUDITORIA & CONSULTORIA CONTABIL LTDA	46.968.583/0001-40	R$ 256,72

Mensagens do Item 1		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	02/10/2026 08:00:11	O **ITEM 1** foi ordenado, classificado e agora está na fase competitiva. Sua disputa durará até **02/10/2026 14:00:00**. Sr(s).
		Fornecedor(es), podem ofertar seus lances!
	02/10/2026 14:00:14	O detentor da melhor oferta **ID: 46220 - Data Prop.: 30/09/2026 09:42:40** venceu o **ITEM - 1** pelo valor de **R$ 118,00**.
	02/10/2026 14:04:53	A proposta do fornecedor **B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$118,00.**
	02/10/2026 14:18:22	Prezados, favor informar o horário para incluir a documentação
	02/10/2026 14:40:00	Ciente
	08/10/2026 17:03:09	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Mensagens Geral		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	02/10/2026 08:00:11	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **08:00:11**
	02/10/2026 08:11:50	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	02/10/2026 08:12:41	Prezados senhores licitantes, bom dia! Informo que a sessão está aberta e ficará disponível para lances até as 14 horas.
	02/10/2026 14:38:38	Senhor licitante B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA, considerando a necessidade de esclarecimentos complementares quanto à exequibilidade da proposta apresentada, nos termos do item 5.10 do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 050/2026, fica aberta diligência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Durante o prazo, a empresa deverá apresentar documentação e informações que permitam a comprovação da composição dos custos e da exequibilidade do valor ofertado (tais como notas fiscais, contratos e outros documentos pertinentes). Deverá, ainda, realizar/possibilitar visita in loco, para verificação das condições necessárias à adequada execução do objeto, considerando a previsão de atendimento in loco constante do item 5.2.2 do Termo de Referência. A documentação comprobatória deverá ser anexada ao sistema dentro do prazo estabelecido.
	02/10/2026 14:39:35	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **02/10/2026 14:40:00hs** até o dia **05/10/2026 14:40:00hs** para o(s) fornecedor(es): B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA .

Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	02/10/2026 14:45:08	Senhores licitantes, informo que o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento à diligência se encerrará na segunda-feira dia 05/10/2026 às 14h40. Considerando que o expediente desta Administração se encerrará em horário reduzido na referida data, a análise e o retorno quanto à documentação apresentada ficarão para terça-feira dia 06/10/2026 às 09h.
	05/10/2026 10:45:34	O fornecedor **B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA** acabou de **ENVIAR** documentos_1791207934.rar no menu *Docs. Legal*.
	05/10/2026 14:40:00	O prazo para o fornecedor **B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	06/10/2026 08:56:40	Prezados senhores licitantes, bom dia! Informo que retornamos ao certame.
	06/10/2026 08:57:50	A documentação enviada será analisada.
	06/10/2026 16:49:42	Prezados licitantes, informo que a sessão encontra-se na fase de análise da documentação apresentada em diligência. Considerando que estávamos em realização de licitação presencial no dia de hoje, não foi possível concluir a análise da documentação, razão pela qual se faz necessária a continuidade dos trabalhos em momento posterior. Ademais, considerando que amanhã, dia 07/10/2026, será feriado municipal, informo que a sessão será retomada na quinta-feira, dia 08/10/2026, às 09h, para prosseguimento da análise da documentação e dos demais atos do certame. Solicito a todos que acompanhem a sessão na data e horário informados. Agradeço a compreensão.
	08/10/2026 09:05:22	Prezados senhores licitantes, bom dia! Informo que retornamos ao certame.
	08/10/2026 16:13:36	Senhores licitantes, informo que a empresa B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA apresentou, dentro do prazo estabelecido, a documentação solicitada em diligência, bem como a documentação de habilitação. Após análise, constatou-se que a documentação apresentada atende às exigências previstas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 050/2026 e no Termo de Referência. Dessa forma, a empresa encontra-se habilitada para prosseguimento no certame.
	08/10/2026 16:16:34	Senhor licitante B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA, peço que assine a proposta final.
	08/10/2026 17:01:59	O fornecedor **B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	08/10/2026 17:02:29	Prezados senhores licitantes, informo que a sessão será encerrada, agradeço pela participação!

Após encerramento da fase de lances, e atendido os procedimentos da Lei Complementar 123/06, o licitante melhor classificado em cada lote ou item foi declarado vencedor conforme indicado no quadro Resultado da sessão pública, a classificação dos valores ofertados foi publicada nos quadros de Propostas Lances.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **17:03:09 horas do dia 08 de Outubro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Agente Público.

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Agente Público

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Comissão de Contratação

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Comissão de Contratação

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Comissão de Contratação

Autenticação: BD7C33D7E654E4272F8C82A3C38D96BC

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:D2569279

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 16/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE-MG

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 16/2026, o Resultado Final da Etapa de Habilitação de que trata o item 10.14 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

2 – Os proponentes considerados **HABILITADOS deverão comparecer presencialmente na sede da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, entre os dias 13 a 16/10/2026**, para assinatura do Termo de Premiação Cultural de que trata o item 12.12 do edital, observadas as demais condições aplicáveis, conforme item 12. O não comparecimento de forma injustificada pode levar à perda do direito ao recebimento do prêmio.

3 – Informamos que a distribuição e remanejamento de vagas de que trata o item 11 do edital, bem como a convocação de suplentes para a Etapa de Habilitação, será formalizada em Comunicado separado.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 04 (quatro) propostas no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) cada						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Cotas**	**Cultura Popular**	**Situação**
1	609561	Coletivo 7Faces	92	Ampla concorrência	Não	**HABILITADO**
2	609760	Associação Cultural do Congado de Laranjeira	91	Ampla concorrência	Sim	**HABILITADO**
3	603880	Acazump -Associaçao de Capoeira Zumbi dos Palmares	88,5	Ampla concorrência	Sim	**Renúncia**
4	609611	ASSOCIACAO DOS ARTESAOS E PRODUTORES DE ALIMENTOS CASEIROS DE JOAO MONLEVADE E REGIAO	77	Ampla concorrência	Sim	**HABILITADO**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CCBC9710

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 17/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE-MG
CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, através do presente Comunicado nº 17/2026, o Resultado Final da Etapa de Seleção de que trata o item 11.16 do Edital de Chamamento Público nº 002/2026.

2 – O proponente considerado **HABILITADO deverá comparecer presencialmente na sede da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, entre os dias 13 a 16/10/2026**, para assinatura do Termo de Compromisso Cultural de que trata o item 13 do edital, observadas as demais condições aplicáveis. O não comparecimento de forma injustificada pode levar à perda do direito à celebração.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 01 (uma) proposta no valor de R$97.000,00 (noventa e sete mil reais)						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Cotas**	**Cultura Popular**	**Situação**
1	609523	Acazump -Associaçao de Capoeira Zumbi dos Palmares	90,5	Ampla Concorrência	Sim	**HABILITADO**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A50AD2B0

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 18/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 18/2026, o Resultado Final da Etapa de Habilitação de que trata o item 9.2.5 do Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

2 – Os proponentes considerados HABILITADOS deverão comparecer presencialmente na sede da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, entre os dias 13 a 16/10/2026, para assinatura do Termo de Execução Cultural de que trata o item 10.1.1 do edital, observadas as demais condições aplicáveis. O não comparecimento de forma injustificada pode levar à perda do direito à vaga, nos termos do item 10.1.2.

3 – Os recursos apresentados e respectivos julgamentos se encontram ao final do presente Comunicado.

4 – Informamos que a distribuição e remanejamento de vagas, bem como a convocação de suplentes para a Etapa de Habilitação, será formalizada em Comunicado separado.

João Monlevade/MG, 09 de Outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO						
CATEGORIA I - "SHOWS, EXPOSIÇÕES, PERFORMANCES E TEATRO"– 08 (oito) propostas no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609322	JOSE ANSELMO DE OLIVEIRA	99	Espetáculo Cultural Miss e Mister Afro – Concurso de Beleza Negra JM	Ampla Concorrência	HABILITADO
2	608139	Rafael da Silva Leocádio	89	SOM QUE UNE – Espetáculo Musical com Bonappart	Ampla Concorrência	Renúncia
3	608815	Cristiane Vanierry Ferreira Santiago	83	Vamos Brincar e Cantar com a Tia Cris – Programa Musical Infantil com Transmissão ao Vivo	Ampla Concorrência	HABILITADO
4	608318	José Ricardo de Souza	82	RIO PIRACICABA – IMAGENS DE UM TRAJETO: MEMÓRIA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL	Ampla Concorrência	HABILITADO
5	609976	Omar Pereira de Souza	76	Show musical: sucessos da música popular brasileira	Pessoa negra	INABILITADO Fundamentação nos itens 2.5.1, e 4.3, alínea b

CATEGORIA II - "CURTAS E CLIPES"– 02 (duas) propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais)						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609309	Breno Silva Paulo	99	Curta: O canto das laranjeiras	Ampla Concorrência	HABILITADO
2	609303	Rafael da Silva Leocádio	89	IDADE DA PEDRA – Videoclipe Autoral do BONAPPART	Pessoa negra	Renúncia

CATEGORIA III - "PODCASTS E EPS"– 02 (duas) propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Deseja concorrer à reserva de cotas?	Situação
1	608910	Breno Silva Dias	98	BARRACO 32 EP 10 ANOS	Ampla Concorrência	HABILITADO
2	609315	Rafael da Silva Leocádio	89	BONAPPART – Produção do EP Autoral	Pessoa negra	HABILITADO

CATEGORIA IV - "MOSTRAS E FESTIVAIS"– 03 (três) propostas no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	612711	Maria Lucia	99	FESTIVAL DE MÚSICA E CULTURA NEGRA DE JOÃO MONLEVADE	Ampla Concorrência	INABILITADO Fundamentação nos itens 2.5.1, e 4.3, alínea b
2	609787	Confuso tatto	99	Festival Barranco de arte pública	Ampla Concorrência	HABILITADO
3	612475	Rosangela Floriano	96	MOSTRA DE ARTESANATO DE JOÃO MONLEVADE	Pessoa negra	INABILITADO Fundamentação nos itens 2.5.1, e 4.3, alínea b

CATEGORIA V - "OFICINAS"– 05 (cinco) propostas no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	612592	Mariana Gomes Ferreira De Souza	98	Bastidores em foco: formação em escrita de projetos, produção cultural e técnica	Ampla Concorrência	INABILITADO Fundamentação no item 2.5.1
2	601962	ROSANGELA LEITE DE ABREU	95	Fios de Cultura - A Arte do bordado e da Cultura Mineira	Ampla Concorrência	HABILITADO
3	610666	Andréa Arcanjo de Oliveira	93	OFICINA DE INICIAÇÃO AO	Ampla Concorrência	HABILITADO

		Abade		TEATRO		
4	611598	Pablo Junior da Conceição Vieira	81	OFICINA DE MIXAGEM E MASTERIZAÇÃO DE ÁUDIO PARA AGENTES CULTURAIS	Pessoa negra	INABILITADO Fundamentação nos itens 2.5.1, e 4.3, alínea b
5	609635	Ana Clara Teixeira dos Anjos	83	Doce Futuro: Sabores que Contam Histórias – Confeitaria Artística, Memória Afetiva e Cultu	Ampla Concorrência	HABILITADO

CATEGORIA VI - "INTERVENÇÕES URBANAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609529	Confuso tatto	100	Raízes de Minas	Ampla Concorrência	INABILITADO Fundamentação nos itens 9.1.2, I a VIII
2	603152	Danielle Ribeiro Oliveira	100	Meninada: direito à infância	Ampla Concorrência	HABILITADO

CATEGORIA VII - "PUBLICAÇÕES IMPRESSAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Deseja concorrer à reserva de cotas?	Situação
1	609781	Erivelton Felício Braz	99	MEMÓRIA PRESERVADA - Edição Especial Rotha Cultural : Patrimônio Cultural de João Monlevade	Ampla Concorrência	HABILITADO
2	609894	WIR CAETANO FRANCISCO	94	Livro/plaquete "Um céu tão baixo me envergonha"	Pessoa negra	HABILITADO

RECURSO APRESENTADO:

PROPONENTE	*PROJETO*	*JULGAMENTO*
Mariana Gomes Ferreira De Souza	Bastidores em foco: formação em escrita de projetos, produção cultural e técnica	Indeferido

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:0FF6F00E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 19/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS DE CIRCULAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL NA ÁREA DE ARTESANATO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI No 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 19/2026, o Resultado Final da Etapa de Habilitação de que trata o item 9.2.5 do Edital de Chamamento Público nº 004/2026.

2 – Informamos que não houve apresentação de recursos do Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação.

3 - Informamos que a distribuição e remanejamento de vagas, bem como a convocação de suplentes para a Etapa de Habilitação, será formalizada em Comunicado separado.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 03 (três) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	**Número da Inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do projeto**	**Cotas**	**Situação**
1	609406	Confuso tatto	65	Intercâmbio na Escuela de Muralismo de Oaxaca	Ampla Concorrência	**INABILITADO** Fundamentação no item 4.1.4*
2	603826	Danielle Ribeiro Oliveira	65	Muralismo em Afresco: Formação em Técnica Ancestral Mexicana	Ampla Concorrência	**INABILITADO** Fundamentação no item 4.1.4*
3	609887	Omar Pereira de Souza	56	Uma pesquisa sobre a história da Música Popular de João Monlevade	Pessoa Negra	**INABILITADO** Fundamentação nos itens 2.5.1 e 2.2 e 2.3 do Anexo I

* Proponentes selecionados e habilitados no Edital de Chamamento Público nº 03/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:8C83F081

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 20/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE-MG

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 20/2026, Convocação de Suplentes do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

2 – Informamos que a presente convocação leva em consideração também o disposto no item 2.4 do edital, considerando a vaga remanescente, bem como a distribuição de rendimentos existentes na conta corrente específica da PNAB em João Monlevade/MG.

3 - Ficam os proponentes considerados SELECIONADOS convocados a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação de que trata o item 10.3. do edital, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

4 - A documentação deverá ser incluída por meio da Plataforma Prosas.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Cotas**	**Cultura Popular**	**Situação**
5	603911	Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos	69,5	Ampla concorrência	Sim	**SELECIONADO**
6	609235	CORPORACAO MUSICAL GUARANY	54	Ampla concorrência	Sim	**SELECIONADO**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:2762FDEE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 21/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 21/2026, Convocação de Suplentes do Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

2 – Informamos que a presente convocação observa o remanejamento de vagas do item 8 do Edital, bem como o disposto no item 2.2.4 do edital, considerando a distribuição de rendimentos existentes na conta corrente específica da PNAB em João Monlevade/MG.

3 – Informamos que a convocação também observa a obrigatoriedade consideração da redistribuição das cotas reservadas nos termos do item 5 do edital.

4 - Ficam os proponentes considerados **SELECIONADOS convocados a apresentar, no prazo de 03 (três) dias úteis, a documentação de habilitação de que trata o item 9 do edital**, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

5 - A documentação deverá ser incluída por meio da Plataforma Prosas.

6 – Caso haja inabilitações, novos suplentes poderão ser convocados.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES
CATEGORIA I - "SHOWS, EXPOSIÇÕES, PERFORMANCES E TEATRO"– propostas no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) cada

Não há suplentes aptos à convocação.

CATEGORIA II - "CURTAS E CLIPES"– propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais)						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do Projeto**	**Cotas**	**Situação**
3	609929	Luciane Pires	84	Videoclipe raízes populares	Pessoa negra	**SELECIONADO**
4	611842	Vitor Hugo Sartori Barbosa	78	"Atlimarjom: Cuidando da Cidade, Valorizando Vidas"	Ampla Concorrência	**SELECIONADO**

CATEGORIA III - "PODCASTS E EPS"– propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais)						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do Projeto**	**Cotas**	**Situação**
3	611535	Wilster César Félix Dias	88	Pista e Poesia	Pessoa negra	**SELECIONADO**
4	609108	Erivelton Felício Braz	83	BIBLIOTECA VIVA - ROTHA CULTURAL	Pessoa negra	Impedimento* Item 2.7.1 do edital
5	611480	POD PQP	82	POD PQP	Pessoa negra	**SELECIONADO**
6	612064	Suellen Ferrarini Reis dos Santos	81	Faixa a Faixa: Uma Preta no Topo	Pessoa negra	**SELECIONADO**

*Proponente já habilitado na Categoria VII deste edital.

CATEGORIA IV - "MOSTRAS E FESTIVAIS"– propostas no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais) cada						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do Projeto**	**Cotas**	**Situação**
4	609166	Pizates Comércio e Serviços Ltda.	96	Mostra Cultura Viva: Brincadeiras Tradicionais, Oficinas Criativas e Memória da Infância	Ampla Concorrência	**SELECIONADO**
8	609414	nivair bento dos santos júnior	80	FESTIVAL MISTURADIN	Pessoa negra	**SELECIONADO**

CATEGORIA V - "OFICINAS"– propostas no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do Projeto**	**Cotas**	**Situação**
6	609268	Mark Júnior Vieira Santiago	81	Laboratório de Criação Musical e Produção Artística Independente	Ampla Concorrência	**SELECIONADO**
CATEGORIA VI - "INTERVENÇÕES URBANAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						

Não há suplentes aptos à convocação.

CATEGORIA VII - "PUBLICACÕES IMPRESSAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do Projeto**	**Cotas**	**Situação**
3	611951	LUZIA INES MARTINS	92	TITULO PROVISORIO FILHOS DA LUZ	Ampla Concorrência	**SELECIONADO**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:930023BB

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
COMUNICADO 22/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS DE CIRCULAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL NA ÁREA DE ARTESANATO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI No 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 22/2026, A Convocação de Suplentes do Edital de Chamamento Público nº 004/2026.

2 - Ficam os proponentes considerados **SELECIONADOS convocados a apresentar, no prazo de 03 (três) dias úteis, a documentação de habilitação de que trata o item 9 do edital**, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

3 - A documentação deverá ser incluída por meio da Plataforma Prosas.

João Monlevade/MG, 09 de outubro de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES						
CATEGORIA ÚNICA – 03 (três) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	**Número da Inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Nome do projeto**	**Cotas**	**Situação**
4	612122	Mariana Gomes Ferreira De Souza	52	Entre Cordilheiras: Intercâmbio Teatral Brasil–Chile	Pessoa Negra	**SELECIONADO**
5	612618	Enaile Mara Santos	52	Saberes e Fazeres de Monlevade: Salvaguarda e Economia Solidária nas Práticas Populares	Pessoa Negra	**SELECIONADO**
6	602499	Elizeu Antônio de Assis	50	AS LUTAS OPERÁRIAS NO BRASIL – VOLUME II: A IMPRENSA OPERÁRIA ESCRITA POR TRABALHADORES	Pessoa Negra	**SELECIONADO**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A4266A3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.473, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Planejamento e Orçamento
Decreto para Suplementações - Decreto para Suplementação
LOA: 2026

Número da Lei:	7518
Ano da Lei:	2025
Data da Lei:	15/12/2025

DECRETO Nº 14473, de 28 de setembro de 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no dispositivo Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/ Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 6.000,00(seis mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390300000000000000.15000000099	6.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390390000000000000.15000000099	6.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	02.005.0012.0122.0001.2072.33390390000000000000.15000000099	50.000,00

Art. 4º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	02.005.0012.0361.0028.1095.34490510000000000000.15000000094	50.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 66.500,00(sessenta e seis mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0061.1671.34490510000000000000.15000000099	66.500,00

Art. 6º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0452.0017.1062.34490510000000000000.15000000099	66.500,00

Art. 7º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 43.500,00(quarenta e três mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0061.1671.34490510000000000000.15000000099	43.500,00

Art. 8º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0452.0017.2060.33390390000000000000.15000000099	43.500,00

Art. 9º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 120.000,00(cento e vinte mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0040.2508.33393390000000000000.16000000099	120.000,00

Art. 10º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0040.2520.33350410000000000000.16000000099	120.000,00

Art. 11º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 415,00(quatrocentos e quinze reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0452.0018.2465.33390300000000000000.15000000099	415,00

Art. 12º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0452.0017.1062.33390390000000000000.15000000099	415,00

Art. 13º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 200.000,00(duzentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000000.15000000095	200.000,00

Art. 14º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0001.2108.33190040000000000000.15000000095	200.000,00

Art. 15º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 212.000,00(duzentos e doze mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000000.15000000095	212.000,00

Art. 16º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0001.2108.33190920000000000000.15000000095	212.000,00

Art. 17º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 30.000,00(trinta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000000.15000000095	30.000,00

Art. 18º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0001.2109.33390480000000000000.15000000095	30.000,00

Art. 19º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 70.000,00(setenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000000.15000000095	70.000,00

Art. 20º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0038.2113.33390300000000000000.15000000095	70.000,00

Art. 21º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 142.000,00(cento e quarenta e dois mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000.15000000095	142.000,00

Art. 22º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0038.2113.33390390000000000.15000000095	142.000,00

Art. 23º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000.15000000095	400.000,00

Art. 24º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2711.33390320000000000.15000000095	400.000,00

Art. 25º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 30.000,00(trinta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0038.2132.33390910000000000.15000000095	30.000,00

Art. 26º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0122.0001.2719.33390390000000000.15000000095	30.000,00

Art. 27º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0015.1057.34490510000000000.15000000099	25.000,00

Art. 28º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0024.1092.33390350000000000.15000000099	25.000,00

Art. 29º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0015.1057.34490510000000000.15000000099	50.000,00

Art. 30º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0024.1092.33390390000000000.15000000099	50.000,00

Art. 31º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 548.414,39(quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e nove centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0451.0015.1057.3449051000000000000.15000000099	548.414,39

Art. 32º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO	02.008.0015.0452.0017.1059.3449051000000000000.15000000099	548.414,39

Art. 33º - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé - Minas Gerais, 28 de setembro de 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:140F2A7D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 026/2026 • Processo Licitatório nº 070/2026 • Registro de Preços nº 019/2026

01 | QUADRO-RESUMO DA ADJUDICAÇÃO

Órgão	Prefeitura Municipal de Naque/MG — Departamento de Licitações e Contratos
Modalidade / nº	Pregão Eletrônico nº 026/2026, na forma eletrônica, realizado no Portal de Compras; modo de disputa aberto
Processo	Processo Licitatório nº 070/2026
Edital / Registro de Preços	Registro de Preços nº 019/2026
Objeto	Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e hortifruti, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação, Saúde e Obras e Urbanismo do Município de Naque/MG, para suprir as demandas relacionadas ao funcionamento das unidades, serviços, programas, projetos e demais atividades desenvolvidas pelas respectivas Secretarias, a ser custeado com recursos próprios e vinculados
Critério e forma	Adjudicação por item
Sessão pública	Iniciada em 06/10/2026 e encerrada em 08/10/2026 • Condução: Delano Sérgio Soares de Oliveira, Agente de Contratação/Pregoeiro, designado(a) pela Portaria nº 09, de 13/01/2026
Recursos	Não houve manifestação de intenção de recurso; fase recursal encerrada
Adjudicatárias	3 empresas (Quadro B)
Itens / lotes	Licitados: 112 • Adjudicados: 107 • Fracassados: 38, 55, 56 e 62 • Excluído: 05
VALOR TOTAL ADJUDICADO	**R$ 687.595,67 (seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)**

02 | FUNDAMENTO E CONSIDERANDOS
O **PREFEITO MUNICIPAL DE NAQUE**, Estado de Minas Gerais, Sr. **ROBSON DE SENA MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no **art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, no art. 82 e seguintes da mesma Lei, considerando os atos praticados no Processo Licitatório nº 070/2026,
CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico nº 026/2026 tem por objeto o registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e hortifruti, com 112 itens, tendo a sessão pública sido iniciada em 06/10/2026 e encerrada em 08/10/2026, sob a condução do Agente de Contratação/Pregoeiro e da Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 09, de 13/01/2026;
CONSIDERANDO a Decisão Administrativa, publicada antes da abertura da sessão, referente ao pedido de esclarecimento e à impugnação relativos ao Item 05, que reconheceu a pertinência do questionamento quanto à exigência do selo de pureza ABIC como forma exclusiva de comprovação da qualidade do produto e determinou a exclusão do item do certame;
CONSIDERANDO que, nos Itens 38, 55, 56 e 62, os valores finais permaneceram acima dos respectivos preços de referência, mesmo após a possibilidade de negociação, tendo os itens sido declarados frustrados;
CONSIDERANDO que as licitantes CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA e W A RIBEIRO tiveram a documentação de habilitação analisada e foram declaradas habilitadas, e que OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA foi declarada habilitada após diligência para saneamento documental, realizada com fundamento nos itens 1.3 e 7.9.7.4 do edital;
CONSIDERANDO que as licitantes OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA (Itens 86, 87, 90 e 91) e CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA (Item 86) solicitaram a desconsideração de lances por preços apresentados equivocadamente, tendo o Pregoeiro adotado as providências cabíveis, observada a ordem de classificação, conforme registrado na Ata da sessão;
CONSIDERANDO que não houve manifestação de intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos concedido, tendo sido encerrada a fase recursal;
CONSIDERANDO por fim, o registro do resultado pelo Pregoeiro, que declarou vencedoras 03 (três) licitantes em 107 (cento e sete) itens, e a regularidade do procedimento,
03 | RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Item/Lote	Descrição	Un.	Qtd.	Adjudicatária	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	Açúcar cristal 5kg	PT	4643	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	14,66	68.066,38
02	Amendoim	PT	420	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	6,26	2.629,20

03	Arroz agulhinha 5kg	PT	5130	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	20,59	105.626,70
04	Azeitona sachê de 500 g	UND	240	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	11,64	2.793,60
06	Canjiquinha de milho amarelo 1kg	PT	670	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	3,40	2.278,00
07	Coco ralado 1kg	PT	160	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	29,85	4.776,00
08	Corante 1kg	KG	140	W A RIBEIRO	9,50	1.330,00
09	Farinha de aveia 200g	UN	65	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	2,87	186,55
10	Farinha de mandioca 1kg	KG	100	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	4,31	431,00
11	Farinha de milho 1kg	KG	120	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	5,40	648,00
12	Farinha de trigo 1kg	KG	300	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	3,28	984,00
13	Feijão carioquinha 1kg	KG	3000	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	6,68	20.040,00
14	Feijão preto 1kg	KG	750	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	6,76	5.070,00
15	Fermento químico 100g	UN	220	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	2,95	649,00
16	Fubá mimoso de milho 1kg	KG	350	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,63	920,50
17	Bebida láctea 850 g	UN	3500	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	4,75	16.625,00
18	Leite em pó pct c/ 400g	UN	500	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	12,39	6.195,00
19	Macarrão parafuso 500g	PT	840	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,85	2.394,00
20	Macarrão tipo ave maria 500g	PT	840	W A RIBEIRO	2,98	2.503,20
21	Maionese balde de 3 kg	BD	110	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	24,40	2.684,00
22	Milho 500g	PT	320	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	2,60	832,00
23	Milho para pipoca 500g	PT	650	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,73	1.774,50
24	Milho verde lata 200g	LT	300	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,72	816,00
25	Molho de tomate 340g	UN	280	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	1,09	305,20
26	Óleo de soja vegetal 900ml	UN	2600	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	8,50	22.100,00
27	Polvilho azedo 500g	UN	300	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	7,74	2.322,00
28	Sal iodado refinado 1kg	KG	500	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	1,34	670,00
29	Tempero alho e sal	KG	120	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	9,05	1.086,00
30	Canela em pó 35g	PT	90	W A RIBEIRO	4,11	369,90
31	Creme de leite 200g	UN	300	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,31	693,00
32	Creme de leite 0 lactose 200g	UN	150	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	4,12	618,00
33	Leite condensado 395g	UN	400	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	5,94	2.376,00
34	Maionese 500g	UN	150	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	4,90	735,00
35	Vinagre de vinho 750ml	UN	150	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	7,06	1.059,00
36	Macarrão tipo espaguete 500g	UN	1300	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,88	3.744,00
37	Bolacha salgada cream cracker sem lactose 200g	UN	260	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,62	681,20
39	Palmito 300g	UN	100	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	10,06	1.006,00
40	Caldo Knorr 57g, 12 cubos, sabor carne e galinha	CX	60	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	1,37	82,20
41	Leite zero lactose 1L	LT	600	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	6,35	3.810,00
42	Leite UHT integral 1L	LT	7820	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	5,21	40.742,20
43	Iogurte 140g	UN	3500	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,84	9.940,00
44	Iogurte 0 lactose 170g	UN	600	W A RIBEIRO	3,24	1.944,00
45	Leite em pó integral 400g	PT	100	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	19,10	1.910,00
46	Biscoito cream cracker cx 1,5kg	PT	220	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	17,31	3.808,20
47	Biscoito doce tipo maisena cx 1,5kg	PT	240	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	20,14	4.833,60
48	Cacau em pó puro 500g	PT	220	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	24,40	5.368,00
49	Gelatina 20g	UN	600	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	1,19	714,00
50	Margarina 1kg	UN	420	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	18,66	7.837,20
51	Margarina 0 lactose 500g	UN	100	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	10,08	1.008,00
52	Apresuntado kg	KG	200	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	18,00	3.600,00
53	Carne bovina moída 1kg	KG	1800	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	35,42	63.756,00
54	Carne bovina tipo acém 1kg	KG	1740	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	32,83	57.124,20
57	Linguiça de carne suína 1kg	KG	350	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	15,32	5.362,00
58	Lombo suína 1kg	KG	1000	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	19,80	19.800,00
59	Muçarela kg	KG	250	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	38,90	9.725,00
60	Peito de frango sem osso 1kg	KG	580	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	17,61	10.213,80
61	Sobrecoxa de frango	KG	1360	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	13,83	18.808,80
63	Salsicha tipo hot dog 1kg	KG	120	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	6,96	835,20

64	Amido de milho 200gr	CX	150	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	2,94	441,00
65	Leite de coco 200ml	UN	60	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	3,22	193,20
66	Batata palha leve corte tradicional 500g	PT	100	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	12,92	1.292,00
67	Massa para lasanha c/ ovos 500gr	PT	60	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	9,60	576,00
68	Ovos brancos tipo grande pente com 30 ovos	PT	120	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	14,56	1.747,20
69	Ketchup tradicional 380g	UN	60	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	4,20	252,00
70	Polvilho doce 500g	PT	30	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	4,90	147,00
71	Requeijão cremoso Catupiry original 1,5kg	KG	50	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	57,72	2.886,00
72	Queijo parmesão ralado 50g	UN	30	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	5,97	179,10
73	Fermento biológico 125g	UN	40	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	7,90	316,00
74	Massa para pastel de rolo 500 g	UN	60	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	7,50	450,00
75	Barra de chocolate 1kg	KG	30	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	31,83	954,90
76	Cacau em pó 50% de 500 g	PT	35	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	29,00	1.015,00
77	Chocolate granulado escuro 500g	PT	20	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	14,20	284,00
78	Linguiça calabresa 1 kg	KG	36	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	15,80	568,80
79	Alho roxo 1 kg	KG	50	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	11,98	599,00
80	Pimenta calabresa em flocos 10 g	UN	25	W A RIBEIRO	1,40	35,00
81	Alho de 1ª qualidade	KG	170	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	11,94	2.029,80
82	Ovo branco	PN	120	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	14,66	1.759,20
83	Tomate	KG	250	W A RIBEIRO	6,50	1.625,00
84	Pimentão	KG	60	W A RIBEIRO	8,00	480,00
85	Cebola	KG	200	W A RIBEIRO	4,70	940,00
86	Cebolinha	ML	100	W A RIBEIRO	2,35	235,00
87	Salsa	ML	100	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	2,00	200,00
88	Couve	ML	100	W A RIBEIRO	2,60	260,00
89	Almeirão	PE	100	W A RIBEIRO	2,95	295,00
90	Alface	UN	100	W A RIBEIRO	2,90	290,00
91	Repolho branco	KG	70	W A RIBEIRO	3,98	278,60
92	Batata inglesa	KG	250	W A RIBEIRO	4,75	1.187,50
93	Cenoura	KG	150	W A RIBEIRO	7,15	1.072,50
94	Inhame	KG	70	W A RIBEIRO	8,15	570,50
95	Beterraba	KG	70	W A RIBEIRO	6,75	472,50
96	Batata doce rosada	KG	30	W A RIBEIRO	8,58	257,40
97	Mandioca	KG	70	W A RIBEIRO	8,08	565,60
98	Banana da terra in natura	KG	50	W A RIBEIRO	8,90	445,00
99	Banana prata 1ª qualidade	KG	150	W A RIBEIRO	10,64	1.596,00
100	Laranja	KG	150	W A RIBEIRO	4,00	600,00
101	Limão	KG	25	W A RIBEIRO	7,28	182,00
102	Maracujá	KG	50	W A RIBEIRO	12,56	628,00
103	Maçã tipo Fuji	KG	200	W A RIBEIRO	8,90	1.780,00
104	Mamão papaia	KG	100	W A RIBEIRO	9,10	910,00
105	Pera	KG	150	W A RIBEIRO	19,28	2.892,00
106	Uva sem semente bandeja 500g	BANDE	80	W A RIBEIRO	9,50	760,00
107	Mexerica	KG	100	W A RIBEIRO	8,80	880,00
108	Melancia	KG	300	W A RIBEIRO	4,80	1.440,00
109	Abacaxi Pérola ou Hawaí	KG	100	W A RIBEIRO	13,00	1.300,00
110	Açúcar cristal 5kg	PT	1547	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	14,72	22.771,84
111	Arroz agulhinha 5kg	PT	1710	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	25,27	43.211,70
112	Carne bovina moída 1kg	KG	600	CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	40,84	24.504,00
	TOTAL ADJUDICADO					**687.595,67**

Adjudicatária	**CNPJ**	**Itens / lotes**	**Valor total (R$)**
CASA DE CARNES ARAUJO & MOREIRA LTDA	36.456.753/0001-53	01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 75, 79, 81, 82, 110, 111 e 112	599.934,62
W A RIBEIRO	10.896.566/0001-05	08, 20, 30, 44, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108 e 109	28.124,70
OLIVEIRA FOODS ATACAREJO LTDA	08.504.258/0001-37	06, 09, 15, 17, 21, 22, 26, 28, 34, 48, 52, 67, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78 e 87	59.536,35
TOTAL ADJUDICADO		**107 itens**	**687.595,67**

Itens / lotes	**Situação**	**Motivo**
38, 55, 56 e 62	Frustrados	Valores finais acima do preço de referência, mesmo após negociação
05	Excluído do certame	Decisão Administrativa que reconheceu a pertinência do questionamento sobre o selo de pureza ABIC

04 | DECLARAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

Diante do exposto, **ADJUDICO**, para fins de registro de preços, o objeto do Pregão Eletrônico nº 026/2026, Processo Licitatório nº 070/2026, referente a aquisição de gêneros alimentícios e hortifruti, às licitantes vencedoras, nos itens e valores constantes da seção 03, totalizando **R$ 687.595,67 (seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, ficando NÃO ADJUDICADOS os Itens 38, 55, 56 e 62 (frustrados) e o Item 05 (excluído do certame).

A presente adjudicação atribui o objeto às vencedoras para fins de registro de preços, não implicando, por si só, contratação, nem dispensa a homologação do procedimento, que será formalizada em ato próprio.

Naque/MG, 09 de outubro de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal de Naque/MG

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:86884626

PREFEITURA DE NAQUE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 026/2026 · PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026

Ente contratante	Prefeitura Municipal de Naque/MG — CNPJ nº 01.613.208/0001-49
Modalidade e número	Pregão Eletrônico nº 026/2026
Processo Administrativo	nº 070/2026
Registro de Preços	Sim — 019/2026
Critério de julgamento	Menor preço, por item
Órgão demandante	Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação, Saúde e Obras e Urbanismo
Agente de Contratação / Pregoeiro	Delano Sérgio Soares de Oliveira (Pregoeiro / Agente de Contratação) — Portaria nº 09, de 13/01/2026

1. OBJETO
Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e hortifruti, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação, Saúde e Obras e Urbanismo do Município de Naque/MG, para suprir as demandas relacionadas ao funcionamento das unidades, serviços, programas, projetos e demais atividades desenvolvidas pelas respectivas Secretarias, a ser custeado com recursos próprios e vinculados.
2. FUNDAMENTAÇÃO
O **PREFEITO MUNICIPAL DE NAQUE/MG**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e
CONSIDERANDO que as fases de julgamento e de habilitação foram encerradas e que os recursos administrativos foram exauridos ou não foram interpostos (Não houve manifestação de intenção de recurso, conforme registrado na Ata da Sessão Pública, encerrada a fase recursal em 08/10/2026);
CONSIDERANDO a regularidade do procedimento, em conformidade com o edital, o Termo de Referência e a legislação aplicável;
CONSIDERANDO que o valor da proposta vencedora é compatível com o valor estimado pela Administração,
3. DECISÃO
RESOLVE:
I – RECONHECER a regularidade do procedimento e **RATIFICAR** os atos praticados pelo Agente de Contratação e pela equipe de apoio;
II – CONFIRMAR a adjudicação do objeto às licitantes indicadas no item 4;
III – HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 026/2026, declarando encerrado o procedimento licitatório, e **AUTORIZAR** a formalização da ata de registro de preços;
IV – DETERMINAR as providências constantes do item 5.
4. RESULTADO HOMOLOGADO

Item / Lote	Descrição	Empresa vencedora	CNPJ	Qtd.	Valor (R$)
001	Açúcar cristal 5kg (V. unit. R$ 14,66)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	4643	68.066,38
002	Amendoim (V. unit. R$ 6,26)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	420	2.629,20
003	Arroz agulhinha 5kg (V. unit. R$ 20,59)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	5130	105.626,70
004	Azeitona sachê de 500 g (V. unit. R$ 11,64)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	240	2.793,60
006	Canjiquinha de milho amarelo 1kg (V. unit. R$ 3,40)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	670	2.278,00
007	Coco ralado 1kg (V. unit. R$ 29,85)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	160	4.776,00
008	Corante 1kg (V. unit. R$ 9,50)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	140	1.330,00
009	Farinha de aveia 200g (V. unit. R$ 2,87)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	65	186,55
010	Farinha de mandioca 1kg (V. unit. R$ 4,31)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	100	431,00
011	Farinha de milho 1kg (V. unit. R$ 5,40)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	120	648,00
012	Farinha de trigo 1kg (V. unit. R$ 3,28)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	300	984,00
013	Feijão carioquinha 1kg (V. unit. R$ 6,68)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	3000	20.040,00
014	Feijão preto 1kg (V. unit. R$ 6,76)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	750	5.070,00
015	Fermento químico 100g (V. unit. R$ 2,95)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	220	649,00
016	Fubá mimoso de milho 1kg (V. unit. R$ 2,63)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	350	920,50
017	Bebida láctea 850 g (V. unit. R$ 4,75)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	3500	16.625,00
018	Leite em pó pct c/ 400g (V. unit. R$ 12,39)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	500	6.195,00
019	Macarrão parafuso 500g (V. unit. R$ 2,85)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	840	2.394,00
020	Macarrão tipo ave maria 500g (V. unit. R$ 2,98)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	840	2.503,20
021	Maionese balde de 3 kg (V. unit. R$ 24,40)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	110	2.684,00
022	Milho 500g (V. unit. R$ 2,60)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	320	832,00
023	Milho para pipoca 500g (V. unit. R$ 2,73)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	650	1.774,50
024	Milho verde lata 200g (V. unit. R$ 2,72)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	300	816,00
025	Molho de tomate 340g (V. unit. R$ 1,09)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	280	305,20
026	Óleo de soja vegetal 900ml (V. unit. R$ 8,50)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	2600	22.100,00
027	Polvilho azedo 500g (V. unit. R$ 7,74)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	300	2.322,00
028	Sal iodado refinado 1kg (V. unit. R$ 1,34)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	500	670,00
029	Tempero alho e sal (V. unit. R$ 9,05)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	120	1.086,00
030	Canela em pó 35g (V. unit. R$ 4,11)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	90	369,90
031	Creme de leite 200g (V. unit. R$ 2,31)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	300	693,00
032	Creme de leite 0 lactose 200g (V. unit. R$ 4,12)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	150	618,00
033	Leite condensado 395g (V. unit. R$ 5,94)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	400	2.376,00
034	Maionese 500g (V. unit. R$ 4,90)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	150	735,00
035	Vinagre de vinho 750ml (V. unit. R$ 7,06)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	150	1.059,00
036	Macarrão tipo espaguete 500g (V. unit. R$ 2,88)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1300	3.744,00
037	Bolacha salgada cream cracker sem lactose 200g (V. unit. R$ 2,62)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	260	681,20
039	Palmito 300g (V. unit. R$ 10,06)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	100	1.006,00

040	Caldo Knorr 57g, 12 cubos, sabor carne e galinha (V. unit. R$ 1,37)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	60	82,20
041	Leite zero lactose 1L (V. unit. R$ 6,35)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	600	3.810,00
042	Leite UHT integral 1L (V. unit. R$ 5,21)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	7820	40.742,20
043	Iogurte 140g (V. unit. R$ 2,84)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	3500	9.940,00
044	Iogurte 0 lactose 170g (V. unit. R$ 3,24)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	600	1.944,00
045	Leite em pó integral 400g (V. unit. R$ 19,10)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	100	1.910,00
046	Biscoito cream cracker cx 1,5kg (V. unit. R$ 17,31)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	220	3.808,20
047	Biscoito doce tipo maisena cx 1,5kg (V. unit. R$ 20,14)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	240	4.833,60
048	Cacau em pó puro 500g (V. unit. R$ 24,40)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	220	5.368,00
049	Gelatina 20g (V. unit. R$ 1,19)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	600	714,00
050	Margarina 1kg (V. unit. R$ 18,66)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	420	7.837,20
051	Margarina 0 lactose 500g (V. unit. R$ 10,08)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	100	1.008,00
052	Apresuntado kg (V. unit. R$ 18,00)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	200	3.600,00
053	Carne bovina moída 1kg (V. unit. R$ 35,42)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1800	63.756,00
054	Carne bovina tipo acém 1kg (V. unit. R$ 32,83)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1740	57.124,20
057	Linguiça de carne suína 1kg (V. unit. R$ 15,32)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	350	5.362,00
058	Lombo suína 1kg (V. unit. R$ 19,80)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1000	19.800,00
059	Muçarela kg (V. unit. R$ 38,90)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	250	9.725,00
060	Peito de frango sem osso 1kg (V. unit. R$ 17,61)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	580	10.213,80
061	Sobrecoxa de frango (V. unit. R$ 13,83)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1360	18.808,80
063	Salsicha tipo hot dog 1kg (V. unit. R$ 6,96)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	120	835,20
064	Amido de milho 200gr (V. unit. R$ 2,94)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	150	441,00
065	Leite de coco 200ml (V. unit. R$ 3,22)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	60	193,20
066	Batata palha leve corte tradicional 500g (V. unit. R$ 12,92)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	100	1.292,00
067	Massa para lasanha c/ ovos 500gr (V. unit. R$ 9,60)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	60	576,00
068	Ovos brancos tipo grande pente com 30 ovos (V. unit. R$ 14,56)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	120	1.747,20
069	Ketchup tradicional 380g (V. unit. R$ 4,20)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	60	252,00
070	Polvilho doce 500g (V. unit. R$ 4,90)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	30	147,00
071	Requeijão cremoso Catupiry original 1,5kg (V. unit. R$ 57,72)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	50	2.886,00
072	Queijo parmesão ralado 50g (V. unit. R$ 5,97)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	30	179,10
073	Fermento biológico 125g (V. unit. R$ 7,90)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	40	316,00
074	Massa para pastel de rolo 500 g (V. unit. R$ 7,50)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	60	450,00
075	Barra de chocolate 1kg (V. unit. R$ 31,83)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	30	954,90
076	Cacau em pó 50% de 500 g (V. unit. R$ 29,00)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	35	1.015,00
077	Chocolate granulado escuro 500g (V. unit. R$ 14,20)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	20	284,00
078	Linguiça calabresa 1 kg (V. unit. R$ 15,80)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	36	568,80
079	Alho roxo 1 kg (V. unit. R$ 11,98)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	50	599,00
080	Pimenta calabresa em flocos 10 g (V. unit. R$ 1,40)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	25	35,00
081	Alho de 1ª qualidade (V. unit. R$ 11,94)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	170	2.029,80
082	Ovo branco (V. unit. R$ 14,66)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	120	1.759,20
083	Tomate (V. unit. R$ 6,50)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	250	1.625,00
084	Pimentão (V. unit. R$ 8,00)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	60	480,00
085	Cebola (V. unit. R$ 4,70)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	200	940,00
086	Cebolinha (V. unit. R$ 2,35)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	235,00
087	Salsa (V. unit. R$ 2,00)	Oliveira Foods Atacarejo Ltda	08.504.258/0001-37	100	200,00
088	Couve (V. unit. R$ 2,60)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	260,00
089	Almeirão (V. unit. R$ 2,95)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	295,00
090	Alface (V. unit. R$ 2,90)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	290,00
091	Repolho branco (V. unit. R$ 3,98)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	70	278,60
092	Batata inglesa (V. unit. R$ 4,75)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	250	1.187,50
093	Cenoura (V. unit. R$ 7,15)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	150	1.072,50
094	Inhame (V. unit. R$ 8,15)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	70	570,50
095	Beterraba (V. unit. R$ 6,75)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	70	472,50
096	Batata doce rosada (V. unit. R$ 8,58)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	30	257,40
097	Mandioca (V. unit. R$ 8,08)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	70	565,60
098	Banana da terra in natura (V. unit. R$ 8,90)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	50	445,00
099	Banana prata 1ª qualidade (V. unit. R$ 10,64)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	150	1.596,00
100	Laranja (V. unit. R$ 4,00)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	150	600,00
101	Limão (V. unit. R$ 7,28)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	25	182,00
102	Maracujá (V. unit. R$ 12,56)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	50	628,00
103	Maçã tipo Fuji (V. unit. R$ 8,90)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	200	1.780,00
104	Mamão papaia (V. unit. R$ 9,10)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	910,00
105	Pera (V. unit. R$ 19,28)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	150	2.892,00
106	Uva sem semente bandeja 500g (V. unit. R$ 9,50)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	80	760,00
107	Mexerica (V. unit. R$ 8,80)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	880,00
108	Melancia (V. unit. R$ 4,80)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	300	1.440,00
109	Abacaxi Pérola ou Hawaí (V. unit. R$ 13,00)	W A Ribeiro	10.896.566/0001-05	100	1.300,00
110	Açúcar cristal 5kg (V. unit. R$ 14,72)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1547	22.771,84
111	Arroz agulhinha 5kg (V. unit. R$ 25,27)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	1710	43.211,70
112	Carne bovina moída 1kg (V. unit. R$ 40,84)	Casa de Carnes Araujo & Moreira Ltda	36.456.753/0001-53	600	24.504,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO					687.595,67

Valor total: seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos.

5. PROVIDÊNCIAS

Publicar este Termo no diário oficial dos municípios mineiros.

Convocar o(s) fornecedor(es) para assinar a ata de registro de preços, no prazo do edital, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

Designar o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Divulgar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Naque/MG, 09 de outubro de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal
Autoridade Competente

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:0BED713B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PORTARIA DPC/SECULT Nº 16 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Resultado Final da Etapa de Seleção dos projetos inscritos no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 - LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA: 25 ANOS - FUNDO DE PROJETOS CULTURAIS (FPC).

A Secretária Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 - LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA: 25 ANOS - FUNDO DE PROJETOS CULTURAIS (FPC), resolve:

Art. 1º. Divulgar o Resultado Final da Etapa de Seleção, ordenado por subcategorias do edital, como segue:

1.1. MOSTRAS, FESTIVAIS E ENCONTROS
33 projetos inscritos: 10 aprovados, 11 suplentes e 12 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
130	MARIANA DO PRADO BARROSO	Cultura de Mãe	88,75	APROVADO
140	57.782.087 JAQUELINE DE SOUZA CORREA	BAILE DA PRETA	88,50	APROVADO
17	IRACY FERREIRA DE PAULA	Encontro de Folia de Reis de Pouso Alegre e Região: Mesa Redonda, oficinas e apresentações	87,75	APROVADO
153	42.340.812 NATAN DOS SANTOS MARQUES	Festival Bangu	87,25	APROVADO
125	GEOVA ALVES DA SILVA	Flashback Dance Music Arco-íris – Encontro Cultural Musical dos Anos 70, 80 e 90	85,50	APROVADO
4	54.077.826 GABRIELA ALVES DE ALMEIDA FERNANDES	Festival Rainhas do Rock - Mulheres que inventaram o Rock	81,00	APROVADO
35	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DE MINAS GERAIS - SHINE	Música que Inclui!	79,00	APROVADO
90	ASSOCIAÇÃO SEMEANDO CAPOEIRA, CULTURA E ARTES	4ª Roda Cultural Nossas Raízes: Griôs da Contemporaneidade	77,75	APROVADO
8	LUIZ AUGUSTO FELIPE	16° Dia do Samba Encontro de Samba, Sambistas e Pagodeiros	76,50	APROVADO COTA ÉTNICO-RACIAL
24	17614588 PAULO ROBERTO DOS SANTOS	FESTIVAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA 2027	67,50	APROVADO COTA ÉTNICO-RACIAL
148	27.051.045 NATHALIA KELEN KALIL HOMSE	4º Pré-Carnaval Tropicáia - A rua é Palco	77,50	SUPLENTE Maior nota Critério C
27	CAMILA MARTINS DE MENDONÇA	Dia do Orgulho Nerd – Festival Geek e Cultural de Pouso Alegre 2027	77,50	SUPLENTE
93	40.335.393 JOAO VITOR CAMARGO	Festival Cultural do Mandu - 3° Edição	76,25	SUPLENTE Maior nota Critério C
62	THAIS ELENA IBA DE SOUZA	Festival Literatura em Movimento Pouso Alegre - LIM.PA	76,25	SUPLENTE
29	NILCEMARA GONAÇVES COSTA	16º Encontro de Violeiros do Bairros dos Afonsos	75,00	SUPLENTE
121	JENNIFER MARRY FARIAS GOMES SANTANA	FESTIVAL LOUVOR EM CENA	72,50	SUPLENTE
147	JUNG HOON OLIVEIRA	Quebrada que (em)canta, fala e expõe	68,75	SUPLENTE
69	RAFAEL SOARES FREIRE	Encontro Cultural Tereza de Benguela - 3ª Edição	68,25	SUPLENTE
20	IVAN JOSE FELIPE DA SILVA	Bom dos Pés à Cabeça	67,75	SUPLENTE
47	JAMISON CANDIDO AMARAL	26º FESTIVAL DE CAPOEIRA E TROCA DE GRADUAÇÕES	63,50	SUPLENTE
102	ASSOCIACAO NEGRA RAIZ DE BAOBA	11º Festa do Dia da Consciência Negra	60,00	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
78	Astronomia nas Periferias: O Céu como Patrimônio de Todos	81,25	DESCLASSIFICADO O proponente não apresentou o Anexo X.
109	Espaço das Culturas Alimentares, Produção Cultural Associada e Artesanatos no Festival Gastronômico do Sul de Minas em Pouso Alegre	66,25	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 4.2.
95	CAVALGADA DA PAZ	66,00	DESCLASSIFICADO A proponente não apresentou o Anexo X.
138	Projeto Tempo de Viver	57,00	DESCLASSIFICADO O proponente não apresentou o Anexo X.
123	3º Festival QRN – Elementos Hip-Hop	47,25	DESCLASSIFICADO O projeto recebeu nota zero no critério D, descumpriu o item 6.3 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
63	NA BATIDA HIP HOP	46,75	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 6.3 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
14	5° Da Ponte Pra Cá	44,00	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
1	Treinos no Horto - Movimento, Cultura e Comunidade	36,50	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu os itens 4.2 e 6.3 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
3	Festival Rainhas do Rock - Mulheres que inventaram o Rock	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 4 foi avaliado.
25	Encontro Cultural Tereza de Benguela - 3ª Edição	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 69 foi avaliado.
36	Festival Literatura em Movimento Pouso Alegre - LIM.PA	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 62 foi avaliado.
135	Quebrada que (em)canta, fala e expõe	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 147 foi avaliado.

1.2. ESPETÁCULOS
17 projetos inscritos: 6 aprovados, 5 suplentes e 6 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
30	CAMILA MOURA GONZAGA DOS SANTOS 43707046850	CARTAS DA PRISÃO	95,00	APROVADO Critério I.

84	EDITH MARINHO RIBEIRO DE CARVALHO	Artur Azevedo depois dos Anexins	95,00	APROVADO
54	ARIEL FERNANDO DA SILVA	Chocolate na Calda do Cometa	89,25	APROVADO
37	MULTIVERSE CULTURA, TURISMO E NEGOCIOS LTDA	Shows com Quinteto ZEN - Ze Eduardo Nazario, 60 Anos de Bateria.	85,00	APROVADO
9	REGINA REZENDE VILELA	Concerto de Música de Câmara - Rommel Fernandes (Violino), Iura de Rezende (Clarineta), Elise Pittenger (Violoncelo) e Elisa Galeano (Piano)	84,50	APROVADO
111	ANDERSON CLÁUDIO DA COSTA	38º Espetáculo de Dança – Família Flashback	82,00	APROVADO Maior nota Critério D
59	FERNANDA TERSI ANDRIETTA	CANSE, DANCE, CANSE	82,00	SUPLENTE
92	ANA CAROLINA GODINHO DE CARVALHO	Sons na Praça	77,50	SUPLENTE
142	FELIPE DA COSTA MARINHO10173586643	SOLITUDE – MEMÓRIAS, INFLUÊNCIAS E A TRAJETÓRIA DE UM GUITARRISTA DE POUSO ALEGRE	76,25	SUPLENTE
104	MONICA PELLEGRINI PEREIRA	DELÍRIOS	73,00	SUPLENTE
88	CARLOS ALBERTO DA SILVA BARROS	A formiga fofoqueira	59,00	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
112	Dança e Memórias: PA, Minas e Portugal	43,00	DESCLASSIFICADO. O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
139	Antígona	37,00	DESCLASSIFICADO. A proponente não enviou o Anexo X. O projeto descumpriu os itens 4.2 e 6.3 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
70	ENCENAÇÃO DA PAIXÃO E MORTE DE CRISTO	30,50	DESCLASSIFICADO. O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
67	Intervalo Cultural - MPB e Música autoral nas escolas	22,00	DESCLASSIFICADO. O projeto recebeu nota zero no critério G e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
12	Shows com Quinteto ZEN - Ze Eduardo Nazario, 60 Anos de Bateria.	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 37 foi avaliado.
79	SOLITUDE – MEMÓRIAS, INFLUÊNCIAS E A TRAJETÓRIA DE UM GUITARRISTA DE POUSO ALEGRE	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 142 foi avaliado.

2.1. CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

10 projetos inscritos: 6 aprovados, 1 suplente e 3 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
74	LUÍS ALBERTO DE PAULA MOREIRA	Crunk Heels - Intensivo de Formação e Criação de Heels Dance	83,75	APROVADO
21	DANIEL DA COSTA	ESQUADRÃO DE RUA - Formação!	76,50	APROVADO
117	RENATA GIOVANA DUTRA DE QUEIROZ	Mãos Ancestrais 2ª edição	75,00	APROVADO Critério H.
86	RAMON MANFRINE SILVA RIBEIRO	"Capoeira Alcança! – Formação e Cultura Popular"	75,00	APROVADO
98	RYAN ALEXANDRE FAGUNDES DA SILVA	Persona o teatro na educação e na vida 2º edição.	67,00	APROVADO
127	MARIA CECÍLIA PALMA MAGALHÃES	Imaginar a cidade: residência cidadã sobre cultura e imaginação coletiva	64,50	APROVADO
134	CLEBER FERREIRA DOS SANTOS	Escola de Formação da Banda Jandyra Tosta - Música, Cidadania e Patrimônio Cultural	62,50	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
99	Bang Sonoro: Acima da Média	35,75	DESCLASSIFICADO. O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
64	Ginga de Mestra – Formação e Protagonismo Feminino na Capoeira	33,50	DESCLASSIFICADO. O projeto descumpriu o item 2.7 e não atende a carga horária mínima da subcategoria 2.1, conforme Anexo II. O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
34	Ginga de Mestra – Formação e Protagonismo Feminino na Capoeira	-	DESCLASSIFICADO. Duplicidade de inscrição: O projeto 64 foi avaliado.

2.2. CURSOS DE MÉDIA DURAÇÃO

26 projetos inscritos. 6 aprovados, 9 suplentes e 11 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
80	DEBORA DA FONSECA SOUZA	Muntu Ngoma: núcleo de vivências afrocentradas da Coração da Mata	90,50	APROVADO
124	LAURA CONTI	Ateliê Vivo: Formação Cultural em Artes e Poéticas	87,50	APROVADO
18	60.465.845 SAYMON WENDELL SILVA	PROJETO: Núcleo de Residência Artística - Multilinguagem.	83,50	APROVADO Maior nota Critério C
146	JENNIFER TAINARA DA SILVA	Ballet para Todos – Histórias Cruzadas	83,50	APROVADO
75	MATHEUS BARROS DE PAULA	Maracatu Semente Dourada: fortalecimento, ritmo e tradição	82,00	APROVADO
143	LUIZ FELIPE DA SILVA PEREIRA	~ V I V Ê N C I A T E A T R A L	77,00	APROVADO COTA ÉTNICO-RACIAL
97	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO CIDADE VERGANI	AMCIVE Cultural – 4ª Edição	80,00	SUPLENTE
129	MARIANA NOGUEIRA FERNANDES SANCHEZ	minas de Minas	74,25	SUPLENTE Maior nota Critério C
82	CRISTIANE RODRIGUES VIANA	Dança Livre - Cultura, Movimento e Convivência para a Pessoa Idosa	74,25	SUPLENTE
108	ANDERSON DA SILVA SANTOS	Programa de Formação Cultural – Associação Cultural Ginga Minas Capoeira	72,25	SUPLENTE
2	RAFAEL DE LEON DUMONT GOMES	CAMINHOS DO JUDÔ: CULTURA DA PAZ, FORMAÇÃO E CIDADANIA.	69,75	SUPLENTE
58	ISRAEL DE TARSO SILVA	Projeto Nosso Lar	69,50	SUPLENTE
128	POLLYANA CAMPOS CALDEIRA	LETRAR: Oficinas Culturais Literárias e Formação Docente para a Inclusão e Cidadania	62,50	SUPLENTE
44	CARINA PARANHOS SARKIS	Além do Palco	61,50	SUPLENTE
100	BALLET LUIZ HENRIQUE LTDA - ME	Nas pontas dos pés - Sapatilhas da Inclusão	58,00	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
28	CAPOEIRA EM MOVIMENTO: Formação Continuada para Crianças e Jovens do Jardim Guadalupe	82,75	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 6.3.
154	Idiomas para a Vida	69,75	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 2.5.
66	LAB Economia Criativa – Edição Gestão Cultural	68,25	DESCLASSIFICADO Descumprimento dos itens 2.7. e 4.2
122	PROJETO FUXIQUEIRAS DA VENDINHA	65,75	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2 e não atende a carga horária mínima da subcategoria 2.2, conforme Anexo I.
116	TerraLab – Escola Popular de Cultura, Território e Sustentabilidade	59,25	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 4.2.
51	Movement Soul	48,25	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2, recebeu nota zero no critério D e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
5	Aquabots.s 2.6 -Uma Iniciativa por um Futuro Melhor	33,00	DESCLASSIFICADO. O projeto descumpriu o item 4.2 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
31	AMCIVE Cultural – 4ª Edição	-	DESCLASSIFICADO. Duplicidade de inscrição: O projeto 97 foi avaliado.
39	Além do Palco	-	DESCLASSIFICADO. Duplicidade de inscrição: O projeto 44 foi avaliado.
46	Maracatu Semente Dourada: fortalecimento, ritmo e tradição	-	DESCLASSIFICADO. Duplicidade de inscrição: O projeto 75 foi avaliado.
53	Projeto Nosso Lar	-	DESCLASSIFICADO. Duplicidade de inscrição: O projeto 58 foi avaliado.

3.1. SINGLE MUSICAL

5 projetos inscritos. 1 aprovado e 4 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
50	AMANDA COUTINHO DA SILVA	O SAMBA MORA AQUI	76,00	APROVADO

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
106	Flor da Mantiqueira	72,00	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 4.2.
33	JOCA LIBÂNIO – MAIÊUTICA BLUES	69,00	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 6.3.
52	Sinistromano – Finalização e lançamento de single autoral de música eletrônica experimental	62,75	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 6.3.
57	Talvez o Meu pra sempre	62,50	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 13.1.

3.2. ÁLBUM MUSICAL

11 projetos inscritos. 4 aprovados, 6 suplentes e 1 desclassificado.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
13	54.077.942 NUBIA LAILA DE JESUS CARDOSO	Amber Witches – Álbum “The Amber Prophecy” e Lançamento	91,25	APROVADO
136	PLINIO BUENO TEODORO DOS SANTOS	Ancestral, álbum da banda Native Blood	82,00	APROVADO
68	ROGER DE ASSIS LECCA	Album Musical - " Capelinha" - Musica Instrumental Brasileira com raizes em Minas Gerais.	80,50	APROVADO
55	JULIA MENDES RIOS DE SOUZA	VOZES DE POUSO ALEGRE	77,50	APROVADO Maior nota Critério A
76	WAGNER LUCIANO DA FONSECA	DOMINIO INVERSO - DIAS SEM AMOR	77,50	SUPLENTE
151	RODRIGO S DE ANDRADE PRODUCOES	Álbum: "Fonte de Inspiração"	76,00	SUPLENTE
10	MJM DESENVOLVIMENTO GERENCIAL, CONSULTORIA E MENTORIA PROFISSIONAL LTDA	A história das pequenas coisas	73,00	SUPLENTE Maior nota Critério A
96	ELDER SILVA DA COSTA	Do choro ao Pop - Elder Costa: 40 anos de música	73,00	SUPLENTE
119	.CURVA	Álbum Inédito de Cecilina: A Noite Poliniza as Gerais	71,75	SUPLENTE
72	BRUNO PEREIRA DIAS	All Aboard – Difusão Cultural do Álbum	58,25	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
114	Projeto Mujique - Longe de Tudo	63,50	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 6.3.

3.3. EDITORIAL E PUBLICAÇÃO CULTURAL

22 projetos inscritos. 4 aprovados, 6 suplentes e 12 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
113	ANA CAROLINA BRANCO DE LIMA	Livro "Elas fazem a cidade"	93,75	APROVADO
42	CARLOS RAIMUNDO PEREIRA	Centenário do Cemitério Municipal "Bom Jesus" de Pouso Alegre	82,00	APROVADO
26	SUZANA COSTA COUTINHO LTDA	REVISTA SONIDOS CULTURAL	79,75	APROVADO
118	ANA MARIA BERALDO	TIO QUIM, UMA LENDA (2)	77,25	APROVADO
38	JULIANA PEREIRA REZENDE	Crianças que Contam Histórias	77,00	SUPLENTE
7	HELOISA HELENA DA SILVA SOARES	Livro FADA BRUXA? BRUXA FADA?	67,25	SUPLENTE
16	CLEIDIANE DE SOUZA	Livro Caio e os Guardiões do Corpo	65,25	SUPLENTE
49	RAFAEL GAZOLA BRANDAO	Antologia Literária	65,00	SUPLENTE
145	JONAS CAMPOS FRANCISCO	Roteiro ecológico e cultural em Pouso Alegre: um olhar socioambiental	60,00	SUPLENTE
15	M CARDOSO EMPREENDIMENTOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	Lançamento do livro "Transformar: O Planeta Agradece"	52,25	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
107	Livro Infantil "Mais mió di bão"	85,00	DESCLASSIFICADO Descumprimento dos itens 2.5 e 2.7.
19	Milbu no 6º Ano do Ensino Fundamental II: Incentivo à Leitura, Literatura e Formação de Leitores	64,00	DESCLASSIFICADO A proponente não apresentou o Anexo X.
152	Inventário do Invisível: entre escrita, matéria e dissidências do Sul de Minas	61,75	DESCLASSIFICADO Descumprimento dos itens 2.7 e 4.2.
110	Almanaque do Pouso Alegre Futebol Clube	47,50	DESCLASSIFICADO. O projeto descumpriu o item 4.2 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
56	As Ruas em Movimento: Mapeamento dos Esportes Urbanos de Pouso Alegre	41,25	DESCLASSIFICADO O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
105	Histórias de Zen e Zun	40,00	DESCLASSIFICADO O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
133	Livro: "isso não pode ser o fim"	38,50	DESCLASSIFICADO Proponente não apresentou o Anexo X e o projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
101	Jeito Ceci de ser	32,50	DESCLASSIFICADO O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
6	Livro FADA BRUXA? BRUXA FADA?	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 7 foi avaliado.
11	Livro Caio e os Guardiões do Corpo	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 16 foi avaliado.
89	Livro Infantil "Mais mió di bão"	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 91 foi avaliado.
91	Livro Infantil "Mais mió di bão"	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 107 foi avaliado.

3.4. ARTES VISUAIS

13 projetos inscritos. 4 aprovados, 3 suplentes e 6 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
83	NILDE DE OLIVEIRA PARDIM	Além do Visível - Edição Pouso Alegre Exposição de fotografia em infravermelho e zooming.	84,00	APROVADO
77	THAIS DE BARROS CARLINI	Limpeza e Beleza - Retratos e relatos de mulheres que cuidam da cidade	81,75	APROVADO
43	LUCAS GONÇALVES BORGES	Pouso Alegre em Camadas: Memória Visual Apagada	78,00	APROVADO
103	JANAINA DA SILVA	AVESSO	70,50	APROVADO COTA ÉTNICO-RACIAL
120	DEBORA DA SILVA MARQUES	AURORA	74,25	SUPLENTE
73	EXPERIMENTO GRAFICO LTDA	Experimentos Tipograficos — Ciclo 2	74,00	SUPLENTE Maior nota Critério A
87	JOSE NELIO MIRANDA	Aves da Mantiqueira: Um olhar sobre a biodiversidade de Pouso Alegre	74,00	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
141	Raízes Vivas Retratos e Memórias de Pouso Alegre	78,50	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 2.7.
60	Pouso que tem (en)cantos	75,25	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2.
40	AREA 35 CREW - FESTIVAL DE GRAFFITI 4 LOVE - 5°edição	68,00	DESCLASSIFICADO Descumprimento do item 4.2.
48	VESTIR O MUNDO DE NOVO.	67,25	DESCLASSIFICADO A proponente não enviou o Anexo V.

126	Trilogia Musical: Do Estúdio ao Povo	35,00	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu os itens 4.2 e 6.3, recebeu nota zero no critério D, não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III e não se enquadra na subcategoria inscrita, conforme Anexo I.
81	AVESSO	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 103 foi avaliado.

3.5. AUDIOVISUAL E MÍDIAS
13 projetos inscritos. 4 aprovados, 2 suplentes e 7 desclassificados.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
137	JOÃO VITOR CAVALHEIRO ROSA VENÂNCIO	CERNE	73,00	APROVADO
61	KAROL ROCHA SALES	Além das Árvores - Curta Metragem	72,50	APROVADO
150	DEJEANE MENDES FARIA DE TOLEDO SANTOS	Laboratório de Desenvolvimento Audiovisual: Adaptação de "O Mistério da Casa Verde"	66,75	APROVADO
85	JAIME FERNANDO FONSECA	Podcast Pouso Alegre Cultural.	66,50	APROVADO COTA ÉTNICO-RACIAL
132	CESAR AUGUSTO NEVES	O sabor da nossa história	61,75	SUPLENTE
41	TRILHA WEB LTDA	Prata da Casa - Memória, Voz e Talento de Pouso Alegre	57,50	SUPLENTE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
23	SEMPRE ESTIVE AQUI	71,00	DESCLASSIFICADO. Descumprimento do item 6.3.
65	Quando vierem não terei piedade - Curta Metragem	70,00	DESCLASSIFICADO O proponente não apresentou o Anexo X.
22	Vozes Silenciadas	68,00	DESCLASSIFICADO O proponente não apresentou o Anexo X.
94	Cartas que nunca te mandei	62,75	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 6.3.
71	Projeto Série: A Herança Amarga	43,50	DESCLASSIFICADO O projeto não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
131	DA FAZENDA A MESA: TRAJETORIA DO QUEIJO EM POUSO ALEGRE	39,00	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.
45	Além das Árvores - Curta Metragem	-	DESCLASSIFICADO Duplicidade de inscrição: O projeto 61 foi avaliado.

4.1. CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO
4 projetos inscritos. 3 aprovados e 1 desclassificado.

Nº INSCRIÇÃO	AGENTE CULTURAL	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
144	FMJP FANFARRA MONSENHOR JOSÉ PAULINO	"Fortalecimento da Infraestrutura Cultural da FMJP"	83,50	APROVADO Idade Maior.
115	JÚLIA FREIRE DE OLIVEIRA	CASA BEM VIVER	83,50	APROVADO
32	ANGELITA CRUZ DA SILVA	NOSSO CANTINHO	81,00	APROVADO

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO DO PROJETO
149	HOUSE – Centro de Vivência e Formação Artística e Cultural - Multilinguagem	46,50	DESCLASSIFICADO O projeto descumpriu o item 4.2 e não atingiu a pontuação mínima (50 pontos), conforme Anexo III.

Art. 2º Reiterar que, de acordo com o edital, a fim de se cumprir com a etapa de habilitação, o agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio do Portal do Autoatendimento do Município de Pouso Alegre, os documentos constantes no item 9.

Art. 3º Após a análise documental, o resultado preliminar da etapa de habilitação será divulgado no site da Prefeitura de Pouso Alegre e em diário oficial, cabendo recurso contra a decisão, destinado a Secretaria de Cultura, que deverá ser apresentado por meio do Portal de Autoatendimento do Município de Pouso Alegre no prazo de 3 dias úteis, de acordo com o edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 08 de outubro de 2026.

REGINA MARIA FRANCO ANDERE DE BRITO
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Renan Moreira Gouvêa
Código Identificador:518D1F66

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 83/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026 – Decorrência: Pregão eletrônico para registro de preços nº 83/2026 – Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TEMPORÁRIA PARA EVENTOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISOS MODULARES ELEVADOS, BARRICADAS DE CONTENÇÃO E FECHAMENTOS METÁLICOS"**. Detentora: **JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA.** Valor: R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Data da assinatura: 09/10/2026. Vigência: A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1° dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Dotação Orçamentária:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
1598	25000000000	PRÓPRIO	02.04.2012.0013.0392.0013.3339039000000000000	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TRADICIONAIS E DATAS COMEMORATIVAS.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:00605539

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRATA – MG/ CME - NO 001/2026.

Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Ensino de Prata – MG, estabelece princípios, diretrizes, objetivos e normas para sua implementação, organização, expansão, acompanhamento e avaliação, e dá outras providências.

O Conselho de Municipal de Educação – CME do município do Prata, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei nº 2.525 de 29 de Novembro de 2016.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 208, 211, 212 e 227 da Constituição Federal, que asseguram a educação como direito de todos, orientada pelos princípios da igualdade de condições de acesso e permanência, da garantia de padrão de qualidade e da proteção integral de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente quanto à organização da Educação Básica, à Educação Infantil, à ampliação progressiva do período de permanência na escola e à garantia de padrão de qualidade;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, inclusive à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à dignidade e à convivência familiar e comunitária;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e estabelece, para fins do referido Programa, a definição de matrícula em tempo integral como aquela em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as demais Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis às etapas e modalidades da Educação Básica;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas relativas à Computação na Educação Básica, em complemento à BNCC;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que alterou a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e determinou a elaboração ou revisão de ato normativo específico que institua a Política de Educação Integral em Tempo Integral dos entes federativos;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação vigente e suas diretrizes e metas relacionadas à ampliação da jornada escolar e à melhoria da qualidade da educação;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação de Prata – MG e as demais normas do Sistema Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e consolidar, no âmbito do Município de Prata, uma política pública permanente de Educação Integral em Tempo Integral, articulada às especificidades da Rede Municipal de Ensino e às necessidades das crianças;
CONSIDERANDO a existência de oferta de atendimento em tempo integral na etapa da Creche e a decisão do Município de ampliar progressivamente essa oferta para a Pré-Escola, inicialmente em duas unidades da Rede Municipal de Ensino a partir do ano letivo de 2027;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que a ampliação da jornada escolar esteja associada à garantia de qualidade, equidade, inclusão, proteção integral, desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Ensino de Prata – MG**, destinada a orientar a organização, a implementação, a expansão, o acompanhamento e a avaliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Município.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui política pública educacional permanente, de implementação progressiva, orientada pela concepção de educação integral e pelo compromisso com o desenvolvimento pleno das crianças e dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental.
Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral compreende a ampliação qualificada da jornada escolar, articulada ao currículo, às experiências educativas, aos diferentes espaços e tempos de aprendizagem e às características dos territórios, não se restringindo à simples extensão do período de permanência na escola.
Art. 4º A Política Municipal será implementada de forma progressiva, observadas as condições pedagógicas, administrativas, estruturais, financeiras e de recursos humanos necessárias à garantia da qualidade da oferta.
Art. 5º A Política Municipal abrangerá, progressivamente, as etapas e modalidades da Educação Básica integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme planejamento e disponibilidade do Município.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 6º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará os seguintes princípios:
I – garantia do direito à educação e à aprendizagem;
II – desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes;
III – equidade no acesso, na permanência, na participação e na aprendizagem;
IV – educação inclusiva e respeito às diferenças;
V – valorização das infâncias e respeito às especificidades de cada etapa da Educação Básica;
VI – centralidade da criança e do estudante no processo educativo;
VII – integração entre currículo, experiências educativas, tempos e espaços de aprendizagem;
VIII – articulação entre educação, cultura, esporte, ciência, tecnologia, saúde, assistência social, meio ambiente e demais políticas públicas;
IX – valorização dos profissionais da educação;

X – formação continuada dos profissionais envolvidos na política;
XI – gestão democrática e participação da comunidade escolar;
XII – articulação entre escola, família e comunidade;
XIII – respeito às características sociais, culturais, ambientais e territoriais do Município;
XIV – promoção da cidadania, da convivência democrática, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos;
XV – garantia de alimentação adequada, higiene, descanso, segurança, acolhimento e bem-estar;
XVI – promoção da cultura, das artes, do esporte, da ciência, da tecnologia, da leitura, da brincadeira e do lazer como dimensões constitutivas da formação integral;
XVII – compromisso com a qualidade social da educação;
XVIII – planejamento, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento permanente da política;
XIX – sustentabilidade administrativa e financeira da expansão da oferta;
XX – respeito à autonomia pedagógica das unidades escolares, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

Art. 7º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem como finalidade ampliar e qualificar as oportunidades educativas oferecidas pela Rede Municipal de Ensino, assegurando às crianças e aos estudantes experiências diversificadas e integradas que contribuam para seu desenvolvimento integral.

Art. 8º São finalidades da Política Municipal:

I – ampliar progressivamente o acesso à Educação Integral em Tempo Integral;
II – promover o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes;
III – fortalecer as aprendizagens e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos documentos curriculares vigentes;
IV – ampliar as oportunidades de participação em experiências culturais, artísticas, científicas, esportivas, tecnológicas, ambientais e de convivência;
V – fortalecer práticas educativas contextualizadas e relacionadas à realidade dos territórios;
VI – promover a equidade educacional;
VII – contribuir para a proteção integral das crianças e dos estudantes;
VIII – fortalecer a relação entre escola, família e comunidade;
IX – promover a integração das políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento integral;
X – assegurar condições adequadas de alimentação, higiene, descanso, segurança e bem-estar;
XI – promover a inclusão e a acessibilidade;
XII – qualificar a utilização dos diferentes espaços educativos;
XIII – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
XIV – desenvolver mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação da política.

CAPÍTULO IV

DOS OBJETIVOS

Art. 9º Constituem objetivos da Política Municipal:

I – instituir uma concepção comum de Educação Integral em Tempo Integral para a Rede Municipal de Ensino;
II – orientar a organização curricular e pedagógica das escolas que ofertarem jornada em tempo integral;
III – ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral;
IV – assegurar que a ampliação da jornada esteja articulada às aprendizagens e ao desenvolvimento integral;
V – promover experiências educativas diversificadas, significativas e contextualizadas;
VI – ampliar o acesso das crianças e dos estudantes a experiências culturais, artísticas, científicas, esportivas, tecnológicas e ambientais;
VII – promover a participação das famílias e da comunidade no processo educativo;
VIII – fortalecer a gestão democrática;
IX – garantir condições de infraestrutura, equipamentos, materiais, alimentação e recursos humanos compatíveis com a oferta;
X – assegurar formação continuada aos profissionais envolvidos;
XI – desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação da política;
XII – priorizar, na expansão da oferta, critérios de equidade e de redução das desigualdades educacionais;
XIII – promover articulação intersetorial;
XIV – fortalecer a cultura de planejamento, acompanhamento, registro e avaliação das ações;
XV – garantir que as escolas incorporem os princípios da Educação Integral em Tempo Integral aos seus Projetos Político-Pedagógicos.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA EM TEMPO INTEGRAL

Art. 10. Para fins desta Política, considera-se Educação em Tempo Integral a oferta educacional organizada em jornada igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo, observadas as normas nacionais vigentes.

§ 1º A jornada escolar em tempo integral será organizada de forma integrada, evitando a fragmentação entre turno regular e atividades complementares desvinculadas do currículo.

§ 2º A organização da jornada deverá considerar as especificidades de cada etapa da Educação Básica e, especialmente na Educação Infantil, as necessidades relacionadas ao cuidado, à brincadeira, à alimentação, ao repouso, à higiene, às interações e às experiências próprias das crianças.

Art. 11. A jornada em tempo integral será organizada de modo a integrar:

I – os componentes e campos de experiências previstos nos documentos curriculares;
II – experiências de aprendizagem diversificadas;
III – práticas culturais e artísticas;
IV – práticas esportivas e de movimento;
V – experiências científicas e tecnológicas;
VI – atividades de leitura, literatura e expressão;
VII – práticas de convivência e participação;
VIII – experiências relacionadas à sustentabilidade e à educação ambiental;
IX – atividades de lazer e recreação;
X – momentos de alimentação, higiene, descanso e acolhimento;
XI – outras experiências educativas definidas no planejamento da Rede Municipal de Ensino e das unidades escolares.

Art. 12. A organização da jornada deverá garantir equilíbrio entre momentos de maior concentração, atividades corporais e de movimento, experiências lúdicas, interações sociais, alimentação, higiene, descanso e demais necessidades próprias das crianças e dos estudantes.

CAPÍTULO VI

DO CURRÍCULO E DA INTEGRAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

Art. 13. O currículo das escolas que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverá ser concebido de forma integrada, articulando os conhecimentos, saberes, experiências e práticas educativas desenvolvidas ao longo da jornada.
Art. 14. A ampliação da jornada escolar não implicará mera reprodução ou repetição das atividades desenvolvidas na jornada parcial, devendo proporcionar novas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, articuladas ao currículo.
Art. 15. As experiências educativas deverão considerar:
I – os documentos curriculares nacionais;
II – o Currículo Referência de Minas Gerais;
III – o currículo municipal;
IV – o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;
V – as características e necessidades das crianças e dos estudantes;
VI – as características socioculturais do território;
VII – os resultados de avaliações e diagnósticos educacionais;
VIII – os interesses, potencialidades e necessidades identificados pela comunidade escolar.

CAPÍTULO VII
DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

Art. 16. A jornada ampliada poderá contemplar experiências educativas complementares e integradoras de natureza artística, cultural, esportiva, científica, tecnológica, ambiental, recreativa, literária, de convivência e outras que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes.
§ 1º Entre as possibilidades de experiências educativas poderão ser desenvolvidas, conforme planejamento e condições da Rede Municipal de Ensino, práticas relacionadas às artes, à dança, à música, ao teatro, ao artesanato, à culinária educativa, à ciência, à tecnologia, à robótica, à cultura digital, ao esporte, à literatura, à educação ambiental e a outras áreas de interesse pedagógico.
§ 2º As atividades mencionadas no § 1º deste artigo constituem possibilidades de organização pedagógica e não representam, isoladamente, obrigação de oferta permanente ou simultânea em todas as unidades escolares.
§ 3º A definição das experiências educativas ofertadas em cada unidade escolar considerará:
I – diagnóstico da realidade local;
II – necessidades e interesses das crianças e dos estudantes;
III – Projeto Político-Pedagógico;
IV – disponibilidade de espaços, equipamentos, materiais e recursos;
V – profissionais habilitados ou com formação adequada;
VI – parcerias institucionais, quando existentes;
VII – disponibilidade orçamentária;
VIII – planejamento da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 17. As experiências educativas complementares deverão possuir intencionalidade pedagógica, planejamento, acompanhamento e registro, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento integral e para as aprendizagens.

CAPÍTULO VIII
DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 18. A oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil observará as especificidades dos bebês e das crianças pequenas, assegurando a indissociabilidade entre educação e cuidado.
Art. 19. Na Educação Infantil, a organização da jornada deverá priorizar:
I – as interações e as brincadeiras;
II – o desenvolvimento da autonomia;
III – a exploração de diferentes linguagens;
IV – experiências corporais e de movimento;
V – experiências artísticas e culturais;
VI – experiências com natureza e meio ambiente;
VII – literatura e contato com diferentes gêneros textuais;
VIII – experiências de exploração, descoberta e investigação;
IX – convivência e socialização;
X – alimentação, higiene e autocuidado;
XI – descanso e repouso;
XII – acolhimento e segurança emocional;
XIII – respeito aos ritmos, necessidades e características individuais das crianças.
Art. 20. Os tempos de alimentação, higiene, repouso, acolhimento e transição serão planejados como parte da organização cotidiana da jornada, respeitando as necessidades das crianças e assegurando condições adequadas de cuidado e bem-estar.
Art. 21. A organização da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil deverá considerar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Referência de Minas Gerais, o currículo municipal e as demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO IX
DA IMPLEMENTAÇÃO E DA EXPANSÃO DA OFERTA

Art. 22. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será implementada progressivamente, mediante planejamento da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 23. O Município de Prata manterá a oferta de atendimento em tempo integral já existente na etapa da Creche, observadas as normas educacionais e as condições de funcionamento da Rede Municipal de Ensino.
Art. 24. A partir do ano letivo de 2027, o Município ampliará a oferta de Educação Integral em Tempo Integral para turmas da Pré-Escola, inicialmente em 2 (duas) unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.
§ 1º A implantação inicial observará as condições pedagógicas, físicas, administrativas e de recursos humanos necessárias ao funcionamento adequado das turmas.
§ 2º A definição das unidades escolares integrantes da expansão inicial será formalizada pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 25. A expansão da Educação Integral em Tempo Integral para outras unidades escolares e etapas da Educação Básica ocorrerá de forma progressiva, considerando:
I – demanda por matrículas;
II – diagnóstico socioeducacional;
III – condições de infraestrutura;
IV – disponibilidade e adequação dos espaços educativos;

V – disponibilidade de profissionais;
VI – condições de alimentação escolar;
VII – transporte escolar, quando necessário;
VIII – materiais e equipamentos;
IX – disponibilidade orçamentária e financeira;
X – capacidade de acompanhamento e monitoramento;
XI – condições de garantia da qualidade e equidade;
XII – demais requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

CAPÍTULO X

DO PLANO DE EXPANSÃO

Art. 26. A implementação da Política Municipal será acompanhada de Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O Plano de Expansão deverá estabelecer, conforme o planejamento municipal:
I – diagnóstico da oferta existente;
II – identificação das unidades escolares com potencial para expansão;
III – metas progressivas de ampliação;
IV – estimativa de matrículas;
V – cronograma de implantação;
VI – necessidades de infraestrutura;
VII – necessidades de recursos humanos;
VIII – organização da alimentação escolar;
IX – necessidades de materiais e equipamentos;
X – previsão orçamentária;
XI – estratégias de formação dos profissionais;
XII – estratégias de acompanhamento e avaliação;
XIII – mecanismos de revisão e atualização.

Parágrafo único. O Plano de Expansão poderá ser atualizado periodicamente, de acordo com os resultados do monitoramento e as condições da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO XI

DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Art. 28. As unidades escolares que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão incorporar os princípios, objetivos e diretrizes desta Política ao seu Projeto Político-Pedagógico.

Art. 29. O Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares deverá contemplar, entre outros aspectos:
I – concepção de Educação Integral em Tempo Integral;
II – organização da jornada;
III – organização curricular;
IV – integração entre os diferentes tempos e espaços educativos;
V – experiências educativas complementares;
VI – estratégias de inclusão e equidade;
VII – participação das famílias;
VIII – articulação com a comunidade;
IX – organização dos momentos de alimentação, higiene e descanso;
X – estratégias de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento;
XI – estratégias de acompanhamento da frequência e participação;
XII – formas de registro e avaliação;
XIII – ações de formação e planejamento dos profissionais.

Art. 30. A organização da jornada e das experiências educativas deverá ser objeto de planejamento coletivo dos profissionais da unidade escolar, sob orientação da equipe gestora e pedagógica.

CAPÍTULO XII

DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

Art. 31. A Educação Integral em Tempo Integral poderá utilizar diferentes espaços da unidade escolar e, quando pedagogicamente pertinente e juridicamente possível, outros espaços educativos do território.

Art. 32. A utilização de espaços externos à escola deverá observar:
I – segurança das crianças e dos estudantes;
II – acessibilidade;
III – planejamento pedagógico;
IV – autorização dos responsáveis, quando necessária;
V – acompanhamento por profissionais;
VI – condições adequadas de transporte, quando necessário;
VII – legislação aplicável.

Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar as unidades escolares quanto à organização, adequação e utilização dos espaços destinados à Educação Integral em Tempo Integral.

CAPÍTULO XIII

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 34. A implementação da Política Municipal contará com profissionais da educação em quantidade e condições compatíveis com as necessidades da oferta, observadas a legislação e as normas municipais vigentes.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação continuada para os profissionais envolvidos na Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 36. As ações de formação continuada poderão contemplar, entre outros temas:
I – concepção de educação integral;
II – organização do currículo integrado;
III – planejamento de jornadas ampliadas;
IV – desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
V – Educação Infantil;

VI – inclusão e acessibilidade;
VII – equidade educacional;
VIII – práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas e tecnológicas;
IX – cultura digital e uso pedagógico das tecnologias;
X – proteção integral e direitos das crianças;
XI – convivência e participação;
XII – avaliação e acompanhamento da aprendizagem;
XIII – planejamento, registro e documentação pedagógica;
XIV – articulação entre escola, família e comunidade.

CAPÍTULO XIV

DA INCLUSÃO, EQUIDADE E GARANTIA DE DIREITOS

Art. 37. A Política Municipal assegurará o direito de participação plena na Educação Integral em Tempo Integral às crianças e aos estudantes público da Educação Especial, observadas as normas nacionais e municipais vigentes.

Art. 38. A organização da jornada deverá considerar as necessidades específicas de cada criança ou estudante, assegurando recursos, apoios, acessibilidade e estratégias pedagógicas adequadas.

Art. 39. A expansão da oferta deverá considerar critérios de equidade, priorizando, quando cabível, territórios, unidades escolares e públicos que apresentem maiores necessidades educacionais e sociais, de acordo com diagnóstico da Rede Municipal de Ensino.

Art. 40. A Política Municipal deverá contribuir para a redução das desigualdades educacionais, respeitando as especificidades sociais, culturais, econômicas e territoriais da população atendida.

CAPÍTULO XV

DA ALIMENTAÇÃO, HIGIENE, DESCANSO, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Art. 41. A oferta de Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar condições adequadas de alimentação, hidratação, higiene, descanso, segurança e bem-estar.

Art. 42. A alimentação escolar observará as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e as orientações dos órgãos competentes.

Art. 43. A organização dos momentos de alimentação deverá respeitar as necessidades das crianças e dos estudantes, observando aspectos nutricionais, culturais, educativos e de promoção da saúde.

Art. 44. As unidades escolares deverão estabelecer procedimentos para assegurar:
I – higiene adequada;
II – hidratação;
III – repouso e descanso, especialmente na Educação Infantil;
IV – segurança física;
V – acolhimento;
VI – prevenção de acidentes;
VII – cuidados específicos relacionados às necessidades individuais;
VIII – condições adequadas de convivência.

CAPÍTULO XVI

DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 45. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida de forma articulada com outras políticas públicas municipais, estaduais e federais, quando pertinente.

Art. 46. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer articulações e parcerias institucionais com órgãos públicos, instituições de ensino, universidades, organizações sociais, entidades culturais, esportivas, científicas e demais instituições legalmente habilitadas, observada a legislação aplicável.

Parágrafo único. As parcerias deverão possuir finalidade pública, estar vinculadas aos objetivos da Política Municipal e observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e proteção integral das crianças e dos estudantes.

CAPÍTULO XVII

DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 47. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá fortalecer a participação das famílias e da comunidade na vida escolar.

Art. 48. As unidades escolares deverão promover estratégias de comunicação e participação das famílias, especialmente quanto:
I – à organização da jornada;
II – aos objetivos da Educação Integral;
III – às experiências educativas desenvolvidas;
IV – aos cuidados e rotinas da criança;
V – ao acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem;
VI – às ações de convivência e participação.

Art. 49. A comunidade escolar deverá ser envolvida, sempre que possível, nos processos de avaliação e aperfeiçoamento da oferta.

CAPÍTULO XVIII

DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA

Art. 50. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 51. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – elaborar orientações para implementação da Política;
II – planejar a expansão da oferta;
III – acompanhar as unidades escolares;
IV – promover formação continuada;
V – orientar a elaboração ou atualização dos Projetos Político-Pedagógicos;
VI – articular as ações intersetoriais;
VII – acompanhar indicadores de acesso, permanência, participação e aprendizagem;
VIII – avaliar a execução da Política;
IX – promover estudos e diagnósticos;
X – elaborar e atualizar o Plano de Expansão;
XI – propor adequações normativas quando necessárias;
XII – assegurar a articulação da Política com os demais instrumentos de planejamento educacional do Município.

Art. 52. Compete às unidades escolares:
I – incorporar a Política ao Projeto Político-Pedagógico;

II – organizar a jornada escolar;
III – elaborar e executar o planejamento pedagógico;
IV – acompanhar a frequência e participação;
V – registrar e acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens;
VI – promover a participação das famílias;
VII – assegurar a integração dos diferentes tempos e espaços educativos;
VIII – comunicar à Secretaria Municipal de Educação as necessidades identificadas;
IX – participar dos processos de monitoramento e avaliação.

Art. 53. O Conselho Municipal de Educação exercerá as competências que lhe forem atribuídas pela legislação e pelas normas do Sistema Municipal de Ensino, especialmente quanto ao acompanhamento, apreciação e regulamentação da Política Municipal.

CAPÍTULO XIX

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 54. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será objeto de monitoramento e avaliação periódicos, visando verificar sua implementação, resultados, desafios e necessidades de aperfeiçoamento.

Art. 55. O monitoramento poderá considerar, entre outros, os seguintes indicadores:
I – número de unidades escolares participantes;
II – número de matrículas em tempo integral;
III – percentual de matrículas em tempo integral na Rede Municipal;
IV – frequência e permanência;
V – participação nas experiências educativas;
VI – condições de infraestrutura;
VII – disponibilidade de profissionais;
VIII – oferta e adequação da alimentação;
IX – participação das famílias;
X – formação continuada dos profissionais;
XI – desenvolvimento e aprendizagem das crianças e dos estudantes;
XII – inclusão e acessibilidade;
XIII – indicadores de equidade;
XIV – execução do Plano de Expansão;
XV – percepção das crianças, estudantes, profissionais e famílias sobre a oferta.

Art. 56. A avaliação da Política deverá utilizar evidências quantitativas e qualitativas, considerando registros escolares, instrumentos pedagógicos, indicadores educacionais, consultas à comunidade escolar e demais fontes pertinentes.

Art. 57. Os resultados do monitoramento e da avaliação deverão subsidiar:
I – a revisão do Plano de Expansão;
II – o planejamento das unidades escolares;
III – a formação continuada;
IV – a organização curricular;
V – a definição das experiências educativas;
VI – a adequação dos espaços e recursos;
VII – a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XX

DO FINANCIAMENTO

Art. 58. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será financiada por recursos orçamentários próprios do Município e por recursos provenientes de fontes estaduais, federais e demais fontes legalmente disponíveis.

Art. 59. O planejamento orçamentário deverá considerar, progressivamente, as necessidades decorrentes da ampliação da jornada escolar, incluindo:
I – recursos humanos;
II – formação continuada;
III – infraestrutura;
IV – equipamentos;
V – materiais pedagógicos;
VI – alimentação escolar;
VII – transporte escolar, quando necessário;
VIII – manutenção e adequação dos espaços;
IX – demais despesas necessárias à garantia da qualidade da oferta.

Art. 60. A aplicação dos recursos destinados à Educação Integral em Tempo Integral observará a legislação orçamentária, financeira e educacional vigente.

CAPÍTULO XXI

DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE PRATA

Art. 61. A implementação da Política Municipal observará as seguintes etapas:
I – consolidação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
II – elaboração ou atualização do Plano de Expansão;
III – planejamento da implementação para o ano letivo de 2027;
IV – definição das unidades escolares participantes da expansão inicial;
V – adequação dos Projetos Político-Pedagógicos;
VI – organização da jornada e do currículo;
VII – planejamento da formação dos profissionais;
VIII – organização dos espaços, materiais e recursos;
IX – acompanhamento da implementação;
X – avaliação dos resultados e revisão das estratégias.

Art. 62. A implantação inicial da Pré-Escola em Tempo Integral em 2027 será realizada em duas unidades da Rede Municipal de Ensino, conforme planejamento e ato específico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 63. A ampliação para outras unidades escolares será realizada progressivamente, mediante avaliação das condições da rede e dos resultados da implementação inicial.

Art. 64. A experiência desenvolvida nas unidades inicialmente contempladas será utilizada como referência para o aperfeiçoamento da Política e para o planejamento das etapas subsequentes de expansão.

CAPÍTULO XXII

DA ARTICULAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Art. 65. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá estar articulada:

I – ao Plano Municipal de Educação;

II – às diretrizes e metas da Secretaria Municipal de Educação;

III – ao currículo municipal;

IV – ao Currículo Referência de Minas Gerais;

V – aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;

VI – aos Regimentos Escolares;

VII – aos instrumentos de planejamento orçamentário;

VIII – ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral;

IX – aos demais instrumentos de planejamento e acompanhamento educacional.

Art. 66. Os documentos normativos e pedagógicos da Rede Municipal de Ensino deverão ser progressivamente adequados às disposições desta Política.

CAPÍTULO XXIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá ser revisada periodicamente, considerando alterações na legislação nacional, estadual ou municipal, resultados do monitoramento, avaliação da implementação e necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 68. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, orientações técnicas, instruções e demais atos necessários à implementação desta Política.

Art. 69. As atividades, projetos, oficinas e experiências educativas desenvolvidos no âmbito da Educação Integral em Tempo Integral deverão estar articulados aos objetivos desta Política, ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

Art. 70. A criação ou alteração de experiências educativas não previstas expressamente nesta Resolução não dependerá de sua alteração, desde que esteja em conformidade com os princípios, objetivos, diretrizes e normas da Política Municipal.

Art. 71. A expansão da oferta não poderá comprometer as condições necessárias à garantia da qualidade, da equidade, da inclusão e da proteção integral das crianças e dos estudantes.

Art. 72. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino e a legislação vigente.

Art. 73. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prata – MG, 15 de SETEMBRO DE 2026

-

CYNTHIA JUNQUEIRA MACEDO

Presidente Do Conselho Municipal Da Educação

Secretário(A) Municipal De Educação

ANEXO I

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL – 2027

1. DA IMPLEMENTAÇÃO INICIAL

A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral terá, no ano letivo de 2027, como primeira etapa de expansão:

- manutenção da oferta de tempo integral já existente na Creche;
- implantação de turmas de Pré-Escola em Tempo Integral em duas unidades da Rede Municipal de Ensino;
- planejamento e acompanhamento da implementação;
- avaliação dos resultados da experiência inicial;
- preparação das etapas posteriores de expansão.

2. DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

As unidades escolares participantes deverão elaborar ou atualizar seus Projetos Político-Pedagógicos, contemplando:

- concepção de educação integral;
- organização da jornada;
- currículo integrado;
- experiências educativas;

- momentos de alimentação;
- higiene;
- descanso;
- brincadeiras;
- práticas culturais e artísticas;
- práticas corporais e esportivas;
- experiências científicas e tecnológicas;
- convivência e participação;
- inclusão e acessibilidade;
- acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem.

3. DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

As experiências educativas serão definidas de acordo com o diagnóstico e o planejamento de cada unidade escolar e poderão envolver diferentes linguagens, áreas e campos de experiência.

Poderão ser desenvolvidas, conforme as condições da rede e o planejamento pedagógico, experiências relacionadas a:

- artes;
- dança;
- música;
- teatro;
- artesanato;
- literatura;
- culinária educativa;
- esporte e movimento;
- jogos e brincadeiras;
- ciência;
- tecnologia;
- robótica;
- cultura digital;

- educação ambiental;
- sustentabilidade;
- projetos de leitura;
- cultura local;
- outras experiências pertinentes.

A definição das atividades não será rígida ou permanente, podendo ser revista de acordo com o diagnóstico, os interesses das crianças, os recursos disponíveis, os profissionais envolvidos e as necessidades pedagógicas.

4. DO ACOMPANHAMENTO

A Secretaria Municipal de Educação realizará acompanhamento periódico da implementação, considerando:

- matrícula;
- frequência;
- participação;
- desenvolvimento e aprendizagem;
- infraestrutura;
- alimentação;
- recursos humanos;
- materiais e equipamentos;
- participação das famílias;
- avaliação dos profissionais;
- percepção das crianças e das famílias;
- dificuldades encontradas;
- resultados alcançados.

5. DA EXPANSÃO

A expansão para outras unidades escolares será planejada a partir dos resultados da implementação inicial, observando:

- demanda;
- condições de infraestrutura;
- recursos humanos;
- condições financeiras;

- alimentação;
- transporte;
- espaços educativos;
- condições de inclusão e acessibilidade;
- capacidade de acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação;
- qualidade e equidade da oferta.

ANEXO II
EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Prata será organizada a partir dos seguintes eixos:
EIXO 1 – CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
Integração curricular, planejamento, experiências educativas diversificadas, desenvolvimento integral, acompanhamento das aprendizagens e valorização das diferentes linguagens.
EIXO 2 – INFÂNCIAS, CUIDADO E BEM-ESTAR
Acolhimento, alimentação, higiene, descanso, brincadeiras, segurança, saúde, proteção integral e respeito aos ritmos e necessidades das crianças.
EIXO 3 – EQUIDADE E INCLUSÃO
Acesso, permanência, participação, aprendizagem, acessibilidade e atendimento às diferentes necessidades educacionais.
EIXO 4 – CULTURA, ARTES, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Ampliação das oportunidades educativas por meio de experiências culturais, artísticas, corporais, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais.
EIXO 5 – TERRITÓRIO, FAMÍLIA E COMUNIDADE
Integração entre escola, família, comunidade e território, reconhecendo os diferentes espaços como possibilidades educativas.
EIXO 6 – PROFISSIONAIS E FORMAÇÃO CONTINUADA
Valorização dos profissionais, planejamento coletivo, formação continuada e desenvolvimento de competências necessárias à implementação da educação integral.
EIXO 7 – GESTÃO, GOVERNANÇA E INTERSETORIALIDADE
Planejamento, articulação entre setores, definição de responsabilidades, participação social e gestão democrática.
EIXO 8 – INFRAESTRUTURA E RECURSOS
Adequação dos espaços, materiais, equipamentos, alimentação, transporte e demais condições necessárias à oferta.
EIXO 9 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Acompanhamento de indicadores, análise de evidências, avaliação das ações, identificação de desafios e aperfeiçoamento contínuo da Política.
EIXO 10 – EXPANSÃO PROGRESSIVA
Ampliação planejada da oferta, considerando demanda, equidade, capacidade da rede, sustentabilidade financeira e garantia das condições de qualidade.

ANEXO III
MATRIZ INICIAL DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA

Dimensão	Indicador	Periodicidade
Acesso	Número de unidades com oferta em tempo integral	Anual
Acesso	Número de matrículas em tempo integral	Anual
Expansão	Número de novas turmas implantadas	Anual
Permanência	Frequência dos estudantes	Bimestral
Participação	Participação nas experiências educativas	Bimestral
Currículo	Percentual de unidades com PPP atualizado	Anual
Formação	Participação dos profissionais em formação	Semestral
Infraestrutura	Adequação dos espaços	Anual
Alimentação	Regularidade e adequação da oferta	Contínua
Inclusão	Atendimento às necessidades específicas	Contínua
Aprendizagem	Evidências de desenvolvimento e aprendizagem	Semestral
Família	Participação das famílias	Semestral
Gestão	Reuniões de acompanhamento da Política	Semestral
Avaliação	Relatório de monitoramento	Anual
Expansão	Cumprimento das etapas previstas no Plano de Expansão	Anual

ANEXO IV
CRONOGRAMA REFERENCIAL DE IMPLEMENTAÇÃO – 2026 – 2028.

ETAPA	DESCRIÇÃO	2026	2027	2028
1 Institucionalização	Elaboração e apreciação da Política Municipal; Aprovação pelo Conselho Municipal de Educação; publicação do ato normativo; inserção das informações nos sistemas oficiais; elaboração/atualização do Plano de Expansão.	x		
2 – Planejamento	definição das unidades escolares que iniciarão a oferta em 2027 diagnóstico das condições de infraestrutura; levantamento de recursos humanos; planejamento da alimentação; organização dos espaços; planejamento curricular;	x		

	atualização dos Projetos Político-Pedagógicos; definição das estratégias de formação.			
3 – Implementação	início da oferta de Pré-Escola em Tempo Integral nas duas unidades definidas; acompanhamento da frequência e participação; acompanhamento pedagógico; formação continuada; acompanhamento das condições de funcionamento.		x	
4 – Avaliação	análise dos resultados; identificação dos desafios; avaliação com profissionais e famílias; sistematização das experiências; revisão das estratégias.		x	
5 -Expansão progressiva	análise da capacidade da rede; definição de novas unidades; ampliação progressiva das matrículas; revisão periódica do Plano de Expansão; avaliação contínua da Política Municipal.			x

Publicado por:
Luiz Gustavo Fonseca
Código Identificador:AC39DE32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 153/2026.

DECRETO Nº 153/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e insere novas fontes na dotação orçamentária do exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço e inclusão das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 3.715.525,57 (três milhões, setecentos e quinze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
03.004.4.122.103.2861-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 80.000,00
05.003.28.843.0.0018-4.6.90.71	1.500.000.0000	R$ 120.000,00
05.003.28.843.0.0021-4.6.90.71	1.500.000.0000	R$ 180.000,00
05.003.28.843.0.0023-3.2.90.21	1.500.000.0000	R$ 100.000,00
07.001.8.422.101.2662-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 6.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.30	1.661.000.0000	R$ 34.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.40	1.660.000.0000	R$ 17.300,00
08.002.12.122.101.2218-4.4.90.52	1.542.000.1071	R$ 926.295,04
08.002.12.122.106.2151-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 172.952,34
08.005.12.122.106.2794-4.4.90.52	1.500.000.1001	R$ 599.000,00
09.002.15.451.102.2019-4.4.90.51	1.720.000.0000	R$ 150.000,00
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.30	1.500.515.1002	R$ 506.118,19
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 50.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 105.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.3.90.36	1.600.000.0000	R$ 80.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 36.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 50.160,00
10.005.10.302.105.2640-3.3.90.33	1.621.000.0000	R$ 28.500,00
10.006.10.302.105.2661-3.3.90.46	1.500.000.1002	R$ 23.000,00
10.008.10.122.101.2845-3.3.90.40	1.500.000.1002	R$ 145.000,00
10.009.10.305.105.2407-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 25.000,00
10.009.10.305.105.2824-3.3.90.33	1.621.000.0000	R$ 14.200,00
10.009.10.305.105.2407-3.3.90.33	1.621.000.0000	R$ 28.500,00
10.009.10.306.105.2639-3.3.90.46	1.500.000.1002	R$ 4.000,00
11.001.15.422.117.1843-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 4.500,00
14.006.6.122.101.2274-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
15.001.4.122.118.2614-4.4.90.52	1.754.000.0000	R$ 190.000,00
16.003.13.392.114.2829-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
TOTAL		R$ 3.715.525,57

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
07.002.8.122.104.2636-3.3.90.30	1.660.000.0000	R$ 2.000,00
07.002.8.122.104.2636-3.3.90.36	1.660.000.0000	R$ 4.000,00
07.002.8.244.104.2243-3.3.90.36	1.661.000.0000	R$ 5.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.36	1.661.000.0000	R$ 15.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.39	1.661.000.0000	R$ 6.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.3.90.40	1.661.000.0000	R$ 8.000,00
07.002.8.245.104.2637-3.3.90.48	1.660.000.0000	R$ 4.000,00
07.002.8.245.104.2855-3.3.90.40	1.660.000.0000	R$ 7.300,00
07.006.8.122.113.2886-3.3.90.40	1.500.000.0000	R$ 6.000,00

08.002.12.122.101.2759-3.1.90.11	1.500.000.1001	R$ 172.952,34
08.002.12.122.101.2759-3.1.90.11	1.500.000.1001	R$ 599.000,00
08.003.12.365.106.2790-3.1.90.04	1.542.000.1070	R$ 926.295,04
09.002.15.451.109.2822-3.3.90.30	1.720.000.0000	R$ 90.000,00
09.002.15.451.109.2822-3.3.90.39	1.720.000.0000	R$ 60.000,00
10.001.10.122.101.2762-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.99	1.500.504.1002	R$ 506.118,19
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 4.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 23.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 25.000,00
10.006.10.302.105.2417-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 50.000,00
10.006.10.302.105.2417-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 105.000,00
10.006.10.302.105.2417-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 80.000,00
10.006.10.302.105.2661-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 20.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 50.160,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 14.200,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 28.500,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 28.500,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 36.000,00
10.011.10.122.101.2412-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 25.000,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 120.000,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 180.000,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 4.500,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 100.000,00
11.001.4.122.101.1853-4.4.90.39	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
11.001.4.127.108.2797-4.4.90.39	1.501.000.0000	R$ 80.000,00
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
15.001.4.122.118.2614-3.3.90.40	1.754.000.0000	R$ 190.000,00
TOTAL		R$ 3.715.525,57

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 08 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 08 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:313CC8BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 162/2026.

DECRETO Nº 162/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 2.825.922,82 (dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.002.4.122.101.2859-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 3.000,00
07.001.8.422.101.2662-3.3.90.33	1.500.000.0000	R$ 5.512,00
07.006.8.122.113.2886-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 55.000,00
07.006.8.422.104.2812-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 18.107,04
09.002.15.451.102.2193-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 111.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.3.90.34	1.621.000.0000	R$ 1.500.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 2.000,00
10.006.10.302.105.2661-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 7.000,00
10.009.10.122.105.2847-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 20.000,00
11.001.4.127.108.2797-3.3.90.30	1.501.000.0000	R$ 2.000,00
11.001.4.127.108.2858-3.3.90.30	1.501.000.0000	R$ 2.000,00
11.002.15.452.108.2780-4.4.90.93	1.759.000.0000	R$ 100,00
13.001.4.122.101.2865-3.3.90.36	1.501.000.0000	R$ 30.000,00
13.003.17.512.116.2786-3.3.90.39	1.759.005.0000	R$ 41.203,78
14.005.6.181.101.2273-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 256.000,00
14.005.6.181.101.2273-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
14.006.15.452.109.1832-3.3.90.30	1.752.000.0000	R$ 400.000,00

14.006.15.452.109.1832-3.3.90.39	1.752.000.0000	R$ 300.000,00
14.006.6.122.101.2274-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
16.001.4.122.101.2796-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 3.000,00
TOTAL		R$ 2.825.922,82

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.001.4.122.101.2001-3.3.90.14	1.500.000.0000	R$ 3.000,00
07.001.8.422.101.2662-3.3.70.41	1.500.000.0000	R$ 10.000,00
07.001.8.422.101.2662-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 3.000,00
07.002.8.244.104.2243-3.3.90.32	1.500.000.0000	R$ 12.000,00
07.003.8.243.101.2255-3.3.50.41	1.759.000.0000	R$ 100,00
07.006.8.122.113.2886-3.3.90.33	1.500.000.0000	R$ 5.512,00
07.006.8.122.113.2886-3.3.90.40	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
07.006.8.306.104.2245-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 10.000,00
07.006.8.422.104.2812-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 18.107,04
09.002.15.451.102.2193-4.4.90.51	1.500.000.0000	R$ 31.000,00
09.002.15.451.109.2822-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 50.000,00
09.002.15.451.109.2879-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 30.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 20.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 700.000,00
10.009.10.122.105.2847-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 2.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 400.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 400.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 7.000,00
11.001.4.122.101.1853-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 2.000,00
11.001.4.122.101.1853-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 2.000,00
13.001.18.542.115.2871-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 30.000,00
13.003.17.512.116.2786-3.3.90.30	1.759.005.0000	R$ 41.203,78
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 256.000,00
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
14.006.6.122.101.2274-3.3.90.40	1.752.000.0000	R$ 400.000,00
14.006.6.122.101.2274-3.3.90.40	1.752.000.0000	R$ 300.000,00
16.001.4.122.101.2796-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 3.000,00
TOTAL		R$ 2.825.922,82

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 21 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 21 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:3FF5345D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 163/2026.

DECRETO Nº 163/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e insere novas fontes na dotação orçamentária do exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e; considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço e inclusão das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 8.023.000,00 (oito milhões e vinte e três mil reais).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
04.001.4.122.101.2666-3.3.90.49	1.500.000.0000	R$ 14.000,00
07.002.8.122.101.2852-3.1.90.94	1.500.909.0000	R$ 7.000,00
07.002.8.245.104.2253-3.1.90.94	1.500.909.0000	R$ 10.000,00
08.002.12.122.101.2759-3.3.90.36	1.500.000.1001	R$ 100.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.3.90.49	1.540.000.1071	R$ 75.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.1.90.04	1.540.000.1072	R$ 220.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.1.90.94	1.540.000.1070	R$ 210.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.3.90.49	1.540.000.1071	R$ 30.000,00

08.003.12.365.106.2790-3.1.90.94	1.540.000.1072	R$ 10.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.1.90.04	1.540.000.1072	R$ 215.000,00
08.003.12.367.106.2793-3.1.90.04	1.540.000.1070	R$ 45.000,00
10.001.10.122.101.2131-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 13.000,00
10.002.10.122.101.2414-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 62.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.11	1.605.000.0000	R$ 17.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.11	1.600.910.0000	R$ 115.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.13	1.600.910.0000	R$ 50.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 440.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.94	1.500.000.1002	R$ 4.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 230.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.600.000.0000	R$ 460.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.600.000.0000	R$ 215.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2402-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2402-3.1.90.11	1.600.000.0000	R$ 260.000,00
10.004.10.301.105.2402-3.1.90.13	1.600.000.0000	R$ 80.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.11	1.605.000.0000	R$ 20.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.11	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 365.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.94	1.500.000.1002	R$ 40.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.11	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 96.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.11	1.621.000.0000	R$ 80.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 53.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.3.90.46	1.621.000.0000	R$ 15.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.3.90.49	1.621.000.0000	R$ 6.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.1.90.11	1.605.000.0000	R$ 115.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 130.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.3.90.49	1.621.000.0000	R$ 33.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 70.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 240.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.1.90.94	1.500.000.1002	R$ 30.000,00
10.005.10.302.105.2521-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 88.000,00
10.005.10.302.105.2521-3.1.90.94	1.500.000.1002	R$ 3.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.11	1.600.000.0000	R$ 13.000,00
10.006.10.302.105.2763-3.1.90.11	1.621.000.0000	R$ 110.000,00
10.006.10.302.105.2763-3.3.90.49	1.621.000.0000	R$ 40.000,00
10.006.10.302.105.2416-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 37.000,00
10.006.10.302.105.2661-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 65.000,00
10.006.10.302.105.2763-3.3.90.46	1.621.000.0000	R$ 10.000,00
10.008.10.122.101.2845-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.008.10.122.101.2845-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 101.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 160.000,00
10.009.10.305.105.2438-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 105.000,00
10.009.10.305.105.2438-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 47.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 62.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.13	1.600.000.0000	R$ 90.000,00
10.009.10.306.105.2639-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.009.10.306.105.2639-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 32.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 700.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 155.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.94	1.600.000.0000	R$ 25.000,00
11.001.4.122.101.2670-3.1.90.94	1.501.000.0000	R$ 3.000,00
12.001.4.122.101.2876-3.1.90.11	1.501.000.0000	R$ 32.000,00
12.001.4.122.101.2876-3.1.90.13	1.501.000.0000	R$ 50.000,00
12.001.4.122.101.2876-3.1.90.94	1.501.000.0000	R$ 115.000,00
14.001.6.122.101.2672-3.1.90.13	1.500.000.0000	R$ 205.000,00
15.001.4.122.118.2864-3.1.90.11	1.501.000.0000	R$ 200.000,00
15.001.4.122.118.2864-3.1.90.13	1.501.000.0000	R$ 45.000,00
16.001.4.122.101.2673-3.1.90.04	1.500.000.0000	R$ 55.000,00
TOTAL		R$ 8.023.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
03.004.4.122.103.2861-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 32.000,00
03.004.4.122.103.2861-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 50.000,00
03.004.4.122.103.2861-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 115.000,00
07.002.8.244.104.2243-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 10.000,00
07.002.8.244.104.2243-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 7.000,00
08.002.12.122.101.2759-3.1.90.13	1.500.000.1001	R$ 100.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 75.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 30.000,00
08.003.12.361.106.2092-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 220.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 210.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 10.000,00
08.003.12.365.106.2791-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 215.000,00
08.003.12.367.106.2793-3.1.90.11	1.540.000.1070	R$ 45.000,00
09.002.15.451.109.2835-4.4.90.51	1.500.508.0000	R$ 205.000,00

09.002.15.451.109.2835-4.4.90.51	1.500.508.0000	R$ 14.000,00
09.002.15.451.109.2835-4.4.90.51	1.500.508.0000	R$ 55.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.04	1.600.910.0000	R$ 115.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.1.90.04	1.600.910.0000	R$ 5.000,00
10.004.10.301.105.2398-3.3.90.46	1.600.910.0000	R$ 45.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 13.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 440.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 4.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.13	1.500.000.1002	R$ 143.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 222.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 40.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 70.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 168.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 72.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 30.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 160.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 62.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 37.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.3.90.49	1.500.000.1002	R$ 39.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 49.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 3.000,00
10.004.10.301.105.2397-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 548.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 96.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 80.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 53.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 15.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 6.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.3.90.49	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 100.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 50.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 5.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 47.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 130.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 33.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 110.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.04	1.621.000.0000	R$ 40.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.3.90.46	1.621.000.0000	R$ 10.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 17.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 20.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.3.90.49	1.600.000.0000	R$ 22.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.3.90.49	1.600.000.0000	R$ 13.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.3.90.49	1.600.000.0000	R$ 55.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.13	1.600.000.0000	R$ 45.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.13	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 25.000,00
10.005.10.302.105.2521-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 40.000,00
10.005.10.302.105.2640-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 15.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 152.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 155.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 93.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.33	1.600.000.0000	R$ 5.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.33	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.33	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.005.10.302.105.2400-3.3.90.33	1.600.000.0000	R$ 195.000,00
10.006.10.302.105.2763-3.1.90.13	1.621.000.0000	R$ 50.000,00
10.006.10.302.105.2622-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 230.000,00
10.006.10.302.105.2622-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 460.000,00
10.006.10.302.105.2622-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 210.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 65.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 80.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 62.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 100.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 90.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.600.000.0000	R$ 3.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.04	1.605.000.0000	R$ 15.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.605.000.0000	R$ 20.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 7.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 32.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 65.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.009.10.305.105.2406-3.1.90.11	1.500.000.1002	R$ 101.000,00
11.001.4.122.101.1853-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 3.000,00
15.001.4.122.118.2863-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 200.000,00
15.001.4.122.118.2863-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 45.000,00
TOTAL		R$ 8.023.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 21 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 21 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador-Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:9C5AC2E2

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TÍTULO: APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE

TÍTULO: APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE
ANIMAIS EM ESTADO DE SOLTURA APREENDIDOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES
OBSERVANDO O DISPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº3.734 DE 2016 E EM SEU REGULAMENTO INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 181 DE 2019, A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES TORNA PÚBLICA A APREENSÃO, EM ESTADO DE SOLTURA EM VIAS E ÁREAS PÚBLICA, DOS SEGUINTES ANIMAIS DOMÉSTICOS:

ANIMAL	ESPÉCIME DENOMINAÇÃO POPULAÇÃO	RAÇA	SEXO	DATA DE APREENSÃO	DESCRIÇÃO	B.O	LOCAL DE APREENSÃO
01	Equídeo	SRD	F	01/10/2026	Pelagem Alazão.	133/2026	Walter Dias Ribeiro, nº127, Viena.
02	Equídeo	SRD	F	01/10/2026	Pelagem Tordilho.	134/2026	Walter Dias Ribeiro, nº127, Viena.
03	Equídeo	SRD	F	02/10/2026	Pelagem Baio .	135/2026	Walter Dias Ribeiro, nº127, Viena.
04	Equídeo	SRD	F	02/10/2026	Pelagem Castanho.	136/2026	Ornelina Maria Pereira, nº 23, Quintas do Lago.
05	Equídeo	SRD	M	05/10/2026	Pelagem Tordilho.	137/2026	Rua Pedro Leopoldo, nº2300, Botafogo.
06	Equídeo	SRD	M	05/10/2026	Pelagem Castanho.	138/2026	Rua Pedro Leopoldo, nº2300, Botafogo.
07	Equídeo	SRD	F	05/10/2026	Pelagem Tordilho.	139/2026	Rua Raimundo Nonato, Centro.
08	Equídeo	SRD	F	07/10/2026	Pelagem Pampa.	140/2026	Rua Maria Vitoria, nº 1064, Veneza.
09	Equídeo	SRD	M	07/10/2026	Pelagem Saburuna.	141/2026	Rua Maria Vitoria, nº 1064, Veneza.
10	Equídeo	SRD	F	07/10/2026	Pelagem Castanho.	142/2026	Rua Maria Vitoria, nº 1064, Veneza.

PORTANTO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° E 4° DA LEI MUNICIPAL 3.734 DE 2016, FICAM OS PROPRIETÁRIOS DOS ANIMAIS APREENDIDOS, MENCIONADOS NESTA PUBLICAÇÃO CONVOCADOS A COMPARECER NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PARA RETIRÁ LOS.

MARCILIO RODRIGUES DE SOUSA /
Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:7791D634

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 20/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 20/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)
1.PREÂMBULO
1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, planejamento e gestão, torna público que pretende adquirir gêneros alimentícios em atendimento a secretaria demandante, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.
Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO
2.1. Registro de Preços para aquisição estimada de gêneros alimentícios em atendimento a secretaria demandante cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	407816	ACHOCOLATADO APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO , SABOR: TRADICIONAL , PRAZO VALIDADE MÍNIMO: 06 MESES , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ENRIQUECIDO COM VITAMINAS(CATMAT 463550) CAIXA COM 27 UNIDADES DE EMBALAGENS DE 200ML COM CANUDINHO, SABOR CHOCOLATE, PRONTO PARA CONSUMO INDIVIDUAL.	75,00	CX.	39,8600	2.989,50
2	407543	AÇÚCAR TIPO: CRISTAL , COLORAÇÃO: BRANCA, EMBALAGEM 5 KG (CÓDIGO CATMAT: 603269), TEXTURA EM GRÂNULOS FINOS E COLORAÇÃO BRANCA. ISENTO DE IMPUREZAS E EMPEDRAMENTO. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	150,00	PCT.	20,0600	3.009,00

3	407544	ADOÇANTE ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO TRANSPARENTE , INGREDIENTES: SUCRALOSE , PRAZO VALIDADE: 1 ANOS, TIPO: DIETÉTICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BICO DOSADOR, FRASCO 100 ML 9CÓDIG CATMAT: 407523), ISENTO DE ASPARTAME.	20,00	UNID.	10,0300	200,60
4	407804	ÁGUA MINERAL NATURAL TIPO: SEM GÁS , MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO , TIPO EMBALAGEM: DESCARTÁVEL (CATMAT 445484) CAIXA CONTENDO 48 COPOS DE 200 ML CADA.	20,00	CX.	43,5000	870,00
5	412808	ÁGUA MINERAL POTÁVEL SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFÃO PET DE 20 LITROS, LACRADOS, (COM EMPRÉSTIMO GRATUITO DO RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO E TROCA QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO) DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE (NO MÍNIMO DE 6 MESES) IMPRESSAS NA EMBALAGEM DO PRODUTO.	20,00	UNID.	18,7300	374,60
6	407587	BALA TIPO: MASTIGÁVEL, SABOR: VARIADO (CÓDIGO CATMAT: 474370) PACOTE DE 1 KILO	60,00	PCT.	19,5600	1.173,60
7	407806	BALA TIPO: PIRULITO , SABOR: VARIADO (CATMAT 483634) PACOTE COM 50 UNIDADES SABOR DE FRUTAS BALA TIPO: PIRULITO , SABOR: VARIADO (CATMAT 483634) PACOTE COM 50 UNIDADES SABOR DE FRUTAS TROPICAIS, COM 600 GRAMAS.	150,00	PCT.	16,5300	2.479,50
8	407588	BISCOITO APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM RECHEIO , CLASSIFICAÇÃO: DOCE , APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO HUMANA (CATMAT: 323406) TIPO AMANTEIGADO. SEM RECHEIO. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, LIVRE DE GORDURAS TRANS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. COM QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR A MARILAN. COM VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	200,00	PCT.	8,5400	1.708,00
9	407808	BISCOITO APRESENTAÇÃO: REDONDO , SABOR: COCO , TIPO: ROSQUINHA , INGREDIENTES: AÇÚCAR, FARINHA DE TRIGO E GLÚTEN , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM RECHEIO , CLASSIFICAÇÃO: DOCE , APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO HUMANA (CATMAT 245803) ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE DE 400 GRAMAS.	200,00	PCT.	9,0200	1.804,00
10	407810	BISCOITO APRESENTAÇÃO: REDONDO , SABOR: NATA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM RECHEIO , CLASSIFICAÇÃO: DOCE , APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO HUMANA (CATMAT 316060) PACOTE COM 400 GRAMAS	50,00	PCT.	9,0000	450,00
11	407580	BISCOITO SABOR: MAIZENA , TIPO: SEM RECHEIO, PACOTE 400 G (CÓDIGO CATMAT: 605938) DOCE, PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, LIVRE DE GORDURAS TRANS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. COM VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	200,00	PCT.	7,2700	1.454,00
12	407581	BISCOITO SABOR: SALGADO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTEGRAL E SEM RECHEIO , TIPO: CREAM CRACKER, PACOTE 400 G (CÓDIGO CATMAT: DE PIRMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE GORDURA TRANS, PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO ÁCIDO FÓLICO, CROCANTE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, PADRONIZADA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. COM VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	300,00	PCT.	7,6000	2.280,00
13	407802	BOLO ALIMENTÍCIO SABOR: CHOCOLATE , PESO: 40 G, PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES (CATMAT 266199) CAIXA CONTENDO 16 UNIDADES (PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR A BAUDUCCO)	150,00	CX.	35,4500	5.317,50
14	407564	BOMBOM COBERTURA: CHOCOLATE PRETO , RECHEIO: COM RECHEIO , SABOR: CASTANHA DE CAJÚ MATERIAL QUILOGRAMA, (CÓDIGO CATMAT: 464002), PACOTES COM NO MÍNIMO 850 GRAMAS. SIMILAR OU SUPERIOR A SERENATA DE AMOR OU SONHO DE VALSA.	150,00	PCT.	59,9400	8.991,00
15	407549	CAFÉ APRESENTAÇÃO: TORRADO MOÍDO , INTENSIDADE: INTENSA OU EXTRA FORTE , TIPO: TRADICIONAL, EMPACOTAMENTO: VÁCUO, CAIXA 500 G (CÓDIGO CATMAT: 463575), PÓ HOMOGÊNEO, FINO, COR VARIANDO DO CASTANHO CLARO AO CASTANHO ESCURO, SABOR E CHEIROS PRÓPRIOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA, PRÓPRIA, FECHADA, CONTENDO OS DADOS DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. COM QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR A TRÊS CORAÇÕES® OU TOKO®.	600,00	PCT.	36,1500	21.690,00
16	407550	CAIXA DE BOMBOM SORTIDOS DE 250G A 300G (PADRAO DE QUALIDADE GAROTO, NESTLÉ, LACTA)	400,00	UNID.	14,7300	5.892,00
17	407818	CAIXA DE CHICLETES COM 100 UNIDADES, 4 GRAMAS CADA, SABOR DE MORANGO.	60,00	CX.	15,2700	916,20
18	407817	CHOCOLATE GUARDA-CHUVA, DISPLAY 340 GRAMAS, CAIXA COM 50 UNIDADES.	120,00	CX.	22,3800	2.685,60
19	407819	DOCE CONFEITADO TIPO: MARIA MOLE , INGREDIENTES: GELATINA, AÇÚCAR E ÁGUA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RECOBERTO COM COCO RALADO (CATMAT 474417) CAIXA COM 50 UNIDADES.	50,00	CX.	37,8400	1.892,00
20	407811	DOCE CONFEITADO TIPO: PIPOCA DOCE , PESO: 10 G, INGREDIENTES: MILHO, AÇÚCAR (CATMAT 374948) FARDO COM 50 UNIDADES	80,00	FARDO	32,4800	2.598,40
21	407821	DOCE NÃO CONFEITADO TIPO: MASSA , SABOR: PAÇOCA , FORMA APRESENTAÇÃO: TABLETE (CATMAT 465663) OU ROLHA. INGREDIENTES: AMENDOIM, AÇÚCAR E SAL. CAIXA COM 100 UNIDADES, COM CADA UNIDADE CONTENDO MINIMO DE 15G.	60,00	CX.	29,9800	1.798,80
22	407556	LEITE FLUIDO ORIGEM: DE VACA , TIPO: A , TEOR GORDURA: INTEGRAL , PROCESSAMENTO: UHT, UNIDADE GARRAFA DE 1 L (CÓDIGO CATMAT: 445995), EMBALAGEM "TETRAPARK", NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATA DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO.	10,00	UNID.	6,9500	69,50

		APRESENTAR SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, SERVIÇO MUNICIPAL DE INSPEÇÃO (SIM) OU SERVIÇO ESTADUAL DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE) OU SELO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.				
23	407107	ÓLEO VEGETAL MATÉRIA PRIMA: SOJA , TIPO: DEGOMADO, EMBALAGEM 900 ML (CÓDIGO CATMAT: 416665), REFINADO,TIPO 1, ASPECTO LÍMPIDO COM COR E CONSISTÊNCIA EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE E NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DE PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE: NA DATA DA ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR PRAZO RESTANTE DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À METADE DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DE FABRICAÇÃO E A DATA FINAL DE VALIDADE.	20,00	UNID.	9,0700	181,40
24	412805	REFRIGERANTE DE 2 LITROS SABOR GUARANÁ; COM INGREDIENTES: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE GUARANÁ, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADORES: BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, AROMATIZANTE E CORANTE CARAMELO IV. NÃO CONTÉM GLÚTEN, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS NO ATO DA ENTREGA	200,00	UNID.	11,1800	2.236,00
25	412806	REFRIGERANTE MATERIAL: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO NOZ DE COLA, SABOR: AROMA NATURAL, , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAFEÍNA, CORANTE CARAMELO IV, ACIDULANTE INS 338. EMBALAGEM DE 2 LITROS, VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS NO ATO DA ENTREGA. (CATMAT 344691)	200,00	UNID.	12,3200	2.464,00
26	407822	SALGADINHO DE MILHO, ASSADO, 140G, SABORES DIVERSOS: QUEIJO, REQUEIJÃO, PRESUNTO, BACON. PADRÃO DE QUALIDADE SIMLIAR OU SUPERIOR: ELMA CHIPS.	2.000,00	UNID.	11,9100	23.820,00
27	407576	SUCO APRESENTAÇÃO: CONCENTRADO , SABOR: CAJÚ , TIPO: INDUSTRIALIZADO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM AÇUCAR E SEM GLÚTEN, GARRAFA 500 ML (CÓDIGO CATMAT: 486402), RENDIMENTO MÍNIMO DE 05 LITROS, PRODUZIDO COM FRUTOS DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA OU VIDRO, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA (TAMPA LACRADA), CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	50,00	UNID.	8,1100	405,50
28	407578	SUCO APRESENTAÇÃO: CONCENTRADO , SABOR: UVA , TIPO: INDUSTRIALIZADO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM AÇUCAR E SEM GLÚTEN, GARRAFA 500 ML (CÓDIGO CATMAT: 486400), RENDIMENTO MÍNIMO DE 1,5 LITROS, PRODUZIDO COM FRUTOS DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	50,00	UNID.	8,2300	411,50
29	407577	SUCO APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO , SABOR: GOIABA , TIPO: NATURAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO GARRAFA 500 ML (CÓDIGO CATMAT: 252016), RENDIMENTO MÍNIMO DE 4,5 LITROS, PRODUZIDO COM FRUTOS DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA OU VIDRO, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA (TAMPA LACRADA), CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	50,00	UNID.	8,2600	413,00
30	407541	SUCO APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO , SABOR: MARACUJÁ , TIPO: INTEGRAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR , VALIDADE: 5 MESES MATERIAL GARRAFA 500 ML (CÓDIGO CATMAT: 442814), RENDIMENTO MÍNIMO DE 6 LITROS, PRODUZIDO COM FRUTOS DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA OU VIDRO, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA (TAMPA LACRADA), CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	50,00	UNID.	10,2000	510,00
31	407583	SUCO APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO , SABOR: UVA , TIPO: NATURAL MATERIAL EMBALAGEM 1 L 9CÓDIGO CATMAT: 232366), INTEGRAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. COMPOSTO 100% DE SUCO DE UVA. SEM ADITIVOS ALIMENTARES. PRONTO PARA CONSUMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS. RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, VALIDADE, PESO, LOTE E FABRICANTE. PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA E 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA. DEVERÁ POSSIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	50,00	UNID.	11,8700	593,50
32	407809	SUCO APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO , SABOR: VARIADO , TIPO: NATURAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRONTO PARA CONSUMO E EMBALAGEM TIPO LONGA VIDA (CATMAT 314238) COM CONTEÚDO DE 200 ML DIVERSOS SABORES EM CAIXA LONGA VIDA.	2.000,00	UNID.	3,7000	7.400,00
33	407181	VINAGRE MATÉRIA-PRIMA: ÁLCOOL DE CERAIS, TIPO: NEUTRO , ACIDEZ: 4,20 PER, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO , ASPECTO VISUAL: LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS, FRASCO 750 ML (CÓDIGO CATMAT: 217095), ASPECTO LÍMPIDO E COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRÓPRIAS EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE: NA DATA DE ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR PRAZO RESTANTE DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À METADE DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DE FABRICAÇÃO E A DATA FINAL DE VALIDADE.	5,00	UNID.	4,2200	21,10
					TOTAL	109.099,80

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS

3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 22/10/2026 através do e-mail irp.administração@rodeiro.mg.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal.

3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:

a) especificação do item ou termo de referência;

b) estimativa de consumo;

c) Local de entrega

3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Educação:

3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
a) os quantitativos considerados ínfimos;
b) a inclusão de novos itens; e
c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

4.DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.
4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.
4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail irp.administração@rodeiro.mg.gov.br ou contato através do número (32) 3435-0135.
4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.

5.DOCUMENTO EM ANEXO:

5.1. Todas as informações e condições para registro de preços para aquisição estimada de gêneros alimentícios em atendimento a secretaria demandante, se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 09 de outubro de 2026

CECÍLIA TEREZA CAÇÃO FERREIRA
Secretária Municipal De Administração, Planejamento E Gestão

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:ABAF3CFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 21/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 21/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)

1.PREÂMBULO

1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, planejamento e gestão, torna público que pretende adquirir gêneros alimentícios em atendimento a secretaria demandante, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.
Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, incluindo produtos de padaria, frutas, laticínios e outros, para atender às necessidades das secretarias municipais de Rodeiro/MG, cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	407527	BOLO ALIMENTÍCIO SABOR: CHOCOLATE , TIPO: SEM RECHEIO , PRAZO VALIDADE: MÍNIMO7DIAS , INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, LEITE, OVOS, FERMENTO, SAL, NATA, UNIDADE (CÓDIGO CATMAT: 465634), PODENDO SER DE OUTROS SABORES, SEM COBERTURA, GRANDE (TABULEIRO MEDINDO APROXIMADAMENTE 60X40CM), SABOR CONFORME SOLICITADO PELO REQUISITANTE	30,00	UNID.	51,3700	1.541,10
2	407529	BOLO ALIMENTÍCIO SABOR: VARIADO , TIPO: SEM RECHEIO , PRAZO VALIDADE: 07DIAS , INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO QUÍMICO, AÇÚCAR E OVO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM INDIVIDUAL, UNIDADE (CÓDIGO CATMAT: 609217), SEM COBERTURA, REDONDO, (FORMA REDONDA COM FURO MEDINDO MEDINDO APROXIMADAMENTE 8X22 CM)	100,00	UNID.	16,6700	1.667,00
3	407528	BOLO ALIMENTÍCIO SABOR: VARIADO , TIPO: SEM RECHEIO , PRAZO VALIDADE: 48 HORAS, UNIDADE (CÓDIGO 476817), BRANCO, SIMPLES, SABOR TRADICIONAL, SEM COBERTURA, TAMANHO GRANDE (TABULEIRO MEDINDO APROXIMADAMENTE 60X40CM)	30,00	UNID.	84,3600	2.530,80
4	412811	BOLO ALIMENTÍCIO SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 07DIAS , INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO QUÍMICO, AÇÚCAR E OVO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM INDIVIDUAL, UNIDADE (CÓDIGO CATMAT: 609217), COM COBERTURA, REDONDO, (FORMA REDONDA COM FURO MEDINDO MEDINDO APROXIMADAMENTE 8X22 CM).	100,00	UNID.	19,6800	1.968,00
5	412810	CASADINHA TIPO DOCE, RECHEADA COM DOCE DE LEITE (PESO MÉDIO DE 50 G) PRODUTO DE CONFEITARIA /PANIFICAÇÃO; CONSTITUÍDO POR DUAS PARTES DE MASSA DOCE, UNIDAS E RECHEADAS COM DOCE DE LEITE DE CONSISTÊNCIA CREMOSA; APRESENTANDO FORMATO E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO PRODUTO, TEXTURA E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM SINAIS DE MOFO, FERMENTAÇÃO OU DETERIORAÇÃO.	50,00	KG	31,9000	1.595,00
6	407560	GORDURA VEGETAL TIPO: MARGARINA , SUBTIPO: CREMOSA , COMPOSIÇÃO BÁSICA: MÍNIMO DE 80% DE GORDURA , SABOR: COM SAL, EMBALAGEM 500 G (CÓDIGO CATMAT: 463699), LIVRE DE GORDURA TRANS, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO, ATÓXICA, NÃO VIOLADA. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - S.I.F.).	50,00	UNID.	11,2200	561,00
7	407579	HAMBURGUINHO 0,35 GRAMAS (COMPOSTO POR PRESUNTO, MUSSARELA, ALFACE E MAIONESE)	500,00	UNID.	2,0000	1.000,00
8	412812	MANTEIGA EXTRA SEM SAL INGREDIENTES BÁSICOS: CREME DE LEITE PASTEURIZADO. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: SABOR E ODOR: SUAVE, CARACTERÍSTICO DE MANTEIGA, AROMA DELICADO, ISENTO DE ODORES OU SABORES ESTRANHOS. COR: BRANCO-AMARELADA, UNIFORME, SEM MANCHAS OU PONTOS DE OUTRA COLORAÇÃO. CONSISTÊNCIA: SÓLIDA E PASTOSA, COM TEXTURA LISA E UNIFORME. UMIDADE: TEXTURA UNIFORME, SEM SEPARAÇÃO DE ÁGUA. EMBALAGEM: POTE DE POLIPROPILENO, COM 500 G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE (MAPA/ANVISA).	100,00	UNID.	27,0800	2.708,00
9	407537	PÃO BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA , TIPO: TIPO FRANÇÊS/BRANCO/DE SAL, QUILOGRAMA (CÓDIGO CATMAT: 460380), UNIDADE DE 50 GRAMAS. FRESCO, MACIO E SEM PRESENÇA DE SUJIDADES E MOFO. NÃO DEVE POSSUIR GORDURA VEGETAL HIDROGENADA EM SUA COMPOSIÇÃO. ISENTO DE	500,00	KG	17,4900	8.745,00

		GORDUA TRANS. PRODUZIDO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM CAIXAS PLÁSTICAS COBERTAS PARA QUE NÃO SEJAM AMASSADOS OU CONTAMINADOS POR AGENTES DO MEIO OU SACOLAS LIMPAS E PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS.				
10	407531	PAO COM MORTADELA DEFUMADA PÃO DE SAL TIPO FRANCES, 50 G, COM TRÊS FATIAS DE MORTADELA DEFUMADA PAO COM MORTADELA DEFUMADA - PÃO DE SAL TIPO FRANCES, 50 G, COM TRÊS FATIAS DE MORTADELA DEFUMADA.	350,00	UNID.	3,4500	1.207,50
11	407533	PAO COM PRESUNTO E MUSSARELA PÃO DE SAL TIPO FRANCES, 50 G, COM UMA FATIA DE PRESUNTO E UMA FATIA DE MUSSARELA	350,00	UNID.	4,7700	1.669,50
12	407532	PAO COM QUEIJO TPO MUÇARELA: PÃO DE SAL TIPO FRANCES, 50 G, COM DUAS FATIAS DE QUEIJO MUÇARELA PAO COM QUEIJO TPO MUÇARELA: PÃO DE SAL TIPO FRANCES, 50 G, COM DUAS FATIAS DE QUEIJO MUÇARELA	350,00	UNID.	5,2000	1.820,00
13	407534	PÃO DE QUEIJO BASA DA MASSA: POLVILHO DOCE OU AZEDO E QUEIJO , INGREDIENTES ADICIONAIS: ORIGINAL , FORMATO: TRADICIONAL/MÉDIO , APRESENTAÇÃO: ASSADO, QUILOGRAMA (CÓDIGO CATMAT: 460496)	30,00	KG	53,7000	1.611,00
14	407535	PÃO DE QUEIJO BASE DA MASSA: POLVILHO DOCE OU AZEDO E QUEIJO , INGREDIENTES ADICIONAIS: ORIGINAL , FORMATO: COQUETEL/MINI , APRESENTAÇÃO: ASSADO, QUILOGRAMA (CÓDIGO CATMAT: 460497)	30,00	KG	42,9400	1.288,20
15	412809	PÃO TIPO BISNAGA (MÉDIA DE 50G CADA), COM MASSA COMPOSTA POR FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL E FERMENTO BIOLÓGICO, MACIO E BEM ASSADO, RECHEADO COM PATÊ CREMOSO DE PEITO DE FRANGO DESFIADO.	500,00	UNID.	5,0300	2.515,00
16	407538	PASTELAO ASSADO COM RECHEIO DIVERSOS	100,00	KG	57,9900	5.799,00
17	407540	SALGADOS FRITOS E ASSADOS, TAMANHO GRANDE.	200,00	UNID.	9,2900	1.858,00

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS

3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 22/10/2026 através do e-mail irp.administração@rodeiro.mg.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal.

3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:

a) especificação do item ou termo de referência;

b) estimativa de consumo;

c) Local de entrega

3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Educação:

3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

4.DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.

4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.

4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail irp.administração@rodeiro.mg.gov.br ou contato através do número (32) 3435-0135.

4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.

5.DOCUMENTO EM ANEXO:

5.1. Todas as informações e condições para registro de preços para aquisição estimada de gêneros alimentícios em atendimento a secretaria demandante, se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 09 de outubro de 2026

CECÍLIA TEREZA CAÇÃO FERREIRA
Secretária Municipal de Administração, planejamento e gestão

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:71984061

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 02/2026

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCOS ANTÔNIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de identidade M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Santana de Cataguases-MG, CONTRATADA: **FREDERICO GARANI PIMENTA**, inscrita no CNPJ 30.763.876/0001-50, com endereço na Rua Francisco Portela, n° 166, Bairro Nossa Senhora de Fátima – Recreio/MG – CEP 36.889-550, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Frederico Garani Pimenta, CPF 046.013.656-94, portador da cédula de Identidade nº 329703651, brasileiro, casado, celebram o Aditivo primeiro ao Contrato nº 02/2026, Processo Licitatório nº 125/2025, Pregão Eletrônico nº 58/2025, nos seguintes termos:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 02/2026, firmado em 14/01/2026, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, acréscimo de 25%, justificada por documento em anexo, solicitação encaminhada através do Memorando 95/2026, assinado pelo senhor Humberto do Nascimento Mathias, Subsecretario-Cultura-Turismo- Esporte.

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto contratações de empresas especializadas em prestação de serviços de produção, organização e fornecimento de itens de estrutura de eventos festivos. Essas contratações atenderão ao calendário oficial de eventos do município de Santana de Cataguases para o ano de 2026, abrangendo eventos de pequeno, médio e grande porte.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÕES
2.1. Fica autorizado o acréscimo de 25% dos itens abaixo, conforme CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– ALTERAÇÕES item 16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	25%	VALOR UNIT	VALOR TOTAL 25%
01	PAINEL P3.9 INDOOR - DEVIDAMENTE PROCESSA-DO, COM NOTEBOOK COM SOFTWARE RESOLUME. ESTRUTURA Q30, SISTEMA DE ELEVAÇÃO POR SLEEVE E TALHAS. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA INDEPENDENTE, DEVIDAMENTE ATERRADO. DIMENSÃO 6MX10M	UNID	07	01	R$3 .000,00	R$ 3.000,00
02	LOCAÇÃO DE CAMARIM PARA EVENTOS, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 4x4 M, BEM ESTRUTURA-DO EM, COM COBERTURA EM LONA PVC BRANCA ANTICHAMA E FECHAMENTO PERIMETRAL EM LO-NA BLACK-OUT OU TECIDO SIMILAR, GARANTINDO PRIVACIDADE. DEVE POSSUIR UMA PORTA COM TRINCO E CHAVE OU CADEADO, ILUMINAÇÃO IN-TERNA EM LED ADEQUADA AO USO (MÍNIMO EQUIVALENTE A DUAS LÂMPADAS DE 9 W), DUAS TOMADAS PADRÃO NBR 14136 EM CIRCUITO 127/220 V CONFORME DISPONIBILIDADE LOCAL E VENTI-LAÇÃO POR VENTILADOR DE COLUNA OU CLIMA-TIZADOR EVAPORATIVO, O PISO PODERÁ SER DI-RETO NO SOLO NIVELADO, RECEBENDO FORRA-ÇÃO (CARPETE/TAPETE VINÍLICO) EM TODA A ÁREA, SEM PISO ELEVADO. MOBILIÁRIO MÍNIMO COMPOSTO POR 1 MESA, 4 CADEIRAS, 1 SOFÁ, 1 ESPELHO DE CORPO INTEIRO, 1 ARARA PARA ROU-PAS E 1 LIXEIRA, TODOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA. A CONTRATADA DE-VERÁ REALIZAR MONTAGEM, ANCORA-GEM/ESTAIAMENTO SEGURO, MANUTENÇÃO DU-RANTE O PERÍODO DE USO E DESMONTAGEM, MANTENDO O AMBIENTE LIMPO E EM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, OBSERVADAS AS NORMAS APLI-CÁVEIS.	Diária	20	04	R$3.000,00	R$ 12.000,00
03	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEL TELESCÓPICO ES-TRUTURA METÁLICA E COMPENSADO DE 20MM COM 2 X 1 M COM ALTURA VARIÁVEL DE 20 A 90CM VALOR POR PEÇA	Diária	180	45	R$30,00	R$1.350,00
04	LANCHE TIPO HAMBURGUER PARA EQUIPE DE SOM, PALCO, LUZ, ILUMINAÇÃO, PRODUÇÃO, TRA-TADORES, POLÍCIA MILITAR	UNID	300	75	R$45,00	R$3.375,00
05	LOCUTOR - PARA APRESENTAÇÃO. DO EVENTO COM CARGA HORÁRIA DE 08 HORAS DIÁRIAS	Diária	10	02	R$ 900,00	R$1.800,00

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO TERMO ADITIVO
4.1. O valor do aditivo ao contrato nº 02/2026 e de R$ 21.525,00 (vinte e um mil quinhentos e vinte e cinco reais).

CLAUSULA QUINTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 09 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ: 17.702.515/0001-36

FREDERICO GARANI PIMENTA
CNPJ 30.763.876/0001-50

TESTEMUNHAS

ASSINATURA: _____
CPF: _____

ASSINATURA: _____
CPF: _____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:219694E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.805 REGULAMENTA OS ARTS. 6º, 11 E 15 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.819, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025, FIXA AS PROPORÇÕES MÍNIMAS DE VAGAS RESERVADAS PREVISTAS NOS INCISOS I E II DO ART. 9º E DELIMITA A ÁREA INICIAL DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIV

DECRETO Nº. 10.805

Regulamenta os arts. 6º, 11 e 15 da Lei Municipal nº 3.819, de 19 de dezembro de 2025, fixa as proporções mínimas de vagas reservadas previstas nos incisos I e II do art. 9º e delimita a área inicial do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago no Município de São Lourenço/MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.819, de 19 de dezembro de 2025; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os arts. 6º, 11 e 15 da Lei Municipal nº 3.819, de 19 de dezembro de 2025, fixa as proporções mínimas de vagas reservadas previstas nos incisos I e II do art. 9º e delimita a área inicial integrante do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago no Município de São Lourenço/MG.

Art. 2º Os valores iniciais das tarifas de utilização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago serão fixados no edital de licitação da concessão, com fundamento nos estudos técnicos e econômico-financeiros que integram o respectivo procedimento administrativo, observados o princípio da modicidade tarifária e as hipóteses de gratuidade e isenção previstas na Lei Municipal nº 3.819/2025.

Art. 3º As tarifas poderão ser revistas anualmente, mediante decreto específico do Chefe do Poder Executivo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, bem como o índice, a data-base e os critérios objetivos estabelecidos no edital e no contrato de concessão.

Parágrafo único. A revisão tarifária será precedida de manifestação técnica do órgão municipal responsável pela gestão do trânsito, contendo a demonstração objetiva do índice e dos critérios aplicáveis.

Art. 4º Ficam delimitadas como área inicial de abrangência do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago as vias, logradouros e respectivos trechos constantes do Anexo I deste Decreto.

§ 1º A localização, demarcação e distribuição definitiva das vagas dentro dos trechos delimitados serão estabelecidas no Plano de Implantação, observadas as condições físicas das vias, a legislação de trânsito, as vagas reservadas e especiais e a aprovação do órgão municipal competente.

§ 2º A inclusão de novas vias ou trechos, bem como a ampliação, redução ou exclusão das áreas previstas no Anexo I, dependerá de estudo técnico e parecer da Diretoria de Trânsito

Continua folha 02

DECRETO Nº. 10.805
Folha 02

e Transporte Público, submetidos à homologação do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 11 da Lei Municipal nº 3.819/2025.

§ 3º s alterações de que trata o § 2º serão formalizadas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, com a correspondente atualização do Anexo I.

Art. 5º Para fins do disposto nos incisos I e II do art. 9º da Lei Municipal nº 3.819, de 19 de dezembro de 2025, ficam estabelecidas as seguintes reservas mínimas:

I – 2% (dois por cento) do total de vagas destinadas a automóveis para veículos que transportem pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção, assegurada, no mínimo, 1 (uma) vaga;
II – 5% (cinco por cento) do total de vagas destinadas a automóveis para pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

§ 1º As vagas reservadas previstas neste artigo integram o quantitativo total de vagas destinadas a automóveis no Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, devendo eventual resultado fracionário ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior, de modo a assegurar o cumprimento do percentual mínimo.

§ 2º Havendo ampliação ou redução do quantitativo de vagas integrantes do Sistema, os quantitativos das vagas reservadas serão adequados de forma a preservar os percentuais mínimos previstos neste artigo.

§ 3º A localização, demarcação e distribuição das vagas reservadas serão definidas no Plano de Implantação, observadas as normas de trânsito, acessibilidade e sinalização aplicáveis.

§ 4º As áreas destinadas a pontos de táxi, mototáxi, embarque e desembarque e carga e descarga não integrarão as áreas de estacionamento rotativo pago, devendo permanecer livres para as respectivas finalidades, observado o art. 12 da Lei Municipal nº 3.819/2025.

Art. 6º O órgão municipal responsável pela gestão do trânsito poderá expedir atos complementares de natureza estritamente técnica e operacional necessários à execução deste Decreto, vedada a alteração, por tais atos, das tarifas, das proporções mínimas estabelecidas no art. 5º ou das vias e trechos constantes do Anexo I, sem observância dos procedimentos previstos neste Decreto e na Lei Municipal nº 3.819/2025, e após aprovação pelo Chefe do Executivo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 08 de outubro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 02

DECRETO Nº. 10.805

Folha 02

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

ANEXO I
ÁREA INICIAL DE ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO
Integram a área inicial de abrangência do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago as seguintes vias e respectivos trechos:

Código	Via/Logradouro	Limite inicial	Limite final
01A	Avenida Comendador Costa	Rua Evaristo da Veiga	Rua Marechal Floriano
01B	Avenida Comendador Costa	Rua Marechal Floriano	Rua Barão do Rio Branco
01C	Avenida Comendador Costa	Rua Barão do Rio Branco	Rua Batista Luzardo
01D	Avenida Comendador Costa	Rua Batista Luzardo	Avenida Dr. Getúlio Vargas
01E	Avenida Comendador Costa	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Praça João Lage
01F	Avenida Comendador Costa	Praça João Lage	Rua Cel. Ferraz
01G	Avenida Comendador Costa	Rua Cel. Ferraz	Rua Dr. Mello Viana
01H	Avenida Comendador Costa	Rua Dr. Mello Viana	Rua Dr. Ribeiro da Luz
01I	Avenida Comendador Costa	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua Sete de Setembro
02A	Avenida Dom Pedro II	Rua Alda Garrido	Rua Marechal Floriano
02B	Avenida Dom Pedro II	Rua Marechal Floriano	Rua Barão do Rio Branco
02C	Avenida Dom Pedro II	Rua Barão do Rio Branco	Rua Batista Luzardo
02D	Avenida Dom Pedro II	Rua Batista Luzardo	Avenida Dr. Getúlio Vargas
02E	Avenida Dom Pedro II	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Rua Venceslau Bráz
02F	Avenida Dom Pedro II	Rua Venceslau Bráz	Rua Cel. Ferraz
02G	Avenida Dom Pedro II	Rua Cel. Ferraz	Rua Dr. Mello Viana
02H	Avenida Dom Pedro II	Rua Dr. Mello Viana	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto
02I	Avenida Dom Pedro II	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Rua Dr. Ribeiro da Luz
02J	Avenida Dom Pedro II	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua Sete de Setembro
03A	Rua Quinze de Novembro	Rua Alda Garrido	Rua Marechal Floriano
03B	Rua Quinze de Novembro	Rua Marechal Floriano	Rua Barão do Rio Branco
03C	Rua Quinze de Novembro	Rua Barão do Rio Branco	Rua Batista Luzardo
03D	Rua Quinze de Novembro	Rua Batista Luzardo	Avenida Dr. Getúlio Vargas
04A	Rua Coronel José Justino	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Rua Venceslau Bráz
04B	Rua Coronel José Justino	Rua Venceslau Bráz	Rua Cel. Ferraz
04C	Rua Coronel José Justino	Rua Cel. Ferraz	Rua Dr. Mello Viana
04D	Rua Coronel José Justino	Rua Dr. Mello Viana	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto
04E	Rua Coronel José Justino	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Rua Dr. Ribeiro da Luz
05A	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Av. Doutor Getúlio Vargas	Rua Venceslau Bráz
05B	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua Venceslau Bráz	Rua Cel. Ferraz
05C	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua Cel. Ferraz	Rua Dr. Mello Viana
05D	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua Dr. Mello Viana	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto
05E	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Rua Dr. Ribeiro da Luz
05F	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua J. C. Soares
06A	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
06B	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Avenida Dom Pedro II	Rua Coronel José Justino
06C	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
06D	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua dos Andradas
07A	Rua Dr. Mello Viana	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
07B	Rua Dr. Mello Viana	Avenida Dom Pedro II	Rua Coronel José Justino
07C	Rua Dr. Mello Viana	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
07D	Rua Dr. Mello Viana	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua dos Andradas
08A	Rua Cel. Ferraz	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
08B	Rua Cel. Ferraz	Avenida Dom Pedro II	Rua Coronel José Justino
08C	Rua Cel. Ferraz	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
09A	Rua Venceslau Brás	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
10A	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
10B	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Avenida Dom Pedro II	Rua Coronel José Justino
10C	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Rua Coronel José Justino	Rua Adelaide Vassalo
10D	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Rua Adelaide Vassalo	Rua Ledo
11A	Rua Batista Luzardo	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
11B	Rua Batista Luzardo	Avenida Dom Pedro II	Rua Quinze de Novembro
11C	Rua Batista Luzardo	Rua Quinze de Novembro	Rua Adelaide Vassalo
12A	Rua Barão do Rio Branco	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
12B	Rua Barão do Rio Branco	Avenida Dom Pedro II	Rua Quinze de Novembro
12C	Rua Barão do Rio Branco	Rua Quinze de Novembro	Rua Adelaide Vassalo
13A	Rua Marechal Floriano	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
13B	Rua Marechal Floriano	Avenida Dom Pedro II	Rua Quinze de Novembro
14A	Rua Adelaide Vassalo	Avenida Dr. Getúlio Vargas	Rua Batista Luzardo
14B	Rua Adelaide Vassalo	Rua Venceslau Brás	Avenida Dr. Getúlio Vargas
14C	Rua Adelaide Vassalo	Rua Batista Luzardo	Rua Ludgero Fernandes
15A	Rua Sete de Setembro	Avenida Dom Pedro II	Avenida Comendador Costa
16A	Rua Evaristo da Veiga	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
17A	Praça João Lage	Toda a extensão abrangida pela área do sistema, exceto o estacionamento do Parque das Águas	Toda a extensão abrangida pela área do sistema, exceto o estacionamento do Parque das Águas
18A	Rua Saturnino da Veiga	Alameda Deputado Mascarenhas Lage	Rua Antônio Carlos
19A	Rua J. C. Soares	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
19B	Rua J. C. Soares	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua dos Andradas
20A	Rua dos Andradas	Rua Dr. Mello Viana	Rua Doutor Olavo Gomes Pinto
20B	Rua dos Andradas	Rua Doutor Olavo Gomes Pinto	Rua Dr. Ribeiro da Luz

20C	Rua dos Andradas	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua J. C. Soares
20D	Rua dos Andradas	Rua J. C. Soares	Rua Ida Lage
20E	Rua dos Andradas	Rua Ida Lage	Avenida Damião Junqueira de Souza
21A	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Avenida Comendador Costa	Avenida Dom Pedro II
21B	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Avenida Dom Pedro II	Rua Carlos Alberto Vieira
21C	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua Carlos Alberto Vieira	Rua Coronel José Justino
21D	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua Coronel José Justino	Avenida Antônio Junqueira de Souza
21E	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Avenida Antônio Junqueira de Souza	Rua dos Andradas
22A	Rua Carlos Alberto Vieira	Rua Dr. Ribeiro da Luz	Rua Dr. Olavo Gomes Pinto
23A	Alameda João Lage	Início da Alameda	Fim da Alameda
24A	Alameda Deputado Mascarenhas Lage	Início da Alameda	Fim da Alameda
25A	Praça Dr. Humberto Sanches	Toda a extensão	Toda a extensão

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:527A7005

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE ALATERAÇÃO CONTRATUAL REEQUILÍBRIO ATA 437/2025

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Alteração da Ata de Registro de Preços (ARP).** Pregão Eletrônico nº 78/2025 do Processo nº 14539/2025 da Ata de Registro de Preços (ARP) nº 437/2025. **Objeto do Processo**: Abertura de processo licitatório por registro de preços visando à aquisição de medicamentos para atender os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 meses, livre participação. **Alteração (reequilíbrio)**: Nos termos do artigo 16, inciso I, do Decreto Municipal nº 6.468/2024 c/c a alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei de Licitação nº 14.133/21, alteram-se os valores unitário dos itens/lotes 217, registrado na ARP nº 437/2025, oriundas do Pregão nº 78/2025 assinadas em 25 de Novembro de 2025, em razão da reequilíbrio econômico-financeiro, ficando da seguinte forma:

Lote	Cód.	QT Restante	Descrição Parcial	Valor Unitário Registrado	Valor Unitário Reequilibrado	%	Valor Total do Reequilíbrio
192	35799	17.420	Itraconazol 10mg	R$ 0,68	R$ 0,784	15,29%	R$ 1.811,68
VALOR TOTAL DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PARA ARP Nº 437/2025						R$ 1.811,68	

O valor total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro de acréscimo à ARP nº 437/2025 está estimado em R$ 1811,68(um mil oitocentos e onze reais e sessenta e oito centavos).

Em favor da Detentora do Registro de Preço a empresa ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente Termo passará a vigorar a partir da data de sua publicação.

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

São Sebastião do Paraíso – MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Fabiana Soares Rodrigues
Código Identificador:D27300B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE ALATERAÇÃO CONTRATUAL REEQUILÍBRIO ATA 438/2025

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Alteração da Ata de Registro de Preços (ARP).** Pregão Eletrônico nº 78/2025 do Processo nº 14539/2025 da Ata de Registro de Preços (ARP) nº 438/2025. **Objeto do Processo**: Abertura de processo licitatório por registro de preços visando à aquisição de medicamentos para atender os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 meses, livre participação. **Alteração (reequilíbrio)**: Nos termos do artigo 16, inciso I, do Decreto Municipal nº 6.468/2024 c/c a alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei de Licitação nº 14.133/21, alteram-se os valores unitário dos itens/lotes 217, registrado na ARP nº 438/2025, oriundas do Pregão nº 78/2025 assinadas em 25 de Novembro de 2025, em razão da reequilíbrio econômico-financeiro, ficando da seguinte forma:

Lote	Cód.	QT Restante	Descrição Parcial	Valor Unitário Registrado	Valor Unitário Reequilibrado	%	Valor Total do Reequilíbrio
136	7011	481020	Maleato de enalapril 20 mg	0,045	0,051	13,33%	R$2886,12
VALOR TOTAL DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PARA ARP Nº 438/2025							R$2886,12

O valor total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro de acréscimo à ARP nº 438/2025 está estimado em R$ 2886,12(dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e doze centavos).

Em favor da Detentora do Registro de Preço a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA,

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente Termo passará a vigorar a partir da data de sua publicação.

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

São Sebastião do Paraíso – MG, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Fabiana Soares Rodrigues
Código Identificador:264C798C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2026 PROCESSO Nº 001/2026 - "VIRADA DA ESPERANÇA 2027"

O MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS, com sede administrativa na Praça Castelo Branco, no 03, Centro, Três Marias/MG, inscrito no CNPJ sob o no 17.695.008/0001-12, neste ato representado pelo Senhor Wanderson Clayton Rodrigues, Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, CPF: 981.645.386-04 e pelo Senhor José Augusto de Mesquita, Prefeito, CPF: 015.512.746-20, torna público o presente Chamamento Público, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999, do decreto federal nº 3.100/1999 e demais normas aplicáveis, O presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins econômicos, para formalização de Termo de Parceria visando à execução de ações previstas neste edital. A parceria tem como objetivo a organização, planejamento e execução das ações necessárias à realização do evento "VIRADA DA ESPERANÇA 2027", prevista para ocorrer nos dia 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027, no endereço Rua Getúlio Vargas, 1069 (ou 1073), Três Marias - MG, CEP 39205-000, conforme condições, critérios e prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de proposta apresentada por **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)**, sem fins lucrativos, com vistas à celebração de **TERMO DE PARCERIA** com o Município de Três Marias/MG, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999 e suas alterações, visando ao apoio à organização, estruturação e execução das comemorações da **'VIRADA DA ESPERANÇA 2027'**, tradicional evento de relevante interesse público, cultural, social, turístico e econômico para o Município.

A parceria terá por finalidade a transferência de recursos financeiros públicos à OSCIP selecionada, para a execução de ações em regime de mútua cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura,Turismo, Esporte e Lazer abrangendo as seguintes atribuições: planejamento técnico do evento; contratação de serviços e estruturas; apoio logístico e operacional; organização do espaço do evento; suporte às atividades culturais e recreativas serviços de segurança, limpeza e atendimento ao público; comunicação e divulgação institucional.

A execução da parceria deverá garantir toda a infraestrutura e os serviços necessários à realização do evento, incluindo, mas não se limitando a: contratações artísticas; camarotes; montagem de palco e estruturas complementares; sonorização e iluminação profissional; camarins; estruturas de apoio; controle de acesso; geradores de energia com operador; serviços de segurança privada; cenografia; decoração; limpeza e manutenção do espaço; painéis de LED; filmagem; suporte técnico e demais estruturas e serviços necessários ao pleno funcionamento do evento.

A **VIRADA DA ESPERANÇA 2027** constitui uma das mais importantes celebrações culturais do Município, tendo como objetivo promover lazer, cultura e integração social, além de fomentar o comércio local, valorizar as tradições e impulsionar a economia e o turismo da região.

Será selecionada apenas uma proposta, observados os critérios técnicos de julgamento e classificação estabelecidos neste Edital, em conformidade com a Lei Federal nº 9.790/1999, o Decreto Federal nº 3.100/1999 e demais normas aplicáveis.

Fica previsto neste Chamamento Público o repasse de recursos públicos no valor global de **R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) or**iundos do orçamento municipal, a serem transferidos à entidade selecionada para a execução do objeto.

O valor total da parceria foi estimado com base no Termo de Parceria elaborado pela Administração Pública, contemplando os custos com infraestrutura, logística, serviços técnicos e operacionais necessários à realização do evento.

O evento poderá contar com receitas complementares provenientes de patrocínios,emendas parlamentares, cessão de espaços comerciais, exploração de praça de alimentação, merchandising e demais fontes de arrecadação vinculadas à execução do projeto, ficando sua captação, gestão e operacionalização sob responsabilidade da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP selecionada, mediante prévia autorização e aprovação formal da Administração Pública Municipal.

Os recursos oriundos dessas receitas complementares poderão ser considerados para fins de composição financeira do projeto e, a critério da Administração Pública, poderão ensejar a redução proporcional do valor do repasse público previsto nesta parceria. Independentemente da forma de composição financeira adotada, os recursos arrecadados deverão ser integralmente aplicados no objeto pactuado, em ações diretamente relacionadas à execução, qualificação, ampliação ou sustentabilidade do evento, observadas as disposições do Plano de Trabalho e da legislação aplicável.

Para fins de controle, transparência e prestação de contas, a OSCIP deverá manter conta bancária específica e exclusiva para movimentação das receitas complementares, distinta da conta vinculada aos recursos públicos da parceria, permitindo total rastreabilidade financeira e fiscalização pelos órgãos competentes e pela Administração Pública Municipal.

O presente edital será divulgado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Três Marias
/MG e em jornal, diário do município ou veículo midiático de grande circulação, com prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos para a apresentação das propostas, contados a partir da data de sua publicação.

1.12 Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, estes serão abertos e analisados pela **Comissão** julgadora, observados os critérios e procedimentos previstos neste instrumento, não sendo admitidos aqueles entregues após o prazo estabelecido.

1.13 A **Comissão** julgadora procederá à análise técnica das propostas em caráter reservado, podendo realizar as diligências e verificações que entender necessárias à adequada instrução do processo, sendo o resultado posteriormente divulgado pelos meios previstos neste instrumento, observados os princípios da isonomia, impessoalidade e transparência.

1.14 Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização de qualquer ato na data prevista, os respectivos prazos ficarão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

1.15 O evento será realizado nos dias 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027, com início conforme programação oficial definida pelo Município de Três Marias/MG, no local Rua Getúlio Vargas, 1069 (ou 1073), Três Marias - MG, CEP 39205-000, local indicado pela Administração Municipal.

PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL

A execução da parceria deverá observar a segregação entre os recursos públicos transferidos à OSCIP e as receitas complementares, garantindo transparência, controle e adequada prestação de contas.

O descumprimento das disposições deste item ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital, na Lei Federal nº 9.790/1999 e demais normas aplicáveis.
Constituem parte integrante deste Edital, para todos os fins de direito, os seguintes anexos:
– ANEXO I – Termo de Referência (Descrição Mínima dos Serviços);
– ANEXO II – Minuta do Termo de Parceria;
– ANEXO III – Modelo de Plano de Trabalho;
– ANEXO IV – Relação Nominal dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, com indicação dos respectivos períodos de atuação;
– ANEXO V – Declaração de Capacidade Técnica, Instalações e Condições Materiais da OSCIP;
– ANEXO VI – Declaração de Atendimento aos Requisitos da Lei Federal nº 9.790/1999;
– ANEXO VII – Declaração de Representação Legal para Assinatura do Termo de Parceria;
– ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Impedimentos Legais ou Vedações previstas na Lei nº 9.790/1999.

3 JUSTIFICATIVA

A realização do **VIRADA DA ESPERANÇA 2027** constitui importante iniciativa de valorização cultural, turística e social do Município, proporcionando à população e aos visitantes uma programação especial destinada à celebração da passagem de ano, à ocupação qualificada dos espaços públicos e ao fortalecimento da convivência comunitária.
As festividades de Ano Novo representam tradicionalmente um momento de confraternização, renovação e encontro entre famílias, moradores e visitantes. Em Três Marias, a realização de uma programação pública para o período contribui para ampliar as opções gratuitas de lazer e entretenimento, promovendo a integração social e proporcionando condições adequadas para que a população celebre coletivamente a chegada de um novo ano.
Três Marias possui reconhecida vocação turística, sendo conhecida como **"Doce Mar de Minas"** e tendo sua identidade fortemente relacionada ao Rio São Francisco e ao Lago de Três Marias, um dos principais cartões-postais da região. O Município reúne atrativos naturais, culturais e de lazer, além de atividades relacionadas ao turismo, à pesca, aos esportes náuticos, ao artesanato e à gastronomia, características que favorecem a circulação de visitantes e fortalecem sua projeção como destino turístico mineiro.
Nesse contexto, a realização do **VIRADA DA ESPERANÇA 2027** representa oportunidade de integrar cultura, turismo, lazer e desenvolvimento econômico em uma programação planejada para celebrar a passagem do ano, criando ambiente seguro, organizado e acolhedor para moradores e visitantes.
A programação do evento busca proporcionar experiências culturais e de entretenimento para diferentes públicos, por meio de apresentações artísticas e musicais, manifestações culturais e demais atividades de celebração e convivência, promovendo o acesso democrático ao lazer e à cultura e fortalecendo o sentimento de pertencimento e integração da comunidade.
Além de seu relevante caráter cultural e social, a realização do evento possui potencial para contribuir diretamente para a dinamização da economia local, especialmente em um período marcado pelo aumento da circulação de pessoas e pela presença de visitantes no Município. A festividade estimula o comércio, os serviços de alimentação, a rede de hospedagem, os pequenos empreendedores, trabalhadores da economia criativa e demais prestadores de serviços, favorecendo a geração de oportunidades de trabalho e renda e o fortalecimento da cadeia turística local.
A edição da VIRADA DA ESPERANÇA 2027 visa potencializar esses resultados por meio de uma programação estruturada, segura e organizada, contemplando infraestrutura adequada para atendimento ao público, incluindo estruturas de palco e apoio, sistemas de sonorização e iluminação, equipamentos técnicos, segurança, brigadistas, limpeza, comunicação visual, logística operacional, produção e demais serviços necessários à adequada realização da festividade.
A estruturação do evento também busca assegurar condições adequadas de conforto, segurança, acessibilidade, organização e atendimento ao público, considerando a concentração de pessoas característica das comemorações de Ano Novo e a necessidade de planejamento integrado das ações de produção, infraestrutura e apoio operacional.
Para viabilizar a adequada execução das atividades previstas, opta-se pela celebração de parceria com **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP**, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999 possibilitando a execução integrada das ações necessárias à realização da programação, mediante Plano de Trabalho, definição de metas, responsabilidades, mecanismos de acompanhamento e adequada gestão dos recursos públicos destinados ao objeto da parceria.
O modelo de parceria permite que a Administração Pública exerça as funções de planejamento, coordenação institucional, fiscalização, monitoramento e avaliação, enquanto a OSCIP executa as atividades previstas no Plano de Trabalho, observando as metas, etapas, indicadores, obrigações e mecanismos de controle estabelecidos, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e interesse público.
Dessa forma, a realização do **"VIRADA DA ESPERANÇA 2027"** configura-se como ação de relevante interesse público, alinhada às políticas municipais de promoção da cultura, incentivo ao turismo, democratização do acesso ao lazer, valorização dos espaços públicos, fortalecimento da economia criativa e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico.
Ao oferecer uma programação pública, gratuita, estruturada e acessível para a celebração da passagem do ano, o Município proporciona um espaço de confraternização para moradores e visitantes, fortalece sua vocação turística, estimula a economia local e promove a ocupação positiva dos espaços públicos, transformando a chegada do novo ano em um momento de **celebração, integração social, cultura, lazer e desenvolvimento para Três Marias**.

CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES

4.1 Serão consideradas em condições de participação as empresas que atenderem os requisitos do presente edital e apresentarem as seguintes documentações:

a) Poderá participar do concurso de projetos , a entidade qualificada perante o Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal nº. 9.790, de 23 de março de 1.999 e do Decreto Federal nº. 3.100, de 30 de junho de 1999, e que tenha em seus objetivos sociais "promoção da cultura", em redação que permita o enquadramento nos termos do inciso II do artigo 3º, da Lei Federal nº. 9.790, de 23 de março de 1.999.

b) É vedada a participação de organizações que tenham perdido a qualificação de OSCIP, de acordo com o artigo 7º, da Lei Federal nº. 9.790, de 23 de março de 1.999 e parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto Federal nº. 3.100, de 30 de junho de 1999.

c) Apresentarem certidão em vigor da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal nº 9.790/99, fora dos envelopes na fase de credenciamento.

d) Comprovar atuação prévia na realização de eventos culturais ou manifestações artístico- culturais, com efetividade e pertinência ao objeto deste Chamamento, especialmente quanto à prestação de serviços exigidos;

e) Demonstrar capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades propostas na parceria, ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos provenientes da parceria, mediante declaração do representante legal da OSCIP, conforme modelo previsto neste Edital.

f) Será admitida a contratação de serviços ou aquisição de bens e equipamentos, desde que previstos no Plano de Trabalho e compatíveis com o objeto da parceria.

4.2. É vedada a participação de entidades que incorrem nas hipóteses previstas na Lei Federal no 9.790/1999, incluindo, mas não se limitando a:
● entidades que estejam com prestação de contas rejeitada pela Administração Pública;

● entidades que estejam suspensas de contratar com o poder público ou impedidas judicialmente;

● entidades que tenham sido declaradas inidôneas ou com cadastro irregular nos sistemas de controle.

Não será admitida a atuação em rede para a execução do objeto deste Chamamento Público, devendo a OSCIP selecionada figurar como única proponente e responsável pela execução do Termo de Parceria, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.790/1999, do Decreto Federal nº 3.100/1999 e deste Edital.

COMISSÃO JULGADORA

5.1. A Comissão Julgadora é o órgão colegiado responsável por processar, analisar e julgar o presente Concurso de Projetos, devendo ser previamente constituída pelo Município de Três Marias/MG, em conformidade com o disposto no art. 30 do Decreto Federal nº 3.100/1999.
5.2. A Comissão Julgadora será composta, no mínimo, por um membro do Poder Executivo, um especialista no tema objeto do presente Concurso de Projetos e um membro do Conselho de Política Pública da área de competência, quando houver, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 3.100/1999.
5.3. Compete à Comissão Julgadora proceder à análise e ao julgamento das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, observando os critérios estabelecidos neste Edital e no Decreto Federal nº 3.100/1999, especialmente o mérito e a adequação da proposta ao Edital, a capacidade técnica e operacional da proponente, a adequação entre os meios propostos, seus custos, cronogramas e resultados, o atendimento às especificações técnicas e a regularidade jurídica e institucional da OSCIP.
5.4. Para subsidiar seus trabalhos, a **Comissão Julgadora** poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não integre o colegiado, desde que mantida a independência decisória dos membros titulares.
5.5. A **Comissão Julgadora** poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e dos documentos apresentados pelas entidades proponentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observando sempre os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.
DA FASE DE SELEÇÃO

O processo de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público no sítio oficial do Município de Três Marias /MG e no Diário Oficial	09/10/2026
2	Protocolo dos envelopes contendo Documentos de Habilitação (Envelope 01) e Plano de Trabalho (Envelope 02)	19/10/2026
3	Abertura dos envelopes e análise da documentação e das propostas pela Comissão Julgadora	20/10/2026
4	Divulgação do resultado preliminar	20/10/2026
5	Interposição de recursos contra o resultado	03 dias corridos apartir do dia 21/10/2026
6	Apresentação de contrarrazões aos resultados	Até 02 (dois) dias corridos após interposição de recursos.
7	Análise e julgamento dos recursos pela Comissão Julgadora	02 dias após interposição do recurso
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	Após a análise e julgamento dos recursos, se houver

Os prazos estabelecidos poderão ser alterados por decisão motivada da Administração Pública, mediante publicação no sítio oficial do Município.
A contagem dos prazos observará os dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Os recursos deverão ser apresentados por escrito, devidamente fundamentados, dentro dos prazos previstos neste edital.
Na hipótese de participação de apenas uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), esta poderá, de forma expressa e por escrito, renunciar ao prazo recursal. Havendo mais de uma OSCIP participante, a renúncia ao prazo recursal somente poderá ocorrer mediante manifestação expressa e unânime de todas as participantes habilitadas, devidamente registrada em ata, permitindo o prosseguimento imediato do certame.

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

A documentação exigida para **Habilitação (Envelope nº 01)** e o **Plano de Trabalho (Envelope nº 02)** deverão ser apresentados em envelopes distintos, devidamente identificados e lacrados, os quais deverão ser acondicionados em **um único envelope externo de participação**, igualmente lacrado e identificado, conforme os modelos estabelecidos neste Edital.

O protocolo das propostas será realizado exclusivamente de forma presencial, no local, data e horário especificados neste Edital, não sendo admitidas propostas encaminhadas por meio eletrônico, postal ou por qualquer outra forma diversa da prevista.

A entrega presencial dos envelopes não implicará a realização de sessão pública de abertura. Os envelopes devidamente protocolados serão posteriormente abertos pela Comissão Julgadora, na data estabelecida no cronograma deste Edital, sem a presença dos representantes das OSCIPs participantes.

O envelope externo de participação deverá conter a identificação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público proponente, o número do Chamamento Público e a indicação de que contém os Envelopes nº 01 e nº 02, sendo de responsabilidade da proponente a correta identificação, organização e lacração dos documentos apresentados..

DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE N° 1

8.1. Para fins de habilitação, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) interessada deverá apresentar a documentação abaixo relacionada, em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência e autenticação pela Comissão julgadora, observadas as disposições deste Edital e da legislação aplicável.

a) Certidão em vigor do Ministério Nacional da Justiça e Segurança Pública de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal no 9.790/99.

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico da Receita Federal, que comprove a existência legal da entidade há, no mínimo, 12 (doze) meses e com cadastro ativo;

c) Estatuto social registrado em cartório competente, e eventuais alterações posteriores, ou certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou, no caso de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida pela Junta Comercial.

d) Ata de eleição do atual quadro dirigente, acompanhada de cópias dos documentos pessoais dos membros eleitos (RG e CPF);

e) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com indicação do endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade, número do CPF e respectivo período de atuação (Anexo IV);

f) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, incluindo as contribuições sociais administradas pela Receita Federal;

g) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual;

h) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal;

i) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme previsto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

k) Declaração do representante legal da entidade quanto à capacidade administrativa, técnica e gerencial para execução do objeto da parceria, e sobre a existência de instalações e demais condições materiais ou, alternativamente, a previsão de contratação com recursos da parceria, conforme modelo (Anexo V);

l) Declaração do representante legal da entidade quanto ao cumprimento dos requisitos legais constantes da Lei Federal n° 9.790/1999 (Anexo VI);

m) Declaração do(s) responsável(is) legal(is) autorizado(s) a assinar o Termo de Parceria, nos termos do instrumento constitutivo da entidade (Anexo VII);

n) Declaração de inexistência de impedimentos legais ou de vedações previstas na Lei Federal n° 9.790/1999 (Anexo VIII);

o) Certificado em vigor do Ministério Nacional da Justiça e Segurança Pública de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal no 9.790/99.

8.2. Os documentos cuja validade possa expirar deverão estar dentro do respectivo prazo de validade. Na ausência de prazo expresso, considerar-se-á como válida a emissão em até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta. Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa.

8.3. Os documentos listados a seguir poderão ser apresentados em original ou em cópia simples, sendo analisados quanto à comprovação da qualificação técnica e experiência da OSCIP:

a) Comprovação de experiência prévia na realização de objeto semelhante ao previsto nesta parceria, junto ao setor público, por meio dos seguintes documentos:

b) Atestados de capacidade técnica, obrigatoriamente acompanhados de seus respectivos contratos e/ou Termos de Parceria, Fomento, Patrocínios ou Colaboração firmados junto ao setor público e a conselhos de autarquia federal, que comprovem, de forma objetiva, a experiência e a execução regular das atividades, referentes aos anos de 2024, 2025 e 2026.
c) Apresentação de, no mínimo, 10 (dez) currículos de profissionais integrantes da equipe técnica vinculada à execução da parceria, acompanhados dos respectivos documentos comprobatórios de qualificação e experiência, para fins de avaliação e pontuação nos termos deste Edital.
d) Dentre os profissionais indicados na alínea "c", pelo menos 01 (um) deverá possuir formação de nível superior em Administração e experiência prévia em gestão de eventos, devidamente comprovadas.
e) Documento comprobatório de registro e regularidade dos profissionais responsáveis pelas áreas de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica junto ao CREA, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, referentes às estruturas, instalações e serviços sob sua responsabilidade no evento.

f) Documentos adicionais que a OSCIP julgar pertinentes para demonstrar sua qualificação técnica em relação ao objeto do Edital;

g) Portfólio de empresas ou profissionais vinculados ao projeto, quando aplicável.

8.4. Os documentos obtidos por meio eletrônico, oriundos de sites oficiais, poderão ter sua veracidade conferida pela Comissão Julgadora nos próprios endereços eletrônicos dos órgãos emissores.

8.5. A Comissão julgadora poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a autenticidade das informações prestadas, solicitar esclarecimentos ou complementar informações, desde que respeitados os princípios da isonomia, impessoalidade e transparência.

8.6. A ausência de qualquer documento exigido para habilitação, bem como a apresentação em desacordo com o estabelecido neste Edital, implicará a inabilitação da proponente, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, caso constatada má-fé ou falsidade nas informações apresentadas.

DO PLANO DE TRABALHO – ENVELOPE Nº 2

9.1. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) proponente, redigido de forma clara, coerente e objetiva, de modo a possibilitar sua adequada análise técnica pela Administração Pública.

9.2. O documento deverá conter todas as folhas rubricadas e a última página assinada pelo representante legal da entidade ou por procurador legalmente constituído, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

9.3 . O Plano de Trabalho deverá contemplar, obrigatoriamente, os elementos essenciais previstos na Lei Federal nº 9.790, incluindo:

I – Diagnóstico da realidade local ou situação a ser transformada, com exposição da relevância do objeto da parceria e dos benefícios sociais, culturais, turísticos e econômicos esperados;

II – Definição das metas, com detalhamento das atividades, estratégias e metodologias previstas para sua consecução;

III – Cronograma físico de execução, com a distribuição temporal das etapas e ações previstas;

IV – Previsão orçamentária completa, contendo a estimativa de receitas (públicas e privadas) e despesas, com discriminação por item, valor unitário e valor total;

V – Descrição dos meios de execução, incluindo os procedimentos de gestão técnica, administrativa e financeira, bem como a composição da equipe de trabalho, recursos humanos e materiais envolvidos;

VI – Definição de indicadores de desempenho, critérios de qualidade e mecanismos de avaliação, que possibilitem o monitoramento da execução e a verificação do cumprimento das metas pactuadas.

9.4 O Plano de Trabalho deverá apresentar o projeto em sua totalidade, demonstrando todas as etapas, entregas e custos necessários à execução integral do objeto pactuado, independentemente da origem dos recursos.

9.5 Caso a arrecadação de receitas complementares não seja suficiente para custear integralmente o projeto conforme originalmente previsto, o Poder Público Municipal poderá proceder com à formalização de Termo Aditivo ao instrumento celebrado em decorrência do chamamento público, observadas as normas legais, orçamentárias e regulamentares aplicáveis, garantindo assim a plena execução do objeto, desde que tal ajuste:

a) Esteja expressamente previsto no Plano de Trabalho aprovado;

b) Preserve a execução integral, adequada e tempestiva do objeto da parceria;

c) Não comprometa a economicidade e a transparência da execução do projeto.

Os custos do projeto deverão ser demonstrados por meio de proposta financeira.

10 DO VALOR DA PARCERIA

O valor previsto para apoio financeiro do Município à execução da parceria será de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), a serem repassados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público selecionada, mediante transferência para conta bancária específica vinculada à parceria, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, sendo o pagamento realizado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) na assinatura do Termo de Parceria e 50% (cinquenta por cento) até 05 (cinco) dias antes da realização do evento.

Os recursos públicos transferidos deverão ser integralmente aplicados na execução do objeto pactuado, conforme Plano de Trabalho aprovado, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas.

O Plano de Trabalho deverá contemplar o projeto em sua totalidade, demonstrando todas as etapas, entregas e custos necessários à execução integral do objeto.

Caso haja necessidade de ajuste no valor da parceria para assegurar a plena execução do objeto, o Município poderá formalizar Termo Aditivo, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, desde que:

haja justificativa técnica e aprovação da Administração Pública;

seja garantida a execução integral do objeto;

sejam respeitados os princípios da economicidade, eficiência e transparência.

Os custos do projeto deverão ser detalhados na proposta financeira constante do Plano de Trabalho, com discriminação clara dos itens, valores unitários e valores totais.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

O julgamento e o processamento do presente Chamamento Público serão realizados pela Comissão Julgadora, órgão colegiado formalmente designado, cuja atuação se limitará à análise das propostas recebidas, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos. A Comissão poderá, se necessário para subsidiar seus trabalhos, solicitar assessoramento técnico de especialista que não integre o colegiado.

A Comissão Julgadora poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a autenticidade das informações e dos documentos apresentados pelas entidades concorrentes, esclarecer omissões, realizar visitas técnicas e estabelecer prazo para manifestação formal das organizações. Em qualquer hipótese, deverão ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

Na avaliação das propostas habilitadas, a Comissão Julgadora utilizará os critérios objetivos de pontuação estabelecidos neste edital.

Quadro de Pontuação Critério 01: Capacitação Técnico-Operacional da Proponente

Subcritério	**Pontuação Máxima**
a) Tempo de existência da entidade (registro cartorial)	10 pontos
b) Atestados de aptidão técnica em objetos similares e seus respectivos: Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Termos de Parceria, Contratos administrativos ou instrumentos de patrocínio institucional. (Obrigatório a apresentação dos termos para validar os atestados, na falta de algum termo o atestado não terá validade)	30 pontos
c) Currículos da equipe técnica principal e seus respectivos portfólios	10 pontos
Total – Critério 01	50 pontos

Detalhamento:

Tempo de existência da entidade (registro cartorial):

Até 2 anos: 2 pontos
Mais de 2 até 5 anos: 5 pontos
Mais de 5 até 10 anos: 8 pontos
Acima de 10 anos: 10 pontos

Quantidade de atestados de capacidade técnica Pontuação:
02 (dois) pontos para cada atestado válido apresentado
Máximo de 15 (quinze) atestados considerados

Pontuação máxima: 30 (trinta) pontos
Serão considerados para fins de pontuação atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como por Conselhos Profissionais ou Autarquias Federais, que comprovem a execução de atividades similares ao objeto deste edital.

Os atestados deverão ser obrigatoriamente acompanhados de seus respectivos Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Contratos administrativos ou instrumentos de patrocínio institucional, que comprovem a efetiva execução do objeto indicado.
Na ausência da apresentação dos referidos instrumentos jurídicos ou documentos equivalentes que comprovem a execução da atividade declarada, os respectivos atestados não serão considerados válidos para fins de pontuação no presente edital.
Considera-se necessária a comprovação de experiência em parceria com entes públicos em razão da natureza do objeto deste edital, que envolve a execução de atividades com recursos públicos e exige capacidade de gestão administrativa, financeira e prestação de contas conforme a legislação aplicável.
A exigência de comprovação documental complementar aos atestados de capacidade técnica justifica-se pela necessidade de assegurar a veracidade das informações apresentadas, bem como garantir a adequada qualificação técnica das propostas, considerando a complexidade do objeto e o volume de recursos públicos envolvidos.
Qualificação técnico-operacional da equipe
Para fins de pontuação deste subcritério, a Organização da Sociedade de Interesse Público deverá apresentar, no mínimo, 10 (dez) currículos de membros da equipe técnica vinculada à execução da parceria.
Pontuação:
01 (um) ponto para cada currículo apresentado e validado;
Pontuação máxima: 10 (dez) pontos.

Requisito obrigatório:
Dentre os currículos apresentados, pelo menos 01 (um) profissional deverá comprovar formação de nível superior em Administração, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 4.769/1965, sendo este indicado como responsável técnico pela execução da parceria.
A não apresentação de profissional com a referida qualificação implicará a não pontuação deste subcritério.

Forma de comprovação:

A comprovação deverá ocorrer mediante a apresentação dos currículos acompanhados de documentos que evidenciem a formação e a experiência dos profissionais, tais como diplomas, certificados, declarações, portfólios ou outros documentos idôneos.
Serão considerados apenas profissionais com atuação compatível com o objeto da parceria, cabendo à Comissão Julgadora avaliar a pertinência e a consistência das informações apresentadas.
Considerações:
Serão considerados apenas eventos de natureza compatível com o objeto deste edital, cabendo à Comissão Julgadora verificar a pertinência, a relevância e a consistência das informações apresentadas.
Não serão considerados, para fins de pontuação, atestados referentes a eventos de caráter exclusivamente privado ou que não tenham sido realizados em parceria, apoio ou participação de órgãos ou entidades da administração pública.
Para fins deste edital, consideram-se objetos similares os projetos ou eventos de natureza cultural, artística, turística, esportiva e comemorativa, que envolvam planejamento, produção, coordenação técnica e gestão de recursos públicos, realizados por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em parceria com entes públicos .

Quadro de Pontuação Critério 02: Mérito Intrínseco da Proposta

Subcritério	**Pontuação Máxima**
a) Coerência entre diagnóstico, objetivos e metas	10 pontos
b) Planejamento técnico do evento (execução, produção, operação)	10 pontos
c) Cronograma físico de execução das atividades	10 pontos
d) Orçamento: detalhamento das receitas, despesas e desembolsos	10 pontos
e) Indicadores e metodologia de aferição das metas	10 pontos
Total – Critério 02	**50 pontos**

Para fins de avaliação do Critério 02 – Mérito Intrínseco da Proposta, a Comissão julgadora procederá à análise técnica do conteúdo apresentado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, observando a clareza, consistência, viabilidade e adequação da proposta aos objetivos do edital.
A pontuação de cada subcritério será atribuída com base na qualidade das informações apresentadas, considerando o grau de atendimento aos requisitos estabelecidos neste edital, conforme a seguinte escala de avaliação:

Nível de Avaliação	Descrição	Pontuação
Excelente	O item analisado apresenta alto grau de clareza, detalhamento e coerência, demonstrando pleno atendimento aos objetivos do edital e elevada viabilidade técnica e operacional.	10 pontos
Bom	O item apresenta boa consistência e atende de forma satisfatória aos requisitos do edital, ainda que com pequenos pontos passíveis de aprimoramento.	7 pontos
Regular	O item atende parcialmente aos requisitos do edital, apresentando lacunas ou inconsistências que comprometem parcialmente a compreensão ou a execução da proposta.	4 pontos
Insuficiente	O item apresenta informações insuficientes, inconsistentes ou incompatíveis com os objetivos do edital, não permitindo aferir adequadamente sua viabilidade.	0 pontos

A Comissão Julgadora atribuirá a pontuação correspondente a cada subcritério do Critério 02 com base nesta escala, respeitando o limite máximo de pontuação estabelecido para cada item.
Pontuação Geral do Edital

Critério Avaliado	Pontuação Máxima
Critério 01 – Capacitação Técnico-Operacional	50 pontos
Critério 02 – Mérito Intrínseco da Proposta	50 pontos
Pontuação Total	**100 pontos**

Para fins de avaliação da aptidão técnica da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, serão considerados válidos os atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como Conselhos Profissionais ou Autarquias Federais, que comprovem a execução de atividades similares ao objeto deste Edital, especialmente no que se refere à realização de eventos culturais, artísticos, turísticos ou festivos.
Os atestados deverão conter, obrigatoriamente:
Nome da entidade emissora e identificação do responsável pela emissão;
Descrição objetiva dos serviços executados pela OSCIP;
Indicação do local e do período de execução das atividades;
Assinatura e identificação do responsável pela emissão do documento;
Apresentação em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência. Os documentos obtidos por meio eletrônico, oriundos de sites oficiais, poderão ter sua veracidade conferida pela Comissão Julgadora nos próprios endereços eletrônicos dos órgãos emissores.

CLASSIFICAÇÃO:
Em caso de empate na pontuação final entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá, **sucessivamente**, pelos seguintes critérios:
– Maior pontuação obtida no critério de Mérito Intrínseco da Proposta;
– Maior pontuação obtida no critério de Capacitação Técnico-Operacional da Proponente;
– Proposta que apresentar a contrapartida mais aderente aos objetivos sociais, ambientais e/ou educacionais do evento, considerando o impacto positivo, a abrangência das ações e a compatibilidade com o interesse público;
– Persistindo o empate, será considerado o menor valor global do orçamento apresentado;
– Permanecendo o empate, será realizado sorteio público, em ato devidamente registrado.
ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES

13.1. Não haverá sessão pública para abertura dos envelopes. Os Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação e nº 02 – Plano de Trabalho deverão ser entregues exclusivamente de forma presencial, mediante protocolo no local, data e horário previstos neste Edital. A abertura dos envelopes será realizada pela Comissão Julgadora, na data estabelecida no cronograma, sem a presença dos representantes das OSCIPs participantes, com registro dos procedimentos em ata e posterior divulgação dos resultados.

Encerrado o prazo de recebimento, será realizada no dia útil subsequente, pela comissão Julgadora, a abertura do Envelope n°1 – Documentação de Habilitação.

As OSCIPs que apresentarem todos os documentos exigidos e atenderem às condições de habilitação serão consideradas aptas para a próxima fase.

As OSCIPs inabilitadas terão sua participação encerrada, com seus Envelopes nº 2 – Plano de Trabalho mantidos lacrados e arquivados.

Concluída a fase de habilitação, serão abertos os Envelopes nº 2 das OSCIPs habilitadas, para análise técnica com base nos critérios definidos neste edital.

Parágrafo único. A análise técnica das propostas será realizada pela Comissão Julgadora em caráter reservado, sem a presença dos representantes das OSCIPs participantes, sendo os resultados posteriormente divulgados pelos meios oficiais previstos neste Edital, em observância aos princípios da publicidade, transparência e isonomia.

A proposta mais bem pontuada será submetida à análise do Gestor da Parceria, que emitirá parecer técnico quanto à viabilidade de execução do objeto.

Caso o parecer seja pela inviabilidade da proposta mais bem classificada, devidamente fundamentado, será analisada a proposta subsequente, seguindo a ordem de classificação.

DIVULGAÇÃO E JUSTIFICATIVAS

O resultado preliminar será publicado no site oficial do Município.

Será aberto prazo recursal, conforme os prazos e condições estabelecidos neste Edital.

ANÁLISE DE PROPOSTAS SUBSEQUENTES

Na hipótese de a entidade selecionada não atender às exigências para celebração da parceria, inclusive após a habilitação, a Comissão poderá convocar a próxima classificada, respeitando a ordem e os termos da proposta originalmente apresentada.

INTERPOSIÇÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS

Após a publicação do resultado preliminar no site oficial do Município de Três Marias, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, dirigido à Comissão Julgadora e julgado pelo Gestor da Parceria.

Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados no endereço constante do preâmbulo deste Edital, ou encaminhados por meio eletrônico para o e- mail oficial indicado no edital, dentro do prazo estabelecido, sendo considerado, para fins de tempestividade, o horário de recebimento registrado no protocolo ou no servidor de e-mail da Administração.

Caso solicitado, será fornecido acesso ao formulário eletrônico contendo parecer de avaliação da Comissão Julgadora .

O recurso deverá ser apresentado por escrito, contendo a identificação da proponente, a exposição dos fatos e fundamentos do pedido, sendo vedada a interposição de mais de um recurso por proponente.

Interposto recurso, será dada ciência aos demais participantes.

Recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos. Se não houver interposição no prazo legal, o resultado final será considerado homologado, podendo ser iniciada a formalização da parceria.

CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSCIP

Os serviços e atividades previstas no Plano de Trabalho deverão ser executados diretamente pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou por meio de profissionais por ela contratados, desde que legalmente habilitados para o exercício de suas funções.

É de responsabilidade exclusiva e integral da OSCIP o pagamento dos profissionais contratados, bem como o recolhimento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais decorrentes da relação contratual, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer ônus ao Município de Três Marias. A OSCIP deverá manter arquivados todos os comprovantes de recolhimentos e pagamentos efetuados, à disposição dos órgãos de controle.

Caso a OSCIP venha a adquirir bens permanentes com recursos oriundos da parceria, estes deverão ser registrados com cláusula de inalienabilidade e vinculados ao objeto pactuado. Em caso de extinção da entidade, deverá ser assegurada a transferência da titularidade dos bens à Administração Pública.

Toda a movimentação financeira relativa aos recursos da parceria deverá ser realizada exclusivamente por meio de conta bancária específica, sendo obrigatória a quitação de despesas por meio de transferência eletrônica para conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço. Excepcionalmente, e mediante justificativa formal, poderá ser admitida outra forma de pagamento, desde que respeitados os princípios da legalidade, rastreabilidade e transparência.

Os direitos e obrigações das partes, bem como as demais condições da execução da parceria, serão detalhados no **TERMO DE PARCERIA**, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e com observância às disposições da Lei Federal 9.790/1999 e suas alterações.

A prestação de contas final da parceria deverá ser apresentada pela OSCIP no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término da execução do objeto. A Administração Pública terá o prazo de até 90 (noventa) dias corridos para análise, avaliação e emissão de parecer conclusivo, com base nos parâmetros técnicos e financeiros definidos pela legislação vigente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente parceria serão custeadas com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Três Marias/MG, exercício de 2026, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

A dotação orçamentária específica será indicada no instrumento de formalização da parceria.

Fonte de Recurso: 1.5000.0000 RECURSO ORDINARIO - 2136 - Manutenção da Diretoria de Turismo

Ficha: 419

Dotação Orçamentária: 339036 - Outros Serviços Pessoa Juridica

A execução orçamentária e financeira da parceria observará a legislação vigente, especialmente as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 9.790/1999, pela Lei nº 4.320/1964, pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pelas normas complementares expedidas pelos órgãos de controle interno e externo.

19 DO APORTE FINANCEIRO

O Município de Três Marias/MG realizará aporte financeiro no valor de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, destinado à execução das ações previstas no objeto da parceria.

O repasse dos recursos será realizado conforme cronograma estabelecido no Termo de Parceria, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Eventuais ajustes no valor da parceria poderão ser realizados mediante formalização de Termo Aditivo, devidamente justificado e autorizado pela Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PARCERIA

O TERMO DE PARCERIA a ser celebrado em decorrência do presente Chamamento Público terá vigência de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua assinatura, abrangendo as etapas de planejamento, pré-produção, execução do evento "VIRADA DA ESPERANÇA 2027", a ser realizado nos dias 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027, desmontagem das estruturas, encerramento operacional e demais atividades necessárias à conclusão do objeto.

Parágrafo único. A vigência poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, desde que devidamente justificada e aprovada pela Administração Pública, observada a legislação aplicável e o interesse público.

DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

21.1. A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta ao Conselho de Política Pública da área correspondente de atuação, quando existente, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.790/1999 e do Decreto Federal nº 3.100/1999.

21.2. Na inexistência de Conselho de Política Pública correspondente à área de atuação objeto da parceria, fica dispensada a consulta.

21.3. Após a homologação do resultado do presente Chamamento Público pelo Prefeito Municipal, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP selecionada será convocada para assinatura do **TERMO DE PARCERIA (Anexo II)**, o qual disporá sobre o repasse de recursos, as obrigações das partes e as demais condições da parceria, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.

21.4. No ato da assinatura, a Administração Pública verificará novamente a regularidade jurídica, fiscal e documental da OSCIP, bem como o cumprimento das vedações previstas na Lei Federal nº 9.790/1999.

21.5. Após sua formalização, o extrato do Termo de Parceria deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município, observados os prazos e as condições estabelecidos na legislação aplicável.

21.6. A aprovação da proposta e do Plano de Trabalho pela **Comissão Julgadora** não implica obrigação de celebração da parceria, cabendo à Administração Pública, de forma motivada, decidir quanto à celebração do instrumento, observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária e financeira e as demais exigências legais.

DA FISCALIZAÇÃO

A Administração Municipal indicará, no **TERMO DE PARCERIA**, o Gestor da Parceria, que será responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, sem prejuízo da atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno do Município e dos demais órgãos de controle externo.

DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do **TERMO DE PARCERIA** ou o descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Plano de Trabalho ensejará sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 9.790/1999.

A rescisão poderá ocorrer por mútuo acordo entre as partes ou por decisão unilateral da Administração Pública, nas hipóteses previstas em lei, mediante justificativa formal.

DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento das obrigações pactuadas, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público poderá ser penalizada, após processo administrativo específico, com garantia de ampla defesa e contraditório, nos termos da legislação vigente, com as seguintes sanções:

Advertência formal;
Suspensão dos repasses;
Multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) sobre o valor total do Termo de Parceria;
Declaração de inidoneidade e impedimento de celebrar novas parcerias com o Município de Três Marias, enquanto perdurarem os motivos da sanção.

As penalidades aplicadas deverão ser devidamente motivadas e comunicadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos demais órgãos competentes.

DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá restituir os recursos públicos recebidos, devidamente atualizados e acrescidos de juros legais, nos seguintes casos:

Inexecução total do objeto;
Não apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido;
Aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Parceria;
Descumprimento de cláusulas essenciais previstas neste Edital ou no Plano de Trabalho.

DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA
Constituem motivos para rescisão, entre outros:

descumprimento de cláusulas contratuais;
aplicação irregular dos recursos públicos;
falsidade das informações prestadas;
desvio de finalidade do objeto pactuado;
demais hipóteses previstas na legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Os critérios e procedimentos adicionais para celebração, execução, monitoramento e prestação de contas das parcerias observarão a Lei Federal nº 9.790/1999, seus regulamentos e demais normas aplicáveis.
Todos os atos deste Chamamento Público, inclusive intimações e publicações oficiais, serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Três Marias/ MG: https://www.tresmarias.mg.gov.br bem como do diário oficial do municipio.
Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital até 3 (três) dias corridos antes do prazo final para apresentação das propostas, mediante requerimento formal protocolado ou encaminhado para o e-mail: licitacao@tresmarias.mg.gov.br
Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de **3 (três) dias corridos**, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço: licitacao@tresmarias.mg.gov.br
Caso a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público desista da celebração da parceria após a apresentação da documentação, deverá formalizar sua desistência por meio de ofício assinado pelo representante legal, com as devidas justificativas.
Não se estabelecerá qualquer vínculo trabalhista, funcional ou previdenciário entre a Administração Pública e os profissionais vinculados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
O Termo de Parceria poderá ser alterado mediante termo aditivo ou apostilamento, para adequação do Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e que a modificação esteja devidamente justificada, respeitado o interesse público e a disponibilidade orçamentária.
A celebração do Termo de Parceria dependerá da conveniência e oportunidade da Administração Pública, bem como da disponibilidade orçamentária e financeira do
Município, não gerando direito subjetivo à assinatura da parceria.
Este Edital poderá ser revogado por razões de interesse público ou anulado por vício insanável, a qualquer tempo, sem direito a indenização.
Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Três Marias/MG**, podendo ser ouvida a Comissão Julgadora, em conformidade com a legislação vigente.

Três Marias, 09 de outubro de 2026

WANDERSON CLAYTON RODRIGUES
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS DO 'VIRADA DA ESPERANÇA 2027'

OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a seleção de **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)**, sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999 e suas alterações, para celebração de **Termo de Parceria** com o Município de **Três Marias**, com vistas à execução das ações de infraestrutura, apoio logístico e operacional necessárias à realização da **"VIRADA DA ESPERANÇA 2027"**, evento de relevante interesse público, cultural, social e econômico.

A parceria abrangerá o planejamento técnico, a estruturação, a produção, a execução e o encerramento do evento, com foco na promoção do lazer, valorização da cultura e tradições e fortalecimento da economia local, incluindo a disponibilização de toda a infraestrutura técnica e operacional necessária, conforme especificações deste Termo de Referência.

Entre os serviços e estruturas previstos para a realização do evento, estão incluídos:

Montagem e desmontagem de estruturas temporárias, incluindo palco coberto de 16 m x 12 m, 02 camarins, estrutura de fechamento perimetral, banheiros químicos, barricadas, praticáveis, tendas para praça de alimentação, estrutura em box truss para portal do evento, camarotes e demais instalações necessárias;

Sistema de sonorização profissional, com fornecimento, instalação, operação e suporte técnico de equipamentos de áudio adequados ao porte do evento;

Sistema de iluminação cênica e operacional, contemplando refletores, moving lights, painéis de LED, mesas de controle e operação técnica especializada;

Cenografia e ambientação, compreendendo a criação, produção, instalação e manutenção de elementos cenográficos;

Decoração temática, incluindo ornamentação dos espaços, elementos visuais, banners, painéis, arranjos decorativos e identidade visual do evento;

Fornecimento de geradores de energia, com combustível, operação e suporte técnico, garantindo o funcionamento contínuo das atividades;

Equipes de apoio operacional, incluindo recepcionistas, coordenadores, auxiliares de produção, carregadores, brigadistas e pessoal de logística;

Serviços de segurança patrimonial e controle de acesso, com profissionais devidamente habilitados para atuar durante todas as etapas do evento;

Serviços técnicos especializados, abrangendo produção executiva, direção técnica, operadores de som, iluminação, vídeo, eletricistas, montadores e demais profissionais necessários;

02 contratações de apresentações artísticas locais, incluindo artistas e grupos musicais e culturais da região;

02 contratações de apresentações artísticas de nível nacional;

Infraestrutura complementar, sinalização, mobiliário, equipamentos de apoio, pontos de hidratação e áreas de atendimento ao público;

Serviços de comunicação e divulgação, incluindo material gráfico, mídia digital, cobertura fotográfica e audiovisual.

Licenciamento do evento, com vistoria do Corpo de Bombeiros e disponibilização de equipamentos de combate a incêndio;

Show pirotécnico silencioso, com operação técnica;

Espaço kids, brinquedos infláveis, estrutura recreativa, pipoca e algodão doce;

Seguro do evento;

Recepção para convidados.

DIRETRIZES PARA O PROJETO TÉCNICO A SER APRESENTADO PELA OSCIP PROPONENTE:

O projeto a ser apresentado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) deverá contemplar todas as ações, materiais, equipamentos e profissionais necessários à execução integral do objeto da parceria, conforme descrito neste Termo de Referência, incluindo a definição de valores unitários e totais, detalhados por item.

O evento será realizado nos dias 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027, com público estimado de até 30 mil pessoas devendo ser considerada estrutura compatível com o porte e impacto do evento.

Deverá ser apresentada planta baixa do evento, contendo a disposição e identificação das estruturas, instalações, acessos, saídas de emergência, rotas de fuga, áreas de circulação, espaços destinados ao público e demais elementos necessários à realização do evento, observadas as normas técnicas, de segurança e de acessibilidade aplicáveis.

A proposta técnica deverá conter, no mínimo, as especificações detalhadas da estrutura técnica, de segurança e de apoio necessárias à realização do evento, incluindo apresentações culturais e musicais, observando:

normas de segurança;

acessibilidade;

bem-estar do público;

exigências de licenciamento para eventos públicos.

O evento será realizado , Rua Getúlio Vargas, 1069 (ou 1073), Três Marias - MG, CEP 39205-000, no Município de Três Marias/MG, sendo de responsabilidade da OSCIP proponente realizar visita técnica prévia ao local, a fim de conhecer suas condições, acessos e necessidades operacionais, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

A OSCIP proponente poderá apresentar contrapartidas institucionais ou operacionais que ampliem o impacto social do evento, tais como:

● ações de acessibilidade;

● inclusão social;

● sustentabilidade ambiental;

● ações culturais complementares.

As contrapartidas apresentadas deverão constar no Plano de Trabalho e poderão ser consideradas como critério de desempate pela Comissão Julgadora.

DESCRIÇÃO MÍNIMA DAS AÇÕES E ITENS A SEREM EXECUTADOS PELA OSCIP:

INFRAESTRUTURA GERAL

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá fornecer, montar, operar e desmontar toda a infraestrutura necessária à realização do **"VIRADA DA ESPERANÇA 2027"**, incluindo, no mínimo, os seguintes itens e serviços:

Palco: com dimensões mínimas de 16,00m x 12,00m, estruturado em alumínio de alta resistência, com cobertura em lona antichama, piso em compensado naval antiderrapante, fechamento lateral e de fundo, escadas de acesso, guarda-corpo, house mix coberta, estrutura em box truss para fixação de equipamentos de som, iluminação e painéis, incluindo ART, aterramento e todos os itens necessários para garantir segurança, estabilidade e pleno funcionamento durante todo o evento.
Sonorização: sistema profissional de sonorização de grande porte, incluindo PA line array, subwoofers, torres de delay, monitores de palco, mesas digitais, periféricos, microfones, direct box, cabeamento, house mix, técnicos especializados e suporte operacional, garantindo cobertura sonora de alta qualidade, clareza e desempenho para toda a área do evento durante sua realização.
Iluminação: sistema de iluminação profissional de grande porte para palco e áreas estratégicas do evento, incluindo moving heads, refletores, canhões, strobo, máquinas de efeitos, mesa de iluminação, cabeamento, estruturas de fixação e operador técnico especializado, garantindo qualidade cênica, impacto visual e pleno funcionamento durante toda a realização do evento.
Geradores: disponibilização de geradores de energia de 280 kVA, compatíveis com a demanda elétrica do evento, incluindo transporte, abastecimento, instalação, cabeamento, aterramento, quadros de distribuição, operador técnico de plantão, monitoramento contínuo, manutenção preventiva e suporte operacional durante os períodos de montagem, realização e desmontagem, garantindo fornecimento ininterrupto e seguro de energia para todas as estruturas e equipamentos.
Painel de LED: locação, transporte, montagem, operação técnica, manutenção e desmontagem de painéis de LED de alta resolução para composição do fundo de palco e painéis laterais, incluindo estrutura de fixação, cabeamento, processadoras, operação de conteúdo e suporte técnico durante todo o período do evento, garantindo qualidade visual, comunicação e ambientação cênica.
Camarins: locação, montagem, manutenção e desmontagem de camarins estruturados em sistema octanorme, com fechamento em painéis, piso, cobertura, instalação elétrica, iluminação interna, climatização quando necessário, mobiliário básico e demais itens de apoio, destinados ao atendimento de artistas, equipes técnicas e convidados durante a realização do evento.
Segurança: disponibilização de profissionais devidamente habilitados para atuação em controle de acesso, orientação do público, prevenção de incidentes, preservação da ordem, apoio em procedimentos de evacuação e cumprimento dos protocolos de segurança durante todo o período de realização do evento.
Equipe de Produção, Auxiliares e Carregadores: disponibilização de profissionais para planejamento, coordenação, apoio operacional, montagem, desmontagem, carga, descarga, movimentação de equipamentos, organização de espaços, suporte logístico e atendimento às demandas técnicas e operacionais necessárias à execução do evento durante todas as suas etapas.
Serviços Elétricos: execução de instalações elétricas temporárias para o evento, com fornecimento de materiais, cabos, conectores, quadros de distribuição, dispositivos de proteção, montagem, testes, manutenção preventiva e corretiva, além da disponibilização de eletricista de plantão durante todo o período de montagem, realização e desmontagem do evento, garantindo segurança e pleno funcionamento das estruturas e equipamentos.

3.11. Seguro do Evento e Taxas: contratação de apólice de seguro para cobertura integral do evento, contemplando responsabilidade civil, danos materiais, acidentes pessoais, incidentes com público, equipe, prestadores de serviços, estruturas e demais riscos inerentes à realização do evento, durante montagem, execução e desmontagem.
Cenografia e Decoração: serviços de criação, produção, montagem, manutenção e desmontagem de elementos cenográficos e decoração, incluindo estruturas decorativas, bandeirolas, painéis, iluminação cênica, ambientação de espaços e demais elementos visuais, visando a valorização cultural, identidade visual e experiência do público no evento.
Despesas Operacionais: custeio de serviços, materiais de consumo, apoio logístico, deslocamentos, alimentação, comunicação interna e demais despesas necessárias à operacionalização, coordenação e execução das atividades previstas no evento.
Gestão, Execução e Prestação de Contas: serviços técnicos especializados de planejamento, coordenação, gerenciamento, execução, acompanhamento operacional, controle administrativo e financeiro, monitoramento de metas, organização documental e elaboração da prestação de contas da parceria, em conformidade com o Plano de Trabalho, observadas as disposições da Lei nº 9.790/1999, demais normas aplicáveis e exigências dos órgãos de controle.
Contratação de apresentações locais: contratação de artistas, grupos e/ou coletivos locais para realização de apresentações durante a programação do evento, promovendo a valorização da cultura local e o entretenimento do público.
Contratação de apresentações artísticas de nível nacional: contratação de artistas e/ou grupos de reconhecida projeção nacional para realização de apresentações durante a programação do evento, visando à composição da programação artística e ao entretenimento do público.
Box Truss: estruturas em alumínio tipo box truss, destinadas à composição de portal de entrada, backdrop institucional, testeiras, sinalização de ambientes, identificação de setores, áreas de patrocinadores, credenciamento e demais aplicações cenográficas e funcionais, garantindo segurança estrutural, padronização visual e comunicação do evento.
Posto de Observação: montagem e desmontagem de posto elevado de observação, com estrutura metálica reforçada, piso antiderrapante, guarda-corpo e acesso seguro, destinado ao apoio operacional e monitoramento da Polícia Militar de Minas Gerais e demais órgãos de segurança pública, possibilitando ampla visualização do público, acompanhamento estratégico e reforço das ações de prevenção e segurança durante toda a realização do evento.
3.19. Jogos de Mesa: locação, transporte, montagem, distribuição, manutenção e recolhimento de jogos de mesas com cadeiras, destinados à composição da praça de alimentação do evento, proporcionando conforto, funcionalidade, organização do espaço e melhor atendimento ao público durante toda a realização.

Barricadas: barricadas metálicas profissionais de alta resistência, destinadas à contenção e isolamento da área frontal do palco, criação de corredor técnico, controle de fluxo e aproximação do público, garantindo segurança de artistas, equipes técnicas, órgãos de segurança e espectadores durante toda a realização do evento.
Show Pirotécnico Silencioso: operação técnica e execução de espetáculo pirotécnico de baixo impacto sonoro, com efeitos visuais de alta performance, incluindo materiais certificados, equipe técnica especializada, transporte, armazenamento, plano de segurança, licenças e autorizações dos órgãos competentes, destinado à abertura, encerramento ou momentos especiais do evento, garantindo impacto visual, inclusão e segurança ao público.
Serviços Gráficos: materiais gráficos informativos e de sinalização, incluindo credenciais, adesivos, demais materiais necessários à comunicação visual e operacional do evento.
Mídia: planejamento, criação, produção, impulsionamento e veiculação de conteúdo publicitário e institucional para divulgação do evento em mídias digitais, rádio, impressos, vídeo, fotografia, redes sociais e demais canais de comunicação, incluindo cobertura de imagem e ações promocionais, visando ampla divulgação, engajamento do público e fortalecimento da identidade do evento.
Fechamento: estrutura de fechamento perimetral em material metálico, destinada ao isolamento, controle de acesso e segurança do público durante a realização do evento.
Composição de Camarim: estrutura equipada com mobiliário, climatização, iluminação, espelhos, itens de conforto, água, bebidas e alimentação de apoio para atendimento de artistas e equipes durante o evento.

Camarote: disponibilização de estrutura elevada, coberta e devidamente delimitada, destinada à acomodação do público, contemplando acesso controlado, guarda-corpo, piso estruturado, cobertura e demais elementos necessários à segurança, conforto e funcionamento do espaço durante o evento.
Banheiros Químicos Convencionais e PCD: disponibilização, instalação e manutenção de banheiros químicos convencionais e unidades acessíveis para pessoas com deficiência (PCD), em quantidade compatível com o público estimado, incluindo transporte, higienização, reposição de insumos e demais serviços necessários durante todo o período do evento.
3.28. Brinquedos Infláveis: estruturas recreativas infláveis destinadas ao entretenimento infantil, com montagem, operação e monitoramento para garantir diversão e segurança durante o evento.
3.29. Estrutura Bar: estrutura coberta destinada à instalação e operação da área de bar, proporcionando proteção, organização do atendimento e suporte ao funcionamento durante o evento.
Limpeza Geral do Evento: serviço de limpeza e conservação dos espaços durante e após o evento, incluindo coleta de resíduos, manutenção das áreas de circulação e destinação adequada dos materiais descartados.
Espaço Kids: disponibilização de área destinada ao público infantil, contemplando brinquedos, atividades recreativas e estrutura adequada à faixa etária, com acompanhamento de profissionais, observadas as condições de segurança, acessibilidade e organização necessárias ao funcionamento durante o evento.
Pipoca e Algodão Doce: fornecimento e distribuição gratuita de pipoca e algodão-doce ao público participante, promovendo integração, entretenimento e acolhimento durante o evento.
Recepção de Autoridades para 300 Convidados/100 convidados por dia: serviço de recepção com buffet completo, incluindo alimentos, bebidas, mobiliário, estrutura, utensílios e equipe de atendimento, destinado ao acolhimento de autoridades.
Tendas: disponibilização e instalação de tendas destinadas ao apoio das atividades do evento, com estrutura resistente, cobertura adequada, fixação segura e dimensões compatíveis com a finalidade de cada espaço.
Praças de Alimentação: implantação e organização de área destinada à comercialização e ao consumo de alimentos e bebidas, contemplando espaços para instalação dos estabelecimentos, mesas e cadeiras, circulação do público, lixeiras e demais estruturas necessárias ao adequado funcionamento do espaço.

LOGÍSTICA E OPERACIONAL
A execução do evento deverá contar com estrutura logística e operacional adequada, composta por equipes técnicas de produção, apoio logístico, controle de acesso, limpeza e suporte geral, dimensionadas conforme o porte e o público estimado, garantindo organização, segurança e qualidade no atendimento.
APOIO À INFRAESTRUTURA DO EVENTO
Compete à OSCIP:
garantir a sinalização interna e a organização dos espaços;
apoiar a montagem, funcionamento e desmontagem das estruturas;
organizar os acessos e fluxos de circulação do público;
assegurar o apoio operacional durante todo o período do evento.

PROJETOS TÉCNICOS E LICENCIAMENTOS
A OSCIP deverá providenciar:
elaboração dos projetos técnicos exigidos pelos órgãos competentes;
emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos profissionais responsáveis;

COMUNICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO EVENTO
A comunicação institucional do evento será de responsabilidade do Município, cabendo à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) executar ações de apoio à divulgação, observadas as diretrizes previamente estabelecidas pela Administração Pública.
A OSCIP deverá obrigatoriamente:
I – utilizar a identidade visual oficial do evento, fornecida ou aprovada pelo Município;
II– submeter previamente à aprovação da Administração Pública todas as peças de comunicação, divulgação e publicidade;
III – garantir a correta aplicação das marcas institucionais, respeitando a seguinte hierarquia:
Realização: Município de Três Marias/MG;
Execução: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
IV – abster-se de utilizar o evento para promoção institucional própria, salvo quando autorizada e na condição de executora da parceria;
V – não divulgar o evento como sendo de sua titularidade, devendo constar expressamente que a execução ocorre em parceria com o Município;
VI – observar as normas de publicidade institucional da Administração Pública, especialmente quanto à impessoalidade, legalidade e interesse público.
Parágrafo único – O descumprimento das diretrizes de comunicação poderá ensejar aplicação de penalidades e glosas na prestação de contas.
Todas as ações deverão observar as diretrizes estabelecidas pela Administração Pública.

ACESSIBILIDADE
A execução do evento deverá garantir condições adequadas de acessibilidade, incluindo:

rotas de circulação adequadas;
apoio a pessoas com mobilidade reduzida;

SUSTENTABILIDADE
A OSCIP deverá adotar práticas de sustentabilidade compatíveis com o porte do evento, incluindo:
destinação adequada de resíduos;
apoio à coleta seletiva, quando aplicável;
adoção de medidas para redução de impactos ambientais;

GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO
A OSCIP será responsável pela gestão, organização e execução integral do evento, incluindo:
coordenação das equipes técnicas e operacionais;
acompanhamento da montagem, execução e desmontagem;
execução das atividades previstas no Plano de Trabalho;

organização documental e prestação de contas, conforme legislação vigente;

DA EXECUÇÃO OPERACIONAL DO EVENTO

Caberá exclusivamente à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) selecionada a montagem, operação e desmontagem das estruturas físicas e operacionais sob sua responsabilidade, conforme previsto no Plano de Trabalho, incluindo palco, sistemas de sonorização, iluminação, cenografia, decoração e demais itens não disponibilizados pelo Município.

Todos os materiais, equipamentos e estruturas fornecidos e instalados pela OSCIP deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo ser apresentados, quando exigido, laudos, certificações e Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) assinadas por profissionais habilitados.

A responsabilidade quanto à negociação, contratação e regularização dos direitos autorais relacionados à execução pública de obras musicais, inclusive junto ao ECAD, será de competência do Município de Três Marias/MG, conforme regulamentação vigente.

A OSCIP deverá disponibilizar à Administração Pública, no prazo estipulado, as estruturas sob sua responsabilidade devidamente montadas e aptas para vistoria e realização do evento.

A OSCIP deverá apresentar à Prefeitura a documentação técnica e legal referente exclusivamente às estruturas, equipamentos e serviços por ela contratados ou executados, especialmente as ARTs dos respectivos responsáveis técnicos.

A fiscalização das condições sanitárias, de segurança e do funcionamento das atividades durante o evento será de responsabilidade do Município de Três Marias/MG, por meio dos órgãos competentes.

DAS OBRIGAÇÕES
DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) SELECIONADA

Sem prejuízo das obrigações previstas na Lei Federal nº 9.790/1999, a OSCIP selecionada se obriga a:

executar integralmente o Plano de Trabalho aprovado, conforme o Termo de Parceria, assegurando a qualidade, regularidade e efetividade das ações;

zelar pela eficiência, eficácia, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos;

observar as orientações e diretrizes técnicas, administrativas e operacionais emanadas pela Administração Pública;

responsabilizar-se integralmente pela contratação e remuneração da equipe técnica e operacional, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes;

movimentar os recursos exclusivamente por meio de conta bancária específica da parceria;

aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto pactuado;

apresentar a prestação de contas nos prazos e condições estabelecidos no Edital e no Termo de Parceria;

responsabilizar-se pela execução integral da estrutura do evento, incluindo seguros, ARTs, licenças e cumprimento das exigências legais, excetuadas as estruturas e serviços expressamente assumidos pelo Município no Item 6 deste Termo de Referência;

garantir o cumprimento das contrapartidas previstas no Plano de Trabalho, quando houver.

DO PARCEIRO PÚBLICO (MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS/MG)

Compete ao Município de Três Marias/MG:

acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da parceria;

indicar a instituição financeira para abertura da conta específica da parceria;

efetuar os repasses financeiros conforme cronograma estabelecido;

publicar o extrato do Termo de Parceria e seus eventuais aditivos;

prestar apoio técnico e institucional à OSCIP, quando necessário;

emitir parecer técnico sobre a execução da parceria;

fiscalizar o cumprimento das condições gerais do evento, no âmbito de suas competências legais.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA
7.1. O Termo de Parceria terá vigência de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua assinatura, abrangendo as etapas de planejamento, pré-produção, execução, desmontagem e encerramento das ações relativas à "VIRADA DA ESPERANÇA 2027", a ser realizada nos dias 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027.
DAS PENALIDADES
7.2.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999:

advertência;
suspensão dos repasses financeiros;
rescisão do Termo de Parceria;
impedimento de celebrar novas parcerias com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da penalidade;
demais sanções previstas na legislação vigente.
7.2.2 As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.3.1 O valor total destinado à execução da parceria será de **R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, sendo os repasses realizados conforme cronograma definido no Termo de Parceria.
Os recursos deverão ser movimentados exclusivamente em conta bancária específica da parceria.
Os rendimentos financeiros auferidos deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução do objeto da parceria.
Despesas antecipadas poderão ser reconhecidas, desde que devidamente comprovadas e previamente autorizadas pela Administração Pública.
Serão consideradas legítimas as despesas realizadas dentro do período de vigência da parceria, ou de eventual prorrogação, desde que devidamente comprovadas.
As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Município de Três Marias/MG.
As despesas relativas a exercícios futuros, quando houver, observarão os respectivos orçamentos públicos subsequentes.
A liberação das parcelas poderá estar condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e à apresentação da prestação de contas parcial, conforme previsto no Termo de Parceria.

WANDERSON CLAYTON RODRIGUES
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA

(SUJEITO A ALTERAÇÕES CONFORME ENTIDADE E PLANO DE TRABALHO PROPOSTO)
TERMO DE PARCERIA Nº XXX/2026

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) [NOME DA ENTIDADE], EM DECORRÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 001/2026, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

O MUNICÍPIO DE Três Marias/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Castelo Branco, nº 03, no centro, Três Marias/MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 17.695.008/0001-12 , neste ato representado pelo Senhor Wanderson Clayton Rodrigues, Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, CPF: 981.645.386-04, e o Senhor José Augusto de Mesquita CPF: 015.512.746-20, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, a [NOME DA ENTIDADE], Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita no CNPJ sob o no [CNPJ DA ENTIDADE], neste ato representada por seu Presidente, Sr. [NOME DO PRESIDENTE], inscrito no CPF no [CPF DO PRESIDENTE], portador da Cédula de Identidade Nº [RG DO PRESIDENTE], doravante denominada simplesmente ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA, com fundamento no Chamamento Público Nº 001/2026 – Processo Administrativo no 001/2026, na Lei Federal no 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Federal Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e demais normas legais pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo de Parceria tem por objeto a execução das etapas de organização, planejamento, execução e encerramento do evento VIRADA DA ESPERANÇA 2027, a ser realizado nos dias 31 de dezembro de 2026 e 01 e 02 de janeiro de 2027, com duração e cronograma definidos conforme as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no respectivo Plano de Trabalho aprovado.
A parceria deverá contemplar a organização, o planejamento e a execução de todas as ações necessárias à realização do evento, incluindo, entre outras atividades: montagem de palco, cenografia, decoração, sistemas de som e iluminação, segurança, estrutura de apoio, praça de alimentação, tendas, sanitários e demais itens previstos no Termo de Referência (Anexo I).
A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP selecionada será responsável pela execução integral das ações previstas, em estrita observância ao disposto no Anexo I – Termo de Referência, bem como aos parâmetros legais, normativos e às diretrizes estabelecidas pela Administração Pública Municipal.
O evento possui natureza cultural, turística e comunitária, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural local e para a valorização das tradições do Município. Além disso, promove o fomento à economia criativa, estimula o turismo regional e incentiva a difusão da cultura popular brasileira. Dessa forma, a iniciativa torna-se um importante instrumento de promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

2.1 Constituem obrigações do município:

a) Efetuar à ENTIDADE o repasse financeiro para custeio do objeto desta Parceria, no valor R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), mediante depósito em conta corrente específica, vinculada a este Termo de Parceria, a ser aberta pela ENTIDADE exclusivamente para a execução financeira da parceria, em instituição financeira pública, conforme disposto na Lei Federal nº 9.790/1999. O repasse dos recursos será realizado de acordo com o cronograma de desembolso aprovado no Plano de Trabalho, sendo que a comprovação da correta aplicação dos recursos dar-se-á exclusivamente por meio da prestação de contas final, a ser apresentada pela ENTIDADE ao MUNICÍPIO DE Três Marias /MG, após o encerramento da vigência da parceria, acompanhada dos respectivos comprovantes de despesas, em conformidade com o regramento estabelecido na legislação vigente.

b) Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, as ações executadas pela ENTIDADE em decorrência desta Parceria, relativas à realização do evento, bem como prestar apoio técnico à ENTIDADE na execução das atividades objeto desta Parceria, por meio do Gestor da Parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da legislação aplicável.

c) A OSCIP poderá complementar o orçamento da parceria com receitas complementares, oriundas de:
● Locação de espaços para instalação de barracas de alimentação e bebidas;
● Captação de patrocínios;

● Outras fontes previstas e aprovadas no Plano de Trabalho.

d) Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Parceria, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorridas.

e) Apoio e contribuição da Secretaria Municipal de Obras nas adequações do local e infraestrutura para o Evento;

f) As partes comprometem-se a buscar, preferencialmente, acordos amigáveis para a mediação, visando uma solução justa e equitativa.

g) Garantir o fornecimento de informações institucionais, logotipos e orientações necessárias para a correta aplicação da identidade visual do Município e dos órgãos apoiadores em materiais de divulgação do evento, respeitadas as diretrizes de comunicação institucional.

h) Assegurar, caso necessário, apoio institucional junto a órgãos estaduais ou federais, bem como às forças de segurança pública, para viabilizar o bom andamento do evento.

i) Promover ampla divulgação institucional da realização do evento em meios oficiais do Município, reconhecendo a importância da parceria com a OSCIP para o sucesso da ação.

j) Zelar pela guarda e integridade da documentação da parceria pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, em conformidade com as normas de controle interno e com a Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE:
3.1 – Constituem obrigações da OSCIP:

a) Executar o objeto previsto na Cláusula Primeira, conforme o Plano de Trabalho aprovado;

b) Zelar pela manutenção de qualidade das ações executadas, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO;

c) Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelas ações, sem discriminação de qualquer natureza;

d) Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento das ações, com vistas ao atingimento dos objetivos desta Parceria;

e) Proceder a seleção e a contratação de equipe envolvida na execução do termo de Parceria, conforme os princípios da administração pública previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

f) Manter, movimentar e aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na execução das ações, objeto desta Parceria, em conta bancária específica da parceria em instituição financeira indicada pelo município;

g) Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme a Cláusula Décima do presente Termo de Parceria;

h) Manter a contabilidade e registros atualizados à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Parceria, assim como, manter em arquivos todos os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas;

i) Assegurar ao MUNICÍPIO, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação, amplo acesso às informações e aos documentos necessários ao acompanhamento, à supervisão, à fiscalização e à avaliação da execução e dos resultados das ações objeto desta Parceria, a qualquer tempo, bem como a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente ao instrumento pactuado, quando em atividade de fiscalização ou auditoria;

j) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

k) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da Instituição e ao adimplemento do Termo de Parceria, não se caracterizando responsabilidade solidária e subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

l) Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com vistas a contribuir para o planejamento e acompanhamento das ações no âmbito municipal.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA:

4.1 – Para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do presente Termo de Parceria, fica designado como Gestor da Parceria o Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Wanderson Clayton Rodrigues, com as seguintes atribuições:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado;

c) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

d) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no Relatório técnico da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

e) Cumprir e fazer cumprir as determinações previstas na Lei nº 9.790/1999, no Decreto nº 3.100/1999, no Plano de Trabalho aprovado, bem como nas cláusulas do presente Termo de Parceria.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

5.1 – A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria n.o XXXXXXX, de XX de XXXXX de XXXX, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria, a qual se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar e regular a gestão, por meio de análise de documentos, pesquisa de satisfação e visitas "in loco", ficando a mesma obrigada a:

a) Fiscalizar a execução do TERMO DE PARCERIA, ratificando ou não a adequação da realização do repasse de recursos de cada parcela, adotando ações para que a execução física e financeira corresponda ao previsto no Plano de Trabalho e ao cumprimento do objeto;

b) emitir Relatório de visita técnica "in loco" realizada durante a execução da parceria, assim como, Relatório de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente TERMO DE PARCERIA;

c) atuar como interlocutor do MUNICÍPIO na execução do TERMO DE PARCERIA;

d) Exercer outras atividades correlatas.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA:

6.1 - A presente parceria não gera obrigação de contrapartida financeira para a ENTIDADE, sendo considerada a contrapartida social, o cumprimento satisfatório do objeto.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES:

7.1 – Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Parceria será oficiada à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, de liberará quanto à aplicação das medidas e demais providências cabíveis.

7.2 – Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O presente Termo de Parceria terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário ao planejamento, pré-produção, execução, desmontagem e encerramento das ações previstas no Plano de Trabalho.
8.2. A vigência poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, desde que devidamente justificada e previamente aprovada pela Administração Pública, observada a legislação aplicável.

9 - CLÁUSULA NONA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. O valor total estimado da presente Parceria é de até 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme Plano de Trabalho aprovado, e a programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria será atendida à conta da seguinte dotação orçamentária: 339036 - Outros Serviços Pessoa Juridica.

9.2. O repasse será efetuado conforme estabelecido no Plano de Trabalho e Termo de Referência, da seguinte forma.
● 50% (cinquenta por cento) na assinatura do Termo de Parceria;
● 50% (cinquenta por cento) até 05 (cinco) dias antes da realização do evento.

9.3. As despesas relativas a exercícios futuros, quando houver prorrogação ou reprogramação da parceria, correrão à conta dos respectivos orçamentos, devendo ser formalizadas por:

a) Apostilamento simples, nos casos em que houver apenas indicação da nova dotação orçamentária, sem alteração de valores;

b) Termo Aditivo, quando houver alteração dos valores globais inicialmente aprovados.

9.4. O presente Termo de Parceria poderá ser alterado mediante **Termo Aditivo**, desde que a alteração seja devidamente justificada, esteja relacionada à adequada execução do objeto pactuado e seja previamente aprovada pela Administração Pública, observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.
Parágrafo Primeiro. As alterações deverão preservar o objeto e as finalidades originalmente estabelecidas no Termo de Parceria e no Plano de Trabalho aprovado, sendo vedada a utilização do Termo Aditivo para modificação que descaracterize o objeto da parceria.
Parágrafo Segundo. Eventuais alterações que impliquem modificação do valor da parceria dependerão de justificativa técnica, demonstração da necessidade, comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira e autorização prévia da Administração Pública, devendo ser formalizadas por instrumento próprio.
Parágrafo Terceiro. A prorrogação da vigência do Termo de Parceria poderá ser formalizada mediante Termo Aditivo, quando necessária à conclusão do objeto pactuado e devidamente justificada, observada a legislação aplicável.

9.5. A liberação de parcelas subsequentes estará condicionada à comprovação das metas do período anterior, mediante apresentação dos documentos previstos nos incisos I e IV do art. 12 do Decreto Federal nº 3.100/1999.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
10.1. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP deverá apresentar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos e da execução do objeto do Termo de Parceria, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.790/1999, do Decreto Federal nº 3.100/1999,

as orientações da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e as normas aplicáveis dos órgãos de controle, instruída, no mínimo, com os seguintes documentos:
I – relatório de execução do objeto, contendo a descrição das atividades desenvolvidas, o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados e os demais elementos necessários à demonstração do cumprimento do objeto;
II – documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos ou outros documentos de valor fiscal admitidos pela legislação;
III – comprovantes dos pagamentos realizados;
IV – extratos da movimentação da conta bancária específica do Termo de Parceria, inclusive das aplicações financeiras e respectivos rendimentos;
V – relatório de execução financeira, contendo a demonstração das receitas e despesas efetivamente realizadas na execução do objeto;
VI – demais documentos necessários à comprovação da regular aplicação dos recursos públicos e do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.
10.2. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo máximo de **90 (noventa) dias após a execução do objeto** constante do Termo de Parceria.
10.3. Eventuais saldos de recursos públicos não utilizados na execução do objeto, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Parceria e na legislação aplicável.
10.4. Apresentada a prestação de contas, o MUNICÍPIO procederá à sua análise técnica e financeira, verificando:
a) o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados estabelecidos no Plano de Trabalho;
b) a regularidade da aplicação dos recursos financeiros;
c) a compatibilidade entre as despesas realizadas e as ações previstas no Plano de Trabalho;
d) a documentação comprobatória apresentada pela OSCIP.
10.5. Para fins de comprovação dos gastos, somente serão admitidas despesas relacionadas à execução do objeto, previstas ou devidamente autorizadas no Plano de Trabalho e realizadas no período admitido pelo Termo de Parceria e pela legislação aplicável.
10.6. Não poderão ser custeadas com recursos do Termo de Parceria despesas decorrentes de multas, juros ou encargos de mora resultantes de atraso imputável à OSCIP, bem como despesas estranhas ao objeto pactuado.
10.7. Compete exclusivamente à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos para execução do Termo de Parceria, inclusive quanto às despesas de custeio, investimento e pessoal, observados o Plano de Trabalho aprovado e a legislação aplicável.
10.8. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP será responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes das contratações realizadas para a execução do objeto do Termo de Parceria, não se estabelecendo vínculo empregatício entre o MUNICÍPIO e os empregados, prestadores de serviços ou contratados da OSCIP.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA:

11.1 – O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

11.2 – Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

11.3 – Fica estabelecida a obrigação de a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou ações com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos desta Lei, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO:

12.1 – A entidade compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo município, atualizados pelo índice do INPC, nos termos do Código Tributário Municipal, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

a) A inexecução do objeto desta Parceria;

b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e da prestação de contas no prazo exigido;

c) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA:

13.1 – A presente Parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

13.2 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, caberá à entidade apresentar ao município, no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras.

13.3 – É prerrogativa do MUNICÍPIO assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1 – O Termo de Parceria poderá ser alterado por modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de Termo de Aditamento, inclusive com adequação dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público, bem como ter prorrogado o prazo de vigência.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

15.1 – A eficácia desta Parceria terá início na data de sua assinatura, ficando condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do Município, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da plena execução das ações previstas a partir da assinatura.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO:

– Fica eleito o foro da Comarca de Três Marias/MG para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Parceria.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Parceria em 02 (duas) vias de igual teor.

JOSÉ AUGUSTO DE MESQUITA
Prefeito Municipal / Concedente

WANDERSON CLAYTON RODRIGUES
Secretário Municipal de Cultura,Turismo, Esporte e Lazer

Contratada

ANEXO lll
MODELO PLANO DE TRABALHO

ANEXO lV

RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS PERÍODOS DE ATUAÇÃO
Eu, **[NOME COMPLETO]**, na qualidade de **[cargo: Presidente/Diretor/Provedor]** da Organização da Sociedade Civil **[NOME DA ENTIDADE]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, declaro, sob as penas da lei, que os atuais dirigentes e conselheiros da entidade, com mandato vigente no período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**, são os seguintes:

Nome Completo	Cargo	RG / Órgão Emissor	CPF
Ex: João da Silva	Presidente	MG-12.345.678 SSP/MG	123.456.789-00

(Acrescentar linhas conforme o número de dirigentes/conselheiros vigentes.)

Declarações complementares:
Declaro, ainda, que **não há no quadro de dirigentes e conselheiros qualquer agente político, membro do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental**, nem seus cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau, conforme o art. 39, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Declaro, também, que **não haverá contratação de parentes ou empresas ligadas por afinidade a dirigentes**, bem como **não serão contratados, com os recursos da parceria, servidores públicos ativos, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança**, direta ou indiretamente vinculados ao ente público concedente
Três Marias/MG, de de 2026.
(Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da OSCIP)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Eu, **[NOME COMPLETO]**, na qualidade de **[cargo: Presidente/Diretor/Provedor]** da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público **[NOME DA ENTIDADE]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo da entidade]**, declaro, sob as penas da lei, para fins de participação no Chamamento Público nº 001/2026, que a referida entidade:
(Marcar com um "X" a alternativa correspondente à situação atual da entidade):
❑ **( )** Dispõe de capacidade administrativa, técnica e gerencial para execução das
ações previstas no Plano de Trabalho, bem como de instalações e demais condições materiais adequadas ao desenvolvimento das atividades ou projetos pactuados e ao cumprimento das metas estabelecidas.
❑ **( )** Dispõe de capacidade administrativa, técnica e gerencial para execução das
ações previstas no Plano de Trabalho, e **pretende contratar ou adquirir, com recursos da parceria**, as condições materiais necessárias ao desenvolvimento das atividades ou projetos pactuados e ao cumprimento das metas estabelecidas.
❑ **( )** Dispõe de capacidade administrativa, técnica e gerencial para execução das
ações previstas no Plano de Trabalho, **dispõe de parte das instalações e condições materiais** e **pretende complementar as condições materiais por meio de contratações ou aquisições com recursos da parceria**, conforme previsto no Plano de Trabalho.
Declaro estar ciente de que a veracidade das informações aqui prestadas é condição para habilitação no processo de seleção, e que eventuais inveracidades poderão ensejar penalidades, nos termos da legislação vigente.
Três Marias/MG, xx **de de 2026. [Nome completo do representante legal]** [Cargo na Entidade]
CPF: [XXX.XXX.XXX-XX]
(Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da OSCIP)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI Nº 9.790/1999,
DECRETO Nº 3.100/1999 E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Papel Timbrado da OSCIP)
À Prefeitura Municipal de Três Marias/MG — Comissão Julgadora– Chamamento Público nº 001/2026
A (NOME DA OSCIP), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO), com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). (NOME COMPLETO), portador(a) do CPF nº (NÚMERO), DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Chamamento Público em referência, que:
Está regularmente qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) perante o Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999 e do Decreto Federal nº 3.100/1999;
Atende integralmente aos requisitos legais previstos nos artigos 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 9.790/1999;
Seu estatuto social está em conformidade com as exigências do artigo 4º da Lei Federal nº 9.790/1999 (observância dos princípios da administração pública; práticas de gestão que coíbam fraude e nepotismo; conselho fiscal; remuneração de dirigentes dentro de limites razoáveis; normas de prestação de contas; publicação anual de relatório de atividades);
Não incorre em nenhuma das vedações previstas no artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.790/1999;
Compromete-se a observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
Mantém escrituração contábil regular conforme as normas brasileiras de contabilidade;
Não possui em seu quadro dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública, nem cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau destes;
As informações prestadas são verdadeiras e podem ser verificadas a qualquer momento pela Administração Pública, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente por sua veracidade.
Por ser verdade, firma a presente declaração.
Local e Data:
Assinatura do Representante Legal — Nome completo

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO LEGAL PARA ASSINATURA DO TERMO DE PARCERIA
(Papel Timbrado da OSCIP)
À Prefeitura Municipal de Três Marias/MG — Comissão Julgadora – Chamamento Público nº 001/2026
A (NOME DA OSCIP), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO), com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, para os devidos fins de direito e para os efeitos do Chamamento Público em referência, que seu(sua) representante legal é o(a) Sr(a). (NOME COMPLETO), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL),
(PROFISSÃO), portador(a) do RG nº (NÚMERO) e CPF nº (NÚMERO), residente e domiciliado(a) à (ENDEREÇO COMPLETO), o(a) qual possui poderes estatutários para representar a entidade perante terceiros, inclusive para firmar o Termo de Parceria objeto do presente Chamamento Público, caso a organização seja selecionada.
Declara, ainda, que o referido representante legal está investido em seus poderes na forma do estatuto social da entidade e da ata de eleição do atual quadro dirigente, devidamente registrados em cartório competente.
Por ser verdade, firma a presente declaração.
Local e Data:
Assinatura do Representante Legal — Nome completo / CPF

(esse documento deverá ser apresentado em papel timbrado da OSCIP)

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA
(Papel Timbrado da OSCIP)
À Prefeitura Municipal de Três Marias/MG — Comissão Julgadora – Chamamento Público nº001/2026
A (NOME DA OSCIP), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO), com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). (NOME COMPLETO), portador(a) do CPF nº (NÚMERO), DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Chamamento Público em referência, que:
Não está em mora ou em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta;
Não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública de qualquer esfera de governo;
Não está suspensa ou impedida de celebrar termos de parceria, convênios ou contratos com a Administração Pública;
Não possui em seu quadro dirigente servidor ou empregado público da ativa, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau destes;
Não teve aprovação de suas contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se houver recurso pendente de julgamento ou reversão da decisão;
Não se encontra em situação de irregularidade perante o Cadastro Nacional de Entidades Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União;
Não está envolvida em processos administrativos ou judiciais que possam comprometer a capacidade técnica, jurídica ou financeira para execução do objeto da parceria;
Não possui débitos em aberto relacionados a parcerias anteriormente firmadas com órgãos públicos;
As informações prestadas são verdadeiras, atuais e podem ser verificadas a qualquer tempo pela Administração Pública, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente por sua veracidade.
Por ser verdade, firma a presente declaração. Local e Data:
Assinatura do Representante Legal — Nome completo/ CPF
(Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da OSCIP)

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:B6CA8A93

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ATA PARA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG, através da Comissão de Licitação de Pregão, vem publicar o extrato da ata de habilitação e julgamento PARCIAL de propostas referente ao Processo Licitatório nº. 061/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 026/2026, Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG, possuindo a seguinte Apuração final:

EMPRESA	LOTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA – CNPJ: 21.856.981/0001-43	24	R$ 6,26	R$ 2.191,00
	29	R$ 3,18	R$ 1.272,00
	60	R$ 2,79	R$ 2.790,00
	68	R$ 6,26	R$ 1.252,00
	71	R$ 2,62	R$ 5.895,00
	90	R$ 5,60	R$ 2.800,00
	105	R$ 7,04	R$ 4.928,00
	109	R$ 3,18	R$ 254,40
	110	R$ 209,93	R$ 16.794,40
	111	R$ 11,16	R$ 6.696,00
	116	R$ 10,46	R$ 6.276,00
	117	R$ 10,46	R$ 8.368,00
DISTRIBUIDORA CENTER NUNES LTDA – CNPJ: 27.821.229/0001-43	01	R$ 79,80	R$ 23.940,00
	04	R$ 6,28	R$ 9.420,00
	05	R$ 6,25	R$ 12.500,00
	07	R$ 7,20	R$ 2.880,00
	08	R$ 7,80	R$ 2.340,00
	09	R$ 15,05	R$ 7.525,00
	12	R$ 29,90	R$ 5.382,00
	15	R$ 40,60	R$ 7.308,00
	20	R$ 5,79	R$ 2.895,00
	22	R$ 11,10	R$ 2.220,00
	27	R$ 1,69	R$ 21.125,00
	28	R$ 21,85	R$ 2.622,00
	41	R$ 1,44	R$ 1.728,00
	42	R$ 18,90	R$ 10.395,00
	44	R$ 793,44	R$ 47.606,40
	45	R$ 74,90	R$ 7.490,00
	50	R$ 2,85	R$ 5.700,00
	53	R$ 79,90	R$ 7.990,00
	54	R$ 384,90	R$ 38.490,00
	58	R$ 7,39	R$ 1.847,50
	61	R$ 27,98	R$ 2.798,00
	62	R$ 149,98	R$ 14.998,00
	63	R$ 18,99	R$ 1.899,00
	64	R$ 7,99	R$ 2.397,00
	76	R$ 1,49	R$ 3.725,00
	77	R$ 10,04	R$ 21.084,00
	84	R$ 7,79	R$ 14.022,00
	87	R$ 6,93	R$ 10.395,00
	88	R$ 27,67	R$ 9.684,50
	103	R$ 6,79	R$ 16.975,00
	104	R$ 6,79	R$ 8.827,00
	108	R$ 14,73	R$ 2.946,00
	113	R$ 59,99	R$ 20.996,50
	114	R$ 59,99	R$ 8.998,50
	115	R$ 5,60	R$ 5.600,00
INB COMERCIO LTDA – CNPJ: 43.029.546/0001-88	59	R$ 4,10	R$ 1.640,00
AMORIM SUPERMERCADOS LTDA ME – CNPJ: 28.501.317/0001-20	79	R$ 2,20	R$ 660,00
	91	R$ 3,00	R$ 600,00
MERCEARIA TODO DIA LTDA – CNPJ: 27.174.174/0001-27	02	R$ 4,39	R$ 21.950,00
	03	R$ 5,60	R$ 8.400,00
	14	R$ 44,51	R$ 8.011,80
	31	R$ 168,88	R$ 33.776,00
	49	R$ 4,99	R$ 3.493,00
	65	R$ 39,94	R$ 798,80
	67	R$ 29,99	R$ 2.399,20
	74	R$ 4,09	R$ 20.450,00
	75	R$ 12,00	R$ 14.400,00
	81	R$ 6,06	R$ 4.726,80
	83	R$ 1,89	R$ 945,00
	85	R$ 12,39	R$ 12.390,00
	86	R$ 1,79	R$ 2.148,00
	96	R$ 34,19	R$ 17.095,00
	118	R$ 16,15	R$ 12.920,00
	119	R$ 31,99	R$ 1.599,50
	120	R$ 20,86	R$ 1.460,20
REAPA MINAS COMERCIO LTDA – CNPJ: 36.485.410/0001-17	99	R$ 27,77	R$ 27.770,00
	100	R$ 27,77	R$ 13.885,00
	101	R$ 26,39	R$ 21.112,00
HIGILOG COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – CNPJ: 36.447.719/0001-12	48	R$ 3,05	R$ 2.440,00
MUNDO DA EMBALAGEM LTDA – CNPJ: 04.619.492/0001-59	21	R$ 4,49	R$ 898,00
02.281.690 RITA FERNANDES DOS SANTOS – CNPJ: 02.281.690/0001-20	10	R$ 42,59	R$ 17.036,00

	11	R$ 145,00	R$ 29.000,00
	23	R$ 3,20	R$ 640,00
	32	R$ 44,90	R$ 5.388,00
	33	R$ 15,24	R$ 3.048,00
	34	R$ 24,95	R$ 4.491,00
	38	R$ 1,28	R$ 3.200,00
	39	R$ 90,00	R$ 4.500,00
	40	R$ 2,94	R$ 1.617,00
	43	R$ 793,45	R$ 15.869,00
	51	R$ 14,95	R$ 2.242,50
	52	R$ 59,95	R$ 8.992,50
	55	R$ 221,15	R$ 22.115,00
	56	R$ 13,95	R$ 2.790,00
	57	R$ 21,95	R$ 4.390,00
	66	R$ 9,97	R$ 5.982,00
	78	R$ 31,86	R$ 3.186,00
	80	R$ 3,45	R$ 6.210,00
	89	R$ 22,21	R$ 3.997,80
	93	R$ 4,15	R$ 4.150,00
	97	R$ 17,49	R$ 17.490,00
	98	R$ 17,49	R$ 10.494,00
	102	R$ 42,00	R$ 8.400,00
	112	R$ 19,99	R$ 7.996,00
STELLA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA – CNPJ: 55.514.837/0001-40	13	R$ 50,00	R$ 5.000,00
	35	R$ 19,39	R$ 7.756,00
	36	R$ 0,95	R$ 3.800,00
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA – CNPJ: 12.811.487/0001-71	17	R$ 6,70	R$ 804,00
	30	R$ 5,57	R$ 1.671,00
	46	R$ 420,00	R$ 8.400,00
	47	R$ 420,00	R$ 33.600,00
	70	R$ 1,19	R$ 595,00
COMERCIAL ROSA SANTOS LTDA – CNPJ: 14.302.611/0001-07	37	R$ 27,70	R$ 13.850,00
	69	R$ 6,25	R$ 1.250,00
	82	R$ 8,13	R$ 3.252,00

Os itens 18, 19, 25, 26, 92, 94 e 106 estão em recurso. O item 95 aguardando julgamento.

Jequitinhonha/MG, 08 de outubro de 2026

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:69794974

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DECRETO Nº 4.827, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Público nº 17/2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a conclusão das etapas do Processo Seletivo Público nº 17/2026, **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado, para que surta os devidos efeitos jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Público nº 17/2026, para a contratação do cargo de Agente Administrativo - Distrito de Costas, necessários ao atendimento das necessidades do Departamento de Saúde.

Art. 2º O resultado final do Processo Seletivo, especificado abaixo, encontra-se publicado no endereço eletrônico www.paraisopolis.mg.gov.br:

Ordem classificátoria	N° de inscrição	Nome do candidato	Data de Nascimento	Pontuação	Resultado
1º	013/2026	MARIA ALICE DA COSTA IMASATO	14/01/1965	15	APROVADO
2º	018/2026	ELISANGELA SARA RIBEIRO DA COSTA	14/11/1973	13	APROVADO
3º	016/2026	GISLAINE ROBERTA DE PAULA	23/08/1987	13	APROVADO
4º	008/2026	BARBARA APARECIDA TRINDADE SOUZA	01/11/1990	13	APROVADO
5º	003/2026	LILIANA DE SOUZA MACHADO	01/10/1996	13	APROVADO
6º	004/2026	TAYNA MARINYEE ANGELO ALVES	22/09/1994	12	APROVADO
7º	017/2026	DANIELA CAVAGNERO DOS SANTOS	27/11/1977	9	APROVADO
8º	002/2026	INARA KEMELLY DA SILVA	22/10/1998	9	APROVADO
9º	022/2026	ROGER GABRIEL CABRAL	22/04/1993	7	APROVADO
10º	023/2026	FABIO GOMES DE ALMEIDA JUNIOR	08/12/2003	7	APROVADO
11º	011/2026	LUCIENE DE CASSIA MOREIRA	10/06/1973	5	APROVADO
12º	006/2026	JORGE BENEDITO DE ALMEIDA	14/03/1986	5	APROVADO
13º	015/2026	JENNIFER FERNANDA DA SILVA PINTO	10/06/2002	5	APROVADO
14º	014/2026	GUSTAVO BATISTA DIAS	02/07/2006	5	APROVADO
15º	021/2026	JOAO VITOR LOPES SOARES	10/07/2006	5	APROVADO
16º	019/2026	RAFAELLA JENIFFER DE ALMEIDA LIMA	16/04/2007	4	APROVADO
17º	012/2026	THAIS DE CARVALHO SILVA	20/04/1983	3	APROVADO
18º	001/2026	JORGE TADEU CURSINO DOS SANTOS	12/11/1993	3	APROVADO

19º	007/2026	HELEN IDALINA ROSA COSTA SOUZA	01/11/2000	3	APROVADO
20º	019/2026	PAMELA DE PAULA SOUZA	29/08/2005	3	APROVADO
21º	005/2026	LETICIA PEREIRA	08/11/2005	3	APROVADO
22º	010/2026	BRENDA DOS SANTOS LIMA	04/04/2002	2	APROVADO

Art. 3º Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade e a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de validade do processo seletivo, compondo o cadastro de reserva e obedecida, obrigatoriamente, à respectiva ordem de classificação.

Art. 4º A Diretoria-Adjunta de Recursos Humanos, observado o disposto no artigo anterior, convocará os candidatos habilitados para a apresentação de documentação exigida e a realização dos exames para admissão.
Parágrafo único - O candidato que não atender aos requisitos estabelecidos no Edital do Processo Seletivo, inclusive quanto à documentação e às condições de saúde para ingresso no serviço público, será desclassificado, convocando-se o candidato imediatamente colocado na ordem de classificação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,aos 09 de outubro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:63B663E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
DECRETO Nº 0000068/2026

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA UNIAO MINAS GERAIS
18.666.172/0001-64
DECRETO Nº 0000068/2026
Data 21/09/2026

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida no art. 1º da Lei Municipal nº 0001344/2025 de 05/12/2025.
DECRETA:

Art. 1º-Fica aberto ao orçamento do Municipio para o exercicio de 2026 o (s) seguinte (s) credito (s) suplementar (es) para reforço da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentarias (s):

SUPLEMENTAÇÕES				
Ficha	**Código**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
0000760	02007001.1236112032.075	MANUTENCAO DE CONVENIOS TRANSPORTE ESCOLAR	25530000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		78,21
0000758	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	26210000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		60.000,00
0000759	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	26210000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		26.000,00
0000381	02007001.1236112032.075	MANUTENCAO DE CONVENIOS TRANSPORTE ESCOLAR	15530000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		7.131,79
0000002	02001001.0412200012.093	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS ASSUNTOS JURIDICOS	15000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.004,14
0000026	02001001.0412204022.064	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	15000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		90,74
0000053	02002001.0412204022.007	MANUTENCAO ATIV. DPTO. MUNICIPAL ADMINISTRACAO	15000000000	
	33903600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA		7.271,88
0000054	02002001.0412204022.007	MANUTENCAO ATIV. DPTO. MUNICIPAL ADMINISTRACAO	15000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		21.011,02
0000056	02002001.0412204022.007	MANUTENCAO ATIV. DPTO. MUNICIPAL ADMINISTRACAO	15000000000	
	33904000000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		32.000,00
0000103	02004001.1424308022.015	MANUTENCAO ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	15000000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		92,00
0000109	02004002.0812208012.001	GESTAO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15000000000	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		708,35
0000111	02004002.0812208012.001	GESTAO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		1.520,54
0000118	02004002.0812208012.001	GESTAO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		6.780,50
0000120	02004002.0812208012.001	GESTAO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15000000000	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		620,00
0000180	02004002.0824508012.012	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	15000000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		690,00
0000181	02004002.0824508012.012	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	16600000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		984,47
0000188	02004002.0824508012.012	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	16600000000	

	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		477,60
0000285	02006001.2781227012.043	MANUTENCAO DO SETOR DE ESPORTE LAZER	15000000000	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		7.940,38
0000287	02006001.2781227012.043	MANUTENCAO DO SETOR DE ESPORTE LAZER	15000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.474,21
0000294	02006001.2781227012.043	MANUTENCAO DO SETOR DE ESPORTE LAZER	15000000000	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.845,24
0000302	02007001.1212212072.008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DEPTO EDUCACAO	15000001001	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10.523,01

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA UNIAO MINAS GERAIS
18.666.172/0001-64
DECRETO Nº 0000068/2026
Data 21/09/2026

0000308	02007001.1212212072.008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DEPTO EDUCACAO	15000001001	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		5.000,00
0000323	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		7.769,81
0000325	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		4.304,37
0000331	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		1.300,00
0000336	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		15.000,00
0000337	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		2.125,71
0000346	02007001.1236112022.051	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	15400001070	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		13.784,49
0000350	02007001.1236112022.051	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	15400001070	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		17.323,10
0000362	02007001.1236112032.032	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	15000001001	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		1.136,80
0000363	02007001.1236112032.032	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	15000001001	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10.567,15
0000364	02007001.1236112032.032	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	15000001001	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		3.063,71
0000365	02007001.1236112032.032	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	15000001001	
	31901600000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL		13.166,36
0000375	02007001.1236112032.032	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	15000001001	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.860,00
0000381	02007001.1236112032.075	MANUTENCAO DE CONVENIOS TRANSPORTE ESCOLAR	15530000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		2.000,00
0000404	02007001.1236512052.034	MANUTENCAO ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	15000001001	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		850,00
0000417	02007001.1236512052.099	MANUTENCAO ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB	15400001070	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		20.454,31
0000469	02008001.2678204022.040	MANUTENCAO DEPTO OBRAS, SERV. PUBLICOS E INFRAESTR	15000000000	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		9.985,84
0000472	02008001.2678204022.040	MANUTENCAO DEPTO OBRAS, SERV. PUBLICOS E INFRAESTR	15000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		16.988,54
0000483	02008001.2678204022.040	MANUTENCAO DEPTO OBRAS, SERV. PUBLICOS E INFRAESTR	15000000000	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		10.111,92
0000494	02009001.1012210022.019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DPTO. MUNIC. SAUDE	15000001002	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		4.196,23
0000524	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	15000001002	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		42.228,65
0000525	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		6.230,16
0000528	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	15000001002	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10.899,32
0000529	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		13.431,64
0000532	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	15000001002	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		17.295,50
0000533	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		9.482,85

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA UNIAO MINAS GERAIS
18.666.172/0001-64
DECRETO Nº 0000068/2026
Data 21/09/2026

0000542	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16210000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		3.898,95
0000548	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16210000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		10.000,00
0000550	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		2.634,99
0000589	02009001.1030210020.044	CONTRIBUICAO A CONSORCIO DE SAUDE - CISMIP	15000001002	
	33717000000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		50.000,00
0000594	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	15000001002	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		3.822,85
0000596	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	15000001002	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.314,92
0000746	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	16210000000	
	33901400000	DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL		13.000,00
0000600	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	15000001002	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		17.494,00

0000627	02009001.1030310022.022	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16210000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		6.402,16
0000629	02009001.1030310022.022	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16210000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		1.311,83
0000663	02009001.1030510022.023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES VIGILANCIA EPIDEMIOLOGIC	15000001002	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		8.475,70
0000669	02009001.1030510022.023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES VIGILANCIA EPIDEMIOLOGIC	15000001002	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		3.617,84
0000684	02009001.1030510022.023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES VIGILANCIA EPIDEMIOLOGIC	15000001002	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		620,00
TOTAL:				**574.393,78**

Art 2º-Constitui fonte de recursos para fazer face ao credito de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Excesso de Arrecadação: R$ 7.131,79 (sete mil cento e trinta e um reais e setenta e nove centavos) Superávit Financeiro: R$ 86.078,21 (oitenta e seis mil setenta e oito reais e vinte e um centavos)
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 481.183,78 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e oitenta e três reais e setenta e oito centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000009	02001001.0412200012.093	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS ASSUNTOS JURIDICOS	15000000000	
	33904700000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		375,04
0000011	02001001.0412204022.004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	15000000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		52.092,00
0000027	02001001.0412204022.064	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	15000000000	
	31909400000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		800,00
0000029	02001001.0412204022.064	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	15000000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		50,00
0000037	02002001.0412204020.002	MANUTENCAO DO CONVENIO COM A POLICIA CIVIL	15000000000	
	33903600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA		5.500,00
0000050	02002001.0412204022.007	MANUTENCAO ATIV. DPTO. MUNICIPAL ADMINISTRACAO	15000000000	
	33901400000	DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL		3.596,36
0000058	02002001.0412204022.007	MANUTENCAO ATIV. DPTO. MUNICIPAL ADMINISTRACAO	15000000000	
	33904700000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.011,02
0000066	02002001.0618104020.009	MANUTENÇÃO DE AUXILIO AO PRESIDIO GUAXUPE/GUARANESIA	15000000000	
	33504200000	AUXÍLIOS		8.643,41
0000131	02004002.0812208012.017	PROCADSUAS	16600000000	
	33901400000	DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL		95,47
0000150	02004002.0824408012.003	BLOCO DE GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO	16600000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		477,60

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA UNIAO MINAS GERAIS
18.666.172/0001-64
DECRETO Nº 0000068/2026
Data 21/09/2026

0000165	02004002.0824508012.002	BLOCO DE GESTAO DO SUAS - IGD-SUAS	16600000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		889,00
0000201	02004002.0824508012.020	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	15000000000	
	33504300000	SUBVENÇÕES SOCIAIS		15.000,00
0000208	02005001.1751215020.034	CONTRIBUICOES AS ORG. SOCIED. CIVIL-AGRIC. PEC DES	15000000000	
	33504100000	CONTRIBUIÇÕES		1.486,37
0000210	02005001.1854118011.053	AQUISICAO DE IMOVEIS ATERRO SANITARIO	15000000000	
	44906100000	Aquisição de Imóveis		50.000,00
0000222	02005001.2060620010.037	SUBVENCOES AS ORG. SOCIED. CIVIL-AGRIC. PEC DESENV	15000000000	
	33504300000	SUBVENÇÕES SOCIAIS		12.000,00
0000227	02005001.2060620011.050	AQUISICAO DE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	15000000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.000,00
0000233	02005001.2060620012.085	MANUTENCAO DE CONVENIO IMA - INST. MINEIRO AGROPEC	15000000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		415,73
0000247	02005001.2060620012.097	MANUTENCAO ATIVIDADES AGRICULTURA	15000000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.000,00
0000303	02007001.1212212072.008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DEPTO EDUCACAO	15000001001	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		1.300,00
0000328	02007001.1236112022.027	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSOS PROPRIOS	15000001001	
	33704100000	CONTRIBUIÇÕES		690,00
0000353	02007001.1236112022.051	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	15400000000	
	33904600000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		12.503,41
0000379	02007001.1236112032.075	MANUTENCAO DE CONVENIOS TRANSPORTE ESCOLAR	15530000000	
	33903600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA		1.000,00
0000383	02007001.1236112032.075	MANUTENCAO DE CONVENIOS TRANSPORTE ESCOLAR	15530000000	
	33904700000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.000,00
0000418	02007001.1236512052.099	MANUTENCAO ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB	15400001070	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		39.058,49
0000427	02008001.0412204021.041	AQUISICAO DE IMOVEIS	15000000000	
	44906100000	Aquisição de Imóveis		9.982,63
0000441	02008001.1545215022.035	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	15000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		901,20
0000442	02008001.1545215031.024	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPL. DE VELORIO MUNICIPAL	15000000000	
	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		50.000,00
0000443	02008001.1545215041.054	OBRAS DE MOBILIDADE URBANA	15000000000	
	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		7.553,52
0000445	02008001.1648216011.046	OBRAS DE INFRAESTRUTURA P/ HABITACAO POPULAR FMHIS	15000000000	
	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		4.944,33
0000446	02008001.1648216011.058	OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA NOVO LOTEAMENTO	15000000000	
	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		10.000,00
0000448	02008001.1751217011.025	CONSTRUCAO DE GALERIAS PLUVIAIS	15000000000	

	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		10.000,00
0000449	02008001.2060620011.018	CONSTRUCAO/REFORMAS/CONSERV PONTES E MATA BURROS	15000000000	
	44905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES		30.431,12
0000487	02008001.2678204022.040	MANUTENCAO DEPTO OBRAS, SERV. PUBLICOS E INFRAESTR	15000000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.780,50
0000508	02009001.1012210022.019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DPTO. MUNIC. SAUDE	16000000000	
	33909300000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00
0000527	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16210000000	
	31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		6.402,16
0000534	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16210000000	
	31901300000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		13.000,00

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA UNIAO MINAS GERAIS
18.666.172/0001-64
DECRETO Nº 0000068/2026
Data 21/09/2026

0000536	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	31901600000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL		20.296,79
0000557	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16000000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.000,00
0000558	02009001.1030110022.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA	16210000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.691,58
0000566	02009001.1030110022.078	MANUTENCAO ATIVIDADES COFINANC. AT. PRIMARIA SAUDE	16210000000	
	33903600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA		3.000,00
0000567	02009001.1030110022.078	MANUTENCAO ATIVIDADES COFINANC. AT. PRIMARIA SAUDE	16210000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		9.207,37
0000587	02009001.1030210020.040	TRANSF.MANUTENCAO TERMO COOPERACAO PRELIMINAR/URGE	15000001002	
	33423900000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		17.214,00
0000595	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	15000001002	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		50.000,00
0000605	02009001.1030210022.071	MANUTENCAO ATIVIDADES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	16000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		925,57
0000635	02009001.1030310022.022	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16000000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		2.000,00
0000641	02009001.1030310022.022	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		1.500,00
0000652	02009001.1030410022.072	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	16000000000	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		1.000,00
0000655	02009001.1030410022.072	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	16000000000	
	33903600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA		500,00
0000657	02009001.1030410022.072	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	16000000000	
	33903900000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA		2.557,28
0000689	02009001.1030510022.023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES VIGILANCIA EPIDEMIOLOGIC	16210000000	
	44905200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.311,83
TOTAL:				**481.183,78**

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO APARECIDO DIAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:4143265F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EDITAL Nº 001/2026 (ALTERADO CONFORME RETIFICAÇÃO Nº 01)

O **Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, TORNA PÚBLICO que fará realizar, por meio da empresa **Instituto Aplicativa**, sob supervisão da Comissão Organizadora nomeada por meio da **Portaria nº 016/2026 de 07 de agosto de 2026**, em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, da Lei Complementar Municipal nº 1.284, de 27 de março de 2024, Lei Complementar Municipal nº 1.317, de 26 de fevereiro de 2025, Lei Complementar Municipal nº 1.372, de 30 de julho de 2026, e as demais Leis Municipais em vigor, destinado aos cargos descritos na Tabela I, especificada no Capítulo 1 deste Edital, mediante as condições estabelecidas no Regulamento do Concurso Público a seguir, que passam a fazer parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos de direito.

REGULAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

1. DO CONCURSO PÚBLICO

1.1. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos efetivos indicados neste Edital, regidos **pelo Regime Jurídico Estatutário** em conformidade com a legislação vigente.
1.2. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do **Município de São Pedro da União/MG**.
1.2.1. A nomeação e posse dos candidatos aprovados destinam-se ao provimento de cargo público do **Município de São Pedro da União/MG**, submetendo-se o servidor ao **Regime Jurídico Estatutário**, não se configurando vínculo de prestação de serviços, observadas as condições, prazos e demais disposições relativas à nomeação e posse estabelecidas no **Capítulo 13 deste Edital**.
1.2.2. O candidato que, ainda que aprovado em todas as etapas, não comprovar os requisitos exigidos no ato da posse, na forma e prazo estabelecidos no **Capítulo 13 deste Edital**, será eliminado do certame, não fazendo jus à nomeação ou efetivação no cargo.
1.3. O cargo, as vagas, o salário inicial, a carga horária, os requisitos mínimos exigidos e a taxa de inscrição são os estabelecidos na Tabela I de Cargos, especificada abaixo.
1.4. As atribuições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital

TABELA I – CARGOS, VAGAS, SALÁRIO INICIAL, REFERÊNCIA, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Auxiliar de Serviços Gerais	01	-	R$ 1.655,40	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**
Coveiro	01	-	R$ 1.680,22	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**
Cozinheiro Escolar	01	-	R$ 1.655,40	30 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**
Motorista	01	-	R$ 1.961,66	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter carteira nacional de habilitação de motorista profissional categoria "D ou E"	**R$ 40,00**
Operador de Máquinas	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter carteira nacional de habilitação de motorista profissional categoria "D ou E"	**R$ 40,00**
Pedreiro	01	-	R$ 2.102,39	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto.	**R$ 40,00**
Tratorista	01	-	R$ 1.961,66	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter Carteira Nacional de Habilitação de motorista profissional categoria D ou E.	**R$ 40,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Ajudante Geral	01	-	R$ 1.680,22	40 horas semanais	Ensino fundamental completo	**R$ 40,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO MÉDIO COMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Auxiliar Administrativo	01	-	R$ 1.705,44	40 horas semanais	Ensino médio completo	**R$ 50,00**
Auxiliar de Consultório Dentário	01	-	R$ 1.705,44	40 horas semanais	Ensino Médio Completo, curso de formação específico e registro no conselho competente	**R$ 50,00**
Fiscal da Vigilância Sanitária	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Fiscal de Tributos	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Monitor Escolar	01	-	R$ 1.705,44	30 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Profissional de Apoio Escolar	01	-	R$ 1.756,98	30 horas semanais	Ensino Médio Completo e curso específico	**R$ 50,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO MÉDIO / TÉCNICO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Técnico Em Enfermagem	CR*	-	R$ 2.504,98	40 horas semanais	Curso Técnico em enfermagem e Registro no Conselho Competente.	**R$ 50,00**

Legenda:
CR* = Cadastro Reserva (a convocação dos candidatos classificados para o cadastro reserva ocorrerá conforme a necessidade da Administração do Município, dentro do prazo de validade do Concurso Público).
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO SUPERIOR						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Assistente Social	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em serviços social e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Cirurgião Dentista	01	-	R$ 4.079,58	20 horas semanais	Curso superior em odontologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Cirurgião Dentista Do Psf	01	-	R$ 5.439,08	40 horas semanais	Curso superior em odontologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Contador	01	-	R$ 5.439,08	40 horas semanais	Curso superior em ciências contábeis e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Engenheiro Civil	01	-	R$ 5.439,08	24 horas semanais	Curso superior em Engenharia civil e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Fisioterapeuta	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em fisioterapia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Fonoaudiólogo	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em fonoaudiologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Médico do PSF	01	-	R$ 17.612,87	40 horas semanais	Curso superior em medicina e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Nutricionista	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso superior em nutrição e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Professor Conteúdo Específico (Ed. Física)	01	-	R$ 3.540,18	24 horas semanais	curso superior em licenciatura, de graduação plena, correspondente as áreas específicas do plano curricular, nos termos da legislação vigente.	**R$ 80,00**
Professor De Atendimento Especializado	01	-	R$ 3.540,18	24 horas semanais	curso superior em pedagogia e/ou normal superior com pós graduação em Educação Especial ou Inclusiva e/ou formação superior em Educação Especial ou Inclusiva.	**R$ 80,00**
Professor De Educação Básica	01	-	R$ 3.078,38	24 horas semanais	Curso Superior De Licenciatura Plena Em Pedagogia Ou Curso Normal Superior Ou Magistério	**R$ 80,00**
Psicólogo	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso superior em psicologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Psicopedagogo	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso Superior Graduação em psicopedagogia ou graduação em psicologia com pós-graduação em	**R$ 80,00**

					psicopedagogia institucional e clínica ou licenciatura em pedagogia com pós graduação em psicopedagogia institucional e clínica registro no conselho competente	
Supervisor Escolar	01	-	R$ 5.130,62	40 horas semanais	Curso Superior de Pedagogia e/ou Normal Superior com Habilitação em Supervisão Pedagógica e/ou Pós-graduação em Supervisão Pedagógica.	**R$ 80,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler este edital em sua íntegra, tendo conhecimento e estando de acordo com as exigências nele contidas, principalmente, as especificadas a seguir, que devem ser comprovadas à época da posse:
2.1.1. Ter nacionalidade brasileira, nata ou naturalizada, ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;
2.1.2. Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
2.1.3. No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;
2.1.4. Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
2.1.5. Possuir documentação comprobatória, no ato da nomeação, dos **REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS** para os cargos, conforme especificado na Tabela I, do Capítulo 1, e a **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA** determinada no **item 13.5 do Capítulo 13** deste edital;
2.1.6. Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício dos cargos, comprovada por Exame Médico Admissional, realizado pelo município que avaliará sua capacidade física e mental, de caráter eliminatório;
2.1.7. Providenciar, sob responsabilidade do candidato, os exames complementares que se fizerem necessário à realização do Exame Admissional.
2.1.8. Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;
2.1.9. Não estar impedido, por lei ou norma vigente, de assumir outro cargo público no momento da nomeação;
2.1.10 Não registrar antecedentes civis ou criminais contra a administração pública e não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, conforme Inciso II, do Artigo, da Constituição Federal;
2.1.11. Não possuir condenação criminal transitada em julgado por crime previsto na legislação penal brasileira, enquanto subsistirem os efeitos da condenação que sejam juridicamente incompatíveis com o exercício do cargo ou função, observado o disposto na Constituição Federal e na legislação aplicável.
2.1.12. Apresentar declaração de bens.
2.1.13. Não estar com idade de aposentadoria compulsória.
2.1.14. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego público ou função púbica, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br, iniciando-se no dia 28 de novembro de 2026 e encerrando-se no dia 28 de dezembro de 2026**, observado o horário oficial de Brasília/ DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para Inscrição, deste Edital.
3.1.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, sendo de responsabilidade do(a) candidato(a) dispor dos equipamentos e do acesso necessários para efetuar sua inscrição, não cabendo à Instituto Aplicativa fornecer equipamentos para tal finalidade.
3.1.2 A Instituto Aplicativa, assegurará a ampla publicidade e igualdade de condições, em conformidade com os princípios previstos no art. 13 da Constituição do Estado de Minas Gerais e no art. 37 da Constituição Federal, bem como na legislação estadual aplicável, disponibilizando todas as informações pertinentes ao certame em seu site oficial www.institutoaplicativa.org.br.
3.2. Após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com o valor definido na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.
3.3. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente se atender a todos os requisitos exigidos para o cargo pretendido.
3.4. A inscrição do candidato implicará no completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em Lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.
3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia de **30 de dezembro de 2026**, primeiro dia útil subsequente após a data de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
3.5.1. O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** até a data de encerramento das inscrições e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.
3.5.2. Na hipótese de instabilidade técnica comprovada do sistema de inscrições que impeça a emissão/visualização do boleto no período normal, a Comissão do Concurso, em conjunto com a banca Instituto Aplicativa, publicará ato com prorrogação de prazo e procedimento alternativo de pagamento (segunda via ou modalidade eletrônica), de modo a não gerar prejuízo aos candidatos.
3.5.3. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
3.5.4. O comprovante de inscrição é o boleto bancário devidamente quitado e deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da Prova Objetiva. É de inteira responsabilidade do candidato a manutenção sob sua guarda do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.
3.6. O candidato poderá efetuar **até 2 (duas) inscrições no Concurso Público**, desde que seja **1 (uma) para cada período** de aplicação das provas disposto na tabela do **item 7.1.1, Capítulo 7 deste Edital.**
3.6.1. A opção de cargo realizada pelo candidato no ato da inscrição é definitiva, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a solicitação de alteração ou troca de cargo, independentemente de a inscrição já estar ou não efetivada.
3.6.2. Não haverá devolução ou reembolso da taxa de inscrição, qualquer que seja o motivo alegado pelo candidato, inclusive desistência, duplicidade de inscrição ou erro de preenchimento, salvo o descrito no item 3.9 deste capitulo.
3.7. Não serão aceitas inscrições recebidas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, por depósito “por meio de envelope” em caixa rápido, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital, bem como fora do período de inscrição estabelecido.
3.8. Não será aceito, como comprovante de pagamento da inscrição, comprovante de agendamento bancário.

3.9. A devolução da taxa de inscrição somente ocorrerá nos casos de suspensão, anulação ou cancelamento do certame, conforme decisão da Administração Pública Municipal.
3.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de emprego sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente a opção preenchida.
3.10.1. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros processos ou concursos.
3.11. O **Instituto Aplicativa** e o **Município de São Pedro da União/MG** não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.
3.12. A partir do dia de **04 de janeiro de 2027**, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foram recebidos pelo **Instituto Aplicativa**, ou seja, se a inscrição está confirmada.
3.12.1. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato do **Instituto Aplicativa**, pelo e-mail **consursos@institutoaplicativa.org.br** para verificar o ocorrido, das 9h às 17h de segunda a sexta, bem como interpor recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
3.13. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da nomeação, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.
3.14. As informações prestadas na ficha de inscrição online são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo ao **Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** o direito de excluir do Concurso Público aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
3.15. O candidato que desejar concorrer à vaga reservada a pessoas com deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo 5 deste Edital.
3.16. O candidato que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá encaminhar, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, declaração constante no **Anexo III deste Edital**, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova.
3.16.1. O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no item anterior, não terá a prova e as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.
3.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
3.17 No caso de candidata lactante, serão aplicadas as regras previstas na Lei Federal nº 13.872/2019, que assegura o direito de amamentação durante a realização do Concurso Público.
3.17.1 A candidata lactante deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, previamente indicado, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. **A CANDIDATA QUE NÃO APRESENTAR ACOMPANHANTE NÃO REALIZARÁ AS PROVAS.**
3.17.2 O tempo despendido na amamentação de filhos de até 6 (seis) meses será integralmente compensado durante a realização da prova, em igual período, conforme §2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.
3.17.3 A candidata lactante poderá ausentar-se da sala de prova, acompanhada por uma fiscal, nos horários de amamentação, consistentes em intervalos de até 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
3.17.4 Na sala ou local reservado para a amamentação permanecerão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante ou de quaisquer outras pessoas com grau de parentesco ou amizade com a candidata.
3.17.5 A candidata lactante deverá declarar a referida condição na ficha de inscrição on-line e encaminhar sua solicitação à Instituto Aplicativa Ltda até o último dia das inscrições, por meio de upload em campo específico na ficha de inscrição, juntamente ao Anexo III disponibilizado neste edital, devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos seguintes documentos, reunidos em um único arquivo no formato PDF:
Certidão de nascimento ou documento oficial que comprove que o bebê possui até 6 (seis) meses de idade na data da prova;
Documento oficial de identidade com foto da candidata (RG, CNH, passaporte etc.);
Comprovante de inscrição no Concurso Público (protocolo ou boleto pago);
Documento oficial de identidade com foto do acompanhante;
Declaração da candidata indicando o nome completo e número do documento do acompanhante, autorizando sua permanência em sala reservada para cuidar da criança;
3.18. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova por motivo de crença religiosa, deverá encaminhar solicitação o **Instituto Aplicativa,** nos termos do item 3.16 deste Capítulo.
3.19. O candidato que se enquadrar nos termos do Decreto nº 47.148 de 27 de janeiro de 2017, sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais, cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, e que desejar ser identificado pelo nome social no dia da realização da prova, deverá encaminhar **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026**, indica-lo através do Formulário constante neste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, e os documentos a seguir:
a) Formulário de solicitação de inclusão de Nome Social **(Anexo V);**
b) Documento de Identidade Social (frente e Verso)
c) Documento de Identidade (frente e Verso)
3.20. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.
3.20.1 O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no itens anteriores, não terá condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.
3.21. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de **04 de dezembro de 2026**, acessar o site **www.institutoaplicativa.org.br** para verificar o resultado da solicitação pleiteada.
3.21.1. Em caso negativo, o candidato deverá interpor recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
3.22. O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da **Comissão do Concurso Público** e da **Instituto Aplicativa**
3.22.1 A prorrogação de que trata o item 3.21. poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação feita na Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br.**

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. O candidato, que estiver amparado pelos dispositivos contidos na **Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999**, poderá requerer a isenção da taxa de inscrição deste Concurso Público, desde que comprove os requisitos previstos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 deste Capítulo, a saber:

4.1.1. Candidatos que comprove estar **DESEMPREGADO**.
4.1.1.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.1 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou documento similar;
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.1.2. Candidatos que comprove ser **DOADOR REGULAR DE SANGUE**.
4.1.2.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.2 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) Apresentação de documento emitido pela entidade coletora no qual constem as datas das doações (Para os fins desta lei, considera-se doador regular de sangue aquele que tenha doado sangue em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por município, no mínimo duas vezes ao ano, por pelo menos dois anos;
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.1.3. Candidatos que comprove ter sido **MEMBRO DE MESA RECEPTORA DE VOTOS EM SEÇÃO ELEITORAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**.
4.1.3.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.3 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) apresentação de documento emitido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada e a data da eleição da qual tenha participado (valerá para a inscrição em concurso público com edital de abertura publicado nos dois anos subsequentes à data da eleição da qual o candidato tenha participado);
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.2.1. Acessar, no período de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026**, no site do **Instituto Aplicativa. - www.institutoaplicativa.org.br** e, na área do Concurso Público da **Prefeitura Municipal de São Pedro da União/MG**, realizar a inscrição online;
4.2.2. Deverá encaminhar **por meio de upload em arquivo único**, em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026,** o formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital juntamente dos documentos descritos nas alíneas itens 4.1.1.1, 4.1.2.1 e 4.1.3.1;
4.2.3. Os documentos discriminados no subitem anterior deverão ser encaminhados devidamente preenchidos, obrigatoriamente contendo a assinatura do solicitante e data.
4.3. Deverá ser realizada uma inscrição online antes do envio do formulário com documentação comprobatória, sob pena da solicitação de isenção ser indeferida.
4.4. A documentação comprobatória enviada pelo candidato será analisada pelo **Instituto Aplicativa**, que decidirá sobre a isenção do valor de inscrição, considerando o estabelecido neste capítulo.
4.5. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
a) deixar de efetuar a inscrição pela internet no período estabelecido no item 4.2.1, deste capítulo;
b) deixar de enviar a documentação comprobatória estabelecida nas alíneas dos subitens 4.1.1.1, 4.1.2.1 e 4.1.3.1, na forma e no prazo previsto neste capítulo;
c) deixar de preencher corretamente ou de assinar o formulário discriminado no subitem 4.2.2, deste capítulo;
d) omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
4.5.1. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como exclusão do candidato do certame em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.6. No dia **04 de dezembro de 2026**, o candidato deverá verificar a situação sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição por meio de publicação e divulgação nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br**.
4.7. O(a) candidato(a) disporá de 3 (três) dias a partir da divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição, citada no subitem anterior, para contestar o indeferimento por meio de interposição de recurso, conforme previsto no Capítulo 12 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.8. No dia **09 de dezembro de 2026**, será publicado e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** o resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição.
4.9. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br,** imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento.
4.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.
4.11. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no item 3.5 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

5. DA INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Concurso Público, desde que as atribuições do emprego pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possuem.
5.1.1. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da constituição Federal e pela Lei nº 7.853/1989 é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2014, pelo 377/2009 do STJ e Lei Estadual nº 14.481/11.
5.2. Em obediência ao disposto no Artigo 37 da constituição Federal, aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual de até **5% (cinco por cento) das vagas existentes** ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.
5.2.1 Na hipótese de o cálculo do percentual de reserva de até 5% (cinco por cento), previsto no Artigo 37 da Constituição Federal, resultar em número fracionado, aplicar-se-á a regra de arredondamento estabelecida pela legislação estadual (Lei nº 11.867/1995), de modo que frações iguais ou superiores a 0,5 serão arredondadas para o número inteiro subsequente e frações inferiores a 0,5 para o número inteiro anterior, garantindo sempre o mínimo de uma vaga reservada a candidatos com deficiência (PcD).
5.2.1.1 No caso de oferta de 1 vaga imediata + Cadastro Reserva (CR), a primeira vaga será destinada à ampla concorrência, enquanto a reserva para PcD ocorrerá nas chamadas subsequentes, de modo que a 5ª vaga, a 21ª vaga, a 41ª vaga, e assim sucessivamente, serão destinadas a candidatos PcD, assegurando o percentual mínimo de 20% e o arredondamento conforme legislação vigente.
5.3. Serão consideradas deficiências aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para a integração social, em conformidade com o Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, pelo Decreto Federal nº 9.508/18 e demais alterações.

5.4. Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.
5.4.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com a função pretendida.
5.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
5.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
5.7. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
5.8. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do Concurso Público deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.
5.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição.
5.10. O candidato com deficiência, deverá encaminhar **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 28 de dezembro de 2026**, a declaração constante no **Anexo III** deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova, os documentos a seguir:
a) Declaração constante no Anexo III deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova (caso a condição especial seja necessária); e
b) Cópia do Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando o seu nome, número do RG e do CPF.
5.10.1. Os candidatos que solicitarem a prova em braille deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção.
5.10.2. O candidato com deficiência auditiva poderá solicitar, na declaração constante no Anexo III deste Edital, a autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Multidisciplinar, com a finalidade de garantir a lisura do Concurso Público.
5.10.3 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas, deverá enviar a documentação indicada nas alíneas "a" e "b" do item 5.10, acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
5.10.4. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas neste sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
5.10.5. As condições específicas e ajudas técnicas previstas acima não excluem outras que se fizerem necessárias.
5.10.6. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido e será divulgado conforme disposto no item 3.21 e seus subitens, do Capítulo 3 deste edital.
5.11. O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no item 5.10 e respectivas alíneas e subitens, não terá a condição especial atendida ou não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.
5.12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
5.13. Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

6. DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público constará da seguinte estrutura da Prova Objetiva, conforme tabela a seguir, além das demais formas de avaliação previstas neste Edital, cujos critérios e procedimentos encontram-se descritos em capítulos específicos.

Ensino Fundamental Incompleto			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COVEIRO	Objetiva	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos
COZINHEIRO ESCOLAR MOTORISTA OPERADOR DE MAQUINAS PEDREIRO TRATORISTA	Objetiva + Prática	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos

Ensino Fundamental Completo			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AJUDANTE GERAL	Objetiva	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos

Ensino Médio Completo			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA FISCAL DE TRIBUTOS MONITOR ESCOLAR PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	Objetiva	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	15 Conhecimentos Específicos

Ensino Médio / Técnico			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Objetiva	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	15 Conhecimentos Específicos

Ensino Superior			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
ASSISTENTE SOCIAL CIRURGIÃO DENTISTA CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF CONTADOR ENGENHEIRO CIVIL FISIOTERAPEUTA FONOAUDIÓLOGO MEDICO DO PSF NUTRICIONISTA PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA) PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PSICÓLOGO PSICOPEDAGOGO SUPERVISOR ESCOLAR	Objetiva + Títulos	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 Informática	25 Conhecimentos Específicos

6.2. A Prova Escrita Objetiva será realizada com base em instrumentos que mensuram as habilidades e conhecimentos exigidos pelos cargos conforme indicação do ANEXO II, composta de questões de Conhecimentos Básicos (CB) e de Conhecimentos Específicos (CE), conforme o cargo.
6.3. As questões de Conhecimentos Básicos e Conhecimentos Específicos serão objetivas de múltipla escolha, com **4 (quatro) alternativas cada**, terão uma única resposta correta e versarão sobre os programas contidos no ANEXO II deste Edital.
6.4. A **Prova de Títulos** será realizada e avaliada conforme estabelecido no **Capítulo 9** deste Edital.

6.5. A **Prova Prática** será realizada e avaliada conforme estabelecido no **Capítulo 10** deste Edital.

7. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1. As provas objetivas serão realizadas na cidade de São Pedro da União/MG, na data prevista de **17 de janeiro de 2027**, em locais e horários a serem comunicados oportunamente através de Edital de Convocação para as Provas Objetivas a ser publicado Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br e www.saopedrodauniao.mg.gov.br**, observado o horário oficial de Brasília/DF.
7.1.1. As provas serão aplicadas conforme a divisão em **Período A** e **Período B**, de acordo com a tabela a seguir:

PERÍODO DE APLICAÇÃO DE PROVAS	CARGOS
A	AJUDANTE GERAL ASSISTENTE SOCIAL AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONTADOR COZINHEIRO ESCOLAR ENGENHEIRO CIVIL FISIOTERAPEUTA FONOAUDIÓLOGO MEDICO DO PSF MONITOR ESCOLAR MOTORISTA PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA) PSICÓLOGO TRATORISTA
B	AUXILIAR ADMINISTRATIVO CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF CIRURGIÃO DENTISTA COVEIRO FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA FISCAL DE TRIBUTOS NUTRICIONISTA OPERADOR DE MAQUINAS PEDREIRO PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR PSICOPEDAGOGO SUPERVISOR ESCOLAR TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7.1.2. O candidato poderá se inscrever para um cargo em cada período (A e B).
7.1.3. Caso ocorra de o candidato estar inscrito, no dia da aplicação, em dois cargos no mesmo período, deverá optar por qual prova realizará, sendo considerado ausente no outro cargo.
7.1.4. Não haverá, em hipótese alguma, a possibilidade de realização de duas provas no mesmo período, ainda que o candidato esteja inscrito em mais de um cargo.
7.1.5. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares existentes nos colégios da cidade de São Pedro da União/MG, o **Instituto Aplicativa** reserva-se do direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
7.1.6. NÃO SERÁ ENVIADO CARTÃO INFORMATIVO DO CANDIDATO PARA O ENDEREÇO OU E-MAIL DO CANDIDATO. O candidato deverá, a partir do dia **11 de janeiro de 2027**, informar-se, pela internet, no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.
7.1.7. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, exceto na condição do candidato com deficiência, que demande condição especial para a realização das provas e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, que, nesse caso, deverá entrar em contato com a empresa realizadora do Concurso Público, através do e-mail **concursos@institutoaplicativa.org.br**.
7.2. Ao candidato só será permitida a participação nas provas, na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 7.1 deste Capítulo.
7.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.
7.4. Os eventuais erros referentes a nome, número de documento de identidade, sexo ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização das provas objetivas para que o fiscal da sala faça a devida correção em Ata da Sala de Prova.
7.4.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item anterior deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
7.5. Caso haja inexatidão na informação relativa à opção de cargo e/ou condição de candidato com deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do **Instituto Aplicativa**, pelo e-mail **concursos@institutoaplicativa.org.br**, das 9h às 17h de segunda a sexta, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de aplicação das Provas Objetivas.
7.5.1. A alteração da condição de candidato com deficiência somente será efetuada na hipótese de que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido transcrito erroneamente nas listas afixadas e disponibilizado no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** desde que o candidato tenha cumprido todas as normas e exigências constantes no Capítulo 5 deste Edital.
7.5.2. O candidato que não entrar em contato com o SAC, no prazo mencionado no item 7.5 deste Capítulo, será o único responsável pelas consequências ocasionadas pela sua omissão.
7.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de:
a) Comprovante de inscrição emitido pelo site, na área do candidato;
b) Boleto bancário correspondente à inscrição, com o respectivo comprovante de pagamento ou em caso de pagamento via PIX comprovante de transação realizada;
c) De um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97). Podendo ser utilizado em sua forma digital desde que o Aplicativo seja aberto no ato da apresentação ao fiscal de sala.
d) caneta esferográfica (de material transparente) de tinta PRETA ou AZUL, lápis preto nº 2 e borracha macia.
7.6.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
7.6.2. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.6.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
7.6.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
7.6.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de Motorista Sênior (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
7.6.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.
7.7. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
7.8. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **Instituto Aplicativa** procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição.
7.8.1. A inclusão de que trata o item 7.8, será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **Instituto Aplicativa** na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
7.8.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.8, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
7.8.3. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato:
7.8.3.1. Entrar ou permanecer no local de exame portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte;
7.8.3.2. Entrar ou permanecer no local de exame com aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman etc.) ligados ou semelhantes, boné, gorro, chapéu, óculos de sol, fones de ouvido, bem como protetores auriculares.
7.8.4. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das provas escritas, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.
7.8.4.1. Os equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em invólucros lacrados específicos para esse fim, que serão fornecidos aos candidatos pelo fiscal de sala. O aparelho celular deverá ter a bateria removida pelo próprio candidato.
7.8.4.2. O invólucro lacrado contendo os equipamentos eletrônicos desligados deverá permanecer sob a carteira do candidato até a entrega da folha de respostas ao fiscal, ao término da prova. O invólucro lacrado apenas poderá ser aberto pelo candidato após a saída do colégio de prova.
7.8.4.3. É aconselhável que o candidato **NÃO** leve nenhum dos objetos mencionados nos itens anteriores no dia da realização das provas.
7.8.5. **O descumprimento dos itens 7.8.3.1, 7.8.3.2 e 7.8.4 implicará a eliminação do candidato**.
7.8.6. O **Instituto Aplicativa** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos, nem por eventuais danos neles causados, ocorridos durante a realização das provas, sendo assim é de inteira e EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO PRÓPRIO CANDIDATO.
7.8.7. Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou pessoa estranha ao Concurso Público, nem a utilização de livros, códigos, manuais, revistas, impressos, quaisquer anotações, calculadora, celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.
7.9. Quanto às Provas:
7.9.1. Para a realização das provas objetivas, o candidato lerá as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica (de material transparente) de tinta azul ou preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção.
7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis, ou aquelas respondidas a lápis.
7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
7.9.1.3. A Folha de Respostas será identificada, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.
7.10. É de responsabilidade do candidato a leitura das orientações contidas na capa do caderno de provas e nas folhas respostas, bem como a conferencia do material entregue pelo Instituto Aplicativa, para a realização da prova.
7.11. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal a folha de respostas.
7.12. A totalidade das Provas terá a **duração de 3 (três) horas.**
7.12.1. Após o período de 1 (uma) hora, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questões, deixando com o fiscal da sala as folhas de resposta, que serão os únicos documentos válidos para a correção. Em nenhuma outra situação será fornecido o Caderno de Questões.
7.13. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1 (uma) hora, exceto em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por um Fiscal.
7.13.1. O início da prova será definido em cada sala de aplicação.
7.14. As Folhas de Resposta dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.
7.15. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:
7.15.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
7.15.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.6, alínea “c”, deste Capítulo;
7.15.3. Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
7.15.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.12, deste capítulo;
7.15.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
7.15.6. For surpreendido portando equipamentos eletrônicos como agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, fone de ouvido, walkman e/ou equipamentos semelhantes, ou ainda boné, gorro, chapéu, óculos de sol, bem como protetores auriculares;
7.15.7. Estiver com qualquer tipo de equipamento eletrônico em funcionamento durante a realização das provas escritas, incluindo os sinais sonoros referentes a alarmes;
7.15.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
7.15.9. Não devolver a Folha de Resposta cedida para realização das provas;
7.15.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
7.15.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
7.15.12. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas;
7.15.13. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;

7.15.14. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.
7.16. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
7.17. No caso de Candidata Lactante serão aplicadas as situações previstas no item 3.17. do Capítulo 3 deste Edital;
7.17.3. Excetuada a situação prevista no item 3.17 do Capítulo 3 deste Edital, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar, inclusive, a não participação da candidata no Concurso Público.
7.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
7.19. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
7.20. Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
7.21. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
7.22. Reserva-se ao Coordenador do Concurso Público designado pelo **Instituto Aplicativa**, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado ou que desobedecer a qualquer regulamento constante deste Edital, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
7.23. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
7.24. As instruções dadas pelos Fiscais e Coordenadores, assim como as contidas na prova, deverão ser respeitadas pelos candidatos.
7.25. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala e, nesse caso, não poderá levar consigo qualquer tipo de bolsa, estojo ou qualquer objeto constante no item 7.15.6 deste capítulo, sob pena de exclusão do Concurso.
7.26. Ao final da prova, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinarem ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo, sob pena de eliminação do certame.
7.27. Os gabaritos da prova objetiva serão divulgados no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** em data a ser comunicada no dia da realização das provas.

8. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

8.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório.
8.1.1. Na avaliação e correção da Prova Objetiva será utilizado o Escore Bruto.
8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
8.2.1. Para se chegar ao total de pontos o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova, e multiplicar pelo número de questões acertadas.
8.2.2. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a:
a) Ensino Fundamental Incompleto e Fundamental Completo: 25 (vinte e cinco) pontos.
b) Ensino Médio Completo e Médio / Técnico: 35 (trinta e cinco) pontos.
c) Ensino Superior: 50 (cinquenta) pontos.
8.4. O candidato que não comparecer para realizar a Prova ou não habilitado na Prova Objetiva será eliminado do Concurso Público.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Serão submetidos à avaliação de títulos todos os candidatos dos Cargo Público conforme capitulo 6 deste edital.
9.1.1**.** O envio dos títulos deverá ser realizado dentro do período de inscrições, independentemente da situação do candidato na Prova Objetiva. Entretanto, somente serão analisados e pontuados os títulos apresentados pelos candidatos que forem aprovados na Prova Objetiva e atingirem a pontuação mínima exigida, nos termos do Capítulo 8 deste Edital.
9.1.2. A avaliação de títulos terá caráter classificatório e será realizada somente após a apuração do resultado da Prova Objetiva, exclusivamente para os candidatos que atenderem às condições estabelecidas no item 9.1, observados os títulos, critérios, valores e limites de pontuação previstos neste Edital.
9.1.3. O candidato que não apresentar títulos, ou que não apresentar títulos passíveis de pontuação nos termos deste Edital, não será eliminado do Concurso Público, permanecendo com a pontuação obtida na prova objetiva, sem qualquer acréscimo decorrente da avaliação de títulos.
9.1.4. A apresentação de títulos não constitui requisito para a permanência do candidato no Concurso Público, sendo sua pontuação utilizada exclusivamente para fins de classificação, nos termos deste Edital.
9.2. A Prova de Títulos será realizada exclusivamente por meio eletrônico. Para participar da avaliação de títulos, o candidato deverá, durante o período de inscrições, acessar sua Área do Candidato no site do Instituto Aplicativa e realizar o cadastro e o upload dos documentos comprobatórios dos títulos que possuir, observando os campos específicos, as orientações e os formatos de arquivos estabelecidos neste Capítulo. Não será aceito o envio ou a entrega de documentos por qualquer outro meio ou após o encerramento do período de inscrições.
9.2.1. O candidato deverá, obrigatoriamente dentro do período de inscrições, compreendido entre **28 de novembro de 2026 e 28 de dezembro de 2026**, acessar sua Área do Candidato no site do Instituto Aplicativa e realizar o upload dos documentos comprobatórios dos títulos que possuir, bem como dos respectivos históricos escolares, quando exigidos, observando as orientações e os formatos de arquivos estabelecidos pela empresa organizadora. O envio dos títulos deverá ser realizado dentro desse período, não sendo admitida a inclusão, substituição ou complementação de documentos após o seu encerramento.
9.2.2. Haverá um campo específico para cada upload da documentação indicada nas alíneas da tabela do item 9.13, sendo um campo (link) para cada tipo de título constante na referida tabela deste Capítulo.
9.2.3. Antes de realizar o upload de cada arquivo no respectivo link, verifique-o atentamente, uma vez que não será admitida a substituição de arquivos já enviados, tampouco a realização de novo envio.
9.2.3.1. O candidato deverá atentar-se ao formato permitido (PDF) e ao tamanho máximo de arquivo (5MB) indicado na ficha de inscrição on-line.
9.2.3.2. Cada arquivo deverá conter apenas um título e sua respectiva comprovação. Não serão aceitos arquivos contendo múltiplos títulos ou documentos não relacionados ao tipo de título do campo específico.
9.2.3.3. Os arquivos deverão estar legíveis, completos e em boa qualidade de digitalização. Documentos ilegíveis, incompletos ou com má qualidade de imagem não serão pontuados.
9.2.4. Os arquivos anexados fora do link correspondente terão a pontuação desconsiderada, devendo o candidato verificar atentamente o anexo antes de enviar.

9.2.5. Encerrado o período de inscrições, não serão aceitos, em nenhuma hipótese, novos títulos, documentos comprobatórios ou complementações daqueles já enviados, ainda que o candidato tenha sido habilitado na Prova Objetiva.
9.2.6. Em caso de dúvidas sobre o processo de envio dos títulos, o candidato poderá entrar em contato com o **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do Instituto Aplicativa por meio dos canais oficiais divulgados no site ou pelo WhatsApp, durante o período de envio estabelecido no item 9.2.
9.2.6.1. O SAC prestará esclarecimentos exclusivamente sobre questões técnicas relacionadas ao processo de upload e acesso à área do candidato, não cabendo orientações sobre quais documentos apresentar ou análise prévia de títulos.
9.2.7. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento e envio dos títulos nos campos correspondentes.
9.2.7.1. Não serão aceitas alegações de desconhecimento do procedimento de envio, problemas de ordem técnica dos equipamentos do candidato, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação como justificativa para envio fora do prazo ou em campo incorreto.
9.2.7.2. O candidato deverá verificar e confirmar o envio correto de cada arquivo através de sua área do candidato, sendo de sua exclusiva responsabilidade certificar-se de que todos os documentos foram anexados corretamente.
9.3. Enviada a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos sob qualquer hipótese ou alegação.
9.3.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a confirmação do recebimento dos arquivos enviados através de sua área do candidato no site do Instituto Aplicativa.
9.3.2. A pontuação atribuída aos títulos é de competência exclusiva da banca examinadora do Instituto Aplicativa, sendo soberana em suas decisões.
9.3.3. Não serão consideradas para efeito de pontuação informações ou documentos apresentados de forma diversa da estabelecida neste Capítulo.
9.4. Serão aceitos como documentos os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por estabelecimentos e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
9.4.1. Os documentos de títulos que forem representados por declarações ou certidões deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por instituição oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
9.4.2. No caso de certificado de conclusão de pós-graduação "Stricto Sensu" (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da dissertação ou defesa da tese.
9.4.3. Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de mestre e doutor os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC.
9.4.4. Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação "Lato Sensu" (especialização) deverão conter a especificação da carga horária total cumprida. Na ausência dessa informação, o candidato deverá apresentar documentos complementares (tais como histórico escolar, declaração da instituição ou matriz curricular) que comprovem a carga horária do referido certificado, sob pena de não pontuação.
9.4.4.1. Os certificados de pós-graduação "Lato Sensu" deverão conter expressamente a denominação "Pós-Graduação Lato Sensu" ou "Especialização" ou mencionar conformidade com a Resolução CNE/CES nº 1/2018 ou legislação vigente que regulamenta o curso, sob pena de não pontuação.
9.4.4.2. Não serão aceitos como pós-graduação "Lato Sensu" os cursos de aperfeiçoamento, atualização, extensão ou capacitação que não estejam expressamente identificados como especialização ou pós-graduação "Lato Sensu" nos termos da legislação vigente.
9.4.5. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.
9.4.6. Não serão aceitos protocolos, declarações de disciplinas cursadas ou quaisquer outros documentos que não comprovem a conclusão definitiva do curso.
9.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.
9.6. É da exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de títulos.
9.6.1. Os títulos que não estiverem devidamente acompanhados de sua respectiva comprovação, conforme especificado na tabela do item 9.13, não serão pontuados.
9.6.2. O candidato deverá certificar-se de que as cópias digitalizadas estejam completas, incluindo frente e verso dos documentos quando aplicável, sob pena de não pontuação.
9.7. Não serão aceitas substituições de documentos, bem como títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.
9.7.1. Títulos relativos a cursos em andamento, trancados ou incompletos não serão considerados para fins de pontuação.
9.7.2. A não apresentação dos títulos na Área do candidato, no prazo e nos campos específicos estabelecidos neste Capítulo acarretará a atribuição de nota 0 (zero) na prova de títulos, não cabendo qualquer tipo de questionamento posterior.
9.7.3. O envio de títulos em campos incorretos ou fora do prazo estabelecido implicará na não pontuação dos mesmos, não sendo aceitas justificativas ou solicitações de análise posterior.
9.8. A soma da pontuação da documentação de títulos se limitará ao valor **máximo de 10 (dez) pontos**.
9.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
9.9.2. Não serão aceitos pedidos de inclusão de títulos por meio de recursos ou de qualquer outro meio de comunicação, qualquer que seja o motivo alegado.
9.10. Para fins deste capítulo, considera-se "ÁREA DE ATUAÇÃO" aquela que se enquadra no cargo descrito no item 9.1 deste Capítulo.
9.10.1. A comprovação de que o curso está relacionado à área de atuação será realizada mediante análise do título e conteúdo programático do curso, quando necessário.
9.11. O resultado preliminar da prova de títulos será divulgado no site do Instituto Aplicativa através do Edital de Classificação Preliminar.
9.12. O Instituto Aplicativa não se responsabiliza por problemas técnicos, falhas de conexão, arquivos corrompidos ou qualquer outra situação que impeça o envio dos títulos dentro do prazo estabelecido, sendo recomendado ao candidato não deixar para enviar a documentação nos últimos dias do período estipulado.
9.13. Serão considerados títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TABELA DE TÍTULOS

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO*
a) Doutorado na área de ATUAÇÃO - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	4 pontos	4 pontos	Cópia (frente e verso) do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso.
b) Mestrado na área de ATUAÇÃO - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	3 pontos	3 pontos	Cópia (frente e verso) do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso.
c) Pós Graduação Lato Sensu (especialização) na área de ATUAÇÃO, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	1 ponto	3 pontos	Cópia (frente e verso) do Certificado, Certidão ou Declaração de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso, acompanhada do respectivo histórico escolar.

COMPROVAÇÃO:* A ausência das comprovações previstas na tabela implicará na não pontuação do título correspondente.

9.14. Após a publicação da pontuação dos títulos através do edital de classificação preliminar, o candidato poderá interpor recurso conforme o Capítulo 12 deste Edital.
9.14.1. Após passado o prazo recursal estabelecido no Capítulo 12, o candidato não poderá mais interpor recurso, qualquer que seja o motivo alegado.
9.14.2. Não serão aceitos pedidos de revisão de pontuação, reanálise de títulos ou qualquer outra solicitação relacionada à prova de títulos após o término do prazo recursal.
9.14.3. Os títulos ou documentos enviados através de recurso não serão levados em consideração para efeito de pontuação. Serão utilizados para verificação e análise do recurso exclusivamente os títulos já cadastrados no sistema dentro do prazo de envio estabelecido no item 9.2 deste Capítulo.
9.14.4. O resultado definitivo da prova de títulos, após análise dos recursos, será publicado no site do Instituto Aplicativa e não caberá qualquer outro tipo de recurso ou solicitação de reconsideração.
9.14.5. A pontuação final de títulos será incorporada à nota final do candidato conforme estabelecido no Capítulo 11 deste Edital, não sendo passível de questionamento após a publicação do resultado definitivo.
9.14.6. Não serão computados como títulos, os certificados utilizados para ingresso no emprego.

10. DA PROVA PRÁTICA

10.1. A Prova Prática (PP) será aplicada para os cargos de **Cozinheiro Escolar, Motorista, Operador de Máquina, Pedreiro e Tratorista,** na cidade de São Pedro da União/MG, em local e horário a ser comunicado por meio do edital de convocação, publicado no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**
10.1.1. A data da prova poderá ser alterada, a critério da Administração.
10.1.2. Será de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações e verificar seu local de prova.
10.1.3. Somente será admitida a participação do candidato na data, horário e local previamente divulgados, conforme disposto no item 10.1.
10.2. Fica vedada, em qualquer hipótese, a realização da prova em data, horário ou local diverso do designado, qual seja o motivo alegado.
10.3. Para a realização da Prova Prática, serão convocados candidatos aprovados na prova objetiva na ampla concorrência, bem como os candidatos com deficiência aprovados nas provas objetivas, respeitada a reserva legal de 5% (cinco por cento) das vagas, e todos os candidatos empatados conforme critério de desempate previsto no Capítulo 11.
10.3.1. Somente serão convocados os candidatos APROVADOS, na quantidade descrita na tabela abaixo:

Emprego Público	Nº. de candidatos convocados	Nº. de candidatos com deficiência convocados
COZINHEIRO ESCOLAR	40	2
MOTORISTA	40	2
OPERADOR DE MÁQUINA	40	2
PEDREIRO	40	2
TRATORISTA	40	2

10.3.2. Os candidatos aprovados na prova objetiva que NÃO forem convocados para a prova prática, serão automaticamente eliminados do Concurso Público.
10.4. Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência e aprovados na prova objetiva serão convocados para a prova prática, nos termos do item 10.6 deste Edital.
10.5. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identidade com foto e dentro do prazo de validade.
10.5.1 Não haverá tempo de tolerância para o ingresso dos candidatos à Prova Prática. O candidato que não estiver presente no horário estabelecido será automaticamente eliminado do Concurso Público.
10.6. As provas práticas têm por finalidade aferir, de forma objetiva e transparente, a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências do cargo e ao desempenho eficiente das atividades. Essa etapa é especialmente relevante para os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, pois possibilita verificar, na prática, a compatibilidade entre suas habilidades e as atribuições do cargo, garantindo igualdade de condições na avaliação.
10.7. A Prova Prática terá caráter classificatório e eliminatório, com valor máximo de 100 (cem) pontos.
10.7.1. Será considerado habilitado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).
10.7.2. Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
a) não comparecer para realizar a Prova Prática, conforme horário determinado no edital de Convocação para a prova prática;
b) não obtiver a pontuação mínima exigida;
c) estiver com vestimentas e/ou acessórios incompatíveis com o exercício das funções/ execução adequada da prova prática;
d) deixar de apresentar, quando exigido para o cargo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível e vigente, conforme indicado na Tabela I deste Edital.
10.7.2.1. O não cumprimento de quaisquer das hipóteses previstas neste item implicará a eliminação/exclusão do candidato da realização da Prova Prática, não lhe sendo atribuída pontuação nesta etapa e acarretando sua eliminação do Concurso Público, sem possibilidade de recurso administrativo.
10.8. Não haverá segunda chamada ou repetição da prova, seja qual for o motivo alegado.
10.9. Fica vedada a entrada e permanência de pessoas ou candidatos não convocados para a prova prática.
10.10. Após a realização da prova, será vedada a permanência do candidato no local de aplicação, sob pena de eliminação.
10.11. É vedada a utilização de câmeras, celulares, filmadoras ou quaisquer aparelhos eletrônicos capazes de reproduzir ou transmitir o conteúdo da prova prática, sob pena de eliminação.
10.12. Os critérios de avaliação da Prova Prática são:

Para o cargo de **COZINHEIRO ESCOLAR:**

TAREFA	PONTUAÇÃO
1 - Apresentar- se devidamente vestido para execução das tarefas.	0 a 10 pontos
2 - Aplicar técnicas corretas de higiene pessoal.	0 a 10 pontos
3 - Aplicar técnicas corretas de higiene dos alimentos.	0 a 20 pontos
4 - Reconhecer equipamentos de uma cozinha industrial.	0 a 10 pontos
5 - Manusear alimentos para o pré-preparo e preparo.	0 a 10 pontos
6 - Higienizar utensílios e equipamentos.	0 a 10 pontos
7 - Identificar pesos e medidas padrões.	0 a 10 pontos
8 - Organizar gêneros alimentícios dentro das normas.	0 a 10 pontos

9 – Distribuição alimentar aos alunos.	0 a 10 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100 pontos**
TOTAL DE TEMPO PARA REALIZAÇÃO	**20 minutos**

Para o cargo de **MOTORISTA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Percorrer o trajeto, inicialmente definido, observando a legislação de trânsito, a segurança própria, dos acompanhantes e de terceiros, condução defensiva e também a que melhor conserve o veículo.	0 a 50 pontos	10 min
2 - Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 25 pontos	5 min
3 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

Para o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 75 pontos	15 min
2 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

Para o cargo de **PEDREIRO:**

TAREFA	PONTUAÇÃO
1 - Utilizar as ferramentas corretas para a realização para realização dos serviços que serão realizados.	0 a 10 pontos
2 - Produzir/preparar material a ser utilizado nos serviços que serão solicitados.	0 a 10 pontos
3 - Aferir as condições de medidas, nível e prumo do serviço executado.	0 a 30 pontos
4 - Interpretação do projeto.	0 a 10 pontos
5 - Avaliação do acabamento do serviço solicitado.	0 a 20 pontos
6 - Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI´S) corretos e realizar corretamente a sinalização do local de trabalho.	0 a 20 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100 pontos**
TOTAL DE TEMPO PARA REALIZAÇÃO	**45 min**

Para o cargo de **TRATORISTA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 75 pontos	15 min
2 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

10.13. Por razões de segurança, os candidatos convocados para a Prova Prática deverão apresentar-se trajando vestimenta compatível com o exercício das funções, de modo a garantir sua integridade física, a de terceiros e a adequada execução da prova, observando, no mínimo, as seguintes orientações:
a) utilizar calçados fechados e sem salto;
b) não utilizar chinelos, sandálias, bermudas, regatas, colares, pulseiras, anéis, brincos, relógios ou quaisquer outras vestimentas ou acessórios que possam comprometer a segurança ou dificultar a adequada realização das tarefas previstas;
c) nos casos de provas práticas que envolvam manipulação ou preparação de alimentos:
c.1) estar com as unhas curtas, limpas e sem esmalte;
c.2) estar com o cabelo preso;
c.3) estar com a barba aparada (quando aplicável);
c.4) apresentar-se com vestuário devidamente asseado.
10.13.1. O descumprimento do disposto no item 10.13 poderá implicar o impedimento de realização da prova prática/ eliminação do candidato, a critério da Banca Examinadora, considerando a necessidade de resguardar a segurança do candidato e de terceiros, bem como assegurar a isonomia e a adequada execução da avaliação.
10.14. Caso seja identificado risco iminente de dano ao candidato, a terceiros ou aos equipamentos e materiais disponibilizados para a realização da prova, inclusive em razão de conduta inadequada ou insuficiência técnica na execução
das atividades, o avaliador poderá interromper a prova do candidato, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

11.1. A nota final de cada candidato será IGUAL:
a) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
b) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova de títulos, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
c) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova prática, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
11.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota Final, em lista de classificação, por cargo.
11.2.1. A ordenação de que trata o item 11.2 será realizada em dois momentos: na divulgação do resultado provisório (classificação preliminar) e na divulgação da Classificação Final, após o julgamento dos recursos, aplicando-se, em ambos, os critérios de desempate previstos no item 11.7 e seus subitens.
11.3. Serão elaboradas três listas de classificação:
a) Classificados em ampla concorrência, com a relação de todos os candidatos, incluindo os candidatos com deficiência;
b) Classificado como PCD (Pessoa com deficiência), uma relação apenas dos candidatos com deficiência;
11.4. O resultado provisório do Concurso Público será publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG** e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br**, cabendo recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
11.4.1. O resultado provisório conterá a classificação preliminar dos candidatos, já observados os critérios de desempate do item 11.7 e seus subitens.
11.5. Após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos, as notas serão reprocessadas e a classificação será integralmente refeita, com nova aplicação dos critérios de desempate previstos no item 11.7 e seus subitens, sendo então divulgada a lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.

11.5.1. A classificação preliminar divulgada no resultado provisório não gera direito adquirido à posição nela ocupada, podendo ser alterada em razão do julgamento dos recursos e da consequente reaplicação dos critérios de desempate.
11.6. A lista de Classificação Final será divulgada nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br.**
11.6.1. Serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso Público.
11.6.2. O resultado geral final do Concurso Público poderá ser consultado nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br** pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação.
11.7. O critério de desempate para realização da classificação preliminar, classificação final e demais etapas do certame seguirá, sucessivamente, os seguintes critérios:
11.7.1.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto da Pessoa Idosa — Lei Federal nº Lei 14.423/2022;
11.7.2. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (CE);
11.7.3. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Básicos (CB);
11.7.4. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
11.7.5. Tiver maior número de filhos menores de 18 (dezoito) anos ou com invalidez comprovada;
11.8. Persistindo o empate, mesmo após aplicados os critérios de desempate previstos no item 11.7 e subitens deste Capítulo, será realizado sorteio na presença dos candidatos envolvidos, por cargo. O sorteio será realizado após o julgamento dos recursos, na fase de elaboração da Classificação Final, e sua realização será previamente comunicada aos candidatos envolvidos, com indicação de data, horário e local, nos endereços eletrônicos indicados no item 11.6.
11.9. A classificação no presente Concurso Público não gera aos candidatos direito à nomeação para o cargo, cabendo ao Município de São Pedro da União/MG o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados no Concurso Público, respeitada sempre a ordem de classificação, bem como não lhes garante a escolha do local de trabalho.

12. DOS RECURSOS

12.1. O candidato que desejar interpor recurso em face dos atos previstos no presente Edital disporá de 3 (três) dias corridos para fazê-lo, com início no dia seguinte à publicação do evento, conforme segue:
a) Divulgação do edital de abertura (impugnação);
b) Divulgação do indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
c) Divulgação do indeferimento de inscrição;
d) Divulgação do uso de nome social;
e) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;
f) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial;
g) Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva;
h) Divulgação das notas da prova objetiva;
i) Divulgação das notas da prova título;
j) Divulgação das notas da prova prática;
k) Divulgação da classificação preliminar;
12.1.1. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 3 (três) dias corridos, a contar da divulgação, por edital, de cada evento.
12.1.2. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.
12.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da empresa realizadora do certame **www.institutoaplicativa.org.br**, acessar a área do candidato, clicar em **RECURSOS** e depois no prazo recursal específico, na área do **Concurso Público Edital Nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG.**
12.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo pré-estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação.
12.4. Não serão aceitos recursos interpostos qual seja o motivo alegado através de fax, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no item 12.2.
12.5. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
12.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor um recurso por questão.
12.6.1. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter a identificação do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, cargo, o questionamento e o número da questão (se for o caso).
12.7. Recebido o recurso, a **Instituto Aplicativa Ltda** decidirá pelo provimento ou não do ato recorrido, dando-se ciência da referida decisão ao interessado por meio do endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**, na área do **Concurso Público Edital Nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG**.
12.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recursos de recursos e recurso de gabarito oficial definitivo.
12.9. Se do exame de recursos contra questões da Prova Objetiva resultar sua anulação, a pontuação correspondente à questão será atribuída a todos os candidatos que ainda não tiveram acumulado a mesma na sua pontuação final da prova Objetiva, independentemente de terem recorrido ou não.
12.9.1. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
12.10. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do respectivo Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 12.9.
12.11. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

13. DA NOMEAÇÃO

13.1. A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade do **Município de São Pedro da União/MG** e o limite fixado pela Constituição e Legislação Federal com despesa de pessoal.
13.2. A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. O **Município de São Pedro da União/MG** reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

13.3. A nomeação dos candidatos que vierem a ser convocados para nomeação no **Município de São Pedro da União/MG** será regida pelos preceitos das Leis Municipais em Vigor.
13.4. As contratações serão feitas nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Pedro da União/MG.
13.5. A convocação será realizada por meio de Publicação no Diário Oficial do Estado, site do município, além de jornal de circulação local/regional;
13.5.1. O candidato que não comparecer na data e horário determinados na convocação, munido das documentações para a admissão exigida neste capitulo será automaticamente eliminado do certame.
13.5.2. Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópias dos documentos discriminados a seguir:
RG/CPF, acompanhando o comprovante de situação emitido pela RFB;
Carteira de trabalho;
Carteira reservista com obrigações em dia ou, da dispensa de convocação, para o sexo masculino;
PIS/PASEP com data de inscrição;
Título de eleitor e os 2 últimos comprovantes de votação ou comprovante de quitação eleitoral;
Comprovante de endereço atualizado;
01 foto 3x4 recente;
Certidão de nascimento se solteiro ou de casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos ou com invalidez comprovada;
RG/CPF de filhos menores de 18 anos ou maiores sob pagamento de pensão alimentícia ou judicial;
Atestado de antecedentes criminais nos termos da Lei Federal nº 7.116/1983 e demais normas aplicáveis;
Comprovante de escolaridade e carteira do CRC, acompanhado certidão de Regularidade, para o cargo de Contador;
Declaração de bens de acordo com a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992;
Declaração de não acumulação de cargo, caso haja o acumulo, apresentar certidão do órgão empregador, contendo o regime jurídico, a carga horaria mensal e o horário de trabalho semanal;
Declaração negativa e/ou positiva, referente: a procedimento administrativo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo; a condenação em processo criminal por pratica de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos títulos II e XI de parte especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86e na Lei nº 8.429/92;
Declaração negativa e /ou positiva, referente a demissão, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em procedimento administrativo disciplinar de qualquer Ente Público;
13.5.3. No ato de contratação, o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se exerce ou não, outro cargo, função ou emprego público remunerado, em outro órgão público da administração pública direta ou indireta de qualquer ente federativo, e se é aposentado por regime próprio ou geral de previdência social em âmbito municipal, estadual ou federal.
13.5.4. Caso haja necessidade, o **Município de São Pedro da União** poderá solicitar outras declarações e documentos complementares.
13.5.5. Não serão aceitos, no ato da contratação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original.
13.6. Obedecida a ordem de classificação, os candidatos atendidos e que comprovarem os requisitos mínimos da forma definida neste Edital, serão submetidos a exame-médico, que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes à função a que concorrem.
13.6.1. As decisões do Serviço Médico indicado pelo **Município de São Pedro da União**, de caráter eliminatório para efeito de contratação, são soberanas, assegurado o contraditório e a ampla defesa do candidato.
13.7. O candidato que não comprovar os requisitos mínimos será eliminado deste Concurso Público, não cabendo recurso.
13.8. No caso de desistência do candidato selecionado, quando chamado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência, passando sua vez para o próximo candidato classificado.
13.9. O candidato classificado se obriga a manter atualizado o endereço, o telefone e o e-mail perante o **Município de São Pedro da União**, conforme o disposto nos itens 14.8 e 14.9 do Capítulo 14 deste Edital.
13.10. Não poderá ser contratado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa, inexata para fins de contratação, não possuir os requisitos mínimos exigidos ou não comprovar as condições estabelecidas no capítulo 2 deste Edital, na data estabelecida para apresentação da documentação.
13.10.1 **Não poderá ser admitido o candidato habilitado que não se enquadrar nos pré-requisitos descritos na tabela I deste edital.**

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as convocações, avisos, resultado provisório e outras informações referentes exclusivamente às etapas do presente Concurso Público serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG e divulgados na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br e www.saopedrodauniao.mg.gov.br**. É de responsabilidade do candidato acompanhar estas publicações.
14.1.1. As datas e horários estabelecidos nos editais poderão ser alterados, pelo **Município de São Pedro da União/MG** e a **Instituto Aplicativa Ltda,** excepcionalmente, em razão de ocorrência de caso fortuito ou força maior, mesmo sem que seja atendido o item 14.7, desde que devidamente justificado.
14.2. Serão divulgados apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.
14.3. O **Município de São Pedro da União/MG** e a **Instituto Aplicativa** se eximem das despesas com viagens e estadia dos candidatos em quaisquer das fases do Concurso Público.
14.4. A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.
14.5. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
14.6. Caberá ao **Município de São Pedro da União/MG** a homologação dos resultados finais do Concurso Público.
14.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da respectiva providência ou evento, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG**, bem como divulgado na Internet, nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br**.
14.8. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o **Instituto Aplicativa**, para Caixa Postal 121 – Paraibuna/SP – CEP 12260-079, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após esta data, junto à sede do **Município de São Pedro da União/MG**, situada à Rua Ferreira Barbosa - R. Cel. João F Barbosa, 46 - Centro, São Pedro da União - MG, CEP 37855-000, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos, pessoalmente (munido de documento de identificação original com foto) ou por meio de correspondência com aviso de recebimento.
14.9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos se necessários.

14.10. **O Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
14.10.1. Endereço não atualizado.
14.10.2. Endereço de difícil acesso.
14.10.3. Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato.
14.10.4. Correspondência recebida por terceiros.
14.11. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para nomeação e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
14.12. **O Município de São Pedro da União/MG**, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Concurso Público, no todo ou em parte, bem como alterar os quantitativos de vagas constantes na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.
14.13. **O Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.
14.14. Todos os cálculos de notas descritos neste edital serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.
14.15. A legislação indicada no ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO inclui eventuais alterações posteriores, ainda que não expressamente mencionadas. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.
14.16. Não serão admitidas inscrições de candidatos que possuam com qualquer dos membros do quadro societário da empresa contratada para aplicação e correção do presente certame a relação de parentesco definida e prevista nos artigos 1591 a 1595 do Código Civil, valorizando-se assim os princípios de moralidade e impessoalidade que devem nortear a Administração Pública. Constatada a tempo será a inscrição indeferida pela Comissão Organizadora e, posterior à homologação será o candidato eliminado do Concurso Público, sem prejuízo de responsabilidade civil, penal e administrativa.
14.17. A realização do Concurso Público será feita sob exclusiva responsabilidade do **Instituto Aplicativa**, não havendo o envolvimento na realização e avaliação de suas etapas, de recursos humanos do **Município de São Pedro da União/MG**.
14.18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público do **Município de São Pedro da União/MG** e pelo **Instituto Aplicativa**, no que tange a realização deste Concurso Público.
14.19. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo–se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

São Pedro da União/MG, 14 de setembro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES

AJUDANTE GERAL
Executar a limpeza de ruas, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos;
Executar atividades de capinação e retirada de mato; transportar material de um local para outro, inclusive, carregando e descarregando veículos;
Executar serviços de jardinagem, podas de árvores, cultivo de hortas, viveiros de mudas, limpeza de pátios e outros;
Preparar, adubar e semear o solo, executando trabalhos manuais para a cultura e plantação de flores, arvores, arbustos, hortaliças, legumes e frutos;
Aparar grama, limpar e conservar os jardins;
Aplicar inseticidas por pulverização ou por outro processo, para evitar ou erradicar pragas e moléstias;
Executar tarefas manuais e rotineiras que exigem esforço físico;
Realizar todos os tipos de movimentação de móveis, equipamentos e outros elementos;
Efetuar a limpeza de galerias e boca de lobo;
Executar serviços de limpeza e/ou manutenção em geral em repartições municipais, providenciando produtos e materiais necessários para manter as condições de conservação e higiene;
Verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com o seu trabalho, comunicando o superior quando da necessidade de reposição;
Executar as atividades em conformidade com o planejamento definido pelo setor competente;
Realizar trabalhos de limpeza em geral para manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho;
Exercer funções de conservação e manutenção dos prédios assegurando o asseio, o cumprimento do regulamento e a segurança;
Limpar diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas;
Limpar as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas e pisos de todas as dependências do prédio administrativo, utilizando água e produtos apropriados;
Preparar e servir o lanche e/ou cafezinho, quando necessário;
Retirar o lixo das lixeiras e o colocar em local apropriado para recolhimento;
Limpar lixeiros e demais objetos das salas, corredores e banheiros;
Lavar e secar os vidros das portas e janelas;
Verificar ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
Reunir e amontoar poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo chão, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;
Efetuar a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município;
Auxiliar na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado;
Zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
Receber orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
Executar abertura de valas em geral, auxiliar no serviço de preparação de ruas, para a execução dos serviços, compactando o solo, esparramando terra, pedra, fazer limpeza das caixas de boca de lobo, valetas, córregos, galerias pluviais, caixas de passagem, tanque de contenção, etc.;
Auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais para estruturar a parte geral das instalações;
Auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação.

ASSISTENTE SOCIAL

Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras) orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis.

Realizar estudos, pesquisas, levantamentos e diagnósticos nas áreas de concursos, recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, cargos e salários, benefícios e rotinas trabalhistas;

Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas;

Assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.

Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público alvo, objetivos, metas e metodologia;

Formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.

Pesquisar a realidade social: Realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados;

Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc);

Monitorar as ações em desenvolvimento, acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.

Articular recursos disponíveis, identificar equipamentos sociais disponíveis;

Identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições;

Coordenar equipes e atividades, projetos e grupos de trabalho;

Realizar outras atividades correlatas inerentes ao cargo.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Atividades inerentes a rotina administrativa. Desenvolver serviços de apoio administrativo, conforme a área de atuação, visando o atendimento das rotinas e sistemas estabelecidos, bem como auxiliar no planejamento, organização e análise das atividades administrativas em geral.

Datilografar ou digitar cartas, memorandos, relatórios e demais correspondências da unidade, atendendo às exigências de padrões estéticos, baseando-se nas minutas fornecidas para atender as rotinas administrativas;

Recepcionar pessoas que procuram a unidade, inteirando-se dos assuntos a serem tratados, objetivando prestar-lhes as informações desejadas;

Organizar e manter atualizado o arquivo de documentos da unidade, classificando-os por assunto, em ordem alfabética, visando a agilização de informações;

Efetuar controles complexos, envolvendo interpretação e comparação de dois ou mais dados, conferência de cálculos ou outros tipos similares de controle, para cumprimento das necessidades administrativas;

Efetuar cálculos utilizando fórmulas e envolvendo dados comparativos: cálculos de juros de mora, correção monetária e outros;

Atender e efetuar ligações telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina ou prestando informações relativas aos serviços executados;

Efetuar lançamentos em livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos, a fim de atender às necessidades do setor, sob orientação;

Controlar, manusear, e atualizar arquivos e sistemas administrativos;

Elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros, manuais de serviços, boletins, formulários e relatórios em geral, nas áreas administrativas de pessoal, material, orçamento, organização e métodos e outras áreas da instituição;

Operar e conservar equipamentos de reprodução xerográfica, de fac-símile e microcomputadores;

Controlar o recebimento e expedição de correspondência, registrando-a em livro próprio, com a finalidade de encaminhá-la ou despachá-la para pessoas interessadas;

Redigir memorandos, circulares, relatórios, ofícios simples, observando os padrões estabelecidos para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação administrativa;

Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Planejam o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

Sob a supervisão do cirurgião-dentista, compete organizar e executar atividades de higiene bucal. Processar filme radiográfico;

Preparar o paciente para o atendimento;

Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;

Manipular materiais de uso odontológico selecionar moldeiras;

Preparar modelos em gesso Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;

Executar limpeza, assepsia, desinfeção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;

Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;

Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;

Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal;

Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executam serviços de rotina administrativa de pequena complexidade, bem como limpeza e conservação. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Digitar serviços rotineiros, utilizando impressos padronizados e/ou digitar correspondência interna e externa, relatórios, memorandos, etc., com redação própria;

Atender o expediente, efetuando abertura recebimento, registro, distribuição, correspondência interna e externa e respectivos protocolos;
Efetuar controles simples de arquivos e arquivamento, elaborar índices simples e remissivos;
Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais;
Comunicar qualquer irregularidade verificada;
Efetuar pequenos reparos e consertos;
Ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho;
Zelar e efetuar tarefas auxiliares;
Operar máquinas de pequeno porte;
Limpar estátuas e monumentos;
Zelar pelo funcionamento e a limpeza dos equipamentos utilizados ou em uso;
Carregar e descarregar veículos em geral;
Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros;
Fazer mudanças;
Varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos das vias públicas e próprios municipais;
Zelar pela conservação e manutenção de sanitários públicos;
Auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais;
Arrumar banheiros e toaletes;
Lavar e encerar assoalhos;
Coletar lixo dos depósitos;
Lavar vidros, espelhos, persianas;
Varrer pátios;
Fazer café e similares e servir;
Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
Executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios;
Fazer o serviço de limpeza geral;
Dispor quanto à limpeza da louça, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato;
Limpar as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas e pisos de todas as dependências do prédio administrativo, utilizando água e produtos apropriados;
Realizar todos os tipos de movimentação de móveis, equipamentos e outros elementos
Executar tarefas afins; outras atribuições correlatas que lhe forem determinadas pelos superiores.

CIRURGIÃO DENTISTA
Os dentistas atendem e orientam pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais com crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade.
Realizar exames gerais, diagnósticos e tratamentos odontológicos, bem como extrações e pequenas cirurgias;
Utilizar técnicas para recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na programação do serviço;
Orientar a população da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assuntos de Odontologia Preventiva e Sanitária;
Executar atividades individualmente ou em equipe, técnicas ou científica na área da Saúde Pública correspondentes à sua especialidade, observada a respectiva regulamentação profissional e as normas de segurança e higiene do trabalho;
Executar atividade de vigilância à Saúde e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância epidemiológica e sanitária;
Participar do planejamento, elaboração e execução de programa de treinamento em serviços e de capacitação de recursos humanos;
Participar e realizar reuniões e práticas educativas junto à comunidade. Integrar equipe multiprofissional, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF
Os dentistas atendem e orientam pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais com crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade.
Realizar exames gerais, diagnósticos e tratamentos odontológicos, bem como extrações e pequenas cirurgias;
Utilizar técnicas para recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na programação do serviço;
Orientar a população da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assuntos de Odontologia Preventiva e Sanitária;
Executar atividades individualmente ou em equipe, técnicas ou científica na área da Saúde Pública correspondentes à sua especialidade, observada a respectiva regulamentação profissional e as normas de segurança e higiene do trabalho;
Executar atividade de vigilância à Saúde e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância epidemiológica e sanitária;
Participar do planejamento, elaboração e execução de programa de treinamento em serviços e de capacitação de recursos humanos;
Participar e realizar reuniões e práticas educativas junto à comunidade. Integrar equipe multiprofissional, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

CONTADOR
Administram os tributos do município, registram atos e fatos contábeis; controlam o ativo permanente, gerenciam custos; preparam obrigações acessórias, tais como: declarações necessárias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administram o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaboram demonstrações contábeis, prestam consultoria e informações gerenciais; realizam auditoria interna e externa, atendem solicitações de órgãos fiscalizadores e realizam perícia.
Planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros do Município;
Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil; analisar, conferir, elaborar ou assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle;

Controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;
Controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, saldos em caixa e contas bancárias, para apoiar a administração dos recursos financeiros do Município;
Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
Planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais;
Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

COVEIRO
Executar serviços de inumações e exumações nos cemitérios. Cavar covas rasas e sepulturas com o uso de ferramentas adequadas. Localizar nas plantas do cemitério a localização de sepulturas, jazigos, covas e sepulturas. Efetuar a marcação de sepulturas a serem cavadas. Ajudar na execução de sepultamentos carregando e colocando o caixão na sepultura. Fechar as sepulturas cobrindo-as com terra ou fixando-lhe uma laje. Zelar pela conservação dos jazigos e covas rasas. Limpar e carregar lixos existentes nos cemitérios. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Efetuar demolições de túmulos fora do padrão, capelas ou mausoléus e demais obras de interesse da administração, bem como perfuração de valas para padronização de sepulturas;
Lacrar as gavetas com tampas de concreto ou tijolos (jazigos), rejuntando e/ou rebocando com argamassa;
Observar a ficha de controle de sepultamento, em tempo hábil para promover abertura de carneiros e preparação de argamassa, conferindo o cadastro e obedecendo a sua sequência;
Manter obrigatoriamente, o número mínimo exigido pelo superior, de valas abertas nas quadras de sepultamentos em covas rasas adulto e infantis;
Efetuar a marcação e cavação de sepulturas e covas rasas, usando ferramentas como pá, enxada e outros;
Carregar e colocar o caixão na sepultura, portando-se condignamente e com respeito à família;
Efetuar exumações de restos mortais para translado internos (jazigos, carneiros, caixas ossuários e ossuários coletivos) ou para outros cemitérios;
Verificar, por ocasião do sepultamento, a existência de corpo dentro da urna mortuária;
Manter a administração informada sobre a disponibilidade de sepulturas nas quadras novas, comunicando imediatamente em caso de iminente falta;
Manter o almoxarifado com estoque regular e em ordem e zelar pelas ferramentas à sua disposição;
Comunicar imediatamente à administração, quaisquer irregularidades constatada no interior do cemitério;
Executar outras tarefas correlatas.

COZINHEIRO ESCOLAR
Executar o preparo, cozimento, distribuição e conservação de alimentos, observando cardápios, orientações nutricionais, normas de higiene, segurança alimentar e boas práticas de manipulação, visando garantir refeições adequadas, seguras e de qualidade aos usuários da instituição. Realizar a organização, limpeza e higienização da cozinha, utensílios, equipamentos e ambientes de armazenamento, bem como controlar o recebimento, acondicionamento e utilização dos gêneros alimentícios, prevenindo desperdícios e assegurando o correto funcionamento das atividades de alimentação e nutrição. Preparar as refeições conforme o cardápio elaborado pela nutricionista; seguir integralmente receitas padronizadas, medidas e técnicas corretas de preparo; observar dietas, restrições e necessidades específicas de alunos (ex.: alergias, intolerâncias, diabetes, alunos com seletividade alimentar, etc.); higienizar corretamente as mãos e utilizar EPI (touca, avental, sapato fechado); fazer higienização de alimentos conforme protocolos (hipoclorito, diluição adequada); controlar temperatura de armazenamento e conservação dos alimentos; fazer café, similares e lanches pedagógicos e servir; evitar contaminação cruzada entre alimentos crus e cozidos; seguir o Manual de Boas Práticas e os POP – Procedimentos Operacionais Padronizados; lavar utensílios, panelas, louças e equipamentos utilizados no preparo e na distribuição dos alimentos; manter cozinha e despensa limpas antes, durante e após a produção; executar rotinas de limpeza diária, semanal e mensal previstas no POP; separar corretamente o lixo e acondicionar para coleta; operar fogão, forno, liquidificador industrial, batedeira, panelas e demais equipamentos. seguir as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as orientações do nutricionista; incentivar o consumo de frutas e vegetais, ensinar sobre não desperdiçar alimentos e oferecer apoio e acolhimento aos estudantes; zelar pela manutenção e comunicar problemas técnicos; seguir normas de segurança (evitar queimaduras, quedas, acidentes com utensílios cortantes); servir os alimentos nos horários definidos, garantindo que cheguem aos alunos na temperatura e porções corretas de forma igualitária; receber, controlar e armazenar os mantimentos de forma adequada para evitar perdas e garantir o consumo seguro; retirar amostras dos alimentos preparados; organizar a bancada de distribuição; controlar porções e evitar o desperdício dos alimentos servidos; preencher livro ou planilha de: controle de temperatura, saída e entrada de alimentos, sobras e desperdícios, limpeza, higienização; assinar folhas de controle solicitadas; cozinhar os alimentos bem cozidos e com tempero ideal, preservando o sabor do alimento e garantindo a qualidade das receitas; preparar e distribuir mamadeiras, fórmulas lácteas, sucos e sopas para bebês; receber e armazenar leite e insumos; higienizar rigorosamente frascos de mamadeira, bicos, copos de transição e utensílios de preparo.

ENGENHEIRO CIVIL
Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.
Realizar tarefas inerentes ao estudo, avaliação e elaboração de projetos de engenharia, bem como coordenar e fiscalizar sua execução;
Elaborar, coordenar, reformular, acompanhar e/ou fiscalizar projetos, preparando plantas e especificações técnicas da obra, indicando o tipo e qualidade de materiais e equipamentos, indicando a mão-de-obra necessária e efetuando cálculos dos custos, para possibilitar a construção, reforma e/ou manutenção de obras edificadas;
Efetuar avaliação da capacidade técnica das empreiteiras, treinamento de subordinados, elaboração de projetos diversas da área;
Elaborar cronogramas físico-financeiros, diagramas e gráficos relacionados à programação da execução de planos de obras;
Promover levantamentos das características de terrenos onde serão executadas as obras;
Acompanhar, fiscalizar, vistoriar, controlar e efetuar medições de obras que estejam sob encargo do município;
Analisar processos e aprovar projetos de loteamentos quanto aos seus diversos aspectos técnicos;
Elaborar normas e acompanhar licitações, quando requisitado;
Participar de discussão e na elaboração das proposituras de legislação de edificações, urbanismo e plano diretor;
Orientar a compra, distribuição, manutenção e reparo de equipamentos utilizados em obras;

Supervisionar a compra de materiais e equipamentos, visando a otimização de custos, bem como verificar se o material recebido atende as especificações de qualidade;
Supervisionar a qualidade dos materiais empregados pelas empreiteiras em obras do município;
Emitir e/ou elaborar laudos técnicos, instruções normativas, manuais técnicos, relatórios, registros e cadastros, relativos às atividades de engenharia;
Efetuar avaliações de imóveis para fins de desapropriação. Elaborar projetos de sinalização relacionados à área da engenharia civil;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Fiscalizam, inspecionam e controlam as atividades relacionadas com saneamento e meio ambiente.
Fiscalizar o saneamento básico no Município: captação, tratamento e distribuição de água potável, pública e privada, urbana e rural, coleta e tratamento, disposição final de esgotos cloacais e drenagem de águas pluviais na área urbana e rural;
Fiscalizar a coleta e distribuição de lixo, inclusive reciclagem do lixo urbano;
Inspecionar bares, restaurantes e congêneres, mantendo as exigências do Código Sanitário do estado em vigor, indicando ao órgão competente para apreensão quando encontrados produtos alimentares em mau estado de conservação ou fabricação;
Fiscalizar, combater e controlar a poluição e a erosão ou qualquer de suas formas, líquida, sólida, sonora e gasosa;
Fiscalizar e localizar resíduos e embalagens de agrotóxicos em propriedades urbanas e rurais;
Fiscalizar a criação de animais e aves em liberdade ou em cativeiro, assim como os maus tratos que estes possam sofrer;
Fiscalizar com o intuito de proteger a fauna e a flora, vedando as práticas que colocam em risco a função ecológica, paisagística ou que coloquem em risco a extinção das espécies;
Promover a educação sanitária e ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;
Executar suas tarefas apoiado nas atribuições do cargo e na aplicação do Código Sanitário e Meio Ambiente em vigor no estado;
Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de qualidade dos alimentos, em todas as etapas, desde a produção até o consumo;
Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de qualidade da água;
Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de pragas, animais peçonhentos, zoonoses e vetores;
Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de produtos e estabelecimentos relacionados à saúde, em todas as etapas, desde a produção até o consumo;
Executar as ações de Vigilância Sanitária em serviços e empresas prestadoras de serviços relacionados à saúde;
Realizar coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos de interesse à saúde para análise;
Fiscalizar a qualidade da água destinada ao uso humano e animal, sua portabilidade, os mecanismos de purificação, de estocagem e destinação, seu conteúdo e suas condições;
Executar as ações de Vigilância Sanitária pactuadas entre os níveis federal e estadual com o município;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FISCAL DE TRIBUTOS
Fiscaliza e promove lançamentos de créditos tributários, inspecionando estabelecimentos industriais, de prestação de serviços, e demais entidades, examinando documentos, para atender interesses da Fazenda Pública Municipal e da economia popular, tendo como norte as legislações aplicáveis. fiscaliza estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, verificando a correta inscrição quanto ao tipo de atividades, recolhimento de taxas e tributos municipais, ou licença de funcionamento, para notificar as irregularidades encontradas; autua, notifica e intima os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, com base em vistorias realizadas, para prestarem esclarecimento ou pagarem seus débitos junto à Prefeitura Municipal; elabora relatórios de irregularidades encontradas, com base nas vistorias efetuadas informando seus superiores para que as providências sejam tomadas; autua e notifica os contribuintes que cometerem infrações e informa-os sobre a legislação vigente, visando à regularização da situação e o cumprimento da lei; mantém-se atualizado sobre a política de fiscalização tributária, acompanhando as alterações e divulgações feitas em publicações especializadas, colaborando para difundir a legislação vigente; promove lançamentos de créditos tributários.

FISIOTERAPEUTA
Aplicam técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes. Atendem e avaliam as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuam na área de educação em saúde por meio de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolvem e implementam programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciam serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercem atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos.
Atuar no desenvolvimento de projetos terapêuticos em Unidades de Saúde;
Atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde;
Recepcionar e promover consultas, avaliações e reavaliações em pacientes, colhendo dados, solicitando, executando e interpretando exames propedêuticos e complementares que permitam elaborar diagnóstico cinético - funcional, para eleger e quantificar as intervenções e condutas fisioterapêuticas apropriadas, objetivando tratar as disfunções nos campos da fisioterapia em toda sua extensão e complexidade;
Estabelecer prognósticos, reavaliando condutas e decidindo pela alta fisioterapêutica em pacientes de ordem hospitalar, ambulatorial e domiciliar; desempenhar atividades de planejamento, organização e gestão de serviços de saúde públicos; estar apto a ser empreendedor, gestor, ou liderar equipes de saúde;
Assessorar e prestar serviços de consultoria e auditoria no âmbito de sua competência profissional;
Emitir laudos, pareceres, atestados e relatórios; prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas e orientar o paciente e seus familiares sobre o processo terapêutico;
Encaminhar o paciente, quando necessário, à outros profissionais, relacionando e estabelecendo um nível de cooperação com os demais membros da equipe de saúde;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento, incentivando o auto - cuidado e as práticas de educação em saúde;
Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas na instituição por estagiários e voluntários;
Atuar na comunidade através de ações intersetoriais;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FONOAUDIÓLOGO

Atendem pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Tratam de pacientes; efetuam avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientam pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolvem programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercem atividades administrativas, de ensino e pesquisa; administram recursos humanos, materiais e financeiros.
Atuar em equipes multifuncionais, no desenvolvimento de projetos terapêuticos em Unidades de Saúde, educacionais ou demais áreas. Abordar os distúrbios da comunicação, prevenindo, avaliando, diagnosticando e reabilitando alterações na audição, voz, fala, linguagem, motricidade oral e leitura escrita, oferecendo atendimento a todas as idades;
Realizar ações individuais e coletivas na assistência, vigilância e educação em saúde;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento, incentivando o auto - cuidado e as práticas de educação em saúde;
Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas na instituição por estagiários e voluntários. Atuar na comunidade através de ações intersetoriais;
Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico;
Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento;
Preparar informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e outros, bem como, orientações para pais e professores;
Elaborar programas de prevenção a nível de saúde auditiva;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

MEDICO DO PSF
Prestar assistência médico-cirúrgica e preventiva; diagnosticar e tratar das doenças do corpo humano, nos programas de saúde familiar ou em outros, que o Município desenvolver.
Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, adulto e idoso;
Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS);
Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
Indicar internação hospitalar;
Solicitar exames complementares;
Verificar e atestar óbito;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

MONITOR ESCOLAR
Prestar apoio nas atividades executadas pelo Profissional do Magistério da Educação Básica, colaborando com os alunos da rede municipal de ensino no momento de sua alimentação, na higiene pessoal, no descanso, na locomoção, na segurança individual e coletiva, orientando e auxiliando na promoção de sua autonomia nas unidades educacionais; auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora; participar de reuniões, cursos e palestras quando oferecidos pela Secretaria de Educação, ou órgão equivalente, procurando se inteirar dos problemas relacionados às dificuldades dos alunos. manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais; requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades, zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda; observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais; solicitar os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos; zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho; colaborar com o docente na observância de regras de segurança quando do atendimento aos alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias; acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos; participar de reuniões de pais/responsáveis, cursos, palestras e programas de capacitação promovidos pela secretaria municipal de educação, sempre que convocados; colaborar com o Profissional do Magistério e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência; colaborar com o Profissional do Magistério no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno; executar tarefas relativas à observação de registros e avaliação do comportamento desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Profissional do Magistério; preparar, sob orientação do profissional do magistério, os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvida; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento; colaborar na execução de atividades que visem à desestimularão da agressividade e intervir, quando necessário, em situações de conflito entre alunos, promovendo a convivência respeitosa e disciplinada entre eles; colaborar na estimulação da independência do aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; cuidar da higiene e do asseio dos alunos sob sua responsabilidade; acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar, sejam atividades classe ou atividade extra classe; eliminar em colaboração com o regente, as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; registrar todas as adaptações realizadas para o estudante, junto com o profissional do magistério e especialistas em educação básica na realização do PEI; estar permanentemente em contato com o professor responsável da turma para compreensão e execução das atividades propostas; atender solicitações da direção, professores e alunos, receber e transmitir recados dentro de suas atribuições, porém não repassar informações aos pais sem o conhecimento e autorização da direção; acompanhar os alunos nas salas de aulas, nos trajetos escolares, nos intervalos, passeios, apresentações, refeitório, dormitórios, lavatórios, organização de filas, mantendo a disciplina e segurança dos mesmos; auxiliar no embarque e desembarque seguro dos estudantes; garantir que todos utilizem o cinto de segurança, quando disponível; organizar os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas para maior conforto das crianças no momento do repouso; verificar a lista de alunos e comunicar ausências, mudanças de rota ou situações atípicas; apoiar alunos com deficiência ou mobilidade reduzida durante o trajeto; orientar os estudantes sobre comportamento adequado dentro do veículo; informar imediatamente ao motorista e à escola qualquer ocorrência ou incidente; zelar pela integridade física dos alunos e pelo cumprimento das normas de segurança no transporte e ambiente escolar; o monitor escolar deve atuar de forma articulada com os professores da Educação Especial, da sala de aula comum, da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola; auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, com tarefas simples

ou reforço individual; informar à direção qualquer comportamento inadequado, acidente ou situação de risco; zelar, juntamente com o professor pela aprendizagem dos estudantes público da educação especial; construir o PEI juntamente com todos os atores envolvidos na processo de escolarização do estudante. Sendo eles: professor regente, especialista em educação básica e o profissional de apoio; responsabilizar se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída do estabelecimento de ensino, zelando pela sua segurança e bem estar; fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação; oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré estabelecido, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária; fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter os responsáveis informados; zelar e controlar os objetos e roupas individuais das crianças; desempenhar tarefas afins e outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato e pela secretaria municipal de educação.

MOTORISTA

Dirigir e manobrar veículos oficiais, transportando pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Dirige veículos pesados como caminhões, ônibus ou carretas, manipulando os comandos de marcha e direção e conduzindo o veículo no trajeto indicado, segundo as regras de trânsito, para transportar cargas;

Dirigir automóvel, ambulância, furgão, camioneta, caminhão, ônibus ou veículo similar;

Transportar pessoas, materiais, máquinas e equipamentos, conduzindo-os aos locais determinados;

Dirigir com cautela e moderação;

Garantir a segurança das pessoas (pedestres e passageiros);

Executar serviços de entrega e de retirada de materiais, de documentos, de correspondências, de volumes e de encomendas, assinando ou solicitando o protocolo que comprova a execução dos serviços;

Controlar carga e descarga de materiais e máquinas;

Zelar pela conservação de materiais, de equipamentos, de móveis, de utensílios e de documentos transportados;

Atender a legislação, usando cinto de segurança e observando as demais normas de segurança inerentes à função;

Zelar pela manutenção e conservação do veículo;

Verificar o estado dos pneus, o do nível de lubrificantes, o do combustível e o da água;

Verificar e testar os sistemas de freio e o elétrico, para certificar-se das suas condições;

Comunicar as falhas do veículo para a chefia superior e solicitar os devidos reparos, vistoriar o veículo, certificando-se das condições de funcionamento;

Providenciar abastecimento de combustível, de água e de lubrificante para o veículo;

Manter o veículo limpo. Manter a documentação legal em seu poder durante a realização dos serviços e zelar pela mesma;

Vistoriar o veículo verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do Carter, testando freios e parte elétrica para certificar-se de suas condições de funcionamento;

Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à promoção estabelecida;

Dirige o caminhão, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e de sinalização, para conduzí-lo aos locais de carga e descarga;

Zelar pela documentação de carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes, para apresentá-la às autoridades competentes quando solicitada, nos postos de fiscalização;

Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;

Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem para possibilitar a manutenção e abastecimento do mesmo.

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

NUTRICIONISTA

Prestam assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejam, organizam, administram e avaliam unidades de alimentação e nutrição; efetuam controle higiênico-sanitário; participam de programas de educação nutricional; Atuam em conformidade ao manual de boas práticas.

Coordenar, planejar e orientar serviços ou programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e outros similares;

Analisar carências alimentares e o conveniente aproveitamento de recursos dietéticos

Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, assegurando a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares da população;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Analisar e interpretar, dentro de uma percepção crítica da realidade, os dados nutricionais da população atendida pelo Sistema Municipal de Saúde, cuidando de sua alimentação, nutrição clínica e social, alimentação institucional, buscando, com sua avaliação, a educação e atenção dietética necessárias a permitir a manutenção de bons índices de nutrição da população;

Demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;

Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;

Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;

Outras atividades afins.

OPERADOR DE MAQUINAS

Conduz máquinas de grande porte da construção civil e terraplanagem, (patrol, carregadeira, rolo, retro, poclain) conduzindo-as e operando seus comandos para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras públicas.

Operar máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares;

Operar máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários; Opera máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas;

Operar máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados nas construções nas estradas;

Operar máquinas para estender camadas de asfalto ou de betume;

Informar defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção;

Executar a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros;

Fazer a recuperação, conservação e readequação de estradas;

Retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade;

Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato em área Rural e Urbana.
Zelar pela conservação das máquinas lubrificando- as e completando os níveis de óleo, água e combustível;
Acompanhar e solicitar pequenos reparos na máquina, lubrificando órgãos móveis, ajustando peças e consertando ou substituindo partes defeituosas, para conserva-la em bom estado de funcionamento;
Realizar outras atividades correlatas inerentes ao cargo.

PEDREIRO
Executar trabalhos em alvenaria, concreto e outros materiais, instruindo-se por projetos, plantas, cortes etc, utilizando procedimentos pertinentes ao ofício, para utilização na construção civil.
Preparar argamassa, misturando cimento, areia e água, dosando as quantidades, de forma adequada, para o assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais similares;
Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;
Assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais, unindo-os com argamassa, de acordo com orientações recebidas para levantar paredes, pilares e outras partes da construção;
Revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentamento ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;
Aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;
Construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares;
Executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios, pavimentos, calçadas e estruturas semelhantes, reparar paredes e pisos, trocar telhas, aparelhos sanitários e similares;
Montar tubulações para instalações elétricas;
Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos de alvenaria;
Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado;
Manter-se em dia quanto às medidas de segurança par a execução dos trabalhos, utilizar, adequadamente, o equipamento protetor e usar as roupas que lhe forem determinadas pelos supervisores e chefes imediatos, a fim de garantir a própria proteção e daqueles com quem trabalha;
Zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos, comunicando, ao chefe imediato, qualquer irregularidade ou avaria que não possa ser reparada nas oficinas do Município, a fim de que seja providenciado o conserto, em tempo hábil, para não prejudicar os trabalhos;
Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
Requisitar o material necessário à execução das atribuições típicas da classe;
Executar outras tarefas afins.

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Compreende os cargos que se destinam à regência de classe na educação infantil, ensino fundamental do 1º ao 5º ano, educação especial e alfabetização de jovens e adultos. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios das atividades desenvolvidas à direção ou à coordenação da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de problemas junto dos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e da efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)
Compreende os cargos que se destinam à docência, na sua área específica de habilitação, para as classes de educação infantil, de ensino fundamental do 1º ao 5º ano e de educação especial, de acordo com o plano curricular aprovada pelo órgão competente. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua área específica de habilitação; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua área específica de habilitação; elaborar programas e planos de aula de sua área específica de habilitação, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento, na sua área específica de habilitação; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados, na sua área específica de habilitação; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios das atividades desenvolvidas na sua área específica de habilitação à direção ou à coordenação da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de problemas junto dos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e da efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Descrição sintética: compete elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de Atendimento Especial Especializado dos alunos, e desenvolver outras atividades correlatas. Atribuições típicas: elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de AEE do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas do aluno; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos; • programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola; produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo; estabelecer a articulação com os professores regentes e especializados e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com áreas intersetoriais; orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade tilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e

participação; desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores; eliminar, em colaboração com o regente, as barreiras que podem obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; atuar na escola como multiplicador do conhecimento acerca de metodologias de ensino da Educação Especial, tecnologias assistivas e comunicação alternativa; zelar pela aprendizagem dos estudantes públicos da educação especial, acompanhando e avaliando sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino aprendizagem; participar de reuniões pedagógicas e capacitações na área de educação promovidas pelo Departamento de Educação, sempre que convocados e de atividades complementares ao processo da sua formação profissional; trabalhar diretamente com o estudante no contraturno; articular com setores e profissionais externos à escola, como a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social dentre outros; atuar juntamente com o professor regente e o profissional de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI); registrar todas as adaptações realizadas para o estudante; participar do conselho de classe; cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência de aluno(s) com deficiência; participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola; realizar avaliações periódicas dos alunos para planejamento do atendimento; outras atividades correlatas.

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Prestar apoio aos estudantes no ambiente escolar, especialmente aos alunos público da educação especial, auxiliando nas atividades pedagógicas, de alimentação, higiene, locomoção, socialização, recreação e segurança, em articulação com professores, equipe pedagógica e demais profissionais da escola, visando promover a inclusão, a autonomia, o desenvolvimento integral e a participação plena dos alunos nas atividades escolares, observadas as orientações pedagógicas, normas institucionais e diretrizes da educação inclusiva. Manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais; requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades, zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda; observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais; zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho; colaborar com o docente na observância de regras de segurança quando do atendimento aos alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias; acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos; participar de reuniões de pais/responsáveis, cursos, palestras e programas de capacitação promovidos pela secretaria municipal de educação, sempre que convocados; colaborar com o Profissional do Magistério e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência; colaborar com o Profissional do Magistério no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno; executar tarefas relativas à observação de registros e avaliação do comportamento desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Profissional do Magistério; preparar, sob orientação do profissional do magistério, os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvida; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento; colaborar na execução de atividades que visem à desestimularão da agressividade e intervir, quando necessário, em situações de conflito entre alunos, promovendo a convivência respeitosa e disciplinada entre eles; colaborar na estimulação da independência do aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; cuidar da higiene e do asseio dos alunos sob sua responsabilidade; acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar, sejam atividades classe ou atividade extra classe; eliminar em colaboração com o regente, as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; registrar todas as adaptações realizadas para o estudante, junto com o profissional do magistério e especialistas em educação básica na realização do PEI; estar permanentemente em contato com o professor responsável da turma para compreensão e execução das atividades propostas; atender solicitações da direção, professores e alunos, receber e transmitir recados dentro de suas atribuições, porém não repassar informações aos pais sem o conhecimento e autorização da direção; acompanhar os alunos nas salas de aulas, nos trajetos escolares, nos intervalos, passeios, apresentações, refeitório, dormitórios, lavatórios, organização de filas, mantendo a disciplina e segurança dos mesmos; apoiar alunos com deficiência ou mobilidade reduzida durante o trajeto; o profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores da Educação Especial, da sala de aula comum, da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola; auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, com tarefas simples ou reforço individual; zelar, juntamente com o professor pela aprendizagem dos estudantes público da educação especial; construir o PEI juntamente com todos os atores envolvidos no processo de escolarização do estudante. Sendo eles: professor regente, especialista em educação básica e o profissional de apoio; desempenhar tarefas afins e outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato e pela secretaria municipal de educação.

PSICÓLOGO

Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Presta assistência na Saúde Mental, bem como atende e orienta a área Educacional, Organizacional e Assistencial, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, para possibilitar a orientação, diagnostico clinico, implementação de programas e projetos; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

Planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de assistência em Saúde Mental, intervindo terapeuticamente com técnicas específicas individuais e/ou grupais, dentro de uma equipe multidisciplinar, nos níveis preventivos, curativos, de reabilitação e de reinserção social, de acordo com as necessidades e conforme o grau de complexidade do equipamento em que se inserem;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos indivíduos, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação, diagnosticam distúrbios emocionais e mentais e a adaptação social, elucidando conflitos e questões; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.
Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;
Aprofundar o conhecimento das características individuais, situações e problemas;
Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados;
Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas;
Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura, tanto psíquica como física em atendimento individual ou grupal;
Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc;
Realizar e coordenar atividades educativas e grupos de adesão com clientes e familiares, especialmente em casos de doenças crônicas;
Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas;
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
Participar de programa de treinamento, quando convocado;
Atua na realização de objetivos políticos ou comunitários na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social ou técnico, visando o auxílio em situações planejadas, ou resolução de possíveis conflitos;
Demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;
Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Outras atividades afins.

PSICOPEDAGOGO
Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino-aprendizagem.
Contribuir para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica;
Realizar a avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares;
Promover a orientação de alunos e pais;
Promover a orientação profissional;
Promover a orientação sexual, dando ênfase à informação sobre a sexualidade humana, os sentimentos afetivos nela envolvidos e os cuidados que devem ser considerados;
Elaborar e coordenar projetos educativos específicos, em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, dentre outros;
Diagnosticar, analisar e intervir em nível institucional, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo;
Participar da construção, do acompanhamento e da avaliação da proposta pedagógica da escola;
Participar do processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e do processo de avaliação dos resultados do trabalho;
Realizar oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos;
Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado;
Participar de comissões, grupos de trabalho ou de estudos, quando designado por seu superior hierárquico;
Obedecer as normas de segurança;
Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata;
Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades;
Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho sob sua responsabilidade.
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

SUPERVISOR ESCOLAR
Compete, segundo sua habilitação, planejar, orientar, coordenar, administrar, avaliar, supervisionar e inspecionar o processo pedagógico, participar da elaboração de projetos educacionais e das propostas pedagógicas do Sistema Municipal de Ensino, bem como conduzir cursos de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal docente e exercer outras atividades que visem a melhoria do processo educacional. Coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudos e dos Regimentos Escolares; investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade; supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente; velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino; assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação; emitir parecer concernente à Supervisão Educacional; planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional; propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço; promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola; assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica; planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento; participar da elaboração do calendário escolar; exercer, em trabalho individual ou em grupo, a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de alunos em sua formação geral e na sondagem de suas aptidões específicas; atuar o elemento articulador das relações internas na escola e externas com as famílias dos alunos, comunidade e entidades de apoio psicopedagógicos e como ordenador das influências que incidam sobre a formação do educando; exercer atividades de apoio à docência; exercer outras atividades integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola, previstas no regulamento desta lei e no regimento escolar;
eliminar, em colaboração com Professor de AEE e com o Professor de Educação Básica, as barreias que podem obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; atuar na escola como multiplicador do conhecimento acerca de metodologias de ensino da Educação Especial, tecnologias assistivas e comunicação alternativas; zelar pela aprendizagem dos estudantes públicos da educação especial, acompanhando e avaliando sistematicamente os alunos durante o processo de ensino de aprendizagem; participar de reuniões pedagógicas e capacitações na área da educação promovidas pela Secretaria de Educação, sempre que convocados e de atividades complementares ao processo de sua formação profissional; articular com setores e profissionais externos à escola, como

interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social dentre outros; atuar juntamente com o Professor de Educação Básica, Professor de AEE e profissionais de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI); participar do Conselho de Classe; executar outras atribuições afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Desempenham atividades técnicas de enfermagem em hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos.

As atribuições afetas e esta classe consistem em atividades e ações e nível médio técnico e auxiliar atribuídos a equipe de enfermagem.

Planejamento, preparação, orientação e supervisão das atividades e ações de assistência de enfermagem;

Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;

Na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e em programas de vigilância epidemiológica;

Na prevenção no controle sistemático da infecção hospitalar;

Nas atividades de orientação do pessoal de nível auxiliar das instituições de saúde;

Executar outras ações da assistência de enfermagem, excetuados os privativos de enfermeiro;

E demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico.

Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;

Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;

Execução de tarefas afins correlatas ao exercício da função.

TRATORISTA

Operar máquinas rodoviárias agrícolas e equipamentos rodoviários.

Executar tarefas de operação de tratores e reboques, montados sobre rodas, para carregamento e descarregamento de materiais;

Executar roçagem de terrenos e limpeza de vias públicas, praças e jardins;

Conduzir tratores providos ou não de implementos diversos, como lâmina e máquinas varredoras ou pavimentadoras, dirigindo-as e operando o mecanismo da tração ou impulsão, para movimentar cargas e executar operações de limpeza ou similares;

Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações, colocando em prática as medidas de segurança recomendadas, para operação e estacionamento da máquina;

Efetuar a limpeza e lubrificação das máquinas e seus implementos, para assegurar seu bom funcionamento.

Efetuar o abastecimento dos equipamentos com óleo diesel, observando o nível do óleo lubrificante e lubrificando as partes necessárias, utilizando graxa, para mantê-las em condições de uso.;

Registrar as operações realizadas, anotando em um diário ou em impressos, os tipos e os períodos de trabalho, para permitir o controle dos resultados;

Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato em área Rural e Urbana.

Zelar pela conservação das máquinas, lubrificando-se e completando os níveis de óleo, água e combustível;

Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de textos verbais e não verbais. Reconhecimento de gêneros textuais. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado. Reconhecimento de palavras corretas e incorretas. Ordenação alfabética. Divisão silábica. Alfabeto, vogais e consoantes. Frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa. Singular/plural e masculino/feminino. Reconhecimento dos sinais de pontuação

MATEMÁTICA

Sistema de Numeração Decimal. Ordem crescente e decrescente. Operações básicas com números naturais e fracionários. Noções de conjunto. Sistema monetário nacional. Sistema de medidas: tempo, comprimento e quantidade. Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimento de Segurança no Trabalho. Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Conhecimentos especializados na área. Uso adequado de materiais, ferramentas e equipamentos para desenvolvimento das atividades próprias da função.

PARA O CARGO DE COVEIRO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimento de Segurança no Trabalho. Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Conhecimentos especializados na área. Uso adequado de materiais, ferramentas e equipamentos para desenvolvimento das atividades próprias da função.

PARA O CARGO DE COZINHEIRO ESCOLAR

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimentos específicos na área e uso adequado de equipamentos e materiais; Higiene na manipulação dos alimentos; prevenção de acidentes; higiene do manipulador de alimentos; Noções e técnicas de seleção de alimentos para o preparo de refeições; noções e conhecimentos de gêneros e

produtos alimentícios utilizados no preparo das refeições; recebimento, armazenamento, acondicionamento e disposição desses gêneros; controle de estoque; procedimentos para economia de energia elétrica e água. Limpeza, manutenção e organização dos utensílios e equipamentos de cozinha. Noções de Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Resolução-RDC Anvisa nº 216/04. Demais conhecimentos compatíveis com as atribuições da função.

PARA O CARGO DE MOTORISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica de autos. Conhecimentos sobre condução, manutenção, limpeza e conservação de veículos; Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

PARA O CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Operar máquina, interpretando informações do painel da máquina, manipulando os comandos de marcha e direção do trator, da lâmina da niveladora ou da pá mecânica, ou da borda inferior, acionando as alavancas de controle, para posicionar o mecanismo segundo as necessidades do trabalho; Manobrar a máquina, acionando os comandos, para empurrar a terra solta, rebaixar as partes mais altas e nivelar a superfície ou deslocar a terra para outro lugar; Conduzir máquinas, acionando o motor e manipulando os dispositivos de marcha para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho; Movimenta a pá escavadeira, acionando seus pedais e alavancas de comando, corte elevação e abertura, para escavar, carregar, levantar e descarregar o material; Operar máquina montada sobre rodas ou esteiras e provida de uma pá de comando hidráulico, conduzindo-a e acionando os comandos de tração e os comandos hidráulicos, para escavar e mover terra, pedras, areia, cascalho e materiais semelhantes; Operar máquina motorizada e provida de um ou mais rolos compressores ou cilindros, acionando-a e manipulando seus comandos de marcha e direção, para compactar solos naturais ou corrigidos e/ou comprimir e regularizar os elementos usados na pavimentação de rodovias, ruas e outras obras, abastecendo-a com água, enchendo os depósitos, para aumentar seu peso e permitir o umedecimento do solo; Zelar pela conservação e segurança dos maquinários, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Registrar os serviços executados pela máquina/equipamento; Conduzir a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para fazer avançar e retroceder o rolo compressor ou cilindros até que a superfície fique suficientemente compactada e lisa; Zelar pela conservação, limpeza e manutenção da máquina, lubrificando-a, realizando inspeção no equipamento, observando o estado geral, sistema de freios, nível de óleo, para mantê-la em boas condições de funcionamento; Executa limpeza no equipamento, utilizando panos e vassouras, retirando resíduos e detritos, para evitar danos; Recolher a máquina após a jornada de trabalho, conduzindo-a a garagem, para permitir sua manutenção e abastecimento; Pode efetuar reparos de emergência; Pode especializar-se em operar um tipo especifico de máquina a ser designado de acordo com a especialização; Executa tarefas similares às descritas anteriormente conforme orientação de seu superior imediato.

PARA O CARGO DE PEDREIRO
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Conhecimentos sobre Equipamentos de Proteção Individual – EPIs; Conhecimento sobre demarcação da obra; materiais básicos de construção civil (areia, cimento, cal, pedra, etc); equipamentos e ferramentas; nível e prumo; concretos e argamassas; fundações; alvenarias; lajes; materiais de acabamento; impermeabilização e medidas.

PARA O CARGO DE TRATORISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica de autos. Conhecimentos sobre condução, manutenção, limpeza e conservação de veículos; Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral e verbo. Ortografia. Reconhecimento de frases corretas e incorretas. Acentuação gráfica. Pontuação. Concordância verbal e nominal.
MATEMÁTICA
Conjuntos numéricos. Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema de Medidas Legais. Porcentagem. Sistema monetário nacional. Resolução de situações problema. Leitura e compreensão de tabelas e gráficos. Raciocínio lógico
CONHECIMENTOS GERAIS
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AJUDANTE GERAL
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Segurança do trabalho: Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamento de proteção coletiva (EPC). Trabalho em altura. Espaço Confinado. Noções de higiene pessoal e do ambiente de trabalho. Produtos de limpeza e higienização: aplicação, cuidados e segurança. Manuseio de produtos de limpeza e ferramentas de trabalho. Utilização das ferramentas apropriadas para cada etapa de serviço e o bom desempenho das atividades. Ferramentas manuais e de medição. Ferramentas de uso geral. Plantas Ornamentais: Jardinagem. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. (Classificação de áreas em serviços de saúde. Equipamentos e materiais utilizados na limpeza e desinfecção de superfícies. Limpeza e desinfecção de superfícies. Higienização das mãos em serviços de saúde.).

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO MÉDIO COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Cargos das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Sintaxe.

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Atendimento ao público. Uso de equipamentos de escritório. Agenda. Noções de rotinas da área administrativa. Ética profissional e sigilo profissional. Redação Oficial: Manual de Redação da Presidência da República. Formas de tratamento e abreviação mais utilizadas. Distribuição de materiais: Características das modalidades de transporte. Estrutura para distribuição. Noções de arquivologia. Arquivística: princípios e conceitos. Legislação arquivística. Gestão de documentos. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. Arquivamento de documentos: Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. Preservação e conservação de documentos de arquivo. Triagem e eliminação de documentos e processos. Digitalização de documentos. Controle de qualidade da digitalização. Postura profissional. Atendimento telefônico. Organização do local de trabalho. Hierarquia. Relações Interpessoais. **Conhecimento em Informática:** Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Prontuário odontológico, ficha clínica, odontograma, registros de atendimento e sistemas informatizados odontológicos. Acolhimento, recepção, preparo e orientação do paciente. Organização, preparo e manutenção do ambiente odontológico. Instrumentais odontológicos: nomenclatura, identificação, características, finalidade, indicação e utilização; reconhecimento e organização dos principais instrumentos utilizados em procedimentos odontológicos. Materiais e insumos odontológicos: nomenclatura, características, finalidade, indicação, formas de apresentação, armazenamento, conservação, validade e cuidados no manuseio. Equipamentos odontológicos e seus componentes: identificação, finalidade, funcionamento básico, limpeza, conservação e cuidados de utilização. Preparo do consultório e montagem da mesa ou bandeja odontológica para atendimento: seleção dos instrumentais e materiais necessários conforme o procedimento, organização e disposição dos instrumentos, preparo dos materiais, conferência dos equipamentos e insumos, manutenção da organização e reposição durante o atendimento. Auxílio e instrumentação ao Cirurgião-Dentista durante os procedimentos odontológicos, incluindo preparo e entrega de instrumentais e materiais, aspiração, afastamento e demais formas de auxílio permitidas ao Auxiliar em Saúde Bucal, observados os limites legais de sua atuação. Noções de sequência dos principais procedimentos odontológicos e organização dos materiais necessários para o atendimento. Manipulação, preparo e acondicionamento de materiais odontológicos, conforme orientação e supervisão do Cirurgião-Dentista: materiais restauradores, cimentos odontológicos, materiais para moldagem, materiais para modelos, materiais provisórios, materiais utilizados em procedimentos preventivos e demais materiais de uso odontológico. Propriedades, finalidade, indicação, proporção, manipulação, tempo de trabalho, tempo de presa, armazenamento e cuidados no manuseio dos principais materiais odontológicos, respeitadas as orientações do fabricante e as atribuições legais do ASB. Processamento de artigos odontológicos: pré-limpeza, limpeza, lavagem, enxágue, secagem, inspeção, preparo, embalagem, identificação, esterilização, armazenamento e distribuição dos materiais esterilizados. Métodos de esterilização e desinfecção. Equipamentos utilizados no processamento de materiais, incluindo autoclave. Controle e monitoramento dos processos de esterilização. Indicadores físicos, químicos e biológicos. Organização e fluxo da área de processamento de materiais. Cuidados para evitar contaminação e manter a cadeia asséptica. Limpeza e desinfecção de superfícies, equipamentos, mobiliários e demais áreas do consultório odontológico. Biossegurança em odontologia: princípios, prevenção e controle de infecções, contaminação direta e indireta, infecção cruzada, higiene das mãos, equipamentos de proteção individual e coletiva, barreiras de proteção, manejo de materiais perfurocortantes, prevenção de acidentes com material biológico e condutas após exposição ocupacional. Doenças infectocontagiosas relacionadas ao atendimento odontológico e medidas de prevenção. Processamento de filmes radiográficos e noções de radiologia odontológica , incluindo cuidados no processamento, armazenamento e conservação dos materiais e imagens, quando aplicável. Seleção de moldeiras e confecção de modelos em gesso. Organização, limpeza, conservação e armazenamento de instrumentais, materiais e equipamentos odontológicos. Controle e organização de estoque, conferência de materiais, controle de validade, armazenamento e reposição de insumos. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: segregação, acondicionamento, identificação, armazenamento, coleta, transporte e destinação, conforme legislação sanitária vigente. Segurança do trabalho em serviços odontológicos: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes; medidas de prevenção; equipamentos de proteção individual e coletiva; ergonomia e NR-32. Promoção da saúde bucal, educação em saúde, orientação sobre higiene bucal, prevenção das doenças bucais e participação em ações educativas e coletivas. Atendimento humanizado, ética profissional, comunicação com o paciente, sigilo profissional e trabalho em equipe. Noções de primeiros socorros e condutas iniciais em situações de emergência no ambiente odontológico, dentro dos limites de sua competência.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde relacionados à saúde bucal. Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família e atuação das equipes de Saúde Bucal. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente. Lei Federal nº 11.889/2008, especialmente quanto às atribuições, competências, limites de atuação e responsabilidades do Auxiliar em Saúde Bucal. Código de Ética Odontológica aplicável aos profissionais auxiliares. Sigilo profissional, prontuário e proteção das informações do paciente. Conhecimentos em Informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

1. Sistema Único de Saúde e Vigilância Sanitária. Saúde na Constituição Federal (arts. 196 a 200). Princípios e diretrizes do SUS (Leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990). Conceito, abrangência e campo de atuação da vigilância sanitária. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e Anvisa (Lei nº 9.782/1999). Competências da União, dos estados e dos municípios. Descentralização e pactuação das ações de vigilância sanitária. Noções de vigilância epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador. Risco sanitário: conceito, avaliação e gerenciamento.
2. Poder de polícia e processo administrativo sanitário. Poder de polícia administrativa e seus atributos. Princípios da administração pública. Infrações sanitárias e penalidades (Lei nº 6.437/1977). Auto de infração, termo de intimação, auto de apreensão e inutilização, termo de interdição. Defesa, recurso e prazos. Licenciamento sanitário e classificação de atividades por grau de risco. Inspeção sanitária: planejamento, roteiros de inspeção e relatório. Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei nº 13.317/1999).
3. Vigilância sanitária de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos (DTA) e investigação de surtos. Contaminação física, química e biológica; contaminação cruzada. Boas práticas em serviços de alimentação e em estabelecimentos produtores e industrializadores. Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP). Higienização de instalações, equipamentos e utensílios. Controle de tempo e temperatura no recebimento, armazenamento, preparo, exposição e transporte. Padrões microbiológicos de alimentos. Rotulagem de alimentos embalados. Alimentos impróprios para consumo: identificação, apreensão e inutilização. Comércio ambulante, feiras e eventos.
4. Vigilância da qualidade da água para consumo humano. Programa Vigiagua e Sisagua. Procedimentos de controle e vigilância e padrão de potabilidade. Sistema de abastecimento (SAA), solução alternativa coletiva (SAC) e individual (SAI). Parâmetros microbiológicos (coliformes totais e Escherichia coli), físico-químicos (turbidez, cor, pH, cloro residual livre, flúor) e organolépticos. Etapas do tratamento de água; desinfecção e cloração. Reservatórios: limpeza e desinfecção. Poços, fontes e nascentes na zona rural. Abastecimento por carro-pipa. Água para uso animal. Doenças de veiculação hídrica.
5. Saneamento básico. Diretrizes nacionais e componentes do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020). Captação, tratamento e distribuição de água. Esgotamento sanitário (cloacal): coleta, tratamento e disposição final. Sistemas individuais: tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro. Ligações irregulares de esgoto na rede pluvial. Drenagem e manejo de águas pluviais. Saneamento rural. Relação entre saneamento e saúde.
6. Resíduos sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e Política Estadual de Resíduos Sólidos de Minas Gerais (Lei nº 18.031/2009). Classificação dos resíduos. Coleta convencional e seletiva, reciclagem e compostagem. Logística reversa e responsabilidade compartilhada. Destinação e disposição final ambientalmente adequada; aterro sanitário e lixão. Resíduos de serviços de saúde.
7. Meio ambiente e controle da poluição. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e SISNAMA. Competência comum em matéria ambiental (LC nº 140/2011). Noções de licenciamento ambiental. Poluição hídrica: classificação dos corpos d'água e lançamento de efluentes. Poluição e erosão do solo. Poluição atmosférica e queimadas. Poluição sonora. Legislação ambiental de Minas Gerais: Sisema, licenciamento e infrações ambientais (Lei nº 21.972/2016 e Decreto nº 47.383/2018). Crimes e infrações administrativas ambientais (Lei nº 9.605/1998 e Decreto nº 6.514/2008).
8. Agrotóxicos. Conceitos e classificação toxicológica e ambiental. Lei nº 14.785/2023. Armazenamento, transporte e uso seguro. Tríplice lavagem, devolução e destinação de embalagens vazias. Responsabilidades do usuário, do revendedor e do fabricante. Intoxicações: sinais, notificação e prevenção. Resíduos de agrotóxicos na água e nos alimentos.
9. Fauna, flora e bem-estar animal. Proteção do meio ambiente na Constituição (art. 225). Crimes contra a fauna e a flora; maus-tratos a animais (Lei nº 9.605/1998, art. 32, alterado pela Lei nº 14.064/2020). Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal (Lei nº 12.651/2012). Espécies ameaçadas de extinção. Criação de animais e aves na zona urbana e rural: condições sanitárias. Guarda responsável. Fauna silvestre em cativeiro.
10. Zoonoses, vetores, pragas e animais peçonhentos. Principais zoonoses: raiva, leptospirose, leishmanioses, toxoplasmose, esporotricose, hidatidose, brucelose e tuberculose. Arboviroses (dengue, zika, chikungunya, febre amarela) e controle do Aedes aegypti. Roedores sinantrópicos. Escorpiões, aranhas e serpentes: prevenção de acidentes e condutas iniciais. Controle integrado de vetores e pragas urbanas. Empresas especializadas em controle de pragas e saneantes desinfestantes.
11. Produtos e serviços de interesse à saúde. Medicamentos, cosméticos, saneantes e produtos para a saúde: regularização, rotulagem e comércio. Farmácias e drogarias. Boas práticas de funcionamento de serviços de saúde. Infraestrutura física de estabelecimentos assistenciais. Processamento de artigos e esterilização. Segurança do paciente. Serviços de interesse à saúde: salões de beleza, estúdios de tatuagem e piercing, instituições de longa permanência para idosos, academias, escolas e creches.
12. Coleta de amostras para análise. Análise fiscal, de controle e de orientação. Procedimentos de coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos. Amostra em triplicata, contraprova e perícia de contraprova. Acondicionamento, conservação, identificação e transporte. Termo de coleta de amostra. Laboratórios oficiais (Lacen).
13. Educação sanitária e ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Educação em saúde e comunicação de risco. Ações educativas junto a estabelecimentos, escolas e comunidade. Mobilização e participação social.
14. Biossegurança e rotinas administrativas. Equipamentos de proteção individual (NR 6). Riscos ocupacionais na atividade de fiscalização. Biossegurança na coleta de amostras. Redação oficial: ofício, notificação, relatório e parecer. Atos administrativos. Registros, arquivo e sistemas informatizados de vigilância. Ética e sigilo no serviço público.

Bibliografia sugerida

Legislação federal — SUS e vigilância sanitária

• BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 196 a 200 e 225.

• BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).
• BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
• BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 (SNVS e Anvisa).
• BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (infrações à legislação sanitária federal e sanções).
• BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 (normas básicas sobre alimentos).
• BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Liberdade Econômica), no que se refere a atos de liberação e classificação de risco.
• ANVISA. RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, e IN nº 66, de 1º de setembro de 2020 (classificação do grau de risco das atividades).
Alimentos
• ANVISA. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 (boas práticas para serviços de alimentação).
• ANVISA. RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 (POP e lista de verificação para estabelecimentos produtores/industrializadores).
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 (condições higiênico-sanitárias e boas práticas de fabricação).
• ANVISA. RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e IN nº 161, de 1º de julho de 2022 (padrões microbiológicos).
• ANVISA. RDC nº 727, de 1º de julho de 2022 (rotulagem de alimentos embalados).
• ANVISA. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação: RDC nº 216/2004. 3. ed. Brasília: Anvisa, 2005.
Água, saneamento e resíduos
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, Anexo XX, com redação dada pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 (controle e vigilância da qualidade da água e padrão de potabilidade).
• BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com as alterações da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Marco Legal do Saneamento).
• BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
• ANVISA. RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (gerenciamento de resíduos de serviços de saúde); CONAMA. Resolução nº 358/2005.
• ABNT. NBR 7229 (tanques sépticos), NBR 13969 (tratamento complementar e disposição de efluentes) e NBR 10004 (classificação de resíduos sólidos).
• FUNASA. Manual de Saneamento. Brasília: Funasa, edição mais recente.
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Brasília: MS, 2006.
Meio ambiente, agrotóxicos e fauna
• BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).
• BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.
• BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Crimes Ambientais), com alteração da Lei nº 14.064/2020; Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.
• BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal).
• BRASIL. Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023 (agrotóxicos).
• BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).
• CONAMA. Resoluções nº 357/2005 e 430/2011 (águas e efluentes), nº 491/2018 (qualidade do ar) e nº 01/1990 (ruídos); ABNT NBR 10151 (acústica em áreas habitadas).
Zoonoses, vetores e pragas
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: MS, edição vigente. [1, 3, 4, 10]
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: MS, 2016.
• FUNASA. Manual de controle de roedores. Brasília: Funasa, 2002.
• FUNASA. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. 2. ed. Brasília: Funasa, 2001.
• ANVISA. RDC nº 622, de 9 de março de 2022 (empresas de controle de vetores e pragas urbanas).
• BRASIL. Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021 (veda a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses).
Produtos e serviços de saúde
• BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014 (comércio farmacêutico e farmácias).
• ANVISA. RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009 (boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias).
• ANVISA. RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011 (boas práticas de funcionamento de serviços de saúde).
• ANVISA. RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 (infraestrutura física de estabelecimentos assistenciais de saúde).
• ANVISA. RDC nº 15, de 15 de março de 2012 (processamento de produtos para saúde) e RDC nº 36, de 25 de julho de 2013 (segurança do paciente).
• ANVISA. RDC nº 502, de 27 de maio de 2021 (instituições de longa permanência para idosos).
Legislação estadual (Minas Gerais)
• Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999 (Código de Saúde do Estado de Minas Gerais), texto atualizado.
• Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos — Sisema).
• Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018 (licenciamento ambiental, infrações e penalidades ambientais), texto atualizado.
• Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009 (Política Estadual de Resíduos Sólidos).
• Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (políticas florestal e de proteção à biodiversidade).
• Lei nº 7.302, de 21 de julho de 1978 (proteção contra a poluição sonora).
• Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991 (agrotóxicos no Estado).
• Lei nº 22.231/2016 (maus-tratos contra animais).
• COSTA, Ediná Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. 2. ed. São Paulo: Sobravime, 2004.
• ROZENFELD, Suely (org.). Fundamentos da vigilância sanitária. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
• EDUARDO, Maria Bernadete de Paula; MIRANDA, Isaura Cristina Soares de. Vigilância sanitária. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998 (Série Saúde & Cidadania, v. 8
• GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. Barueri: Manole, edição mais recente.
• SILVA JR., Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. São Paulo: Varela, edição mais recente.
• PHILIPPI JR., Arlindo (ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, edição mais recente.

PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Noções de Direito Tributário: Introdução ao direito tributário. Fontes do direito tributário. Sistema Tributário Nacional. Princípios Gerais. Competência e Limitações do Poder de Tributar. Tributo e sua classificação. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Impostos de Competência da União, Estados e Municípios. Repartição das Receitas Tributárias. Legislação Tributária. Vigência. Aplicação. Interpretação e Integração. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Constituição. Suspensão.

Extinção. Exclusão. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Cobrança Judicial da Dívida Ativa – Lei Federal nº 6.830/1980. Legislação Federal do ISS: Lei Complementar 116/2003; Lei Complementar 147/2014. Lei Orgânica Municipal. Código Tributário do Município. Aspectos constitucionais de normas de direito tributário. Lei nº 5172/66 – Código Tributário Nacional. LEI 8429/92 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providencias). Conhecimentos em informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE MONITOR ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Trabalho em equipe e atuação articulada com professores, direção e demais profissionais da unidade escolar. Ética profissional, sigilo e postura no ambiente escolar. Relações humanas no trabalho. Comunicação com as famílias e limites da atuação do monitor. Desenvolvimento infantil e juvenil: aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais. O brincar, a recreação e o lazer no desenvolvimento da criança. Observação e registro do comportamento e do desenvolvimento infantojuvenil. Indissociabilidade entre cuidar e educar. Rotina na educação infantil: acolhida, alimentação, higiene, repouso e saída. Promoção da autonomia e da independência da criança. Organização do ambiente e dos materiais. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): direitos de aprendizagem e campos de experiência. Higiene pessoal da criança e formação de hábitos saudáveis. Higiene, limpeza e desinfecção de ambientes, brinquedos e equipamentos de recreação. Alimentação infantil e formação de hábitos alimentares. Noções do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009). Observação de alterações físicas e de comportamento. Prevenção de doenças transmissíveis no ambiente escolar. Prevenção de acidentes na escola e nos trajetos escolares. Noções de primeiros socorros. Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas). Procedimentos diante de acidentes e situações de risco. Transporte escolar: condução de escolares no Código de Trânsito Brasileiro (arts. 136 a 139 da Lei nº 9.503/1997), embarque e desembarque seguros, uso do cinto de segurança e dos dispositivos de retenção, acompanhamento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e comunicação de ocorrências. Disciplina, limites e mediação de conflitos. Prevenção da agressividade e da violência no ambiente escolar. Combate à intimidação sistemática (bullying): Lei nº 13.185/2015. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais (Decreto nº 7.611/2011 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009). Plano Educacional Individualizado (PEI). O profissional de apoio escolar. Eliminação de barreiras, acessibilidade e adaptações para o estudante com deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Projeto Político Pedagógico. Apoio às atividades pedagógicas e preparo de materiais. Conservação e uso racional de materiais, equipamentos e bens patrimoniais. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais, prevenção e medidas de proteção. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996): educação básica, educação infantil e educação especial.

PARA O CARGO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Atuação articulada com o professor regente, os professores da Educação Especial e da Sala de Recursos Multifuncionais, a equipe pedagógica e a direção. Ética profissional, sigilo e postura no ambiente escolar. Relações humanas no trabalho. Comunicação com as famílias e limites da atuação do profissional de apoio. Fundamentos da educação inclusiva: princípios, histórico e conceitos de integração e inclusão. Modelo social da deficiência. Barreiras à participação: arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. Acessibilidade e desenho universal. Público da educação especial: características e necessidades educacionais dos estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e múltipla, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação. Transtornos funcionais específicos e dificuldades de aprendizagem: dislexia, TDAH e outros. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais. Plano Educacional Individualizado (PEI): elaboração coletiva, registro de adaptações e acompanhamento. Adaptações e flexibilizações curriculares, de materiais e de atividades. Tecnologia assistiva e comunicação alternativa e aumentativa. Noções de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do Sistema Braille. Apoio às atividades pedagógicas, preparo de materiais e reforço individual sob orientação do professor. Desenvolvimento infantil e juvenil: aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais. Observação e registro do comportamento e do desenvolvimento do estudante. Indissociabilidade entre cuidar e educar. Apoio nas atividades de alimentação, higiene pessoal e locomoção, com estímulo à autonomia e à independência. Técnicas de auxílio à locomoção e ao posicionamento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Socialização, recreação e lazer como instrumentos de inclusão. Observação de alterações físicas e de comportamento. Manejo de comportamentos desafiadores, mediação de conflitos e prevenção da agressividade e da violência no ambiente escolar. Combate à intimidação sistemática (bullying): Lei nº 13.185/2015. Prevenção de acidentes e noções de primeiros socorros. Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas). Projeto Político Pedagógico. Conservação e uso racional de materiais, equipamentos e bens patrimoniais. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais, prevenção e medidas de proteção. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996): educação básica e educação especial. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Decreto nº 7.611/2011 (educação especial e atendimento educacional especializado). Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Diretrizes Operacionais para o AEE). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 (Libras). Lei nº 14.254/2021 (acompanhamento integral de educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem).

ENSINO MÉDIO / TÉCNICO

PARA O CARGO DE ENSINO MÉDIO COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Cargos das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Sintaxe.

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Código de Ética Profissional. Política de Saúde: Diretrizes, princípios e bases da implantação do SUS. Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Promoção da Saúde. Biossegurança e Segurança do Trabalho. Participação na programação de enfermagem. Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva. Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto. Assistência de Enfermagem Materno Infantil. Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência. Assistência de Enfermagem ao Idoso. Ações educativas aos usuários dos serviços de saúde. Atendimento nos diversos programas de saúde da criança, da mulher, do adolescente, do idoso e da vigilância epidemiológica. Preparo e esterilização de material, instrumental, ambientes e equipamentos. Higiene, sono e nutrição. Controle de abastecimento e estoque de materiais médico-hospitalares e medicamentos. Participação na orientação e supervisão do trabalho de enfermagem, em grau auxiliar. Participação na equipe de saúde. Primeiros Socorros. Biossegurança. Dietoterapia e Hemoterapia. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

ENSINO SUPERIOR

PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e análise de textos verbais e não verbais. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação e seus efeitos de sentido no texto. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sintaxe da oração e do período. Relação do texto com seu contexto histórico e social. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Intertextualidade. Figuras de linguagem e seus efeitos expressivos. Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras. Coordenação e subordinação. Conectivos e mecanismos de coesão textual.

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.

CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil: gênese, Movimento de Reconceituação e projeto ético-político profissional. Questão social e suas expressões na contemporaneidade. Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. Estado, sociedade civil, cidadania, direitos sociais e políticas públicas. Lei nº 8.662/1993 (regulamentação da profissão). Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993 e alterações). Resoluções CFESS nº 493/2006, nº 557/2009, nº 559/2009 e nº 615/2011. Sigilo profissional, autonomia técnica, atribuições privativas e competências profissionais. Instrumentalidade do Serviço Social: entrevista, visita domiciliar e institucional, observação, abordagem individual, grupal e comunitária. Estudo social, perícia social, relatório, laudo e parecer social. Registro e

documentação: prontuário, cadastro, formulários e questionários. Trabalho com famílias, grupos e comunidades. Educação popular e mobilização social. Trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Supervisão de estágio. Planejamento social: plano, programa e projeto; delimitação do problema, público-alvo, objetivos, metas, metodologia e cronograma. Diagnóstico socioterritorial e estudo de viabilidade. Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais: indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, apuração de custos e avaliação da satisfação dos usuários. Gestão social, financiamento das políticas sociais, fundos públicos e captação de recursos. Articulação de redes socioassistenciais e intersetoriais. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014). Coordenação de equipes e grupos de trabalho. Pesquisa social quantitativa e qualitativa: elaboração de projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica e documental, coleta, organização, tabulação, análise e difusão de dados, elaboração de instrumentais, estudo socioeconômico e perfil de usuários. Constituição Federal de 1988: Direitos Sociais e Ordem Social (arts. 6º e 193 a 204). Seguridade Social. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 e alterações). Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). NOB-SUAS/2012 e NOB-RH/SUAS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Proteção Social Básica e Especial: CRAS, CREAS, PAIF, PAEFI e Centro POP. Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais. Programa Bolsa Família (Lei nº 14.601/2023) e Cadastro Único. Reforma Sanitária e construção do SUS. Determinantes sociais do processo saúde-doença. Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990: princípios, diretrizes, organização e controle social do SUS. Decreto nº 7.508/2011. Lei Complementar nº 141/2012 (financiamento da saúde). Redes de Atenção à Saúde e Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde. Políticas de promoção da equidade em saúde: saúde integral da população negra e da população LGBT. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Notificação compulsória de violências. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde (CFESS). Serviço Social na atenção básica, especializada e hospitalar: acolhimento, alta social e Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Lei nº 10.216/2001 e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Noções de Previdência Social e Serviço Social no INSS (Lei nº 8.213/1991, art. 88). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Lei nº 13.431/2017 (escuta especializada e depoimento especial) e Lei nº 14.344/2022. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 e alterações). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Lei nº 13.935/2019 (serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica). Política Nacional sobre Drogas. Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009). Política urbana e habitacional: Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 14.620/2023) e trabalho social em habitação. Segurança alimentar e nutricional (Lei nº 11.346/2006 – LOSAN). Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Educação para o consumo, economia familiar e orçamento doméstico. Conselhos de direitos e de políticas públicas, conferências e controle social. Transformações no mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social. Serviço Social nas organizações: recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, cargos e salários, benefícios e qualidade de vida no trabalho. Saúde do trabalhador, acidentes de trabalho, afastamentos e readaptação funcional. Noções de rotinas trabalhistas e direitos do servidor público. Concurso público: princípios e noções gerais.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Semiologia e diagnóstico em Odontologia: anamnese, exame clínico extraoral e intraoral, exame das estruturas dentárias, periodontais, ósseas e dos tecidos moles da cavidade bucal; sinais e sintomas das principais doenças e afecções bucais; elaboração de hipóteses diagnósticas e diagnóstico diferencial; exames complementares, incluindo exames de imagem e exames laboratoriais, quando indicados; interpretação dos achados clínicos e complementares. Diagnóstico, prevenção e tratamento das principais doenças e afecções da cavidade bucal. Cárie dentária, doenças periodontais, alterações da mucosa bucal, lesões de tecidos moles e duros, infecções odontogênicas, manifestações bucais de doenças sistêmicas e condições que necessitem de encaminhamento ou avaliação especializada. Infecção pelo HIV/AIDS e manifestações bucais associadas. Dentística operatória e restauradora: princípios de diagnóstico, planejamento e tratamento restaurador; isolamento do campo operatório; preparos cavitários; técnicas restauradoras; restaurações diretas; materiais restauradores, suas propriedades, indicações, manipulação e técnicas de utilização; sistemas adesivos; resinas compostas; cimentos de ionômero de vidro; materiais restauradores provisórios; proteção do complexo dentino-pulpar; acabamento e polimento; prevenção e controle da cárie dentária. Oclusão: conceitos fundamentais; relações maxilomandibulares; contatos oclusais; movimentos mandibulares; articulação temporomandibular; alterações oclusais; princípios de diagnóstico e tratamento das principais alterações relacionadas à oclusão. Prevenção e promoção da saúde bucal: educação em saúde; higiene bucal; controle mecânico e químico do biofilme dental; prevenção da cárie e das doenças periodontais; uso racional do flúor; fluorterapia tópica e sistêmica; dentifrícios fluoretados; aplicação tópica de flúor; selantes de fóssulas e fissuras; estratégias individuais e coletivas de prevenção das doenças bucais. Farmacologia aplicada à Odontologia: princípios gerais de farmacologia; anestésicos locais e vasoconstritores; analgésicos; anti-inflamatórios esteroides e não esteroides; antibióticos e princípios de antibioticoterapia; antissépticos; indicações, contraindicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e cuidados na prescrição; profilaxia antibiótica quando indicada; uso racional de medicamentos. Periodontia: anatomia e fisiologia do periodonto; etiologia e classificação das doenças periodontais; gengivite e periodontite; diagnóstico e exame periodontal; prevenção e controle do biofilme; raspagem e alisamento radicular; instrumentação periodontal; procedimentos básicos de tratamento periodontal; manutenção e acompanhamento periodontal. Odontopediatria: características da dentição decídua e permanente jovem; desenvolvimento e crescimento craniofacial; prevenção e controle da cárie na infância; manejo e condicionamento da criança no consultório odontológico; técnicas restauradoras em dentes decíduos e permanentes jovens; materiais restauradores e materiais de proteção do complexo dentino-pulpar; traumatismos dentários em dentes decíduos e permanentes; prevenção e tratamento das principais doenças bucais na infância; orientação aos pais ou responsáveis. Endodontia: anatomia e fisiologia pulpar e periapical; etiologia e patogênese das doenças pulpares e periapicais; diagnóstico das alterações pulpares e periapicais; diagnóstico diferencial da dor odontogênica; isolamento do campo operatório; acesso endodôntico; instrumentação dos canais radiculares; irrigação e desinfecção; medicação intracanal; obturação dos canais radiculares; materiais endodônticos; tratamento das lesões endodônticas; urgências endodônticas; prevenção e manejo das principais complicações. Cirurgia odontológica: princípios de cirurgia oral; avaliação pré-operatória; indicações e contraindicações; assepsia e antissepsia; anestesia local; instrumentais cirúrgicos; exodontias simples; técnicas cirúrgicas básicas; suturas; cuidados pré e pós-operatórios; controle de sangramento; cicatrização; complicações pós-operatórias e respectivas condutas. Urgências e emergências odontológicas: avaliação inicial; diagnóstico e tratamento das principais urgências odontológicas; dor odontogênica; abscessos e infecções odontogênicas; traumatismos dentários; hemorragias; complicações relacionadas à anestesia; síncope e lipotimia; reações alérgicas; crises convulsivas; emergências médicas no consultório odontológico; suporte básico de vida e medidas iniciais de atendimento e encaminhamento. Odontologia para pacientes com necessidades especiais e pacientes com comprometimento sistêmico: avaliação do risco, adequação do atendimento odontológico, cuidados e limitações relacionados às principais condições sistêmicas; hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, alterações hematológicas, doenças infecciosas e outras condições de relevância odontológica; interações entre doenças sistêmicas e saúde bucal; cuidados relacionados ao uso de medicamentos e encaminhamento quando necessário. Radiologia odontológica e diagnóstico por imagem: princípios de radioproteção; técnicas radiográficas intraorais e extraorais; indicações, limitações e cuidados relacionados aos exames de imagem; qualidade das imagens; interpretação de achados radiográficos relacionados às principais alterações dentárias, periodontais e ósseas. Materiais odontológicos: propriedades, composição, indicações, contraindicações, manipulação e utilização dos principais materiais empregados em Dentística, Periodontia, Endodontia, Cirurgia e Odontopediatria; materiais restauradores, cimentos, materiais de moldagem, materiais provisórios, materiais endodônticos e materiais utilizados para proteção do complexo dentino-pulpar.

Biossegurança em Odontologia: princípios de prevenção e controle de infecções; cadeia de transmissão de infecções; limpeza, desinfecção e esterilização; processamento de artigos odontológicos; barreiras de proteção; higiene das mãos; equipamentos de proteção individual e coletiva; prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes e exposição a material biológico; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; controle de infecção no consultório odontológico. Saúde Pública e Saúde Bucal: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS relacionados à saúde bucal; organização dos serviços de saúde; Atenção Primária à Saúde; Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente; promoção da saúde e prevenção de doenças; educação em saúde; vigilância em saúde; indicadores e índices epidemiológicos em saúde bucal; levantamento de necessidades e diagnóstico coletivo; ações individuais e coletivas de saúde bucal; registro dos procedimentos realizados e sistemas de informação relacionados à saúde bucal. Bioética, ética profissional e legislação odontológica: Código de Ética Odontológica; Lei nº 5.081/1966, que regulamenta o exercício da Odontologia; direitos e deveres do Cirurgião-Dentista; responsabilidade profissional; sigilo profissional; prontuário odontológico; consentimento do paciente; relação profissional-paciente; infrações éticas e responsabilidade civil e profissional. Conhecimentos gerais relacionados ao exercício da profissão de Cirurgião-Dentista, observados os limites das atribuições profissionais e a legislação vigente.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA PSF
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Semiologia e diagnóstico em Odontologia: anamnese, exame clínico extraoral e intraoral, exame das estruturas dentárias, periodontais, ósseas e dos tecidos moles da cavidade bucal; sinais e sintomas das principais doenças e afecções bucais; elaboração de hipóteses diagnósticas e diagnóstico diferencial; exames complementares, incluindo exames de imagem e exames laboratoriais, quando indicados; interpretação dos achados clínicos e complementares. Diagnóstico, prevenção e tratamento das principais doenças e afecções da cavidade bucal. Cárie dentária, doenças periodontais, alterações da mucosa bucal, lesões de tecidos moles e duros, infecções odontogênicas, manifestações bucais de doenças sistêmicas e condições que necessitem de encaminhamento ou avaliação especializada. Infecção pelo HIV/AIDS e manifestações bucais associadas. Dentística operatória e restauradora: princípios de diagnóstico, planejamento e tratamento restaurador; isolamento do campo operatório; preparos cavitários; técnicas restauradoras; restaurações diretas; materiais restauradores, suas propriedades, indicações, manipulação e técnicas de utilização; sistemas adesivos; resinas compostas; cimentos de ionômero de vidro; materiais restauradores provisórios; proteção do complexo dentino-pulpar; acabamento e polimento; prevenção e controle da cárie dentária. Oclusão: conceitos fundamentais; relações maxilomandibulares; contatos oclusais; movimentos mandibulares; articulação temporomandibular; alterações oclusais; princípios de diagnóstico e tratamento das principais alterações relacionadas à oclusão. Prevenção e promoção da saúde bucal: educação em saúde; higiene bucal; controle mecânico e químico do biofilme dental; prevenção da cárie e das doenças periodontais; uso racional do flúor; fluorterapia tópica e sistêmica; dentifrícios fluoretados; aplicação tópica de flúor; selantes de fóssulas e fissuras; estratégias individuais e coletivas de prevenção das doenças bucais. Farmacologia aplicada à Odontologia: princípios gerais de farmacologia; anestésicos locais e vasoconstritores; analgésicos; anti-inflamatórios esteroides e não esteroides; antibióticos e princípios de antibioticoterapia; antissépticos; indicações, contraindicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e cuidados na prescrição; profilaxia antibiótica quando indicada; uso racional de medicamentos. Periodontia: anatomia e fisiologia do periodonto; etiologia e classificação das doenças periodontais; gengivite e periodontite; diagnóstico e exame periodontal; prevenção e controle do biofilme; raspagem e alisamento radicular; instrumentação periodontal; procedimentos básicos de tratamento periodontal; manutenção e acompanhamento periodontal. Odontopediatria: características da dentição decídua e permanente jovem; desenvolvimento e crescimento craniofacial; prevenção e controle da cárie na infância; manejo e condicionamento da criança no consultório odontológico; técnicas restauradoras em dentes decíduos e permanentes jovens; materiais restauradores e materiais de proteção do complexo dentino-pulpar; traumatismos dentários em dentes decíduos e permanentes; prevenção e tratamento das principais doenças bucais na infância; orientação aos pais ou responsáveis. Endodontia: anatomia e fisiologia pulpar e periapical; etiologia e patogênese das doenças pulpares e periapicais; diagnóstico das alterações pulpares e periapicais; diagnóstico diferencial da dor odontogênica; isolamento do campo operatório; acesso endodôntico; instrumentação dos canais radiculares; irrigação e desinfecção; medicação intracanal; obturação dos canais radiculares; materiais endodônticos; tratamento das lesões endodônticas; urgências endodônticas; prevenção e manejo das principais complicações. Cirurgia odontológica: princípios de cirurgia oral; avaliação pré-operatória; indicações e contraindicações; assepsia e antissepsia; anestesia local; instrumentais cirúrgicos; exodontias simples; técnicas cirúrgicas básicas; suturas; cuidados pré e pós-operatórios; controle de sangramento; cicatrização; complicações pós-operatórias e respectivas condutas. Urgências e emergências odontológicas: avaliação inicial; diagnóstico e tratamento das principais urgências odontológicas; dor odontogênica; abscessos e infecções odontogênicas; traumatismos dentários; hemorragias; complicações relacionadas à anestesia; síncope e lipotimia; reações alérgicas; crises convulsivas; emergências médicas no consultório odontológico; suporte básico de vida e medidas iniciais de atendimento e encaminhamento. Odontologia para pacientes com necessidades especiais e pacientes com comprometimento sistêmico: avaliação do risco, adequação do atendimento odontológico, cuidados e limitações relacionados às principais condições sistêmicas; hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, alterações hematológicas, doenças infecciosas e outras condições de relevância odontológica; interações entre doenças sistêmicas e saúde bucal; cuidados relacionados ao uso de medicamentos e encaminhamento quando necessário. Radiologia odontológica e diagnóstico por imagem: princípios de radioproteção; técnicas radiográficas intraorais e extraorais; indicações, limitações e cuidados relacionados aos exames de imagem; qualidade das imagens; interpretação de achados radiográficos relacionados às principais alterações dentárias, periodontais e ósseas. Materiais odontológicos: propriedades, composição, indicações, contraindicações, manipulação e utilização dos principais materiais empregados em Dentística, Periodontia, Endodontia, Cirurgia e Odontopediatria; materiais restauradores, cimentos, materiais de moldagem, materiais provisórios, materiais endodônticos e materiais utilizados para proteção do complexo dentino-pulpar.

Biossegurança em Odontologia: princípios de prevenção e controle de infecções; cadeia de transmissão de infecções; limpeza, desinfecção e esterilização; processamento de artigos odontológicos; barreiras de proteção; higiene das mãos; equipamentos de proteção individual e coletiva; prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes e exposição a material biológico; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; controle de infecção no consultório odontológico. Saúde Pública e Saúde Bucal: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS relacionados à saúde bucal; organização dos serviços de saúde; Atenção Primária à Saúde; Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente; promoção da saúde e prevenção de doenças; educação em saúde; vigilância em saúde; indicadores e índices epidemiológicos em saúde bucal; levantamento de necessidades e diagnóstico coletivo; ações individuais e coletivas de saúde bucal; registro dos procedimentos realizados e sistemas de informação relacionados à saúde bucal. Bioética, ética profissional e legislação odontológica: Código de Ética Odontológica; Lei nº 5.081/1966, que regulamenta o exercício da Odontologia; direitos e deveres do Cirurgião-Dentista; responsabilidade profissional; sigilo profissional; prontuário odontológico; consentimento do paciente; relação profissional-paciente; infrações éticas e responsabilidade civil e profissional. Conhecimentos gerais relacionados ao exercício da profissão de Cirurgião-Dentista, observados os limites das atribuições profissionais e a legislação vigente.

PARA O CARGO DE CONTADOR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Contabilidade Pública: 1. Conceito, objeto e regime. 2. Princípios de Contabilidade sob perspectiva do Setor Público. 3. Campo de aplicação. 4. Legislação básica. 5. Receita: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita, Dívida Ativa. 6. Despesa: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, dívida pública, operações de crédito. 7. Variações Patrimoniais Ativas e Passivas: interferências, mutações, acréscimos e decréscimos patrimoniais. 8. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Edição atualizada: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 9. Tabela de

Eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. 10. Demonstrações Contábeis: Balanço Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Conceitos, Aspectos legais, Forma de Apresentação, elaboração, análise dos demonstrativos. 11. Sistemas de Informações Contábeis. 12. Manuais: Receita, Despesa, Dívida Ativa. 13. Registros contábeis de operações típicas na área pública: previsão da receita, dotação da despesa, descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros; empenho, liquidação e pagamento da despesa; arrecadação, recolhimento, destinação da receita orçamentária pública; retenções tributárias; renúncia da receita, deduções da receita, Restos a Pagar, Despesa de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos, Operações de Créditos. 14. Sistemas de contas. 15. Bens Públicos: De uso Especial, Dominiais e de Uso Gerais. Conceitos, aspectos legais e contábeis. 16. Inventário e Administração de Material. Métodos de avaliação. Contabilização. 17. Gestão patrimonial dos bens móveis, imóveis e intangíveis. 18. Registros na contabilidade do setor público de aspectos patrimoniais: depreciações, amortização e exaustão; provisões; apropriação da receita e da despesa pelo regime de competência, contingências passivas, reservas, perdas, ajustes de exercícios anteriores. 19. Tomada e Prestação de Contas. Diversos Responsáveis. 20. Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil. 21. Procedimentos de Encerramento do Exercício. 22. Consórcios Públicos. Conceito. Contabilização. 23. Orçamento público: princípios orçamentários; métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis; receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa; despesa pública: categorias, estágios; suprimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores, ciclo orçamentário; Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentárias Anual; Créditos Adicionais. 24. Licitação pública: modalidades dispensa e inexigibilidade: pregão; contratos e compras. 25. Convênios, Contratos de repasse e Termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal do Município. 26. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. 27. Noções de Auditoria: normas brasileiras de auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. 28. Auditoria no Setor Público. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. Abrangência de atuação. Formas e tipos. 29. Controladoria: Definição e objetivos da Controladoria. Sistema de Informação contábil-gerencial. Planejamento de Longo Prazo: implementação, revisão e atualização do plano. Planejamento Financeiro. Planejamento de Investimentos de Capital, Planejamento Orçamentário. Integração entre Planejamento e Controle. Organização do Controle. Ética profissional. Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - que regula o acesso a informações. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/21). Lei Federal nº 4.320/64.

PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimento sobre projeto, planejamento, orçamento; sistema Pini; licitação (Le Lei Federal nº 14.133/21); contrato e gerenciamento de obras; terraplanagem – corte e aterro, valas e taludes, escoramento e obras de infraestrutura urbana; engenharia de sistemas prediais e componentes de construção civil; materiais de construção civil; resistência dos materiais; segurança; mecânica dos solos; elétrica hidráulica, esgoto e saneamento; sistemas e elementos estruturais; estrutura das fundações; estrutura de madeira, concreto armado e metálicas – conceito e função; lajes, vigas, pilares, etc. e elementos de fundação; características gerais do concreto e do aço para concreto armado (comportamento mecânico, classificação, etc.); alvenaria; estruturas em concreto protendido; concreto pré-moldado; estruturas em argamassa armada; geotecnia; pavimentação; práticas de construções civis; conhecimentos de Código Sanitário Estadual. Conhecimentos de AUTOCAD. Conhecimentos específicos na área e uso adequado de equipamentos e materiais. Lei Estadual nº 11.720/1994 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e a Lei nº 18.309/2009 (Política Estadual de Saneamento Básico).

PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Código de Ética Profissional. Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Promoção da Saúde. Anatomia funcional. Fisiologia musculoesquelética, respiratória e cardiovascular. Fisiologia do Exercício. Desenvolvimento neuropsicomotor normal de zero a cinco anos de idade. Fisioterapia em emergência: abordagem inicial do paciente grave; oxigenoterapia; emergências pulmonares; emergências sistêmicas; insuficiência cardíaca; parada cardiorrespiratória; AVC; traumatismo. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva. Cinesioterapia. Eletroterapia. Hidroterapia. Termoterapia e Fototerapia. Fisioterapia cardiorrespiratória e cardiovascular. Fisioterapia neurofuncional. Fisioterapia Traumato-ortopédica. Órteses e Próteses. Mobilização precoce. Terapêuticas médicas voltadas para funções de recuperação de luxações, pós fraturas, pós amputações, prevenção de incapacidades e atendimento a pacientes especiais. Fisioterapia na Saúde da Criança. Tratamento fisioterápico aplicado às principais doenças. Adaptações para pacientes especiais em casa. Recursos Terapêuticos Manuais. Métodos de Avaliação Clínica e Funcional. Fisioterapia na Saúde do Idoso. Farmacologia Básica para Fisioterapia. Ergonomia. Exercícios corretivos. Fisioterapia Preventiva e Comunitária**.**

PARA O CARGO DE FONOAUDIÓLOGO
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Desenvolvimento e aquisição de linguagem. Anatomia e fisiologia dos órgãos da fala, voz, audição e linguagem. Sistemas e processos de comunicação: órgãos responsáveis. Patologias fonoaudiológicas: conceito, etiologia, tratamento. Psicomotricidade: teoria, técnicas em terapias psicomotoras. Aspectos neurológicos ligados à linguagem: estruturas, processos neurológicos envolvidos na fala, voz, audição e linguagem. Terapia fonoaudiológica: níveis de prevenção, intervenção precoce, reeducação psicomotora, reeducação da deglutição atípica. Reabilitação fonoaudiológica: (afasias, displasias, disfemias, afonia e disfonia, disartria, dislalias, disortografias, dislexias, disgrafias, discalculias, atrasos de linguagem por transtornos). Trabalho em equipe multi e inter disciplinar. Planejamento e programas preventivos, fonoaudiologia hospitalar. Avaliação audiológica: laudos, diagnósticos e prognósticos. Principais testes complementares. Diagnóstico diferencial precoce entre surdez na infância e outros transtornos de desenvolvimento. Manifestações da disfunção do processamento auditivo: comportamentais e clínicas. Audiologia Educacional. Código de ética profissional do fonoaudiólogo.

PARA O CARGO DE MEDICO DO PSF
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento clínico e prevenção das doenças: cardiovasculares – insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, tromboses venosas, hipertensão arterial, choque; pulmonares – insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, SARS-CoV-2, COVID-19.; do sistema digestivo – neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreias agudas e crônicas, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon; renais – insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido-base, nefrolitíase, infecções urinárias; metabólicas e do sistema endócrino – hipovitaminoses, desnutrição, diabetes melito, hipo e hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal; hematológicas – anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão; reumatológicas – orteoartrose, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno; neurológicas – coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias; psiquiátricas – alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis – sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifoide, hanseníase, doenças sexualmente

transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilocócicas, doença meningocócica, infecção por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; dermatológicas – escabiose, pediculose, dermatofitose, eczema, dermatite de contato, onicomicose, infecção bacteriana; imunológicas – doença do soro, edema, urticária, anafiloxia; ginecológicas – doença inflamatória da pelve, leucorreias, intercorrência no ciclo gravídico puerperal; de intoxicações exógenas – barbitúricos, entorpecentes. Puericultura. Imunização. Calendário Nacional de Vacinação. Alimentação. Principais patologias do recém-nascido. Problemas de crescimento físico, de desenvolvimento motor e de nutrição. Desenvolvimento neurológico. Principais patologias oftalmológicas da infância. Principais problemas de vias aéreas superiores – nariz, garganta, ouvido, boca e pescoço. Doenças exantemáticas, doenças de pele mais comuns na infância. Principais doenças ortopédicas. Principais doenças oncológicas. Principais doenças infectocontagiosas da infância. Principais doenças cirúrgicas da infância. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. Método Clínico Centrado na Pessoa. Métodos e ferramentas de resolução de problemas clínicos na Medicina de Família e Comunidade (MFC). Comunicação Clínica entre o médico e a pessoa que busca atendimento. Prevalência de doenças nos diferentes níveis de atenção. Combate à hipermedicalização. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. Assistência à gestação normal, classificando os diferentes tipos de risco. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes do ciclo gravídicopuerperal. Cuidados ao recém-nascido normal e condução da puericultura. Reconhecimento e primeiros cuidados às afecções graves e urgentes. Orientação pré e pós-operatório das intervenções cirúrgicas mais comuns. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais comuns. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. Reconhecimento e abordagem às crises familiares, evolutivas e não evolutivas e às disfunções familiares no âmbito da Medicina de Família e Comunidade. Cuidados paliativos.

PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Alimentos: conceito, classificação e composição. Microbiologia dos Alimentos. Os nutrientes e seu metabolismo. Qualidade dos alimentos. Administração de Serviços de Alimentação. Saneamento e segurança alimentar, limpeza e sanitização. Aspectos físicos dos serviços de alimentação, equipamentos para cozinhas institucionais, programas de alimentação para coletividades, organização de lactários. Elaboração de cardápios. Preparo, conservação e acondicionamento dos alimentos. Avaliação alimentar e nutricional. Desvios nutricionais e doenças associadas às carências, aos excessos e a erros alimentares. Obesidade e desnutrição. Nutrição e saúde pública: epidemiologia nutricional, diagnóstico do estado nutricional de populações, nutrição e infecções, vigilância nutricional, atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Interação entre alimentos e fármacos. Doenças de origem alimentar. Dietoterapia por patologia. Técnica dietética. Dietas progressivas hospitalares. Terapia nutricional do paciente cirúrgico. Nutrição Materno Infantil. Nutrição na adolescência. Nutrição para idosos. Transtorno alimentares. Alergia e intolerância alimentar. Tratamento nutricional clínico. Código de Ética Profissional. Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde – PGRSS. Legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PARA O CARGO DE PSICÓLOGO
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Psicologia da personalidade. Instrumentos de avaliação psicológica. Avaliação psicológica da inteligência, da personalidade e de atenção. Psicometria. Psicologia social e comunitária. Práticas terapêuticas com famílias. Intervenção psicológica junto à criança e ao adolescente. Atuação no processo de adoção. Trabalho em equipe de referência. Práticas e atuação da psicologia em políticas públicas. Saúde mental na atenção básica e apoio matricial. Políticas de saúde mental. Intervenções psicossociais em comunidades, instituições e organizações. Avaliação e intervenção psicológica no acolhimento em situações de crise, emergência e catástrofe. Vulnerabilidades sociais. Os danos psicológicos decorrentes da privação. A criança vitimizada. O abuso de álcool e outras drogas. Acompanhamento Terapêutico. Neuropsicologia. Psicodiagnóstico. Laudos psicológicos. Psicopatologia. Transtornos psicológicos. Técnicas psicoterápicas. Psicoterapias individuais e de grupo. Terapia cognitiva. Métodos e tecnologias em recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação corporativa. Orientação Profissional. Aprendizagem e desenvolvimento sob as perspectivas teóricas de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon. Intervenções educacionais e escolares. Dificuldades de aprendizagem. Metodologias ativas de aprendizagem. As tecnologias da informação e comunicação e seu papel na aprendizagem. Memória, autorregulação e autoeficácia. Código de ética profissional.

PARA O CARGO DE PSICOPEDAGOGO
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Fundamentos, história e teorias da Psicopedagogia. Psicopedagogia institucional. Psicopedagogia Clínica. Desenvolvimento do Raciocínio. Desenvolvimento Psicossocial. Psicomotricidade. O processo de alfabetização. Pensamento e Linguagem. Patologia da Linguagem. Fisiologia do Desenvolvimento e Interferências mais Frequentes na Aprendizagem. Transtornos, distúrbios e dificuldades de Aprendizagem. Dificuldades psicomotoras. TDAH. TEA. Aprendizagem, neuropsicologia, neuropsicopedagogia e neuroplasticidade. Avaliação, diagnóstico e intervenção psicopedagógica. Práticas de atendimento. Ludicidade. Aspectos afetivos e sociais da aprendizagem. Código de ética.

Sugestão bibliográfica:

ACAMPORA, Bianca. Neurociências & aprendizagem: metacognição, criatividade e competências para compreensão leitora. Pimenta Cultural, 2019.
ANTUNES, Celso. O jogo e a Educação Infantil (Na sala de aula). Editora Vozes, 2017.
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Artmed Editora, 2011.
BOSSA, Nádia. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
CHUPIL, Priscila; SOUZA, Karlen Pagel de Oliveira; SCHNEIDER, Cleussi. A neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem. IESDE BRASIL, 2018.
COLL, César. MARCHESI, Álvaro; PALACIOS Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Volumes 2 e 3. Artmed Editora.
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. São Paulo. Editora Cortez, 2017
FONSECA, Vitor da. Dificuldade de aprendizagem - Abordagem neuropsicopedagógica. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2016.
GÊNERO, Dayse Carla. Teorias e Práticas da Psicopedagogia Institucional. Iesde Brasil, 2019.
JERÔNIMO SOBRINHO, Patrícia. Fundamentos da Psicopedagogia. Editora: Cengage Learning, 2016.
MASINI, Elcie F. Salzano (Org.). Psicopedagogia na escola: buscando condições para a aprendizagem significativa. São Paulo: Loyola.
NARDI, Antonio Egidio; QUEVEDO, João; SILVA Antônio Geraldo da. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: teoria e clínica. Editora: Artmed, 2015.
PICAGLIE, Gladys Batista; OLIVEIRA, Antonella Carvalho de. Conhecimentos e saberes da psicopedagogia clínica e institucional. Atena Editora, 2019.
RIESGO, Rudimar Dos Santos. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Artmed Editora, 2016.
ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto e BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: Abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2018.

ROZEK,Marlene. DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein Domingues (org.). As dificuldades de aprendizagem e os processos de escolarização. EDIPUCRS, 2017.
SAMPAIO, Simaia. Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico. Ed. 07. Wak Editora, 2020.
SOARES, Magda. Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. Editora Contexto, 2020.
WEISS, Maria Lucia Lemme. A intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar. Editora Wak, 2015.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Parte 1: Fundamentos da educação. Teorias pedagógicas: tradicional, tecnicista, progressista, construtivista e sociointeracionista. Pensadores da Educação. Processo de Construção: a aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento. Problemas, dificuldades e distúrbios da aprendizagem. Construtivismo. Didática. O papel do professor. A prática educativa. Respeito, autoridade e autonomia. Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. O trabalho com diferentes tipos de textos. Formas de organização dos conteúdos. Projetos. Currículo, planejamento e avaliação. A função social do Ensino. As relações interativas em sala de aula. Educação Inclusiva. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Relação escola/família/comunidade. Bullying. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica. Temas transversais.

Sugestão Bibliográfica:

- AQUINO, Júlio Groppa. Autoridade e autonomia na escola alternativas teóricas e práticas. Summus editorial.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Capacidades linguísticas da alfabetização e a avaliação - MEC.
- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- CARVALHO, João Bosco Pitombeira F. de. (coord.). Matemática: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 17).
- COLL César, MARTIM Helena, MAURI Teresa, MIRAS Mariana, ONRUBIA Javier, SOLLE Isabel, ZABALA Antoni. Construtivismo na sala de aula. Editora: Ática.
- FAZENDA, Ivani. Didática e Interdisciplinaridade. Editora: Papiros.
- FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed,2008
- JOLIBERT, Josette. Formando crianças leitoras. Editora: Artmed.
- JOLIBERT, Josette. Formando crianças produtoras de textos. Editora: Artmed.
- LATAILLE, Yves. DANTAS,Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. ed., SãoPaulo: Summus, 1992.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- LEITE, Vania Aparecida Marques. Dimensões Da Não-aprendizagem. IESDE Brasil, 2012.
- LIMA, Elvira Souza. Neurociência e Aprendizagem - Editora: INTERALIA.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar, 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:
UFMG/FAE/CEALE, 2009.(PUBLICAÇÃO MEC)- ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.
- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NOGUEIRA, Eliete Jussara. Construtivismo.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por varios autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.
- PEREIRA, Hieda Lucia Lima. Hannas, Maria Lucia. Pedagogia na prática. Editora: Gente.
- PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SMOLE, K. S. e DINIZ, M. I. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- VIGOTSKI,L. S./Leontiev,Alexis / Luria,A. R. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem - 14ª Ed. Ícone, 2016.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Editora: Artmed.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php? Option=com_content&view=article&id=12579: educacao-infantil&Itemid=1152.Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.
- Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.: il.- Publicação do MEC
- VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
- Livro - Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - DISPONÍVEL EM: https://issuu.com/fmcsv/docs/do_desenvolvimento_da_primeira_inf_ncia_ao_desenvo
- Livro - Desenvolvimento da Primeira Infância – da Avaliação à Ação – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - Disponível em: https://issuu.com/fmcsv/docs/livro_mary_young2
- RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Revista Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan. /Abr. 2010. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducacao/article/view/1605/900
- Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012 - Publicação do MEC
- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. – Publicação do MEC
- Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p: il. – Publicação do MEC

Parte 2:

- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.

- PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
- Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
- Parecer CNE/CEB n.º 17/ 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf
http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf
- ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS – Publicação do MEC.
PARTE 3: Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Temas transversais. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica.
Sugestão Bibliográfica:
- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:
UFMG/FAE/CEALE, 2009.(PUBLICAÇÃO MEC)- ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.
- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por vários autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Partes 1: Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação. A História da Educação no Brasil. Pensadores e teorias da educação. Desenvolvimento e aprendizagem. Dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem. Didática e Prática Educativa. Relação aluno/professor/escola/comunidade. Educação inclusiva. Avaliação. O trabalho com projetos. Planejamento. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Contemporaneidade e educação. Diversidade e Pluralidade cultural. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. As diferentes expressões da violência no espaço escolar.
Sugestão Bibliográfica:
1. CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. 36. ed. — Petrópolis: Vozes, 2014.
2. CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.161 p.802- 820 jul./set. 2016. Disponível em: < http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3455/pdf >. Acesso em: 24 jun. 2019.
3. CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.
4. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
5. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar, 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
6. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
7. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
8. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.: il.- Publicação do MEC
9. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução e Estrutura. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br
Partes 2:
1. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
2. PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
3. Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
4. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
- Lei 13.146, de 06/07/2015 – Federal.
-Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012
Partes 3:
Anatomia e fisiologia humana - Aspectos gerais do corpo humano. Desenvolvimento Motor (fases do desenvolvimento desde o nascimento até a adolescência); Corporeidade e Motricidade. Concepções filosóficas, históricas, sociocultural, biológica e psicológica da Educação Física. História da Educação Física. O ensino e aprendizagem de Educação Física. Cultura corporal do movimento. Qualidade de vida, lazer e recreação. Atividade Motora Adaptada. Fisiologia do exercício. Terminologia dos movimentos Corporais. Esporte, dança, ginástica, jogos. Atividades rítmicas e expressivas. Procedimentos metodológicos e avaliação. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. A Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades. Perspectivas educacionais através do lúdico. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola.
Bibliografia sugerida:
• FREIRE, J.B., Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1997.
• GALLAHUE, D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2004.
• NEIRA, M. G., Educação Física: desenvolvendo competências. São Paulo; Phorte Editora, 2003.
• NEIRA M. G. Ensino de educação física. São Paulo: Thomson Learning, 2007- (Coleção ideias em ação/ coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).
• SOARES, C. L. et al., Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
• ZABALA, A. (org). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. introdução e cap. 5, Porto Alegre: Editora Art Méd. , 1999.
• PICOLLO, V. L. N. (org),Pedagogia dos Esportes. Campinas, S.P: Papirus, 1999.
• BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001
• CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil - a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1991.

CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e educacão física. Campinas. Autores Associados, 1998.
DARIDO, Suraya Cristina et all. Educação física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
FREIRE, João B. e SCAGLIA. Educação como Prática Corporal. Scipione. 2010.
SANTIN, S. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 1987.
TANI, G. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1998.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Parte 1: Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento e Aprendizagem. Educação e Novas Tecnologias. Planejamento e Proposta Pedagógica. Didática. Métodos de Ensino. Pedagogia de Projetos. Relação escola/comunidade. Integração/Inclusão. Relações sociais da escola. Teorias da aprendizagem. A prática educativa. A função social do Ensino e a concepção sobre processos de Aprendizagem. As relações interativas na sala de aula. A avaliação. O papel do professor. Referências essenciais à convivência democrática na escola. Temas transversais. Interdisciplinaridade. Currículo e Desenvolvimento Humano. Educandos e Educadores: Seus Direitos e o Currículo. Currículo, Conhecimento e Cultura. Diversidade e Currículo. Currículo e Avaliação. Gestão Democrática. Orientação Sexual na Escola. Ensino e Aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Educação Ambiental. Conceitos e Princípios da Educação Inclusiva. Fundamentos sócio-históricos e Políticos da Educação.
Sugestão Bibliográfica:

- ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma escola Reflexiva. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- AQUINO, Júlio Groppa. Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna. 2003.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva - com os pingos nos is. 6ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2008.
- COLL, César e outros. O construtivismo na sala de aula. 6ª ed. São Paulo: Ática. 2006.
- COLL, César; MARTÍN, Elena [et al.]. Aprender conteúdos e desenvolver capacidades. Porto Alegre: ArtMed. 2004.
- CORTELLA, Mário Sérgio. A Escola e o Conhecimento. 12ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- DELORS, Jacques. Educação: Um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10ª ed. São Paulo: Cortez. 2006.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da Escola: princípios e propostas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- GHANEM, Elie. Democracia: uma grande escola. Alternativa de apoio à democratização da gestão e à melhoria da educação pública. Guia para equipe técnicas. São Paulo: Ação educativa/UNICEF/Fundação Ford, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora - Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2008.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 19ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Memnon. 2002.
- MATUI, Jiron. Construtivismo - Teoria Construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna. 1995.
- MELLO, Guiomar Namo de. Cidadania e Competitividade - desafios educacionais para o 3º milênio. 10ª ed. São Paulo: Cortez. 2005.
- PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no ofício de professor: Profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: ArtMed. 2002.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed. 1999.
- PERRENOUD, Phillippe. A escola de A a Z: 26 maneiras de repensar a educação. Porto Alegre: ArtMed. 2005.
- RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. Questões da nossa época Vol. 16. 18ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- SACRISTAN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed. 2000.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade. Porto Alegre: ArtMed. 1998.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança - por uma práxis transformadora. 5ª ed.(revista e ampliada). São Paulo: Libertad, 2003.
- ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como Ensinar. Porto Alegre: ArtMed. 1998.
- MEC - Brasília. Parâmetros Curriculares Nacionais, Vol. 1 e Vol. 10 (10.1,10.2,10.3,10.4,10.5)
- MEC - Brasília 2008 - Indagações sobre o currículo

Parte 2:

- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
- PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
- Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS – Publicação do MEC.

PARTE 3:

Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Temas transversais. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica.
Sugestão Bibliográfica:

- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:
UFMG/FAE/CEALE, 2009. (PUBLICAÇÃO MEC) - ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.
- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por vários autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.

PARA O CARGO DE SUPERVISOR ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

PARTE 1: Fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociológicos da educação. Função social da escola. Políticas educacionais, estrutura e funcionamento da educação básica. Gestão participativa e democrática. Interação com a família e a comunidade. Currículo. Projeto político pedagógico. As relações de poder no espaço escolar. Educação Inclusiva. Diversidade. Metodologia Ativa. A tecnologia no campo educativo. Principais desafios da atualidade. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. A história da supervisão educacional no Brasil. Supervisão Escolar: conceito, fundamentos e princípios. Tendências pedagógicas. A supervisão e o corpo docente. Relações Humanas na Supervisão Escolar. Práticas pedagógicas do supervisor escolar. A supervisão escolar no contexto sócio-político educacional brasileiro. O Supervisor e a construção do Projeto pedagógico. Planejamento, acompanhamento e desenvolvimento institucional. Avaliações externas e institucionais.

Sugestão Bibliográfica:

ALARCÃO, Isabel; TAVARES, José. Supervisão da Prática Pedagógica - Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem. 2ª edição. Almedina, 2013.
ALARCÃO, Isabel. Contributos da supervisão pedagógica para a construção reflexiva do conhecimento profissional dos professores. In:*Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva*, 2a ed. São Paulo: Cortez, 2003.
ALVES, Nilda (Coord.). Educação e supervisão: O trabalho coletivo na escola. 13ª ed – Editora Cortez, 2017.
BARRO, André Gama; SILVA JUNIOR, Washington Luiz Pedrosa da. As intervenções do supervisor escolar: os desafios diários nas escolas diante da pandemia do coronavírus. *In*: OLIVEIRA, Diogo Lopes de; TAVARES, Leonardo Pereira (org.). **Educação e comunicação [livro eletrônico]: vivências e saberes.** Volume II. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. p. 478-486.
CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução e Estrutura.
FERREIRA, Naura Syria Carapeto(Org). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação a ação. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização – 10ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.
LUCK, Heloisa. Ação integrada: administração supervisão e orientação educacional. 29ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
LUCK, Heloisa. Avaliação e Monitoramento do Trabalho Educacional. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- MAIA, Graziela Zambão Abdian (Org). MACHADO, Lourdes Marcelino (Coord.). Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio.
MANTOAN, Mª Teresa Egler. Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed. São Paulo: Summus, 2015.
MOTA, Rosália Monteiro. Escola e Redes Sociais: Conexões, Conflitos e Sociabilidades. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.
OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon de; SILVA, Itamar Mendes da; LIMA, Marcelo. (Organizadores). Política educacional e gestão na escola básica: perspectivas. 2ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional. Curitiba: IESDE 2012.
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Editora Ática, 2003.
RANGEL, Mary (Org.). Nove olhares sobre a supervisão. 12 ed. São Paulo: Papirus, 2006.
RANGEL, Mary (org.) Supervisão e gestão na escola – princípios e práticas de mediação. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2013.
SANTOS, Alessandra Ramalho. Educação brasileira no século XXI. Editora Senac São Paulo, 2019.
SANTOS, Francílio de Amorim dos; SCHÜTZ, Jenerton Arlan (Orgs.). Educação escolar: diálogos e aplicações. São Carlos: Pedro & João Editores.
SANTOS, Marcos Pereira dos (org.). Tecnologias digitais na educação presencial, híbrida e a distância abordagens teórico-práticas. AYA Editora, 2021.
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. – 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
SILVA, Edson Vieira da; Camargos Júnior, Artur Pires de. Educação em Múltiplos Olhares: Temas do Cotidiano. - 1ª ed. - Curitiba: Editora Appris, 2020.
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 13.ed., Petrópolis: Vozes, 2012.
_____. Corrêa da. Supervisão educacional: uma reflexão crítica. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. SILVA JUNIOR, Celestino Alves;
_____. Ministério da Educação. [Fernandes, Cláudia de Oliveira]. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.
_____. Ministério da Educação. [Nilma Lino Gomes]. Indagações sobre currículo: currículo e diversidade. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

Parte 2:

Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Artigos 5º, 37 a 41, 205 a 214, 227 a 229.
Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.
Decreto nº 7.611/11 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.
Decreto nº 9.765/2019 - Institui a Política Nacional de Alfabetização.

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E/OU
SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL
Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ( ) SIM ( ) NÃO

Se sim, especifique a deficiência: _____

_____

Nº do CID: _____

Nome do médico que assina do Laudo: _____

Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ( ) SIM ( ) NÃO

( ) INTÉRPRETE DE LIBRAS
( ) LACTANTE (BEBÊS ATÉ 6 MESES) – INDICAÇÃO DO ACOMPANHANTE (MAIOR DE 18 ANOS)
( ) LEDOR
( ) MESA PARA CADEIRANTE
( ) PROVA E FOLHA DE RESPOSTA COM FONTE AMPLIADA (TAMANHO 24)
( ) PROVA EM BRAILE
( ) SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA E/OU ELEVADOR)
( ) SALA SEPARADA (TDAH, TEA, USO DE APARELHO DE GLICEMIA, ETC.)
( ) SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE
( ) TEMPO ADICIONAL PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA (ATÉ 60 MINUTOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE)
( ) TRANSCRITOR
( ) USO DE APARELHO AUDITIVO OU PRÓTESE (QUANDO AUTORIZADO E DECLARADO PREVIAMENTE)
( ) OUTRA. QUAL?_____

ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhadas, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, conforme disposto no Capítulo 5 deste Edital.

O candidato que solicitar condição especial NÃO será automaticamente considerado inscrito como PCD (pessoa com deficiência). Para usufruir dos direitos previstos, é necessário que se inscreva como PCD (pessoa com deficiência), conforme disposto no Capítulo 5, item 5.9. deste edital.

O não envio dos documentos comprobatórios acarretará o indeferimento das solicitações pleiteadas.

São Pedro da União/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CPF:			
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	

Assinale a condição para solicitação da isenção da taxa de inscrição:

( ) 4.1.1. Candidatos que comprove estar DESEMPREGADO conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital.

( ) 4.1.2. Candidatos que comprove ser DOADOR REGULAR DE SANGUE conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital.

( ) 4.1.3. Candidatos que comprove ter sido MEMBRO DE MESA RECEPTORA DE VOTOS EM SEÇÃO ELEITORAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital.

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, venho por meio desta, requerer isenção da taxa de inscrição amparado(a) pela legislação municipal de Município de São Pedro da União/MG.

Declaro, sob as penas da Lei, e, para os devidos fins, que me enquadro nas **NORMAS PARA OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DA TAXA (Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999)** pela legislação do Município de São Pedro da União/MG e que as informações apresentadas por mim são verdadeiras e que estou ciente de que se for constatado omissão de informações e (ou) apresentação de informações inverídicas e (ou) falsificação e (ou) fraude da documentação por mim apresentada, será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição, bem como estarei sujeito às penalidades da Lei.

Declaro, ainda, que se deferida a minha solicitação de isenção da taxa de inscrição no Concurso Público para a opção indicada acima, estou ciente de que a mesma representa a formalização da minha inscrição.

Firmo, por meio da presente, minha aceitação e tácita ciência das normas e condições estabelecidas no Edital, sobre as quais não poderei alegar desconhecimento.

São Pedro da União/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO DE NOME SOCIAL
Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	

Eu,_ _____ , (Nome civil do(a) interessado(a)) portador(a) de Cédula de Identidade nº____ e CPF nº _____, inscrito(a) no Concurso Público nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG para o cargo de _____, solicito a inclusão e uso do meu Nome Social _____ (Indicação do nome social) , nos registros relativos aos serviços prestados por esse órgão/entidade.

ATENÇÃO: Este Formulário e a cópia do respectivo documentos comprobatório deve ser encaminhados, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, conforme disposto no Capítulo 3 deste Edital.
O não envio dos documentos comprobatórios acarretará o indeferimento das solicitações pleiteadas.

São Pedro da União/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:B0D88115

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL DE ABERTURA

O **Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG,** por meio da empresa **Instituto Aplicativa**, retifica o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2026, conforme segue:

Leia-se como se segue e não como constou:
O **Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, TORNA PÚBLICO que fará realizar, por meio da empresa **Instituto Aplicativa**, sob supervisão da Comissão Organizadora nomeada por meio da **Portaria nº 016/2026 de 07 de agosto de 2026**, em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, da Lei Complementar Municipal nº 1.284, de 27 de março de 2024, Lei Complementar Municipal nº1.317, de 26 de fevereiro de 2025, Lei Complementar Municipal nº 1.372, de 30 de julho de 2026, e as demais Leis Municipais em vigor, destinado aos cargos descritos na Tabela I, especificada no Capítulo 1 deste Edital, mediante as condições estabelecidas no Regulamento do Concurso Público a seguir, que passam a fazer parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos de direito.

NA TABELA I – CARGOS, VAGAS, SALÁRIO INICIAL, REFERÊNCIA, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

Leia-se como se segue e não como constou:

Tratorista	01	-	R$ 1.961,66	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter Carteira Nacional de Habilitação de motorista profissional categoria D ou E.	**R$ 40,00**

NO CAPÍTULO 3. DAS INSCRIÇÕES

Leia-se como se segue e não como constou:
3.12. A partir do dia de **04 de janeiro de 2027**, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foram recebidos pelo **Instituto Aplicativa**, ou seja, se a inscrição está confirmada.

NO CAPÍTULO 4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Leia-se como se segue e não como constou:
4.11. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no item 3.5 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

NO CAPÍTULO 5. DA INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

Leia-se como se segue e não como constou:

5.1.1. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da constituição Federal e pela Lei nº 7.853/1989 é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2014, pelo 377/2009 do STJ e Lei Estadual nº 14.481/11.

NO CAPÍTULO 6. DAS PROVAS

Leia-se como se segue e não como constou:

Ensino Superior			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
ASSISTENTE SOCIAL **CIRURGIÃO DENTISTA** **CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF** **CONTADOR** **ENGENHEIRO CIVIL** **FISIOTERAPEUTA** **FONOAUDIÓLOGO** **MEDICO DO PSF** **NUTRICIONISTA** **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA** **PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)** **PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO** **PSICÓLOGO** **PSICOPEDAGOGO** **SUPERVISOR ESCOLAR**	Objetiva + Títulos	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 Informática	25 Conhecimentos Específicos

NO CAPÍTULO 7. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

Leia-se como se segue e não como constou:

PERÍODO DE APLICAÇÃO DE PROVAS	**CARGOS**
A	**AJUDANTE GERAL** **ASSISTENTE SOCIAL** **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO** **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** **CONTADOR** **COZINHEIRO ESCOLAR** **ENGENHEIRO CIVIL** **FISIOTERAPEUTA** **FONOAUDIÓLOGO** **MEDICO DO PSF** **MONITOR ESCOLAR** **MOTORISTA** **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA** **PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)** **PSICÓLOGO** **TRATORISTA**
B	**AUXILIAR ADMINISTRATIVO** **CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF** **CIRURGIÃO DENTISTA** **COVEIRO** **FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** **FISCAL DE TRIBUTOS** **NUTRICIONISTA** **OPERADOR DE MAQUINAS** **PEDREIRO** **PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO** **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR** **PSICOPEDAGOGO** **SUPERVISOR ESCOLAR** **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Leia-se como se segue e não como constou:
7.15.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.6, alínea “c”, deste Capítulo;

7.25. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala e, nesse caso, não poderá levar consigo qualquer tipo de bolsa, estojo ou qualquer objeto constante no item 7.15.6 deste capítulo, sob pena de exclusão do Concurso.

NO CAPÍTULO 10. DA PROVA PRÁTICA

Leia-se como se segue e não como constou:
10.3.2. Os candidatos aprovados na prova objetiva que NÃO forem convocados para a prova prática, serão automaticamente eliminados do Concurso Público.

10.4. Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência e aprovados na prova objetiva serão convocados para a prova prática, nos termos do item 10.6 deste Edital.

10.6. As provas práticas têm por finalidade aferir, de forma objetiva e transparente, a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências do cargo e ao desempenho eficiente das atividades. Essa etapa é especialmente relevante para os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, pois possibilita verificar, na prática, a compatibilidade entre suas habilidades e as atribuições do cargo, garantindo igualdade de condições na avaliação.

NO CAPÍTULO 13. DA NOMEAÇÃO

Leia-se como se segue e não como constou:
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos ou com invalidez comprovada;

NO ANEXO I – ATRIBUIÇÕES

Leia-se como se segue e não como constou:

AJUDANTE GERAL

Executar a limpeza de ruas, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos;
Executar atividades de capinação e retirada de mato; transportar material de um local para outro, inclusive, carregando e descarregando veículos;
Executar serviços de jardinagem, podas de árvores, cultivo de hortas, viveiros de mudas, limpeza de pátios e outros;
Preparar, adubar e semear o solo, executando trabalhos manuais para a cultura e plantação de flores, arvores, arbustos, hortaliças, legumes e frutos;
Aparar grama, limpar e conservar os jardins;
Aplicar inseticidas por pulverização ou por outro processo, para evitar ou erradicar pragas e moléstias;
Executar tarefas manuais e rotineiras que exigem esforço físico;
Realizar todos os tipos de movimentação de móveis, equipamentos e outros elementos;
Efetuar a limpeza de galerias e boca de lobo;
Executar serviços de limpeza e/ou manutenção em geral em repartições municipais, providenciando produtos e materiais necessários para manter as condições de conservação e higiene;
Verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com o seu trabalho, comunicando o superior quando da necessidade de reposição;
Executar as atividades em conformidade com o planejamento definido pelo setor competente;
Realizar trabalhos de limpeza em geral para manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho;
Exercer funções de conservação e manutenção dos prédios assegurando o asseio, o cumprimento do regulamento e a segurança;
Limpar diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas;
Limpar as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas e pisos de todas as dependências do prédio administrativo, utilizando água e produtos apropriados;
Preparar e servir o lanche e/ou cafezinho, quando necessário;
Retirar o lixo das lixeiras e o colocar em local apropriado para recolhimento;
Limpar lixeiros e demais objetos das salas, corredores e banheiros;
Lavar e secar os vidros das portas e janelas;
Verificar ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
Reunir e amontoar poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo chão, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;
Efetuar a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município;
Auxiliar na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado;
Zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
Receber orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
Executar abertura de valas em geral, auxiliar no serviço de preparação de ruas, para a execução dos serviços, compactando o solo, esparramando terra, pedra, fazer limpeza das caixas de boca de lobo, valetas, córregos, galerias pluviais, caixas de passagem, tanque de contenção, etc.;
Auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais para estruturar a parte geral das instalações;
Auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação.

ASSISTENTE SOCIAL

Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras) orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis.
Realizar estudos, pesquisas, levantamentos e diagnósticos nas áreas de concursos, recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, cargos e salários, benefícios e rotinas trabalhistas;
Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas;
Assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.
Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público alvo, objetivos, metas e metodologia;
Formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.
Pesquisar a realidade social: Realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados;
Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc);
Monitorar as ações em desenvolvimento, acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.
Articular recursos disponíveis, identificar equipamentos sociais disponíveis;
Identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições;
Coordenar equipes e atividades, projetos e grupos de trabalho;
Realizar outras atividades correlatas inerentes ao cargo.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Atividades inerentes a rotina administrativa. Desenvolver serviços de apoio administrativo, conforme a área de atuação, visando o atendimento das rotinas e sistemas estabelecidos, bem como auxiliar no planejamento, organização e análise das atividades administrativas em geral.
Datilografar ou digitar cartas, memorandos, relatórios e demais correspondências da unidade, atendendo às exigências de padrões estéticos, baseando-se nas minutas fornecidas para atender as rotinas administrativas;

Recepcionar pessoas que procuram a unidade, inteirando-se dos assuntos a serem tratados, objetivando prestar-lhes as informações desejadas;
Organizar e manter atualizado o arquivo de documentos da unidade, classificando-os por assunto, em ordem alfabética, visando a agilização de informações;
Efetuar controles complexos, envolvendo interpretação e comparação de dois ou mais dados, conferência de cálculos ou outros tipos similares de controle, para cumprimento das necessidades administrativas;
Efetuar cálculos utilizando fórmulas e envolvendo dados comparativos: cálculos de juros de mora, correção monetária e outros;
Atender e efetuar ligações telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina ou prestando informações relativas aos serviços executados;
Efetuar lançamentos em livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos, a fim de atender às necessidades do setor, sob orientação;
Controlar, manusear, e atualizar arquivos e sistemas administrativos;
Elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros, manuais de serviços, boletins, formulários e relatórios em geral, nas áreas administrativas de pessoal, material, orçamento, organização e métodos e outras áreas da instituição;
Operar e conservar equipamentos de reprodução xerográfica, de fac-símile e microcomputadores;
Controlar o recebimento e expedição de correspondência, registrando-a em livro próprio, com a finalidade de encaminhá-la ou despachá-la para pessoas interessadas;
Redigir memorandos, circulares, relatórios, ofícios simples, observando os padrões estabelecidos para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação administrativa;
Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
Planejam o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.
Sob a supervisão do cirurgião-dentista, compete organizar e executar atividades de higiene bucal. Processar filme radiográfico;
Preparar o paciente para o atendimento;
Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;
Manipular materiais de uso odontológico selecionar moldeiras;
Preparar modelos em gesso Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
Executar limpeza, assepsia, desinfeção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal;
Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executam serviços de rotina administrativa de pequena complexidade, bem como limpeza e conservação. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Digitar serviços rotineiros, utilizando impressos padronizados e/ou digitar correspondência interna e externa, relatórios, memorandos, etc., com redação própria;
Atender o expediente, efetuando abertura recebimento, registro, distribuição, correspondência interna e externa e respectivos protocolos;
Efetuar controles simples de arquivos e arquivamento, elaborar índices simples e remissivos;
Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais;
Comunicar qualquer irregularidade verificada;
Efetuar pequenos reparos e consertos;
Ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho;
Zelar e efetuar tarefas auxiliares;
Operar máquinas de pequeno porte;
Limpar estátuas e monumentos;
Zelar pelo funcionamento e a limpeza dos equipamentos utilizados ou em uso;
Carregar e descarregar veículos em geral;
Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros;
Fazer mudanças;
Varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos das vias públicas e próprios municipais;
Zelar pela conservação e manutenção de sanitários públicos;
Auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais;
Arrumar banheiros e toaletes;
Lavar e encerar assoalhos;
Coletar lixo dos depósitos;
Lavar vidros, espelhos, persianas;
Varrer pátios;
Fazer café e similares e servir;
Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
Executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios;
Fazer o serviço de limpeza geral;
Dispor quanto à limpeza da louça, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato;
Limpar as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas e pisos de todas as dependências do prédio administrativo, utilizando água e produtos apropriados;
Realizar todos os tipos de movimentação de móveis, equipamentos e outros elementos
Executar tarefas afins; outras atribuições correlatas que lhe forem determinadas pelos superiores.

CIRURGIÃO DENTISTA
Os dentistas atendem e orientam pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais com crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade.
Realizar exames gerais, diagnósticos e tratamentos odontológicos, bem como extrações e pequenas cirurgias;
Utilizar técnicas para recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na programação do serviço;
Orientar a população da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assuntos de Odontologia Preventiva e Sanitária;
Executar atividades individualmente ou em equipe, técnicas ou científica na área da Saúde Pública correspondentes à sua especialidade, observada a respectiva regulamentação profissional e as normas de segurança e higiene do trabalho;
Executar atividade de vigilância à Saúde e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância epidemiológica e sanitária;
Participar do planejamento, elaboração e execução de programa de treinamento em serviços e de capacitação de recursos humanos;
Participar e realizar reuniões e práticas educativas junto à comunidade. Integrar equipe multiprofissional, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF
Os dentistas atendem e orientam pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais com crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade.
Realizar exames gerais, diagnósticos e tratamentos odontológicos, bem como extrações e pequenas cirurgias;
Utilizar técnicas para recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na programação do serviço;
Orientar a população da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assuntos de Odontologia Preventiva e Sanitária;
Executar atividades individualmente ou em equipe, técnicas ou científica na área da Saúde Pública correspondentes à sua especialidade, observada a respectiva regulamentação profissional e as normas de segurança e higiene do trabalho;
Executar atividade de vigilância à Saúde e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância epidemiológica e sanitária;
Participar do planejamento, elaboração e execução de programa de treinamento em serviços e de capacitação de recursos humanos;
Participar e realizar reuniões e práticas educativas junto à comunidade. Integrar equipe multiprofissional, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

COVEIRO
Executar serviços de inumações e exumações nos cemitérios. Cavar covas rasas e sepulturas com o uso de ferramentas adequadas. Localizar nas plantas do cemitério a localização de sepulturas, jazigos, covas e sepulturas. Efetuar a marcação de sepulturas a serem cavadas. Ajudar na execução de sepultamentos carregando e colocando o caixão na sepultura. Fechar as sepulturas cobrindo-as com terra ou fixando-lhe uma laje. Zelar pela conservação dos jazigos e covas rasas. Limpar e carregar lixos existentes nos cemitérios. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Efetuar demolições de túmulos fora do padrão, capelas ou mausoléus e demais obras de interesse da administração, bem como perfuração de valas para padronização de sepulturas;
Lacrar as gavetas com tampas de concreto ou tijolos (jazigos), rejuntando e/ou rebocando com argamassa;
Observar a ficha de controle de sepultamento, em tempo hábil para promover abertura de carneiros e preparação de argamassa, conferindo o cadastro e obedecendo a sua sequência;
Manter obrigatoriamente, o número mínimo exigido pelo superior, de valas abertas nas quadras de sepultamentos em covas rasas adulto e infantis;
Efetuar a marcação e cavação de sepulturas e covas rasas, usando ferramentas como pá, enxada e outros;
Carregar e colocar o caixão na sepultura, portando-se condignamente e com respeito à família;
Efetuar exumações de restos mortais para translado internos (jazigos, carneiros, caixas ossuários e ossuários coletivos) ou para outros cemitérios;
Verificar, por ocasião do sepultamento, a existência de corpo dentro da urna mortuária;
Manter a administração informada sobre a disponibilidade de sepulturas nas quadras novas, comunicando imediatamente em caso de iminente falta;
Manter o almoxarifado com estoque regular e em ordem e zelar pelas ferramentas à sua disposição;
Comunicar imediatamente à administração, quaisquer irregularidades constatada no interior do cemitério;
Executar outras tarefas correlatas.

ENGENHEIRO CIVIL
Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.
Realizar tarefas inerentes ao estudo, avaliação e elaboração de projetos de engenharia, bem como coordenar e fiscalizar sua execução;
Elaborar, coordenar, reformular, acompanhar e/ou fiscalizar projetos, preparando plantas e especificações técnicas da obra, indicando o tipo e qualidade de materiais e equipamentos, indicando a mão-de-obra necessária e efetuando cálculos dos custos, para possibilitar a construção, reforma e/ou manutenção de obras edificadas;
Efetuar avaliação da capacidade técnica das empreiteiras, treinamento de subordinados, elaboração de projetos diversas da área;
Elaborar cronogramas físico-financeiros, diagramas e gráficos relacionados à programação da execução de planos de obras;
Promover levantamentos das características de terrenos onde serão executadas as obras;
Acompanhar, fiscalizar, vistoriar, controlar e efetuar medições de obras que estejam sob encargo do município;
Analisar processos e aprovar projetos de loteamentos quanto aos seus diversos aspectos técnicos;
Elaborar normas e acompanhar licitações, quando requisitado;
Participar de discussão e na elaboração das proposituras de legislação de edificações, urbanismo e plano diretor;
Orientar a compra, distribuição, manutenção e reparo de equipamentos utilizados em obras;
Supervisionar a compra de materiais e equipamentos, visando a otimização de custos, bem como verificar se o material recebido atende as especificações de qualidade;
Supervisionar a qualidade dos materiais empregados pelas empreiteiras em obras do município;
Emitir e/ou elaborar laudos técnicos, instruções normativas, manuais técnicos, relatórios, registros e cadastros, relativos às atividades de engenharia;
Efetuar avaliações de imóveis para fins de desapropriação. Elaborar projetos de sinalização relacionados à área da engenharia civil;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FISIOTERAPEUTA

Aplicam técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes. Atendem e avaliam as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuam na área de educação em saúde por meio de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolvem e implementam programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciam serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercem atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos.

Atuar no desenvolvimento de projetos terapêuticos em Unidades de Saúde;

Atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde;

Recepcionar e promover consultas, avaliações e reavaliações em pacientes, colhendo dados, solicitando, executando e interpretando exames propedêuticos e complementares que permitam elaborar diagnóstico cinético - funcional, para eleger e quantificar as intervenções e condutas fisioterapêuticas apropriadas, objetivando tratar as disfunções nos campos da fisioterapia em toda sua extensão e complexidade;

Estabelecer prognósticos, reavaliando condutas e decidindo pela alta fisioterapêutica em pacientes de ordem hospitalar, ambulatorial e domiciliar; desempenhar atividades de planejamento, organização e gestão de serviços de saúde públicos; estar apto a ser empreendedor, gestor, ou liderar equipes de saúde;

Assessorar e prestar serviços de consultoria e auditoria no âmbito de sua competência profissional;

Emitir laudos, pareceres, atestados e relatórios; prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas e orientar o paciente e seus familiares sobre o processo terapêutico;

Encaminhar o paciente, quando necessário, à outros profissionais, relacionando e estabelecendo um nível de cooperação com os demais membros da equipe de saúde;

Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento, incentivando o auto - cuidado e as práticas de educação em saúde;

Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas na instituição por estagiários e voluntários;

Atuar na comunidade através de ações intersetoriais;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FONOAUDIÓLOGO

Atendem pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Tratam de pacientes; efetuam avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientam pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolvem programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercem atividades administrativas, de ensino e pesquisa; administram recursos humanos, materiais e financeiros.

Atuar em equipes multifuncionais, no desenvolvimento de projetos terapêuticos em Unidades de Saúde, educacionais ou demais áreas. Abordar os distúrbios da comunicação, prevenindo, avaliando, diagnosticando e reabilitando alterações na audição, voz, fala, linguagem, motricidade oral e leitura escrita, oferecendo atendimento a todas as idades;

Realizar ações individuais e coletivas na assistência, vigilância e educação em saúde;

Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento, incentivando o auto - cuidado e as práticas de educação em saúde;

Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas na instituição por estagiários e voluntários. Atuar na comunidade através de ações intersetoriais;

Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico;

Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento;

Preparar informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e outros, bem como, orientações para pais e professores;

Elaborar programas de prevenção a nível de saúde auditiva;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

MEDICO DO PSF

Prestar assistência médico-cirúrgica e preventiva; diagnosticar e tratar das doenças do corpo humano, nos programas de saúde familiar ou em outros, que o Município desenvolver.

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, adulto e idoso;

Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS);

Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;

Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;

Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;

Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

Indicar internação hospitalar;

Solicitar exames complementares;

Verificar e atestar óbito;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

MOTORISTA

Dirigir e manobrar veículos oficiais, transportando pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Dirige veículos pesados como caminhões, ônibus ou carretas, manipulando os comandos de marcha e direção e conduzindo o veículo no trajeto indicado, segundo as regras de trânsito, para transportar cargas;

Dirigir automóvel, ambulância, furgão, camioneta, caminhão, ônibus ou veículo similar;

Transportar pessoas, materiais, máquinas e equipamentos, conduzindo-os aos locais determinados;

Dirigir com cautela e moderação;
Garantir a segurança das pessoas (pedestres e passageiros);
Executar serviços de entrega e de retirada de materiais, de documentos, de correspondências, de volumes e de encomendas, assinando ou solicitando o protocolo que comprova a execução dos serviços;
Controlar carga e descarga de materiais e máquinas;
Zelar pela conservação de materiais, de equipamentos, de móveis, de utensílios e de documentos transportados;
Atender a legislação, usando cinto de segurança e observando as demais normas de segurança inerentes à função;
Zelar pela manutenção e conservação do veículo;
Verificar o estado dos pneus, o do nível de lubrificantes, o do combustível e o da água;
Verificar e testar os sistemas de freio e o elétrico, para certificar-se das suas condições;
Comunicar as falhas do veículo para a chefia superior e solicitar os devidos reparos, vistoriar o veículo, certificando-se das condições de funcionamento;
Providenciar abastecimento de combustível, de água e de lubrificante para o veículo;
Manter o veículo limpo. Manter a documentação legal em seu poder durante a realização dos serviços e zelar pela mesma;
Vistoriar o veículo verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do Carter, testando freios e parte elétrica para certificar-se de suas condições de funcionamento;
Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à promoção estabelecida;
Dirige o caminhão, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e de sinalização, para conduzí-lo aos locais de carga e descarga;
Zelar pela documentação de carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes, para apresentá-la às autoridades competentes quando solicitada, nos postos de fiscalização;
Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;
Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem para possibilitar a manutenção e abastecimento do mesmo.
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

NUTRICIONISTA
Prestam assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejam, organizam, administram e avaliam unidades de alimentação e nutrição; efetuam controle higiênico-sanitário; participam de programas de educação nutricional; Atuam em conformidade ao manual de boas práticas.
Coordenar, planejar e orientar serviços ou programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e outros similares;
Analisar carências alimentares e o conveniente aproveitamento de recursos dietéticos
Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, assegurando a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares da população;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Analisar e interpretar, dentro de uma percepção crítica da realidade, os dados nutricionais da população atendida pelo Sistema Municipal de Saúde, cuidando de sua alimentação, nutrição clínica e social, alimentação institucional, buscando, com sua avaliação, a educação e atenção dietética necessárias a permitir a manutenção de bons índices de nutrição da população;
Demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;
Outras atividades afins.

OPERADOR DE MAQUINAS
Conduz máquinas de grande porte da construção civil e terraplanagem, (patrol, carregadeira, rolo, retro, poclain) conduzindo-as e operando seus comandos para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras públicas.
Operar máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares;
Operar máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários; Opera máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas;
Operar máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados nas construções nas estradas;
Operar máquinas para estender camadas de asfalto ou de betume;
Informar defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção;
Executar a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros;
Fazer a recuperação, conservação e readequação de estradas;
Retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade;
Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato em área Rural e Urbana.
Zelar pela conservação das máquinas lubrificando- as e completando os níveis de óleo, água e combustível;
Acompanhar e solicitar pequenos reparos na máquina, lubrificando órgãos móveis, ajustando peças e consertando ou substituindo partes defeituosas, para conserva-la em bom estado de funcionamento;
Realizar outras atividades correlatas inerentes ao cargo.

PEDREIRO
Executar trabalhos em alvenaria, concreto e outros materiais, instruindo-se por projetos, plantas, cortes etc, utilizando procedimentos pertinentes ao ofício, para utilização na construção civil.
Preparar argamassa, misturando cimento, areia e água, dosando as quantidades, de forma adequada, para o assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais similares;
Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;
Assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais, unindo-os com argamassa, de acordo com orientações recebidas para levantar paredes, pilares e outras partes da construção;
Revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentamento ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;
Aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;

Construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares;
Executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios, pavimentos, calçadas e estruturas semelhantes, reparar paredes e pisos, trocar telhas, aparelhos sanitários e similares;
Montar tubulações para instalações elétricas;
Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos de alvenaria;
Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado;
Manter-se em dia quanto às medidas de segurança par a execução dos trabalhos, utilizar, adequadamente, o equipamento protetor e usar as roupas que lhe forem determinadas pelos supervisores e chefes imediatos, a fim de garantir a própria proteção e daqueles com quem trabalha;
Zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos, comunicando, ao chefe imediato, qualquer irregularidade ou avaria que não possa ser reparada nas oficinas do Município, a fim de que seja providenciado o conserto, em tempo hábil, para não prejudicar os trabalhos;
Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
Requisitar o material necessário à execução das atribuições típicas da classe; Executar outras tarefas afins.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
Descrição sintética: compete elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de Atendimento Especial Especializado dos alunos, e desenvolver outras atividades correlatas. Atribuições típicas: elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de AEE do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas do aluno; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos; • programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola; produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo; estabelecer a articulação com os professores regentes e especializados e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com áreas intersetoriais; orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade tilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e
participação; desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores; eliminar, em colaboração com o regente, as barreiras que podem obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; atuar na escola como multiplicador do conhecimento acerca de metodologias de ensino da Educação Especial, tecnologias assistivas e comunicação alternativa; zelar pela aprendizagem dos estudantes públicos da educação especial, acompanhando e avaliando sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino aprendizagem; participar de reuniões pedagógicas e capacitações na área de educação promovidas pelo Departamento de Educação, sempre que convocados e de atividades complementares ao processo da sua formação profissional; trabalhar diretamente com o estudante no contraturno; articular com setores e profissionais externos à escola, como a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social dentre outros; atuar juntamente com o professor regente e o profissional de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI); registrar todas as adaptações realizadas para o estudante; participar do conselho de classe; cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência de aluno(s) com deficiência; participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola; realizar avaliações periódicas dos alunos para planejamento do atendimento; outras atividades correlatas.

PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Presta assistência na Saúde Mental, bem como atende e orienta a área Educacional, Organizacional e Assistencial, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, para possibilitar a orientação, diagnostico clinico, implementação de programas e projetos; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.
Planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de assistência em Saúde Mental, intervindo terapeuticamente com técnicas específicas individuais e/ou grupais, dentro de uma equipe multidisciplinar, nos níveis preventivos, curativos, de reabilitação e de reinserção social, de acordo com as necessidades e conforme o grau de complexidade do equipamento em que se inserem;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos indivíduos, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação, diagnosticam distúrbios emocionais e mentais e a adaptação social, elucidando conflitos e questões; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.
Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;
Aprofundar o conhecimento das características individuais, situações e problemas;
Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados;
Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas;
Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura, tanto psíquica como física em atendimento individual ou grupal;
Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc;
Realizar e coordenar atividades educativas e grupos de adesão com clientes e familiares, especialmente em casos de doenças crônicas;
Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas;
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

Participar de programa de treinamento, quando convocado;
Atua na realização de objetivos políticos ou comunitários na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social ou técnico, visando o auxílio em situações planejadas, ou resolução de possíveis conflitos;
Demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;
Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Outras atividades afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenham atividades técnicas de enfermagem em hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos.
As atribuições afetas e esta classe consistem em atividades e ações e nível médio técnico e auxiliar atribuídos a equipe de enfermagem.
Planejamento, preparação, orientação e supervisão das atividades e ações de assistência de enfermagem;
Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
Na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e em programas de vigilância epidemiológica;
Na prevenção no controle sistemático da infecção hospitalar;
Nas atividades de orientação do pessoal de nível auxiliar das instituições de saúde;
Executar outras ações da assistência de enfermagem, excetuados os privativos de enfermeiro;
E demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico.
Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;
Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
Execução de tarefas afins correlatas ao exercício da função.

TRATORISTA
Operar máquinas rodoviárias agrícolas e equipamentos rodoviários.
Executar tarefas de operação de tratores e reboques, montados sobre rodas, para carregamento e descarregamento de materiais;
Executar roçagem de terrenos e limpeza de vias públicas, praças e jardins;
Conduzir tratores providos ou não de implementos diversos, como lâmina e máquinas varredoras ou pavimentadoras, dirigindo-as e operando o mecanismo da tração ou impulsão, para movimentar cargas e executar operações de limpeza ou similares;
Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações, colocando em prática as medidas de segurança recomendadas, para operação e estacionamento da máquina;
Efetuar a limpeza e lubrificação das máquinas e seus implementos, para assegurar seu bom funcionamento.
Efetuar o abastecimento dos equipamentos com óleo diesel, observando o nível do óleo lubrificante e lubrificando as partes necessárias, utilizando graxa, para mantê-las em condições de uso.;
Registrar as operações realizadas, anotando em um diário ou em impressos, os tipos e os períodos de trabalho, para permitir o controle dos resultados;
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato em área Rural e Urbana.
Zelar pela conservação das máquinas, lubrificando-se e completando os níveis de óleo, água e combustível;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

NO ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Leia-se como se segue e não como constou:
PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Prontuário odontológico, ficha clínica, odontograma, registros de atendimento e sistemas informatizados odontológicos. Acolhimento, recepção, preparo e orientação do paciente. Organização, preparo e manutenção do ambiente odontológico. Instrumentais odontológicos: nomenclatura, identificação, características, finalidade, indicação e utilização; reconhecimento e organização dos principais instrumentos utilizados em procedimentos odontológicos. Materiais e insumos odontológicos: nomenclatura, características, finalidade, indicação, formas de apresentação, armazenamento, conservação, validade e cuidados no manuseio. Equipamentos odontológicos e seus componentes: identificação, finalidade, funcionamento básico, limpeza, conservação e cuidados de utilização. Preparo do consultório e montagem da mesa ou bandeja odontológica para atendimento: seleção dos instrumentais e materiais necessários conforme o procedimento, organização e disposição dos instrumentos, preparo dos materiais, conferência dos equipamentos e insumos, manutenção da organização e reposição durante o atendimento. Auxílio e instrumentação ao Cirurgião-Dentista durante os procedimentos odontológicos, incluindo preparo e entrega de instrumentais e materiais, aspiração, afastamento e demais formas de auxílio permitidas ao Auxiliar em Saúde Bucal, observados os limites legais de sua atuação. Noções de sequência dos principais procedimentos odontológicos e organização dos materiais necessários para o atendimento. Manipulação, preparo e acondicionamento de materiais odontológicos, conforme orientação e supervisão do Cirurgião-Dentista: materiais restauradores, cimentos odontológicos, materiais para moldagem, materiais para modelos, materiais provisórios, materiais utilizados em procedimentos preventivos e demais materiais de uso odontológico. Propriedades, finalidade, indicação, proporção, manipulação, tempo de trabalho, tempo de presa, armazenamento e cuidados no manuseio dos principais materiais odontológicos, respeitadas as orientações do fabricante e as atribuições legais do ASB. Processamento de artigos odontológicos: pré-limpeza, limpeza, lavagem, enxágue, secagem, inspeção, preparo, embalagem, identificação, esterilização, armazenamento e distribuição dos materiais esterilizados. Métodos de esterilização e desinfecção. Equipamentos utilizados no processamento de materiais, incluindo autoclave. Controle e monitoramento dos processos de esterilização. Indicadores físicos, químicos e biológicos. Organização e fluxo da área de processamento de materiais. Cuidados para evitar contaminação e manter a cadeia asséptica. Limpeza e desinfecção de superfícies, equipamentos, mobiliários e demais áreas do consultório odontológico. Biossegurança em odontologia: princípios, prevenção e controle de infecções, contaminação direta e indireta, infecção cruzada, higiene das mãos, equipamentos de proteção individual e coletiva, barreiras de proteção, manejo de materiais perfurocortantes, prevenção de acidentes com material biológico e condutas após exposição ocupacional. Doenças infectocontagiosas relacionadas ao atendimento odontológico e medidas de prevenção. Processamento de filmes radiográficos e noções de radiologia odontológica , incluindo cuidados no processamento, armazenamento e conservação dos materiais e imagens, quando aplicável. Seleção de moldeiras e confecção de modelos em

gesso. Organização, limpeza, conservação e armazenamento de instrumentais, materiais e equipamentos odontológicos. Controle e organização de estoque, conferência de materiais, controle de validade, armazenamento e reposição de insumos. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: segregação, acondicionamento, identificação, armazenamento, coleta, transporte e destinação, conforme legislação sanitária vigente. Segurança do trabalho em serviços odontológicos: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes; medidas de prevenção; equipamentos de proteção individual e coletiva; ergonomia e NR-32. Promoção da saúde bucal, educação em saúde, orientação sobre higiene bucal, prevenção das doenças bucais e participação em ações educativas e coletivas. Atendimento humanizado, ética profissional, comunicação com o paciente, sigilo profissional e trabalho em equipe. Noções de primeiros socorros e condutas iniciais em situações de emergência no ambiente odontológico, dentro dos limites de sua competência.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde relacionados à saúde bucal. Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família e atuação das equipes de Saúde Bucal. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente. Lei Federal nº 11.889/2008, especialmente quanto às atribuições, competências, limites de atuação e responsabilidades do Auxiliar em Saúde Bucal. Código de Ética Odontológica aplicável aos profissionais auxiliares. Sigilo profissional, prontuário e proteção das informações do paciente. Conhecimentos em Informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

1. Sistema Único de Saúde e Vigilância Sanitária. Saúde na Constituição Federal (arts. 196 a 200). Princípios e diretrizes do SUS (Leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990). Conceito, abrangência e campo de atuação da vigilância sanitária. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e Anvisa (Lei nº 9.782/1999). Competências da União, dos estados e dos municípios. Descentralização e pactuação das ações de vigilância sanitária. Noções de vigilância epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador. Risco sanitário: conceito, avaliação e gerenciamento.

2. Poder de polícia e processo administrativo sanitário. Poder de polícia administrativa e seus atributos. Princípios da administração pública. Infrações sanitárias e penalidades (Lei nº 6.437/1977). Auto de infração, termo de intimação, auto de apreensão e inutilização, termo de interdição. Defesa, recurso e prazos. Licenciamento sanitário e classificação de atividades por grau de risco. Inspeção sanitária: planejamento, roteiros de inspeção e relatório. Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei nº 13.317/1999).

3. Vigilância sanitária de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos (DTA) e investigação de surtos. Contaminação física, química e biológica; contaminação cruzada. Boas práticas em serviços de alimentação e em estabelecimentos produtores e industrializadores. Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP). Higienização de instalações, equipamentos e utensílios. Controle de tempo e temperatura no recebimento, armazenamento, preparo, exposição e transporte. Padrões microbiológicos de alimentos. Rotulagem de alimentos embalados. Alimentos impróprios para consumo: identificação, apreensão e inutilização. Comércio ambulante, feiras e eventos.

4. Vigilância da qualidade da água para consumo humano. Programa Vigiagua e Sisagua. Procedimentos de controle e vigilância e padrão de potabilidade. Sistema de abastecimento (SAA), solução alternativa coletiva (SAC) e individual (SAI). Parâmetros microbiológicos (coliformes totais e Escherichia coli), físico-químicos (turbidez, cor, pH, cloro residual livre, flúor) e organolépticos. Etapas do tratamento de água; desinfecção e cloração. Reservatórios: limpeza e desinfecção. Poços, fontes e nascentes na zona rural. Abastecimento por carro-pipa. Água para uso animal. Doenças de veiculação hídrica.

5. Saneamento básico. Diretrizes nacionais e componentes do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020). Captação, tratamento e distribuição de água. Esgotamento sanitário (cloacal): coleta, tratamento e disposição final. Sistemas individuais: tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro. Ligações irregulares de esgoto na rede pluvial. Drenagem e manejo de águas pluviais. Saneamento rural. Relação entre saneamento e saúde.

6. Resíduos sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e Política Estadual de Resíduos Sólidos de Minas Gerais (Lei nº 18.031/2009). Classificação dos resíduos. Coleta convencional e seletiva, reciclagem e compostagem. Logística reversa e responsabilidade compartilhada. Destinação e disposição final ambientalmente adequada; aterro sanitário e lixão. Resíduos de serviços de saúde.

7. Meio ambiente e controle da poluição. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e SISNAMA. Competência comum em matéria ambiental (LC nº 140/2011). Noções de licenciamento ambiental. Poluição hídrica: classificação dos corpos d'água e lançamento de efluentes. Poluição e erosão do solo. Poluição atmosférica e queimadas. Poluição sonora. Legislação ambiental de Minas Gerais: Sisema, licenciamento e infrações ambientais (Lei nº 21.972/2016 e Decreto nº 47.383/2018). Crimes e infrações administrativas ambientais (Lei nº 9.605/1998 e Decreto nº 6.514/2008).

8. Agrotóxicos. Conceitos e classificação toxicológica e ambiental. Lei nº 14.785/2023. Armazenamento, transporte e uso seguro. Tríplice lavagem, devolução e destinação de embalagens vazias. Responsabilidades do usuário, do revendedor e do fabricante. Intoxicações: sinais, notificação e prevenção. Resíduos de agrotóxicos na água e nos alimentos.

9. Fauna, flora e bem-estar animal. Proteção do meio ambiente na Constituição (art. 225). Crimes contra a fauna e a flora; maus-tratos a animais (Lei nº 9.605/1998, art. 32, alterado pela Lei nº 14.064/2020). Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal (Lei nº 12.651/2012). Espécies ameaçadas de extinção. Criação de animais e aves na zona urbana e rural: condições sanitárias. Guarda responsável. Fauna silvestre em cativeiro.

10. Zoonoses, vetores, pragas e animais peçonhentos. Principais zoonoses: raiva, leptospirose, leishmanioses, toxoplasmose, esporotricose, hidatidose, brucelose e tuberculose. Arboviroses (dengue, zika, chikungunya, febre amarela) e controle do Aedes aegypti. Roedores sinantrópicos. Escorpiões, aranhas e serpentes: prevenção de acidentes e condutas iniciais. Controle integrado de vetores e pragas urbanas. Empresas especializadas em controle de pragas e saneantes desinfestantes.

11. Produtos e serviços de interesse à saúde. Medicamentos, cosméticos, saneantes e produtos para a saúde: regularização, rotulagem e comércio. Farmácias e drogarias. Boas práticas de funcionamento de serviços de saúde. Infraestrutura física de estabelecimentos assistenciais. Processamento de artigos e esterilização. Segurança do paciente. Serviços de interesse à saúde: salões de beleza, estúdios de tatuagem e piercing, instituições de longa permanência para idosos, academias, escolas e creches.

12. Coleta de amostras para análise. Análise fiscal, de controle e de orientação. Procedimentos de coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos. Amostra em triplicata, contraprova e perícia de contraprova. Acondicionamento, conservação, identificação e transporte. Termo de coleta de amostra. Laboratórios oficiais (Lacen).

13. Educação sanitária e ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Educação em saúde e comunicação de risco. Ações educativas junto a estabelecimentos, escolas e comunidade. Mobilização e participação social.
14. Biossegurança e rotinas administrativas. Equipamentos de proteção individual (NR 6). Riscos ocupacionais na atividade de fiscalização. Biossegurança na coleta de amostras. Redação oficial: ofício, notificação, relatório e parecer. Atos administrativos. Registros, arquivo e sistemas informatizados de vigilância. Ética e sigilo no serviço público.

Bibliografia sugerida

Legislação federal — SUS e vigilância sanitária

• BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 196 a 200 e 225.
• BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).
• BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
• BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 (SNVS e Anvisa).
• BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (infrações à legislação sanitária federal e sanções).
• BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 (normas básicas sobre alimentos).
• BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Liberdade Econômica), no que se refere a atos de liberação e classificação de risco.
• ANVISA. RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, e IN nº 66, de 1º de setembro de 2020 (classificação do grau de risco das atividades).

Alimentos

• ANVISA. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 (boas práticas para serviços de alimentação).
• ANVISA. RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 (POP e lista de verificação para estabelecimentos produtores/industrializadores).
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 (condições higiênico-sanitárias e boas práticas de fabricação).
• ANVISA. RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e IN nº 161, de 1º de julho de 2022 (padrões microbiológicos).
• ANVISA. RDC nº 727, de 1º de julho de 2022 (rotulagem de alimentos embalados).
• ANVISA. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação: RDC nº 216/2004. 3. ed. Brasília: Anvisa, 2005.

Água, saneamento e resíduos

• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, Anexo XX, com redação dada pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 (controle e vigilância da qualidade da água e padrão de potabilidade).
• BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com as alterações da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Marco Legal do Saneamento).
• BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
• ANVISA. RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (gerenciamento de resíduos de serviços de saúde); CONAMA. Resolução nº 358/2005.
• ABNT. NBR 7229 (tanques sépticos), NBR 13969 (tratamento complementar e disposição de efluentes) e NBR 10004 (classificação de resíduos sólidos).
• FUNASA. Manual de Saneamento. Brasília: Funasa, edição mais recente.
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Brasília: MS, 2006.

Meio ambiente, agrotóxicos e fauna

• BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).
• BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.
• BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Crimes Ambientais), com alteração da Lei nº 14.064/2020; Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.
• BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal).
• BRASIL. Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023 (agrotóxicos).
• BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).
• CONAMA. Resoluções nº 357/2005 e 430/2011 (águas e efluentes), nº 491/2018 (qualidade do ar) e nº 01/1990 (ruídos); ABNT NBR 10151 (acústica em áreas habitadas).

Zoonoses, vetores e pragas

• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: MS, edição vigente. [1, 3, 4, 10]
• MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: MS, 2016.
• FUNASA. Manual de controle de roedores. Brasília: Funasa, 2002.
• FUNASA. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. 2. ed. Brasília: Funasa, 2001.
• ANVISA. RDC nº 622, de 9 de março de 2022 (empresas de controle de vetores e pragas urbanas).
• BRASIL. Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021 (veda a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses).

Produtos e serviços de saúde

• BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014 (comércio farmacêutico e farmácias).
• ANVISA. RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009 (boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias).
• ANVISA. RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011 (boas práticas de funcionamento de serviços de saúde).
• ANVISA. RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 (infraestrutura física de estabelecimentos assistenciais de saúde).
• ANVISA. RDC nº 15, de 15 de março de 2012 (processamento de produtos para saúde) e RDC nº 36, de 25 de julho de 2013 (segurança do paciente).
• ANVISA. RDC nº 502, de 27 de maio de 2021 (instituições de longa permanência para idosos).

Legislação estadual (Minas Gerais)

• Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999 (Código de Saúde do Estado de Minas Gerais), texto atualizado.
• Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos — Sisema).
• Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018 (licenciamento ambiental, infrações e penalidades ambientais), texto atualizado.
• Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009 (Política Estadual de Resíduos Sólidos).
• Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (políticas florestal e de proteção à biodiversidade).
• Lei nº 7.302, de 21 de julho de 1978 (proteção contra a poluição sonora).
• Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991 (agrotóxicos no Estado).
• Lei nº 22.231/2016 (maus-tratos contra animais).
• COSTA, Ediná Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. 2. ed. São Paulo: Sobravime, 2004.
• ROZENFELD, Suely (org.). Fundamentos da vigilância sanitária. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
• EDUARDO, Maria Bernadete de Paula; MIRANDA, Isaura Cristina Soares de. Vigilância sanitária. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998 (Série Saúde & Cidadania, v. 8
• GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. Barueri: Manole, edição mais recente.
• SILVA JR., Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. São Paulo: Varela, edição mais recente.

• PHILIPPI JR., Arlindo (ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, edição mais recente.

PARA O CARGO DE MONITOR ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Trabalho em equipe e atuação articulada com professores, direção e demais profissionais da unidade escolar. Ética profissional, sigilo e postura no ambiente escolar. Relações humanas no trabalho. Comunicação com as famílias e limites da atuação do monitor. Desenvolvimento infantil e juvenil: aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais. O brincar, a recreação e o lazer no desenvolvimento da criança. Observação e registro do comportamento e do desenvolvimento infantojuvenil. Indissociabilidade entre cuidar e educar. Rotina na educação infantil: acolhida, alimentação, higiene, repouso e saída. Promoção da autonomia e da independência da criança. Organização do ambiente e dos materiais. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): direitos de aprendizagem e campos de experiência. Higiene pessoal da criança e formação de hábitos saudáveis. Higiene, limpeza e desinfecção de ambientes, brinquedos e equipamentos de recreação. Alimentação infantil e formação de hábitos alimentares. Noções do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009). Observação de alterações físicas e de comportamento. Prevenção de doenças transmissíveis no ambiente escolar. Prevenção de acidentes na escola e nos trajetos escolares. Noções de primeiros socorros. Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas). Procedimentos diante de acidentes e situações de risco. Transporte escolar: condução de escolares no Código de Trânsito Brasileiro (arts. 136 a 139 da Lei nº 9.503/1997), embarque e desembarque seguros, uso do cinto de segurança e dos dispositivos de retenção, acompanhamento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e comunicação de ocorrências. Disciplina, limites e mediação de conflitos. Prevenção da agressividade e da violência no ambiente escolar. Combate à intimidação sistemática (bullying): Lei nº 13.185/2015. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais (Decreto nº 7.611/2011 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009). Plano Educacional Individualizado (PEI). O profissional de apoio escolar. Eliminação de barreiras, acessibilidade e adaptações para o estudante com deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Projeto Político Pedagógico. Apoio às atividades pedagógicas e preparo de materiais. Conservação e uso racional de materiais, equipamentos e bens patrimoniais. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais, prevenção e medidas de proteção. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996): educação básica, educação infantil e educação especial.

PARA O CARGO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Atuação articulada com o professor regente, os professores da Educação Especial e da Sala de Recursos Multifuncionais, a equipe pedagógica e a direção. Ética profissional, sigilo e postura no ambiente escolar. Relações humanas no trabalho. Comunicação com as famílias e limites da atuação do profissional de apoio. Fundamentos da educação inclusiva: princípios, histórico e conceitos de integração e inclusão. Modelo social da deficiência. Barreiras à participação: arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. Acessibilidade e desenho universal. Público da educação especial: características e necessidades educacionais dos estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e múltipla, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação. Transtornos funcionais específicos e dificuldades de aprendizagem: dislexia, TDAH e outros. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais. Plano Educacional Individualizado (PEI): elaboração coletiva, registro de adaptações e acompanhamento. Adaptações e flexibilizações curriculares, de materiais e de atividades. Tecnologia assistiva e comunicação alternativa e aumentativa. Noções de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do Sistema Braille. Apoio às atividades pedagógicas, preparo de materiais e reforço individual sob orientação do professor. Desenvolvimento infantil e juvenil: aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais. Observação e registro do comportamento e do desenvolvimento do estudante. Indissociabilidade entre cuidar e educar. Apoio nas atividades de alimentação, higiene pessoal e locomoção, com estímulo à autonomia e à independência. Técnicas de auxílio à locomoção e ao posicionamento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Socialização, recreação e lazer como instrumentos de inclusão. Observação de alterações físicas e de comportamento. Manejo de comportamentos desafiadores, mediação de conflitos e prevenção da agressividade e da violência no ambiente escolar. Combate à intimidação sistemática (bullying): Lei nº 13.185/2015. Prevenção de acidentes e noções de primeiros socorros. Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas). Projeto Político Pedagógico. Conservação e uso racional de materiais, equipamentos e bens patrimoniais. Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais, prevenção e medidas de proteção. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996): educação básica e educação especial. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Decreto nº 7.611/2011 (educação especial e atendimento educacional especializado). Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Diretrizes Operacionais para o AEE). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 (Libras). Lei nº 14.254/2021 (acompanhamento integral de educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem).

PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil: gênese, Movimento de Reconceituação e projeto ético-político profissional. Questão social e suas expressões na contemporaneidade. Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. Estado, sociedade civil, cidadania, direitos sociais e políticas públicas. Lei nº 8.662/1993 (regulamentação da profissão). Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993 e alterações). Resoluções CFESS nº 493/2006, nº 557/2009, nº 559/2009 e nº 615/2011. Sigilo profissional, autonomia técnica, atribuições privativas e competências profissionais. Instrumentalidade do Serviço Social: entrevista, visita domiciliar e institucional, observação, abordagem individual, grupal e comunitária. Estudo social, perícia social, relatório, laudo e parecer social. Registro e documentação: prontuário, cadastro, formulários e questionários. Trabalho com famílias, grupos e comunidades. Educação popular e mobilização social. Trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Supervisão de estágio. Planejamento social: plano, programa e projeto; delimitação do problema, público-alvo, objetivos, metas, metodologia e cronograma. Diagnóstico socioterritorial e estudo de viabilidade. Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais: indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, apuração de custos e avaliação da satisfação dos usuários. Gestão social, financiamento das políticas sociais, fundos públicos e captação de recursos. Articulação de redes socioassistenciais e intersetoriais. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014). Coordenação de equipes e grupos de trabalho. Pesquisa social quantitativa e qualitativa: elaboração de projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica e documental, coleta, organização, tabulação, análise e difusão de dados, elaboração de instrumentais, estudo socioeconômico e perfil de usuários. Constituição Federal de 1988: Direitos Sociais e Ordem Social (arts. 6º e 193 a 204). Seguridade Social. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 e alterações). Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). NOB-SUAS/2012 e NOB-RH/SUAS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Proteção Social Básica e Especial: CRAS, CREAS, PAIF, PAEFI e Centro POP. Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais. Programa Bolsa Família (Lei nº 14.601/2023) e Cadastro Único. Reforma Sanitária e construção do SUS. Determinantes sociais do processo saúde-doença. Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990: princípios, diretrizes, organização e controle social do SUS. Decreto nº 7.508/2011. Lei Complementar

nº 141/2012 (financiamento da saúde). Redes de Atenção à Saúde e Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde. Políticas de promoção da equidade em saúde: saúde integral da população negra e da população LGBT. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Notificação compulsória de violências. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde (CFESS). Serviço Social na atenção básica, especializada e hospitalar: acolhimento, alta social e Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Lei nº 10.216/2001 e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Noções de Previdência Social e Serviço Social no INSS (Lei nº 8.213/1991, art. 88). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Lei nº 13.431/2017 (escuta especializada e depoimento especial) e Lei nº 14.344/2022. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 e alterações). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Lei nº 13.935/2019 (serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica). Política Nacional sobre Drogas. Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009). Política urbana e habitacional: Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 14.620/2023) e trabalho social em habitação. Segurança alimentar e nutricional (Lei nº 11.346/2006 – LOSAN). Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Educação para o consumo, economia familiar e orçamento doméstico. Conselhos de direitos e de políticas públicas, conferências e controle social. Transformações no mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social. Serviço Social nas organizações: recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, cargos e salários, benefícios e qualidade de vida no trabalho. Saúde do trabalhador, acidentes de trabalho, afastamentos e readaptação funcional. Noções de rotinas trabalhistas e direitos do servidor público. Concurso público: princípios e noções gerais.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Semiologia e diagnóstico em Odontologia: anamnese, exame clínico extraoral e intraoral, exame das estruturas dentárias, periodontais, ósseas e dos tecidos moles da cavidade bucal; sinais e sintomas das principais doenças e afecções bucais; elaboração de hipóteses diagnósticas e diagnóstico diferencial; exames complementares, incluindo exames de imagem e exames laboratoriais, quando indicados; interpretação dos achados clínicos e complementares. Diagnóstico, prevenção e tratamento das principais doenças e afecções da cavidade bucal. Cárie dentária, doenças periodontais, alterações da mucosa bucal, lesões de tecidos moles e duros, infecções odontogênicas, manifestações bucais de doenças sistêmicas e condições que necessitem de encaminhamento ou avaliação especializada. Infecção pelo HIV/AIDS e manifestações bucais associadas. Dentística operatória e restauradora: princípios de diagnóstico, planejamento e tratamento restaurador; isolamento do campo operatório; preparos cavitários; técnicas restauradoras; restaurações diretas; materiais restauradores, suas propriedades, indicações, manipulação e técnicas de utilização; sistemas adesivos; resinas compostas; cimentos de ionômero de vidro; materiais restauradores provisórios; proteção do complexo dentino-pulpar; acabamento e polimento; prevenção e controle da cárie dentária. Oclusão: conceitos fundamentais; relações maxilomandibulares; contatos oclusais; movimentos mandibulares; articulação temporomandibular; alterações oclusais; princípios de diagnóstico e tratamento das principais alterações relacionadas à oclusão. Prevenção e promoção da saúde bucal: educação em saúde; higiene bucal; controle mecânico e químico do biofilme dental; prevenção da cárie e das doenças periodontais; uso racional do flúor; fluorterapia tópica e sistêmica; dentifrícios fluoretados; aplicação tópica de flúor; selantes de fóssulas e fissuras; estratégias individuais e coletivas de prevenção das doenças bucais. Farmacologia aplicada à Odontologia: princípios gerais de farmacologia; anestésicos locais e vasoconstritores; analgésicos; anti-inflamatórios esteroides e não esteroides; antibióticos e princípios de antibioticoterapia; antissépticos; indicações, contraindicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e cuidados na prescrição; profilaxia antibiótica quando indicada; uso racional de medicamentos. Periodontia: anatomia e fisiologia do periodonto; etiologia e classificação das doenças periodontais; gengivite e periodontite; diagnóstico e exame periodontal; prevenção e controle do biofilme; raspagem e alisamento radicular; instrumentação periodontal; procedimentos básicos de tratamento periodontal; manutenção e acompanhamento periodontal. Odontopediatria: características da dentição decídua e permanente jovem; desenvolvimento e crescimento craniofacial; prevenção e controle da cárie na infância; manejo e condicionamento da criança no consultório odontológico; técnicas restauradoras em dentes decíduos e permanentes jovens; materiais restauradores e materiais de proteção do complexo dentino-pulpar; traumatismos dentários em dentes decíduos e permanentes; prevenção e tratamento das principais doenças bucais na infância; orientação aos pais ou responsáveis. Endodontia: anatomia e fisiologia pulpar e periapical; etiologia e patogênese das doenças pulpares e periapicais; diagnóstico das alterações pulpares e periapicais; diagnóstico diferencial da dor odontogênica; isolamento do campo operatório; acesso endodôntico; instrumentação dos canais radiculares; irrigação e desinfecção; medicação intracanal; obturação dos canais radiculares; materiais endodônticos; tratamento das lesões endodônticas; urgências endodônticas; prevenção e manejo das principais complicações. Cirurgia odontológica: princípios de cirurgia oral; avaliação pré-operatória; indicações e contraindicações; assepsia e antissepsia; anestesia local; instrumentais cirúrgicos; exodontias simples; técnicas cirúrgicas básicas; suturas; cuidados pré e pós-operatórios; controle de sangramento; cicatrização; complicações pós-operatórias e respectivas condutas. Urgências e emergências odontológicas: avaliação inicial; diagnóstico e tratamento das principais urgências odontológicas; dor odontogênica; abscessos e infecções odontogênicas; traumatismos dentários; hemorragias; complicações relacionadas à anestesia; síncope e lipotimia; reações alérgicas; crises convulsivas; emergências médicas no consultório odontológico; suporte básico de vida e medidas iniciais de atendimento e encaminhamento. Odontologia para pacientes com necessidades especiais e pacientes com comprometimento sistêmico: avaliação do risco, adequação do atendimento odontológico, cuidados e limitações relacionados às principais condições sistêmicas; hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, alterações hematológicas, doenças infecciosas e outras condições de relevância odontológica; interações entre doenças sistêmicas e saúde bucal; cuidados relacionados ao uso de medicamentos e encaminhamento quando necessário. Radiologia odontológica e diagnóstico por imagem: princípios de radioproteção; técnicas radiográficas intraorais e extraorais; indicações, limitações e cuidados relacionados aos exames de imagem; qualidade das imagens; interpretação de achados radiográficos relacionados às principais alterações dentárias, periodontais e ósseas. Materiais odontológicos: propriedades, composição, indicações, contraindicações, manipulação e utilização dos principais materiais empregados em Dentística, Periodontia, Endodontia, Cirurgia e Odontopediatria; materiais restauradores, cimentos, materiais de moldagem, materiais provisórios, materiais endodônticos e materiais utilizados para proteção do complexo dentino-pulpar.

Biossegurança em Odontologia: princípios de prevenção e controle de infecções; cadeia de transmissão de infecções; limpeza, desinfecção e esterilização; processamento de artigos odontológicos; barreiras de proteção; higiene das mãos; equipamentos de proteção individual e coletiva; prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes e exposição a material biológico; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; controle de infecção no consultório odontológico. Saúde Pública e Saúde Bucal: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS relacionados à saúde bucal; organização dos serviços de saúde; Atenção Primária à Saúde; Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente; promoção da saúde e prevenção de doenças; educação em saúde; vigilância em saúde; indicadores e índices epidemiológicos em saúde bucal; levantamento de necessidades e diagnóstico coletivo; ações individuais e coletivas de saúde bucal; registro dos procedimentos realizados e sistemas de informação relacionados à saúde bucal. Bioética, ética profissional e legislação odontológica: Código de Ética Odontológica; Lei nº 5.081/1966, que regulamenta o exercício da Odontologia; direitos e deveres do Cirurgião-Dentista; responsabilidade profissional; sigilo profissional; prontuário odontológico; consentimento do paciente; relação profissional-paciente; infrações éticas e responsabilidade civil e profissional. Conhecimentos gerais relacionados ao exercício da profissão de Cirurgião-Dentista, observados os limites das atribuições profissionais e a legislação vigente.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA PSF

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Semiologia e diagnóstico em Odontologia: anamnese, exame clínico extraoral e intraoral, exame das estruturas dentárias, periodontais, ósseas e dos tecidos moles da cavidade bucal; sinais e sintomas das principais doenças e afecções bucais; elaboração de hipóteses diagnósticas e diagnóstico diferencial; exames complementares, incluindo exames de imagem e exames laboratoriais, quando indicados; interpretação dos achados clínicos e complementares. Diagnóstico, prevenção e tratamento das principais doenças e afecções da cavidade bucal. Cárie dentária, doenças periodontais, alterações da mucosa bucal, lesões de tecidos moles e duros, infecções odontogênicas, manifestações bucais de doenças sistêmicas e condições que necessitem de encaminhamento ou avaliação especializada. Infecção pelo HIV/AIDS e manifestações bucais associadas. Dentística operatória e restauradora: princípios de diagnóstico, planejamento e tratamento restaurador; isolamento do campo operatório; preparos cavitários; técnicas restauradoras; restaurações diretas; materiais restauradores, suas propriedades, indicações, manipulação e técnicas de utilização; sistemas adesivos; resinas compostas; cimentos de ionômero de vidro; materiais restauradores provisórios; proteção do complexo dentino-pulpar; acabamento e polimento; prevenção e controle da cárie dentária. Oclusão: conceitos fundamentais; relações maxilomandibulares; contatos oclusais; movimentos mandibulares; articulação temporomandibular; alterações oclusais; princípios de diagnóstico e tratamento das principais alterações relacionadas à oclusão. Prevenção e promoção da saúde bucal: educação em saúde; higiene bucal; controle mecânico e químico do biofilme dental; prevenção da cárie e das doenças periodontais; uso racional do flúor; fluorterapia tópica e sistêmica; dentifrícios fluoretados; aplicação tópica de flúor; selantes de fóssulas e fissuras; estratégias individuais e coletivas de prevenção das doenças bucais. Farmacologia aplicada à Odontologia: princípios gerais de farmacologia; anestésicos locais e vasoconstritores; analgésicos; anti-inflamatórios esteroides e não esteroides; antibióticos e princípios de antibioticoterapia; antissépticos; indicações, contraindicações, efeitos adversos, interações medicamentosas e cuidados na prescrição; profilaxia antibiótica quando indicada; uso racional de medicamentos. Periodontia: anatomia e fisiologia do periodonto; etiologia e classificação das doenças periodontais; gengivite e periodontite; diagnóstico e exame periodontal; prevenção e controle do biofilme; raspagem e alisamento radicular; instrumentação periodontal; procedimentos básicos de tratamento periodontal; manutenção e acompanhamento periodontal. Odontopediatria: características da dentição decídua e permanente jovem; desenvolvimento e crescimento craniofacial; prevenção e controle da cárie na infância; manejo e condicionamento da criança no consultório odontológico; técnicas restauradoras em dentes decíduos e permanentes jovens; materiais restauradores e materiais de proteção do complexo dentino-pulpar; traumatismos dentários em dentes decíduos e permanentes; prevenção e tratamento das principais doenças bucais na infância; orientação aos pais ou responsáveis. Endodontia: anatomia e fisiologia pulpar e periapical; etiologia e patogênese das doenças pulpares e periapicais; diagnóstico das alterações pulpares e periapicais; diagnóstico diferencial da dor odontogênica; isolamento do campo operatório; acesso endodôntico; instrumentação dos canais radiculares; irrigação e desinfecção; medicação intracanal; obturação dos canais radiculares; materiais endodônticos; tratamento das lesões endodônticas; urgências endodônticas; prevenção e manejo das principais complicações. Cirurgia odontológica: princípios de cirurgia oral; avaliação pré-operatória; indicações e contraindicações; assepsia e antissepsia; anestesia local; instrumentais cirúrgicos; exodontias simples; técnicas cirúrgicas básicas; suturas; cuidados pré e pós-operatórios; controle de sangramento; cicatrização; complicações pós-operatórias e respectivas condutas. Urgências e emergências odontológicas: avaliação inicial; diagnóstico e tratamento das principais urgências odontológicas; dor odontogênica; abscessos e infecções odontogênicas; traumatismos dentários; hemorragias; complicações relacionadas à anestesia; síncope e lipotimia; reações alérgicas; crises convulsivas; emergências médicas no consultório odontológico; suporte básico de vida e medidas iniciais de atendimento e encaminhamento. Odontologia para pacientes com necessidades especiais e pacientes com comprometimento sistêmico: avaliação do risco, adequação do atendimento odontológico, cuidados e limitações relacionados às principais condições sistêmicas; hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, alterações hematológicas, doenças infecciosas e outras condições de relevância odontológica; interações entre doenças sistêmicas e saúde bucal; cuidados relacionados ao uso de medicamentos e encaminhamento quando necessário. Radiologia odontológica e diagnóstico por imagem: princípios de radioproteção; técnicas radiográficas intraorais e extraorais; indicações, limitações e cuidados relacionados aos exames de imagem; qualidade das imagens; interpretação de achados radiográficos relacionados às principais alterações dentárias, periodontais e ósseas. Materiais odontológicos: propriedades, composição, indicações, contraindicações, manipulação e utilização dos principais materiais empregados em Dentística, Periodontia, Endodontia, Cirurgia e Odontopediatria; materiais restauradores, cimentos, materiais de moldagem, materiais provisórios, materiais endodônticos e materiais utilizados para proteção do complexo dentino-pulpar.

Biossegurança em Odontologia: princípios de prevenção e controle de infecções; cadeia de transmissão de infecções; limpeza, desinfecção e esterilização; processamento de artigos odontológicos; barreiras de proteção; higiene das mãos; equipamentos de proteção individual e coletiva; prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes e exposição a material biológico; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; controle de infecção no consultório odontológico. Saúde Pública e Saúde Bucal: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS relacionados à saúde bucal; organização dos serviços de saúde; Atenção Primária à Saúde; Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente; promoção da saúde e prevenção de doenças; educação em saúde; vigilância em saúde; indicadores e índices epidemiológicos em saúde bucal; levantamento de necessidades e diagnóstico coletivo; ações individuais e coletivas de saúde bucal; registro dos procedimentos realizados e sistemas de informação relacionados à saúde bucal. Bioética, ética profissional e legislação odontológica: Código de Ética Odontológica; Lei nº 5.081/1966, que regulamenta o exercício da Odontologia; direitos e deveres do Cirurgião-Dentista; responsabilidade profissional; sigilo profissional; prontuário odontológico; consentimento do paciente; relação profissional-paciente; infrações éticas e responsabilidade civil e profissional. Conhecimentos gerais relacionados ao exercício da profissão de Cirurgião-Dentista, observados os limites das atribuições profissionais e a legislação vigente.

PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimento sobre projeto, planejamento, orçamento; sistema Pini; licitação (Le Lei Federal nº 14.133/21); contrato e gerenciamento de obras; terraplanagem – corte e aterro, valas e taludes, escoramento e obras de infraestrutura urbana; engenharia de sistemas prediais e componentes de construção civil; materiais de construção civil; resistência dos materiais; segurança; mecânica dos solos; elétrica hidráulica, esgoto e saneamento; sistemas e elementos estruturais; estrutura das fundações; estrutura de madeira, concreto armado e metálicas – conceito e função; lajes, vigas, pilares, etc. e elementos de fundação; características gerais do concreto e do aço para concreto armado (comportamento mecânico, classificação, etc.); alvenaria; estruturas em concreto protendido; concreto pré-moldado; estruturas em argamassa armada; geotecnia; pavimentação; práticas de construções civis; conhecimentos de Código Sanitário Estadual. Conhecimentos de AUTOCAD. Conhecimentos específicos na área e uso adequado de equipamentos e materiais. Lei Estadual nº 11.720/1994 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e a Lei nº 18.309/2009 (Política Estadual de Saneamento Básico).

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Partes 1: Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação. A História da Educação no Brasil. Pensadores e teorias da educação. Desenvolvimento e aprendizagem. Dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem. Didática e Prática Educativa. Relação aluno/professor/escola/comunidade. Educação inclusiva. Avaliação. O trabalho com projetos. Planejamento. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Contemporaneidade e educação. Diversidade e Pluralidade cultural. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. As diferentes expressões da violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:
1. CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. 36. ed. — Petrópolis: Vozes, 2014.
2. CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.161 p.802- 820 jul./set. 2016. Disponível em: < http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3455/pdf >. Acesso em: 24 jun. 2019.
3. CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.
4. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
5. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar, 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
6. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
7. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
8. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.: il.- Publicação do MEC
9. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução e Estrutura. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br

Partes 2:
1. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
2. PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
3. Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
4. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
- Lei 13.146, de 06/07/2015 – Federal.
-Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012

Partes 3:
Anatomia e fisiologia humana - Aspectos gerais do corpo humano. Desenvolvimento Motor (fases do desenvolvimento desde o nascimento até a adolescência); Corporeidade e Motricidade. Concepções filosóficas, históricas, sociocultural, biológica e psicológica da Educação Física. História da Educação Física. O ensino e aprendizagem de Educação Física. Cultura corporal do movimento. Qualidade de vida, lazer e recreação. Atividade Motora Adaptada. Fisiologia do exercício. Terminologia dos movimentos Corporais. Esporte, dança, ginástica, jogos. Atividades rítmicas e expressivas. Procedimentos metodológicos e avaliação. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. A Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades. Perspectivas educacionais através do lúdico. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola.

Bibliografia sugerida:
• FREIRE, J.B., Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1997.
• GALLAHUE, D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2004.
• NEIRA, M. G., Educação Física: desenvolvendo competências. São Paulo; Phorte Editora, 2003.
• NEIRA M. G. Ensino de educação física. São Paulo: Thomson Learning, 2007- (Coleção ideias em ação/ coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).
• SOARES, C. L. et al., Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
• ZABALA, A. (org). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. introdução e cap. 5, Porto Alegre: Editora Art Méd. , 1999.
• PICOLLO, V. L. N. (org),Pedagogia dos Esportes. Campinas, S.P: Papirus, 1999.
• BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001
• CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil - a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1991.
CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e educacão física. Campinas. Autores Associados, 1998.
DARIDO, Suraya Cristina et all. Educação física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
FREIRE, João B. e SCAGLIA. Educação como Prática Corporal. Scipione. 2010.
SANTIN, S. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 1987.
TANI, G. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1998.

Permanecem inalterados os demais itens do Edital nº 001/2026 do Concurso Público para o Município de São Pedro da União/MG.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido a presente Retificação
São Pedro da União/MG, 09 de outubro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:1DC9F357



ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
RESOLUÇÃO Nº 081, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 081, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO PARA AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE E A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Morro da Garça, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:
Art. 1º Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Morro da Garça ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:
I – assiduidade e pontualidade;
II – disciplina;
III – capacidade de iniciativa;
IV – produtividade;
V – responsabilidade;
VI – respeito e compromisso para com a instituição;
VII – aptidão funcional;
VIII – relações humanas no trabalho.
§ 1º. Doze meses antes de findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor, realizada de acordo com a presente Resolução, será submetida à homologação do Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatos enumerados nos incisos deste artigo.
§ 2º. Uma vez demonstrada aptidão funcional, no prazo de que trata o parágrafo anterior, o servidor, 4 (quatro) meses antes do término do estágio, será submetido à avaliação final e, aprovado, terá homologado o estágio probatório.
§ 3º. A avaliação de desempenho será promovida por Comissão Especial instituída para essa finalidade.
§ 4º. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
§ 5º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho.
Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica instituído o Procedimento de Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estágio probatório e a Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores estáveis da Câmara Municipal de Morro da Garça/MG.
Art. 3º O processo de avaliação de desempenho terá periodicidade anual e observará as regras estabelecidas nesta Portaria.
Parágrafo único. O servidor que obtiver conceito igual ou inferior ao conceito intermediário será submetido à reavaliação antes do prazo da avaliação seguinte.
Art. 4º Durante o período de estágio probatório de 3 (três) anos, o servidor será submetido às seguintes avaliações:
I – avaliações parciais:
a) ao completar 12 (doze) meses;
b) ao completar 24 (vinte e quatro) meses;
c) ao completar 32 (trinta e dois) meses.
II – a avaliação final ocorrerá 4 (quatro) meses antes do término do estágio probatório, para emissão de relatório conclusivo.
§ 1º No primeiro ano serão realizadas quatro avaliações trimestrais.
§ 2º No segundo ano serão realizadas duas avaliações semestrais.
§ 3º No terceiro ano será realizada uma avaliação final ao completar o 32º mês.
Art. 5º A avaliação de desempenho tem por objetivos:
I – promover o desenvolvimento profissional dos servidores;
II – aferir a contribuição individual para os resultados institucionais;
III – identificar potencialidades e necessidades de aperfeiçoamento;
IV – subsidiar programas de capacitação;
V – aprimorar as relações de trabalho;
VI – avaliar a eficiência dos serviços prestados;
VII – subsidiar a avaliação para aquisição da estabilidade;

VIII – atender ao requisito constitucional para aquisição da estabilidade.
Art. 6º O processo de avaliação será conduzido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, composta por servidores, nomeados por Portaria do Presidente da Câmara Municipal.
Parágrafo único. A Comissão elegerá, dentre seus membros, o Presidente e o Relator.
Art. 7º Os conceitos de avaliação serão atribuídos conforme a pontuação obtida:
I – de 0 a 39 pontos: conceito insuficiente;
II – de 40 a 59 pontos: conceito intermediário;
III – de 60 a 89 pontos: conceito bom;
IV – de 90 a 100 pontos: conceito excelente.
Parágrafo único. Os critérios de avaliação constam do formulário próprio de Avaliação de Desempenho Funcional.
Art. 8º Serão considerados aptos à avaliação os servidores ocupantes de cargo efetivo que estejam em efetivo exercício.
Art. 9º A avaliação observará os fatores previstos no art. 1º desta Resolução:
Art. 10 O resultado da avaliação corresponderá à soma da pontuação obtida nos fatores previstos no art. 1º.
§ 1º Será considerado aprovado o servidor que obtiver conceito igual ou superior a 70% (setenta por cento).
§ 2º Concluída a avaliação, a Comissão encaminhará o processo ao Presidente da Câmara para homologação.
§ 3º O servidor será cientificado formalmente do resultado da avaliação.
§ 4º O servidor poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência do resultado.
Art. 11. O procedimento de avaliação compreenderá as seguintes etapas:
I – constituição da Comissão;
II – orientação às chefias e aos servidores;
III – realização da avaliação;
IV – consolidação dos resultados;
V – análise dos recursos;
VI – elaboração do relatório final.
Art. 12. Compete à Diretoria da Câmara Municipal manter arquivados os formulários, boletins e demais documentos relativos às avaliações.
Art. 13. Todos os servidores deverão ser previamente orientados quanto aos critérios e à obrigatoriedade da avaliação de desempenho.
Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal, ouvida a Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho.
Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 1º de julho de 2026.**

Sala das reuniões, 07 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Presidente

TIAGO MARQUES DA SILVEIRA
Secretário

BOLETIM DA AVALIAÇÃO FUNCIONAL

NOME DO AVALIADO:											
MATRÍCULA:							**CARGO:**				
DATA DE ADMISSÃO:							**SETOR:**				
ASSINALE COM (X) A NOTA QUE MAIS APLICA AO DESEMPENHO DO SERVIDOR PÚBLICO:							**RUIM** - não atendeu **INTERMEDIÁRIO**-atendeu parcialmente **BOM**- atendeu plenamente **ÓTIMO** - superou				
FATORES AVALIADOS	**RUIM**				**REGULAR**		**BOM**			**ÓTIMO**	**PONTOS**
	10	**20**	**30**	**40**	**50**	**60**	**70**	**80**	**90**	**100**	
I-ASSUIDADE/ PONTUALIDADE: Cumprimento da jornada e dos horários de trabalho, com presença constante no serviço, de acordo com o estabelecido pelo responsável da área (ausência efetivamente justificada).											
II- DISCIPLINA: Maneira de agir e executar os trabalhos conforme normas e regulamentos estabelecidos.											
III- CAPACIDADE DE INICIATIVA:											

Capacidade de pronta- reação antecipando-se na busca de alternativas (ideias e ações) para solução de problemas, com decisões acertadas											
IV-PRODUTIVIDADE/ CONHECIMENTO TÉCNICO/EFICIÊNCIA: Grau de domínio e capacidade de aplicação do conhecimento na execução do trabalho que lhe é designado, buscando soluções adequadas, apesar das dificuldades e limitações.											
V- RESPONSABILIDADE: Atuação comprometida com os objetivos do serviço público, com profissionalismo e responsabilidade pelas consequências do seu trabalho dentro e fora da Instituição contribuindo para construção de sua boa imagem.											
VI-RESPEITO E COMPROMISSO PARA COM A INSTITUIÇÃO: Manter postura ética e profissional em todos os atos e palavras, demonstrando princípios de receptividade, respeito e educação, interagindo com os colegas e dando sua contribuição pessoal, de forma a assegurar a satisfação do usuário do serviço público.											
VII- APTIDÃO AO FUNCIONAL: Capacidade para desempenhar as funções inerentes ao cargo de forma eficiente e adequada. São considerados aspectos como a adaptação às rotinas de trabalho, a agilidade na execução das tarefas, a iniciativa para resolver problemas e habilidade para lidar com as demandas do serviço público. Avalia-se, ainda, a flexibilidade diante de novas situações e a disposição para aprender e aprimorar – se continuamente.											
VIII- RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO: Capacidade de trabalho em equipe, a comunicação interpessoal, o respeito mútuo entre colegas, a colaboração para o bom ambiente de trabalho e a postura diante de conflitos. Também será observada a disposição para ouvir e contribuir positivamente nas relações profissionais.											
SOMA TOTAL DOS PONTOS:											

COMENTÁRIO DO AVALIADO/ASSINATURA _____
COMENTÁRIO DO AVALIADOR:
_____

NOME DO AVALIADOR: CARGO DO AVALIADOR: ASSINATURA:	DATA: ____/____/_____.

PARECER CONCLUSIVO:
_____

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS	
APROVAÇÃO PRESIDENTE	DATA: ____/____/_____

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO E UTILIZAÇÃO.

a) A avaliação para efeito de acesso, só contemplará funcionários com 02 (dois) anos de efetivo exercício no grau. Quando em estágio probatório, o funcionário será avaliado a cada 01 (um) ano, até completar o período de (três) anos.
b) Serão atribuídas notas que variarão 00 (zero) a 100 (cem).
c) No caso de Servidor em estágio probatório, a pontuação mínima para efetivação será de 70% (setenta por cento) dos pontos.
d) O presente boletim será preenchido pelo Chefe a que estiver subordinado o funcionário avaliado e será encaminhado ao Órgão de Pessoal, para que os dados sejam compilados e feita a classificação geral.
e) Após conhecida a classificação geral, a comissão enviará ao Chefe do Executivo Municipal para parecer final sobre os resultados obtidos por cada candidato, com o encaminhamento dos nomes para a composição da lista de acesso, ou dispensa quando se tratar de funcionário em estágio probatório.
f) O avaliando levará em conta as seguintes notas quando do preenchimento do presente boletim:

0 a 39 = RUIM- não atendeu
40 a 59 = INTERMEDIÁRIO- atendeu parcialmente
60 a 89 = BOM – atendeu plenamente
90 a 100 = ÓTIMO - superou

Publicado por:
Erica Cristina Gomes da Silva
Código Identificador:040A7DCB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 162/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 050/2026 – SERVIÇOS CONTABEIS DE CAIXAS ESCOLARES

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 162/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 050/2026 referente à *Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis para a manutenção da regularidade fiscal, preparação de documentos, transmissão de arquivos e declarações mensais voltados para atendimento à todas as caixas escolares (caixa escolar José Eustáquio Borges – CNPJ:01.958.647/0001-93, caixa escolar Paulo Jacinto de Mendonça CNPJ:37.582.339/0001-53 e caixa escolar São Simão CNPJ:02.600.426/0001-01), sendo 1 serviço mensal para cada caixa escolar, em cumprimento ao disposto no inciso k, art. 6º, resolução 15, de 16 de setembro de 2021 - FNDE, por um período de 12 (doze) meses.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA - 58.000.182/0001-80										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	36,00	SERVIÇO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 118,00	R$ 4.248,0000	R$ 256,72	R$ 9.241,92	54,0355 %	R$ 4.993,92
Descrição: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis para a manutenção da regularidade fiscal, preparação de documentos, transmissão de arquivos e declarações mensais voltados para atendimento à todas as caixas escolares (caixa escolar José Eustáquio Borges CNPJ:01.958.647/0001-93, caixa escolar Paulo Jacinto de Mendonça CNPJ:37.582.339/0001-53 e caixa escolar São Simão CNPJ:02.600.426/0001-01), sendo 1 serviço mensal para cada caixa escolar, em cumprimento ao disposto no inciso k, art. 6º, resolução 15, de 16 de setembro de 2021 - FNDE, por um período de 12 (doze) meses, compreendendo: - Transmissão de DCTF mensal de todas as caixas escolares; - Elaboração de ECF mensal; - Organização de arquivos com emissão de guias mensais - DARF; - Verificação e pesquisas fiscais e previdenciárias mensais para evitar o bloqueio de CND das caixas escolares									
Subtotal Adjudicado: R$ 4.248,00								**Subtotal Orçado: R$9.241,92**	**54,0355 %**	**R$4.993,92**

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 4.248,00	R$ 9.241,92	54,0355 %	4.993,92

Japaraíba-MG , 09 de Outubro de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:7FB24BF4

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 162/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 050/2026 – SERVIÇOS CONTABEIS DE CAIXAS ESCOLARES

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 162/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis para a manutenção da regularidade fiscal, preparação de documentos, transmissão de arquivos e declarações mensais voltados para*

atendimento à todas as caixas escolares (caixa escolar José Eustáquio Borges – CNPJ:01.958.647/0001-93, caixa escolar Paulo Jacinto de Mendonça CNPJ:37.582.339/0001-53 e caixa escolar São Simão CNPJ:02.600.426/0001-01), sendo 1 serviço mensal para cada caixa escolar, em cumprimento ao disposto no inciso k, art. 6º, resolução 15, de 16 de setembro de 2021 - FNDE, por um período de 12 (doze) meses.

Fornecedor : B & E PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL E LICITACOES LTDA - 58.000.182/0001-80										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	36,00	SERVIÇO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 118,00	R$ 4.248,00	R$ 256,72	R$ 9.241,92	54,03	R$ 138,72
Descrição: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos contábeis para a manutenção da regularidade fiscal, preparação de documentos, transmissão de arquivos e declarações mensais voltados para atendimento à todas as caixas escolares (caixa escolar José Eustáquio Borges CNPJ:01.958.647/0001-93, caixa escolar Paulo Jacinto de Mendonça CNPJ:37.582.339/0001-53 e caixa escolar São Simão CNPJ:02.600.426/0001-01), sendo 1 serviço mensal para cada caixa escolar, em cumprimento ao disposto no inciso k, art. 6º, resolução 15, de 16 de setembro de 2021 - FNDE, por um período de 12 (doze) meses, compreendendo: - Transmissão de DCTF mensal de todas as caixas escolares; - Elaboração de ECF mensal; - Organização de arquivos com emissão de guias mensais - DARF; - Verificação e pesquisas fiscais e previdenciárias mensais para evitar o bloqueio de CND das caixas escolares									
Subtotal Adjudicado						**R$ 4.248,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 9.241,92**	**54,0355 %**	**R$ 4.993,92**

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 4.248,00	R$ 9.241,92	54,0355 %	4.993,92

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japaraíba-MG , 09 de Outubro de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:43F015DD

